Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA · II

África Antiga

EDITOR GAMAL MOKHTAR

UNESCO Representação no BRASIL
Ministério da Educação do BRASIL
Universidade Federal de São Carlos

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • II

África antiga

Coleção História Geral da África da UNESCO

Volume I	Metodologia e pré-história da África (Editor J. Ki-Zerbo)
Volume II	África antiga (Editor G. Mokhtar)
Volume III	África do século VII ao XI (Editor M. El Fasi) (Editor Assistente I. Hrbek)
Volume IV	África do século XII ao XVI (Editor D. T. Niane)
Volume V	África do século XVI ao XVIII (Editor B. A. Ogot)
Volume VI	África do século XIX à década de 1880 (Editor J. F. A. Ajayi)
Volume VII	África sob dominação colonial, 1880-1935 (Editor A. A. Boahen)
Volume VIII	África desde 1935 (Editor A. A. Mazrui) (Editor Assistente C. Wondji)

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • II

África antiga

EDITOR GAMAL MOKHTAR

Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, II*: Ancient Civilizations of Africa. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1981. (Primeira edição publicada em inglês).

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério
Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão
Revisão técnica: Kabengele Munanga
Revisão e atualização ortográfica: Cibele Elisa Viegas Aldrovandi
Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, II: África antiga / editado por Gamal Mokhtar. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.
1008 p.

ISBN: 978-85-7652-124-2

1. História 2. História antiga 3. História africana 4. Culturas africanas 5. Norte da África 6. Leste da África 7. Oeste da África 8. Sul da África 9. África Central 10. África
I. Mokhtar, Gamal II. UNESCO III. Brasil. Ministério da Educação IV. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70047-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217
Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310
Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)
Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

"Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana". J. Ki-Zerbo, História Geral da África, vol. I, p. LII.

A Representação da UNESCO no Brasil e o Ministério da Educação têm a satisfação de disponibilizar em português a Coleção da História Geral da África. Em seus oito volumes, que cobrem desde a pré-história do continente africano até sua história recente, a Coleção apresenta um amplo panorama das civilizações africanas. Com sua publicação em língua portuguesa, cumpre-se o objetivo inicial da obra de colaborar para uma nova leitura e melhor compreensão das sociedades e culturas africanas, e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Cumpre-se, também, o intuito de contribuir para uma disseminação, de forma ampla, e para uma visão equilibrada e objetiva do importante e valioso papel da África para a humanidade, assim como para o estreitamento dos laços históricos existentes entre o Brasil e a África.

O acesso aos registros sobre a história e cultura africanas contidos nesta Coleção se reveste de significativa importância. Apesar de passados mais de 26 anos após o lançamento do seu primeiro volume, ainda hoje sua relevância e singularidade são mundialmente reconhecidas, especialmente por ser uma história escrita ao longo de trinta anos por mais de 350 especialistas, sob a coordenação de um comitê científico internacional constituído por 39 intelectuais, dos quais dois terços africanos.

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem-se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira. Essa compreensão, no entanto, ainda está restrita aos altos estudos acadêmicos e são poucas as fontes de acesso público para avaliar este complexo processo, considerando inclusive o ponto de vista do continente africano.

A publicação da Coleção da História Geral da África em português é também resultado do compromisso de ambas as instituições em combater todas as formas de desigualdades, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), especialmente no sentido de contribuir para a prevenção e eliminação de todas as formas de manifestação de discriminação étnica e racial, conforme estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965.

Para o Brasil, que vem fortalecendo as relações diplomáticas, a cooperação econômica e o intercâmbio cultural com aquele continente, essa iniciativa é mais um passo importante para a consolidação da nova agenda política. A crescente aproximação com os países da África se reflete internamente na crescente valorização do papel do negro na sociedade brasileira e na denúncia das diversas formas de racismo. O enfrentamento da desigualdade entre brancos e negros no país e a educação para as relações étnicas e raciais ganhou maior relevância com a Constituição de 1988. O reconhecimento da prática do racismo como crime é uma das expressões da decisão da sociedade brasileira de superar a herança persistente da escravidão. Recentemente, o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

Nessa perspectiva, a UNESCO e o Ministério da Educação acreditam que esta publicação estimulará o necessário avanço e aprofundamento de estudos, debates e pesquisas sobre a temática, bem como a elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o seu trabalho junto aos alunos. Objetivam assim com esta edição em português da História Geral da África contribuir para uma efetiva educação das relações étnicas e raciais no país, conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação.

Boa leitura e sejam bem-vindos ao Continente Africano.

Vincent Defourny	*Fernando Haddad*
Representante da UNESCO no Brasil	Ministro de Estado da Educação do Brasil

NOTA DOS TRADUTORES

A Conferência de Durban ocorreu em 2001 em um contexto mundial diferente daquele que motivou as duas primeiras conferências organizadas pela ONU sobre o tema da discriminação racial e do racismo: em 1978 e 1983 em Genebra, na Suíça, o alvo da condenação era o ***apartheid.***

A conferência de Durban em 2001 tratou de um amplo leque de temas, entre os quais vale destacar a avaliação dos avanços na luta contra o racismo, na luta contra a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; a avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus diversos contextos; bem como a sugestão de medidas de combate às expressões de racismo e intolerâncias.

Após Durban, no caso brasileiro, um dos aspectos para o equacionamento da questão social na agenda do governo federal é a implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens raciais, de que o grupo afrodescendente padece, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir parte importante das recomendações da conferência para os Estados Nacionais e organismos internacionais.

No que se refere à educação, o diagnóstico realizado em novembro de 2007, a partir de uma parceria entre a UNESCO do Brasil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), constatou que existia um amplo consenso entre os diferentes participantes, que concordavam, no tocante a Lei 10.639-2003, em relação ao seu baixo grau de institucionalização e sua desigual aplicação no território nacional. Entre

os fatores assinalados para a explicação da pouca institucionalização da lei estava a falta de materiais de referência e didáticos voltados à História de África.

Por outra parte, no que diz respeito aos manuais e estudos disponíveis sobre a História da África, havia um certo consenso em afirmar que durante muito tempo, e ainda hoje, a maior parte deles apresenta uma imagem racializada e eurocêntrica do continente africano, desfigurando e desumanizando especialmente sua história, uma história quase inexistente para muitos até a chegada dos europeus e do colonialismo no século XIX.

Rompendo com essa visão, a *História Geral da África* publicada pela UNESCO é uma obra coletiva cujo objetivo é a melhor compreensão das sociedades e culturas africanas e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Ela nasceu da demanda feita à UNESCO pelas novas nações africanas recém-independentes, que viam a importância de contar com uma história da África que oferecesse uma visão abrangente e completa do continente, para além das leituras e compreensões convencionais. Em 1964, a UNESCO assumiu o compromisso da preparação e publicação da *História Geral da África*. Uma das suas características mais relevantes é que ela permite compreender a evolução histórica dos povos africanos em sua relação com os outros povos. Contudo, até os dias de hoje, o uso da *História Geral da África* tem se limitado sobretudo a um grupo restrito de historiadores e especialistas e tem sido menos usada pelos professores/as e estudantes. No caso brasileiro, um dos motivos desta limitação era a ausência de uma tradução do conjunto dos volumes que compõem a obra em língua portuguesa.

A Universidade Federal de São Carlos, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UFSCar) e seus parceiros, ao concluir o trabalho de tradução e atualização ortográfica do conjunto dos volumes, agradece o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC) e da UNESCO por terem propiciado as condições para que um conjunto cada vez maior de brasileiros possa conhecer e ter orgulho de compartilhar com outros povos do continente americano o legado do continente africano para nossa formação social e cultural.

CRONOLOGIA

Na apresentação das datas da pré-história convencionou-se adotar dois tipos de notação, com base nos seguintes critérios:

- Tomando como ponto de partida a época atual, isto é, datas B.P. (*before present*), tendo como referência o ano de + 1950; nesse caso, as datas são todas negativas em relação a + 1950.
- Usando como referencial o início da Era Cristã; nesse caso, as datas são simplesmente precedidas dos sinais - ou +. No que diz respeito aos séculos, as menções "antes de Cristo" e "depois de Cristo" são substituídas por "antes da Era Cristã", "da Era Cristã".

Exemplos:

(i) 2300 B.P. = -350

(ii) 2900 a.C. = -2900
1800 d.C. = +1800

(iii) século V a.C. = século V antes da Era Cristã
século III d.C. = século III da Era Cristã

LISTA DE FIGURAS

PREFÁCIO

por *M. Amadou - Mahtar M'Bow*,
Diretor Geral da UNESCO (1974-1987)

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.

Se a *Ilíada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Tomando frequentemente a "Idade Média" europeia como ponto de referência, os modos de produção, as relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidos senão em referência ao passado da Europa.

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por

vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método.

Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma "África branca" e uma "África negra" que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Núbia e aquelas dos povos subsaarianos.

Certamente, a história da África norte-saariana esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade linguística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares.

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de "brancos" e "negros", para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria entre outras, e destinado ao trabalho forçado, o africano veio a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história, em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada.

A situação evoluiu muito desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países da África, tendo alcançado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios a ela inerentes. Historiadores, em número crescente, têm se esforçado em abordar o estudo da África com mais rigor, objetividade e abertura de espírito, empregando – obviamente com as devidas precauções – fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades.

É nesse contexto que emerge a importância da *História Geral da África*, em oito volumes, cuja publicação a Unesco começou.

Os especialistas de numerosos países que se empenharam nessa obra, preocuparam-se, primeiramente, em estabelecer-lhe os fundamentos teóricos e metodológicos. Eles tiveram o cuidado em questionar as simplificações abusivas criadas por uma concepção linear e limitativa da história universal, bem como em restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Eles esforçaram-se para extrair os dados históricos que permitissem melhor acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em sua especificidade sociocultural.

Nessa tarefa imensa, complexa e árdua em vista da diversidade de fontes e da dispersão dos documentos, a UNESCO procedeu por etapas. A primeira fase (1965-1969) consistiu em trabalhos de documentação e de planificação da obra. Atividades operacionais foram conduzidas *in loco*, através de pesquisas de campo: campanhas de coleta da tradição oral, criação de centros regionais de documentação para a tradição oral, coleta de manuscritos inéditos em árabe e ajami (línguas africanas escritas em caracteres árabes), compilação de inventários de arquivos e preparação de um *Guia das fontes da história da África*, publicado posteriormente, em nove volumes, a partir dos arquivos e bibliotecas dos países da Europa. Por outro lado, foram organizados encontros, entre especialistas africanos e de outros continentes, durante os quais se discutiu questões metodológicas e traçou-se as grandes linhas do projeto, após atencioso exame das fontes disponíveis.

Uma segunda etapa (1969 a 1971) foi consagrada ao detalhamento e à articulação do conjunto da obra. Durante esse período, realizaram-se reuniões internacionais de especialistas em Paris (1969) e Addis-Abeba (1970), com o propósito de examinar e detalhar os problemas relativos à redação e à publicação da obra: apresentação em oito volumes, edição principal em inglês, francês e árabe, assim como traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala. Igualmente estão previstas traduções para o alemão, russo, português, espanhol e chinês[1], além de edições resumidas, destinadas a um público mais amplo, tanto africano quanto internacional.

1 O volume I foi publicado em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume II, em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume III, em inglês, árabe, espanhol e francês; o volume IV, em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o volume V, em inglês e árabe; o volume VI, em inglês, árabe e francês; o volume VII, em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o VIII, em inglês e francês.

A terceira e última fase constituiu-se na redação e na publicação do trabalho. Ela começou pela nomeação de um Comitê Científico Internacional de trinta e nove membros, composto por africanos e não africanos, na respectiva proporção de dois terços e um terço, a quem incumbiu-se a responsabilidade intelectual pela obra.

Interdisciplinar, o método seguido caracterizou-se tanto pela pluralidade de abordagens teóricas quanto de fontes. Dentre essas últimas, é preciso citar primeiramente a arqueologia, detentora de grande parte das chaves da história das culturas e das civilizações africanas. Graças a ela, admite-se, nos dias atuais, reconhecer que a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico. A arqueologia igualmente mostrou que, na África, especificamente no Egito, desenvolveu-se uma das antigas civilizações mais brilhantes do mundo. Outra fonte digna de nota é a tradição oral que, até recentemente desconhecida, aparece hoje como uma preciosa fonte para a reconstituição da história da África, permitindo seguir o percurso de seus diferentes povos no tempo e no espaço, compreender, a partir de seu interior, a visão africana do mundo, e apreender os traços originais dos valores que fundam as culturas e as instituições do continente.

Saber-se-á reconhecer o mérito do Comitê Científico Internacional encarregado dessa *História geral da África*, de seu relator, bem como de seus coordenadores e autores dos diferentes volumes e capítulos, por terem lançado uma luz original sobre o passado da África, abraçado em sua totalidade, evitando todo dogmatismo no estudo de questões essenciais, tais como: o tráfico negreiro, essa "sangria sem fim", responsável por umas das deportações mais cruéis da história dos povos e que despojou o continente de uma parte de suas forças vivas, no momento em que esse último desempenhava um papel determinante no progresso econômico e comercial da Europa; a colonização, com todas suas consequências nos âmbitos demográfico, econômico, psicológico e cultural; as relações entre a África ao sul do Saara e o mundo árabe; o processo de descolonização e de construção nacional, mobilizador da razão e da paixão de pessoas ainda vivas e muitas vezes em plena atividade. Todas essas questões foram abordadas com grande preocupação quanto à honestidade e ao rigor científico, o que constitui um mérito não desprezível da presente obra. Ao fazer o balanço de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diversas perspectivas sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História geral da África* tem a indiscutível vantagem de destacar tanto as luzes quanto as sombras, sem dissimular as divergências de opinião entre os estudiosos.

Ao demonstrar a insuficiência dos enfoques metodológicos amiúde utilizados na pesquisa sobre a África, essa nova publicação convida à renovação e ao aprofundamento de uma dupla problemática, da historiografia e da identidade cultural, unidas por laços de reciprocidade. Ela inaugura a via, como todo trabalho histórico de valor, para múltiplas novas pesquisas.

É assim que, em estreita colaboração com a UNESCO, o Comitê Científico Internacional decidiu empreender estudos complementares com o intuito de aprofundar algumas questões que permitirão uma visão mais clara sobre certos aspectos do passado da África. Esses trabalhos, publicados na coleção UNESCO – *História geral da África*: *estudos e documentos*, virão a constituir, de modo útil, um suplemento à presente obra[2]. Igualmente, tal esforço desdobrar-se-á na elaboração de publicações versando sobre a história nacional ou sub-regional.

Essa *História geral da África* coloca simultaneamente em foco a unidade histórica da África e suas relações com os outros continentes, especialmente com as Américas e o Caribe. Por muito tempo, as expressões da criatividade dos afrodescendentes nas Américas haviam sido isoladas por certos historiadores em um agregado heteróclito de *africanismos*; essa visão, obviamente, não corresponde àquela dos autores da presente obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para a América, o fato tocante ao *marronage* [fuga ou clandestinidade] político e cultural, a participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação, esses fatos são justamente apreciados pelo que eles realmente foram: vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de humanidade. É hoje evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população.

2 Doze números dessa série foram publicados; eles tratam respectivamente sobre: n. 1 – O povoamento do Egito antigo e a decodificação da escrita meroítica; n. 2 – O tráfico negreiro do século XV ao século XIX; n. 3 – Relações históricas através do Oceano Índico; n. 4 – A historiografia da África Meridional; n. 5 – A descolonização da África: África Meridional e Chifre da África [Nordeste da África]; n. 6 – Etnonímias e toponímias; n. 7 – As relações históricas e socioculturais entre a África e o mundo árabe; n. 8 – A metodologia da história da África contemporânea; n. 9 – O processo de educação e a historiografia na África; n. 10 – A África e a Segunda Guerra Mundial; n. 11 – Líbia Antiqua; n. 12 – O papel dos movimentos estudantis africanos na evolução política e social da África de 1900 a 1975.

Igualmente, essa obra faz aparecerem nitidamente as relações da África com o sul da Ásia através do Oceano Índico, além de evidenciar as contribuições africanas junto a outras civilizações em seu jogo de trocas mútuas.

Estou convencido de que os esforços dos povos da África para conquistar ou reforçar sua independência, assegurar seu desenvolvimento e consolidar suas especificidades culturais devem enraizar-se em uma consciência histórica renovada, intensamente vivida e assumida de geração em geração.

Minha formação pessoal, a experiência adquirida como professor e, desde os primórdios da independência, como presidente da primeira comissão criada com vistas à reforma dos programas de ensino de história e de geografia de certos países da África Ocidental e Central, ensinaram-me o quanto era necessário, para a educação da juventude e para a informação do público, uma obra de história elaborada por pesquisadores que conhecessem desde o seu interior os problemas e as esperanças da África, pensadores capazes de considerar o continente em sua totalidade.

Por todas essas razões, a UNESCO zelará para que essa *História Geral da África* seja amplamente difundida, em numerosos idiomas, e constitua base da elaboração de livros infantis, manuais escolares e emissões televisivas ou radiofônicas. Dessa forma, jovens, escolares, estudantes e adultos, da África e de outras partes, poderão ter uma melhor visão do passado do continente africano e dos fatores que o explicam, além de lhes oferecer uma compreensão mais precisa acerca de seu patrimônio cultural e de sua contribuição ao progresso geral da humanidade. Essa obra deverá então contribuir para favorecer a cooperação internacional e reforçar a solidariedade entre os povos em suas aspirações por justiça, progresso e paz. Pelo menos, esse é o voto que manifesto muito sinceramente.

Resta-me ainda expressar minha profunda gratidão aos membros do Comitê Científico Internacional, ao redator, aos coordenadores dos diferentes volumes, aos autores e a todos aqueles que colaboraram para a realização desta prodigiosa empreitada. O trabalho por eles efetuado e a contribuição por eles trazida mostram, com clareza, o quanto homens vindos de diversos horizontes, conquanto animados por uma mesma vontade e igual entusiasmo a serviço da verdade de todos os homens, podem fazer, no quadro internacional oferecido pela UNESCO, para lograr êxito em um projeto de tamanho valor científico e cultural. Meu reconhecimento igualmente estende-se às organizações e aos governos que, graças a suas generosas doações, permitiram à UNESCO publicar essa obra em diferentes línguas e assegurar-lhe a difusão universal que ela merece, em prol da comunidade internacional em sua totalidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

pelo Professor *Bethwell Allan Ogot*
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

A Conferência Geral da UNESCO, em sua décima sexta sessão, solicitou ao Diretor-geral que empreendesse a redação de uma História Geral da África. Esse considerável trabalho foi confiado a um Comitê Científico Internacional criado pelo Conselho Executivo em 1970.

Segundo os termos dos estatutos adotados pelo Conselho Executivo da UNESCO, em 1971, esse Comitê compõe-se de trinta e nove membros responsáveis (dentre os quais dois terços africanos e um terço de não africanos), nomeados pelo Diretor-geral da UNESCO por um período correspondente à duração do mandato do Comitê.

A primeira tarefa do Comitê consistiu em definir as principais características da obra. Ele definiu-as em sua primeira sessão, nos seguintes termos:

- Em que pese visar a maior qualidade científica possível, a *História Geral da África* não busca a exaustão e se pretende uma obra de síntese que evitará o dogmatismo. Sob muitos aspectos, ela constitui uma exposição dos problemas indicadores do atual estágio dos conhecimentos e das grandes correntes de pensamento e pesquisa, não hesitando em assinalar, em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Ela assim preparará o caminho para posteriores publicações.
- A África é aqui considerada como um todo. O objetivo é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do continente, muito amiúde

subdividido, nas obras publicadas até o momento. Os laços históricos da África com os outros continentes recebem a atenção merecida e são analisados sob o ângulo dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, de forma a fazer ressurgir, oportunamente, a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

- A *História Geral da África* consiste, antes de tudo, em uma história das ideias e das civilizações, das sociedades e das instituições. Ela fundamenta-se sobre uma grande diversidade de fontes, aqui compreendidas a tradição oral e a expressão artística.
- A *História Geral da África* é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos veem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos atuais, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem para a unidade do continente. Essa vontade de examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além de suas qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face da África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.

O Comitê decidiu apresentar a obra, dedicada ao estudo de mais de 3 milhões de anos de história da África, em oito volumes, cada qual compreendendo aproximadamente oitocentas páginas de texto com ilustrações (fotos, mapas e desenhos tracejados).

Para cada volume designou-se um coordenador principal, assistido, quando necessário, por um ou dois codiretores assistentes.

Os coordenadores dos volumes são escolhidos, tanto entre os membros do Comitê quanto fora dele, em meio a especialistas externos ao organismo, todos eleitos por esse último, pela maioria de dois terços. Eles se encarregam da elaboração dos volumes, em conformidade com as decisões e segundo os planos decididos pelo Comitê. São eles os responsáveis, no plano científico, perante o Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, perante o Conselho Executivo, pelo conteúdo dos volumes, pela redação final dos textos ou ilustrações e, de uma maneira geral, por todos os aspectos científicos e técnicos da *História*. É o Conselho Executivo quem aprova, em última instância, o original definitivo. Uma vez considerado pronto para a edição, o texto é remetido ao Diretor-Geral

da UNESCO. A responsabilidade pela obra cabe, dessa forma, ao Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, ao Conselho Executivo.

Cada volume compreende por volta de 30 capítulos. Cada qual redigido por um autor principal, assistido por um ou dois colaboradores, caso necessário.

Os autores são escolhidos pelo Comitê em função de seu *curriculum vitae*. A preferência é concedida aos autores africanos, sob reserva de sua adequação aos títulos requeridos. Além disso, o Comitê zela, tanto quanto possível, para que todas as regiões da África, bem como outras regiões que tenham mantido relações históricas ou culturais com o continente, estejam de forma equitativa representadas no quadro dos autores.

Após aprovação pelo coordenador do volume, os textos dos diferentes capítulos são enviados a todos os membros do Comitê para submissão à sua crítica.

Ademais e finalmente, o texto do coordenador do volume é submetido ao exame de um comitê de leitura, designado no seio do Comitê Científico Internacional, em função de suas competências; cabe a esse comitê realizar uma profunda análise tanto do conteúdo quanto da forma dos capítulos.

Ao Conselho Executivo cabe aprovar, em última instância, os originais.

Tal procedimento, aparentemente longo e complexo, revelou-se necessário, pois permite assegurar o máximo de rigor científico à *História Geral da África*. Com efeito, houve ocasiões nas quais o Conselho Executivo rejeitou originais, solicitou reestruturações importantes ou, inclusive, confiou a redação de um capítulo a um novo autor. Eventualmente, especialistas de uma questão ou período específico da história foram consultados para a finalização definitiva de um volume.

Primeiramente, uma edição principal da obra em inglês, francês e árabe será publicada, posteriormente haverá uma edição em forma de brochura, nesses mesmos idiomas.

Uma versão resumida em inglês e francês servirá como base para a tradução em línguas africanas. O Comitê Científico Internacional determinou quais os idiomas africanos para os quais serão realizadas as primeiras traduções: o kiswahili e o haussa.

Tanto quanto possível, pretende-se igualmente assegurar a publicação da *História Geral da África* em vários idiomas de grande difusão internacional (dentre outros: alemão, chinês, italiano, japonês, português, russo, etc.).

Trata-se, portanto, como se pode constatar, de uma empreitada gigantesca que constitui um ingente desafio para os historiadores da África e para a comunidade científica em geral, bem como para a UNESCO que lhe oferece sua chancela. Com efeito, pode-se facilmente imaginar a complexidade de uma

tarefa tal qual a redação de uma história da África, que cobre no espaço todo um continente e, no tempo, os quatro últimos milhões de anos, respeitando, todavia, as mais elevadas normas científicas e convocando, como é necessário, estudiosos pertencentes a todo um leque de países, culturas, ideologias e tradições históricas. Trata-se de um empreendimento continental, internacional e interdisciplinar, de grande envergadura.

Em conclusão, obrigo-me a sublinhar a importância dessa obra para a África e para todo o mundo. No momento em que os povos da África lutam para se unir e para, em conjunto, melhor forjar seus respectivos destinos, um conhecimento adequado sobre o passado da África, uma tomada de consciência no tocante aos elos que unem os Africanos entre si e a África aos demais continentes, tudo isso deveria facilitar, em grande medida, a compreensão mútua entre os povos da Terra e, além disso, propiciar sobretudo o conhecimento de um patrimônio cultural cuja riqueza consiste em um bem de toda a Humanidade.

Bethwell Allan Ogot
Em 8 de agosto de 1979
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

INTRODUÇÃO GERAL

G. Mokhtar colaboração de *J. Vercoutter*

O presente volume da *História Geral da África* refere-se ao longo período que se estende do final do Neolítico – isto é, em torno do VIII milênio antes da Era Cristã – até o início do século VII da Era Cristã.

Esse período da história africana, o qual abrange cerca de 9 mil anos, foi abordado, depois de alguma hesitação, considerando-se quatro zonas geográficas principais:

- o corredor do Nilo, Egito e Núbia (capítulos 1 a 12);
- a zona montanhosa da Etiópia (capítulos 13 a 16);
- a parte da África comumente denominada Magreb e seu interior saariano (capítulos 17 a 20);
- o restante da África, inclusive as ilhas africanas do oceano Índico (capítulos 21 a 29).

Essa divisão é determinada pela compartimentação que atualmente caracteriza a pesquisa em história da África. Poderia parecer mais lógico organizar o volume de acordo com as principais zonas ecológicas do continente, oferecendo cada uma delas condições de vida semelhantes a todos os agrupamentos humanos que as habitam, sem que haja barreiras naturais a impedir o intercâmbio (cultural ou de outro tipo) no interior de uma mesma região.

Nesse caso, obteríamos um quadro inteiramente diferente: partindo do norte e seguindo em direção ao sul, teríamos aquilo que, desde o século VIII da Era

Cristã, é denominado ilha do Magreb – de geologia, clima e ecologia geral predominantemente mediterrânicos – e a larga faixa subtropical do Saara com seu acidente tectônico, o vale do Nilo. Em seguida, teríamos a zona das grandes bacias fluviais subtropicais e equatoriais, com sua costa atlântica. Depois, a leste viriam as terras altas da Etiópia e o Chifre da África, voltado para a Arábia e o oceano Índico. Finalmente, viria a região dos Grandes Lagos equatoriais, ligando as bacias do Nilo, Níger e Congo à África meridional e seus anexos: Madagáscar e outras ilhas oceânicas próximas à África.

Infelizmente, a adoção dessa divisão – mais lógica do que aquela que tivemos que utilizar – é inviável. O pesquisador que deseja estudar a história da África na Antiguidade é, de fato, consideravelmente tolhido pelo peso do passado. A compartimentação que a ele se impõe – e que se reflete no plano aqui adotado – deriva, em grande parte, da colonização dos séculos XIX e XX: o historiador, fosse ele um colono interessado no país em que vivia ou um colonizado refletindo sobre o passado de seu povo, encontrava-se, a contragosto, confinado a limites territoriais arbitrariamente fixados. Para ele era difícil, se não impossível, estudar as relações com países vizinhos, embora, do ponto de vista histórico, esses países e o país que o interessava diretamente quase sempre formassem um todo. Esse considerável peso do passado não desapareceu completamente; em parte, por inércia – quando se cai numa rotina, tende-se a permanecer nela, ainda que a contragosto –, mas também pelo fato de os arquivos de história da África, constituídos por relatórios de escavações ou textos e iconografia, estarem, para algumas regiões, reunidos, classificados e publicados segundo uma ordem arbitrária que não se aplica à situação atual da África, mas que é muito difícil de se questionar.

Este volume da *História Geral da África,* talvez mais ainda do que o volume anterior, teve que se apoiar em suposições. O período que ele abrange é obscuro, devido à escassez de fontes, em geral, e de fontes precisamente datadas, em particular. Isso se aplica tanto às desequilibradas coleções de fontes arqueológicas quanto às fontes escritas e figuradas, exceto no que diz respeito a algumas regiões relativamente privilegiadas, como o vale do Nilo e o Magreb. É essa falta de bases documentais sólidas que torna necessário o recurso a suposições, uma vez que fatos seguramente estabelecidos constituem exceções.

Um outro ponto deve ser enfatizado: as fontes arqueológicas de que o historiador dispõe são bastante inadequadas. As escavações não se distribuem de maneira uniforme por todo o continente. Em outras partes não há a mesma densidade de escavações que encontramos principalmente ao longo da costa, no interior da franja setentrional e, sobretudo, no vale do Nilo, na região que se estende do mar até a Segunda Catarata.

Infelizmente, essa falta de documentos arqueológicos não pode ser suprida pela narrativa de viajantes estrangeiros contemporâneos dos eventos ou fatos que compõem este livro. A natureza hostil e a extensão do continente desencorajaram, na Antiguidade, como depois, a penetração de forasteiros. Notaremos que as viagens de circunavegação contribuíram muito para elucidar a história da África. Pelo que se sabe até agora, a África é o único continente em relação ao qual isso ocorreu (cf. capítulos 18 e 22).

As considerações acima explicam por que a história da África, de -7000 a +700, ainda consiste amplamente em suposições. No entanto, essas suposições nunca são infundadas; baseiam-se em informações reais, ainda que raras e insuficientes. A tarefa daqueles que contribuíram para este trabalho foi coletar, examinar e avaliar essas fontes. Sendo especialistas nas regiões cuja história – por mais fragmentária que seja – eles investigam, apresentam aqui a síntese daquilo que pode ser legitimamente deduzido, a partir dos documentos de que dispõem. As suposições que apresentam, embora sujeitas a reexame quando se puder contar com novas fontes, certamente proporcionarão estímulo e indicarão linhas de pesquisa para os futuros historiadores.

Entre as zonas nebulosas que ainda escondem de nós a evolução histórica da África, talvez uma das mais densas seja a que envolve os primeiros habitantes do continente. Mesmo hoje em dia pouco se sabe a respeito desses habitantes. As várias teses apresentadas – que frequentemente se apóiam em um número insuficiente de observações cientificamente válidas – são de difícil comprovação, numa época em que a antropologia física está em processo de rápida mudança. O próprio “monogenismo” (cf. capítulo 1), por exemplo, ainda é apenas uma hipótese de trabalho. Além disso, o enorme lapso de tempo transcorrido entre o aparecimento de seres pré ou proto-humanos, descobertos no vale do Omo e em Olduvai (cf. volume 1), e de seres de tipo humano bem definido, notadamente na África meridional, deve, infelizmente, levar-nos a considerar a ideia de continuidade ininterrupta e evolução *in situ* como simples ponto de vista, pelo menos até que se obtenham provas ou se descubram elos intermediários desse processo.

Reveste-se de grande importância a estimativa da densidade populacional da África durante o período crucial que vai de -8000 a -5000, por ser este o período de surgimento das culturas que mais tarde se diferenciariam. Uma alta densidade populacional pode estimular o desenvolvimento da escrita, ao passo que uma baixa densidade pode torná-lo inútil. A originalidade do antigo Egito em relação ao resto da África no mesmo período talvez resida principalmente no fato de que a alta densidade populacional observada na Antiguidade ao

longo das margens do Nilo, entre a Primeira Catarata e a porção meridional do Delta, tenha, pouco a pouco, tornado necessário o uso da escrita para coordenar o sistema de irrigação, fundamental para a sobrevivência dos povos aí fixados. Em contrapartida, o uso da escrita não foi essencial ao sul da catarata de Assuã, região de baixa densidade populacional ocupada por pequenos grupos somáticos que se mantinham independentes uns dos outros. Como se vê, é lamentável que a densidade populacional durante esse período permaneça no âmbito das suposições.

Finalmente, a ecologia, que sofreu consideráveis alterações tanto no espaço como no tempo, desempenhou um papel muito importante. A última fase úmida do Neolítico terminou por volta de -2400, durante o período histórico, quando os faraós da V dinastia reinavam no Egito. As condições climáticas – e, portanto, as condições agrícolas – existentes na aurora das primeiras grandes civilizações da África não eram as mesmas que iriam prevalecer mais tarde, e isso deve ser levado em conta quando se estudam as relações dessas civilizações com os povos vizinhos. O meio ambiente de -7000 a -2400 - um período de 4600 anos, que representa mais da metade do período estudado neste volume – era muito diferente daquele da segunda metade do III milênio. Este último parece ter sido muito semelhante ao meio ambiente atual, e marcou profundamente as sociedades humanas que nele se desenvolveram. A vida em comunidade não é – e não pode ser – a mesma nas grandes zonas desérticas subtropicais do norte e do sul e na floresta equatorial, nas cadeias de montanhas e nas bacias fluviais, nos pântanos e nos grandes lagos. A influência dessas grandes zonas ecológicas foi fundamental para o estabelecimento das rotas que permitiram o deslocamento de um domínio a outro: do Magreb, da montanhosa Etiópia ou do vale do Nilo para as bacias centrais dos rios Congo, Níger e Senegal, por exemplo; ou, ainda, da costa atlântica para o mar Vermelho e o oceano Índico. No entanto, tais rotas são ainda muito pouco conhecidas. Supõe-se que elas tenham existido; isto é, sua existência é muito mais "presumida" do que efetivamente conhecida. Um estudo arqueológico sistemático a esse respeito nos ensinaria muito sobre a história da África. Na verdade, só poderemos empreender um estudo frutífero das migrações entre -8000 e -2500 – que se seguiram às grandes mudanças climáticas e alteraram profundamente a distribuição dos agrupamentos humanos na África – quando essas rotas forem descobertas e exploradas a fundo.

Até o momento, dispomos de pouquíssimos pontos de referência para determinadas rotas. É até possível que haja algumas totalmente desconhecidas para nós. Um estudo das fotografias de satélites provavelmente traria novos esclarecimentos sobre os principais eixos antigos de comunicação transafricana,

bem como sobre as rotas secundárias, não menos importantes. No entanto, ainda não se empreendeu nenhum estudo sistemático dessas fotografias. Um tal estudo nos possibilitaria orientar e facilitar a verificação arqueológica em campo, o que seria essencial, entre outras coisas, para a avaliação das influências recíprocas entre as principais áreas culturais da Antiguidade. Talvez seja este o domínio para o qual mais poderão contribuir as pesquisas, no futuro.

Como se vê, os capítulos do volume II da *História Geral da África* constituem pontos de partida para pesquisas futuras mais do que relatos de fatos bem estabelecidos. Estes são, infelizmente, bastante raros, exceto para algumas regiões muito pequenas se comparadas à imensa extensão do continente africano.

O vale do Nilo, do Bahr el-Ghazal, ao sul, até o Mediterrâneo, ao norte, ocupa um lugar muito especial na história da África antiga, devido a vários fatores: primeiro, à sua posição geográfica; depois, à natureza particular de sua ecologia em relação ao resto do continente; finalmente, e acima de tudo, à abundância – relativa, mas sem paralelo na África – de fontes originais precisamente datadas, que nos permitem acompanhar sua história desde o fim do Neolítico – por volta de -3000 – até o século VII da Era Cristã.

Egito: posição geográfica

Em grande parte paralelo às costas do mar Vermelho e do oceano Índico, aos quais tem acesso através de depressões perpendiculares ao curso do rio, o vale do Nilo, ao sul do 8.° paralelo norte até o Mediterrâneo, abre-se amplamente também para oeste, graças aos vales que começam nas regiões do Chade, Tibesti e Ennedi e terminam no próprio Nilo. Finalmente, a larga extensão do Delta, os oásis da Líbia e o istmo de Suez dão-lhe amplo acesso ao Mediterrâneo. Dessa maneira, aberto para leste e oeste, para o sul e o norte, o corredor do Nilo é uma zona de contatos privilegiados não apenas entre as regiões africanas que o margeiam, mas também com os centros mais distantes das civilizações antigas da península Arábica, do oceano Índico e do mundo mediterrâneo, tanto oriental como ocidental.

Entretanto a importância dessa posição geográfica variou ao longo do tempo. Na África, o final do Neolítico caracterizou-se por uma fase úmida, que no hemisfério norte durou até -2300, aproximadamente. Durante esse período, que se estendeu do VII ao III milênio antes da Era Cristã, as regiões a leste e a oeste do Nilo desfrutaram de condições climáticas favoráveis à fixação humana. Consequentemente, os contatos e relações entre o leste e o oeste do continente foram tão importantes quanto os estabelecidos entre o norte e o sul.

Por outro lado, a partir de -2400, o ressecamento da parte da África compreendida entre os paralelos 13 e 15, ao norte, fez com que o vale do Nilo se tornasse a principal rota de comunicação entre a costa mediterrânea do continente e o que hoje se designa como África ao sul do Saara. Era através do vale do Nilo que matérias-primas, objetos manufaturados e, sem dúvida, ideias transitavam do norte para o sul e vice-versa,

É evidente que, devido às variações climáticas, a posição geográfica do médio vale do Nilo, como a do Egito, não teve, no período entre -7000 e -2400, a mesma importância, ou, mais exatamente, o mesmo impacto que veio a ter depois dessa época. Durante esse tempo, os grupos humanos e as culturas puderam deslocar-se livremente, pelo hemisfério norte, entre o leste e o oeste, assim como entre o norte e o sul. Esse foi o período primordial da formação e da individualização das culturas africanas. Foi também o período em que as relações entre leste e oeste, entre o vale do Nilo e o Oriente Médio, de um lado, e entre a África ocidental e a oriental, de outro, foram mais fáceis. De -2400 até o século VII da Era Cristã, entretanto, o vale do Nilo tornou-se a rota privilegiada entre o norte e o sul do continente. Foi através desse vale que se realizaram os vários tipos de intercâmbio entre a África negra e o Mediterrâneo.

Fontes para a história do vale do Nilo na Antiguidade

A importância e a situação privilegiada do vale do Nilo devem-se à posição que ocupa na porção nordeste do continente. O vale teria permanecido apenas um tema intelectualmente estimulante, servindo, no máximo, como uma introdução à pesquisa histórica, se não fosse também a região mais rica da África em fontes históricas antigas. Essas fontes nos permitem controlar e avaliar o papel dos fatores geográficos na história da África como um todo, a partir de -5000. Permitem-nos também alcançar um conhecimento acurado dos eventos históricos do Egito propriamente dito, bem como, mais especialmente, fazer uma ideia precisa da cultura material, intelectual e religiosa do baixo e médio vale do Nilo, até os pântanos do Bahr el-Ghazal.

As fontes de que dispomos são de natureza arqueológica – portanto, mudas, pelo menos aparentemente – e literária. As primeiras, especialmente para os períodos mais antigos, só foram exploradas e organizadas recentemente. Até o momento, elas não apenas são incompletas e irregulares como também têm sido pouco ou mal utilizadas. As fontes literárias, por outro lado, têm uma longa tradição.

Na verdade, muito antes de Champollion, o misterioso Egito já despertava curiosidade. No período arcaico, no século VI antes da Era Cristã, os sucessores dos pré-helenos já haviam chamado a atenção para a diferença entre os seus costumes e crenças e os do vale do Nilo. Graças a Heródoto, essas observações chegaram até nós. Com o objetivo de compreender melhor seus novos súditos, os reis ptolomaicos, surpreendidos pela originalidade da civilização egípcia, patrocinaram a compilação de uma história do Egito faraônico, no século III antes da Era Cristã, abordando aspectos políticos, religiosos e sociais. Mâneton, egípcio de nascimento, foi encarregado de escrever essa história geral do Egito. Tinha acesso aos arquivos antigos e sabia lê-los. Se seu trabalho tivesse chegado

FIGURA 1 O Nilo, fotografado por um satélite Landsat em órbita a 920 km da Terra (do artigo de Farouk El-Baz, "Le Courrier de l'Unesco", jul. 1977, foto Nasa, EUA). O conjunto de sessenta fotografias do Egito tiradas pelo satélite mostra nitidamente (em alto contraste) a estreita faixa fértil constituída pelo vale do Nilo, bem como o triângulo do Delta e o oásis do Fayum. O deserto ocupa dois terços da imagem, a oeste do Nilo. Na parte inferior, podem-se distinguir fileiras de dunas desenhando curvas paralelas.

até nós na íntegra, teria evitado muitas incertezas. Infelizmente desapareceu quando a biblioteca de Alexandria foi queimada. Os excertos preservados em várias compilações, frequentemente reunidos para fins apologéticos, fornecem-nos, não obstante, um sólido esquema da história egípcia. Na verdade, as 31 dinastias "manetonianas" continuam sendo, até hoje, a base da cronologia relativa do Egito.

O fechamento dos últimos templos egípcios sob Justiniano I, no século VI da Era Cristã, levou ao abandono das formas faraônicas de escrita – hieroglíficas, hieráticas ou demóticas. Apenas a linguagem falada sobreviveu, no copta; as fontes escritas caíram gradualmente em desuso. Foi só em 1822, quando Jean-François Champollion (1790-1832) decifrou a escrita hieroglífica, que se pôde novamente ter acesso aos documentos antigos, escritos pelos próprios egípcios.

Essas fontes literárias egípcias antigas devem ser utilizadas com reservas, pois têm uma natureza particular. Frequentemente foram elaboradas com um propósito específico: enumerar as realizações de um faraó, para mostrar que ele cumprira plenamente sua missão terrestre de manter a ordem universal desejada pelos deuses (Maât) e de resistir às forças do caos que cada vez mais ameaçavam essa ordem. Podiam também ter o propósito de garantir eterna devoção e lembrança aos faraós que fizeram por merecer a gratidão das gerações seguintes. Nessas duas categorias de documentos enquadram-se, respectivamente, os longos textos e as imagens históricas que adornam certas partes dos templos egípcios, e as veneráveis listas de ancestrais, como aquelas entalhadas nos templos em Carnac, durante a XVIII dinastia, e em Abidos, durante a XIX.

Para compilar listas reais como as mencionadas acima, os escribas dispunham de documentos redigidos por sacerdotes ou por funcionários reais, o que sugere a existência de arquivos oficiais bem organizados. Infelizmente, apenas dois desses documentos chegaram até nós, e, ainda assim, incompletos. São eles a Pedra de Palermo e o Papiro real de Turim.

A **Pedra de Palermo** (assim chamada porque o maior fragmento do texto é conservado no museu dessa cidade da Sicília) é uma placa de diorito gravada nas duas faces, com os nomes de todos os faraós que reinaram no Egito desde o começo da V dinastia, por volta de -2450. A partir da III dinastia, a Pedra de Palermo arrola não só os nomes dos soberanos na ordem de sucessão, mas também os principais eventos de cada reinado ano a ano; tais listas constituem verdadeiros anais. É lamentável que esse documento incomparável esteja quebrado, tendo chegado incompleto até nós.

O **Papiro de Turim,** preservado no museu dessa cidade, não é menos importante, embora consista apenas em uma lista de governantes, com seus

protocolos completos e o número de anos, meses e dias de seus reinados, em ordem cronológica. Fornece uma lista completa de todos os faraós, desde os primeiros tempos até aproximadamente -1200. Embora tenha sido descoberto intacto no século XIX, este documento foi manuseado com tanto descuido por ocasião do transporte que se despedaçou, tendo sido necessário anos de trabalho para a sua restauração. Mesmo assim, existem ainda hoje muitas lacunas. Uma das peculiaridades do Papiro de Turim é o fato de agrupar os faraós em séries. No final de cada série, o escriba acrescentou o número total de anos de reinado dos faraós de cada grupo. Temos aqui, sem dúvida, a fonte das dinastias de Mâneton.

Cronologia egípcia

A Pedra de Palermo, o Papiro de Turim e as listas reais dos monumentos tornam-se ainda mais importantes para a história do Egito se levarmos em conta que os egípcios não adotavam eras contíguas ou cíclicas, como as de nossos sistemas – antes ou depois de Cristo, da Hégira ou das Olimpíadas. Seu cômputo baseia-se na pessoa do próprio faraó; cada data é estabelecida tendo como referência o faraó que reinava no tempo em que o documento foi redigido. Por exemplo, uma estela poderá trazer a data: "Ano do faraó N, segundo mês de *Akhet* (estação), oitavo dia", mas a contagem começa novamente a partir de 1 quando o governante seguinte sobe ao trono. Esse costume explica a importância de se conhecerem os *nomes* de todos os faraós que reinaram, e a *duração* de cada reinado, para estabelecer a cronologia. O Papiro de Turim e a Pedra de Palermo nos teriam fornecido essas informações essenciais se tivessem permanecido intactos. Infelizmente isso não aconteceu, e os outros documentos que preenchem as lacunas dessas duas fontes principais ainda não são suficientes para que tenhamos uma lista completa e exata dos faraós do Egito. Não só a ordem de sucessão continua controversa para alguns períodos em que o Papiro de Turim e a Pedra de Palermo não fornecem referências, como a própria duração exata do reinado de alguns soberanos ainda é desconhecida. Na melhor das hipóteses, temos apenas a mais antiga data conhecida de um determinado faraó, mas seu reinado pode ter durado até muito depois da construção do monumento que traz essa data.

Mesmo com essas lacunas, a soma de todas as datas fornecidas pelas fontes de que dispomos perfaz um total de mais de 4 mil anos. Essa é a cronologia *longa,* aceita pelos primeiros egiptólogos até 1900. Percebeu-se, então, que

uma tal extensão de tempo era inadequada: estudos de textos e monumentos mostraram que em certos períodos vários faraós reinaram ao mesmo tempo (havendo, portanto, dinastias paralelas) e como por vezes ocorria, um faraó podia tomar um de seus filhos como corregente. Dado que cada governante datava seus monumentos tendo como referência seu próprio reinado, havia algumas superposições; somando-se os reinados das dinastias paralelas e aqueles dos corregentes aos reinados dos soberanos oficiais, chegava-se, necessariamente, a um número total muito superior ao real.

Provavelmente teria sido impossível resolver esse problema se uma peculiaridade do antigo calendário faraônico não nos tivesse fornecido uma referência cronológica segura, por estar esse calendário relacionado a um fenômeno astronômico permanente, cujo cálculo era fácil estabelecer. Referimo-nos ao aparecimento da estrela Sótis – a nossa Sirius – coordenado com o nascer do Sol, na latitude de Heliópolis-Mênfis. É a isto que se chama "nascer helíaco de Sótis", fenômeno que foi observado e anotado na Antiguidade pelos egípcios. Essas observações forneceram as datas "sotíacas", nas quais se baseia atualmente a cronologia egípcia.

No princípio, os egípcios, como a maioria dos povos da Antiguidade, parecem ter utilizado o calendário lunar, principalmente para estabelecer as datas das festas religiosas. Mas, ao lado desse calendário astronômico, usavam um outro. Sendo os egípcios um povo camponês, seu dia-a-dia era fortemente marcado pelo ritmo da vida agrícola: semeadura, maturação, colheita, preparação de novas sementes. Ora, no Egito, o ritmo agrícola do vale é condicionado pelo Nilo, e suas mudanças é que fixam as datas das várias operações. Assim, não há nada de surpreendente no fato de que, paralelamente ao calendário religioso lunar, os antigos habitantes do vale utilizassem também um calendário natural baseado na repetição periódica do evento mais importante para a sua subsistência: as cheias do Nilo.

Nesse calendário, a primeira estação do ano, *Akhet* em egípcio, marcava o começo da enchente. As águas do rio subiam pouco a pouco e cobriam a terra ressecada pelo verão tórrido. Os campos permaneciam encharcados durante quatro meses aproximadamente. Na estação seguinte, a terra, que pouco a pouco emergia da inundação, ficava pronta para a semeadura. Era a estação *Peret* – literalmente, "sair" –, termo que, sem dúvida, faz alusão à terra que "sai" da água e, ao mesmo tempo, à "saída", ao despontar da vegetação. Terminada a semeadura, o camponês aguardava a germinação e a maturação dos grãos. Na terceira e última estação, os egípcios colhiam e estocavam a colheita. Depois

FIGURA 2 A Pedra de Palermo. (Fonte: A. H. Gardiner, “The Egypt of the Pharaohs”, Oxford University Press, 1961.)

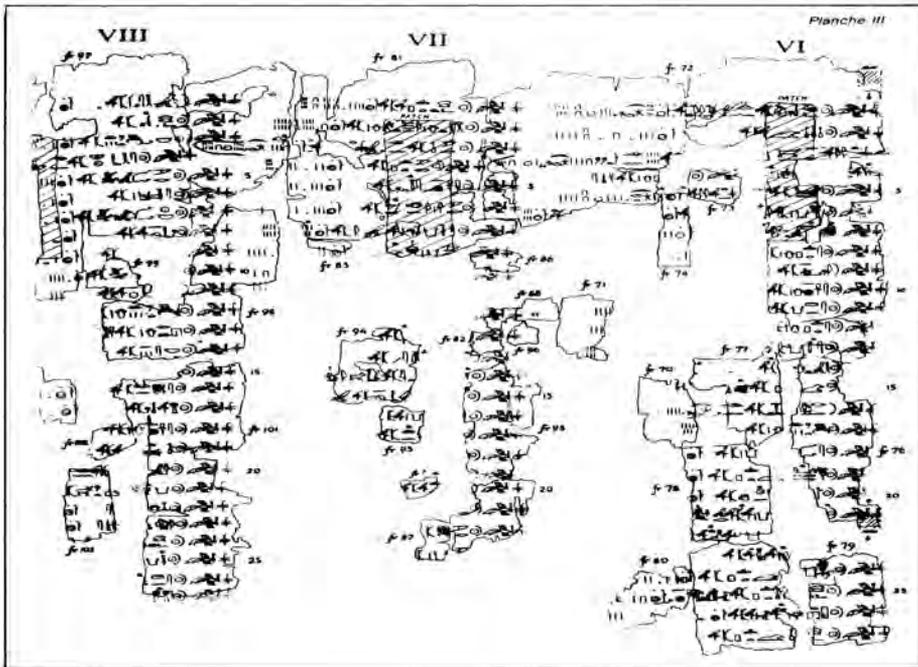



FIGURA 3 O Papiro de Turim. (Fonte: A. H. Gardiner, “The Royal Canon of Turin”, Oxford, 1954. Foto Griffith Institute, Ashmolean Museum, Oxford.)

disso, tinham apenas que esperar a nova enchente e preparar os campos para a sua chegada. Essa era a estação *Shemu.*

É possível – e mesmo muito provável – que, por longos anos, os egípcios tenham-se contentado com esse calendário. O ano, então, começava quando as águas subiam. A estação *Akhet,* assim iniciada, durava até a retração das águas, que marcava o início da estação *Peret.* Esta, por sua vez, terminava quando os grãos amadurecidos estavam prontos para a colheita, marcando o começo da estação *Shemu,* que terminava somente com o início da nova cheia. Era pouco significativo para o camponês que uma estação fosse mais longa do que a outra; o que importava era a organização do trabalho, que variava de acordo com as três estações.

Em que momento e por que razões os egípcios passaram a ligar a enchente do Nilo ao aparecimento simultâneo do Sol e da estrela Sótis no horizonte? Isso certamente será difícil de determinar. Não há dúvida de que o estabelecimento dessa relação foi resultado de observações repetidas e, ao mesmo tempo, de profundas crenças religiosas. A estrela Sótis (Sirius, em egípcio *Sepedet,* “a

Pontuda") veio, mais tarde, a ser identificada com Ísis, a cujas lágrimas se atribuíam as enchentes do Nilo. Talvez tenhamos aqui o reflexo de uma crença religiosa muito antiga, associando o aparecimento da estrela divinizada com a subida das águas. Quaisquer que sejam as razões, ao vincular o começo da cheia, e, consequentemente, o primeiro dia do novo ano, a um fenômeno astronômico, os egípcios forneceram-nos os meios para estabelecer pontos de referência concretos para a sua longa história.

Na latitude de Mênfis, o suave início da enchente ocorria em meados de julho. Poucos anos de observação parecem ter sido suficientes para mostrar aos egípcios que o início da enchente tinha uma recorrência média de 365 dias. A partir daí, eles dividiram seu ano de três estações empíricas em um ano de doze meses de trinta dias cada um. Atribuíram, assim, quatro meses para cada estação. Acrescentando cinco dias suplementares (em egípcio, os cinco *heryu renepet,* os cinco a mais – acrescentados – ao ano), que os gregos chamavam de epagômenos, os escribas obtiveram um ano de 365 dias, que era, de longe, o mais adequado de todos os adotados na Antiguidade.

No entanto, não era perfeito. De fato, a Terra completa a sua translação em torno do Sol não em 365 dias, mas em 365 dias e um quarto. A cada quatro anos, o ano oficial egípcio se atrasava um dia em relação ao ano astronômico, e somente a cada 1460 anos – o *período sotíaco* – os três fenômenos (nascer do Sol, nascer de Sótis e início da cheia) ocorriam simultaneamente no primeiro dia do ano oficial.

Essa defasagem gradual entre os dois anos teve duas consequências importantes: primeiro, permitiu que os modernos astrônomos determinassem quando os egípcios adotaram o seu calendário, tendo essa data que coincidir, necessariamente, com o início de um período sotíaco. A coincidência dos fenômenos – início da enchente e nascer helíaco de Sótis – ocorreu três vezes nos cinco milênios anteriores à Era Cristã em -1325/-1322, em -2785/-2782 e em -4245/-4242. Por muito tempo, acreditou-se que os egípcios tinham adotado seu calendário entre -4245 e -4242. Atualmente, admite-se que isso só ocorreu no início do período sotíaco seguinte, isto é, entre -2785 e -2782.

A segunda consequência da adoção, pelos egípcios, do calendário solar fixo foi um distanciamento gradual entre as *estações naturais,* determinadas pelo próprio ritmo do Nilo, e as *estações oficiais,* adotadas pelo governo, que se baseavam em um ano de 365 dias. Essa defasagem de um dia a cada quatro anos – no início, quase imperceptível – aumentava pouco a pouco para uma semana, um mês, dois meses, até que o *Shemu* do calendário oficial caísse no meio da estação natural *Peret.* Um tal descompasso não poderia deixar de chamar a atenção dos escribas

egípcios: há textos que apontam oficialmente a diferença entre o verdadeiro nascer helíaco de Sótis e o começo do ano oficial. Essas observações permitem-nos estabelecer com uma aproximação de quatro anos as seguintes datas:

- o reinado de Sesóstris III deve incluir os anos -1882/-1879;
- o ano de Amenófis I cai entre os anos -1550 e -1547;
- o reinado de Tutmés III inclui os anos -1474/-1471.

Combinando essas datas com as datas relativas fornecidas pelas fontes de que dispomos – o Papiro de Turim, a Pedra de Palermo e os monumentos datados. das várias épocas –, pudemos estabelecer uma cronologia básica, a mais exata de todas as do Oriente antigo. Ela estabelece o início da história do Egito em -3000. As grandes divisões de Mâneton podem ser datadas como segue:

- III à VI dinastia (Antigo Império): aproximadamente -2750/-2200;
- VII à X dinastia (Primeiro Período Intermediário): -2200/-2150;
- XI à XII dinastia (Médio Império): -2150/-1780;
- XIII à XVII dinastia (Segundo Período Intermediário): -1780/-1580;
- XVIII à XX dinastia (Novo Império): -1580/-1080;
- XXI à XXIII dinastia (Terceiro Período Intermediário): -1080/-730;
- XIV à XXX dinastia (Baixa Época): -730/-330.

A conquista de Alexandre da Macedônia, em -332, marca o final da história do Egito faraônico e o início do período helenístico (cf. capítulo 6).

O meio ambiente nilótico

Talvez seja interessante citar aqui uma frase escrita por Heródoto (II, 35) no final de sua descrição do Egito: “Não só o clima do Egito é peculiar a esse país, e o comportamento do Nilo diferente daquele de outros rios em qualquer outro lugar, mas também os próprios egípcios em seus usos e costumes parecem ter invertido as práticas comuns da humanidade” (a partir da tradução de A. de Sélincourt). Ao escrever essa frase, Heródoto naturalmente se referia apenas aos países que margeiam o Mediterrâneo. No entanto é verdade que, de todos os países da África, o Egito é o que possui o meio ambiente mais característico, devido ao regime do Nilo. Sem o rio, o Egito não existiria. Isso foi dito e redito mil vezes desde Heródoto: trata-se de uma verdade básica.

De fato, as condições rigorosas que o rio impunha às sociedades humanas que viviam às suas margens, e que a ele deviam sua subsistência, só foram reconhecidas

pouco a pouco. Tornaram-se inelutáveis apenas quando a civilização egípcia tinha mais de 700 anos. Os grupos humanos que constituíram essa civilização tiveram tempo, portanto, para se acostumar gradualmente às exigências impostas pela ecologia do Nilo.

A partir do final do Neolítico, entre -3300 e -2400 aproximadamente, o nordeste da África, incluindo o Saara, desfrutou de um sistema climático relativamente úmido. Nesse período, o Egito não dependia exclusivamente do Nilo para sobreviver. A estepe ainda se estendia a leste e a oeste do vale, abrigando caça abundante e favorecendo uma criação de gado considerável. A agricultura era, então, apenas um dos componentes da vida cotidiana, competindo em importância com a criação de gado e mesmo com a caça, conforme se atesta pela Pedra de Palermo. Esta nos leva a inferir que o cálculo dos impostos devidos à autoridade central pelos notáveis do regime baseava-se não no rendimento das terras que possuíam, mas no número de cabeças de gado a cargo de seus pastores. A cada dois anos, fazia-se um censo dessa riqueza básica. As cenas que decoram as mastabas do Antigo Império, do final da IV até a VI dinastia (-2500 a -2200), mostram claramente que a criação de gado ocupava um lugar essencial na vida dos egípcios daquele tempo.

Assim, podemos supor que a busca do controle do rio pelo homem a realização fundamental da civilização egípcia, pois que possibilitou seu florescimento – foi provavelmente estimulada, no princípio, não pelo desejo de fazer melhor uso das cheias para a agricultura, mas, especialmente, pela necessidade de evitar os danos provocados pelas inundações. Muitas vezes se esquece de que o transbordamento do Nilo não é apenas benéfico; pode acarretar calamidades. Foi sem dúvida em função dessa ameaça que os habitantes do vale aprenderam a construir diques e barragens para proteger suas povoações, e a cavar canais para drenar seus campos. Dessa maneira, foram lentamente adquirindo uma experiência que passou a ser vital, na medida em que o clima da África, entre os paralelos 13 e 15, ao norte, acabou por tornar-se tão seco quanto é hoje, transformando em deserto absoluto as vizinhanças do vale do Nilo, tanto no Egito como na Núbia. A partir de então, toda a vida do vale passou a ser estritamente condicionada pelas cheias do rio.

Pelo emprego das técnicas de construção de diques e escavação de canais, aperfeiçoadas ao longo dos séculos, os egípcios pouco a pouco desenvolveram o sistema de irrigação por bacias *(hods),* garantindo, assim, não apenas sua sobrevivência em um clima cada vez mais desértico, mas ainda a possibilidade de expansão (cf. capítulos 4 e 8). O princípio desse sistema era simples, mas sua operação era complexa e exigia sincronização. Utilizava duas elevações naturais

formadas pelo Nilo ao longo de suas margens, no decorrer de milhares de cheias, ano após ano. Essas defesas naturais, gradualmente reforçadas pelos habitantes das margens para se defender das cheias repentinas, eram suplementadas por aterros de retenção, verdadeiras barragens artificiais que, sem dúvida, tiveram origem naquelas construídas pelos antigos habitantes para proteger suas moradias quando as águas do rio subiam.

Ao mesmo tempo, foram construídos diques paralelos ao Nilo, que acabaram por dividir o Egito em uma série de bacias (daí o nome do sistema). O solo dessas bacias era nivelado, de maneira que, quando o rio subisse, a bacia ficasse inteiramente submersa. Canais de drenagem eram abertos nos aterros paralelos ao rio para permitir que as bacias se enchessem. Depois de permanecer por algum tempo, para impregnar os campos, a água era devolvida ao rio. Além disso, um sistema de canais utilizando o declive natural do vale levava água da montante para as áreas mais baixas localizadas na jusante do rio, de maneira a irrigar terras que mesmo uma enchente muito grande não alcançaria.

Esse sistema, que os egípcios gradualmente aprenderam por experiência própria, apresentava as vantagens de assegurar uma distribuição equitativa de água e matéria orgânica por toda a terra cultivável, irrigar aquelas partes do vale que, de outra maneira, teriam permanecido estéreis e, finalmente, e acima de tudo, controlar o Nilo e suas enchentes. O preenchimento das bacias e o desvio da água de montante para jusante através de canais, tinham por efeito moderar a correnteza do rio, evitando as consequências desastrosas de uma repentina liberação de milhões de metros cúbicos de água, que destruíam tudo à sua passagem. A diminuição da correnteza, por sua vez, facilitava a deposição do limo, do qual a água se encontrava carregada.

Não é exagero dizer que esse sistema único de irrigação estava na própria raiz do desenvolvimento da civilização egípcia. Ele explica como a engenhosidade humana conseguiu progressivamente superar grandes dificuldades e modificar a ecologia natural do vale.

A nova ecologia, resultante da intervenção humana, envolvia um trabalho considerável. Depois de cada enchente, era necessário reparar os aterros, reforçar os diques e limpar os canais. Era uma tarefa coletiva contínua que, de início, provavelmente se realizava ao nível de cada povoação. No período histórico, esse trabalho era administrado e supervisionado pelo governo central. Se este último deixasse de garantir, no devido tempo, a manutenção de todo o sistema, a enchente seguinte poderia destruí-lo, e o vale retomaria ao seu estado original. No Egito, a ordem política condicionou amplamente a ordem natural. Para assegurar a subsistência de todos não era suficiente que o sistema de bacias funcionasse

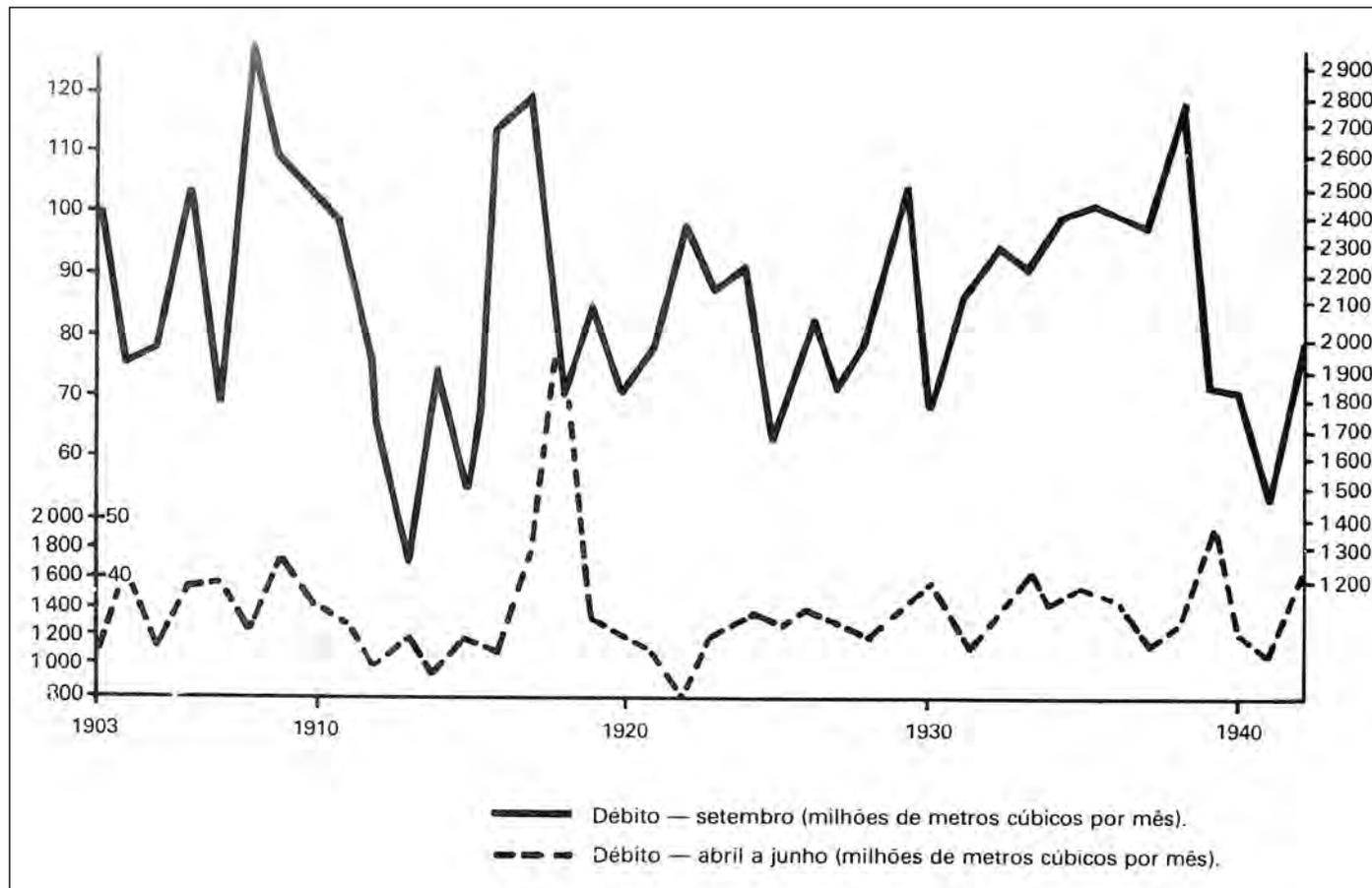



FIGURA 4 Cheias sazonais do Nilo. (Fonte: Jacques Besançon, "L'Homme et le Nil", Paris, Gallimard, NRF, p.79.)

regularmente. Uma das características das cheias do Nilo é o fato de que seu volume varia enormemente de um ano para o outro. As cheias podem ser fortes demais, destruindo tudo à sua passagem, ou fracas demais, impossibilitando uma irrigação satisfatória. Por exemplo, no período compreendido entre 1871 e 1900, apenas a metade das enchentes ocorridas já teria sido suficiente para suprir as necessidades do Egito.

A experiência logo ensinou os egípcios a desconfiar da inconstância do rio. Para compensar a escassez periódica, era necessário estocar cereais para alimentar a população e – mais importante ainda com vistas ao futuro garantir quantidade suficiente de sementes para a semeadura seguinte, quaisquer que fossem as circunstâncias. Esses estoques de reserva eram fornecidos pelo governo central, graças ao duplo celeiro real, que estocava cereais em armazéns distribuídos por todo o país. Limitando o consumo em períodos de abundância e estocando o máximo possível para se precaver contra cheias insuficientes ou excessivas, o governo central passou a controlar, por assim dizer, a ordem natural e veio a desempenhar um papel muito importante.

Mudando profundamente as condições impostas pela natureza, o homem desempenhou um papel essencial na emergência e expansão da civilização no vale do Nilo. O Egito não é apenas uma *dádiva do Nilo:* é, acima de tudo, uma criação do homem. Daí a importância dos problemas antropológicos do vale.

A ocupação do vale do Nilo

Já no Paleolítico, o homem ocupava, se não o vale propriamente dito, pelo menos sua vizinhança imediata e em especial os terraços que o dominavam. A alternância de períodos úmidos e secos durante o Paleolítico e o Neolítico (cf. volume I) alterava inevitavelmente a densidade populacional, que ora aumentava, ora diminuía. Mas o fato é que, por mais que recuemos no tempo, o *Homo sapiens* sempre habitou o Egito.

A que raça ele pertencia? Poucos problemas antropológicos levantaram discussões tão apaixonadas. No entanto esse problema não é novo. Em 1874 já se discutia se os antigos egípcios eram “brancos” ou “negros”. Um século depois, um simpósio promovido pela Unesco no Cairo mostrou que a discussão não estava encerrada, e era provável que não se esgotasse tão cedo. Não é fácil encontrar uma definição de “negro”, do ponto de vista físico, que seja aceitável para todos. Recentemente, um antropólogo levantou dúvidas sobre a possibilidade de se encontrarem meios efetivos para determinar a raça a que um esqueleto pertence

– pelo menos no que se refere a restos humanos muito antigos, como os do Paleolítico. Os critérios tradicionais adotados pelos antropólogos físicos – índice facial, comprimento dos membros, etc. – atualmente já não são aceitos por todos, e, como os antigos, voltamos a definir "negro" pelo tipo de cabelo e cor da pele – medida cientificamente, é verdade, pela proporção de *melanina.* Contudo, o valor desses índices é posto em dúvida por alguns. Nesse ritmo, depois de haver perdido, ao longo dos anos, a própria noção de raça "vermelha", corremos sérios riscos de sermos obrigados a abandonar a noção de raça "branca" e raça "negra". De qualquer modo, é muito duvidoso que os habitantes que introduziram a civilização no vale do Nilo tenham pertencido a uma raça única e pura. A própria história do povoamento do vale refuta essa possibilidade.

O homem não penetrou repentinamente em um vale vazio ou habitado unicamente por animais selvagens. Estabeleceu-se na região gradualmente, ao longo de milhares de anos, à medida que a própria densidade dos grupos humanos ou as variações climáticas obrigaram-no a buscar novos recursos ou maior segurança. Devido à sua posição, no ângulo nordeste do continente africano, era inevitável que o vale do Nilo como um todo e o Egito, em particular, se tornassem o ponto de chegada das correntes migratórias oriundas não somente da África, mas também do Oriente Médio, e mesmo da Europa. Portanto, não é de surpreender que os antropólogos acreditem ter podido identificar, entre os muitos esqueletos nilóticos antigos, representantes das raças de Cro-Magnon, armenoides, negroides, leucodérmicos, etc., embora esses termos devam ser aceitos com reservas. Se algum dia existiu uma raça egípcia – e esta é uma questão aberta –, ela foi o resultado de miscigenações, cujos elementos básicos variaram no tempo e no espaço. Isso poderia ser verificado, se fosse possível obter um número suficiente de restos humanos para cada um dos períodos históricos e para as diferentes regiões do vale – o que está longe de ser o caso.

No entanto, um fato é inegável: a presença persistente, no Egito e na Núbia, de um determinado tipo físico que não se poderia definir como raça, uma vez que, conforme seja encontrado no Alto Egito ou no Baixo Egito, apresenta características ligeiramente diferentes. De cor mais escura no sul que no norte, esse tipo é, de maneira geral, mais escuro que no resto da bacia mediterrânea, incluindo o norte da África. O cabelo é preto e encaracolado; a face, arredondada e imberbe, era, no Antigo Império, ornada às vezes por um bigode. Em geral bastante esguio, é o tipo humano que conhecemos através dos afrescos, baixos-relevos e estátuas dos faraós; não nos devemos esquecer de que se tratava efetivamente de *retratos,* tal como exigiam as crenças funerárias dos egípcios, já que era o próprio indivíduo, e não uma noção abstrata, quem sobrevivia à morte.

Seria fácil, naturalmente, – selecionando determinados retratos e não levando em conta a totalidade daqueles que chegaram até nós – atribuir o tipo egípcio a uma raça particular; igualmente fácil seria, no entanto, escolher outros exemplos que negassem essas conclusões. De fato, qualquer pessoa pode ver que os indivíduos representados pela arte egípcia são os mais variados possíveis, com seus "perfis retos, perfis prognatas, algumas vezes com as maçãs do rosto salientes, como no caso de Sesóstris III, lábios carnudos, frequentemente encurvados; por vezes com nariz levemente adunco (Hemeomu, Pépi I, Gamal Abdel Nasser), mais frequentemente com um nariz grande e reto como o de Quéfren e, no sul, particularmente, com nariz chato e lábios mais grossos" (Jean Yoyotte).

Essa variedade mostra que, no vale do Nilo, estamos lidando com um tipo humano, e não com uma raça; um tipo que se constituiu gradualmente, tanto pelos hábitos e condições de vida peculiares ao vale, como pela miscigenação da qual é produto. Um exemplo notável disso é a estátua do Cheik-el-Beled, um retrato vivo do prefeito da aldeia de Sacará na época em que a estátua, com mais de 4 mil anos, foi descoberta. É mais do que provável que a estirpe africana, negra ou clara, tenha predominado no antigo Egito; não se pode, contudo, ir mais além no atual estágio dos nossos conhecimentos.

Escrita e meio ambiente

O Egito foi o primeiro país da África a fazer uso da escrita, a julgar pelo emprego, no sistema hieroglífico, de pictogramas representando objetos que estavam fora de uso havia muito tempo no início da época histórica. É possível situar essa invenção no período amratiense, também chamado Nagada I (cf. volume I), isto é, em torno de -4000, de acordo com as datas sugeridas pelo carbono 14. Assim, é um dos mais antigos sistemas de escrita de que se tem conhecimento. Desenvolveu-se muito rapidamente, pois já aparece constituído na paleta de Narmer, o primeiro monumento histórico egípcio, que pode ser datado de -3000. Além disso, a fauna e a flora utilizadas nos signos são essencialmente africanas.

A escrita egípcia é fundamentalmente pictográfica, como muitas escritas antigas, mas, enquanto na China e na Mesopotâmia, por exemplo, os sinais pictográficos originais evoluíram rapidamente para formas abstratas, o Egito permaneceu fiel ao seu sistema até o final de sua história.

Todos os objetos ou seres vivos que pudessem ser desenhados eram usados como sinais ou caracteres na escrita egípcia: para escrever a palavra "arpão" ou

"peixe" bastava ao escriba desenhar um arpão ou um peixe. São os chamados signos-palavra, porque um único signo é suficiente para escrever a palavra inteira. Este princípio permaneceu em uso durante toda a civilização faraônica, o que possibilitou que os escribas criassem tantos signos-palavra quantos fossem necessários para denotar seres ou objetos desconhecidos no tempo em que o sistema de escrita foi criado; assim, por exemplo, "cavalo" e "carro". No sistema puramente pictográfico, ações também podem ser representadas através de desenhos. Para escrever os verbos "correr" ou "nadar", o escriba deveria simplesmente desenhar um indivíduo correndo ou nadando.

No entanto, apesar de toda a sua engenhosidade, o sistema pictográfico não se prestava à representação de termos abstratos, como "amar", "lembrar" ou "tornar-se". Para superar essa dificuldade, os egípcios teriam que ultrapassar o estádio da pura pictografia. Eles o fizeram empregando dois outros princípios: a *homofonia* e a *ideografia.* Foi o uso *simultâneo* desses três princípios – pictografia pura, homofonia e ideografia – que tornou tão difícil, na atualidade, a decifração dos hieróglifos. Na escrita egípcia, alguns signos são lidos foneticamente, outros não: servem apenas para precisar o som ou o significado da palavra.

O princípio da homofonia é simples: por exemplo, na linguagem falada a palavra "tabuleiro de xadrez" era pronunciada *men.* Graças a esse princípio, o signo pictográfico representando um tabuleiro de xadrez poderia ser utilizado, conforme se desejasse, tanto para significar o próprio objeto como para escrever *foneticamente* todos os "homófonos", isto é, todas as palavras cuja pronúncia fosse *men,* entre elas o termo abstrato "ser estável". Da mesma forma, o signo de "enxada" era pronunciado *mer,* podendo, portanto, ser utilizado para escrever o verbo "amar", cuja pronúncia era *mer.* Nesses casos, os signos-palavra originais tornaram-se signos fonéticos. Como o número de homófonos simples, palavra por palavra – do tipo *men,* "tabuleiro de xadrez", e *men,* "ser estável", ou *mer,* "enxada", e *mer,* "amar" –, é relativamente pequeno, a inovação teria oferecido vantagens bastante limitadas se os escribas não tivessem estendido seu emprego à formação de palavras complexas. Por exemplo, para escrever o verbo abstrato "estabelecer", que era pronunciado *semen* e não possuía homófonos simples, empregavam dois signos-palavra com valor fonético: um pedaço de tecido dobrado, que se pronunciava (*e*), e *men,* "tabuleiro de xadrez". Colocados lado a lado, esses dois signos eram lidos foneticamente *s*(*e*) + *men* = *semen* e a combinação significava "estabelecer", "fundar". Tendo chegado a esse estágio, o escriba egípcio tinha à sua disposição um instrumento capaz de expressar foneticamente, através de imagens, qualquer palavra da língua, por mais complexa que fosse. Bastava decompor a palavra em tantos sons quantos se pudesse transcrever por meio de

Figura 5 A Paleta em xisto de Narmer, I dinastia, face anterior e posterior. É dos mais antigos testemunhos da escrita egípcia. O protocolo do rei, simbolizado pelo peixe *ncr* e o cinzel *mr*, ocupa o retângulo entre as duas cabeças de Hátor. Os outros pequenos hieróglifos inscritos embaixo da cabeça das diferentes personagens indicam-lhes o nome ou o título; o chefe capturado talvez se chamasse Washi (wr = arpão; s = charco), O grupo no alto, à direita, deve explicar, provavelmente, a figura central; nessa época, bastante remota, o essencial de frases inteiras, ao que parece, podia ser exprimido por meio de simples grupos de símbolos cujos elementos sugerissem palavras distintas. A este, por hipótese, pode-se dar a seguinte interpretação: o Deus-Falcão Hórus (ou seja, o rei) fez prisioneiros os habitantes da região do papiro (Tz - mhw, o Delta). (Fonte: J. Pirenne, "Histoire de la Civilisation de l'Egypte Ancienne", Baconnière, Neuchâtel, Suíça, 1961, v. I, figs. 6 e 7, pp. 28-9. Foto H. Brugsch, Museu do Cairo.)

um signo-palavra que tivesse aproximadamente a mesma pronúncia. A escrita hieroglífica já tinha alcançado esse estágio no período tinita, em tomo de -3000, o que pressupõe um período bastante longo de desenvolvimento anterior.

No entanto, o sistema assim completado tinha falhas. Utilizava necessariamente um grande número de signos – conhecemos mais de quatrocentos signos comuns – que podiam deixar o leitor confuso quanto à maneira de lê-los. Tomemos o exemplo simples do desenho de um barco. Como deveria ser lido (bote, barco, navio, embarcação, etc.)? Além disso, era impossível, à primeira vista, saber se um determinado signo estava sendo empregado como signo-palavra, designando o objeto representado, ou como signo fonético.

A segunda dificuldade foi facilmente superada: os escribas adotaram o hábito de acrescentar uma linha vertical depois do signo-palavra que designasse o próprio objeto. Quanto à primeira, foi resolvida pelo estabelecimento gradual de um complexo sistema de *complementos fonéticos* (como é chamado pelos egiptólogos). Consiste em 24 signos-palavra, cada um deles com apenas uma consoante. Os escribas, pouco a pouco, passaram a utilizá-los para indicar a leitura fonética dos signos. Vejamos um exemplo: o signo que representa um pão sobre uma esteira tem a pronúncia *hetep.* Com o tempo, tornou-se habitual colocar dois outros signos imediatamente após o signo-palavra empregado foneticamente: "pão", pronunciado *t,* e "assento", pronunciado *p.* Esses dois signos indicavam imediatamente ao leitor a pronúncia *hetep.*

É evidente que esses 24 signos simples desempenham, de fato, o papel das nossas letras, e que temos aqui o embrião da invenção do alfabeto, já que esses signos expressam todas as consoantes da língua egípcia, e que os egípcios, como os árabes ou os hebreus, não escreviam as vogais. Não havia, portanto, nenhuma palavra na língua que não pudesse ser escrita simplesmente por meio de signos. No entanto os egípcios nunca deram o passo final nessa direção e, longe de empregar apenas os signos simples, quase alfabéticos, complicaram ainda mais seu sistema de escrita – pelo menos aparentemente – acrescentando aos signos utilizados foneticamente, e a seus complementos fonéticos, novos signos puramente ideográficos. Esses signos eram colocados no final das palavras e tornavam possível classificá-las, à primeira vista, em uma determinada categoria. Os verbos que designavam uma ação física, como "atingir" e "matar", eram seguidos por um signo que representava um braço humano empunhando arma. Os que designavam um conceito abstrato, como "pensar" e "amar", eram seguidos de um signo representando um rolo de papiro. Também os substantivos se faziam acompanhar por ideogramas: a palavra "bacia", por exemplo, seria seguida pelo ideograma "água", três linhas horizontais onduladas; os nomes de países

estrangeiros seriam seguidos pelo signo "montanha" – em contraposição ao Egito, que é plano – e assim por diante.

Se os egípcios nunca utilizaram uma forma simplificada de escrita – possuímos apenas um texto em escrita alfabética, que é muito tardio e pode ter sido influenciado pelas escritas alfabéticas utilizadas nos países vizinhos –, esse conservadorismo pode, sem dúvida, ser explicado pela importância que atribuíam à imagem e, portanto, ao signo como imagem. A imagem possuía um poder mágico latente. Ainda por volta de -1700, os escribas por vezes mutilavam os signos que representavam seres perigosos (pelo menos a seus olhos): as serpentes tinham o rabo cortado; certos pássaros apareciam sem os pés. O poder mágico do signo estendia-se por todo o mundo; esse poder era tão grande que quando se desejava fazer mal a alguém, o nome da pessoa era cuidadosamente rasurado ou apagado, onde quer que estivesse escrito. O nome era, de fato, parte do indivíduo e, em certo sentido, a própria pessoa: destruir o nome era destruir a pessoa.

Com esse intrincado sistema de signos-palavra, signos fonéticos plurissilábicos, complementos fonéticos e determinativos ideográficos – uma confusão de signos, alguns devendo ser pronunciados, outros não – a escrita hieroglífica é, de fato, complexa, mas também muito evocativa. Os determinativos recortam bem as palavras, a ordem rígida dos termos da oração – verbo, sujeito, objeto – facilita a interpretação, e as dificuldades que o tradutor moderno enfrenta advêm do fato de que por vezes ele desconhece o significado de muitas palavras. Mesmo assim, graças aos determinativos, podemos saber em que categoria devem ser classificadas. Tem-se sugerido frequentemente que a escrita hieroglífica foi trazida para o vale por invasores do Oriente, ou tomada de empréstimo à Mesopotâmia pelos egípcios. O mínimo que se pode dizer é que não há nenhum vestígio material desse empréstimo na escrita do Egito faraônico, tal como é encontrada no despontar da História, em torno de -3000. Pelo contrário, é possível acompanhar, passo a passo, a sua lenta formação: da pura pictografia para os fonogramas complexos, destes para os complementos fonéticos e, finalmente, para os determinativos. Alguns signos empregados foneticamente representam objetos que já não eram usados quando os primeiros textos apareceram, o que prova que a escrita se constituiu na era *pré*-histórica, quando esses objetos ainda eram de uso corrente. Finalmente, talvez o mais importante seja o fato de que os antigos signos hieroglíficos foram *todos* tomados da fauna e da flora do Nilo, provando, assim, que a escrita é de origem puramente africana. Se admitirmos que houve influência externa no advento da escrita egípcia, tal influência pode ter sido, no máximo, da *ideia* de escrever, o que é pouco provável se levarmos

em conta que a escrita tomou forma muito cedo no Egito, no IV milênio antes da Era Cristã.

Uma das forças a presidir a invenção e o desenvolvimento da escrita hieroglífica no vale do Nilo foi, sem dúvida, a necessidade que tinham seus habitantes de agir em conjunto e de maneira coordenada no combate aos flagelos que periodicamente os ameaçavam – dentre outros, as enchentes do Nilo. Se uma família, um grupo de famílias ou mesmo uma pequena aldeia era impotente para erigir uma proteção eficaz contra a subida inesperada das águas, o mesmo não se podia dizer de grandes grupos humanos agindo em conjunto. A própria configuração do Egito favorece a criação desses grupos. O vale não tem largura regular em toda a sua extensão. Limita-se, por vezes, ao curso do rio, alargando-se, depois, para formar pequenas bacias, às vezes de considerável extensão. Cada uma dessas bacias naturais constitui uma unidade geográfica, com um potencial agrícola definido. Ao que parece, tenderam rapidamente a se transformar em pequenas unidades políticas, sob a autoridade do maior agrupamento da área, cuja deidade tutelar passava a ser a de toda a comunidade. Essa foi, provavelmente, a origem dos *nomos,* que emergem, já constituídos, no despontar do período histórico.

Existe, evidentemente, um contraste geográfico muito grande entre o Alto Egito, o Said, segmentado em uma sucessão de bacias naturais bem definidas, e o Baixo Egito, o Delta, onde, dividindo-se em vários braços, o próprio Nilo corta o solo em unidades de caráter inteiramente diferente; menos distintas do que as do Said.

Deve-se relembrar aqui de que os termos tradicionais "Alto" e "Baixo" Egito são falaciosos, quando empregados para o período de formação do Estado faraônico. No atual estágio dos nossos conhecimentos sobre as culturas pré-dinásticas, o que chamamos Alto Egito não abrangia o sul da região de el-Kab, e terminava ao norte, nas vizinhanças do Faium. Seu centro político situava-se em Naqada, na bacia de Tebas, mas desceria, em direção ao norte, para a região de Abidos, uma outra bacia natural que iria desempenhar um papel importante na história do Egito. O Baixo Egito, por sua vez, começava no Faium, mas terminava, ao norte, na ponta do Delta. Embora tenhamos muito poucas informações sobre sua extensão em era tão longínqua, parece certo que o Baixo Egito não atingia o mar. Seu centro estava localizado na região de Cairo-Heliópolis.

Neste "berço" do Egito faraônico, as bacias do sul constituíam uma força pelo menos equivalente das bacias do norte; essa força era mais bem estruturada graças à individualidade das bacias que a compunham. Assim, compreende-se facilmente por que a Confederação das províncias do sul acabou impondo uma

unidade cultural ao vale, subjugando a Confederação das províncias do norte, cuja originalidade era menos acentuada.

As pequenas unidades políticas do sul, que correspondiam às áreas das bacias que ocupavam, dispunham de mão de obra suficiente para executar o trabalho coletivo indispensável à sobrevivência da província: reforço das margens do rio, que pouco a pouco se transformaram em verdadeiros aterros (veja acima); depois, construção de diques para proteger as povoações. Para ser eficaz, esse trabalho exigia organização. A necessidade de organização, por sua vez, deve ter facilitado, se não a invenção, pelo menos o rápido desenvolvimento da escrita: era preciso transmitir ordens a um grande número de homens, espalhados por grandes distâncias, para que se cumprisse uma tarefa a ser obrigatoriamente realizada, num espaço de tempo limitado: *após* a colheita e *antes* da nova subida das águas. Distribuição de trabalho, estabelecimento de prioridades, suprimentos de ferramentas (mesmo as mais rudimentares), supervisão local dos trabalhos, tudo isso demandava uma administração, por mais simples que fosse. Essa administração só poderia ser eficaz se fosse capaz de prever, planejar e dirigir as várias etapas das operações a partir de um centro, por vezes inevitavelmente distante do local onde o trabalho seria executado. É difícil imaginar que tudo isso pudesse ser levado a cabo sem o instrumento incomparável da escrita para o registro dos dados essenciais número de homens, rações, altura do aterro a ser construído – e, acima de tudo, para a rápida transmissão das ordens aos vários pontos do território.

A unificação política do Egito por Menés, em torno de -3000, fortaleceu ainda mais o desenvolvimento da administração e, consequentemente, da escrita. De fato, ao chefe cabia, a partir de então, cuidar da organização dos trabalhos de interesse coletivo não apenas dentro de uma área limitada, mas em todo o país. Ora, uma das características desse país é a sua grande extensão, o que faz com que a capital, de onde emanam as ordens, esteja sempre muito distante de uma grande parte do território. Além disso, em razão da inconstância das cheias (ver figura), uma das responsabilidades do governo central era a de estocar o máximo possível de alimentos nas épocas de abundância para amenizar a escassez, que sempre poderia surgir de forma inesperada. Consequentemente, era necessário que a liderança – no caso, o faraó – soubesse com exatidão quais os recursos em disponibilidade no país, para poder, em caso de necessidade, racioná-los ou distribuí-los às regiões mais seriamente afetadas pela fome. Tal é a base da organização econômica do antigo Egito e, de fato, de sua própria existência. Esse controle requer um complexo sistema de contabilidade, com entradas e saídas tanto de bens como de pessoas, o que explica o papel essencial

desempenhado pelo *escriba* na civilização do antigo Egito. O escriba é, assim, o verdadeiro elemento-chave do sistema faraônico. A partir da III dinastia – em torno de -2800 –, os funcionários de estado mais graduados se fazem retratar com o estojo de escrita sobre o ombro, e os princípios do Antigo Império serão representados pelos escultores como escribas sentados (cf. fig. 5, Introdução). Numa narrativa famosa, o próprio rei toma da pena, por assim dizer, para anotar o que o profeta está prestes a lhe revelar. O poder mágico, sempre associado à escrita, acentua a importância do escriba na sociedade. Saber o nome das coisas era ter poder sobre elas. Não há exagero em se dizer que a civilização egípcia apoiava-se no escriba e que foi a escrita que possibilitou o seu desenvolvimento.

O contraste entre o Egito e o vale núbio do Nilo permite-nos compreender melhor o papel da escrita e as razões de sua existência na emergência e desenvolvimento da civilização egípcia. Ao sul da Primeira Catarata, encontramos uma civilização com a mesma composição daquela do Alto Egito. No entanto a Núbia sempre foi refratária ao uso da escrita, embora não pudesse ignorá-lo, uma vez que mantinha contatos constantes com o vale egípcio. A razão dessa resistência parece residir na diferença entre os modos de vida dos dois países. De um lado, temos uma população densa, que a necessidade de irrigação e controle do rio – de que dependia sua própria existência – uniu estreitamente em uma sociedade hierarquizada, na qual cada indivíduo desempenhava um papel específico no desenvolvimento do país. De outro lado, na Núbia, temos uma população que, na aurora da História, possuía uma cultura material equivalente, se não superior, à do Alto Egito, mas estava dividida em grupos menores e bastante isolados. Esses grupos eram mais independentes e tinham maior mobilidade, pois a criação de gado exigia deslocamentos frequentes e desempenhava um papel econômico pelo menos tão importante quanto o da agricultura, muito limitada uma vez que na Núbia o vale era mais estreito do que no Egito. Os povos núbios não sentiram a necessidade de escrita. Iriam permanecer sempre no domínio da tradição oral, utilizando a escrita muito raramente – ao que parece, apenas para fins, religiosos, ou quando estiveram submetidos a um governo central de tipo monárquico (cf. capítulos 10 e 11).

A diferença de comportamento entre duas populações de composição étnica similar esclarece, de forma significativa, um fato aparentemente anormal: uma delas adotou – e talvez tenha mesmo inventado – um sistema de escrita, enquanto a outra, que tinha conhecimento dessa escrita, a desdenhou. O modo de vida imposto ao grupo que habitava o baixo vale pela necessidade de controle do Nilo iria favorecer a emergência e o desenvolvimento da escrita. Esta, por sua vez, fez desse grupo uma das primeiras grandes civilizações do mundo.

FIGURA 6 Estátua do escriba sentado, Knubaf. (Fonte: W. S. Smith, "The History of Egyptian Sculpture and Painting in the Old Kingdom", 1.ª ed., 1946, pr. 19a. Foto Museum of Fine Arts, Boston.)

O Egito africano, receptáculo de influências

Por volta de -3700, pode-se notar uma unificação da cultura material dos dois centros de civilização do vale do Nilo; mais precisamente, o centro meridional, embora mantendo suas características distintivas, adota parcialmente a cultura do centro setentrional. Essa penetração da civilização do norte em direção ao sul é frequentemente associada, por um lado, à invenção da escrita e, por outro, ao aparecimento, no Egito, de povos invasores mais avançados do que os habitantes autóctones.

Com relação à escrita, vimos anteriormente que uma origem puramente nilótica, portanto, africana, não só não deve ser descartada como, provavelmente, reflete a realidade. Além disso, uma invasão de elementos civilizadores externos, principalmente mesopotâmicos, apóia-se em evidências muito tênues. Entretanto, a originalidade e a antiguidade da civilização egípcia não devem encobrir o fato de ter sido ela igualmente o receptáculo de múltiplas influências. Sua posição geográfica, aliás, a predispunha a isso.

O clima relativamente úmido no final do Neolítico e durante todo o período pré-dinástico, que assistiu à formação da civilização no Egito, tornou o deserto árabe, entre o mar Vermelho e o vale do Nilo, permeável, por assim dizer. Foi por esse caminho, sem dúvida, que as influências mesopotâmicas cuja importância, aliás, talvez tenha sido superestimada – penetraram no Egito. Em contraposição, por falta de investigação suficiente, pouco sabemos sobre os contatos do Egito com as culturas do Saara oriental no final do Neolítico. Certos símbolos inscritos nas paletas protodinásticas, no entanto, permitem-nos supor que havia características comuns entre as populações do deserto líbio e as do vale do Nilo.

Em direção ao norte, é provável que em épocas remotas as ligações entre o Egito e o corredor sírio-palestino por intermédio do istmo de Suez não fossem tão estreitas quanto viriam a se tornar após o estabelecimento do Antigo Império; no entanto também aí podem-se apontar vestígios muito antigos de contatos com a Palestina, e é possível que o mito de Osíris tenha surgido das relações entre o centro de civilização do Delta e a costa madeirífera do Líbano – relações que datariam, portanto, de tempos extremamente antigos.

À primeira vista, os vínculos com o sul parecem muito mais nítidos, mas é difícil avaliar sua importância. A partir do século IV antes da Era Cristã, os povos ao sul da Primeira Catarata (cf. capítulo 10) estão em estreito contato com o baixo vale do Nilo. Nos períodos pré e protodinástico há intenso intercâmbio entre os dois grupos populacionais: encontram-se as mesmas técnicas de cerâmica e argila esmaltada (faiança egípcia), os mesmos ornatos, armas similares, a mesma

crença na vida após a morte e ritos funerários afins. Durante esses contatos, os egípcios devem ter mantido relações – diretas ou através de intermediários – com os povos mais distantes da África, como se pode deduzir a partir ao número de objetos de marfim e ébano que foram recolhidos nos túmulos egípcios mais antigos. Mesmo admitindo que a fronteira ecológica do ébano situava-se mais ao norte do que atualmente, ainda assim era muito distante da Baixa Núbia; esse fato nos fornece um precioso indício de contatos entre a África ao sul do Saara e o Egito. Além do marfim e do ébano, o incenso, que aparece muito cedo, e a obsidiana, ambos produtos estranhos ao vale do Nilo, podem ter sido importados pelos egípcios. Através desse comércio, técnicas e ideias devem ter circulado com facilidade de uma área para outra, dado que, como vimos, os egípcios tinham um considerável substrato africano.

Assim, para onde quer que nos voltemos, para oeste ou leste, norte ou sul, vemos que o Egito recebeu influências externas. No entanto essas influências nunca afetaram profundamente a originalidade da civilização que foi aos poucos tomando forma às margens do Nilo, antes de influenciar, por seu turno, as regiões vizinhas.

Pontos obscuros em nossos conhecimentos

Para podermos avaliar a importância das influências externas no início da civilização do vale do Nilo, seria necessário um bom conhecimento da arqueologia de todo o país em tempos antigos.

Um conhecimento bastante abrangente faz-se, de fato, indispensável para uma comparação frutífera entre o material arqueológico coletado no Egito e o fornecido pelas culturas vizinhas, visando distinguir importações e imitações, únicas provas tangíveis de contatos em larga escala.

Mas se a arqueologia do IV milênio antes da Era Cristã, tanto no Alto Egito como na Baixa Núbia (entre a Primeira e a Segunda Catarata), é razoavelmente conhecida, o mesmo não se pode dizer em relação às outras partes do vale do Nilo. O Delta, em particular, é praticamente desconhecido no que se refere aos períodos pré-dinástico e protodinástico, com exceção de algumas poucas localidades de sua faixa desértica. Todas as referências a possíveis influências provenientes da Ásia durante esses períodos – através do istmo de Suez ou da costa mediterrânica – pertencem, pois, ao domínio das suposições.

Encontramos as mesmas dificuldades no caso do alto vale do Nilo, entre a Segunda e a Sexta Catarata. Nossa ignorância a respeito da arqueologia primitiva

dessa vasta região é ainda mais lamentável se levarmos em conta a possibilidade de contatos e comércio entre a parte egípcia do vale e a África do sul do Saara. Essa falta de conhecimento impede-nos de comparar as realizações da civilização faraônica nascente àquelas das culturas não apenas do vale superior, mas também das regiões situadas a leste, oeste e sul do Nilo. Recentes descobertas entre a Quinta e a Sexta Catarata sugerem a existência, se não de contatos diretos, pelo menos de uma desconcertante semelhança de formas e decorações tanto do mobiliário funerário como do mobiliário comum do Alto Egito pré-dinástico e do Sudão ao sul do paralelo 17.

À deficiência do nosso conhecimento no espaço, por assim dizer, somam-se as falhas do nosso conhecimento no tempo. A civilização faraônica propriamente dita iria durar mais de 3 mil anos; não sabemos, ou sabemos muito pouco, sobre o que aconteceu no Egito durante aproximadamente um terço desse enorme período de tempo. A história dos faraós divide-se em períodos fortes e períodos fracos (cf. capítulo 2). Para os períodos de acentuada centralização do poder real, possuímos muitos documentos e monumentos que nos permitem reconstituir com precisão os eventos importantes. São esses os períodos conhecidos como Antigo Império (-2700 a -2200), Médio Império (-2000 a -1800) e Novo Império (-1600 a -1100). Para os períodos em que o poder central era fraco, por outro lado, as fontes de conhecimento se reduzem, e mesmo desaparecem, de maneira que a história faraônica apresenta lacunas, que os egiptólogos chamam de períodos intermediários. Existem três desses períodos: o primeiro se estende de -2200 a -2000, o segundo de -1800 a -1600, e o terceiro de -1100 a -750. Se somarmos a esses períodos o início da monarquia faraônica, de -3000 a -2700, cujo conhecimento é ainda muito insuficiente, veremos que mais de dez séculos da história egípcia permanecem, se não totalmente desconhecidos, pelo menos bastante obscuros.

Conclusões

Apesar dessas lacunas em nosso conhecimento, a civilização faraônica ocupa um lugar primordial na história da África antiga. Através de seus monumentos, de seus textos e do interesse que, no passado, despertou nos viajantes, fornece-nos um grande volume de informações sobre a maneira de pensar, de sentir e de viver dos africanos em períodos que não poderíamos conhecer por outros meios.

Esse lugar, embora primordial, é sem dúvida insignificante se comparado ao papel que o conhecimento do antigo Egito e da Núbia poderia desempenhar na

história do continente. Quando a arqueologia dos países que margeiam o vale do Nilo for mais explorada e, portanto, mais conhecida, o Egito e o Sudão nilótico proporcionarão ao historiador e ao arqueólogo meios de comparação e datação indispensáveis à ressurreição do passado, assim como ao estudo das correntes de influência que, de sul a norte e de leste a oeste, constituem a própria trama da história da África.

CAPÍTULO 1

Origem dos antigos egípcios

Cheikh Anta Diop

A aceitação geral da hipótese da origem monogenética e africana da humanidade suscitada pelos trabalhos do professor Leakey tomou possível colocar em termos totalmente novos a questão do povoamento do Egito, e mesmo do mundo. Há mais de 150 mil anos, a única parte do mundo em que viviam seres morfologicamente iguais aos homens de hoje era a região dos Grandes Lagos, nas nascentes do Nilo. Essa noção – e outras que não nos cabe recapitular aqui – constitui a essência do último relatório apresentado pelo dr. Leakey no VII Congresso Pan-Africano de Pré-História, em Adis Abeba, em 1971[1]. Isso quer dizer que toda a raça humana teve sua origem, exatamente como supunham os antigos, aos pés das montanhas da Lua. Contra todas as expectativas e a despeito das hipóteses recentes, foi *desse lugar* que o homem partiu para povoar o resto do mundo. Disso resultam dois fatos de capital importância: (*a*) necessariamente, os primeiros homens eram etnicamente homogêneos e negroides. A lei de Gloger, que parece ser aplicável também aos seres humanos, estabelece que os animais de sangue quente, desenvolvendo-se em clima quente e úmido, secretam um pigmento negro (melanina)[2]. Portanto, se a humanidade teve origem nos trópicos, em tomo da latitude dos Grandes Lagos, ela certamente apresentava,

1 PROCEEDINGS OF THE SEVENTH PAN-AFRICAN CONGRESS OF PRE-HISTORY AND QUATERNARY STUDIES, Dec. 1971.

2 MONTAGU, M. F. A. 1960, p. 390.

no início, pigmentação escura, e foi pela diferenciação em outros climas que a matriz original se dividiu, mais tarde, em diferentes raças; (*b*) havia apenas duas rotas através das quais esses primeiros homens poderiam se deslocar, indo povoar os outros continentes: o Saara e o vale do Nilo. E esta última região que será discutida aqui.

A partir do Paleolítico Superior até a época dinástica, toda a bacia do rio foi progressivamente ocupada por esses povos negroides.

Evidências da antropologia física sobre a raça dos antigos egípcios

Poder-se-ia pensar que, trabalhando com evidências fisiológicas, as descobertas dos antropólogos poderiam dissipar todas as dúvidas por fornecerem verdades confiáveis e definitivas. Isso não é, de maneira nenhuma, o que acontece: a natureza arbitrária dos critérios utilizados – para mencionarmos apenas um aspecto –, ao mesmo tempo que afasta qualquer possibilidade de uma conclusão ser aceita sem reservas, introduz tanta discussão supérflua entre os cientistas que às vezes nos perguntamos se a solução do problema não teria estado muito mais próxima se não tivéssemos o azar de abordá-lo sob esse ângulo.

No entanto, embora as conclusões desses estudos antropológicos se detenham um pouco aquém da realidade, elas são unânimes em mencionar a existência de uma raça negra desde as mais distantes épocas da Pré-História até o período dinástico. Não é possível, no presente capítulo, citar todas essas conclusões. Elas estão sumarizadas no Capítulo X de *Histoire et Protohistoire d' Egipte* (Institut d'Ethnologie, Paris, 1949), do dr. Emile Massoulard. Citaremos apenas alguns itens:

> "Miss Fawcett acredita que os crânios de Negadah compõem uma coleção com homogeneidade suficiente para fundamentar a hipótese da existência de uma raça de Negadah. Quanto à altura total do crânio, à altura auricular, do comprimento e largura da face, ao comprimento do nariz, ao índice cefálico e ao índice facial, essa raça parece aproximar-se da raça negra; quanto à largura do nariz, à altura da órbita, ao comprimento do palato e ao índice nasal, ela parece mais próxima dos povos germânicos; assim, os negadenses pré-dinásticos provavelmente se assemelhavam, quanto a algumas de suas características, aos negros e, quanto a outras, às raças brancas" (pp. 402-3).

É importante observar que os índices nasais dos etíopes e dos dravidianos os aproximariam dos povos germânicos, embora ambos pertençam a raças negras.

Essas medidas – que deixariam abertas alternativas possíveis entre os dois extremos, representados pelas raças negra e germânica – dão uma ideia da elasticidade dos critérios empregados. Eis um exemplo:

> "Tentando determinar com maior precisão a importância do elemento negroide nas séries de crânios de El-Amra, Abidos e Hou, Thomson e Randall MacIver dividiram-nos em três grupos: 1. crânios negroides (aqueles com índice facial abaixo de 54 e índice nasal acima de 50, isto é, face curta e larga e nariz largo); 2. crânios não-negroides (índice facial acima de 54 e índice nasal abaixo de 50, face comprida e estreita e nariz estreito); 3. crânios intermediários (podem ser atribuídos a indivíduos dos dois primeiros grupos, com base no índice facial ou nas evidências referentes ao índice nasal, e ainda a indivíduos marginais a ambos os grupos). A proporção de negroides no início do período pré-dinástico parece ter sido de 24% de homens e 19% de mulheres, e, no final desse mesmo período, de 25% de homens e 28% de mulheres. Kieth contestou o valor dos critérios utilizados por Thomson e Randall MacIver para distinguir os crânios negroides dos não-negroides. Sua opinião é de que, se os mesmos critérios fossem aplicados para estudar qualquer série de crânios ingleses contemporâneos, a amostra conteria aproximadamente 30% de tipos negroides" (pp. 420-1).

Pode-se afirmar também o reverso da proposição de Kieth, isto é, que, se o critério fosse aplicado aos 140 milhões de negros que hoje vivem na África negra, no mínimo 100 milhões deles apareceriam "branqueados".

Deve-se enfatizar também que a distinção entre "negroides", "não-negroides" e "intermediários" não é clara: "não-negroide" não significa de raça branca, e "intermediário", muito menos.

> "Falkenburger retomou o estudo antropológico da população egípcia num trabalho recente, no qual analisa 1787 crânios masculinos do período que se estende desde o Pré-Dinástico Antigo até nossos dias. Ele distingue quatro grupos principais" (p. 421).

A classificação dos crânios pré-dinásticos nesses quatro grupos dá, para o total do período pré-dinástico, os seguintes resultados: "36% de negroides, 33% de mediterrânicos, 11 % de cro-magnoides e 20% de indivíduos que não se enquadram em nenhum desses grupos, mas se aproximam dos cro-magnoides ou dos negroides".

A proporção de negroides é definitivamente mais alta do que a sugerida por Thomson e Randall MacIver, a qual, no entanto, Kieth considera muito elevada.

> "Os números de Falkenburger refletem a realidade? Não é nossa tarefa decidir. Se estiverem corretos, a população pré-dinástica, longe de representar uma raça pura, como disse Elliot-Smith, compreendia pelo menos três elementos raciais distintos: mais de um terço de negroides, um terço de mediterrânicos, um décimo de cro-magnoides e um quinto de indivíduos mestiços em vários graus" (p. 422).

O fundamental em todas essas conclusões é que, a despeito das discrepâncias que apresentam, o seu grau de convergência prova que a base da população egípcia no período pré-dinástico era negra. Assim, todas elas são incompatíveis com a teoria de que o elemento negro se infiltrou no Egito em período tardio. Pelo contrário, os fatos provam que o elemento negro era preponderante do princípio ao fim da história egípcia, particularmente se observarmos, uma vez mais, que "mediterrânico" não é sinônimo de "branco"; estaria mais próximo da "raça morena ou mediterrânica" de Elliot-Smith. "Elliot-Smith classifica esses protoegípcios como um ramo do que ele chama raça morena, que corresponde à 'raça mediterrânica ou euro-africana' de Sergi" (p. 418). O termo "moreno" neste contexto refere-se à cor da pele e é simplesmente um eufemismo de negro[3].

Assim, fica evidente que toda a população egípcia era negra, com exceção de uma infiltração de nômades brancos no período protodinástico.

O estudo de Petrie sobre a raça egípcia revela um elemento classificatório possível muito fecundo, que não deixará de surpreender o leitor.

> "Petrie (...) publicou um estudo sobre as raças do Egito nos períodos pré-dinástico e proto-dinástico, trabalhando apenas com representações. Além da raça esteatopígica, distinguiu seis diferentes tipos: um tipo aquilino, representante de uma raça líbia de pele branca; um tipo 'com barba trançada', pertencente a uma raça invasora, vinda provavelmente das costas do mar Vermelho; um tipo 'com nariz pontudo', proveniente, sem dúvida, do deserto arábico; um tipo 'com nariz reto', do Médio Egito; um tipo 'com barba protuberante', do Baixo Egito; e um tipo 'com nariz fino', do Alto Egito. Segundo as representações, teriam assim existido sete tipos raciais diferentes no Egito durante os períodos que estamos considerando. Nas páginas

3 Pelo método descrito, pode-se avançar o estudo da pigmentação dessa raça. De fato, ELLIOT-SMITH muitas vezes encontrou fragmentos de pele nos corpos datando de épocas em que os métodos de mumificação que causavam a deterioração da pele ainda não estavam em uso.

seguintes, veremos que o estudo dos esqueletos parece conferir pouca validade a essas conclusões" (p. 391).

Esse modo de classificação dá uma ideia da natureza arbitrária dos critérios utilizados para definir as raças egípcias. Seja como for, é evidente que a antropologia está longe de ter estabelecido a existência de uma raça egípcia branca e, pelo contrário, tenderia a sugerir o oposto.

Nos manuais de maior divulgação, entretanto, a questão é suprimida: na maioria dos casos, afirma-se simples e claramente que os egípcios eram brancos, e o leigo fica com a impressão de que uma afirmação desse tipo deve necessariamente ter como base uma sólida pesquisa anterior. Mas, conforme se mostrou neste capítulo, essa pesquisa não existe. E, assim, gerações após gerações foram enganadas. Muitas autoridades no assunto contornam a dificuldade falando em brancos de pele vermelha e brancos de pele negra, sem que por isso se abale o seu senso de lógica.

> "Os gregos chamam a África de Líbia, um nome equivocado *ab initio,* pois a África contém muitos outros povos além dos assim chamados líbios, que estão entre os brancos da periferia setentrional ou mediterrânica e, portanto, muito afastados dos brancos de pele morena (ou vermelha) – os egípcios."[4]

Num livro didático destinado ao curso colegial, encontramos a seguinte frase: "Um negro se distingue menos pela cor da pele (pois existem 'brancos' de pele negra) do que por suas feições: lábios grossos, nariz chato ..."[5]. Apenas com tais distorções das definições básicas é que se pôde branquear a raça egípcia.

É importante ter em mente os exageros dos teóricos da antropossociologia do século passado e do começo deste século, que, em suas microanálises fisionômicas, descobriram estratificações raciais até mesmo na Europa, e particularmente na França, onde, na verdade, havia um único povo, hoje praticamente homogêneo[6]. Atualmente, os ocidentais que valorizam sua coesão nacional evi-

---

4 PEDRALS, D. P. de 1950, p. 6.

5 GEOGRAPHIE. Classe de 5.ª. 1950.

6 Em seu *Lutte des races* (1883), L. GUMPLOVICZ afirma que as diferentes classes que formam um povo sempre representam diferentes raças, das quais uma estabeleceu sua dominação sobre as outras através da conquista. G. de LAPOUGE, em um artigo publicado em 1897, postula nada menos do que doze "leis fundamentais da antropossociologia", das quais podemos citar algumas que são típicas: a "lei da distribuição da riqueza" postula que, em países de população mista alpino-europeia, a riqueza cresce em proporção inversa ao índice cefálico; a "lei dos índices urbanos", destacada por AMMON e ligada à pesquisa que realizou entre os prisioneiros de Badener, afirma que a frequência de dolicocefalia entre os habitantes das cidades é maior do que entre os habitantes da zona rural adjacente; a "lei da estratificação"

tam zelosamente examinar suas próprias sociedades sob a luz de hipóteses tão divisionistas, mas continuam, irrefletidamente, a aplicar os velhos métodos às sociedades não-europeias.

As representações humanas do período proto-histórico: seu valor antropológico

O estudo das representações humanas realizado por Flinders Petrie, num outro plano, demonstra que o tipo étnico era negro: de acordo com Petrie, esses povos eram os Anu, cujo nome, que conhecemos desde a época proto-histórica, era sempre "escrito" com três pilares, nas poucas inscrições subsistentes do final do IV milênio antes da Era Cristã. Os nativos do país são sempre representados com inconfundíveis emblemas de chefia, que não encontramos entre as raras representações das outras raças, cujos elementos aparecem todos como estrangeiros servis, que chegaram ao vale por infiltração (cf. Tera Neter[7] e o rei Escorpião, que Petrie reúne em um mesmo grupo: "O rei Escorpião pertencia à raça anu, já citada; além disso, adorava Min e Seti")[8].

Como veremos adiante, Min, assim como os principais deuses do Egito, era chamado, na própria tradição egípcia, "o Grande Negro".

Depois de fazer um apanhado dos vários tipos humanos estrangeiros que disputaram o vale com os negros nativos, Petrie descreve estes últimos, os Anu, nos seguintes termos:

> "Além desses tipos, característicos do norte e do leste, existe a raça autóctone dos Anu, ou Annu (escrito com três pilares), povo que constituiu parte dos habitantes da época histórica. O assunto se complica e dá margem a dúvidas se incluirmos todos os nomes escritos com um único pilar; mas, considerando apenas a palavra Annu, escrita com três pilares, descobrimos que esse povo ocupava o sul do Egito e a Núbia; o nome também é utilizado no Sinai e na Líbia. Quanto aos habitantes meridionais

---

foi formulada nos seguintes termos: "em cada localidade, o índice cefálico é tanto menor, e a proporção de dolicocefalia tanto maior, quanto mais alta é a classe social". Em seu *Séléctions Sociales,* o mesmo escritor não hesita em afirmar que "a classe dominante no período feudal pertence quase exclusivamente à variedade *Homo europaeus,* de maneira que não é por mero acaso que os pobres ocupam as baixas posições na escala social, mas por sua inferioridade congênita".

"Vemos, portanto, que o racismo alemão não inventou nada de novo quando Alfred Rosenberg afirmou que a Revolução Francesa deve ser considerada como uma revolta dos braquicéfalos de matriz racial alpina contra os dolicocéfalos de raça nórdica." CUVILLIER, A. p. 155.

7 PETRIE, W. M. F. 1939, Fig. 1.

8 Id., ibid., p. 69.

Figura 1.1 Representação proto-histórica de Tera-Neter, um nobre negro da raça dos Anu, primeiros habitantes do Egito. (Fonte: C. A. Diop. "Antériorité des Civilisations Nègres: Mythe ou Realité Historique?". Paris, Présence Africaine, 1967. pr. XIV.)

Figura 1.2 Estatuetas pré-dinásticas. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. LVI (4).)

do Egito, temos o documento essencial: um retrato do chefe Tera Neter, rudemente modelado em relevo em faiança verde vitrificada, encontrado no mais antigo templo de Abidos. O endereço precede o nome, nesse primitivo cartão de visita: 'Palácio dos Anu na cidade de Hemen, Tera Neter'. Hemen era o nome do deus de Tuphium. Erment, do lado oposto, era o palácio dos Anu do Sul, Annu Menti. A próxima localidade ao sul é Aunti (Gefeleyn) e, depois, Aunyt-Seni (Esna)"[9].

Amélineau arrola, em ordem geográfica, as cidades fortificadas construídas ao longo do vale do Nilo pelos negros anu.

= Ant (Esna)

ou = An = "On" do Sul (hoje Hermonthis)

= Denderah, tradicionalmente, a cidade natal de Ísis

= Uma cidade também chamada "On", no nomo de Tínis

ou = A cidade chamada "On" do Norte, a célebre Heliópolis

O ancestral comum dos Anu estabelecidos ao longo do Nilo era Ani ou An, nome determinado pela palavra (*khet*), o qual, desde as primeiras versões do *Livro dos Mortos,* é atribuído ao deus Osíris.

A esposa de , o deus Ani, é a deusa Anet ,que é também sua irmã, da mesma forma que Ísis é irmã de Osíris.

A identidade do deus An com Osíris foi demonstrada por Pleyte[10]; devemos lembrar que Osíris é também cognominado o Anu: "Osíris Ani". O deus Anu é representado ora pelo símbolo , ora pelo símbolo . As tribos Anuak, que hoje habitam o Nilo superior, teriam alguma relação com os antigos Anu? Pesquisas futuras trarão resposta a esta questão.

Petrie acredita ser possível distinguir entre o povo pré-dinástico, representado por Tera Neter e pelo rei Escorpião (que, já nessa época, é um faraó, como mostram os enfeites em sua cabeça) e um povo dinástico, que adorava o falcão e que provavelmente é representado pelos faraós Narmer[11], Khasekhem, Sanekhei e Zoser[12]. Observando-se os rostos reproduzidos na ilustração, percebe-se facil-

9 Id., ibid., p. 68.

10 AMÉLINEAU, E., 1908, p. 174.

11 Fig. 19.

12 Fig. 20.

mente que não existem diferenças étnicas entre os dois grupos e que ambos pertencem à raça negra.

O mural da tumba SD 63 (Sequence Date 63) de Hieracômpolis mostra os negros nativos subjugando os invasores estrangeiros, se aceitarmos a interpretação de Petrie: "Abaixo, temos a embarcação negra em Hieracômpolis, pertencente aos homens negros, que aparecem subjugando os homens vermelhos"[13].

O cabo de faca de Djebel el-Arak também mostra cenas de batalhas similares: "Há também combates em que homens negros dominam homens vermelhos"[14]. Entretanto, o valor arqueológico desse objeto, que não foi encontrado *in situ,* mas em poder de um mercador, é menor do que o dos itens anteriores.

O que expusemos acima mostra que as representações dos homens do período proto-histórico, e mesmo do período dinástico, são absolutamente incompatíveis com a ideia de raça egípcia difundida entre os antropólogos ocidentais. Onde quer que o tipo racial autóctone esteja representado com alguma clareza, ele é nitidamente negroide. Em parte alguma elementos indo-europeus ou semitas são representados como homens livres, nem mesmo como cidadãos comuns a serviço de um chefe local. Eles aparecem invariavelmente como estrangeiros submetidos. As raras representações encontradas trazem sempre marcas inequívocas de cativeiro: mãos atadas atrás das costas ou amarradas sobre os ombros[15]. Uma estatueta protodinástica representa um prisioneiro indo-europeu com uma longa trança, de joelhos e as mãos atadas ao corpo. As características do próprio objeto mostram que ele devia ser o pé de um móvel e representava uma raça conquistada[16]. A representação é, com frequência, deliberadamente grotesca, como ocorre com outras figuras protodinásticas, mostrando indivíduos com o cabelo trançado à maneira que Petrie denomina rabo de porco (*pigtail*). Na tumba do rei Ka (I dinastia), em Abidos, Petrie encontrou uma plaqueta representando um indo-europeu cativo, acorrentado, com as mãos atrás das costas. Elliot-Smith acha que o indivíduo representado é um semita[17].

A época dinástica forneceu também os documentos reproduzidos nas figuras 4 e 5 das páginas 49 e 50, que mostram prisioneiros indo-europeus e semitas. Em contraposição, as feições tipicamente negroides dos faraós Narmer, I dinas-

---

13 PETRIE, W. M. F. 1939, p. 67.

14 Fig. 3.

15 Fig. 4.

16 Fig. 18.

17 Fig. 6. Não ignoro que "indo-europeu" geralmente designa uma língua, não uma raça, mas prefiro esse termo a "ariano", nos contextos em que não suscitar confusões.

tia, fundador da linhagem faraônica, Zoser, III dinastia, em cuja época todos os elementos tecnológicos da civilização egípcia já eram evidentes, Quéops, o construtor da Grande Pirâmide, um tipo característico da região da atual República de Camarões[18], Mentuhotep, fundador da XI dinastia, negro retinto[19], Sesóstris I, a rainha Amósis Nefertári, e Amenófis I mostram que todas as classes da sociedade egípcia pertencem à mesma raça negra.

As figuras de 11 a 15 foram incluídas deliberadamente para contrastar tipos semitas e indo-europeus com as fisionomias bastante diferentes dos faraós negros e para mostrar claramente que não há traço de nenhum dos dois primeiros tipos na linhagem dos faraós, se excluirmos as dinastias estrangeiras (líbias e ptolomaicas).

É comum contraporem-se as negras da tumba de Horemheb ao tipo egípcio também representado. Na verdade, essa contraposição é falsa: é social e não étnica; há tanta diferença entre uma aristocrata senegalesa de Dacar e as camponesas da África antiga, de mãos calejadas e pés angulosos, quanto entre estas últimas e uma senhora egípcia das cidades da Antiguidade.

Existem duas variantes da raça negra:

- os negros de cabelos lisos, representados na Ásia pelos dravidianos e, na África, pelos núbios e os tubbou ou Tedda, todos com pele negro-azeviche;
- os negros de cabelo crespo das regiões equatoriais.

Os dois tipos entraram na composição da população egípcia.

Teste de dosagem de melanina

Na prática, é possível determinar diretamente a cor da pele, e, portanto, a filiação étnica dos antigos egípcios, através de análises microscópicas de laboratório; duvido que a perspicácia dos pesquisadores que se dedicaram à questão tenha ignorado essa possibilidade.

A melanina, substância química responsável pela pigmentação da pele, é, geralmente, insolúvel e preserva-se por milhões de anos na pele dos animais fósseis[20]. Portanto há razões de sobra para que seja facilmente encontrada na pele das múmias egípcias, apesar da lenda persistente segundo a qual a pele

18 Fig. 7.

19 Fig. 8.

20 NICOLAUS, R. A. p. 11.

das múmias, tingida pelo material de embalsamamento, já não é suscetível de qualquer análise[21]. Embora a melanina se localize principalmente na pele, os melanócitos que penetraram a derme no nível da epiderme, mesmo onde esta última tenha sido praticamente destruída pelos materiais de embalsamamento, indicam um nível de melanina inexistente nas raças de pele branca. As amostras que eu mesmo analisei foram colhidas no laboratório de antropologia física no Museu do Homem, em Paris, das múmias provenientes das escavações de Marietta, no Egito[22]. O mesmo método é perfeitamente utilizável para as múmias reais de Tutmés III, Séti I e Ramsés II, do Museu do Cairo, que estão em excelente estado de conservação. Há dois anos tenho pedido – em vão – ao curador do Museu do Cairo amostras similares para análise. Não seriam necessários mais do que alguns milímetros quadrados de pele para compor um espécime, com preparações de poucos μm de espessura e clareadas com benzoato de etila. Elas podem ser estudadas à luz natural ou sob luz ultravioleta, que torna os grãos de melanina fluorescentes. De qualquer forma, queremos simplesmente afirmar que a avaliação do nível de melanina através de exames de microscópio é um método de laboratório que nos permite classificar os antigos egípcios inquestionavelmente entre as raças negras.

Medidas osteológicas

Dentre os critérios aceitos pela antropologia física para a classificação das raças, o das medidas osteológicas (osteometria) talvez seja o menos enganador (por oposição à craniometria) para distinguir um homem branco de um negro. Também segundo esse critério, os egípcios pertencem às raças negras. Tal estudo foi realizado pelo eminente sábio alemão Lepsius, no final do século XIX, e suas conclusões continuam válidas: os progressos metodológicos subsequentes, no campo da antropologia física, não invalidaram em nada aquilo que se conhece como "cânone de Lepsius", que estabelece, em números redondos, as proporções corporais do egípcio ideal, de braços curtos e tipo físico negroide ou negrito[23].

21 PETTIGREW, T. J. 1834, pp. 70-1.

22 DIOP, C. A. 1977.

23 FONTANE, M. E. pp. 44-5 (ver reprodução: T).

Grupos sanguíneos

É importante notar que, mesmo hoje, os egípcios, particularmente no Alto Egito, pertencem ao mesmo Grupo B que as populações da África ocidental, no litoral atlântico, e não ao Grupo A_2, característico da raça branca antes de qualquer miscigenação[24]. Seria interessante estudar a extensão da distribuição do Grupo A_2 nas múmias egípcias, o que, aliás, já é possível realizar mediante as técnicas atuais.

A raça egípcia segundo os autores clássicos da Antiguidade

Para os escritores gregos e latinos contemporâneos dos antigos egípcios, a classificação física desses últimos não colocava problemas: os egípcios eram negros, de lábios grossos, cabelo crespo e pernas finas; será difícil ignorar ou subestimar a concordância entre os testemunhos apresentados pelos autores com referência a um fato físico tão evidente quanto a raça de um povo. Alguns dos testemunhos que se seguem são contundentes.

(*a*) Heródoto, "o pai da História", -480 (?) a -425.

Com relação à origem dos Kolchu[25], ele escreve:

> "É, de fato, evidente que os colquídios são de raça egípcia (...) muitos egípcios me disseram que, em sua opinião, os colquídios eram descendentes dos soldados de Sesóstris. Eu mesmo refleti muito a partir de dois indicadores: em primeiro lugar, eles têm pele negra e cabelo crespo (na verdade, isso nada prova, porque outros povos também os têm) e, em segundo lugar – e este é um indicador mais consistente – os egípcios e os etíopes foram os únicos povos, de toda a humanidade, a praticar a circuncisão desde tempos imemoriais. Os próprios fenícios e sírios da Palestina reconhecem que aprenderam essa prática com os egípcios, enquanto os sírios do

24 MONTAGU, M. F. A. p. 337.

25 No século V antes da Era Cristã, quando Heródoto visitou o Egito, um povo de pele negra, os Kolchus, ainda vivia na Cólquida, no litoral armênio do mar Negro, a leste do antigo porto de Trebizonda, cercado por nações de pele branca.
Os estudiosos da Antiguidade ficaram intrigados quanto à origem deste povo, e Heródoto, em *Euterpe*, o segundo livro de sua história do Egito, tenta provar que os Kolchu eram egípcios; daí a argumentação citada. Heródoto, baseado nas estelas comemorativas erigidas por Sesóstris em países conquistados, afirma que esse monarca alcançara a Trácia e a Cítia, onde, ao que parece, as estelas ainda subsistiam no tempo de Heródoto. (Livro II, 103.)

rio Termodon e da região de Pathenios e seus vizinhos, os macrons, dizem tê-la aprendido, recentemente, com os colquídios. Essas são as únicas raças que praticam a circuncisão, e deve-se observar que a praticam da mesma maneira que os egípcios. Quanto aos próprios egípcios e aos etíopes, eu não poderia afirmar quem ensinou a quem essa prática, pois ela é, evidentemente, muito antiga entre eles. Quanto ao fato de o costume ter sido aprendido através dos egípcios, uma outra prova significativa para mim é o fato de que todos os fenícios que comerciam com a Grécia param de tratar suas partes pudendas conforme a maneira egípcia e não submetem seus filhos à circuncisão"[26].

Heródoto retorna várias vezes ao caráter negroide dos egípcios, e a cada vez o utiliza como dado de observação para discutir teses mais ou menos complexas. Assim, para provar que o oráculo grego de Dodona, no Épiro, era de origem egípcia, um de seus argumentos é o seguinte: "e, quando eles acrescentam que a pomba era negra, dão a entender que a mulher era egípcia"[27]. As pombas em questão – na verdade, eram duas, de acordo com o texto – simbolizam duas mulheres egípcias, que se dizia terem sido trazidas de Tebas, no Egito, para fundar oráculos respectivamente na Grécia (Dodona) e na Líbia (oásis de Júpiter Amon). Heródoto não partilha da opinião de Anaxágoras segundo o qual as enchentes do Nilo seriam causadas pelo degelo nas montanhas da Etiópia[28]. Apoiava-se no fato de que na Etiópia não chove nem neva, "e lá o calor torna os homens negros"[29].

(*b*) Aristóteles, -384 a -322, cientista, filósofo e tutor de Alexandre, o Grande.

Num de seus trabalhos menores, Aristóteles tenta, com surpreendente ingenuidade, estabelecer uma correlação entre a natureza física e a natureza moral dos seres vivos, e nos fornece evidências sobre a raça egípcio-etíope que confirmam o testemunho de Heródoto. Segundo Aristóteles,

> "Aqueles que são muito negros são covardes, como, por exemplo, os egípcios e os etíopes. Mas os excessivamente brancos também são covardes, como podemos ver pelo exemplo das mulheres; a coloração da coragem está entre o negro e o branco"[30].

---

26 HERÓDOTO. Livro II, 104. As mulheres egípcias submetiam-se também à excisão do clitóris, como ocorre entre muitos povos da África negra. Cf. ESTRABÃO. *Geografia*. Livro XVII, cap. 1.

27 HERÓDOTO. Livro II, 57.

28 SÊNECA. *Questões Naturais*. Livro IV, 17.

29 HERÓDOTO. Livro II, 22.

30 ARISTÓTELES. *Fisionomia*, 6.

Figura 1.3 Cabo da faca de Djebel el-Arak, Pré-Dinástico Tardio. (Foto Giraudon, Musée du Louvre.)

Figura 1.4 Cativos semitas do tempo dos faraós. Rocha do Sinai. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. LIX.)

FIGURA 1.5 Cativos indo-europeus. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. LVIII (b).)

Figura 1.6 Cativo indo-europeu. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. LVIII (a).)

(*c*) Luciano, escritor grego, +125 (?) a +190.

O testemunho de Luciano é tão explícito quanto os de Heródoto e Aristóteles. Ele apresenta dois gregos, Licino e Timolaus, que iniciam um diálogo:

> "*Licino* [descrevendo um jovem egípcio]: – Este rapaz não é simplesmente preto; ele tem lábios grossos e pernas muito finas (...) seu cabelo trançado atrás mostra que não é um homem livre.
> *Timolaus*: – Mas no Egito esse é um sinal das pessoas muito bem-nascidas, Licino. Todas as crianças nascidas livres trançam o cabelo até atingirem a idade adulta. Esse é um costume exatamente oposto ao dos nossos ancestrais, que achavam conveniente, para os velhos, prender o cabelo com um broche de ouro, para mantê-lo em ordem"[31].

(*d*) Apolodoro, século I antes da Era Cristã, filósofo grego.

"Egito conquistou o país dos homens de pés negros e chamou-o Egito, a partir de seu próprio nome."[32]

(*e*) Ésquilo, -525(?) a -456, poeta trágico e criador da tragédia grega.

Em *As Suplicantes,* Dânaos, fugindo com suas filhas, as Danaides, e perseguido por seu irmão, Egito, e os filhos deste, os Egitíados, que querem desposar suas primas à força, sobe em uma colina, olha para o mar e descreve nos seguintes termos os Egitíados que remavam ao longe: "Posso ver a tripulação, com seus membros negros e suas túnicas brancas"[33].

Uma descrição similar do tipo egípcio aparece novamente poucas linhas abaixo, no verso 745.

(*f*) Aquiles Tácio de Alexandria.

Compara os guardadores de gado do Delta aos etíopes e explica que são escuros, como mestiços.

(*g*) Estrabão, -58 a aproximadamente +25.

Estrabão visitou o Egito e quase todos os países do Império Romano. Concorda com a teoria de que os egípcios e os Kolchu são da mesma raça, mas sustenta que as migrações para a Etiópia e Cólquida vieram apenas do Egito. "Os egípcios estabeleceram-se na Etiópia e na Cólquida"[34]. Não há qualquer dúvida sobre a concepção de Estrabão a respeito da raça egípcia, pois ele procura, em outra parte, explicar por que os egípcios são mais escuros do que os hindus,

31 LUCIANO. *Navegações,* parágrafos 2-3.

32 APOLODORO. Livro II, "A família de Ínacos", parágrafos 3 e 4.

33 ÉSQUILO. *As Suplicantes.* versos 719-720. Ver também verso 745.

34 ESTRABÃO. *Geografia.* Livro I, cap. 3, parágrafo 10.

circunstância que permitiria a refutação, se necessário, de qualquer tentativa de confundir "a raça hindu e a raça egípcia".

(*h*) Diodoro da Sicília, aproximadamente -63 a +14, historiador grego e contemporâneo de César Augusto.

Segundo Diodoro, provavelmente foi a Etiópia que colonizou o Egito (no sentido ateniense do termo, significando que, devido à superpopulação, parte do povo emigrou para o novo território).

> "*Os etíopes dizem que os egípcios são uma de suas colônias*[35], que foi levada para o Egito por Osíris. Eles afirmam que, no começo do mundo, o Egito era apenas um mar, mas que o Nilo, transportando em suas enchentes grandes quantidades de limo da Etiópia, terminou por colmatá-lo e tornou-o parte do continente (...). Acrescentam que os egípcios receberam deles como de seus autores e ancestrais a maior parte de suas leis"[36].

(*i*) Diógenes Laércio.

Sobre Zenão, fundador da escola estoica (-333 a -261), Diógenes escreveu o seguinte: "Zenão, filho de Mnaseas ou Demeas, era natural do Cício, em Chipre, uma cidade grega que havia recebido alguns colonos fenícios". Em seu *Vidas,* Timóteo de Atenas descreve Zenão como tendo o pescoço torcido. Apolônio de Tiro diz que ele era frágil, muito alto e negro, daí o fato, citado por Crisipo no Primeiro Livro de seus *Provérbios.* de algumas pessoas o chamarem "broto de videira egípcio"[37].

(*j*) Amiano Marcelino, aproximadamente +330 a +400, historiador latino e amigo do imperador Juliano.

Com ele, atingimos o ocaso do Império Romano e o fim da Antiguidade clássica. Quase nove séculos se passaram entre o nascimento de Ésquilo e Heródoto e a morte de Amiano Marcelino, nove séculos durante os quais os egípcios, em meio a um mar de raças brancas, se miscigenaram constantemente. Pode-se dizer sem exagero que, no Egito, uma casa em cada dez incluía um escravo branco, asiático ou indo-europeu[38].

---

35 Grifo meu.

36 DIODORO. *História Universal.* Livro III. A antiguidade da civilização etíope é atestada pelo mais antigo e respeitado escritor grego, Homero, tanto na *Ilíada* como na *Odisseia:*
"Hoje, Júpiter, seguido por todos os deuses, recebe os sacrifícios dos etíopes" (*Ilíada.* I, 422).
"Ontem, Júpiter transportou-se para a beira do oceano, para visitar a santa Etiópia." (*Ilíada.* I, 423).

37 DIÓGENES LAÉRCIO. Livro VII, I.

38 Os notáveis do Egito gostavam de ter uma escrava síria ou cretense em seus haréns.

É notável que, apesar de sua intensidade, a miscigenação não tenha alterado significativamente as constantes raciais. De fato, Amiano Marcelino escreve: "... a maior parte dos homens do Egito são morenos ou negros, com uma aparência descarnada"[39]. Ele também confirma o depoimento já citado sobre os Kolchu: "Além destas terras está a pátria dos Camarita[40], e o Fásis, com sua correnteza veloz, banha o país dos Kolchu, uma antiga raça de origem egípcia"[41].

Esta rápida revisão dos testemunhos apresentados pelos antigos escritores greco-latinos sobre a raça egípcia mostra que o grau de concordância entre eles é impressionante, constituindo um fato objetivo difícil de subestimar ou ocultar. A moderna egiptologia oscila constantemente entre esses dois pólos.

Foge à regra o testemunho de um cientista honesto, Volney, que viajou pelo Egito entre 1783 e 1785 – isto é, em pleno período da escravidão negra – e fez as seguintes observações sobre os coptas (representantes da verdadeira raça egípcia, aquela que produziu os faraós).

> "Todos eles têm faces balofas, olhos inchados e lábios grossos, em uma palavra, rostos realmente mulatos. Fiquei tentado a atribuir essas características ao clima, até que, visitando a Esfinge e olhando para ela, percebi a pista para a solução do enigma. Completando essa cabeça, cujos traços são todos caracteristicamente negros, lembrei-me da conhecida passagem de Heródoto: 'De minha parte, considero os Kolchu uma colônia do Egito porque, como os egípcios, eles têm a pele negra e o cabelo crespo'. Em outras palavras, os antigos egípcios eram verdadeiramente negros, da mesma matriz racial que os povos autóctones da África; a partir desse dado, pode-se explicar como a raça egípcia, depois de alguns séculos de miscigenação com sangue romano e grego, perdeu a coloração original completamente negra, mas reteve a marca de sua configuração. É mesmo possível aplicar essa observação de maneira ampla, e afirmar, em princípio, que a fisionomia é uma espécie de documento, utilizável em muitos casos para discutir ou elucidar os indícios da história sobre a origem dos povos..."

Depois de ilustrar esta proposição com o caso dos normandos, que, novecentos anos depois da conquista da Normandia, ainda se assemelham aos dinamarqueses, Volney acrescenta:

---

39 AMIANO MARCELINO. Livro XXII, parágrafo 16 (23).

40 Bandos de piratas que usavam pequenas embarcações denominadas *Camare*.

41 AMIANO MARCELINO. Livro XXIII, parágrafo 8 (24).

FIGURA 1.7 Quéops, faraó da IV dinastia, construtor da Grande Pirâmide. (Fonte: C. 1967. pr. XVIII.)

Figura 1.8 Faraó Mentuhotep I. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XXII.)

"Mas, voltando ao Egito, sua contribuição para a história fornece muitos temas para a reflexão filosófica. Que temas importantes para meditação: a atual barbárie e ignorância dos coptas, considerados como tendo nascido do gênio dos egípcios e dos gregos; o fato de esta raça de negros, que hoje são escravos e objeto de nosso menosprezo, ser a mesma a quem devemos nossa arte, nossas ciências e mesmo o uso da palavra escrita; e, finalmente, o fato de, entre os povos que pretendem ser os maiores amigos da liberdade e da humanidade, ter-se sancionado a escravidão mais bárbara e questionado se os negros teriam cérebros da mesma qualidade que os cérebros dos brancos!"[42]

A esse depoimento de Volney, Champollion-Figeac, irmão de Champollion, o Jovem, iria responder nos seguintes termos: "Os dois traços físicos apresentados – pele negra e cabelo crespo – não são suficientes para rotular uma raça como negra, e a conclusão de Volney quanto à origem negra da antiga população do Egito é nitidamente forçada e inadmissível"[43].

Ser preto da cabeça aos pés e ter cabelo crespo não é suficiente para fazer de um homem um negro! Isso nos mostra o tipo de argumentação capciosa a que a egiptologia tem recorrido desde seu nascimento como ciência. Alguns estudiosos sustentam que Volney estava tentando desviar a discussão para um plano filosófico. Mas basta reler Volney: ele simplesmente faz inferências a partir de fatos materiais brutos que se impõem como provas aos seus olhos e à sua consciência.

Os egípcios vistos por si mesmos

Não é perda de tempo conhecer o ponto de vista dos principais envolvidos. Como os antigos egípcios viam a si mesmos? Em que categoria étnica se colocavam? Como denominavam a si mesmos? A língua e a literatura que os egípcios da época faraônica nos deixaram fornecem respostas explícitas a essas questões, que os acadêmicos insistem em subestimar, distorcer e "interpretar".

Os egípcios tinham apenas um termo para designar a si mesmos: = *kmt* ,= "os negros" (literalmente)[44]. Esse é o termo mais forte existente na língua faraônica para indicar a cor preta; assim, é escrito com um hieróglifo representando um pedaço de madeira com a ponta carbonizada, e não com escamas de

42 VOLNEY, M. C. F. *Voyages en Syrie et en Egypte.* Paris, 1787. v. I, pp. 74-7.

43 CHAMPOLLlON-FIGEAC, J. J. 1839, pp. 26-7.

44 Essa importante descoberta foi realizada, do lado africano, por Sossou Nsougan, que deveria compilar esta parte do capítulo. Para o sentido da palavra, ver *Wörterbuch der Aegyptischen Sprache,* Berlim, 1971. v. 5, pp. 122, 127.

crocodilo[45]. Essa palavra é a origem etimológica da conhecida raiz *kamit,* que proliferou na moderna literatura antropológica. Dela deriva, provavelmente, a raiz bíblica *kam.* Portanto foi necessário distorcer os fatos para fazer com que essa raiz atualmente signifique "branco" em egiptologia, enquanto, na língua-mãe faraônica de que nasceu, significava "preto-carvão".

Na língua egípcia, o coletivo se forma a partir de um adjetivo ou de um substantivo, colocado no feminino singular. Assim, *kmt,* do adjetivo = *km* = preto, significa rigorosamente "negros", ou, pelo menos, "homens pretos". O termo é um coletivo que descrevia, portanto, o conjunto do povo do Egito faraônico como um povo negro.

Em outras palavras, no plano puramente gramatical, quando, na língua faraônica, se deseja indicar "negros", não se pode usar nenhuma outra palavra senão a que os egípcios usavam para designar a si mesmos. Além disso, a língua nos oferece um outro termo, = *kmtjw* = os negros, os homens pretos (literalmente) = os egípcios, opondo-se a "estrangeiros", que vem da mesma raiz, *km*, e que os egípcios também utilizavam para descrever a si mesmos *como um povo distinto de todos os povos estrangeiros*[46]. Esses são os únicos adjetivos de nacionalidade usados pelos egípcios para designarem a si mesmos, e ambos significam "negro" ou "preto" na língua faraônica. Os acadêmicos raramente os mencionam ou, quando o fazem, traduzem-nos por eufemismos, tais como "os egípcios", nada dizendo sobre seu sentido etimológico[47]. Eles preferem a expressão = *Rmt kmt* = os homens do país dos homens negros ou os homens do país negro.

Em egípcio, as palavras são normalmente seguidas de um determinante, indicando seu sentido exato; para essa expressão particular, os egiptólogos sugerem que = *km* = preto e que a cor qualifica o determinante que o segue e que significa "país". Assim, eles alegam que a tradução deveria ser "a terra negra", a partir da cor do limo ou "o país negro", e não "o país dos homens negros", como tenderíamos a interpretar hoje em dia, tendo em mente a África branca e a África negra. Talvez estejam certos; mas, se aplicarmos essa regra rigorosamente a = *kmit,* seremos obrigados a "admitir que aqui o adjetivo 'preto' qualifica o determinante, que significa todo o povo do Egito, representado pelos dois símbolos de 'homem' é 'mulher' e os três traços embaixo, designando plural". Assim, se é possível levantar alguma dúvida sobre a expressão = *kme,* não é

45 *Wörterbuch ...* , p. 122.

46 Ibid., p. 128.

47 FAULKNER, R. O. 1962, p. 286.

FIGURA 1.9 Ramsés II e um Batutsi moderno. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XXXV.)

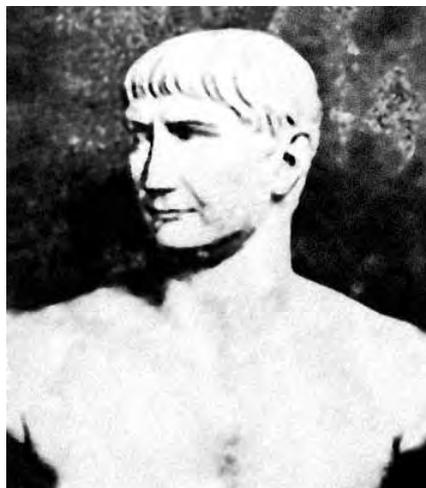
FIGURA 1.10 A Esfinge, tal como foi encontrada pela primeira missão científica francesa no século XIX. Presume-se que esse perfil, tipicamente negroide, represente o faraó Khafre ou Quéfren (cerca de -2600, IV dinastia), construtor da segunda pirâmide de Gisé. O perfil não é nem helênico nem semita: é bantu. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XIX.)

Figuras 1.11, 1.12, 1.13 e 1.14 Quatro tipos indo-europeus (Zeus, Ptolomeu, Serápis, Trajano). Compare com os grupos egípcios II e III. É possível fazer-se confusão? (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. LVII.)

Figura 1.15 Dois semitas. O tipo semita, assim como o indo-europeu, inexiste na classe dominante egípcia; ambos entravam no Egito apenas como prisioneiros de guerra.

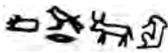
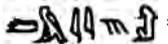
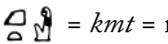
possível fazê-lo no caso dos dois adjetivos de nacionalidade *kmt* e *kmtjw*, a menos que se estejam escolhendo os argumentos sem nenhum critério.

É interessante notar que os antigos egípcios nunca tiveram a ideia de aplicar esses qualificativos aos núbios e a outras populações da África, para distingui-las deles mesmos, da mesma forma que um romano, no apogeu do Império, não usaria um adjetivo de "cor" para se distinguir dos germânicos da outra margem do Danúbio, que eram da mesma matriz étnica mas se encontravam ainda num estádio de desenvolvimento pré-histórico.

Nos dois casos, ambos os lados pertenciam ao mesmo universo, em termos de antropologia física; portanto os termos usados para distingui-los relacionavam-se ao grau de Civilização ou tinham sentido moral. Para o romano civilizado, os germânicos, da mesma matriz étnica, eram bárbaros. Os egípcios usavam a expressão = *nahas* para designar os núbios; e *nahas*[48], em egípcio, é o nome de um povo, sem conotação de cor. Trata-se de um equívoco deliberado traduzi-lo como "negro", como aparece em quase todas as publicações atuais.

Os epítetos divinos

Finalmente, preto ou negro é o epíteto divino invariavelmente utilizado para designar os principais deuses benfeitores do Egito, enquanto os espíritos malévolos são qualificados como *desrêt* = vermelho. Sabemos que, entre os africanos, esse termo se aplica às nações brancas; é quase certo que isso seja verdade também para o Egito mas, neste capítulo, quero ater-me ao plano dos fatos menos sujeitos a controvérsias.

Os deuses recebiam os seguintes epítetos:

= *kmwr* = o "Grande Negro" para Osíris[49];

= *km* = negro + o nome do deus[50];

= *kmt* = negro + o nome da deusa[51].

48 *Wörterbuch*, p. 128.

49 Ibid., p. 124.

50 Ibid., p. 125.

51 Ibid., p. 123.

O qualificativo *km* (negro), [hieróglifo], é aplicado a Hátor, Ápis, Min, Tot, etc. [hieróglifo] *setkmt* = a mulher negra = Ísis[52]. Por outro lado, *seth,* o deserto estéril, é qualificado pelo termo *desrêt* = vermelho[53]. Os animais selvagens, que Hórus combateu para criar a civilização, são qualificados como *desrêt* = vermelhos, especialmente o hipopótamo[54]. Analogamente, os seres malévolos expulsos por Tot são *des* = [hieróglifo] = *desrtjw* = os vermelhos. Esse termo é o inverso gramatical de *Kmtjw,* e sua construção segue a mesma regra que a da formação de *nisbés.*

Testemunho da Bíblia

A Bíblia nos diz: "... os filhos de Cam [foram] Cush, e Mizraim (isto é, Egito), e Fut, e Canaã. E os filhos de Cush, Saba, e Hevila, e Sabata, e Regna, e Sabataca"[55].

De maneira geral, toda a tradição semítica (judaica e árabe) classifica o antigo Egito entre os países dos negros.

A importância desses depoimentos não pode ser ignorada, porque os judeus eram povos que viviam lado a lado com os antigos egípcios e, algumas vezes, em simbiose com estes, e nada tinham a ganhar apresentando uma falsa imagem étnica dos mesmos. Da mesma forma, neste caso não se sustenta a noção de uma interpretação errônea dos fatos[56].

Dados culturais

Dentre os inúmeros traços culturais idênticos documentados no Egito e na África negra dos nossos dias, vamos referir-nos apenas à circuncisão e ao totemismo.

Segundo o excerto de Heródoto citado anteriormente, a circuncisão é de origem africana. A arqueologia confirmou a opinião do Pai da História: Elliot-Smith pôde comprovar, a partir do exame de múmias bem conservadas, que a

52 Note-se que *set* = *kem* = esposa negra em walaf. *Wörterbuch ...*, p. 492.

53 *Wörterbuch ...*, p. 493.

54 *Desrêt* = sangue, em egípcio; *deret* = sangue, em walaf. Ibid., p. 494.

55 Gênesis, 10: 6-7.

56 DIOP, C. A., 1955, pp. 33 et seqs.

circuncisão já era praticada, entre os egípcios, em tempos que remontam à era proto-histórica[57], isto é, a antes de - 4000.

O totemismo egípcio manteve sua vitalidade até o período romano[58], e Plutarco também o menciona. As pesquisas de Amélineau[59], Loret, Moret e Adolphe Reinach demonstraram claramente a existência de um sistema totêmico no Egito, refutando os defensores da tese da zoolatria.

> "Se reduzirmos a noção de totem à de um fetiche, geralmente animal, representando uma espécie com a qual a tribo acredita ter laços especiais, renovados periodicamente, e que é carregado para a batalha como um estandarte; se aceitarmos essa definição de totem, mínima mas adequada, pode-se dizer que não há outro país onde o totemismo tenha tido um reinado mais brilhante do que no Egito, e nenhum outro lugar onde ele possa ser mais bem estudado"[60].

Afinidade linguística

O walaf[61], língua senegalesa falada no extremo oeste da África, na costa atlântica, é, talvez, tão próximo do egípcio antigo quanto o copta. Recentemente foi feito um estudo exaustivo sobre essa questão[62]. Neste capítulo, apresentamos apenas o suficiente para mostrar que o parentesco entre as línguas do antigo Egito e as da África não é uma suposição, mas um fato demonstrável e impossível de ser ignorado pelos círculos acadêmicos.

Como veremos, o parentesco é de natureza genealógica.

57 MASSOULARD, E. 1949, p. 386.

58 JUVENAL. *Sátiras,* XV, v. 1-14.

59 AMÉLINEAU, E. Op. cit.

60 REINACH, A. 1913, p. 17.

61 Grafa-se, frequentemente, wolof.

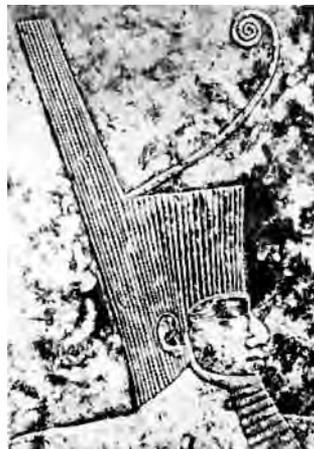
62 DIOP, C. A. 1977 (a).

Figura 1.16 Estrangeiro. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. LVIII (1).)

Figura 1.17 Fechadura de porta, de Hieracâmpolis. I dinastia egípcia. (Fonte: University Museum, Philadelphia.)

Figura 1.18 Prisioneiro líbio. (Fonte: C. A. Diop, 1967. pr. LVI (2).)

Figura 1.19 Um faraó da I dinastia egípcia. Segundo J. Pirenne, tratar-se-ia de Narmer, o primeiro faraó da História. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XVI.)

Figura 1. 20 (À direita) Zoser, típico negro, faraó da III dinastia, inaugurou a grande era da arquitetura em pedra revestida: a pirâmide em degraus e o complexo funerário em Sacará. Em seu reinado, todas as características tecnológícas da civilização egípcia já estavam desenvolvidas. (Fonte: C. A. Diop. 1967. pr. XVII.)

Verbos

Egípcio	Copta	Walaf
= *kef* = agarrar, pegar, despojar (de alguma coisa)[63]	(dialeto saídico) *keh* = domesticar[64]	*kef* = apanhar uma presa
PRESENTE	**PRESENTE**	**PRESENTE**
kef i	keh	kef na
kef ek	kef ek	kef nga
kef et	kef ere	kef na
kef ef	kef ef	kef ef } na
kef es	kef es	kef es } na
kef n	kef en	kef nanu
kef ton	kef etetû	kef ngen
kef sen[65]	kef ey	kef nanu
PASSADO	**PASSADO**	**PASSADO**
kef ni	kef nei	kef (on) na
kef (o) nek	kef nek	kef (on) nga
kef (o) net	kef nere	kef (on) na
kef (o) nef	kef nef	kef (on) ef } na
kef (o) nes	kef nes	kef (on) es } na
kef (o) nen	kef nen	kef (on) nanu
kef (o) n ten	kef netsten	kef (on) ngen
kef (o) n sen[66]	kef ney[67]	kef (on) naňu

Egípcio	Walaf
= *feh* = partir	*feh* = partir precipitadamente

Temos as seguintes correspondências entre as formas verbais, com identidade ou semelhança de significados: todas as formas verbais egípcias, com exceção de duas, também são encontradas no walaf.

EGÍPCIO	WALAF
{ feh-ef	{ feh-ef
{ feh-es	{ feh-es
{ feh-n-ef	{ feh-ôn-ef
{ feh-n-es	{ feh-ôn-es

63 LAMBERT, R. 1925, p. 129.
64 MALLON, A. pp. 207-34.
65 BUCK, A. de. 1952.
66 Id.
67 MALLON, A. pp. 207-34.

feh-w	feh-w
feh-w-ef feh-w-es	feh-w-ef feh-w-es
feh-w-n-ef feh-w-n-es	feh-w-ôn-ef feh-w-ôn-es
feh-in-ef feh-in-es	feh-il-ef feh-il-es
EGÍPCIO	**WALAF**
feh-t-ef feh-t-es	feh-t-ef feh-t-es
feh-tyfy feh-tysy	feh-ati-fy feh-at-ef feh-at-es
feh-tw-ef feh-tw-es	mar-tw-ef mar-tw-es
feh-kw(i)	fahi-kw
feh-n-tw-ef feh-n-tw-es	feh-an-tw-ef feh-an-tw-es
feh-y-ef feh-y-es	feh-y-ef feh-y-es
EGÍPCIO	**WALAF**
= mer = amar	mar = lamber[68]
mer-ef mer-es	mar-ef mar-es
mer-n-ef mer-n-es	mar-ôn-ef mar-ôn-es
mer-w	mar-w
mer-w-ef mer-w-es	mar-w-ef mar-w-es
mer-w-n-f mer-w-n-es	mar-w-ôn-ef mar-w-ôn-es
mer-in-ef mer-in-es	mar-il-ef mar-il-es
mer-t-ef mer-t-es	mar-t-ef mar-t-es
mer-tw-ef mer-tw-es	mar-tw-ef mar-tw-es

68 Por extensão, = amar intensamente (de onde, o verbo *mar-maral*), tal como a fêmea que lambe o filhote que ela acabou de parir. Esse sentido não se opõe à ideia de um homem levando a mão à boca, que pode ser evocada pelo determinativo.

mer-tyfy mer-t-tysy	mar-at-ef mar-at-es
	mar-aty-sy mar-aty-sy
mer-kwi	mari-kw
mer-y-ef mer-y-es	mar-y-ef mar-y-es
mer-n-tw-ef mer-n-tw-es	mar-an-tw-ef mar-an-tw-es
	mar-tw-ôn-ef mar-tw-ôn-es

Demonstrativos egípcios e walaf

Entre os demonstrativos egípcios e walaf existem as seguintes correspondências fonéticas:

EGÍPCIO	WALAF		
= pw (ipw)	bw	ep p w	w b w
= pwy (ipw)	bwy	p w y	b̄ w y
= pn (ipn)	bané balé	p n p n	b̄ n b̄ l[69]
= pf (ipf)	bafe	p f	b f
= pf3	bafa	p f 3	b̄ f a
= pfy (ipfy)	bafy	p f y	b̄ f y
= p3	bâ	p 3	b â
= iptw	batw	p t̲ w	b t w

69 Veja, em seguida, a explicação desta importante lei.

= iptn	batné / Batalé	p̠ t̠ n n	b t n l
= iptf	batafé	p t f	b̄ t f

Essas correspondências fonéticas não podem ser atribuídas a afinidades elementares ou a leis gerais do espírito humano, visto tratar-se de correspondências regulares, em pontos relevantes, que se estendem por todo o sistema: os demonstrativos, nas duas línguas, e as formas verbais. Foi através da aplicação de leis como essas que se tornou possível demonstrar a existência da família linguística indo-europeia.

A comparação poderia ir ainda mais longe, mostrando que a maioria dos fonemas se mantêm inalterados nas duas línguas. As poucas mudanças de grande interesse são as seguintes:

(*a*) A correspondência n (E) ⟶ l (W)

EGÍPCIO n	WALAF l
= *nad* = perguntar	*lad* = perguntar
= *nah* = proteger	*lah* = proteger
= *ben ben* = jorrar	*bel bel* = jorrar
= *teni* = envelhecer	*talé* = importante
= *tefnwt* = a deusa nascida da saliva de Ra	*tefnit* = "cuspir" um ser humano *teflit* = saliva *tefli* = aquele que cospe
= *nebt* = trança	*let* = trança *nab* = trançar o cabelo temporariamente

(*b*) A correspondência h (E) ⟶ g (W)

EGÍPCIO h	WALAF g
= *hen* = falo	*gen* = falo
= *hwn* = adolescente	*gwné* / *goné* = adolescente
= *hor* = Hórus	*gor* = vir (varão?)
= *hor gwn* = o jovem Hórus	*gor gwné* = homem jovem (m.ă.m)

Ainda é cedo para se falar com precisão sobre os acompanhamentos vocálicos dos fonemas egípcios. Abre-se, porém, um caminho para a redescoberta do vocalismo do antigo Egito a partir de estudos comparativos com outras línguas da África.

Conclusão

A estrutura da realeza africana, em que o rei é morto, real ou simbolicamente, depois de um reinado de duração variável – em torno de oito anos –, lembra a cerimônia de regeneração do faraó, através da festa de Sed. Os ritos de circuncisão já mencionados, o totemismo, as cosmogonias, a arquitetura, os instrumentos musicais, etc. também são reminiscências do Egito na cultura da África Negra[70]. A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um *corpus* de ciências humanas africanas deve ter isso como base.

Compreende-se como é difícil escrever um capítulo como este numa obra deste gênero, na qual o eufemismo e a transigência, via de regra, prevalecem. Por isso, na tentativa de evitar o sacrifício da verdade científica, insistimos na realização de três sessões preliminares à preparação deste volume, o que foi aceito na sessão plenária realizada em 1971[71]. As primeiras duas sessões levaram à realização do simpósio do Cairo, de 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 1974[72]. Gostaria de mencionar algumas passagens do relatório desse simpósio. O professor Vercoutter, que fora encarregado pela Unesco de escrever o relatório preliminar, reconheceu, depois de uma discussão exaustiva, que a ideia convencional de que a população egípcia se dividia equitativamente em brancos, negros e mestiços não podia ser mantida:

"O professor Vercoutter concordou que não se deve tentar estimar porcentagens; elas nada significariam na medida em que não se dispõe de dados estatísticos confiáveis para calculá-las".

Sobre a cultura egípcia consta no relatório:

"O professor Vercoutter observou que, de seu ponto de vista, o Egito era africano quanto à escrita, à cultura e à maneira de pensar".

---

70 Ver DIOP, C. A. 1967.

71 Ver Unesco. *Relatório Final da Primeira Sessão Plenária do Comitê Científico Internacional para a redação de uma História Geral da África.* 30 mar./8 abr. 1974.

72 Simpósio sobre "O povoamento do Antigo Egito e a decifração da escrita meroítica". Cf. Unesco. *Studies and Documents,* I, 1978.

O professor Leclant, por sua vez, "reconheceu o mesmo caráter africano no temperamento e maneira de pensar egípcios".

Quanto à linguística, afirma-se no relatório que "este item, ao contrário dos outros discutidos anteriormente, revelou um alto grau de concordância entre os participantes. O relatório elaborado pelo professor Diop e o relatório do professor Obenga foram considerados muito construtivos".

Da mesma maneira, o simpósio rejeitou a ideia de que o egípcio faraônico era uma língua semítica.

> "Abordando questões mais amplas, o professor Sauneron chamou a atenção para o interesse do método sugerido pelo professor Obenga, seguindo o professor Diop. O egípcio manteve-se como uma língua estável por um período de, pelo menos, 4500 anos. O Egito situa-se no ponto de convergências externas, e seria de se esperar, portanto, que se fizessem empréstimos de outras línguas; mas as raízes semíticas se reduzem a algumas centenas, para um total de muitos milhares de palavras. A língua egípcia não pode ser isolada de seu contexto africano, e sua origem não pode ser totalmente explicada a partir das línguas semíticas. Portanto é natural que se espere encontrar na África línguas aparentadas ao egípcio".

A relação genética – isto é, não acidental – entre o egípcio e as línguas africanas foi reconhecida:

> "O professor Sauneron observou que o método utilizado era muito interessante, uma vez que a similaridade entre os sufixos dos pronomes da terceira pessoa do singular no egípcio antigo e na língua walaf não poderia ser mera casualidade; ele espera que se tente no egípcio antigo e na língua walaf reconstituir uma língua paleoafricana, tomando como ponto de partida as línguas atuais".

Na conclusão geral do relatório, afirmava-se:

> "A despeito das especificações constantes do texto preparatório distribuído pela Unesco, nem todos os participantes prepararam comunicações comparáveis às dos professores Cheikh Anta Diop e Obenga, meticulosamente elaboradas. Consequentemente, houve uma considerável falta de equilíbrio nas discussões".

Assim, escreveu-se no Cairo uma nova página da historiografia africana. O simpósio recomendou que se fizessem novos estudos sobre o conceito de raça. Tais estudos têm sido realizados desde então, mas não trouxeram nada de novo à discussão histórica. Dizem-nos que a biologia molecular e a genética reconhecem apenas a existência de populações, e que o conceito de raça já não tem qualquer significado. No entanto, sempre que aparece alguma questão sobre a

transmissão de doenças hereditárias, o conceito de raça, no sentido mais clássico do termo, reaparece, pois a genética nos ensina que "a anemia fauciforme ocorre apenas entre os negros". A verdade é que todos estes "antropólogos" já esquematizaram em suas mentes as conclusões derivadas do triunfo da teoria monogenética da humanidade, sem ousar dizê-lo explicitamente, pois, se a humanidade teve origem na África, foi necessariamente negroide antes de se tornar branca através de mutações e adaptações, no final da última glaciação na Europa, no Paleolítico Superior. E agora compreende-se muito melhor por que os negroides grimaldianos ocuparam a Europa 10 mil anos antes do aparecimento do Homem de Cro-Magnon, protótipo da raça branca (por volta de -20000).

O ponto de vista ideológico também é evidente em estudos aparentemente objetivos. Na história e nas relações sociais, o fenótipo – isto é, o indivíduo ou o povo tais como são percebidos – é o fator dominante, em oposição ao genótipo. A genética atual nos autoriza a imaginar um Zulu com o "mesmo" genótipo de Vorster. Isso significa que a história que testemunhamos colocará esses dois fenótipos – isto é, os dois indivíduos – no mesmo nível em todas as suas atividades nacionais e sociais? Certamente não – a oposição continuará sendo étnica, e não social. Este estudo torna necessário que se reescreva a história da humanidade a partir de um ponto de vista mais científico, levando em conta o componente negro-africano, que foi, por longo tempo, preponderante. Assim, é, doravante, possível constituir um corpus de ciências humanas negro-africanas apoiado em bases históricas sólidas, e não suspenso no ar. Finalmente, se é fato que só a verdade é revolucionária, deve-se acrescentar que só um *rapprochement* realizado com base na verdade será duradouro. Não se contribui para a causa do progresso humano lançando um véu sobre os fatos.

A redescoberta do verdadeiro passado dos povos africanos não deverá ser um fator de divisão, mas contribuir para uni-los, todos e cada um, estreitando seus laços de norte a sul do continente, permitindo-lhes realizar, juntos, uma nova missão histórica para o bem da humanidade, e isto em consonância com os ideais da Unesco[73].

73 Nota do coordenador: As opiniões expressas pelo Professor Cheikh Anta Diop neste capítulo são as mesmas que ele apresentou e desenvolveu no simpósio da Unesco sobre "O povoamento do antigo Egito", realizado no Cairo, em 1974. Um sumário dos resultados desse simpósio se encontra no final do capítulo. Os argumentos apresentados neste capítulo não foram aceitos por todos os especialistas interessados no problema (Cf. Introdução, acima). *Gamal Mokhtar*

CAPÍTULO 2

O Egito faraônico

A. Abu Bakr

O fim da era glacial na Europa provocou importantes modificações climáticas nas terras situadas ao sul do Mediterrâneo. A diminuição do volume de chuvas levou as populações nômades da África saariana a imigrarem para o vale do Nilo à procura de suprimento permanente de água. Portanto é provável que o primeiro povoamento efetivo do vale do Nilo tenha ocorrido no início do Neolítico (por volta de -7000). Nessa época, os egípcios adotaram um modo de vida pastoril e agrícola. Enquanto aperfeiçoavam seus instrumentos e armas de pedra, inventaram – ou acolheram – a cerâmica, que viria a ser para nós de grande utilidade na reconstituição de um quadro completo das diferentes culturas egípcias durante o período neolítico[1].

Pouco antes do período histórico, os egípcios aprenderam a utilizar os metais[2], ingressando assim no chamado período calcolítico (ou cuprolítico). O metal aos poucos substituiu o sílex. O ouro e o cobre fizeram também sua primeira aparição, embora o bronze não tenha sido empregado até o Médio Império e, aparentemente, o uso do ferro não se tenha generalizado até o último período da história faraônica.

---

1 Ver KI-ZERBO, J., coord. *História Geral da África.* São Paulo, Unesco/Ática, 1982. v. I, Cap. 28, “Pré-história do vale do Nilo”.

2 Id., ibid., Cap. 28, “Descoberta e difusão dos metais e desenvolvimento dos sistemas sociais até o século V antes da Era Cristã”.

Pré-História

O Egito, situado na extremidade nordeste da África, é um país pequeno se comparado ao imenso continente de que faz parte. Contudo, aí se originou uma das mais importantes civilizações do mundo. A própria natureza dividiu o país em duas partes diferenciadas: as estreitas faixas de terra fértil situadas ao longo do Nilo, de Assuã até a região do atual Cairo, denominadas Alto Egito, e o extenso triângulo formado no curso de milênios pelos depósitos de limo do rio, que corre para o norte em direção ao Mediterrâneo, região denominada Baixo Egito ou Delta.

O estabelecimento das primeiras populações não se deu sem dificuldade, e deve ter havido uma disputa acirrada entre os diferentes grupos humanos pela posse das terras situadas ao longo do Nilo e na região relativamente reduzida do Delta. Somente os mais fortes e capazes teriam sobrevivido. Esses povos vindos do leste, do oeste e do sul pertenciam, sem dúvida, a diversos grupos somáticos. Não surpreende que de início os diferentes obstáculos naturais, acrescidos à diversidade das origens, tenham isolado os grupos que se fixaram nos vários territórios ao longo do vale. Pode-se atribuir a esses grupos a origem dos nomos, que constituíram a base da estrutura política do Egito no período histórico. No entanto, o Nilo proporcionava um meio de comunicação natural entre as diferentes localidades situadas em suas margens, facilitando o desenvolvimento da unidade linguística e cultural, que acabou por obscurecer as características particulares de cada grupo.

A grande realização do período pré-histórico foi o controle da terra (ver Introdução). Instalados inicialmente em afloramentos rochosos acima das planícies de aluvião ou em áreas mais elevadas na orla do deserto, os primeiros egípcios conseguiram clarear o terreno à sua volta tornando-o próprio ao cultivo, drenar os pântanos e construir diques para servir de anteparo às enchentes. Pouco a pouco, descobriram as vantagens da utilização dos canais de irrigação. Tal empreendimento requeria um trabalho organizado em larga escala, o que levou ao desenvolvimento de uma estrutura política local em cada província.

É possível que alguns fragmentos de textos da literatura primitiva[3] tenham conservado a memória do desenvolvimento da unidade política no Egito. Parece que em época remota os nomos do Delta estiveram organizados em coligações: os nomos do oeste eram tradicionalmente ligados pelo culto ao deus Hórus,

3 Sobre os *Textos das Pirâmides*, ver a tradução inglesa de FAULKNER, R. O. 1969.

ao passo que os do leste tinham por protetor comum o deus Andjty, senhor de Djedu, que posteriormente foi absorvido por Osíris. Sugeriu-se que os nomos do oeste teriam conquistado os do leste e formado um reino unido no Egito setentrional. Desse modo, o culto de Hórus como deus supremo prevaleceu em todo o Delta, propagando-se gradualmente até o Alto Egito e destronando Set, o principal deus de uma coalizão de povos daquela região[4].

O período Arcaico (-3200 a -2900)

O primeiro evento historicamente importante de que se tem notícia é a união dos dois reinos pré-históricos, ou melhor, a sujeição do Baixo Egito pelo soberano do Alto Egito, denominado Menés pela tradição (embora as fontes arqueológicas o chamem Narmer). Foi ele o fundador da primeira das trinta dinastias ou famílias governantes, em que o historiador egípcio Mâneton (-280) dividiu a longa linhagem de soberanos até a época de Alexandre, o Grande. A família de Menés residia em Tínis, no Alto Egito, o principal centro da província que incluía a cidade sagrada de Abidos. Foi perto de Abidos, onde se situa o santuário do deus Osíris, que Petrie exumou os imensos túmulos dos reis das duas primeiras dinastias. Com certeza foi o reino meridional que impôs seu domínio a todo país, tendo Narmer, logo após sua primeira vitória, instalado a capital em Mênfis, próximo à fronteira entre as duas regiões[5].

Os reis das duas primeiras dinastias do período arcaico (ver Capítulo 1) são pouco conhecidos, e dificilmente se poderão obter maiores informações sobre os acontecimentos de seus respectivos reinados. Todavia, não resta dúvida de que esse período foi marcado por *árduo esforço* de consolidação. A cultura do final do período pré-dinástico prevaleceu durante os trezentos anos posteriores à I dinastia, mas com a consumação da unidade política, durante a III e IV dinastia, o novo Estado adquire estabilidade o bastante. Isso se dá sob a forma de um novo dogma, segundo o qual o rei egípcio era considerado sobre-humano, verdadeiro deus a reinar sobre os homens. O dogma da divindade do faraó[6], difícil de definir, teria sido elaborado durante as primeiras dinastias com o objetivo de consolidar um poder único sobre os dois territórios. Poder-se-ia dizer que a partir da III dinastia o chefe do Estado não era um egípcio do norte ou do sul, mas um deus.

4 A referência básica para esta teoria, atualmente objeto de controvérsia, é SETHE, K. 1930.

5 Ver HAYES, W. C. 1965; CÉNIVAL, J. L. de. 1973.

6 Sobre o conceito da divindade do faraó, consultar POSENER, G. 1960.

FIGURA 2.1 O Nilo, da Terceira Catarata até o Mediterrâneo.

FIGURA 2.2 Cronologia da história egípcia (todas as datas são anteriores à Era Cristã)

Segundo a teoria da realeza, o faraó encarnava o Estado e era responsável por todas as atividades do país (ver Capítulo 3). Além disso, era o sumo sacerdote de todos os deuses, servindo-os diariamente em cada um dos templos. Obviamente, na prática, era-lhe impossível corresponder a tudo o que dele se esperava. Necessitava de representantes para executar suas tarefas divinas: ministros, funcionários nas províncias, generais no exército e sacerdotes nos templos. Embora seu poder fosse teoricamente absoluto, ele não podia, de fato, exercê-lo livremente. Era ele a personificação de crenças e práticas muito antigas que se desenvolveram progressivamente com o passar dos anos. Na realidade, a vida dos reis era tão codificada que estes não podiam passear ou banhar-se sem submeter-se ao cerimonial estabelecido para cada um desses atos, regulado por ritos e obrigações. No entanto, sob suas coroas ricamente ornamentadas, os faraós possuíam, é claro, uma dimensão humana: eram sensíveis ao amor e ao ódio, à ambição e à desconfiança, à cólera e ao desejo. Durante toda a história do antigo Egito, a arte e a literatura representaram o faraó segundo um ideal estereotipado, sendo, contudo, notável que se tenha chegado a conhecer os reis individualmente, como seres dotados de personalidade própria.

É sabido que as nações antigas tinham grande interesse pelas crenças egípcias, e que os indivíduos que perdiam a fé nas crenças de seus antepassados costumavam procurar os “sábios” do Egito. Uma certa veneração pela sabedoria egípcia subsistiu até o desaparecimento das religiões politeístas. A exemplo de outros povos contemporâneos, os egípcios do Neolítico acreditavam que seus deuses se encontravam na natureza e que a Terra e o céu estavam povoados de espíritos. Acreditavam que esses espíritos fixavam sua morada terrestre nos animais, nas plantas ou em qualquer objeto notável por seu tamanho ou forma. Com o passar do tempo, porém, deixaram de considerar os animais ou os objetos como deuses e gradualmente passaram a acreditar que se tratava da manifestação visível ou da morada de uma força divina abstrata. O animal ou objeto escolhido como a manifestação visível de um deus tanto podia ser um animal útil e amigo, como a vaca, o carneiro, o cachorro ou o gato, quanto um animal selvagem e temível, como o hipopótamo, o crocodilo ou a cobra. Em cada um desses casos, os egípcios rendiam homenagem e ofereciam sacrifícios a um único espécime na Terra. Adoravam a vaca, porém a abatiam para se abastecer de carne. Também adoravam o crocodilo, mas o matavam para se defender.

Trata-se de deuses locais; cada um era deus supremo em seu próprio domínio e senhor incontestável do território, com uma exceção: o deus local de uma cidade em que o chefe de um grupo chegasse ao poder tinha precedência sobre os demais. Se o chefe ascendesse ao trono e lograsse estabelecer ou consolidar

a unificação dos reinos do sul e do norte, o deus local seria promovido a deus oficial de todo o país.

Além disso, os primeiros egípcios viam forças divinas no Sol, na Lua, nas estrelas, no céu e nas cheias do Nilo. Deviam temer suas manifestações visíveis e impressionar-se com a influência que exerciam, pois os adoravam e os consideravam deuses poderosos: Rá ou Rê, o Sol, Nut, o céu, Nun, o oceano, Shu, o ar, Geb, a Terra, e Hapi, a cheia[7].

Essas divindades eram representadas sob forma humana ou animal, e seu culto não se limitava a uma localidade específica. As deusas também desempenhavam papel decisivo na religião, sendo objeto de grande veneração. Contudo seu número provavelmente não excedia a doze, embora algumas, como Hátor, Ísis, Neith e Bastet, não deixassem de ser importantes em todo o país. Via de regra, Hátor era associada a Hórus, e Ísis, a Osíris; Neith era a deusa protetora da capital pré-histórica do Delta, e Bastet (a deusa-gata) alcançou grande popularidade após a a II dinastia, no décimo oitavo nomo do Baixo Egito.

Em nenhuma outra nação antiga ou moderna, a ideia de uma vida após a morte desempenhou papel tão importante e influenciou tanto a vida dos crentes como no antigo Egito[8]. A crença no além foi sem dúvida favorecida e influenciada pelas condições geográficas do Egito, onde a aridez do solo e o clima quente asseguravam uma notável conservação dos corpos após a morte, o que deve ter estimulado fortemente a convicção de que a vida continuava no além-túmulo.

No decorrer da história, os egípcios vieram a acreditar que seus corpos encerravam diferentes elementos imortais. Um deles era o *Ba,* representado por um pássaro com cabeça de homem, traços idênticos aos do defunto e braços humanos. O *Ba* adquiria vida com a morte do indivíduo; as preces recitadas pelo sacerdote que presidia as cerimônias fúnebres, juntamente com o alimento oferecido, ajudavam a assegurar a transformação do morto em *Ba* ou alma. O segundo elemento, conhecido como *Ka,* era um espírito protetor que adquiria vida com o nascimento de uma pessoa. Quando o deus Khnum, o deus-carneiro de Assuã, moldou os seres humanos a partir do limo, criou dois modelos para cada indivíduo, um para seu corpo e outro para seu *Ka.* O *Ka* era a imagem exata do homem e permanecia com ele por toda a vida, mas passava para o além antes dele. Era para servir ao *Ka* que os egípcios proviam fartamente seus túmulos do que chamamos "mobiliário funerário" – um sortimento completo de tudo o que o proprietário possuía em sua morada terrena. Embora o *Ka* permanecesse a maior

7 Pode-se encontrar um relato sistemático e detalhado das crenças egípcias em KEES, H. 1941.

8 O trabalho básico sobre as crenças funerárias dos egípcios é o de KEES, H. 1926; 2. ed., 1956.

FIGURA 2.3 Tesouro de Tutancâmon. Anúbis na entrada do tesouro. (Fonte: The Connoisseur et M. Joseph. "Life and Death of a Pharaoh: Tutankhamun". Foto Griffith Institute, Ashmolean Museum, Oxford.)

parte do tempo dentro do túmulo, segundo se acreditava, podia também deixá--lo. Desse modo, a necrópole era a morada dos *Kas* assim como a cidade era o lugar dos vivos. O terceiro elemento importante era o *Ib,* o coração, considerado o centro das emoções e a consciência do indivíduo. Era o guia das ações durante sua vida terrena. O quarto elemento era o *Akh,* que os egípcios acreditavam ser um poder divino ou sobrenatural, adquirido apenas após a morte. As estrelas que brilhavam no céu eram os *Akhs* dos mortos. Finalmente, havia o corpo propriamente dito, o *Khat* ou invólucro externo, que perecia mas podia ser embalsamado a fim de conservar-se adequadamente para compartilhar com o *Ka* e o *Ba* a vida eterna do além-túmulo.

Além das ideias sobre a vida futura no túmulo e na necrópole, os egípcios desenvolveram pouco a pouco outras concepções relativas à eternidade e ao destino reservado ao *Ba.* Duas dessas teorias, a solar e a osiriana, difundiram-se amplamente. A princípio acreditava-se que o faraó morto, sendo de essência divina, residia com os deuses; era identificado tanto com o deus-Sol (Hórus ou Rá) quanto com Osíris. Com o passar do tempo, essa concepção foi adotada pelos nobres influentes (durante o Médio Império) e mais tarde por todos os egípcios, independentemente do nível social.

Tudo isso transparece nos textos mortuários, cujas versões mais antigas preservadas são os chamados "Textos das Pirâmides", escritos em hieróglifos nas paredes das câmaras funerárias da pirâmide do rei Unas, o último faraó da V dinastia, e na pirâmide de um da VI dinastia. Com a apropriação dos "Textos das Pirâmides" pelos chefes locais e régulos do Primeiro Período Intermediário, e posteriormente pelos nobres do Médio Império, grande parte das fórmulas mágicas e dos rituais foi eliminada, modificada ou recomposta de modo a adaptar-se às pessoas comuns. Esses textos, geralmente conhecidos como "Textos dos Sarcófagos"[9], em sua maioria eram inscritos em escrita hieroglífica cursiva nas superfícies internas dos caixões retangulares típicos do Médio Império, os títulos com tinta vermelha e o resto do texto com tinta preta. No Novo Império, a maior parte das fórmulas dos "Textos dos Sarcófagos", assim como inúmeras estrofes novas, eram escritas em rolos de papiro e colocadas junto aos corpos mumificados. Os textos, com cerca de duzentas estrofes, são denominados *O Livro dos Mortos*[10]. Mas esse título é até certo ponto enganoso: na verdade, nunca

9 Com relação aos "Textos dos Sarcófagos", a edição básica do texto isolado é de BUCK, A. de. 1935-61. Pode-se encontrar uma tradução inglesa dos textos em FAULKNER, R. O. 1974, 1978.

10 Tradução francesa em BARGUET, P. Paris, 1967. Por sua vez, o Oriental Institute of Chicago publicou em tradução inglesa comentada, um "Livro dos Mortos" completo. Ver ALLEN, T. G. 1960.

existiu um "livro" desse gênero; a escolha das estrofes escritas em cada papiro variava segundo o tamanho do rolo, a preferência do adquirente e a opinião do sacerdote-escriba que as transcrevia. Um "Livro dos Mortos" médio continha entre quarenta e cinquenta estrofes. Além desse livro, os sacerdotes do Novo Império compuseram e popularizaram vários outros "livros" funerários, escritos em papiro ou inscritos nas paredes dos túmulos, entre os quais se incluíam o que se conhece como o "Livro do Que Está no Inferno" *(Imj-Dwat)* e o "Livro das Grandes Portas", guia mágico que descreve a viagem do Sol pelas regiões subterrâneas durante as doze horas da noite.

O Antigo Império[11] (-2900 a -2280)

III Dinastia

Já se observou que os reis das duas primeiras dinastias (período arcaico) parecem ter-se preocupado principalmente com as conquistas e sua consolidação. A nosso ver, porém, o novo dogma da realeza divina começou de fato com a II dinastia, e só então o Egito se tornou uma nação unificada. A dinastia foi fundada pelo rei Zoser, que, a julgar pelas evidências, era um soberano vigoroso e capaz. Entretanto sua fama foi consideravelmente obscurecida pela de seu célebre súdito Imhotep (I-em-htp), arquiteto, médico, sacerdote, mágico, escritor e autor de provérbios. Vinte e três séculos após sua morte, tornou-se ele o deus da medicina, em quem os gregos (que o chamavam de Imuthes) reconheciam Asclépio. Sua realização mais notável como arquiteto foi a "pirâmide de degraus" e o vasto complexo funerário construído para seu faraó em Saqqara, numa área de 15 ha, na forma de um retângulo de 544 m por 277 m. A construção compreendia um muro circular, semelhante a uma fortaleza, e Imhotep introduziu notável inovação substituindo a pedra pelo tijolo.

Os outros reis da III dinastia são figuras tão obscuras quanto os das duas primeiras, embora a imensa pirâmide em degraus inacabada do rei Sekhemkhet (provavelmente filho e sucessor de Zoser em Saqqara) e a enorme escavação de um túmulo não concluído em Zawijet-el-Aryan, no deserto ao sul de Gisé, sejam indicações suficientes de que o complexo piramidal de Zoser não foi o único. O rei Huny, último da III dinastia, é o predecessor imediato de Snefru,

11 Em inglês, ver SMITH, W. S. 3. ed. Cambridge, 1971; em francês, VANDIER, J. "L'Ancien Empire" e "La Fin de l'Ancien Empire et la Première Période Intermédiaire". In: DRIOTON, E. & VANDIER, J. pp. 205-38, 239-49.

o fundador da IV dinastia. Foi ele quem edificou uma pirâmide em Meidum, cerca de 70 km ao sul do Cairo. Esse monumento, originalmente construído em degraus, sofreu várias ampliações e transformações antes de se tornar uma verdadeira pirâmide (talvez por obra de Snefru).

IV Dinastia

A IV dinastia, um dos pontos altos da história egípcia, começa com o longo e ativo reinado de Snefru, cujos anais, em parte preservados na Pedra de Palermo[12], relatam as campanhas militares vitoriosas contra os núbios do sul e as tribos líbias do oeste, a manutenção do comércio (principalmente o de madeira) com a costa síria e os grandes empreendimentos de construção executados durante vários anos, incluindo a edificação de templos, fortalezas e palácios em todo o Egito. Snefru reinou 24 anos; provavelmente pertencia a um dos ramos menores da família real. Para legitimar sua posição, casou-se com Hetep-Heres[13], a filha mais velha de Huny, infundindo sangue real à nova dinastia. Mandou construir duas pirâmides em Dachur, uma de tipo romboide (ao sul), e outra de forma verdadeiramente piramidal (ao norte) e de dimensão próxima à da grande pirâmide de Khufu em Gisé.

Os sucessores de Snefru, Khufu (Quéops), Khafre (Quéfren) e Mankaure (Miquerinos) são conhecidos principalmente pelas três pirâmides que erigiram no alto do promontório de Gisé, 10 km a sudoeste do atual Cairo. A pirâmide de Khufu apresenta uma particularidade: é a maior construção de uma única peça já erigida pelo homem[14] e, devido à perfeição do trabalho, à precisão do projeto e à beleza das proporções, continua a ser considerada a primeira das Sete Maravilhas do mundo. As pirâmides do filho e do neto de Khufu, conquanto menores, apresentam semelhanças na construção e na disposição de suas estruturas secundárias.

Houve muitas interrupções na sucessão real da IV dinastia, devido às lutas de sucessão entre os filhos das várias esposas de Khufu. Seu filho Dedefre governou

---

12 Ver Introdução.

13 O túmulo da rainha Hetep-Heres foi descoberto em Gisé e revelou um mobiliário de excelente qualidade, testemunho da habilidade dos artesãos egípcios durante o Antigo Império. Ver REISNER, G. A. 1955.

14 Sabe-se que a pirâmide propriamente dita, símbolo solar que contém ou cobre a cripta funerária onde repousa a múmia real, é apenas um elemento do complexo que constitui a sepultura real completa. Esta última inclui, além da pirâmide, um templo baixo, na planície, em geral chamado o "Templo do Vale", e uma aleia aberta ou caminho, que se estende do templo à parte alta do complexo, no planalto desértico, onde se situam a pirâmide propriamente dita e o templo funerário erigido na face oriental. Todo o recinto é cercado por uma parede. Ver EDWARDS, I. E. S. 1970.

o Egito durante oito anos, antes de Khafre; outro se apoderou do trono durante um curto período no final do reinado de Khafre. É provável que um terceiro filho tenha sucedido ao último rei efetivo da dinastia, Shepseskaf.

V Dinastia

A origem dessa dinastia está ligada à crescente influência do clero de Heliópolis. Uma lenda do Papiro Westcar[15] relata que os três primeiros reis da V dinastia descendiam do deus Rá e de uma mulher chamada Radjedet, esposa de um sacerdote de Heliópolis. Os três irmãos eram Userkaf, Sahure e Neferirkare. Sahure ficou conhecido principalmente pelos magníficos baixos-relevos que decoravam seu templo funerário em Abusir, ao norte de Saqqara. É fato bem conhecido que, apesar de as pirâmides reais da V dinastia serem muito menores do que os grandiosos túmulos da IV dinastia e sem embargo de uma construção inferior, os templos funerários vizinhos das pirâmides eram obras elaboradas, abundantemente decoradas com baixos-relevos pintados, alguns deles de caráter semi-histórico. A maior parte dos reis dessa dinastia mandou construir nas proximidades das pirâmides grandes templos dedicados ao deus-Sol, todos dominados por um gigantesco obelisco solar.

Além da construção e dotação de muitos templos, relacionados na Pedra de Palermo, os faraós da V dinastia concentravam suas atividades na defesa das fronteiras do Egito e na expansão das relações comerciais com os países vizinhos. Expedições punitivas contra os líbios do deserto ocidental, os beduínos do Sinai e as populações semitas do sul da Palestina foram registradas nas paredes de seus templos funerários. Embarcações de grande envergadura visitaram a costa da Palestina durante os reinados de Sahure e Isési. Os navios egípcios atingiram também as praias de Punt, na costa somali, à procura de produtos de grande valor, como mirra, ébano e animais. O comércio do cedro com a Síria continuou a prosperar. No antigo porto costeiro de Biblos, no sopé das encostas arborizadas do Líbano, aumentava o número de frotas egípcias encarregadas do comércio da madeira para construção. Sabe-se que as relações comerciais com Biblos existiam desde as primeiras dinastias (ver Capítulo 8). Um templo egípcio foi erigido nesse local durante a IV dinastia, e descobriram-se objetos com os nomes de vários faraós do Antigo Império na cidade e nos arredores do velho porto.

15 Texto redigido durante o Médio Império: ver LEFEBVRE, G. 1949, p. 79. O relato do Papiro de Westcar é fictício. Os primeiros reis da V dinastia descendiam dos reis da IV dinastia. Ver BORCHARDT, L. 1938. pp. 209-15. No entanto parece fora de dúvida que o clero de Heliópolis desempenhou um papel importante na época da transição da IV para a V dinastia.

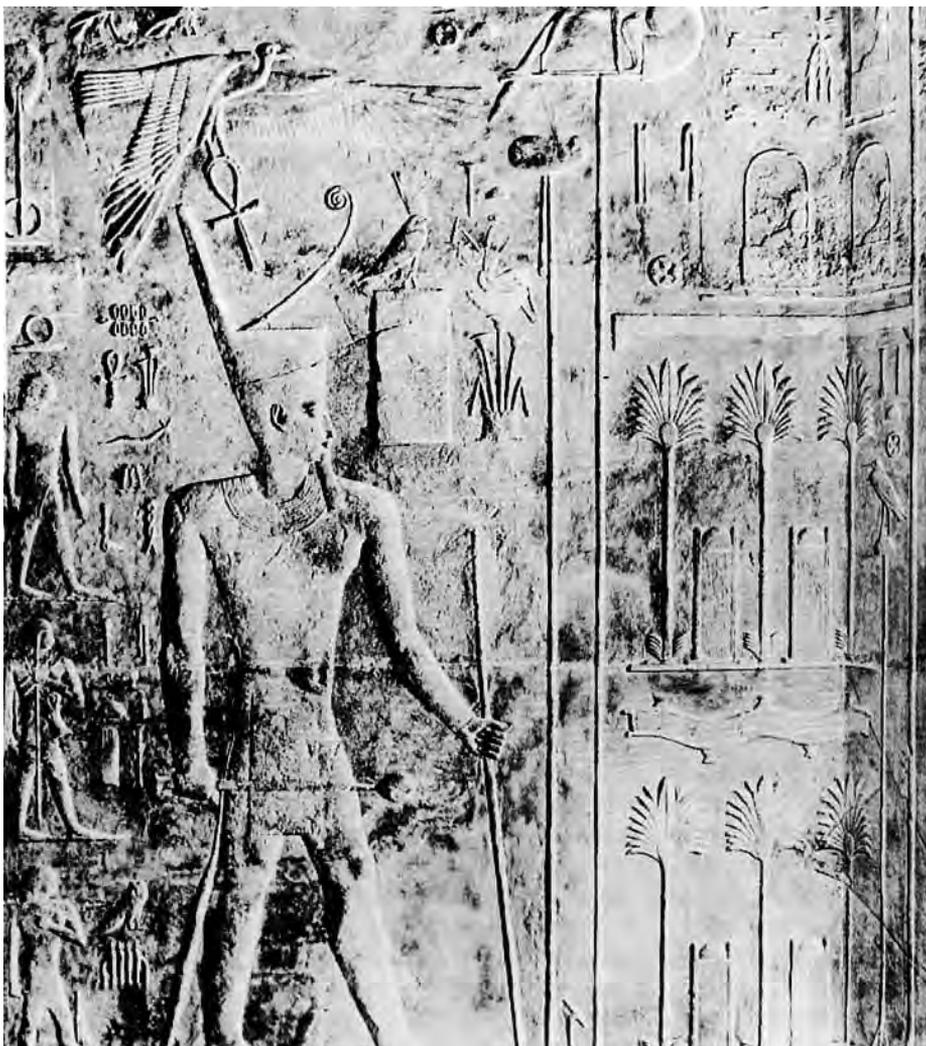



FIGURA 2.4 Quéfren. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 116, fig. 33.)

VI Dinastia

Não existem provas de que a transição da V para a VI dinastia foi acompanhada de agitações políticas. Com o longo e dinâmico reinado de Pépi I (o terceiro rei), a dinastia revelou toda a sua força. Pela primeira vez um rei egípcio abandonava as táticas militares puramente defensivas para penetrar com o grosso de seu exército no coração do país inimigo. Com o avanço do

grande exército comandado por Uni, o general egípcio, os inimigos recuaram para suas terras nativas até o monte Carmelo, ao norte, e durante a última de cinco campanhas sofreram emboscadas de tropas terrestres desembarcadas de navios egípcios na extremidade norte da costa palestina.

A julgar por algumas indicações, é possível que Pépi I tenha nomeado seu filho Merenrê corregente, pois ao que parece teria reinado sozinho durante cinco anos, aproximadamente. Nessa época, porém, ele procurou expandir e consolidar o poder egípcio na Núbia, e pouco antes de sua morte apareceu pessoalmente na Primeira Catarata para receber a homenagem dos chefes das províncias núbias.

Com a morte de seu irmão Merenrê, Pépi II, que contava seis anos, subiu ao trono e governou o país durante 94 anos, morrendo no ano de seu centésimo aniversário, após um dos mais longos reinados da história. Durante a minoridade do rei, a administração do país ficou nas mãos de sua mãe e de seu irmão. O segundo ano do reinado de Pépi II foi marcado pelo retorno de Herkhuf, monarca de Elefantina, que viajara pela Núbia até a província de Yam; este trouxe consigo um rico carregamento de tesouros e um dançarino pigmeu como presente para o rei. Com grande entusiasmo, o rei de oito anos enviou uma carta de agradecimento a Herkhuf, solicitando-lhe tomasse todas as precauções possíveis para que o pigmeu chegasse a Mênfis em bom estado[16].

O longo reinado de Pépi II terminou em meio à desorganização política cuja origem remonta ao início da VI dinastia, época em que o poder crescente dos monarcas do Alto Egito lhes permitiu construir seus túmulos na própria província, e não ao lado da pirâmide do rei, na necrópole. A descentralização progrediu rapidamente. À medida que o rei perdia o controle das províncias, a autoridade se concentrava mais e mais nas mãos dos poderosos governadores provinciais. A ausência de monumentos posteriores às construções de Pépi II é um sinal evidente do empobrecimento da casa real. Como a desintegração evoluía rapidamente, o empobrecimento atingiu todas as classes sociais. Não se sabe ao certo se as forças desintegradoras eram já demasiado intensas para que um faraó pudesse combatê-las ou se o reinado muito longo de Pépi II, que mal soube defender o país, precipitou o colapso. O fato é que o Antigo Império chegou ao fim quase imediatamente após sua morte, iniciando-se o período de anarquia denominado Primeiro Período Intermediário.

16 Herkhuf, o monarca, fez gravar o texto da epístola real nas paredes de seu túmulo em Assuã. A tradução do texto é de BREASTED, J. H. (1906. pp. 159-61). O aspecto antropológico do problema do "anão dançarino do deus" foi estudado por W. R. DAWSON (1938. pp. 185-9).

O Primeiro Período Intermediário

Com a morte de Pépi II, o Egito se desintegrou numa explosão de tumulto feudal. Iniciou-se um período de anarquia, caos social e guerra civil. Em todo o vale do Nilo, os chefes locais defrontavam-se em meio a tal confusão que Mâneton observou, em sua *História do Egito,* que a VII dinastia teve setenta reis que governaram por setenta dias. Tratava-se provavelmente do estabelecimento de um regime de exceção em Mênfis, que substituía temporariamente a realeza desaparecida com o colapso da VI dinastia[17].

Pouco se sabe sobre a VIII dinastia, e embora se tenha registro dos nomes dos reis, a ordem cronológica de seus reinados é controversa. Contudo, surgiu pouco depois uma nova casa real em Heracleópolis (no Médio Egito) e houve esforços no sentido de dar continuidade à cultura menfita. Sem dúvida os reis da IX e da X dinastia controlaram o Delta, que havia sido presa dos nômades saqueadores do deserto. O Alto Egito, no entanto, dividiu-se em suas antigas unidades, cada um dos nomos sob o controle de um regente local. A história posterior do Egito assinala-se pelo crescimento do poder tebano, que, durante a XI dinastia, acabou por controlar o Alto Egito, e, pouco depois, todo o país.

O sábio Ipu-Ur foi quem melhor descreveu a situação do Egito após a queda do Antigo Império, que fora o instigador das mais importantes realizações materiais e intelectuais do país e permitira a manifestação das mais elevadas capacidades individuais. Seus escritos, que parecem remontar ao Primeiro Período Intermediário[18], foram preservados num papiro do Novo Império que hoje se encontra no Museu de Leida. A passagem citada a seguir mostra a revolução social ocorrida na primeira parte do Primeiro Período Intermediário e a ausência de qualquer tipo de autoridade centralizada:

> "Tudo é ruína. Um homem golpeia seu irmão, [o filho] de sua mãe; a peste se espalha por todo o país. O sangue corre em toda parte . Alguns homens sem fé nem lei não hesitam em pilhar as terras reais. Uma tribo estrangeira invadiu o Egito. Em toda parte os nômades do deserto tornaram-se egípcios, Elefantina e Tínis [dominam] o Alto Egito sem pagar os impostos, devido à guerra civil [...]. O saqueador está em todos os lugares [...]. Portais, colunas e paredes são consumidos pelo fogo. Os

17 O Primeiro Período Intermediário (abreviado PPI) ainda apresenta muitos problemas. Os relatos gerais podem ser encontrados em SPIEGEL, J. 1950, e em STOCK, H. 1949. Excelentes resumos podem ainda ser encontrados em DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. pp. 235-7, 643-5.

18 A data do texto é controversa. Supõe-se que pertença ao Segundo Período Intermediário (cf. VAN SETERS, J. 1964. pp. 13-23). Contudo, esta nova data não teve aceitação.

homens não navegam mais para o norte em direção a [Biblos]. Que faremos com o cedro? Há falta de ouro. Em toda parte o trigo desapareceu [...]. As leis da corte de justiça são desprezadas [...]. Aquele que nunca possuiu bens é agora homem próspero. Os pobres do país tornaram-se ricos, e aquele que possuía bens tornou-se o que nada tem ...".[19]

Mas da desordem nasceram certos valores positivos: uma ênfase nova e encorajadora no individualismo, por exemplo, na igualdade social e na dignidade do homem comum. Desse modo, em meio ao caos, os egípcios desenvolveram um conjunto de valores morais que exaltavam o indivíduo. Tudo isso aparece claramente no famoso papiro conhecido pelo nome de *Protestos do Camponês Eloquente*[20], da X dinastia. Trata-se da história de um pobre camponês que, despojado de seus bens por um rico proprietário de terras, reivindica seus direitos:

"Não despojes de seu bem um pobre homem, um fraco, como tu sabes. O que ele possui é o [próprio ar que respira] um homem sofredor, e aquele que o rouba corta-lhe a respiração. Tu foste designado para presidir audiências, para decidir entre dois homens e punir o bandido [mas], observa, é o defensor do ladrão que tu gostarias de ser. Confiou-se em ti, embora te tenhas tornado um transgressor. Tu foste designado para ser a barragem do sofredor, protegendo-o para que ele não se afogasse [mas], observa, tu és o lago que o engoliu".[21]

Os egípcios sem dúvida consideravam a democracia como a igualdade de todos os homens perante os deuses por um lado, e perante os governantes por outro. No entanto a mudança mais surpreendente se fez sentir no que se conhece como a "democratização da religião funerária". Durante o Antigo Império, somente as pessoas pertencentes à realeza ou distinguidas pelo faraó estavam seguras de reunir-se aos deuses após a morte. Mas com o enfraquecimento da autoridade real, os poderosos deste mundo apropriaram-se dos textos funerários reais e os inscreveram em seus próprios esquifes. Os cidadãos comuns enriquecidos passaram a ser enterrados com cerimônias apropriadas e estelas comemorativas. Dessa forma, as barreiras entre as classes sociais desapareciam com a morte, tendo isso ocorrido, na verdade, graças ao deus Osíris.

19 Conforme GARDINER, A. H. 1909.

20 Pode-se encontrar uma tradução francesa do texto em LEFEBVRE, G. 1949. pp. 47-69. Existe uma tradução inglesa recente; cf. SIMPSON, W. K. 1972. pp. 31-49.

21 De acordo com WILSON, J. A. In: PRITCHARD, J. B. 1969. p. 409.

Osíris era um dos deuses do Delta, conhecido desde os primeiros tempos, e seu culto logo se espalhou por todo o país. Seu sucesso se deveu menos à importância política alcançada por seus adoradores do que ao caráter funerário de seus atributos. Desde a XI dinastia seu culto estava solidamente instituído em Abidos, a grande cidade que, durante toda a história egípcia, permaneceu o centro do culto aos reis mortos. O fato de os sacerdotes de Abidos não nutrirem ambições políticas poupou a Osíris o destino de outros deuses, cujos cultos sobreviviam apenas durante o período em que os reis entronizados os prestigiavam. Durante o último período da história egípcia, o culto de Osíris e de Ísis conheceu sua maior difusão, estendendo-se às ilhas gregas, a Roma e até mesmo às florestas da Alemanha[22]. No próprio Egito, não havia templo consagrado a qualquer divindade que não reservasse um altar para o culto do grande Deus dos Mortos e que não realizasse cerimônias, nos dias de festa, para celebrar sua ressurreição.

O Médio Império (-2060 a -1785)[23]

Embora os egípcios tivessem noção dos valores democráticos, terminaram por perdê- los de vista. Estes pareciam ficar nítidos em tempos de crise, mas se eclipsaram rapidamente com o retorno da prosperidade e da disciplina durante o Médio Império, o segundo grande período de desenvolvimento nacional. O Egito unificava-se uma vez mais pela força das armas. Tebas, até então um nomo desconhecido e sem importância, pôs fim à supremacia de Heracleópolis, reivindicando a soberania sobre o Estado egípcio; ao vencer a guerra, reunificou os dois países sob sua autoridade única.

O rei Mentuhotep II distingue-se como a principal personagem da XI dinastia. Sua obra mais importante foi a reorganização administrativa do país. Toda resistência à casa real foi reprimida, embora de tempos em tempos devam ter ocorrido alguns levantes de pouca importância. De todo modo, o clima político do Médio Império contrastava com o dos primeiros tempos, na medida em que não mais prevalecia à segurança pacífica do Antigo Império. Mentuhotep II, que teve um longo reinado, construiu o templo funerário de Deir el-Bahari,

22 O relato mais completo que possuímos da lenda de Osíris é o coletado e publicado por Plutarco em seu *De Iside et Osiride.* Em inglês, ver GRIFFITH, J. G. 1970, e em francês HANI, J. 1976.

23 Ver DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. pp. 239-81, Capo 7; HAYES, W. C. 1971; WINLOCK, H. E. 1947.

o monumento mais importante do período tebano. Seu arquiteto criou uma forma de construção nova e funcional. Tratava-se de um edifício com terraços guarnecidos por colunas e coberto por uma pirâmide construída ao centro de uma sala hipostila, situada no nível superior[24].

Após o governo de Mentuhotep II, a família entrou em declínio. Durante o reinado do último soberano da XI dinastia, um certo Amenemés, que entre outros títulos ostentava o de vizir do rei, foi provavelmente o fundador da XII dinastia, ou seja, o rei Amenemés, primeiro de uma sucessão de poderosos soberanos.

Amenemés I adotou três medidas importantes, todas elas rigorosamente respeitadas por seus sucessores. Fundou a nova capital, Ithet-Tawi ("Senhora das Duas Terras"), próximo ao sul de Mênfis, de onde poderia controlar melhor o Baixo Egito; instaurou o costume segundo o qual o faraó coloca o filho a seu lado no trono, como corregente, sem dúvida expediente considerado oportuno após uma conspiração palaciana que o colocou em sério perigo de vida – à qual ele alude amargamente nos conselhos que deixou como orientação a seu filho Sesóstris I[25]; e, finalmente, planejou a sujeição da Núbia e criou um posto comercial mais ao sul, empreendimento inédito até então. Foi ele, talvez, o fundador do posto comercial fortificado de Kerma (perto da Terceira Catarata), que parece ter-se tornado um centro de influência egípcia a partir do reinado de Sesóstris I.

Sesóstris I seguiu os passos do pai e, graças à sua energia, capacidade e visão, pôde implementar os planos para o enriquecimento e a expansão do Egito. Uma série de expedições, conduzidas pelo próprio rei ou por seus oficiais competentes, reforçou o controle egípcio da Baixa Núbia. Foi nessa época que se construiu a fortaleza de Buhen[26], a jusante da Segunda Catarata. As atividades do rei a oeste limitaram-se, ao que parece, a expedições punitivas contra os líbios *temehu* e *tehenu* e à manutenção das comunicações com os oásis. Sua política para com países do nordeste limitava-se à defesa de suas fronteiras e à continuidade das relações comerciais com os países do Oriente Próximo.

Os dois reis seguintes, Amenemés II e Sesóstris II, parecem não ter-se interessado pela consolidação e expansão das conquistas egípcias[27]. Contudo

---

24 NAVILLE, E. 1907-13.

25 Sobre a ascensão dessa dinastia, consultar POSENER, G. 1956.

26 Ver os relatos das escavações e trabalhos recentes em Buhen, consecutivos à campanha lançada pela Unesco para salvar os monumentos da Núbia. Ver CAMINOS, R. A. 1975, e SMITH, H. S. 1976.

27 Convém notar que a fortaleza de Mirgissa, ao sul da Segunda Catarata, a maior das fortificações na região do Batn-el-Haggar núbio, foi construída por Sesóstris II (ver VERCOUTTER, J. 1964. pp. 20-2) e que, portanto, a Núbia ainda estava sob controle egípcio durante seu reinado.

Sesóstris III é lembrado pela reconquista e sujeição da Baixa Núbia, por ele reduzida à condição de província egípcia. O longo e próspero reinado de seu sucessor, Amenemés III, distinguiu-se por ambicioso programa de irrigação, que teve por consequência uma grande expansão agrícola e econômica no Faium, oásis à margem de um grande lago alimentado por um canal procedente do Nilo. Esse canal passava por estreita abertura nas colinas do deserto que beiravam o vale a aproximadamente 80 quilômetros ao sul do Cairo. Graças a uma barragem, controlou-se o escoamento da água lançada no lago quando o Nilo subia, e a abertura de canais de irrigação, aliada à construção de diques, permitiu uma recuperação maciça das terras.

Com Amenemés IV o poder da família real, segundo todas as evidências, começou a declinar. Seu reinado breve e opaco, seguido pelo reinado ainda mais transitório da rainha Sobekneferu, assinala o fim da dinastia.

O Segundo Período Intermediário[28]

Os nomes de alguns faraós da XIII dinastia refletem a existência de uma grande população asiática no Baixo Egito. Sem dúvida esse elemento aumentou com a imigração de numerosos grupos provenientes das terras a nordeste do Egito, forçados a se deslocar para o sul devido aos amplos movimentos demográficos no Oriente Próximo. Os egípcios chamavam os chefes dessas tribos de *Hka*-Hasut, ou seja, "Governantes de Países Estrangeiros", de onde derivou o termo "hicsos", criado por Mâneton e hoje aplicado ao povo como um todo.

Foi só por volta de -1729 que os hicsos passaram a representar um sério risco para a autoridade da XIII dinastia. Em tomo de -1700, porém, eles já apareciam como um povo de guerreiros bem organizados e bem equipados, tendo conquistado a parte oriental do Delta, incluindo a cidade de Hat-Uaret (Ávaris), cujas fortificações eles refizeram, e onde fixaram sua capital. De modo geral, admite-se que a dominação dos hicsos no Egito não adveio de uma repentina invasão do país pelos exércitos de uma única nação asiática. Como vimos, foi o resultado de uma infiltração, ocorrida durante os últimos anos da XIII dinastia, de grupos pertencentes a vários povos do Oriente Próximo, principalmente semitas. Com efeito, a maioria de seus reis tinham nomes semitas, tais como Anat-Hr, Semken, Amu ou Jakub-Hr.

28 O conjunto deste período muito obscuro da história egípcia foi objeto de uma publicação. BECKERATH, J. von. 1965.

Não há dúvida de que a ocupação dos hicsos teve profunda repercussão no desenvolvimento egípcio[29]. Eles introduziram o cavalo, o carro e a armadura. Os egípcios, que até então nunca haviam tido a necessidade de tais equipamentos, acabaram por utilizá-los com êxito contra os próprios hicsos, expulsando-os do país. Era a primeira vez que os egípcios se encontravam sob dominação estrangeira. A humilhação abalou o antigo sentimento de supremacia e de segurança que lhes eram inspirados pela proteção dos deuses. Iniciou-se uma guerra de libertação, conduzida pelos governantes do nomo de Tebas. Os poucos documentos que restaram dessa época dizem respeito sobretudo à guerra empreendida pelos reis do final da XVII dinastia contra os opressores asiáticos, após quase 150 anos de ocupação. Amósis finalmente conseguiu expulsar os invasores do Delta. Tomou-lhes a capital, Avaris, e perseguiu-os até a Palestina, onde sitiou a fortaleza de Sharuen. Prosseguindo em direção ao norte, invadiu o território de Zahi, na costa fenícia. O poderio hicso era enfim destruído.

O Novo Império (-1580 a -1085)

XVIII Dinastia[30]

O rei Amósis I, aclamado pela posteridade como pai do Novo Império e fundador da XVIII dinastia, foi, segundo todas as evidências, um homem de energia e capacidade excepcionais. Amenófis I (ou Amenhotep I), seu filho, mostrou-se um sucessor à altura do pai, cuja política interna e externa prosseguiu com vigor. Embora provavelmente estivesse mais preocupado com a organização do reino do que com as conquistas, consolidou e estendeu os domínios do Egito na Núbia até a Terceira Catarata. Durante os nove anos de seu reinado não ocorreram agitações na Síria nem na Palestina.

Amenófis I parece ter merecido sua reputação de grandeza, que chegou ao apogeu quando ele e sua mãe, Ahmés-Nefertári, tornaram-se divindades tutelares da necrópole tebana[31]. Foi sucedido por Tutmés I e Tutmés II, e depois pela rainha Hatshepsut, que se casou sucessivamente com seus dois meio-irmãos,

29 Sobre os hicsos e as várias questões em torno da ocupação do Egito por esse povo e suas consequências, ver SETERS, J. Van 1966.

30 Ver DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. pp. 335-42 Cap. 9, pp. 390-414 Cap. 10; JAMES, T. G. H. 1973; HAYES, W. C. 1973.

31 CERNY, J. 1927. pp, 159-203.

Tutmés II e Tutmés III. Todavia, no quinto ano de seu reinado, Hatshepsut já alcançara poder suficiente para declarar-se soberana suprema do país. A fim de legitimar suas pretensões[32], declarou publicamente ser filha do deus nacional Âmon-Rá, que se apresentara à sua mãe como Tutmés I. As duas décadas do pacífico reinado de Hatshepsut foram prósperas para o Egito. A rainha dedicou-se principalmente aos negócios internos e à edificação de grandes obras. As realizações de que mais se orgulhava foram a expedição a Punt e a construção de dois grandes obeliscos no templo de Carnac. Ambos destinavam-se a celebrar a devoção a seu "pai" Âmon-Rá.

Finalmente, após a morte de Hatshepsut, Tutmés III assumiu o poder. Na força de seus trinta anos ele nos relata que, durante a juventude, participou como sacerdote de uma cerimônia em Carnac, onde seu pai era oficiante; durante a cerimônia, foi distinguido pela estátua de Âmon, que através de um oráculo o escolheu para rei. Seu primeiro ato como soberano foi destruir as estátuas de Hatshepsut e apagar-lhe o nome e a imagem onde quer que aparecessem. Acalmada sua sede de vingança, organizou rapidamente um exército e marchou contra uma coalizão das cidades-Estado da região palestino-sírio-líbia, que haviam reunido suas forças na cidade de Megido e se preparavam para sublevar-se contra a dominação egípcia. Tutmés surpreendeu os inimigos e forçou-os a refugiarem-se no interior dos muros da cidade. Com a rendição de Megido, toda a região até o Líbano meridional caiu sob o controle egípcio. Tutmés III empreendeu ao todo dezessete campanhas no estrangeiro, e durante muitos anos os exércitos egípcios impuseram respeito na Síria e no norte da Mesopotâmia. O Egito tornara-se uma potência mundial, e as fronteiras do império se estendiam por vastas áreas. O reinado que nos legou os registros mais completos foi o de Tutmés III, graças aos anais gravados nas paredes do templo de Carnac. Outros pormenores foram registrados por seus generais. Esses eventos transformaram-se em contos populares, como o de Joppa, que, surpreendido pelo general Djehuty, escondeu seus homens em sacos e introduziu-os clandestinamente na cidade sitiada – história que lembra muito a de Ali-Babá e os quarenta ladrões.

Tutmés III foi sucedido por dois faraós capazes e enérgicos, Amenófis II e Tutmés IV, este último intimamente ligado ao reino de Mitani por ter desposado a filha da casa real. É essa princesa, com o nome egípcio de Mut-

---

32 Muito se tem escrito sobre o "problema de Hatshepsut" e a "perseguição" da rainha por Tutmés III, Pode-se encontrar uma boa exposição do problema e das soluções propostas em DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. pp. 381-3.

-em-Wa, que figura nos monumentos como a esposa principal do faraó e mãe de Amenófis III.

Quando Amenófis III sucedeu a seu pai, provavelmente já estava casado com a rainha Teye, sua esposa principal. A ascensão do jovem rei ao trono ocorreu numa época em que, graças às notáveis realizações – internas e externas – de aproximadamente dois séculos, o país se encontrava no auge do poder político, gozando de grande prosperidade econômica e desenvolvimento cultural. Além disso, o mundo passava por um período de paz, e o faraó e seu povo podiam desfrutar os vários prazeres e luxos que a vida lhes oferecia. Ao que parece, Amenófis III estava pouco interessado em manter seu poder no exterior, embora se esforçasse por conservar os Estados vassalos setentrionais e seus aliados através de generosas doações em ouro núbio. Pelo fim de seu reinado, como evidenciam as cartas de Tell el-Amarna[33], a ausência de demonstrações militares encorajou os homens de iniciativa a conspirarem para reaver sua independência e a se revoltarem contra a autoridade egípcia. No entanto, parece que Amenófis III não deu muita importância ao fato. Foi como construtor e patrono das artes que mereceu o nome de "Amenófis, o Magnífico". A ele devemos não só o templo de Lúxor, considerado a mais bela de todas as construções do Novo Império, mas também muitas outras realizações arquitetônicas em Carnac e em todo o Egito, bem como no exterior (Soleb, na Núbia, etc.).

Embora o culto de Áton tenha-se iniciado no reinado de Amenófis III, seu desenvolvimento teve pouca influência, ao que parece, na adoração de outros deuses até um período avançado do governo desse faraó; possivelmente, só a partir do trigésimo ano de reinado é que seu filho Amenófis IV (posteriormente conhecido como Aquenáton) tornou-se corregente. Fisicamente fraco, com um corpo frágil e delicado, o novo rei não possuía nem as qualidades de soldado nem as de estadista. Preocupou-se sobretudo com as questões intelectuais e espirituais, ou, mais precisamente, com sua própria mente e espírito. Muito orgulhoso de seu título – "O que vive a verdade" – procurou uma aproximação cada vez maior e mais harmoniosa com a natureza e, na religião, uma relação mais direta e racional com sua divindade[34].

33 Trezentas e setenta e sete placas cuneiformes encontradas nas ruínas dos Arquivos Públicos da capital, consistindo principalmente na correspondência de Amenófis III e Aquenáton com os reis de Hatti, Arzawa, Mitani, Assíria, Babilônia, Chipre e os governantes das cidades da Palestina e da Síria. Sobre estes textos, ver ALBRIGHT, W. F. 1973.

34 Recentemente Amenófis IV (Aquenáton) e sua época foram objeto de numerosas publicações, incluindo ALDRED, C. 1968.

FIGURA 2.5 Rainha Hatshepsut sentada. (Fonte: C. Aldred. "New Kingdom Art of Ancient Egypt". fig. 21. Foto The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

Amenófis IV, jovem e fanático, foi o responsável por uma mudança política radical. O alvo de seus ataques foi principalmente o clero de Âmon. É provável que suas razões fossem tanto políticas como religiosas, já que em Tebas os grandes sacerdotes do deus nacional Âmon-Rá haviam adquirido tanta riqueza e poder que constituíam uma ameaça direta ao trono. No início de seu reinado, Amenófis IV ainda vivia em Tebas, onde construiu um grande templo dedicado a Áton, a leste do templo de Âmon em Carnac. Depois, obviamente amargurado pelas reações que suas reformas suscitavam em Tebas, decidiu abandonar a cidade, fundando nova residência em Tell el-Amarna, no Médio Egito. No sexto ano de reinado, ele e sua família, juntamente com um grande séquito de funcionários, sacerdotes, soldados e artesãos, mudaram-se para a nova residência, que chamou de Aquetáton (Akhet-Aton), ("Horizonte de Áton"), onde morou até sua morte, quatorze anos mais tarde. Mudou seu nome para Aquenáton (Akh-en-Aton) ou "O que está a serviço de Áton", e concedeu à rainha o nome real de Nefer-Neferu-Áton, que significa "A beleza das belezas é Áton".

Além de proclamar Áton o único deus verdadeiro, Aquenáton injuriou as divindades mais antigas. Ordenou que o nome de Âmon, em particular, fosse suprimido de todas as inscrições, até mesmo dos nomes próprios, como o de seu pai. Além disso, decretou a dissolução do clero e a dispersão dos bens dos templos. Foi com essa medida que Aquenáton provocou a mais violenta oposição, pois os templos eram sustentados por subvenções concedidas pelo governo em troca de bênçãos solenes aos empreendimentos estatais.

Enquanto os tumultos se alastravam à sua volta, Aquenáton vivia na capital adorando seu deus único. Era a veneração do poder criador do Sol sob o nome de Áton. O culto, que dispensava totalmente as imagens do deus, era praticado ao ar livre, no pátio do templo, consistindo principalmente em depositar flores e frutas no altar. A religião de Áton era bem mais simples que a tradicional, visto apoiar-se na verdade e na liberdade individual. Também cultivava o amor à natureza, uma vez que os poderes criadores de vida do Sol se expressavam universalmente em todas as coisas vivas. O hino composto pelo rei[35] exprime, antes de tudo, uma alegria de viver espontânea e o amor a todas as coisas criadas, nas quais o espírito de Áton se encarnava.

Aquenáton, como esteta que era, desaprovava as formas estilizadas da arte do retrato tradicional e insistia na adoção de um naturalismo livre, em que o

35 Tradução de J. A. WILSON. In: PRITCHARD, J. B. pp. 369-71.

artista procurasse representar o espaço e o tempo imediatamente perceptíveis, e não fixados na eternidade. Por isso permitiu que ele e sua família fossem representados em atitudes informais: comendo, brincando com as crianças ou abraçando-as. Não procurou esconder sua vida privada do conhecimento público; assim agindo, escandalizou seus contemporâneos, para quem essa informalidade depreciava sua condição de rei-deus.

FIGURA 2.6 Aquenáton diante do Sol. (Foto fornecida pelo Dr. G Mokhtar)

A revolução de Áton não sobreviveu à morte de Aquenáton. Seu corregente e sucessor, Semenkharê (Semenekh-Ka-Re), tratou imediatamente de reconciliar-se com o clero de Âmon. Estabeleceu-se um compromisso pelo qual Âmon seria novamente reconhecido. Semenkharê reinou apenas três anos e foi sucedido por Tutancáton (Tut-Ankh-Aton), que mudou seu nome para Tutancâmon (Tut-Ankh-Amon)[36]. Sabemos que este jovem faraó morreu com a idade aproximada de dezoito anos e que reinou pelo menos nove; devia contar, portanto, oito anos quando subiu ao trono. A origem desses dois reis é controversa; contudo, ambos basearam suas pretensões ao trono no fato de terem desposado as filhas de Aquenáton. Durante o reinado de Tutancâmon, e mesmo após sua morte, não foi unânime o repúdio a Áton, que, apesar da restauração de Âmon, guardava seu lugar entre os deuses. Tal situação perdurou durante o curto reinado do rei Ay, que sucedeu a Tutancâmon. Foi só com Horemheb que teve início a perseguição obstinada de Áton, como ocorrera anteriormente com Âmon.

XIX Dinastia[37]

Horemheb pertencia a uma linhagem de nobres provinciais oriundos de uma pequena cidade do Médio Egito. Sua longa carreira como comandante do exército egípcio e administrador permitiu-lhe avaliar a corrupção política, que crescia perigosamente desde o início do reinado de Aquenáton. Assim que ascendeu ao trono, iniciou uma ampla série de reformas que beneficiaram o país. Promulgou também um decreto para ativar a arrecadação dos impostos nacionais e acabar com a corrupção dos funcionários civis e militares.

Horemheb demonstrou acentuada predileção por um oficial do Exército chamado Pa-Ramsés, a quem nomeou vizir, escolhendo-o como seu sucessor ao trono. No entanto, Pa-Ramsés já estava velho e só reinou dois anos, sendo substituído por seu filho e corregente Séti I, o primeiro de uma linhagem de guerreiros que concentraram todos os esforços no restabelecimento do prestígio do Egito no exterior. Logo que subiu ao trono, Séti I teve de fazer frente à perigosa coalizão de cidades-Estado sírias, encorajada e até mesmo mantida pelos hititas. Conseguiu desbaratar a coalizão, devolvendo ao Egito o controle sobre a Palestina. Após repelir um ataque líbio, Séti I penetrou novamente na

36 A descoberta sensacional, em 1926, do túmulo praticamente inviolado do jovem faraó suscitou numerosos artigos, incluindo particularmente CARTER, H. & MACE, A. C. 1963; DESROCHES-NOBLECOURT, C. 1963.

37 Ver DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. pp. 349-56, Cap. 9, pp. 418-22, Cap. 10; FAULKNER, R. O. 1975.

Síria setentrional, onde pela primeira vez as tropas egípcias entraram em conflito aberto com os hititas. Conseguiu subjugar Kadesh, mas, embora obrigados a se retirar temporiamente, os hititas mantiveram sua influência na Síria setentrional. A guerra prosseguiu com seu sucessor, Ramsés II.

Durante o reinado de Ramsés II, a residência real e o centro administrativo foram transferidos para Pi-Ramsés, cidade situada na parte nordeste do Delta, onde se estabeleceu uma base militar adequada às manobras de grandes corpos de infantaria e carros de guerra. No quinto ano de seu reinado, Ramsés II parte à frente de quatro exércitos contra uma poderosa coalizão de povos asiáticos reunidos pelo rei hitita Mutawallis, dando continuidade às tentativas de seu pai de recuperar as possessões egípcias na Síria setentrional. Na célebre batalha ocorrida perto de Kadesh, à margem do rio Oronte, a vanguarda das forças de Ramsés cai numa armadilha inimiga e um de seus exércitos é derrotado pelos carros hititas; o próprio rei é obrigado a combater, mas consegue reagrupar suas forças e transformar o que poderia ter sido uma derrota numa vitória um pouco duvidosa. Representações e relatos minuciosos dessa batalha, assim como de algumas campanhas mais gloriosas na Palestina e na Síria, ocorridas antes e depois desse conflito, foram gravados nas paredes dos templos de Ramsés II, esculpidos na rocha em Abu Simbel e em el-Derr, na Baixa Núbia, em seus templos de Abidos e Carnac, no pilar que ele anexou ao templo de Lúxor e também em seu templo funerário, o Ramesseu.

As hostilidades entre os dois países prosseguiram por vários anos. Na verdade, só depois do vigésimo primeiro ano de seu reinado é que Ramsés II concluiu a paz, assinando um famoso tratado com o rei hitita Hattusilis. A partir daí as duas potências mantiveram relações cordiais, e Ramsés desposa a filha mais velha de Hattusilis, numa cerimônia anunciada em todos os lugares como símbolo de "paz e fraternidade". Em consequência desse acordo, a influência egípcia estendeu-se ao longo da costa até Ras Shamra (Ugarit), cidade da Síria setentrional. Embora os hititas ainda conservassem seu poder no interior, perdiam influência no Vale do Orontes. Com a morte de Hattusilis, um novo perigo surgiu: a migração dos Povos do Mar[38]. Essa migração em massa propagou-se dos Balcãs e da região do mar Negro para todo o mundo mediterrânico oriental e não tardou a submergir totalmente o reino hitita. O idoso Ramsés, que governou 67 anos após a assinatura do tratado, não deu a devida atenção aos sinais inquietantes vindos do exterior,

38 Sobre os Povos do Mar, ver a ousada teoria de A. MIBBI.

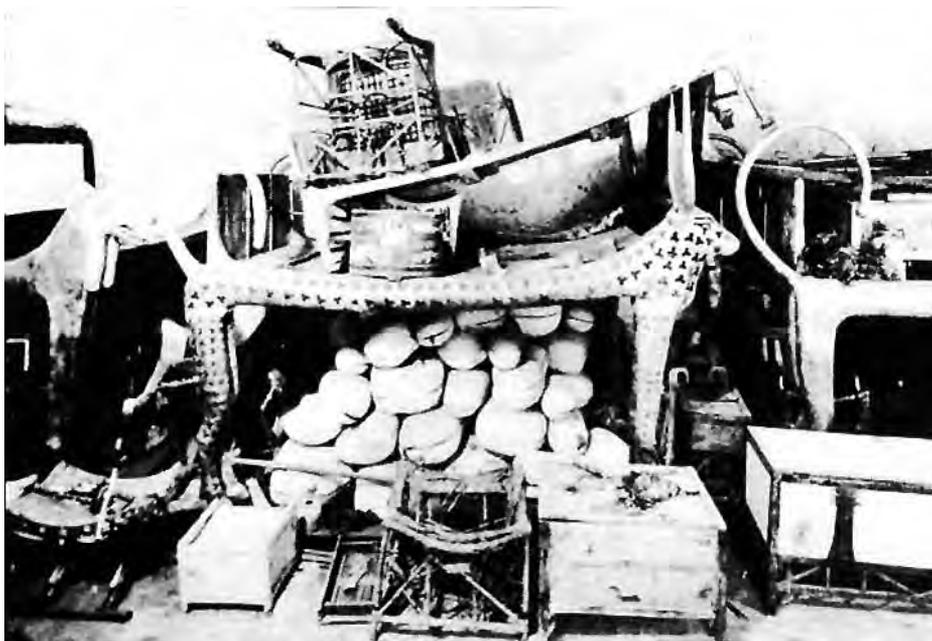



FIGURA 2.7 Tesouro de Tutancâmon. Interior da antecâmara, lado oeste. O leito de Hátor.

FIGURA 2.8 Howard Carter, o arqueólogo que descobriu o túmulo de Tutancâmon, precisou abrir um sarcófago de pedra e três ataúdes embutidos um no outro antes de atingir o último, que continha a múmia. A máscara funerária em ouro maciço colocada sobre seu rosto é uma das peças mais espetaculares da exposição *Tesouros de Tutancâmon*. (Foto Harry Burton, col. The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

e seu vigoroso sucessor Merneptah deparou-se com uma situação crítica quando subiu ao trono.

Um grande contingente dos belicosos Povos do Mar havia penetrado na região costeira a oeste do Delta e, aliando-se aos líbios, ameaçavam o Egito. Merneptah enfrentou-os numa grande batalha, no quinto ano de seu reinado, infligindo-lhes esmagadora derrota. Nas estelas de Merneptah registraram-se suas atividades militares na região sírio-palestina e enumeram-se as cidades e Estados conquistados, incluindo Canaã, Ascalon, Gezer, Yenoan e Israel – este último mencionado pela primeira vez nos documentos egípcios.

A XX Dinastia[39]

Após a morte de Merneptah, travou-se uma luta dinástica e o trono foi ocupado sucessivamente por cinco soberanos, cuja ordem de sucessão e grau de parentesco ainda não foram estabelecidos com precisão.

A ordem foi restaurada por Sethnakht, primeiro rei da XX dinastia, que ocupou o trono durante três anos. Sucedeu-lhe seu filho Ramsés III, que, num reinado de 31 anos, se empenhou no sentido de reviver as glórias do Novo Império. No quinto e no décimo primeiro anos de seu reinado, infligiu uma derrota decisiva às hordas invasoras da Líbia ocidental e, durante o oitavo ano, repeliu uma invasão sistemática, por mar e terra, dos Povos do Mar. É significativo que essas três guerras fossem defensivas e ocorressem, à parte uma operação terrestre contra os Povos do Mar, nas fronteiras ou mesmo no interior do Egito. Uma única derrota teria significado o fim da história do Egito como nação, pois essas invasões não objetivavam apenas o saque ou a dominação política, mas a ocupação do rico Delta e do vale do Nilo por nações inteiras de povos ávidos de terras, compreendendo os combatentes, suas famílias, rebanhos e bens.

Ramsés III foi mais feliz na defesa contra os invasores estrangeiros do que na solução dos problemas internos que afligiam o país. O Egito estava arruinado pela desorganização da força de trabalho, pelos motins dos trabalhadores do governo, pelo aumento inflacionário dos preços do trigo e pela desvalorização do bronze e do cobre. A decadência aumentou nos reinados seguintes, de Ramsés IV a Ramsés XI. A frágil autoridade do casal real tornou-se ainda mais precária devido ao poder crescente dos sacerdotes de Âmon, que finalmente elegeram para o trono um sumossacerdote, Herihor. Iniciava-se uma nova dinastia.

39 Ver DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962, pp. 356-66, Cap. 9, pp. 432-9, Cap. 10.

Período de declínio[40]

Da XXI à XXIV Dinastia

Durante a XXI dinastia, o poder foi dividido, em comum acordo, entre os príncipes de Tânis, no Delta[41], e a dinastia de Herihor, em Tebas. Com a morte deste último, Smendes, que governava o Delta, ao que parece, passou a controlar todo o país. Esse período viu surgir um novo poder, o de uma família de origem líbia vinda do Fayum. Originariamente, teriam sido soldados mercenários que se fixaram na região quando o Egito se retirou[42]. Todavia um dos membros dessa família, Sheshonq, apossou-se do trono egípcio e fundou uma dinastia que durou aproximadamente duzentos anos.

No final da XXII dinastia, o Egito encontrava-se irremediavelmente dividido em pequenos Estados rivais e ameaçado ao mesmo tempo pela Assíria e pelo poderoso Sudão independente. No entanto, um homem chamado Pedibast fundou uma dinastia rival. Mâneton chamou a XXIII dinastia de tanita, muito embora os reis continuassem a usar os nomes dos faraós da XXII dinastia: Sheshonq, Osorkon e Takelot. Durante essas duas dinastias, o Egito manteve relações pacíficas com Salomão, em Jerusalém, que chegou a se casar com uma princesa egípcia. Contudo, no quinto ano de reinado do sucessor de Salomão, Sheshonq atacou a Palestina. Embora o Egito não procurasse conservar a Palestina, esta recuperou parte de sua antiga influência, beneficiando-se de um comércio exterior bastante desenvolvido.

A XXIV dinastia teve apenas um rei, Bakenrenef, que os gregos chamavam de Bócchoris, filho de Tefnakhte. Provavelmente foi Tefnakhte que assinou, com Hosea da Samaria, um tratado contra os assírios. Bócchoris procurou apoiar o rei de Israel contra o soberano assírio Sargão II, mas seu exército foi derrotado em Rafia em -720. Seu reinado chegou ao fim quando o rei sudanês Shabaka invadiu o Egito.

A XXV dinastia ou dinastia sudanesa[43]

Por volta de -720 o Egito foi alvo de outra invasão, desta vez, porém, vinda do sul. Piankhy (Peye), sudanês que governou o Sudão entre a Primeira e a

40 Ver KITCHEN, K. A. 1973. A genealogia e a cronologia desse período confuso são estudadas por BIERBRIER, M. 1975

41 Ver YOYOTTE, J. 1961. pp. 122-51.

42 Ver HOLSCHER, W. 1955.

43 Ver também Cap. 11. Uma visão de conjunto pode ser encontrada em H. von ZEISSL. Para maiores detalhes sobre esse período, ver Cap. 10 deste volume.

Sexta Catarata, baseado numa capital situada na Quarta Catarata, considerou--se suficientemente poderoso para desafiar o trono dos faraós. Um certo Tefnakhte de Saís, tendo conseguido unificar o Delta, ocupou Mênfis e sitiou Heracleópolis. Ao saber que o governante de Hermópolis (no Médio Egito) unira-se a Tefnakhte, enviou um exército ao Egito. Era, sem dúvida, um soberano valente. Sua atitude cavalheiresca na batalha, o digno tratamento dispensado às princesas prisioneiras, seu amor pelos cavalos, o cumprimento escrupuloso do ritual religioso e sua recusa em negociar com príncipes vencidos (que, segundo o cerimonial, eram impuros por não serem circuncidados e por comerem peixe) são reveladores de seu caráter. Essa dinastia durou sessenta anos, até o momento em que os assírios, ao cabo de inúmeras campanhas, conseguiram vencê-la.

O reino saíta[44]

O Egito foi libertado da dominação assíria por um egípcio de nome Psamético. Em -658, auxiliado por Giges, da Lídia, e pelos mercenários gregos, este conseguiu destruir todos os vestígios da suserania assíria, iniciando uma nova dinastia, a XXVI. Os reis dessa dinastia esforçaram-se corajosamente para restabelecer a posição do Egito, promovendo a expansão comercial do país. O Alto Egito tornou-se uma rica região agrícola, onde se cultivavam os produtos vendidos ao Baixo Egito.

O período persa[45]

No reinado de Psamético III, o Egito teve de submeter-se aos persas chefiados por Cambises. Essa ocupação praticamente pôs fim à história do país como potência independente. Os reis da XXVII dinastia eram persas. A XXVIII dinastia era de origem local e ficou conhecida como a dinastia de Amirteu, que articulou uma revolta durante o tumultuado reinado de Dario II. Graças às alianças com Atenas e Esparta, os reis da XXIX e da XXX dinastia conseguiram manter por aproximadamente sessenta anos a independência assim conquistada.

A segunda dominação persa no Egito iniciou-se sob Artaxerxes III, em -341, terminando em -332, quando Alexandre, o Grande, invadiu o Egito após ter derrotado a Pérsia na batalha de Isso.

44 Ver DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. pp. 574-600, Cap. 13. Sobre a intervenção saíta na Núbia, de grande importância para a história da África, ver SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1952. pp. 157-207.

45 A obra básica sobre esse período continua sendo a de POSENER, G. 1936.

CAPÍTULO 3

O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura

J. Yoyotte

Economia e Sociedade

Campos e pântanos

A constituição do Estado faraônico por volta do ano -3000 e o período obscuro que se seguiu com certeza corresponderam a um grande desenvolvimento econômico, evidenciado em alguns aspectos pelas sepulturas reais e privadas da época tinita: as construções tornaram-se mais amplas e os vários objetos de arte sugerem o aumento do luxo e o refinamento da técnica dos artesãos. Não há meios de saber se a necessidade de coordenar a irrigação foi a principal causa da formação de um Estado unificado ou se a unificação do país sob os reis tinitas, aliada ao desenvolvimento da escrita, possibilitou organizar as economias regionais, com a racionalização dos trabalhos de infraestrutura e a distribuição sistemática dos recursos alimentares. O fato é que até o século XIX da Era Cristã a prosperidade e a vitalidade do Egito estiveram ligadas à cultura de cereais (trigo, cevada). Um sistema de bacias de inundação, que controlava e distribuía as águas das enchentes e depositava o limo no interior de diques de terra, perdurou até o recente triunfo da irrigação permanente: sua existência é comprovada desde o Médio Império, podendo-se supor que seja ainda mais antigo[1].

---

1 Os textos relativos às técnicas de irrigação são muito raros. A mais antiga referência segura à irrigação por bacias *(hod)* encontra-se nos textos dos sarcófagos do Médio Império: BUCK, A. de. 1935-61. p. 138, b-c.

Evidentemente, esse sistema só permitia uma colheita por ano; por outro lado, a curta duração do ciclo agrícola liberava grande quantidade de mão de obra para os vultosos trabalhos exigidos pelas construções religiosas e reais. Os antigos também praticavam a irrigação permanente, obtendo água de canais ou bacias escavadas até o lençol subterrâneo. Mas, durante longo tempo, as pernas e os ombros humanos carregados de jugos foram as únicas "máquinas" conhecidas para puxar água, sendo a irrigação por meio de valas utilizada somente para os vegetais, árvores frutíferas e vinhas (contudo, é possível que a invenção do *shaduf* durante o Novo Império tenha possibilitado duas colheitas de cereais por ano em alguns lugares)[2]. Por não armazenar água, os egípcios ainda não eram capazes de atenuar as consequências de enchentes anormalmente baixas, que ocasionavam a infertilidade em várias bacias, e de enchentes excessivamente altas, que devastavam as terras e as habitações. O desenvolvimento dos silos e do transporte fluvial, porém, permitiu-lhes assegurar o abastecimento alimentar de uma província para outra ou de um ano para outro. Os rendimentos médios eram bons: os excedentes alimentavam o grande número de funcionários governamentais e os trabalhadores de fábricas de médio porte (estaleiros e arsenais, fiações ligadas a certos templos, etc.). As autoridades dos templos e os altos funcionários exerciam poderes de patronato através do controle dos recursos alimentares, que variavam conforme o período.

O pão e a cerveja, feitos de cereais, constituíam a base da dieta, mas a alimentação dos antigos egípcios era surpreendentemente variada. É impressionante a variedade de tipos de bolos e pães relacionados nos textos. Como ocorre atualmente, as hortas produziam vagens, grão-de-bico e outras leguminosas, cebola, alho-porró, alface e pepino. Nos pomares cultivavam-se tâmaras, figos, nozes de sicômoro e uvas. Também se produzia uma grande variedade de vinhos, com uma viticultura engenhosa, praticada principalmente em diversos pontos do Delta e nos oásis. A criação de abelhas fornecia o mel. O óleo era extraído do sésamo e do *nabk;* a oliveira, introduzida durante o Novo Império, continuou rara, não sendo seu cultivo muito bem sucedido.

O Egito faraônico não transformou todo o vale em terras agrícolas: além dos recursos que extraía dos campos e hortas, explorou também os grandes pântanos e lagos das bordas setentrionais do Delta, as praias do lago Méride, bem como as depressões à beira do deserto e os meandros do Nilo. Esses pehu abrigavam muitas e variadas aves selvagens, que eram caçadas ou capturadas

---

2 Ver a interpretação engenhosa que HELCK, W. e OTTO, E. (1973) propuseram para os dados do "Papiro Wilbur".

FIGURA 3.1 Empilhamento do feno. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. J, fig. 79 (embaixo), Mastaba de Ptah--Sekhem-Ankh. Museum of Fine Arts, Boston, n. 6483.)

FIGURA 3.2 Colheita. (Fonte: J. Pirenne. 1961. V. I, fig. 79 (no alto), p. 256. Mastaba de Akhet-hetep, Musée du Louvre, n. 6889.)

com arapucas. O Nilo oferecia grande variedade de peixes, pescados com rede de arrastão, nassa para enguias, linha ou cesto; apesar da proibição de seu consumo em certas províncias ou em determinadas categorias sociais, tinham um lugar definido na dieta popular, que também era suplementada pela coleta de rizomas de ciperácea comestível, polpa de papiro e, a partir do período persa, pelas sementes do loto índico. Finalmente, os pântanos serviam de pastagem para bovinos.

Embora o clima, muito úmido, não fosse particularmente favorável à criação de gado e, em consequência, os rebanhos exauridos tivessem que ser supridos regularmente pela Núbia e pela Ásia, essa atividade tinha uma importância considerável na vida do país e nas concepções religiosas. As mesas dos deuses e dos notáveis deviam ser bem guarnecidas de carne bovina. O corte da carcaça era uma arte refinada, e em geral as gorduras animais eram utilizadas na fabricação de unguentos perfumados. Sabe-se que os egípcios do Antigo Império tentaram criar várias espécies, como órix, antílope, gazela, etc., e até grous e hienas, mas tal prática foi abandonada por consumir excessiva mão de obra, com resultados desapontadores. Mais tarde, os ruminantes do deserto passam a ser, nos provérbios e nos rituais mágicos, o símbolo de criaturas indomáveis[3]. Por outro lado, os egípcios conseguiram ótimos resultados na criação de aves domésticas, principalmente o ganso do Nilo. As cabras, tão prejudiciais às escassas árvores do vale, e os carneiros criados nas terras incultas e nas bordas do deserto, juntamente com os porcos (apesar de algumas proibições), ocuparam um espaço considerável na dieta popular. Em plena época histórica, observa-se uma transformação no tipo de rebanho ovino: por volta de -2000, o antigo carneiro de chifres horizontais torcidos, que era a encarnação de Khnum, Bés, Hershef e outros deuses antigos, foi sendo, gradualmente substituído pelo carneiro de chifres curvos, dedicado ao deus Âmon. Sua origem, africana ou asiática, é controversa. Os egípcios obtiveram êxito especial na domesticação de duas espécies africanas, intimamente associadas, em nossas representações, ao passado faraônico: o asno, utilizado desde o período arcaico, não como animal de montaria, mas de carga (paradoxalmente dedicado a Set, deus do mal), e o gato doméstico, que só aparece a partir do fim do Antigo Império e início do Médio Império (e que era cultuado como uma forma moderada das deusas ameaçadoras).

3 "Papiro Zanzing", 3, 8-9; CAMINOS, R. A. 1954. P. 382. Sobre a significação religiosa do órix, ver DERCHAIN, P. J. 1962.

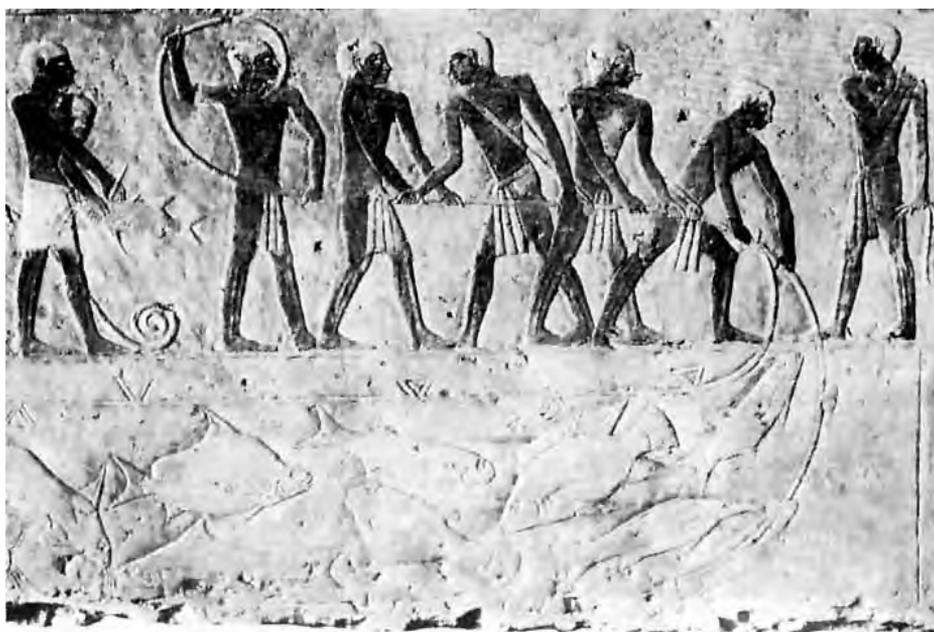
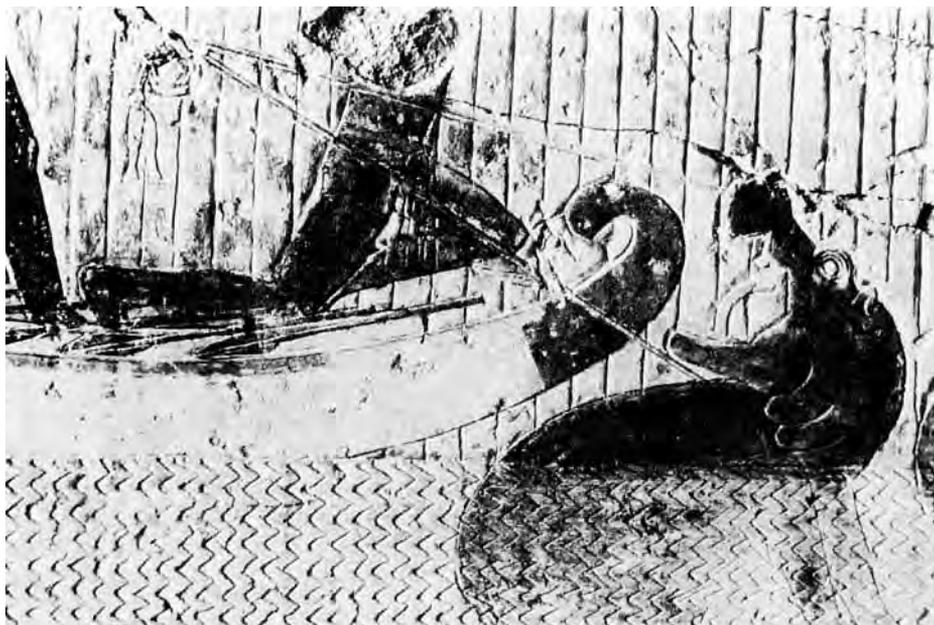



FIGURA 3.3 Caça ao hipopótamo.

FIGURA 3.4 Pesca com rede. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 201, fig. 66. Mastaba de Akhet-hetep. Musée du Louvre. Fotos Archives Photographiques, Paris.)

Mineração e indústria

A nobreza e a guarda praticavam a caça à lebre e aos animais de grande porte no deserto, como esporte e meio de variar a alimentação cotidiana, mas é provável que essa atividade não tivesse grande relevância econômica. A real importância do deserto residia na variedade de recursos minerais que oferecia: as tinturas verdes e negras do deserto arábico, utilizadas para tratar e embelezar os olhos desde a Pré-História; pedras sólidas e de bela aparência usadas pelos construtores e escultores (calcário fino de Toura, arenito de Silsileh, granito de Assuã, alabastro de Hatnub, quartzito de Djebel el-Ahmar e grauvaca de Hammamat)[4]; e pedras semipreciosas, como a turquesa do Sinai ou as cornalinas e ametistas da Núbia. A vitrificação (esteatita vitrificada e "faiança egípcia" com núcleo de quartzo) desenvolveu-se muito cedo, estimulando a manufatura de objetos com a aparência da turquesa ou lazurita. O Egito do Novo Império aperfeiçoou as técnicas de fabricação de vidro graças aos contatos com a Ásia, adquirindo um domínio acurado do processo.

Uma das riquezas que o país extraía das vastas cercanias áridas era o ouro, proveniente do deserto arábico e da Núbia. Símbolo da imortalidade perfeita, esse metal ainda não desempenhava o papel econômico fundamental que iria adquirir em civilizações mais recentes, mas era considerado um símbolo de riqueza e bem mais valorizado do que a prata, embora esta última, metal importado, sempre fosse mais rara e, no Antigo Império, mais preciosa do que o ouro. As numerosas jazidas de cobre existentes nos desertos eram de teor muito baixo (exceto no Sinai) e o Egito logo se tornou dependente do cobre asiático. E preciso observar que as inovações técnicas da metalurgia do Egito faraônico sempre estiveram aquém das que se verificaram no Oriente Próximo. A Idade do Bronze e posteriormente a Idade do Ferro foram tardias no Egito. O metal era relativamente raro e precioso; a madeira e o sílex substituíram-no com sucesso nos implementos agrícolas, e a pedra dura nos instrumentos para esculpir; os utensílios e armas de metal eram conservados e distribuídos pelos serviços públicos[5].

Embora o antigo Egito tivesse que importar metais e madeira de seus vizinhos asiáticos, sua capacidade industrial era insuperável em dois setores.

4 A grauvaca (incorretamente chamada de xisto em muitos trabalhos) é uma "rocha quartzosa, de granulação fina, compacta, dura e cristalina, muito parecida com a ardósia, apresentando, em geral, várias tonalidades de cinza": LUCAS, A. 1962. PP. 419-20.

5 Sob a XIII dinastia, as pontas de flecha e os dardos de pedra eram calcados nos modelos de metal, mas sua produção obedecia a técnicas tradicionais arcaicas, como revelam as armas encontradas na fortaleza de Mirgissa: VILA, A. pp. 171-99.

Os faraós exportavam têxteis (o linho egípcio da época era de uma qualidade inigualável) e papel. O papiro, usado para diversos fins – na confecção de velas, cordas, vestuário, calçados –, possibilitou principalmente a fabricação de um suporte muito flexível para a escrita. Esse material era a fonte de poder do escriba e foi muito solicitado no exterior com a expansão da escrita alfabética nas adjacências do Mediterrâneo oriental. O cultivo intensivo do papiro provavelmente contribuiu para o desaparecimento dos pântanos, refúgios dos pássaros, crocodilos e hipopótamos, que, na opinião dos próprios antigos, davam brilho à paisagem egípcia.

O desenvolvimento dos transportes foi um fator determinante no progresso do regime faraônico. Raramente utilizados, os bovinos eram atrelados ao arado ou ao trenó funerário; o asno, mais resistente e menos exigente, era o animal de carga ideal nos campos e nas trilhas do deserto (sabemos que o cavalo, introduzido durante o segundo milênio, continuou a ser um luxo reservado aos guerreiros, e que o rico potencial econômico da roda, cujo princípio já era conhecido desde o Antigo Império[6], não foi explorado). O asno, com um rendimento reconhecidamente menor – embora fosse conhecida a técnica de utilizá-lo em tropas – precedeu e muitas vezes substituiu o camelo, adotado lenta e gradualmente nos campos a partir da época persa. Para o transporte de carga a longa distância, o Egito utilizava o rio e seus canais: as embarcações grandes e pequenas eram rápidas e seguras. As qualidades precoces da náutica egípcia possibilitaram tanto a centralização econômica quanto as prodigiosas realizações arquitetônicas (pirâmides, templos gigantescos, colossos, obeliscos). Além disso, mesmo em tempos muito antigos, barcos à vela percorriam o mar Vermelho e o Mediterrâneo (não há nada que prove a teoria de que os fenícios ensinaram os egípcios a navegar). Para deslocar os pesados blocos de pedra necessários principalmente às construções sagradas, a engenharia faraônica inventou métodos engenhosos, mas de uma simplicidade surpreendente, utilizando, por exemplo, as propriedades derrapantes do limo molhado para deslocar simples trenós (sem rodas nem rolamentos), aproveitando a enchente do Nilo para lançar as barcaças carregadas de enormes blocos ou utilizando esteiras de junco como âncora flutuante[7]. É através da reconstituição de tais procedimentos – em que um homem moderno nunca pensaria, confundido que está por tecnologias

6 Uma escada de assalto montada sobre rodas acha-se representada numa sepultura da VI dinastia: SMITH, W. S. 1949. p. 212, fig. 85.

7 GOYON, G. 1970. pp. 11-41.

sofisticadas e outras ideias de eficiência – que a pesquisa está desvendando os mistérios da ciência faraônica[8].

A maior parte dos processos agrícolas e industriais foi inventada por volta do III milênio; ao que parece, os egípcios eram lentos e tímidos – e até mesmo preconceituosos –, quando se tratava de adotar inovações técnicas provenientes do exterior. No estágio atual dos estudos e da documentação, parece que as notáveis realizações dos primeiros tempos forneceram soluções para os problemas mais vitais dos habitantes do vale e levaram ao estabelecimento de um sistema social e político eficaz, o "despotismo faraônico". As falhas desse sistema eram minimizadas por uma representação religiosa tão coerente que ainda sobreviveu, nos templos, vários séculos, após ter a conquista estrangeira demonstrado a incapacidade de a tradição e sua correspondente prática social atenderem ao desafio de forças novas.

O sistema econômico e social

É preferível evitar termos abstratos na descrição dos métodos de produção faraônicos, já que o nosso conhecimento a respeito é bastante vago devido à insuficiência de fontes[9].

Os documentos disponíveis permitem distinguir alguns dados gerais. O comércio exterior, a exploração de minas e de pedreiras eram atividades estatais. A maior parte das transações comerciais conhecidas pelos textos envolve pequenas quantidades de mercadorias e é constituída por contratos privados entre particulares; a intervenção de intermediários profissionais – em geral agentes comerciais do rei ou de um templo – é rara. Não há razão para se acreditar na existência de uma "burguesia" de empreendedores e comerciantes privados, e embora a expressão "socialismo de Estado", por vezes utilizada, seja ambígua e anacrônica, tudo indica que, de modo geral, a produção e a distribuição estavam nas mãos do Estado.

De fato, uma investigação do material disponível dá a impressão de que tudo dependia do rei. É verdade que em princípio todos os poderes de decisão e todos os recursos materiais pertenciam a ele. O rei tinha o dever religioso de assegurar a ordem cósmica, a segurança do Egito e a felicidade de seu povo neste mundo e no mundo pós-morte, não apenas exercendo sua autoridade como rei, mas mantendo o culto aos deuses, o que o levava a partilhar seus privilégios

8 Mais recentemente, CHEVRIER, H. 1964. pp. 11-17; 1970. pp. 15-39; 1971. pp. 67-111.

9 Notas críticas e bibliografia em JANSSEN, J. J. 1975. pp. 127-85.

econômicos com os templos. Por outro lado, tanto para celebrar o culto nos templos quanto para administrar os negócios da nação, o faraó, teoricamente o único sacerdote, guerreiro, juiz e produtor, delegava seu poder a toda uma hierarquia de indivíduos; um meio de pagar esses funcionários era ceder-lhes terras, cujas rendas passavam a lhes pertencer. Na verdade, em todos os períodos o monopólio real dos meios de produção era mais teórico do que prático.

Com certeza, as expedições para Punt, Biblos, Núbia e para o deserto à procura de mercadorias exóticas e pedras eram, em geral, enviadas pelo rei e conduzidas por funcionários governamentais. A construção dos templos também era função do governo. Na época imperial, o reino de Kush, anexado, e os protetorados palestino e sírio, por exemplo, eram explorados diretamente pela coroa. Já o aproveitamento da terra egípcia não dependia exclusivamente do faraó. Ao lado dos domínios reais havia as terras dos deuses; estes possuíam campos, rebanhos, oficinas, etc. (no apogeu do culto a Âmon, o próprio deus podia possuir minas), dispondo de uma hierarquia burocrática própria. O fato de que os deuses por vezes ficassem isentos, por privilégio real, de certos impostos e taxas significa, em última instância, que os templos eram os "proprietários" de suas terras, do pessoal empregado e dos instrumentos de produção. Além disso, ao menos a partir da XVIII dinastia, os guerreiros recebiam o direito hereditário à posse da terra. Os altos funcionários beneficiavam-se de dotações fundiárias que eles mesmos dirigiam. As cenas da vida doméstica esculpidas nas mastabas do Antigo Império mostram que esses funcionários tinham seus próprios rebanhos e artesãos, bem como uma pequena frota de barcos. Não sabemos como se constituíam as fortunas privadas e transmissíveis, mas é patente que tenham existido e que, além dos cargos oficiais – cuja transmissão aos descendentes não dependia exclusivamente de seu detentor –, havia os "bens domésticos", que podiam ser legados livremente. Contudo, praticamente em todas as épocas, o direito à posse da terra se aplicava a áreas limitadas e esparsas, de modo que as grandes fortunas não tomaram a forma – temida pelas autoridades – de latifúndios. Sabe-se que existiram pequenas propriedades, principalmente durante o Novo Império, período em que o termo "campos de homens pobres" de fato designava as terras de pequenos agricultores independentes, bem diferenciados dos arrendatários que trabalhavam os campos do rei ou dos deuses. Em número relativamente pequeno, os estrangeiros deportados para o Egito ao tempo das grandes conquistas eram trabalhadores especializados (viticultores palestinos, tropeiros líbios) ou colonos militares. De modo geral, os escravos adquiridos por particulares eram apenas serviçais domésticos e, embora haja provas de sua existência, acredita-se que a mão de obra escrava (por vezes penal)

forneceu uma força de trabalho apenas limitada para a agricultura (ainda que, posteriormente, associação dos "respondentes" mágicos – colocados à disposição dos defuntos – a um grupo de escravos comprados[10] fizesse crer que o escravismo tornou possível, sob os Raméssidas, a realização dos principais trabalhos de irrigação e beneficiamento das terras). Verdade é que a massa da população trabalhadora parece ter-se ligado de fato à terra, que só poderia abandonar em caso de impossibilidade de pagamento dos impostos.

Podemos supor que nas aldeias predominava uma economia doméstica e que a parte principal do trabalho no campo era feita pelos homens. Nas cidades-mercado, nos domínios reais e templos, a especialização profissional era bem desenvolvida. As corporações – às vezes bastante hierarquizadas de padeiros, ceramistas, arranjadores de flores, fundidores, escultores, desenhistas, ferreiros, aguadeiros, guardas de todos os tipos, guardadores de cães, pastores de ovelhas, de cabras e de gansos, etc. trabalhavam para o rei ou para os templos, e o ofício se transmitia de pai para filho. Sabemos com certa segurança como vivia a comunidade de trabalhadores que, instalados num povoado vizinho ao Vale dos Reis (atual sítio de Deir el-Medina), escavavam e decoravam os túmulos dos faraós e das rainhas. Os artistas e escavadores eram funcionários públicos dirigidos por um escriba real e dois chefes de equipe nomeados pelo soberano[11]. Eram pagos regularmente com cereais, algumas vezes coletados diretamente das rendas de um templo, e rações de peixe, verduras, legumes ou outros alimentos. Trocavam pequenos serviços e bens entre si e administravam sua própria justiça (exceto quando consultavam o veredicto oracular de um deus local). Seu *status* era suficientemente elevado e sua posição moral sólida o bastante para que a comunidade pudesse recorrer à greve se houvesse atraso na distribuição de suas rações.

Os serviços administrativos

A organização e a distribuição da produção, o controle da ordem pública e a supervisão de toda e qualquer atividade eram responsabilidade de funcionários públicos sob a autoridade do príncipe – o faraó ou, em períodos de cisma, os chefes locais – ou dos templos. Esses funcionários eram recrutados entre os escribas, já que o conhecimento da escrita era a chave de toda erudição e permitia o acesso às técnicas superiores (os interessados compraziam-se

10 CERNY, J. 1942. pp. 105-33.

11 Apud VALBELLE, D. 1974.

em demonstrar esse conhecimento nas suas *Sátiras das Profissões* e ensaios epistolares), constituindo, assim, uma fonte usurpada de poder e de bem-estar. Esses escribas, depositários da cultura religiosa e leiga, dominavam todas as atividades profissionais (no Novo Império os altos oficiais do exército eram escribas). Podiam ser engenheiros, agrônomos, contadores ou ritualistas; muitos acumulavam vários cargos. Educados com bastante rigor, professavam um código moral geralmente elevado, carregado de intenções benevolentes, um certo desprezo pela plebe e respeito pela ordem social, considerada como a expressão perfeita da harmonia do universo. Mesmo que evitassem as prevaricações, conforme os princípios que regiam seus serviços, desfrutavam de gratificações proporcionais à sua posição na hierarquia (era ampla a variação dessas remunerações, pelo menos na XII dinastia)[12]: doações de terras, salários em mantimentos, benefícios sacerdotais deduzidos dos rendimentos regulares dos templos e das oferendas reais, donativos honoríficos ou presentes funerários recebidos diretamente do soberano. Os mais graduados viviam em grande estilo neste mundo e no outro, e sua riqueza, sem falar de sua influência, dava-lhes poderes de patronagem.

As listas de títulos e as genealogias mostram claramente que não havia uma casta de escribas distinta da casta dos guerreiros ou dos sacerdotes. A classe dirigente era única e se confundia com os quadros administrativos. Em geral, todo bom estudante podia ocupar um cargo e ascender na carreira se sua competência e dedicação o distinguissem perante o rei, teoricamente o único árbitro em matéria de promoção social. Contudo era normal transmitir-se aos filhos pelo menos parte das funções, e não devemos dar muito crédito a uma retórica que se apressa em representar todo funcionário como alguém que o rei tirou do nada. Conhecemos as dinastias dos altos funcionários e, na Tebas do I milênio, observamos que várias famílias partilhavam os postos e as funções sacerdotais da "Casa de Âmon" numa época, deve-se dizer, em que o direito de hereditariedade assumia uma importância considerável.

A história faraônica parece ter-se desenrolado ao ritmo da luta entre o alto funcionalismo, que tendia a se constituir num poder hereditário e autônomo, e a monarquia, apegada ao direito de controlar as nomeações. Desse modo, o Antigo Império desapareceu quando, nas províncias do sul, fortaleceram as dinastias dos "grandes chefes" ou prefeitos hereditários. No Segundo Período Intermediário, as altas funções tornam-se propriedade pessoal suscetível de ser

12 Para um texto característico, ver GOYON, G. 1957.

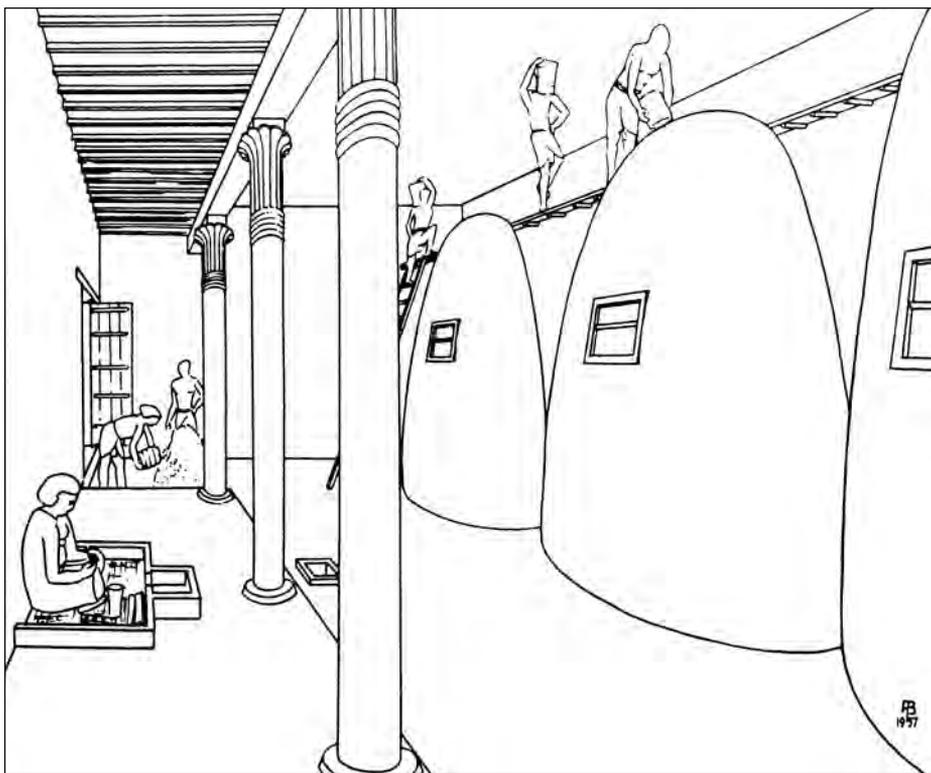



FIGURA 3.5 Abastecimento dos celeiros (desenho). (Fonte: A. Badawy. "A History of Egyptian Architecture". Los Angeles, 1966. p. 36, fig. 17.)

FIGURA 3.6 Prestação de contas. (Fonte: J. Pirenne. 1961. p. 297, fig. 94 (no alto). Mastaba de Mererouka, Sacará. Foto Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, n. 283.)

comprada e vendida. O Novo Império chega ao fim quando o pontificado tebano e o comando militar do sul reunidos tornam-se o apanágio de uma dinastia de sumos sacerdotes de Âmon; no período líbio repetir-se-á, no Delta, o processo de desmembramento já vivido pelo Alto Egito durante o Primeiro Período Intermediário. As implicações econômicas e as causas e consequências dessas mudanças não podem ser identificadas com segurança, mas pode-se dizer que, em cada período de enfraquecimento do poder central e de fragmentação territorial do sistema administrativo, as lutas internas perturbavam a paz nos campos, e a influência externa e a segurança das fronteiras ficavam comprometidas. As construções religiosas tornavam-se mais raras e modestas, e a qualidade dos trabalhos artísticos declinava.

A organização política

O ideal confesso da sociedade egípcia, portanto, era uma monarquia forte, considerada como o único meio de dar ao país o impulso necessário ao seu bem-estar. O soberano era a personificação do serviço público: o termo "faraó" vem da expressão *per-ao,* que designava no Antigo Império a "Grande Casa" do príncipe, incluindo sua residência e seus ministérios, e que no Novo Império passou a designar a pessoa do rei. Este possuía uma natureza diferente do resto da humanidade: as lendas sobre sua predestinação, os quatro nomes canônicos e os epítetos que acrescentava a seu nome, o protocolo que o cercava, as cerimônias que acompanhavam suas aparições e decisões, a multiplicação infinita de suas imagens, cartuchos e títulos nos edifícios sagrados, suas celebrações jubilares, o estilo de sua sepultura (pirâmides menfitas, tumbas talhadas tebanas) – tudo isso acentuava a diferença. Uma das demonstrações mais evidentes do desgaste periódico da autoridade faraônica e de certas pressões sociais é a adoção, por parte de um número cada vez maior de indivíduos, de estilos de tumbas[13], temas iconográficos e textos funerários antes reservados apenas ao rei. Além disso, embora a monogamia pareça ter predominado entre os mortais, em geral o rei-deus desposava várias mulheres, por vezes sua irmã ou mesmo suas filhas.

A sucessão real cerca-se de algum mistério. Com certeza, era costume que o filho sucedesse ao pai no trono, conforme o modelo mítico de Osíris e Hórus,

---

13 O fenômeno de diferenciação do tratamento póstumo dos reis e, posteriormente, de usurpação progressiva dos privilégios funerários do soberano pelos indivíduos comuns ocorre com frequência. O primeiro ciclo começou durante o Antigo Império e foi acelerado pelo enfraquecimento do poder real durante o Primeiro Período Intermediário; todavia, não se pode mais sustentar que naquela época tenha havido uma democratização repentina dos privilégios funerários.

o protótipo do filho que sepulta o pai e vinga sua morte. Algumas vezes, como na XII dinastia, o princípio da hereditariedade tem como consequência a coroação prematura do sucessor. Mas não se deve pensar que o direito de realeza fundamentava-se apenas na transmissão hereditária masculina por primogenitura. Os poucos soberanos que nos falam de seus antepassados enfatizam que foram escolhidos livremente pelos pais como lugar-tenentes e seus herdeiros prováveis (Séti I, Ramsés II, Ramsés III, Ramsés IV). Contudo, as palavras das fórmulas pelas quais se reafirmava a "legitimidade" do rei são idênticas, quer em se tratando do filho mais velho do predecessor, quer de um adventício. Cada soberano herdava a "realeza de Rá, a função de Shu, o trono de Geb", sendo assim o sucessor direto dos deuses que criaram e ordenaram o mundo; cada um era "escolhido" pelo deus de sua cidade de origem. O rei, predestinado a sua posição, era gerado pelas próprias obras do deus-Sol (mito figurativo da teogamia)[14], e, no Novo Império, a designação ou reconhecimento do novo rei pelo oráculo de Âmon era a garantia da legitimidade do novo monarca. Desse modo, um "direito divino" direto superava a legitimidade dinástica. Na realidade, cada reinado era um reinício. Era o ritual que fazia e mantinha o soberano, e cada vez que ele agia como sacerdote ou legislador, as mesmas purificações, as mesmas funções e os mesmos ornamentos renovavam sua "aparição como rei". Comparado a um deus, algumas vezes adorado durante sua existência como um verdadeiro deus Amenófis III ou Ramsés II, por exemplo, através de seus prodigiosos colossos –, o faraó assumia um papel sobrenatural sem, contudo, pretender seriamente a posse de dons sobrenaturais; pelo contrário, era acima de tudo o homem exemplar, que dependia dos deuses e que devia servi-los[15].

Quatro mulheres tornaram-se faraós: curiosamente, as duas primeiras (Nitócris e Sebeknefru) assinalam o fim de uma dinastia, e as outras duas (Hatshepsut e Tauosré) passaram à posteridade como usurpadoras. Eram pródigas as honras demonstradas à mãe, esposas e filhas do rei. Algumas princesas do Médio Império e principalmente, em tempos posteriores, Teye, primeira esposa de Amenófis III, e Nefertári, primeira esposa de Ramsés II, receberam honras excepcionais. Ahhotep, durante o governo de Amásis e Ahmés-Nefertári, durante o governo de Amenófis I, parecem ter exercido uma influência determinante em questões políticas ou religiosas. A atribuição da função ritual de "divina esposa de Âmon" a princesas ou rainhas mostra o papel indispensável da feminidade

14 BRUNNER, H. 1964.

15 POSENER, G. 1960.

e da mulher no culto do deus cósmico. Contudo não existe prova positiva de um regime matriarcal no conceito egípcio de realeza[16] e, em particular, não está absolutamente demonstrada a teoria de que na época amósida o direito dinástico era normalmente transmitido através da mulher.

Um estudo das listas de títulos dos funcionários superiores e inferiores e dos poucos textos legislativos e administrativos que chegaram até nós dá uma noção razoavelmente precisa da organização governamental: governo dos nomos, hierarquia do clero e distribuição das obrigações religiosas dos sacerdotes, administração real ou sacerdotal das terras aráveis, dos rebanhos, das minas, dos silos, dos tesouros, do transporte fluvial, da justiça, etc. Organogramas engenhosos, se não rigorosos – que evidentemente variavam de acordo com o período – comprovam a existência de práticas sofisticadas de gerência e de técnicas de secretariado e contabilidade bastante avançadas (cabeçalhos, classificação, tabelas com estorno, etc.). Esse trabalho de escrituração era, não obstante, eficaz. Provavelmente o poder do Egito no exterior dependia mais de sua organização avançada do que de sua agressividade, e os monumentos, que resistiram ao tempo, seguramente devem sua existência à perícia dos escribas na manipulação em grande escala do trabalho humano e dos materiais pesados.

No ápice do sistema situava-se o *tjaty* ou "vizir", para usar uma designação tradicional da egiptologia. Esse primeiro-ministro, responsável pela ordem pública, era comparado ao deus Tot, "coração e língua do Sol Rá"; era, antes de tudo, a suprema autoridade legal na Terra, depois do faraó e do ministro da justiça. Alguns vizires que serviram durante vários reinados consecutivos devem ter dominado a vida política do país. Contudo o *tjaty* (ou os dois *tjaty* durante o Novo Império) não era o único conselheiro do rei, nem necessariamente o principal. Muitos dignitários vangloriavam-se de terem sido consultados por seus soberanos a portas fechadas ou de terem sido escolhidos para missões especiais. Na época imperial, o governador da Núbia, um "filho real" honorário, quase soberano em seu próprio território, obedecia diretamente ao faraó. Em realidade, o poder político dos ministros ao que parece não se refletia exatamente na hierarquia administrativa. Algumas personalidades, como o escriba de recrutamentos Amenófis, filho de Hápu, um arquiteto que paulatinamente foi levado ao nível dos deuses por sua sabedoria, ou Khamois, o sumo sacerdote de Ptah e um dos numerosos filhos de Ramsés II[17], com certeza foram tão influentes quanto os vizires de seu tempo. O despotismo radical

16 Dados úteis em GROSS-MERTZ, B. 1952.

17 Sobre essa personagem, ver a tese recente de GOMAA, F. 1973.

da monarquia faraônica entregava à Residência a resolução dos principais conflitos políticos. A proscrição da memória de diversos altos funcionários não apenas Senmut e outros íntimos de Hatshepsut, mas também servidores de soberanos menos contestados (dois príncipes reais e Usersatet, vice-rei da Núbia durante o governo de Amenófis II) – é o testemunho mudo das crises governamentais.

A organização militar

O rei era responsável pela segurança do país. Em tese, todo o mérito pelas vitórias e conquistas era seu. Ramsés II muito explorou em palavras e imagens, a título de propaganda, o fato de ter permanecido sozinho com sua guarda em Kadesh, reafirmando a primazia do rei, único salvador por graça divina, sobre um exército que, na realidade, era responsável pela fundação de sua dinastia. E claro que, desde os tempos das pirâmides, o país dispunha de um alto comando especializado, a um só tempo militar e naval, que dirigia forças já acostumadas a fazer manobras e desfilar em alas disciplinadas. Contudo, no III milênio os povos dos países vizinhos não representavam grande ameaça. As razias haviam facilmente dizimado a população da Núbia, em benefício do Egito; as campanhas triunfais, em função das quais se recrutava em massa a população rural, eram suficientes para intimidar e espoliar as populações sedentárias dos confins da Líbia e da Ásia; por sua vez, os "caçadores do deserto" controlavam os movimentos dos beduínos famintos.

Sabe-se que os militares menfitas participaram em atividades de interesse econômico e nos grandes trabalhos de construção. As "equipes de jovens recrutas de elite", que compunham a guarda real, inspecionavam o transporte de pedras destinadas às pirâmides, bem como algumas expedições importantes para as minas do Sinai ou para as pedreiras orientais. Um corpo paramilitar especializado, os *sementi*[18], investigava e explorava as minas de ouro da Núbia e do deserto, enquanto que os "intérpretes" viajavam para muito longe a fim de negociar ou se apoderar de produtos asiáticos ou africanos. Com o Primeiro Período Intermediário, a divisão do reino em principados rivais modificou a organização militar: ao séquito pessoal do príncipe e aos contingentes dos nomos uniram-se as tropas de choque auxiliares recrutadas entre os núbios ou os Amu asiáticos. Dois aspectos, já manifestados no III milênio, serão característica constante dos exércitos faraônicos: a participação dos militares nos principais

18 Sobre o grupo pouco conhecido de garimpeiros, ver YOYOTTE, J. 1975. pp. 44-55.

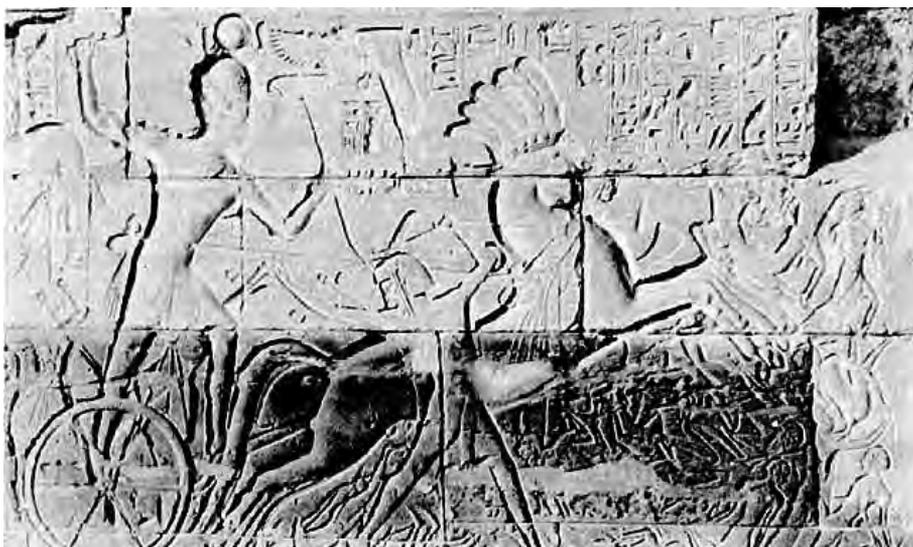
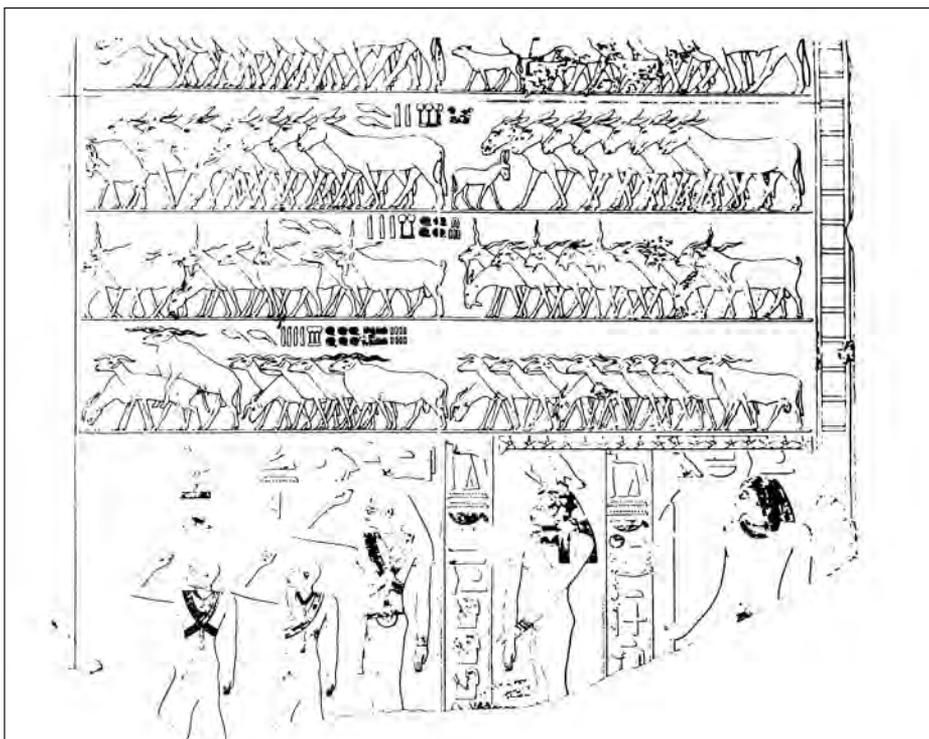



FIGURA 3.7 Tributo de prisioneiros líbios do Antigo Império.

FIGURA 3.8 Séti I matando um chefe líbio.

empreendimentos econômicos ou de construção – como supervisores ou mão de obra – e a utilização de tropas violentas recrutadas no exterior. Embora com fortes tendências militares devidas ao senso de ordem e gosto pelo prestígio, os egípcios não possuíam temperamento guerreiro.

Durante o Novo Império, época de importantes conflitos internacionais, houve, naturalmente, uma expansão inédita do exército profissional. Dividia-se ele em duas armas de serviço, carros de batalha e infantaria, subdivididas em grandes corpos comandados por uma hierarquia complexa e servidas por uma grande burocracia. Essa ampla estrutura resistiu aos impérios e aos principados da Ásia e parece ter resolvido com sucesso a crise gerada pela heresia atonista. Os soldados recebiam pequenas doações de terra; sob os Ramésidas, numerosos cativos – núbios, sírios, líbios, Povos piratas do Mar – incorporados ao exército gozavam, também, de tais concessões. Apesar de sua aculturação relativamente rápida, os líbios (contingente talvez reforçado pelos invasores da mesma origem) constituíram-se numa força autônoma e acabaram por fazer de seu chefe um faraó. Contudo esse Egito de guerreiros líbios *meshwesh* não conseguiu adaptar--se às novas técnicas militares, enquanto a Assíria se organizava numa formidável máquina de combate. No novo choque de impérios, os reis saítas, ao invés de mobilizar esses guerreiros apoiaram-se em novos colonos militares recrutados entre jônios, carianos, fenícios e judeus. E nas guerras finais contra o Império Persa, os últimos faraós nativos, como seus adversários, contrataram mercenários gregos recrutados por aventureiros cosmopolitas, O colapso do aparato defensivo da nação, que não conseguiu dissipar nem o antigo mito do faraó como único vencedor, nem a nostalgia das conquistas passadas (epopeia de Sesóstris) nem tampouco as recordações lisonjeiras das guerras civis (ciclo de Petubástis), foi o ponto fraco de um Egito que renascia e cuja economia e cultura ainda se mantinham.

Concepções Religiosas e Morais

Os mitos

Com certeza uma das maiores realizações da civilização faraônica, e talvez uma de suas fraquezas, foi a imagem esplêndida que fez do mundo e das forças que o regem, uma imagem coerente que se manifesta nos mitos, nos rituais, na arte, na língua e em suas obras de conhecimento. Um aspecto dessa mentalidade deve ser lembrado para explicar por que a exposição sucinta e incompleta da mitologia faraônica feita a seguir não fornecerá nem uma hierarquia ou

genealogia clara do panteão, nem uma cosmogonia e cosmografia sistemáticas. Para entender as forças da natureza e os fenômenos naturais, a mitologia aceita todas as imagens e lendas legadas pela tradição. Podem-se ter várias divindades “únicas”: o céu é um teto líquido, o ventre de uma vaca, o corpo de uma mulher, uma porca, etc. Assim, havia várias concepções da origem do universo, que se combinavam de diversas maneiras nas grandes sínteses elaboradas localmente no decorrer dos séculos, cada uma das quais podendo ser restabelecida em toda a sua pureza pela realização de um determinado ato ritual, a que conferia uma dimensão cósmica. Os traços principais eram comuns a todos os sistemas. O mundo atual é organizado e mantido pelo Sol, depois que a deusa (Methyer, Neith) que nadava no Nun, as águas primevas – ou ainda um grupo de deuses mais primitivos (o Ogdoad ou os “deuses mortos” em Edfu e Isna), ou ainda a primeira terra seca (Ptah-Tenen) –, preparou a manifestação desse demiurgo, que existia como potencialidade “inerte” no seio do caos. Este desencadeou o processo gerador com a ajuda de Sua Mão, a primeira deusa, e se reproduziu em pares sucessivos: Shu (o ar) e Tefnut (a força do fogo), ambos seres leoninos, Geb (a terra) e Nut (o céu; assim, pouco a pouco, todos os membros das enéades – as várias, manifestações do divino – dele procederam. A estrutura atual do cosmos, determinada pelo demiurgo, foi estabelecida e completada por sua palavra divina, que deu forma aos sons. Foi assim, por exemplo, que o homem *(rome)* originou-se de suas lágrimas *(rame)*, assim como os peixes *(remu)*.

O poder da divindade solar, uma radiação vital que também pode ser destrutiva, é o “Olho de Rá”, entidade feminina que ocasionalmente se confunde com a deusa através da qual se gerou o mundo animal quando o deus se dividiu em dois. Esta, simultaneamente esposa e filha, manifesta-se nos penteados e nas coroas reais sob o aspecto de uma naja, de um leão, de uma tocha ou do incenso consumido pelo fogo. A gênese, que apenas expulsou as primeiras trevas, repete-se praticamente todo dia ao nascer do sol. Cada dia, como no início, o criador deve enfrentar as forças hostis: o dragão Apópis, que ameaça secar o rio celeste ou bloquear o Sol com seu olhar maligno[19]; a misteriosa tartaruga e os “inimigos” inomináveis que se enfurecem no oriente. Antes de cada aparição matinal, o Sol deve também se lavar nos reservatórios das margens do mundo e se purificar da noite e da morte. O astro envelhece no curso de sua viagem diária e se regenera misteriosamente durante a noite, enquanto atravessa outro mundo por outro rio. No Novo Império, composições fantásticas, como o *Livro de Am*

19 Recentemente esse tema mitológico foi evidenciado por BORGHOUTS, J. F. 1973. pp. 114-50.

Duat ou o *Livro dos Pórticos,* simbolizam as fases desse rejuvenescimento físico da "carne" de Rá, descrevendo as praias frequentadas por divindades auxiliares, formas e forças enigmáticas, bem-aventurados e malditos.

Nosso mundo é muito precário. Durante a noite a Lua, um segundo Olho divino, substitui o outro, mas não pára de definhar, atacada pela faca de um deus terrível, Tot ou Khons, que mais tarde se procurou identificar com o próprio Sol[20] ou com Set, um porco, um órix... Várias outras lendas contam que o Olho Direito, a deusa incandescente, voa para longe do Sol e deve ser trazida de volta. Uma delas liga explicitamente essa fuga a uma tentativa de destruir a humanidade, que conspirava contra o Rá envelhecido. A revolta nasce entre os homens, e estes acabam por perder sua igualdade original[21]. Periodicamente também, a ira do Olho de Rá desperta, a poderosa Sekhmet aflige os homens com doenças, e a cheia do Nilo faz-se baixa, aumentando as "calamidades do ano".

Rá perdoou aos homens sua revolta e deu-lhes a magia como meio de assegurarem a sobrevivência, mas se distanciou deles. Uma dinastia divina passou a governar este mundo. Nesses tempos, Set matou Osíris, que, ressuscitado pelos cuidados de Ísis e Anúbis, o embalsamador, tornou-se o modelo de todos os reis mortos e, por extensão, de todo defunto. Ele é também a imagem do Sol que morre toda tarde, e a linfa que flui de seu corpo é a água que nasce a cada ano (uma imagem, dentre muitas, das cheias do Nilo). Seker-Osíris é também a semente que se enterra e que germina. Banido dos túmulos e dos santuários de Osíris, Set foi durante muito tempo adorado como um deus – vitalidade brutal, entidade turbulenta, auxiliar de Rá contra Apópis, a desordem necessária à ordem[22]. Foi apenas por volta do século VIII antes da Era Cristã que um novo fervor expulsou Osíris e Ísis do culto funerário, no qual seu mito formava a base da ideia de uma vida pós-morte, rebaixando Set ao nível de Apópis e tratando-o como a personificação do mal e como patrono dos invasores.

Harmonia pressupõe unidade, e esta, sempre precária, exige a reunificação. Set, rival de Hórus, filho de Osíris, é a sua contrapartida indispensável. Segundo a tradição original, cada rei agrega em sua própria pessoa a reconciliação de Hórus e Set, assim como devem reunir-se as duas planícies do norte e do sul, ou ainda a terra negra do vale e a terra vermelha do deserto. O mito segundo o qual o Olho de Hórus fora dilacerado por Set e tratado por Tot se tornaria o objeto

20 Seleção de textos in SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1952. Sobre o aspecto arcaico dos deuses lunares, POSENER, G. 1960.

21 BUCK, A. de. 1935-61. pp. 462-4.

22 VELDE, H. TE. 1967.

de várias glosas rituais que assimilam à recuperação do Olho curado *(oudjat)* toda oferenda, todo acréscimo de grãos nutritivos e a própria Lua, símbolo de tudo que deve estar completo para assegurar a fertilidade e a plenitude.

À ordem divina corresponde não apenas a estrutura e os ritmos do mundo físico, mas uma ordem moral – *Maât* –, a norma da verdade e da justiça que se afirma quando Rá triunfa sobre seu inimigo e que, para a felicidade do gênero humano, deve prevalecer no funcionamento das instituições e no comportamento individual. "Rá vive por Maât". Tot, o deus dos sábios, contador de Rá, juiz dos deuses, é "feliz por Maât"[23].

Os deuses

Todas as doutrinas e imagens que acabamos de mencionar eram aceitas em todos os templos. Os hinos que louvam os atributos cósmicos e a maravilhosa providência do deus criador retomam os mesmos temas, quer se trate de uma deusa primordial como Neith, de um deus-terra como Ptah, ou mesmo de Âmon-Rá, Khnum-Rá, Sebek-Rá. Os grandes mitos – o Olho de Rá, o Olho de Hórus, a paixão de Osíris – bem como as práticas rituais básicas são comuns a todos os centros populacionais; contudo são deuses diferentes – cada qual com seu próprio nome, imagem tradicional, manifestações animais e deuses associados – os "senhores" das várias cidades: Khnum em Elefantina, Isna e outras partes; Min em Coptos e Akhmin; Mont em Hermonthis; Âmon em Tebas; Sebek em Sumenu, no Faium e outros lugares; Ptah-Seker em Mênfis; Ra-Harakhte-Atum em Heliópolis; Neith em Saís; Bastet em Bubástis; Uadjit em Buto; Nekhbet em el-Kab, etc., havendo ainda numerosos deuses locais chamados pelo nome de Hórus, assim como inúmeras deusas – as temíveis Sekhmet ou as amáveis Hátor. Teriam anteriormente existido, espalhadas pelo país, figuras associadas a mitos mais ou menos esquecidos? É possível; em todo caso, a presença de diferentes religiões locais em épocas pré-históricas poderia explicar muito do politeísmo que prolifera numa religião cuja unidade é manifesta. Parece que esta tendia, através da identificação de certos, deuses a outros, a reduzir essa pluralidade a poucos tipos: uma divindade suprema, geralmente um deus solar e muitas vezes explicitamente identificado a Rá (Âmon-Rá, Mont-Rá; Haroeris-Rá, etc.); uma deusa-consorte, que é o Olho

23 Os textos associam as desordens naturais às perturbações na ordem política e social. Contudo, Maât é um conceito moral e judiciário e, a despeito da teoria bastante difundida, não é evidente que inclua a ordem física do mundo.

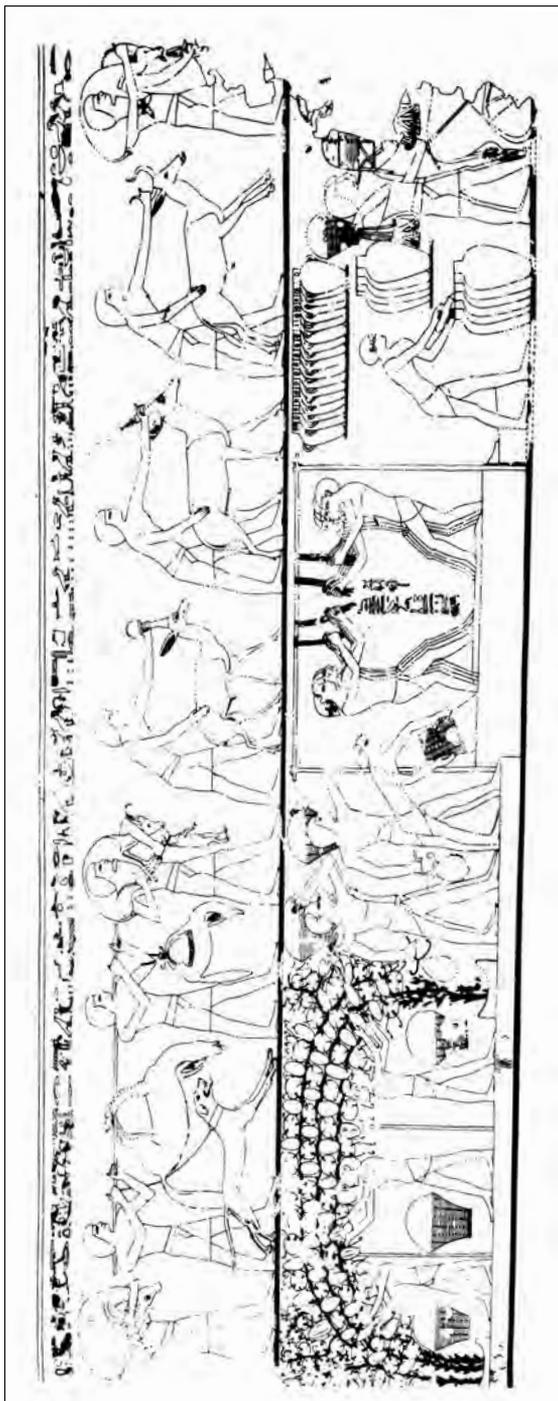



Figura 3.9 Vindima e espremedura. (Fonte: N. de G. Davies. "The Tomb of Rekh-mi-re at Thebes", 1943. v. II, pr. XLV. Foto: The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

de Rá (Mut = Bastet = Sekhmet = Hátor, etc.); o deus-filho guerreiro, como Hórus-Anhur; um deus morto, como Osíris (Seker, Seph, etc.). Os teólogos do Novo Império representavam cada cidade "inicial" como um ponto de parada do demiurgo no curso de sua gênese itinerante e consideravam os três principais deuses do Estado – Âmon, do ar, Rá, do Sol, e Ptah, do mundo dos mortos – três manifestações cosmográficas e políticas de 'uma mesma – e única – divindade. O labirinto de problemas teóricos apresentados por um panteão multiforme deu origem a muitas especulações teológicas e mesmo filosóficas: Ptah concebia em "seu coração, que é Hórus", e criava por "sua língua, que é Tot"; Sia, "o conhecimento" e Hu, "a ordem", principais atributos do Sol; as quatro Almas, que são Rá (fogo), Shu (ar), Geb (terra) e Osíris (água); o incognoscível e infinito Deus, que é "o céu, a Terra, o Nun, e tudo o que se encontra entre eles", etc. Entre os letrados, pelo menos a partir do Novo Império, predominava um sentimento de unidade divina aliado a uma fé que venerava – assim como tantas outras abordagens do inefável – os mitos, os nomes e os ídolos de todos os deuses do país. A conduta do famoso Akhenaton, que pretendeu reconhecer o disco visível do Sol como único deus verdadeiro, ainda permanece na principal corrente do pensamento egípcio, mas era herética na medida em que subvertia uma tradição que, permitindo o mistério, aceitava e reconciliava todas as formas de piedade e de pensamento.

O templo

Cada deus criou sua cidade; zela não só por seu domínio mas também por todo o Egito. O rei ocupava-se simultaneamente de todos os deuses. Herdeiro do Sol e sucessor de Hórus, era incumbido de manter a ordem criada pela providência divina, devendo, para tanto, sustentar os seres divinos – ameaçados, eles próprios, por um possível retorno ao caos –, desviar a ira da deusa, valer-se da perpétua colaboração com o divino para garantir o ciclo anual, a subida das águas do Nilo, o crescimento normal da vegetação, o aumento do rebanho, o malogro das rebeliões, a segurança das fronteiras, a felicidade e o governo de Maât entre seus súditos. Para conseguir tudo isso, a ciência sagrada empregava a magia da palavra e do gesto, da escrita, das imagens e das formas arquitetônicas; enfim, todos os processos também usados para assegurar a vida pós-morte.

Nas cerimônias conduzidas pelos sacerdotes iniciados os atos rituais eram acompanhados de fórmulas verbais que reforçavam seu poder de coação através de palavras mágicas evocativas de precedentes míticos. A representação desses ritos e a escrita desses textos nas paredes dos templos perpetuavam sua ação. Do

mesmo modo, as numerosas estátuas do rei e as imagens das pessoas comuns nos recintos sagrados permitiam-lhes servir eternamente ao deus, habitar com ele e receber uma força vital adicional. O arquiteto fez do templo um modelo reduzido do universo, dando-lhe, desse modo, perpetuidade: o pilar é a montanha do Sol nascente, o santuário escuro é o lugar onde o Sol se põe, as colunas representam o pântano original de onde emergiu a criação, e a base de seus muros é o solo do Egito. Com seus jardins e áreas de serviço, o templo é isolado das impurezas que poderiam poluir o divino por um alto muro de tijolos; os sacerdotes oficiantes e as pessoas privilegiadas admitidas no têmeno são obrigados a submeter-se às purificações rituais e a observar as proibições alimentares, de vestuário e de atividade sexual. Para mostrar que o culto é efetivamente celebrado pelo faraó, as cenas gravadas nas paredes representam-no oficiando os vários ritos e apresentando, em longas procissões, os nomos do Egito, as fases das cheias e as divindades menores que presidem às diferentes atividades econômicas. Durante o dia, o ídolo – ou seja, a forma pela qual se entra em contato com o deus – é purificado, incensado, vestido, alimentado e longamente invocado em hinos que exortam o deus a despertar, reafirmam seu poder divino e solicitam sua ação benevolente. Nas grandes festividades o deus sai em procissão para se realimentar de energia divina em contato com os raios solares, visitar os túmulos dos reis mortos e dos deuses obsoletos, e restabelecer os eventos míticos através dos quais o mundo se formou[24].

Acima de tudo. O templo é um lugar de trabalho onde o rei, auxiliado pelos sacerdotes iniciados, pratica uma alta magia de Estado para assegurar a boa marcha dos acontecimentos (fundamentalmente para assegurar a alimentação de seu povo). Por mais distantes que fossem, os deuses, motores do mundo, eram sentidos como seres pessoais, próximos de cada mortal. No Novo Império, o povo rezava para eles diante dos portões laterais dos templos, nas capelas da aldeia ou nas ruínas de monumentos antigos, onde se pode sentir sua presença (a Grande Esfinge de Gizé, principalmente, era considerada como um ídolo tanto do Sol como de Hurun, o deus curandeiro tomado de empréstimo aos cananeus). Os hinos estão gravados em pequenas estelas, testemunhando a fé dos mortais no deus de suas cidades; imploram-se também as graças do grande Âmon – "juiz imparcial, que atende aquele que o chama, que ouve suas súplicas" – para a saúde ou para os negócios. Em toda a história do antigo Egito, os nomes próprios

24 Nosso conhecimento do simbolismo dos templos e de sua decoração, bem como dos rituais, tem por base os grandes monumentos construídos e decorados nas épocas grega e romana (Edfu, Ombo, Denderah, Filas, etc.). Para informações gerais, ver SAUNERON, S. & STIERLIN, H. 1975.

mostram-nos que todas as camadas da população reivindicavam a proteção direta das grandes divindades. Além disso, apesar de sua forte especificidade e de um clero que guardava ciosamente os segredos que regiam a vida da nação, a religião egípcia mostrou-se especialmente acolhedora. No Novo Império, anexou as divindades sírio-palestinas, fez de Bés, gênio protetor das mulheres e dos bebês, um habitante do Sudão oriental, aceitou e egipcianizou Dedun, senhor da Núbia, reconheceu Âmon no deus-carneiro dos núbios e implantou solidamente o culto do deus tebano em Kush; posteriormente, identificou seus deuses com o panteão grego e, nas zonas rurais, conquistou a fé dos colonos gregos na época ptolomaica.

Todavia, a identificação da terra egípcia com o mundo organizado é indicador, em particular, da visão que tinham os súditos do faraó do mundo exterior. Os povos africanos e semitas e as cidades e monarquias estrangeiras eram comparados às forças do caos, sempre prontas a subverter a criação (a escrita hieroglífica caracteriza todo país estrangeiro como um deserto montanhoso!). Em ambos os lados das portas dos templos existem placas opostas mostrando, ao sul, o rei vencendo os núbios e, ao norte, o rei subjugando os asiáticos[25]. Essas imagens nas entradas do microcosmo aniquilam através do poder da mágica os "rebeldes" que ameaçam a ordem; no Novo Império, as extensas séries de representações esculpidas nas paredes externas, mostrando as campanhas vitoriosas e os saques levados ao deus, apenas ilustram com particularidades históricas a cooperação constante entre o soberano e a divindade na manutenção do equilíbrio do universo. Uma manifestação interessante dessa mentalidade – que até certo ponto qualificava o "chauvinismo" do dogma – é o fato de os ritos mágicos dirigidos contra os príncipes e os povos da Ásia, da Núbia e da Líbia visarem antes livrá-los de intenções hostis que destruí-los.

A ética

O rei existe para manter a harmonia perfeita da criação. Nesse sentido, a época ideal foi "o tempo de Rá"; os sacerdotes do Período Final chegaram a imaginar uma idade de ouro perdida, em que as serpentes não mordiam, os espinhos não picavam, os muros não desmoronavam e Maât reinava sobre a Terra[26]. O sistema perfeito não é uma utopia que se procura alcançar com a invenção de novas regras – ele existiu no princípio e torna-se novamente

25 DESROCHES-NOBLECOURT, C. & KUENTZ, C. 1968. pp. 49-57 e notas 178-9 (pp. 167-8).

26 OTTO, E. 1969. pp. 93-108.

real a partir do momento em que a pessoa se conforma a Maât. Isso significa que a moral professada nos *Ensinamentos* redigidos pelos altos funcionários de Mênfis (Djedefhor, Ptahhotep) e por vários escribas de períodos posteriores (Ani, Amenemope), bem como as instruções para os sacerdotes gravadas nos templos de épocas mais recuadas são fundamentalmente conformistas, e que o ensino era bem pouco propício ao florescimento da originalidade. Os textos em que se descrevem descobertas pessoais são raros em comparação com as autobiografias convencionais e as fórmulas padronizadas. É, portanto, notável que muitos escultores tenham conseguido imprimir uma marca pessoal em seus trabalhos, embora aceitando sem objeção os cânones tradicionais.

A ética corrente colocava no mesmo plano as virtudes propriamente ditas e as qualidades intelectuais, a retidão e o decoro, a impureza física e a baixeza de caráter. Baseada numa psicologia sem ilusões, exaltava a submissão aos superiores e a benevolência com os inferiores. Admitia-se que o sucesso mundano é consequência natural da virtude, e, embora se desenvolvesse muito cedo a ideia da retribuição póstuma das ações de uma pessoa, os expedientes mágicos ofereciam fórmulas funerárias a fim de evitar que o julgamento divino criasse obstáculos a isso. Dava-se muita atenção ao ensino do bom comportamento: não falar muito, ter gestos comedidos e reações moderadas, ideal que a estatuária egípcia expressa com perfeição. Todo excesso é prejudicial: aquele que se deixa levar pela emoção perturba os outros e provoca sua própria perdição. Contudo alguns sábios introduzem em suas reflexões uma forte religiosidade pessoal e expressam uma aspiração à superioridade individual: um coração honesto é preferível à submissão formal aos rituais. É em Deus que se encontra o "caminho da vida". Não se deve subestimar a dívida da sabedoria bíblica à cultura egípcia. A preocupação pelo próximo é grande, mesmo se relacionada com maior frequência a necessidades sociais do que à compreensão caridosa. Os reis e os escribas deixaram boas lições de ética social: concentrar esforços para atender aos interesses do rei e de seu povo, não para beneficiar o forte em detrimento do fraco, não para se deixar corromper, não para trapacear no peso e na medida. O Egito também desenvolveu o conceito de dignidade humana: "não usar a violência contra os homens [...] eles nasceram dos olhos de Rá, são seus descendentes"; em uma das célebres narrativas do papiro Westcar, um mágico se recusa a executar uma experiência perigosa num prisioneiro, "pois é proibido agir assim com o rebanho de Deus".

O quadro que a ideologia oficial traçava da ordem ideal correspondia, sob todos os pontos de vista, ao que o país apresentava quando, com a reunificação das Duas Terras, uma monarquia sólida e uma administração conscienciosa asseguravam

a prosperidade e a paz geral. Com o Primeiro Período Intermediário, as guerras civis, as infiltrações dos bárbaros e a alteração brusca da situação despertaram a ansiedade. "Mudanças estão em curso; as coisas não são mais como no ano passado." Era necessário encontrar "palavras novas", dizia o escritor Khakhêperre--sonb (chamado Ankhu) em seus *Discursos*, para apreender o inusitado dos acontecimentos. Desse modo, surgiu uma literatura pessimista, da qual se originam principalmente a *Profecia de Neferti*, que evoca a crise que pôs fim à XI dinastia, e as *Admoestações* do mestre do coro Ipu-Ur às vésperas da época dos hicsos [27]. O *Neferti* e posteriormente o *Oráculo do Oleiro,* bem como os diversos contos relativos à expulsão dos *Impuros* estigmatizam a subversão de Maât com o único intuito de fazer sobressair a vitória final do rei-salvador e da ordem. Já o *Diálogo do Homem Desesperado com Sua Alma* põe em dúvida a utilidade dos ritos funerários, e os *Cantos do Harpista* são um convite ao *carpe diem.* Temas hedonistas insinuam-se, por vezes, em composições convencionais. Se a literatura profana tivesse sido melhor preservada, revelaria um universo mental mais diversificado do que o mostrado pelas inscrições rupestres reais e sacerdotais. Certos contos, as canções de amor, os detalhes cômicos que animam as cenas da vida doméstica nas capelas funerárias, e os alegres esboços desenhados em óstracos revelam, por trás do conformismo faraônico, um povo fundamentalmente feliz, habilidoso, bem-humorado e amigável, como hoje em dia.

O direito

Como vimos, a religião e a ética dão ênfase à manutenção de uma disciplina rigorosa, que beneficia toda a comunidade dos súditos, e à ação exclusiva da pessoa real na administração e nos ritos. A própria arte prefere o geral ao particular, o exemplo típico à espontaneidade individual. É, portanto, notável constatar que o direito faraônico permaneceu firmemente individualista. No tocante às decisões reais e aos procedimentos e penalidades legais, tudo indica que homens e mulheres de todas as classes eram considerados iguais perante a lei. A família restringia-se ao pai, à mãe e a seus filhos jovens; as mulheres desfrutavam dos mesmos direitos em matéria de propriedade e de assistência jurídica. No conjunto, a responsabilidade era estritamente pessoal. A família no sentido amplo não tinha consistência legal, e a posição de um homem não se definia em função de sua linhagem. No domínio da lei, o Egito faraônico

27 Cf. SETERS, J. Van. 1964. pp. 13-23.

diferencia-se claramente da África tradicional e curiosamente antecipa as sociedades modernas da Europa.

Crenças e práticas funerárias

O mesmo individualismo reinava nas crenças e nas práticas relativas à vida pós-morte. Cada um, de acordo com seus recursos, preparava sua outra vida, a de seu cônjuge e de seus filhos em caso de morte prematura. O filho deveria participar dos ritos funerários de seu pai e, se necessário, assegurar seu enterro. O ser humano (ou divino) reúne, além do corpo mortal, vários componentes – o *Ka, o Ba* e outras entidades menos conhecidas, cuja natureza ainda é difícil definir e cujas interrelações são obscuras. As práticas funerárias destinavam--se a garantir a sobrevivência dessas "almas"; no entanto, uma característica bem conhecida da religião egípcia é o fato de ter ligado essa sobrevivência à preservação do próprio corpo pela mumificação, e de ter assegurado, com arranjos elaborados, uma vida além-túmulo pelo menos tão intensa e feliz quanto a terrena. Um túmulo é composto de uma superestrutura aberta para os parentes vivos e de uma cripta onde repousa o defunto, acompanhado de objetos mágicos ou domésticos. As pessoas abastadas pagavam regularmente, sob contrato, um estipêndio a sacerdotes profissionais que, de pai para filho, se encarregavam de levar as oferendas de alimentos. E, como última precaução, empregava-se o poder compulsório da fala e da escrita e a magia das imagens esculpidas e pintadas. Na capela – mastaba ou hipogeu eternizam-se os eficazes rituais do enterro e da oferenda; outras cenas reconstituem o trabalho e os prazeres de um mundo ideal; estátuas e estatuetas multiplicam os corpos substitutos. Nas tábuas do caixão, nas pedras da cripta, no "Livro dos Mortos" confiado à múmia, estão copiadas as fórmulas recitadas no momento do enterro e as palavras mágicas que possibilitam ao morto desfrutar de todas suas faculdades, escapar dos perigos do Outro Mundo e cumprir seu destino divino. Como na teologia, a crença egípcia relativa à vida pós-morte justapôs várias concepções: sobrevivência como companheiro do Sol, residência no túmulo com despertar diário ao nascer do Sol, manifestação do *Ba* ao ar livre e usufruto dos objetos familiares, vida num elísio maravilhoso ao lado de Osíris. Qualquer que fosse o caso, aquele que tivesse um belo enterro mudaria de *status:* seria igual aos deuses, a Osíris e a todos os reis, cada um deles um Osíris.

CAPÍTULO 4

Relações do Egito com o resto da África

Abd El Hamid Zayed colaboração de *J. Devisse*

Admite-se atualmente que a arqueologia não revelou indícios decisivos de contatos entre o Egito e a África ao sul de Méroe. Isso, naturalmente, não impedia a presença de teorias baseadas em hipóteses. No entanto, estas deverão ser consideradas como tais até que as evidências arqueológicas venham conferir-lhes peso necessário.

Há poucos anos divulgou-se a descoberta de objetos egípcios em regiões longínquas no interior do continente. Uma estatueta de Osíris, datada do século VII antes da Era Cristã, foi encontrada no Zaire, às margens do rio Lualaba, próximo da confluência do Kalunegongo; ao sul do Zambeze, descobriu-se uma estátua gravada com o cartucho de Tutmés III (-1490 a -1468). No entanto, um estudo das circunstâncias em que esses objetos foram descobertos não nos permite concluir, no momento, serem eles testemunhos de relações entre o Egito e as regiões acima mencionadas, nos séculos VII ou V antes da Era Cristã[1]. Valendo-se de indícios pouco convincentes, A. Arkell concluiu pela presença de contatos entre o Egito bizantino e Gana atual.

Entretanto, isso não significa que se deva inferir, com base num raciocínio *a silentio,* que na Antiguidade não houve vínculos de nenhuma espécie entre o Egito e o resto do continente africano. Como nesse campo as informações são escassas e as conclusões fundamentam-se, por vezes, em indícios insuficientes,

1 Ver LECLANT, J. 1956a. pp. 31-2.

deve-se proceder com um rigor científico maior do que o habitual, aceitando apenas os fatos cientificamente estabelecidos.

Por exemplo, alguns podem considerar confirmada a influência, em determinados aspectos, da civilização egípcia em outras civilizações africanas. Porém, ainda que viesse a ser comprovada, *essa influência* não constituiria uma prova de *contatos* antigos. Eva L. R. Meyerowitz admite como prova da influência egípcia o fato de os Akan terem adotado o abutre como símbolo da autocriação[2]. Destaca também a semelhança entre o deus Ptah e Odomankoma, deus akan, ambos bissexuais, que, após criarem a si mesmos, criaram o mundo com suas próprias mãos. Embora esta seja uma associação interessante[3], não é indício concludente da existência de contatos entre o Egito antigo, de um lado, e o Akan antigo ou a região do golfo de Benin, de outro. Do mesmo modo, por muito tempo atribuiu-se uma provável origem egípcia ao culto da serpente, estudado em todas as civilizações africanas por vários especialistas notáveis. Tal hipótese, porém, não leva em conta o fato de as culturas antigas observarem seu meio ambiente com muita atenção, sendo perfeitamente capazes de criar seus cultos a partir da própria observação. Existem ainda outras interpretações. J. Leclant[4], por exemplo, refere-se à hipótese algumas vezes sugerida de que o culto da serpente teria chegado a Méroe, e talvez a outras partes da África, vindo da Índia. Esses poucos exemplos bastam para ilustrar a importância de se adotar uma abordagem cautelosa.

Antes de enfocar os vestígios – quer sejam seguros, hipotéticos ou improváveis – das relações do Egito com o restante do continente na Antiguidade, devemos observar que, seja qual for a tese finalmente adotada com respeito ao povoamento antigo do Egito[5], parece haver uma considerável discrepância cronológica e tecnológica entre este último e as civilizações periféricas[6]. Embora do ponto de vista tecnológico fizesse parte da África, a cultura egípcia desligou-se do seu meio meridional e ocidental. Evidentemente o Egito passou a desconfiar ainda mais dos seus vizinhos do norte quando estes se tornaram uma ameaça. O Egito faraônico sentia-se culturalmente defasado em relação a seus vizinhos. E não há dúvidas de que os ultrapassou, embora as causas desse avanço sejam

2 MEYEROWITZ, E. L.-R. p. 31.

3 Observe-se que o problema da autocriação não se limita a Ptah (um semideus, mas patrono de todos os artesãos), estendendo-se também a Rá e outras deidades. Ao que parece, existiu no Egito um mito geral subjacente, entre vários grupos locais e, talvez, em diferentes períodos.

4 Ver LECLANT, J. 1956b. Cap. 10.

5 Ver Cap. 1 e a súmula do Simpósio do Cairo.

6 H. J. HUGOT (1976. p. 76) assinala que quando o Egito foi unificado, por volta de - 3200, o Neolítico saariano atingia seu ponto culminante, rejeitando categoricamente a hipótese ocasionalmente formulada de que o homem neolítico egípcio seria de origem saariana (p. 73).

de difícil compreensão. A partir daí, ainda que permanecesse a solidariedade étnica, profundas diferenças quanto ao modo de vida acabaram por distanciar os egípcios dos povos vizinhos. É de fundamental importância perceber as razões desse processo – sobretudo se se admite uma identidade étnica entre os egípcios e seus vizinhos do sul – uma vez que esclareceriam em que medida a escrita foi adotada como instrumento de coesão social e cultural no vale do Nilo. Esse é o problema que a pesquisa deveria focalizar. A adoção e a utilização da escrita seriam fatos ligados a fenômenos biológicos e naturais, um acidente essencial relacionado ao espírito do povo, ou simplesmente o produto necessário de uma cultura num determinado estágio de integração política e social?

O Simpósio do Cairo (1974) enfatizou a estabilidade étnica e cultural do Egito durante os 3 mil anos de governo faraônico. O baixo vale do Nilo foi como uma esponja que, por mais de trinta séculos, absorveu as infiltrações ou imigrações oriundas de várias periferias, exceto nas épocas em que se intensificava a pressão de povos estrangeiros. A oeste, e também ao sul, povos que mantinham entre si diferentes graus de parentesco eram confinados em seu habitat pelas fortificações das fronteiras egípcias, ou então considerados úteis ao vale enquanto fornecedores de alimentos ou homens para a sua defesa. A não ser por esse sentimento de particularidade egípcia, que se desenvolveu gradualmente e era talvez característico apenas das classes altas da sociedade, torna-se difícil saber como os egípcios se comportavam em relação aos seus vizinhos mais próximos. Considerava-se que estes – assim como todos os outros povos com os quais os egípcios mantinham contato – tinham a obrigação natural de contribuir com homens e riquezas para a civilização faraônica. Desde o início, o tributo constituía um dos símbolos de submissão dos povos vizinhos do Egito, e o não-pagamento implicava o envio de expedições punitivas. No entanto, a atitude dos vizinhos nem sempre era de resignação e passividade. O Egito nem sempre estava em condições de ditar-lhes ordens; suas relações com a África variaram com os séculos.

Os vizinhos do ocidente: Saarianos e Líbios[7]

Admite-se, de modo geral, que durante o período pré-dinástico decresceram os frequentes intercâmbios humanos com o Saara. Pouco se sabe a respeito

7 Quero registrar aqui meus agradecimentos ao professor T. GOSTYNSKY, autor de uma monografia sobre a Líbia antiga, que ele gentilmente enviou à Unesco a fim de facilitar a elaboração deste capítulo. Utilizei-a em diversas ocasiões.

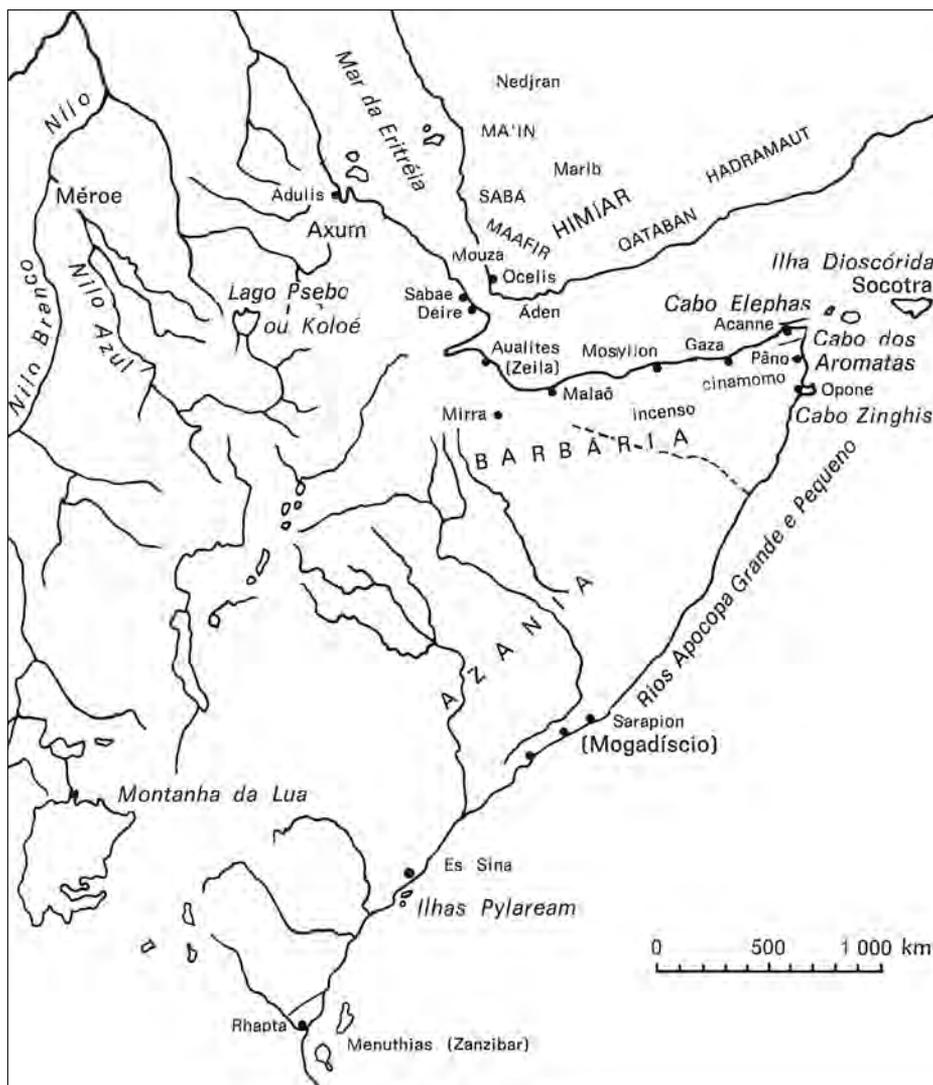



FIGURA 4.1 O Chifre da África e as regiões vizinhas na Antiguidade.

desses intercâmbios, chegando-se por vezes a argumentar que não existiram[8]. É certo que durante o período dinástico o Egito exerceu influência sobre o Saara, embora também pouco se saiba sobre isso[9].

Para os egípcios do período dinástico, de fato – segundo as pesquisas mais recentes –, os saarianos eram principalmente os líbios, que paulatinamente se concentraram no norte de um dos desertos mais vastos e inóspitos do mundo. Era outra a situação no Neolítico, quando a rápida expansão do deserto – intensificada durante o período dinástico – forçou os líbios, pastores e caçadores, a recuarem para a periferia do seu habitat anterior, quando não os levou a bater, famintos, à porta do paraíso nilótico, cujo acesso lhes era proibido. Sua pressão continuou a se exercer ininterruptamente, mas poucas vezes com êxito, exceto, talvez, na parte ocidental do Delta, onde a população saariana é, sem dúvida, antiga e homogênea. Nos grandes oásis cercados por desertos – Kharga, Dakhla, Farafra e Siwa –, a aristocracia egípcia dedicava-se à caça, assumindo uma obrigação que originalmente cabia ao rei. Combater e aniquilar os habitantes do deserto (mesmo a inofensiva lebre) significava ajudar a manter a ordem cósmica, pois o deserto pertencia a Seth e ao caos primordial, que ameaçava constantemente voltar à Terra e destruir a ordem (*Maât*), desejada pelos deuses e pela qual o faraó era responsável. Assim, a caça não era simplesmente um agradável passatempo das classes privilegiadas. Tinha um significado religioso profundo.

Quando se caminhava para o sul, com destino ao Chade, ou para o norte, rumo ao Fezzan e ao Níger, era preciso atravessar aqueles oásis. Contudo, não dispomos hoje de nenhuma prova de que tais rotas tivessem sido regularmente utilizadas durante o período dinástico.

Seria certamente importante realizar pesquisas sobre essas rotas, mais do que pelo próprio interesse que lhes é inerente. A arqueologia e a toponímia poderiam vir a descobrir se os egípcios utilizaram ou não as principais rotas africanas para o Tibesti, Darfur, Bahr el-Ghazal e Chade, ou para o Fezzan e Ghudamis.

8 Em várias passagens do *Relatório Final* do Simpósio do Cairo (1974). Uma das pesquisas atuais mais promissoras baseia-se em gravação em pedras e em pinturas "do Atlântico ao mar Vermelho". Embora referindo-se particularmente à Pré-história, o estudo contém grande quantidade de dados precisos.

9 HUGOT, H.-J. 1976. p. 73. Note-se, porém, a advertência (p. 82) contra conclusões apressadas de estudiosos que, por exemplo, querem reconhecer em determinados temas das pinturas rupestres do Saara (carneiros com discos solares, feiticeiros com máscaras zoomórficas, etc.) vestígios de influência da XVIII dinastia. Ele observa: "É precipitar-se e descuidar facilmente da maneira de administrar a prova científica necessária à validação de uma hipótese".

De qualquer maneira, pelo menos a partir da XIX dinastia, os líbios passaram a constituir uma reserva de mão de obra e de soldados para o Egito. Os cativos líbios, identificáveis pela pluma que usavam sobre a cabeça, tinham boa reputação como soldados, principalmente como aurigas. Frequentemente marcados a ferro, não eram utilizados nas grandes operações coletivas nem no trabalho doméstico[10]. Eram arregimentados pelo exército, onde sua proporção aumentava com o passar dos séculos e onde encontravam outros imigrantes, os núbios. Como criadores de gado, forneciam animais para o consumo dos egípcios[11]; esses animais eram recolhidos sob a forma de tributo, ou tomados durante as razias. Os líbios desempenhavam, assim, um papel econômico comparável ao dos núbios.

Naturalmente, a historiografia egípcia julgava severamente as invasões líbias, quando ocorriam[12]. Nos séculos XIII e XII antes da Era Cristã, assim como durante o Antigo Império, os líbios, levados pela necessidade, tentaram penetrar no Egito. Séti I e Ramsés II erigiram uma rede de fortificações contra os invasores e aprisionaram os mais ousados. Após duas tentativas frustradas de retomar à parte ocidental do Delta, de onde tinham sido afugentados, os líbios obtiveram de Ramsés III, no século XII antes da Era Cristã, permissão para se fixar naquela região. Em troca, passaram a ter maior participação na defesa militar do Egito. No século X, e por quase dois séculos os líbios governaram o Egito sob a XXII e a XXIII dinastias. Essa nova situação provocou fortes reações no Alto Egito, onde se fizeram tentativas de destituir os governantes líbios com o apoio do reino de Napata. A rivalidade entre guerreiros e políticos negros e brancos deu início a uma situação que se prolongaria por muito tempo na vida do Egito. A réplica imediata dos núbios foi estabelecer uma dinastia etíope criada por Peye (Piankhy).

Ao se considerarem as relações entre o Egito e outras nações, sejam elas africanas ou não, é preciso não esquecer o papel, ainda quase desconhecido, desempenhado pelo Delta. As prospecções arqueológicas nessa região do Egito, ainda insuficientes, não nos permitem ir além de algumas suposições.

10 Snefru orgulhava-se de ter capturado 11 mil líbios e 13100 cabeças de gado.

11 As inscrições mencionam importações de várias dezenas de bovinos, ovinos, caprinos e jumentos.

12 De -3000 a -1800 os egípcios conseguiram, segundo seus cronistas, conter as invasões líbias. Todas as expedições mencionadas durante esse longo período vão do Egito para a Líbia. O próprio fato de terem ocorrido revela a presença de problemas nas relações entre Egito e Líbia. De -1800 a -1300 as fontes nada dizem a esse respeito.

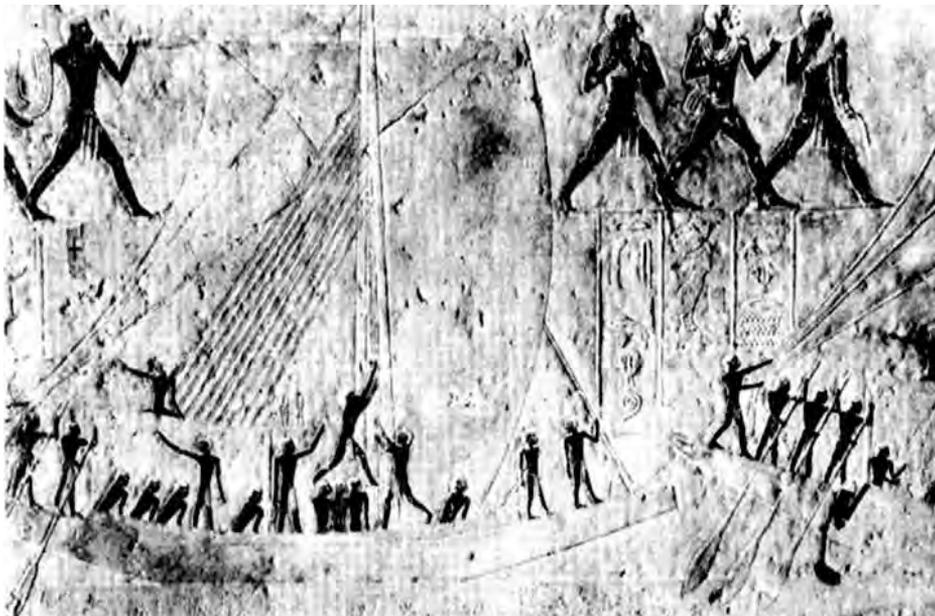
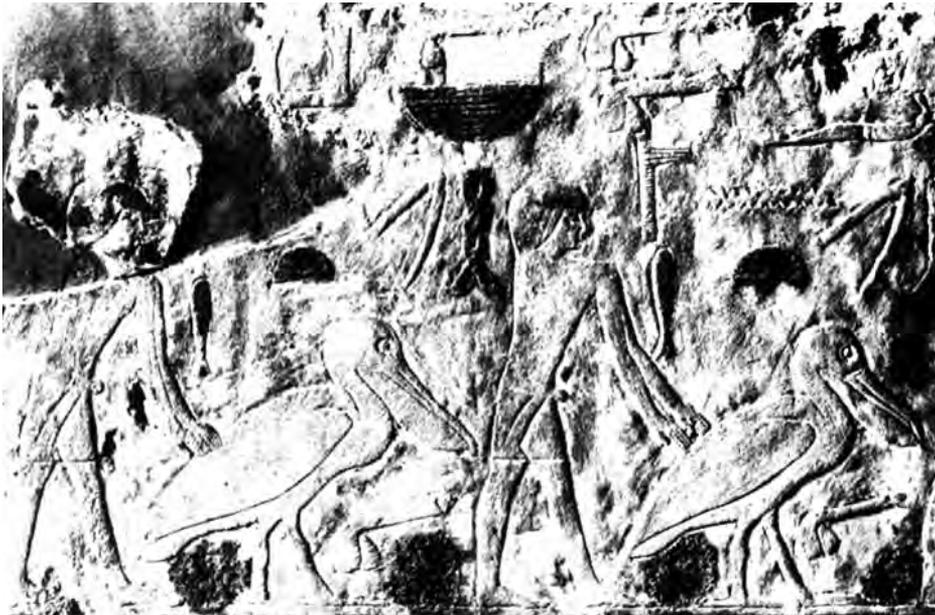



FIGURA 4.2 Pelicanos domesticados. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 188, fig. 61 (no alto). Baixo-relevo no Museu de Berlim.)

FIGURA 4.3 Operações navais. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 220-1, fig. 74-5. Mastaba de Akhet-hetep, Musée du Louvre. Foto Archives Photographiques, Paris.)

Durante o período dinástico, o Delta foi palco de frequentes migrações – por vezes maciças – de povos vizinhos do oeste, do norte e do nordeste[13]. Em maior ou menor grau, isso sempre afetou a vida do Egito. Basta recordarmos as relações do Egito com Biblos (vital para o fornecimento de madeira), o episódio dos hicsos, o êxodo dos hebreus, os ataques dos líbios e dos povos do mar, para compreendermos que o Delta sempre foi uma área de conflito nos tempos do Egito faraônico. Particularmente ao procurar desenvolver um comércio exterior complementar com a África, a Ásia e o Mediterrâneo, o Egito viu-se obrigado a exercer um rígido controle sobre a costa do Delta. Desde o início do período faraônico, o compromisso da política comercial e militar egípcia com o norte e o nordeste opunha-se, até certo ponto, ao desejo de fazer contatos com o continente africano e de penetrar no seu interior. É preciso ter em mente essa contradição fundamental sempre que se for lidar com a história egípcia. O Egito, país mediterrânico e marítimo, tinha de controlar um espaço útil aberto para o Mediterrâneo e para o norte do mar Vermelho. Varadouros bem construídos entre este e o Nilo, ao norte da Primeira Catarata, bastavam para garantir a conexão indispensável entre as bacias econômicas ocidental e oriental. Como povo africano, porém, os egípcios provavelmente se viram tentados a penetrar profundamente o interior ao longo do Nilo, ao menos até a Quarta Catarata. Teriam enfrentado, então, dificuldades como as que são discutidas em outros capítulos deste livro. Também devem ter sido atraídos pelo Chade, atravessando os vales antigos que conduzem à margem esquerda do Nilo, e pela Etiópia, rica em marfim. O maior obstáculo encontrado ao sul talvez tenham sido as extensas regiões pantanosas, que os egípcios devem ter tido dificuldades em alcançar ou atravessar, e que durante toda a Antiguidade protegeram o segredo dos vales extremos do alto Nilo. Embora tenhamos hoje condições de acompanhar com certa facilidade a história das relações do Egito com o norte e dos varadouros entre o mar Vermelho e o Nilo, lamentavelmente nos faltam dados arqueológicos sobre as relações que os egípcios mantinham, por terra, com o sul distante.

Portanto, no momento temos que recorrer a hipóteses mais ou menos prováveis baseadas em textos, na linguística, na etnologia ou, simplesmente,

13 Como enfatizado no Simpósio do Cairo, a história antiga do Delta ainda está para ser descoberta. De fato, a porção do Egito setentrional cuja pré e proto-história são conhecidas não vai muito além do Cairo atual. No Antigo Império não se dispunha de maiores informações. A faixa litorânea deve ter permanecido por longo tempo como uma extensa área fora da esfera egípcia. No IV milênio, de fato, formado o Estado egípcio, o Baixo Egito expandiu-se de Heliópolis até o Faium, e o Alto Egito, do sul do Faium até El-Kab. Assim, o Delta esteve menos envolvido, e o Alto Egito, considerado "mais africano", deteve-se com o surgimento do arenito – corretamente qualificado como núbio –, que marcou o ingresso num outro mundo, tanto étnico como político, o de Ta-Séti, a Terra do Arco.

no senso comum. Mas por muito tempo os próprios egiptólogos consideraram a história do Egito mediterrânica e branca; assim, torna-se necessária, agora, uma mudança das técnicas e dos materiais de pesquisa – e principalmente da mentalidade dos pesquisadores – para que se possa restituir a terra dos faraós ao seu contexto africano.

Os vizinhos do sul: os egípcios, as bacias do alto Nilo e suas relações com a África

As mais recentes escavações arqueológicas, cujas descobertas muitas vezes ainda permanecem inéditas, revelaram semelhanças entre a região de Cartum e o baixo vale do Nilo no período neolítico, semelhanças essas difíceis de explicar.

Com o Antigo Império, porém, essa aparente similaridade deixou de existir. Já na I dinastia, fortificações protegiam o sul do Egito contra os vizinhos meridionais. Cada vez mais, no decorrer de toda a sua longa história, diferenças políticas e culturais e interesses conflitantes separaram os territórios ao norte da Primeira Catarata daqueles que se situavam ao sul da Quarta Catarata. Apesar disso, as complexas e variadas relações entre os egípcios e os povos do sul, a quem chamavam de *nehesi,* nunca foram inteiramente rompidas.

De qualquer maneira, a Baixa Núbia interessava aos egípcios pelo ouro que produzia, e as regiões nilóticas localizadas mais ao sul, pelas rotas que conduziam ao interior africano através do Nilo Branco, dos vales saarianos ou do Darfur. O acesso ao sul foi uma preocupação constante por toda a história do Egito, o que provavelmente também explica a importância atribuída ao controle dos oásis ocidentais, outra rota de acesso paralela ao Nilo.

Desde o início do Antigo Império, o Sudão, assim como a Líbia, representou para os egípcios uma fonte de mão de obra[14], de animais e de minerais[15]. Os núbios, famosos pelos seus arqueiros, ocupavam uma posição de destaque no exército egípcio. Empregados igualmente como trabalhadores agrícolas (no Faium do Médio Império, por exemplo, as aldeias dos colonos núbios eram chamadas de “aldeias dos núbios”), eram rapidamente assimilados pela vida sociocultural

14 O faraó Snefru declarou ter trazido consigo 7 mil homens do sul, de uma terra chamada Ta-Séti *(Seti:* tipo arcaico de arco. GARDINER, A. H. 1950. p. 512. Ta-Séti: terra dos homens que carregam o arco Séti.) É interessante notar que todas as tribos sudanesas da bacia do Congo carregam o mesmo arco.

15 A partir de - 2500, fornalhas destinadas a fundir o cobre local foram instaladas pelos egípcios em Buhen, ao sul do Uadi Halfa.

egípcia. Ao final da I dinastia, é bem possível que tenham ocorrido na Núbia mudanças que perturbaram suas relações com o Egito. A lenta emergência do Grupo C, que parece só se ter constituído plenamente na V dinastia, deixa uma lacuna de cinco séculos no nosso conhecimento sobre essas relações.

O final da V dinastia marca o início das relações do Egito com o Sudão. Nesse mesmo período, criou-se um novo cargo político e econômico conhecido como "governador do sul". O detentor era responsável pela defesa da entrada meridional do Egito, pela organização dos intercâmbios comerciais e pelo favorecimento da circulação das expedições mercantis. Esse cargo requeria certas qualificações, tais como o conhecimento do comércio e das línguas faladas pelos habitantes da região. Uni, um governador do sul na VI dinastia, tinha sob seu comando recrutas vindos de diferentes partes da Núbia: *nehesi* (núbios) de Irtet, Madja, Yam, Wawat e Kau.

No final do Antigo Império as relações comerciais entre o Egito e o Sudão interromperam-se. O príncipe de Edfu, entretanto, relata na parede de seu túmulo em Mealla que tinham sido enviados cereais a Wawat com o propósito de evitar a fome. Fato que vem provar a continuidade das relações entre o Egito e a Núbia naquela época. Além disso, os soldados núbios desempenharam um importante papel nas batalhas do Médio Egito durante o Primeiro Período Intermediário. Miniaturas em madeira pintada representando um grupo de vigorosos arqueiros núbios mostram a importância que os egípcios atribuíam ao soldado sudanês.

Nessa época, porém, o desenvolvimento do Grupo C na Baixa Núbia talvez tenha sido responsável, ao lado dos conflitos ocorridos durante o Primeiro Período Intermediário, pelo declínio das relações entre egípcios e sudaneses.

Pouco se sabe, no momento, sobre os povos do Grupo C. Durante muito tempo pensou-se que se haviam infiltrado lentamente no vale do Nilo; atualmente, porém, são considerados simples. sucessores dos povos do Grupo A. Seja qual for a razão, o fato é que as relações entre esses povos e os egípcios sempre foram difíceis. Diversas peças de cerâmica, descobertas perto de Djebel Kekan, junto de Khor Baraka em Agordat (Eritreia), hoje no museu de Cartum, assemelham-se a cerâmicas do Grupo C encontradas na Baixa Núbia. Isso nos leva a perguntar se os povos desse grupo não teriam sido forçados, por alguma razão (seca, presença de forças egípcias na Núbia), a abandonar a Baixa Núbia, provavelmente durante a XII dinastia. Esses povos teriam então deixado suas habitações no vale do Uadi el-Alaki, rumando para as montanhas do mar Vermelho, onde vivem hoje as tribos Beja. Da mesma maneira, alguns povos de língua núbia vivem hoje nos montes Nuba, no sul do Kordofan. Pode-se admitir,

então, que o Sudão tenha testemunhado uma migração do Grupo C, partindo do norte em direção ao sul e oeste.

O Império de Kerma, no sul, menos diretamente afetado pela invasão egípcia, sofreu influência do Egito no plano cultural desde -2000, mas conservou identidade própria até o seu término, por volta de -1580. Os egípcios acabariam por dar a essa cultura, conhecida desde -2000, o nome de *Kush;* termo que empregavam para caracterizar o reinado que se estabeleceu ao sul da Segunda Catarata após -1700.

No início do Médio Império, os reis do Egito, ameaçados pelos beduínos asiáticos, ao que tudo indica, pediram ajuda aos habitantes do Sudão. Mentuhotep III, fundador da XI dinastia, talvez fosse negro, fato que poderia explicar o reatar de relações entre Egito e Sudão, interrompidas durante o Primeiro Período Intermediário. É bem provável que alguns egípcios tenham chegado ao interior do Sudão. Pelas estelas[16] encontradas em Buhen, sabemos que várias famílias viveram por longo tempo na Núbia durante o Médio Império; tinham nomes egípcios e cultuavam os deuses locais[17]. Os reis desse período construíram catorze fortificações na Núbia a fim de proteger as fronteiras e as expedições comerciais.

Quando os hicsos tomaram as regiões setentrional e central do Egito, Kush reforçou sua independência e seu poder. O reino de Kush constituía um perigo em potencial para os faraós. Um texto egípcio recentemente descoberto revela que durante a batalha contra os hicsos, Kamósis, o último faraó da XVII dinastia, foi informado da captura de um mensageiro enviado pelo rei dos hicsos para propor ao soberano de Kush que se aliasse a ele contra os egípcios. Com a XVIII dinastia, a pressão contra o Sudão uma vez mais se fortaleceu, e as relações ampliaram-se numa escala sem precedentes[18]. Simultaneamente, tomou impulso a egipcianização das regiões entre a Segunda e a Quarta Catarata. No reino de Tutmósis III modificou-se a forma dos sepulcros da região. Em lugar de túmulos, construíram-se sepulcros com formas egípcias, e, em vez de sepulcros de pedra, construíram-se pequenas pirâmides semelhantes às encontradas em

16 VERCOUTTER, J. 1957. pp. 61-9. A datação adotada por J. VERCOUTTER neste artigo foi recentemente colocada em discussão: para J. VERCOUTTER, as estelas pertencem antes ao Segundo Período Intermediário e são praticamente contemporâneas dos hicsos.

17 POSENER, G. 1958. p. 65: “Esse reino [Kush] foi colonizado pelo Estado faraônico. Durante muitos séculos esteve sob o domínio da civilização egípcia, de seus hábitos, linguagens, crenças e instituições. Toda a história da Núbia carrega a marca dos seus vizinhos do norte”.

18 Trata-se do período em que, por razões ainda hoje não esclarecidas, a iconografia egípcia mostra uma grande alteração na maneira de representar os negros africanos. Muitas hipóteses foram levantadas, inclusive a de que os contatos com o restante do continente se expandiram naquela época.

Deir el-Medina. Daí a semelhança das cidades de Buhen e de Aniba com as cidades do Egito. Do mesmo modo, localizaram-se *ushabtis* e escaravelhos nos sepulcros do Sudão. Os desenhos e os nomes dos túmulos dos príncipes foram gravados em estilo tipicamente egípcio. O sepulcro de Heka-Nefer[19], príncipe de Aniba no reinado de Tutancâmon, lembra os túmulos de pedra egípcios. Simpson chegou a supor que sobre esse sepulcro tivesse sido erguida uma pirâmide no estilo daquelas de Deir el-Medina. O túmulo de Dhuty-Hetep, príncipe de Debeira no reinado da rainha Hatshepsut, assemelha-se aos de Tebas.

A Núbia e o Egito até então nunca estiveram tão próximos. Em -1400 foi construído o templo de Soleb. O papel militar, e por vezes administrativo, exercido pelos sudaneses tornou-se mais importante do que nunca, culminando com a ascensão da dinastia etíope. Mas, embora egipcianizados, os habitantes dos altos vales não se tornaram egípcios: uma cultura distinta continuava a se expressar, se bem que em moldes egípcios, mesmo na época da XXX dinastia.

Esta dinastia restabeleceu para o Egito uma dimensão africana que está registrada em duas passagens da Bíblia: quando Deus protege os hebreus contra o ataque dos assírios, ao incutir no rei, durante um sonho, o temor de que viesse a ser atacado por Tir-Hakah[20], rei da Etiópia, e quando o rei dos hebreus, Ezequias, propõe uma aliança entre o faraó e o seu povo[21].

São esses os últimos grandes momentos de unidade.

A conquista de Tebas pelos assírios coincidiu com a ascensão do Império Meroíta no sul. A defesa dessa região contra os ataques do norte tomou-se indispensável, visto que os exércitos egípcios, a partir dessa época, passaram a incorporar enormes contingentes de mercenários hebreus, fenícios e gregos. Por falta de investigações suficientes, pouco se sabe sobre as relações, por certo difíceis, entre o Novo Império nilótico e o Egito.

Punt

A exemplo do que ocorre com outros problemas da história africana, gastou--se muita tinta, nem sempre de boa qualidade, com o propósito de se localizar o legendário reino de Punt, com que os egípcios mantiveram relações pelo

19 SIMPSON, W. K. 1963.

20 2 Reis, 19:9, e Isaías, 37:9.

21 REICHHOLD, W. O autor oferece uma tradução interessante de uma passagem do capítulo 17 do Livro de Isaías, a do envio de um mensageiro ao faraó negro: “Vai, mensageiro veloz, até o povo alto e bronzeado, ao povo sempre temido, à nação poderosa e conquistadora cuja terra os rios dividem”.

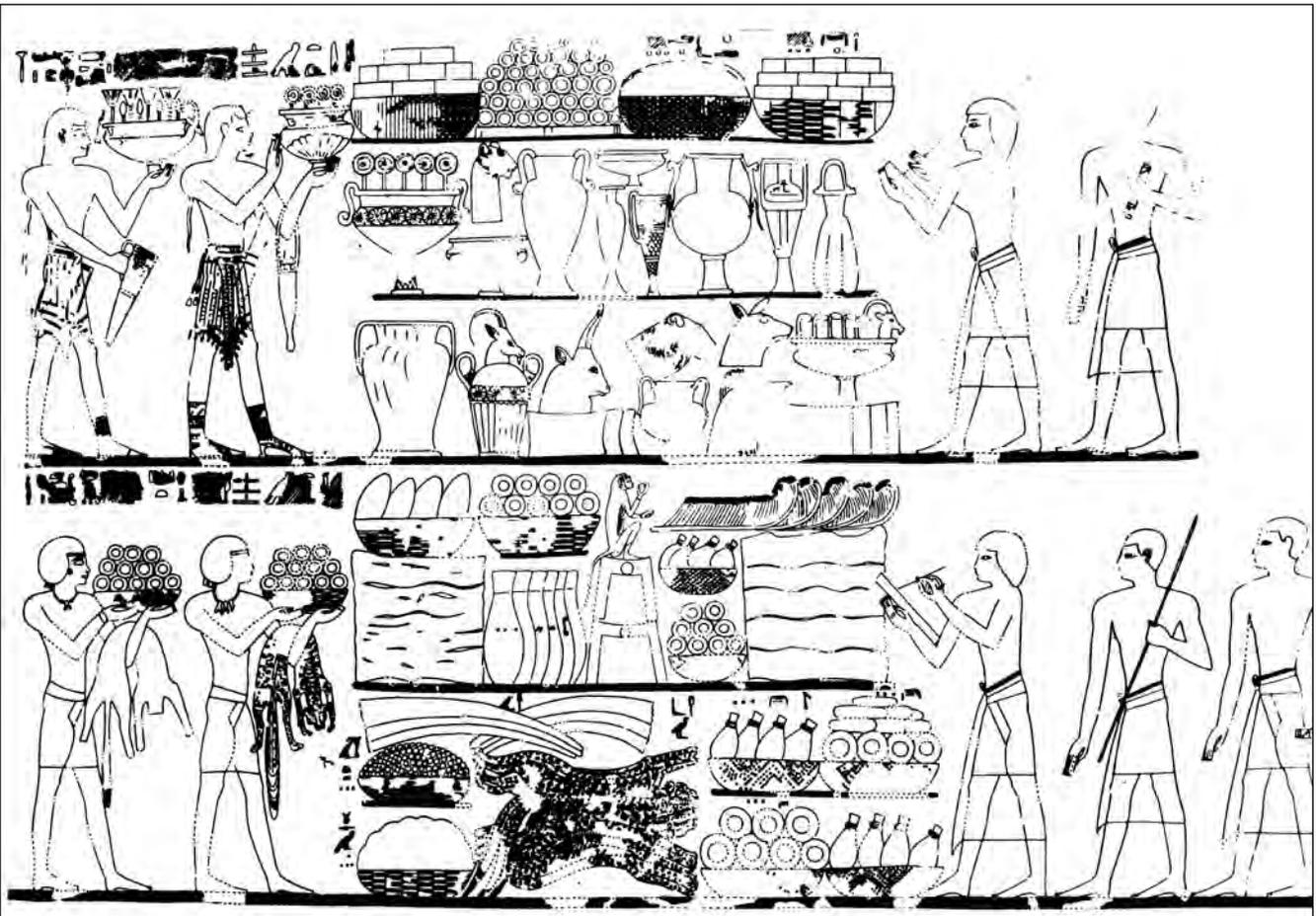



FIGURA 4.4 Tributo núbio de Rekhmira.

menos durante o Novo Império, e que aparece nas imagens de Deir el-Bahari. Foram feitas tentativas para localizar essa nação no Marrocos, na Mauritânia, no Zambeze e em outras regiões[22]. Hoje existe quase um consenso quanto à localização de Punt no Chifre da África, embora ainda persistam muitas dúvidas com relação a seus limites precisos[23]. Há uma teoria instigante segundo a qual Punt se localizaria na parte da costa da África que se estende do rio Poitialeh, ao norte da Somália, até o cabo Guardafui. Trata-se de uma região montanhosa com plantações dispostas em terraços que lembram aqueles representados em Deir el-Bahari e onde as árvores crescem em abundância, incluindo-se o bálsamo, de que se extrai o incenso.

Os navios da rainha Hatshepsut teriam atracado numa enseada da região hoje conhecida como Goluin, de onde o antigo rio Elephas corria em direção ao oceano. Essa localização e a referência aos navios da rainha Hatshepsut que rumavam para Punt sugerem que os egípcios utilizavam uma rota marítima para chegar à terra estrangeira. Recentemente R. Herzog tentou mostrar que isso não correspondia aos fatos e que as relações egípcias com Punt se davam por terra. Essa teoria provocou fortes reações em contrário[24].

Uma pesquisa recente[25] levou à descoberta, na costa do mar Vermelho – ao norte de Quseir, na desembocadura do Uadi Gasus – de vestígios de ligações egípcias com Punt. O pesquisador assim transcreveu uma das inscrições: "Rei do Alto e do Baixo Egito, Kheperkare[26], amado do deus Khenty-Khety, filho de Rá, Sesóstris, amado de Hátor, senhora de Pwenet [Punt]". Outra inscrição contém a seguinte passagem: "(...) a Mina de Punt, para alcançá-la em paz e retomar em paz". Essas inscrições, respaldadas por outras, confirmam que as expedições a Punt se faziam por mar. Lamentavelmente, devido ao local em que foram encontradas, não oferecem indicações referentes à posição geográfica de Punt.

Assim, ao que parece, já se chegou virtualmente a um acordo quanto ao fato de os navios egípcios irem a Punt em busca do valioso incenso e de diversos

22 R. HERZOG (1968. pp. 42-5) apresenta uma lista completa das teorias sobre o assunto.

23 Id., ibid.

24 Ver, por exemplo, KITCHEN, K. A. 1971. No entanto, descobertas arqueológicas recentes em países localizados entre Punt e o Egito não podem justificar a rejeição, sem um estudo aprofundado, da hipótese de R. HERZOG.

25 SAYYD, Abd el-Halim. (*Mana'im*). 1976.

26 A inscrição refere-se a Sesóstris I (cerca de - 1970 a - 1930), e textos egípcios mencionam expedições a Punt bem anteriores a essa data, durante o Antigo Império.

outros produtos antes fornecidos pela Arábia do Sul. Houve até mesmo uma tentativa de reconstituição da rota percorrida por esses navios[27].

Há quem afirme que vários faraós tentaram alcançar regiões mais distantes. Uma expedição a Punt no reinado de Ramsés III é descrita no papiro de Harris: "A frota (...) cruzou o mar Muqad". Os navios alcançaram o sul do cabo Guardafui, chegando talvez até o cabo Hafun no oceano Índico. Mas essa rota era bastante perigosa devido às tempestades que se abatiam sobre a área. Talvez possamos concluir que o cabo Guardafui era, ao sul, o ponto extremo alcançado pelos navios que se dirigiam a Punt, e que os limites meridionais de Punt ficavam próximos do cabo Guardafui. Quanto aos limites setentrionais, pode-se dizer que se foram modificando com o correr dos séculos.

Segundo P. Montet, o problema pode ser considerado sob um outro ângulo. Escreve ele[28]: "(...) o país de Punt situava-se certamente na África – segundo uma estela do período saíta, o regime do Nilo era afetado quando chovia nas montanhas de Punt – mas se estendia até a Ásia, conforme a expressão geográfica *Punt da Ásia,* da qual o único exemplo (ainda inédito) foi encontrado em Soleb. A luz dessas indicações, temos condições de identificar nas duas praias da terra do deus as margens do estreito de Bab el-Mandeb. Mais uma prova é o fato de a árvore da qual se extrai o incenso crescer tanto na Arábia Felix como na África"[29].

Podemos distinguir etapas sucessivas nas relações entre Egito e Punt.

A primeira antecedeu o reinado da rainha Hatshepsut. Naquela época, os egípcios possuíam muito poucas informações sobre Punt. Obtinham incenso através de intermediários, que multiplicavam as lendas sobre esse país distante com a intenção de aumentar o preço do produto. Os poucos egípcios que, ao que se sabe, concluíram a viagem a Punt eram homens arrojados. Um habitante de Assuã, no Antigo Império, diz: "Parti onze vezes em expedição com meu senhor, mais os príncipes e tesoureiros do deus Khui e do deus Téti, em direção a Kush, a Biblos e a Punt" [30].

A segunda etapa começou com a rainha Hatshepsut. Uma frota de cinco navios, segundo o artista que ornamentou o templo de Deir el-Bahari, foi enviada com ordens para trazer árvores que produziam incenso. Perehu e sua esposa –

27 Pesquisa realizada por K. A. KITCHEN, 1971.

28 MONTET, P. 1970. p. 132.

29 K. A. KITCHEN (1971. p. 185) observa que a teoria é inaceitável, já pela simples presença da girafa entre os animais característicos de Punt.

30 BREASTED, J. H. 1906. I, § 361.

que era disforme[31] –, a filha e um grupo de nativos são representados recebendo a expedição e trocando cumprimentos, presentes e produtos sabidamente provenientes de Punt. Três grandes árvores foram plantadas no jardim do deus Ámon e atingiram uma altura tal que o gado podia passar por debaixo delas.[32] Sob as árvores aparecem, amontoados, outros presentes, tais como marfim, cascos de tartaruga, gado com chifres longos e curtos, "mirras com as raízes envoltas na terra de que foram arrancadas (como faz hoje um bom jardineiro), incenso seco, ébano, peles de pantera, babuínos, chimpanzés, galgos, uma girafa, etc.".

Numa câmara do mesmo templo há uma representação do nascimento divino de Hatshepsut, em que sua mãe, Amósis, é despertada pelo aroma do incenso originário da terra de Punt. Nesse caso, a associação do nome de Punt com a origem divina da rainha é um indício da amizade que a rainha do Egito mantinha com Punt, cujos habitantes adoravam Âmon.

As pinturas que retratam essa expedição fornecem-nos informações sobre a vida na terra de Punt, seus habitantes, suas plantas e seus animais, suas cabanas de forma cônica construídas sobre estacas, em meio a palmeiras, ébanos e mirras.

A julgar pelas pinturas de Punt encontradas nos templos, nada há de novo para ser registrado após o reinado da rainha Hatshepsut. Os textos mencionam a chegada dos habitantes de Punt ao Egito. A partir de então, Punt aparece nas listas de povos vencidos, o que, em vista da grande distância que separa os dois países, parece bastante improvável. Exigia-se que os chefes de Punt levassem presentes ao faraó. Este encarregava um dos seus subordinados de receber os chefes e os presentes. Há alguns indícios de comércio, nos portos do mar Vermelho, entre habitantes de Punt e egípcios, assim como de transporte de mercadorias de Punt, por via terrestre, entre o mar Vermelho e o Nilo (tumba de Âmon-Mósis em Tebas e tumba n.º 143).

Pouco antes do final do reinado de Ramsés IV, cessaram as relações com Punt. Mas a lembrança desse país ficou gravada na memória dos egípcios.

---

31 Principalmente por sua esteatopigia.

32 D. M. M. DIXON (1969. p. 55) é da opinião de que o êxito da plantação da mirra que a expedição de Hatshepsut trouxe para o seu templo foi apenas temporário. "Apesar do êxito parcial e temporário, as experiências de transplantação foram um fracasso. As razões exatas desse fracasso só serão esclarecidas quando se estabelecer a identidade botânica da(s) árvore(s) que produz(em) o incenso – o que não poderá ser feito com base nas representações egípcias convencionais. Enquanto isso, tem-se sugerido que, devido a interesses comerciais próprios, os puntitas teriam frustrado deliberadamente a experiência egípcia". Se o êxito tivesse sido de curta duração, os reis que sucederam Hatshepsut não teriam prosseguido com a importação das árvores, como fizeram, por exemplo, Amenófis II (tumba n.° 143, em Tebas), ou Ramsés II e Ramsés III, que ordenaram sua importação.

Talvez devêssemos incluir entre os testemunhos dessas relações antigas o fato de um "encosto para cabeça" receber, em somali moderno, o nome de *barchi* ou *barki,* semelhante à designação que recebia em egípcio antigo. Além do mais, os somalis denominam o ano-novo "Festa do faraó".

O restante da África

Os esforços de um povo ou de seus líderes para estabelecer relações com outras nações têm origem numa diversidade de fatores que, em última instância, podem geralmente ser reduzidos a termos simples. As *necessidades* constituem um poderoso estímulo à exploração e à procura de relações estáveis. O Egito precisava dos produtos africanos, como marfim, incenso, ébano e, de modo mais geral, madeira. Quanto à última, uma fonte alternativa era, evidentemente, o Oriente Próximo. Todavia, a utilização da madeira originária do interior da África só pode ser comprovada através de um exame da totalidade dos testemunhos egípcios.

As relações do Egito com o restante da África são vistas frequentemente como um fluxo unilateral, como uma difusão da cultura egípcia para o exterior. Tal óptica ignora o fato de o Egito ter dependido materialmente da venda de determinados produtos africanos. Consequentemente, as influências devem ter sido recíprocas. Nesse campo tudo ainda está por fazer, e a investigação é trabalhosa. A ecologia sofreu transformações entre os tempos remotos do Império e o aparecimento dos gregos no Egito. A reconstituição da antiga rede de intercâmbio de mercadorias a partir de textos e representações – que fornecem, no máximo, indícios indiretos – exige extensa e minuciosa pesquisa fundamentada na arqueologia e na linguística. O que ciências como a arqueologia nos têm ensinado nos últimos anos sobre o antigo comércio da obsidiana – mineral muito apreciado nos tempos pré--históricos – deve nos incitar à paciência e à cautela, mas também infundir-nos a esperança de chegar a resultados ainda insuspeitados.

Uma expedição marítima pelas costas da África ao tempo do faraó Necau II (-610 a -595) atraiu a atenção de pesquisadores, mas nem todos concordam quanto à exatidão histórica dos fatos registrados, um século mais tarde, por Heródoto.

"A Líbia é circundada pelo mar, exceto na região fronteiriça com a Ásia; quem por primeiro comprovou esse fato, ao que sabemos, foi Necau, rei do Egito. Após concluir a abertura do canal que liga o Nilo ao golfo Arábico, Necau enviou navios tripulados por fenícios, incumbindo-os de, na viagem de volta,

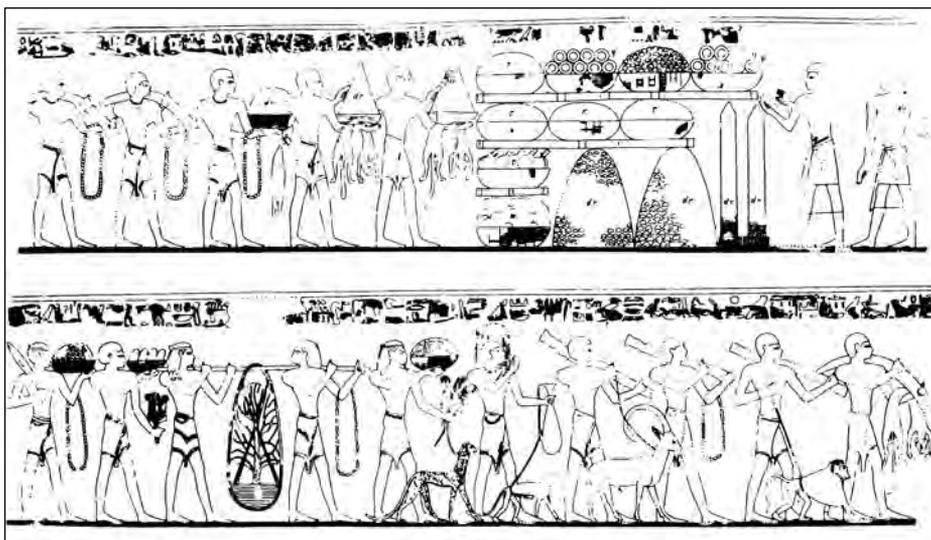
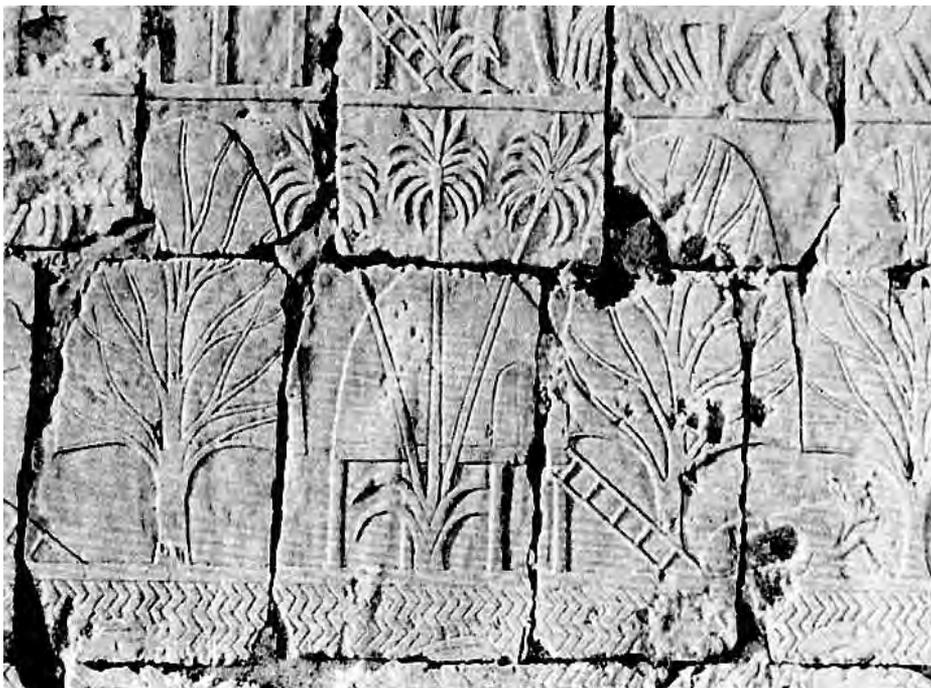



FIGURA 4.5 Habitações do reino de Punt.

FIGURA 4.6 Tributo de Punt.

contornarem as Colunas de Hércules até atingir o mar, ao norte, e daí rumarem para o Egito. Assim, os fenícios partiram do mar Vermelho e navegaram pelo mar Austral. Sempre que chegava o outono, em qualquer parte da Líbia que estivessem, desembarcavam e semeavam a terra, e ali aguardavam a safra; em seguida, realizada a colheita, partiam. Assim, passados dois anos, ao terceiro contornaram as Colunas de Hércules e voltaram para o Egito. Lá, relataram que durante a viagem viram o sol à sua direita (há quem acredite nisso, mas não eu). Foi assim que se obteve a primeira informação sobre a Líbia"[33].

No texto, Líbia significa, naturalmente, todo o continente africano, e as Colunas de Hércules são o estreito de Gibraltar. Os fenícios partiram do seu próprio país, recentemente conquistado por Necau II. Assim, o problema continua sem solução. J. Yoyotte[34] acredita na autenticidade do relato e dos fatos que descreve. Há poucos anos criou-se na França uma associação – a Associação Punt –, com o objetivo de realizar novamente a viagem pela África tal como foi descrita por Heródoto, usando para isso um navio especialmente construído segundo as técnicas egípcias antigas. Mas não faltam os céticos, para os quais as passagens de Heródoto não se referem à circunavegação do continente, ou que contestam a própria autenticidade de toda a questão. Como no caso do périplo de Hanão, a batalha entre os pesquisadores do assunto parece estar longe de terminar.

Necau II, bastante recente na linhagem dos faraós, empreendeu várias outras obras. A ele atribui-se o primeiro grande trabalho de construção de um canal, cujo traçado ainda é objeto de dúvida entre os historiadores. Esse canal talvez ligasse o Mediterrâneo ao mar Vermelho; o mais provável, porém, é que unisse o Nilo ao mar Vermelho que, de fato, esteve aberto à navegação por vários séculos e que, na área islâmica, foi da maior importância para as relações entre o Egito e a Arábia.

Deveríamos também atribuir à curiosidade e ao gosto pelo exótico a expedição de Harkhuf, a mando de Pépi II, a qual suscitou conclusões contraditórias e inaceitáveis? Como veremos mais adiante[35], Harkhuf levou para Pépi II um anão dançarino originário da terra de Yam. Alguns chegaram a concluir, com base na hipótese insustentável de que o anão era um pigmeu[36], que este exemplo único prova a existência de relações entre o Egito, o Alto Nilo e o Chade. É bem

33 HERÓDOTO. IV, 42.

34 YOYOTTE, J. 1958. p. 370.

35 Ver capítulos 8, 9, 10 e 11.

36 P. MONTET (1970. p. 129) faz uma observação mais cautelosa sobre o assunto: "Antes de Harkhuf, um viajante de nome Bawerded trouxe consigo um anão dançarino, nativo da terra de Punt".

verdade que a expedição de Harkhuf pertence ao domínio da história, ao passo que muitas outras se revestem de um caráter lendário ou fictício[37]. Contudo, pouco se sabe sobre o antigo habitat dos pigmeus, sendo, portanto, arriscado afirmar que eram encontrados em grande número nas regiões superiores das bacias do Nilo[38]. Além disso, não há provas de que o tal anão fosse um pigmeu, e até o momento não se sabe com certeza onde se situava a terra de Yam[39].

Como se vê, os indícios de contatos relacionados à curiosidade científica ou ao gosto pelo exótico são incertos e inconsistentes. A observação bastante comum de que a fauna africana está presente na iconografia egípcia não constitui de modo algum, no estádio atual dos nossos conhecimentos, prova decisiva da existência de relações entre o Egito e o interior da África. O babuíno, animal sagrado de Tot, e as peles de pantera, que faziam parte dos paramentos sacerdotais no ritual do culto de Osíris oficiado por Hórus, e também das vestes dos faraós, podem ter sido provenientes de países fronteiriços ou mesmo de trocas eventuais entre mercadores. Uma avaliação segura da extensão do conhecimento que os egípcios tinham da África só será possível após intensa pesquisa no sentido de investigar a cronologia e o significado qualitativo e quantitativo das diversas referências a animais encontradas em textos e imagens egípcios.

Quer as relações com a África tenham sido estabelecidas por necessidade, quer por curiosidade, os indícios coletados são por demais inconsistentes e sua interpretação é muito difícil e controversa para que possamos, nesse momento, chegar a qualquer conclusão. Existem, entretanto, vários caminhos abertos para uma investigação frutífera.

O leitor não deve,portanto, ficar com a impressão de que o que segue é aceito sem restrições ou está provado, embora seja perfeitamente justificável registrar algumas hipóteses e enfatizar a conveniência de se realizarem mais pesquisas.

É lícito que se pergunte – e até hoje quase ninguém o fez – se os egípcios tinham condições de utilizar o estanho nigeriano. Nos tempos antigos, havia dois pólos conhecidos de produção de estanho: a Cornualha e as Índias Orientais. Seria absurdo supor que Nok teve origem nas antigas minas de estanho em Bauchi, com um mercado no vale do Nilo?[40] Por ora, trata-se meramente de

37 GIRGÜS, M. 1963.

38 Sobre as variações quanto à localização dos pigmeus, ver PRÉAUX, C. 1957. pp. 284-312.

39 R. HERZOG (1968) é da opinião de que Harkhuf alcançou os pântanos de Swadi ou as colinas do Darfur. T. SAVE-SODERBERGH (1953. p. 177) situa a terra de Yam ao sul da Segunda Catarata e acredita que "os oásis da Líbia" ao sul do Nilo teriam servido como pontos de muda para expedições que se dirigiam ao sul e que prenunciam as futuras caravanas do Darfur.

40 Para uma crítica a esta suposição, ver o artigo de SCHAEFFER, em *FEA*. Na sua opinião, o estanho utilizado pelos egípcios teria vindo da África.

uma hipótese acadêmica, mas que merece ser investigada: se os resultados fossem positivos, elucidariam muitos aspectos das relações entre o Egito antigo e a África mais ao sul, atualmente tão difíceis de compreender. Para tanto, seria fundamental um exame minucioso, em todos os níveis e com a ajuda de todas as disciplinas, de quaisquer vestígios remanescentes nas regiões de passagem, como Darfur e Bahr el-Ghazal, Nesse campo, como em tantos outros, quase tudo está por fazer. Através de pesquisas extensas e minuciosas, os etnólogos poderiam acrescentar novos dados a essa difícil questão.

Muito se tem perguntado se o encosto para cabeça com base de coluna inventado pelos egípcios não se teria difundido, juntamente com sua civilização, por outras regiões da África[41]. Mais uma vez, é preciso ter cautela e evitar a tentação do difusionismo. Seria esse encosto – assim como outros exclusivamente africanos – originário do Egito? Não estariam presentes em outras culturas distantes da África? Não seriam eles de natureza funcional, podendo, por conseguinte, terem sido inventados em diferentes lugares, distantes uns dos outros?

Em outro campo, seria possível concluir – como fazem alguns pesquisadores talvez um pouco precipitados – que toda e qualquer forma de "realeza sagrada" na África é de origem egípcia, resultado de um relacionamento físico e histórico entre o Egito antigo e seus criadores africanos?[42] Não seria plausível pensar em desenvolvimentos espontâneos mais ou menos distantes no tempo?

Quais teriam sido as rotas percorridas pelo culto ao carneiro, animal sagrado de Âmon adorado em Kush, no Saara, entre os Ioruba e os Fon? Por enquanto, devemos nos limitar a registrar todas essas semelhanças e presenças, evitando as conclusões apressadas[43].

Em diversos campos, é possível apontar semelhanças entre as técnicas, práticas e crenças do Egito antigo e as da África, de origem mais ou menos recente. Um dos exemplos mais atraentes é, à primeira vista, o do "duplo" da pessoa física (chamado de *Ka* no antigo Egito), a quem os egípcios atribuíam grande importância, assim como o fazem hoje várias sociedades da África. As formas de pós-vida desses "duplos" entre os Bantu, os Ule ou os Akan, por exemplo, tentam-nos a associá-las com as concepções egípcias da época dos faraós[44].

41 Uma observação sobre os encostos para cabeça com base de coluna dos antigos egípcios e sobre as afinidades etnográficas reveladas pelo seu uso, feita por E. T. HAMY no livro de G. PARRINDER, p. 61, dá-nos um bom exemplo de um encosto de cabeça africano, em exposição no Museu Britânico. Um outro foi descoberto no Fezzan: DANIELS, C. M. 1968b.

42 Ver HUNTINGFORD, G. W. B. In: OLIVER, R. & MATHEW, G. pp. 88-9, e DAVIDSON, B. 1962. p. 44.

43 WAINWRIGHT, G. A. 1951.

44 S. SAUNERON (Paris, 1959. p. 113) chama a atenção para a vantagem dessa associação, mas recomenda cautela.

Há muito tempo tem-se observado que os Dogon enterram sua cerâmica para magia – e não são, de maneira nenhuma, os únicos a fazê-lo. Esse costume foi comparado ao dos egípcios, que colocavam em gamelas fragmentos de cerâmica inscritos com os nomes dos inimigos, enterrando-as em locais específicos. Também se chegou a comparar os ritos de inumação egípcios com os que eram oficiados por ocasião dos funerais dos reis de Gana no século XI antes da Era Cristã, conforme a descrição de al-Bakri.

Seria interminável a lista de práticas semelhantes acumuladas durante décadas por estudos de caráter mais ou menos científico. A linguística, por si só, oferece um vasto campo de pesquisa, em que as probabilidades, até o momento, superam as certezas.

Tudo isso nos leva a concluir que a civilização egípcia provavelmente exerceu influência – embora não se saiba ainda em que medida – sobre as civilizações africanas mais recentes. Ao se procurar abordar essas últimas, seria prudente considerar também a influência em sentido contrário, isto é, até que ponto o Egito foi influenciado por elas. Uma influência que se prolongou por mais de 5 mil anos não constitui prova de contatos sincrônicos, do mesmo modo que vestígios de contatos não constituem prova de sua continuidade. Trata-se de uma investigação fascinante que está apenas começando.

Em termos gerais, os laços entre o Egito e o continente africano nos tempos faraônicos é um dos temas mais importantes a desafiar os historiógrafos africanos de hoje. Coloca em questão grande número de postulados científicos ou filosóficos – como, por exemplo, a aceitação ou rejeição da hipótese de que os mais antigos povos do Egito eram negros, sem exceção, e a aceitação ou rejeição da teoria do difusionismo. Questiona também a metodologia ou a pesquisa, por exemplo, referente à circulação das invenções, do cobre e do ferro, dos tecidos aos suportes para a escrita. Levanta dúvidas quanto à possibilidade, até agora tranquilamente aceita, de um pesquisador isolado ser bem-sucedido num campo tão vasto sem a ajuda de disciplinas correlatas.

Sob qualquer ponto de vista, este problema constitui um teste para a consciência científica, a precisão e a imparcialidade dos africanos que se empenharem em esclarecê-lo, com a ajuda, agora mais lúcida do que no passado, de pesquisadores estrangeiros.

CAPÍTULO 5

O legado do Egito faraônico

Rashid El-Nadoury colaboração de *J. Vercoutter*

As valiosas contribuições que o Egito faraônico legou à humanidade podem ser verificadas em diversos campos, como a história, a economia, a ciência, a arte e a filosofia. Há muito tempo, especialistas nessas áreas – e em várias outras – reconheceram a importância desse legado, embora frequentemente seja impossível determinar de que modo foi transmitido às culturas vizinhas ou posteriores.

De fato, essa herança – ou pelo menos os seus testemunhos, tão importantes para a história da humanidade – transmitiu-se, em grande parte, através da Antiguidade clássica (grega e, depois, romana) antes de chegar aos árabes. Ora, os pré-helenos e os gregos só entraram em contato com o Egito por volta de -1600, estabelecendo laços estreitos com esse país somente a partir do século VII antes da Era Cristã, com a dispersão de aventureiros, de viajantes e, mais tarde, de colonos gregos pela bacia do Mediterrâneo, particularmente no Egito. Simultaneamente, no II e no I milênio antes da Era Cristã, os gregos e seus predecessores tiveram contato com as civilizações da Ásia Menor e, através delas, com o mundo mesopotâmico antigo do qual eram um prolongamento. Assim, muitas vezes é difícil precisar em que meio cultural – asiático ou egípcio, ambos estreitamente ligados – surgiu esta ou aquela invenção ou técnica.

Além disso, a dificuldade em estabelecer a cronologia de períodos remotos da Antiguidade faz com que qualquer atribuição de “paternidade” seja aleatória. As datações pelo carbono 14 são demasiado vagas para que se possa determinar,

com uma aproximação de um ou dois séculos, num meio em que o conhecimento sempre se transmitiu rapidamente, se a origem de uma invenção é asiática ou africana. Finalmente, não se pode descartar as possíveis *convergências*. Para citarmos apenas um exemplo: há boas razões para se acreditar (cf. Introdução) que a escrita foi descoberta quase ao mesmo tempo no Egito e na Mesopotâmia, sem que tenha havido, necessariamente, influência de uma civilização sobre a outra.

Por tudo isso, a herança que o Egito legou às civilizações posteriores, em particular às antigas civilizações da África, não deve ser subestimada.

Contribuições do Egito Pré-Histórico

Um dos mais antigos e notáveis avanços da civilização egípcia verificou-se no campo da economia. Ao final do Neolítico, em torno de -5000, os antigos egípcios transformaram gradualmente o vale do Nilo (cf. Capítulo 1), permitindo que seus habitantes passassem de uma economia de coleta a uma economia de produção de alimentos; essa importante etapa do desenvolvimento do vale trouxe grandes consequências materiais e morais. O desenvolvimento da agricultura possibilitou aos antigos egípcios adotarem uma forma de vida aldeã, estável e integrada, o que, por sua vez, afetou seu desenvolvimento social e moral, não apenas no período pré-histórico, mas também durante o período dinástico.

Não é certo que a Ásia tenha desempenhado um papel predominante e único na revolução neolítica, como se pensava anteriormente (cf. *História Geral da África*. Ática/Unesco, v. 1, Cap. 27). Seja como for, um dos primeiros resultados dessa "revolução" no vale do Nilo foi o fato de os antigos egípcios passarem a considerar as forças naturais que os cercavam. Tais forças – em especial o Sol e o rio – eram deificadas e simbolizadas sob muitas formas, principalmente de animais e de aves familiares. O desenvolvimento da agricultura teve também por consequência o estabelecimento do princípio da cooperação dentro da comunidade, sem a qual a produção agrícola teria permanecido bastante limitada. Decorre daí um outro desenvolvimento fundamental: a introdução de um novo sistema social no interior da comunidade, ou seja, a especialização do trabalho. Trabalhadores especializados surgem na agricultura, na irrigação, nas indústrias agrícolas, na cerâmica e em diversas outras atividades afins. Um grande número de vestígios arqueológicos atesta a longa tradição desses ofícios.

A civilização faraônica distinguiu-se pela continuidade do seu desenvolvimento. Toda aquisição é transmitida – e aperfeiçoada – do começo ao fim da

história do antigo Egito. Assim, as técnicas do Neolítico foram enriquecidas no período pré-dinástico (-3500 a -3000), mantendo-se ainda em pleno período histórico. E o que testemunha, por si só, a arte de trabalhar a pedra.

Já por volta de -3500, os egípcios, herdeiros do Neolítico do vale, utilizaram-se dos depósitos de sílex ali localizados, em especial os de Tebas, para esculpir instrumentos de qualidade incomparável, dos quais a faca de Djebel el-Arak (cf. Capítulo 1) é um exemplo entre centenas de outros. Produzidas por pressão, as ondulações finas e regulares da pedra dão à faca uma superfície levemente ondulada e perfeitamente polida, inimitável. A produção de tais armas exigia uma notável habilidade manual. Essa arte manteve-se viva no Egito: uma cena pintada num túmulo de Beni-Hassan mostra artesãos do Médio Império (cerca de -1900) esculpindo esse mesmo tipo de faca com lâmina encurvada.

A mesma perícia está presente na confecção de vasos de pedra. Também nesse caso a técnica do Neolítico passou ao período pré-dinástico e depois ao Antigo Império, perdurando até o final da história do antigo Egito. O escultor egípcio utilizava todas as variedades de pedra, inclusive as mais duras, esculpindo em basalto, brecha, diorito, granito e pórfiro, com a mesma facilidade com que trabalhava com pedras mais moles, como alabastros-calcários, xistos, serpentinas e esteatitas.

As técnicas de talhar a pedra foram transmitidas posteriormente ao mundo mediterrânico. Tudo leva a crer que as técnicas de confecção dos vasos de pedra cretenses tenham sido aprendidas se não no próprio Egito, pelo menos num meio inteiramente impregnado da cultura egípcia, como o corredor sírio-palestino. Até mesmo as formas dos vasos esculpidos no minoico antigo denunciam sua origem egípcia.

A habilidade dos canteiros que trabalhavam com pedra dura transmitiu-se aos escultores, o que se pode constatar pelas grandes esculturas egípcias nesse material: do Quéfren do Museu do Cairo, em diorito, aos grandes sarcófagos dos touros de Ápis, em basalto negro. A técnica passou, então, para os escultores do período ptolomaico e posteriormente encontrou expressão na estatuária do Império Romano.

As mudanças ocorridas no período neolítico refletiram-se particularmente no desenvolvimento da planificação urbana no Egito. Um notável exemplo disso encontra-se numa das mais antigas aldeias do vale do Nilo, Merinde Beni Salame, na margem ocidental do Delta.

Ao lado da antiquíssima crença egípcia na vida depois da morte e na imortalidade, temos aqui uma combinação de importantes progressos culturais e

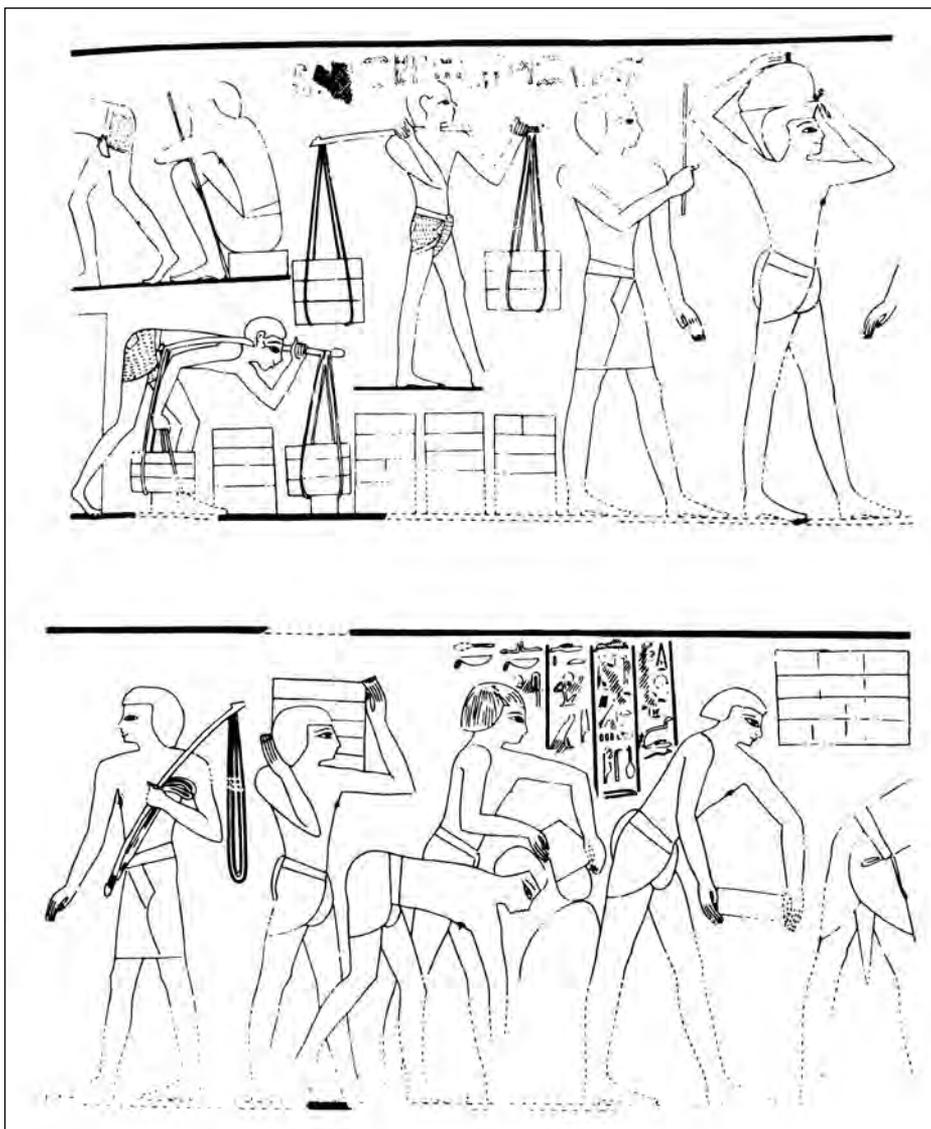



FIGURA 5.1 Fabricação de tijolos. (Fonte: N. de G. Davies. 1943. pr. LIX. Foto The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

sociais que podem ser acompanhados ao longo do Neolítico e do Calcolítico, do Pré-Dinástico ao Protodinástico, e que levaram ao estabelecimento e desenvolvimento da tradição do Egito faraônico.

Período histórico

Na civilização egípcia faraônica do período histórico, podem-se distinguir duas correntes principais, sendo a primeira constituída pelo legado material do Neolítico e do Pré-Dinástico, e a segunda, também oriunda do passado remoto, pelo legado cultural, mais abstrato. Ambas se interrelacionam, constituindo o fenômeno cultural egípcio. O legado material compreende o artesanato e as ciências (geometria, astronomia, química), a matemática aplicada, a medicina, a cirurgia e as produções artísticas; o cultural abrange a religião, a literatura e as teorias filosóficas.

O artesanato

A contribuição do antigo Egito à produção artesanal aparece nos trabalhos em pedra, como já vimos, mas também no artesanato em metal, madeira, vidro, marfim, osso e muitos outros materiais. Os egípcios exploraram diversos recursos naturais do país, e aos poucos foram aprimorando as técnicas necessárias à produção de instrumentos de pedra e de cobre, como machados, cinzeis, marretas e enxós, habilmente projetados para serem usados na construção e na indústria, com a finalidade de abrir orifícios ou fixar blocos. Também faziam arcos, flechas, adagas, escudos e clavas de arremesso.

Durante muito tempo, e mesmo no período histórico, os instrumentos e as armas herdados do Neolítico continuaram a ser feitos de pedra. As falésias calcárias que margeiam o Nilo são ricas em sílex de grandes dimensões e de excelente qualidade, que os egípcios ainda utilizaram por muito tempo depois da descoberta do cobre e do bronze. Além disso, os rituais religiosos muitas vezes exigiam o uso de instrumentos líticos, fato que contribuiu amplamente para a perpetuação das técnicas de talhar a pedra, em especial o sílex.

Até o final do período faraônico, o ferro foi pouco usado na confecção de vasos; as técnicas de metalurgia, no Egito, limitaram-se ao uso do ouro, da prata, do cobre e de ligas de cobre, como o bronze e o latão. Vestígios de mineração e processamento do cobre foram descobertos no Sinai, na Núbia e em Buhen, onde os faraós do Antigo Império dispunham de forjas para a fusão desse metal.

No Sinai e na Núbia, os egípcios trabalhavam em colaboração com as populações locais; consequentemente, as técnicas empregadas no processamento do metal passaram com facilidade de uma cultura para outra. Talvez por essa época a escrita faraônica – por intermédio da escrita protosinaíta, que influenciou –, tenha desempenhado um papel importante na invenção do alfabeto, ao mesmo tempo que a metalurgia do cobre se difundia, primeiro pela bacia do Nilo e depois para outras áreas.

Já nos primórdios do período dinástico (cerca de -3000), os egípcios conheciam e empregavam na fabricação de seus utensílios de cobre todas as técnicas básicas da metalurgia, como a forjadura, a martelagem, a moldagem, a estampagem, a soldagem e a rebitagem, técnicas estas que eles dominaram rapidamente. Além dos utensílios, foram encontradas grandes estátuas egípcias de cobre, datadas de -2300. Textos mais antigos, datados de -2900, assinalam a existência de estátuas do mesmo tipo, e cenas de mastabas de um período ainda mais remoto mostram as oficinas onde o ouro e o electro, liga de ouro e prata, são transformados em joias. Embora a metalurgia do ouro e do cobre não tenha surgido no Egito, não há dúvida de que este contribuiu significativamente para o seu aperfeiçoamento e expansão.

Como sublinhamos no início deste capítulo, muitas vezes é difícil precisar se determinada técnica teve origem numa cultura asiática ou africana. Graças, porém, às representações encontradas em sepulcros, o Egito nos forneceu inúmeras informações sobre as técnicas utilizadas pelos artesãos. Nas oficinas representadas em pinturas ou em baixos-relevos nas paredes dos túmulos, podemos ver, por exemplo, carpinteiros e marceneiros trabalhando na confecção de móveis, armas e barcos. Tanto os instrumentos que empregavam – alicates martelos, serras, brocas, enxós, cinzeis e marretas – quanto o modo de utilizá-las são representados fielmente e com inúmeros detalhes. Assim, sabemos que a serra egípcia era uma "serra de puxar", e não "de empurrar", como a serra moderna. Para os estudiosos da história das técnicas e das vias pelas quais elas chegaram até nós, trata-se de uma verdadeira mina de informações, que ainda não foi inteiramente explorada.

Além dessas representações, os antigos egípcios deixaram em suas sepulturas miniaturas de oficinas com artesãos ocupados na fabricação de vários objetos. Essas miniaturas são de valor inestimável para o historiador na interpretação das técnicas e do modo pelo qual se desenvolveram. Ademais, a enorme quantidade de objetos artesanais encontrados, feitos a mão ou com o auxílio de ferramentas, atesta a diversidade de indústrias existentes no antigo Egito. A ourivesaria, por exemplo, utilizava materiais preciosos e semipreciosos, como ouro, prata,

FIGURA 5.2 Fabricação de vasos de metal. (Fonte: N. de G. Davies. 1943. The Metropolitan Museum of Art, Egypt Expedition. Nova Iorque. v. XI, pr. LIII. Foto The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

feldspato, lápis-lazúli, turquesa, ametista e cornalina, produzindo com notável precisão coroas, colares e demais adornos.

A cultura precoce do linho fez com que muito cedo os egípcios adquirissem grande habilidade na fiação manual e na tecelagem. Esta última já era conhecida desde o início do Neolítico (cerca de -5000), e seu surgimento coincidiu com a emergência da civilização no vale do Nilo. As mulheres teciam o linho com grande perícia, com frequência operando dois fusos simultaneamente. Uma característica da fiação egípcia era a produção de fios longos, segundo uma técnica em que o fuso era colocado a grande distância da fibra crua. Para aumentar ainda mais essa distância, as mulheres encarapitavam-se em bancos altos. Seus teares – de início horizontais e, a partir do Médio Império, verticais – permitiam a fabricação de tecidos longos, empregados na confecção de roupas de uso diário, bastante amplas, e de bandagens e mortalhas utilizadas nos rituais de embalsamamento.

Para os faraós os tecidos constituíam um produto de troca particularmente apreciado no exterior. O mais fino, o *bisso,* era tecido nos templos e gozava de fama especial. Os Ptolomeus supervisionavam as oficinas de tecelagem e controlavam a qualidade da manufatura, e sua administração central, sem dúvida seguindo o costume dos primeiros faraós, organizava as vendas ao estrangeiro; estas trouxeram ao rei grandes lucros devido à qualidade superior dos produtos dos tecelões egípcios. Temos aqui um exemplo de uma das maneiras pelas quais se transmitiu o legado egípcio.

As indústrias da madeira, do couro e do metal aperfeiçoaram-se e os seus produtos conservaram-se em boas condições até nossos dias.

Outros objetos fabricados pelos artesãos egípcios incluíam vasos de prata, ataúdes de madeira, pentes e cabos de marfim decorados. Os antigos egípcios tinham um talento especial para tecer junco selvagem, confeccionando esteiras, e a fibra da palmeira possibilitou a produção de redes e cordas resistentes. A manufatura da cerâmica teve início na Pré-História, com formas bastante rudimentares, evoluindo em seguida para uma cerâmica mais fina, vermelha e de bordas negras, mais tarde polida e gravada. Os recipientes eram utilizados para armazenar diversos materiais, mas alguns tinham finalidade puramente decorativa. A crença em determinados valores e, em particular, na vida eterna, por exigir a manufatura de uma grande quantidade de objetos – quase sempre decorados – para os mortos, levou a uma grande produção, de alto grau de perfeição.

Deve-se ao Egito, se não a invenção, pelo menos a difusão das técnicas de fabricação do vidro a toda a civilização mundial. Embora seja verdade que a

Mesopotâmia e as civilizações do Indo desde muito cedo conheciam a técnica da esmaltagem, base da fabricação do vidro, não há indícios de que tenham sido os responsáveis pela sua difusão. Pode-se, no máximo, supor que aqui também houve convergência e que a fabricação do vidro foi descoberta independentemente na Ásia e no vale do Nilo.

O certo é que em pouco tempo os egípcios demonstraram grande habilidade na arte da vidraria. Há indícios da existência de contas de vidro no período pré-dinástico (cerca de -3500), embora não seja certo que tenham sido deliberadamente fabricadas pelos artesãos. O vidro como tal tornou-se conhecido na V dinastia (cerca de -2500) e começou a se difundir durante o Novo Império (cerca de -1600). Nessa época, não era utilizado apenas na confecção de contas, mas também na fabricação de vasos de uma grande variedade de formas, desde o elegante cálice com pé até os vasos em forma de peixe. Em geral eram policromos, e sempre opacos. O vidro transparente apareceu no reinado de Tutancâmon (cerca de -1300). A partir de -700 aproximadamente, os vasos egípcios de vidro conhecidos como "alabastro" difundiram-se por toda a região do Mediterrâneo. Os fenícios os copiaram, e sua manufatura transformou-se em indústria.

Na Baixa Época signos hieroglíficos moldados em vidro colorido eram incrustados em madeira ou pedra para formar inscrições. As técnicas dos vidreiros faraônicos transmitiram-se aos artesãos do período helenístico, que inventaram o vidro "de sopro". Alexandria tornou-se, então, o principal centro de manufatura de objetos de vidro, exportando-os para regiões distantes, como a China. Aureliano impôs uma taxa aos produtos de vidro egípcios importados por Roma. Mais tarde, o Império Meroíta passou a importar objetos de vidro do Egito, adotando as técnicas de fabricação desse material e difundindo-as para o alto vale do Nilo.

Uma das indústrias mais importantes do antigo Egito foi a do papiro, de invenção autóctone. Nenhuma outra planta teve, no Egito, papel tão significativo. As fibras do papiro eram usadas na fabricação ou calafetagem de embarcações e na confecção de pavios de candeeiros a óleo, esteiras, cestos, cordas e cabos. Os cabos que serviram para amarrar a ponte flutuante que Xerxes tentou fazer atravessar o Helesponto foram fabricados no Egito, com fibras de papiro. Reunidos em feixes, os talos do papiro funcionavam como pilares na arquitetura primitiva, antes que os arquitetos clássicos os tomassem como modelo para suas colunas simples ou fasciculadas, com capiteis em forma de flores abertas ou fechadas. O papiro era utilizado principalmente na fabricação do "papiro", de onde vem a palavra "papel", sem dúvida um cognato do *paperaâ,* termo egípcio

FIGURA 5.3 Fabricação da cerveja. Antigo Império. (Foto Otonoz.)

FIGURA 5.4 Modelo de uma oficina de tecelagem. XII dinastia, c. - 2000. (Fonte: W. Wolf. 1955. pr. 45. Foto The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

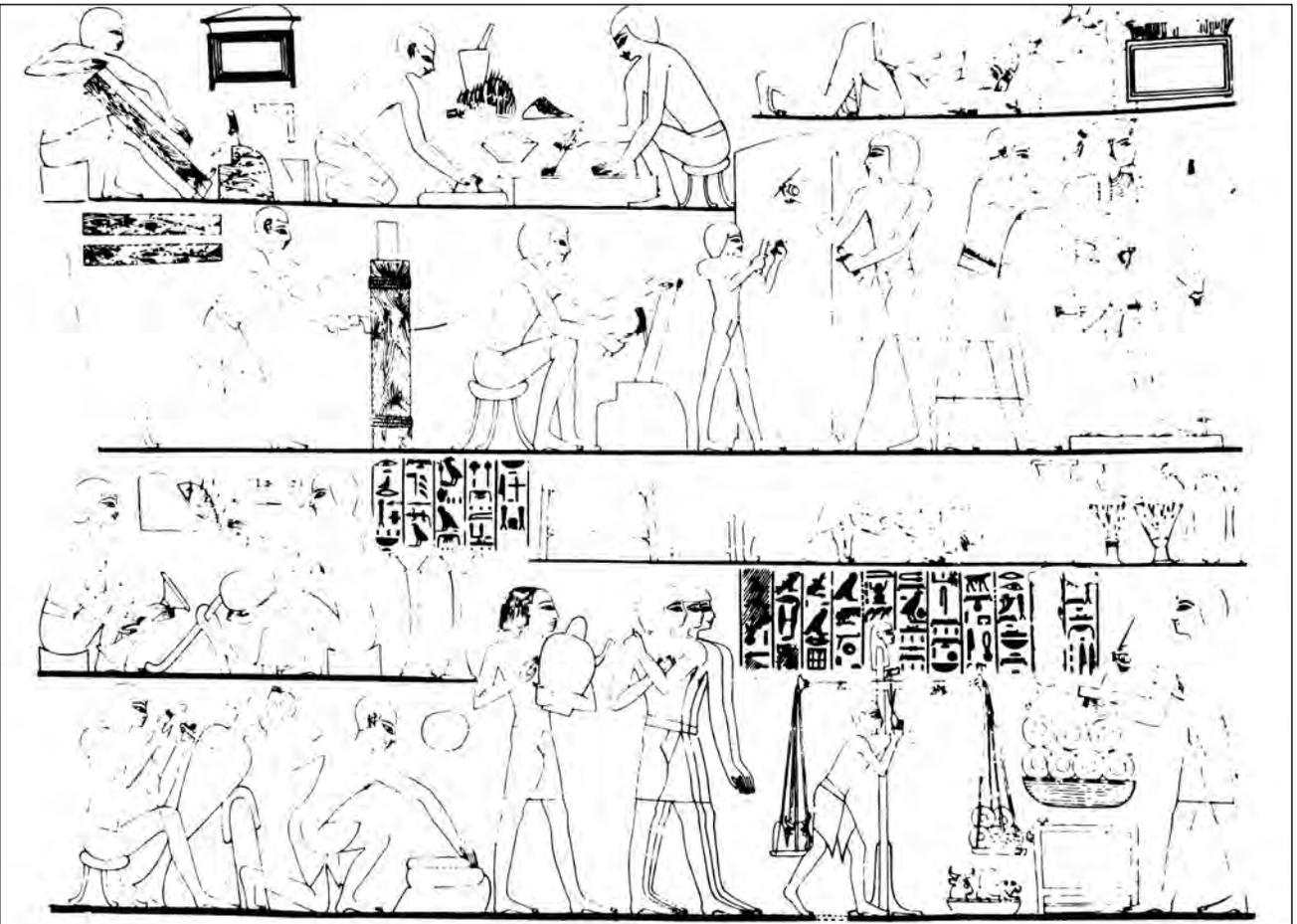



FIGURA 5.5 Marceneiros trabalhando. (Fonte: N. de G. Davies. 1943. pr. LV. The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

que significa "Aquele da Grande Residência" (Palácio Real), e que chegou até nós através da Antiguidade clássica.

O papiro era produzido dispondo-se transversalmente camadas sucessivas de finas tiras extraídas dos talos da planta, as quais, após pressão e secagem, formavam uma grande folha.

Vinte folhas de papiro, unidas enquanto ainda úmidas, formavam um rolo de 3 a 6 m de comprimento. Vários rolos podiam ser unidos de modo a formar uma unidade de 30 ou 40 m de comprimento; tais rolos constituíam os "livros" egípcios. Eram segurados com a mão esquerda e desenrolados à medida que se fazia a leitura. O herdeiro direto desse rolo é o "volume" da Antiguidade clássica.

De todos os materiais empregados como suporte para a escrita na Antiguidade, o papiro certamente foi o mais prático, por ser flexível e leve. A fragilidade, porém, era o seu único inconveniente. Resistia por pouco tempo à umidade e queimava facilmente. Calculou-se que para se manter em dia o inventário de um pequeno templo egípcio eram necessários 10 m de papiro por mês. Durante a dinastia ptolomaica, os notários de província usavam de seis a treze rolos, ou 25 a 57 m *por dia.* Todas as grandes propriedades, palácios reais e templos mantinham registros, inventários e bibliotecas, o que indica a existência de centenas de quilômetros de papiro, embora só tenham sido descobertas algumas centenas de metros.

Utilizado no Egito desde a I dinastia (cerca de -3000) até o fim do período faraônico, o papiro foi, mais tarde, adotado pelos gregos, romanos, captas, bizantinos, arameus e árabes. Grande parte da literatura grega e latina nos chegou em papiros. Os rolos desse material constituíam um dos principais produtos de exportação do Egito. O papiro foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores legados do Egito faraônico à civilização.

Todas essas indústrias demandavam técnica e habilidade, levando à criação de uma classe de artesãos e ao aprimoramento das técnicas. Museus e coleções particulares do mundo inteiro abrigam centenas e até mesmo milhares de exemplares arqueológicos dos diversos produtos do antigo Egito.

A tradição e a perícia na construção em pedra não foram uma contribuição técnica menor dos egípcios ao mundo. Não era nada fácil transformar os imensos blocos brutos de granito, calcário, basalto e diorito em blocos bem talhados e polidos, destinados a diferentes projetos arquitetônicos.

Além disso, a busca de pedras para a construção dos monumentos, assim como a prospecção de minérios metálicos e a procura de fibras, de pedras semipreciosas e de pigmentos coloridos, contribuiu para a difusão das técnicas egípcias na África e na Ásia.

Os egípcios não hesitavam em procurar pedras em pleno deserto, por vezes a uma centena de quilômetros do Nilo. A pedreira de onde se extraiu o diorito para a famosa estátua de Quéfren, atualmente no Museu do Cairo, localiza-se no deserto da Núbia, a cerca de 65 km a noroeste de Abu Simbel. A exploração das pedreiras remonta ao início da história do Egito (cerca de -2800).

As técnicas egípcias de extração variavam segundo a natureza da pedra. Em se tratando do calcário, abriam-se galerias nas largas camadas das falésias do Eoceno que margeiam o Nilo. Assim foram extraídos enormes blocos de pedra de excelente qualidade usados na construção das Grandes Pirâmides, as quais foram depois revestidas com blocos de granito. Os depósitos de arenito na região de el-Kab, no Alto Egito e na Núbia, eram explorados a céu aberto. Para as pedras duras, os trabalhadores primeiro talhavam um sulco em torno do bloco a ser extraído e depois, em vários pontos ao longo do sulco, praticavam profundos talhos no interior dos quais inseriam cunhas de madeira. Estas eram, então, molhadas, e a dilatação da madeira era suficiente para fender o bloco ao longo dos sulcos. Essa técnica ainda hoje é empregada nas pedreiras de granito. Seria uma herança do Egito?

As únicas ferramentas utilizadas pelos egípcios no trabalho das pedreiras eram a marreta de madeira e o cinzel de cobre para pedras moles, como o calcário e o arenito, e o picão, o cinzel e o martelo de pedra dura para rochas metamórficas, como o granito, o gnaisse, o diorito e o basalto. Se a pedreira ficasse longe do Nilo, organizavam-se expedições das quais chegavam a participar até 14 mil homens, entre oficiais e soldados, cavouqueiros e carregadores, escribas e médicos. Essas expedições eram equipadas para permanecer longos períodos fora do Egito e devem ter contribuído para a difusão da civilização egípcia, especialmente na África.

A habilidade adquirida na extração de pedras no início do período dinástico levou os egípcios, à época do Antigo Império (cerca de -2400), a escavar suas sepulturas diretamente na rocha. Muito antes dessa data, de -3000 a -2400, a construção de sepulturas, projetadas como habitações para os mortos, já os havia levado a construir imponentes superestruturas que, com o passar do tempo, vieram a constituir as pirâmides em degraus e, posteriormente, as pirâmides propriamente ditas.

A perícia dos egípcios no trabalho da madeira manifesta-se brilhantemente na construção naval. As necessidades da vida diária no vale do Nilo, onde o rio era a única via de comunicação acessível, fizeram dos egípcios excelentes navegadores desde os tempos mais remotos. Os barcos ocupavam, desde a pré-história, uma posição de destaque entre seus primeiros trabalhos artísticos. Visto acre-

FIGURA 5.6 Colunas protodóricas de Deir el-Bahari. (Fonte: J. Pirenne. v. II, p. 156-7, fig. 36. Foto J. Capart.)

FIGURA 5.7 As pirâmides de Snefru, no Dachur. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 100, fig. 25.)

ditarem em uma vida pós-morte calcada na vida terrena, não é de surpreender o fato de colocarem miniaturas de barcos nos túmulos ou representarem nas paredes cenas de navegação e de construção de barcos. Chegavam mesmo a enterrar embarcações verdadeiras perto dos túmulos, para que os mortos pudessem utilizá-las. Isso aconteceu em Heluan, num túmulo subterrâneo das duas primeiras dinastias, e no Dachur, nas proximidades da pirâmide de Sesóstris III. O ano de 1952 foi marcado por uma descoberta extraordinária: duas grandes covas abertas na rocha e cobertas por lajes de calcário foram descobertas ao longo do flanco meridional da Grande Pirâmide. No interior das mesmas encontravam-se – parcialmente desmontados, mas completos, com seus remos, cabinas e lemes – os barcos utilizados por Quéops. Um deles foi removido e restaurado, o outro ainda espera ser retirado do seu "túmulo".

O barco de Quéops, hoje abrigado num museu especial, foi reconstruído. Quando descoberto, consistia em 1224 peças de madeira que tinham sido parcialmente desmontadas e amontoadas em treze pilhas sucessivas no interior da cova. O barco mede 43,4 m de comprimento por 5,9 m de largura e tem capacidade para cerca de 40 t. As pranchas laterais têm uma espessura de 13 a 14 cm. É difícil calcular com precisão o seu calado, mas com certeza era bastante reduzido em relação ao tamanho do navio. Embora com uma estrutura elementar de vigas, o barco de Quéops não possui quilha; tem o fundo plano e é estreito. O mais notável é o fato de ter sido construído sem pregos: as peças de madeira se mantêm unidas apenas pelo emprego de encaixes do tipo macho e fêmea. Seus elementos constitutivos – pranchas, vigas e traves transversais – são unidos entre si por meio de cordas, fato que facilitou a reconstituição. O navio possui uma cabina central grande e espaçosa e, na proa, um abrigo coberto. Não tem mastro, sendo impulsionado a remo ou rebocado, embora no Egito a vela já fosse usada muito antes do reinado de Quéops. Esse método de construção, em que as peças são unidas por meio de amarras, tornou possível a realização de expedições militares anfíbias longe do Egito, no mar Vermelho e no rio Eufrates. De fato, o exército egípcio levava consigo, desmontadas, as embarcações de que poderia vir a necessitar.

Pela proporção entre a largura e o comprimento dos barcos, bem como por seu baixo calado, pode-se observar que foram projetados para a navegação fluvial. O objetivo principal era obter uma capacidade máxima, evitando, ao mesmo tempo, os encalhes. Entretanto, já na V dinastia, e provavelmente antes, os egípcios sabiam como adaptar seus navios à navegação marítima. Os barcos de Sahure mostram que, para uso no mar, a altura da proa e da popa eram consideravelmente reduzidas. No caso do barco de Quéops, elevavam-se muito

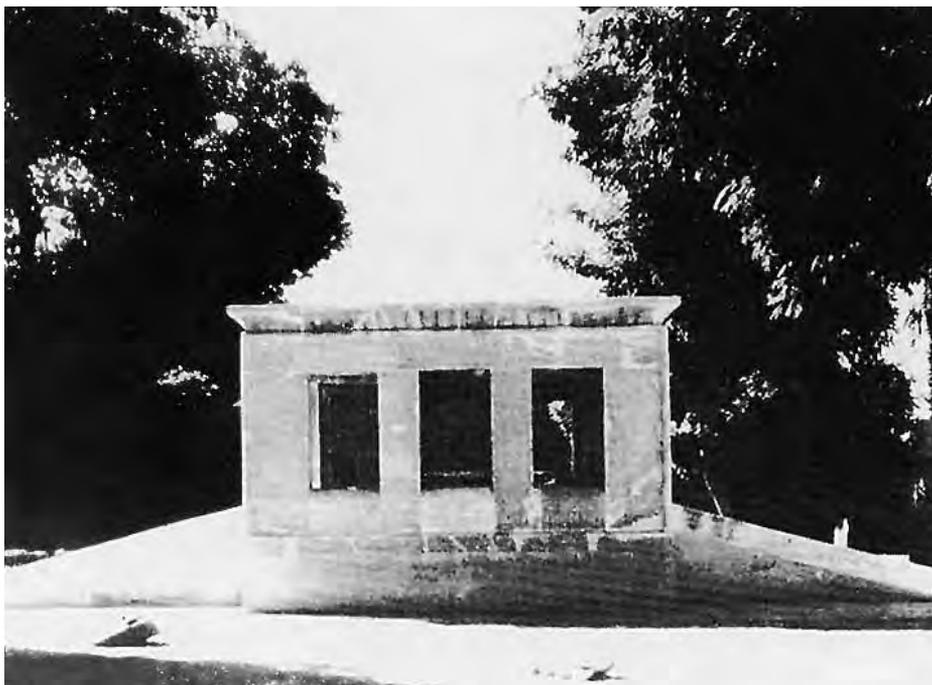
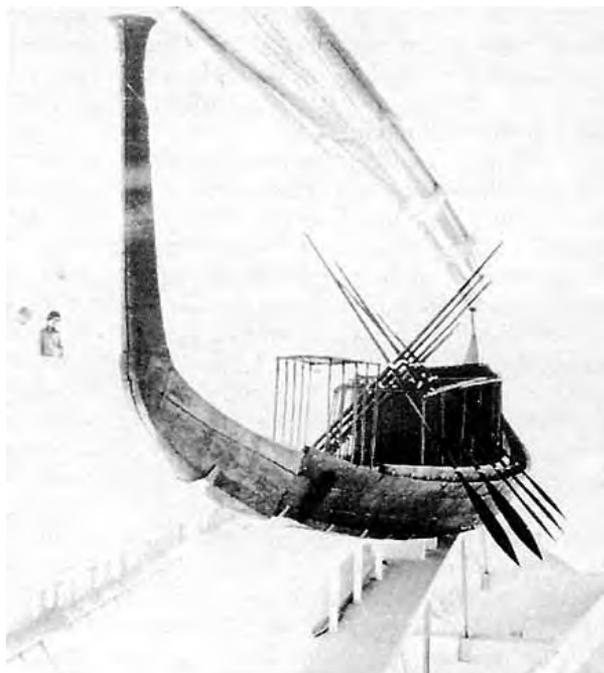



FIGURA 5.8 Carnac: câmara do barco de Âmon.

FIGURA 5.9 Gisé: câmara do barco de Quéops.

acima da linha da água, o que dificultava a manobra da embarcação nas ondas do Mediterrâneo ou do mar Vermelho. Além disso, os engenheiros navais egípcios emprestaram grande solidez à estrutura do barco como um todo equipando-o com um cabo de torção que passava por sobre a ponte e prendia firmemente a popa à proa. Esse cabo também funcionava como quilha, assegurando a solidez de toda a estrutura e reduzindo o risco de se partir ao meio.

A introdução dessas modificações permitiu às embarcações egípcias afrontar as expedições marítimas mais longínquas empreendidas pelos faraós, seja no Mediterrâneo, em direção à Palestina, Síria, Chipre e Creta, seja no mar Vermelho, em direção ao distante país de Punt. Não há razão para acreditar que nesse mister os egípcios tenham sido influenciados pelos fenícios. Ao contrário, é bem possível – embora não se possa provar, dado o atual estágio dos conhecimentos – que os egípcios tenham sido os pioneiros no uso de velas nas viagens marítimas (as vergas e as velas egípcias eram ajustáveis, permitindo velocidades variadas), e que tenham inventado o leme: a partir do Antigo Império, os grandes remos direcionais situados na popa são providos de barras verticais, que os transformam, de fato, em lemes.

Contribuições Científicas

O Egito faraônico nos deixou valiosa herança nos campos da física, química, zoologia, geologia, medicina, farmacologia, geometria e matemática aplicada. De fato, legou à humanidade uma grande reserva de experiências em cada um desses domínios, alguns dos quais foram combinados de modo a possibilitar a realização de objetivos específicos.

A mumificação

Um dos melhores exemplos da engenhosidade dos antigos egípcios é a mumificação, que ilustra o conhecimento profundo que tinham de inúmeras ciências, como a física, a química, a medicina e a cirurgia. Esse conhecimento era resultado do acúmulo de uma longa experiência. Por exemplo, à descoberta das propriedades químicas do natrão – encontrado em certas regiões do Egito, em particular no Uadi el-Natrum – seguiu-se a utilização das mesmas no cumprimento prático das exigências da crença na vida além-túmulo. Preservar o corpo humano era uma forma de dar realidade à crença. Análises recentes revelaram que o natrão se compõe de uma mistura de carbonato de sódio, bicarbonato de

FIGURA 5.10 Ramsés II (técnica dos fluidos). (Foto Comissariat à l'Energie Atomique.)

sódio, sal e sulfato de sódio. Os antigos egípcios conheciam, portanto, as funções químicas dessas substâncias. No processo de mumificação, o corpo era embebido em natrão durante setenta dias. O cérebro era extraído pelas narinas, e os intestinos removidos através de uma incisão num dos lados do corpo. Operações desse tipo exigiam um acurado conhecimento de anatomia, que é ilustrado pelo bom estado de conservação das múmias.

A Cirurgia

Foram sem dúvida os conhecimentos adquiridos com a prática da mumificação que permitiram aos egípcios o desenvolvimento de técnicas cirúrgicas desde os primeiros tempos de sua história. A cirurgia egípcia é, com efeito, bastante conhecida graças ao Papiro Smith, cópia de um original escrito durante o Antigo Império, entre -2600 e -2400, um verdadeiro tratado sobre cirurgia dos ossos e patologia externa. Quarenta e oito casos são examinados sistematicamente. Em cada um deles, o autor do tratado começa o estudo com um título geral: "Instruções acerca de [tal e tal caso]". Segue-se então uma descrição clínica: "Se observares [tais sintomas]". As descrições são invariavelmente precisas e incisivas, seguidas de um diagnóstico: "Em relação a isso, dirás: um caso de [tal e tal lesão]", e, dependendo do caso, "um caso que poderei tratar" ou "um caso que não tem remédio". Se o cirurgião pode tratar o paciente, o tratamento a ser administrado é então explicado em detalhes; por exemplo: "no primeiro dia, deves usar um pedaço de carne como bandagem; depois, deves colocar duas tiras de tecido de modo a juntar os lábios da ferida ...".

Ainda hoje são aplicados vários tratamentos indicados no Papiro Smith. Os cirurgiões egípcios sabiam suturar ferimentos e curar fraturas empregando talas de madeira ou de cartonagem. Algumas vezes, o cirurgião simplesmente recomendava que se permitisse à natureza seguir o seu próprio curso. Em dois exemplos, o Papiro Smith instrui o paciente a manter sua dieta normal.

Dos casos estudados pelo Papiro Smith, a maioria se refere a lacerações superficiais do crânio ou da face. Há também casos de lesão dos ossos ou das juntas, como contusões das vértebras cervicais ou espinhais, luxações, perfurações do crânio ou do esterno, e diversas fraturas que afetam o nariz, o maxilar, a clavícula, o úmero, as costelas, o crânio e as vértebras. Exames nas múmias revelaram vestígios de cirurgia, como é o caso do maxilar (datado do Antigo Império) em que foram praticados dois orifícios para drenar um abscesso, ou do crânio fraturado por golpe de machado ou espada e recomposto com sucesso. Existem também indícios de tratamentos dentários, como obturações feitas com

um cimento mineral; há uma múmia que apresenta uma espécie de ponte feita de ouro ligando dois dentes pouco firmes.

Por sua abordagem metódica, o Papiro Smith serve como testemunho da habilidade dos cirurgiões do antigo Egito, habilidade que, supõe-se, foi transmitida pouco a pouco à Africa, à Asia e à Antiguidade clássica pelos médicos que acompanhavam as expedições egípcias aos países estrangeiros. Além disso, sabe-se que soberanos estrangeiros, como o príncipe asiático de Baktan, Báctria, ou o próprio Cambises, mandavam chamar médicos egípcios, e que Hipócrates "tinha acesso à biblioteca do templo de Imhotep em Mênfis". Posteriormente, outros médicos gregos seguiram-lhe o exemplo.

A Medicina

Pode-se considerar o conhecimento da medicina como uma das mais importantes contribuições científicas do antigo Egito à história da humanidade. Documentos mostram detalhadamente os títulos dos médicos egípcios e seus diferentes campos de especialização. De fato, as civilizações do antigo Oriente Próximo e o mundo clássico reconheceram a habilidade e a reputação dos antigos egípcios no campo da medicina e da farmacologia. Imhotep, o vizir, arquiteto e médico do rei Zoser, da III dinastia, é uma das mais significativas personalidades da história da medicina. Sua fama manteve-se durante toda a história do antigo Egito, chegando até a época grega. Divinizado pelos egípcios com o nome de Imouthes, foi assimilado pelos gregos a Asclépio, o deus da medicina. Com efeito, a influência egípcia sobre o mundo grego, tanto na medicina como na farmacologia, é facilmente reconhecível nos remédios e nas prescrições. Alguns instrumentos médicos utilizados em operações cirúrgicas foram descobertos em escavações.

Os testemunhos escritos referentes à medicina egípcia antiga são constituídos por documentos como o Papiro Ebers, o Papiro de Berlim, o Papiro Cirúrgico Edwin Smith, e muitos outros, que ilustram as técnicas de operação e descrevem, detalhadamente os métodos de cura prescritos. Esses textos são cópias de originais que remontam ao Antigo Império (cerca de -2500).

Ao contrário do Papiro Cirúrgico Edwin Smith, altamente científico, os textos puramente médicos baseavam-se na magia. Os egípcios consideravam a doença como obra dos deuses ou dos espíritos malévolos, o que justifica o recurso à magia. Isso também explica por que alguns dos remédios relacionados no Papiro Ebers, por exemplo, mais parecem feitiço do que prescrição médica.

Apesar desse aspecto, comum também a outras civilizações antigas, a medicina egípcia não deve ser desconsiderada enquanto ciência, pois contém o embrião de uma abordagem metódica, particularmente quanto à observação de sintomas; não há dúvida de que esse método passou à posteridade por sua importância. O médico egípcio examinava o paciente e determinava os sintomas do mal. Em seguida, fazia o diagnóstico e prescrevia o tratamento. Todos os textos que chegaram até nós apresentam essa sequência, de onde se pode concluir que se tratava de um procedimento-padrão. Para os casos duvidosos, fazia-se o exame em duas etapas, com alguns dias de intervalo. Entre as doenças identificadas e adequadamente descritas e tratadas pelos médicos egípcios, incluem-se distúrbios gástricos, dilatação estomacal, cânceres cutâneos, coriza, laringite, angina do peito, diabetes, constipação, hemorroidas, bronquite, retenção e incontinência da urina, esquistossomose, oftalmias, etc.

Os médicos egípcios tratavam seus pacientes com supositórios, unguentos, xaropes, poções, unções, massagens, enemas, purgantes, cataplasmas e até mesmo inalações, cujo uso ensinaram aos gregos. Sua farmacopeia abrangia grande variedade de ervas medicinais, cujos nomes, lamentavelmente, são intraduzíveis. As técnicas medicinais e os medicamentos egípcios gozavam de grande prestígio na Antiguidade, conforme nos revela Heródoto. Os nomes de aproximadamente uma centena de médicos egípcios chegaram até nós através dos papiros. Dentre eles há oculistas e dentistas, dos quais Hesy-Rê, que viveu por volta de -2600, na IV dinastia, pode ser considerado um dos mais antigos. Entre os especialistas há também veterinários. Para a execução de seu trabalho, os médicos dispunham de uma grande variedade de instrumentos.

A matemática (aritmética, álgebra e geometria)

Um dos importantes domínios da ciência a que os antigos egípcios se dedicaram foi a matemática. As medições acuradas dos seus enormes monumentos arquitetônicos e escultóricos constituem uma excelente prova de sua preocupação com a precisão. Jamais teriam conseguido alcançar tal grau de perfeição sem um mínimo de aptidão matemática.

Do Médio Império (-2000 a -1750) chegaram-nos dois importantes papiros matemáticos: o de Moscou e o Rhind. O método egípcio de numeração, baseado no sistema decimal, consistia em repetir os símbolos dos números (unidades, dezenas, centenas, milhares) tantas vezes quanto fosse necessário para obter o número desejado. Não existia o zero. É interessante notar que os símbolos egípcios para as frações 1/2, 1/3, 1/4, e assim por diante, originaram-

-se no mito de Hórus e de Set, em que um dos olhos de falcão de Hórus foi arrancado e cortado em pedaços por Set. Esses pedaços é que simbolizam certas frações.

Na matemática egípcia podem-se distinguir três partes: a aritmética, a álgebra e a geometria.

A organização administrativa egípcia requeria conhecimentos de aritmética. A eficiência da administração altamente centralizada dependia do conhecimento exato daquilo que ocorria. em cada província, em todas as esferas de atividade. Não é de surpreender, portanto, que os escribas dedicassem uma enorme quantidade de tempo a manter registros referentes às áreas de terras cultivadas, quantidade de produtos disponíveis e sua distribuição, quantidade e qualificação do pessoal e assim por diante.

O método de cálculo dos egípcios era simples. Reduziam todas as operações a séries de multiplicações e divisões por dois (duplicação), processo lento que requer pouca memorização e dispensa as tábuas de multiplicação. Nas divisões, quando o dividendo não era divisível pelo divisor, o escriba introduzia as frações, mas o sistema utilizava apenas frações cujo numerador fosse o número 1. As operações com frações também eram realizadas por duplicação sistemática. Os textos contêm numerosos exemplos de partilhas proporcionais obtidas dessa maneira, sendo que ao final dos cálculos o escriba acrescentava a fórmula "é exatamente isso", que equivale ao nosso c. q. d. (como queremos demonstrar).

Todos os problemas colocados e resolvidos pelos tratados egípcios sobre aritmética apresentam um traço comum: são problemas materiais semelhantes aos que o escriba, isolado em algum posto longínquo, teria de resolver no dia-a-dia, como, por exemplo, a partilha de sete pães entre dez homens, proporcionalmente ao seu grau hierárquico, ou o cálculo do número de tijolos necessários à construção de um plano inclinado. Tratava-se, pois, basicamente de um sistema empírico, com poucas características de natureza abstrata. É difícil saber que elementos de um sistema como esse ter-se-iam transmitido a culturas vizinhas.

Talvez não se possa falar propriamente de uma álgebra egípcia; sobre esse aspecto, os especialistas em história da ciência sustentam diferentes pontos de vista. Certos problemas descritos no Papiro de Rhind são formulados da seguinte maneira: "Uma quantidade *(ahâ,* em egípcio) a que se soma (ou se subtrai) tal ou tal porção (n) resulta na quantidade (N). Qual é essa quantidade?" Algebricamente, trata-se da expressão $x \pm \frac{x}{n} = N$, fato que levou alguns

historiadores da ciência a concluir que os egípcios utilizavam cálculos algébricos. Entretanto, as soluções propostas a esse tipo de problema pelo escriba do Papiro Rhind são sempre alcançadas pela aritmética simples, e o único exemplo em que provavelmente se aplicou a álgebra refere-se a um problema de divisão que implica na existência de uma equação de segundo grau. O escriba resolveu esse problema como um algebrista moderno o faria, mas em vez de tomar como base do cálculo um símbolo abstrato, como x, tomou o número 1. A questão da existência ou não da álgebra egípcia depende, portanto, da aceitação ou rejeição da possibilidade de operar algebricamente sem utilizar símbolos abstratos.

Os historiadores gregos Heródoto e Estrabão concordam em que a geometria foi inventada pelos egípcios. A necessidade de calcular uma superfície de terra retirada ou acrescentada a cada ano pelas enchentes do Nilo aparentemente os levou a essa descoberta. Com efeito, tal como a matemática, a geometria egípcia era empírica. Os tratados antigos visavam, antes de mais nada, fornecer ao escriba uma fórmula que o habilitasse a calcular rapidamente a área de um campo, o volume de grãos de um silo ou o número de tijolos necessários à construção de um edifício. O escriba nunca aplicava um raciocínio abstrato para resolver determinado problema, fornecendo apenas meios práticos de chegar à solução, ou seja, números concretos. Entretanto os egípcios conheciam com perfeição o método de calcular a área de um triângulo ou de um círculo, o volume de um cilindro, de uma pirâmide ou de uma pirâmide truncada e, provavelmente, de um hemisfério. Seu maior feito foi o cálculo da superfície do círculo. Procediam pela redução do diâmetro em 1/9 e elevavam o resultado ao quadrado, o que equivalia a atribuir o valor de 3,1605 a π, muito mais exato que o valor 3 dado a π por outros povos da Antiguidade.

O conhecimento da geometria encontrou considerável aplicação prática na agrimensura, que desempenhava um papel significativo no Egito. Muitos são os túmulos decorados com representações que mostram agrimensores aplicados em conferir se os marcos dos campos não se deslocaram, medindo com uma corda de nós, precursora da cadeia de agrimensura, a superfície do campo cultivado. A corda de agrimensor, ou *nouh,* é mencionada nos textos mais antigos (cerca de -2800). O governo central dispunha de um escritório de cadastro cujos registros foram saqueados durante a revolução menfita (cerca de -2150), tendo sido reorganizados durante o Médio Império (cerca de -1990).

A Astronomia

A documentação que possuímos sobre a astronomia egípcia não se compara ao material disponível sobre matemática (Papiros Rhind e de Moscou), ou sobre cirurgia e medicina (Papiros Edwin Smith e Ebers). Contudo, há razões para crermos que tenham existido tratados sobre astronomia. Embora o Papiro Carlsberg 9, que descreve o método para a determinação das fases da Lua, tenha sido escrito, indubitavelmente, durante a época romana, ele deriva de fontes mais antigas e não recebeu nenhuma influência helenística. Pode-se dizer o mesmo quanto ao Papiro Carlsberg 1. Infelizmente, essas fontes mais antigas não sobreviveram até nossos dias, e a contribuição egípcia no domínio da astronomia deve ser inferida de aplicações práticas feitas com base em observações. Tal contribuição, porém, está longe de ser insignificante.

Como vimos (cf. Introdução), o ano civil egípcio dividia-se em três estações de quatro meses, cada qual com trinta dias; a esses 360 dias, eram acrescentados outros cinco ao final de cada ano. O ano civil de 365 dias, o mais exato conhecido na Antiguidade, está na origem do nosso ano civil, visto ter servido de base para a reforma juliana (- 47) e para a reforma gregoriana, de 1582. Ao lado desse calendário civil, os egípcios também utilizavam um calendário religioso, lunar, estando aptos a prever com razoável precisão as fases da Lua.

Desde a expedição de Napoleão ao Egito, os europeus se surpreendem com a exatidão do alinhamento das construções erguidas à época dos faraós, em particular das pirâmides, cujas quatro faces voltam-se para os quatro pontos cardeais. As Grandes Pirâmides apresentam um desvio de menos de 1° em relação ao norte verdadeiro. Tal precisão só poderia ter sido alcançada através da observação astronômica: direção da estrela polar na época, culminação de uma estrela fixa, bissetriz do ângulo formado pela direção de uma estrela a intervalos de doze horas, bissetriz do ângulo do nascer e do ocaso de uma estrela fixa ou afastamento máximo de uma estrela fixa (que para a Ursa Maior deve ter sido de 7, segundo Z. Zorba). Em todos esses casos, o cálculo do alinhamento requer uma observação astronômica precisa. Os egípcios estavam perfeitamente capacitados a realizar esse tipo de observação, já que dispunham de uma equipe de astrônomos – que trabalhavam sob a autoridade do vizir – encarregados de observar o céu à noite para anotar o nascer das estrelas, particularmente de Sirius (Sótis), e, sobretudo, para determinar o transcurso das horas da noite. Estas, para os egípcios, variavam conforme as estações: a noite, que devia comportar doze horas, começava sempre com o ocaso e terminava com a aurora. Segundo as tabelas que chegaram até nós, cada hora da noite era marcada, mês após mês, de

dez em dez dias, pelo nascer de uma constelação ou de uma estrela de primeira grandeza. As tabelas distinguiam 36 dessas constelações ou estrelas que constituíam *decans,* cada um dos quais inaugurava um decêndio (período de dez dias).

Esse sistema remonta, pelo menos, à III dinastia (cerca de -2600). Os sacerdotes-astrônomos possuíam, além das tabelas, instrumentos simples de observação: uma mira e um esquadro ao qual se amarrava um fio de prumo, que requeriam uma equipe de dois observadores. Apesar da natureza rudimentar dessa técnica, as observações eram precisas, como se comprova pela exatidão da orientação das pirâmides. Em certos túmulos, há pinturas representando o céu. As estrelas aparecem sob a forma de imagens, o que possibilita a identificação de algumas das constelações reconhecidas pelos egípcios. A Ursa Maior é denominada "Perna de Boi"; as estrelas ao redor de Arcturo são representadas por um crocodilo e um hipopótamo acoplados; Cisne é representada por um homem com os braços estendidos; Órion, por uma pessoa correndo com a cabeça voltada para trás; Cassiopeia, por uma figura de braços estendidos; e Dragão, Plêiade, Escorpião e Áries, por outras figuras.

Para determinar as horas do dia, que também variavam conforme as estações, os egípcios utilizavam um *gnomon,* isto é, uma simples vara plantada verticalmente numa prancha graduada, munida de um fio de prumo. O instrumento servia para a medição do tempo gasto na irrigação dos campos, uma vez que a água tinha de ser distribuída imparcialmente. Assim como o *gnomon,* os egípcios tinham relógios de água colocados no interior dos templos. Esses relógios foram tomados de empréstimo e aperfeiçoados pelos gregos: são as clepsidras da Antiguidade. Eram feitos no Egito já em -1580.

A Arquitetura

Os antigos egípcios aplicaram seus conhecimentos de matemática à extração, transporte e assentamento dos enormes blocos de pedra utilizados em seus projetos arquitetônicos. Tinham uma longa tradição no uso de tijolos e de vários tipos de pedra, tradição que remonta aos tempos primitivos. Começaram a usar o pesado granito no início do III milênio antes da Era Cristã, aplicando-o nos pisos de alguns túmulos da I dinastia em Abidos. Durante a II dinastia, empregaram o calcário na construção das paredes dos sepulcros.

Uma nova fase iniciou-se na III dinastia. Trata-se de um avanço de fundamental importância na história da arquitetura egípcia: a construção da pirâmide em degraus de Saqqara – a primeira edificação egípcia inteiramente em pedra –, que faz parte do imenso complexo funerário do rei Zoser.

O arquiteto Imhotep, provavelmente vizir do rei Zoser (cerca de -2580), foi o construtor do conjunto que inclui a pirâmide em degraus, onde, pela primeira vez, empregou a pedra talhada. Os blocos eram pequenos e pareciam uma imitação, em calcário, do tijolo cru, antes usado na arquitetura funerária. As colunas incrustadas e as traves de sustentação do teto eram, igualmente, cópias em pedra dos feixes de plantas e das vigas utilizadas na construção primitiva. Tudo indica, pois, que a arquitetura egípcia estava entre as primeiras a fazer uso da pedra talhada em fiadas regulares .

O Egito desenvolveu uma grande variedade de formas arquitetônicas, das quais a pirâmide, sem dúvida, é a mais característica. As primeiras pirâmides eram em degraus e somente a partir da IV dinastia (cerca de -2300) foram tomando a forma triangular. Desse período em diante, os arquitetos abandonaram o uso das pedras pequenas da III dinastia, em favor dos enormes blocos de calcário e de granito.

Até a conquista romana, a arquitetura civil continuou a empregar o tijolo cru, mesmo nas construções de palácios reais. Os edifícios anexos do Ramesseu, em Tebas, e as grandes fortificações núbias nos dão uma boa ideia da versatilidade desse material. Podia ser usado com muito requinte, como se pode observar no palácio de Amenófis IV, em Tell el-Amarna, cujos pavimentos e tetos foram decorados com pinturas.

Outra contribuição no campo da arquitetura é a criação da coluna, que, a princípio, era embutida na parede e mais tarde tornou-se isolada.

O meio ambiente influenciou fortemente o desenvolvimento da arquitetura no antigo Egito. A ideia da coluna, por exemplo, foi inspirada na observação de plantas silvestres, como o junco e o papiro. Os capiteis das colunas eram talhados na forma da flor do lótus, do papiro e de outras plantas, o que constitui uma outra inovação arquitetônica. As colunas caneladas e os capiteis em forma de lótus, de papiro, e de palma foram adotados pela arquitetura de outras culturas.

É provável que os antigos egípcios tenham inventado a abóbada durante a II dinastia (cerca de -2900). No início, as abóbadas eram construídas com tijolos, que por volta da VI dinastia foram substituídos pela pedra.

A Grande Pirâmide de Gisé é uma das sete maravilhas do mundo antigo. Uma construção de proporções tão magníficas é prova da habilidade arquitetônica e administrativa dos antigos egípcios. A construção dos corredores ascendentes que conduzem à câmara de granito do rei e a existência de duas aberturas ou respiradouros (nos lados norte e sul da câmara real) que se estendem para o exterior de modo a assegurar a ventilação são dois bons exemplos de sua engenhosidade.

FIGURA 5.11 E 5.12 Vista parcial de Mirgissa, fortaleza militar construída há aproximadamente 4 mil anos. (Fotos R. Keating.)

FIGURA 5.13 Colunas fasciculadas do templo de Sacará. (Fonte: J. Pirenne. 1961. v. I, p. 64, fig. 17.)

As proporções, medidas e orientação exatas das câmaras e dos corredores das pirâmides, sem falar no talhe e na ereção dos gigantescos obeliscos de pedra maciça, indicam uma grande habilidade técnica, de raízes muito antigas.

Para o transporte e o assentamento dos blocos de pedra, os egípcios utilizavam alavancas, rolos e travessas de madeira. Seus empreendimentos arquitetônicos, apesar das dimensões gigantescas, empregavam apenas a força de braços humanos, sem o uso de quaisquer meios mecânicos além do princípio da alavanca em suas diversas formas.

O conhecimento técnico adquirido pelos egípcios na construção e na irrigação – advindo da escavação de canais e da construção de diques e barragens – manifestou-se ainda em outros campos relacionados à arquitetura.

Por volta de -2550, tinham perícia suficiente para construir uma barragem de pedra talhada num uadi próximo ao Cairo. Pouco tempo depois, seus engenheiros abriam canais navegáveis nas rochas da Primeira Catarata, em Assuã. Pelo que tudo indica, por volta de -1740 conseguiram erigir uma barragem no próprio Nilo, em Semneh, na Núbia, para facilitar a navegação em direção ao sul. E, finalmente, durante o mesmo período, construíram, paralelamente à Segunda Catarata, uma rampa sobre a qual faziam deslizar as embarcações com o auxílio do limo fluido do Nilo. A rampa, predecessora do *diolkos* do istmo de Corinto, tinha uma extensão de vários quilômetros e evitava que as corredeiras da Segunda Catarata viessem a constituir um obstáculo à navegação.

A paisagística e o urbanismo são outros aspectos da arquitetura egípcia. Os egípcios apreciavam os jardins. Mesmo os pobres procuravam plantar uma ou duas árvores no estreito pátio de suas casas. Quanto aos ricos, seus jardins rivalizavam em tamanho e exuberância com as próprias residências. Durante a III dinastia (cerca de -2800), era comum um alto oficial possuir um jardim com mais de 1 ha sempre com uma piscina, traço distintivo dos jardins egípcios. O jardim era organizado em torno de uma ou mais piscinas. Elas serviam como viveiros de peixes, reservatóriosde água e como fonte de ar fresco para a casa, que se situava nas proximidades. Muitas vezes o dono da casa mandava construir um gracioso pavilhão de madeira junto da piscina, onde pudesse respirar o ar fresco da noite e receber amigos para um drinque refrescante.

Ocasionalmente, essas piscinas artificiais eram bastante grandes. O lago do palácio de Snefru tinha dimensões suficientes para que seu dono pudesse navegar em companhia de jovens remadoras levemente vestidas; Amenófis III

figura 5.14 e 5.15 Mirgissa: Rampa para barcos. (Fotos Missão Arqueológica Francesa para o Sudão.)

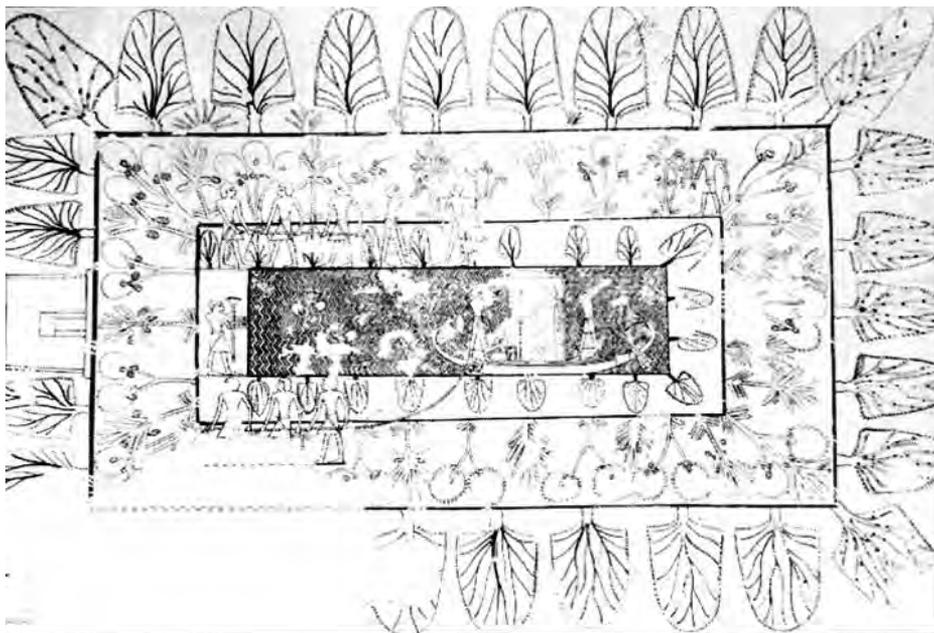
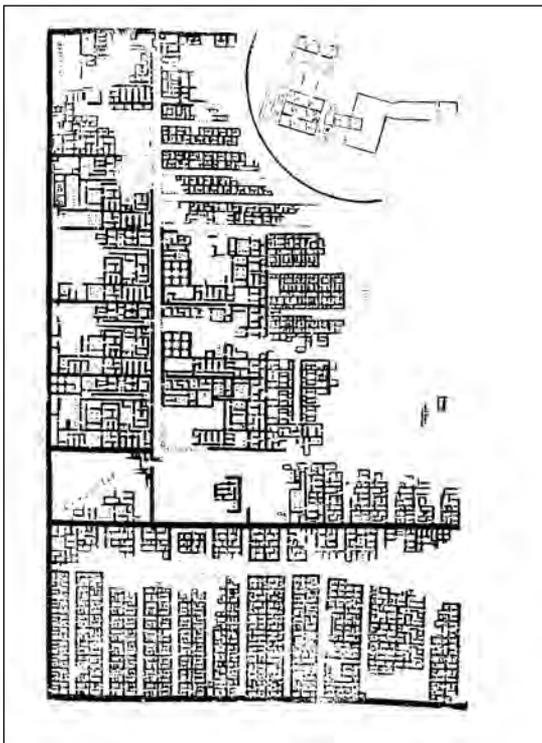



FIGURA 5.16 Um jardim egípcio. (Fonte: DAVIES, N. de G. 1943. The Metropolitan Museum of Art, Egypt Expedition. Nova Iorque. v. XI, pr. CX. Foto The Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.)

FIGURA 5.17 Urbanismo: planta da cidade de Illahun (Kahun), segundo Petrie, mostrando a aglomeração dos bairros pobres. (No semicírculo, túmulo de Maket, XIX-XX dinastias.) (Fonte: BREASTED, J. H. "Histoire de l'Egypte". v. I, p. 87. Repr. in J. Pirenne. v. II, p. 74. Ed. de la Baconnière, Neuchâtel.)

dispunha de uma imensa piscina em seu palácio tebano. Esse gosto egípcio por jardins-parque transmitiu-se posteriormente aos romanos.

Ao que parece, o urbanismo não é invenção do gênio grego. Já em -1895, no reinado de Sesóstris II, a cidade de Kahun foi construída no interior de um amuralhado retangular. Dispunha de edifícios administrativos e residenciais. As casas destinadas aos trabalhadores, das quais aproximadamente 250 foram reveladas pelas escavações, eram construídas em blocos ao longo de ruas de 4 m de largura, que corriam em direção a uma artéria central de 8 m de largura. Cada casa ocupava uma área de terreno de 100 a 125 m^2 e continha uma dúzia de aposentos em um só nível. Em outra parte da cidade, localizavam-se as casas dos dirigentes – casas que chegavam a ter até setenta aposentos, ou habitações mais modestas, que, no entanto, eram consideravelmente maiores do que as dos trabalhadores. Também eram construídas ao longo de avenidas retas, paralelas aos muros da cidade. No centro dessas avenidas corria uma valeta de escoamento.

As grandes fortalezas da Núbia seguiram esse mesmo modelo de construção. O mesmo planejamento urbano foi adotado no Novo Império, notadamente em Tell el-Amarna, onde as ruas se cruzavam em ângulos retos, embora a própria cidade não apresentasse o mesmo rigor geométrico de Kahun.

Por certo seria arriscado sugerir que todas as cidades egípcias tinham uma disposição semelhante à de Kahun ou Tell el-Amarna, que foram construídas ao mesmo tempo e sob as ordens de um único soberano. Cidades que se desenvolveram aos poucos deviam ter um aspecto menos regular. Mas o fato é que os planos geométricos da cidade e a padronização das moradias revelam as tendências do planejamento urbano egípcio. E cabe aqui uma pergunta: não seriam os egípcios os precursores do urbanismo helênico?

Se, por um lado, é incontestável a importância da contribuição egípcia no domínio da arquitetura, torna-se difícil, por outro lado, avaliar a influência de um tal legado no plano mundial. Arquitetos de diferentes culturas utilizaram – e ainda hoje utilizam – colunatas, pirâmides e obeliscos que, inegavelmente, são de origem egípcia. Mas não terá havido, além disso, uma influência mais remota que chegou até nós por intermédio dos gregos? É difícil não reconhecer nas colunas fasciculadas de Saqqara e nas colunas protodóricas de Beni-Hassan os ancestrais remotos das colunas da Grécia e, mais tarde, da arte clássica romana. Um fato, ao menos, parece confirmado: as tradições arquitetônicas dos faraós penetraram na África através de Méroe e, depois de Napata, que transmitiram formas – pirâmides e pilonos entre outras – e técnicas – construção com pedras talhadas pequenas e bem modeladas.

FIGURA 5.18 Mirgissa. (Foto Missão Arqueológica Francesa para o Sudão.)

FIGURA 5.19 Mirgissa. (Foto R. Keating.)

Contribuição Cultural

Esse aspecto abstrato do legado egípcio faraônico abrange as contribuições nos domínios da escrita, da literatura, da arte e da religião.

A Literatura

Os egípcios desenvolveram um sistema de escrita hieroglífica em que muitos dos símbolos derivaram do seu meio ambiente africano. Pode-se afirmar, portanto, que não se trata de um empréstimo, mas de uma criação original (cf. Introdução).

Os egípcios expressavam-se inicialmente por meio de ideogramas. Estes logo se formalizaram em símbolos representativos de elementos fonéticos que, posteriormente abreviados, poderiam ser considerados uma etapa na criação da escrita alfabética.

Os contatos culturais com a escrita semítica ocorridos no Sinai – onde se desenvolveram sistemas de escrita característicos que tomaram de empréstimo formas aparentadas aos hieróglifos – devem ter contribuído para a invenção de um verdadeiro alfabeto. Este foi tomado de empréstimo pelos gregos, e sua influência estendeu-se à Europa. Os antigos egípcios inventaram igualmente os instrumentos de escrita (a que já nos referimos no item que trata das atividades artesanais). A descoberta do papiro, transmitido à Antiguidade clássica, certamente contribuiu – graças à leveza e flexibilidade desse material, e às dimensões quase ilimitadas que podiam ter os "rolos" de papiro – para a difusão de ideias e conhecimentos. A extensa literatura da época faraônica cobre todos os aspectos da vida dos egípcios, desde as teorias religiosas até os textos literários, como narrativas, peças de teatro, poesia, diálogos e crítica. Essa literatura pode ser considerada um dos legados culturais mais importantes do antigo Egito, ainda que seja impossível determinar que aspectos foram absorvidos pelas culturas africanas vizinhas. Um etnólogo moderno identificou entre os nilotas da província de Equatoria (República do Sudão) uma lenda de origem egípcia, encontrada num texto de Heródoto.

Alguns dos exemplos mais impressionantes da literatura egípcia estão entre os escritos do Primeiro Período Intermediário e do início do Médio Império. O eminente egiptólogo James Henry Breasted considerou essa literatura um sinal precoce de maturidade intelectual e social. Descreveu esse período, em que o homem podia dialogar com sua própria alma sobre temas metafísicos, como a aurora da consciência. Um exemplo da literatura da época é o papiro *Protestos*

FIGURA 5.20 Mirgissa, Muralha externa.

FIGURA 5.21 Mirgissa. Muralha setentrional. (Fotos Missão Arqueológica Francesa para o Sudão.)

do 'Camponês Eloquente, que exprime o descontentamento com a comunidade e com a situação do país. Essa obra pode ser considerada um dos primeiros passos em direção à revolução social e à democracia.

Bom exemplo dos sentimentos expressos na literatura egípcia é o texto inscrito em quatro urnas funerárias de madeira encontradas em el-Bersheh, no Médio Egito: "Criei os quatro ventos para que todos os homens respirassem... Provoquei a inundação para que o pobre se beneficiasse tanto quanto o rico... Criei cada homem igual ao seu próximo ...".

Pode-se admitir, finalmente, que determinados elementos da literatura egípcia tenham sobrevivido até nossos dias graças às maravilhosas narrativas da literatura árabe. Esta, com efeito, parece ter suas fontes na tradição oral egípcia. Assim, foi possível estabelecer um paralelo entre a história de "Ali Babá e os Quarenta Ladrões", das *Mil e Uma Noites,* e um conto faraônico, "A Captura de Joppe", assim como entre "Simbad, o Marujo" e "O Náufrago", conto faraônico do Médio Império.

A Arte

No campo das artes plásticas, diversos meios de expressão foram utilizados: escultura, pintura, relevo, arquitetura. Os antigos egípcios aliavam às suas atividades terrenas a esperança de uma vida após a morte; assim, a arte egípcia é particularmente expressiva por representar crenças profundamente arraigadas. Ao cessarem todos os sinais de vida, o ser humano ainda subsiste integralmente: para um egípcio a morte é só aparente. No entanto, a sobrevivência da pessoa depende da preservação do corpo-suporte, seja através da mumificação, seja, à falta desta, através de uma imagem. As estátuas e estatuetas, os baixos-relevos e as pinturas nos túmulos são recursos para a perpetuação da vida do indivíduo no além. Por esse motivo, os detalhes do corpo humano são representados com precisão. Para intensificar a vivacidade da expressão, os olhos das estátuas eram incrustados, e até mesmo as sobrancelhas eram moldadas em cobre ou prata. Os globos oculares eram feitos de quartzo branco, e as pupilas, de resina. Produziam-se, por vezes, estátuas de ouro ou de cobre martelado sobre um suporte de madeira, trabalho que requeria extrema habilidade e experiência na modelagem do metal. Tal habilidade pode ser observada em numerosas estátuas datadas do período histórico provenientes de diversos sítios arqueológicos.

No domínio das artes menores, os egípcios produziram uma enorme quantidade de amuletos, escaravelhos e sinetes, assim como objetos ornamentais e joias

FIGURA 5.22 Mirgissa. Casa particular. (Foto Missão Arqueológica Francesa para o Sudão.)

FIGURA 5.23 Modelo de uma casa do Médio Império. (Foto fornecida pelo dr. G. Mokhtar.)

que, a despeito das pequenas dimensões, são de grande beleza. Não há dúvida de que esses pequenos objetos eram os mais difundidos e apreciados na África, no Oriente Próximo e mesmo na Europa, sendo, muitas vezes, indicadores de laços que, no passado, ligaram o Egito a outras nações.

A produção artística do antigo Egito não tinha, em seu conjunto, uma função essencialmente estética, mas era, sobretudo, expressão da crença egípcia de que a vida terrena se repetiria no além.

A religião

Pode-se considerar a religião como uma das contribuições filosóficas do Egito. Os antigos egípcios desenvolveram inúmeras teorias sobre a criação da vida, o papel das forças naturais e a reação da comunidade humana frente a elas, assim como sobre o mundo dos deuses e sua influência no pensamento humano, os aspectos divinos da realeza, o papel dos sacerdotes no interior da comunidade e a crença na eternidade e na vida além-túmulo.

Essa profunda experiência do pensamento abstrato influenciou a comunidade egípcia de tal modo que terminou por produzir um efeito duradouro sobre o mundo exterior. Para o historiador, é particularmente visível a influência religiosa egípcia sobre certos aspectos da religião greco-romana, como se pode constatar pela popularidade da deusa Ísis e do seu culto na Antiguidade clássica.

Transmissão do legado faraônico. Papel do corredor Sírio-Palestino

A Fenícia desempenhou um papel especialmente importante na transmissão do legado faraônico ao resto do mundo.

A influência do Egito sobre a Fenícia pode ser atribuída aos contatos econômicos e culturais entre as duas regiões. Essa relação tornou-se visível quando o comércio e a exploração começaram a se expandir, durante as épocas pré-dinástica e protodinástica, com o objetivo de satisfazer as amplas necessidades do período. A própria invenção da escrita como meio essencial de comunicação foi, em parte, consequência de fatores econômicos e religiosos. Isso significa que os contatos com a Fenícia eram indispensáveis para a importação de matérias-primas vitais, como a madeira, por exemplo, necessária para a construção de templos e monumentos religiosos.

FIGURA 5.24 A deusa Hátor.

Os comerciantes egípcios estabeleceram um santuário em Biblos, cidade com que mantinham estreitos contatos comerciais. A cultura e as ideias egípcias difundiram-se por toda a bacia do Mediterrâneo por intermédio dos fenícios.

A influência da cultura egípcia sobre a sabedoria bíblica, entre outras, é notável (cf. Capítulo 3). As relações comerciais e culturais com o Levante estabeleceram-se ao longo do II e do I milênio antes da Era Cristã, período que compreende o Médio e o Novo Império, bem como as últimas dinastias. Os contatos desenvolveram-se naturalmente, acompanhando a expansão política e militar egípcia; traços da arte egípcia aparecem em vários sítios sírios e palestinos, tais como Ras Shamra, Qatna e Megido, como se pode observar nas

estátuas, esfinges e padrões decorativos. A troca de presentes colaborou para a expansão das relações culturais e comerciais.

É importante assinalar que a influência artística egípcia se faz sentir na arte síria, como resultado direto dos contatos entre o Egito e o Levante. Em Mitani, no nordeste da Síria, também se podem observar elementos artísticos egípcios, como a deusa egípcia Hátor, representada em pinturas murais. Tudo leva a crer que a influência artística egípcia se difundiu da Síria para as comunidades vizinhas. Esse fato é ilustrado pelo uso de cabos e apliques de marfim, assim como pela presença de motivos egípcios na ornamentação de vasilhas de bronze, e, principalmente, pelas tentativas de imitação da indumentária egípcia, dos escaravelhos alados e das esfinges com cabeça de falcão.

A influência artística egípcia, observada nas artes fenícia e síria, combina-se com motivos artísticos locais e outros elementos estrangeiros, tanto na escultura em *ronde-bosse* como no baixo-relevo. Esse fenômeno pode ser constatado não apenas na Síria, mas também nos objetos fenícios encontrados em Chipre e na Grécia, uma vez que os fenícios desempenharam um importante papel cultural e comercial no mundo mediterrânico e levaram certos elementos da cultura egípcia a outras regiões.

Vestígios da escrita hieroglífica egípcia foram encontrados nos textos semíticos do Levante, como podemos observar pela comparação entre alguns hieróglifos egípcios típicos, os símbolos proto-sinaítas e o alfabeto fenício. Os elementos proto-sinaítas receberam influência dos ideogramas hieroglíficos egípcios e os simplificaram de modo a deixá-los próximos dos símbolos alfabéticos. A escrita proto-sinaíta poderia ser vista como um passo em direção ao alfabeto fenício e, portanto, ao alfabeto europeu.

Esse vasto legado faraônico, disseminado pelas civilizações antigas do Oriente Próximo, foi por sua vez transmitido à Europa moderna por intermédio do mundo clássico.

Os contatos econômicos e políticos entre o Egito e o mundo mediterrânico oriental, no período histórico, resultaram na disseminação de objetos da civilização faraônica por regiões como a Anatólia e o mundo egeu pré-helênico. Uma taça gravada com o nome do templo solar de Userkaf, primeiro faraó da V dinastia, foi encontrada na ilha de Cítera, enquanto fragmentos de uma cadeira de braços folheada a ouro exibindo os títulos de Sahure foram encontrados em Dorak, na Anatólia.

Ao lado das relações entre o Egito faraônico e o mundo mediterrânico, é importante sublinhar a presença de laços culturais a unir o Egito ao interior africano. Tais vínculos existiram tanto na pré-história mais longínqua quanto

na época histórica. A civilização egípcia impregnou as culturas africanas vizinhas. Estudos comparativos comprovaram a existência de elementos culturais comuns à África negra e ao Egito, como, por exemplo, a relação entre a realeza e as forças naturais. Isso fica claro a partir dos achados arqueológicos no antigo território do país de Kush: pirâmides reais foram construídas em el-Kurru, Nuri, Djebel Barkal e Méroe, testemunhando a magnitude da influência egípcia sobre a África.

Lamentavelmente, o nosso desconhecimento da língua dos meroítas, assim como da extensão do seu Império, impede-nos de avaliar o impacto que a civilização egípcia deve ter exercido sobre o conjunto das culturas da África antiga a leste, a oeste e ao sul do império meroíta.

CAPÍTULO 6

O Egito na época helenística

H. Riad colaboração de *J. Devisse*

O Império de Alexandre, o Grande, à época de sua morte, compreendia a Macedônia, uma grande parte da Ásia Menor, a costa oriental do Mediterrâneo, o Egito e estendia-se para leste, na Ásia, até o Pendjab. Após sua morte, em -323, as três dinastias fundadas por três de seus generais já estavam bem fortalecidas para poder dirigir o Império: os antigônidas, na Macedônia, os selêucidas, no antigo Império Persa, na Ásia, e os Ptolomeus, no Egito.

Os Ptolomeus reinaram no Egito durante três séculos, abrindo um período bastante distinto dos anteriores na história desse país, pelo menos no que diz respeito aos aspectos externos de sua vida e de sua geografia política. O Egito cairia em seguida sob a dominação romana[1].

Um novo tipo de Estado no Egito

Sob o reinado de mais de uma dúzia de soberanos lágidas, o Egito foi, de início, fortemente marcado pela chancela dos governantes estrangeiros e

1 Esses limites são convencionais. Ver: TARN, W. 1930. p. 1 et seqs. M. BIEBER. (p. 1 et seqs.) dá como limite -330 a -300 e menciona outros autores, como DROYSEN (de -280 até a época de Augusto) e R. LAGUEUR, para o qual o período se inicia em -400.

pelas necessidades da nova política, seguindo-se uma lenta assimilação, como de outras vezes, dos novos senhores[2] do Delta[3].

A defesa avançada da capital – Alexandria –, situada, pela primeira vez na história do Egito, no litoral (provavelmente a partir da época de Ptolomeu II), necessitava agora do controle militar e naval do Mediterrâneo oriental. O duplo perigo dos ataques dos rivais sírios e núbios compeliu os lágidas a adotar uma política militar demasiado dispendiosa. Em primeiro lugar, tinham que distribuir terras aos mercenários, bem como arcar com pesadas despesas em numerário; em segundo, viam-se obrigados a procurar em regiões distantes do Egito as bases materiais para uma força militar satisfatória. Visando garantir um estoque de madeira para a construção de embarcações, restringiram-se os trabalhos de construção no Egito, desenvolveram-se as plantações reais no vale do Nilo e importaram-se madeiras do Egeu e das ilhas, bem como alcatrão, pez e ferro, indispensáveis na construção naval[4]. Criava-se, assim, o que se caracterizaria como traço permanente da vida econômica egípcia por mais de mil anos. O aspecto mais espetacular desse desenvolvimento marítimo reside no estabelecimento de bases para a caça do elefante ao longo da costa africana até a Somália[5], e na construção, extremamente custosa, de navios para o transporte desses animais. Os elefantes eram utilizados nos combates com os rivais selêucidas, que, por sua vez, costumavam trazê-los da Ásia[6]. Assim, fazia-se necessário também buscar na Índia cornacas (domadores) que adestrassem os elefantes capturados. Desses esforços, o único traço remanescente manifesta-se nas suas consequências de caráter cultural: a descoberta do mecanismo das monções por Hipalo, no reinado de Ptolomeu III, abreviou a viagem às Índias e tornou-a menos perigosa e custosa. Cresceram, naturalmente, as relações comerciais com a Ásia[7]. Os Ptolomeus não pouparam esforços para a melhoria das relações

2 Isso é particularmente verdadeiro na época do fundador da linhagem, Ptolomeu Sóter I (-367 a -283), de seu filho Ptolomeu II Filadelfo (-285 a -246) e de Ptolomeu III Evergeta (-246 a -221), que foram os mais notáveis guerreiros – e talvez governantes – de toda a linhagem.

3 C. PRÉAUX (1950. p. III) faz justiça ao chamar a atenção para a importância inaudita do Delta nas relações exteriores do Egito.

4 C. PRÉAUX (1939) sublinha a importância da empresa: em -306, Ptolomeu I dispunha de duzentos navios, enquanto Ptolomeu Filadelfo espalhou mais de quatrocentos por todo o Império.

5 LECLANT, J. 1976b. v. I, p. 230. Ptolomeu Filadelfo mandou abrir portos em Arsínoe, Myos Hormos e Berenice. Empreendeu também a demarcação de estradas entre o Nilo e o mar Vermelho (PRÉAUX, C. 1930).

6 PRÉAUX, C. 1939.

7 "Ptolomeu Filadelfo procurou desviar da rota das caravanas árabes as mercadorias que, através dela, vinham da Etiópia, da própria Arábia e, por intermédio dos árabes, da Índia. É novamente Alexandria a beneficiária dessa política." Citado por A. Bernand, pp. 258-9.

entre o mar Vermelho e o Delta. O canal que Dario I mandara abrir no braço oriental do Nilo até os lagos Amargos foi aprofundado no reinado de Ptolomeu Filadelfo, facilitando a navegação de embarcações de grande porte. Sob esse mesmo rei foi construída uma estrada ligando Coptos, em Tebaida, a Berenice, no mar Vermelho.

A política externa envolveu os lágidas em pesadas despesas, que precisavam ser compensadas por meio de taxas que beneficiassem os cofres reais. O controle rigoroso da economia e a supervisão das exportações, algumas das quais desenvolvidas sistematicamente sob monopólio real, ofereceram solução parcial ao problema. O trigo era estocado nos imensos celeiros de Alexandria. O rei dispunha, assim, de um produto que podia ser exportado para o norte em troca de matérias-primas estratégicas; dispunha igualmente dos meios para recompensar a numerosa população de Alexandria, através da distribuição periódica desse cereal, em particular nas épocas de escassez. O aumento da produção de artigos de exportação deu origem a uma política sistemática de cultivo de terras virgens a expensas do tesouro real. O poder, porém, permaneceu indiferente ao destino dos lavradores egípcios. Pelo menos no início, não mais atuou como coordenador da produção, tal como os faraós haviam feito, mas simplesmente como predador dos produtos de que o tesouro necessitava[8].

Outro recurso para fazer frente às enormes despesas com armamentos e importações consistiu na exportação de produtos africanos para o Mediterrâneo: marfim, ouro, plumas e ovos de avestruz eram comprados no sul do Egito e no Chifre da África e revendidos no Mediterrâneo. Outras mercadorias – madeiras raras, corantes, sedas e pedras preciosas – provinham do oceano Índico e eram reexportadas (em alguns casos, após serem trabalhadas pelos alexandrinos) para a Grécia, colônias gregas, Itália e todo o Mediterrâneo oriental até o mar Negro. Mais uma vez, como se poderá constatar, essa atividade comercial teria consideráveis repercussões culturais.

É provável que os lágidas tenham vendido escravos, embora esse comércio fosse, por certo, mais modesto que o de Cartago durante o mesmo período[9].

Procurou-se, igualmente, reduzir as despesas advindas da compra de artigos especialmente destinados à populosa colônia grega que vivia no Egito. Desse modo, com a intenção de satisfazer os gostos e os hábitos dos gregos, os lágidas tentaram a toda força introduzir novas culturas, como, por exemplo, a do bálsamo, mas os camponeses egípcios mostraram-se refratários a essas novidades.

8 Naturalmente, o papiro estava entre esses produtos.

9 LECLANT. J. 1976b. p. 230.

Uma orientação como essa só poderia frutificar às custas de um estado de constante prontidão militar e de permanente controle sobre o Mediterrâneo oriental, o mar Vermelho e o oceano Índico. Os lágidas nunca estiveram em condições de conservar com firmeza todas as cartas nas mãos: a partir do quarto soberano da linhagem, o controle lhes foi escapando pouco a pouco, e o Egito retomou lentamente sua economia tradicional.

Não obstante, os lágidas deram um vigoroso impulso à economia egípcia – embora talvez demasiado artificial, já que o Estado e a classe dominante grega foram seus principais beneficiados.

A indústria de transformação desenvolveu-se particularmente bem nas regiões do Delta e de Alexandria. Dedicaram-se esforços especiais à obtenção da lã e à introdução dos carneiros árabe e milésio. As fiações aprenderam a trabalhar a nova matéria-prima em conjunto com o linho, produzindo-se então catorze diferentes variedades de tecido. Alexandria detinha o monopólio da manufatura do papiro, uma planta peculiar ao Egito, que crescia nos pântanos do Delta, não distantes da capital. A arte da vidraria, já conhecida ao tempo dos faraós, alcançou um alto grau de refinamento; novos métodos foram aperfeiçoados no reinado dos Ptolomeus. Durante séculos, Alexandria foi conhecida como centro de fabricação de produtos de vidro. Seus artesãos eram também donos de notável habilidade no trabalho de metais como o ouro, a prata e o bronze, e seus vasos marchetados eram muito apreciados.

Alexandria não só exportava as mercadorias que produzia (tecido, papiro, vidro, joias, etc.), como também reexportava as que lhe chegavam da Arábia, da África oriental e da Índia.

Parte do preço pago pelo desenvolvimento dessa espécie de produção industrial no Delta foi, sem dúvida, o crescimento da escravidão[10].

A resolução de todos esses problemas exigia uma forte moeda corrente[11]. Para a ampliação do comércio com o restante do mundo helenístico, era necessário que a moeda se ligasse aos padrões monetários daquele mundo, os quais eram estranhos ao Egito. Instaurou-se então um novo sistema financeiro. Os bancos exerciam então importante papel na vida econômica do Egito. Um banco central estatal foi estabelecido em Alexandria, com filiais nas capitais dos nomos e subfiliais nas aldeias mais importantes. Os bancos reais efetuavam toda sorte de

10 PRÉAUX, C. 1939.

11 Durante o reinado dos lágidas, intensifica-se a procura do ouro nos vales dos afluentes do Nilo, em direção à Etiópia, Estrabão descreveu as condições de extração como estarrecedoras. A quantidade de ouro produzida era insuficiente para vencer a demanda, e seu preço subia constantemente. Id.

transação bancária. Existiam também bancos privados, de papel secundário na vida econômica do país. A operação dos monopólios reais e a pesada administração fiscal eram dispendiosas e impunham à população um pesado ônus[12]. Esta economia tão bem estruturada não trouxe benefícios financeiros de nenhuma espécie aos próprios egípcios.

No domínio da agricultura eram constantes os conflitos entre a população nativa e os estrangeiros. Alguns desses conflitos terminavam com os camponeses procurando a proteção divina nos templos ou fugindo para longe de suas habitações.

Os lágidas eram considerados os reis mais ricos de sua época. Suas riquezas certamente eram partilhadas por um grande número de gregos pertencentes à classe dominante, que viviam em meio ao conforto. Se lhes aprazia, os lágidas e os gregos de Alexandria podiam, por exemplo, obter facilmente uma variedade de flores e de frutos, mesmo quando fora da capital[13].

Ptolomeu Filadelfo foi o primeiro a constatar que esse sistema poderia vir a se constituir num fardo insuportável para os egípcios. Alimentava o desejo de tornar-se um verdadeiro soberano egípcio e herdeiro dos faraós – sabemos, por exemplo, que ele chegou a visitar os trabalhos de exploração das terras do Fayum, uma tendência que se acentuou entre os seus sucessores após terem fracassado no exterior.

Os lágidas, no entanto, jamais lograram eliminar a desigualdade básica da sociedade que governavam.

Do ponto de vista social, político e econômico, os estrangeiros viviam uma situação bastante diferente daquela da população nativa, gozando de grandes vantagens. Os altos funcionários do palácio e os membros do governo eram estrangeiros, assim como os oficiais do exército e os soldados. Na área da agricultura, os estrangeiros contavam com maiores chances que os egípcios de se tornarem proprietários rurais. Na indústria, eram os empregadores, não os empregados. A quase totalidade dos bancos reais e privados era dirigida por eles. Em suma, os estrangeiros eram ricos, e os nativos, pobres. Quando um egípcio queria fazer um empréstimo em dinheiro ou em gênero (trigo), tinha de fazê-lo, em geral, junto a um estrangeiro; quando desejava arrendar um pedaço de terra, recorria, frequentemente, a um proprietário estrangeiro, e assim por diante. Desse modo, os nativos foram-se convertendo em dóceis instrumentos nas

12 Como quase sempre acontecia, o peso da fiscalização era maior quando os sucessos iniciais se seguiam de reveses. Id.

13 Sobre o conjunto da economia lágida, ver publicação de E. WILL (p. 133 et seq.).

mãos dos estrangeiros. Além do trabalho habitual, os egípcios nativos viam-se compelidos a cumprir inúmeras obrigações. Eram requisitados para o trabalho nos canais e diques e, de tempos em tempos, nas minas e nas pedreiras. Por favores especiais, os estrangeiros provavelmente estavam isentos desse trabalho compulsório, e certas classes dentre eles gozavam de privilégios nas taxações de impostos. Não se deve exagerar, porém, o quadro dessa situação. Alguns autóctones, como Mâneton, por exemplo, enriquecendo-se e colaborando com os gregos, logravam alcançar um lugar entre as classes dominantes.

A arqueologia por vezes oferece dados relacionados a essa sociedade que desafiam a interpretação: E. Bernand publicou um epitáfio dedicado a um escravo negro, escrito por um poeta local de cultura grega[14].

Uma das consequências menos previsíveis da chegada ao Egito de um grande número de gregos consistiu na propagação de certos cultos egípcios por todo o mundo grego.

De início, os gregos recém-chegados tinham seus próprios deuses e suas próprias crenças religiosas, bastante distintos dos cultos egípcios. No entanto surge rapidamente a tendência a associar certos deuses gregos a divindades egípcias, criando-se, assim, uma nova tríade, formada por Serápis como Deus-Pai, Ísis como Deusa-Mãe e Harpócrates como Deus-Filho. Para os egípcios, Serápis é o antigo deus Osir-Hapi, ou Osírapis (de onde derivou o nome Serápis). Para os gregos, Serápis, representado por um velho barbudo, assemelha-se a Zeus. Cada uma das comunidades venera-o à sua maneira. Ísis, deusa puramente egípcia, é doravante representada vestindo uma túnica grega com o característico nó sobre o peito. Harpócrates é Hórus, filho de Ísis, representado por um menino com o dedo na boca.

O ponto central dessa nova religião é o Serapeu, erguido a oeste de Alexandria. Dispomos de pouca informação sobre as características desse templo, mas sabemos, por descrições de historiadores romanos, que se situava numa alta plataforma, a que se tinha acesso por uma escada de cem degraus. Já no século III antes da era' cristã, o culto de Serápis estendia-se rapidamente pelas ilhas do mar Egeu. No século I, Serápis e Ísis são invocados por toda parte como salvadores. Seus cultos propagam-se a regiões longínquas: o de Ísis chega a Uruk, na Babilônia, o de Serápis, à Índia. De todas as divindades do mundo helenístico, Ísis, a de Nomes Inumeráveis, é provavelmente a maior. O hino a Ísis, descoberto em Zos, diz o seguinte: "Sou aquela a quem as mulheres chamam deusa. Ordenei que

14 BERNAND, E. pp. 143-7.

as mulheres fossem amadas pelos homens, reuni marido e mulher e inventei o casamento. Ordenei que as mulheres gerassem filhos, e que os filhos amassem seus pais"[15]. Com o triunfo do cristianismo, apenas Ísis sobrevive; suas estátuas servem como imagens da Madona.

FIGURA 6.1 Relevo representando a deusa Ísis com o filho Harpócrates em segundo plano.

15 TARN, W. 1930. p. 324.

Ao sublinhar o papel do negro africano na propagação do culto de Ísis[16], Jean Leclant observa que a cabeça esculpida de um sacerdote de Ísis descoberta em Atenas e datada do século I é provavelmente a de um mestiço[17].

Uma capital célebre no litoral "ao lado do Egito"

Durante o reinado dos Ptolomeus foi fundada Alexandria, cidade tão próspera que se converteu não apenas na capital do Egito mas também na mais importante cidade do mundo helenístico. Convém ressaltar que o Egito, derrotado militarmente e incorporado politicamente ao Império Macedônico, exerceu um fascínio singular sobre Alexandre, que lá queria fixar um dos seus projetos urbanos mais célebres e onde, muito provavelmente, pensou estabelecer a capital do Império. Além disso, tinha-se a cultura egípcia em tão alta consideração que os sábios do Império logo passaram a viver em Alexandria. Enquanto se manteve o reinado dos Ptolomeus, Alexandria foi considerada como a capital intelectual do mundo mediterrânico. Falava-se dessa cidade como se não se situasse *no* Egito, mas *próximo ao* Egito (*Alexandria ad Aegyptum*). Estrabão definiu-a da seguinte maneira:

> "A principal vantagem da cidade está no fato de ser o único lugar em todo o Egito igualmente bem situado para o comércio marítimo, em virtude da excelência dos seus portos, e para o comércio interno, pois o rio facilita o transporte de todas as mercadorias e reúne-as nesse lugar que se transformou no maior mercado do mundo habitado"[18].

Nessas poucas linhas, porém, Estrabão excede nos elogios ao local descrito e fica bem longe de pintar um quadro completo de Alexandria.

A construção da cidade e dos seus portos exigiu, de fato, uma grande quantidade de mão de obra durante um período bastante longo[19].

O local da nova cidade havia sido escolhido por Alexandre, o Grande, quando este se deslocava de Mênfis para o oásis de Amon (Siwa) para consultar o célebre oráculo no templo de Zeus-Âmon em -331. Maravilhou-se com a excelente posição da faixa de terra situada entre o Mediterrâneo, ao norte, e

16 LECLANT, J. 1976b. p. 282; ver também SNOWDEN Jr., F. M. 1976. pp. 112-6.

17 LECLANT, J. 1976b. nota 80.

18 Citado por E. BERNAND, p. 92.

19 Para citarmos apenas um exemplo, enormes cisternas conservavam água fresca para os habitantes. No início do século XIX, trezentas delas ainda podiam ser vistas. Id., p. 42.

o lago Mareótis, ao sul, distante dos pântanos do Delta e, no entanto, próxima do braço canópico do Nilo. O local encontrava-se ocupado por uma pequena aldeia chamada Rakoti, bem protegida das vagas e das tempestades pela ilha de Faros. Os planos da futura cidade que imortalizaria o nome de Alexandre foram traçados pelo arquiteto Dinócrates, e imediatamente postos em execução. À época da morte de Alexandre, a obra não tinha avançado muito e, ao que tudo indica, não foi terminada até o reinado de Ptolomeu II (-285 a -246).

Tencionando ligar a ilha de Faros à terra firme, o arquiteto projetara um imenso quebra-mar denominado Heptastádion (porque possuía sete estádios ou, aproximadamente, 1200 m de comprimento); essa construção está hoje desaparecida sob os depósitos aluviais que se acumularam de ambos os lados.

A construção do Heptastádion resultou na formação de dois portos: o do leste, o "Portus Magnus", era maior e mais importante que o do oeste, denominado "Portus Eunostos", ou o porto do retorno seguro. Um terceiro porto sobre o lago Mareótis destinava-se ao comércio interno.

O planejamento da cidade seguiu o modelo das cidades gregas mais modernas da época. Sua principal característica era o predomínio de linhas retas. As ruas, em sua maioria, eram retilíneas e cruzavam-se em ângulos retos.

Com Ptolomeu I Sóter, Mênfis ainda detinha o principal papel político, mas, após o corpo de Alexandre, segundo se diz, ter sido transportado para a nova capital[20], Ptolomeu II aí instalou a sede do poder da dinastia lágida em caráter permanente.

A cidade dividia-se em distritos. Filo de Alexandria (-30 a +45) diz terem existido cinco distritos, designados pelas cinco primeiras letras do alfabeto grego. Infelizmente pouco sabemos a respeito deles. O bairro real ocupava quase um terço da cidade, limitando-se com o porto ocidental. Tratava-se da parte mais atraente da cidade, com palácios reais rodeados por jardins, onde se encontravam fontes magníficas e jaulas com animais trazidos de todas as regiões conhecidas do mundo. O distrito abrigava ainda o famoso Museu, a Biblioteca e o cemitério real.

Os habitantes da cidade viviam em comunidades. A parte oriental era habitada por gregos e estrangeiros, o distrito do Delta próximo ao bairro real, pelos judeus, e a parte ocidental, pelos egípcios nativos, no distrito de Rakoti. A totalidade da população era tida como instável, embora os diversos grupos étnicos e sociais diferissem acentuadamente uns dos outros.

---

20 Id. p. 299: o túmulo, se existiu, nunca foi encontrado.

FIGURA 6.2 Cabeça de Alexandre, o Grande.

O espectro social da cidade abria-se em amplo leque. No topo, estavam o rei e sua corte, os altos funcionários e o exército. Seguiam-se os eruditos, os cientistas e homens de letras, os negociantes ricos, os pequenos comerciantes, os artesãos, os estivadores, os marinheiros e os escravos. Os egípcios nativos, porém, formavam o corpo principal da população de Alexandria, abrangendo os camponeses, os artesãos, os pequenos comerciantes, os pastores, os marinheiros, etc.

Falavam-se várias línguas nas ruas da cidade. O grego, em seus vários dialetos, era naturalmente a mais difundida; o egípcio era a língua falada nos bairros dos nativos, enquanto no bairro judeu predominavam o aramaico e o hebraico; ouviam-se igualmente outras línguas semíticas.

Alexandria tornara-se particularmente célebre por certos monumentos, cuja localização é difícil de determinar nos dias de hoje. Algumas das partes mais importantes da cidade helenística acham-se atualmente abaixo do nível do mar, e o restante, soterrado sob a cidade moderna. Portanto, quando falamos nos monumentos da cidade antiga, é com base em descrições fornecidas por autores da Antiguidade, assim como nas descobertas dos arqueólogos.

Na parte sudeste da ilha de Faros, à entrada do porto do leste, erguia-se o célebre Farol (*Pharos*), considerado uma das sete maravilhas do mundo. Os faróis da Antiguidade dele herdaram o nome e a forma básica. No século XIV, o Farol de Alexandria foi inteiramente destruído, de modo que o que sabemos a respeito de sua forma e de sua disposição fundamenta-se em algumas poucas referências clássicas e descrições de historiadores árabes[21].

As moedas antigas e as representações em mosaico dão-nos uma ideia de sua forma. Foi concebido pelo arquiteto Sóstrato de Cnido, por volta de -280, no reinado de Ptolomeu Filadelfo. Media cerca de 135 m de altura, tendo sido construído principalmente com pedras calcárias. Os frisos e os ornamentos eram em mármore ou bronze.

O Farol funcionou até a época da conquista árabe em +642. Este ano marca o início de uma série de catástrofes, que se sucederam até o século XIV. Em +1480, o sultão mameluco Kait Bey aproveitou as pedras retiradas das ruínas do Farol para a construção de um forte que fazia parte da defesa litorânea contra

21 Em +1166 Abu-l-Hajjy Yussuf Ibn Muhammad al-Balawi al-Andalusi visitou Alexandria como turista. Ele nos deixou uma descrição precisa das dimensões do farol. A seção de base era um quadrado com 8,35 m de lado; o primeiro estágio elevava-se a 56,73 m; o segundo, que tinha uma seção octogonal, erguia-se sobre o primeiro a 27,45 m, enquanto o terceiro era um cilindro com 7,32 m de altura (ver BERNAND, E. 1966. p. 106); As medidas fornecidas por esse autor árabe não coincidem com as que são tradicionalmente atribuídas ao Farol de Alexandria.

os turcos, os quais, na época, ameaçavam o Egito. O forte ainda existe e traz o nome do sultão.

A palavra árabe *al-manarah* designa tanto "farol" quanto "minarete". O Farol de Alexandria foi por diversas vezes considerado o protótipo dos minaretes das mesquitas; embora se trate de um fato não estabelecido com absoluta certeza, existem semelhanças curiosas entre as proporções do Farol e as de certos minaretes.

O Museu, com sua imensa biblioteca, foi sem dúvida a mais importante realização dos lágidas em Alexandria. Sua construção teve início por decisão de Ptolomeu I Sóter, a conselho de um refugiado ateniense, Demétrio de Falero. A palavra *museu* deriva de *musas,* entidades cuja adoração simbolizava o espírito científico. Estrabão descreveu os edifícios do seguinte modo:

> "Os palácios reais também compreendem o Museu, que abrange um passeio, uma êxedra e um vasto salão, no qual os filólogos se reúnem para as refeições. Existem também recursos gerais para a manutenção do colégio; o responsável pela direção do Museu é um sacerdote nomeado pelos reis, ou, em nossos dias, por César"[22].

Assim, os cientistas e os homens de letras viviam naquela instituição, que lhes fornecia moradia e alimentação e lhes dava condições de se dedicarem integralmente às pesquisas e aos estudos, dispensando-os de qualquer tarefa de natureza material. A organização assemelhava-se à das universidades modernas, com a diferença de que os residentes não eram solicitados para ministrar aulas[23].

No século II da Era Cristã ainda havia quem ambicionasse o título de residente do Museu de Alexandria.

Demétrio de Falero aconselhara Ptolomeu Sóter a criar uma biblioteca que abrigasse toda a cultura contemporânea, através da aquisição e cópia sistemática de manuscritos. Em pouco tempo, coletaram-se mais de 200 mil volumes. A administração desse repositório cultural estava confiada a ilustres especialistas do mundo grego contemporâneo[24].

Uma outra biblioteca, de menor importância, situada no Serapeu, abrigou 45 mil volumes.

22 Estrabão. Londres, 1917. pp. 17-8.

23 Como nossas universidades, o Museu por vezes recebia críticas. Um alexandrino queixava-se de que "no populoso Egito, os escribas, grandes amantes dos engrimanços, engordam e se entregam a infindáveis querelas dentro do viveiro das Musas". Apud BERNAND, E. 1966.

24 Um deles, Calímaco de Cirene (-310 a -240), organizou um catálogo em 120 volumes de tudo o que a Biblioteca continha.

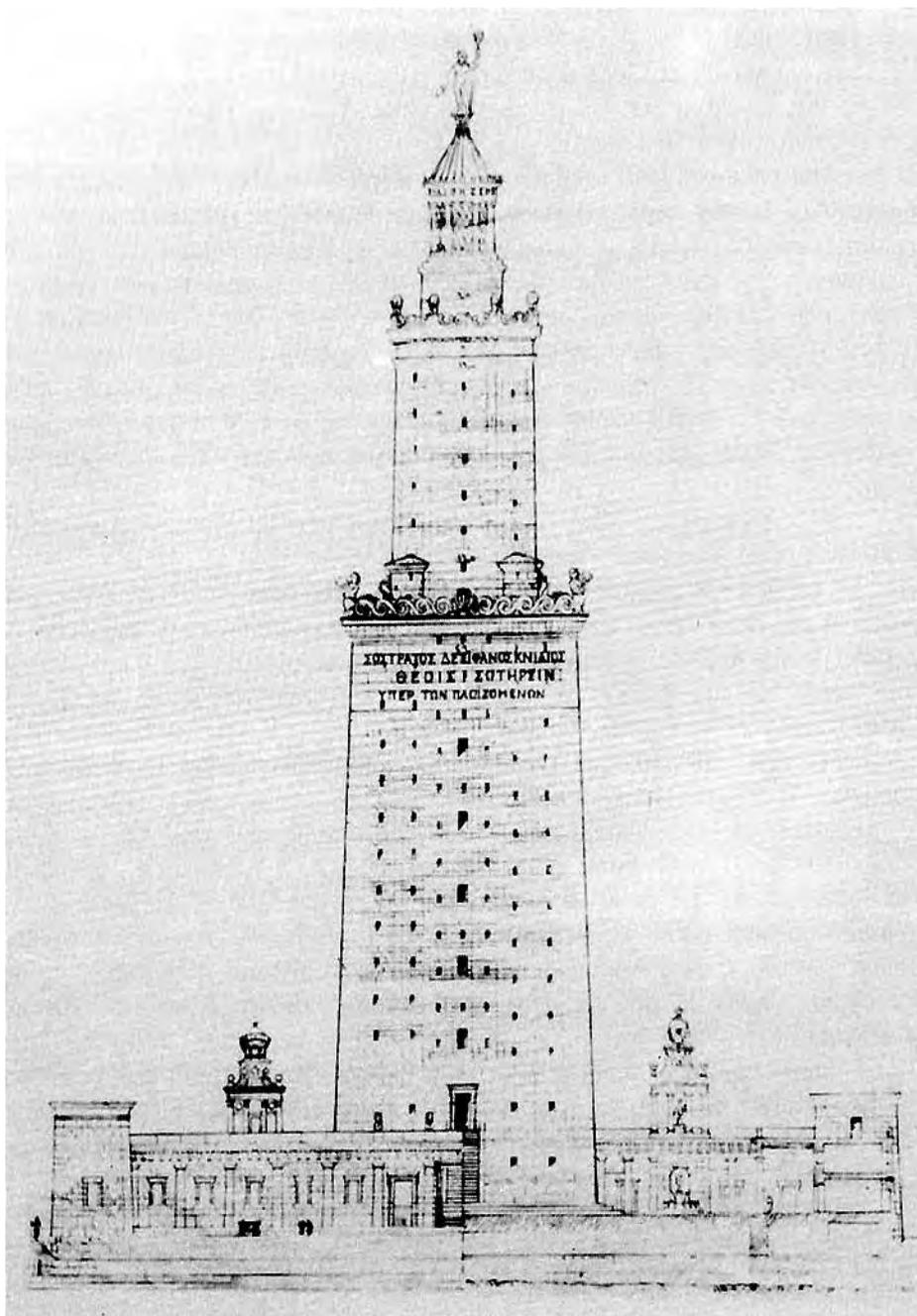



FIGURA 6.3 O Farol de Alexandria.

Em nenhuma outra parte do mundo helenístico veio a existir uma instituição da estatura do Museu de Alexandria. A única biblioteca capaz de concorrer com a de Alexandria situava-se em Pérgamo. É, em grande medida, graças à Biblioteca de Alexandria que hoje conhecemos as tragédias de Ésquilo, as comédias de Aristófanes, as odes de Píndaro, Baquílides e as histórias de Heródoto e de Tucídides.

Recursos culturais dessa natureza não podiam deixar de atrair os sábios do mundo grego. Com efeito, muitos deles foram a Alexandria e fizeram no Museu algumas das mais importantes descobertas da Antiguidade.

Certos poetas atuaram tanto como secretários quanto como cortesãos. Calímaco compôs ali, entre tantas obras, sua célebre elegia *Os Cabelos de Berenice.* Berenice, esposa de Ptolomeu III Evergeta, prometeu dar aos deuses um anel dos seus cabelos se seu marido voltasse são e salvo da guerra na Síria. Quando ele retomou, a rainha cumpriu a promessa. No dia seguinte, a mecha real desapareceu do templo. Na época, Cônon, o astrônomo, havia descoberto uma nova constelação, a que chamou Cabeleira de Berenice, criando a lenda de que os próprios deuses haviam retirado a mecha do templo para colocá-la no céu. A constelação ainda hoje tem esse nome. Calímaco exaltou o tributo cortês do astrônomo numa elegia que conhecemos apenas na tradução latina de Catulo (cerca de -84 a -54).

Os geógrafos, cosmógrafos e astrônomos desempenharam um importante papel no desenvolvimento científico de Alexandria. Como veremos, porém, algumas de suas descobertas devem-se essencialmente ao Egito e não apenas à Biblioteca de Alexandria.

Eratóstenes, o pai da geografia científica, nasceu em Cirene, por volta de -285. Em torno de -245, Ptolomeu ofereceu-lhe um posto de bibliotecário, que veio a ocupar até sua morte. Seu mais notável empreendimento consistiu na tentativa de medição da circunferência da Terra, fundamentando seus cálculos na relação entre a sombra projetada no solstício do verão no relógio de sol de Alexandria e a ausência de sombra em Siena (Assuã). Concluiu que a circunferência da Terra era de 252 mil estádios (isto é, 46695 km), que ultrapassa em um sétimo a circunferência real da Terra (40008 km). Eratóstenes também chegou a catalogar 675 estrelas.

O geógrafo Estrabão (cerca de -63 a +24), a quem se deve a mais antiga descrição sistemática da geografia do Egito, nasceu na Capadócia, passou a maior parte de sua vida em Roma e na Ásia Menor e finalmente se fixou em Alexandria. Embora tenha pertencido ao período romano, o essencial de sua

obra foi helênico. Seu tratado de geografia compreende dezessete volumes, sendo os quase dois terços do último volume dedicados à descrição do Egito.

A geografia e a astronomia pressupõem um conhecimento avançado da matemática. Entre os homens eminentes do Museu encontrava-se o célebre matemático Euclides (-300 a -275), o primeiro a receber a direção do departamento de matemática e autor de importante obra sobre astronomia (os *Fenômenos*) e do célebre tratado sobre geometria (os *Elementos*), que permaneceu como a obra básica no assunto e foi traduzida para o latim e o árabe. Arquimedes de Siracusa (-287 a -212), um dos grandes matemáticos da escola de Euclides, descobriu a relação entre o diâmetro e a circunferência, a teoria da espiral e a lei da gravidade. Sua contribuição mais importante à matemática e à mecânica, porém, foi a invenção que ficou conhecida como o "parafuso de Arquimedes", um dispositivo que ainda hoje é utilizado no Egito para elevar a água.

Apolônio de Perga, o grande geômetra, deixou Palmira por volta de -240 para ir trabalhar na escola de matemática de Alexandria, devendo sua fama ao notável tratado que elaborou sobre as seções cônicas. Foi o fundador da trigonometria.

A princípio demasiado dependente dos discípulos de Eudóxio e de Pitágoras, a partir do século III a escola de matemática de Alexandria adquire características próprias, tornando-se o principal foco da matemática grega.

Teofrasto, que viveu na época de Ptolomeu I, é considerado o fundador da botânica científica em virtude de sua obra sobre a história e a fisiologia das plantas.

O historiador Diodoro da Sicília visitou o Egito em -59. O primeiro volume da sua obra *Biblioteca Histórica,* escrita em língua grega, é dedicado ao estudo dos mitos, dos reis e dos costumes do Egito. Segundo Diodoro, a primeira aparição do homem na face da Terra deu-se no Egito. Nas suas palavras (I, 10): "No começo do mundo, o homem surgiu pela primeira vez no Egito, devido ao clima favorável do país e à natureza do Nilo".

Os médicos também trabalharam no Museu e na Biblioteca. A liberdade intelectual ali reinante permitiu-lhes fazer progressos no estudo da anatomia com a dissecção de cadáveres.

Herófilo da Ásia Menor, que chegou ao Egito na primeira metade do século III antes da Era Cristã, foi o primeiro a descobrir a relação entre os batimentos do coração e o pulso e a distinguir entre artérias e veias. Atualmente ainda são usados alguns dos nomes dados por ele a partes do corpo, como, por exemplo, duodeno e torcular de Herófilo.

Erasístrato, outro eminente cirurgião também nascido na Ásia Menor, aprofundou os conhecimentos da anatomia do coração durante sua permanência em Alexandria.

A celebridade da escola de medicina também sobreviveria por longo tempo. Um verso necrológico preservado em Milão diz a respeito do médico a quem é dedicado: "Teve como pátria o todo sublime Egito"[25].

Com o passar do tempo, a presença do elemento egípcio nativo foi cada vez mais se fazendo sentir. Mâneton, egípcio originário de Samanud, no Delta, foi um dos mais célebres sacerdotes-sábios do início do século III antes da Era Cristã. Sua obra principal *Aegyptiaca,* seria nossa melhor fonte de informação sobre a história do Egito antigo se tivesse chegado até nós na íntegra. Os fragmentos remanescentes mostram listas de nomes de reis agrupados em dinastias e mencionam a duração do reinado de cada soberano, método adotado pelos historiadores modernos.

No entanto, o Museu e sua Biblioteca conheceram um fim deplorável. Acredita-se que a primeira catástrofe tenha ocorrido durante a campanha alexandrina de Júlio César, quando este incendiou os navios atracados no porto para impedir que caíssem nas mãos dos inimigos. De tão violentas, as chamas alcançaram os depósitos de livros, embora para alguns autores o fogo não tenha atingido a Biblioteca propriamente dita, destruindo tão-somente as lojas dos livreiros.

Após a conquista romana do Egito, o declínio e a ruína parecem ter sido progressivos. O Museu e a Biblioteca sofriam os problemas da época. Muitos dos estudiosos abandonaram o país, e os livros foram levados a Roma. Em +270, o imperador Aureliano destruiu a maior parte de Bruchion, distrito de Alexandria em que se situavam os famosos edifícios. A propagação e o triunfo do cristianismo deram-lhes o golpe fatal. Não há razões para crermos que ainda existissem após o século V. É, portanto, destituída de fundamento a acusação de incêndio da Biblioteca dirigida a Amr Ibn al' -As pelo historiador sírio cristão Abu al-Faraj ibu al-Ibri (conhecido na Europa como Berbebraeus) no século XIII.

A influência egípcia na cultura helenística

Como vimos, os Ptolomeus empenharam-se no desenvolvimento das relações entre o Egito e o oceano Índico. No que diz respeito à exploração da

25 BERNAND, A. 1966. p. 263.

terra, ainda se discute vivamente se mantinham uma política sistemática para o reconhecimento do curso do Nilo a fim de utilizá-lo, no extremo sul, como via de penetração e de relações comerciais. Em todo caso, é certa a existência de explorações ao sul do Egito: Temóstenes, navarco de Filadélfia, visitou a Núbia; Aristo reconheceu as costas da Arábia; Sátiro percorreu a costa da África até o sul do cabo Guardafui. Os registros dessas explorações constituem a matéria--prima de obras de eruditos, como Agatarquida[26].

Estes exploradores, ademais, seguiam as pegadas de ilustres predecessores. Em cerca de -500, Hecateu de Mileto, o primeiro geógrafo grego a visitar o Egito, escreveu a primeira descrição sistemática do mundo. Lamentavelmente, restaram apenas fragmentos de seu tratado geográfico. No Egito, realizou viagens por Tebas, e é bem provável que tivesse incluído uma descrição detalhada do país em seu trabalho. Hecateu considerava a Terra um disco plano cujo centro era ocupado pela Grécia. Dividia o mundo em dois continentes: Europa e Ásia, esta constituída pelo Egito e por toda a África do Norte, conhecida àquela época pelo nome de Líbia. Imaginava que o Nilo se ligasse ao sul com o rio Oceano, que circundava o mundo inteiro. Heródoto de Alicarnasso visitou o Egito por volta de -450, descendo pelo sul até Elefantina, que descreveu como a fronteira entre o Egito e a Etiópia. Heródoto consagrou ao Egito o segundo dos nove livros de sua *História.* Foi o primeiro geógrafo a mencionar Méroe pelo nome, tendo realmente encontrado meroítas em Assuã.

Também para Heródoto a Terra era plana, mas, ao contrário de Hecateu, ele não acreditava que tivesse forma circular, nem que fosse circundada pelo rio Oceano. Dividia o mundo em três continentes: Europa, Ásia e Líbia (isto é, África), afirmando ser este último rodeado pelo mar por todos os lados, exceto no ponto em que se unia à Ásia.

Tempos mais tarde, em -59, Diodoro visitou o Egito e descreveu o curso do Nilo no primeiro volume de sua obra. Segundo ele, o Nilo nascia na Etiópia e banhava uma grande quantidade de ilhas, inclusive a conhecida como Méroe. Diodoro dedicou todo o terceiro volume à Etiópia, isto é, à região que atualmente tem o nome de Sudão. Estrabão também se referiu à região de Méroe como se se tratasse de uma ilha, fornecendo ainda inúmeros detalhes a respeito de seus habitantes.

26 Ver PRÉAUX, C. 1939. p. 356. Naquela época, as descrições dos povos visitados concentravam-se na observação dos costumes, e os nomes utilizados para descrevê-los refletiam seus hábitos alimentares; essas características passaram mais tarde para os textos latinos antigos e medievais e, até certo ponto, para as fontes árabes.

Embora os gregos em geral considerassem uma proeza visitar a Primeira Catarata e aventurar-se um pouco mais ao sul (proeza que comemoravam gravando seus nomes nos monumentos egípcios[27]), os estudiosos mostraram grande interesse pelo vale do Nilo ao sul de Assuã (então conhecida como Siena). A época de Ptolomeu Filadelfo já se conhecia a latitude exata de Méroe[28]. Eratóstenes, que, como vimos, trabalhou em Siena, calculou a distância de Méroe até o Equador. Descreveu também, com profusão de detalhes, as condições de navegação apresentadas pelo Nilo, e, pelo menos indiretamente, conheceu o Nilo Azul e o Atbara. Suas descobertas, assim como as de vários outros exploradores, apareceram em obras posteriores: primeiramente nos trabalhos de Estrabão; em seguida nos de Plínio, grande apreciador de detalhes pitorescos relacionados ao interior da África e ao vale do Nilo, e, finalmente, nas obras do grande cosmógrafo Ptolomeu, que depois veio a sistematizar os dados da herança helenístico-egípcia. Esses autores, por sua vez, transmitiram tais informações, às vezes recheadas com detalhes ou observações parcial ou inteiramente lendários, às culturas bizantina, ocidental e muçulmana. O conjunto de conhecimentos essenciais sobre o vale médio do Nilo ficaria, pois, fixado durante muito tempo à época dos Ptolomeus. Foi dito que o vale médio era o "pólo de atração dos astrônomos e etnógrafos" e que as expedições militares faziam-se acompanhar regularmente por missões científicas[29].

Ainda mais surpreendente foi a lenta absorção do meio grego pelos egípcios. Ao que parece, os egípcios resistiram à pressão cultural. Sustentaram uma atitude de independência com relação aos lágidas, ao contrário dos gregos, cuja adulação ao soberano era evidente[30]. A língua grega, entretanto, gozava àquela época de prestígio internacional e oferecia maior facilidade à escrita que o egípcio. Oficialmente, todos falavam ou escreviam grego. Os arqueólogos constataram, porém, que papiros escritos tanto em demótico quanto em grego são descobertos em número praticamente idêntico[31]. O direito grego manifestou-se lentamente nos instrumentos legais egípcios, enquanto o calendário egípcio foi gradualmente prevalecendo sobre o grego. Por outro lado, através da língua

---

27 PRÉAUX, C. 1957. p. 310 et seqs.

28 Id.

29 Id.

30 PRÉAUX, C. 1939.

31 A grande diferença entre eles está no número de trabalhos que lhes são consagrados: os papiros gregos são objeto de numerosos estudos, o que não acontece com os demóticos. Entretanto, estes últimos podem constituir uma fonte abundante de informações sobre a administração dos templos e sobre a vida das famílias egípcias.

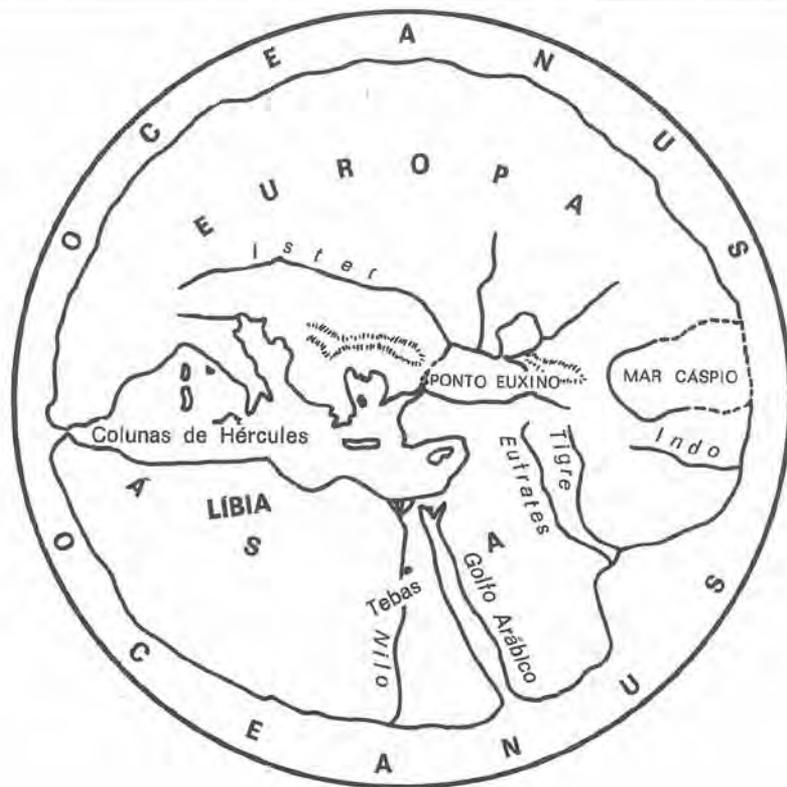
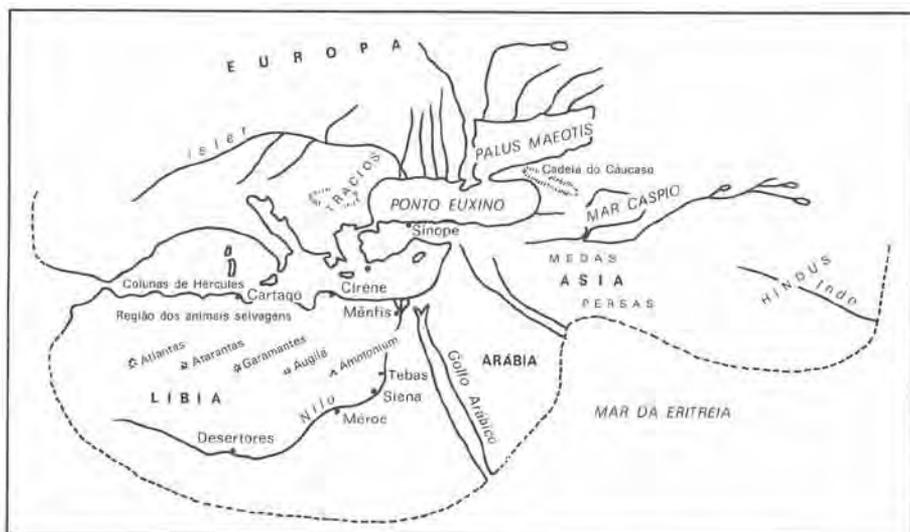



FIGURA 6.4 O mundo segundo Heródoto e Hecateu.

grega toda uma herança egípcia se colocou à disposição do mundo, o que nunca ocorreria sem o novo meio linguístico que lhe serviu de veículo.

A arte é provavelmente o domínio em que a impregnação egípcia e mesmo negro-africana da cultura helenística foi mais surpreendente e espetacular. Amantes do teatro como tinham sido em Atenas, os gregos erigiram no Egito monumentos que refletiam seus gostos. Entretanto, o contato com os templos egípcios deu-lhes o senso do colossal. A mesma tendência se faz sentir na área da escultura, como prova a descoberta de uma cabeça de Serápis com 51 cm, e o grande número de estátuas colossais constantes do acervo do museu greco-romano de Alexandria.

Evidentemente, a princípio as técnicas e os gostos artísticos dos elementos da comunidade grega no Egito assemelhavam-se aos de outras comunidades gregas pertencentes ao vasto Império. Parece claro também que os produtos dos ateliês de Alexandria fossem em certa medida semelhantes aos da Grécia e mostrassem influência de modas alheias à África. São inúmeros os exemplos dessa arte importada presentes no Museu de Alexandria. Entre os mais notáveis está a cabeça de Alexandre, pertencente à tradição da escola de Lisipo. Mas em Alexandria também havia lugar para a inovação, sendo a mais importante a técnica descrita pelos arqueólogos com o termo italiano *sfumato* – uma fusão entre luz e sombra nos contornos suaves dos traços do rosto, sem muita atenção para a representação do cabelo ou das faces. Estes, em geral, eram moldados em estuque, material que se presta às suaves modelagens preferidas pelos artistas alexandrinos. Depois de acrescentadas, essas partes eram, em geral, coloridas. Os escultores e os pintores inspiraram-se nos modelos egípcios em todos os níveis, como demonstram as representações dos deuses. Ísis usa uma túnica bem ajustada, com o nó característico entre os seios; traz na cabeça uma coroa egípcia, mas o modelado do corpo é tipicamente grego. Entre as deusas gregas, Afrodite é a favorita. Quase sempre as estatuetas a representam nua em diferentes atitudes: emergindo do mar, trançando o cabelo, erguendo o pé e curvando-se para desenlaçar a sandália ou procurando, com ambas as mãos, manter o manto em torno da parte inferior do corpo.

Entre os heróis gregos, Hércules é frequentemente representado. Taças e candeeiros encontrados em Alexandria são decorados com cenas de seus trabalhos: em luta com o leão, com o touro e com as amazonas.

No Egito faraônico, o rio era representado como um homem gordo que trazia nos mamilos o lótus ou o papiro, plantas que crescem no vale do Nilo. Os gregos representavam-no como um homem forte e barbudo, sentado ou deitado junto de um hipopótamo, de um crocodilo e de uma esfinge, símbolos do Egito. As

representações de personalidades reais seguiam o mesmo modelo. A pintura, que durante os séculos IV e III continuou fiel aos padrões gregos, começou no século II a incluir cenas de estilo egípcio ao lado das de estilo grego, como mostram, por exemplo, as representações de um dos túmulos de Anfushi, em Alexandria. A principal câmara mortuária é decorada desde a entrada com uma mistura de estilos egípcio e grego, tanto na arquitetura como na pintura.

A representação imprecisa das palmeiras numa pintura de um outro túmulo de Anfushi é típica do século I. A decoração do segundo túmulo de Anfushi contém muito mais elementos egípcios, com novas cenas nesse estilo.

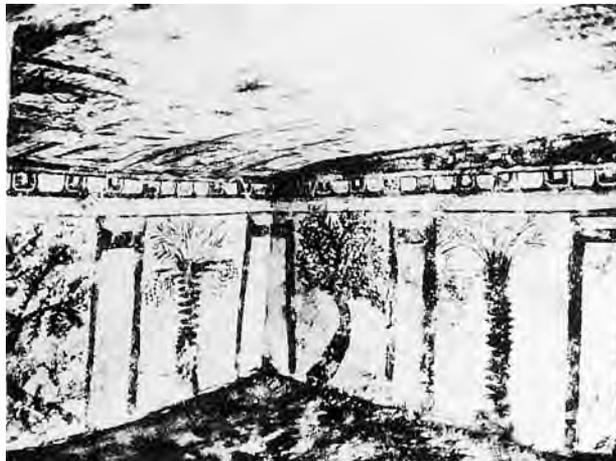
Os mosaicos apareceram primeiro a leste do Mediterrâneo e, possivelmente, em Alexandria. Diversos pavimentos em mosaico com motivos pictóricos foram descobertos em Alexandria e nos seus arredores. O mais importante deles traz o nome de *Sophilos* e representa, no interior do retângulo central, a cabeça de uma mulher com um mastro e uma lais de verga; a cabeça é coroada com uma coifa em forma de proa de navio. Segundo se crê, trata-se da personificação da cidade de Alexandria. Em torno do retângulo central há uma série de pomposas bordas decorativas. Esse mosaico foi descoberto a leste do Delta, datado do século II.

Não resta dúvida de que o aspecto mais surpreendente da produção helenística do Egito, pela variedade de suas invenções e gostos, reside na profusão de estatuetas humorísticas, grotescas[32] ou realistas que retratam cenas da vida cotidiana e representam egípcios e negros africanos. As diminutas estatuetas em bronze, mármore, terracota ou estuque destinavam-se às pessoas comuns, mas a existência de peças mais valiosas atesta a grande popularidade desses temas.

Bés, o mais egípcio dos deuses adotados pelos gregos, é representado com traços grotescos, recebendo, mais tarde, uma esposa igualmente cômica, Besa ou Beset. A atração dos gregos do Egito por tudo o que não fosse grego levou-os a encomendar objetos de uso cotidiano, artigos de luxo ou enfeites representando negros. O realismo dessas representações atinge, por vezes, alta qualidade artística, mas amiúde demonstra mais a capacidade de observação do escultor que propriamente seu gosto. Em alguns casos o assunto é uma cena de rua, como a estatueta de um jovem negro dormindo ao lado de sua ânfora. Os negros aparecem retratados em todos os tipos de objetos de uso diário, como, por exemplo, nos jarros de água. A maneira como eram representados demonstra ausência

32 BADAWY, A. 1965. pp. 189-98.

FIGURA 6.5 Ulisses fugindo de Polifemo, escondido sob o ventre de um carneiro.

Figura 6.6 Pintura do túmulo de Anfushi, Alexandria.

absoluta de medo ou de exotismo malsão. Comumente apareciam ao lado de elefantes, ou eram mostrados em luta com crocodilos; a introdução de anões, por sua vez, constitui um eco abafado dos temas literários antigos relacionados aos pigmeus. Lutadores, dançarinas, mágicos, oradores e músicos negros testemunham não só a fixação de cenas da vida real pelos escultores, mas também o gosto do público por essas representações. Algumas cabeças e retratos de negros, de grande beleza, provam que personalidades de alta posição na escala social provenientes da África negra viveram na Alexandria ptolomaica ou por ela passaram[33]. O interesse dos lágidas pelo grande oásis pré-saariano, via de acesso ao mundo africano negro, talvez pudesse explicar, em parte, a atenção que os alexandrinos dedicaram aos negros.

Por intermédio da arte helenística do Egito, a figura do negro penetrou mais do que nunca no mundo mediterrânico.

O Egito na época helenística: relações com a Líbia

Através da Cirenaica (a parte oriental da Líbia), certos aspectos da civilização helenística passaram do Egito à África do Norte[34]. Não era a primeira vez que a civilização grega aparecia na Cirenaica: sabemos que os gregos saídos da ilha dórica de Thera emigraram para aquela região, onde fundaram Cirene, sua primeira colônia, em -631. A esta seguiram-se outras quatro: o porto de Cirene (mais tarde Apolônia), Tauchira, Barca (atualmente Al-Marj) e Euhespérides. Essas colônias, em especial Cirene, eram produtos da civilização grega, sofrendo, por conseguinte, as transformações políticas que normalmente ocorriam em qualquer cidade grega. Com a fundação de Cirene, inaugurou-se a dinastia Batíada, cujo término se deveu a lutas internas por volta de -440. Seguiu-se o conflito tradicional entre a aristocracia e a democracia, que converteu Cirene numa terra de desordens e disputas.

Por essa época, a totalidade do mundo antigo estava à beira de uma convulsão com a chegada de Alexandre, o Grande. Este invade o Egito no outono de -332 e ruma para oeste até Paretônio (atualmente Mersa-Matruh), a caminho do oásis de Siwa, onde iria consultar o oráculo de Zeus-Âmon. Cirene e provavelmente também as demais cidades (na verdade compreendendo mal as intenções de

33 Sobre esse assunto, ver SNOWDEN Jr., F. M. 1976. pp. 187-212.

34 No que respeita à Líbia, o autor deste capítulo recebeu a colaboração do Dr. Mustapha Kamel Abdel Alim.

FIGURA 6.7 Fragmento de um balsamário em bronze.

FIGURA 6.8 Cabeça grotesca.

FIGURA 6.9 Estatueta (fragmento): "acendedor de candeeiro" negro, caminhando, vestindo uma túnica e carregando uma pequena escada no braço esquerdo (faltam o braço direito e os pés).

Alexandre, e querendo evitar que invadisse a Cirenaica) tentaram salvaguardar sua independência mandando embaixadores para encontrá-lo em Paretônio e declarar-lhe fidelidade. Entretanto não puderam preservar indefinidamente sua independência: em -332, após a morte de Alexandre, Ptolomeu, ainda sátrapa do Egito, aproveitou-se das lutas intestinas em Cirene e anexou a Cirenaica, iniciando, assim, o período helenístico naquele país. Com exceção de um breve período de independência (cerca de -258 a -246), a dominação da Cirenaica pelos Ptolomeus manteve-se de -322 até -96, quando Ptolomeu Ápio (filho de Ptolomeu VII Evergeta II), governador da Cirenaica, entregou-a aos romanos, e essa região, juntamente com Creta, converteu-se em província romana.

No início da época helenística, a Cirenaica era um país constituído de pequenas aldeias, com poucas cidades. No reinado dos Ptolomeus, as cidades receberam novas denominações, algumas das quais eram nomes dinásticos dos Ptolomeus. Cirene continuou com o mesmo nome, mas Tauchira foi rebatizada como Arsínoe (atualmente Tokra), e o porto de Barca tornou-se Ptolemaida (atualmente Tolmeta), transformando-se no centro oficial da cidade. Euhespérides deu origem a uma nova cidade, batizada com o nome de Berenice (atualmente Bengasi), em homenagem à princesa cirenense, esposa de Ptolomeu III. O porto de Cirene foi elevado à categoria de cidade com o nome de Apolônia (atualmente Susa).

A Cirenaica era povoada por uma mistura de raças. Nas cidades, além dos gregos (que ou eram cidadãos plenos ou desfrutavam de alguns direitos limitados), havia uma população não-grega, composta principalmente de judeus e de muitos outros estrangeiros. A população rural (*georgoi*) era constituída por líbios nativos e soldados mercenários lá estabelecidos como clerucos.

Os *georgoi* cultivavam as terras aráveis da Cirenaica, que compreendiam as terras reais (*gê basilikê*), as terras da cidade (*gê politikê*) e as terras deixadas aos líbios nativos. Tal estrutura social resultou num confronto entre os líbios autóctones e os colonos gregos.

Durante o período helenístico, a Cirenaica foi um país de grande importância econômica, sendo considerada um dos celeiros do mundo antigo. Cirene teria enviado um presente de 800 mil medimnos de trigo às cidades gregas por ocasião da fome que assolou a Grécia entre -330 e -326. Muito se falou sobre sua lã, um monopólio dos reis batíadas que provavelmente persistiu nas mãos dos Ptolomeus.

A doação do trigo não é a única prova das estreitas relações entre os gregos da Cirenaica e os da Grécia metropolitana. É do conhecimento geral que Cirene contribuiu amplamente para a vida intelectual dos gregos, em particular

no século IV, através de seus renomados filósofos e matemáticos. Graças aos estreitos contatos intelectuais que mantinha com Atenas, Cirene possibilitou o florescimento da filosofia e de numerosos ramos do conhecimento no planalto da Cirenaica. Ali se desenvolveu a escola filosófica conhecida como Cirenaica, uma escola socrática menor, fundada por Aristipo (cerca de -400 a -365), neto de Aristipo, o amigo e companheiro de Sócrates. A atividade e a fertilidade intelectuais se manifestavam ainda à época helenística. Basta citar os nomes de Calímaco (-305 a -240) e de Eratóstenes (-275 a -194), que, entre outros, trocaram Cirene por Alexandria para enriquecer as atividades desta última nos domínios das ciências e da literatura. Na Academia, no Museu e na Biblioteca, contribuíram para a inteligência criativa de Alexandria e permitiram à cidade converter-se no principal pólo de atração intelectual da época helenística. A presença de intelectuais de Cirene se fez sentir mesmo em Atenas: nessa cidade, Carnéades, o Cireneu (-305 a -240), um dos principais filósofos da escola cética, fundou a Nova Academia. Em Cirene, assim como em outras cidades gregas, o sistema grego de educação foi conservado. Um grande número de inscrições faz referência ao ginásio e ao efebeion.

Muitas estátuas de filósofos, de poetas e das nove musas foram encontradas em Cirene. A descoberta de um busto de Demóstenes (ainda que se trate de uma cópia romana) é de grande interesse, pois mostra o alto apreço que a população grega de Cirene manifestava por um orador de tamanha importância.

Alguns bons exemplos da escultura alexandrina foram encontrados entre as numerosas estátuas de mármore de Cirene. Os poucos retratos originais da época helenística mostram uma estreita afinidade com a chamada arte helenística de Alexandria. Não surpreende o fato de que as técnicas usadas em Alexandria tenham sido, até certo ponto, copiadas pelos artistas de Cirene. Outra semelhança entre a escultura grega da Cirenaica e a de Alexandria pode ser observada nos bustos cireneus. A comparação entre bustos mortuários cireneus e retratos de múmias egípcias revela uma grande semelhança entre eles. Ainda que as peças em questão sejam da época romana, sua origem ptolomaica é inegável.

De Cirene vieram a cerâmica helenística pintada e as estatuetas em terracota. As estatuetas eram produzidas por artistas locais, que, tendo começado pela reprodução e imitação das terracotas gregas, desenvolveram aos poucos um estilo próprio. O estudo dessas peças é importante na medida em que refletem a vida cotidiana dos habitantes da Cirenaica, particularmente os das cidades.

Na esfera da religião, observa-se a transmissão do culto dinástico dos Ptolomeus à Cirenaica, fato que é atestado pelas numerosas inscrições dedicadas aos reis e rainhas dessa dinastia. As cidades da Cirenaica adotam igualmente o

culto de Serápis, e templos consagrados a Ísis e Osíris são fundados em Cirene e Ptolemaida.

Da Cirenaica, é provável que o culto greco-egípcio tenha passado à Tripolitânia, que nunca foi governada pelos Ptolomeus à época pré-romana. O santuário de Serápis e de Ísis foi descoberto em Leptis Magna, e é interessante observar que em Sabrata o culto de Ísis era acompanhado de mistérios isíacos. Os cultos de Ísis e de Serápis devem ter-se propagado por distantes regiões do oeste, à medida que o culto de Ísis se generalizava e o de Serápis dava ao mundo antigo a renovada esperança de uma vida melhor.

Muito do que se disse sobre a Cirenaica helenística refere-se apenas aos gregos, dada a dificuldade em se descobrir dados relativos aos líbios autóctones e em saber até que ponto receberam influências da civilização helenística. Sabemos que os líbios nativos, escorraçados das terras costeiras férteis e detidos no interior, não viam com bons olhos a presença dos gregos. Entretanto, a civilização helenística deveu muito a essa região da África do Norte, a qual lhe permitiu se desenvolver e florescer durante três séculos.

A grande prosperidade de Méroe, particularmente durante os reinados de Ergamenes e de seus sucessores, deriva essencialmente das relações amigáveis com o Egito. Descobriram-se até agora poucos vestígios da influência helenística nos templos e nas pirâmides de Méroe[35]. O templo construído por Ergamenes em Dakka, na Baixa Núbia, é de concepção puramente egípcia. Quando Ergamenes morreu, sua múmia foi encerrada no interior de uma pirâmide próxima de Méroe, decorada com cenas extraídas do *Livro dos Mortos.* Azekranon (Ezekher-Âmon), seu sucessor, mandou construir um templo em estilo egípcio nas proximidades de Debôd, não longe de Filas.

A vida do povo de Méroe era muito semelhante à dos egípcios. Nossos conhecimentos sobre a vida e a sociedade daquela época baseiam-se unicamente no estudo de achados arqueológicos, já que a escrita meroíta ainda não foi decifrada [36]e não dispomos de uma fonte de informações sobre a vida cotidiana tão rica quanto as pinturas tumulares do antigo Egito.

Como no Egito, o rei era considerado divino. As rainhas desempenhavam papel importante na vida do país e, por vezes, governavam. Os sacerdotes exerciam considerável influência, e os templos contavam ricas propriedades. Grande parte das concepções religiosas oficiais dos meroítas inspirara-se na religião egípcia; contudo, eles tinham também seus próprios deuses.

35 Ver HINTZ, F. & U. 1967. pp. 23-8.

36 Ver cap. 10.

FIGURA 6.10 Cleópatra VII.

Os costumes funerários meroítas revelam uma mistura de tradições locais e egípcias. Pelo mobiliário encontrado, sabemos que as camas eram de estilo *angareeb,* semelhantes às do antigo Egito (atualmente ainda em uso no vale do Nilo).

A principal atividade da maior parte da população meroíta consistia na agricultura. Para a irrigação de suas terras, utilizavam-se do *shadouf* e do *sakkieh,* dois dispositivos ainda hoje usados no Egito e no Sudão para transportar água das terras baixas para as terras altas.

Nos dois países foram encontrados instrumentos e armas semelhantes, como enxós, lâminas de enxada, machados e cinzeis, e muitos outros artigos menores, como pinças. Todos esses instrumentos são feitos de bronze. Descobriram-se, porém, em Méroe, instrumentos grandes, de ferro; a presença de grandes montes de escórias de ferro próximos da cidade indicam que a produção e o uso desse metal eram comuns. O minério era fundido em fornos simples a carvão vegetal, combustível proveniente da madeira das acácias que cresciam ao longo do Nilo.

Objetos encontrados no Egito e no Sudão apresentam semelhanças entre si; alguns deles, no entanto – como apoios para cabeça e instrumentos musicais –, têm uma flagrante configuração egípcia, sendo provavelmente de origem meroíta.

CAPÍTULO 7

O Egito sob dominação romana

S. Donadoni

Roma: da aliança à dominação do Egito

O Egito passou do domínio dos Ptolomeus para o de Roma de maneira quase imperceptível. Durante muito tempo as relações entre Alexandria e Roma foram marcadas por uma cordialidade que remonta à época de Ptolomeu Filadelfo, o primeiro da dinastia a assinar um tratado de amizade e a enviar uma embaixada a Roma (-273). Meio século depois, Ptolomeu Filopator reiteraria essa cordialidade para com Roma durante a guerra com Aníbal (-218 a -201); em retribuição, Roma poria a salvo a independência do Egito quando da invasão de Antíoco III em -168. No entanto, ao assumir esse comportamento, a República colocava-se em condições – e adotava o hábito – de controlar os assuntos egípcios, fato que se tornou flagrante nos últimos anos do reinado dos Ptolomeus. As intrigas de Cleópatra VII com os generais romanos (-51 a -30) provavelmente tinham o propósito de conseguir que estes esposassem os interesses do seu reino, mas o apoio incondicional a Marco Antônio fê-la perder definitivamente o trono quando este foi derrotado por Otávio em -31.

A atitude do novo soberano para com o Egito mostrou claramente a importância que Roma atribuía à nova província do seu Império. Estacionaram ali três legiões, com aproximadamente 15 mil homens. A elas estava confiada a tarefa de restabelecer o controle sobre o país, avassalado desde o reinado dos

últimos Ptolomeus por uma anarquia que provocara a destruição de Tebas em -88. O primeiro prefeito romano, Cornélio Galo, conduziu as tropas para o Alto Egito, fazendo-as ultrapassar a Primeira Catarata. Petrônio, que o sucedeu, reconquistou a província de Dodecaschene, na Baixa Núbia – assim chamada por medir 12 *schenes* (cerca de 120 km) – de Siena (Assuã) até Hierasykaminos (Muharraqa). A província já havia sido território dos Ptolomeus, mas desde muito os soberanos de Méroe (atualmente no Sudão) a tinham anexado ao seu reino. A excessiva confiança que o prefeito Galo, amigo íntimo do imperador, depositava no sucesso de seus próprios empreendimentos veio a custar-lhe a vida, fato que demonstra a especial importância então atribuída por Otávio, já cognominado Augusto, à sua conquista. O imperador reservou ciosamente a província do Egito à sua administração direta, negando ao Senado qualquer espécie de atribuição sobre ela. Mais tarde, chegou mesmo a proibir expressamente os senadores de colocarem os pés na região, lei que seria aplicada com rigor. Assim, o imperador romano sucedeu os Ptolomeus no Egito e tratou de assumir sua função dentro da estrutura do país. Tomou a si a responsabilidade dos cultos religiosos, e não tardou para que ficasse conhecido como construtor de numerosos templos, dentre os quais os mais bem conservados encontram-se na Núbia, em Debôd, Talmis, Dendur e Pselkis. Assumiu igualmente a responsabilidade do bem-estar comum, utilizando o Exército não apenas para a manutenção da ordem pública, mas também para a restauração do sistema de canais, bastante danificado durante o conturbado período dos últimos Ptolomeus. O emprego de tropas do Exército nesse tipo de trabalho viria a se tornar corrente nos reinados de Nero (54 – 68), Trajano (98 – 117) e Probo (276 – 282).

A administração romana

O imperador romano copiou dos Ptolomeus o modelo de administração do Egito, concebido como uma espécie de vasta propriedade privada em que a receita era globalmente administrada pela coroa. Em pouco tempo essa exploração converteu-se no ponto de partida de toda a política preconizada por Augusto para o Egito, tendo persistido apesar de seu sucessor censurar o prefeito pela excessiva taxação – lembrando-lhe que a ovelha devia ser tosquiada, mas não esfolada.

A autoridade exercida diretamente pelo imperador manifestava-se no fato de ele nomear pessoalmente o prefeito – o mais alto cargo do país – que era sempre um cavaleiro (e não um senador), e os demais funcionários que agiam

em seu nome (os *procuratores*)[1]. Um pequeno detalhe administrativo ilustra a condição especial do Egito: tratava-se do único país, em todo o Império, onde os anos eram contados pelo reinado do imperador, e não pelos nomes dos cônsules em exercício. Perpetuava-se assim a antiga prática dos Ptolomeus e dos faraós, que envolvia o chefe de Estado romano numa aura de realeza desconhecida em qualquer outra parte dentro da organização do Império.

Essa exploração imperial, porém, comportava um fator não existente ao tempo dos Ptolomeus: enquanto sob estes os produtos do campo e da indústria egípcios tinham enriquecido uma dinastia cujos interesses não iam além das fronteiras do país, os imperadores viam o Egito como o celeiro do trigo que costumavam distribuir aos plebeus de Roma a fim de obter-lhes a complacência. A função de "celeiro do Império" tirou do Egito o fruto do seu solo sem trazer a contrapartida substancial de um comércio regular. A mudança da condição de Estado independente para a de província causou em verdade outras e mais importantes diferenças estruturais. Podemos descrevê-las em pormenores graças à abundante informação acerca de vários aspectos da vida cotidiana no Egito contida nos preciosos papiros, documentos tipicamente egípcios. São documentos públicos e privados que, conservados durante milênios. pelo solo seco do Egito, chegaram às mãos dos estudiosos; estes há um século e meio dedicam-se a estudá-los do ponto de vista filológico e histórico. Nosso conhecimento fundamenta-se, portanto, em textos originais, que iluminam as narrações dos historiadores com uma precisão de dados raramente alcançada em outros domínios do mundo antigo.

A unidade geográfica do governo era o *nomo* (atualmente conhecido como *mudiria*), que se subdividia em duas *toparquias,* cada uma contendo certo número de aldeias (*kome*). Os nomos do Alto Egito compunham uma unidade superior, a *Tebaida,* semelhante ao Heptanomis (os sete nomos do Médio Egito) e aos nomos do Delta. O nomo era governado por um *estratego* (antigo título militar ptolomaico), que tinha a seu lado, como técnico administrativo, um *escriba real* (título também ptolomaico). Funcionários subalternos administravam as unidades menores, também obedecendo a tradições mais antigas.

Nova, porém, era a administração central, cujo núcleo estabelecera-se em Alexandria, a antiga cidade real, que funcionava agora como capital em substituição a Mênfis. Esse estado-maior da administração compunha-se apenas de cidadãos romanos nomeados diretamente pelo imperador. Em

1 Ou "representantes": *pro* = em lugar de; *curare* = encarregar-se de.

FIGURA 7.1 Cabeça de tetrarca. (Fonte: Grimm et Johannes. "Kunst der Ptolemäer – und Römerzeit im Ägypt". 1975. pr. 59. Foto Museu do Cairo.)

primeiro lugar vinha o prefeito, chefe de todos os departamentos, inclusive das finanças, do exército e da justiça. Seu poder era limitado apenas pela possibilidade de se apelar contra suas decisões ao próprio imperador. Para o cumprimento de seus deveres, o prefeito dispunha de um conselho, também constituído por cavaleiros romanos. O *juridicus,* o *dikaiodotes* e o *archidikastes* assistiam-no na administração da justiça; o *procurator usiacus*[2], na administração financeira dos recursos pessoais do imperador; e um cavaleiro encarregava--se dos templos. Os grupos de nomos estavam também sob a autoridade de três *epistrategoi,* cavaleiros da categoria do procurador. Segundo a tradição da organização romana, a pessoa encarregada do comando militar devia ser igualmente responsável pela administração, em geral, e pela justiça, em particular. Essa ideia afetou profundamente o antigo mecanismo judicial, que, sob a lei egípcia, reconhecia autoridade aos juízes locais nos casos em que os documentos estivessem na língua do país e, nos demais casos, aos juízes gregos. O prefeito passara a ser o único juiz; podia, evidentemente, delegar seu poder a outros, em especial aos estrategos, permanecendo, no entanto, o único responsável. Todo ano fazia uma viagem pelo país para resolver os casos mais complexos (era o chamado *conventus,* que teve lugar em Pelúsio, perto de Alexandria, em Mênfis e em Arsínoe, no Faium). Aplicava o direito romano aos cidadãos romanos e, aos outros, o direito dos estrangeiros, o qual acatava os usos e costumes do país, embora com algumas restrições.

Esses exemplos bastam para mostrar como a presença romana era capaz de transformar a estrutura do Egito ptolomaico. Mas havia outros fatores, já desde o início da época de Augusto, com um potencial de transformação ainda maior. A administração ptolomaica caracterizava-se pela centralização e compunha-se principalmente de funcionários pagos, cuja remuneração consistia no direito sobre propriedades agrícolas de dimensões proporcionais à importância de suas funções. O Exército, ademais, era uma organização hereditária que comportava o benefício, igualmente hereditário, de cultivar propriedades cujas dimensões eram fixadas segundo determinados critérios (se o funcionário era grego ou egípcio, se possuía um cavalo para sustentar ou não, e assim por diante). À época ptolomaica, o sistema já sofria de um desgaste inevitável e, sob os romanos, transformou-se completamente. O funcionário remunerado foi substituído pelo magistrado honorário. Ao mesmo tempo, instituíram-se colégios formados por pessoas que desempenhavam as mesmas

2 De *ousia,* propriedade.

funções com responsabilidade coletiva. Ao lado do *strategos* encontravam-se os *archontes* (comandantes); ao lado do *komogrammateus,* escriba da aldeia, os *presbyteroi* (anciãos).

Embora o Estado não mais se encarregasse da administração nem a custeasse, as pequenas e médias propriedades privadas ampliavam-se com a distribuição de terras até então reais e usufrutuárias (os *kleroi* indenizavam os empregados públicos). Surgiu assim uma classe de proprietários, dentre os quais se elegiam os magistrados não-remunerados; estes exerciam suas funções como um dever, um *munus,* tendo sido previamente recompensados com direitos de propriedade. A essa classe de proprietários e de administradores potenciais, o Império confiava a defesa de seus interesses, escolhendo como favorito um grupo social e opondo-o aos demais.

Durante o reinado dos primeiros Ptolomeus, os gregos ocupavam *de facto* uma posição privilegiada, posição que sofreu considerável declínio após a batalha de Rafia (-217), quando as tropas do Egito foram vencidas, e sobretudo durante os dias conturbados dos últimos reis da dinastia.

Diante da necessidade de opor um grupo a outro, os ocupantes romanos retomaram o velho costume e devolveram aos gregos sua posição privilegiada, dessa vez não apenas de fato, mas também de direito. Os egípcios pagavam uma taxa de capitação (a *laographia,* à qual o homem estava sujeito pelo simples fato de existir), de que os gregos estavam isentos. Os habitantes das capitais dos nomos, as *metrópoles,* pagavam menos que os aldeões; os camponeses não podiam abandonar as terras que cultivavam, as *idia.* Assim, o importante era pertencer a uma família de educação grega, estado que uma pessoa só estava em condições de reivindicar caso pudesse provar com documentos que seus avós paterno e materno haviam frequentado o *gymnasion,* a escola grega. À época dos Ptolomeus, o *gymnasion* era uma instituição livre; sob os romanos, no entanto, ficou restrito aos metropolitanos e seu controle passou às mãos do Estado. Só se podia considerar graduado no *gimnasion* (*apo tou gymnasiou*) aquele que se submetesse a um exame dos títulos genealógicos (*epikrisis*). Caso pudesse comprovar sua pretensão, era considerado burguês urbano helenizante, em oposição aos habitantes do campo, em sua maior parte camponeses e egípcios. Os direitos dos egípcios enquanto tais desapareceram nesse novo contexto social, que acima de tudo objetivava organizar uma sólida classe média interessada no futuro do Império.

Cabe mencionar aqui o *status* particular das cidades autônomas (*poleis*) no reinado dos Ptolomeus, tais como Ptolemaida, no Alto Egito, e a antiga

e gloriosa Náucratis[3], no Delta. A terceira *polis,* Alexandria, ainda era o maior porto do Mediterrâneo, rivalizando com Roma em importância e população.

No entanto, perdeu seu Senado e se converteu na base da unidade naval conhecida como *frota Augusta Alexandrina,* enquanto a dois passos dali, em Nicópolis, acampava o Exército romano. Os alexandrinos, célebres por sua mordacidade e por seu vigor de espírito, nunca mantiveram boas relações com seus novos senhores, e não perdiam a oportunidade de lhes demonstrar isso.

O Egito sob a dominação romana

Por muito tempo essas bases da dominação romana permaneceram intactas. A vida provincial desenvolvia-se numa *pax romana* paga pelos impostos sobre o trigo (*annona*), cuja taxação era fonte de constantes rebeliões e protestos. Tibério (14 – 37), sucessor de Augusto, pôde reduzir a duas as legiões estacionadas no Egito. Foi sob seu sucessor que irromperam pela primeira vez conflitos entre os gregos de Alexandria e os numerosos judeus que viviam na cidade. Surgia assim uma rivalidade onde se alternavam lutas sangrentas e queixas oficiais levadas ao imperador em Roma. Uma literatura de caráter edificante conhecida como *Atos dos Mártires de Alexandria* narra em tons apologéticos os julgamentos dos judeus. Roma procurou impor soluções de equilíbrio, que, no entanto, não contentaram nenhuma das partes, cada qual se sentindo prejudicada.

As relações entre o governo e os judeus do Egito agravaram-se durante a revolta na Judeia. Vespasiano (69 – 79), que se tornara imperador na Síria e fora aclamado em Alexandria, convocou as legiões de Nicópolis para o cerco de Jerusalém. Após a destruição desta cidade no reinado de Trajano (98 – 117), os judeus do Egito rebelaram-se e sitiaram Alexandria, num acontecimento que, durante longo tempo, foi lembrado como a "Guerra dos Judeus". Derrotados os rebeldes pelo general Márcio Turbo, a colônia, judaica de Alexandria deixou de existir.

À exceção, porém, desses eventos particulares, todo o primeiro século do Império e os primeiros anos do século seguinte constituíram um período de relativa calma e prosperidade. O imperador Nero (54 – 68) enviou exploradores ao reino de Méroe, com o qual mantinha relações comerciais pacíficas; Vespasiano tornou-se popular em Alexandria, onde se lhe atribuíram poderes miraculosos; Trajano (98 – 117) reduziu as legiões estacionadas no Egito a apenas uma, o

3 Colônia grega que remonta ao período saíta.

que indica uma situação de calma. Este último imperador ainda mandou abrir um canal ligando o Nilo ao mar Vermelho com o propósito de desenvolver o comércio com o Oriente e competir com as rotas das caravanas, que levavam à Síria por territórios fora do controle romano. Todas essas medidas beneficiaram Alexandria, ainda o principal porto do Mediterrâneo. É importante observar, ainda, que Trajano enviou o trigo de que o Egito necessitava quando a fome assolou esse país, invertendo a norma que obrigava o Egito a pagar o *annona* a Roma.

O sucessor de Trajano, Adriano (117 – 138), demonstrou interesse ainda maior pelo Egito, e em 130 e 131 realizou uma longa viagem pelo país em companhia da esposa. A ele o Egito deve a reparação das destruições perpetradas em Alexandria durante a Guerra dos Judeus e a fundação, no Médio Egito, da cidade de Antinópolis, em homenagem ao seu favorito Antínoo, que ali voluntariamente se afogara para salvar seu senhor – diz-se – de alguma obscura ameaça anunciada pelo oráculo. O jovem mártir foi deificado e identificado a Osíris, conforme a tradição egípcia da apoteose por afogamento. Existiram, porém, razões de ordem prática para a fundação da cidade: Antinópolis ganhou o *status* de *polis,* ou cidade livre, tornando-se um centro filo-romano no interior do Egito e ponto de partida de uma rota de caravanas ligando o mar Vermelho ao vale do Nilo.

A situação econômica dos camponeses e dos pequenos proprietários, minuciosamente documentada nos papiros, mostra, no entanto, que a discriminação em favor da classe média – norma da política romana – acabaria por gerar maus frutos. Os humildes empobreceram, e a inquietação começou a se manifestar. Um dos primeiros sintomas foi o assassínio do prefeito de Alexandria no reinado do sucessor de Adriano, Antonino Pio (138 – 161), que precisou ir até o Egito para restabelecer a ordem. Seu filho, Marco Aurélio, filósofo e filantropo (161 – 180), enfrentou uma situação ainda mais crítica quando os *boukoloi,* criadores de gado do Delta, organizaram-se numa violenta insurreição liderada pelo sacerdote egípcio Isidoro. Os rebeldes estavam unidos por um entusiasmo místico devido, como pretendem alguns, à prática do canibalismo ritual; não obstante, lutaram com heroísmo pelo direito a uma vida menos miserável e pelo reconhecimento racial. Os alexandrinos, que desfrutavam de privilégios que os egípcios não tinham, colocaram-se ao lado de Roma. A rebelião não pôde ser debelada pelas guarnições locais. Foi preciso que o general Ávido Cássio trouxesse suas legiões da Síria; ainda assim, só logrou bater os criadores de gado após atirá-los uns contra os outros. O mesmo Ávido Cássio, em 175, ao se espalhar o boato de que o imperador estava morto, proclamou-se

FIGURA 7.2 Cabeça de Vespasiano. (Fonte: Grimm et Johannes. Op. cit. 1975. pr. 36. Foto Museu do Cairo.)

imperador com o apoio de suas tropas em Alexandria. A intentona – a primeira desse gênero na história do Egito – terminou sem grandes danos, uma vez que Marco Aurélio perdoou o imprudente general.

A tensão entre Roma e Egito não cessou de aumentar apesar das reformas de Sétimo Severo (193 – 211). Este restituiu a Alexandria o Senado (*boule*) que, símbolo de autonomia, fora dissolvido por Augusto. Quando Caracala (211 – 217), seu sucessor, visitou Alexandria, ficou tão irritado com as zombarias dos cidadãos que imediatamente ordenou um massacre geral dos jovens após reuni-los sob o pretexto de incorporá-los ao Exército. Consumada a chacina, as tropas deixaram os quartéis de Nicópolis e estacionaram na cidade para forçá-la à submissão.

Esses episódios sangrentos em parte diminuíram a importância do gesto mais célebre do imperador: a outorga da Constituição Antoniniana em 212. Esse documento capital estendia o direito de cidadania a todos os habitantes do Império, abolindo as barreiras que separam os provincianos dos cidadãos romanos. Até aquele momento, com exceção dos funcionários vindos de fora, era raro que cidadãos romanos se fixassem no Egito. A maior parte deles era composta de egípcios, que, após servirem no Exército romano por 20 ou 25 anos, recebiam a cidadania no momento da dispensa e voltavam para sua cidade natal como figuras de destaque dentro do pequeno grupo de metropolitanos.

A Constituição extinguiu, em princípio, essa duplicidade de *status* dos habitantes do Império. O direito de Roma passou a ser o direito comum, e a estrutura geral da sociedade sofreu uma completa transformação. No entanto, se algum país sentiu menos que os outros essa revolução social, foi o Egito. Um artigo da Constituição excluía da cidadania os *dediticii,* aqueles que se haviam rendido após uma derrota militar, categoria em que ficavam incluídos os egípcios. Mais uma vez os imperadores beneficiavam a classe média urbana helenizada em detrimento do campesinato autóctone. Um outro decreto de Caracala interditou aos egípcios a entrada em Alexandria, exceto para a entrega do combustível destinado às termas e do gado para abate. Isentava, porém, aqueles que desejassem – e que tivessem condições para isso – viver na cidade visando adquirir uma formação que os assimilasse aos gregos. Nada poderia mostrar com tanta clareza o caráter econômico da discriminação.

Juntamente com a Constituição, o sistema administrativo como um todo sofreu transformações. No momento em que Alexandria recobrava o Senado, uma reforma geral alterou o *status* das cidades. As metrópoles transformaram-se em cidades (*poleis*) e assumiram diretamente a administração de suas províncias. as cargos públicos passaram a ser confiados a membros do Senado (*boule*) –

Escavações polonesas em Kôm el-Dikka, Alexandria

FIGURA 7.3 Termas romanas e hipocausto.

FIGURA 7.4 O corredor que circunda o teatro romano.

agora presentes em todas as cidades – e não às pessoas “ricas e capazes” (*euporoi kai epitedeioi*), que o epistratego escolhia ao acaso. Entretanto, cada senador devia prestar serviço por um determinado período na administração e custeá--la em parte. Alguns papiros registram relatos completos de reuniões dos altos colégios em que os *prytanes* (senadores) decidiam quem deveria ocupar os cargos públicos. Alguns candidatos qualificados procuravam evitá-los. Com efeito, essas honras começaram a se tornar insustentáveis numa economia tão fortemente atingida pela revolta dos criadores de gado e pela consequente ruína do sistema, que, assim, perdeu grande parte de seu antigo esplendor.

O Egito não era mais o celeiro do Império. Desse papel se incumbiu a *África* (o atual Magreb) já a partir do final do século II; isso só poderia significar que o Egito se havia exaurido. Iniciou-se um movimento que aos poucos foi tomando vulto e se tornou perigoso: a fuga (*anachoresis*) dos agricultores do campo para o deserto, por não terem mais condições de pagar os impostos exigidos pelo Estado.

Em meados do século III irrompeu uma série de acontecimentos altamente dramáticos. Um prefeito do Egito, Marco Júlio Emiliano, proclamou-se imperador em 262 e após reinar uns poucos meses foi violentamente derrotado por Galiano; pela mesma época, povos estrangeiros atravessaram as fronteiras, fizeram incursões pelo país e chegaram a ocupar o território durante algum tempo. Não foi por acaso que no reinado de Cláudio II (268 – 270) um egípcio de nome Thimagenes pediu o auxílio dos palmirenses. Estes viviam numa rica aldeia caravaneira e, embora independentes, eram aliados do Império. Sua rainha, Zenóbia, sem romper abertamente relações com Roma, enviou um exército de 70 mil homens, que exigiu das legiões romanas grandes esforços: tomando o povo o partido dos invasores, as vitórias dos romanos tornavam-se inócuas. Mesmo após Aureliano ter conseguido dominar a situação e rechaçado os palmirenses, algumas facções anti-romanas da população, sob a liderança de um certo Firmo, aliaram-se aos invasores que ainda permaneciam no Egito. Ligaram-se também a um povo de quem se começava a falar com temor, os Blêmios, que eram nômades que ocupavam a Baixa Núbia e amiúde apareciam no Alto Egito – vindos do deserto, que controlavam –, semeando o terror entre as populações agrícolas.

O general Probo (276 – 282), que sucedeu a Aureliano após ter comandado suas tropas, conseguiu dominar os palmirenses, os Blêmios e seus aliados da guerrilha egípcia. Não poupou esforços para melhorar a situação do país, que se encaminhava para a ruína, desinteressado de uma vida social centrada na administração tradicional. A acolhida dispensada até mesmo aos Blêmios, que

agiam como saqueadores nômades, mostrou claramente que a comunidade precisava ser fortalecida a partir do interior, insuflando nas populações uma nova confiança. Esse, sem dúvida, foi o objetivo de Probo quando, após derrotar os bárbaros e proclamar-se imperador, empregou seu exército na construção de canais, visando introduzir melhorias na agricultura.

A crise do Egito apenas refletia, num contexto bem-definido, a crise mais ampla do próprio Império. Diocleciano (284 – 305) foi quem ousou enfrentar esse problema, remodelando todo o sistema do Estado (por ser vasto, esse assunto só será tratado aqui no que respeita ao Egito). O novo imperador compreendeu claramente a situação e decidiu abandonar a Núbia, aberta às invasões dos Blêmios, entregando-a aos Nobatas, povo africano aparentado aos Blêmios – na condição de que assumissem a proteção da fronteira meridional do Império. Para essa tarefa recebiam somas que seus régulos (*reguli, basiliskoi*) se compraziam em chamar de tributo.

O Egito ficava, então, dividido em três províncias, cada qual compreendendo uma epistrategia. As duas províncias setentrionais, o Delta e o Heptanomis (os sete nomos), passaram a chamar-se Aegyptus Jovia e Aegyptus Herculia, ambas sob o governo de um funcionário civil (*praeses*) sem autoridade sobre as forças armadas. A província meridional, Tebaida, mais exposta a invasões, submetia-se a um *dux*, com autoridade tanto civil quanto militar. O Egito perdeu o caráter de província isolada e passou a cunhar a mesma moeda do restante do Império. Sua administração viu surgir, assim como nas demais províncias, a figura nova do *curator civitatis*, oficial de tributação da cidade que se encarregava das questões fiscais. Ao mesmo tempo, passou a vigorar um novo sistema de impostos, que, em termos gerais, fixava taxas para um período de quinze anos (*indictiones*). Isso representava certa melhoria frente ao caos da tributação arbitrária e imprevisível; no entanto, só implicaria uma mudança significativa caso houvesse equilíbrio entre a tributação e todo o sistema de produção de riquezas. A comunidade tendia, insensivelmente a princípio e cada vez mais manifestamente depois, a se imobilizar em categorias fixas, das quais o contribuinte procurava escapar quando as taxações se tornavam demasiado pesadas. Por conseguinte, o Estado teve de reforçar a imobilidade: a ninguém era permitido abandonar sua função. Os camponeses deviam continuar camponeses e permanecer na mesma terra, convertendo-se em servos da gleba, mas também os *honestiores* (cidadãos respeitáveis) ficaram atados aos deveres de contribuintes e administradores. Logo o *anachoresis* se transformou numa necessidade em todos os níveis da escala social. Apenas as pessoas com autoridade política bem definida podiam fazer valer seus direitos. Naturalmente, os menos afortunados tendiam a se

FIGURA 7.5 Estatueta de um gladiador negro em pé, vestindo uma túnica, couraça e elmo, armado de escudo e adaga. (Fonte: E. Breccia. "Terracota" II. 1934. Foto Museu Greco-Romano de Alexandria, Inv. 23241.)

FIGURA 7.6 Estatueta de um soldado negro em pé, empunhando um machado duplo. (Fonte: E. Breccia. 1934. Foto Museu Greco-Romano de Alexandria, Inv. 23099.)

FIGURA 7.7 Ladrilho de cerâmica: negro ajoelhado, soprando um instrumento musical. (Foto Allard Pierson Museum, Amsterdam, Inv. 1991.)

agrupar em torno desses potentados, acreditando na sua proteção contra o fisco e confiando-lhes a disponibilidade de suas propriedades. O governo utilizava--se de todos os meios legais para combater essa tendência à formação de uma sociedade dominada e organizada por grandes proprietários de terras; a lei era, contudo, impotente, uma vez que não considerava as causas subjacentes ao processo que procurava deter. Quando os grandes proprietários rurais se viram no direito de coletar, eles mesmos, os impostos que deviam ao Estado (*autopragia*), o sistema de propriedade sofreu uma completa transformação. A pequena propriedade, sustentáculo da classe média no início do Império, desaparecia sob a propriedade – e a autoridade – baronial, que dividiu as antigas unidades administrativas municipais em outras unidades econômicas.

O impacto do cristianismo sobre a sociedade egípcia

Todo esse processo evidentemente se desenvolveu durante longo tempo e paralelamente a outro: a aparição do cristianismo no Egito. A partir de uma perspectiva histórica bastante abrangente, poder-se-ia considerar esse fenômeno como um dos momentos de intercâmbio entre o Egito e o restante do mundo antigo no âmbito da religião. São bem conhecidas a difusão e a importância dos cultos do vale do Nilo no Império Romano. Ísis e Osíris (Serápis) são venerados em toda parte e despertam em povos de diferentes regiões as mesmas esperanças místicas de salvação, as mesmas experiências de fé ardente.

Esses cultos, cuja influência sobre a consciência e os sentimentos das massas dificilmente pôde ser controlada pelas autoridades políticas, viam-se frequentemente ameaçados. Embora tivesse erguido templos no Egito, Augusto não escondia sua descrença nos deuses do país. Estes haviam ajudado seu inimigo Antônio, cujas relações com Cleópatra, segundo certos rumores, chegavam a ameaçar a posição imperial de Roma. A derrota de Antônio em Actium também representou, oficialmente, uma derrota dos deuses egípcios. Já Calígula teve outra atitude para com as divindades estrangeiras; Tito (79 – 81) consagrou um touro a Ápis, e seu sucessor, Domiciano (81 – 96), foi um ardoroso adepto dos deuses do Egito, a quem se sentia ligado por uma gratidão supersticiosa desde que, em situação de perigo, se salvara disfarçando-se em sacerdote de Ísis. A partir de então a paixão de Osíris, o luto de Ísis e a ressurreição de seu esposo transformaram-se em esperança para os sofredores, que neles reconheciam uma profunda harmonia com a natureza humana, ao lado de qualidades que a transcendiam.

Desse modo, a experiência religiosa do Egito deve ter colaborado para a propagação de uma outra religião de salvação – como se pode considerar, sob alguns aspectos, o cristianismo –, principalmente por se tratar de um país em que as preocupações com a vida. além-túmulo sempre foram um fator preponderante na especulação religiosa. Além do mais, durante alguns séculos existiu no Egito uma colônia judaica, cuja presença, já à época de Ptolomeu Filadelfo, fora motivo para a tradução grega do texto da Bíblia, conhecida como "Septuaginta". Portanto, é provável que, desde muito cedo e em diferentes comunidades; fossem conhecidos no Egito os fundamentos bíblicos do cristianismo, o que a princípio deve ter facilitado a difusão da nova religião.

Em verdade pouco se conhece do assunto. Importa assinalar que a difusão do cristianismo assemelha-se à de outras experiências religiosas, como as dos gnósticos ou dos maniqueus, cujos textos originais o Egito conservou em papiros ou pergaminhos exumados de seu solo. Tudo isso indica uma crise no mundo pagão, cuja religião tradicional não mais satisfazia as necessidades espirituais dos povos da época. No Egito, o ensinamento religioso exigia que a linguagem do país fosse adotada como língua ritual. O cristianismo, assim como o gnosticismo e o maniqueísmo, adotou o copta na forma de um ou outro dos seus diversos dialetos provinciais ou regionais. Esse fato significa não apenas que os sacerdotes falavam às classes mais humildes da população, àquelas que não tinham acesso à cultura grega das classes dominantes, como também que, no domínio da religião, dava-se prioridade à cultura nacional e à população nativa, que praticamente não gozava dos benefícios da Constituição Antoniniana e estava impedida de participar dos novos quadros de cidadãos do Império. Enquanto do ponto de vista oficial o egípcio nativo era um *dediticius* que não merecia ser assimilado, a palavra "heleno" tornou-se, para os cristãos, sinônimo de "pagão", adquirindo, assim, uma conotação pejorativa.

O número e a importância dos cristãos manifestam-se, por um paradoxo estranho mas não incomum, nas constantes perseguições movidas contra eles pelo imperador A de Décio (249 – 251) deixou no Egito uma série de documentos peculiares: trata-se dos certificados conferidos aos que, em presença das autoridades, faziam um sacrifício pagão, queimando alguns grãos de incenso como saudação ao imperador. Os que se recusavam a fazê-lo eram considerados cristãos e punidos como súditos desleais. Mas a perseguição que eclipsou todas as demais na memória popular e inaugurou a era copta ("era dos mártires") foi a que Diocleciano (303) desencadeou com toda a energia e rigor de que era capaz. Foi a prova final, a que patenteou a inutilidade de fazer frente a um movimento que já se consolidara. Alguns anos mais tarde, Constantino reconheceu em

Milão (313) o direito de professar a fé cristã, dando início à longa tarefa de adaptar a sociedade cristã às necessidades do Império. A partir desse momento, a história do cristianismo no Egito fica estreitamente vinculada às relações entre Alexandria e Constantinopla, a nova capital do Império.

O papel particular do Egito no interior do Império cristão

A partir do momento em que o Império, sob Teodósio, torna-se oficialmente cristão, a história do Egito fica diretamente ligada à atitude oficial dos imperadores, que, de Constantinopla, mais e mais reivindicam o direito de definir o dogma a ser ensinado e aceito em todo o Império. O desejo de unidade jurídica fez-se logo acompanhar de uma insistência quanto à uniformidade da religião, conhecida como ortodoxia.

Enquanto religião, o cristianismo caracterizava-se por certo número de artigos de fé; desde os primeiros séculos de sua existência, as diferentes concepções e interpretações desses artigos suscitaram divergências entre os adeptos.

Enquanto a Igreja não esteve em condições de sair à luz do dia, as querelas entre os fiéis não tiveram significado político. Tão logo, porém, a comunidade Cristã se tornou representativa das massas do Império, suas disputas transformaram-se em assunto de Estado. O próprio Constantino teve de intervir várias vezes para eliminar as dissensões que começavam a envenenar as relações entre grupos de cristãos e que, sob o disfarce da teologia, não raro ameaçavam a ordem pública. Para o espírito prático e autoritário de Constantino, a discussão religiosa – a heresia – devia desaparecer para dar lugar a uma concepção ordenada e definitivamente reconhecida do que era verdadeiro e, portanto, legítimo. Os sucessores seguiram-lhe o exemplo; tal atitude originou constantes tensões entre o palácio de Constantinopla e o bispado de Alexandria, cada qual chamando a si a responsabilidade pela manutenção da verdadeira fé, ou ortodoxia.

Essas contendas religiosas opunham amiúde as tradições locais – profundamente arraigadas, conservadas e veneradas – às decisões abstratas e remotas das autoridades. Tanto em Alexandria como em Antioquia, o prestígio das sedes episcopais mais antigas da cristandade firmou-se pelas qualidades pessoais de alguns dos prelados que as ocupavam. Mais importante talvez seja o fato de as duas capitais intelectuais do mundo greco-romano imprimirem às disputas religiosas ali desenvolvidas uma feição difícil de conciliar com as concepções imperiais – e mesmo, por vezes, com as concepções do bispo de Roma.

Em Alexandria o cristianismo assumiu, desde muito cedo e por um processo normal de desenvolvimento, um caráter acentuadamente diferente do cristianismo do resto do país. A cultura grega, de que a cidade estava impregnada, manifestava-se até mesmo na maneira com que a nova religião foi recebida. A mudança para o cristianismo tomou a forma não de um ato revolucionário, mas de uma tentativa de justificar determinados conceitos novos e integrá-los no amplo quadro da filosofia e da filologia da Antiguidade. Os alexandrinos estavam diante do modelo concebido, lá mesmo, pelo judeu Filo (século I da Era Cristã) que procurou dar às Escrituras um sentido grego e universal. Organizou-se, então, um *Didaskaleion,* cujo fundador parece ter sido um homem chamado Panteno, estoico convertido, e, portanto, versado em filosofia grega. A perseguição de Sétimo Severo fechou a escola por algum tempo; esta, no entanto, retomou suas atividades sob a direção de personalidades como Clemente de Alexandria (cerca de 145 – 210), homem de prodigiosa erudição, e seu discípulo Orígenes (185 – 252), com quem a especulação filosófica e o interesse filológico atingiram o ápice. Orígenes procurou reconciliar o cristianismo com o ensinamento do fundador do neoplatonismo, Amônio Sacas. Essas figuras eminentes empenharam-se em enxertar o cristianismo, ainda em formação, na tradição clássica, tornando-o apto a receber a herança de uma civilização – da Grécia e de Roma – que em princípio parecia incompatível com a doutrina cristã. Essa foi a mais importante contribuição do Egito ao cristianismo nascente. Tal atitude, porém, não atraiu, ao que parece, a população não-grega do país, cuja experiência religiosa era de caráter mais instintivo. Quanto ao bispo de Alexandria, encontrava-se numa situação bastante peculiar em relação aos padres (*presbyteroi*), uma vez que estes formavam, como a princípio era comum na Igreja, um colégio poderoso. Para manter sua autoridade, portanto, via-se obrigado a confiar nos bispos provinciais (os *chorepiskopoi,* ou bispos da *chora,* isto é, do Egito à exceção de Alexandria), cuja consagração dependia dele.

Esse conflito de interesses e posições gerava sérias disputas. A primeira delas surgiu quando o bispo Melécio de Licópolis (Assiut) apoiou os defensores do rigorismo, que recusavam admitir no seio da Igreja aqueles que se tinham omitido durante as perseguições.

Uma outra disputa, que acarretou consequências mais sérias, resultou das diferenças de concepção entre clérigos e entre escolas filosóficas quanto à dupla natureza, humana e divina, de Cristo. Teria ele duas naturezas indissociáveis – sendo apenas uma divina e a outra, humana, simples aparência – ou duas naturezas distintas? O sacerdote Ário, da Síria, optou pela segunda solução ao problema, suscitando uma réplica oficial da Igreja que acabou por condená-lo.

O mais ardente defensor da ortodoxia foi Santo Atanásio (293 – 373), patriarca de Alexandria, que em meio a essa tempestade triunfou perante os próprios imperadores que apoiavam o arianismo, sendo reconhecido como paladino da Igreja tanto pelos gregos como pelos romanos. Meio século depois, outro patriarca de Alexandria, Cirilo (412 – 444), opôs-se às doutrinas de Nestório, patriarca de Constantinopla, e soube fazer frente ao próprio imperador, Teodósio II. Por essa época, Cirilo corrigiu as afirmações anteriores dos teólogos, sublinhando que em Cristo havia uma só pessoa e duas naturezas. Após sua morte, o monge Eutíquio, apoiado pelo sucessor de Cirilo, Dióscoro, foi além ao sustentar que em Cristo havia apenas uma natureza. O Concílio de Calcedônia condenou essa doutrina em 451. Posteriormente os alexandrinos, orgulhosos da sabedoria e da santidade de seus patriarcas, adotaram-na como verdade absoluta. Essa tendência filosófico-teológica seria conhecida mais tarde como monofisismo.

As decisões do Concílio de Calcedônia (451), que resolveu definitivamente a questão ao declarar obrigatória a crença na união íntima de duas naturezas em Cristo, deflagraram em Alexandria uma crise que durou até a conquista muçulmana. Após o Concílio, Alexandria passou a ter dois patriarcas: um melquita (do árabe *malik,* que significa rei), nomeado por Constantinopla e subordinado ao rei, que exercia os poderes administrativo, judiciário e policial, e um monofisita, que se opunha ao anterior e era, aos olhos dos egípcios, o defensor da única verdade teológica aceitável – a unidade da natureza de Cristo. O poder do patriarca melquita, estribado na legitimidade e na força imperiais, chocava-se com o do patriarca monofisita, que tinha como apoio um sentimento nacional cada vez mais antibizantino.

As rixas encarniçadas e por vezes sangrentas entre os fiéis tiveram como cenário principal a cidade de Alexandria. Ecos dos eventos quase sempre escandalosos ocorridos naquela cidade alcançaram as províncias; contudo, o cristianismo do vale do Nilo soube demonstrar sua veia prática, oposta ao especulacionismo dos alexandrinos, numa experiência que se revelaria fundamental para o desenvolvimento da Igreja. Considerando a vida mundana como fonte e ocasião do pecado, os cristãos do Egito cultivavam de modo sistemático o hábito de isolar-se do mundo, formando comunidades religiosas que talvez encontrassem precedentes no Egito pagão e entre os judeus do país (tais como os *therapeutes,* cujas práticas virtuosas foram descritas por Filo), mas que agora passavam a ser os pilares da nova religião. Podem-se distinguir diferentes fases na história desse movimento conhecido como monasticismo. Seu primeiro representante ilustre foi Paulo de Tebas (234 – 347), um eremita que, com seu discípulo Antônio (251 – 356), organizou um grupo de anacoretas. O último, mas não menos

importante, foi Pacômio (276 – 349), que, com agudo senso prático, imaginou grupos a dividirem tarefas e responsabilidades, sujeitos a um código de disciplina comum e vivendo numa comunidade altamente desenvolvida (*koinobia*). Chega-se, assim, a Schenoute de Atripe (348 – 466), que no Convento Branco (Deir el-Abiad) submetia homens e mulheres a uma rigorosa disciplina, aperfeiçoando no Egito o sistema posteriormente desenvolvido na Europa medieval.

Evidentemente a rejeição da vida mundana e a organização de grandes comunidades não eram simples atos de fé. Tratava-se, antes de mais nada, da transferência para o domínio da religião de fatores que, como já tivemos oportunidade de ver, encontravam-se presentes no Egito bizantino. O termo *anachoresis* tem significado tanto religioso quanto fiscal (*anachoretes* designa tanto o eremita quanto aquele que foge para evitar os impostos que não tem mais condições de pagar); o entusiasmo com que as pessoas se retiravam para viver nos desertos denuncia as adversidades da vida cotidiana. Ademais, os numerosos documentos relativos à vida dos monastérios mostram-nos que se tratava de grandes organizações proprietárias de terras, animais, oficinas, lojas e instalações agrícolas. Um convento podia ser rico e ativo, e seus monges pessoalmente pobres, dedicados à vida contemplativa; tal solução, como se percebe facilmente, assemelha-se àquela que levou ao desaparecimento das pequenas propriedades em favor dos latifúndios. Os monges encontravam nos conventos a satisfação não somente de suas aspirações religiosas, mas também de um desejo profundo, peculiar àquela época: a fuga às dificuldades da vida e a proteção contra uma autoridade discricionária. Esse fato pode explicar a ocorrência de uma população monástica numerosa, que chegava a alcançar as dezenas de milhares, conforme documentos da época. A utilização dos monastérios como refúgio contra o Estado, ou ao menos como um atenuante da incapacidade deste em cumprir as responsabilidades para com as populações, levou as autoridades eclesiásticas a ocuparem cada vez mais o lugar das autoridades civis. Nessas circunstâncias, os imperadores tinham boas razões para tentar impedir que os administradores se tornassem monges.

Não é difícil compreender que essa sociedade estava menos interessada que no passado em adotar a tradição do helenismo, tanto em sua forma clássica quanto modificado pelas inovações que surgiram em Constantinopla. As tradições figurativas do período romano evoluíram localmente para a chamada – de maneira bastante vaga – arte copta. A literatura nacional, que então tratava apenas de temas religiosos, exprimia-se na língua do país, e a rica proliferação de textos sacros testemunha o desenvolvimento de uma tradição a que os historiadores do passado talvez não tenham feito plena justiça.

FIGURA 7.8 Pintura de Baouit. (Fonte: K. Wessel. "Koptische Kunst". Recklinghausen. 1963. fig. 100. Foto Museu do Cairo.)

FIGURA 7.9 Mosteiro de Mari-Mina.

No entanto, o espírito de resistência alexandrino, essencialmente teológico, terminou por identificar-se, no século VI, com o dos anacoretas. Constantinopla exercia uma pressão cada vez mais forte para impor as doutrinas do Concílio de Calcedônia, assim como diversas outras surgidas mais tarde em Constantinopla, a um Egito relutante em aceitá-las. As circunstâncias combinavam-se para aumentar o descrédito, no Egito, da Igreja oficial, rica e autoritária, responsável pela manutenção da ordem, e para conferir popularidade aos monofisitas perseguidos, que no século V receberam forte apoio doutrinário da Síria e que acolheriam outros perseguidos sírios no século seguinte. Um sentimento geral de lassidão dominava os egípcios em todas as classes sociais. A certeza de que a posição egípcia era correta e justa foi reforçada pela multiplicação de textos apócrifos relativos a episódios da vida de Cristo no Egito. Os bizantinos tornaram-se estrangeiros indesejáveis, representantes de uma política de ocupação intolerável.

Os papiros guardam informações bastante precisas sobre o estado de espírito da população nas diversas camadas da sociedade. O medo, a privação e o cansaço faziam-se presentes em toda parte. Não admira que o país, empobrecido por uma administração rapace e inepta, dividido internamente por conflitos e separado de Constantinopla por uma desconfiança mútua, tenha perdido seu poderio econômico.

Em poucos anos, duas derrotas militares puseram às claras a fragilidade da dominação bizantina.

O rei sassânida Cósroes pretendia enfraquecer Bizâncio. Os sassânidas já dominavam o sul da Arábia e dificultavam o comércio bizantino com o mar Vermelho. Pressionavam em três direções: rumo à Anatólia e Bizâncio, a Alepo e Antioquia, e a Acaba e Egito, chegando ao Delta do Nilo em 615. A ocupação persa foi marcada pela insurreição dos judeus, finalmente libertados da longa opressão romana, e pela reaparição da Igreja monofisita, que durante alguns anos permaneceu a única Igreja oficial.

A reconquista do Egito por Heráclio, em 629, deu aos bizantinos apenas uma breve trégua, uma vez que estes se viam obrigados a exercer estreita vigilância sobre uma colônia que agora parecia ingovernável. O terror dominou o ano de 632, quando Bizâncio, por intermédio do patriarca melquita, decidiu impor uma nova ortodoxia, que não era nem a do Concílio de Calcedônia, nem a de Roma nem tampouco a dos monofisitas. A partir de 639, o país passa a sofrer a ameaça dos muçulmanos, e em 642, os egípcios se rendem aos novos conquistadores, que prometem estabelecer uma economia e condições sociais mais justas. A conquista árabe veio assinalar o início de uma nova era na história do Egito.

CAPÍTULO 8

A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo

Shehata Adam colaboração de *J. Vercoutter*

Um breve exame do mapa físico da África basta para mostrar a importância da Núbia como elo entre a África central – a dos Grandes Lagos e da bacia do Congo – e o mundo mediterrânico. O vale do Nilo, que em sua maior parte corre paralelo ao mar Vermelho, em direção ao "corredor" núbio, entre o Saara, a oeste, e o deserto arábico ou núbio, a leste, permitiu um contato direto entre as antigas civilizações do Mediterrâneo e as da África negra. Assim, não deve causar espanto a descoberta de uma admirável cabeça de bronze de Augusto em Méroe, a menos de 200 km de Cartum.

Embora o Nilo constitua um meio seguro de atravessar essas regiões desérticas, a viagem não é tão fácil como poderia parecer à primeira vista. De Assuã até as proximidades de Omdurman, as cataratas dificultam a navegação na direção norte-sul, chegando a interrompê-la em alguns trechos. Além disso, as duas enormes curvas do rio aumentam muito o trajeto, constituindo-se, em certos pontos, num sério obstáculo à navegação; entre Abu Hamad e Uadi el-Milk, por exemplo, o Nilo toma a direção sudoeste, ao invés de fluir para o norte. Assim, na maior parte do ano, o tráfego rio acima depara-se com o escolho dos ventos e das correntezas, embora a viagem rio abaixo seja, naturalmente, muito mais fácil. Mais ao sul, enfim, os extensos pântanos de el-Sudd, embora não sejam intransitáveis, também não facilitam as trocas culturais ou econômicas.

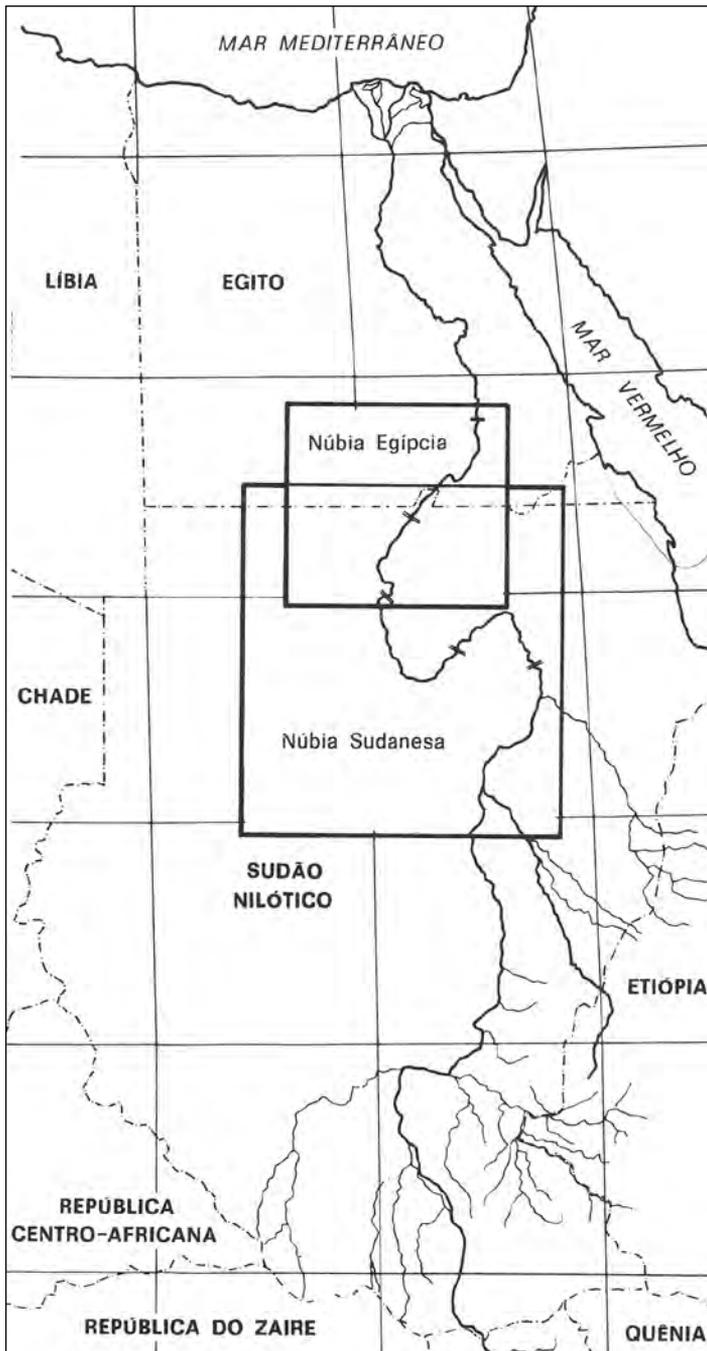



FIGURA 8.1 O vale do Nilo e o Corredor Núbio. (Mapa fornecido por J. Vercoutter.)

Apesar de tudo, a Núbia continua a ser, na África, uma zona de contatos privilegiada, não só entre norte e sul como também entre leste e oeste. Na parte meridional da Núbia, o Nilo Azul, o Atbara e seus tributários, as planícies de piemonte da Etiópia e a depressão perpendicular à costa do mar Vermelho proporcionam fácil acesso às terras altas da Etiópia, ao mar Vermelho e ao oceano Índico. A oeste, os uadis el-Milk e Howar, atualmente secos, vão juntar-se ao Nilo entre a Terceira e a Quarta Catarata, oferecendo à Núbia, juntamente com as planícies de Kordofan e do Darfur, uma rota de fácil acesso para a depressão do Chade e dali para o vale do Níger e a África ocidental. Como se vê, a Núbia constitui uma verdadeira encruzilhada de caminhos africanos, um ponto de encontro das civilizações do leste e do oeste, do norte e do sul da África, sem esquecer as do Oriente Próximo, da Ásia distante e da Europa mediterrânica.

Nos últimos anos, tem-se observado a tendência a empregar o termo "Núbia" para designar apenas a região setentrional do país, situada entre a Primeira e a Segunda Catarata. A campanha da Unesco para a Salvaguarda dos Monumentos da Núbia reforçou, se não criou, essa tendência. Na verdade a Núbia não termina no temível Batn-el-Haggar, árido e pedregoso, mas estende-se bem mais ao sul. Já em 1820, Costaz, em sua *Descrição do Egito,* definiu-a como "a região do vale do Nilo entre a Primeira Catarata e o reino de Sennar", cuja capital se encontra a mais de 280 km ao sul de Cartum. Mesmo esse ponto de vista, porém, conquanto mais generoso, subestima a verdadeira extensão da Núbia.

Historicamente, segundo testemunham os mais antigos textos egípcios, viajantes vindos do norte penetraram na Núbia um pouco ao sul de el-Kab. Durante muito tempo, a província egípcia situada entre Tebas e Assuã foi denominada "Terra do Arco", *Ta-Seti* em egípcio antigo. Ora, os documentos hieroglíficos tradicionalmente designam com esse termo o que chamamos de Núbia. Na aurora da História, a Grande Núbia começava, portanto, nas regiões arenosas do vale do Nilo, onde os "arenitos núbios" substituem as formações calcárias do norte. Em suas origens, a Núbia incluía a Primeira Catarata. Seu limite ao sul é mais difícil de determinar, mas as pesquisas arqueológicas mostram que, a partir do IV milênio antes da Era Cristã, culturas idênticas ou aparentadas entre si distribuíam-se por toda a região, desde os confins das montanhas etíopes, ao sul, até a parte egípcia do Nilo, ao norte. Assim, para dar maior precisão à frase de Costaz, poderíamos definir a Núbia histórica como a parte da bacia do Nilo que se estende da fronteira oeste-noroeste da atual Etiópia até o Egito, incluindo o próprio vale do Nilo, partes do Nilo Branco e do Nilo Azul e todos os seus tributários situados ao norte do 12° paralelo, tais como o Atbara, o Rahad e o Dinder (ver mapas).

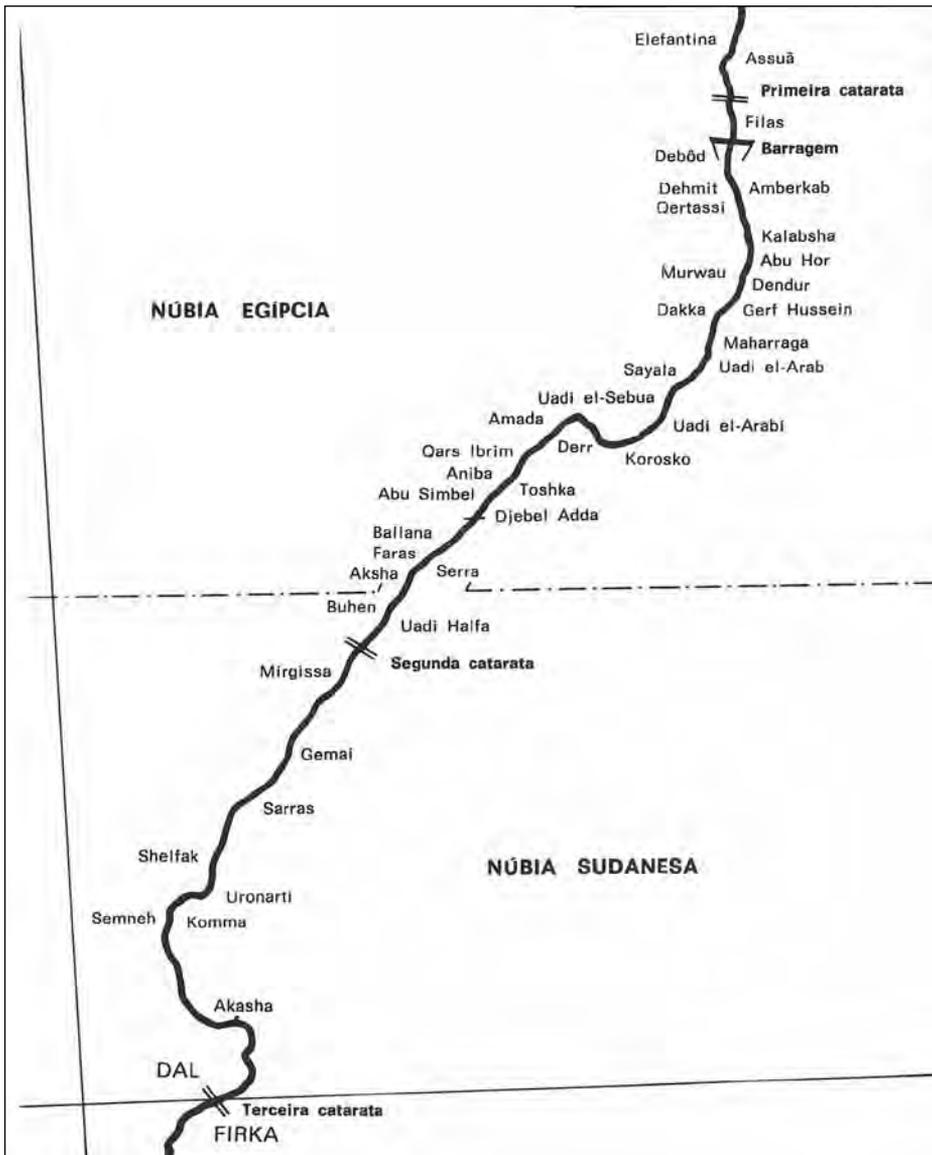



FIGURA 8.2 A Núbia antiga (segundo K. Michalowski. 1967b. p. 29).

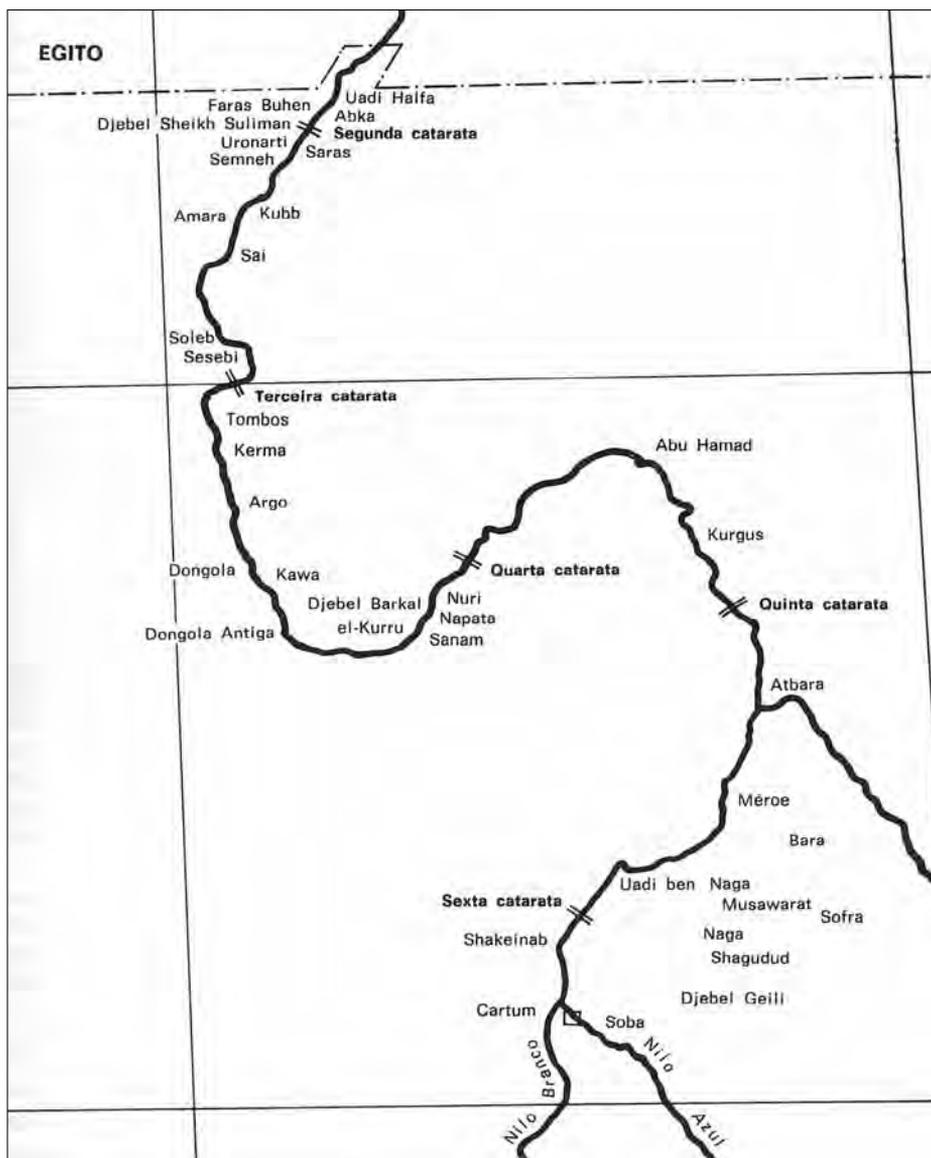



FIGURA 8.3 A Alta Núbia sudanesa (segundo F. e U. Hintze. 1967. p. 26).

É importante precisar os limites geográficos da Núbia, de forma a podermos reexaminar o que se conhece desse país e compreender melhor o seu papel histórico de vínculo entre a África central e o mundo mediterrânico. Há, contudo, uma enorme disparidade nos nossos conhecimentos acerca das diferentes regiões da Núbia. Graças às investigações arqueológicas efetuadas antes da construção ou elevação das barragens de Assuã, dispomos de informações arqueológicas muito mais completas sobre a Baixa Núbia – isto é, a região entre Assuã e Batn-el-Haggar (Segunda Catarata) – do que sobre qualquer outra parte do vale do Nilo. Note-se, porém, que nenhuma escavação foi realizada antes da construção da primeira barragem em Assuã, em 1896: todos os vestígios antigos situados nas proximidades do rio e nos limites do primeiro reservatório foram destruídos antes que se pudesse ter uma ideia de seu número, natureza ou importância. Somente em 1902, quando a barragem foi ampliada pela primeira vez, é que se retomaram sistematicamente as prospecções arqueológicas. Desde então, tal prática tornou-se comum antes de cada nova elevação. Após a última, ocorrida entre 1928 e 1938, escreveram-se mais de cinquenta volumes, vários deles in-fólio, sobre os monumentos e a arqueologia da Núbia "egípcia". Antes do término da nova barragem de Shelal, Sadd-al-Ali, efetuou-se uma série de novas investigações até Batn-el-Haggar. Somente agora começam a aparecer os relatórios completos desse último empreendimento.

Pode-se, pois, dizer que a história e a arqueologia da Baixa Núbia são razoavelmente bem conhecidas. Só depois de publicados todos os estudos históricos, arqueológicos e antropológicos atualmente em curso é que poderemos apreciar em seu justo valor o papel outrora desempenhado por essa parte da Núbia como elo entre o norte e o sul do continente Áfricano. Já a Núbia ao sul de Batn--el-Haggar encontra-se em situação bem diferente e muito menos satisfatória. À exceção de algumas regiões muito pequenas, grande parte do país é ainda *terra incognita* do ponto de vista arqueológico e, portanto, histórico. É verdade que os importantes sítios "faraônicos" entre a Segunda e a Quarta Catarata já foram ou estão em vias de ser escavados. O mesmo se pode dizer de um certo número de sítios mais especificamente "sudaneses", tais como (do sul para o norte) Djebel Moya, alguns povoados neolíticos em Cartum ou nas suas proximidades, Naga, Mussawarat es-Sufra, Uadi ben Naga, Méroe, Ghazali, Napata, Dongola e Kerma; nenhum desses sítios, contudo, foi totalmente explorado, e alguns dos principais, como Kerma e Méroe – centros políticos de importância vital para o estudo da influência núbia na África –, mal foram tocados.

Independente das escavações arqueológicas, antigos textos faraônicos, assim como gregos e latinos, oferecem algumas informações sobre a história

e a civilização da Núbia antiga e nos permitem ter uma ideia de seu papel na evolução da África. No entanto, essas fontes não podem suprir a falta de informações arqueológicas e literárias referentes à maior parte da Núbia, quer se trate dos grandes vales – o próprio vale do Nilo, ao sul da Segunda Catarata, o do Nilo Azul, do Nilo Branco e do Atbara –, quer das regiões mais remotas, como Darfur e Kordofan, quer ainda das rotas orientais em direção ao mar Vermelho e à Etiópia.

Por sua situação geográfica, a Núbia deveria ser a região da África mais pródiga em informações bem datadas sobre os vínculos históricos entre a África central e a do norte, assim como entre o leste e o oeste do continente. Mas a insuficiência de fontes – salvo para o norte do país – não nos permite formar senão uma ideia superficial acerca da natureza, importância e duração desses vínculos.

Um fato que impressionou a todos os observadores do mundo mediterrânico antigo merece especial atenção: a Núbia era, e é, uma terra povoada por negros. Os egípcios sempre retrataram os habitantes da Núbia com uma pele muito mais escura do que a sua. Os gregos, e posteriormente os romanos, chamavam-nos, de "etíopes", isto é, "os que possuem a pele queimada", enquanto os primeiros viajantes árabes se referiam à Núbia como *Bilad-al-Suden*, o "país dos negros". Nos textos medievais, o título "Prefeito dos Núbios" escreve-se *Praefectus Negritorum* e os núbios são chamados *nigritas*. Finalmente, nas pinturas murais de Faras, a pele escura dos núbios distingue-se da pele clara das personagens celestes – o Cristo, a Virgem Maria e os santos.

Todavia, não é nossa intenção entrar, ainda que pudéssemos, no debate puramente antropológico acerca da origem "negra" ou "camítica" dos núbios. As representações egípcias anteriores a -1580 fazem uma clara distinção entre o tipo físico dos Nehesyu da Baixa Núbia, que diferem dos egípcios só pela cor da pele, e o dos "cuxitas" que nessa época aparecem no vale do Nilo, seja como invasores, seja – mais provavelmente – porque os egípcios e os núbios nehesyu entraram em contato com eles nas regiões situadas mais ao sul. Esses novos "cuxitas" não apenas tinham a pele muito escura como possuíam muitos dos traços faciais ainda hoje observados na população da África central e ocidental; eram muito diferentes tanto dos núbios antigos como dos modernos.

Africanos na língua e na civilização, os habitantes da Núbia estavam bem localizados para servir de elo entre as culturas que os cercavam e com quem eram estreitamente aparentados. Como a longa história da Núbia – de -7000 a +700 aproximadamente – é narrada por miúdo nos capítulos seguintes (9-12), faremos apenas um breve relato de alguns dos aspectos que elucidam as relações do país com as civilizações vizinhas.

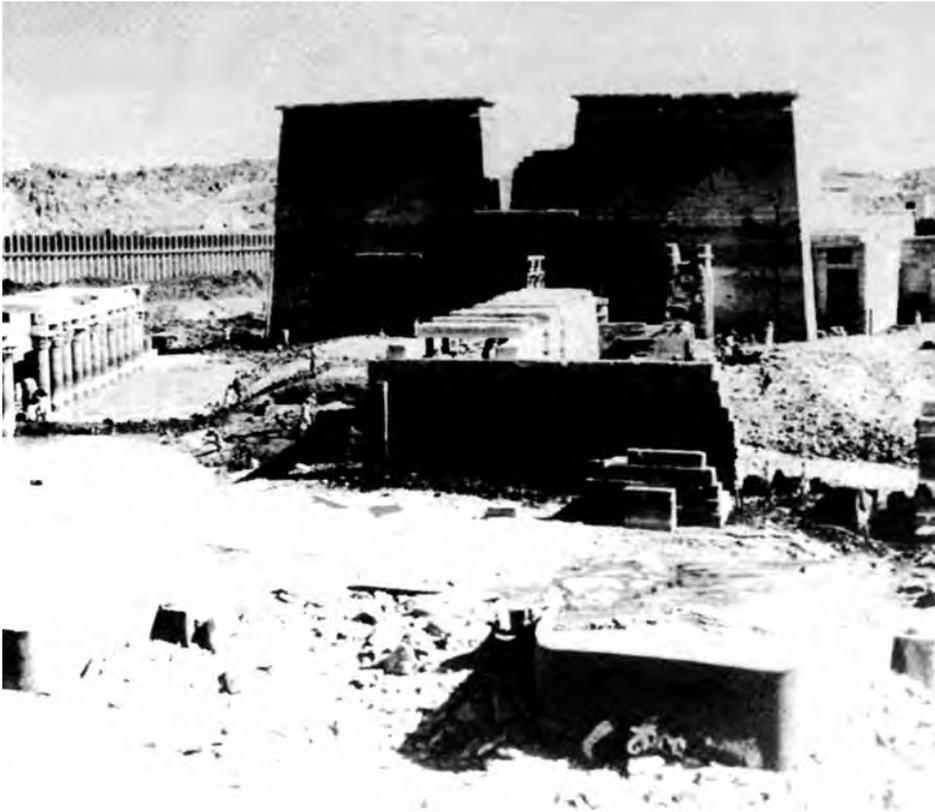



FIGURA 8.4 Monumentos núbios de Filas em reconstrução na ilha vizinha de Agilkia.

FIGURA 8.5 O templo de Ísis em reconstrução em Agilkia. À esquerda, colunata do "Mammisi", ou "Casa do Nascimento", onde nasceu Hórus, o deus-Sol. (Foto Unesco, A. H. Vorontzoff.)

A partir de -7000 e sobretudo durante os períodos úmidos do fim do Neolítico, a Núbia parece ter sido palco de uma cultura material comum, a todo o seu território, desde os limites das montanhas etíopes até a região de el-Kab e, ainda mais ao norte, até o Médio Egito. Apenas por volta de -3000 é que se pode perceber uma clara diferença entre a civilização do baixo vale do Nilo, egípcio, e o alto vale, núbio. Até essa época, práticas funerárias, cerâmica, instrumentos de pedra e posteriormente de metal, muito semelhantes, se não idênticos, são encontrados desde Cartum, no sul, até Matuar, perto de Assiut, no norte. Tais objetos testemunham um forte parentesco entre as várias regiões no tocante tanto à organização social, crenças religiosas e rituais funerários, quanto ao modo de vida, em que a caça, a pesca e a criação animal estavam associadas a uma forma de agricultura ainda rudimentar.

A escrita surge no Egito por volta de -3200, enquanto a Núbia ao sul da Primeira Catarata continua ligada aos seus próprios sistemas sociais e à sua cultura oral. Em tomo de -2800 o uso da escrita já se havia generalizado no Egito, provavelmente em consequência da necessidade de uma organização política altamente centralizada, contribuindo para o desenvolvimento da irrigação e, portanto, de uma agricultura comunitária, que viria substituir a caça, a pesca e a criação de gado. Isso tornaria mais e mais acentuadas as diferenças entre as civilizações da Grande Núbia e do Egito.

No sul, as populações negras da Núbia, com sua cultura oral, caracterizavam--se por uma organização social e política fragmentada em pequenas unidades que não sentiam necessidade de adotar a escrita, cuja existência, contudo, não deviam ignorar, pois ainda mantinham contatos, não raro violentos, com o mundo faraônico. Impelido pelas exigências da irrigação, o Egito, por sua vez, desenvolveu gradualmente um tipo de organização monárquica altamente centralizada, visto que uma autoridade central forte era o único meio de compelir a população, quando necessário, a executar os serviços coletivos indispensáveis para tornar cultivável todo o baixo vale do Nilo: construção e manutenção de diques paralelos ao rio, nivelamento das "bacias", abertura de canais e construção de barragens que permitissem distribuir da melhor maneira possível a água das cheias, sempre variáveis (ver acima). Era natural, portanto, que duas sociedades tão distintas nascessem e coexistissem no vale do Nilo: uma, na Núbia, pastoral e talvez ainda seminômade, embora não destituída de habilidades agrícolas, e outra essencialmente agrícola, voltada para o cultivo intensivo da terra e politicamente centralizada. Essas duas civilizações "especializadas", semelhantes e autônomas até cerca de -3000, vieram, com o tempo, a se complementar economicamente, o que facilitou os intercâmbios mútuos.

Infelizmente, é muito difícil detectar, em seus pormenores, os vínculos que se estabeleceram entre as duas sociedades. A partir do final do III milênio, o conhecimento dessas relações fundamenta-se exclusivamente em fontes egípcias. As fontes literárias oferecem uma visão mutilada da realidade, tendendo a mencionar apenas as expedições militares; por sua vez, as evidências arqueológicas – exceto para a Baixa Núbia – são bastante incompletas, limitando-se a artefatos núbios encontrados no Egito ou, no melhor dos casos, a objetos egípcios descobertos em sítios núbios entre Assuã e a Segunda Catarata.

Tal como se apresentam, essas informações sugerem a existência de laços estreitos entre o alto e o baixo vale do Nilo. Sua origem cultural comum, que não deve ser negligenciada, favoreceu os intercâmbios. Utensílios de cerâmica egípcios protodinásticos e tinitas são encontrados em áreas tão meridionais quanto a Catarata de Dal, e mesmo além. Tais descobertas testemunham a troca de artigos manufaturados entre o norte e o sul: aos objetos egípcios encontrados na Núbia – vasos, pérolas, amuletos – correspondem o ébano, o marfim, o incenso e talvez a obsidiana do sul, abundantes na mobília funerária egípcia desse período. Esse comércio deve ter contribuído para a difusão de ideias e técnicas de uma região para outra, mas nossos conhecimentos são ainda por demais fragmentários para podermos avaliar a importância ou mesmo a direção de tais influências. Por exemplo, a técnica da esmaltagem, tal como era aplicada a contas e amuletos, originou-se no norte ou no sul? Ela aparece quase ao mesmo tempo em ambas as sociedades. O mesmo ocorre com a cerâmica vermelha de borda preta, tão característica da arte do oleiro em todo o mundo nilótico antigo. Ela parece surgir no alto vale do Nilo, entre a Quarta e a Sexta Catarata, antes de ser atestada no baixo vale, no Egito. Mas, ainda aqui, a datação é pouco precisa para se arriscar qualquer afirmação categórica.

Por outro lado, a cerâmica obtida de uma argila fóssil amarelada, conhecida pelos especialistas como "cerâmica qena", é indiscutivelmente egípcia, tanto pela matéria-prima utilizada como pela técnica de manufatura. Essa cerâmica foi importada em larga escala, pelo menos na Baixa Núbia, do fim do IV até o início do III milênio antes da Era Cristã. Sua presença, muito frequente nos sítios núbios ao sul da Primeira Catarata, testemunha a existência de um comércio ativo entre a região tebana e a Baixa Núbia. A argila qena era utilizada na fabricação de grandes vasos, capazes de guardar líquidos ou sólidos; infelizmente não sabemos o que continham – óleos, gorduras, queijos? São, porém, um claro indício das frequentes trocas entre o Egito e o Corredor Núbio, cuja importância histórica é sem dúvida maior que a das incursões ocasionais que, desde cerca de

-3000, os faraós costumavam empreender na região situada entre a Primeira e a Segunda Catarata, o Ta-Seti – a Terra do Arco.

No entanto essas incursões, das quais há referências nos primeiros textos egípcios (ver Capítulo 9), são a primeira indicação do duplo aspecto – militar e econômico – dos contatos entre o norte e o sul ao longo do vale do Nilo. Apesar de sua ambiguidade, esses contatos revelam a importância do Corredor Núbio como elo entre a África e o Mediterrâneo.

Por volta de -3200, durante a I dinastia, os egípcios já conheciam o país o suficiente para aventurar-se a enviar um corpo de tropas até o início da Segunda Catarata. Podemos supor as razões de uma tal expedição. Primeiramente, a necessidade de encontrar matérias-primas que estivessem faltando ou escasseando no Egito, especialmente a madeira. A floresta-galeria que nos primeiros tempos provavelmente recobria as margens do rio iria desaparecer pouco a pouco, à medida que o baixo Nilo ia sendo dominado e o sistema de irrigação, com suas redes de “bacias”, se ampliava.

Uma segunda razão importante para a intervenção do exército egípcio na Núbia seria o desejo de manter livre a passagem para o sul: incenso, goma, marfim, ébano e panteras não provinham da região entre a Primeira e a Segunda Catarata, mas de uma zona muito mais ao sul. Nessa época, contudo, a Baixa Núbia era densamente povoada, como se pode ver pelo número e tamanho dos cemitérios do Grupo A (ver Capítulo 9).

Essa população não provinha do norte, como até há pouco se acreditava, mas descendia dos grupos neolíticos que se haviam instalado no vale entre a Primeira e a Terceira Catarata. No entanto, a julgar pelos objetos domésticos recolhidos por arqueólogos em ambas as áreas, seria aparentada também às populações que ocuparam a parte alta do vale, entre a Quarta e a Sexta Catarata. Alguns desses povos ainda eram caçadores e pescadores, mas os que habitavam as proximidades do rio estavam ligados sobretudo à agricultura, enquanto os habitantes da savana, que se estendia de ambos os lados do Nilo, levavam uma vida essencialmente pastoril ou mesmo seminômade. O clima ainda era o da fase úmida do final do Neolítico africano, de modo que o Corredor Núbio não se restringia ao estreito vale do rio, mas provavelmente se alargava por uma extensão considerável em ambas as margens. Assim, seus habitantes poderiam, se quisessem, interceptar as caravanas egípcias que rumavam para o sul por via terrestre ou ao longo do rio.

Seja como for, o interesse dos egípcios pela Baixa Núbia é evidenciado pelos vários termos étnicos ou topônimos referentes a essa região preservados na maior parte dos antigos textos faraônicos. No entanto, estes abrangem apenas

cerca de 325 km do vale, entre Elefantina, ao norte, e os primeiros rápidos da Segunda Catarata, ao sul, em Buhen (atualmente tais sítios estão submersos pelas águas da represa de Assuã), que os egípcios certamente atingiram durante o reinado do rei Djer da I dinastia, se não mesmo na época do rei Escorpião, ao final do período pré-dinástico.

Por volta de -2700, as informações sobre os contatos norte-sul, obtidas a partir de escavações nos sítios do Grupo A, interrompem-se bruscamente, pelo menos na Baixa Núbia. Encontram-se apenas uns poucos túmulos e estabelecimentos. É como se os habitantes tivessem repentinamente abandonado sua terra. Esse desaparecimento de uma população outrora densa, entre a Primeira e a Segunda Catarata, ainda não foi totalmente explicado. Seria uma decorrência da superexploração do país pelos faraós ou da retirada voluntária dos núbios – quer em direção à savana, de ambos os lados do vale, quer mais para o sul? É muito difícil responder a essas questões, uma vez que a região ao sul da Segunda Catarata, assim como as vias de acesso a leste e a oeste do Nilo estão praticamente inexploradas do ponto de vista arqueológico.

Assim, para o conhecimento desse período, que se estende de -2700 a -2200 aproximadamente, temos de confiar nas pouquíssimas alusões contidas nas fontes literárias egípcias. Estas relatam campanhas militares na região de Ta-Seti, na Núbia, o que pode explicar o abandono do país por seus habitantes. Assim, sabemos que durante o governo de Snefru (cerca de -2680), as forças do faraó capturaram 11 mil prisioneiros e 200 mil cabeças de gado, números que confirmam tanto a densidade da população no fim do período do Grupo A, antes do abandono do país, como a importância da criação de animais em sua sociedade, comparada algumas vezes ao atual *cattle-complex* do nordeste africano. Uma tal quantidade de gado só pode ser explicada se admitirmos que esses povos exploravam não só grande parte da estepe ou savana, que naquela época se estendia ao longo das margens do rio, como também o próprio vale do Nilo.

Um importante achado arqueológico de 1961-1962 ajudou a elucidar um pouco mais os fundamentos históricos do Corredor Núbio durante esse período obscuro. Com efeito, descobriu-se em Buhen, uma aldeia do Antigo Império egípcio que empregava selos faraônicos datados do fim da IV dinastia, mas sobretudo da V. A aldeia estava ligada a um conjunto de fornos destinados à fundição do cobre.

Por um lado, essa descoberta revela que os egípcios não dependiam apenas do cobre asiático – particularmente do Sinai – e que já se haviam dedicado à exploração de metais na Núbia africana. Por outro lado, e principalmente, indica que os egípcios foram capazes (ou se viram na obrigação) de introduzir

técnicas de fundição no alto vale do Nilo. O achado de Buhen prova que o cobre africano já era produzido nessa época. Todavia, para se produzir cobre, é necessário descobrir e escavar o veio, construir fornos especiais e alimentá-los com um combustível apropriado, confeccionar cadinhos, fundir o metal é refiná-lo, ao menos parcialmente, antes de transformá-lo em lingotes. Dificilmente os núbios poderiam ter presenciado todo esse processo – mesmo que dele não participassem ativamente – sem adquirir ao menos um conhecimento rudimentar da metalurgia. Essa iniciação precoce, ocorrida na metade do III milênio antes da Era Cristã, é provavelmente a melhor explicação para a habilidade que demonstraram cerca de quinhentos anos depois (por volta de -2000) na produção de objetos de cobre e na metalurgia do ouro.

Pouco antes de -2200 esse período obscuro chega ao fim, e mais uma vez nos deparamos com fontes arqueológicas e literárias. Os documentos egípcios da VI dinastia, a última do Antigo Império, incluem vários relatos de expedições à Alta Núbia (ver Capítulo 9). No início da dinastia, tais expedições tinham um caráter nitidamente comercial e pacífico: os egípcios procuravam obter na Núbia as pedras raras necessárias às construções reais, ou simplesmente madeira. Empregavam uma técnica que seria reutilizada mais tarde, ou seja, a procura simultânea de bens raros ou de grande porte e de madeira. A madeira obtida no alto vale era usada na construção de barcos, que posteriormente transportariam objetos pesados de volta ao Egito; lá, a frota seria desmontada, e a madeira, reutilizada para outros fins. Essa atividade também favoreceu a circulação de ideias e técnicas em ambos os lados do vale. O panteão egípcio chegou a adquirir uma nova divindade africana, Dedun, provedora de incenso. Para facilitar as comunicações com o sul, os egípcios abriram canais navegáveis nos rápidos da Primeira Catarata, em Assuã. Essa política, iniciada no III milênio antes da Era Cristã, teve prosseguimento com os faraós do Médio Império e, posteriormente, com os do Novo Império. Além das rotas ao longo do rio, as expedições egípcias utilizaram as vias terrestres. Por essa época, as rotas certamente não eram desérticas, uma vez que mal terminara a fase úmida neolítica; os caminhos do sul deviam ser, se não arborizados, pelo menos pródigos em nascentes e olhos-d'água, já que normalmente eram empregados animais de carga que necessitam de um suprimento regular de água, como os asnos. Era por um desses itinerários, a chamada rota do oásis, que os asnos transportavam para o Egito incenso, ébano, óleos, peles de leopardo, marfim, etc. Descobertas recentes parecem indicar que ao menos um desses caminhos partia do oásis de Dakhla e que o oásis de Kharga ainda era um lago. Infelizmente, os textos egípcios não nos dizem o que os egípcios davam em troca das mercadorias, nem informam

onde, exatamente, obtinham seus suprimentos, o que é ainda mais lamentável. Esses textos mencionam diversos nomes de países africanos, mas os especialistas ainda não estão de acordo quanto à sua localização. Ainda aqui muita coisa poderia ser revelada pela exploração arqueológica sistemática não apenas do vale núbio do Nilo ao sul da Segunda Catarata, mas também – o que é talvez mais importante – das rotas terrestres em direção ao oeste do vale que ligam a cadeia dos oásis "líbios" com Selima e com os vales ou depressões que conduzem a Ennedi, Tibesti, Kordofan, Darfur e ao lago Chade.

Quer seguissem pelo vale, quer por via terrestre, parece muito provável que desde esses tempos remotos os egípcios já estavam em contato com a África ao sul do Saara e que o Corredor Núbio desempenhava um papel importante nesses contatos. Sob Pépi II, por volta de -2200, uma expedição egípcia trouxe do extremo sul um "anão para a dança sagrada" (ver Capítulo 9). A palavra usada para descrever essa personagem é *deneg,* ao passo que o termo usual para "anão" nos textos hieroglíficos é *nemu.* Podemos, pois, indagar – e provavelmente a resposta seria positiva – se *deneg* não se refere, de fato, a um pigmeu. Neste caso – e a tradução *deneg* = pigmeu é amplamente aceita hoje em dia –, os egípcios do Antigo Império devem ter mantido contato direto ou indireto com essa raça proveniente da floresta equatorial. Mesmo que o habitat dos pigmeus se estendesse muito mais ao norte do que hoje em dia – o que é possível e até mesmo provável, devido à diferença de clima durante o III milênio –, essa área ainda estaria muito ao sul da Núbia. Podemos, portanto, concluir que os egípcios do Antigo Império mantinham contatos com a África central e que a Núbia e seus habitantes tiveram um papel importante no estabelecimento dessas relações.

Em todo caso, os contatos entre o Egito e a África central devem remontar a muito tempo, visto que a palavra *deneg* aparece nos Textos das Pirâmides. Não há consenso quanto à data em que esses textos foram escritos, mas mesmo se aceitarmos a estimativa mais conservadora, eles não poderiam ser posteriores à V dinastia; é bem possível que sejam muito mais antigos.

Desse modo, na VI dinastia, o mais tardar, os egípcios sabiam da existência dos pigmeus, o que é confirmado por um texto da época no qual se relata que um *deneg* já tinha chegado ao Egito nos tempos do faraó Isesi, o penúltimo rei da V dinastia. O pigmeu fora encontrado na terra de Punt; isto sugere que sua pátria devia ficar bem ao sul da Núbia, uma vez que Punt provavelmente se situava na costa da Eritreia ou da Somália. Também aqui o "anão dançarino" parece ter sido entregue aos egípcios por terceiros. Nos dois casos, a provável presença dos pigmeus no Egito implica a existência de contatos entre o baixo vale do Nilo e a África subequatorial.

Ao final da VI dinastia, no reinado de Pépi II, as pacíficas relações entre o Egito e a Núbia, baseadas no interesse mútuo e na necessidade dos faraós de terem livre acesso às riquezas de regiões distantes da África, parecem deteriorar-se. Os textos do final do reinado de Pépi II aludem a conflitos entre as expedições egípcias e os habitantes do Corredor Núbio. Assim, por exemplo, um egípcio que comandava uma expedição foi morto durante uma viagem para o sul, e seu filho teve de preparar um ataque para resgatar o corpo e levá-lo de volta ao Egito para o ritual funerário.

É difícil não relacionar essa tensão com as mudanças climáticas ocorridas por volta de -2400, que certamente ocasionaram deslocamentos populacionais. Até -2400, toda a área entre 15° e 30° N era mais úmida do que atualmente e, por isso, habitável. Mesmo não sendo densamente povoada devido à sua extensão, a região deve ter comportado um grande número de habitantes. No entanto, o progressivo dessecamento do clima forçou esses povos a procurarem refúgio em regiões menos inóspitas: o sul e, naturalmente, o vale do Nilo. A iconografia egípcia parece ter perpetuado a memória dessas migrações. É por volta de -2350, na época da V dinastia, que o tema dos pastores esqueléticos aparece pela primeira vez nas cenas da vida cotidiana que decoram as mastabas. É, sem dúvida, tentadora – para dizer o mínimo – a associação dessas figuras esfaimadas a pastores nômades ou seminômades, fugidos do deserto que se alastrava para encontrar alimento e trabalho no Egito.

Assim, parece inútil procurar, como se tem feito até aqui, uma origem remota para os chamados povos do Grupo C (ver Capítulo 9), que aparecem por volta de -2300 no Corredor Núbio. Na verdade, esses povos viviam nas imediações do vale e somente foram levados a se fixar ali devido à mudança nas condições climáticas. Todavia, esse movimento convergente a partir do deserto em formação rumo às margens do Nilo deve ter provocado conflitos entre os que já viviam naquela área e os recém-chegados; os textos do final da VI dinastia seriam um reflexo desse antagonismo.

Seja como for, os povos recém-chegados eram descendentes diretos do Grupo A, como mostram as fontes arqueológicas. Tendo conservado a tradição de intercâmbio com o baixo vale do Nilo, iriam posteriormente servir de intermediários entre a África e as civilizações egípcia e mediterrânica.

A partir de -2300, tanto quanto a arqueologia nos permite entrever, a população do Corredor Núbio dividiu-se em numerosas "famílias". Embora estreitamente aparentadas, cada uma delas tinha sua própria cultura material – cerâmica, instrumentos, armas e ferramentas – e seus próprios ritos funerários – tipo e arranjo do túmulo, distribuição do mobiliário dentro e fora do sepulcro,

etc. Contudo, as semelhanças eram muito maiores que as diferenças: a grande importância da criação de gado, o uso generalizado da cerâmica vermelha de borda preta, as sepulturas do tipo *tumulus,* etc.

De -2200 a -1580, os povos do Grupo C que viviam entre Assuã e Batn--el-Haggar (ver mapa) permaneceram em estreito contato com o Egito, seja porque este país administrava diretamente a região (cerca de -2000 a -1700), seja porque muitos egípcios fixaram residência no país (cerca de -1650 a cerca de -1580), provavelmente a serviço do novo reino de Kush (ver abaixo e Capítulo 9). Continuando, no entanto, a manter contato com sua pátria, Tebas, ajudaram a difundir as ideias e técnicas egípcias.

Mais ao sul, a partir de Batn-el-Haggar, situa-se o reino de Kerma, que recebeu o nome de seu mais importante centro até agora conhecido (ver Capítulo 9). Sua civilização difere daquela do Grupo C apenas em detalhes, e os achados arquelógicos nos poucos sítios escavados revelam ligações não somente com o Egito, mas também, a partir de -1600, com os hicsos asiáticos, com quem talvez estivessem em contato direto.

É fácil fixar o limite sententrional da área administrada pelos "Kerma": é o Batn-el-Haggar. Já não é o caso da fronteira meridional. Achados recentes (1973) de cerâmica kerma, entre o Nilo Branco e o Nilo Azul, ao sul de Cartum, parecem sugerir que o reino de Kerma, ainda que não abrangesse a atual Gezira, chegou a influenciá-la, colocando-se, pois, em estreito contato com o mundo nilótico do el-Sudd (ver mapa).

É particularmente lamentável que não possamos saber ao certo quais os limites do reino de Kerma em direção à África equatorial, já que esse reino, provavelmente o primeiro "império" africano conhecido na história, exerceu profunda influência sobre os países do sul, ao longo do Alto Nilo e na África central, bem como a leste e a oeste, dado o alto grau de civilização a que chegou. Na hipótese de ter abrangido a área entre a Terceira Catarata e o Nilo Branco, o reino de Kerma teria controlado não apenas a grande artéria norte-sul formada pelo vale do Nilo, mas também as rotas leste-oeste, da África atlântica ao mar Vermelho e ao oceano Índico. Sua localização favorecia, desde logo, a transmissão de técnicas e ideias provenientes do Egito ou da civilização hicsa às culturas Áfricanas dessas regiões, com as quais mantinha contato.

Não se trata de discutir, aqui, a questão da origem egípcia ou núbia das grandes construções que ainda dominam o sítio de Kerma (ver Capítulo 9). Embora os tijolos tenham sido fabricados segundo a técnica faraônica, as construções diferem bastante das do baixo vale à mesma época. Na falta de maiores informações, é preferível considerá-las como trabalho "cuxita" que sofreu

influência egípcia. Kerma parece ter sido o mais importante centro urbano do reino de Kush cujo nome aparece em textos faraônicos a partir de -2000.

Cabe salientar que esse reino pode ter exercido profunda influência sobre as culturas vizinhas através de suas técnicas, especialmente no domínio da metalurgia, e que sua força política, testemunhada pelas grandes dimensões da capital, teria projetado sua influência por uma ampla área. Infelizmente, a pouca ou nenhuma exploração arqueológica dos arredores do reino não nos dá condições de ir além da especulação no que diz respeito ao papel do reino de Kerma na difusão de ideias, técnicas ou línguas.

Destacamos acima um fato que parece confirmado: o poder material de Kush. Comprovam-no as precauções tomadas contra o reino pelos faraós da XII dinastia, de Sesóstris I a Amenemés III. A ameaça potencial de "Kerma" para o Egito é muito bem ilustrada pela cadeia de fortificações que, de Semneh até Debeira, ao norte (ver mapa), protegem a fronteira meridional do Egito contra os exércitos cuxitas. As fortificações, em número de onze, com muralhas de 6 m a 8 m de espessura e 10 m a 12 m de altura, baluartes arredondados e acessos ao rio bem protegidos, não apenas defendiam o Nilo como serviam de base militar para campanhas no deserto ou no sul. Tais expedições, muito comuns durante os reinados dos seis primeiros faraós da dinastia, atestam a irredutível energia das populações kerma, elas próprias, talvez, pressionadas por grupos étnicos provenientes do sul distante. Uma das consequências trágicas da construção da nova barragem de Assuã foi o inevitável desaparecimento dessas obras-primas da arte da fortificação.

Os melhoramentos introduzidos pelos egípcios na rota norte-sul de -2000 a -1780 provam conclusivamente que o Corredor Núbio continuava a ser a principal artéria entre a África, o baixo vale do Nilo e o mundo mediterrânico: limpeza dos canais navegáveis da Primeira Catarata, construção de um *diolkos* – caminho para arrastar barcos por terra – paralelo aos rápidos intransponíveis da Segunda Catarata e de uma barragem em Semneh para facilitar a navegação das correntezas menores de Batn-el-Haggar. Tais iniciativas demonstram que os faraós da XII dinastia estavam empenhados em melhorar ao máximo as vias de acesso ao sul.

Ao fixar a fronteira egípcia em Semneh, Sesóstris III reforça as defesas militares contra um eventual e poderoso agressor meridional; contudo, conforme relata um texto famoso, o mesmo faraó entendia que as fortificações não deviam impedir o tráfico comercial, que beneficiava tanto os egípcios como os núbios.

Pouco se conhece acerca do agitado período que se estende de -1780 a -1580, chamado pelos egiptólogos de Segundo Período Intermediário, mas tudo

indica ter sido a idade de ouro do reino de Kush. Sua capital, Kerma, parece ter aproveitado o enfraquecimento da realeza egípcia para intensificar o comércio entre o baixo e o alto vale do Nilo, com que muito lucrava.

Não se deve subestimar a importância desse comércio. Inúmeras marcas de terra sigilar, usadas para selar correspondência e diversas mercadorias procedentes do norte foram encontradas em Kerma e nas fortalezas egípcias, que, ao contrário do que se acreditava, não foram abandonadas durante o Segundo Período Intermediário, ou só o foram tardiamente e por pouco tempo. Enquanto no Médio Império as tropas eram substituídas a intervalos regulares, no Segundo Período Intermediário as guarnições que ocupavam as fortalezas fixaram residência permanente na Núbia; os soldados levavam consigo suas famílias e lá eram sepultados. É até provável que tenham, aos poucos, reconhecido a suserania do rei de Kush. De origem egípcia, devem ter contribuído para difundir sua cultura por toda a sociedade da qual eram membros.

O contato entre o reino africano de Kush e o Egito parece ter sido particularmente estreito durante a dominação dos hicsos (-1650 a -1580). Ao longo de todo o Corredor Núbio encontraram-se escaravelhos e selos ostentando os nomes dos reis asiáticos que então governavam o Egito. Há tantos objetos desse tipo na própria Kerma que já se chegou a pensar que os hicsos, após conquistarem o Alto Egito, tivessem submetido também a Núbia. Sabe-se hoje que tal não ocorreu; contudo, os africanos do médio Nilo tinham vínculos tão íntimos com os asiáticos do Delta que, quando os faraós tebanos da XVII dinastia se envolveram na reconquista do Médio e do Baixo Egito, o rei dos hicsos ofereceu auxílio aos aliados africanos e propôs empreenderem juntos uma ação militar contra o inimigo comum, o faraó do Egito (ver Capítulo 9).

Seja como for, as relações entre o Alto Egito tebano e os cuxitas de Kerma foram a um tempo hostis e complementares. De -1650 a -1580, os tebanos a serviço do rei de Kush levaram sua habilidade técnica à Média Núbia. A presença de numerosos egípcios nas fortalezas da Baixa Núbia assegurava a Kush o contato com os soberanos hicsos do norte. Além disso, os últimos faraós da XVII dinastia empregaram mercenários medja tanto nas lutas internas de unificação do Alto Egito como na guerra contra os invasores hicsos. Esses soldados africanos do deserto núbio eram da mesma raça e de cultura praticamente idêntica à dos Nehesyu, povo sedentário estabelecido às margens do rio.

Desse modo, o Segundo Período Intermediário foi marcado pela presença de núbios no Egito e de egípcios na Núbia, o que certamente favoreceu as trocas comerciais e culturais. O Corredor Núbio tornou-se um cadinho onde, aos poucos, elementos africanos e mediterrânicos se misturaram, produzindo

uma cultura mista. Contudo, esses contatos muito íntimos tiveram dramáticas repercussões no desenvolvimento do primeiro reino de Kush em Kerma.

Os faraós da XVIII dinastia, os Tutmósis, herdeiros e descendentes dos que haviam reunificado o Egito e expulsado os invasores hicsos, perceberam o perigo que representava para o país a presença de um reino africano unido ao sul de suas fronteiras: pouco faltou para que uma aliança hicsos-cuxitas aniquilasse as ambições tebanas. Além disso, a ameaça asiática ainda se fazia presente, mesmo após a retirada dos hicsos para a Palestina. Para se proteger, o Egito empreendeu uma política de intervenção sistemática no Oriente Próximo.

Os recursos do Egito em mão de obra e matérias-primas eram inferiores ao potencial da Ásia Menor, como a história subsequente iria demonstrar. Os faraós tebanos sabiam que a África ao sul de Semneh era rica em matérias-primas e mão de obra, e não descansariam enquanto não obtivessem o completo controle do Corredor Núbio, único meio de atingir aquela parte da África cujos recursos faziam-se tão necessários à sua política asiática.

Costuma-se afirmar que os exércitos egípcios não encontraram grandes dificuldades em submeter o Corredor Núbio, o que não é verdade. Foram necessárias sucessivas campanhas sob cada um dos faraós do Novo Império, de Amósis a Seti I e Ramsés II, para que a tarefa se completasse.

A resistência núbia parece ter assumido duas formas: revoltas contra a dominação egípcia no país e um êxodo mais ou menos generalizado para o sul. O país despovoou-se gradualmente, como se pode observar pelo número decrescente dos túmulos encontrados tanto na Alta como na Baixa Núbia. Isso obrigou os faraós a avançarem cada vez mais em direção ao sul, a fim de obter na África os suprimentos vitais para sua política de hegemonia no Oriente Próximo.

No reinado de Tutmósis I, toda a região situada entre a Segunda e a Quarta Catarata foi conquistada. Os egípcios detinham o controle direto dos caminhos que levavam a Darfur, Kordofan e Chade, quer a partir de Sai, através de Selima e do Uadi Howar, quer a partir da atual Debba, através do Uadi el-Milk. Poderiam doravante avançar em direção à África dos Grandes Lagos, seja seguindo o Nilo a partir de Abu Hamad – em cuja área foram encontradas inscrições rupestres com os cartuchos de Tutmósis I e Tutmósis III –, seja atalhando pelo deserto de Bayuda, a partir de Korti, até reingressar no curso principal do Nilo, pelos uadis Muqaddam e Abu Dom, na altura da Quinta Catarata. Além de ser muito mais curta, essa rota evitava as dificuldades da viagem rio acima, na direção sudoeste-nordeste, entre Korti e Abu Hamad, assim como a travessia dos rápidos da Quarta e da Sexta Catarata.

Teriam os faraós do Novo Império tirado proveito dessas excepcionais oportunidades de penetrar no coração da África? Nada nos autoriza a afirmá-lo. Ainda uma vez, observa-se a ausência de um levantamento arqueológico completo dessas rotas – os uadis ocidentais (Howar e el-Milk), o trecho do Nilo entre a Quarta e a Quinta Catarata e o Bayuda. Todavia, a partir do reinado de Tutmósis IV (cerca de -1450), uma mudança surpreendente na representação dos negros em túmulos e nos monumentos sugere a utilização dessas rotas pelas expedições egípcias ou pelos intermediários a seu serviço.

As figuras negras representadas nos túmulos e monumentos faraônicos apresentam tipos físicos inteiramente novos, ora semelhantes aos dos nilotas atuais Shilluk e Dinka (túmulo de Sebekhotep), ora semelhantes aos dos habitantes do Kordofan e dos montes Nuba do atual Sudão.

Os poucos estudos antropológicos completos sobre os povos que habitaram o vale do Nilo entre a Segunda e a Quarta Catarata apesar da ocupação faraônica, não oferecem nenhuma evidência das importantes mudanças étnicas ocorridas na Núbia dessa época. Mostram, ao contrário, uma notável continuidade no tipo físico dos habitantes da região. Pode-se, pois, admitir – até prova em contrário – que os negros representados na iconografia do Novo Império entraram em contato com os egípcios em seu próprio país. Daí concluirmos pela presença de contatos diretos, ainda que limitados a breves expedições militares, entre egípcios e negros no interior da África, entre -1450 e -1200.

Este breve levantamento mostra que o papel especial – por vezes involuntário – da Núbia como intermediária, resultante de sua posição geográfica entre a África central e o Mediterrâneo, firmou-se por volta de -1800. Revela também os traços constantes – a importância, para o Egito, do acesso aos recursos africanos e o interesse da Núbia pelas culturas do norte – que determinaram um intercâmbio contínuo, que se manteve, com intensidade variada, durante todos os períodos posteriores, de -1200 a +700.

Para muitas civilizações africanas – o reino de Napata (-800 a -300) e o império de Méroe (-300 a +300), as civilizações de Ballana e Qustul (Grupo X, -300 a +600) e os reinos cristãos após +600 – a Núbia foi o elo essencial entre a África central e as civilizações mediterrâneas. Os persas, os gregos, os romanos, os cristãos e os muçulmanos, tal como os hicsos, que os precederam, descobriram na Núbia o mundo da África negra. Diferentes culturas se encontraram e se mesclaram nessas encruzilhadas, exatamente como ocorrera de -7000 a -1200, quando aos poucos ganhou corpo uma civilização cujos aspectos núbios fundamentais se impregnaram de uma inegável influência egípcia.

Por toda a Núbia, artefatos, técnicas e ideias circularam do norte para o sul e, sem dúvida, do sul para o norte. Infelizmente – nunca é demais repetir – enquanto a arqueologia da África ao sul de 20º N não for mais intensamente explorada, o quadro que acabamos de traçar não passará de um esboço incompleto, mesmo falacioso, pois o papel atribuído ao norte, em relação ao sul, fica sem dúvida exagerado simplesmente pela falta de conhecimentos a respeito deste último. E as frequentes teorias referentes à difusão de línguas e culturas de lado a lado do vale do Nilo, assim como entre o norte e o sul não ultrapassarão o plano meramente especulativo enquanto não tivermos um conhecimento mais detalhado das culturas “negras” presentes, de -7000 a +700, nos Sudds nilóticos, no Kordofan, no Darfur, no Chade, nos limites ocidentais da Etiópia e, ainda, na área situada entre o Nilo e o mar Vermelho.

CAPÍTULO 9

A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã)

Nagm-El-Din Mohamed Sherif

O período do Grupo A

Pelo fim do IV milênio antes da Era Cristã floresceu na Núbia uma notável cultura, conhecida pelos arqueólogos como cultura do Grupo A[1]. Os instrumentos de cobre (os mais antigos utensílios de metal até hoje descobertos no Sudão) e a cerâmica de origem egípcia exumados de túmulos do Grupo A indicam que o desenvolvimento dessa cultura foi contemporâneo da I dinastia no Egito (-3100). Ela é identificada por uma simples letra, a exemplo do que ocorre com outras culturas núbias, porque não conheceu a escrita, não existem referências a ela por parte de nenhum povo que possuísse escrita e não se pode associá-la a qualquer lugar preciso de descoberta nem a nenhum centro importante. Tratou-se, porém, de um período de prosperidade, caracterizado por um aumento considerável da população.

Até agora, os vestígios arqueológicos característicos do Grupo A foram descobertos na Núbia, entre a Primeira Catarata, ao norte, e Batn-el-Haggar ("O Ventre de Pedras"), ao sul. No entanto, encontraram-se também cerâmicas parecidas com as do Grupo A na superfície de vários sítios mais ao sul, no Sudão

1 REISNER, G. A. von. 1910-27.

setentrional. Uma sepultura junto à ponte de Omdurman[2] forneceu um pote idêntico a outro encontrado em Faras, numa sepultura do Grupo A[3].

Sob o aspecto étnico, o Grupo A era fisicamente muito semelhante aos egípcios pré-dinásticos[4]. Era um povo seminômade, provavelmente de pastores de ovelhas, cabras e alguns bovinos. Vivia geralmente em pequenos acampamentos, deslocando-se sempre que a pastagem se exauria.

O Grupo A pertence à cultura calcolítica. Isso significa que era essencialmente neolítico, mas fazia um uso limitado de instrumentos de cobre, todos importados do Egito. Uma característica importante da cultura do Grupo A é a cerâmica encontrada nas sepulturas das tribos a ele associadas. Podem-se distinguir vários tipos, mas "o traço constante da cerâmica do Grupo A é o artesanato engenhoso e a decoração e o desenho artísticos, que colocam essa arte cerâmica bem acima da praticada pela maior parte das culturas contemporâneas"[5]. Típica da cultura do Grupo A é uma cerâmica bela e delicada, com o interior preto polido e o exterior com decorações pintadas de vermelho, imitando um cesto de vime. Ao lado desse tipo de cerâmica, encontram-se também grandes jarros em forma de bulbos com uma base pontuda[6], potes com alças de "bordas onduladas" e jarros cônicos de louça rosa-escuro de origem egípcia[7].

Quanto aos costumes funerários dos povos do Grupo A, conhecemos dois tipos de sepultura. O primeiro era uma simples cova oval de aproximadamente 0,80 m de profundidade, e o segundo, uma cova oval de 1,30 m de profundidade, com uma câmara mais profunda num dos lados. O corpo, envolvido numa mortalha de couro, era colocado em posição fletida sobre o lado direito, normalmente com a cabeça voltada para oeste. Além da cerâmica, os artigos depositados na sepultura incluíam paletas de pedra em forma de placas ovais ou romboides, leques de penas de avestruz, mós de alabastro, machados e furadeiras de cobre, bumerangues de madeira, braceletes de osso, imagens femininas de argila e contas de colar de concha, cornalina e esteatita esmaltada de azul.

2 ARKELL, A. J. 1949. pp. 99, 106 e pr. 91-100.
3 GRIFFITH, F. L. 1921-8. pp. 1-13.
4 EMERY, W. B. 1965. p. 124.
5 SCHÖNBÄCK, B. 1965. p. 43.
6 EMERY, W. B. 1965. p. 125.
7 EMERY, W. B. 1965. p. 125.

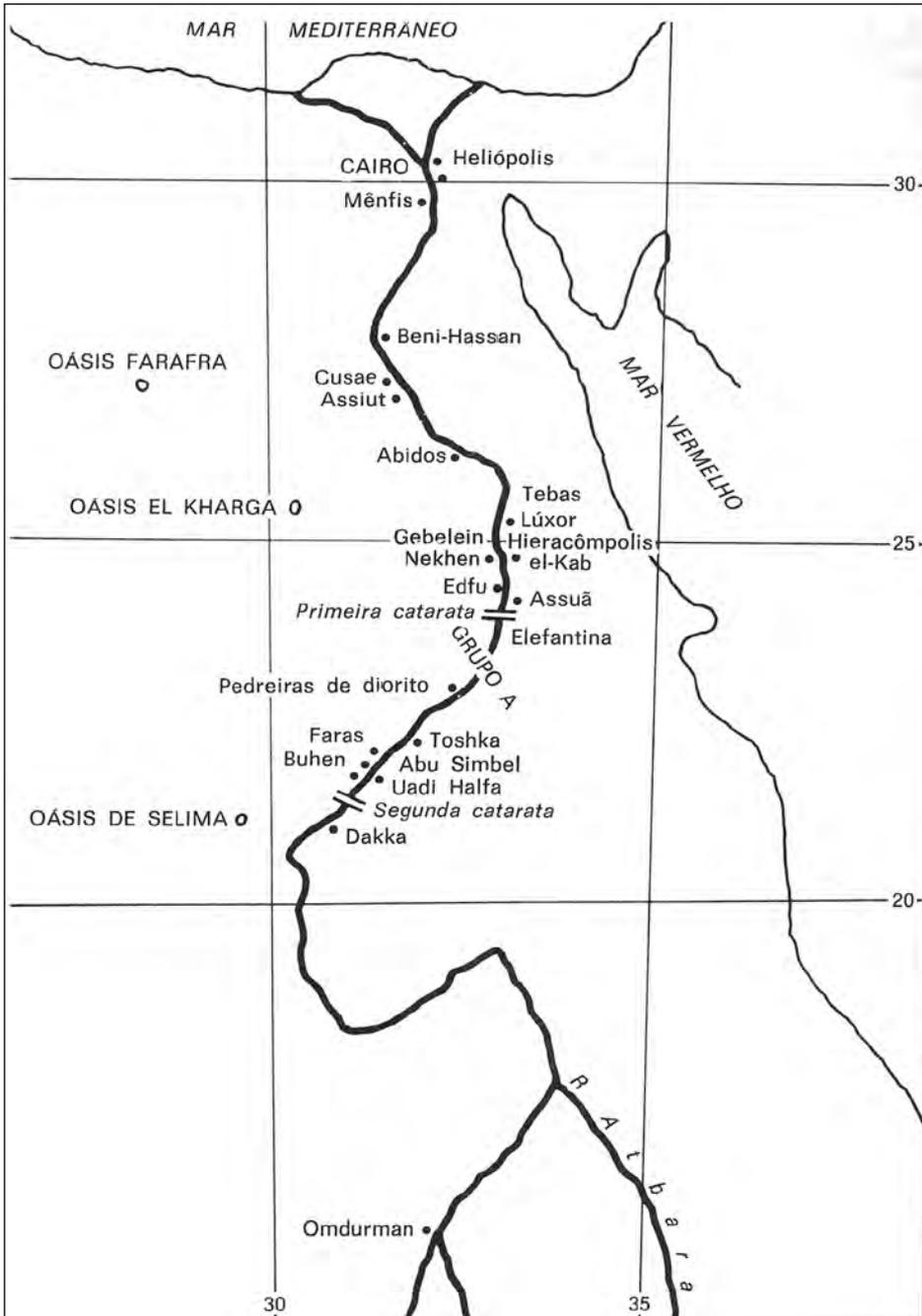



FIGURA 9.1 A Núbia e o Egito. (Mapa fornecido pelo autor.)

O fim do Grupo A

Ao Grupo A, que provavelmente sobreviveu na Núbia até o final da II dinastia do Egito (-2780), seguiu-se um período de pobreza e acentuado declínio cultural. Esse período estendeu-se do início da III (-2780) até a VI dinastia egípcia (-2258); em outras palavras, foi contemporâneo do período conhecido no Egito como Antigo Império[8]. Os primeiros arqueólogos que trabalharam na Núbia denominaram a cultura dessa época de Grupo B. Segundo eles, a Baixa Núbia, durante o Antigo Império egípcio, era habitada por um povo nativo distinto do Grupo A, que o precedera[9]. Embora alguns especialistas[10] ainda considerem válida essa hipótese[11], outros a rejeitaram[12]. Hoje, a existência do Grupo B é, de modo geral, considerada duvidosa[13].

A persistência das características do Grupo A nas sepulturas atribuídas à cultura do Grupo B levam a crer que se tratava apenas de sepulturas do povo empobrecido do Grupo A, quando do declínio de sua cultura. As novas características atribuídas ao Grupo B, que em alguns aspectos o diferenciam de seu predecessor, seriam consequência do declínio geral e da natureza. A causa desse declínio pode ser encontrada nas repetidas investidas do Egito contra a Núbia, desde sua unificação e transformação num Estado forte e centralizado, governado por um único soberano.

O Egito na Núbia

Desde os primeiros tempos, os antigos egípcios eram fascinados pela Núbia, devido a suas riquezas em ouro, incenso, marfim, ébano, óleos, pedras semipreciosas e outras mercadorias de luxo. Por isso eles sempre procuraram obter o controle do comércio e dos recursos econômicos desse país[14]. Vemos assim que a história da Núbia é quase inseparável da do Egito. Uma placa de ébano da época de Hor-Aha, primeiro rei da I dinastia egípcia, parece celebrar uma vitória sobre a Núbia[15], mas ainda não se conhece a natureza

8 EMERY, W. B. 1965. pp. 124, 127.
9 REISNER, G. A. von. 1910-27. pp. 313-48.
10 EMERY, W. B. 1965. pp. 127-9.
11 TRIGGER, B. G. 1966. p. 78.
12 SMITH, H. S. 1966. p. 118.
13 HINTZE, F. 1968.
14 TRIGGER, B. G. 1965. p. 79.
15 PETRIE, W. M. F. 1901. p. 20 e pr. 1 e 2.

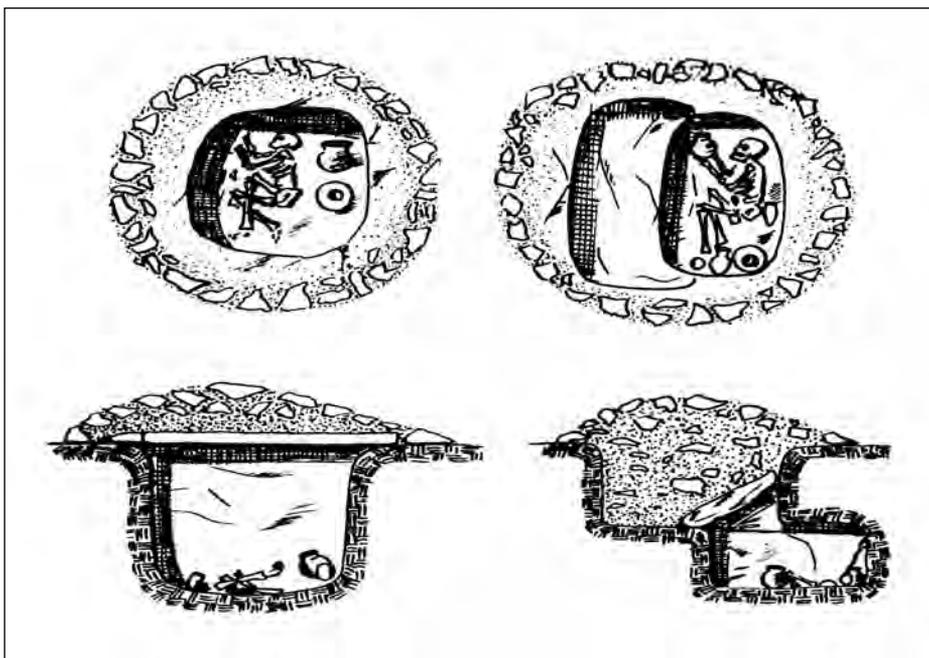
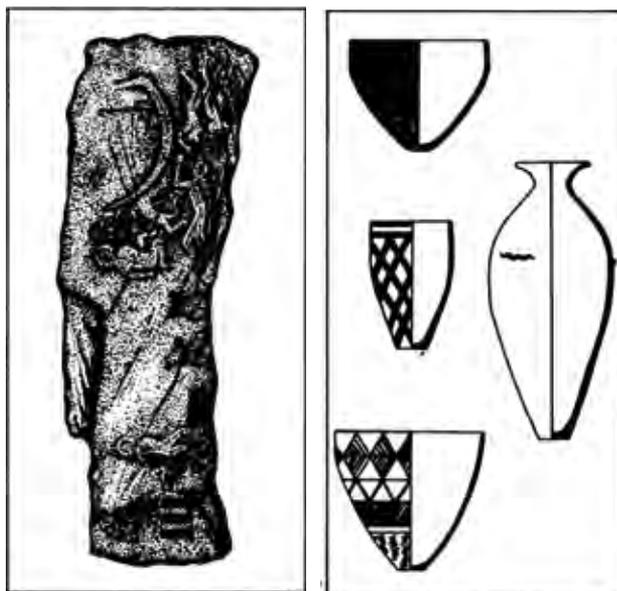



FIGURA 9.2 Tipos de sepulturas do Grupo A (segundo W. B. Emery, 1965).

FIGURA 9.3 Inscrição do rei Djer em Djebel Sheikh Suliman.

FIGURA 9.4 Tipos de cerâmica do Grupo A.

exata de suas atividades contra os núbios. Poderia tratar-se apenas de uma ação militar destinada a proteger sua fronteira sul, na altura da Primeira Catarata[16]. Os objetos egípcios descobertos em Faras[17], nas sepulturas do Grupo A pertencentes aos reinos de Djer e Uadji (terceiro e quarto soberanos da I dinastia), também indicam um contato entre os dois países já naqueles tempos remotos.

Entretanto, o mais antigo testemunho de verdadeira conquista egípcia na Núbia é um documento de extrema importância, atualmente exposto no Jardim das Antiguidades do Museu Nacional do Sudão, em Cartum. Trata-se de uma cena gravada em placa de arenito, que se encontrava originariamente no cume de um pequeno outeiro conhecido como Djebel Sheikh Suliman, cerca de 11 km ao sul da cidade de Uadi Halfa, na margem esquerda do Nilo[18]. Essa placa remonta ao reinado de Djer, o terceiro da I dinastia, como foi dito acima. A cena registra uma batalha no Nilo, travada pelo rei Djer contra os núbios.

À direita da cena vê-se um barco no estilo da I dinastia, com popa vertical e proa alta. Vários cadáveres flutuam sob o barco e uma figura (talvez um capitão núbio) aparece suspensa da proa. À esquerda da embarcação distinguem-se dois desenhos semelhantes a rodas; trata-se de hieróglifos que significam uma aldeia com uma encruzilhada, indicando uma cidade. À esquerda dos signos da cidade observa-se o signo ondulado da água (provavelmente denotando que o campo de batalha foi a região da catarata). Em seguida, vê-se a figura de um homem com os braços amarrados às costas e segurando um arco (*Zeti*, em egípcio), personificação de Ta-Zeti, a Terra do Arco, ou seja, a Núbia. Atrás da figura lê-se o nome do rei Djer, sobre o que parece ser a fachada de um palácio[19].

Outro registro de hostilidades egípcias contra a Núbia é o fragmento de uma pedra gravada proveniente de Hieracômpolis (El-Komb-el-Ahmar, na margem esquerda do Nilo, ao norte de Edfu), que mostra o rei Khasekhem, da II dinastia, ajoelhado sobre um prisioneiro que representa a Núbia. Mas a verdadeira conquista da Núbia parece ter ocorrido no reinado de Snefru, fundador da IV dinastia. A Pedra de Palermo[20] narra que o rei Snefru destruiu

16 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1941.

17 GRIFFITH, F. L. 1921-8. pp. 1-18

18 ARKELL, A. J. 1950. pp. 27-30.

19 SHERIF, N. M. 1971. pp. 17-18.

20 BREASTED, J. H. 1906. v. 1, p. 146.

Ta-Nehasyu, "a Terra dos Núbios"[21], e capturou 7 mil prisioneiros e 200 mil bovinos e ovinos.

Após as operações militares de Khasekhem e Snefru, os núbios devem ter aceitado a supremacia do Egito, pois parece certo que os egípcios não encontraram nenhuma dificuldade para explorar os vastos recursos minerais da Núbia. Dos depósitos de diorito a oeste de Toshka extraíam-se as pedras para as estátuas reais. Expedições sucessivas gravaram nas rochas as inscrições de Quéops, construtor da grande pirâmide de Gizé, de Dedefre e de Sahure, da V dinastia (-2563 a -2423). Para explorar efetivamente os recursos minerais da terra conquistada, os egípcios colonizaram a Núbia. Recentes descobertas arqueológicas em Buhen, logo abaixo da Segunda Catarata, revelaram a existência de uma colônia exclusivamente egípcia no local durante a IV e a V dinastias. Uma das indústrias dessa colônia era o trabalho do cobre, como se deduz dos fornos e vestígios de minério de cobre aí encontrados e que indicam a existência de jazidas de cobre na região. Os nomes de vários reis da IV e da V dinastia foram descobertos em papiros e lacres de jarro[22].

Além disso, é provável que os egípcios tenham estendido sua autoridade à região ao sul da Segunda Catarata, pelo menos até Dakka, cerca de 133 km ao sul de Buhen. Uma inscrição do Antigo Império, descoberta pelo autor em Dakka, mostra que os egípcios procuravam minerais naquela parte da Núbia[23].

Duas inscrições descobertas na Primeira Catarata, citando o rei Merenrê,[24] podem indicar que durante a VI dinastia (-2434 a -2242) a fronteira sul do Egito ficava em Assuã. Contudo, parece que já naquela época, os egípcios exerciam certa influência política sobre as tribos núbias, pois os registros indicam que o rei Merenrê se dirigiu à região da Primeira Catarata para receber a homenagem dos chefes de Medja, Irtet e Wawat, provavelmente regiões tribais ao sul da Primeira Catarata.

Seja como for, a paz reinou na Núbia durante a VI dinastia. Os egípcios reconheceram as enormes potencialidades comerciais daquela terra e sua importância para a prosperidade econômica de seu próprio país. O comércio era bem organizado e dirigido pelos hábeis nomarcas de Assuã, cuja importância aumentou enormemente, por sua situação como centro

21 GARDINER, A. H. 1961.

22 EMERY, W. B. 1963. pp, 116-20.

23 HINTZE, F. 1965. p. 14.

24 BREASTED, J. H. 1906. v. 1, pp. 317-18.

comercial entre o norte e o sul e por ser um posto de controle de fronteira. As crônicas desses reis, inscritas em seus túmulos na margem esquerda do Nilo, em Assuã, fornecem aos pesquisadores informações muito interessantes sobre as condições de vida na Núbia durante aquela época. Segundo essas crônicas, parece que foi dividida em diversas regiões governadas por soberanos independentes.

A mais reveladora dessas inscrições refere-se à vida de Herkhuf, o famoso condutor de caravanas que serviu nos reinados de Merenrê e Pépi II. Foi ele quem conduziu quatro missões à terra de Yam, região ainda não identificada, mas que certamente se situava depois da Segunda Catarata, em direção ao sul. Três dessas expedições[25] foram realizadas durante o reinado de Merenrê e a quarta sob o de Pépi II. Na primeira viagem, Herkhuf e seu pai estavam encarregados de "encontrar um caminho para Yam", missão que lhes exigiu sete meses. A segunda que Herkhuf fez sozinho, durou oito meses. Desta vez ele tomou o caminho de Elefantina (a estrada do deserto que começa na margem oeste, em Assuã) e voltou através de Irtet, Mekher e Tereres. Aqui Herkhuf deixa claro que as terras de Irtet e Setu estavam sob a jurisdição de um único soberano. Durante sua terceira viagem, na qual percorreu a "rota dos oásis", ele soube que o chefe de Yam havia ido à Líbia para conquistá--la. Seguindo-o até aquele país, conseguiu apaziguá-lo. Voltou dessa viagem "com trezentos burros carregados de incenso, ébano, óleo, peles de leopardo, presas de elefante, troncos de árvore e vários outros objetos de grande beleza". Quando passou pelo norte, através dos territórios de Irtet, Setu e Wawat, então reunidos sob o comando de um único chefe, Herkhuf foi acompanhado por uma escolta militar de Yam. Na quarta e última expedição, trouxe da terra de Yam um anão dançarino para o jovem rei Pépi II, que ficou encantado com o presente.

No entanto, pelo túmulo de Pepinakht, outro nomarca de Elefantina, que ocupou o cargo durante o reinado de Pépi II, sabe-se que, a despeito das boas relações entre os egípcios e os núbios (que certamente eram lucrativas para ambos), durante a VI dinastia a paz esteve muitas vezes seriamente ameaçada na Núbia. Ao que parece, havia períodos de agitação em que o Egito era obrigado a recorrer às armas. Em certa ocasião, Pepinakht foi enviado para "fazer em pedaços Wawat e Irtet". Sua missão foi coroada de êxito, pois ele matou grande número de núbios e ainda fez prisioneiros. Numa segunda expedição ao sul, com

25 BREASTED, J. H. 1906. v. 1, pp. 333-5.

o objetivo de "pacificar esses países", ele conseguiu trazer dois chefes núbios para a corte egípcia.

O período do Grupo C

No final do Antigo Império egípcio[26], ou durante o período que os egiptólogos chamam de Primeiro Período Intermediário (-2240 a -2150)[27], apareceu na Baixa Núbia uma nova cultura independente (com objetos característicos e tradições funerárias distintas), conhecida pelos arqueólogos como Grupo C. Como o seu precedente, o Grupo A, esta cultura era também calcolítica e sobreviveu nessa parte do vale do Nilo até a época em que a Núbia se egipcianizou por completo, no século XVI antes da Era Cristã. O limite norte da cultura do Grupo C situava-se na aldeia de Kubanieh Norte, no Egito[28], mas a fronteira sul ainda não foi demarcada com precisão, embora se tenham encontrado vestígios dessa cultura até Akasha, no limite meridional da região da Segunda Catarata. Desse modo, é provável que a fronteira sul do Grupo C se localizasse em algum ponto da região de Batn-el-Haggar.

Ainda não se sabe ao certo qual a origem da cultura do Grupo C ou do grupo étnico ao qual pertencia. Face à ausência de indícios mais precisos, os arqueólogos foram levados a formular várias hipóteses[29]. Uma delas sugere que essa cultura poderia ser uma continuação de sua predecessora, o Grupo A, pois as duas eram aparentadas[30]. Outra afirma que a cultura do Grupo C se desenvolveu a partir de influências introduzidas na Núbia com a chegada de um novo povo. Os defensores dessa teoria divergem quanto à origem desses povos e à direção da qual vieram. Os vários argumentos baseiam-se em dados culturais e anatômicos. Alguns afirmam que os novos povos penetraram na Baixa Núbia pelo deserto oriental ou pela região do rio Atbara[31]. Outros acreditam que eles vieram do oeste, mais precisamente, da Líbia[32]. Uma teoria recente rejeita a hipótese da migração e considera a cultura do Grupo C como produto de uma

26 TRIGGER, B. G. 1965. p. 87.
27 ARKELL, A. J. 1961. p. 46.
28 JUNKER, H. 1919-22. p. 35.
29 BIETAK, M. 1961-5. pp. 1-82.
30 REISNER, G. A. von. 1910-27. p. 333.
31 FIRTH, C. M. 1910-27. pp. 11-12.
32 EMERY, W. B. & KIRWAN, L. P. 1935. p. 4.

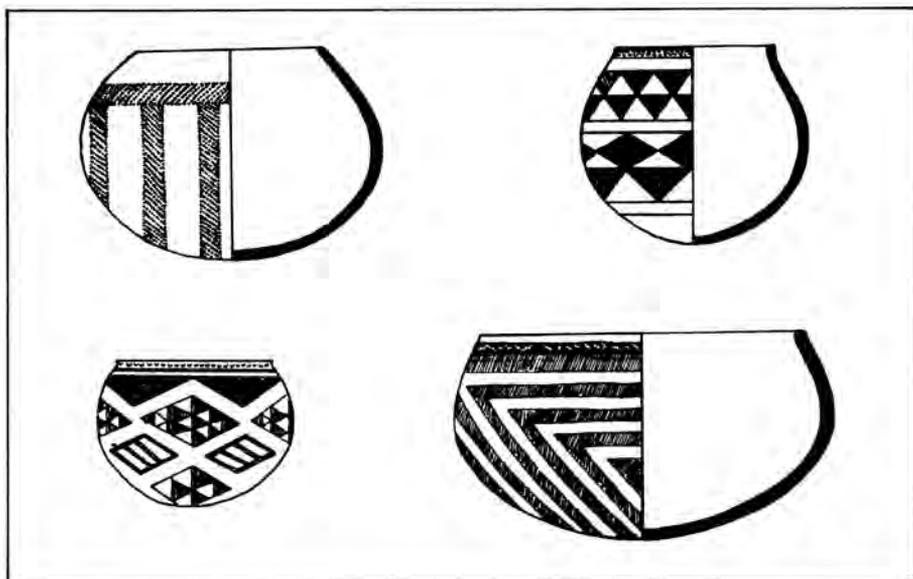
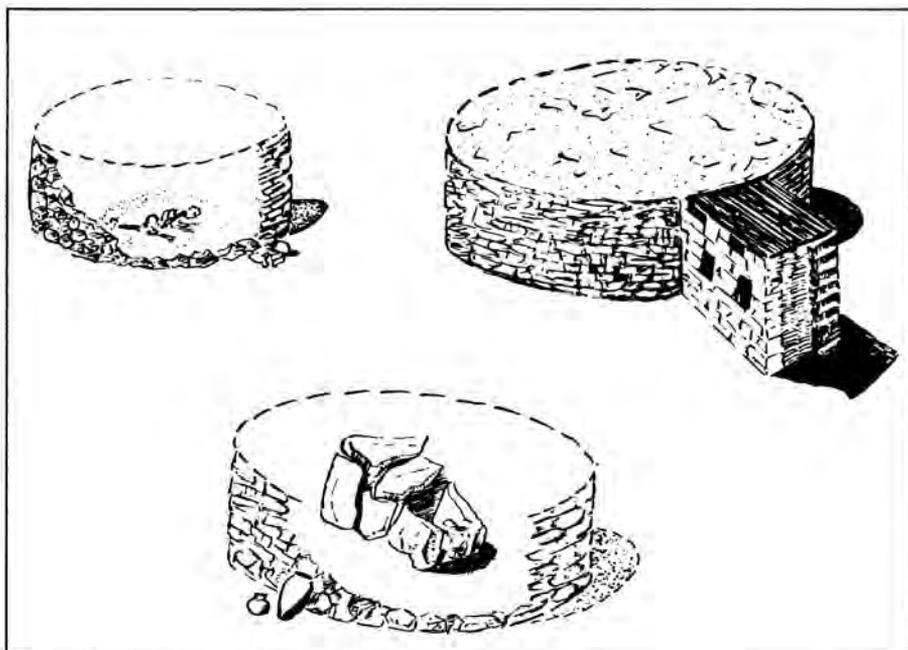



FIGURA 9.5 Sepulturas típicas do Grupo C (segundo Steindorff).

FIGURA 9.6 Tipos de cerâmica do Grupo C.

evolução cultural. De qualquer forma, ainda há muito para conhecer no que diz respeito à arqueologia das áreas em questão; enquanto não se realizar uma pesquisa científica extensiva no local, todas essas teorias não passarão de meras hipóteses.

O povo do Grupo C era essencialmente pastoril e vivia em pequenos acampamentos ou, por vezes, em povoados. As casas descobertas na região de Uadi Halfa eram de dois tipos: num, os cômodos eram circulares, com paredes construídas de pedras rebocadas com barro; o outro tinha paredes quadradas, construídas com tijolo de barro [33]. Suas características básicas podem ser inferidas do grande número de pinturas rupestres representando gado e da importância que ele tinha nos ritos funerários.

As mais antigas sepulturas da cultura do Grupo C caracterizam-se por pequenas superestruturas de pedra sobre covas circulares ou ovais. O corpo, semifletido, repousava sobre o lado direito, com a cabeça voltada para leste e geralmente apoiada num travesseiro de palha. Não raro o corpo era envolvido numa mortalha de couro. A esse tipo de sepultura seguiu-se um outro, de amplas superestruturas de pedra sobre covas retangulares, quase sempre com cantos arredondados e às vezes reforçadas com placas de pedra. Ao Grupo C pertence também um terceiro tipo, de data posterior. Nele encontramos capelas de tijolos frequentemente apoiadas a norte e a leste das superestruturas de pedra. Em geral, as sepulturas orientavam-se do norte para o sul. Animais eram enterrados nos túmulos e por vezes crânios de bois ou de cabras, pintados com motivos em vermelho e preto, eram colocados em toda a volta das superestruturas. Os objetos funerários compreendiam diferentes tipos de cerâmica, braceletes de pedra, osso e marfim, brincos de concha, contas de osso e faiança, sandálias de couro, discos de madrepérola para braceletes e escaravelhos egípcios. Nas sepulturas do Grupo C encontram-se às vezes espelhos de bronze e armas (punhais, espadas curtas e machados de combate)[34].

A despeito do crescente contato com o Egito, a cultura do Grupo C continuou a desenvolver-se de maneira independente, sem adotar nem a tecnologia, nem a escrita, nem as crenças religiosas egípcias. Uma das características mais importantes dessa cultura é a cerâmica, feita à mão e normalmente na forma de vasos. Não raro esses vasos se apresentam decorados com motivos geométricos por impressão ou incisão, frequentemente preenchidos com um pigmento

33 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1965. p. 48.

34 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1965. pp. 49-50.

branco. Uma das ferramentas de pedra típicas do Grupo C é o machado polido de pedra-verde (nefrita).

O Médio Império

Os soberanos do Médio Império egípcio, tendo posto fim aos distúrbios internos do país e unificando-o sob seu controle, voltaram sua atenção para a terra ao sul do Egito, a Núbia. Essa empresa começou sob o reinado da XI dinastia tebana. Num fragmento proveniente do templo de Gebelein, no Alto Egito, Mentuhotep II é representado atacando seus inimigos, entre eles os núbios. Uma inscrição em rocha de Mentuhotep III, perto da Primeira Catarata, menciona uma expedição "com navios para Wawat", o trecho do Nilo entre Shellal e Uadi Halfa. Contudo algumas referências mostram que os egípcios da XI dinastia ocuparam a Núbia até Uadi Halfa, ao sul. Há, por exemplo, numerosos grafitos em duas colinas a oeste e ao norte da aldeia de Abdel Gadir, situada na margem oeste do Nilo, logo abaixo da Segunda Catarata, que mencionam Antef, Mentuhotep e Sebekhotep (nomes comuns na XI dinastia) e descrevem as atividades de exploração de pedreiras, de caça e de trabalho de escribas[35]. No entanto, fosse qual fosse a situação da Núbia durante a XI dinastia, foi na XII dinastia (-1991 a -1786) que se deu a ocupação efetiva até Semneh, onde se estabeleceu solidamente a fronteira meridional do reino. Nesse local foi erigida a famosa estela de Sesóstris III, o quinto rei da dinastia, para marcar claramente um limite de fronteira. A estela proibia a todo núbio a passagem "rio abaixo, por terra ou por barco e também a qualquer de seus rebanhos, com exceção dos núbios que viessem comerciar em Iken ou em função de todo bom negócio que com eles se pudesse realizar"[36]. Sabe-se hoje que Iken é a fortaleza de Mirgissa, cerca de 40 km ao norte de Semneh[37].

Inúmeros documentos indicam que a ocupação permanente dessa parte da Núbia foi iniciada por Amenemés I, fundador da XII dinastia. Acredita-se que sua origem seja parcialmente núbia, o que se pode deduzir de um papiro, atualmente no Museu de Leningrado, cujo único objetivo era legitimar sua subida ao trono do Egito. Segundo o documento o rei Snefru, da IV dinastia, convocou um sacerdote para entretê-lo. Interrogado sobre o futuro, o sacerdote

35 ARKELL, A. J. 1961. pp. 56 e 58-59.

36 GARDINER, A. H. 1961. p. 135.

37 VERCOUTTER, J. 1964. p. 62.

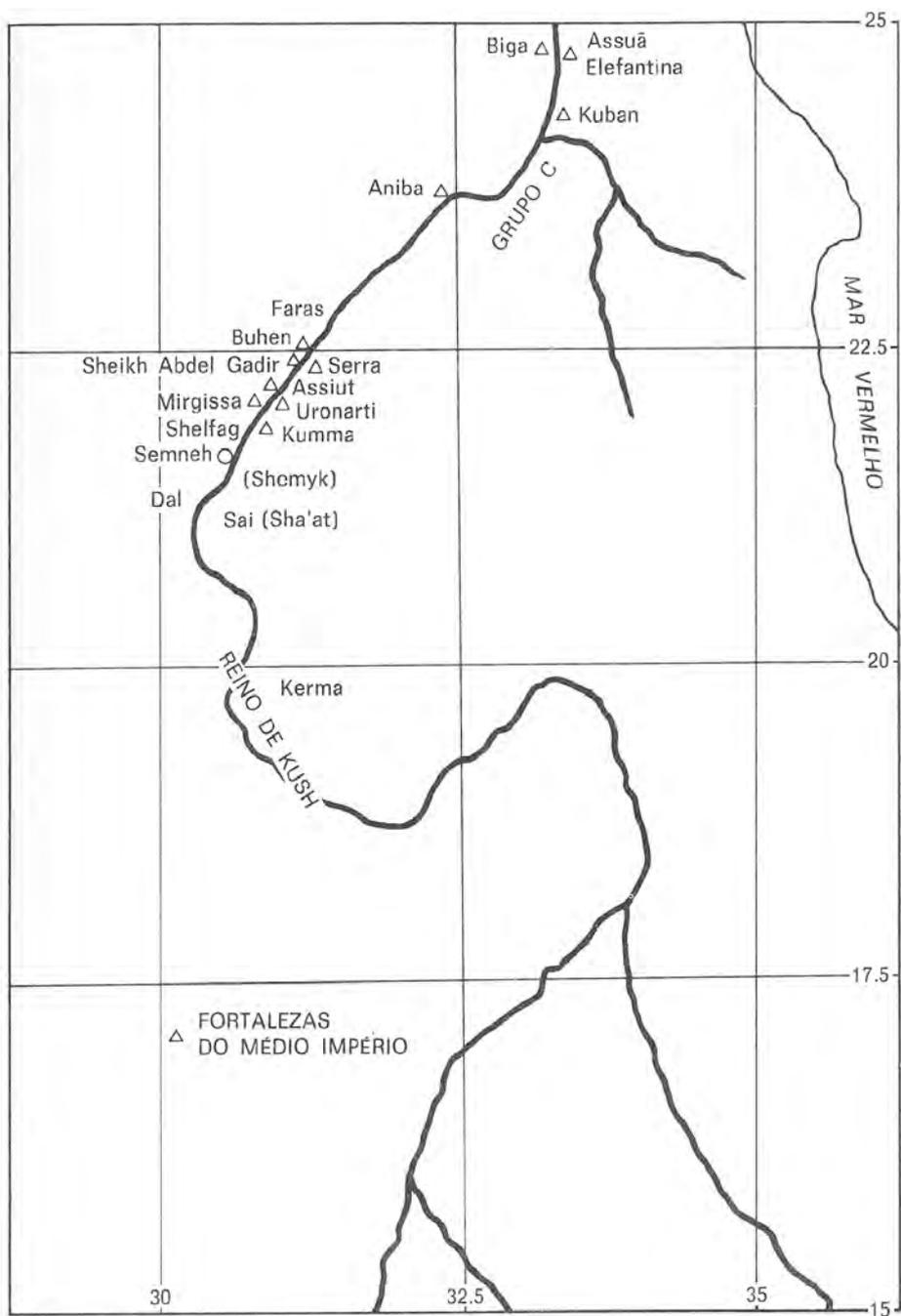



Figura 9.7 A Núbia, 1580 antes da Era Cristã. (Mapa fornecido pelo autor.)

vaticinou ao rei uma época de sofrimentos e miséria para o Egito, que terminaria com a "chegada de um rei de nome Ameny, originário do sul, filho de uma mulher de Ta-Zeti [Núbia]". Ameny é abreviação de Amenemés[38].

Uma inscrição rupestre encontrada perto de Korosko, na Baixa Núbia, datada do 29º ano do reinado de Amenemés afirma que suas tropas atingiram Korosko a fim de "destruir Wawat". Nas instruções que deixou a seu filho, Amenemés declara: "Apoderei-me do povo de Wawat e capturei o povo de Medja"[39]. Outras inscrições do mesmo rei, a oeste de Abu Simbel, revelam atividades de exploração de pedreiras na Baixa Núbia durante a última parte de seu reinado.

A ocupação da Núbia, iniciada por Amenemés I, foi completada por seu filho e sucessor Sesóstris I[40]. Numa grande pedra gravada – erigida no 18º ano do reinado de Sesóstris I, em Buhen, por um oficial de nome Mentuhotep – o deus tebano da guerra, Montu, é representado presenteando o rei com uma fileira de prisioneiros de guerra amarrados, provenientes de dez localidades núbias. Sob a cabeça e os ombros de cada prisioneiro, numa moldura oval, está inscrito o nome da localidade cujo povo ele representa. Entre as terras conquistadas referidas nessa estela de arenito, figuram Kush, Sha'at e Shemyk. Sha'at é a atual ilha de Sai[41], a cerca de 190 km ao sul de Buhen; Shemyk, de acordo com uma inscrição descoberta, corresponde à região da catarata de Dal, a 40 km a jusante da ilha de Sai.

Kush, nome que os egípcios logo adotaram para designar um extenso território do sul, era originariamente um território núbio restrito, cuja primeira referência data do Médio Império[42]. De acordo com a estela de Buhen, que enumera, assim como outros documentos do mesmo período[43], os nomes de lugares na ordem de localização do norte para o sul, Kush se situaria não apenas ao norte de Sha'at, mas também ao norte de Shemyk. Sabe-se hoje que Shemyk é a ilha de Dal ou a região da catarata de Dal, ao norte da ilha de Sai, o que nos permite, com toda segurança, situar Kush ao norte de Dal e ao sul da Segunda Catarata ou Semneh[44].

Uma segunda indicação da vitória de Sesóstris I sobre a Núbia, que assegurou aos faraós da XII dinastia o pleno controle da região ao norte de Semneh, provém

38 GARDINER, A. H. 1961. p. 126.

39 BREASTED, J. H. 1906. v. 1, p. 483.

40 ARKELL, A. J. 1961. pp. 59-60.

41 VERCOUTTER, J. 1958. pp. 147-8.

42 POSENER, G. 1958. p. 47.

43 POSENER, G. 1958. p. 60.

44 POSENER, G. 1958. p. 50.

FIGURA 9.8 As fortificações ocidentais de uma fortaleza do Médio Império em Buhen. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, República Dem. do Sudão.)

da inscrição encontrada no túmulo de Ameny, nomarca de Beni-Hassan, no Egito. Por ela ficamos sabendo que Ameny, navegando para o sul em companhia do próprio rei, "foi além de Kush e chegou ao fim da Terra"[45].

As razões que levaram os egípcios a ocupar parte da Núbia foram ao mesmo tempo econômicas e defensivas. As razões econômicas eram, por um

45 GARDINER, A. H. 1961. p. 134.

lado, o desejo de garantir as importações dos produtos do sul, como penas de avestruz, peles de leopardo, marfim e ébano, e por outro a exploração das riquezas minerais da Núbia[46]. Além disso, a segurança do reino exigia a defesa de sua fronteira meridional contra os núbios e os povos do deserto, a leste. Sua estratégia consistia em manter uma região-tampão entre a fronteira real do Egito, na região da Primeira Catarata, e a área situada ao sul de Semneh (que constituía verdadeira ameaça para os egípcios), a fim de controlar o tráfico ao longo do Nilo e prevenir as ameaças que lhes pudessem vir de Kush.

A natureza defensiva da ocupação egípcia na Núbia durante o Médio Império é claramente atestada pelo número e pela solidez das fortalezas que os reis da XII dinastia tiveram de construir no território ocupado. Um papiro do fim do Médio Império, descoberto num túmulo perto do Ramesseu, em Lúxor[47], menciona dezessete fortes núbios entre Semneh, ao sul, e Shellal, ao norte. Esses fortes se dividem em dois grupos: os que se localizam ao norte da Segunda Catarata, destinados a manter um rigoroso controle sobre a população nativa[48], isto é, o povo do Grupo C, e os que foram construídos sobre elevações situadas entre a Segunda Catarata e Semneh, com a função de proteger as embarcações em dificuldade nos bancos de areia e defender a fronteira[49]. Os próprios nomes desses fortes tornam claro que foram construídos para defesa: "Repelir as Tribos", "Reprimir ..." , "Controlar os Desertos", "Repelir os Inu" e "Repelir os Mazaiu"[50].

A solidez de tais fortalezas e os esforços desenvolvidos para torná-las inexpugnáveis podem ser ilustrados pelo forte de Buhen, um dos mais bem conservados na Núbia até ser inundado pelas águas da nova barragem de Assuã. Essa formidável fortaleza do Médio Império compunha-se de uma complexa série de fortificações dentro de fortificações construídas segundo um plano retangular de 172 m por 160 m[51]. O sistema de defesa compreendia um muro de tijolos, de 4,80 m de espessura e pelo menos 10 m de altura, com torres em intervalos regulares. Na base do muro principal havia uma plataforma pavimentada de tijolos, protegida por uma série de baluartes redondos com duas filas de seteiras. Todo o forte era cercado por um fosso seco, escavado na rocha, com uma profundidade de 6,50 m. O fosso tinha 8,40 m de largura e

46 TRIGGER, B. G. 1965. p. 94.
47 EMERY, W. B. 1965. p. 143.
48 GARDINER, A. H. 1961. p. 135.
49 ARKELL, A. J. 1961. p. 61.
50 GARDINER, A. H. 1961. p. 135.
51 EMERY, W. B. 1960. pp. 7-8.

FIGURAS 9.9 9.10 E 9.11 Cerâmica de Kerma. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, Rep. Dem. do Sudão.)

a escarpa exterior era sustentada por obras de alvenaria. Havia duas portas no lado leste, de frente para o Nilo, e uma terceira, solidamente fortificada, no lado oeste, de frente para o deserto.

Após a queda do Médio Império e a invasão dos hicsos (tribos asiáticas), os egípcios perderam o controle sobre a Núbia. Os fortes foram saqueados e queimados pelos nativos, que parecem ter-se aproveitado do colapso do governo central do Egito para recuperar sua independência.

Kerma (-1730 a -1580)

Como foi dito, a fronteira sul do Médio Império egípcio foi inquestionavelmente fixada em Semneh por Sesóstris III. Mas as importantes escavações efetuadas pelo arqueólogo americano G. A. von Reisner entre 1913 e 1916, em Kerma, pouco acima da Terceira Catarata e a 240 km ao sul de Semneh, em linha reta, revelaram uma cultura, conhecida como cultura de Kerma, que tem sido objeto de interpretações divergentes por parte de especialistas.

O antigo sítio de Kerma compreende dois notáveis edifícios, localmente conhecidos como Dufufa do Oeste e Dufufa do Leste. O primeiro é uma massa compacta de tijolos crus e o segundo uma capela funerária, também de tijolos de barro, cercada por um amplo cemitério. As duas construções são típicas do Médio Império. No Dufufa do Oeste, Reisner encontrou fragmentos de vasos de alabastro com os cartuchos de Pépi I e Pépi II, da VI dinastia, juntamente com os de Amenemés I e Sesóstris I. Perto do Dufufa do Leste descobriu-se uma pedra gravada onde se narra que Antef, o único companheiro do rei, fora enviado para reparar uma construção em Inebu. A expressão usada era *Amenemhet maa Kheru,* que significa "os muros de Amenemés, o Justificado". Num túmulo perto dessa capela funerária encontraram-se a parte inferior de uma estátua de Hepzefia (príncipe de Assiut, no Egito, onde se encontra sua sepultura), uma estátua de sua mulher Sennuwy e fragmentos de outras estátuas de altos funcionários e reis egípcios. À luz dessas descobertas, Reisner concluiu[52] que: a) os muros situados abaixo do Dufufa do Oeste pertencem a um posto comercial do Antigo Império; b) no Médio Império, o Dufufa do Oeste era a fortaleza situada mais ao sul da cadeia de fortes construídos pelos egípcios entre Assuã e Kerma para salvaguardar seus interesses na Núbia; c) Kerma era o quartel-general dos governadores gerais egípcios, o primeiro dos quais teria

52 REISNER. G. A. von. 1923-a.

FIGURAS 9.12 E 9.13 Cerâmica de Kerma. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, Rep. Dem. do Sudão.)

sido Hapidjefa; d) os governadores gerais egípcios eram enterrados à maneira egípcia no cemitério localizado perto do Dufufa do Leste; e) quando os hicsos invadiram o Egito, o posto avançado de Kerma foi destruído pelos núbios.

O primeiro a questionar a interpretação de Reisner para os materiais arqueológicos descobertos em Kerma foi Junker[53]. O Dufufa do Oeste era muito pequeno para ser um forte e ao mesmo tempo estava perigosamente isolado, visto situar-se a 400 km de distância do forte egípcio mais próximo, em Semneh. Além disso, as matérias-primas – como grafite, óxido de cobre, hematita, mica, resina, cristal de rocha, cornalina, casca de ovo de avestruz – descobertas nas várias dependências indicam que o Dufufa do Oeste era antes um posto comercial fortificado que um centro administrativo.

Quanto ao cemitério, a opinião de Reisner – segundo a qual ela seria a necrópole dos governadores egípcios – assentava exclusivamente na descoberta das estátuas de Hapidjefa e de sua esposa num dos grandes túmulos. O tipo de sepultura nesses túmulos de Kerma era inteiramente núbio. A mumificação não era praticada e a pessoa morta era enterrada num leito, com suas esposas, filhos e criados, todos numa mesma sepultura. Sabendo-se que esses túmulos não são egípcios nem por sua construção nem por seu modo de sepultura e que os egípcios receavam ser enterrados fora de seu país, pois poderiam ser privados dos ritos funerários, é difícil acreditar que uma pessoa da posição social e política de Hapidjefa tivesse sido enterrada numa terra estranha, segundo um rito completamente diverso das crenças religiosas egípcias. Ademais, muitos dos objetos descobertos nos túmulos atribuídos a Hapidjefa datam incontestavelmente do Segundo Período Intermediário ou período dos hicsos[54]. Com base nesses dados, Säve-Söderbergh e Arkell[55] concluíram que as estátuas encontradas nesse túmulo foram trocadas pelos comerciantes egípcios por mercadorias núbias provenientes dos príncipes locais de Kerma, durante o Segundo Período Intermediário.

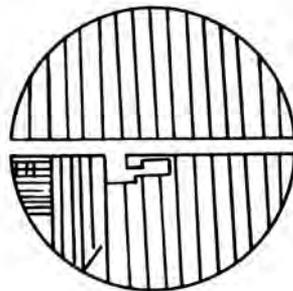
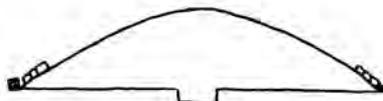
Desse modo a teoria de Reisner referente ao Dufufa do Oeste e ao cemitério em torno do Dufufa do Leste foi rejeitada em seus pontos fundamentais. A maioria dos especialistas sustentou que o Dufufa do Oeste era apenas um posto comercial egípcio, enquanto o cemitério se destinava ao sepultamento dos príncipes nativos.

53 JUNKER, H. 1921.

54 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1941.

55 ARKELL, A. J. 1961. p. 71.

FIGURA 9.14 Kerma: o Dufufa do Leste, com uma sepultura no primeiro plano. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, Rep. Dem. do Sudão.)

FIGURA 9.15 Sepultura de Kerma.

Reexaminando as diferentes teorias aventadas para explicar a questão de Kerma, Hintze observa que elas "encerram contradições internas que fazem duvidar de sua precisão"[56]. Em primeiro lugar, nota que os argumentos apresentados por Junker contra a interpretação de Reisner são igualmente válidos para refutar a hipótese do próprio Junker, segundo a qual o Dufufa do Oeste era um posto comercial fortificado. Hintze também considera improvável a existência, nesse período, de um posto comercial fortificado egípcio nessa parte da Núbia, principalmente se considerarmos que, como sustentam alguns dos adversários de Reisner[57], Kerma constituía a base política de Kush, tradicional inimigo do Egito durante o Médio Império. E, como todas as teorias por ele examinadas concordam em que o cemitério é núbio e que o Dufufa do Oeste é uma capela funerária a ele ligada, Hintze sublinha a improbabilidade de o faraó enviar um funcionário egípcio ao "odioso Kush" a fim de reparar uma capela ligada a um cemitério núbio. Finalmente, Hintze enfatiza que, como já mostrara Söderbergh, o cemitério pertence ao Segundo Período Intermediário, sendo assim posterior ao Dufufa do Oeste. Por essa razão, os supostos governadores do Dufufa do Oeste, no Médio Império, não poderiam ser enterrados ali.

Todas estas considerações levaram Hintze a abandonar definitivamente a "concepção de um posto comercial egípcio" em Kerma. Para ele, Kerma é simplesmente o "centro de uma cultura núbia nativa e a sede de uma dinastia local". O Dufufa do Oeste era a residência do soberano nativo de Kush e foi destruído pelas tropas egípcias no início do Novo Império.

Trata-se de uma teoria simples, aparentemente mais próxima da verdade, sobretudo se levarmos em conta as provas fornecidas pelo cemitério. A data dos objetos encontrados nas sepulturas, o estilo de sua construção e os ritos funerários mostram claramente que elas não se destinavam aos governadores gerais egípcios do Médio Império. Mas ainda são necessárias evidências mais substanciais para concluir que o Dufufa do Oeste era mesmo a residência do soberano nativo de Kush. A existência em Kerma de um posto comercial egípcio comum durante o Médio Império não pode ser excluída tão facilmente como pretendia Hintze. Por enquanto, o sítio pesquisado por Reisner é o único já explorado na região de Dongola, e ainda assim não foi totalmente escavado. A região de Dongola é rica em sítios da época de Kerma, e enquanto não se realizarem pesquisas arqueológicas sistemáticas muita coisa referente à cultura de Kerma continuará desconhecida.

56 HINTZE, F. 1964.

57 ARKELL, A. J. 1961. p. 72.

O reino de Kush

Como o nome geográfico Kush está ligado a Kerma[58], e considerando-se que túmulos de Kerma serviam claramente de sepultura aos poderosos soberanos nativos que mantinham relações comerciais e diplomáticas com os reis hicsos no Egito, parece mais provável que Kerma fosse a capital do reino de Kush, que floresceu durante a época conhecida na história egípcia como Segundo Período Intermediário (-1730 a -1580). A existência desse reino, cujo soberano era chamado "príncipe de Kush", é atestada por inúmeros documentos. A primeira estela de Kamés[59], o último rei da XVII dinastia egípcia e provavelmente o primeiro a levantar a bandeira da luta organizada contra os hicsos, descreve a situação política no vale do Nilo naquela época. A estela indica a existência de um reino independente em Kush, com sua fronteira norte fixada em Elefantina, de um Estado egípcio no Alto Egito, situado entre Elefantina, ao sul, e Cusae, ao norte, e finalmente do reino dos hicsos no Baixo Egito. Outra estela[60] nos informa que Kamés interceptou, na rota dos oásis, uma mensagem enviada por Apophis, o rei dos hicsos, ao soberano de Kush, pedindo-lhe ajuda contra o rei egípcio. Além disso, duas estelas descobertas em Buhen revelam que dois funcionários, chamados Sepedher[61] e Ka[62], estavam a serviço do soberano de Kush. O reino de Kush, que abrangia toda a Núbia ao sul de Elefantina após a queda do Médio Império no Egito (em seguida à invasão dos hicsos), chegou ao fim quando Tutmósis I conquistou a Núbia para além da Quarta Catarata.

A cultura de Kerma

Os sítios típicos da cultura de Kerma descobertos na Núbia, ao norte, vão apenas até Mirgissa[63]. Isso indica que a Segunda Catarata constituía a fronteira entre a cultura de Kerma e a cultura do Grupo C. Os elementos característicos da cultura de Kerma eram uma louça torneada fina e muito polida, vermelha, com a parte superior preta, feita numa roda de oleiro; vasos em forma de animal decorados com desenhos de animais; punhais especiais de cobre; artigos de madeira decorados com motivos incrustados em marfim, figuras de mica; e ainda

58 POSENER, G. 1958. p. 39; ARKELL, A. J. 1961. p. 72.

59 HABACHI, L. 1955. p. 195.

60 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1956. pp. 54-61.

61 Philadelphia, 10984.

62 Khartoum, N.º 18.

63 VERCOUTTER, J. 1964. p. 59.

FIGURAS 9.16 E 9.17 Cerâmica de Kerma. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, Rep. Dem. do Sudão.)

ornamentos costurados sobre gorros de couro. Embora boa parte dos objetos descobertos em Kerma manifestem claramente uma tradição cultural nativa, não se pode ignorar a influência das técnicas egípcias de artesanato e desenho[64]. Admite-se que grande parte desses objetos foi efetivamente manufaturada pelos artesãos egípcios[65], mas também se poderia dizer que eles foram produzidos por artesãos nativos, que haviam adquirido as técnicas egípcias para satisfazer o gosto local.

No domínio religioso, os rituais funerários são o traço característico da cultura de Kerma. Uma sepultura de Kerma caracteriza-se por um túmulo de barro em forma de cúpula, contornado por um círculo de pedras pretas entremeadas de seixos brancos. Um dos grandes túmulos do cemitério de Kerma (K III) compreendia paredes de tijolo formando um círculo de 90 m de diâmetro[66]. Duas paredes paralelas que atravessavam o meio do túmulo de leste para oeste formavam um corredor central que o dividia em duas partes. Muitas outras paredes paralelas estendiam-se em ângulo reto desde os dois lados desse corredor até a circunferência do círculo, para o norte e para o sul. No meio da parede sul do corredor abria-se uma entrada para um vestíbulo que levava à câmara principal da sepultura, em direção ao lado leste. Em Kerma, a personagem principal enterrada era colocada num leito, deitada sobre o lado direito. Nesse leito colocavam-se um travesseiro de madeira, um leque de penas de avestruz e um par de sandálias. A seu lado e ao redor das paredes da câmara depositava-se um grande número de vasos de cerâmica. O mais surpreendente costume funerário de Kerma era o dos sacrifícios humanos. O dono do túmulo era acompanhado por duzentas a trezentas pessoas, a maioria composta de mulheres e crianças, que eram enterradas vivas no corredor central.

Novo império (-1580 a -1050)

Quando os egípcios readquiriram o controle de seu país após libertá-lo do domínio dos hicsos, recomeçaram a concentrar sua atenção na fronteira sul, o que resultou na mais completa conquista da Núbia empreendida pelo Egito desde o início de sua história antiga.

64 TRIGGER, B. G. 1965. p. 103.

65 ARKELL, A. J. 1961. p. 74.

66 REISNER, G. A. 1923-a. p. 135.

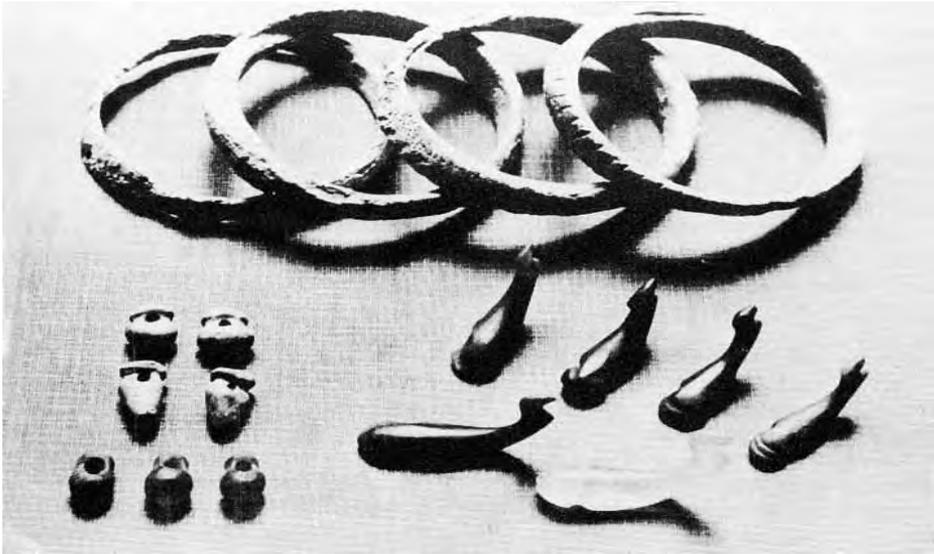



FIGURA 9.18 Ornamentos pessoais.

FIGURA 9.19 Cerâmica de Kerma. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, Rep. Dem. do Sudão.)

A primeira estela do rei Kamés, já referida, explica como seus domínios se situavam entre um reino no Baixo Egito e outro em Kush. A mesma estela declara que os cortesãos estavam satisfeitos com a situação na fronteira meridional do Egito, uma vez que Elefantina estava firmemente controlada. Mas uma passagem da segunda estela[67] mostra que Kamés moveu uma guerra contra os núbios antes de atacar os hicsos. A crer na afirmação dos cortesãos (segundo a qual a fronteira de Elefantina era bem guardada e segura), é provável que Kamés tenha realizado apenas uma expedição punitiva contra os núbios, o que explicaria a existência dos nomes reais de Kamés perto de Toshka, na Baixa Núbia.

A verdadeira ocupação da Núbia foi completada por Amósis, sucessor de Kamés e fundador da XVIII dinastia egípcia. Nossa principal fonte de informações sobre suas atividades militares na Núbia, bem como sobre as de seus sucessores imediatos, é a autobiografia do almirante Ahmose, simples comandante de navio nascido em Ebana, inscrita sobre as paredes de seu túmulo em el-Kab, no Egito. Por ela ficamos sabendo que "Sua Majestade dirigiu-se a Khent Hennefer (localidade não--identificada na Núbia) para arrasar os núbios, após ter aniquilado os asiáticos". Amósis pôde reconstruir e ampliar a fortaleza de Buhen e ali erigir um templo. Pôde inclusive avançar até a ilha de Sai, 190 km a montante de Buhen, pois ali se encontrou uma estátua sua e inscrições contendo seu nome e o de sua esposa[68].

Entretanto coube a Tutmósis I (-1530 a -1520) completar a conquista do Sudão setentrional, determinando assim o fim da independência do reino de Kush. Ao chegar a Tumbus, no extremo sul da Terceira Catarata, Tutmósis I gravou aí sua grande inscrição. Em seguida prosseguiu a marcha para o sul, ocupando efetivamente toda a extensão do rio entre Kerma e Kurgus, 80 km ao sul de Abu Hamad, onde deixou uma inscrição e provavelmente tenha construído um forte[69]. Desse modo a Núbia foi totalmente conquistada pelo Egito, tendo início uma nova e brilhante era de sua história, cujas marcas permaneceram em sua vida cultural durante os períodos posteriores.

A Núbia sob a XVIII dinastia

Sabemos, por uma inscrição rupestre entre Assuã e Filas, datada do primeiro ano do governo de Tutmósis II[70], que houve uma revolta na Núbia após a

67 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1956. p. 57.

68 VERCOUTTER, J. 1956; id. 1958.

69 ARKELL, A. J. 1961. p. 84.

70 BREASTED, J. H. 1906. v. 1, pp. 119-22.

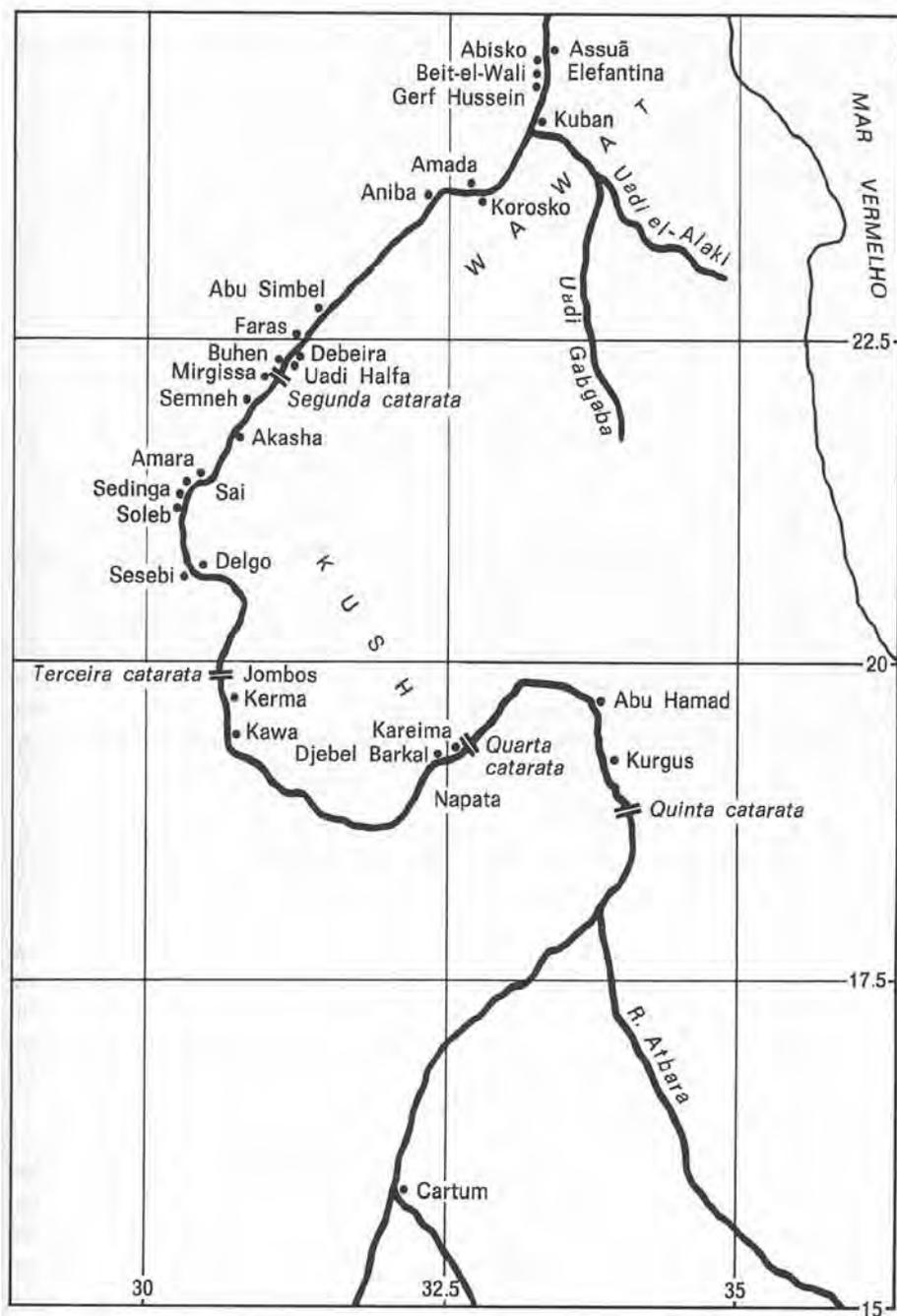



FIGURA 9.20 A Núbia durante o Novo Império

morte de Tutmósis I. De acordo com essa inscrição, um mensageiro deu a Sua Majestade a notícia de que Kush começara a se rebelar e de que o chefe de Kush e outros príncipes estabelecidos mais ao norte conspiravam juntos. A mesma inscrição nos informa do envio de uma expedição e da derrota dos rebeldes. Após essa expedição punitiva, a paz foi restaurada e firmemente estabelecida na Núbia durante muitos anos.

A paz prevaleceu durante todo o reinado da rainha Hatshepsut, que sucedeu a Tutmósis II. O monumento mais importante dessa época na Núbia é o magnífico templo que ela fez construir em Buhen, dentro dos muros da cidadela do Médio Império[71]. Dedicado a Hórus, o deus com cabeça de falcão, "Senhor de Buhen", esse templo reveste-se de grande interesse histórico e artístico. Nele se encontram relevos do mais fino estilo e do mais belo lavor, característicos da XVIII dinastia, e as cores nas paredes ainda estão bem preservadas. Mais tarde o templo foi usurpado por Tutmósis III, que desvirtuou o plano original e apagou sistemática e implacavelmente os cartuchos e os retratos da rainha Hatshepsut.

O templo foi construído com arenito núbio e compreende duas partes principais: um átrio e um edifício retangular com uma fileira de colunas nos lados norte, sul e leste. A rainha Hatshepsut construiu também um templo dedicado à deusa Hátor, em Faras, na margem oeste do Nilo, exatamente na atual fronteira política entre o Egito e o Sudão[72].

Os anais de Tutmósis III inscritos nas paredes do grande templo de Âmon, em Carnac, mostram o pagamento dos tributos de Wawat, durante oito anos, e dos de Kush, durante cinco anos. Isso indica claramente que o tributo da Núbia afluía regularmente para os cofres do rei[73], autorizando-nos a afirmar que a paz continuou a reinar sob o governo de Tutmósis III. No segundo ano de seu reinado, Tutmósis III reconstruiu em pedra o templo de tijolos de barro erigido por Sesóstris III a oeste de Semneh, que se achava em ruínas, e dedicou-o ao deus núbio Dedwen, a Khnum e ao deificado Sesóstris III. Esse é um dos mais bem conservados templos independentes do período pré-ptolomaico em todo o vale do Nilo. As paredes estão cobertas com cenas em relevo, inscrições hieroglíficas e pinturas. Os textos e as cenas são incontestavelmente obras de artesãos de primeira classe[74]. Tutmósis III construiu também pequenos templos nos fortes de Semneh Leste, Uronarti, Faras e talvez no da ilha de Sai.

71 MACIVER, D. R. & WOOLLEY, C. L. 1911.

72 GRIFFITH, F. L. 1921-8. p. 83.

73 ARKELL, A. J. 1961. p. 88.

74 CAMINOS, R. A. 1964-a. p. 85.

Tutmósis III foi sucedido por Amenófis II, em cujo reinado a Núbia permaneceu em paz. Amenófis II concluiu o templo de Amada (importante cidade da Baixa Núbia), iniciado por seu pai Tutmósis III. Uma estela datada do terceiro ano de seu reinado e construída nesse templo registra seu retorno vitorioso de uma campanha na Ásia, com os corpos de sete príncipes "que ele matara com sua própria clava". Amenófis fez pendurar seis desses príncipes diante das muralhas de sua capital, em Tebas. A estela nos diz que o sétimo príncipe foi "enviado de navio à Núbia e pendurado na muralha de Napata, para que o poder vitorioso de Sua Majestade seja visto por toda a eternidade"[75].

Do reinado de Tutmósis IV, que sucedeu a Amenófis II, temos um registro, na ilha de Konosso, perto de Filas, de uma bem sucedida expedição para debelar uma revolta na Núbia. Esse registro data do oitavo ano de governo de Tutmósis IV.

Tutmósis IV foi sucedido por seu filho Amenófis III, que empreendeu uma campanha contra a Núbia até Karei, no quinto ano de seu reinado. Em Soleb, na margem esquerda do Nilo, 220 km ao sul de Uadi Halfa, ele erigiu o templo mais grandioso de toda a Núbia, dedicado à sua própria imagem viva. Amenófis III construiu também um templo para sua rainha, Teye, em Sedinga, 21 km ao norte de Soleb, na mesma margem do Nilo.

A sublevação política no Egito, causada pela revolução religiosa de Amenófis IV (-1370 a -1352) não perturbou a paz na Núbia, e as atividades de construção continuaram como antes. Em Sesebi, ao sul de Soleb, diante de Delgo, Amenófis IV, antes de mudar seu nome para Aquenáton, construiu um grupo de três templos sobre um alicerce comum[76]. Os templos ficavam no interior de uma cidadezinha murada, onde havia um pequeno santuário dedicado a Áton, o novo deus. Parece que ele fundou também a cidade de Gemáton, situada em Kawa, diante da atual Dongola. Também em Kawa foi construído um pequeno templo, por seu sucessor Tutancâmon[77]. Em Faras, Huy, vice-rei da Núbia sob o governo de Tutancâmon, erigiu um templo e uma colônia murada[78].

O fim da XVIII dinastia, embora caracterizado por problemas no Egito, parece não ter afetado a paz e a estabilidade na Núbia. De modo geral, a Núbia se desenvolveu pacificamente durante toda essa dinastia.

75 GARDINER, A. H. 1961. p. 200.

76 FAIRMAN, H. W. 1938. pp. 151-6.

77 MACADAM. M. F. L. 1949. p. 12.

78 GRIFFITH. F. L. 1921-8. p. 83.

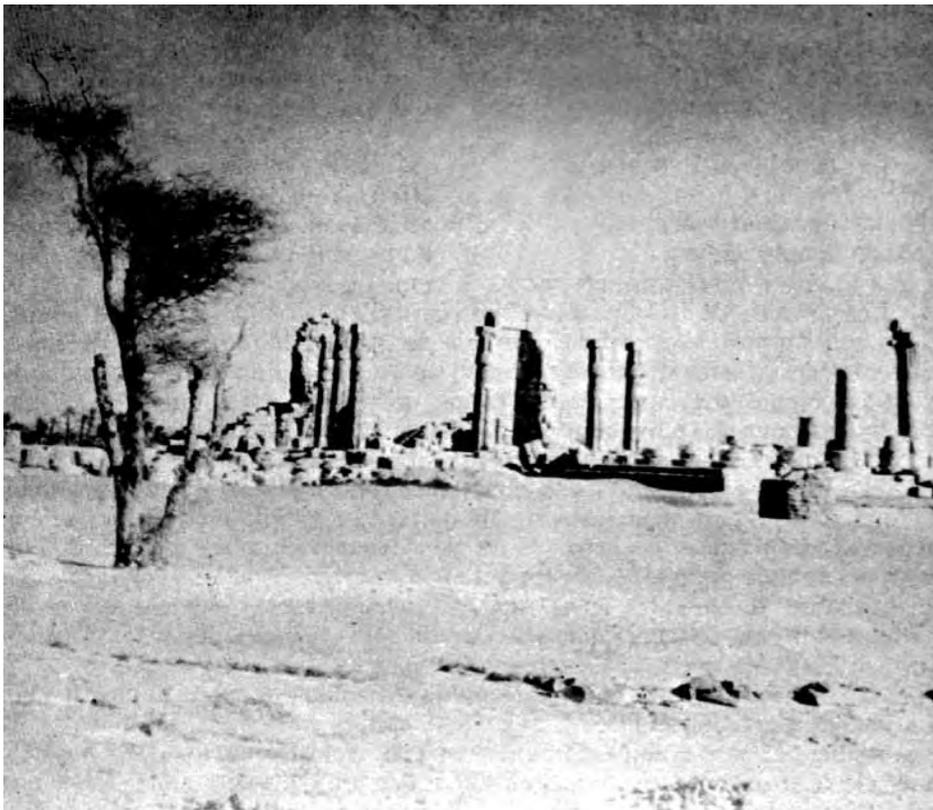



FIGURA 9.21 O templo de Amenófis III em Soleb. (Fonte: Ministério da Informação e da Cultura, Rep. Dem. do Sudão.)

A Núbia sob a XIX dinastia

A partir da época de Aquenáton, a posição do Egito foi se enfraquecendo interna e externamente. Aquenáton era um sonhador, e seu movimento religioso trouxe muitos danos ao Império. Além disso, os faraós que o sucederam eram fracos, completamente incapazes de encontrar soluções para os problemas da época. O país inteiro encontrava-se em estado de agitação. Havia razão para temer uma guerra civil aberta, pois o país se via ameaçado por uma anarquia geral. Nesse momento crítico, o Egito teve a sorte de encontrar um libertador na pessoa de um general chamado Horemheb, líder capaz e experiente. Durante o reinado de Tutancâmon, Horemheb percorreu a Núbia na qualidade de chefe do exército, para verificar a

lealdade da administração após a restauração do antigo regime [79]. Posteriormente, quando usurpou o trono do Egito, fez uma segunda aparição na Núbia. Segundo as inscrições nas paredes de seu templo comemorativo cravado na rocha em Silsileh, no Alto Egito, essa viagem foi uma expedição militar. No entanto parece antes ter-se tratado de uma simples visita do usurpador para assegurar sua posição numa região de importância vital para ele no Egito. Em todo caso, Horemheb garantiu a lealdade da administração egípcia da Núbia, como mostra o fato de Paser, vice-rei da Núbia no reinado anterior, ter continuado a ocupar o posto sob seu governo.

Ramsés I (-1320 a -1318), que sucedeu a Horemheb, foi o verdadeiro fundador da XIX dinastia. No segundo ano de seu reinado ele erigiu uma estela no templo de Hatshepsut, em Buhen, na qual nos conta que ampliou o número dos sacerdotes e escravos do templo e que lhe acrescentou novas construções.

Após a morte de Ramsés I, seu filho Seti I (-1318 a -1298) ascendeu ao trono. Ele explorou as minas de ouro da Núbia para aumentar seu tesouro de modo a poder executar seus imensos projetos de construção. Para aumentar a produção das minas de ouro de Uadi el-Alaki, cavou um poço na estrada que vai de Kuban, na Baixa Núbia, para o sudeste, mas não encontrou água e por isso não conseguiu alcançar seu objetivo. Na Alta Núbia, Seti I construiu uma cidade em Amara Oeste, a cerca de 180 km ao sul de Uadi Halfa. É provável que tenha sido ele também o construtor do grande templo de Âmon em Djebel Barkal (o *dw-w3b* dos antigos egípcios: a montanha sagrada), perto de Kareima. São raras as evidências de atividades militares na Núbia durante o reinado de Seti I. Parece que nunca houve necessidade de expedições militares importantes, o que não exclui pequenas missões punitivas enviadas à Núbia por uma ou outra razão.

Seti foi sucedido por seu filho Ramsés II (-1298 a -1232). Dispomos de numerosas representações de atividades militares na Núbia durante o longo reinado desse faraó. Porém, como elas não fornecem datas nem nomes de lugares, são consideradas sem valor histórico[80]. De um modo geral, a paz parece ter prevalecido na Núbia durante o tempo de Ramsés II, como se pode ver pelas intensas atividades de construção empreendidas por ele em toda a região.

No terceiro ano de seu reinado, encontramos Ramsés II em Mênfis consultando seus altos funcionários sobre a possibilidade de abrir o país de Alaki para desenvolver as minas de ouro que seu pai infrutiferamente tentara explorar. O vice-rei de Kush, que estava presente, explicou-lhe as dificuldades e relatou as vãs tentativas de seu pai no sentido de fornecer água à rota. Contudo, o rei ordenou nova tentativa, esta bem-

79 ARKELL. A. J. 1961. p. 94.

80 EMERY. W. B. 1965. p. 193.

-sucedida: encontrou-se água apenas doze côvados abaixo da profundidade atingida por seu pai, Seti I. Em Kuban, onde a estrada que leva às minas de Uadi el-Alaki deixa o vale do Nilo, ergueu-se uma estela comemorativa desse sucesso.

Como foi dito, Ramsés II iniciou intensas atividades de construção na Núbia. Edificou templos em Beit-el-Wali, Gerf Ussein, Uadi es-Sebua, el-Derr, Abu Simbel e Akasha, na Baixa Núbia, bem como em Amara e Barkal, na Alta Núbia.

Em Amara, as escavações realizadas até agora[81] mostraram que a cidade foi fundada por Seti I, embora o templo tenha sido obra de Ramsés II. Essa cidade foi habitada sem interrupção durante a XIX e a XX dinastia e acredita-se que tenha sido a residência do vice-rei de Kush[82].

O templo de Abu Simbel, talhado num promontório de arenito na margem esquerda do Nilo, é uma das maiores estruturas escavadas na rocha em todo o mundo e constitui sem dúvida uma peça arquitetônica única[83]. A localização desse grande templo talvez se deva ao fato de o lugar ser considerado sagrado bem antes de sua construção. O templo era consagrado a Rê-Harakti, o deus do sol nascente, representado como um homem com cabeça de falcão segurando o disco solar.

Na fachada encontram-se quatro estátuas colossais de personagens sentadas, também moldadas na rocha. Essas estátuas, duas em cada lado da entrada, representam Ramsés II usando a dupla coroa do Egito. A entrada abre-se diretamente para a grande sala, onde se avistam duas filas de quatro pilares de base quadrada. Na frente dos pilares encontram-se gigantescas estátuas do rei, em pé, sempre com a coroa dupla. Nas paredes da grande sala, de 9 m de altura, existem cenas e inscrições relativas às cerimônias religiosas e às atividades militares do faraó contra os hititas na Síria e os núbios no sul. Nas paredes norte e oeste da mesma sala localizam-se as portas que conduzem a vários depósitos, cujas paredes são totalmente cobertas de baixos-relevos religiosos. Saindo da grande sala pela porta central da parede oeste, entra-se numa pequena sala, cujo teto se apóia em quatro pilares quadrados; também aqui as paredes se apresentam cobertas de baixos-relevos de natureza religiosa. Entre essa sala e o santuário existe outro aposento, com três portas na parede oeste; as duas portas laterais dão acesso a peças menores, sem inscrições nas paredes, enquanto a porta do meio conduz ao santo dos santos, onde Ramsés II está representado em seu trono, ao lado dos três deuses mais poderosos do Egito – Âmon-Rá, de Tebas, Rê-Harakti, de Heliópolis, a Cidade do Sol, e Ptah, de Mênfis, a antiga capital.

81 FAIRMAN, H. W. 1938; id. 1939. pp. 139-44; id. 1948. pp. 1-11.

82 ARKELL. A. J. 1961. p. 94.

83 EMERY, W. B. 1965. p. 194.

A administração da Núbia

A direção da máquina administrativa egípcia na Núbia, durante o período do Novo Império, estava a cargo do vice-rei da Núbia. Desde o começo, esse funcionário ostentava o título de "governador dos países do sul", juntamente com o de "filho do rei". O primeiro título era o que realmente correspondia à sua função. No tempo de Tutmósis IV, o vice-rei da Núbia tinha o mesmo nome que o príncipe herdeiro, Amenófis. Para distinguir um do outro, o vice-rei da Núbia era chamado de "filho do rei de Kush". Posteriormente, esse título foi dado a todos os vice-reis que sucederam a Amenófis; o título não indica necessariamente que os vice-reis da Núbia procediam de família real, mas pode ser uma indicação da importância do cargo e da grande autoridade de que gozava o vice-rei. Esses altos funcionários eram escolhidos entre homens de confiança, inteiramente devotados ao faraó, perante o qual eram diretamente responsáveis. Tratava-se de administradores capazes.

A Núbia estava dividida em dois vastos territórios: as terras entre Nekhen (no Alto Egito) e a Segunda Catarata, conhecidas como Wawat, e toda a área ao sul, entre a Segunda e a Quarta Catarata, chamada Kush. O vice-rei dirigia um grande número de departamentos administrativos claramente imitados dos seus congêneres no Egito. Assessoravam-no funcionários encarregados dos diversos departamentos administrativos necessários para o governo da Núbia. As cidades núbias estavam submetidas a governadores responsáveis junto ao vice-rei. Um comandante dos arqueiros de Kush e dois delegados, um para Wawat e o outro para Kush, compunham o estado-maior do governante núbio. Ele tinha sob ordens as forças policiais destinadas a garantir a segurança interna e também as guarnições das cidades e um pequeno exército para proteger expedições enviadas às minas de ouro. Uma responsabilidade importante do vice-rei da Núbia era a entrega pontual do seu tributo, pessoalmente, ao vizir de Tebas[84]. Além disso, ele era ainda o chefe religioso do país.

Os chefes tribais nativos também participavam da administração da Núbia. A política egípcia da época era assegurar a lealdade dos príncipes locais[85], o que se obtinha permitindo que mantivessem a soberania em seus distritos.

Egipcianização da Núbia

Nos estágios iniciais, a ocupação egípcia da Núbia, durante o Novo Império, encontrou resistência. Mas os núbios logo se acomodaram, sob a nova administração egípcia, a um desenvolvimento pacífico inédito em seu país. Já vimos que os reis

84 ARKELL, A. J. 1961. p. 98.

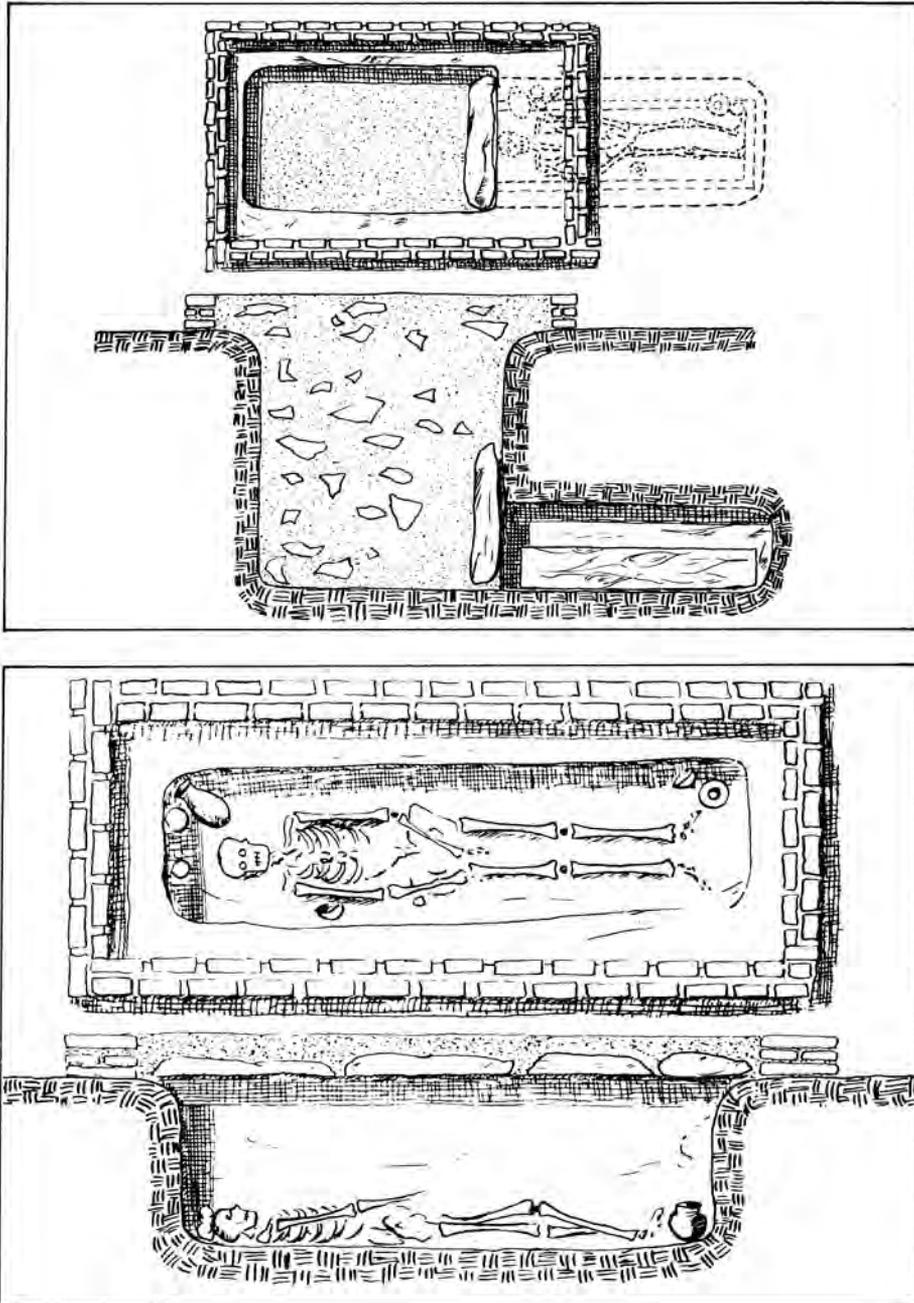
85 TRIGGER, B. G. 1965. p. 107.

da XVIII e da XIX dinastia construíram templos em toda a Núbia. Em seguida, desenvolveram-se em torno desses templos cidades importantes como centros religiosos, comerciais e administrativos. Toda a Núbia foi reorganizada segundo padrões puramente egípcios e montou-se um sistema administrativo totalmente egípcio, que requeria a presença de um número considerável de escribas, sacerdotes, soldados e artesãos. Tal processo acabou resultando na completa egipcianização do país. Os nativos adotaram a religião egípcia e passaram a adorar divindades egípcias. Os velhos costumes funerários foram substituídos por rituais egípcios. O corpo não era mais deitado de lado, em posição semifletida; em vez disso, passou a ser estendido de costas ou colocado num caixão de madeira. As sepulturas desse período são de três tipos[86]: uma cova retangular simples, um poço cavado na rocha com uma câmara funerária subterrânea na extremidade e uma cova retangular com um nicho lateral cavado num dos lados mais longos. Os objetos funerários depositados nesses túmulos são artefatos egípcios típicos da época. As técnicas aplicadas pelos egípcios nas artes e na arquitetura também foram adotadas pelos núbios.

O processo de egipcianização, que na verdade havia começado na Núbia durante o Segundo Período Intermediário, foi então acelerado, atingindo o clímax. Entre os principais fatores que contribuíram para promover rapidamente a assimilação cultural do modo de vida egípcio, pode-se citar a política adotada pela administração faraônica na Núbia durante o Novo Império. Como já se mencionou, a política oficial era a de assegurar a lealdade e o apoio dos chefes nativos. Seus filhos eram educados na corte real do Egito, onde "escutavam a fala dos egípcios do séquito do rei, o que os fazia esquecer sua própria língua"[87]. Desse modo eles eram fortemente egipcianizados e isto naturalmente ajudou a garantir a lealdade dos príncipes núbios para com o Egito e a cultura egípcia. Quando um chefe se convertia a uma religião estrangeira e aceitava em sua vida cotidiana as regras de outra cultura, era natural que seus súditos lhe imitassem o exemplo. A egipcianização atingiu inicialmente as classes superiores, o que abriu caminho para a rápida difusão desse processo entre a população local da Núbia.

Um dos príncipes locais que adotaram o modo de vida de um egípcio da classe superior foi Djehuty-Hotep, príncipe de Serra (o antigo Teh-Khet), ao norte de Uadi Halfa. Ele viveu durante o reinado da rainha Hatshepsut e herdou o principado de seu pai, sendo depois sucedido por seu irmão Amenemés. Por uma estatueta pertencente a Amenemés (hoje no Museu Nacional do Sudão), sabemos que ele trabalhou como escriba na cidade de Buhen, antes de se tornar príncipe de "Teh-

86 EMERY, W. B. 1965. p. 178.

87 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1941. p. 185.

FIGURAS 9.22 E 9.23 Tipos de sepulturas do Novo Império (segundo W. B. Emery, 1965).

-Khet". Isso mostra que durante o Novo Império a classe nativa educada participava da administração da Núbia juntamente com os egípcios.

O túmulo de Djehuty-Hotep foi descoberto a 1,5 km a leste do Nilo, próximo à aldeia de Debeira, cerca de 20 km ao norte da cidade de Uadi Halfa[88]. Talhado numa pequena colina de arenito ele foi concebido e decorado em estilo inteiramente egípcio. Suas cenas descrevem o príncipe Djehuty-Hotep inspecionando o trabalho em sua fazenda, recebendo a homenagem dos servos à maneira egípcia, caçando com arco e flecha num carro puxado por cavalos e divertindo-se num banquete com seus convidados. Seria quase impossível distingui-lo de um nobre egípcio do Novo Império se ele não tivesse inscrito seu nome em núbio e em egípcio. As inscrições hieroglíficas nos umbrais da porta de entrada do túmulo mencionam Anúbis, o deus com cabeça de cão da necrópole, Hórus e provavelmente a deusa Hátor, Senhora de Faras, outrora Ibshek[89].

A Economia da Núbia

A importância econômica da Núbia durante o Novo Império pode ser deduzida principalmente das listas de tributo fixadas nos muros dos templos e também da representação pictórica de produtos núbios nos túmulos de funcionários egípcios responsáveis pela entrega desses produtos ao faraó. Nessa época, os egípcios intensificaram a mineração na Núbia, de uma forma que ultrapassou qualquer limite anterior, a fim de obter cornalina, hematita, feldspato verde, turquesa, malaquita, granito e ametista. Mas o principal produto da Núbia era o ouro. Durante o reinado de Tutmósis III, o tributo anual de Wawat atingia sozinho 550 libras[90]. O ouro da Núbia vinha das minas da região situada em torno de Uadi el-Alaki e Uadi Gabgaba, no deserto oriental, e também das minas espalhadas ao longo do vale do Nilo até Abu Hamad ao sul[91].

O Egito importava da Núbia também ébano, marfim, incenso, óleos, gado, leopardos, ovos e plumas de avestruz, peles de pantera, girafas e enxota-moscas de rabo de girafa, galgos, babuínos e cereais. Pelo fim da XVIII dinastia, podem-se observar produtos manufaturados nas representações das mercadorias que a Núbia enviava ao Egito como tributo. No túmulo de Huy, vice-rei da Núbia durante o

88 THABIT, H. T. 1957. pp. 81-6.

89 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1960. p. 30.

90 HINTZE, F. 1968. p. 17 .

91 VERCOUTTER, J. 1959. p. 128.

reinado de Tutancâmon, verifica-se que o tributo do sul incluía escudos, tamboretes, camas e poltronas[92].

Por sua riqueza e também pela importância de suas tropas, no fim do Novo Império a Núbia passou a desempenhar um papel significativo nas questões de política interna do próprio Egito. Desordem, fraqueza, corrupção e lutas pelo poder caracterizaram essa época no Egito. As facções em luta, percebendo a importância da Núbia para seus empreendimentos, esforçavam-se por obter o apoio da sua administração. O próprio rei Ramsés-Siptah, da XIX dinastia, foi à Núbia no primeiro ano de seu reinado, a fim de nomear Seti como vice-rei[93], e seu delegado levou presentes e recompensas para os funcionários mais graduados da Núbia. Merneptah-Siptah, o último rei da XIX dinastia, foi mesmo obrigado a enviar um de seus funcionários para receber o tributo da Núbia[94],embora o envio desse tributo figurasse entre os deveres do vice-rei quando o faraó exercia o controle efetivo sobre a totalidade de seu império.

Durante a XX dinastia, a situação do Egito se deteriorou consideravelmente. Na época de Ramsés III (-1198 a -1166) houve uma conspiração do harém para depor o soberano. Entre os conspiradores, estava a irmã do comandante dos arqueiros na Núbia, que entrou em contato com seu irmão para que ele ajudasse na execução do complô. Mas é evidente que o vice-rei da Núbia permaneceu leal ao faraó. Sob Ramsés XI, o último rei da XX dinastia, irrompeu uma revolta na região de Assiut. Com a ajuda de Pa-nehesi, vice-rei de Kush, o rei e suas tropas conseguiram dominar a rebelião e restaurar a ordem no Alto Egito. Após o levante, um certo Herihor tornou-se sumo sacerdote de Âmon em Tebas. Parece que ele foi elevado a essa dignidade por Pa-nehesi e seus soldados núbios, supondo-se ser ele um de seus seguidores. No 19º ano do governo de Ramsés XI, após a morte de Pa-nehesi, Herihor foi nomeado vice-rei da Núbia e vizir de Tebas. Desse modo passou a ser o senhor efetivo do Alto Egito e da Núbia. Após a morte de Ramsés XI, Herihor tornou-se rei (-1085), e com ele teve início uma nova linhagem de soberanos egípcios. Daí por diante o caos reinou no Egito, iniciando-se na Núbia uma fase crítica, que perdurou até o século VIII antes da Era Cristã, quando Kush emergiu inesperadamente como potência de primeira grandeza.

92 DAVIES, N. de G. & GARDINER, A. H. 1926. p. 22.

93 BREASTED, J. H. 1906. v. 3.

94 MACIVER, D. R. & WOOLLEY, C. L. 1911. p. 26, pr. 12.

CAPÍTULO 10

O Império de Kush: Napata e Méroe

J. Leclant

Embora atualmente a região esteja muito isolada pelos desertos e pelos difíceis obstáculos da Segunda, Terceira e Quarta Cataratas do Nilo, Dongola e as bacias vizinhas do Médio Nilo foram outrora o centro de formações políticas ricas e poderosas. Na primeira metade do II milênio, a chamada cultura de Kerma correspondia ao rico e próspero reino de Kush, mencionado nos textos egípcios. As prospecções arqueológicas bastante irregulares dessa região ainda hoje pouco conhecida tornam muito difícil elaborar o seu quadro histórico após a fase brilhante, mas relativamente curta, de domínio egípcio durante o Novo Império (-1580 a -1085); por quase três séculos parece ter-se rompido o vínculo entre a África e o mundo mediterrânico e um silêncio quase total envolve a Núbia. Contudo, há um despertar a partir do final do século IX antes da Era Cristã; a escavação empreendida por G. A. von Reisner na necrópole de el-Kurru[1], perto de Napata, a jusante da Quarta Catarata, revelou os túmulos de uma série de príncipes: de início apenas montes de terra e depois estruturas de alvenaria do tipo mastaba.

1 DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7.

A dominação sudanesa no Egito: a XXV dinastia ou dinastia etíope

São os reis ancestrais da linhagem que efetivou a união do Egito e do Sudão, conhecida na história como XXV dinastia do Egito ou dinastia etíope[2]. A semelhança de certos nomes e o papel desempenhado pelo deus Âmon e seu clero fizeram com que por muito tempo se acreditasse que a dinastia descendia de refugiados egípcios originários da região tebana. Posteriormente, algumas pontas de flecha do tipo saariano levaram a crer numa origem líbia. Na realidade, trata-se de uma dinastia nativa, constituída talvez pelos sucessores dos antigos soberanos de Kerma.

Desconhece-se quem foram seus primeiros reis. Sabe-se que, a Alara, sucedeu Kashta, nome que parece derivar de "Kush"; seus cartuchos, de estilo egípcio, figuram numa estela descoberta em Elefantina. Naquela época (cerca de -750), os núbios ocupavam, pelo menos parcialmente, o Alto Egito.

A estela de Peye (Piankhy)

Com o monarca seguinte, o ilustre Piankhy, cujo nome terá doravante a grafia "Peye"[3], entramos no curso principal "da história: uma das inscrições que ele mandou gravar em Napata e que, descoberta na metade do século passado, encontra-se hoje preservada no Museu do Cairo – a Estela da Vitória[4] – é um dos textos mais longos e detalhados do antigo Egito. Nas suas duas faces e nos lados encontram-se 159 linhas de hieróglifos descrevendo as deliberações do rei em seu palácio e as etapas de sua campanha contra os príncipes líbios, senhores do Médio Egito e do Delta. Nesse relato sucedem-se episódios piedosos e discursos: Peye sabe ser complacente; grande amante de cavalos, encoleriza-se em Hermópolis por encontrar os animais mortos nos estábulos, mas perdoa. Por outro lado, recusa-se a ir ao encontro dos "impuros", os dinastas do Delta, que comiam peixe. E repentinamente, em meio a demonstrações de alegria, tem lugar uma retirada para o sul, de volta ao Sudão. Ao mesmo tempo, em Tebas,

2 LECLANT, J. 1965-b. pp. 354-9.

3 O nome antigamente lido Piankhy inclui, na escrita hieroglífica, o sinal da "cruz alada", que se lia *ankh,* à maneira egípcia. Mas este signo parece ter sido considerado pelos meroítas apenas como um ideograma, que designa "vida", correspondendo ao significado da raiz meroíta p (*e*) y (*e*), de onde a leitura "Peye", geralmente adotada hoje em dia. Cf. HEYLER, A. & LECLANT, J. 1966. p. 552; PRIESE, K. H. 1968. pp. 165-91; VITTMANN, G. 1974. pp. 12-16.

4 BREASTED, J. H. 1906; PRIESE, K. H. 1970. pp. 16-32; LECLANT, J. 1974. pp. 122-3.

a filha do próprio Kashta, Amenirdis, a anciã, é investida Divina Adoradora de Âmon[5].

Outra grande estela de Peye[6], descoberta em 1920, define o caráter federativo do Império Cuxita, ao mesmo tempo que afirma a supremacia do deus Âmon:

> "Âmon de Napata fez-me soberano de todo o povo; aquele ao qual eu digo, 'tu és rei', será rei; aquele ao qual eu digo, 'tu não serás rei', não será rei. Âmon de Tebas fez-me soberano do Egito; aquele ao qual eu digo, 'veste-te como rei', vestir-se-á como rei; aquele ao qual eu digo, 'tu não te vestirás como rei', não se vestirá como rei ... os deuses fazem um rei, o povo faz um rei, mas foi Âmon quem me fez".

O rei Shabaka

Shabaka, irmão de Peye, que subiu ao trono por volta de -713, submeteu ao Império de Kush[7] todo o vale do Nilo até o Delta. Teria mandado queimar Bocchoris, dinasta de Sais, por ter-lhe resistido; os compiladores das listas de reis do Egito consideram-no o fundador da XXV dinastia. A política global do Oriente Próximo arrastou os cuxitas em direção à Ásia, onde a pressão assíria começava a se fazer sentir; os apelos dos príncipes e cidades da Síria-Palestina, em particular de Jerusalém[8], tornavam-se insistentes. A princípio, contudo, Shabaka parece ter mantido boas relações com a Assíria. No Sudão e no Egito, ele deu início a uma política de construção de monumentos expandida por seus sucessores, os dois filhos de Peye – primeiro Shabataka (-700 a -690) e depois o glorioso Taharqa (-690 a -664)[9].

O rei Taharqa: a luta contra os assírios

O nome de Taharqa é encontrado em numerosos monumentos em todo o vale. Ele construiu santuários ao pé da montanha sagrada de Djebel Barkal, uma espécie de mesa de arenito que domina a grande bacia fértil de Napata. Seu nome é lido igualmente em muitos outros locais da Núbia, como Kawa,

5 LECLANT, J. 1973-b.

6 Museu de Cartum, n. 1851: REISNER, G. A. 1931. pp. 89-100 e il. V.

7 Os egípcios e os núbios deram a essa organização política o nome de "Kush", tradicionalmente usado para a região do Médio Nilo desde o Médio Império. Como o nome é encontrado na Bíblia, os autores de língua inglesa usam o adjetivo "cuxita", enquanto na tradição historiográfica francesa a dinastia correspondente – a XXV do Egito – é chamada de dinastia "etíope" (cf. nota 2). Evitaremos aqui qualquer referência a este último termo, a fim de afastar todo risco de confusão com a Etiópia atual.

8 ZEISSL, H. von. 1944. pp. 21-6.

9 LECLANT, J. 1965-b. índice, p. 407.

por exemplo. Na região tebana ele erigiu colunatas nos quatro pontos cardeais do templo de Carnac e construiu grande número de pequenas capelas, onde se associavam os cultos de Âmon e de Osíris. Há evidências de sua presença também em Mênfis e no Delta. Abandonando a tradicional necrópole de el-Kurru, Taharqa construiu em Nuri o que parece ser um cenotáfio comparável ao Osireion de Abidos[10]; em Sedinga descobriu-se um túmulo inscrito com alguns de seus títulos e distinções[11]. Várias estátuas de excepcional qualidade, em granito esplendidamente esculpido e realçado por ornamentos de ouro, representam o monarca a caminhar em passos firmes, revelando-nos seus traços: a face é pesada; o nariz carnudo dilata-se sobre a boca larga, de lábios grossos; o queixo curto e forte sublinha o extraordinário vigor do rosto. Muitos textos, em particular várias das grandes estelas descobertas por Griffith em Kawa, dão-nos uma ideia mais precisa de sua política: construções religiosas, ricas oferendas em baixelas, objetos de culto, materiais preciosos e doações de pessoal. O sexto ano do reinado foi particularmente celebrado: uma grande cheia do Nilo fez aumentar a prosperidade do reino[12]; relatando a vinda da rainha-mãe, Abale[13], o rei discorre sobre a situação do país na época.

Taharqa aceitou o desafio de guerra contra os assírios, e seu nome aparece muitas vezes na Bíblia[14] em passagens nas quais é evidente o terror causado pelos guerreiros negros do reino de Kush. Assaradão (-681 a -669) fracassou na tentativa de invadir o Egito, e foi seu sucessor Assurbanipal quem, à frente de um exército extremamente poderoso, ocupou e saqueou Tebas em -663.

O rei Tanutamon: o fim da dominação sudanesa no Egito

Nessa época, Taharqa já tinha sido sucedido no trono por seu sobrinho Tanutamon, filho de Shabataka. A chamada Estela do Sonho mostra sucessivamente o aparecimento de duas serpentes – uma clara alusão ao duplo *uraeus* dos soberanos etíopes –, a coroação de Tanutamon em Napata, sua marcha

10 DUNHAM, D. & BATES, O. 1955. v. 11, pp. 6-16.

11 Túmulo WT 1, Sedinga: GIORGINI, M. S. 1965. pp. 116-23.

12 Causada por uma chuva muito forte, esta "enchente que arrastou o rebanho" inundou todo o país; mas a vontade providencial de Âmon evitou que a cheia fosse acompanhada de outras catástrofes, destruindo roedores e serpentes, não permitindo as devastações de gafanhotos e impedindo que os ventos do sul soprassem com fúria.

13 MACADAM, M. F. L. 1949. Inscr. IV. pp. 18-21.

14 *Livro dos Reis*, 19:9; Isaías, 37:9.

para o norte, a tomada de Mênfis, trabalhos de construção em Napata, uma campanha no Delta com a submissão dos príncipes locais. Na realidade, com a derrota infligida pelos assírios, os cuxitas retiraram-se para o sul, chegando ao fim sua dinastia no Egito. Daí em diante, o país voltou-se para o Mediterrâneo, sendo sua unificação obra de um dinasta do Delta, o saíta Psamético I, que o libertou dos assírios. No nono ano de reinado (-654), esse monarca conseguiu que sua filha Nitocris fosse escolhida Divina Adoradora em Tebas[15].

Uma monarquia dupla

É importante fazer uma análise mais detida desse período de cinquenta anos durante o qual o Egito e o Sudão unidos formaram uma grande potência africana. O reino cuxita aparece como uma monarquia dupla, cujo símbolo é o duplo *uraeus,* as duas serpentes que se erguem sobre a fronte do faraó e o protegem. Em seu comportamento geral, suas roupas e atitudes, os soberanos da XXV dinastia copiam os faraós do Egito que os precederam e de quem afirmam ser sucessores, se não descendentes. O estilo de seus monumentos é tipicamente faraônico. As inscrições são egípcias, relembrando a mais clássica tradição, mas os caracteres físicos assemelham-se mais aos dos pastores camitas, sem dúvida com traços negroides: osso da face marcado, queixo forte, lábios grossos. Eles também usam ornamentos característicos do Sudão, como um tipo de gorro justo que se amolda firmemente ao pescoço, com uma parte lateral protegendo as têmporas, e seguro por uma faixa grossa, que é amarrada com as pontas caindo por trás dos ombros. Os brincos e os berloques de colares são enfeitados com cabeças de carneiro, o animal sagrado de Âmon. Na realidade, Âmon é o grande deus da dinastia, adorado em quatro santuários principais – Napata, Torá (provavelmente Sanam), Kawa e Pnubs (Tabo, na ilha de Argo). Para o serviço de cada um desses santuários eram consagradas princesas, como musicistas de Âmon.

Na parte sudanesa de seu império, os séquitos dos cuxitas frequentemente incluíam suas mães, esposas, irmãs e primas, o que não ocorria no Egito propriamente dito, embora os faraós cuxitas fossem assistidos em Tebas pelas Divinas Adoradoras – princesas consagradas à virgindade, que tinham o deus Âmon como único esposo. Com privilégios quase reais, as Amenirdis e as Shepenoupets constituíram uma espécie de dinastia paralela, com sucessão

15 CAMINOS, R. A. 1964-b. pp. 71-101.

de tia para sobrinha; mas não eram epônimas e não tinham funções ligadas às enchentes do Nilo. Apesar de dirigirem uma importante instituição, seu poder era limitado pela presença, na própria Tebas, de um prefeito da cidade, representante do faraó.

A XXV dinastia foi gloriosa, e os autores clássicos desenvolveram toda uma tradição a seu respeito. De fato, a arte da época mostra um grande vigor. Assumindo a melhor tradição do passado, os cuxitas deram-lhe um novo poder e uma força notável.

Napata, a primeira capital do Império Cuxita

A história dos cuxitas após a sua retirada do Egito sob o ataque assírio é bem mais difícil de determinar; mesmo a cronologia é extremamente vaga. Durante um milênio, um Estado sobreviveu, tomando-se cada vez mais africano: o reino de Kush, nome de sua própria escolha, proveniente da antiga designação nativa do território. Na visão da egiptologia tradicional, esse foi um longo período de decadência, durante o qual as influências faraônicas progressivamente se deterioraram. Na realidade, trata-se de uma cultura africana que ora se firma em sua especificidade ora procura alinhar-se à civilização egípcia – ela mesma, aliás, africana. De tempos em tempos, chegam ecos do Mediterrâneo, particularmente após a fundação de Alexandria.

De início, a capital se manteve em Napata, ao pé da montanha sagrada de Djebel Barkal. Mais tarde, provavelmente no século VI antes da Era Cristã, foi transferida para Méroe, bem mais ao sul. Não se tem muita certeza acerca da extensão do reino cuxita, e até agora as diferenças entre suas várias regiões ainda estão mal explicadas.

No extremo norte, a Baixa Núbia, uma espécie de terra de ninguém, permaneceu em litígio entre os meroítas e os senhores do Egito: saítas, persas, ptolomeus e posteriormente romanos. Zona de silêncio após o fim do Novo Império egípcio (por volta de -1085), esta região pouco favorecida, mergulhada na solidão dos desertos do trópico, parece ter permanecido pouco povoada até o início da Era Cristã. Seu renascimento provavelmente se deveu à introdução da *saqia* (roda-d'água) (cf. Capítulo 11).

O centro do Império, a Núbia propriamente dita, estendendo-se ao longo do Nilo (bacias de Napata, Dongola e Kerma), sempre foi, ao que parece, muito diferente da região das estepes da "ilha de Méroe". Na direção leste, em Butana, há numerosos sítios ainda não explorados, o mesmo ocorrendo com as rotas de

caravana e o litoral do mar Vermelho. As prospecções arqueológicas não estão desenvolvidas o suficiente para que se possam indicar os limites meridionais de Kush, nas savanas e nas terras fertilíssimas da Gezira; admite-se, contudo, que o reino incluía o Sudão central e se estendia pelo menos até Sennar, no Nilo Azul, e Kosti, no Nilo Branco; também devem ser levados em conta os objetos desenterrados em Djebel Moya. Na direção oeste, sua influência deve ter alcançado pelo menos o Kordofan; há grandes expectativas em relação às explorações efetuadas na vasta faixa das savanas nilo-chadianas.

Em Napata, os túmulos do cemitério de Nuri[16] estão entre os elementos essenciais para determinar a história, ainda muito pouco conhecida, dos reis da dinastia napatense. Os primeiros soberanos eram ainda muito egipcianizados.

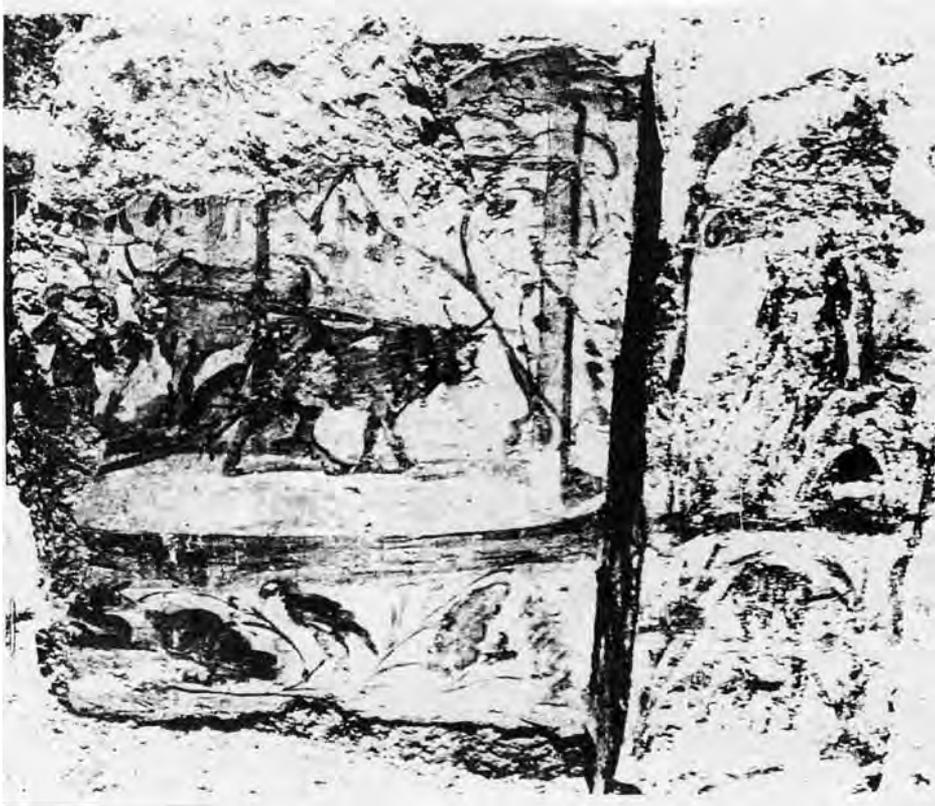



FIGURA 10.1 Saqia. (Fonte: "Archaeology", 3 (17), Aut. 1977.)

16 DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7.

Como no caso dos reis da XXV dinastia, seus cemitérios são dominados pelas pirâmides de estilo egípcio, cuja forma lembra mais a dos altos dignitários do fim do Novo Império do que a das pirâmides reais da IV dinastia; a decoração de suas câmaras funerárias e de seus maciços sarcófagos de granito segue pormenorizadamente o estilo egípcio: as inscrições religiosas, numa tradição que remonta aos Textos das Pirâmides, cobrem as laterais, e os objetos funerários que escaparam à pilhagem – jarras de libação, *ushabtis* e estatuetas – são exatamente iguais aos do Egito.

Dos dois primeiros reis sabe-se pouco mais do que os nomes: Atlanarsa (-653 a -643), filho de Taharqa, e seu filho, Senkamanisken (-643 a -623), de cujas estátuas foram encontrados fragmentos de grande beleza em Djebel Barkal. Já sobre os dois filhos e sucessores de Senkamanisken – primeiro Anlamani (-623 a -593), e depois Aspelta (-593 a -568) – temos mais informações. Em Kawa, uma estela de Anlamani[17] descreve a viagem do rei pelas províncias, cujos templos ele aprovisiona; uma campanha contra um povo que pode ser os Blêmios (Bedjas); a vinda da rainha-mãe, Nasalsa, e a consagração das irmãs do rei como tocadoras de sistro perante o deus Âmon em cada um de seus quatro grandes santuários.

Aspelta (-593 a -568), irmão e sucessor do rei, deixou duas grandes inscrições, descobertas anos atrás. O Texto da Entronização ou Coroação data do primeiro ano de seu reinado[18] e mostra o exército reunido perto de Djebel Barkal; os chefes decidem consultar Âmon de Napata, que designa Aspelta, cuja descendência pelas “Irmãs Reais” é particularmente ilustre; ele toma as insígnias reais, agradece e invoca o deus; recebido com júbilo pelo Exército, faz doações aos templos. Tais são as bases militares e religiosas da monarquia cuxita. A Estela do Apanágio das Princesas, do terceiro ano do reinado, conservada no museu do Louvre, descreve a investidura de uma princesa como sacerdotisa. Um outro texto descoberto por G. A. von Reisner em Djebel Barkal narra a fundação, pelo soberano, de uma capela mortuária em honra de Khaliut, filho de Peye, bem depois de sua morte. Por outro lado, é duvidosa a atribuição a Aspelta da Estela da Excomunhão, pois os nomes do rei se acham desfigurados. O texto, bastante obscuro, descreve como os membros de uma família que havia planejado um assassínio foram excluídos do templo de Âmon de Napata; o deus os condena a ser queimados e o rei alerta os sacerdotes contra outros crimes desse tipo.

17 MACADAM, M. F. L. 1949. pp. 44-50, il. 15-16

18 HOFMANN, I. 1971-a.

FIGURA 10.2 Estátua do rei Aspelta, em granito negro da Etiópia.

FIGURA 10.3 Detalhe (busto). (Fotos Museum of Fine Arts, Boston.)

A expedição de Psamético II e a queda de Napata

Aspelta foi contemporâneo de Psamético II. Trata-se de um dos raros sincronismos realmente confirmados, quase o único, em mil anos de história. Em 591, no segundo ano do reinado de Aspelta, Kush foi invadido por uma expedição egípcia reforçada por mercenários gregos e carianos, sob o comando de dois generais, Amasis e Potasimto[19], e Napata foi tomada.

Transferência da capital para Méroe

Os cuxitas procuraram então manter a maior distância possível de seus poderosos vizinhos do norte; é certamente a essa invasão egípcia, cuja importância foi durante muito tempo subestimada, que se deve atribuir a transferência da capital de Napata para Méroe, bem mais ao sul, não muito distante da Sexta Catarata. Aspelta foi de fato o primeiro soberano comprovado de Méroe. Mas sem dúvida Napata manteve-se como capital religiosa do reino: até o fim do século IV antes da Era Cristã os monarcas continuaram a ser enterrados na necrópole de Nuri.

Em -525 configurou-se a ameaça persa, e conhecemos a resposta do rei núbio aos embaixadores de Cambises[20] (Heródoto, III, 21): “quando os persas retesarem, tão facilmente como eu, arcos tão grandes quanto este, que marchem então com forças superiores contra os etíopes”. Cambises não levou em conta o conselho; seu exército foi incapaz de realizar a travessia do Batn-el-Haggar e teve de se retirar, com graves perdas. Apesar de tudo, os persas consideravam os habitantes de Kush como seus súditos. No pedestal da magnífica estátua de Dario descoberta em Susa, decorado com os povos do império, foi-lhes reservado um escudo[21]. Pode-se supor que uma estreita faixa do território núbio tenha permanecido sob seu controle e que houvesse contingentes cuxitas nos exércitos de Dario e Xerxes. Há também referências a presentes em ouro, ébano, presas de elefante e mesmo crianças – antigos tributos outrora coletados pelo Egito – que teriam sido enviados a Persépolis e Susa.

A transferência da capital poderia ser explicada também por motivos climáticos e econômicos. As estepes ofereciam a Méroe uma extensão muito

19 SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1952. pp. 57-207. Uma versão desse texto foi publicada por BAKRY, H. S. K. p. 225 et seq., il. 56-9.

20 HERÓDOTO. Livro III, 21.

21 PERROT, J. et al, 1972. pp. 235-66.

maior que as bacias em torno de Napata, confinadas pelos desertos. Além da criação de animais desenvolveu-se a agricultura, pois essa área de chuvas de verão era muito propícia ao cultivo; enormes bacias de irrigação (*hafirs*) foram cavadas nas adjacências dos principais sítios. O comércio deve ter sido ativo: Méroe constituía um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o Alto Nilo e o Chade. Acima de tudo, a abundância relativa de árvores e de arbustos fornecia o combustível necessário ao processamento do ferro, cujo minério é encontrado no arenito núbio. O acúmulo de escória indica a amplitude das atividades de metalurgia; na opinião de autores mais recentes, porém, é exagerado considerar Méroe como a Birmingham da África[22].

As sepulturas reais são praticamente as únicas fontes de que os historiadores dispõem para pesquisar longos séculos que permanecem obscuros. O escavador desses túmulos, G. A. von Reisner, comparou a lista dos nomes reais confirmados com as pirâmides descobertas. Trata-se, porém, de um trabalho aleatório, que passou por muitas revisões e pode ainda ser objeto de modificações. O último soberano enterrado em Nuri foi Nastasen, pouco antes de -300. A partir daí, reis e príncipes passaram a ser sepultados nos cemitérios de Méroe. Contudo, vários reis voltaram a Djebel Barkal, o que levou alguns historiadores a acreditar na provável existência, no norte da Núbia, de duas dinastias paralelas às de Méroe, uma imediatamente posterior a Nastasen e outra no século I antes da Era Cristã[23].

Só uns poucos textos de grande extensão trazem algum esclarecimento, embora de forma fragmentária. A língua egípcia altera-se; é sob os símbolos hieroglíficos – que podem adquirir aspectos um tanto fantásticos – que se devem buscar, talvez de modo mais acurado, notações do estado contemporâneo da língua – na realidade demótica – e também reflexos do meroíta, a língua dos cuxitas.

Temos várias inscrições de Amannateieriko (pouco antes de -400). A melhor delas descreve a eleição do rei, um "vigoroso homem de 41 anos", expedições militares, festividades religiosas, uma retirada militar à luz de archotes, a visita da rainha-mãe, o trabalho de restauração em edifícios e doações aos santuários.

Em seguida vem Harsiotef, cuja célebre inscrição é dedicada a cerimônias e campanhas contra um grande número de inimigos. O mesmo se dá com a estela de Nastasen, removida por Lepsius para Berlim, que pode eventualmente

22 Ver as referências bibliográficas a seguir, em particular: TRIGGER, B. G. 1969. pp. 23-50, e AMBORN, H. 1970. pp. 74-95.

23 Para a cronologia meroíta, ver referências bibliográficas a seguir.

fornecer um sincronismo, se uma das inscrições for de fato o nome de Khababash, efêmero régulo do Egito (segunda metade do século IV antes da Era Cristã). Numa de suas campanhas, Nastasen capturou 202120 cabeças de gado e 505200 animais de pequeno porte. Seria interessante poder identificar todos os povos mencionados nas inscrições; os despojos são muitas vezes enormes e, evidentemente, certos grupos étnicos devem ser pesquisados na savana nilo-chadiana. A gravação da estela é de alta qualidade e testemunha a permanência – ou a volta – de uma influência egípcia direta.

Ergamenes, o fileleno

A historiografia grega, no relato sobre "Ergamenes", confirma o renascimento que parece ter marcado as décadas seguintes. Após descrever a posição todo-poderosa dos sacerdotes cuxitas, que podiam até mesmo obrigar o rei a cometer suicídio se ele deixasse de contentar o povo, Diodoro da Sicília[24] conta como um soberano impregnado da cultura grega, Ergamenes, ousou resistir, condenando à morte diversos sacerdotes. Contudo persistem as dúvidas quanto à identidade de Ergamenes. Qual dos três soberanos meroítas é ele: Arkakamani, Arnekhamani ou Arqamani? Arnekhamani foi o rei que construiu o Templo do Leão em Mussawarat es-Sufra[25], no qual se podem ler hinos compostos em bom egípcio ptolomaico e onde devem ter trabalhado artistas e escribas egípcios. No entanto, trata-se de relevos em estilo totalmente meroíta: os penteados, adornos e insígnias reais têm inspiração local e os rostos não correspondem aos cânones egípcios. Ao lado das divindades faraônicas cultuam-se deuses puramente meroítas – Apedemak, o deus-leão[26], e Sbomeker. Certamente as relações com o Egito não foram rompidas, uma vez que existem santuários de devoção comum em Filas e em Dakka, na Baixa Núbia. Contudo as revoltas no sul do Egito ptolomaico, no final do século III antes da Era Cristã, podem ter sido apoiadas pelos régulos núbios: Ptolomeu V teve de fazer campanha no país e Ptolomeu VI fundou colônias na Triacontaschona[27].

24 DIODORO DA SICÍLIA. III, 6. Não há corroboração para a afirmação de que os sacerdotes realmente pudessem induzir o rei à morte.

25 HINTZE, F. 1976.

26 ZABKAR, L. V. 1975.

27 Os gregos davam o nome de Dodecaschenes à área ao sul de Filas, com cerca de "12 schenes" de comprimento, isto é, por volta de 120 km. Um ponto discutido é se os aproximadamente 320 km da "Triacontaschenes" também seriam contados a partir de Filas ou, ao contrário, do extremo sul da área previamente definida.

A língua e a escrita meroítas

Com a rainha Shanakdakhete (por volta de -170 a -160) parece ter ascendido ao poder um matriarcado[28] tipicamente local. É numa edificação em honra de seu nome, em Naga, que se encontram inscrições gravadas em hieróglifos meroítas. Tais inscrições contam-se entre as mais antigas de que se tem conhecimento. Esses hieróglifos foram tomados de empréstimo ao egípcio, mas diferem dele em vários aspectos. São escritos e lidos em sentido contrário ao dos textos egípcios, o que pode atestar um desejo deliberado de diferenciação. A esses hieróglifos corresponde uma escrita cursiva frequentemente abreviada; os signos parecem derivar em parte da escrita demótica usada no Egito, naquele período, para os documentos administrativos e privados. De qualquer forma, a língua meroíta, cuja natureza ainda é desconhecida, bem como seu sistema gráfico, é completamente diferente do egípcio. Os 23 signos usados representam as consoantes, algumas vogais e as silábicas; grupos de dois pontos geralmente separam uma palavra da outra. Em 1909, o especialista inglês F. L. Griffith achou a chave da transliteração. Desde então, os textos têm sido classificados em diferentes tipos, colocando-se em paralelo expressões comparáveis, principalmente as extraídas dos textos funerários. Após uma invocação a Ísis e Osíris, vêm os nomes do falecido, de sua mãe (geralmente no alto da lista) e de seu pai, de alguns parentes consanguíneos ou por afinidade, todos com muitos títulos e altas distinções, e os nomes de lugares e divindades. Mas é difícil ir além. O estudo do uso do artigo, principalmente, possibilitou a divisão dos textos em unidades conhecidas como versos, de uma extensão conveniente para a análise. Os verbos também foram pesquisados, tendo-se descoberto um sistema de afixos. Mais recentemente, as técnicas de computação permitiram o registro sistemático de textos transliterados, junto com os elementos de análise correspondentes[29]. Por enquanto, contudo, a tradução propriamente dita de cerca de oitocentos textos recuperados permanece, em seu conjunto, irrealizável.

Os primeiros textos longos em língua meroíta aparecem em duas estelas do rei Taniydamani, datadas aproximadamente do final do século II antes da Era Cristã. O grau de incerteza da cronologia meroíta agrava-se particularmente no que se refere a esse período, a ponto de – como vimos – certos especialistas

---

28 Cf. HAYCOCK, B. G. 1954. pp. 461-80; KATZNELSON, I. S. 1966. pp. 35-40 [em russo]; MACADAM, M. F. L. 1966. pp. 46-7; DESANGES, J. 1968. pp. 89-104; id. jul. 1971, pp. 2-5.

29 O Groupe d'Études Méroitiques de Paris deu início a um registro baseado em computador dos textos meroítas agrupados no *Répertoire d'Epigraphe Méroitique.* Ver as referências bibliográficas seguintes, em particular os artigos publicados em Cartum, 1974, pp. 17-40.

terem acreditado na existência de um Estado independente em Napata, o que parece bem pouco provável.

Duas rainhas tiveram então um papel preponderante: Amanirenas e Amanishaketo. Seus maridos permanecem esquecidos, e não se sabe sequer o nome do de Amanishaketo. O trono também foi ocupado durante alguns anos por um príncipe que se tornou rei, Akinidad, filho da rainha Amanirenas e do rei Teriteqas. Seria importante conhecer a ordem de sucessão das duas rainhas, ambas "Candace" – transcrição do título meroíta *Kdke,* de acordo com a tradição dos autores clássicos[30].

Roma e Méroe

Amanirenas ou Amanishaketo manteve contato com Augusto num episódio famoso – uma das raras ocasiões em que Méroe aparece no cenário da história universal. Depois do saque de Assuã pelos meroítas (quando provavelmente foi roubada a estátua de Augusto, cuja cabeça foi descoberta enterrada sob a soleira da porta de um dos palácios de Méroe), o prefeito do Egito romano, Petrônio, preparou uma expedição punitiva e tomou Napata em -23.

Em Primis (Oasr Ibrim), os romanos instalaram uma guarnição permanente, que resistiu aos ataques dos meroítas[31]. Em -21 ou -20, negociou-se um tratado de paz em Samos, onde na época residia Augusto. A guarnição romana parece ter sido retirada; deixou-se de cobrar tributo aos meroítas e fixou-se em Hierasykaminos (Muharraqa) a fronteira entre os impérios Romano e Meroíta. Talvez nunca se saiba se foi Amanirenas ou Amanishaketo a "Candace" de um olho só e "de aparência viril" que, de acordo com Estrabão, Plínio e Díon Cássio, conduziu as negociações com os invasores romanos.

O Império Meroíta em seu apogeu

O período próximo ao início da Era Cristã é um dos pontos culminantes da civilização meroíta, como atestam várias construções. Os nomes de Akinidad e da rainha Amanishaketo estão inscritos no Templo T, em Kawa. Atribui-se à soberana um palácio descoberto nos últimos anos em Uadi ben Naga, perto do Nilo[32].

30 Ver nota 28.

31 DESANGES, J. 1949. pp. 139-47, e PLUMLEY, J. M. 1971. pp. 7-24, I mapa, II il.

32 VERCOUTTER, J. 1962. pp. 263-99.

FIGURA 10.4 A rainha Amanishaketo: relevo da pirâmide Beg N6 de Méroe.

Sua bela sepultura ainda pode ser vista no Cemitério Norte de Méroe[33]. A pirâmide, precedida a leste pela capela e pelo pilono tradicionais, é uma das mais imponentes da velha cidade. Em 1834, foram entregues ao aventureiro italiano Ferlini as luxuosas joias que constituem hoje em dia a glória dos museus de Munique e de Berlim. Ornamentos semelhantes enfeitam os relevos, em que rainhas e príncipes exibem um luxo exagerado, que não deixa de lembrar o de Palmira, uma outra civilização de ricos mercadores nas fronteiras do mundo helenizado. Ao luxo acrescenta-se um toque de violência, com cenas cruéis de prisioneiros sendo estraçalhados pelos leões, transpassados por lanças ou devorados pelas aves de rapina.

Natakamani, genro e sucessor de Amanishaketo, e sua esposa, a rainha Amanitere (-12 a +12) também foram grandes construtores: seus nomes são sem dúvida os que mais vezes ocorrem nos monumentos cuxitas. Por todas as principais cidades do império, esses monumentos testemunham o poder de uma dinastia em seu apogeu. Ao norte, em Amara, ao sul da Segunda Catarata, os soberanos construíram um templo cujos relevos são trabalho egípcio, à exceção do detalhe do penteado real meroíta, uma touca justa circundada por uma fita pendendo atrás. Durante muito tempo, atribuiu-se a Natakamani os dois colossos da ilha de Argos, pouco acima da Terceira Catarata[34].

O casal real também empreendeu a restauração de Napata, devastada pela expedição de Petrônio, e em particular do templo de Âmon. Em Méroe, os nomes de Natakamani e de sua esposa aparecem no grande templo de Âmon, juntamente com o do príncipe Arikankharor. Em Uadi ben Naga, o Templo Sul é obra dos dois soberanos. Eles dedicaram particular atenção a Naga, o grande centro das estepes, ao sul de Méroe: o acesso frontal ao templo de Âmon foi transformado em pilono, e sua decoração associa influências egípcias e traços inteiramente meroítas. A construção mais famosa, contudo, é o Templo do Leão de Naga, cujos relevos estão entre os exemplos mais representativos da arte meroíta. As pirâmides do rei, da rainha e dos príncipes foram identificadas em Méroe.

Os dois soberanos gostavam de ser retratados com um dos príncipes reais – Arikankharor, Arikakhatani ou Sherakarer –, variando de acordo com o monumento; talvez os príncipes fossem vice-reis das províncias em cujos templos principais eram retratados. Sherakarer parece ter sucedido a seus pais, pouco após o início da Era Cristã; um relevo rupestre em Djebel Qeili, no sul de Butana,

33 DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. IV, pp. 106-11.

34 S. WENIG sugere que eles seriam atualmente identificados como os deuses Arensnuphis e Sebiumeker: 1967, pp. 143-4.

mostra-o triunfante sobre numerosos inimigos, sob a proteção de uma divindade solar.

Méroe e os países vizinhos

Nos anos seguintes ocorre o famoso episódio, registrado nos *Atos dos Apóstolos* (8, 27-39): na estrada de Jerusalém a Gaza, o diácono Felipe converte "um etíope, um eunuco, alto funcionário de Candace, rainha da Etiópia, encarregado de todo o seu tesouro ..."[35]. Esse testemunho, quaisquer que sejam seu valor e sua importância, mostra que Méroe era bem conhecido.

Durante muito tempo, os pesquisadores tentaram encontrar as ligações de Méroe com o mundo exterior por um caminho completamente diferente: uma representação de Apedemak, o deus-Leão, mostra-o com uma tripla cara de leão e quatro braços[36]. Essa figura evoca a Índia, assim como os relevos em Naga, que mostram uma flor de lótus, de onde emerge uma serpente; seu pescoço torna-se a parte superior de um corpo humano, com a cabeça de Apedemak encimada por uma tríplice coroa. Nas ruínas de Mussawarat es-Sufra existem numerosas representações de elefantes; uma das mais curiosas é aquela em que o animal serve para rematar um largo muro. As pesquisas mais recentes tendem a abandonar a hipótese hindu e a considerar fatos estritamente locais, bem mais interessantes, do reino de Kush[37].

Esse país distante continuava a intrigar os romanos. Por volta de +60, Nero enviou dois centuriões ao Nilo; na volta, eles declararam que a terra era pobre demais para ser digna de conquista[38]. Há uma inscrição em latim gravada num dos muros de Mussawarat, e moedas romanas, embora em número irrisório, chegaram a alguns pontos da Núbia e do Sudão: uma moeda de Cláudio foi encontrada em Méroe, uma de Nero em Karanog, uma de Diocleciano no distante Kordofan (El-Obeid) e uma outra da metade do século IV da Era Cristã em Sennar. Esses modestos vestígios têm lugar ao lado das descobertas

35 Na tradução francesa da Bíblia conhecida como "Bíblia de Jerusalém", as notas explicam que a área referida situa-se "acima da Primeira Catarata: Núbia ou Sudão Egípcio" isto é, o reino de Kush, que definimos anteriormente, na nota 7.

36 Ver nota 26.

37 Ver as referências bibliográficas a seguir. Sobre possíveis ligações com a Índia, cf. ARKELL, A. J. 1951; HOFMANN, I. 1975.

38 Para fontes documentais sobre a expedição de Nero, ver HINTZE, F. 1959-a.

das termas de Méroe, dos bronzes de centenas de túmulos ou do magnífico lote de artigos de vidro recentemente descoberto em Sedinga[39].

As relações mais constantes mantidas por Méroe foram com o templo de Ísis em Filas: regularmente enviavam-se embaixadas com ricos presentes ao santuário da deusa, onde estão conservados numerosos grafitos em demótico, em grego e em meroíta. Tais registros possibilitam estabelecer o único sincronismo de um dos últimos reinos meroítas, o de Teqorideamani (+246 a +266), que enviou embaixadores a Filas em +253. Sabe-se muito pouco acerca dos últimos séculos de Méroe. O componente nativo toma-se cada vez mais importante na cultura. Provavelmente não era fácil manter o controle das rotas de caravanas entre o vale do Nilo, o mar Vermelho e a savana nilo-chadiana, base econômica do império. As pirâmides reais tomaram-se progressivamente menores e mais pobres, e a raridade dos objetos egípcios ou mediterrânicos indica um corte nas influências externas – causa ou consequência da decadência do reino.

Declínio e queda de Méroe

Os meroítas, que até então tinham rechaçado os ataques das tribos nômades, tornaram-se uma presa tentadora para seus vizinhos – os axumitas ao sul, os nômades blêmios a leste e os Nubas a oeste. É quase certo que a este último grupo – mencionado pela primeira vez por Eratóstenes em -200 – se deva à queda do Império Meroíta, da qual temos apenas um testemunho indireto.

Por volta de +330, o reino de Axum, que se desenvolvera nos elevados planaltos da Etiópia atual, chegara rapidamente ao ápice de seu poder; Ezana[40], o primeiro monarca a adotar o cristianismo, atingiu a confluência do Atbara e se vangloriou de ter preparado uma expedição "contra os Nubas" que rendeu muitas presas de guerra. De tudo isso pode-se concluir que o reino meroíta já havia ruído na época da campanha de Ezana. Desde então cessaram as inscrições em meroíta, que provavelmente cedera lugar à língua ancestral do atual núbio. Mesmo a cerâmica, embora tenha permanecido fiel à sua tradição milenar, adquiriu novas características.

Alguns especialistas levantaram a hipótese de que a família real cuxita tenha fugido para o oeste, estabelecendo-se no Darfur, onde haveria traços

39 Cf. ORIENTALIA, 1971, 40 : 252-5, il. XLIII-XLVII; LECLANT, J. 1973-a. pp. 52-68. 16 figs.; LECLANT, J. ln: MICHALOWSKI, K., ed. 1975. pp. 85-7. 19 figs .

40 KIRWAN, L. P. 1960. pp. 163-73; HOFMANN, I. 1971-b. pp. 342-52.

Figura 10.5 Artigo de vidro azul pintado, de Sedinga. (Foto Museu de Cartum.)

Figura 10.6 Coroa de Ballana. (Fonte: W. B. Emery. "The Royal Tombs of Ballana and Qustul". Cairo, 1938. Foto Museu do Cairo.)

de sobrevivência de tradições meroítas[41]. Em todo caso, as explorações nessas regiões e no sul do Sudão deverão permitir uma compreensão maior de como as influências egípcias foram transmitidas para o interior da África por intermédio de Méroe. Seguramente, a glória de Kush se reflete em certas lendas da África central e ocidental. Entre os Sao, preserva-se a memória de conhecimentos introduzidos por homens vindos do leste. Os conhecimentos técnicos propagaram-se. Alguns povos, por exemplo, fundiam o bronze pelo método da *cire perdue,* como no reino cuxita. Mas sobretudo – e essa é uma contribuição fundamental – parece ter sido graças a Méroe que a exploração do ferro se difundiu no continente africano[42].

Qualquer que seja a importância dessa penetração de influências meroítas no restante da África, o papel de Kush não pode ser subestimado: durante mil anos, primeiro em Napata e depois em Méroe, floresceu uma civilização muito original que, sob a aparência razoavelmente constante de um estilo egípcio, permaneceu profundamente africana.

A Núbia após a queda de Méroe: "Grupo X"

Pode-se deduzir que os Nubas, provenientes do oeste ou do sudoeste, foram os portadores da língua núbia, cujos ramos são ainda línguas vivas, tanto em certas regiões montanhosas do Darfur como em diversas áreas da Alta e da Baixa Núbia.

Como vimos, certos grupos nubas tinham-se instalado na parte sul do reino meroíta. Em termos arqueológicos, são identificáveis pela cerâmica de tipo bem africano. Suas sepulturas são *tumuli,* alguns dos quais foram escavados em Tanqasi[43], perto de Djebel Barkal e em Ushara; outros ainda estão por explorar, principalmente ao longo da margem oeste do Nilo. Ao que parece, foi por volta de +570 que o bispo monofisita Longino converteu estes Nubas ao cristianismo.

No norte, os remanescentes do reino meroíta parecem ter conhecido um destino até certo ponto diferente. Com base na pesquisa de G. A. von Reisner, em 1907, passou-se a designar a fase cultural posterior à queda de Méroe por uma letra – o Grupo X –, o que é uma franca confissão de ignorância. Essa

41 Em particular, A. J. ARKELL (1961. pp. 174 et seq.) apresentou essa hipótese, com base na existência de ruínas e traços onomásticos. Contudo não parece ter ido além do campo da pura hipótese.

42 Ver nota 22, e as referências bibliográficas a seguir.

43 SHINNIE, P. L. 1954-b; KIRWAN, L. P. 1957. pp. 37-41.

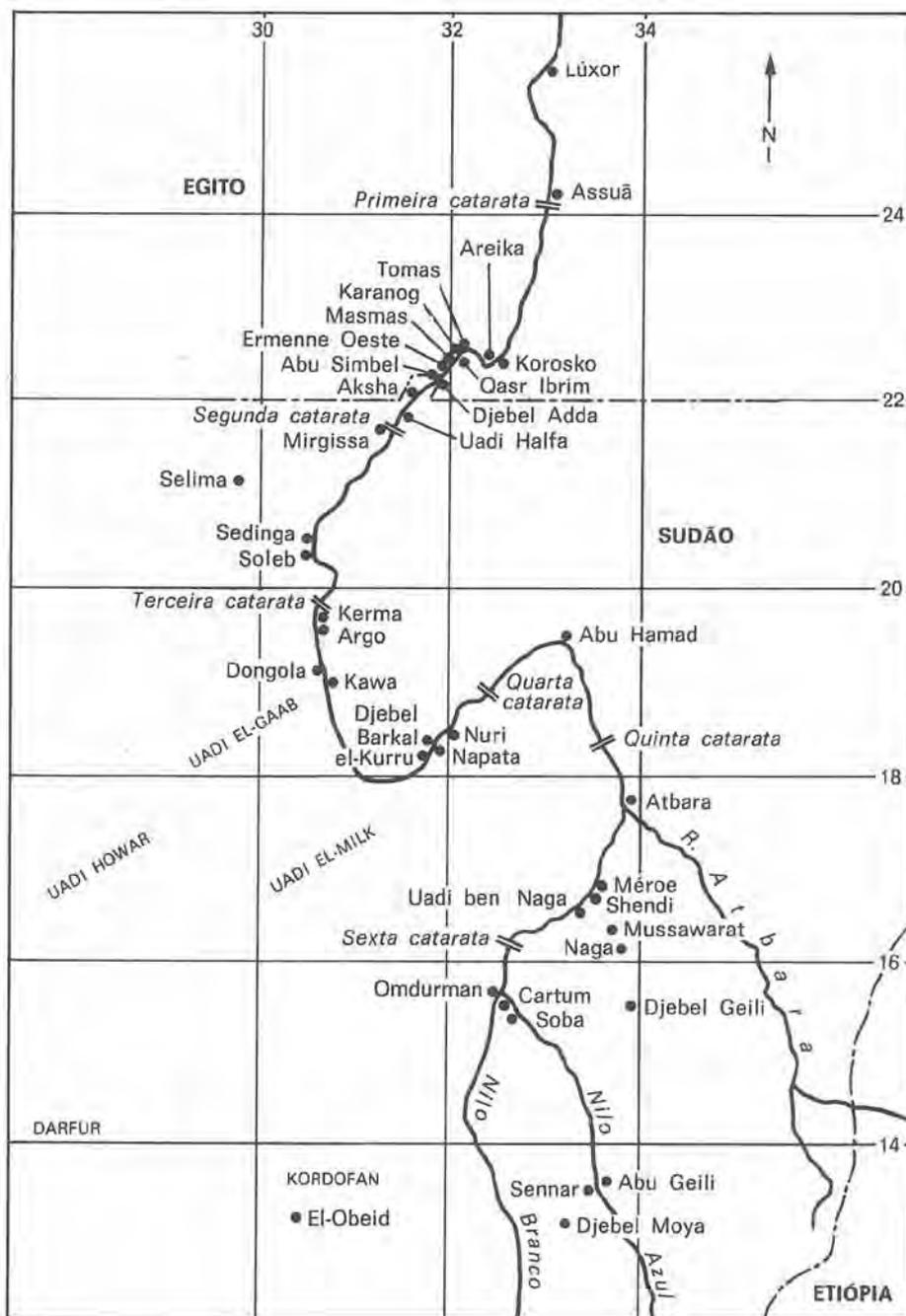



FIGURA 10.7 Sítios meroítas.

cultura estendeu-se por toda a Baixa Núbia, até Sai e Kawa no sul, em direção à Terceira Catarata; nessa área, ela se desenvolveu durante o período que vai da primeira metade do século IV até meados do VI, ou seja, até a introdução do cristianismo e o rápido florescimento dos reinos cristãos da Núbia.

O luxo bárbaro dos régulos do Grupo X revelou-se no período de 1931-3, quando os arqueólogos ingleses Emery e Kirwan escavaram em Ballana e Qustul[44], a poucos quilômetros ao sul de Abu Simbel, enormes túmulos, que J. L. Burckhardt, pesquisador pioneiro e infatigável da Núbia, já havia descoberto no início do século anterior. Rodeado por suas esposas, servos e cavalos ricamente enfeitados, o defunto repousa sobre uma liteira, como nos velhos tempos de Kerma. Seus diademas pesados e braceletes de prata enfeitados com pedras coloridas lembram em riqueza o Egito ou Méroe, como a cabeça de carneiro de Âmon sustentando uma enorme coroa *atef* ou as franjas de *uraei* ou ainda o busto de Ísis. As influências alexandrinas são muito evidentes nos tesouros de prataria que cobrem o assoalho: entre os jarros, xícaras e pátenas, há uma placa mostrando Hermes sentado sobre um globo, com um grifo ao lado; há também grandes lâmpadas de bronze e uma arca de madeira incrustada com almofadas em marfim gravado. Mas a cerâmica é ainda do tipo meroíta tradicional, persistindo assim, através dos milênios, as qualidades de uma técnica genuinamente núbia.

Nobatas ou Blêmios

Quais foram as populações do Grupo X: Nobatas ou Blêmios? Os Blêmios[45] eram nômades belicosos, geralmente identificados com as tribos bedja do deserto oriental. Quanto aos Nobadas ou Nobatas, após muitas controvérsias, foram reconhecidos como Nubas; o autor inclina-se a considerá-los os senhores de Ballana e de Qustul. Para nós, em todo caso, Blêmios e Nobatas são apenas nomes, parecendo-nos preferível usar a expressão “Grupo X” ou “cultura ballana”.

Antigos testemunhos literários e documentos epigráficos permitem estabelecer as principais linhas históricas. O historiador Procópio afirma que, no final do século III, quando o imperador romano Diocleciano fez retroceder a fronteira até a Primeira Catarata, levou os Nobatas a deixarem a região dos oásis e a se instalarem no Nilo, contando com sua ajuda para colocar o Egito ao abrigo das incursões dos Blêmios. Na realidade, sob Teodósio, por volta de

44 Ver referência bibliográfica a seguir, e especialmente EMERY, W. B. & KIRWAN, L. P. 1938.

45 CASTIGLIONE, L. 1970. pp. 90-103.

+450, Filas foi atacada pelos Blêmios e pelos Nobatas, que foram rechaçados pelas forças comandadas por Máximo e em seguida pelo prefeito Floro.

Com o advento do cristianismo, esses povos foram autorizados a manter suas visitas ao santuário de Ísis em Filas e, por ocasião de certas festividades importantes, tinham licença para tomar emprestada a estátua da deusa. Qasr Ibrim pode ter sido um dos pontos de parada dessa peregrinação, visto que aí se encontrou o que parece ter sido uma estatueta de Ísis em louça pintada. O templo de Filas foi fechado somente sob Justiniano, entre +535 e +537, quando seu general Narses expulsa os últimos sacerdotes.

Na mesma época teve início a evangelização da Núbia. A acreditar em João de Éfeso, os ortodoxos melquitas, enviados do imperador, foram afastados pelo missionário monofisita Juliano, apoiado pela imperatriz Teodora. Em +543, ele conseguiu converter o rei dos Nobatas. Numa inscrição em grego bárbaro, infelizmente sem data, do templo de Kalabsha, o rei nobata Silko vangloria-se de, graças à ajuda de Deus, ter conquistado os Blêmios, que então desapareceram da História.

CAPÍTULO 11

A civilização de Napata e Méroe

A. M. Ali Hakem colaboração de *I. Hrbek e J. Vercoutter*

Organização Política

O caráter da realeza

A característica mais notável do poder político na Núbia e no Sudão central, desde o século VIII antes da Era Cristã até o século IV da Era Cristã parece ter sido a sua extraordinária estabilidade e continuidade. Ao contrário de vários reinos antigos, o país escapou das convulsões que acompanham as mudanças dinásticas violentas. Pode-se dizer que, essencialmente, a mesma linhagem real governou sem interrupção, seguindo as mesmas tradições.

Até época recente, a teoria mais divulgada era a de que a dinastia de Napata era de origem estrangeira, líbia[1] ou egípcia, neste último caso oriunda dos sumos sacerdotes de Tebas[2]. Mas os argumentos em que tais teorias se baseiam são fracos, e a maior parte dos especialistas modernos tende a considerar que a dinastia é autóctone[3]. Além das características físicas registradas nas estátuas

1 REISNER, G. A. von. 1918-9. pp. 41-4; id. 1923-b. pp. 61-4; e vários outros textos de sua autoria; cf. também GRIFFITH, F. L. 1917. p. 27.

2 MASPERO, G. 1895. p. 169; MEYER, E. 1931. p. 52; CURTO, S. 1965.

3 Um relato da controvérsia é dado por DIXON, D. M. M. 1964. pp. 121-32

dos reis[4], vários outros traços – o sistema de eleição, o papel das rainhas-mães, os costumes funerários e outras indicações – sugerem claramente a existência de uma cultura e de uma origem indígenas, livres de influências externas.

A análise de muitas dessas características permite chegar a conclusões válidas sobre o caráter e a natureza da estrutura política e social do Império de Kush.

Um dos aspectos peculiares do sistema político meroíta era a escolha do soberano por eleição. Autores clássicos desde Heródoto (século V antes da Era Cristã) até Diodoro da Sicília (século I antes da Era Cristã), em seus relatos sobre os "etíopes", como eram geralmente denominados naquela época os habitantes do Império de Kush, mostram-se surpresos com essa prática, tão diferente da adotada em outros reinos da Antiguidade. Eles se referem especialmente à escolha oracular do novo rei; Diodoro afirma que:

> "Os sacerdotes selecionam previamente os melhores dentre os candidatos e, dos que são convocados, o povo elege rei aquele que o deus escolhe enquanto é transportado em procissão... A partir daquele momento, ele é tratado e reverenciado como um deus, uma vez que o reino lhe foi confiado pela vontade divina"[5].

Nessa passagem, Diodoro limita-se a descrever – com certeza baseando-se em fontes orais – a cerimônia convencional de instauração de um novo reinado, que incorporava símbolos religiosos. Contudo, tanto ele quanto seus informantes desconheciam os mecanismos da escolha propriamente dita.

Felizmente, é possível reconstituir os procedimentos da sucessão com base nas inscrições de Napata, que narram minuciosamente as cerimônias de escolha e coroação. As mais antigas referem-se ao rei Peye (Piankhy) (-751 a -716) e as mais recentes a Nastasen (-335 a -310). É possível que haja inscrições sobre a coroação posteriores a essas datas, mas nesse caso a escrita e a língua utilizadas são meroítas, ainda indecifradas e, portanto, sem utilidade para nós. Desse modo, as inscrições de Napata sobre a coroação são a melhor fonte para a compreensão das instituições políticas, em particular das características da realeza e outras instituições a ela relacionadas. Embora escritos no estilo dos hieróglifos egípcios da época, tais documentos diferem grandemente das inscrições similares comuns no Novo Império; serão, pois, considerados como um produto de sua própria cultura[6].

---

4 Cf. LECLANT, J. 1976-b.

5 DIODORO DA SICÍLIA. III, 5; DESANGES, J. 1968. p. 90.

6 Sobre a Estela da Conquista de Peye e a Estela do Sonho de Tanwetamane, ver BREASTED, J. H. 1906. pp. 406-73. A Estela de Taharqa, as estelas do Rei Anlarnani e a Grande Inscrição do Rei Amannateieriko foram traduzidas por MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, pp. 4-80. Sobre a Estela da Eleição de Aspelta, a Estela da Dedicação da Rainha Madiqen, a Estela da Excomunhão do Rei Aspelta, os Anais de Harsiotef e os Anais do Rei Nastasen, ver BUDGE, E. A. T. WALLIS. 1912.

Dentre essas inscrições, as três mais recentes – de Amannateieriko (-431 a -405), Harsiotef (-404 a -369) e Nastasen (-335 a -310) – mostram que os reis procuravam cumprir com rigor as práticas tradicionais e explicitar a sua fidelidade às tradições e costumes dos ancestrais. Ao mesmo tempo, fornecem mais detalhes que as inscrições anteriores, embora a linguagem empregada seja de difícil compreensão. É possível observar uma grande homogeneidade no conteúdo e, por vezes, até mesmo na fraseologia. É assim que, nos três casos, se descreve o rei, antes de sua nomeação, vivendo entre os outros "Irmãos Reais" em Méroe. Primeiro, é nomeado rei em Méroe; em seguida, viaja até Napata, ao norte, onde se realizam as cerimônias. De fato, Amannateieriko afirma categoricamente que foi eleito rei pelos chefes de seus exércitos aos 41 anos e que empreendera uma campanha militar antes de poder dirigir-se a Napata para a coroação. Chegando a essa cidade, apresentou-se ao palácio real, onde recebeu a coroa de Ta-Séti como confirmação adicional de sua ascensão ao trono. Em seguida, entrou no templo para a realização da cerimônia em que solicitou ao deus (dirigindo-se à sua estátua ou ao santuário) que lhe concedesse a realeza, a que o deus acedeu, como simples formalidade.

As inscrições mais antigas comprovam que a sucessão ao trono era decidida antes que o rei ingressasse no templo. A sucessão de Taharqa (-689 a -664), por exemplo, foi decidida por Shebitku (-701 a -689), que residia em Mênfis, no Egito. Escolhido entre seus "Irmãos Reais" para ocupar o trono, Taharqa empreendeu uma viagem para o norte, passando certamente por Napata, e prestou homenagens em Gemáton (Kawa) antes de chegar a Tebas[7].

O relato das cerimônias, de acordo com a estela do rei Tanwetamani (-664 a -653), revela que este residia fora de Napata, talvez entre seus "Irmãos Reais", com sua mãe Qalhata. Proclamado rei, dirigiu-se para o norte, em procissão, passando por Napata, Elefantina e Carnac. Assim, é provável que o lugar de onde partiu a procissão ficasse ao sul de Napata, ou seja, Méroe. Consequentemente, a sucessão foi decidida fora de Napata, conforme o costume. Anlamani (-623 a -593) descreve em termos semelhantes os episódios das festas de coroação em Gemáton (onde foi descoberta a estela) e acrescenta ter trazido sua mãe para assistir às cerimônias, como fizera Taharqa antes dele[8].

Em sua famosa estela, Aspelta (-593 a -568) dá mais detalhes sobre a cerimônia de coroação. Ele confirma que sucedeu a seu irmão Anlamani e que foi escolhido entre seus "Irmãos Reais" por um grupo de 24 altos funcionários civis

7 MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1.

8 MACADAM, M. F. L. 1949. p. 46.

e chefes militares. Para justificar suas pretensões ao trono, Aspelta invoca não só a vontade do deus Âmon-Rá como também a sua própria origem (afirmando, assim, o direito hereditário de sucessão através da linhagem feminina). Portanto, é evidente que, apesar das longas ações de graças ao deus Âmon-Rá, o papel do clero era limitado. Aspelta também dá detalhes mais precisos sobre sua entrada no templo, onde encontra os cetros e as coroas de seus predecessores e recebe a coroa de seu irmão Anlamani. O relato é semelhante aos de Amannateieriko e Nastasen, mencionados acima.

Algumas conclusões importantes podem ser extraídas dessas inscrições. Uma delas é que a viagem para o norte, durante a qual vários templos eram visitados, era parte importante da cerimônia de coroação. Outra é que o templo de Âmon em Napata tinha um papel especial na cerimônia e que sua importância era incontestável. Tais conclusões têm uma relação direta com a teoria de G. A. von Reisner, relativa à existência de dois reinos de Napata independentes, retomada recentemente por Hintze[9].

A teoria proposta por G. A. von Reisner pretendia explicar a distribuição das sepulturas reais. Ele partia do postulado de que a localização dessas sepulturas estava diretamente ligada à capital: o rei devia ser enterrado num lugar próximo à residência real. Assim, o cemitério real de el-Kurru, o mais antigo, e o cemitério de Nuri, que o sucedeu, foram utilizados pelos reis até a época de Nastasen, quando a capital era Napata. Após o reinado de Nastasen, a capital foi transferida para Méroe (por volta de -300), e os cemitérios de Begrawiya sul e norte tomaram-se cemitérios reais. Em Djebel Barkal (Napata) existem dois grupos de pirâmides; considerações arqueológicas e arquitetônicas levaram Reisner a sugerir que o primeiro grupo é imediatamente posterior a Nastasen e que o segundo data do século I antes da Era Cristã, tendo sido destruído quando os romanos invadiram Napata, em -23 ou logo depois.

Cada grupo era ligado a um ramo da família real que governava em Napata, independentemente da família reinante principal instalada em Méroe[10].

Contudo, a maior parte dos especialistas abandonou a hipótese da divisão do reino[11]; um estudo detalhado dos procedimentos de sucessão e das cerimônias de coroação mostra que a hipótese de Reisner é insustentável. De fato, é inconcebível que um soberano fosse proclamado rei em sua capital e em seguida tivesse que se dirigir à capital de um reino independente para ser coroado,

9 HINTZE. F. 1971-b.

10 REISNER, G. A. von. 1923-b. pp. 34-77.

11 WENIG, S. 1967. pp. 9-27.

FIGURA 11.1 Carneiro de granito em Naga. (Fonte: W. S. Shinnie. "Meroe, a Civilization of the Sudan". 1967. (Foto Oriental Institute, Univ. of Chicago.)

FIGURA 11.2 Pirâmide do rei Natakamani em Méroe, com ruínas de capela e pilono em primeiro plano. (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. Foto Oriental Institute, Univ. of Chicago.)

particularmente quando esta é a sede de um país insignificante, como sugere a hipótese de Reisner. Por outro lado, não há nenhuma prova de que a cerimônia foi abandonada, uma vez que autores gregos confirmam a sua existência durante os séculos III e II antes da Era Cristã como indicou Bíon[12], e durante o século I antes da Era cristã, conforme o relato de Diodoro da Sicília. Contudo, pode-se afirmar com segurança que Napata desempenhou um papel importante no reino meroíta: os reis empreendiam uma viagem até esta cidade para receber as insígnias de soberano, de acordo com uma tradição estabelecida, e por vezes eram aí enterrados.

Uma análise de todos os textos relevantes mostra que o cargo de rei era hereditário por linhagem real, ao contrário do sistema faraônico ou de qualquer outro sistema oriental antigo, em que normalmente o filho sucedia ao pai. Em Napata e Méroe o rei era escolhido entre seus "Irmãos Reais", e a iniciativa de escolha do novo soberano partia dos chefes militares, dos altos funcionários e/ou dos chefes de clã. Todo pretendente impopular entre esses grupos ou de capacidade duvidosa poderia perfeitamente ser excluído. A confirmação oracular era simplesmente a ratificação formal de uma escolha prévia e tinha mais um caráter simbólico, destinado a persuadir o público de que o próprio deus tinha elegido o novo soberano. Além disso, pode-se afirmar com segurança que em teoria a coroa devia passar para os irmãos do rei antes de ser entregue à geração seguinte: dentre 27 reis que governaram antes de Nastasen, quatorze eram irmãos dos reis precedentes. Naturalmente, havia exceções: um rei podia usurpar o trono; em tais casos, no entanto, ele procurava justificar e legalizar seu ato. Há também alguns sinais de que o direito ao trono poderia depender mais das pretensões fundadas na descendência materna que na paterna. Muitas, inscrições testemunham o papel da rainha-mãe na escolha de um novo rei, e algumas características desse costume são semelhantes às observadas em reinos e chefias de várias partes da África[13].

Todas as cerimônias de coroação indicam o caráter sagrado de que se revestia a realeza em Napata e Méroe: o rei era considerado filho adotivo de diversas divindades. Não se sabe até que ponto ele mesmo se considerava uma divindade ou sua encarnação; seja como for, eram os deuses que o guiavam – já que o haviam escolhido – por intermédio dos preceitos do direito consuetudinário.

12 BÍON é autor de vários tratados sobre geografia e história natural, dos quais são conhecidos poucos fragmentos através de diferentes autores da Antiguidade. PLÍNIO, o Antigo, menciona particularmente em sua *História Natural,* livro VI, uma lista de cidades ao longo do Nilo elaborada por Bíon.

13 Por exemplo, em Kaffa, Ankola, entre os Shilluk, em Monomotapa e outros lugares.

Observa-se nessa prática um conceito bastante elaborado – o rei, designado por vontade divina, dispensa julgamento e justiça conforme a vontade do deus (ou deuses) – que constitui a essência de todas as realezas absolutas, antigas e modernas. Embora em teoria seu poder fosse absoluto e indivisível, o rei tinha que governar rigorosamente de acordo com o direito Consuetudinário; além disso, tinha sua ação limitada por inúmeros tabus. Estrabão e Diodoro da Sicília citam casos em que os sacerdotes, alegando terem recebido instruções divinas, ordenavam ao rei que cometesse suicídio[14]. Afirmam que tal costume persistiu até a época de Ergamenes (cerca de -250 a -215), que, tendo recebido uma educação grega que o havia libertado das superstições, mandou executar os principais sacerdotes para puni-los por sua arrogância; após esse episódio, o costume de suicídio real foi abolido[15].

Os soberanos de Napata e Méroe usavam nas inscrições os títulos faraônicos tradicionais, e no enunciado de seus títulos não se encontra a palavra meroíta correspondente a "rei". Esse título, *Kwr* (lê-se *qere, qer* ou *queren*), aparece apenas no relato de Psamético II sobre a conquista de Kush, quando menciona o rei Aspelta[16]. Embora esse título fosse possivelmente a forma habitual de se dirigir. aos soberanos cuxitas, não se permitiu a sua inscrição nos monumentos de Kush.

A candace: o papel da rainha-mãe

Não está claro qual o papel exato das mulheres de sangue real nos períodos anteriores, mas há muitas indicações de que ocupavam posições proeminentes e cargos importantes no reino. Quando o Egito se encontrava sob a dominação cuxita, a função de grande sacerdotisa (*Dewat Neter*) do deus Âmon em Tebas era exercida pela filha do rei, o que lhe conferia grande influência econômica e política. Mesmo após a extinção do cargo, em consequência da perda do Egito, as mulheres da família real continuaram a ocupar altas posições e a exercer um poder considerável sobre o clero do templo de Âmon em Napata e em outros lugares.

O importante papel da rainha-mãe nas cerimônias de eleição e coroação de seu filho é mencionado por Taharqa e Anlamani, de modo a não deixar dúvidas

14 ESTRABÃO. XVII, 2, 3; DIODORO DA SICÍLIA. III, 6.

15 DIODORO, loc. cit., assinala que o sacrifício ritual dos reis sob a ordem dos sacerdotes ou notáveis são frequentes na África. Cf. FROBENIUS, L. 1931.

16 S. SAUNERON e J. YOYOTTE (1952, pp. 157-207) reconheceram pela primeira vez *kwr* como o título meroíta para "rei". A palavra moderna *Alur ker,* "a qualidade de chefe", provavelmente se relaciona etimologicamente com a palavra meroíta. Cf. HAYCOCK, B. G. 1954. p. 471, n. 34.

acerca de sua influência decisiva e de seu *status* específico. Muito importante também era a sua participação em um complicado sistema de adoção, pelo qual a rainha-mãe, designada pelo título Senhora de Kush, adotava a esposa do filho. Assim, Nasalsa adotou Madiqen, esposa de Anlamani, que logo morreu; este foi sucedido pelo irmão Aspelta, cuja esposa Hennutskhabit foi adotada por Nasalsa e Madiqen. Na estela de Nastasen (-335 a -310) a cena superior mostra sua mãe, Pelekha, e a esposa Sakhakh, ambas empunhando um sistro, que parece ter sido o símbolo do cargo que ocupavam. A inscrição de Anlamani diz que esse rei consagrou quatro de suas irmãs aos quatro templos de Amon, para desempenharem a função de tocadoras de sistro e rezarem por ele.

A iconografia confirma o elevado *status* das rainhas-mães. Nas cenas religiosas representadas nas paredes dos templos elas ocupam posições proeminentes, subordinadas apenas ao próprio rei, enquanto nas cenas que ornam as capelas das pirâmides a rainha aparece, por trás do rei falecido, como a principal portadora de oferendas.

Posteriormente, as rainhas – mães ou esposas – passaram a assumir o poder político e proclamaram-se soberanas, chegando a adotar o título real de "Filho de Rá, Senhor das Duas Terras" (*sa Ra, neb Tawy*) ou "Filho de Rá e Rei" (*sa Ra, nswbit*)[17], Muitas delas tornaram-se famosas, e no período greco-romano Méroe era conhecida por ter sido governada por uma linhagem de *Candaces, Kandake,* ou rainhas-mães reinantes. Esse título deriva da palavra meroíta *Ktke* ou *Kdke*[18] e significa rainha-mãe. O outro título, *qere* ("chefe"), não foi utilizado até o surgimento da escrita meroíta. Na realidade, conhecemos apenas quatro rainhas que o utilizaram: Amanirenas, Amanishaketo, Nawidemak e Maleqereabar, todas, por definição, candaces[19]. É interessante notar que as sepulturas reais de Nuri, de Taharqa (cerca de -664) a Nastasen (cerca de -310) não fornecem nenhum indício do sepultamento de uma rainha como monarca reinante; a conclusão a se extrair é que durante o período não houve rainha governante.

A rainha mais antiga de que se tem provas é Shanakdakhete, do início do século II antes da Era Cristã, a quem foi concedida uma sepultura real em Begrawiya norte. É mais provável que, de início, o título e o cargo não significassem mais que rainha-mãe. Nesse caso, sua função era educar as crianças reais, conforme se depreende da estela de Taharqa; este menciona ter ficado com sua mãe, a rainha Abar, até a idade de 21 anos, vivendo com seus irmãos

17 HINTZE, F. 1959-a. pp. 36-9.

18 O *n* é frequentemente suprimido nos nomes próprios meroítas. Cf. GRIFFITH, F. L. 1911-2. p. 55.

19 MACADAM, M. F. L. 1966.

reais – "esses jovens de essência divina" – entre os quais era escolhido o herdeiro do trono. A rainha-mãe dispunha, assim, de grande poder e influência, como testemunha o papel especial que desempenhava na cerimônia de coroação e na adoção da nora. A certa altura as rainhas devem ter superado em importância seus filhos ou maridos, e, num momento oportuno, assumido a totalidade do poder. A partir de Shanakdakhete, o governo é exercido por uma série de rainhas, mas, sob Amanirenas, no século I antes da Era Cristã, há indícios de modificações. Trata-se da estreita associação da primeira esposa do rei com seu filho primogênito (?), observável em vários monumentos importantes. Isto sugere um certo grau de corregência, já que a esposa que sobrevivesse ao marido frequentemente se tomava a candace governante. Contudo, esse sistema não durou mais que três gerações e parece ter chegado ao fim após Natakamani, Amanitere e Sherakarer, na primeira metade do século I da Era Cristã. Tudo isso indica a evolução interna de uma instituição local que não era cópia de uma prática estrangeira, como a dos ptolomeus no Egito, de que Cleópatra é um exemplo. Na verdade, podemos observar que essas instituições, no decorrer dos séculos, se revestiram de uma complexidade crescente.

O sistema de realeza que se desenvolveu em Kush tinha algumas vantagens em relação ao sistema rígido de sucessão direta, pois eliminava o perigo de um sucessor indesejável, quer se tratasse de um rei na minoridade, quer de uma personalidade impopular. A incorporação de novos membros à família real era assegurada pelo sistema de adoção, enquanto os vários contrapesos e controles a ele inerentes, bem como a proeminência da rainha-mãe e a importância atribuída à legitimidade da descendência, garantiam a sua continuidade no poder. Esses fatores podem ter contribuído para a continuidade e a estabilidade de que se beneficiaram Napata e Méroe durante tantos séculos.

Administração central e provincial

O nosso conhecimento da estrutura administrativa central e provincial ainda é incompleto e fragmentário, dada a ausência de documentos de natureza biográfica relativos a pessoas privadas. Esses documentos poderiam fornecer informações acerca de títulos e cargos, sua significação e funções respectivas.

No centro da administração estava o rei, autocrata absoluto de quem emanavam as leis e que não delegava seu poder a outrem nem o dividia. De fato, não havia um único administrador que concentrasse poderes em suas mãos, como o fazia, por exemplo, um sumo sacerdote (para os templos) ou um vizir. A residência real constituía o centro do sistema administrativo e,

segundo pesquisas recentes[20], Méroe parece ser a única cidade que se pode considerar como sede principal da realeza e centro da administração. Peye não fornece informações precisas quanto à localização de sua residência, embora seja evidente que Mênfis foi a capital de seus sucessores imediatos da XXV dinastia do Egito. Já Taharqa indica claramente que vivia entre seus "Irmãos Reais", com sua mãe; de acordo com outras inscrições, pode-se ter certeza de que esses "Irmãos Reais" residiam em Méroe. A esse respeito, é notável que seja apenas em Méroe, e particularmente no cemitério de Begrawiya oeste, que se encontrem sepulturas de crianças (entre as quais recém-nascidos) contendo objetos funerários que indicam terem elas vivido na corte real. Há uma clara ausência de sepulturas similares nos cemitérios reais de el-Kurru e Nuri, do que se pode concluir que a família real estava fixada em Méroe, provavelmente residência permanente do rei.

A administração central era dirigida por um certo número de altos funcionários, cujos títulos egípcios estão preservados em duas estelas de Aspelta. Entre esses títulos encontramos – sem levar em conta os comandantes militares – chefes de tesouro, guardiães dos selos, chefes de arquivo, chefes de celeiro, o escriba-mor de Kush e outros escribas[21]. É difícil afirmar se os títulos correspondiam às funções reais de seus titulares, ou apenas refletiam os modelos egípcios. De qualquer maneira, tais funcionários desempenhavam um papel importante na eleição do novo rei, assim como na administração do reino. Talvez a decifração da escrita meroíta venha esclarecer essa importante questão.

Nessas inscrições, os chefes militares aparecem várias vezes em situações críticas. Eles eram incumbidos de proclamar a sucessão do novo rei e de efetuar as cerimônias tradicionais de coroação; podem ter desempenhado um papel significativo na escolha do sucessor. Muito provavelmente, a maioria dos chefes militares pertencia à família real – talvez fossem príncipes de elevada posição[22]. Segundo o costume, o rei não deveria ir à batalha, mas permanecer em seu palácio, sendo o comando da guerra atribuído a um de seus generais; tal ocorreu na campanha de Peye no Egito, na guerra de Amannateieriko contra os *Reherehas* em Butana e na campanha de Nastasen. Contudo, não sabemos o que aconteceu aos generais; mesmo após uma campanha bem-sucedida eram relegados a um segundo plano e o rei colhia todas as honras da vitória.

20 ALI HAKEM, A. M. 1972-a, p. 30 et seq.

21 STEINDORFF, G. von. 1903. v. 3; SCHÄFER, H. 1905-8. pp. 86, 103-4.

22 BUDGE, E. A. T. WALLIS. 1912. p. 105. et seq.

FIGURA 11.3 Placa de arenito representando o príncipe Arikankharor massacrando seus inimigos (possivelmente do século II da Era Cristã). (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. pr. 33. Foto Worcester Art Museum, Mass.)

FIGURA 11.4 Rei Arnekhamani (templo dos leões em Mussawarat es-Sufra). (Fonte: F. & U. Hintze. "Alte Kulturen im Sudan". 1966. pr. 91.)

No tocante à administração das províncias menciona-se a existência de palácios reais em várias localidades, sendo que cada palácio constituía uma pequena unidade administrativa, dirigida, talvez, por um chanceler que administrava as contas e as compras da residência[23].

Contudo, para o período mais recente – a partir do fim do século I antes da Era Cristã – dispõe-se de um número suficiente de documentos de administradores provinciais para se reconstituir pelo menos um esboço da província setentrional do reino. Esta parece ter-se desenvolvido muito rapidamente em resposta às condições de instabilidade resultantes da conquista do Egito pelos romanos e de sua fracassada tentativa de avançar para a Núbia, mais ao sul. Criou-se uma administração especial para a Baixa Núbia visando enfrentar a situação na fronteira; na sua direção estava o *Paqar* (*pqr*), uma das principais personagens da corte, que talvez fosse o príncipe herdeiro, já que o título foi usado pela primeira vez por Akinidad, filho de Teritiqas e Amanirenas, adversários dos romanos na Núbia. Arikankharor, Arikakhatani e Sherakarer (os reis das pinturas rupestres do Djebel Qeili)[24] e os três filhos de Natakamani e Amanitere (-12 a +12) também usaram o mesmo título. Seus nomes, acompanhados da palavra *pqr*, foram encontrados nas inscrições de Napata, Méroe e Naga[25]; contudo, nenhum estava associado à Baixa Núbia, e o termo parece ter sido uma designação genérica para os príncipes, e não um título específico para o vice-rei do norte.

Todavia, o título *Paqar* é muitas vezes mencionado juntamente com outros títulos menos importantes, como *taraheb* e *anhararab* da pequena cidade de Taketer, ou *harapen*, chefe da região de Faras[26], donde se deduz que o seu detentor era o chefe provincial da Baixa Núbia meroíta. Sob a autoridade do *Paqar*, o principal funcionário encarregado da administração era o *peshte*[27], título registrado pela primeira vez no século I antes da Era Cristã e que parece tornar-se mais importante durante o século III da Era Cristã.

A área sob a jurisdição do *peshte* era Akin, isto é, toda a Núbia meroíta até Napata, ao sul. Não se sabe ao certo como se atingia a posição de *peshte* – por hereditariedade, decreto real ou nomeação pelo *Paqar*. Contudo, o grande número de portadores desse título indica que ocupavam suas funções por um

23 MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, p. 58.

24 HINTZE, F. 1959-a. pp. 189-92.

25 ARKELL, A. J. 1961. p. 163.

26 GRIFFITH, F. L. 1911-2. p. 62.

27 GRIFFITH, F. L. 1911-2. p. 120 e Índice. Corresponde ao egípcio *p. s. nsw, psente;* MACADAM, M. F. L. 1950. pp. 45-6.

período de tempo muito curto. Ao título de *peshte* estavam associados outros, por vezes designativos de elevadas posições na hierarquia religiosa, não só local como também de Napata ou de Méroe. Dois outros importantes dependentes do *peshte* eram o *pelmés-at* (general da água) e o *pelmés-adab* (general da terra), os quais, ao que parece, ocupavam-se da supervisão dos escassos – porém vitais – sistemas de comunicações da Núbia, por terra e por água, procurando assegurar o fluxo de comércio com o Egito, controlar as fronteiras e deter os perigosos movimentos dos nômades a leste e a oeste do Nilo. Esses funcionários eram auxiliados por escribas, sacerdotes e administradores locais. Não sabemos se existiu em outras províncias um sistema semelhante de administração provincial. Pode-se afirmar, porém, que as condições específicas de vida e povoamento no Butana exigiam um tipo de administração diferente do utilizado na Baixa Núbia ao longo do vale do Nilo. Infelizmente, não possuímos outros documentos além dos imponentes templos, os quais, além de desempenhar suas funções religiosas, devem ter constituído uma base sólida para unidades administrativas.

Em seu apogeu, o reino meroíta era tão vasto e os meios de comunicação provavelmente tão pobres, que uma descentralização do poder em favor dos governadores provinciais deve ter sido indispensável ao bom funcionamento da administração. Os chefes de vários grupos étnicos instalados nas fronteiras do reino mantinham relações muito menos estreitas com o governo central. Em períodos mais recentes, o Estado abrangia vários principados; Plínio escreve que na "ilha de Méroe" reinaram 45 reis etíopes[28] (sem considerar as candaces), e outros autores clássicos falam dos *tyrannoi,* vassalos dos reis meroítas[29].

Ao sul de Méroe estavam instalados os *Simbriti,* refugiados de origem supostamente egípcia governados por uma rainha colocada sob a soberania meroíta, ao passo que na margem esquerda do Nilo (no Kordofan) viviam numerosos grupos de *Nubai* chefiados por diferentes principículos que se mantinham independentes de Méroe[30]. Situação semelhante parece ter existido no deserto oriental, habitado por vários grupos nômades diferentes dos meroítas quanto à língua e à cultura.

Como indicam numerosas inscrições, os reis meroítas frequentemente empreendiam expedições militares contra esses grupos étnicos independentes ou semi-independentes, seja para subjugá-los, como represália às incursões, seja visando a obtenção de butim (gado e escravos). Os povos mais citados eram os

28 PLÍNIO. 186.

29 Cf. BÍON e NÍCOLAS DE DAMASCO. In: MULLER, C., ed. v. 3, p. 463; v.4, p. 351;SÊNECA. VI, 8, 3.

30 ESTRABÃO. XVII, 1, 2, citando ERATÓSTENES.

Reheres e os *Majai,* que provavelmente viviam entre o Nilo e o mar Vermelho e podem ter sido os ancestrais dos *Beja.*

Esses diferentes indícios mostram que Kush não era um Estado centralizado e que, durante o período mais recente, compreendia diversos principados, os quais se colocavam sob a dependência dos reis meroítas[31].

Vida Econômica e Social

Ecologia

O reino de Kush contava com uma ampla e variada base de atividades econômicas, correspondente à diversidade geográfica de seu território. Este se estendia da Baixa Núbia ao sul de Sennar e à região de Djebel Moya na planície meridional de Gezira; compreendia também extensas áreas entre o vale do Nilo e o mar Vermelho. Amplas regiões a oeste do Nilo – de extensão ainda desconhecida – estavam provavelmente sob influência meroíta. Esse vasto território varia de zonas áridas até regiões que recebem quantidades consideráveis de chuvas no verão. Na Núbia, a atividade econômica baseava-se na agricultura característica do vale do Nilo, onde o rio é a única fonte de água. A terra arável, que em certas regiões está ausente ou se reduz a uma faixa estreita, estende-se em amplas bacias em alguns locais da Alta Núbia. O cultivo ribeirinho prolonga-se ao sul, ao longo das margens do Nilo e seus tributários. A situação geográfica da Baixa Núbia influenciou diretamente a vida política e socioeconômica; trabalhos arqueológicos recentes revelaram que no passado os níveis do Nilo eram baixos e, dado que a Núbia se situava fora da zona de chuva, suas condições ecológicas não eram adequadas ao desenvolvimento de uma agricultura que pudesse sustentar uma população considerável. Há a hipótese de que, durante o período inicial de Napata, a Baixa Núbia esteve totalmente despovoada por muito tempo; foi apenas a partir do século III ou II antes da Era Cristã que a região se repovoou, graças à introdução da *saqia*[32].

Na Alta Núbia, as planícies de inundação – tais como as bacias de Kerma, Letti e Nuri, cultiváveis graças às enchentes do Nilo ou, na ausência destas, ao uso de dispositivos de elevação de água – permitiram o desenvolvimento de grandes centros urbanos de considerável importância histórica, como em Barkal,

31 Mesmo no período de Napata, o Império Cuxita tinha um caráter federativo. Cf. Cap. 10.

32 TRIGGER, B. 1965. p. 123.

Kawa, Tabo, Soleb, Amara, etc. Nessa área, a economia agrária desempenhou um papel mais importante; as plantações de tâmaras e videiras, sobretudo, são mencionadas com frequência nas inscrições de Taharqa, Harsiotef e Nastasen.

Contudo, a partir da metade do século V antes da Era Cristã, a região passou por vários períodos de seca e de extensão da zona desértica, ligados às mudanças ecológicas que reduziram a área das pastagens do interior. Tais condições podem ter induzido os nômades do deserto oriental a se dirigirem para o vale do Nilo, onde entraram em conflito com a população local. Talvez tenha sido essa a razão das guerras que se estenderam até o norte de Méroe durante o reino de Amannateieriko (-431 a -404) e dos reis subsequentes. Esses acontecimentos fizeram com que a Alta Núbia perdesse muito de sua importância durante os últimos séculos da monarquia meroíta.

A partir da confluência do Atbara com o Nilo, que se estende para o sul, esse último deixa de ser a única rota a atravessar o deserto. Cada um dos afluentes do Nilo (o Atbara, o Nilo, o Nilo Branco, o Dinder, o Rahad, etc.) torna-se igualmente importante e oferece as mesmas possibilidades agrícolas e econômicas, o que torna possível a extensão da área de cultivo. Além disso, a região situada entre os afluentes recebe uma quantidade apreciável de chuva durante o verão, que a torna propícia à atividade agropastoril. De fato, o Butana (isto é, a ilha de Méroe, situada entre o Atbara, o Nilo e o Nilo Branco) era o coração do reino meroíta, e o pastoreio nômade ou seminômade constituía a principal atividade econômica da região.

Agricultura e criação de animais

Na época da ascensão do reino de Napata, a criação de animais já possuía uma tradição milenar e, juntamente com a agricultura, representava a principal fonte de subsistência da população. Além do gado de chifres longos e curtos, a população criava carneiros, cabras e, em menor escala, cavalos[33] e burros, utilizados como animais de carga. Os camelos só foram introduzidos relativamente mais tarde, ao final do século I antes da Era Cristã[34].

A criação de gado desempenhava um papel tão importante na vida econômica do país que a mudança da residência de Napata para Méroe poderia ser explicada pela necessidade de esta ficar próximo da principal área de pastagem, já que a

33 Existe um cemitério de cavalos em el-Kurru; DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. pp. 110-7.

34 Uma figura de camelo em bronze foi descoberta no túmulo do rei Arikankharer (–25 a –15). Cf. DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. Gravura XLIL.

zona de chuvas começa ao sul da nova capital. Uma outra razão para a mudança pode ter sido a erosão gradual do solo do norte do país em ambas as margens do Nilo, causada pelo pastoreio intensivo. Seja como for, a transferência do centro administrativo no século IV aparentemente deu um novo impulso ao desenvolvimento da criação de gado. Depois de algum tempo, o fenômeno de erosão se repetiu – o gado destruiu além do pasto, os arbustos e as árvores – iniciando-se outro ciclo de dessecamento. No século I da Era Cristã as terras de pastagem ao sul de Méroe já não podiam sustentar a antiga população de pastores que, muito densa, foi forçada a mudar-se para o oeste ou para o sul. A longo prazo, essa evolução foi provavelmente uma das principais razões da decadência e, posteriormente, da queda do Império Meroíta.

A primazia da criação de gado no Império de Kush é atestada por numerosos indícios: a iconografia, os ritos funerários, as metáforas (compara-se um exército sem chefe a um rebanho sem pastor)[35], etc.

As oferendas aos templos consistiam principalmente em animais domésticos, e ao que parece, a riqueza dos reis, da aristocracia e dos sacerdotes do templo era avaliada em gado. Os relatos de autores clássicos (Estrabão, Plínio e Diodoro da Sicília) não deixam dúvidas acerca do caráter pastoril da sociedade meroíta, que se assemelha em muitos aspectos às sociedades pastoris africanas posteriores.

Durante toda a história de Napata e Méroe, o desenvolvimento da agricultura no norte foi influenciado tanto pelo clima quanto pela escassez de terra fértil no estreito vale do Nilo. A falta de terra foi uma das razões por que os habitantes – ao contrário de seus vizinhos do norte, os egípcios – não sentiram necessidade de criar um sistema de irrigação, com todas as consequências sociais e políticas que esse empreendimento pode acarretar. Isso não significa que a irrigação fosse desconhecida nessa parte da Núbia: descobriram-se vestígios de antigas obras de irrigação no planalto de Kerma, datando do século XV antes da Era Cristã. O principal dispositivo de irrigação utilizado na época era o *shaduf,* substituído posteriormente pela *saqia.* Essa última, denominada *Kole*[36] em núbio, apareceu na Baixa Núbia somente na época meroíta, sendo difícil determinar uma data mais precisa. Os sítios de Dakka e Gammai, do século III antes da Era Cristã, parecem ser os mais antigos a conter vestígios da *saqia*[37]. A introdução deste dispositivo mecânico de irrigação teve uma influência decisiva na agricultura,

35 MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, inscr. IX.

36 Muitos topônimos entre Shellal e es-Sebua são derivados desta palavra: Koledul, Koleyseg, Arisman--Kole, Sulwi-Kole, etc. Cf. MONNERET DE VILLARD, U. 1941. p. 46 et seq.

37 BATES, O. & DUNHAM, D. 1927. p. 105; HERZOG, R. 1957. p. 136.

especialmente em Dongola, já que permite elevar a água (através de uma roda) de 3 m a 8 m com muito menos esforço e em menos tempo do que o *shaduf;* este último necessita de trabalho humano, enquanto a *saqia* é acionada pelo búfalo ou outros animais.

Mesmo as regiões meridionais do país, pelo menos no final do século VI antes da Era Cristã, eram predominantemente pastoris, a julgar por um relato de Heródoto, que descreve a ilha de Méroe como sendo habitada na maior parte por criadores de gado, com uma agricultura insuficientemente desenvolvida[38]. A arqueologia parece confirmar essa opinião, uma vez que no nível B de Djebel Moya – que data do período de Napata e de uma época posterior (século VI a V antes da Era Cristã) – não se encontrou nenhum traço de atividade agrícola[39].

Com a mudança gradual do centro do império para o sul e o aumento da área de terra irrigada a situação se modificou. No auge do reino meroíta, a "ilha de Méroe" foi cultivada de maneira intensiva, e a rede de canais e *hafirs* (bacias de irrigação) testemunha o fato. Um dos emblemas dos reis e sacerdotes meroítas da época era um cetro em forma de arado (ou de enxada), semelhante ao que era amplamente utilizado no Egito.

Os principais cereais cultivados eram a cevada, o trigo e, sobretudo, o sorgo ou *durra,* de origem local; plantava-se também a lentilha (*Lens esculenta*), o pepino, o melão e a abóbora.

Entre as culturas técnicas, a do algodão colocava-se em primeiro plano. Embora desconhecido no antigo Egito, há muitas indicações de que o seu cultivo no vale do Nilo teve início durante o Império de Kush, pouco antes da Era Cristã. São escassas as informações a respeito de épocas mais antigas, mas por volta do século IV antes da Era Cristã o cultivo do algodão e a técnica de sua fiação e tecelagem atingiram em Méroe um nível muito elevado, chegando-se a afirmar que a exportação de têxteis foi uma das fontes de riqueza do reino[40]. O rei axumita Ezana vangloria-se, em suas inscrições, de ter destruído extensas plantações de algodão em Méroe[41].

Nossas fontes nada dizem acerca do regime fundiário e de exploração da terra; contudo podemos supor a existência de uma comunidade aldeã tradicional, uma vez que esse tipo de organização perdurou até o século XIX. O rei era considerado o único proprietário da terra, característica – comum a muitas

38 HERÓDOTO. III, 22-3.

39 ADDISON, F. S. A. 1949. p. 104.

40 CROWFOOT, J. W. 1911. p. 37, Memórias, n. 19

41 LITTMANN, E. 1950. p. 116.

sociedades antigas – que deu origem a várias formas de posse da terra; assim, é absolutamente impossível extrair qualquer conclusão sobre as relações efetivas no domínio da produção.

Um ramo importante da agricultura era o cultivo de frutas e uvas; muitos pomares e vinhedos pertenciam aos templos, sendo cultivados por escravos.

De maneira geral, os mesmos ramos da agricultura encontrados no antigo Egito faziam-se presentes nos períodos de Napata e Méroe, apresentando, entretanto, rendimentos diferentes. A criação de animais era mais importante que a agricultura, e o cultivo de hortas e pomares, menos desenvolvido. No entanto, o algodão começou a ser cultivado na região muito mais cedo que no Egito. Até onde se sabe, os produtos agrícolas não eram exportados, pois mal atendiam ao consumo local.

Recursos minerais

Durante a Antiguidade, o Império de Kush foi considerado uma das regiões mais ricas do mundo conhecido. Essa fama se devia mais à riqueza mineral das terras fronteiriças situadas a leste do Nilo que à do interior do próprio reino.

Kush foi uma das grandes áreas produtoras de ouro do mundo antigo. O metal era extraído entre o Nilo e o mar Vermelho, sobretudo na região ao norte do 18º paralelo, onde se encontraram numerosos traços de antigas minerações. A produção do ouro deve ter constituído uma ocupação importante no Império Meroíta e, ao que parece, os templos possuíam grandes quantidades desse metal. Taharqa dotou um de seus numerosos templos com 110 kg de ouro em nove anos[42]. Recentes escavações realizadas em Méroe e Mussawarat es-Sufra revelaram templos com muros e estátuas folheados a ouro. Além de constituir uma das principais fontes de riqueza e de grandeza do reino, a exportação do ouro exerceu grande influência sobre as relações com o Egito e Roma. Calcula--se que, durante a Antiguidade, Kush produziu cerca de 1.600.000 kg de ouro puro[43], que provavelmente pertenciam aos povos nômades, como testemunham vários relatos; num deles, o rei Nastasen exige aproximadamente 300 kg de ouro das várias tribos que venceu nas proximidades de Méroe[44].

Embora numerosos objetos de prata e bronze tenham sido encontrados nas sepulturas, e as oferendas aos templos frequentemente contivessem artefatos de

42 VERCOUTTER, J. 1959. p. 137.

43 QUIRING, H. 1946. p. 56.

44 SCHÄFER, H. 1901. pp. 20-1.

FIGURA 11.5 Recipientes de bronze originários de Méroe. (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. pr. 64-8. Fotos *a*, *c*, *d*: Shinnie, Professor of Archaeology, Cartum; *b*: British Museum; *e*: Ashmolean Museum. Oxford.)

prata, por vezes de alta qualidade artística, parece que nem a prata nem o cobre foram produzidos localmente, sendo provavelmente importados.

Por outro lado, o deserto oriental era rico em pedras preciosas e semipreciosas, tais como a ametista, o rubi, o jacinto, a crisólita, o berilo e outras. Mesmo que as minas não fossem totalmente controladas por Méroe, todos os seus produtos passavam pelos canais comerciais meroítas, aumentando, assim, a fama desse reino como um dos países mais ricos do mundo antigo.

O trabalho do ferro

Os grandes montes de escória encontrados perto da antiga cidade de Méroe e em outras regiões do Butana foram causa de numerosas especulações sobre a importância do ferro na civilização meroíta. Afirmou-se que o conhecimento de sua fusão e de seu manuseio em vários lugares da África subsaariana proveio de Méroe. Já em 1911, A. H. Sayce declarou que Méroe foi possivelmente a "Birmingham da antiga África"[45]; essa opinião, corrente até há pouco tempo entre os especialistas, tornou-se uma teoria aceita na maioria dos trabalhos sobre a história africana ou sudanesa[46].

Nos últimos anos, esse ponto de vista foi contestado por alguns especialistas, que levantaram sérias objeções a seu respeito[47]. Esses autores mostraram que é extremamente reduzido o número de objetos de ferro encontrados nas sepulturas. Wainwright já havia notado que a presença do ferro limitava-se a alguns traços por volta de -400 e que de modo algum esse metal é frequente até a queda do reino meroíta (cerca de +320). Por sua vez, Tylecote afirmou categoricamente que há vestígios de fusão de ferro antes de -200, enquanto Amborn, numa análise minuciosa de todos os objetos metálicos encontrados na necrópole, demonstrou a preponderância dos utensílios de bronze sobre os de ferro, mesmo no período posterior. Ele concluiu ser mais provável que esses utensílios tenham sido produzidos com ferro importado, talvez trabalhado na Núbia por ferreiros locais, cuja existência, contudo, só é conhecida a partir da cultura do Grupo X pós-meroíta. De qualquer maneira, não se pode deduzir, a partir da presença de objetos de ferro trabalhado, que existisse uma verdadeira metalurgia do ferro.

---

45 SAYCE, A. H. 1911. p. 55.

46 WAINWRIGHT, G. A. 1945. pp. 5-36; ARKELL, A. J., em muitos dos seus escritos; id. 1966. p. 451 et seq.; SHINNIE, P. L. 1967. p. 160 et seq.; KATZNELSON, I. S. 1966. p. 289 et seq. e outros.

47 Cf. TRIGGER, B. G. 1969. pp. 23-50; TYLECOTE, R. F. 1970. pp. 67-72; AMBORN, H. 1970. pp. 71-95.

Amborn é da opinião de que os montes de escória encontrados em Méroe são vestígios de outras indústrias. Se correspondessem, de fato, ao refugo da fundição do ferro, a área à sua volta deveria abrigar grande número de fornos; ora, até hoje não se encontrou sequer traços de um forno de fundição[48].

A controvérsia está longe de ser resolvida, e mais pesquisas arqueológicas se fazem necessárias para que se chegue a uma prova categórica da presença da metalurgia do ferro em Méroe. A escassez de objetos de ferro nos sítios funerários não sugere uma produção em larga escala, fato que invalida a teoria que pretende fazer de Méroe a "Birmingham da África". Por outro lado, isso não significa que a fundição desse metal fosse totalmente desconhecida na região nem que não fosse praticada em regiões vizinhas na África. O problema do ferro em Méroe é um dos mais importantes da história africana e merece ser estudado em profundidade, utilizando-se todas as técnicas modernas à disposição dos arqueólogos e historiadores. Só após esse estudo é que poderemos avaliar o papel de Méroe na Idade do Ferro africana.

Cidades, artesanato e comércio

O vale do Nilo, regulado pela infalível inundação anual, favoreceu o desenvolvimento de povoações permanentes e o consequente crescimento de cidades, o que, por sua vez, encorajou o desenvolvimento do artesanato. Quando esses centros urbanos se situavam em pontos estratégicos, tornavam-se passagens para o comércio com o interior e com outras comunidades mercantis. Muitos desses estabelecimentos urbanos também desempenharam o papel de centros administrativos e religiosos[49].

É possível considerar o desenvolvimento urbano na Baixa Núbia como o resultado de uma evolução política e do crescente interesse dos meroítas por suas fronteiras com o Egito, ao norte. Os exércitos meroítas foram enviados por diversas vezes à Baixa Núbia e, finalmente, os soldados se fixaram nessa região, criando uma economia auto-suficiente. Eles se beneficiaram das relações comerciais com o Egito e, em consequência, multiplicaram-se na Baixa Núbia grandes cidades e comunidades locais prósperas situadas em posições estratégicas, tais como Qasr Ibrim ou Djebel Adda. A vida política e religiosa concentrava-se em torno de

48 H. AMBORN (1970. pp. 83-7 e 92); P. L. SHINNIE e F. Y. KENSE acabaram de lançar uma comunicação feita na Third International Meroitic Conference em Toronto, 1977, onde contestam a afirmação de AMBORN: na verdade, foram descobertos em Méroe (Begrawiya) fornos de fundição de ferro, durante escavações recentes.

49 ALI HAKEM, A. M. 1972-b. pp. 639-46.

um magnata local ou de uma família com posto hereditário administrativo ou militar. Essa aristocracia vivia em castelos, como o de Karanog, ou em palácios, como o "Palácio do Governador" em Mussawarat es-Sufra.

Baseando-se em Bíon e Juba, Plínio nos transmitiu os nomes de muitas cidades meroítas situadas em ambas as margens do Nilo, entre a Primeira Catarata e a cidade de Méroe[50].

O monumento meroíta mais setentrional é a capela de Arqamani, em Dakka (antiga Pselkis), mas a verdadeira cidade fronteiriça parece ter-se localizado ao sul de Uadi es-Sebua, onde se encontraram vestígios de um grande povoado com um cemitério. Outros habitats urbanos importantes nessa região foram Karanog, perto da moderna cidade de Aniba, e, localizado à sua frente, o grande forte de Qasr Ibrim; a maioria dos edifícios remanescentes é, no entanto, pós-meroíta.

A cidade de Faras (Pakhoras) foi o principal centro administrativo da província de Akin, que correspondia à Baixa Núbia. Foram exumados alguns edifícios oficiais, entre eles o chamado "Palácio do Oeste", do século I da Era Cristã, construído com tijolos crus, e uma fortificação situada na margem do rio.

Ao sul de Faras, são raras as povoações meroítas. A região é inóspita e o vale muito estreito para satisfazer as necessidades de uma grande população. É somente na vizinhança de Dongola que vamos encontrar maiores extensões de terra e indícios mais numerosos de ocupação antiga. Defronte à moderna cidade de Dongola situa-se Kawa, onde uma grande cidade com vários templos atesta uma longa história. Nesse local, as escavações revelaram numerosos monumentos e inscrições meroítas importantes.

A montante de Kawa não se encontra nenhum sítio de importância antes de Napata, cujo papel nas cerimônias reais e costumes religiosos foi salientado nas páginas precedentes. A importância desse núcleo urbano deve-se também à sua localização na extremidade setentrional de uma rota de caravanas que margeava três cataratas de difícil navegação. Todas as mercadorias provenientes das regiões meridionais e centrais do reino, bem como do interior da África tinham que passar por Napata. Embora o sítio da cidade de Napata continue parcialmente inexplorado, os cemitérios reais de el-Kurru, Nuri e Djebel Barkal e os templos de Djebel Barkal e de Sanam foram objeto de investigações completas, o que permite avaliar a importância de Napata como sede da realeza e centro religioso durante o período mais antigo da história de Kush. Até a época de Nastasen, os cemitérios em torno de Napata eram utilizados para as sepulturas reais; mesmo

50 HIST. BAT. VI, 178, 179.

após esse período, alguns reis que normalmente seriam enterrados em Méroe preferiam ter sepultura em Djebel Barkal.

O segundo centro urbano mais importante do vale do Nilo situa-se em Dangeil (8 km ao norte de Berber), onde foram descobertos vestígios de edifícios e de muros de tijolos. O próprio sítio parece encontrar-se sobre uma rota importante que ligava Méroe ao norte.

Na ilha de Méroe, que corresponde aproximadamente à planície atual do Butana, situada entre o Atbara e o Nilo Azul, foram encontrados muitos traços de povoamento meroíta[51].

Embora a cidade de Méroe seja mencionada pela primeira vez no último quartel do século V antes da Era Cristã (inscrição de Amannateieriko no templo de Kawa) , com o nome de *B.rw.t,* os estratos inferiores do sítio indicam a presença, já no século VIII, de uma grande povoação no local. Heródoto (II, 29) descreve-a como uma "grande cidade". As escavações confirmaram que esse núcleo urbano ocupava uma grande área, com uma parte central cercada por subúrbios e, talvez, por um muro. Além de ser, por muitos séculos, a capital e a residência real, Méroe atuou como um dos principais centros econômicos e comerciais do país, situando-se na encruzilhada das rotas de caravana e servindo igualmente de porto fluvial. A maior parte da área compreendida pela cidade, composta de vários montículos recobertos por fragmentos de tijolo vermelho, ainda está à espera dos arqueólogos[52]. Mas a porção até agora explorada é suficiente para mostrar que Méroe, no seu apogeu, foi uma cidade de enormes proporções, dotada de todos os atributos que se ligam à vida urbana. Como tal, deve ser incluída entre os monumentos mais importantes do início da civilização no continente africano. Os principais elementos descobertos nas partes em que se realizaram escavações são a cidade real com seus palácios, as termas reais e outros edifícios, além do templo de Âmon. Nas vizinhanças foram encontrados os templos de Ísis, dos Leões e do Sol, assim como muitas pirâmides e cemitérios que não eram destinados aos reis.

Nas proximidades de Méroe encontra-se o sítio de Uadi ben Naga, que abriga ruínas de pelo menos dois templos; escavações recentes revelaram um grande edifício – talvez um palácio – e uma construção em forma de colmeia, que pode ter sido um enorme silo. Tais descobertas, assim como o grande número

51 ALI HAKEM, A. M. 1972-b.

52 Cabe mencionar aqui as escavações (1972-5) realizadas pelas Universidades de Calgary e Cartum, durante as quais numerosos templos foram descobertos.

de montículos espalhados pelas imediações do sítio, indicam a importância da cidade, residência das candaces e porto do Nilo[53].

Alguns outros sítios de importância merecem ser mencionados. Basa, situado em Uadi Hawad, possui um templo e um enorme *hafir* rodeado por estátuas de leões em pedra. No entanto, o traço mais interessante desse sítio é que a cidade não se desenvolveu de maneira anárquica, mas foi estritamente planejada de acordo com as variações do terreno, na época recoberto por árvores e arbustos[54]. De excepcional importância, sob vários pontos de vista, é Mussawarat es-Sufra, que fica um pouco distante do Nilo, no Uadi el-Banat. Sua principal característica é o conjunto denominado a Grande Cerca, que consiste em numerosos edifícios e muros a rodear um templo construído no século I antes da Era Cristã ou pouco antes. O número de representações de elefantes nos muros sugere que esse animal desempenhava um papel de importância. O sítio abriga ainda alguns templos, sendo o mais importante o Templo dos Leões, dedicado ao deus Apedemak. Escavações recentes efetuadas por F. Hintze[55] elucidaram diversos aspectos da história, da arte e da religião meroítas, mas muitas características desse povo ainda são desconhecidas.

Independentemente de suas funções administrativas e religiosas, as cidades meroítas também foram importantes centros de artesanato e comércio. Não há, até o momento, nenhum estudo dedicado a esse aspecto da história econômica meroíta, mas os indícios existentes mostram que os produtos artesanais eram de alto nível técnico e artístico. A construção e decoração dos numerosos monumentos (palácios, templos, pirâmides, etc.) tornava necessária a especialização em diferentes ofícios. Embora no período inicial seja indiscutível a influência egípcia, a partir do século III antes da Era Cristã vários elementos autóctones indicam que os artesãos e artistas meroítas se libertavam dos modelos estrangeiros, criando uma tradição artística independente e muito original.

A cerâmica está entre os produtos mais conhecidos da civilização meroíta, devendo sua fama à alta qualidade de sua textura e decoração. No tocante à arte cerâmica, há duas tradições distintas: a cerâmica feita a mão (por mulheres), que mostra uma notável continuidade de forma e estilo e reflete uma tradição africana profundamente arraigada[56], e a cerâmica feita no torno (por homens),

53 Cf. VERCOUTTER, J. 1962.

54 CROWFOOT, J. W. 1911. pp. 11-20.

55 Cf. HINTZE, F. 1962; id. 1971-a.

56 P. L. SHINNIE (1967. p. 116) salienta que essa cerâmica ainda é produzida segundo o mesmo estilo, não somente no Sudão mas em outras partes da África.

FIGURA 11.6 Várias peças de cerâmica meroíta. *a* e *b*: Vasos decorados com figuras caricaturais. *c*: Vaso pintado mostrando um leão devorando um homem. *d*: Vaso pintado com cabeças do deus-leão Apedemak. *e*: Vaso de louça vermelha decorado com uma faixa de sapos sentados dois a dois e separados por plantas. (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. pr. 44-8. Fotos Ashmolean Museum. Oxford.)

mais variada e suscetível às mudanças estilísticas. Essas diferenças permitem concluir que desde os primeiros tempos a cerâmica torneada desenvolveu-se como um ramo distinto do artesanato cuja produção, destinada ao comércio, ficava sujeita às variações da moda e à demanda das classes médias e superiores da sociedade meroíta, enquanto o povo continuava a usar a cerâmica tradicional, feita em casa pelas mulheres.

Outro ramo do artesanato que atingiu um alto grau de desenvolvimento foi a joalheria. Foi sobretudo nos túmulos reais que se descobriram joias em quantidades consideráveis. Como ocorre com os outros artefatos, a joalheria dos primeiros tempos seguia rigorosamente os padrões egípcios e somente mais tarde encontraram-se joias caracteristicamente meroítas quanto ao estilo e à ornamentação. Esses objetos – placas, colares, braceletes, brincos e anéis – eram feitos principalmente em ouro, prata e pedras semipreciosas. O desenho das joias apresenta considerável variedade: alguns são de inspiração egípcia, mas outros pertencem claramente à tradição de artesãos e artistas meroítas. A escultura em marfim ligava-se à joalheria; dadas a abundância e a acessibilidade desse material em Méroe, não é de surpreender que os escultores desenvolvessem suas próprias técnicas e tradições, com motivos extraídos principalmente do mundo animal (girafas, rinocerontes e avestruzes).

Os marceneiros fabricavam vários tipos de móveis, especialmente camas, mas também porta-joias, cofres e até mesmo instrumentos musicais; os tecelões produziam tecidos de algodão e de linho, e os curtidores tratavam peles e couros. Vestígios do trabalho desses artesãos foram descobertos em várias sepulturas reais e não-reais.

Todas essas indicações revelam a presença de uma classe relativamente numerosa de artesãos em Méroe, à qual também pertenciam os artistas, arquitetos e escultores. Até agora não se sabe como os ofícios eram organizados, pois seus nomes, que figuram em inscrições meroítas, continuam indecifrados. É provável que existissem oficinas destinadas aos serviços do templo, como no Egito[57], e talvez da corte real.

O Império de Kush constituiu um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o Alto Nilo e a savana nilo-chadiana. Assim, não é de admirar que o comércio exterior tivesse um papel importante tanto na economia quanto na política meroíta. Os indícios das relações comerciais com o Egito são em número suficiente para que se possa determinar sua magnitude, suas

57 Essas oficinas foram encontradas no templo T em Kawa, datando do século VII ou VI antes da Era Cristã. Cf. MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, pp. 211-32.

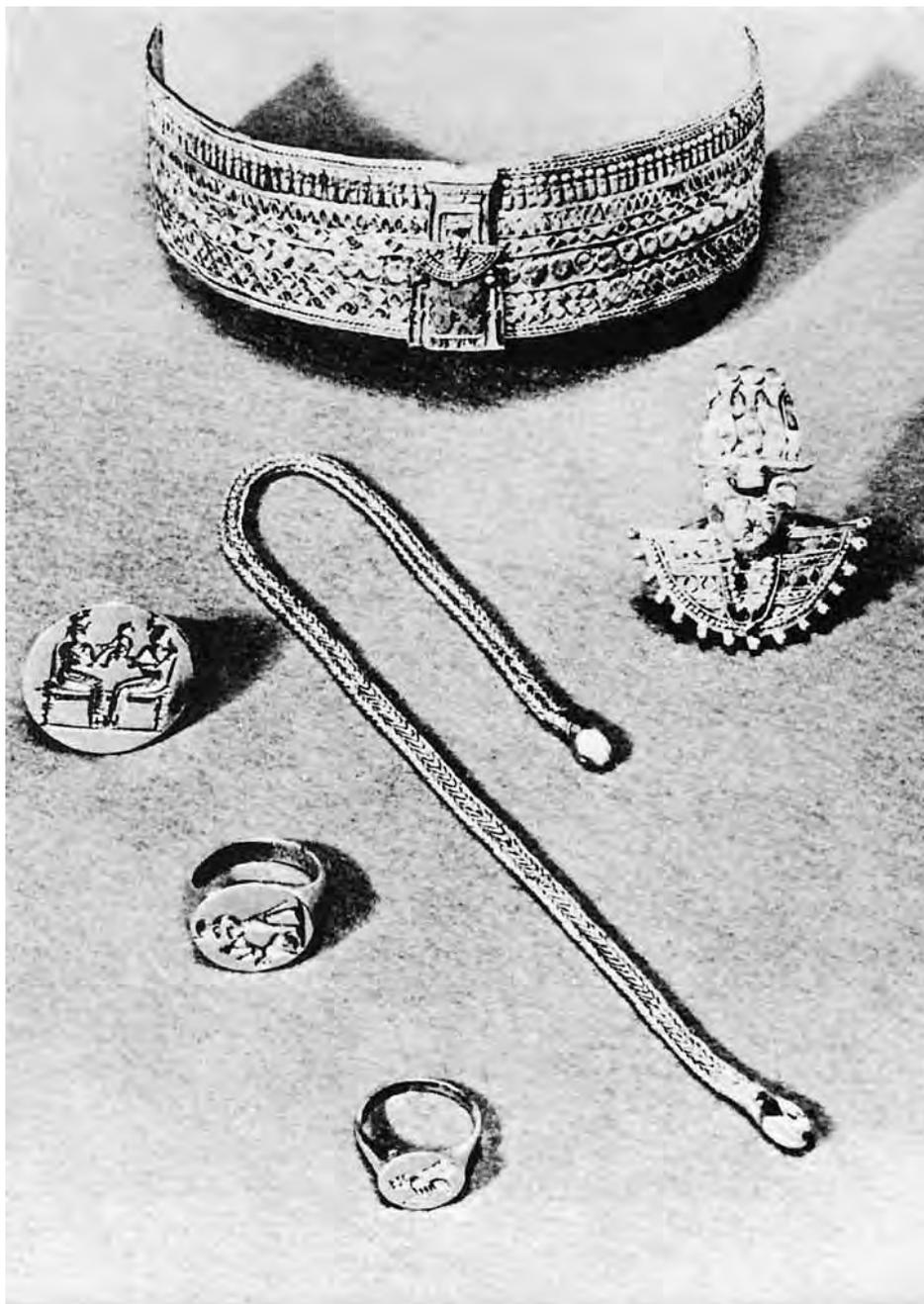



FIGURA 11.7 Joias de ouro da rainha Amanishaketo (-41 a -12). (Fonte: F. & U. Hintze. 1966. pr. 132. Foto Staattiche Museum, Berlim.)

mercadorias e rotas. Já em relação ao comércio com outras partes da África, pode-se apenas levantar hipóteses; muitas questões ainda estão sem resposta. Desde os tempos antigos, os principais produtos de exportação da Núbia eram o ouro, o incenso, o marfim, o ébano, os óleos, as pedras semipreciosas, as penas de avestruz e as peles de leopardo. Embora algumas dessas mercadorias tivessem por origem o território meroíta, outras provinham com certeza de países situados mais ao sul.

O comércio exterior dirigia-se principalmente para o Egito e o mundo mediterrânico – mais tarde, talvez, para a Arábia do Sul. A rota comercial mais importante passava ao longo do Nilo, embora em algumas partes atravessasse a savana (entre Méroe e Napata, e entre Napata e a Baixa Núbia, por exemplo). A "ilha de Méroe" deve ter sido cruzada por inúmeras rotas de caravanas; era também o ponto de partida para as caravanas que se dirigiam à região do mar Vermelho, da Etiópia do norte, do Kordofan e do Darfur. O controle dessa extensa rede de rotas era uma preocupação constante dos reis meroítas, pois os povos nômades atacavam frequentemente as caravanas. Como medida de segurança, os soberanos construíram fortalezas em pontos estratégicos da estepe de Bajuda – entre Méroe e Napata, por exemplo – e mandaram abrir poços ao longo das rotas comerciais.

Os poucos indícios de que dispomos não nos permitem acompanhar todas as etapas do desenvolvimento do comércio exterior de Méroe durante o curso da sua história. Pode-se apenas supor que esse comércio tenha atingido o ápice no começo do período helenístico, com o aumento da demanda de mercadorias exóticas originárias da África por parte da dinastia ptolomaica. Posteriormente, a rota principal foi transferida do eixo do Nilo para o mar Vermelho (início do século I antes da Era Cristã). Isso reduziu o volume de mercadorias diretamente exportadas de Méroe, já que várias delas podiam ser obtidas na Etiópia do norte onde, naquele momento, começava a surgir Axum. Os últimos séculos do reino meroíta coincidiram com a crise do Império Romano, que levou inicialmente a um acentuado declínio e depois à interrupção quase total das relações comerciais entre Méroe e Egito. Várias cidades da Baixa Núbia, dependentes desse comércio, arruinaram-se. Além disso, nem Roma nem Méroe foram capazes, na época, de defender as rotas comerciais contra as invasões dos nômades blêmios e nobatas.[58]

58 Para uma análise das causas do declínio, ver KATZNELSON, I. S. 1966. p. 249 et seq.

Estrutura social

Dada a ausência de qualquer informação direta, é quase impossível apresentar um quadro coerente da estrutura social em Méroe. Até o momento sabemos apenas da existência de uma classe superior ou dirigente (composta pelo rei e sua família), de uma corte e de uma aristocracia provincial que preenchia várias funções administrativas e militares, e de um clero muito influente. No extremo oposto da escala social, as fontes de que dispomos mencionam frequentemente a presença de escravos recrutados entre prisioneiros de guerra. A partir de testemunhos indiretos pode-se supor que além dos agricultores e criadores de gado, os quais devem ter formado a maior parte da população meroíta, existia uma classe média de artesãos, negociantes, pequenos funcionários e criados, mas não se sabe absolutamente nada acerca da sua posição social. Até que se disponha de informações mais precisas, seria prematura qualquer tentativa de caracterizar as relações sociais e de produção.

Documentos epigráficos e outros dão a entender que as atividades militares desempenharam um papel não-negligenciável no reino, mas é difícil dizer como os exércitos eram recrutados e organizados. Parece que, independentemente de uma guarda real permanente, todos os habitantes do sexo masculino eram mobilizados em caso de necessidade. Relatos do período romano indicam que o exército dividia-se em infantaria e cavalaria, mas que os soldados meroítas não eram muito disciplinados em comparação com as legiões romanas. Travavam-se guerras contra os grupos nômades que habitavam o deserto oriental, os quais, nunca inteiramente subjugados, aguardavam o momento oportuno para invadir as terras cultivadas. Ao mesmo tempo, moveram-se várias guerras de agressão visando aumentar o território e apoderar-se do butim (gado e escravos), que deve ter constituído uma importante fonte de riqueza para as classes dirigentes e para o clero. Um grande número de prisioneiros de guerra – e por vezes até os territórios recém-ocupados – era doado regularmente aos templos pelos reis. O contingente de escravos deve ter sido proporcionalmente muito elevado; no período romano, exportou-se grande número de escravos negros para o Egito e para os países do Mediterrâneo. A mão de obra escrava era empregada na construção de pirâmides, templos, palácios e outras edificações monumentais, bem como no cultivo dos pomares e jardins dos templos; talvez fosse utilizada também na escavação e reparo de canais de irrigação e bacias (*hafirs*). A escravidão desenvolveu-se em Méroe como em outros reinos orientais, porém de maneira mais lenta, e nunca chegou a constituir a base principal da produção, uma vez que esse tipo de trabalho tinha uma esfera de aplicação comparativamente mais

limitada. Nas inscrições menciona-se sempre um número maior de mulheres que de homens, o que indica ter sido a escravidão doméstica a forma prevalecente.

Religião

Aspectos gerais

Os povos meroítas tomaram do Egito a maior parte de suas ideias religiosas oficiais. A maioria dos deuses cultuados nos templos de Méroe correspondia às divindades egípcias; os primeiros reis consideravam Âmon como o deus mais importante, de quem recebiam seus direitos ao trono. Os sacerdotes dos templos de Âmon exerceram uma influência considerável, pelo menos até a época do rei Ergamenes, que, ao que parece, destitui-os de seus poderes absolutos. No entanto, mesmo mais tarde, os reis demonstraram – pelo menos em suas inscrições – veneração por Âmon e seus sacerdotes, os quais eram favorecidos de várias maneiras por dádivas de ouro, escravos, gado e terras.

Ao lado de divindades faraônicas – Ísis, Hórus, Tot, Arensnuphis, Satis, etc. – com seus símbolos originais, eram cultuados deuses puramente meroítas, como o deus-leão Apedemak ou o deus Sebiumeker (Sbomeker). O culto desses deuses só se tornou oficial no século III antes da Era Cristã; parece que anteriormente eram deuses locais das regiões meridionais do império, e que só adquiriram proeminência quando a influência egípcia começou a enfraquecer e foi substituída pelos traços culturais mais autenticamente meroítas. Deve-se lembrar que é também por volta dessa época que a escrita e a língua meroítas foram introduzidas nas inscrições.

Apedemak, deus guerreiro, era uma divindade de grande importância para os meroítas. Ele é representado com uma cabeça de leão, animal que, ao que se sabe, desempenhava um certo papel nas cerimônias do templo, especialmente em Mussawarat es-Sufra[59]. Nessa mesma localidade encontramos outro deus meroíta desconhecido dos egípcios, Sebiumeker, que talvez fosse a principal divindade local, já que era tido como criador. Algumas deusas também estão representadas em Naga, mas seus nomes e posições no panteão meroíta continuam desconhecidos.

A presença de dois grupos de divindades, um de origem egípcia e o outro de origem local, reflete-se também na arquitetura dos templos.

59 ZABKAR, L. V. 1975.

Os templos de Âmon

O simbolismo religioso exerceu considerável influência na arquitetura dos templos do antigo Egito. O culto era expresso em ritos elaborados e complexos e cada parte do templo tinha um papel específico no desenvolvimento do ritual. Essas várias partes (salas, pátios, câmaras, capelas, etc.) eram dispostas axialmente, formando um longo corredor de procissão. Templos desse tipo foram edificados na região de Dongola por Peye, Taharqa e seus sucessores; o mais importante deles, dedicado a Âmon-Râ em Napata, foi construído em Djebel Barkal. Todavia, nas primeiras inscrições de coroação não consta que Méroe tenha um templo dedicado a Âmon.

Por volta do fim do século I antes da Era Cristã, contudo, a cidade de Méroe foi honrada com a construção de um desses templos, à frente do qual foi colocada uma longa inscrição em meroíta. Os primeiros nomes a ele associados são os do rei Amannikhabale (-65 a -41) e da rainha Amanishaketo (-41 a -12). Esse templo se tornou talvez o mais importante dentre os consagrados a Âmon-Rá na última metade da história do reino. Deve-se notar que a partir dessa época templos similares porém de dimensões menores – foram construídos em Méroe, Mussawarat es-Sufra, Naga e Uadi ben Naga. O templo de Âmon em Méroe desempenhou um papel semelhante ao de Napata, em Djebel Barkal; deve ter-se tornado um perigoso rival para este último, chegando a superá-lo em importância. Mesmo durante o período anterior à construção do templo de Âmon em Méroe, Napata não detinha o monopólio como centro religioso: existiam outros templos que dominavam a vida religiosa em todo o Butana e estendiam sua influência para o norte. Trata-se dos templos dos leões, para os quais devemos agora nos voltar.

Os templos dos Leões

O nome "templo dos leões" deve-se a uma preponderância marcante de figuras de leão, esculpidas em *ronde-bosse,* guardando o acesso e a entrada dos templos ou ocupando posição de destaque nos baixos-relevos. A figura do leão representa o importante deus meroíta Apedemak; isso não significa, contudo, que todos os templos dos leões fossem dedicados unicamente a Apedemak. Embora a existência desses templos tenha sido constatada por diversos especialistas[60], eles

60 GARSTANG, J. et al. 1911. p. 57; MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1. p. 114; HINTZE, F. 1962; id. 1971-a.

receberam diferentes denominações quando descritos isoladamente[61]: templo de Ápis, templo de Ísis, templo do Sol, templo principal de Augusto (Câmara de afrescos), etc. O uso de tais termos levou, em alguns casos, a conclusões equivocadas e enganosas[62]. O emprego da expressão "templo dos leões" eliminaria novos mal-entendidos, sendo a figura do leão seu traço mais característico. As estátuas de leão estão inteiramente ausentes dos templos de Âmon (Barkal, Kawa, Méroe, Naga) – a que se associam as estátuas de carneiro –, embora o deus-leão Apedemak fosse provavelmente uma das divindades ali cultuadas e sua imagem apareça entre as representações de outros deuses. Do mesmo modo, as divindades com cabeça de carneiro, Âmon-Rá e Khnum, aparecem muito frequentemente nos baixos-relevos dos templos dos leões, embora não haja um único exemplo de estátua de carneiro associada a qualquer um dos templos dos leões.

Distribuição e tipos de templos dos leões

Além dos 32 templos dos leões registrados, existem quatorze sítios em que a sua presença é quase certa. Se acrescentamos a ocorrência nos textos meroítas de títulos religiosos associados a templos situados em localidades como Nalete, Tiyi, etc., eles devem ter sido realmente muito numerosos; ao que parece, distribuíam-se por toda a área de Méroe. A partir de um estudo dessa distribuição, configuram-se dois fatos. O primeiro é que em quatro sítios foram descobertos vários templos: Naga (oito templos), Mussawarates-Sufra (seis), Méroe (seis) e Djebel Barkal (três).

A presença de vários templos numa mesma localidade indica a importância religiosa do sítio. Os mais elaborados e talvez os principais do reino são os de Mussawarat es-Sufra e o templo do Sol em Méroe (M 250). No entanto, Naga tem mais templos do que qualquer outro sítio, e Barkal fornece os mais antigos exemplares datáveis: B 900, que foi construído por Peye (-750 a -716) e possuía originariamente duas câmaras, depois transformadas num templo com pilono e câmara única; e B 70, iniciado por Atlanarsa (-653 a -643) e terminado por Senkamaniskem (-643 a -623).

61 PORTER, B. & MOSS, R. 1951. p. 264 et seq.

62 O nome "Templo do Sol", por exemplo, criado por SAYCE com base em uma indicação de Heródoto a propósito da presença de uma "Mesa do Sol", levou alguns especialistas a sugerirem a existência de um culto especial do Sol em Méroe. Termos como "Templo de Ísis" e "Templo de Ápis" podem levar a conclusões igualmente equivocadas.

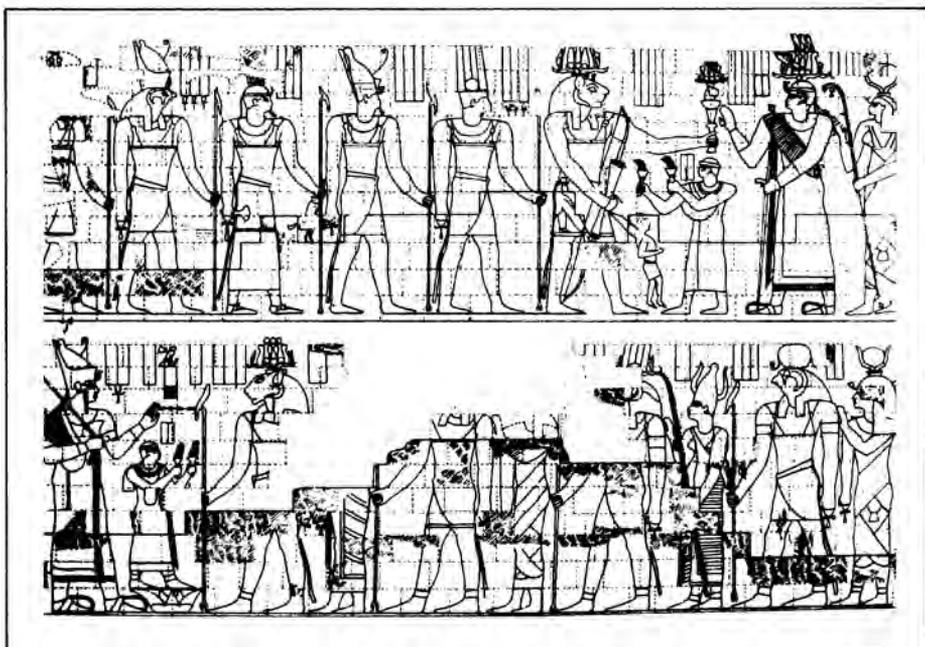



FIGURA 11.8 O deus Apedemak conduzindo outros deuses meroítas. (Fonte: F. Hintze. "Die Inschriften des Löwentempels von Mussawarat es-Sufra, Abhandlungen der Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin". Kl. für Spr., Lit. und Ku. Jahrgang 1962, n 1, Berlin, 1962, pr. II.)

FIGURA 11.9 O deus meroíta Sebiumeker (templo dos leões em Mussawarat es-Sufra). (Fonte: F. & U. Hintze. 1966. 101.)

O segundo fato é que os dois tipos de templo concentram-se em diferentes regiões. É possível argumentar que, de maneira geral, os templos de Âmon se situavam na região de Napata, enquanto os templos dos leões se encontravam na ilha de Méroe, onde os primeiros foram construídos apenas a partir do século I da Era Cristã.

Os templos dos leões podem ser divididos em dois tipos básicos: o primeiro é de câmara dupla (os exemplares mais antigos foram construídos com tijolo cru, sem pilono); o segundo tem uma única câmara, e a maioria – à exceção dos primeiros exemplares – é dotada de pilono.

O aparecimento do segundo tipo de templo dos leões poderia ser explicado por duas fontes locais. Por um lado, parece evidente que se desenvolveu a partir do primeiro modelo, a julgar pelo fato de que o B 900 foi reconstruído conforme a planta do segundo tipo. Por outro lado, existem em Barkal[63] e em Kerma[64] várias construções pequenas, de câmara única, de que pode ter-se derivado. Os exemplares mais antigos de tais construções talvez se encontrem sob Méroe M 250, sendo possivelmente anteriores a -500[65].

A arquitetura do templo dos leões pode igualmente ter sofrido a influência do Egito, onde capelas foram construídas, em diferentes épocas, no interior de outros templos ou à beira do deserto. Essas capelas eram o lugar de descanso para o barco ou para a estátua do deus durante as várias procissões. A maior parte das construções é elaborada e possui várias câmaras[66], e embora a XXV dinastia em Tebas tenha construído ou ampliado várias capelas pequenas em Carnac e outros lugares[67], estas normalmente não se assemelham aos templos dos leões. Portanto, uma origem autóctone parece mais provável. Bastante simples, esse tipo de monumento era apropriado para áreas como Butana, onde a falta de mão de obra e materiais impedia construções elaboradas como a dos templos de Âmon, pelo menos no período mais antigo. Talvez o seu despojamento reflita um tipo simples de culto, como seria de se esperar entre comunidades nômades do Butana e outras regiões.

Embora a existência dos dois tipos de templo sugira, à primeira vista, a presença de duas religiões diferentes em Méroe, uma reconsideração cuidadosa indica que de fato havia apenas uma. Isso porque a coexistência de duas religiões

63 REISNER, G. A. von. 1918. p. 224.
64 REISNER, G. A. von. 1923-a. p. 423.
65 HINTZE, F. & U. 1970.
66 BADAWY, A. 1968. p. 282.
67 LECLANT, J. 1965-b. p. 18.

pressupõe quer um grau considerável de tolerância, fato bastante improvável à época, quer um conflito feroz e guerras religiosas contínuas, a que as fontes disponíveis não fazem qualquer referência. Pelo contrário, o panteão cultuado nos templos de Âmon também parece ter sido o mesmo dos templos dos leões, com a exceção de que a certos deuses era dada maior proeminência em um templo do que em outro. Esse panteão era, aliás, constituído por uma mistura de deuses egípcios como Ámon-Rá ou a tríade de Osíris e deuses locais como Apedemak, Mandulis, Sebiumeker[68]. As arquiteturas diversas indicam diferenças antes nos rituais que na religião. Assim, os rituais ligados às cerimônias de coroação exigiam templos como o de Âmon para a realização das festas e procissões. Tal prática religiosa tornou possível incorporar sem conflito vários deuses e crenças locais, concorrendo assim, durante um período bastante longo, para a coesão de um reino constituído de elementos muito diversificados.

68 LECLANT, J. 1970-b. pp. 141-53.

CAPÍTULO 12

A cristianização da Núbia

K. Michalowski

Dois fatores explicam, basicamente, tanto a estrutura social quanto a história da Núbia no período cristão: de um lado, a decadência do reino de Méroe, que ocupara o território do século III antes da Era Cristã até o século III da Era Cristã; de outro, a romanização e posterior cristianização do Egito, seu vizinho do norte.

À queda do reino de Méroe seguiu-se uma longa série de lutas, culminando com a expulsão dos Blêmios (Bega ou Buga) para o deserto oriental, e o controle do vale do Nilo pelos Nobatas. Formou-se, assim, ao norte, o Estado nobata, entre a Primeira Catarata e o Dal (região que fica entre a Segunda e a Terceira Catarata).

Dispomos hoje de muitas informações sobre este período da história núbia graças às escavações realizadas por missões internacionais, como parte de uma campanha para preservação dos monumentos da Núbia.

Em Faras, a missão polonesa obteve provas de que a antiga Pakhoras era a capital dos Nobatas, no período final de seu reino. Lá se encontrava o palácio real, mais tarde transformado na primeira catedral[1].

Pelos vestígios encontrados, percebe-se a profunda diferença que havia entre os padrões de vida na sociedade dessa época. As massas eram relativamente pobres. Devido à extrema simplicidade dos seus "cemitérios", o arqueólogo

1 MICHALOWSKI, K. 1967-b. pp. 49-52.

americano G. A. von Reisner[2], ao descobrir essa civilização, designou-a meramente por "cultura do Grupo X", à falta de uma definição histórica mais precisa. Contrastando com o baixo nível de vida do povo, as classes governantes, os príncipes, a corte, cultivavam as tradições de arte e cultura dos meroítas. Como resíduos representativos dessa fina camada superior da sociedade, temos o já mencionado palácio real em Faras e a luxuosa mobília funerária dos famosos túmulos de Ballana, descobertos em 1935 por W. B. Emery[3].

Só recentemente se esclareceu a interdependência das culturas de Ballana e do Grupo X[4]. Até pouco tempo atrás, havia ainda controvérsia entre os peritos. Alguns consideravam o Grupo X um enigma[5] na história da Núbia, atribuindo aos Blêmios[6] os túmulos de Ballana e à cultura meroíta[7] tardia os outros objetos do mesmo período. Havia também quem chamasse "civilização de Ballana"[8] a todo o período.

Foi durante as escavações polonesas em Faras que se descobriu, sob o palácio real, uma igreja cristã de tijolos crus, construída provavelmente antes do século V. É verdade que essa datação remota foi recentemente contestada[9], mas o fato é que havia túmulos cristãos[10] entre as sepulturas do Grupo X e que lâmpadas a óleo cristãs, bem como cerâmica decorada com grafitos em forma de cruz, foram encontradas em camadas do Grupo X na ilha de Meinarti[11]. Isso prova que a fé cristã já alcançara os Nabatas, ganhando adeptos entre os pobres, muito antes que a imperatriz Teodora de Bizâncio enviasse a missão chefiada pelo padre Juliano para cristianizar oficialmente a Núbia. Outra prova da penetração precoce da fé cristã entre os núbios são os mosteiros e eremitérios existentes na região desde o fim do século V[12]. Podemos, pois, afirmar tranquilamente que a religião cristã já se infiltrara aos poucos na Núbia bem antes da sua conversão oficial – que ocorreu, segundo João de Éfeso[13], em 543.

2 REISNER, G. A. von. 1910-27. p. 345.
3 EMERY, W. B. & KIRWAN, L. P. 1938.
4 MICHALOWSKI, K. 1967-a. pp. 194-211.
5 KIRWAN, L. P. 1963. pp. 55-78.
6 EMERY, W. B. 1965. pp. 57-90.
7 GRIFFITH, F. L. 1926. p. 21 et seq.
8 TRIGGER, B. G. 1965. p. 127.
9 GROSSMAN, P. 1971. pp. 330-50.
10 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1963. p. 67.
11 ADAMS, W. Y. 1965-a. p. 155; 1965-b. p. 172.
12 JAKOBIELSKI, S. 1972. p. 21.
13 KIRWAN, L. P. 1939. pp. 49-51.

FIGURA 12.1 O Nilo da Primeira à Sexta Catarata. (Mapa fornecido pelo autor.)

Muitos fatores contribuíram para essa cristianização precoce do reino nobata. Não apenas o Império Romano, ainda hostil ao cristianismo no século III, mas também o próprio Império Cristão dos séculos IV, V e VI perseguiam todos quantos desobedecessem às injunções oficiais em assunto de religião. Por isso, talvez, muitos egípcios ou mesmo núbios fugissem do Egito, trazendo sua fé aos Nobatas do sul de Assuã. Caravanas de mercadores, atravessando Assuã rumo ao sul, também traziam, além do comércio, suas crenças religiosas. Não foi menos importante o papel da diplomacia: nos séculos V e VI, Bizâncio ansiava por uma aliança com Axum contra a ameaça persa no mar Vermelho; em 524, um tratado formal permitia que Blêmios e Nobatas participassem de uma expedição projetada ao Iêmen. Durante tantos contatos e transações, os padres certamente não ficavam inativos.

Na verdade, quando a imperatriz Teodora enviou à Núbia o padre Juliano, em 543, apenas os reis do país foram batizados segundo o ritual monofisita. A maior parte do povo há muito que se deixara seduzir pela nova fé, sob a influência do Egito cristão. No século VI já existia às margens do Nilo, num bairro afastado, uma igreja para atender à comunidade cristã dos humildes. Para os soberanos nobatas, a conversão ao cristianismo foi um importante ato político: nessa época eles já não tinham uma ideologia religiosa bem definida que lhes garantisse a submissão do povo e, por outro lado, o cristianismo vinha abrir-lhes as portas do Egito, onde os bispos residiam desde o século IV, na ilha de Filas[14]. Através do Egito, os núbios teriam acesso ao Mediterrâneo e ao centro da civilização da época – Bizâncio.

O reino da Nobadia (Nuba, em árabe) estendia-se desde Filas até a Segunda Catarata e tinha por capital Faras. No século VI, outro reino núbio se desenvolveu até o sítio da antiga Méroe, sendo mais tarde chamado de Makuria (Muqurra, em árabe). Sua capital era a Antiga Dongola (Dungula, em árabe). Ao contrário da Núbia setentrional, que adotara a doutrina monofisita, Makuria foi convertida à ortodoxia melquita em 567-70[15], pela missão que lhe enviara o imperador Justino II.

Depois de 1964, quatro igrejas e o palácio real cristão desse reino foram identificados nas escavações polonesas[16]. Um dos edifícios data do fim do século

14 MONNERET DE VILLARD, U. 1938; MUNIER, H. 1943. p. 8 et seq.

15 MONNERET DE VILLARD, U. 1938. p. 64; KIRWAN, L. P. 1966. p. 127.

16 MICHALOWSKI, K. 1966. pp. 189-299; id. 1969. pp. 30-3; JAKOBIELSKI, S. & OSTRASZ. A. 1967; JAKOBIELSKI, S. & KRZYZANIAK, L. 1967; MICHALOWSKI, K. 1969. pp. 163-6; JAKOBIELSKI, S. 1970. p. 167 et seq., pp. 70-5; MARTENS, M. 1973. pp. 263-71; JAKOBIELSKI, S. 1975-b. pp. 349-60.

FIGURA 12.2 Arcadas da fachada leste da igreja de Qasr Ibrim. (Foto fornecida pelo dr. Gamal Mokhtar.)

FIGURA 12.3 Catedral de Faras. (Foto Museu Nacional de Varsóvia.)

VII ou princípio do VIII; por baixo dele, encontraram-se os restos de uma igreja ainda mais antiga, de tijolos crus. Não era a catedral, mas contava cinco naves e dezesseis colunas de sustentação, com 5,2 m de altura. A magnitude desses vestígios leva a crer na veracidade histórica das entusiásticas descrições feitas por um viajante árabe no século XI: Dongola era certamente uma capital importante, ao menos por seus monumentos.

Finalmente, entre 660 e 700, também os Makuritas adotaram a doutrina monofisita, fato que não deixou de ter importantes consequências.

Ao sul, na região da Sexta Catarata, formou-se o terceiro Estado cristão da Núbia: Alodia (Alwa, em árabe), cuja capital, Soba, não ficava muito longe da atual Cartum.

Por volta de 580, com o apoio dos Nobatas, chegava a Alodia uma missão bizantina, mas seu chefe, o bispo Longino, verificou que o país já estava em parte convertido pelos axumitas. Temos, portanto, ao fim do século VI, uma Núbia já cristã, composta de três reinos: Nobadia, ao norte; Makuria, no centro, e Alodia, ao sul. As relações entre os três ainda não estão bem definidas, pelo menos durante o início de sua existência autônoma[17].

Ainda há pouco tempo, a história da Núbia cristã era estudada como parte da egiptologia ou da história antiga e paleocristã, ligando-se mais especialmente à história do Egito copta. Tudo quanto se sabia sobre a Núbia cristã estava contido no trabalho fundamental de Ugo Monneret de Villard[18]. Em quatro volumes sobre a Núbia medieval[19], esse autor publicou um material ilustrativo bastante rico para a época e ainda hoje muito valioso para a pesquisa de numerosos detalhes. Embora escrevesse sobre descobertas arqueológicas, perscrutou também textos de autores árabes, dos quais muitos constituem a única fonte de informação, até agora, sobre fatos importantes da história da Núbia e sobre a cronologia de seus reis. Entre os manuscritos mais notáveis estão os de Al-Yaqubi (874), Al-Mas'udi (956), Ibn Hawqal (c. 960), Selim al-Aswani (c. 970), Abu Salih (c. 1200), al-Makin (1272), Ibn Khaldun (1342-1406) e principalmente Maqrizi (1364-1442)[20].

Desde a pesquisa de Monneret de Villard, vêm-se acumulando os achados arqueológicos, principalmente a partir da "campanha da Núbia" (1960-65),

17 ADAMS, W. Y. 1965. p. 170.

18 MONNERET DE VILLARD, U. 1938.

19 MONNERET DE VILLARD, U. 1935-57.

20 Uma lista dos mais importantes textos árabes e cristãos sobre a história da Núbia cristã foi levantada por VANTINI, G.

organizada pela Unesco com o objetivo de explorar os terrenos que seriam inundados pelas águas do Nilo retidas na barragem de Sadd-al-Ali. Em alguns lugares da Núbia setentrional a subida das águas foi tão lenta que permitiu o prosseguimento das escavações até 1971; em Qasr Ibrim, região não inundada, a pesquisa continua até hoje.

Os resultados das últimas investigações, muitos de valor excepcional, puseram novamente em foco os problemas da Núbia cristã. Publicaram-se os primeiros relatórios sobre os resultados das pesquisas: no *Kush* (Núbia sudanesa) e nos *Anais do Serviço de Antiguidades do Egito* (Núbia egípcia). Alguns relatórios forneceram matéria para séries de publicações independentes[21]. Novos trabalhos de síntese surgiram, e os grupos de estudo deslocaram-se para regiões ao sul da área ameaçada pelas águas.

Uma nova abordagem do problema do cristianismo na Núbia deve-se a W. Y. Adams (especialmente quanto à classificação de cerâmica)[22], B. Trigger[23], L. P. Kirwan[24], P. L. Shinnie[25], J. M. Plumley[26], K. Michalowski[27], S. Jakobielski[28] e W. H. C. Frend[29]. Merecem particular atenção as informações detalhadas que J. Leclant[30] publica anualmente em *Orientalia* sobre as mais recentes descobertas na Núbia.

Em 1969, realizou-se na Villa Hugel, em Essen, o primeiro simpósio sobre a Núbia cristã. Reuniram-se muitos dados – em parte hipotéticos –, que foram depois publicados em separata sob a orientação de E. Dinkler[31]. Em 1972, tinha lugar em Varsóvia o segundo simpósio, cujos resultados foram editados em 1975[32].

Embora a Núbia não pertencesse, como o Egito, ao Império Bizantino, havia entre ambos um laço específico, criado pelas missões dos padres Juliano e Longino. A

21 SÄVE-SÖDERBERGH, T. 1970; ALMAGRO, M. 1963-5; MICHALOWSKI, K. 1965-c.

22 ADAMS, W. Y. 1961. pp. 7-43; id. 1962-a. pp. 62-75; id. 1962-b. pp. 245-88; ADAMS, W. Y. & NORDSTRÖM, H. A. 1963. pp. 1-10; ADAMS, W. Y. 1964-a. pp. 227-47; id. 1965-a. pp. 148--76; id. 1965-b. pp. 87-139; id. 1966-a. pp, 13-30; id. 1968. pp. 194-215; id. 1967. pp. 11-19; SÄVE--SÖDERBERGH, T. 1970. pp. 224, 225, 227, 232, 235; id. 1972. pp. 11-17.

23 TRIGGER, B. G. 1965. pp. 347-87.

24 KIRWAN, L. P. 1966. pp. 121-8.

25 SHINNIE, P. L. 1965. pp. 263-73; id. 1971-a. pp. 42-50.

26 PLUMLEY, J. M. 1970. pp. 129-34; id. 1971. pp. 8-24.

27 MICHALOWSKI, K. 1965-a. pp. 9-25; id. 1967-b. pp. 194-211; id. 1966-b.

28 JAKOBIELSKI, S. 1972.

29 FREND, W. H. C. 1968. p. 319; id. 1972-a. pp. 224-9; id. 1972-b. pp. 297-308.

30 LECLANT, J. 1954.

31 MICHALOWSKI, K. 1975.

32 MICHALOWSKI, K. 1975.

organização do governo núbio era calcada diretamente sobre a burocracia bizantina, conforme revela a própria nomenclatura. É certo que, ao invadirem o Egito em 616, os persas detiveram-se na fronteira da Núbia mas existem evidências de que o reino núbio do norte foi invadido por destacamentos sassânidas acampados ao sul da Primeira Catarata. De qualquer modo, a ocupação de Cósroes II pôs fim às comunicações diretas entre a Núbia e o Egito, que nessa época já era cristão, interrompendo os contatos entre o clero núbio e o patriarcado de Alexandria, oficialmente responsável pela Igreja da Núbia. Em 641 o Egito caía sob o poder dos árabes e, durante séculos, a Núbia cristã permaneceu isolada da cultura mediterrânica.

A princípio, os árabes não deram grande importância à conquista da Núbia, limitando-se a incursões armadas nas terras do norte. Uma vez submetido o Egito, assinaram com a Núbia um tratado (*baqt*) que obrigava os núbios a um tributo anual de escravos e mercadorias em troca de uma quantidade razoável de roupas e alimentos que os árabes se comprometiam a fornecer-lhes. Durante os sete séculos de independência da Núbia cristã, o tratado foi respeitado, em princípio, por ambas as partes. Alguns choques ocasionais, como o ocorrido logo após a assinatura do *baqt,* em 651-2, quando o emir Abdallah ibn Abi Zar penetrou até Dongola, não impediram que se mantivesse entre a Núbia e o Egito muçulmano um comércio constante[33].

Foi sem dúvida por causa das primeiras escaramuças entre núbios e árabes do Egito que dois reinos núbios, o do norte e o do centro, se uniram num só Estado. Baseando-se em fontes árabes, mais antigas, Maqrizi afirma que, em meados do século VII, o mesmo rei, Qalidurut[34], governava a Núbia setentrional e central, até os limites de Alodia. Já as fontes cristãs parecem provar que a união da Núbia foi obra do rei Merkurios, que subiu ao trono em 697 e fez de Dongola a capital do reino unido. A este rei se atribui a introdução do monofisismo em Makuria.

A questão do monofisismo na Núbia ainda não está bem clara, especialmente no que concerne às relações do reino com a Igreja ortodoxa melquita. É possível que o rito melquita persistisse, de certa forma, no interior do reino. Sabe-se, efetivamente, que ainda no século XIV a província de Maris, ou seja, o antigo reino da Núbia setentrional, pertencia à diocese de um bispo melquita que, como metropolita residente em Tafa, controlava a Núbia toda. Por outro lado, a não ser durante o século VIII, Alexandria teve sempre dois patriarcas: um monofisita e outro melquita[35].

33 ADAMS, W. Y. 1965-c. p. 173.

34 MICHALOWSKI, K. 1967-b.

35 MONNERET DE VILLARD, U. 1938. pp. 81, 158-9; SHINNIE; P. L. 1954-a. p. 5.

A união dos dois reinos núbios resultou em grande progresso político e econômico. A Merkurios sucedeu o "grande" rei Kyriakos, a quem estavam subordinados trinta governadores. Como os faraós do Egito, também os reis da Núbia eram altos sacerdotes. Além de poder intervir em matéria de religião, desempenhavam certas funções religiosas – com a condição de não manchar as mãos com sangue humano[36].

Ao saber que um governador omíada aprisionara o patriarca de Alexandria, o rei Kyriakos usou desse pretexto para atacar o Egito e penetrar até al-Fustat[37]. Libertado o patriarca, retornaram os núbios a seu país. Isso demonstra que a Núbia não se limitava estritamente à defesa, mas tomava também a ofensiva contra o Egito muçulmano.

Descobriram-se recentemente em Qasr Ibrim alguns papiros importantes para o esclarecimento das relações entre o Egito e a Núbia durante esse período. Trata-se de uma correspondência entre o rei da Núbia e o governador do Egito: do texto mais longo, datado de 758, consta um protesto escrito em árabe por Musa K'ah Ibn Uyayna contra os núbios que desrespeitavam o *baqt*[38].

As expedições militares não são, porém, as únicas evidências de que o Estado núbio já florescia no início do século VIII. Há testemunhos arqueológicos do extraordinário desenvolvimento da arte, da cultura, da arquitetura monumental núbia a esse tempo. Em 707, o bispo Paulos reconstruiu a catedral de Faras, decorando-a com esplêndidos murais[39]. Durante o mesmo período, importantes edifícios religiosos foram construídos na antiga Dongola[40], e outras igrejas foram cobertas de magníficas pinturas, como em Abdallah Nirqui[41] e es-Sebua[42]. A partir dessa época a pintura mural aparece em todos os locais de cerimônia.

Quanto ao cristianismo entre as classes humildes, tanto as escavações recentes como as que foram realizadas em sítios conhecidos há algum tempo revelam até que ponto ele estava difundido nas aldeias, já no século VIII[43].

36 MONNERET DE VILLARD, U. 1938. p. 99.

37 MONNERET DE VILLARD, U. 1938. p. 98.

38 PLUMLEY, J. P. & ADAMS, W. Y. 1974. pp. 237-8; MOORSEL, P. Van, JACQUET, J. & SCHNEIDER, H. 1975.

39 MICHALOWSKI, K. 1964. pp. 79-94; LECLANT, J. & LEROY, J. 1968. pp. 361-2; HINTZE, F. & U. 1968. pp. 31-3, figs. 140-7; WEITZMANN, K. 1970. pp. 325-46; GOLGOWSKI, T. 1968. pp. 293-312; MARTENS, M. 1972. pp. 207-50; id. 1973; MICHALOWSKI, K. 1974.

40 Ver nota 16 acima.

41 KLASENS, A. 1964. pp. 147-56; MOORSEL, P. Van. 1967. pp. 388-92; id. 1966. pp. 297-316; id. *Actas del VIII Congreso Internacional de Arqueologia Cristiana.* Barcelona, 1972. pp. 349-95; id. 1970. pp. 103-10.

42 DAUMAS, F. Cairo, 1967. p. 40 et seq.; id. 1965. pp. 41-50

43 VERCOUTTER, J. 1970. pp. 155-60.

Foi provavelmente em fins do século VIII e princípios do IX que o rei Yoannes anexou ao reino unido da Núbia a província meridional de Alodia[44].

O período cristão, na Núbia, foi marcado por grande progresso econômico. Só na região setentrional, a população chegou a cerca de 50 mil pessoas[45]. Com a *saqia* (roda d'água), introduzida no período ptolomaico e romano, era possível o aproveitamento das terras entre as enchentes do Nilo, muito abundantes nessa época[46]: cultivava-se o trigo, a aveia, o sorgo, a vinha. Nas plantações de tamareiras, as fartas colheitas contribuíam para elevar o nível de vida. Aumentara o comércio com as nações vizinhas, estendendo-se mesmo aos países mais distantes. Makuria vendia marfim para Bizâncio, cobre e ouro para a Etiópia. Caravanas de mercadores, em camelos ou em barcos a remo, penetravam até o coração da África, onde ficam hoje a Nigéria e Gana.

Os trajes preferidos pela população mais abastada eram os bizantinos. As mulheres usavam longas túnicas, geralmente enfeitadas com bordados coloridos[47].

O sistema de governo, como dissemos, seguia o modelo bizantino. O governador civil da província era o eparca; o símbolo de sua autoridade, uma coroa com chifres, que ele usava sobre um elmo ornado com um crescente[48]. Vestia geralmente uma túnica larga, presa por uma faixa. Os bispos usavam, sobre trajes litúrgicos ricos e elaborados, uma estola com franjas enfeitadas com pequenos sinos.

Muitos autores antigos referem-se à fama dos núbios como arqueiros. Além do arco, manejavam também o dardo e a espada.

As residências particulares eram de tijolo cru; tinham diversos compartimentos, com tetos abobadados ou telhados planos de madeira, palha e argila. Na época de maior prosperidade do reino, as paredes eram mais maciças e caiadas. Edifícios de mais de um andar destinavam-se, talvez, à defesa. Em alguns bairros, havia água encanada. Nas ilhas da Segunda Catarata, encontraram-se restos de paredes de pedra bruta. No norte da Núbia, as aldeias eram cercadas de muralhas para proteção contra invasões árabes. Às vezes, os habitantes construíam armazéns comunitários para o caso de se verem sitiados. Junto ao centro da aldeia, erguia--se a igreja.

Nos edifícios sacros, empregavam-se geralmente tijolos crus. As raras exceções conhecidas são as catedrais de Qasr Ibrim, Faras e Dongola, com paredes de

44 MONNERET DE VILLARD, U. 1938. p. 102; MICHALOWSKI, K. 1965-a. p. 17.

45 TRIGGER, B. G. 1965. p. 168.

46 TRIGGER, B. G. 1965. p. 166.

47 HOFMANN, I. 1967. pp. 522-92.

48 MICHALOWSKI, K. 1974. pp. 44.5.

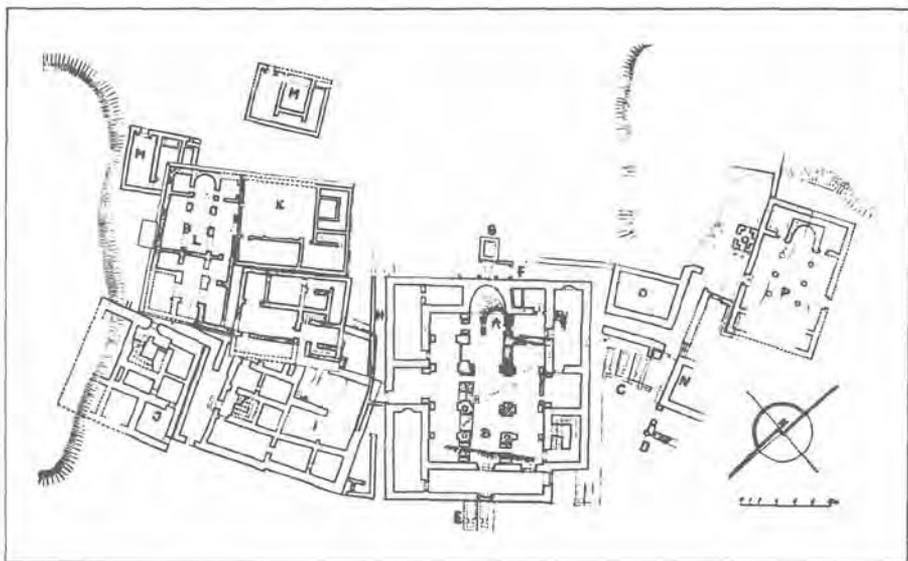
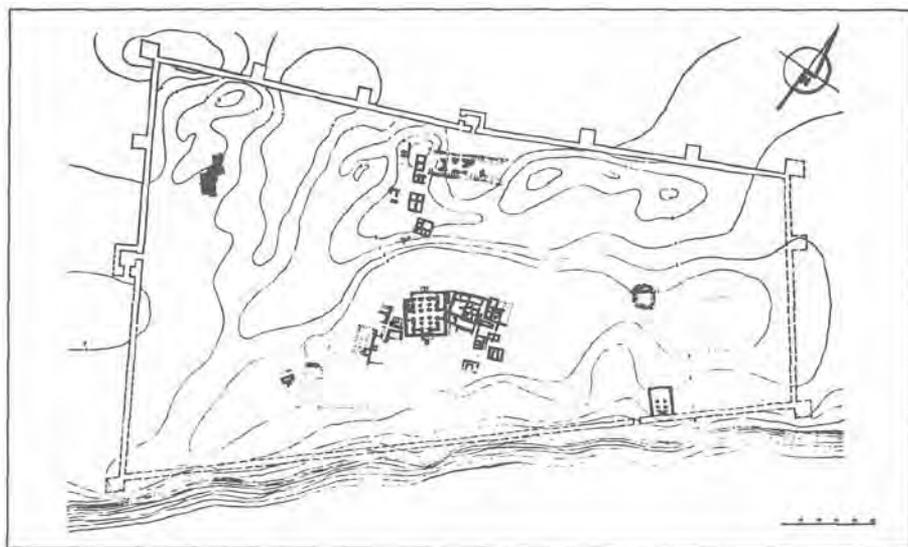



FIGURA 12.4 Planta geral do sítio no interior das muralhas. No meio: o Grande Kom; no alto, à esquerda: vestígios da Grande Igreja; embaixo, à direita: a Igreja da Porta do Rio.

FIGURA 12.5 Edifícios cristãos descobertos pela expedição polonesa (1961-1964).
4.a. Igreja de tijolo; 4.b. a catedral; 4.c. túmulos de bispos dos séculos VIII e IX; 4.d. pilar sustentando a cruz; 4.e. túmulos de bispos do século X; 4.f. capelas comemorativas de Yoannes; 4.g. túmulos de Yoannes; 4.h. corredor norte; 4.i., 4.j. antigo mosteiro e palácio; 4.k. mosteiro norte; 4.l. igreja do mosteiro; 4.m. casas; 4.n. residência do bispo (provavelmente um mosteiro); 4.o. edifício não identificado; 4.p. igreja sobre a encosta sul de Kom; 4.q. túmulo do bispo Petros.

pedra ou de tijolo cozido. O estilo predominante era o basilical, mas encontram--se, por vezes, igrejas cruciformes ou de plano central. Quanto à decoração no primeiro período, isto é, até o fim do século VII, não há outras fontes além das grandes catedrais já mencionadas.

A não ser em caso de reaproveitamento de edifícios pagãos, como em Faras, por exemplo, a decoração era de arenito e repetia as volutas tradicionais, motivos helenísticos que a arte meroíta copiara do oriente romano. São dignos de nota os capitéis admiravelmente esculpidos com volutas e ornatos de folhagem. É muito provável que se usassem, como imagens rituais, ícones esculpidos ou pintados sobre madeira.

Nos monumentos mais antigos da arte cristã, na Núbia, notam-se fortes influências do Egito copta[49], especialmente quanto aos motivos, como por exemplo no friso de pombas ou águias, que faz lembrar as imagens dessas aves nas estelas coptas[50].

A partir do século VIII, a técnica usada na pintura decorativa das igrejas núbias é a do *fresco-secco*. Foi possível reconstituir certa evolução geral do estilo na pintura núbia[51], depois que se descobriram, em Faras, de 1961 a 1964, 120 murais perfeitamente conservados. Neles apareciam os bispos cujos nomes e tempo de episcopado constavam da Lista dos Bispos. As deduções com base nesses documentos foram confirmadas por fragmentos de murais de outras igrejas núbias.

Era Faras, incontestavelmente, o centro artístico pelo menos da Núbia setentrional, nessa época[52]. O estilo das pinturas encontradas mais ao norte, em Abdallah Nirqi[53] e em Tamit[54] ou ao sul, em Sonqi Tino[55], é positivamente provinciano em comparação com as obras-primas de Faras.

Do começo do século VIII até meados do IX, os pintores núbios preferiram os tons violeta em suas composições. Havia, então, uma forte influência da arte copta, cujas tradições remontavam ao estilo expressivo dos retratos do Faium.

---

49 DU BOURGUET, P. 1964-b. p. 221 et seq.; WESSEL, K. 19.64. p. 223 et seq.; id. 1963; DU BOURGUET, P. 1964-a. pp. 25-48.

50 PLUMLEY, J. M. 1970. pp. 132-3, figs. 109-19; JANSMA, N. & GROOTH, M. de. 1971. pp. 2-9; TÖRÖK, L. 1971.

51 MICHALOWSKI, K. 1964. pp. 79-94; ver também nota 39 acima.

52 MICHALOWSKI, K. 1966.

53 KLASENS, A. 1967. p. 85 et seq.; CASTIGLIONE, L. 1967. pp. 14-19; MOORSEL, P. Van. 1966. pp. 297-316; id. 1967. pp. 388-92; id. 1970. pp. 103-10; id. *Actas del VIII Congreso Internacional de Arqueología Cristiana.* Barcelona, 1972. pp. 349-95; MOORSEL, P. Van, JACQUET, J. & SCHNEIDER, H. 1975.

54 Missão Arqueológica da Universidade de Roma no Egito. Roma, 1967.

55 DONADONI, S. & VANTINI, G. 1967. pp. 247-73; DONADONI, S. & CURTO, S. 1965. p. 123 et seq.; DONADONI, S. 1970. pp. 209-18.

FIGURA 12.6 Cabeça de Santa Ana: mural da nave norte da catedral de Faras (século VIII). (Foto Unesco.)

FIGURA 12.7 Faras: verga de porta decorada do início da Era Cristã (segunda metade do século VI ou início do século VII). (Foto Museu Nacional de Varsóvia.)

Entre as obras mais representativas dessa fase, podemos situar a cabeça de Santa Ana de Faras (hoje no museu de Varsóvia)[56]. Entretanto, mesmo nessa obra, pode-se observar certa relação com a arte e os temas bizantinos[57].

Depois, esse estilo evoluiu, e até meados do século X predomina a tonalidade branca, talvez refletindo o influxo da pintura sírio-palestina, onde é característica a representação de pregas duplas no vestuário e de outros traços iconográficos[58]. A fonte dessa evolução estaria talvez em Jerusalém, nesse tempo um local de peregrinação para todos os povos cristãos do Oriente.

Sabe-se que laços muito estreitos ligavam, na época, o reino monofisita da Núbia e a seita monofisita dos jacobitas de Antioquia. Tanto o diácono João[59] como Abu Salih[60] relatam que, durante o reinado de Kyriakos, o chefe da Igreja núbia era o patriarca monofisita (jacobita) de Alexandria. É também por esse tempo que aparece pela primeira vez na pintura núbia uma forte tendência realista, cujo melhor exemplo é o retrato do bispo Kyrios, de Faras (hoje no Museu de Cartum)[61].

Durante as escavações, encontrou-se grande quantidade de objetos, entre os quais predominava, naturalmente, a cerâmica. Sobre eles, W. Y. Adams realizou estudos sistemáticos[62], conseguindo identificar vestígios de um interessante desenvolvimento técnico, estilístico e socioeconômico.

Após os progressos alcançados na época do Grupo X, a cerâmica modelada perdeu em criatividade, como se observa pela escassez de formas novas e de padrões decorativos no início do período cristão. Também a cerâmica torneada sofreu uma evolução: se, por um lado, a produção de vasos para armazenamento e consumo de vinhos parece diminuir com a interrupção do comércio com o Mediterrâneo, por outro lado verifica-se um certo refinamento, aparecendo os primeiros vasos com suporte para facilidade de manipulação.

---

56 MICHALOWSKI, K. 1965-b. p. 188, il. 11, 2; id. 1967. p. 109, il. 27, 32; ZAWADZKI, T. 1967. p. 289; MICHALOWSKI, K. 1970. fig. 16; MARTENS, M. 1972. p. 216, fig. 5.

57 MICHALOWSKI, K. 1967-b. p. 74; JAKOBIELSKI, S. 1972. pp. 67-9; MARTENS, M. 1972. pp. 234-49.

58 WEITZMANN, K. 1970. p. 337.

59 PATROLOGIA ORIENTALIS. pp. 140-3.

60 EVETTS, B. T. A. & BUTLER, A. J. 1895; MONNERET DE VILLARD, U. 1938. pp. 135-6; GRIFFITH, F. L. 1925. p. 265.

61 MICHALOWSKI, K. 1966-b. p. 14, il. VI, 2; id. 1967-b. p. 117, il. 37; JAKOBIELSKI, S. 1966. pp. 159-60, fig. 2 (lista); MICHALOWSKI, K. 1970. il. 9; MARTENS, M. 1972. pp. 240-1, 248 et seq.; JAKOBIELSKI, S. 1972. pp. 86-8, fig. 13.

62 Mais recentemente, ADAMS, W. Y. 1970. pp. 111-23.

FIGURA 12.8 Fragmento de um friso decorativo em arenito do abside da catedral de Faras (primeira metade do século VII). (Foto Museu Nacional de Varsóvia.)

FIGURA 12.9 Faras: Capitel de arenito (primeira metade do século VII). (Foto Museu Nacional de Varsóvia.)

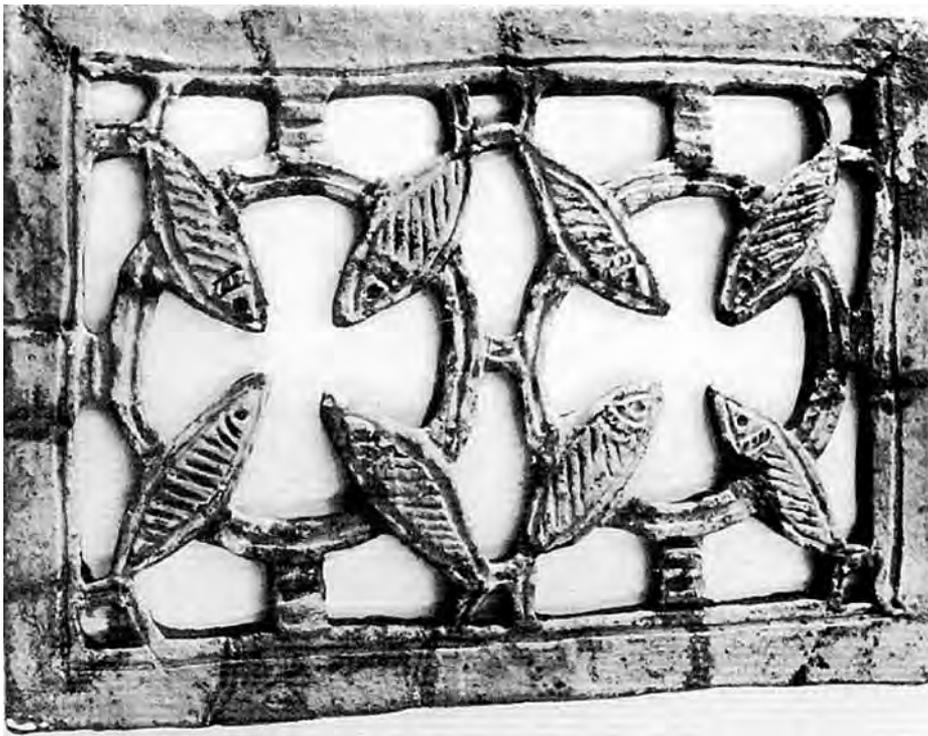



FIGURA 12.10 Janela em terracota da Igreja das Colunas de Granito na Velha Dongola, Sudão (fim do século VII). (Foto Museu Nacional da Varsóvia.)

FIGURA 12.11 Cerâmica da Núbia cristã. (Foto fornecida pelo dr. Gamal Mokhtar.)

Mesmo antes de 750, grande parte da cerâmica usada no sul era proveniente de Assuã; esse fornecimento não foi interrompido mesmo quando os muçulmanos ocuparam o Egito.

Em suma: até o século IX, a Núbia gozou de um período inicial de prosperidade, sem ser muito perturbada pela vizinhança dos muçulmanos, em geral pacíficos. Não é fácil discernir uma unidade cultural entre as primeiras comunidades cristãs da Núbia. Em Faras, aristocratas e oficiais administrativos falavam grego, como também os dignitários da Igreja. O clero compreendia inclusive o copta, que talvez fosse a língua de muitos refugiados. Quanto ao dialeto núbio, embora largamente empregado pela população, não chegou até nós em forma escrita. Os registros que temos são de data bem mais recente, provavelmente não anterior a meados do século IX.

Estava ainda por vir, ao redor do ano de 800, o período áureo da Núbia cristã.

CAPÍTULO 13

A cultura pré-axumita

H. De Contenson

Quase nada se sabe acerca dos primeiros habitantes da Etiópia setentrional. Ao que parece, até emergirem da Pré-História, por volta do século V antes da Era Cristã, sua densidade demográfica não era muito elevada. A julgar pelas raras informações de que dispomos, sua evolução não deve ter sido muito diferente da dos outros grupos humanos dessa região oriental que, por seu aspecto cartográfico, foi cognominada "o Chifre da África".

Os poucos utensílios de pedra que restam dos dez últimos milênios antes da Era Cristã assemelham-se às indústrias da Idade da Pedra Tardia da África meridional.

Pelas pinturas rupestres encontradas desde o norte da Eritreia até a terra de Harrar, pode-se deduzir que a região era habitada por povos pastores, que reproduziam nos rochedos as figuras de seus animais: um gado sem corcova, de chifres longos, parecido com o que se criava, a esse tempo, no Saara e na bacia do Nilo. Conclui-se que eram muito antigas as relações entre esses povos e o mundo egípcio.

Também no campo linguístico deve-se considerar a importância do elemento cuxita como um fato local que começa a manifestar-se em outras áreas.

Algumas descobertas recentes em Gobedra, perto de Axum (Phillipson, 1977), revelam que já no III ou IV milênio se usava a cerâmica e se cultivava o sorgo. Isso quer dizer que, paralelamente às atividades pastoris, existia nessa época uma

agricultura especificamente etíope; essas novas técnicas já denunciam um tipo de vida mais sedentário, mais propício ao desenvolvimento de uma civilização.

Muito pouco nos dizem os autores antigos gregos e latinos sobre os séculos que precederam a construção da cidade de Axum e a fundação de sua primeira dinastia real. Podemos, no entanto, situar esses fatos no século II da Era Cristã, segundo o testemunho do geógrafo Cláudio Ptolomeu[1], confirmado cerca de um século depois pelo *Periplus Maris Erithraei* (*Périplo do Mar da Eritreia*)[2] e, recentemente, pelas descobertas arqueológicas[3].

O que sabemos pelos antigos é que Ptolomeu Filadelfo fundou em meados do século III antes da Era Cristã o porto de Adulis, e que este foi ampliado por seu sucessor, Ptolomeu III Evergeta, sendo considerado por Plínio, por volta de +75, um dos mais importantes portos de escala do mar Vermelho (*maximum hic emporium Troglodytarum, etiam Aethiopum*). E também Plínio que nos fala das numerosas tribos dos *Asachae,* que viviam da caça ao elefante nas montanhas situadas a cinco dias do mar (*inter montes autem et Nilum Simbarri sunt, Palugges, in ipsis veri montibus asachae multis nationibus; abesse a mari dicuntur diem V itinere: vivunt elephantorum venatu*)[4]. Entretanto, a associação que se propôs entre o termo étnico *asachae* e o nome de Axum não passa de uma hipótese.

Outras fontes escritas da mesma época, e particularmente os textos sul--arábicos até hoje conhecidos, não parecem conter a menor alusão ao que se passava então na margem africana do mar Vermelho.

Excetuando-se as lendas, que não constituem matéria deste capítulo, a única fonte de informação de que dispomos são as descobertas arqueológicas feitas a partir do início do século XX. Através dos achados foi possível reconstituir a época pré-axumita, que, segundo F. Anfray, pode ser subdividida em dois períodos: o período sul-arábico e o período intermediário[5].

O período sul-arábico

E um período de "forte influência sul-arábica sobre a Etiópia do norte", a qual se manifesta sobretudo na semelhança entre as inscrições e os monumentos

1 PTOLOMEU, Cláudio. 1932; CONTENSON, H. de. 1960. pp. 77, 79, fig. 2.

2 CONTENSON, H. de. 1960. pp. 75-80; PIRENNE, J. 1961. pp. 441, 459.

3 CONTENSON, H. de. 1960. pp. 80-95.

4 PLÍNIO. 1938-62; CONTENSON, H. de. 1960. pp. 77, 78, fig. 1.

5 ANFRAY, F. 1967. pp. 48-50; id. 1968. pp. 353-6.

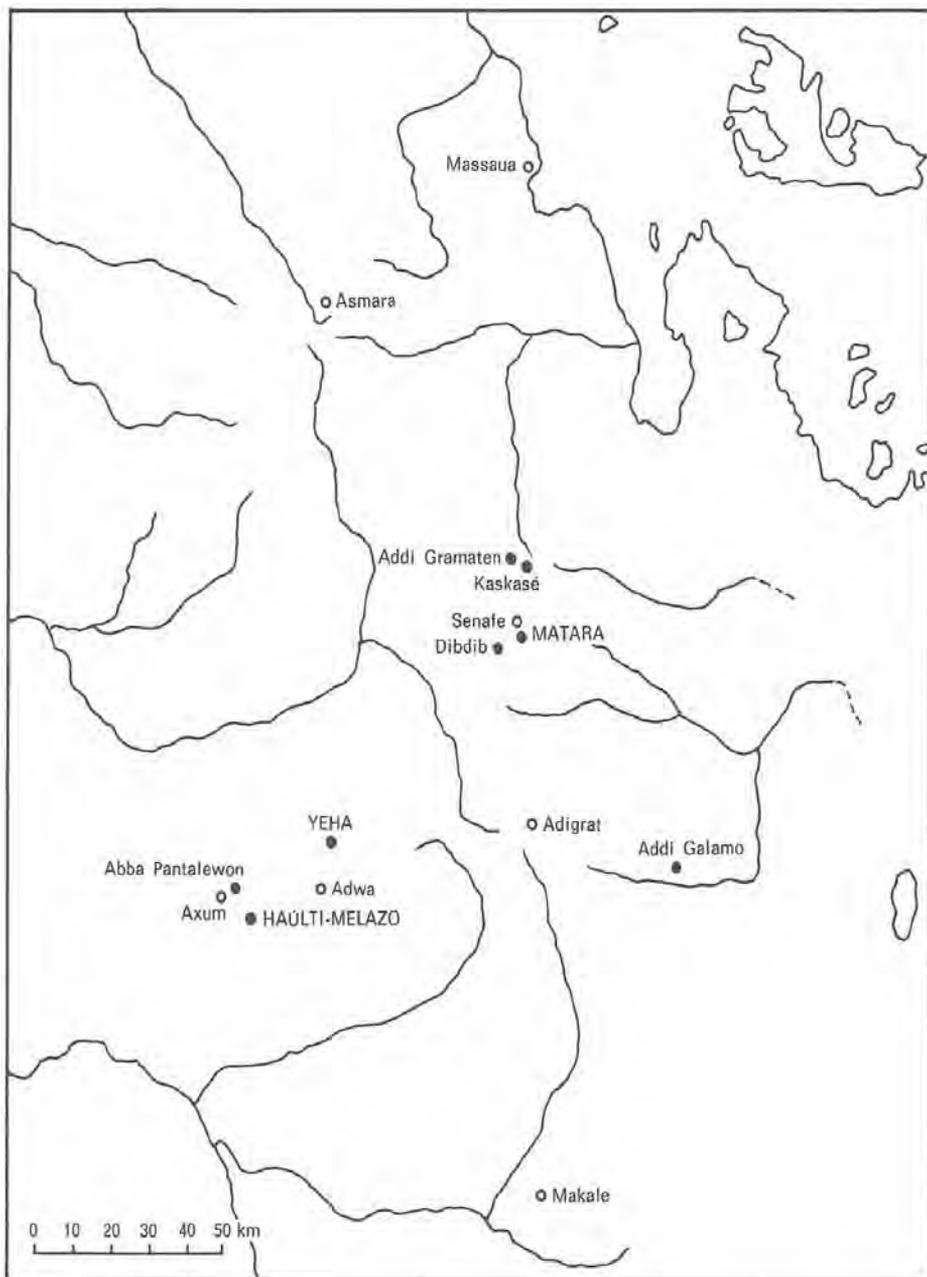



FIGURA 13.1 A Etiópia no período sul-arábico. Os pontos representam os sítios arqueológicos, sendo os mais importantes grafados com maiúscula. Os círculos indicam as cidades atuais. (Mapa fornecido pelo autor.)

descobertos na Eritreia e no Tigre e os da Arábia do Sul à época da hegemonia do reino de Sabá. Os exemplares sul-arábicos estão datados dos séculos V e IV antes da Era Cristã – cronologia adotada pelos especialistas com base nos estudos paleográficos e estilísticos de J. Pirenne[6]. É de consenso geral que as mesmas datas podem ser atribuídas aos achados da Etiópia. Entretanto, não se pode afastar definitivamente a hipótese de C. Conti-Rossini, que admite uma defasagem entre as duas margens do mar Vermelho[7]. Segundo F. Anfray, "há razões para crer que no futuro a cronologia deva ser reduzida, talvez avançando-se as datas do período sul-arábico".

O único monumento arquitetônico conservado desse, período é o templo de Yeha, mais tarde transformado em igreja cristã. Edificado com grandes blocos meticulosamente ajustados com entalhações e bossagens, consiste em uma cela retangular de cerca de 18,60 m por 15 m, apoiada numa base piramidal de oito degraus. Como observou J. Pirenne, as fachadas desse templo, conservadas até a altura de 9 m, receberam o mesmo tratamento dado a edifícios encontrados em Marib, capital do reino de Sabá, cujo templo também se erguia sobre degraus. Entretanto, o plano de Yeha não corresponde ao de nenhum dos santuários sul-arábicos conhecidos[8]. Ao mesmo período parecem pertencer as ruínas de outro edifício de Yeha, que vão agora surgindo com as escavações em Grat-Beal-Guebri[9]: são pilares megalíticos retangulares erguidos sobre um terraço elevado. Pilares semelhantes foram encontrados também em dois outros sítios: Haúlti e Kaskasé. No alto da colina de Haúlti, ao sul de Axum, dispõem-se em aparente desordem; talvez nem estejam na posição original[10]. Em Kaskasé, na estrada que vai de Yeha a Adulis, encontram-se seis pilares, cujo alinhamento se desconhece, pois que o sítio ainda não foi explorado[11]. De qualquer maneira, lembram as séries de gigantescos pilares megalíticos quadrangulares dos santuários de Marib (Awwam, Bar'an) e de Timna (templo de Ashtar).

É ainda para Marib que apontam outros elementos esculpidos descobertos em Yeha, como as placas denticuladas e caneladas, e o friso com figuras de cabritos-monteses, também encontrados na região de Melazo, em Haúlti e Enda

6 PIRENNE, J. 1955; id. 1956.

7 CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 110-1.

8 KRENCKER, D. 1913. pp. 79·84, fig. 164-76; PIRENNE, J. 1965. pp. 1044-8.

9 KRENCKER, D. 1913. pp. 87-9, fig. 195-9; ANFRAY, F. 1963. pp. 45-64; id. 1972-a. pp. 57-64; FATTOVICH, R. 1972. pp. 65-86.

10 CONTENSON, H. de. 1963-b. pp. 41-86; PIRENNE, J. 1970-a. pp. 121-2.

11 KRENCKER, D. 1913. pp. 143-4, fig. 298-301.

Cerqos. Este setor de Melazo, cerca de 10 km ao sul de Axum, revelou-se um rico centro de esculturas do período sul-arábico. Além das estelas de Haúlti e das placas já mencionadas, que podem ter servido de revestimento para paredes, descobriram-se ainda várias obras reutilizadas em posteriores reformas; as mais notáveis são o *naos* e as estátuas encontradas em Haúlti.

O monumento a que J. Pirenne propôs chamar *naos,* denominação mais apropriada que "trono", anteriormente sugerida, foi esculpido em um único bloco do fino calcário local e mede cerca de 140 cm de altura. Quatro pés em forma de patas de touro, duas voltadas para diante e duas para trás, sustentam uma base decorada com duas barras, sobre a qual repousa um nicho coberto de ornamentos (exceto na parte posterior, inteiramente lisa). Sobre o nicho há um dossel em forma de arco rebaixado, com 67 cm de largura e 57 cm de profundidade. Em toda a borda, da espessura de 7 cm, vêem-se cabritos-monteses deitados, em duas filas que convergem para uma árvore estilizada, no ponto mais alto do *naos.* Também as bordas laterais são decoradas com figuras de cabritos-monteses voltadas para o centro do nicho, em métopes superpostas de 13 cm de largura. Na face externa, uma mesma cena é representada em baixo-relevo na decoração de ambos os lados: duas figuras em atitude de marcha. Um homem alto e barbado, carregando uma espécie de ventarola, é precedido por uma pequena figura segurando um bastão. O nariz de ambos, ligeiramente aquilino, dá-lhes aparência semítica; os cabelos são representados por pequenas pastilhas. A personagem menor veste uma túnica lisa, que se alarga na altura dos tornozelos, e traz uma capa sobre os ombros; sobre sua cabeça, do lado direito do *naos,* há um nome próprio masculino em escrita sabeana: *RFS* (Rafash). A personagem maior usa uma espécie de calção bufante, com um pano solto atrás e preso à cintura por uma faixa que parece amarrada nas costas, deixando uma parte pendente. O manto que traz sobre os ombros tem duas pontas amarradas num grande nó achatado sobre o peito. No baixo-relevo do lado esquerdo, ele segura com ambas as mãos o objeto descrito como uma espécie de ventarola; no da direita, porém, a mesma personagem ostenta um bracelete quádruplo no pulso esquerdo, e a mão direita empunha, além da ventarola, uma espécie de clava. Essas pequenas diferenças não chegam a sugerir que a cena não seja a mesma nos baixos-relevos de ambos os lados do *naos.* Mais adiante trataremos da sua interpretação.

No mesmo sítio, em Haúlti, descobriram-se várias estátuas de um mesmo tipo, das quais apenas uma está relativamente completa. Esta foi encontrada aos pedaços, misturados com fragmentos do *naos.* Mede 82 cm de altura e é feita de fino calcário branco com veios lilás, pedra originária do lugar. Representa uma

FIGURA 13.2 O "trono" ou "naos" de Haúlti: 1.a. lado esquerdo; 1.b. frente; 1.c. lado direito. (Fotos: Instituto Etíope de Arqueologia.)

mulher sentada, com as mãos pousadas sobre os joelhos, inteiramente vestida com uma túnica longa de estreitas pregas verticais representadas por estrias que acompanham as linhas do corpo. O decote, ligeiramente chanfrado na frente, e a faixa lisa e estreita que termina a barra da saia são debruados por um galão. Por cima da túnica traz um colar feito de três grossos cordões anelados, que sustenta, na frente, um peitoral em forma de escudo e, atrás, entre as omoplatas, um contrapeso em forma de trapézio com seis hastes verticais. Nos pulsos, tem braceletes tóricos quádruplos. As mãos estão estendidas sobre os joelhos e os pés descalços repousam sobre um pequeno suporte retangular. A cabeça, também nua, foi encontrada intacta, com exceção do nariz e da orelha direita. Os cabelos são representados por fileiras de pequenas pastilhas, e os olhos acentuados por uma linha em relevo. O queixo é redondo e as faces cheias desenham covinhas junto à boca, dando-lhe o aspecto de um bico e uma expressão sorridente, talvez involuntária. Percebe-se que essa estátua se destinava a ser encaixada num assento, pois a parte posterior das pernas é achatada e tem no meio uma cavilha vertical, bastante danificada[12].

Além dos fragmentos de pelo menos duas esculturas semelhantes, encontrou--se também uma estátua sem cabeça, que só diferia daquela descrita anteriormente por ser de execução mais grosseira e ter como ornamento apenas o colar de três voltas. Está sentada num tamborete decorado com uma barra.

A atitude das estátuas de Haúlti lembra a de uma estatueta descoberta por acaso, entre outras antiguidades, em Addi Galamo, sítio antigamente conhecido como Azbi Dera ou Hawila-Asseraw, na encosta ocidental do planalto do Tigre[13]. A estatueta mede 40 cm de altura aproximadamente e é bem mais rústica. As mãos descansam sobre os joelhos mas seguram duas taças cilíndricas, provavelmente receptáculos de oferendas. O cabelo também é representado por pastilhas, e as ranhuras guardam ainda os vestígios de um colar com contrapeso e de braceletes, talvez de metal precioso. A túnica termina em franja e não é pregueada, mas enfeitada com rosetas – provavelmente incrustadas –, que talvez representem bordados. O assento é um simples tamborete decorado com uma barra.

Em Matara, importante sítio nas vizinhanças de Kaskasé, numa camada pré-axumita da colina B, a equipe de F. Anfray desenterrou um fragmento de cabeça parecido com as de Haúlti, apenas mais rudimentar e em alto-relevo[14].

12 CONTENSON, H. de. 1962. pp. 68-83; PIRENNE, J. 1967. pp. 125-33.

13 SHIFERACU, A. 1955. pp. 13-5; CAQUOT, A. & DREWES, A. 1. 1955. pp. 18-26, pr. V-VIII; DORESSE, 1. 1957. pp. 64-5.

14 ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. pp. 60-1.

FIGURA 13.3 Estátua de Haúlti. 2.a. lado esquerdo; 2.b. busto.

FIGURA 13.4 Altar de incenso em Addi Galamo. (Fotos: Instituto Etíope de Arqueologia.)

O Museu Nacional de Roma abriga em seu acervo (MNR 12113) uma estatueta em calcário amarelado que apresenta muitos aspectos em comum com as de Haúlti: a cabeça e os braços quebraram-se, mas pela parte conservada, que mede 23,7 cm de altura, vê-se que é uma mulher sentada, com um longo vestido de pregas e um colar de duas voltas de onde pendem vários berloques esféricos e um peitoral com o respectivo contrapeso. Na parte inferior, em forma de pedestal, está inscrito um nome sul-arábico, Kanan, cuja grafia, segundo J. Pirenne, data do fim do século IV antes da Era Cristã[15]. Admite-se que essa estatueta um tanto rústica provenha da Arábia do Sul; entretanto, desde que não se conhece com precisão a sua origem, não é impossível que tenha sido produzida na Etiópia durante o período sul-arábico.

Na verdade, o material encontrado até agora na Arábia do Sul só revela semelhanças de ordem geral – a posição sentada, por exemplo: as chamadas "imagens de ancestrais", algumas femininas; representações de mulheres sentadas, nos baixos-relevos funerários de Marib, Haz ou do Museu de Aden; e a estátua de "Lady Bar'at" em Timna, em que J. Pirenne vê a grande deusa sul-arábica[16].

Já nos séculos IX e VIII antes da Era Cristã, era muito comum no domínio sírio-hitita (Tell Halaf, Zindjirli, Marash, Neirab) a figura da deusa ou mulher sentada, muitas vezes com uma taça nas mãos. Percebe-se, realmente, um certo parentesco entre as estátuas etíopes e as da Ásia Menor do fim do século VII e início do VI antes da Era Cristã (brânquides, efígies funerárias de Mileto), que representavam personagens corpulentas, sentadas com as mãos sobre os joelhos, usando trajes longos. Na mesma época e na mesma região, vamos encontrar rostos cheios, de olhos saltados, bocas em arco de círculo com os cantos voltados para cima, uma fisionomia muito semelhante à da estátua de Haúlti. Os mesmos traços aparecem também numa deusa frígia de Boghaz Keuy, conforme observou H. Seyrig, e numa cabeça de Mileto, assim como em outras esculturas jônicas. Essa expressão vai transformar-se em verdadeiro sorriso nas obras da Ática, durante a primeira metade do século VI antes da Era Cristã[17]. Aliás, várias afinidades da arte sul-arábica com a arte grega orientalizante do século VI, ou com os estilos dela derivados, do século V, já foram apontados por J. Pirenne.

A mesma figuração estilizada dos cabelos, lembrando as estátuas de Haúlti, pode ser observada numa cabeça da Acrópole, numa cabeça greco-persa de Amrit e ainda na Apadana de Persépolis, em que representa tanto os cabelos

15 JAMME, A. 1956. p. 67; CONTENSON, H. de. 1962. pp. 74-5, fig. 9; PIRENNE, J. 1965. pp. 1046-7.

16 CONTENSON, H. de. 1962. p. 76; PIRENNE,· J. 1967. p. 131.

17 CONTENSON, H. de. 1962. p. 77.

encarapinhados dos cuxitas negroides como as mechas cuidadosamente onduladas do oficial meda que os comanda[18]. É difícil, portanto, saber se os cabelos pastilhados são uma estilização de cabelos encaracolados ou a reprodução fiel dos cabelos crespos – uma diferença que bem poderia levar a conclusões de ordem étnica.

Se, por um lado, as estátuas sentadas encontram correspondentes tanto no helenismo orientalizante como na parte semita do Oriente Próximo, por outro lado nota-se a influência egípcia, e mais particularmente meroíta, nos colares com contrapeso, inspirados na *mankhit,* e também nas roupas pregueadas. Estas, conforme observa J. Pirenne, lembram as túnicas das rainhas de Méroe e a corpulência que estas herdaram de Ati de Punt, contemporânea de Hatshepsut[19].

Tais aproximações evidenciam a diversidade de influências refletidas nas "mulheres sentadas" do Tigre, mas não nos esclarecem quanto ao que elas representam. Também não é muito elucidativa a inscrição no pedestal de Addi Galamo, que parece fazer parte da estatueta: segundo A. J. Drewes, esse texto poderia significar "para que ele conceda um filho a YMNT"; segundo G. Ryckmans, "àquele que socorre Yamanat. Walidum"; segundo J. Pirenne, "à proteção [divindade protetora] do Iêmen. Walidum". Restam dúvidas, ainda, sobre se as mulheres representam rainhas ou altas personagens ou se, como quer J. Pirenne, são imagens da grande deusa. Apesar da dificuldade levantada pela presença simultânea de várias efígies mais ou menos idênticas, é preciso lembrar, em favor desta última interpretação de J. Pirenne, que os pedaços da estátua completa e os do *naos* estavam misturados, por ocasião das escavações, e que as proporções de ambos correspondiam, o que nos levou a crer que os dois monumentos deviam completar-se.

Inclinando-nos, pois, a rejeitar a hipótese de um trono vazio, do tipo encontrado na Fenícia, em Adulis ou em Tacazzé, e a seguir nossa primeira impressão, vendo no *naos,* como J. Pirenne, a "reprodução em pedra de um *naos* processional" em que repousasse uma imagem de culto. Afora uns poucos fragmentos encontrados em Haúlti, que poderiam provir de um monumento semelhante, esse *naos* é único no gênero. Embora nada de análogo tenha aparecido na Arábia do Sul – o que se poderia atribuir meramente ao estado atual das pesquisas arqueológicas no Iêmen –, alguns elementos idênticos aos do *naos* são observáveis em achados arqueológicos provenientes dessa região.

18 CONTENSON, H. de. 1962. p. 82.

19 CONTENSON, H. de. 1962. p. 78; PIRENNE, J. 1967. p. 132.

Os mesmos cascos de touro voltados para a frente e para trás podem ser vistos numa mobília de pedra identificada por G. van Beek e numa estatueta de Marib, em mármore[20]. Os cabritos-monteses de chifres recurvados aparecem frequentemente na região de Sabá (Marib, Haz), sempre deitados e muitas vezes em métopes superpostas e ainda na borda de uma estela chata, como a que se descobriu recentemente em Matara[21]. Num altar de Marib, reaparecem os cabritos associados a uma árvore estilizada, talvez comendo seus frutos. O significado religioso desses animais, associados ou não a uma "árvore da vida", parece não deixar margem a dúvidas. Grohmann praticamente demonstrou que o cabrito-montês simbolizava o deus lunar Almaqah, ao qual se consagrava também o touro[22].

Quanto aos baixos-relevos laterais do *naos,* embora estejam mais próximos da técnica persa aquemênida do que das obras sul-arábicas até agora conhecidas, aparentemente posteriores, existem paralelos entre as figuras neles representadas e a *ronde-bosse* em bronze de Marib: cabelos, olhos, orelhas, tanga, sandálias[23]. Não há diferença no tratamento dos olhos, da boca, dos cabelos em relação à estatueta de Haúlti. O nariz, que está faltando na estatueta, acentua, no *naos,* os traços semíticos da personagem maior, tipo ainda bastante comum no Tigre. Essa figura é muito semelhante à do rei de Punt, encontrada em Deir el-Bahari: a atitude decidida, o cabelo curto, a barba em ponta, o nariz aquilino, o cinto atado atrás, o calção com uma aba pendente[24].

A interpretação da cena representada nesses baixos-relevos ainda é objeto de discussões. Desde a primeira publicação, levantaram-se duas hipóteses. Uma, mais realista, associa a imagem maior a um servo que carrega um abanador ou um estandarte e mais uma clava ou um mata-moscas na mão direita; a figura que o precede seria uma criança, cujo sexo estaria determinado pela inscrição do nome masculino RFS. A segunda hipótese, mais conforme às convenções antigas, vê na personagem maior uma divindade ou um ser humano poderoso protegendo um ser inferior[25]. Adepto desse último ponto de vista, A. Jamme atribuiu o nome RFS à personagem maior, considerando-a uma divindade portadora de um abanador e uma clava, a resguardar uma mulher grávida –

20 CONTENSON, H. de. 1962. p. 79.

21 CONTENSON, H. de. 1962. p. 80; ANFRAY, F. 1965. p. 59, pr. LXIII, 2.

22 GROHMANN, A. 1914-b. pp. 40, 56-67.

23 ALBRIGHT, F. P. 1958.

24 CONTENSON, H. de. 1962. pp. 82-3.

25 CONTENSON, H. de. 1962. p. 73.

que no caso não seria outra senão a “mulher sentada” supostamente associada ao “trono”[26]. Por sua vez, J. Pirenne conclui tratar-se de uma personagem importante, “talvez mesmo um *mukarrib* ou chefe”, chamada RFS, apresentando à deusa (cuja estátua estaria colocada sobre o *naos*) as insígnias do poder: o abanador ou guarda-sol e a clava. Precedendo-a, viria uma mulher corpulenta, talvez sua própria esposa (figura menor), oferecendo o bastão[27]. Ainda que essa explicação possa parecer, atualmente, a mais plausível, é difícil admitir que o nome RFS, dada a posição em que foi inscrito, se aplique à personagem maior. Por outro lado, restaria explicar qual a associação entre a deusa-mãe e os símbolos do deus lunar masculino.

Entre as esculturas do período sul-arábico contam-se também as esfinges, embora estas até hoje só tenham sido encontradas na Eritreia, com exceção apenas de um pequeno fragmento, achado em Melazo[28]. A mais conservada provém de Addi Gramaten, no nordeste de Kaskasé: tem cabelos trançados, como algumas cabeças de terracota de um período posterior, em Axum, e como ainda hoje usam as mulheres do Tigre. Ostenta também um colar triplo[29], detalhe observado em outras duas esfinges, com cara trabalhada a martelo, que se projetam em relevo de uma placa de pedra encontrada em Matara[30]. Ainda em Dibdib, ao sul de Matara, encontrou-se outra esfinge, bastante mutilada[31]. J. Pirenne observa que estes leões de cabeça humana nada têm em comum com os grifos e as esfinges aladas de tradição fenícia, produzidos na Arábia do Sul num período posterior[32]. Sua origem encontra-se, talvez, nos protótipos egípcios ou meroítas, conforme já se sugeriu a respeito de uma cabeça sul-arábica de cabelos trançados e colar[33].

Uma categoria de objetos esculpidos em pedra muito bem representada na Etiópia do norte é a dos altares de incenso. A maioria deles é de um tipo bem conhecido na Arábia do Sul: forma cúbica com decoração arquitetônica, geralmente sobre uma base piramidal. Destes, o mais belo exemplo é o de Addi Galamo – segundo J. Pirenne, superior a todos os descobertos na Arábia do

26 JAMME, A. 1963. pp. 324-7. Não se sabe ao certo em que o autor se baseia para afirmar que a mulher do lado direito está grávida, mas não a do esquerdo, já que as duas figuras são exatamente idênticas.

27 PIRENNE, J. 1967. p. 132.

28 LECLANT, J. 1959-b. p. 51, pr. XLII, a.

29 DAVICO, A. pp. 1-6.

30 ANFRAY, F. 1965. p. 59, pr. LXIII, 4.

31 CONTI-ROSSINI, C. 1928. p. 225, pr. XLIII, n. 128-9; FRANCHINI, V. pp. 5-16, fig. 7-8, II-I.

32 PIRENNE, J. 1965. pp. 1046-7.

33 GROHMANN, A. 1927. fig. 55.

Sul. Achou-se uma série desses altares em Gobochela, Melazo, vários em Yeha, alguns fragmentos em Matara, e outros em locais não identificados[34]. De todos eles, porém, apenas dois, apesar de seus caracteres frustos, podem ser atribuídos ao período sul-arábico: um, o primeiro da Etiópia explicitamente designado como altar para queima de perfumes, *mqtr*, foi exumado em Matara[35], e o outro não muito distante dali, numa localidade chamada Zala Kesedmai. Este último distingue-se pelos baixos-relevos que ornamentam suas quatro faces: numa, vê-se o símbolo divino do disco e do crescente; na face oposta, uma "árvore da vida" estilizada, que de certo modo lembra a de Haúlti; para ela estão voltados os cabritos-monteses esculpidos nas outras duas faces[36].

Um grupo de quatro altares descobertos em Gobochela representa uma variante até então desconhecida: o altar de incenso de forma cilíndrica sobre um pedestal troncônico[37]. Sua decoração resume-se a um friso de triângulos e ao símbolo divino sul-arábico: o crescente encimado pelo disco.

Como na Arábia do Sul, junto a essas piras encontraram-se altares de libação, reconhecidos pelas canaletas por onde se escoava o líquido das oferendas. Em Yeha encontraram-se várias plataformas, análogas às de Hurreigha ou da região de Marib, cujo canal de escoamento reproduz a forma de um bucrânio. Numa delas, reproduzia-se certamente a cabeça de um animal, que não pôde ser identificado devido ao desgaste da pedra[38]. Outras ostentam belas inscrições em relevo e são ornamentadas com frisos de barras, como os queimadores de incenso[39]. O nome que recebem localmente essas plataformas – *mtryn,* termo não confirmado pelos achados da Arábia do Sul – foi tirado das inscrições existentes nos próprios objetos: no primeiro aqui citado, em um exemplar do segundo grupo e em um altar inédito, também para libações, descoberto em Matara. Deste mesmo sítio provêm espessas mesas de oferendas, análogas à de Yeha[40]. Já o altar de Addi Gramaten aproxima-se muito mais do tipo elaborado,

34 *Addi Galamo:* CAQUOT, A. & DREWES, A. J. 1955. pp. 26-32, pr. IX-XI; *Gobochela:* LECLANT, J. 1959-b. pp. 47-53; DREWES, A. J. 1959. pp. 90-7, pr. XXX, XXXI, XXXIV, XXXVIII; PIRENNE, J. 1970. p. 119, pr. XXIV, b; *Yeha:* DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 58-9, pr. XVI; id. 1970. p. 62, pr. XIX; *Matara:* ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. pp. 59, 75, 89-91, pr. LXIII, 3, LXXI; *Sítios não-identificados:* SCHNEIDER, R. 1961. p. 64, pr. XXXVIII, b.

35 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1967. pp. 89-91, pr. XLIII, 1-2.

36 ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. p. 76, pr. LXXIV.

37 LECLANT, J. 1959-b. pp. 48-9; DREWES, A. J. 1959. pp. 88, 89, 91, 94, pr. XXXV-XXXVII.

38 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 59-60, pr. XVI, b-e.

39 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 60-2, pr. XVIII, a-b.

40 ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. pp. 59, 75, 90, pr. LXXII, 1-3.

com frisos de barras em degraus[41]. O de Fikya, perto de Kaskasé, em formato de bacia e ornado com esfinges e leões, lembra mais o estilo meroíta, na opinião de J. Pirenne[42].

Além de esculturas, tudo o que se descobriu em termos de vestígios materiais, durante as escavações, foi uma cerâmica ainda pouco conhecida. Algumas jarras grandes, com asas e estrias roliças horizontais, bem como vasos em forma de tulipa, encontrados em Yeha e Matara, foram atribuídos a este período por F. Anfray, que relacionou esse material ao coletado em Es Soba, poucos quilômetros ao norte de Aden, que dataria do século VI antes da Era Cristã[43].

Os documentos epigráficos que a paleografia permite situar no período mais antigo são todos em caracteres sul-arábicos. A. J. Drewes, porém, divide-os em dois grupos: ao primeiro pertencem as inscrições de monumentos, em autêntica língua sabeana com algumas particularidades locais; ao segundo, as inscrições rupestres, numa grafia que imita a do primeiro grupo mas transcreve uma língua semítica provavelmente apenas aparentada ao sabeano[44]. Pelo que se deduz das pesquisas até hoje realizadas, a extensão geográfica desse segundo grupo devia limitar-se ao distrito de Acchele Guzai, na parte norte do planalto da Eritreia. As inscrições rupestres dessa região, em que predominam os nomes próprios de aspecto sul-arábico, trouxeram sobretudo informações de ordem onomástica, enquanto as dos monumentos do primeiro grupo contribuíram mais para dar uma ideia das crenças e da estrutura social da época.

Além de termos designativos de objetos de culto, como incensórios ou mesas de oferendas, esses textos citam um certo número de divindades que vão constituir um panteão mais ou menos idêntico ao do reino de Sabá. A lista mais completa que se conhece aparece num bloco reutilizado na igreja de Enda Cerqos, em Melazo: "... Astar e Awbas e Almaqah e Dat-Himyan e Dat-Ba'dan..."[45].

O nome Astar aparece em duas outras inscrições: uma de Yeha e outra de origem desconhecida[46]. É simplesmente a forma etiópica de Athtar, deus estelar também associado a Almaqah em três textos votivos, um em Yeha e dois em

41 DAVICO, A. 1946. pp. 1-3.

42 DREWES, A. J. 1956. pp. 179-82, pr. I; ANFRAY, F. 1965. pp. 6-7, pr. 111.

43 ANFRAY, F. 1966. pp. 1-74; id. 1970. p. 58.

44 DREWES, A. J. 1962.

45 DREWES, A. J. 1959. p. 99; SCHNEIDER, R. 1961. pp. 61-2.

46 SCHNEIDER, R. 1961. p. 64-5 (JE 671, grafia B1-B2); DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 60-1.

Matara[47]. Ainda em Matara, existe um altar dedicado a ShRQN, epíteto do mesmo deus, identificado ao planeta Vênus[48].

O segundo nome, Awbas, é o de uma divindade lunar só conhecida através de duas inscrições, em toda a Etiópia, uma na esfinge e outra no altar de Dibdib[49].

Almaqah (ou Ilumquh, segundo A. Jamme), porém, é o deus lunar que parece ter sido o mais venerado, tanto em Sabá como na Etiópia. Além de seu nome constar das inscrições de Matara, Yeha e Enda Cerqos, já mencionadas, só a ele são dedicados todos os textos de Gobochela, Melazo, o altar de Addi Galamo e um altar de libações em Yeha[50]. Foram-lhe consagrados também os grandes santuários de Awwam e Bar'an, em Marib, e provavelmente o templo de Yeha. Finalmente, são símbolos de Almaqah os cabritos de Matara, Yeha e Haúlti, os cascos de touro esculpidos no *naos* de Haúlti e o touro de alabastro de Gobochela[51].

As duas deusas Dat-Himyan e Dat-Ba'dan representam o culto solar; correspondem, respectivamente, ao "sol de verão" e ao "sol de inverno". A primeira é mencionada também no altar de libações de Addi Gramaten, em Yeha e em Fikya; a segunda, em inscrições fragmentárias de Matara e Abba Pantalewon, perto de Axum[52].

Outras divindades citadas nos altares de libações de Yeha parecem desempenhar papel secundário. NRW, outro deus estelar correspondente ao sul-arábico Nawraw, é mencionado duas vezes, numa delas juntamente com Astar[53]. No mesmo altar, aparece a inscrição YF'M que, segundo Littman, seria o nome de outro deus. Outro altar é dedicado a SDQN e NSBTHW[54]. Finalmente, A. Jamme considera também um nome de divindade a palavra inscrita no *naos* de Haúlti: RFS.

Uma religião assim tão elaborada faz pensar num povo de organização social bastante complexa.

De maneira geral, os textos das dedicatórias não fornecem mais do que a filiação dos personagens; os de Gobochela, contudo, revelam que a população se

47 DREWES, A. J. 1959. pp. 89-91; DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 58-9.

48 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1967. pp. 89-90.

49 CONTI-ROSSINI, C. 1928. p. 225, pr. XLIII, n. 128-9; FRANCHINI, V. 1954. pp. 5-16, fig. 7-8, 11-14; DREWES, A. J. 1954. pp. 185-6.

50 DREWES, A. J. 1959. pp. 89-94, 97-9; DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 61-2.

51 HAILEMARIAN, G. 1955. p. 50, pr. XV; LECLANT, J. 1959-b. p. 51, pr. LI.

52 SCHNEIDER, R. 1965-a. p. 90.

53 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 61, 62.

54 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 59-60.

organizava em clãs. Quatro deles e mais um texto de Yeha mencionam "LHY, do clã de GRB, da família [ou filho de] YQDM'L FQMM, de Marib". Em algumas dedicatórias, o nome dessa personagem aparece junto com o de seu irmão SBHHMW; na de Yeha, ele consagra a Astar e Almaqah os seus bens terrenos e o seu filho Hyrmh[55]. GRB designa, com certeza, um grupo étnico – assim como, muito provavelmente, YQDM'L e FQMM. As expressões "de Marib" e "de Hadaqan", em dois textos de Matara[56], parecem referir-se mais a um topônimo do que a uma tribo; poderiam indicar localidades fundadas no norte da Etiópia por colonos sul-árabes, mas, segundo L. Ricci, essas expressões significariam antes que tais grupos eram originários da própria Arábia[57].

Por outras inscrições, especialmente as do altar de Addi Galamo e de um bloco encontrado em Enda Cerqos, Melazo[58], sabe-se alguma coisa sobre a organização política da Etiópia do Norte durante o período sul-arábico. Devia tratar-se de uma monarquia hereditária, pois que dois dinastas, RBH e seu filho LMN, usam o mesmo título: "rei SR'N da tribo de YG'D, *mukarrib* de D'iamat e de Sabá". O primeiro, RBH, citado no altar de Addi Galamo, acrescenta ao seu nome: "descendente da tribo W'RN de Raydan". O segundo, mencionado também no altar de origem desconhecida consagrado a Astar, pode ser o mesmo LMN mencionado em dois textos de Matara. Trate-se do filho de SR'N ou de um homônimo, num dos dois textos esse nome aparece juntamente com o de um *mukarrib* sabeano, Sumu'alay[59]. A referência explícita à tribo Waren de Raydan demonstra a importância, para esses reis, da descendência sul-árabe. O título de *mukarrib* de D'iamat e de Sabá pode explicar-se de diversos modos: a primeira hipótese é que essas regiões pertencessem à Arábia do Sul e que os seus príncipes exercessem seu domínio também sobre o norte da Etiópia; a segunda é que fossem distritos africanos aos quais os colonos sul-árabes tivessem dado os nomes de suas províncias natais; a terceira é que esses nomes tivessem uma significação política e não territorial. A primeira dessas hipóteses é altamente improvável; seria preciso pensar, como A. J. Drewes, que os dinastas exerciam o poder de *mukarrib* de Sabá sobre seus súditos sul-árabes ou de extração sul--arábica. Os títulos de "rei SR'N, da tribo de YG'D" poderiam ser interpretados

55 DREWES, A. J. 1959, pp. 89, 91, 97-9; DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 58-9.

56 SCHNEIDER, R. 1965-a. pp. 89-91.

57 RICCI, L. 1961. p. 133; DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. p. 59.

58 CAQUOT, A. & DREWES, A. J. 1955. pp. 26-33; SCHNEIDER, R. 1965-b, pp. 221-2.

59 SCHNEIDER, R. 1961. pp. 64-5; SCHNEIDER, R. 1965-a. p. 90; DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1967. pp. 89-91.

como "rei dos Tsar'ane, da tribo dos Ig'azyan", indicando que eles governavam também a parte autóctone da população, e que provinham da tribo local de YG'D (ou IGZ), em que A. J. Drewes vê os ancestrais dos Gueze.

Três inscrições fragmentárias, a de Abba Pantalewon, a do altar de Addi Galamo e a do panteão de Enda Cerqos, aludem a um acontecimento histórico que parece ter ocorrido durante o reinado de RBH: a tomada e o saque de D'iamat, "sua parte oriental e sua parte ocidental, seus vermelhos e negros". Infelizmente, é duvidosa ainda a identificação dessa região e de seus agressores.

Em suma, os testemunhos da arquitetura, das obras de arte, da epigrafia, bem como os dados fornecidos pelos textos sobre as crenças religiosas e a organização social na Etiópia do Norte indicam uma forte influência sul-arábica nessa região durante os séculos V e IV antes da Era Cristã. Conforme observa F. Anfray, essa cultura predominantemente semítica emergiu após vários séculos de penetração silenciosa, sem dúvida em consequência de pressões demográficas e políticas que ainda ignoramos: são "pequenos grupos de imigrantes que carregam consigo a cultura sul-arábica"[60]. O mesmo pesquisador sugere que devem ter sido esses colonos os primeiros a introduzir técnicas agrícolas, especialmente o uso do arado, e a construir as primeiras aldeias em pedra na Etiópia.

Os trabalhos de L. Ricci e A. J. Drewes dão a impressão de que em alguns centros predominou o elemento sul-arábico, desenvolvendo um embrião de vida urbana ao redor de um santuário: foi o caso de Yeha, da região de Melazo, e talvez de Addi Galamo e de Matara. A base da cultura local, com certas influências nilóticas, acha-se melhor representada na região da Eritreia, pelos sítios de Acchele Guzai, Addi Gramaten e Dibdib.

Em toda a parte setentrional do planalto etiópico, porém, chegou a verificar-se uma unidade cultural de indiscutível coerência interna. Esse fato coincide, certamente, com a subida ao poder de um grupo que se manteve como classe dominante, mas é provável que nunca venhamos a saber se esse grupo era constituído por descendentes de colonos sul-árabes ou se por autóctones que assimilaram a cultura sul-arábica, superior à sua, como se esta fosse a sua cultura original. C. Conti-Rossini insistiu particularmente sobre a predominância dos aspectos sul-arábicos nessa primeira civilização etiópica. Reagindo contra essa tendência, J. Pirenne e F. Anfray valorizaram as características originais da cultura etíope, síntese de influências diversas, que, se chega a inspirar-se em formas sul-arábicas, mostra-se superior aos próprios modelos. A expressão "período

60 ANFRAY, F. 1967. pp. 49-50; id. 1968. pp. 353, 356.

etíope-sabeano" definiria melhor o caráter específico dessa cultura. Entretanto, como reconhece F. Anfray, a aparente superioridade das produções africanas pode ser apenas uma impressão causada pela descontinuidade de que até hoje sofrem as pesquisas arqueológicas no Iêmen. Novas descobertas, tanto na Etiópia e na margem oriental do mar Vermelho como no antigo reino de Méroe, sem dúvida permitirão, um dia, conhecer melhor os processos de aculturação que devem ter-se desenrolado na segunda metade do último milênio antes da Era Cristã. O certo é que a Etiópia já era então um ponto de cruzamento de correntes comerciais e influências culturais.

O período intermediário

Assim foi chamado o segundo período pré-axumita, cujos vestígios arqueológicos evidenciam já uma cultura local com assimilação de influências estrangeiras.

Percebe-se ainda, sem dúvida, elementos sul-arábicos, mas não se trata mais de um influxo direto e, sim, de uma evolução interna a partir de contribuições anteriores, conforme observa F. Anfray. Inscrições em grafia muito mais rudimentar revelam que a língua cada vez mais se afasta do dialeto sul-arábico primitivo[61]. Já não há menção aos *mukarribs,* mas um texto encontrado em Kaskasé faz referência a um rei de nome sul-arábico: Waren Hayanat (W'RN HYNT), descendente de Salamat[62]. Vê-se que existia ainda nesse tempo o clã de GRB, de que se encontraram, em Gobochela (Melazo), testemunhos da fase sul-arábica: não há mais referências à sua ligação com Marib, mas um membro desse clã oferece a Almaqah um altar de incenso do tipo cúbico com base piramidal[63]. Dedicada ao mesmo deus, encontrou-se uma rude estatueta de touro, em xisto[64]. Entre os achados de Addi Gramaten, havia inscrições acrescentadas num período posterior: no altar, uma segunda dedicatória, a Dat-Himyan; na esfinge, um nome: Wahab-Wadd. A documentação epigráfica é completada por inscrições em sul-arábico cursivo, como as de Der'a e de Zeban

61 RICCI, L. 1959. pp. 55-95; id. 1960. pp. 77-119; DREWES, A. J. 1962, passim.

62 *DAE.* pp. 62-3.

63 LECLANT, J. 1959-b. p. 47; DREWES, A. J. 1959. p. 92, pr. XXXII-XXXIII.

64 DREWES, A. J. 1959. pp. 95-7, pr. XXXIX-XL.

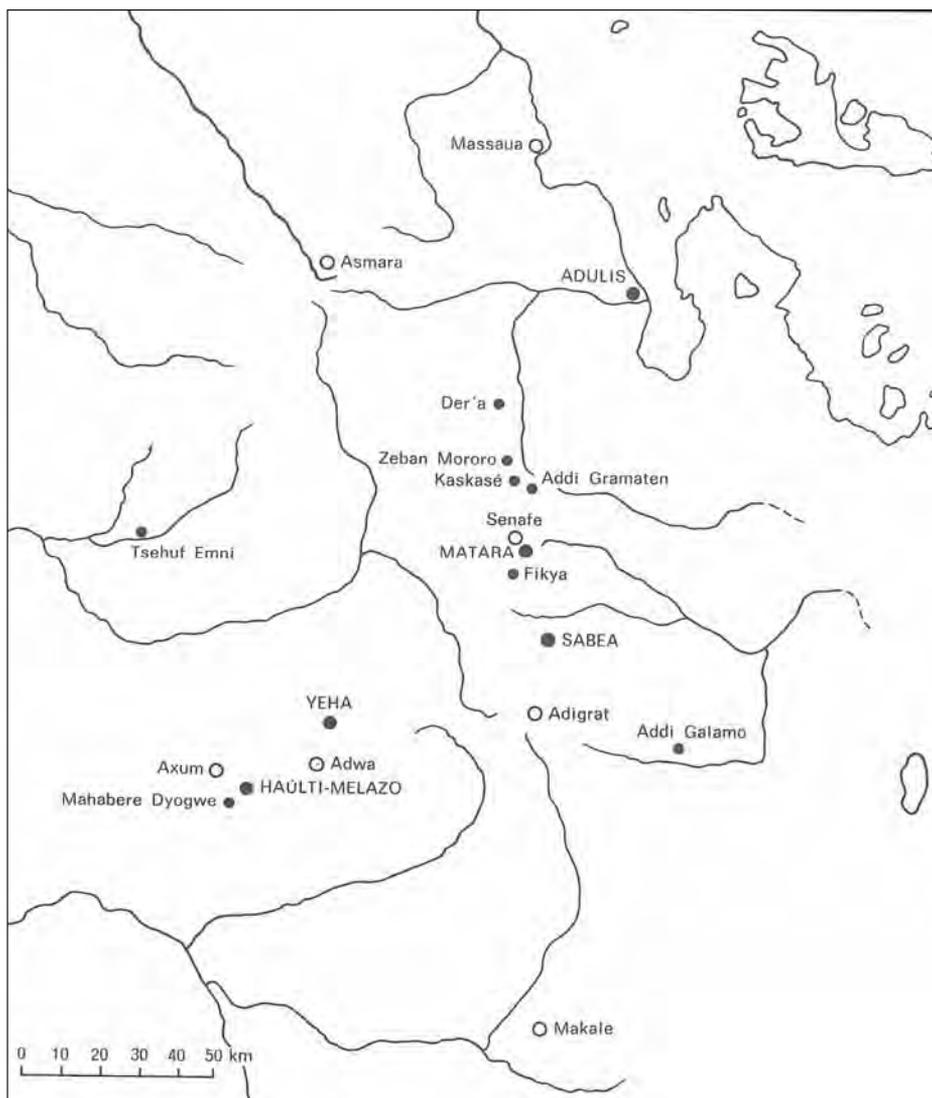



FIGURA 13.5 A Etiópia no período pré-axumita intermediário. Os pontos representam os sítios arqueológicos, sendo os mais importantes grafados com maiúscula. Os círculos indicam as cidades atuais. (Mapa fornecido pelo autor.)

Mororo, e pela laje inscrita de Tsehuf Emni, onde a língua não é sul-arábica nem etiópica[65].

Em matéria de arquitetura, pouco se encontrou além das construções religiosas da região de Melazo. Uma delas, onde J. Leclant encontrou todos os objetos de Gobochela, tanto os originais como os reutilizados, é uma construção retangular orientada no sentido leste-oeste. Consiste num pátio fechado de 18,10 m por 7,30 m, no interior do qual uma esplanada leva a uma cela de 8,90 m por 6,75 m; esta se abre por uma porta no centro da face ocidental, sendo a face oriental ocupada por um banco sobre o qual se encontravam os objetos consagrados[66].

A estátua e o *naos* de Haúlti achavam-se num corredor entre dois prédios muito danificados, orientados de leste para oeste[67]. Só nessa direção é possível conhecer ao certo suas dimensões: 11 m para o edifício norte e 10,5 m para o edifício sul. Cada um deles tem, na face oriental, uma pequena escada, provavelmente situada no centro da construção, o que nos daria a dimensão norte-sul: 13 m para o edifício norte e 11 m para o edifício sul. Cada escada dava acesso a um terraço, sendo difícil saber se este era coberto ou não. À volta toda do terraço corria um banco estreito, só interrompido junto à escada, sobre o qual estavam colocados ex-votos em cerâmica e metal. A maioria dos objetos votivos em terra cota eram figuras de animais – geralmente estilizados, mas às vezes bastante naturais: bovídeos, alguns com cangas em miniatura; animais de carga com seus fardos, quadrúpedes estranhos, com a língua pendente, javalis, leopardos, galinhas-d'angola. Acharam-se também bandejas para abluções, modelos de casas, algumas mulheres sentadas e, junto às escadas, esfinges de terracota[68].

Além de serem todas orientadas segundo os pontos cardeais, as construções desse período têm outro aspecto em comum: já não são feitas de calcário, mas de granito azul ou xisto local. Esta será, mais tarde, uma característica da arquitetura axumita, mas já está presente nas construções da Eritreia, no período 2 de Matara, e nas ruínas ainda virgens de Fikya, que parecem pertencer igualmente à fase intermediária[69].

65 CONTI-ROSSINI, C. 1947. p. 12, pr. 11-111; DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1970. pp. 66-7.

66 LECLANT, J. 1959-b. pp. 44, 45, pr. XXIII-XXVI.

67 CONTENSON, H. de. 1963-b. pp. 41-2, pr. XXVI-XXIX.

68 CONTENSON, H. de. 1963-b. pp. 43-4, pr. XXXV-XL.

69 ANFRAY, F. 1965. pp. 6-7, pr. III, pp. 59, 61, 72, 74.

Típica desse período é ainda a acumulação de objetos em depósitos subterrâneos, seja nos túmulos em forma de poço de Yeha e Matara, seja nas fossas de Sabea e Haúlti[70]. Deve-se notar que, de três fossas esvaziadas em Sabea, cujo nome parece evocar a Arábia do Sul, duas parecem ter a mesma forma que os túmulos em poço construídos na mesma época, a julgar pela descrição de J. Leclant.

Nesses depósitos, bem como na colina de Haúlti, ao redor dos santuários, encontraram-se objetos de metal em grande quantidade, especialmente importantes por sugerirem um considerável desenvolvimento da metalurgia local a partir do século III antes da Era Cristã.

Foi provavelmente durante essa fase que se iniciou a fabricação dos instrumentos de ferro: além de vários fragmentos de objetos desse metal colocados em redor dos templos de Haúlti, encontraram-se anéis, tesouras, espadas e punhais em Yeha, e uma espada e anéis em Matara.

Muito mais abundantes, porém, são os objetos de bronze, talvez por esse metal resistir melhor à corrosão. Em Sabea, descobriu-se certa quantidade de grossos anéis abertos, de secção retangular; um objeto do mesmo tipo jazia sobre o banco de um santuário de Haúlti. Talvez servissem de braceletes ou ornato para os tornozelos, à moda meroíta, mas não é impossível que fossem utilizados também como moedas[71]. Já os anéis encontrados em Yeha e Matara eram mais leves: poderiam servir como pulseiras ou brincos.

Em matéria de instrumentos, havia vários com gume largo, que talvez fossem utilizados para trabalhar a madeira: machados (Haúlti e Yeha), enxós curvos com encaixe (Yeha e Sabea); a estes se podem acrescentar os instrumentos de Mai Mafalu, na Eritreia[72]. Em Yeha, acharam-se ainda buris retos, bem como buris curvos, cujo modo de utilização não ficou bem esclarecido. Em Yeha, Haúlti e Gobochela, surgiram foices rebitadas, que sugerem trabalhos agrícolas. No que diz respeito a armas, encontraram-se: em Haúlti, uma acha ou alabarda em forma de crescente, e dois punhais rebitados; em Matara, duas facas – uma com rebites e outra com punho e botão em forma de crescente.

Os túmulos de Yeha continham também panelas, pratos de balança e uma sineta; no cume da colina de Haúlti recolheram-se pedaços de recipientes. Em

70 *Yeha*: ANFRAY, F. 1963. pp. 171-92, pr. CXIV-CLVI; *Matara*: ANFRAY, F. 1967. pp. 33-42, pr. IX-XVII, XXX-XXXIV, XLII; CONTENSON, H. de. 1969. pp. 162-3; *Sabea*: LECLANT, J. & MIQUEL, A. 1959. pp. 109-14, pr. LI-LXIII; *Haúlti*: CONTENSON, H. de. 1963-b. pp. 48-51, pr. XLIX-LX.

71 TUFNELL, O. 1959. pp. 37-54.

72 CONTI-ROSSINI, C. 1928.

Haúlti, Yeha e Matara, acharam-se agulhas e alfinetes; em Sabea, Haúlti e Yeha, pequenas contas de bronze.

Uma última categoria de objetos de bronze reflete a tradição sul-arábica: pequenas placas perfuradas, a que se chama de "marcas de identidade"[73]. Essas placas, segundo A. J. Drewes e R. Schneider, são de dois tipos. O primeiro consiste em objetos pequenos e finos, de forma geométrica, dotados de um anel de preensão e desenhos simétricos, onde às vezes é possível reconhecer monogramas ou letras isoladas. A esta série pertencem os achados em Sabea e Haúlti, e a maior parte dos de Yeha. O segundo tipo corresponde a uma série de objetos encontrados apenas em Yeha: maiores e mais espessos, seu formato representa um animal estilizado (touro, cabrito-montês, leão, pássaro). Trazem nomes próprios escritos em sul-arábico cursivo, que parecem revelar também uma língua intermediária entre o sabeano e o gueze. Desses nomes, o que se pode ler com mais clareza é W'RN HYWT – justamente o do rei mencionado em Kaskasé (é interessante observar que figurações análogas aparecem tanto em inscrições rupestres como em cacos de cerâmica desenterrados em Haúlti – não gravados, mas em relevo). Excetuando-se alguns objetos de bronze da Arábia do Sul, até hoje não se encontrou nada semelhante a essas placas, fora da Etiópia.

Esses objetos revelam uma técnica tão avançada que parece cabível aceitar a sugestão de F. Anfray, atribuindo aos artífices etíopes do período intermediário outros objetos de bronze, como um par de cascos de touro em miniatura, encontrado perto dos santuários de Haúlti, ou a vigorosa figura de touro de Mahabere Dyogwe[74], que seria ainda um testemunho do culto a Almaqah. Disso conclui Anfray, muito judiciosamente, que não devem ser anteriores à época axumita as representações de gado com corcova encontradas, por exemplo, em Matara, Zeban Kutur ou Addi Galamo, sendo que neste último sítio elas seriam contemporâneas dos altares trípodes de alabastro e do cetro de bronze de Gadar.

O ouro era empregado em joias, como os anéis encontrados em Yeha, e os brincos, anéis, contas e fios enrolados de Haúlti. Mas em todos os sítios do período, acharam-se também inúmeros fragmentos de colares coloridos feitos de massa de vidro (frita), ou mesmo de pedra, como os descobertos em Sabea e Matara.

Ainda em pedra, podemos citar os pequenos incensórios de arenito, de forma retangular ou discoide, de Yeha, Matara e Haúlti: um sinete de Sabea, um vaso de alabastro e um anel entalhado, de serpentina, achado em Yeha.

73 DREWES, A. J. & SCHNEIDER, R. 1967. pp. 92-6, pr. XLIV.

74 CONTENSON, H. de. 1961. pp. 21-2, pr. XXII; ANFRAY, F. 1967. pp. 44-6.

FIGURA 13.6 Touro em bronze, Mahabere Dyogwe.

FIGURAS 13.7 13.8 E 13.9 Marcas de identidade em bronze de Yeha, em forma de pássaro, de leão e de cabrito montês. (Fotos: Instituto Etíope de Arqueologia.)

O depósito de Haúlti continha, finalmente, dois amuletos de faiança, representando um Ptah-patec e uma cabeça de Hátor; nas camadas inferiores achou-se um amuleto de cornalina representando um Harpócrates.

Entre os achados de Addi Galamo, havia quatro vasilhas de bronze, entre as quais uma tigela decorativa, finamente gravada com desenhos de rãs e flores de lótus. Havia também um fragmento de vaso, tendo uma fila de gado trabalhada em relevo. O maior interesse desses objetos reside na sua origem meroíta – o que vem confirmar as relações existentes entre a Etiópia antiga e o vale do Nilo[75].

Manifesta-se ainda a influência meroíta em algumas cerâmicas características do período intermediário[76]. Nunca mais, depois disso, se revelou na Etiópia tanta variedade e elegância de formas. Usava-se argila, tanto preta como vermelha, do tipo micáceo; as superfícies eram geralmente vidradas. Os desenhos geométricos, quase sempre incisos, aparecem às vezes pintados, em branco e vermelho; há casos, também, em que os ornamentos incisos são preenchidos com uma pasta, em geral branca, mas ocasionalmente vermelha ou azul. Ao material retirado das fossas acrescentam-se a farta documentação, em grande parte inédita, obtida no alto da colina de Haúlti, nas camadas mais profundas de Yeha e Matara e, provavelmente, a cerâmica mais antiga de Adulis.

Se, por um lado, os ex-votos de Haúlti sugerem que a base da economia era essencialmente agrícola e pastoril, por outro lado os progressos na metalurgia do ouro, do ferro e do bronze, a fabricação em série de objetos de pedra ou de massa de vidro, a refinada arte da cerâmica atestam o desenvolvimento do artesanato especializado. Ao que tudo indica, um processo de urbanização estava em curso em alguns centros fundados no período sul-arábico, como Melazo, Matara e Yeha, ou mais recentes, como Adulis. Embora se conserve ainda a lembrança das tradições sul-arábicas, um novo impulso parece vir do reino de Méroe, que teve um papel primordial na difusão das técnicas metalúrgicas na África.

É bem possível que, com o declínio de Méroe e o enfraquecimento dos reinos da Arábia do Sul, os etíopes passassem a controlar todo o comércio de ouro, incenso, marfim e produtos trazidos do oceano Índico, condição sem dúvida favorável à criação do reino axumita, no século II da Era Cristã.

---

75 CONTENSON, H. de. 1963. p. 48, pr. XLIX, b, c; KIRWAN, L. P. 1960. p. 172; LECLANT, J. 1961. p. 392; LECLANT, J. 1962. pp. 295-8, pr. IX-X.

76 PARIBENI, R. 1908. pp. 446-51; LECLANT, J. & MIQUEL, A. 1959. pp. 109-14, pr. LI-LXIII; CONTENSON, H. de. 1963. pp. 44, 49-50, pr. XLI, LIII, b, LX; ANFRAY, F. 1963, pp. 190-1, pr. CXXVIII-CXLV; ANFRAY, F. 1968. pp. 13-15, pr. XLVII-L, fig. 1, 2, II; ANFRAY, F. 1967. p. 42, pr. XXX-XXXIX, XLII.

CAPÍTULO 14

A civilização de Axum do século I ao século VII

F. Anfray

Segundo as fontes primárias, a história do reino de Axum alongou-se por aproximadamente um milênio, a partir do século I da Era Cristã. Nela se registram alguns acontecimentos de relevo, como as três intervenções armadas na Arábia do Sul no decorrer dos séculos III, IV e VI, uma expedição a Méroe no século IV e, na primeira metade deste último, a introdução do cristianismo.

Vinte reis, conhecidos em sua maioria apenas pelas moedas que emitiram, sucederam-se no trono de Axum. Os mais famosos foram Ezana e Caleb. A tradição conservou os nomes de outros monarcas, mas nesse caso, infelizmente, não dispomos de base segura. O rei mais antigo de que se tem registro é Zoscales, mencionado num texto grego do fim do século I, porém ainda não sabemos com segurança se seu nome corresponde ao de Za-Hekale, citado nas listas tradicionais de reis.

Nosso conhecimento da civilização axumita deriva de fontes várias, entre as quais se incluem passagens de autores antigos, desde Plínio, que menciona Adulis, até os cronistas árabes, como Ibn Hischa, Ibn Hischam e Ibn Hawkal. No geral, porém, esses fragmentos são um tanto vagos, e o essencial da documentação é fornecido pela epigrafia local e pelo material arqueológico que se foi reunindo com o passar dos anos. As inscrições, pouco numerosas, começaram a ser coletadas no século XIX. Os textos de Ezana, gravados em pedra, figuram entre os mais importantes. A descoberta de outras inscrições de Ezana, de Caleb e de

um de seus filhos (Wazeba), em grego, geês e pseudo-sabeano, proporcionou múltiplas informações, a que se juntaram os testemunhos recolhidos nos últimos vinte anos, representados sobretudo pelas inscrições rupestres e pelos textos em placas de xisto encontrados na Eritreia. Tais inscrições remontam ao século II da Era Cristã; são os escritos mais antigos do período axumita.

A observação arqueológica e o produto das escavações constituem sem dúvida a principal fonte documentária a respeito da civilização axumita. A partir do século XIX, viajantes começam a registrar a existência de sítios, monumentos e inscrições. Publicaram-se inúmeros estudos, alguns do maior interesse – como, por exemplo, a obra fartamente documentada da missão alemã para Axum (1906). Criado em 1952, o Instituto Etíope de Arqueologia deu início a trabalhos sistemáticos. Diversos sítios foram objeto de pesquisas exaustivas, caso de Axum, Melazo, Haúlti, Yeha e Matara. Ao mesmo tempo, o mapa de povoamentos antigos cresceu consideravelmente. Sabe-se hoje da existência de aproximadamente quarenta sítios importantes, número que por certo crescerá com a realização de novas prospecções. Estas, no entanto, são ainda insuficientes, donde a precariedade do nosso atual conhecimento. A datação da maioria dos vestígios descobertos não é precisa, sendo as inscrições praticamente as únicas evidências que nos permitem esboçar um quadro cronológico, mesmo assim nem sempre definitivo. Os dados disponíveis não são suficientes sequer para se traçar as linhas mais gerais da civilização axumita.

A área de Axum

Segundo as indicações arqueológicas, o reino axumita ocupava uma superfície retangular de aproximadamente 300 km de comprimento e 160 km de largura, entre 13° e 17° de latitude norte e 30° e 40° de longitude leste, estendendo-se da região ao norte de Keren até Alaki, ao sul, e de Adulis, na costa, às cercanias de Taqqase, a oeste. Situado a uns 30 km de Axum, Addi-Dahno é praticamente o último sítio conhecido desse local.

Período proto-axumita

O nome de Axum surge pela primeira vez no guia naval e comercial *Periplus Maris Erythraei* (*Périplo do Mar da Eritreia*), compilado no final do século I por um negociante egípcio. Ptolomeu, o Geógrafo, no século II, também alude ao território.

O *Periplus* fornece informações sobre Adulis, hoje coberta de areia, situada a cerca de 50 km ao sul de Massaua. Descreve-a como "uma grande aldeia a três dias de viagem de Koloé, cidade do interior e principal mercado de marfim. Desse lugar à cidade do povo chamado axumita são mais cinco dias de viagem. Para lá é levado todo o marfim da terra situada além do Nilo, através da região denominada Cyenum, e daí para Adulis". Era essa aldeia, portanto, a via de escoamento de mercadorias para Axum, notadamente do marfim. O mesmo texto informa que ali também se vendiam chifres de rinocerontes, carapaças de tartaruga e obsidiana, artigos que figuram entre as exportações assinaladas por Plínio, já antes do autor do *Periplus,* a propósito do comércio de Adulis. Por conseguinte, a referência ao nome de Adulis é anterior à referência ao de Axum. Segundo Plínio, Adulis localiza-se na terra dos trogloditas: *"Maximum hic emporium Troglodytarum, etiam Aethiopum ...*". Desde o século I, portanto, romanos e gregos sabiam da existência dos axumitas e de suas "cidades" na hinterlândia de Adulis.

Poucas são as informações fornecidas pela arqueologia acerca da cultura material dos primeiros séculos do período. Algumas inscrições dos séculos II e III constituem praticamente os únicos testemunhos datáveis, apresentando, apesar de pouco numerosas e lacônicas, algumas notáveis particularidades. Nelas estão registradas as primeiras formas do alfabeto etíope, cujo uso se mantém ainda hoje. Essas inscrições não são certamente as mais antigas dentre as encontradas na região axumita, pois que muitas outras, de tipo sul-arábico, remontam à segunda metade do último milênio antes da Era Cristã. A escrita sul-arábica serviu de modelo à etíope. No século II da Era Cristã, a grafia etíope passou por notável evolução, separando-se da sul-arábica.

Além da escrita, tem-se como certa a existência de outros vestígios dos primeiros séculos, como ruínas de edifícios, restos de cerâmica e de outros objetos, mas o atual estágio das pesquisas ainda não permite identificá-los. Vários monumentos do século III ou do início do IV, como as estelas de Matara e de Anza, mostram que a civilização axumita não rompeu inteiramente com a cultura do período pré-axumita. Neles se pode observar, gravado ou em relevo, o símbolo lunar de um disco sobre um crescente, semelhante ao encontrado nos incensórios do século V antes da Era Cristã, que figura também nas moedas. Uma escrita parecida com a sul-arábica ainda pode ser vista nas grandes pedras de Ezana e Caleb. Observam-se, entretanto, importantes transformações: a religião se alterou, como mostram as inscrições; já não se invocam os antigos deuses e, à exceção do símbolo lunar, todos os demais emblemas são abandonados – bode, leão, esfinge, etc. Foi por essa época que principiou uma nova forma de

FIGURA 14.1 Fotografia aérea de Axum. (Foto Instituto Etíope de Arqueologia.)

civilização, muito diferente da anterior, conhecida como pré-axumita. O mesmo fenômeno ocorre no tocante a outros aspectos da vida cultural, como se pode verificar nos sítios escavados.

Sítios axumitas

Assentados nas duas extremidades da rota antiga, segundo o *Periplus,* os sítios de Adulis e Axum são os mais importantes e também os únicos cujo nome original,

confirmado nos textos e inscrições, se conservou nas respectivas localidades até nossos dias. Adulis é um sítio deserto, mas os habitantes das aldeias vizinhas ainda chamam Azuli às suas ruínas. Todos os outros sítios antigos, ou pelo menos a maioria deles, são designados por nomes que decerto não correspondem aos da antiguidade axumita. Concentram-se principalmente na região oriental, de Aratou, ao norte, a Nazret, ao sul, e incluem Tokonda, Matara, Etch-Mare e Kohaito – provavelmente Koloé (ver mapa no Capítulo 16).

Axum

A cidade de Axum e o reino do mesmo nome gozavam de sólida reputação no século III da Era Cristã, a crer num texto da época atribuído a Mani, que descreve o reino como o "terceiro no mundo". Na própria cidade, com efeito, grandes monumentos e numerosos testemunhos materiais preservam a memória de um período histórico de grande importância. Diversos elementos nos fazem entrever um passado glorioso: estelas gigantescas – dentre elas, o mais alto monólito entalhado –, uma enorme mesa de pedra, bases de trono maciças, fragmentos de colunas, sepulturas reais, vestígios de construções aparentemente imensas debaixo de uma basílica do século XVIII e, enfim, as lendas e tradições.

No princípio deste século, uma missão alemã fez um levantamento gráfico e fotográfico de todos os monumentos visíveis, descobrindo, na zona oriental da cidade, as ruínas de três conjuntos arquitetônicos, identificados com muita propriedade como vestígios de palácios. Trabalhos arqueológicos subsequentes, em especial os do Instituto de Arqueologia, trouxeram à luz novos monumentos e reuniram vasta documentação referente à antiga cidade real.

Dos três edifícios conhecidos, segundo a tradição, como Enda-Simon, Enda--Michael e Taakha Maryam, apenas os alicerces subsistiram, e hoje só podem ser vistos nos desenhos e fotos da missão alemã. O maior desses palácios ou castelos, Enda-Simon, media 35 m^2; Enda-Michael tinha 27 m^2, e Taakha Maryam, 24 m^2. Pátios e construções anexas circundavam os castelos, formando conjuntos retangulares que chegavam a medir em Taaka Maryam, por exemplo, 120 m de comprimento por 85 m de largura, aproximadamente.

Sob a igreja de Maryam-Tsion encontram-se as ruínas de outro edifício imponente. Abaixo do nível do terraço, a leste da construção, ainda se conservam os vestígios do alicerce, com 30 m de largura e 42 m da extremidade ao centro.

Na parte ocidental da cidade, uma missão do Instituto Etíope de Arqueologia descobriu e estudou, de 1966 a 1968, os restos de outro conjunto arquitetônico. As ruínas, localizadas em Dongour, ao norte da estrada de Gondar, pertencem a outro castelo, construído por volta do século VII.

No terreno em declive havia um outeiro arredondado, com a parte superior plana. Conta uma tradição local que esse amontoado de terra e pedras recobria o túmulo da rainha de Sabá. Os vestígios a descoberto do castelo ocupam uma área de cerca de 3000 m^2; os muros formam um quadrilátero irregular, com um dos lados medindo 57 m de comprimento e o outro, meio metro a menos. No centro das ruínas, os muros ainda têm 5 m de altura.

Quatro grupos irregulares de edifícios, compreendendo ao todo cerca de quarenta aposentos, dispõem-se na forma de um quadrado ao redor do corpo principal do castelo. Construído sobre uma base em degraus, com 1,80 m de altura, este pavilhão central consta de sete salas, às quais três escadas externas dão acesso. Três pátios separam o pavilhão de suas dependências, e os muros externos incluem partes salientes e reentrantes, alternadamente. Pilares maciços de alvenaria, aos grupos de dois ou quatro, enterrados sob vários cômodos do edifício principal e das habitações secundárias, serviam de base a pilares de pedra ou, mais provavelmente, a vigas de madeira, que sustentavam estruturas superiores. Nos vestíbulos do pavilhão central, amplas bases de pedra cobertas por pavimento geométrico exerciam a mesma função. Certas características na disposição das partes nordeste e sudoeste do sítio sugerem que nesses pontos as escadas conduziam a um andar superior, onde ficava a principal área de habitação.

Descobriram-se três fornos de tijolo cozido na parte oeste do sítio enquanto ao sul, numa sala das construções contíguas, uma estrutura de tijolos chamuscados parece ter funcionado como dispositivo de aquecimento.

O sítio de Dongour constitui o mais belo exemplo conhecido da arquitetura axumita. Em vista de sua situação periférica e de suas dimensões relativamente modestas, Dongour não parece ter servido de residência real. O mais provável é que fosse habitada por algum cidadão importante.

Outro edifício notável erguia-se numa colina a nordeste de Axum. A tradição atribui essa construção a Caleb e seu filho Guebre Meskel. Duas espécies de capelas foram erigidas sobre criptas compostas de várias abóbadas e cobertas por lajes de pedra. Há cinco abóbadas na cripta de Guebre Meskel, ao sul, e três na de Caleb, ao norte. A parte superior da construção é relativamente recente e apresenta sinais de frequentes alterações. Há motivos para crer que as criptas são mais antigas e que as abóbadas foram reutilizadas em meados do século VII ou VIII. Na escada do túmulo de Caleb, grandes blocos poligonais de pedra evocam certos monumentos da Síria do norte, dos séculos II e III. O monumento era rodeado por vasta necrópole, e recentemente se descobriram nos arredores vários túmulos em forma de poço. Mais distantes, a leste, existem ainda outras sepulturas.

Em Bazen, a leste da cidade, túmulos tipo forno estão escavados na rocha, no flanco das colinas. Alguns deles dispõem de um poço e abóbadas no fundo, em ambos os lados. Um túmulo múltiplo com escada de dezessete degraus, também escavada na rocha, encontra-se no mesmo setor, ocupado por uma estela, que antigamente não estaria isolada, porquanto um viajante inglês, no começo do século XIX, afirma ter visto nesse local catorze "obeliscos" derruídos.

A antiga cidade ocupava o espaço entre as estelas gigantes e o monumento de Dongour, área em que se acham enterradas suas ruínas. O afloramento de paredes aqui e ali evidencia a existência de construções axumitas, e, tão logo se torne possível dar início a escavações arqueológicas nos lugares tradicionalmente denominados Addi-Kiltè e Tchaanadoug, um longo período do passado de Axum deverá se revelar.

Adulis

São raros os vestígios de superfície nesse sítio, localizado a uns 4 km em direção ao interior. As pedras, a areia e a vegetação recobrem uma vasta extensão de ruínas, que ocupam um retângulo de aproximadamente 500 m de comprimento por 400 m de largura, conforme se deduz dos elementos visíveis. Em alguns lugares, montículos de entulho assinalam os trabalhos executados por várias expedições arqueológicas. Ao norte, o solo apresenta-se recoberto por fragmentos de pilares e grande profusão de cacos de cerâmica. Em 1868, uma força expedicionária inglesa desembarcou nas proximidades e exumou alguns vestígios de construções. Dos trabalhos realizados pouco restou, a não ser os muros descobertos pela missão de Paribeni, em 1906, e os vestígios encontrados pela missão do Instituto Etíope de Arqueologia, em 1961-2.

No início de 1906, o sueco Sundström descobriu uma edificação de grandes proporções no setor norte. Pouco depois, Paribeni escavou duas ruínas menores, a leste e a oeste. Todas as ruínas consistem em alicerces em degraus e redentes de estruturas retangulares, circundados por construções contíguas. Sundström denominou "palácio" ao monumento que descobriu, formado por um vasto conjunto de 38 m de comprimento e 22 m de largura, abrangendo uma área mais extensa que a do castelo de Axum, Enda-Simon, cujo pavilhão central media 35 m de comprimento. Sobre o embasamento, quatro fileiras de pilares dividem a construção em seis partes, três no sentido do comprimento e três no da largura. Trata-se de uma planta de basílica, a sugerir, não um palácio, mas um santuário cristão.

O embasamento descoberto por Paribeni a oeste desse monumento ostenta as mesmas características arquitetônicas, medindo aproximadamente 18,50 m de comprimento. A parte superior era coberta por um pavimento, guardando vestígios dos pilares de uma nave. Na extremidade oriental, uma abside semicircular entre duas salas mostra que as ruínas pertenciam a uma basílica. O nível inferior do edifício fazia parte de uma construção mais antiga, que o arqueólogo italiano chamou de "Altar do Sol". À luz de outras constatações, podemos hoje considerá-la como restos de um edifício, provavelmente religioso, pertencente a uma época anterior à da basílica sobre ele construída.

A leste do monumento descoberto por Sundström, Paribeni encontrou a base de outra igreja, de 25 m de comprimento, com traços de uma abside semicircular. O edifício apresentava duas particularidades notáveis: a presença de uma pia batismal no aposento situado ao sul da abside e, no centro, os vestígios de oito pilares dispostos em forma octogonal. Desse modo combinavam-se no mesmo edifício os planos retangular e quadrado.

Matara

No planalto da Eritreia, a 135 km ao sul de Asmara, nos arredores de Senafe, encontra-se um dos sítios arqueológicos mais antigos da Etiópia – Matara. Suas camadas mais profundas pertencem a uma importante construção do período sul-arábico.

De 1959 a 1970 o Instituto de Arqueologia efetuou escavações sistemáticas nesse sítio, mas muito trabalho ainda está por ser feito. Os níveis pré-axumitas foram apenas sondados, principalmente devido à existência de numerosas estruturas arquitetônicas na parte superior. O nível axumita foi escavado aproximadamente até a metade, revelando quatro grandes vilas, três igrejas cristãs e um quarteirão de habitações comuns com cerca de trinta casas. As quatro vilas estão construídas segundo o tipo então habitual: uma residência principal, edificada sobre uma base em degraus e circundada por dependências externas. Como algures, as pilastras de alvenaria enterradas sob os aposentos do edifício principal serviam de base para as vigas que sustentavam os vestíbulos. As escadarias das entradas principais deviam ser protegidas por alpendres; nos cantos das escadas existem cavidades que poderiam ter servido para sustentar os pilares de madeira dos alpendres.

As casas comuns compreendem dois ou três aposentos, com paredes de 70 cm de largura, em média. Vestígios de lareiras, fornos de barro e numerosos recipientes permitiram localizar os solos de habitação.

Um outro tipo de casa, de tamanho intermediário em relação às vilas e às moradias comuns, apresenta certos traços do edifício central das vilas: desenho semelhante e escadas externas. É de supor que essa tipologia arquitetônica reflita uma hierarquia social.

Ao sul e a leste da cidade, os edifícios religiosos, em seu aspecto exterior, mal se distinguem das demais estruturas: compõem-se de um edifício central cercado por pátios e dependências e têm idêntico modo de edificação. Um dos edifícios é uma espécie de capela funerária parecida com o túmulo de Caleb, em Axum, conquanto de proporções menores. Essa capela, com 15 m de comprimento e 10 m de largura, está construída sobre uma cripta a que se tem acesso por uma escada de catorze degraus.

A leste, outra igreja – a terceira, de baixo para cima, de uma superposição de ruínas de quatro edificações – tinha uma nave central separada das naves laterais por duas fileiras de quatro pilares, cujas bases ainda subsistem. No eixo da nave, orientada na mesma direção em todos os edifícios desse tipo, uma abside ocupa o espaço entre duas salas. Os muros externos do monumento medem 22,40 m de comprimento e 13,50 m de largura. Num cômodo situado a leste da igreja, atrás da abside, descobriu-se uma pia batismal onde a água era lançada por uma série de ânforas embutidas umas nas outras, de modo a formar um canal, que se estendia até o muro exterior.

Havia uma outra igreja, relativamente pequena, na colina de Goual-Saim, ao sul do sítio de Matara. A maior parte de suas paredes foi destruída, mal se lhes podendo distinguir o desenho. Contudo, ainda subsistem vestígios de um pavimento de xisto e de bases de pilares.

Kohaito

Situado ao norte de Matara, a uma altitude de 2600 m, o sítio de Kohaito apresenta ruínas de grande interesse arquitetônico. Cerca de dez montes, disseminados por uma extensa área, conservam os vestígios de importantes construções do final do período axumita e, ao que tudo indica, de ruínas mais antigas. Ainda hoje os arqueólogos deparam com inúmeros pilares ao longo dessas colinas, os quais, segundo se supõe, pertenceriam em sua maioria a igrejas de proporções semelhantes às de Matara. Os muros encontrados nesses outeiros apresentam traços das obras de alvenaria axumita e obedecem ao mesmo padrão retangular observado nos demais sítios desse período. Sete desses conjuntos arquitetônicos são facilmente distinguíveis; além dos edifícios em ruínas, descobriu-se a noroeste uma barragem de pedras, construída com

FIGURA 14.2 Leoa esculpida na parte lateral de uma rocha, período axumita.

FIGURA 14.3 Matara: alicerce de um edifício axumita. (Fotos Instituto Etíope de Arqueologia.)

blocos ajustados com perfeição em fileiras regulares, destinada a represar a água proveniente da região sudeste de uma bacia natural denominada "bacia de Safra". A barragem atinge 67 m de comprimento e uma altura de aproximadamente 3 m em sua parte central, onde dois conjuntos de pedras salientes formam degraus que ligam o alto da barragem ao nível da água.

A leste, um túmulo em forma de poço escavado na rocha contém duas câmaras ou criptas funerárias. Um de seus lados é decorado por uma cruz esculpida de tipo axumita. Num desfiladeiro próximo ao sítio há uma rocha pintada e gravada com figuras representando bois, camelos e outros animais.

Cidades e mercados

As grandes povoações, incluindo as localidades já mencionadas e outras mais, formavam comunidades densas e compactas, cujas habitações se agrupavam estreitamente ao redor de grandes edifícios com variadas funções. As escavações realizadas em Axum, Adulis e Matara mostraram que essas localidades constituíam verdadeiros centros urbanos. No quarteirão popular de Matara existe uma pequena rua sinuosa. Semelhantes indícios sugerem a existência de uma população relativamente numerosa, cujas atividades não se limitavam à agricultura. A presença de moedas ajuda-nos a compreender o desenvolvimento da economia, a exemplo dos diversos tipos de objetos aí descobertos, como vidros e ânforas mediterrâneas. Por sua vez, as obras de arte (uma lâmpada de bronze, vários artefatos de couro) indicam um certo luxo.

É necessário ressaltar que a maioria das construções visíveis ou reveladas pelas escavações pertence ao período axumita mais recente. Entretanto, existem vestígios mais antigos, embora nem sempre datados com precisão, sobre os quais se erigiram as edificações do último período, o que indica certas semelhanças entre as duas épocas. Como ficou dito atrás, o autor do *Periplus,* no século I, descreve Koloé como uma "cidade do interior" e "principal mercado de marfim", e designa Adulis como um centro comercial que obtém marfim da "cidade do povo chamado axumita", onde teve início a coleta da mercadoria. Há, portanto, razões para identificar Adulis como outra cidade comercial, o mesmo sucedendo com os demais centros urbanos (Aratou, Tokonda, Etch-Maré, Degoum, Haghero--Deragoueh, Henzat, etc.). Não se sabe ao certo se o comércio era praticado dentro dessas cidades. O mais provável é que ele se efetuasse na periferia, pois as cidades antigas não eram cercadas de muralhas. No entanto, ainda não dispomos de evidência para resolver esta questão.

A arquitetura axumita – características gerais

As principais características da arquitetura axumita são o emprego da pedra, a planta quadrada ou retangular, a alternância sistemática de partes salientes ou recuadas, os alicerces em degraus que sustentam grandes edificações e uma alvenaria que se serve apenas da argila como argamassa. Junte-se a isso uma característica surpreendente: os traços arquitetônicos se reproduzem praticamente em todos os lugares. Já se observou que as mesmas fórmulas se aplicam a todos os principais edifícios, religiosos ou não. As construções são edificadas sobre as mesmas bases em degraus, e o acesso se dá por escadas monumentais, geralmente de sete degraus. Todos os edifícios são circundados por dependências, que deles se separam por pequenos pátios.

Pode-se afirmar com segurança que os castelos e vilas incluíam pelo menos um pavimento acima do rés do chão, o qual, por sua altura, bem poderia chamar-se primeiro andar. Dada a exiguidade das dependências do primeiro andar, obstruído por pilares e vigas, é provável que a parte habitada da casa ficasse num andar superior. Uma questão que se apresenta é a de saber se os grandes castelos de Axum tinham vários pavimentos. No começo do século, o arquiteto da missão alemã tentou, num esboço, reconstituir o monumento de Enda-Michael. O desenho mostra torres de quatro andares nos ângulos do pavilhão central. Como quase nada subsistiu do edifício (hoje mais arruinado do que em 1906), não é fácil concluir da plausibilidade dessa tentativa. Mas, a julgar pelas obras de alvenaria mostradas em fotografias e desenhos e exemplificadas em outras construções – muros pouco espessos, feitos de pedras ligadas por simples argamassa de argila e, portanto, de frágil contextura –, é de duvidar que Enda-Michael ou os demais castelos tivessem mais de dois andares. Pode ser que alguns castelos mais sólidos contassem com três pavimentos, o que é bastante improvável; supor mais de três seria um despropósito. No século VI, Cosmas Indicopleustes, em sua *Topografia Cristã,* afirma ter visto na Etiópia (posto não especifique Axum, é provável que tenha estado lá) uma "residência real com quatro torres". Demasiado sucinta, a observação não alude à posição das torres, mas assinala a presença de construções elevadas, e isto é o que importa.

Os axumitas incluíam a madeira entre os materiais de construção, empregando-a nas molduras das portas e janelas e em certos pontos das paredes, especialmente nos cantos das salas, onde se introduziam vigas de madeira na alvenaria para reforçá-la. As traves que sustentavam os assoalhos dos aposentos

superiores ou os tetos, provavelmente planos, eram igualmente de madeira. As estelas esculpidas que mostram as extremidades das vigas dão uma imagem fiel dos métodos de construção da época.

Outro costume consistia em executar as bases das grandes construções com a maior solidez possível, o que se conseguia colocando-se grandes blocos de pedra talhada nos cantos ou em longas fileiras no topo. Muitos desses blocos ainda podem ser vistos nas edificações do período axumita mais recente, sendo que alguns deles foram utilizados em construções anteriores. É fora de dúvida que os construtores do primeiro período axumita, particularmente nos séculos III e IV, nutriam especial predileção pelos grandes blocos de pedra. Isso é ilustrado de maneira notável pelas estelas e pela gigantesca laje colocada à sua frente.

Monumentos monolíticos

As estelas de Axum são dos mais variados tipos. Muitas delas não passam de grandes pedras desbastadas, como as de Goudit, no setor sul do sítio de Dongour. Espalhadas pelo campo, não deixam dúvida quanto à função que exerciam na Antiguidade, qual seja a de marcar o local das sepulturas. Outras estelas apresentam as faces lisas e o topo em forma de arco, atingindo por vezes 20 m de altura. Podem ser encontradas em vários lugares, embora sejam mais frequentes nas proximidades do grupo das estelas gigantes. Estas últimas, em número de sete, sobressaem por ostentar entalhes decorativos. Delas, apenas uma permanece de pé – as demais jazem pelo chão, quebradas. A sétima foi levada para Roma e, em 1937, erigida perto do teatro de Caracala, onde se encontra até hoje.

Os entalhes imitam construções de vários andares. A mais alta das estelas, com 33 m, representa nove andares superpostos em uma de suas faces. Portas, janelas, pontas de vigas foram esculpidos com perfeição na pedra dura. O significado dessa arquitetura imaginária é totalmente desconhecido. Não há, por assim dizer, termo de comparação entre essa obra e aquelas encontradas em outras partes. Uma das estelas apresenta lanças esculpidas no frontão; outra, que não pertence à categoria das estelas arquiteturais, ostenta uma espécie de escudo – mas será mesmo um escudo? – sob o que parece ser um teto de inclinação dupla. As cavidades ou antes pregos de metal serviam para a fixação de emblemas, hoje desaparecidos. Por isso não sabemos o que eram ou mesmo se foram acrescentados posteriormente. O mais provável é que esses monumentos constituíam cipos funerários, mas não podemos afirmar se eram dedicados a alguma divindade ou se celebravam a existência de algum vulto importante. O

simbolismo da decoração nos coloca diante de um quadro de total incerteza. As diferentes dimensões das estelas correspondem provavelmente a uma hierarquia de *status* social.

A incerteza também prevalece com relação ao significado da enorme laje de pedra defronte das grandes estelas, colocada, ao menos originariamente, sobre grossos pilares. Suas dimensões (comprimento: cerca de 17 m; largura: 6,50 m; espessura: 1,30 m), desafiam a imaginação do observador que porventura tente calcular a soma de energia necessária ao deslocamento da laje por uma distância que se avalia em centenas de metros. Não sabemos de onde se extraíam esses blocos. Existe uma antiga oficina de talhar perto de uma alta colina a oeste de Axum, onde começou a ser desbastado um grande bloco de cerca de 27 m de comprimento. Mas não se pode afiançar que a enorme laje ou as estelas esculpidas vieram desse lugar, situado a uns 2 km do sítio em questão. Mesmo sem levar em conta o problema do transporte, o simples fato de se terem erigido as pedras sugere a existência de uma poderosa organização coletiva.

Em Matara e Anza, no planalto ocidental, existem duas estelas com o topo em forma de arco e medindo aproximadamente 5 m de altura. Elas apresentam duas particularidades: um crescente, símbolo da religião sul-arábica, e uma inscrição em geês. Tais inscrições têm um significado comemorativo, o que já é certo pelo menos com relação à estela de Matara. Fatores paleográficos indicam que elas pertencem ao século III ou ao princípio do IV. A execução desses monólitos é a mesma das estelas lisas de Axum.

Ainda em Axum, nota-se a presença de monólitos de outro tipo, dispersos por vários lugares. Trata-se de grandes plataformas de pedra, doze das quais se acham enfileiradas na área ocupada pelas estelas gigantes, perto da basílica de Maryam-Tsion. Eram provavelmente bases de tronos. Algumas têm mais de 2,50 m de comprimento e uma espessura média de 40 a 50 cm. A parte central da superfície superior forma uma saliência notada de cavidades, onde se encaixariam os pés de um assento. Uma dessas bases encontrava-se outrora no sítio de Matara. Até o presente, foram registrados 27 monólitos.

Esses tronos, de grande importância na cultura axumita, são mencionados em duas inscrições de Ezana. No século VI, Cosmas aludiu à existência de um trono perto de uma estela em Adulis. "O trono tem uma base quadrada". "É feito de excelente mármore branco" e "inteiramente... talhado num único bloco de pedra". Tanto o trono como a estela apresentavam-se "cobertos com caracteres gregos". A inscrição do trono foi executada por ordem de um soberano axumita que governou por volta do século III Não se conhece ao certo o significado

desses monumentos. Seriam tronos comemorativos de vitórias? Púlpitos votivos? Símbolos do poder real? São tão enigmáticos quanto as grandes estelas.

O grupo encontrado perto de Maryam-Tsion está disposto de tal forma que todos os tronos ficam de frente para o leste, na mesma direção que as faces entalhadas das estelas. Se for esse o arranjo original, é de supor que estivessem voltados para um templo que na época, provavelmente, se situava no sítio da atual igreja, onde existem muitas ruínas.

As próprias inscrições estão gravadas na pedra dura, um tipo de granito. Um dos textos de Ezana, em três escritas diferentes – etíope, sul-arábica e grega –, está gravado nos dois lados de uma pedra de mais de 2 m.

Essa predileção pelos monumentos de vastas proporções parece ter prevalecido também no caso das estátuas. No início do século, descobriu-se em Axum uma pedra lisa, com pegadas de 92 cm. Essa pedra fora utilizada como suporte de uma estátua, provavelmente de metal. As inscrições de Ezana informam que ele erigiu estátuas em honra da divindade, e num dos textos se lê o seguinte: "Em sinal de reconhecimento Àquele que nos criou, Ares, o invicto, erigimos estátuas à Sua glória, uma de ouro, outra de prata e três de bronze". Ainda não se conseguiu recuperar nenhuma estátua axumita, mas as investigações arqueológicas estão longe de ter-se encerrado. Descobriram-se poucas representações de animais, em pedra ou em metal. Cosmas afirma ter visto "quatro estátuas de bronze" representando unicórnios (rinocerontes, sem dúvida) "no palácio real".

A cerâmica

Os sítios axumitas oferecem grande quantidade de vasos em terracota, uns quebrados, outros intactos. Trata-se, em essência, de uma cerâmica utilitária, em terracota vermelha e preta, com largo predomínio da primeira. Em inúmeros potes, o acabamento da face exterior é feito em cores opacas. Muitos são polidos com pedra, enquanto outros apresentam-se revestidos de vermelho. Não há evidências a indicar o uso do torno.

Os vasos têm diversos tamanhos, variando de minúsculos copos a vasilhas de 80 cm de altura. Os jarros, vasos, cântaros, gamelas, bacias e taças nem sempre se apresentam decorados. Quando isso acontece, a decoração consiste geralmente em desenhos geométricos gravados, pintados, modelados ou estampados. Em sua maioria, os padrões são simples: grinaldas, ziguezagues, círculos agrupados, xadrez, espirais, barras, etc. Raramente aparecem temas naturalistas: espigas

FIGURA 14.4 Base de um trono.

FIGURA 14.5 Matara: inscrição do século II da Era Cristã. (Fotos Instituto Etíope de Arqueologia.)

de milho, pássaros e serpentes modelados. Certas decorações têm significado simbólico óbvio, como os braços moldados nas bordas dos vasos. A cruz cristã aparece repetidas vezes nas bordas, nos lados ou no fundo dos vasos.

Há diferença entre as cerâmicas procedentes do leste e do oeste do planalto. Na região de Axum, observa-se um tipo de vaso com incisões lineares nos lados, modalidade muito rara no planalto oriental. É de Matara uma vasilha com saliência e nervuras sob a borda, tipo de cerâmica ausente na região de Axum; aqui, porém, existe um jarro com gargalo em forma de cabeça humana de que até agora não se encontrou paralelo.

Os trabalhos em curso permitem classificar os grupos de cerâmica em séries cronológicas. Contudo, ainda é necessário aguardar o desenrolar das escavações para se poder chegar a datações um pouco mais precisas.

Na camada axumita de todos os sítios descobriu-se também cerâmica importada, principalmente jarros com asas e lados com nervuras. Essas ânforas, muito numerosas em Adulis, são de origem mediterrânica. Não raro eram usadas como urnas funerárias para bebês, como se verificou em Adulis, Matara e Axum. Não se encontrou nenhum traço dessas ânforas nos níveis pré-axumitas. Na camada axumita, descobriram-se também vários fragmentos de frascos, garrafas e copos de vidro, assim como vasos azuis vitrificados do fim do período axumita, a maioria deles importada do oceano Índico (geralmente são desenterrados em fragmentos). Pequenos copos com aspecto de *terra sigillata* eram provavelmente importados do Egito.

A abundância de cerâmica nos sítios faz supor um grande consumo de madeira. A paisagem devia ser muito mais arborizada, portanto, na Antiguidade do que hoje em dia.

Alguns objetos especiais

As pesquisas arqueológicas trouxeram à luz vários objetos: selos moldados em pedra ou em terracota, gravados com motivos geométricos ou perfis de animais; pequenas ferramentas feitas de metais diversos; dados de terracota; fragmentos de lâminas; estatuetas de animais; estatuetas femininas semelhantes às figuras da fertilidade da Pré-História, etc.

Dentre os objetos, menção especial deve ser feita a uma lâmpada de bronze e a um tesouro descoberto durante as escavações de Matara. A primeira consiste num vaso oval que repousa sobre um suporte imitando uma colunata de palmeiras estilizadas. Na parte de cima do vaso, o motivo em *ronde-bosse* representa um

cachorro com coleira na caça a um bode. No dorso está modelado um bucrânio em gracioso relevo. A lâmpada fica a 41 cm de altura, tendo o vaso 31 cm de comprimento. A julgar por seu simbolismo – provavelmente um ritual de caça, hipótese reforçada pela presença do bucrânio –, a lâmpada deve ser originária da Arábia do Sul, onde se descobriram objetos análogos.

O tesouro foi encontrado no interior de um vaso de bronze de 18 cm e consiste em duas cruzes, três correntes, um broche, sessenta e oito pingentes, sessenta e quatro contas de colar, catorze moedas de imperadores romanos dos séculos II e III (principalmente dos Antoninos) e duas placas decorativas. Todos os artefatos são de ouro e apresentam notável estado de conservação. Segundo o lugar onde foram encontrados, esses objetos devem ter sido agrupados em meados do século VII (as moedas, no caso, não constituem critério de datação, porquanto, à exceção de uma única, todas possuem argolas, a indicar seu emprego como joias).

Os níveis axumitas revelam por vezes inscrições sul-arábicas e fragmentos de incensórios do século V antes da Era Cristã. As pedras, geralmente quebradas, foram reutilizadas por construtores axumitas. Observam-se ainda objetos importados do Egito e da Núbia ou, como em Haúlti, estatuetas em terracota que, segundo Henri de Contenson, o explorador do sítio, "parecem guardar uma relação com as encontradas na Índia nos períodos Mathura e Gupta". Contenson informa, ainda, que "os dois primeiros séculos da Era Cristã foram exatamente o período de apogeu dos contatos comerciais entre a Índia e o Mediterrâneo, por via do mar Vermelho".

A Numismática

As moedas axumitas revestem especial importância. Com efeito, somente graças a elas é que ficamos conhecendo os nomes dos dezoito reis de Axum.

Descobriram-se milhares de moedas, sobretudo nos campos arados ao redor de Axum, em especial durante a estação chuvosa, quando a água revolve o solo. A maioria é de bronze, com tamanho variável entre 8 e 22 mm. Em geral as moedas trazem o busto dos reis, com ou sem coroa. Apenas um está representado num trono, de perfil. Seus símbolos são variados: os dos primeiros reis (Endybis, Aphilas, Ousanas I, Wazeba, Ezana) ostentam o disco e o crescente. Após a conversão de Ezana ao cristianismo, todas as moedas retratam a cruz no centro de uma das faces ou entre as letras da legenda inscrita à sua volta. Em alguns casos o busto do rei é enquadrado por duas espigas de milho curvadas, noutros

FIGURA 14.6 Gargalo de jarro.

FIGURA 14.7 Incensório de estilo alexandrino.

FIGURA 14.8 Presa de elefante. (Fotos Instituto Etíope de Arqueologia.)

por uma espiga reta no centro, como sucede nas moedas de Aphilas e Ezana. As espigas de milho são talvez emblemas de algum poder ligado à fertilidade da terra.

As legendas estão inscritas em grego ou etíope, nunca em sul-arábico. O grego aparece nas moedas mais antigas, e somente a partir de Wazeba é que se começa a empregar o etíope. As palavras da legenda variam: "Pela graça de Deus", "Saúde e felicidade para o povo", "Paz para o povo", "Ele triunfará através de Cristo", etc. E, naturalmente, o nome do rei se faz acompanhar do respectivo título: "Rei dos axumitas" ou "Rei de Axum".

Como as moedas não apresentam datas, formularam-se várias hipóteses objetivando classificá-las. O tipo mais antigo – provavelmente do reinado de Endybis – não remonta além do século III, ao passo que o mais recente, ostentando o nome de Hataza, data do século VIII.

A escrita e a língua dos axumitas

O mais antigo alfabeto usado na Etiópia, desde o século V antes da Era Cristã, pertence ao tipo sul-arábico. A língua por ele transcrita assemelha-se aos dialetos semitas da Arábia meridional.

A escrita axumita difere da sul-arábica, não obstante derivar dela.

Os primeiros testemunhos da escrita etíope propriamente dita datam do século II da Era Cristã e apresentam uma forma consonântica. Os caracteres conservam ainda um aspecto sul-arábico, mas evoluem progressivamente para formas particulares. Variável a princípio, a direção da grafia acabou se fixando, indo da esquerda para a direita. As primeiras inscrições estão gravadas em placas de xisto; são pouco numerosas e encerram poucas palavras. A mais antiga foi descoberta em Matara, na Eritreia. Uma inscrição gravada em objeto de metal, datada do século III, menciona o rei Gadara, e pela primeira vez o nome de Axum aparece num texto etíope. Outras inscrições estão gravadas em pedra. As grandes inscrições do rei Ezana são do século IV, e com elas surge o silabismo, que logo se tornará regra na escrita etíope. Os signos vocálicos integram-se no sistema consonântico, indicando os diversos timbres da língua falada.

Essa língua revelada pelas inscrições é conhecida como geês, pertencendo ao grupo meridional da família semita. É a língua dos axumitas.

Durante o período axumita, utilizavam-se as escritas sul-arábica e grega, conquanto de forma limitada. A escrita sul-arábica ainda pode ser encontrada

no século VI, nas inscrições de Caleb e de um de seus filhos, Wazeba. Por volta do século V, a bíblia foi traduzida para o geês.

O progresso da civilização axumita

Cinco séculos antes da Era Cristã, uma forma particular de civilização, marcada por influências sul-arábicas, estabeleceu-se no planalto etíope do norte. Essencialmente agrícola, teve sua época de prosperidade nos séculos V e IV antes da Era Cristã e entrou em declínio no decorrer dos séculos seguintes, pelo menos a julgar pela atual indigência de documentação arqueológica. Mas a cultura não desapareceu, e algumas de suas características foram preservadas na civilização axumita. Certos traços da língua e da escrita, um emblema religioso, o nome de uma divindade (Astar aparece ainda numa inscrição de Ezana), as tradições arquitetônicas e agrícolas (provavelmente, entre outras, o uso do arado) mostram que nos primeiros séculos da Era Cristã uma antiga herança ainda permanecia. Igualmente digno de nota é que a maior parte dos estabelecimentos axumitas, sobretudo no planalto oriental, ocupa os mesmos sítios do período pré-axumita, o que indica uma espécie de continuidade.

Os testemunhos arqueológicos dos primeiros séculos da Era Cristã, no entanto, revelam muitos aspectos novos. Embora a escrita usada derive da sul-arábica, a grafia das inscrições denota uma mudança importante. A religião também se modifica. À exceção de Astar, os nomes das antigas divindades desapareceram e foram substituídos, nos textos de Ezana, pelos da tríade Mahrem, Beher e Meder. A arquitetura, posto continue a caracterizar-se pelo emprego de pedra e madeira e pela base em degraus dos edifícios, apresenta vários traços novos. A cerâmica é muito diferente em sua manufatura, forma e decoração. Em todos os sítios encontram-se também cerâmicas importadas e vidros. É nesse período que o nome de Axum aparece pela primeira vez na História, e não deixa de ser significativo o fato de não ter o sítio, aparentemente, nenhum passado apreciável antes do século I.

Fatores econômicos

Durante o período axumita, como nos séculos anteriores, a agricultura e a criação de animais constituíram a base da vida econômica. Entretanto, o desenvolvimento axumita assumiu um aspecto característico, provavelmente em decorrência de dois fatores.

Todas as fontes antigas indicam que, no decorrer dos dois primeiros séculos, o tráfico marítimo no mar Vermelho se intensificou, o que se pode atribuir à expansão romana nessa região, favorecida pelo progresso da navegação. É sabido que os métodos de navegação se aperfeiçoaram a partir do início do século I. O piloto Hipalo demonstrou que os marinheiros poderiam tirar partido da correta utilização dos ventos, e isso sem dúvida deu novo impulso ao tráfego marítimo. Estrabão assinala que "todos os anos, no tempo de Augusto, cento e vinte navios partiam de Myos Hormos".

Multiplicavam-se as relações comerciais, as embarcações traziam mercadorias e possibilitavam o comércio com a Índia e o mundo mediterrânico. Adulis era o ponto de encontro para o tráfico marítimo, assim como – e este é o segundo fator – para o comércio terrestre. No interior, avultava o comércio de um valioso artigo, o marfim. Aliás, Plínio e o autor do *Periplus* põem esse produto – tão indispensável ao luxo romano – em primeiro lugar na lista de exportações de Adulis. Axum era o grande centro coletor de marfim, procedente de várias regiões. Já na época dos Ptolomeus, o elefante da Etiópia era muito valorizado, sendo utilizado pelos exércitos como um tipo de carro de assalto. Mais tarde passou a ser caçado por suas presas. Quando os autores da Antiguidade falam de Adulis, de Axum ou da Etiópia (África oriental), nunca deixam de salientar o elefante e seu marfim. Mencionam também outras mercadorias, como peles de hipopótamo, chifres de rinoceronte, carapaças de tartaruga, escravos e temperos; o elefante, porém, é objeto de especial interesse. De acordo com o *Periplus,* os elefantes viviam no interior, a exemplo dos rinocerontes, mas por vezes eram caçados "na própria costa, perto de Adulis". No reinado de Justiniano, Nonnosus visitou Axum e no caminho avistou uma manada de 5 mil elefantes. Cosmas observa que há "uma grande quantidade de elefantes com longas presas; da Etiópia as presas são expedidas por barcos para a Índia, a Pérsia, a terra dos Himiaritas e a România" (*Topografia Cristã,* XI, 33). Em 1962, a missão do Instituto Etíope de Arqueologia descobriu uma presa de elefante nas ruínas axumitas de Adulis, e em 1967 os fragmentos de uma estatueta de elefante em terracota nos muros do castelo de Dongour.

As raízes africanas

A civilização de Axum desenvolveu-se no decorrer dos primeiros séculos da Era Cristã, mas suas raízes fincam-se na Pré-História. Seus prenúncios podem ser observados nos cinco séculos que precedem o início da Era Cristã. A

arqueologia vem tentando definir-lhe os traços característicos, mas por enquanto apenas uns poucos aspectos foram investigados, e a catalogação dos dados relativos à Antiguidade está por demais incompleta. A tarefa principal consiste em determinar o que procede das influências externas e o que é realmente indígena. Como outras civilizações, a axumita é produto de um processo evolutivo secundado pelas condições geográficas e pelas circunstâncias históricas. A contribuição indígena é de grande relevo, visto não haver dúvida de que a civilização axumita é, antes de tudo, produto de um povo cuja identidade étnica se vem manifestando progressivamente a partir do estudo de suas inscrições, linguagem e tradições. Aos poucos a pesquisa arqueológica vai descobrindo a singularidade das conquistas materiais de Axum. Ainda há muito a ser feito, e os trabalhos vindouros deverão concentrar-se na interpretação dos testemunhos escavados, mas já sabemos que foi a raiz africana que deu à civilização de Axum sua fisionomia particular.

CAPÍTULO 15

Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura

Y. M. Kobishanov

As fontes históricas dos séculos II e III registram a rápida ascensão de uma nova potência africana: Axum. A primeira referência aos axumitas como povos etíopes, datada da metade do século II aproximadamente, é de Cláudio Ptolomeu, que, embora ignorasse a existência de Axum, conhecera as cidades de Méroe e Adulis. Uma outra fonte é a obra *Aethiopica* de Heliodoro, autor greco--fenício do século III, que relata a chegada de embaixadores axumitas a Méroe, os quais se apresentam ao rei não como súditos e tributários, mas como amigos e aliados, detalhe que nos permite entrever a situação no nordeste da África àquela época. O *Periplus Maris Erythraei* (*Périplo do Mar da Eritreia*), onde se encontram dados sobre diferentes períodos entre pouco antes de 105 da Era Cristã até o século III, refere a "metrópole dos assim chamados axumitas" como uma cidade pouco conhecida, e a fundação do reino de Zoscales (sem dúvida, Za-Hecale, da lista de reis axumitas) como muito recente. O reino de Zoscales estendia-se por toda a costa eritreana do mar Vermelho, enquanto o deserto beja ficava sob o domínio de Méroe. Esse equilíbrio entre as duas potências – a antiga metrópole dos meroítas e a nova metrópole dos axumitas – é evocado pela obra de Heliodoro. O *Periplus* não faz referência à expansão axumita em direção à Arábia do Sul. As primeiras fontes a mencioná-la são as inscrições sabeanas do fim do século II e início do século III, onde se relata que os "abissínios" ou axumitas se acham em guerra com o Iêmen, ocupando uma parte do seu

território. Ao que parece, entre 183 e 213, o rei axumita Gadara e seu filho foram os soberanos mais poderosos da Arábia meridional e os verdadeiros líderes da coalizão anti-sabeana. No fim do século III e início do século IV, "Azbah, rei de Axum, também combateu na Arábia do Sul"[1]. Os reis axumitas, mesmo depois da unificação do país pelos himiaritas, ainda se reivindicavam soberanos desses povos, como se pode observar por seus títulos.

Duas inscrições gregas feitas pelos reis de Axum, cujos nomes e período de reinado ignoramos, também relatam as guerras na Arábia meridional; a mais longa dessas inscrições foi copiada na metade do século VI por Cosmas Indicopleustes. Seu autor conquistou as regiões costeiras do Iêmen "até o país dos sabeus" e vastos territórios na África, "das fronteiras do Egito" à terra do incenso, na Somália[2].

Por volta de 270, a fama do novo Estado já chegara à Pérsia. O *Kephalaia* do profeta Mani (216-76) descreve Axum como um dos quatro maiores impérios do mundo.

De quais recursos e de que tipo de organização dispunha Axum para obter tais sucessos?

Ocupações

A grande maioria dos axumitas dedicava-se à agricultura e à criação de animais, levando uma vida praticamente idêntica à dos atuais camponeses do Tigre. Nas encostas montanhosas construíam terraços para a agricultura, que eram irrigados pela água canalizada das torrentes. Nos contrafortes das montanhas e nas planícies, faziam cisternas e barragens para armazenar a água da chuva, cavando canais de irrigação. As inscrições indicam que cultivavam o trigo[3] e outros cereais; conheciam também a viticultura e utilizavam arados puxados por bois. Possuíam numeroso rebanho de bois, carneiros e cabras, além de asnos e mulas. Como os meroítas, aprenderam a caçar e a domesticar

1 As principais inscrições encontram-se no *Corpus Inscriptionum Semiticarum ab Academiae Inscriptionum... Pars quarta*. 1889-1929; JAMME, A. 1962; RYCKMANS, G. 1955; id. 1956. Para algumas observações sobre as inscrições ver RYCKMANS, G. 1964. Para um relato dos eventos ver também WISSMANN, H. von. 1964. Para a cronologia ver LOUNDINE, A. G. & RYCKMANS, G. 1964.

2 WINSTEDT, E. O. 1909. pp. 74-7.

3 DEUTSCHE AKSUM EXPEDITION, n. 4 :21; DAE, n. 6: 10; DAE, n. 7: 12; LITTMANN, E. 1910-5; DREWES, A. J. 1962. p. 30 et seq.

elefantes, que eram reservados ao uso exclusivo da corte real[4]. De acordo com as inscrições, os axumitas alimentavam-se de bolos de trigo, cerveja, vinho, hidromel, mel, carne, manteiga e óleo vegetal[5].

Os ofícios e ocupações dos ferreiros e outros artesãos metalúrgicos, dos oleiros, pedreiros, canteiros e escultores, entre outros, revelam um nível muito alto de destreza e senso artístico. A inovação técnica mais importante foi a utilização de instrumentos de ferro, cuja expansão, já então bem maior que no I milênio antes da Era Cristã, iria inevitavelmente influir no desenvolvimento da agricultura, do comércio e da arte militar. Outra inovação foi o uso, em alvenaria, de uma argamassa que facilitava a cimentação e que iria permitir o desenvolvimento de um tipo de construção à base de pedra e madeira.

Estrutura política

Axum parece ter sido, inicialmente, um principado que com o tempo veio a tornar-se a primeira província de um reino "feudal". A seus governantes a história impôs várias tarefas, das quais a mais urgente era afirmar sua hegemonia sobre os Estados segmentários da Etiópia setentrional, e uni-los em um só reino. O sucesso dependia do poder do soberano de Axum e da sobrepujança de sua força em relação à dos demais príncipes da antiga Etiópia. Por vezes um monarca, ao ascender ao trono, via-se obrigado a inaugurar seu reinado com uma campanha militar por todo o país para obter dos principados ao menos uma submissão formal. Ezana, por exemplo, logo no início de seu reinado teve de empreender tal campanha embora, antes dele, outro monarca axumita cujo nome não chegou até nós, mas que nos deixou o *Monumentum Adulitanum,* a tivesse realizado[6].

A fundação do reino serviu de base para a edificação de um império. Do fim do século II ao início do século IV, Axum tomou parte nas lutas diplomáticas e militares que opunham os Estados da Arábia meridional. Os axumitas submeteram as regiões situadas entre o planalto do Tigre e o vale do Nilo. No século IV, conquistaram o reino de Méroe, então em decadência.

Desse modo foi se construindo um império, que abarcava as ricas terras cultivadas do norte da Etiópia, o Sudão e a Arábia meridional, incluindo todos

4 DINDORFF, L. A. 1831. pp. 457-8; WINSTEDT, E. O. 1909. p. 324.

5 DAE, n. 4 :13-21; DAE, n. 6 :7-11; DAE, n. 7 :9-13; DREWES, A. J. 1962. p. 73.

6 WINSTEDT, E. O. 1909. pp. 72-7; DAE, n. 8; DAE, n. 9.

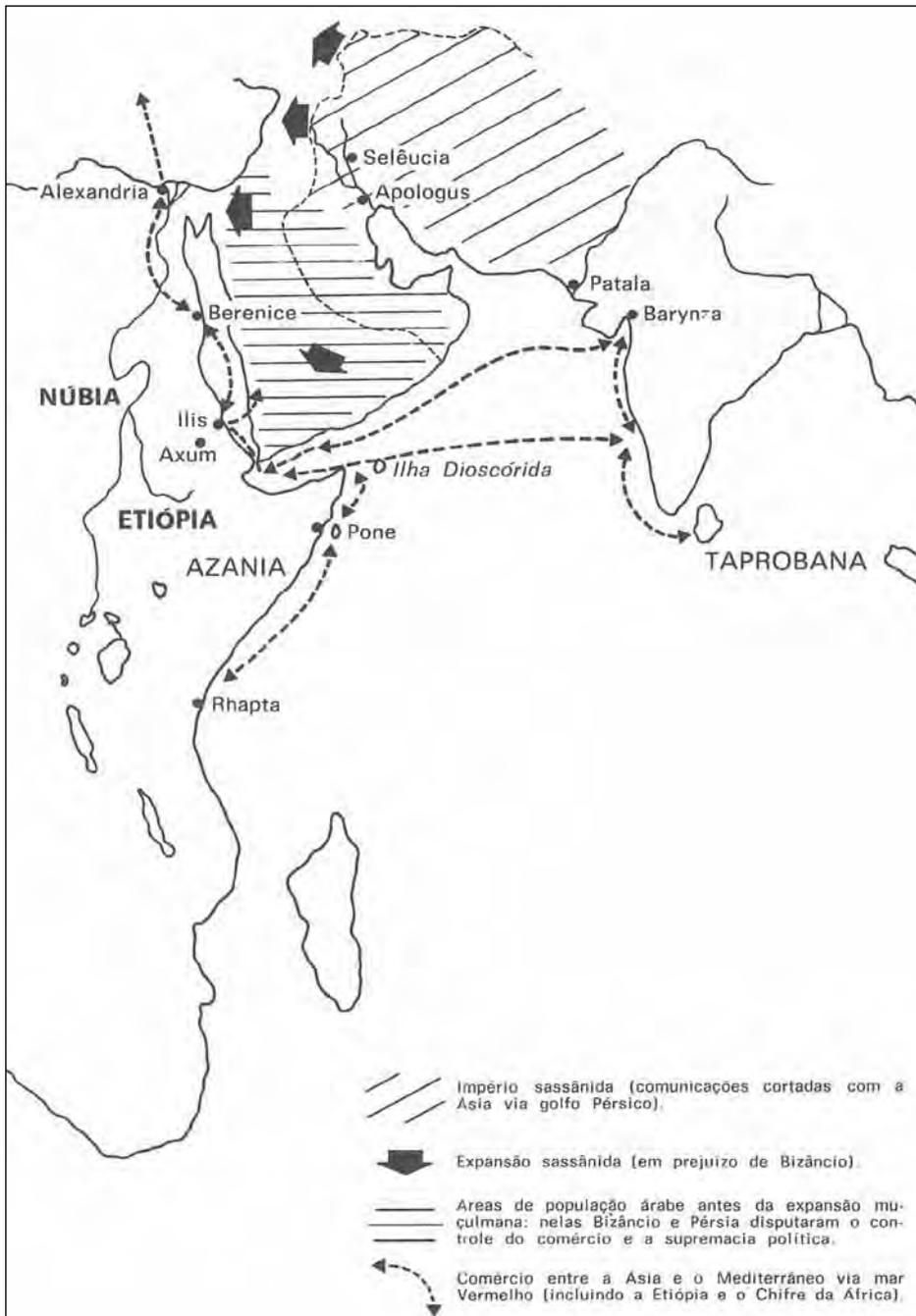



FIGURA 15.1 Mapa da expansão axumita.

os povos que ocupavam as regiões situadas ao sul dos limites do Império Romano – entre o Saara, a oeste, e o deserto de Rub al-Khali, no centro da Arábia, a leste.

O Estado se dividia entre Axum propriamente dito e seus "reinos vassalos", cujos monarcas estavam sujeitos ao "rei dos reis" de Axum, a quem pagavam tributo. Os gregos designavam o potentado de Axum por *basileus* (somente Atanásio, o Grande, e Philostorgius o chamavam tirano): os reis vassalos eram conhecidos como arcontes, tiranos ou etnarcas. Os autores sírios, como João de Bíeso, Simeão de Beth-Arsam e o autor do *Livro dos Himiaritas,* chamavam rei (*mlk'*) ao "rei dos reis" de Axum, mas também aos reis de Himiar e de Alwa, seus súditos. No entanto, é preciso considerar que o termo axumita empregado para todos eles era *negus.* Só em determinados casos, quando se escrevia para leitores estrangeiros, é que se empregavam as variações terminológicas[7]. Cada "povo", reino, principado, cidade, tribo tinha seu próprio *negus*[8]. Existem referências a *negus* no exército axumita (nägäsra särawit) (*DAE,* n. 9: 13). Além do comando dos exércitos em tempo de guerra esses *negus* dirigiam os empreendimentos de construção[9]. Entre os *negus,* as inscrições citam reis de quatro tribos de Bega (Beja), cada qual governando sobre aproximadamente 1100 súditos (*DAE,* n. 4: 19-20; *DAE,* n. 6: 7-17; *DAE,* n. 7: 6-18), e o senhor do principado de Agabo, cujo número de súditos mal ultrapassava a faixa dos 200 a 275 homens adultos, ou um total de 1000 a 1500 pessoas. Os reinos vassalos situavam-se no planalto do Tigre e na região da baía de Zula (Agabo, Metin, Agame, etc.), adiante do rio Taqqase (Walqa'it, Samen, Agaw), nas regiões áridas em torno das terras altas etíopes (Agwezat) e na península arábica. Após a vitória de Ezana, esses reinos se estenderam até a Alta Núbia, entre a Quarta Catarata e Sennar. Alguns reis feudatários, corno os da Arábia meridional e da Alta Núbia, por exemplo, possuíam seus próprios vassalos – senhores hereditários de *status* inferior. Criou-se, assim, urna hierarquia de poder, do rei dos reis de Axum aos chefes das distintas comunidades.

7 Por exemplo, no texto grego das inscrições bilíngues de EZANA (*DAE*, n. 4, 6, 7), o monarca de Axum recebe o título de "rei dos reis", bem como de "rei dos axumitas" e outros mais, enquanto os monarcas beja são chamados de "pequenos reis". No texto pseudo-sabeano, os termos usados para referência ao rei de Axum são de origem sabeana – *mlk, mlk, mlkn* – enquanto para os monarcas beja é empregado um termo etíope – *nägäst.* Na inscrição grega que registra sua campanha na Núbia, Ezana autodenomina-se rei simplesmente, e não rei dos reis, talvez por razões ligadas à política exterior (CAQUOT, A. & NAUTIN, P. 1970. p. 270-1). Mas o próprio título denota uma posição muito alta conferida igualmente a imperadores romano-bizantinos: *DAE,* n. 9, 13 – *nägästat Sarawit.*

8 *DAE*, n. 8: 7-12, 27, 29; *DAE*, n. 9: 9-12; *DAE*, n. 11: 36; DREWES, A. J. 1962. p. 30 et seq., 65-7; SCHNEIDER, R. 1974. p. 771, 775.

9 DREWES, A. J. 1962. p. 65; VASILYEV, A. A., ed. 1907. p. 63-4.

Havia duas formas de coletar o tributo: ou os monarcas vassalos (como Abraha, rei de Himiar) enviavam um tributo anual a Axum, ou o rei de Axum, acompanhado de numeroso séquito, percorria seus domínios, recolhendo o tributo e víveres para sua comitiva. Os reis vassalos faziam o mesmo. Por fim, adotou-se um meio-termo entre as duas formas de coleta: os vassalos passaram a levar seu tributo a locais determinados do percurso real.

As fontes não trazem informações sobre o sistema administrativo de Axum, aparentemente muito pouco desenvolvido. Os parentes próximos do rei tinham papel importante na direção dos negócios públicos, o que nos permite entender que, numa carta, o imperador romano Constantino II tivesse se dirigido não apenas a Ezana, mas também a Saizana, seu irmão[10]. As expedições militares comumente eram conduzidas pelo rei, seu irmão[11] ou outros parentes[12]. Os exércitos menores eram comandados pelos "reis de exército", sendo compostos por guerreiros das comunidades ou tribos; a expressão "meu povo" pronunciada por um rei de Axum é sinônimo de "meus exércitos"[13].

Os monarcas axumitas pacificaram as tribos guerreiras estabelecidas nas fronteiras do Estado: os abissínios, na Arábia do Sul[14]; quatro tribos beja na região de Matlia ou no país de Byrn (possivelmente na província de Begemdir) (*DAE,* n. 4, 6, 7). Além disso, é evidente que o rei dos reis dispunha de uma comitiva armada: sua corte, em tempos de paz, e seus guardas, em tempo de guerra (como na Etiópia do século XIV). Aparentemente, os funcionários da corte desempenhavam funções de agentes do governo, como, por exemplo, de encarregado de missões. Os sírios helenizados Edésio e Frumêncio, escravos do rei, foram promovidos, um a escanção e o outro a secretário e tesoureiro do rei de Axum[15].

O que se sabe sobre a história do reino de Axum é muito pouco para que se possa reconstituir o desenvolvimento de seu sistema político. Contudo, parece provável que no apogeu da monarquia axumita sua estrutura tenha se modificado por urna espécie de processo de centralização. No século IV, a ocupação de Ezana consistia basicamente em subjugar ou aprisionar os

10 MIGNE, J. P. 1884. p. 635.

11 *DAE*, n. 4 :9; DAE, n. 6 :3; DAE, n. 7 :5.

12 PROCÓPIO. ed. 1876. p. 275.

13 *DAE*, n. 9: 12-34; *DAE*, n. 10: 9-10, 23; *DAE*, n. 11: 18, 30-5, 37-8; CAQUOT, A. 1965. pp. 223-5; SCHNEIDER, R. 1974. pp. 771, 774, 778, 781, 783-4, 785; *DAE*, n. 4; *DAE*, n. 6; *DAE*, n. 7.

14 PROCÓPIO. ed. 1876. p. 274; MOBERG, A. 1924. p. CV; Martyrium sancti Arethae et sociorum in civitate Negran. *Acta Sanctorum.* Bruxelas, oct. 1861. t. X, p. 7; RYCKMANS, G. 1953.

15 MOMMSEN, T. 1908. pp. 972-3.

vassalos rebeldes, soberanos hereditários dos diferentes principados de Axum. Por volta do século VI, no entanto, encontramos um rei de Axum que passara a nomear os reis da Arábia do Sul: Ma'dikarib e Sumayia Aswa para Himiar, Ibn Harith (filho de S. Areta) para Nagran. Instalando tropas nos reinos de seus vassalos, o rei dos reis assegurava a submissão direta de seus comandantes militares a Axum.

O sistema jurídico em vigor no reino pode ser estudado nos primeiros registros jurídicos de Axum, que são as quatro leis da *Safra* (Drewes, 1973).

Comércio e política comercial

A posição do reino de Axum no mundo comercial da época era a de uma potência mercantil de primeiro plano, o que se evidencia pela cunhagem de moeda própria em ouro, prata ou cobre. Axum foi o primeiro Estado da África tropical a cunhar moeda, que naquele tempo não existia em nenhum dos países vassalos, nem mesmo em Himiar ou Alwa. A cunhagem, em particular da moeda de ouro, constituía uma medida não apenas econômica mas também política; através dela o Estado de Axum proclamava ao mundo sua independência e prosperidade, o nome de seus monarcas e as divisas do reino. O primeiro rei axumita a colocar em circulação sua própria moeda foi Endybis, na segunda metade do século III. O sistema monetário de Axum era comparável ao de Bizâncio; no peso, no modelo e na forma, as moedas axumitas apresentavam as mesmas características de suas contemporâneas bizantinas.

Embora predominasse a produção doméstica natural, existia uma certa relação entre a capacidade produtiva de Axum e sua importância comercial. Tratava--se mais de uma relação indireta, dependente – como se verá mais adiante – da superestrutura política. Pode-se ter uma ideia dos itens exportados pela Etiópia axumita, tendo-se por base os relatos dos autores latinos e bizantinos. Plínio refere os navios que deixavam os portos etíopes do Mar Vermelho carregados de obsidiana, mármore, chifres de rinoceronte, couro de hipopótamo, macacos (*sphingia*), levando também escravos. O *Periplus* enumera os produtos exportados por Adulis, destacando a tartaruga, a obsidiana, o marfim e chifres de rinoceronte. Nonnusius faz alusão ao ouro em pó como um dos produtos de exportação da Etiópia axumita. Cosmas Indicopleustes fala de perfumes, ouro, marfim e animais vivos exportados pela Etiópia. Relata que os axumitas adquiriam esmeraldas dos Blêmios do deserto da Núbia e enviavam-nas à Índia

setentrional, para serem vendidas. Afirma ainda ter comprado uma presa de hipopótamo na Etiópia[16].

À exceção do ouro e das esmeraldas, os artigos relacionados só podiam ser obtidos através da caça (incluindo a caça por armadilha) ou da coleta. Não são mencionados produtos agrícolas e laticínios nem artigos produzidos por artesãos. Se esses produtos eram exportados, devem ter sido em quantidades muito pequenas e nos limites do Império Romano-Bizantino. Embora a informação mais antiga sobre a exportação do famoso trigo da Etiópia date do século X, não se pode de todo negar que a essa época ele já fosse comercializado com os países vizinhos. Por sua vez, a julgar pelos relatos do *Periplus,* Adulis importava certos gêneros alimentícios, como vinho e óleo de oliva em pequenas quantidades da Laodiceia (Síria) e da Itália; os portos do Chifre da África recebiam do Egito cereais, vinho e suco de uvas frescas de Dióspolis e, da Índia, trigo, arroz, cana-de-açúcar, óleo de sésamo e milhete (*Eleusine*). Ao que parece, alguns desses produtos, em particular a cana-de-açúcar, eram embarcados também para Adulis[17].

Naquela época, não se exportava gado para países relativamente distantes. Cosmas Indicopleustes informa que os axumitas abasteciam com bois, sal e ferro o comércio com Sassu, onde se encontravam campos auríferos (com certeza, no sudoeste da Etiópia). No entanto, Cosmas deve ter-se inspirado numa lenda muito conhecida quando relata a troca de carne por pepitas de ouro[18]. Existem referências isoladas à descoberta de vestígios da metalurgia axumita na Arábia, entre os quais, uma lâmpada de alabastro[19], moedas e uma lança saariana citada pelo poeta árabe pré-islâmico Labid, nos seus *mu'allaqa*[20].

Sobre as importações axumitas de artigos fabricados por artesãos estrangeiros sabe-se um pouco mais. O *Periplus,* referindo-se aos domínios do rei Zoscales, diz:

> "Para esses locais são trazidos *himation* de tecido grosseiro, não-pisoado, fabricados no Egito para os bárbaros, imitações de *abolla* tingidas em diversas cores, *lention* tosado nos dois lados, numerosos artigos de vidro transparente, vasos de *murrhine* [moldados com uma pasta vitrificada] feitos em Dióspolis, além de latão [...] folhas de cobre mole, [...] ferro [...]. Para cá trouxeram, entre outras coisas, machadinhas, machados, facas, tigelas de cobre, redondas e grandes; alguns denários

16 COSMAS. *Periplus Maris Erythraei.* 3-6; WINSTEDT, E. O. 1909. pp. 69, 320, 322, 324, 325; DINDORFF, L. A. 1870. p. 474.

17 COSMAS. *Periplus ...* 6, 7, 17.

18 WINSTEDT, E. O. 1909. pp. 71-2.

19 GROHMANN, A. 1915. pp. 410-22.

20 LABID IBN RABI'AH. 1891-2. p. 74.

FIGURA 15.2 Moeda de ouro do rei Endybis (século III da Era Cristã).

FIGURA 15.3 Moeda de ouro do reino de Ousanas. (Fotos Instituto Etíope de Arqueologia.)

para os estrangeiros residentes aqui; pequena quantidade de vinho e óleo de oliva da Laodicéia e da Itália. Para o rei, trazem vasos de ouro e de prata feitos à moda local. Os artigos de vestuário que vêm do exterior – *abolla* e *kanakes* [albornozes] – são de pouco valor. Do interior de Ariaca [Índia central], vêm o ferro, o aço e tecidos de algodão indianos (particularmente os tipos mais largos e mais grosseiros conhecidos como *molokhina* e *sygmatoghena);* cintos, mantos, algumas peças de vestuário de *molokhinese sindoni* e material colorido com uma espécie de verniz".

É possível que essa lista omita certos artigos importados pela Etiópia axumita. Por exemplo, o *Periplus* observa que eram desembarcados nos portos do Chifre da África "pequena quantidade de estanho", alguns artigos de vidro, túnicas, "diversos *himation* de lã ao gosto bárbaro", mantas de lã de Arsínoe e produtos egípcios. Objetos de vidro e ferro produzidos em Muza (al-Muha), na Arábia do Sul[21], eram levados para Azania.

Com o tempo, alterou-se o curso geral das importações. O embargo decretado pelos imperadores romanos sobre as exportações de metais preciosos, ferro e produtos alimentícios "para os omeritas [himiaritas] e axumitas"[22] por volta do final do século V e início do VI deve ter modificado consideravelmente a lista das exportações romano-bizantinas para Adulis, embora sob o reinado de Justiniano a aliança entre Bizâncio e Axum tenha permitido um certo relaxamento dessa medida. Mesmo assim, os axumitas tinham que buscar obter em outras fontes as mercadorias impedidas de transpor as fronteiras do império.

De modo geral, os dados arqueológicos confirmam e completam as informações do *Periplus*. As escavações efetuadas em Axum, Adulis e Matara nos estratos datados do período em questão e as descobertas feitas em Hawila-Asseraw (no distrito de Asbi-Dera) e Debre-Damo revelaram numerosos objetos de origem não-etíope, alguns dos quais teriam chegado ao país através de intercâmbio comercial, a maior parte proveniente do Império Romano-Bizantino, especialmente do Egito. Incluíam ânforas, que pelas evidências serviam como recipientes para vinho ou óleo; fragmentos de objetos de vidro, enfeites de ouro e colares de moedas de prata romanas (Matara), uma linda gema (Adulis), lâmpadas de bronze, e uma balança e pesos de bronze (Adulis e Axum)[23].

21 COSMAS, *Periplus* ... 6, 7, 17.

22 CODEX THEODOSIANUS. XII, 2, 12.

23 ANFRAY, F. 1972-b. p. 752; ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. p. 68; CONTENSON, H. de. 1963-c. p. 12, pr. XX.

Também foram encontrados objetos originários da Índia: um selo (Adulis)[24], estatuetas de terracota (Axum)[25], 104 moedas de ouro datadas da dinastia kuchana, anteriores ao ano 200 (Debre-Damo)[26]. São da Arábia pré-islâmica as moedas de prata e bronze encontradas acidentalmente na Eritreia e durante as escavações em Axum[27], bem como a lâmpada de bronze de Matara[28]. Numerosas são as amostras do artesanato meroíta: fragmentos de vasos de cerâmica (várias localidades); estatuetas-amuletos de faiança, de Hátor e Ptah (Axum), de cornalina, de Hórus (Matara)[29], estelas esculpidas representando Hórus sobre crocodilos (vistas em Axum e descritas por James Bruce, no século XVIII[30]) e tigelas de bronze (Hawila-Asseraw)[31]. Alguns desses objetos podem ter chegado à Etiópia através do comércio com o Sudão, mas provavelmente a maioria deles provém de espólios de guerra ou tributo. É possível que os axumitas importassem da região de Méroe boa parte dos artigos de algodão e ferro de que necessitavam. De outros países da África vinham o ouro (originário de Sassu e talvez do país de Bega), o incenso e condimentos (Somália setentrional).

A unificação de parte considerável do nordeste da África pelos axumitas enriqueceu rapidamente a sua aristocracia, na qual os mercadores romanos, árabes e hindus iriam encontrar a clientela para seus produtos de luxo, de todos, os mais lucrativos.

Algumas das mercadorias inventariadas no *Periplus* de Pseudo-Arriano eram reservadas, como observa o autor, ao uso exclusivo do rei de Axum. No início do século III, os comerciantes estrangeiros, ao que parece, eram obrigados a enviar oferendas proporcionais à sua riqueza ao rei de Axum e ao governador de Adulis; enquanto viveu Pseudo-Arriano, esses presentes não passavam de vasos de ouro e de prata "sem grande valor", e de "grosseiras imitações" de *abbola* e *kaunakes*. É interessante notar que, por volta do ano 524, o patriarca de Alexandria enviou de presente ao rei de Axum um vaso de prata[32]. O aumento da riqueza e a difusão dos hábitos de luxo na corte real de Axum (de acordo com as inscrições deixadas

24 PARIBENI, R. 1908. fig. 49.

25 CONTENSON, H. de. 1963-c. pp, 45-6, pr. XLVII-XLVIII a.c.

26 MORDINI, A. 1960.

27 GAUDIO, A. 1953. pp. 4-5; CONTENSON, H. de. 1963-c. p. 8, pr. XIV; id. p. 12, pr. XIV.

28 ANFRAY, F. 1967. p. 46 et seq.

29 CONTENSON, H. de. 1963-c. p. 43; LECLANT, J. 1965-c. pp. 86-7, pr. LXVII, 1.

30 WALLE, B. van de. 1953. pp. 238-47.

31 DORESSE, J. 1960. pp. 229-48; CAQUOT, A. & LECLANT, J. 1956. pp. 226-34; CAQUOT, A. & DREWES, A. J. 1955. pp. 17-41.

32 Martyruim sancti Arethae... 1861. p. 743.

por Cosmas, João Malalas e Nonnusius) levam a crer que os presentes passaram a ser mais valiosos e de melhor qualidade. É possível que nessa época tenha se estabelecido um sistema de taxas de importação.

Os ganhos obtidos com a criação do poderoso reino de Axum enriqueceram não apenas a aristocracia mas também o grupo étnico-social privilegiado composto pelos cidadãos axumitas da capital. Grande parte das importações enumeradas no *Periplus* destinava-se a amplas camadas da população. Braceletes de cobre importado trabalhados pelos artesãos do lugar, lanças de ferro importado e outros objetos de metal de uso local, bem como roupas de tecidos estrangeiros, vinham alimentar os mercados locais, tornando-se, assim, acessíveis tanto à população urbana quanto à rural. Os estrangeiros – comerciantes ou outros grupos – estabelecidos em Adulis, em Axum e em diferentes cidades etíopes acabavam importando grandes quantidades de mercadorias. É entre esses grupos que o vinho e o óleo de oliva vão encontrar rápida saída. Os objetos descobertos durante as escavações, como a balança e os pesos, o selo e as moedas romanas e kuchanas, são obviamente vestígios deixados pelos comerciantes romano-bizantinos e hindus que viveram em Adulis e Axum. O *Periplus* afirma claramente que os denários eram levados a Adulis por estrangeiros que lá viviam, isto é, por pessoas que não eram súditos africanos nem romanos. Como já se sabe, o fluxo da moeda romana para a Arábia meridional, Índia, Ceilão e outros países orientais atingia proporções catastróficas. Os estrangeiros que introduziam esses denários talvez fossem comerciantes da Índia, do Ceilão e da Arábia. Entre os que comerciavam com o reino axumita, a tradição árabe menciona os Banu-Kuraish de Meca; Cosmas Indicopleustes fala dos habitantes da ilha de Socotra, e Pseudo--Calístenes menciona os hindus. A importância relativa das cidades e países de além-mar para o comércio etíope no início do século VI pode ser ilustrada pelo número de navios que entraram no porto etíope de Gabaza no verão de 525, cuja lista se encontra no *Martírio de Santa Areta*[33]. Essa lista foi analisada em detalhe por N. V. Pigulevskaya[34]: nove navios são descritos como hindus – termo que admite diferentes interpretações; sete embarcações eram da ilha de Farasan al-Kabir, habitada pelos farasianos, uma tribo cristã sul-arábica que desempenhou importante papel no comércio do mar Vermelho; quinze navios chegaram de Elat, na Palestina, principal porto da região sírio-palestina; vinte e duas embarcações vieram de portos egípcios – vinte de Clysme e apenas duas

33 Martyrium sancti Arethae... 1861. p. 747.

34 PIGULEVSKAYA, N. V. 1951. pp. 30-1.

de Berenice; outras sete vieram da ilha de Iotaba (Thiran). Todos os cidadãos romanos que comprovadamente viajaram a Adulis ou Axum nasceram no Egito ou na Síria.

Os principais fornecedores dos negociantes estrangeiros eram os monarcas axumitas e os vassalos que governavam os vários domínios do reino de Axum, particularmente Adulis e a Arábia do Sul. Somente eles dispunham de estoques suficientes de mercadorias para exportação. A essa época é possível que houvesse monopólios comerciais no reino de Axum, na vizinha Arábia meridional e também em Bizâncio. É muito provável que a caça do elefante e a venda do marfim e do ouro tenham sido em grande parte monopólio do soberano. Apenas o rei e os arcontes de Axum tinham meios para comprar produtos estrangeiros.

Os soberanos possuíam imensos rebanhos. Nas inscrições de Ezana faz-se menção aos espólios obtidos em duas campanhas axumitas, no Afan e na Núbia, que no total renderam cerca de 32500 cabeças de gado e mais de 51 mil carneiros, sem contar as centenas de animais de carga. As inscrições não especificam se o espólio pertencia a todo o exército ou se correspondia apenas à parte do rei, o que parece mais provável. Nas inscrições relativas à pacificação de quatro tribos beja, Ezana declara ter-lhes doado 25 mil cabeças de gado[35], cifra que nos permite avaliar a dimensão dos rebanhos pertencentes ao rei. É interessante observar que todas as cifras registradas nas inscrições estão escritas primeiramente em palavras, depois em números – exatamente como nos tempos atuais. Possivelmente durante o período axumita criou-se o cargo de “administrador dos rebanhos” (*sahafeham*), que permaneceu até o século XIV como título honorífico para os governadores de determinadas províncias.

Em Axum, como em outros reinos africanos da Antiguidade, os rebanhos constituíam uma riqueza extremamente difícil de comercializar. Era impossível exportá-los sistematicamente por mar, embora os axumitas conseguissem transportar certos animais isoladamente, inclusive alguns elefantes do exército de Abraha. É claro que o gado podia ser conduzido ao interior do continente para lá ser vendido – Cosmas Indicopleustes menciona que as caravanas dos axumitas levavam gado a Sassu –, mas inevitavelmente uma proporção considerável dos animais devia servir para alimentar a própria caravana.

35 *DAE*, n. 10: 17-22; *DAE*, n. 11: 43-4; *DAE*, n. 4: 13-5; *DAE*, n. 6: 7-8; *DAE*, n. 7: 9-10.

Um tipo de mercadoria cuja demanda, ao longo de séculos, jamais se retraiu foram os escravos. Os prisioneiros de guerra, mencionados nas inscrições de Ezana e nas fontes relativas às guerras entre axumitas e himiaritas, eram particularmente procurados pelos mercadores de escravos estrangeiros.

O ouro e a prata obtidos dos espólios de guerra ou do tributo pago pela Núbia, Beja, Agaw, Himiar e outros países eram trazidos de Sassu por caravanas e convertidos em moeda para pagamento das mercadorias estrangeiras destinadas ao rei e aos nobres.

Embora o volume da produção industrial de Axum não fosse significativo para manter um mercado, a abundância de produtos agrícolas e animais permitia aos axumitas carregar navios mercantes e caravanas. Assim, além de prover o mercado interno atendendo às suas necessidades alimentares e de outros bens de consumo, os axumitas podiam ainda comerciar com outros países.

Pode-se ter uma vaga ideia da organização desse comércio a partir do relato de Cosmas Indicopleustes sobre o aprovisionamento de Axum com o ouro proveniente dos numerosos campos auríferos de Sassu. "De ano em ano (ou a cada dois anos?), o rei de Axum envia, sob a responsabilidade do arconte de Agaw, pessoas encarregadas de trazer ouro. Muitos as acompanham pelo mesmo motivo, de modo que, no total, podem ser mais de quinhentas." Mais adiante, Cosmas sublinha que todos os membros da caravana andavam armados e que faziam o possível para chegar a seu destino antes das grandes chuvas. Indica também o período exato em que as chuvas deviam ser esperadas. O ouro era transportado de Sassu na forma de pepitas do tamanho de um grão de tremoço, conhecidas como *tankharas*[36].

Ao que parece, os agentes do rei constituíam o núcleo das caravanas e se faziam acompanhar por outras pessoas, que podiam ser agentes dos nobres e ricos axumitas, mas não estrangeiros. Na época, os monarcas etíopes não eram indiferentes aos seus interesses comerciais. No *Periplus* o rei Zoscales é tido como "avaro e mercenário". O comércio era considerado como um negócio de Estado, e parece que o arconte de Agaw assumia sua inteira responsabilidade, incumbindo-se de equipar e despachar para Sassu as caravanas axumitas. A inscrição de Ezana relativa à campanha do Afan, onde são descritas a derrota de quatro tribos do Afan e a prisão de seu chefe, registra o destino que tiveram os agressores das caravanas axumitas; de fato, as tribos do Afan massacraram os membros de uma caravana comercial de Axum[37].

---

36 WINSTEDT, E. O. 1909. pp. 70-1.

37 *DAE*, n. 10.

A hegemonia política de Axum sobre as rotas do comércio mundial demonstrou ser tão lucrativa quanto a participação mesma do reino no comércio.

Tendo subjugado a Alta Núbia, a Arábia meridional, a região do lago Tana e as tribos dos desertos que circundam a Etiópia, o rei de Axum assumiu o controle das rotas que ligavam o Egito e a Síria aos países do oceano Índico e também às regiões interioranas do nordeste da África. O estreito de Bab el-Mandeb, que como os de Malaca e Gibraltar, constituía uma das três principais rotas marítimas do mundo antigo, também ficou sob o controle axumita. Na Antiguidade, era por Bab el-Mandeb que se fazia o importante tráfico marítimo do mar Vermelho ao golfo Pérsico, à Índia, ao Ceilão, ao estreito de Malaca e aos países do sudoeste e do leste da Ásia. Do golfo de Aden, uma outra rota ramificava-se ao longo da costa da Somália até a África oriental (a Azania de Cláudio Ptolomeu e Pseudo-Arriano). Essa rota foi explorada e utilizada pelos marinheiros da Arábia meridional e, no decorrer dos primeiros séculos da Era Cristã, pelos marinheiros da Índia e do Império Romano.

À época que examinamos, florescia o comércio no mar Vermelho não obstante fossem comuns as histórias de pirataria, empresa a que se dedicavam as tribos africanas e árabes das costas meridionais do mar Vermelho e do golfo de Aden. Os autores romanos significativamente atribuíam os ataques de piratas nessa região a mudanças na atitude política de Axum e de outros Estados do mar Vermelho em relação aos romanos[38].

Os comerciantes romanos tinham interesse vital em garantir a segurança ao longo das rotas comerciais situadas na área de influência de Axum, e, consequentemente, em sua política de unificação. Por isso apoiaram a aliança do Império Romano-Bizantino com o reino de Axum. Mas não seria correto representar os reis axumitas como simples promotores da política romano-bizantina, compreendidos seus aspectos religiosos e comerciais. Sua política mantinha-se independente e só correspondia à política bizantina quando coincidiam os interesses, principalmente os interesses econômicos, das duas potências. No século VI, por exemplo, apesar das frequentes viagens que faziam à Índia, os bizantinos consideravam as relações comerciais dos etíopes com esse país mais estáveis que as suas[39].

Sendo o comércio axumita com Sassu um segredo zelosamente ocultado dos bizantinos, Cosmas Indicopleustes só poderia saber da existência daquele país através de relatos orais dos etíopes. Parece bastante evidente que, do

38 COSMAS. *Periplus*... 4; MOMMSEN, T. 1908. p. 972.

39 PROCÓPIO. ed. 1876. pp. 275-7.

início do século V ao início do VI, os diáconos etíopes (axumitas) eram os responsáveis pela colônia mercantil etíope instalada na Líbia[40] e em Nagran[41]. Quando Moisés, bispo de Adulis, embarcou para a Índia[42] no início do século V, provavelmente fora visitar seus fiéis, que, na época, tinham criado colônias de comércio nos portos da Índia e do Ceilão. As viagens comerciais efetuadas ao Ceilão e à Índia meridional e setentrional pelos cidadãos de Adulis em particular e pelos etíopes em geral são relatadas por Pseudo-Calístenes e Cosmas Indicopleustes[43]. O crescimento da cidade de Adulis e o fortalecimento de sua posição no comércio mundial refletem o poder e a expansão do reino axumita. Na opinião de Plínio (c. 60) e de Cláudio Ptolomeu (c. 150)[44], Adulis era simplesmente um dos pequenos mercados da África; Pseudo-Arriano considerava-a uma aldeia.

No século IV e início do V, os portos de Adulis e do Chifre da África raramente atraíam a atenção dos geógrafos romanos. No decorrer do século V, contudo, Adulis tornou-se a cidade portuária mais importante entre Clysme e os portos da Índia, e os nomes de outros portos africanos desapareceram das fontes escritas[45].

O fato de Adulis ter alcançado na época um nível de prosperidade jamais conhecido devia-se não à sua resistência bem-sucedida a qualquer tipo de competição, mas unicamente à proteção ativa do Estado protofeudal de Axum. Desse modo, pode-se entender que no *Périplo do Mar da Eritreia* Adulis seja referida como "mercado oficialmente estabelecido".

Cultura

Podemos perceber claramente o reflexo do desenvolvimento do império protofeudal na ideologia e na cultura axumitas tomando o período que vai do século II ao IV. As breves inscrições consagradas aos deuses vão se transformando aos poucos em relatos detalhados das vitórias alcançadas pelo "rei dos reis". Desses, são exemplos particularmente interessantes as inscrições de Ezana, em

40 CAQUOT, A. & LECLANT, J. 1959. p. 174.

41 MOBERG, A. 1924. p. 14, b; IRFANN, S. 1971. p. 64.

42 PRIAULX, B. 1863.

43 PRIAULX, B. 1863; WINSTEDT, E. O. 1909. p. 324.

44 PLÍNIO. ed. 1838-62. VI, 172; PTOLOMEU, Cláudio. IV, 7, 10.

45 PRIAULX, B. 1863. p. 277; DESANGÉS, J. 1967. pp. 141-58.

etíope e em grego. Numa delas, em que Ezana relata em detalhe sua campanha na Núbia, atinge-se o ápice do estilo epigráfico[46]. O texto revela eloquência e sentimentos religiosos autênticos e liberdade no uso de conceitos complexos. As ideias básicas subjacentes são a glorificação de um monarca poderoso, invencível, cuja ira seria loucura provocar, e a exaltação do deus, cuja proteção especial e permanente o monarca desfruta. Evocam-se argumentos bastante pertinentes para justificar as campanhas axumitas na Núbia e outras represálias. O rei Ezana é representado como sendo de uma honestidade e de uma magnanimidade irrepreensíveis. Essa inscrição pode ser justificadamente considerada como uma obra literária, apresentando semelhanças com a poesia popular e a literatura etíopes de época mais recente.

Evolução análoga tiveram os motes na cunhagem axumita. As moedas, do século III até a metade do IV, ostentam o epíteto étnico particular de cada monarca, formado pela palavra *be'esi* ("homem") e um etnônimo correspondente ao nome de um dos "exércitos" axumitas. De alguma forma, esse sobrenome se associava à estrutura tribal e militar do Estado axumita e provavelmente tinha origem na democracia militar da Etiópia antiga. A moeda corrente na época de Ezana e de seus sucessores trazia o mote grego "Que o país esteja satisfeito!". É evidente que esse artifício demagógico reflete uma doutrina oficial, cujos primeiros indícios se podem discernir nas inscrições de Ezana[47]. Sem dúvida, o rei desejava fazer-se popular ante a nação, propósito que condizia com a natureza de um poder que se ia transformando em monarquia. Mais tarde, as versões grega e etíope desse mote foram substituídas por fórmulas cristãs piedosas.

A evolução das legendas nas moedas e das inscrições reais de Axum permitem discernir duas tendências opostas na ideologia da administração axumita: a ideia monárquica ligada à unidade cristã e a noção demagógica originária das tradições locais.

Com a ideia de império, o colossal introduz-se na arquitetura e nas artes figurativas. São exemplos: as gigantescas estelas monolíticas de 33,5 m de altura, erigidas sobre plataforma de 114 m de comprimento; a laje monolítica de basalto medindo 17,3 m X 6,7 m X 1,12 m; as imensas estátuas de metal (a base de apenas uma delas se preservou, mas as inscrições nos dão as dimensões das outras); os enormes palácios dos reis de Axum, Enda-Michael e Enda--Simon; e, particularmente, o conjunto de edifícios reais, o Taakha Maryam, cobrindo uma área de 120 m por 80 m – não há nada comparável na África

46 *DAE*, n. 11.

47 *DAE*, n. 7: 24; *DAE*, n. 11: 48.

FIGURA 15.4 Inscrição grega de Ezana (século IV). (Foto Instituto Etíope de Arqueologia.)

tropical. A obsessão pelo gigantesco refletia os gostos da monarquia axumita, cujo propósito ideológico se concretizava nos monumentos destinados a inspirar admiração e temor pela grandeza e força do potentado ao qual eles eram dedicados. Paralelamente ao gosto pelo gigantesco, a arquitetura mostra uma tendência cada vez mais acentuada para a arte decorativa. A combinação de pedra e madeira na construção, com o emprego alternado de blocos de pedra mais e menos trabalhados em um ou outro ponto do edifício e vigas de madeira, bem como a cimentação com cascalho e material aglutinante, não só contribuiu para simplificar o trabalho dos construtores como também permitiu a obtenção de efeitos altamente decorativos. A riqueza plástica natural e o surpreendente arranjo das variadas texturas resultantes da combinação de pedras brutas e trabalhadas nas superfícies murais com as pesadas vigas de madeira terminando nas chamadas "cabeças de macaco", têm seu efeito decorativo realçado na alternância de saliências e reentrâncias, nos átrios rebaixados, com pesadas portas de madeira, terminando em escadas, e nas calhas ornamentadas com gárgulas em forma de cabeça de leão. Passou-se a dar maior atenção aos interiores. A tendência inegável para um estilo de construção mais decorativo vinha responder às exigências crescentes de luxo e conforto da classe dirigente axumita, enriquecida com a formação do império. A arquitetura e a escultura etíopes desse período foram de uma originalidade notável, o que não exclui a assimilação das diferentes influências culturais advindas do Império Romano, da Arábia meridional, da Índia e de Méroe. Particularmente importante foi a influência síria, que teve início com a expansão do cristianismo.

Cosmas Indicopleustes menciona o palácio de quatro torres dos reis axumitas[48]. De acordo com a reconstituição feita pelo dr. Krencker, tratava-se de um castelo que a disposição dos edifícios vizinhos – palácios, templos e outros santuários – tornava a parte mais inacessível da cidade. A julgar pelos resultados das escavações de H. de Contenson, o local ainda era fortificado na Era Cristã[49].

O paganismo dos axumitas lembrava muito a religião da antiga Arábia do Sul. Era um politeísmo complexo, com características dos cultos relacionados à agricultura e à criação de animais. As divindades adoradas eram Astar, a encarnação do planeta Vênus, e Beher e Meder, divindades que simbolizavam a terra. A popularidade de que gozou o culto de Astar no período pré-axumita permaneceu no Axum pagão[50], sendo encontrados vestígios desse culto em

48 WINSTEDT, E. O. 1909. p. 72.

49 KRENCKER, D. M. 1913. p. 107 et seq., 113 et seq.; CONTENSON, H. de. 1963-c. p. 9, pr. IX.

50 *DAE*, n. 6: 20; *DAE*, n. 7: 21; *DAE*, n. 10: 25; *DAE*, n. 27: 1; DREWES, A. J. 1962. p. 26-7, pr. VI, XXI.

períodos ainda posteriores. Beher e Meder, constituindo uma só divindade, vinham logo depois de Astar nas inscrições[51]. O termo etíope cristão *Egzi'abher* ("Deus" ou, literalmente, "o deus Beher", ou "deus da terra") é um vestígio desse culto[52].

A divindade lunar Hawbas era adorada na Arábia do Sul e na Etiópia pré--axumita, e Conti-Rossini quis demonstrar que o deus Gad, cuja adoração foi combatida pelos santos medievais, era esse mesmo deus lunar[53]. O autor relacionou esse culto da lua ao caráter sagrado do antílope taurino na moderna Eritreia. Um estudo das crenças tribais desse país no século XX mostrou que os cultos da Antiguidade sobreviveram no norte da Etiópia e que a lua ainda é adorada como uma divindade[54]. É possível que os axumitas associassem os traços da divindade lunar à imagem do deus Mahrem.

Os símbolos do sol e da lua são encontrados nas estelas de Axum, de Matara e de Anza, bem como nas moedas dos reis axumitas da época pré-cristã. Provavelmente se referem a Mahrem, divindade dinástica e tribal dos axumitas. Na inscrição bilíngue de Ezana, ao Mahrem do texto etíope[55] corresponde o nome grego Ares[56]. Todas as inscrições gregas pagãs dos reis de Axum[57], à exceção das inscrições dos simbriti, nas quais não figura o nome de deus, utilizam o nome Ares. Como se sabe, o Ares ateniense era adorado como deus da guerra. Portanto, o mesmo devia acontecer com seu correspondente, Mahrem. Nas inscrições axumitas, Ares-Mahrem, na qualidade de deus da guerra, é referido como "invencível", "imbatível por seus inimigos", aquele que garante a vitória[58]. Na qualidade de ancestral étnico, Ares é denominado "deus dos axumitas"[59] nas inscrições de Abba Pantalewon. Enquanto divindade dinástica, Mahrem-Ares era chamado pelos reis "o maior dos deuses", ancestral dos reis[60]. A qualidade

51 *DAE*, n. 6: 21; *DAE*, n. 7: 21; *DAE*, n. 10: 25-6

52 VYCICHL, W. 1957. pp. 249, 250.

53 CONTI-ROSSINI, C. 1947. p. 53.

54 LITTMAN, E. 1910-5. p. 65 (n. 50), 69 (n. 52).

55 *DAE*, n. 6: 2, 18, 26; *DAE*, n. 7: 3, 19, 21, 25.

56 *DAE*, n. 4: 6, 29.

57 *DAE*, n. 2: 8; Monumentum Adulitanum; WINSTEDT, E. O. 1909. p. 77; SAYCE, A. H. 1909. pp. 189, 190.

58 *DAE*, n. 2: 8; *DAE*, n. 4: 6, 29; *DAE*, n. 6: 2-3; *DAE*, n. 7: 3-4; *DAE*, n. 8: 4-5; *DAE*, n. 9: 4; *DAE*, n. 10: 5-6.

59 *DAE*, n. 2: 8.

60 WINSTEDT, E. O. 1909. p. 77; *DAE*, n. 10: 5, 29-30; *DAE*, n. 8: 4; *DAE*, n. 9: 3-4; *DAE*, n. 6: 2; *DAE*, n. 7: 3.

primeira de Mahrem era a de deus progenitor e protetor dos axumitas; um segundo atributo seria o de invencível deus da guerra; em seguida ele apareceria como antepassado e pai do rei; enfim, teria sido considerado como o rei dos deuses. Era a ele que os reis de Axum consagravam seus tronos vitoriosos tanto na própria Axum como nas regiões que conquistavam.

Evidentemente, Mahrem, deus da guerra e da monarquia, reinava soberanamente sobre as divindades astrais e terrestres da mesma forma que um monarca consagrado dominava um povo. Ao mesmo tempo, a guerra, personificada por Mahrem, prevalecia sobre o trabalho pacífico, sendo considerada como um dever mais honroso e mais sagrado que o trabalho dos camponeses, embora este fosse santificado pelos preceitos dos antepassados. Distinguiam-se claramente na religião de Axum os primeiros traços característicos da ideologia de classe de uma sociedade feudal em processo de formação.

Nos sacrifícios que os axumitas ofereciam a seus deuses, os animais domésticos eram as oferendas mais constantes. Uma das incrições de Ezana[61] registra ter--se oferecido uma dúzia de bois a Mahrem em um único ritual de consagração. Segundo as pesquisas de A. J. Drewes[62] sobre a inscrição da *Safra,* imolavam-se habitualmente vacas e ovelhas estéreis, tipo de sacrifício ainda comum entre certas populações etíopes. A inscrição, observa A. J. Drewes, contém termos específicos empregados durante o ritual, que era celebrado por um padre imolador. Encontram-se, em outras inscrições, referências ao abate de animais para serem queimados em oferenda a Astar. De acordo com o antigo costume semita, na entrega de certas oferendas eram exigidas, pelo rito, vestimentas imaculadamente brancas. Já na época pré-axumita, o animal vivo levado em sacrifício passa a ser substituído por sua imagem consagrada. Reproduções, em bronze e em pedra, de touros, carneiros e outros animais de sacrifício, muitas com inscrições, conservam-se até hoje.

O culto dos ancestrais, especialmente dos reis mortos, ocupava um lugar importante na religião axumita. Mandava o costume que se lhes dedicassem estelas: *häwelt,* palavra derivada da raiz *h-w-l,* significa "ficar em volta" ou "adorar", tradição comparável ao culto islâmico diante da Caaba. As vítimas dos sacrifícios eram levadas aos altares e ao pedestal das estelas, esculpido em forma de altar, e o sangue escorria para cavidades talhadas em forma de bacias. As sepulturas dos reis axumitas eram consideradas como os lugares santos da cidade. Os vasos e outros objetos descobertos em locais fúnebres indicam a crença numa

61 *DAE*, n. 10: 29-30.

62 DREWES, A. J. 1962. pp. 50-4.

vida além-túmulo. Referências indiretas a essa questão sugerem a existência de um culto dos "senhores das montanhas", que lembra cultos análogos da Arábia.

Embora as informações disponíveis sejam ainda extremamente fragmentárias, pode-se considerar a religião axumita como relativamente desenvolvida, apresentando um ritual complexo e implicando o sacerdócio profissional.

No início do período axumita, penetravam na Etiópia ideias religiosas tanto de países vizinhos como de países afastados. No *Monumentum Adulitanum* menciona-se Posêidon, deus dos mares, que, parece claro, era adorado pelos habitantes de Adulis e da costa meridional do mar Vermelho[63]. Os santuários de Almaqah, deus "nacional" dos sabeus, adorado pelo rei Gadara, de Axum[64], foram situados em Melazo e, a depender de comprovação, em Hawila-Asseraw. A estela recém-descoberta em Axum com o símbolo egípcio da vida (*ankh*)[65] e os objetos pertencentes ao culto de Hátor, Ptah e Hórus, bem como os escaravelhos sugerem que os adeptos da religião egípcio-meroíta residiram, em algum período, em Axum, Adulis e Matara. As estatuetas de Buda encontradas em Axum [66] provavelmente foram trazidas por comerciantes budistas originários da Índia. Dos numerosos grupos da Arábia do Sul que professavam a religião judaica, alguns devem ter vindo se instalar na Etiópia antes do século VI, quando o cristianismo se tornou predominante (ver capítulos 14 e 16).

Como resultado da influência exercida pelo cristianismo e por outras religiões monoteístas, a Etiópia e a Arábia adquiriram uma visão monoteísta peculiar, atestada pelas inscrições em geês – como, por exemplo, as de Ezana relativas à campanha da Núbia (*DAE,* n. 11), ou a de Abreha Täklä Aksum (personagem que não se deve confundir com o rei Abreha) em Uadi Menih[67] – e pelas últimas inscrições sabeanas da Arábia meridional.

Não existem contradições fundamentais entre essa forma de monoteísmo e o cristianismo; Ezana, na inscrição acima mencionada, Wazeba, numa inscrição recentemente descoberta, e Abreha, rei de Himiar, em suas inscrições, usam os termos e os conceitos de um "monoteísmo indefinido" para propagar o cristianismo.

Sujeita a influências culturais estrangeiras, a "subcultura" da monarquia axumita apresentava um caráter não apenas nacional mas também internacional. O grego

63 WINSTEDT, E. O. 1909. p. 77.

64 JAMME, A. 1957. p. 79.

65 ANFRAY, F. 1972-b. p. 71.

66 CONTENSON, H. de. 1963-b. pp. 45, 46, pr. XLVII-XLVIII, a, c.

67 LITTMAN, E. 1954. pp. 120, 121.

era utilizado juntamente com o geês como língua nacional e internacional. Aparentemente, reis como Za-Hekale e Ezana sabiam o grego (de acordo com o *Periplus,* o "rei Zoscales" sabia ler e escrever em grego, e o conselheiro de Ezana, Frumêncio, que viria a ser o primeiro bispo de Axum, era de origem greco-fenícia). As moedas cunhadas pela maioria dos reis axumitas dos séculos III e IV continham legendas gregas, e se conhecem seis inscrições em grego feitas por monarcas de Axum.

Não há razão para se pensar que o sabeano tenha sido uma das línguas oficiais do início do reino axumita. Um dos três textos pseudotrilíngues de Ezana (na realidade, bilíngues, geês-grego) está escrito em himiarita recente e possui algumas peculiaridades exageradas da ortografia sabeano-himiarita. A mesma escrita é usada em três outras inscrições reais axumitas, de Ezana, Kaleb e Wazeba[68]. Somando-se ainda uma inscrição de Tsehuf Emni (Eritreia)[69], são cinco os textos "pseudo-himiaritas" provenientes da Etiópia. Sua língua é o geês com raras palavras em sabeano.

Não se sabe muito bem por que os reis axumitas utilizavam igualmente textos "pseudo-himiaritas" e textos escritos em etíope clássico nas suas inscrições de caráter estritamente oficial. Em todo caso, trata-se de um fato representativo da influência sul-arábica.

É possível que o emprego da escrita himiarita bem como do etíope vocalizado e a introdução de algarismos sejam inovações do reinado de Ezana e que essas inovações estejam inter-relacionadas.

Os princípios básicos da escrita etíope vocalizada não têm equivalência no mundo camito-semítico, mas são típicos dos alfabetos hindus. No século XIX, B. Johns, R. Lepsius e E. Glaser mostraram as relações entre o alfabeto etíope e o da Índia. Em 1915, A. Grohmann apontou as principais semelhanças entre a concepção do alfabeto etíope vocalizado e a do alfabeto do Brahmi ou Karoshti, ressaltando certos detalhes comuns, como os signos usados para *u* e *e* breve[70]. A hipótese da influência hindu sobre os reformadores do antigo alfabeto consonântico etíope parece, portanto, bastante provável. Já a influência da Grécia na criação do alfabeto etíope não foi provada, embora seja certa a origem grega do sistema numérico e dos principais algarismos etíopes, tal como apareceram, pela primeira vez, nas inscrições de Ezana.

68 *DAE*, n. 8 : 18-19; SCHNEIDER, R. 1974. pp. 767-70.

69 CONTI-ROSSINI, C. 1903.

70 GROHMANN, A. 1915. pp. 57-87.

FIGURA 15.5 Inscrição em caracteres pseudo-sabeanos de Wa'Zaba (século VI). (Foto Instituto Etíope de Arqueologia.)

Na verdade, o alfabeto etíope vocalizado reproduz tão rigorosamente o sistema fonológico do geês que só se pode pensar num etíope como seu criador. Acrescido de alguns signos, esse alfabeto tem sido usado na Etiópia até hoje e é considerado, de modo geral, como uma grande conquista da civilização axumita.

Já no seu início, a escrita etíope vocalizada começa a exercer influência sobre as escritas da Transcaucásia. D. A. Olderogge sugere que Mesrop Mashtotz utilizou a escrita etíope vocalizada ao inventar o alfabeto armênio. É possível que a escrita etíope tenha sido introduzida na Armênia pouco tempo antes (no fim do século V) pelo bispo sírio Daniel[71].

É por intermédio da Síria setentrional que, nessa época, se estabelecem relações culturais entre Axum e Armênia. Temos algumas evidências da presença de sírios em Axum e da influência síria na arquitetura axumita[72] (notadamente na grande estela monolítica de Axum, cuja forma evoca as construções de vários andares), que guarda também uma certa semelhança com a arquitetura sul-arábica e hindu da época. Bastante razoável é a hipótese do predomínio da influência meroíta no decorrer dos séculos II e III. Todos os objetos de artesanato meroíta encontrados na Etiópia pertencem a esse período. Um bastão de bronze com a inscrição de Gadara, um rei de Axum, lembra os cetros dos reis meroítas [73]. Os elefantes mesmo podem ter sido introduzidos no ritual real axumita sob a influência tanto da Índia como de Méroe.

O reino axumita foi mais do que uma grande potência comercial nas rotas que uniam o mundo romano à Índia e a Arábia ao nordeste da África; foi também um importante centro de difusão cultural, exercendo sua influência ao longo dessas rotas e tendo, ao mesmo tempo, numerosos traços de sua cultura determinados pela influência de muitos países de antiga civilização do nordeste da África e do sul da Arábia, sob seu domínio.

71 OLDEROGGE, D. A. 1972. pp. 195-203.

72 ANFRAY, F. 1974. pp. 761-5.

73 CAQUOT, A. & DREWES, A. J. 1955; DORESSE, J. 1960.

CAPÍTULO 16

Axum cristão

Tekle Tsadik Mekouria

Até o século XVIII, a religião ocupou lugar de relevo em todas as sociedades humanas. O monoteísmo foi geralmente precedido pelo politeísmo, e os atuais centros cristãos foram outrora berços do paganismo. Nenhuma nação adotou o cristianismo sem antes passar por um período de paganismo.

A Etiópia não constitui exceção a essa regra. Por conseguinte, não teve o privilégio de entrar no mundo monoteísta sem primeiro praticar as mais diversas formas de culto. Num país como esse, onde a dominação estrangeira nunca se fez presente por muito tempo, nada mais natural que a coexistência de numerosos cultos e sua transmissão de pai para filho.

Entre os antigos habitantes da Etiópia, os grupos cuxitas (Beja e Aguew) não assimilaram a cultura semita da classe governante, entregando-se à adoração de diversos objetos da natureza: árvores gigantescas, rios, lagos, montanhas elevadas, animais. Acreditavam que esses objetos abrigavam espíritos bons ou maus, aos quais se devia consagrar oferendas e sacrifícios anuais ou sazonais.

As tribos de origem semita que não herdaram o culto cuxita, assim como os cuxitas semitizados, donos de uma cultura razoavelmente desenvolvida em relação à dos grupos anteriores, veneravam a natureza em suas formas celestiais e terrestres (o Sol, a Lua e as estrelas, os campos e a terra), sob os nomes da tríade Mahrem, Beher e Meder, rivais dos deuses estrangeiros ou seminacionais da Arábia do Sul ou da Assíria-Babilônia, como Almaqah,

Awbas, Astar. Estes, por seu turno, foram assimilados aos deuses gregos Zeus, Ares e Posêidon[1].

Essa assimilação algo arbitrária era incentivada por viajantes influentes, que faziam a propaganda de seus próprios deuses, e admitida por alguns reis axumitas de cultura grega, mas isso não abalou a importância de Mahrem, considerado como deus nacional. Conforme a língua materna de cada um, o Mahrem dos axumitas tanto podia ser chamado Zeus por um grego como Âmon por um núbio de cultura egípcia. Em sua entrada triunfal no Egito, em -332, Alexandre, o Grande, que se dizia filho de Zeus, foi recebido pelos sacerdotes como filho de Âmon.

Os antigos textos etíopes, redigidos com base na tradição oral, e as investigações levadas a cabo a partir da época do rei Amde Tsion (+1313 a +1342), afirmam a existência de um culto da serpente *arwe* paralelamente à prática da lei de Moisés[2]. A serpente era considerada um dragão divino ou o primeiro rei Arwe-Negus, pai da rainha de Sabá, coisa que nenhum leitor moderno levaria a sério.

Essa crença popular pertence decerto à história lendária da Etiópia antiga, anterior ao início de Sua história autêntica. Como ali, a história antiga de todas as nações é invariavelmente precedida de uma história lendária. A loba amamentando os dois primeiros reis de Roma é apenas um dentre muitos exemplos. Quase sempre as verdades históricas e os milagres encontram-se tão inextricavelmente entrelaçados que não se pode distingui-los.

Entre os semitas vindos da Arábia do Sul, ancestrais dos Tigre e dos Amara, que viviam no altiplano, a presença de vários cultos de inspiração sul-arábica, citados confusamente pelos viajantes, é confirmada por documentos epigráficos e numismáticos.

Após os trabalhos de Bruce, Salt, A. Dillmann e outros, a obra monumental da missão alemã de 1906 (impressa em 1913) e as sucessivas descobertas dos arqueólogos do Instituto Etíope de Arqueologia, fundado em Adis Abeba em 1952, lançaram as bases do conhecimento aprofundado dos cultos axumitas da época pré-cristã. O templo de Yeha (que ainda se acha de pé), estelas dispersas, sítios de castelos e objetos votivos atestam a prática desses cultos na corte de Axum antes de sua conversão ao cristianismo.

1 LITTMANN, E., KRENCKER, D. & LUPKE, T. von. 1913. pp. 4-35; CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 141-4; DROUIN, E. A. 1882. LONGPÉRIER, A. de. 1856-74. p. 28

2 Coleção do Degiazmetch Haylon, *Tarike Neguest,* guardada em Paris. n. 143, pp. 23-35; TAMRAT, T. 1972. pp. 21-30.

No entanto, ainda falta esclarecer se esse tipo de culto relativamente desenvolvido é de domínio exclusivamente real e aristocrático ou também popular. Sobre a existência do judaísmo na Etiópia, inúmeros fatores testemunham a presença de um grupo que professava a religião hebraica; a história dos reis, *Tarike Neguest,* menciona-o brevemente. Esse grupo teria inclusive governado durante algum tempo.

Mesmo deixando de lado a narrativa do *Kbre Neguest* (*Glória dos Reis*), considerado pelos clérigos etíopes como um livro basilar de história e literatura, e no qual todos os reis de Axum são erroneamente ligados a Salomão e Moisés, certas tradições, transmitidas através dos séculos, aludem à presença de fiéis da religião judaica. Os indícios são a circuncisão e a excisão infantil, além do relativo respeito pelo sabá. Os cantos sagrados e as danças litúrgicas acompanhadas de tambores, sistros e palmas evocam a dança dos judeus e do rei Davi diante da arca da aliança.

Mas, com a introdução do cristianismo, precedida ou seguida de uma transferência de poder para outros grupos (sabeus, habesan, etc.), os judeus, como em todos os lugares, foram vítimas de preconceitos e violências e por isso se entrincheiraram em regiões de difícil acesso. O massacre dos cristãos de Najran, no século VI, na Arábia do Sul, e a sublevação dos Falacha no século X parecem relacionados com os maus-tratos infligidos aos judeus que habitavam o Império de Axum, predominantemente cristão, ou com as reações suscitadas por sua hegemonia econômica e política na Arábia.

A introdução do cristianismo em Axum

A religião fundada por Cristo na Palestina e propagada por seus adeptos em todos os impérios do Ocidente e do Oriente vai encontrar a corte de Axum entregue a um culto politeísta, seguido pelos cuxitas, e a uma religião sul-arábica, praticada pelos semitas e cuxitas semitizados.

Segundo os textos apócrifos dos *Atos dos Apóstolos,* redigidos por um certo Abdias, parte da população acredita equivocadamente que São Mateus foi o primeiro a levar o cristianismo à Etiópia. Essa tese não é confirmada por nenhum documento fidedigno.

A história dos reis, *Tarike Neguest,* atribui ao famoso Frumêncio o privilégio de ter introduzido o cristianismo no país. Frumêncio viria a ser chamado Iluminador ("Kessate Brhan") ou "Abba Selama", que significa "Pai da Paz". A chegada de Frumêncio à Etiópia, sua partida para Alexandria e seu retorno a

Axum são descritos pormenorizadamente por Eusébio e Rufino. A obra deste último, que trata especialmente da introdução do cristianismo na Etiópia, foi posteriormente traduzida em geês e amárico.

Segundo Rufino, um certo Merópio de Tiro desejava ir às Índias (a exemplo do filósofo Metrodoro) com dois jovens parentes, Frumêncio e Edésio. Na volta, ao aproximar-se de um porto (no mar Vermelho?), seu barco foi atacado pela população. Merópio morreu e os dois jovens irmãos foram conduzidos até o rei de Axum. O mais jovem, Edésio, tornou-se escanção, enquanto Frumêncio, graças à sua cultura grega, fez-se tesoureiro, conselheiro do rei e tutor de seus filhos. Considerando-se a data de chegada dos dois jovens, é de crer que esse rei tenha sido Elle Ameda, pai de Ezana. Após a morte de Elle Ameda, sua esposa tomou-se regente e pediu aos dois jovens para permanecerem com ela a fim de administrar o país até que seu filho estivesse em idade de reinar.

E assim Frumêncio pôde educar o jovem príncipe no amor à nova religião. Tendo preparado o terreno ao cultivo do cristianismo, Frumêncio retirou-se com seu irmão Edésio, que retornou a Tiro para assistir seus parentes idosos. Frumêncio dirigiu-se a Alexandria, onde visitou o patriarca Atanásio e lhe participou a boa acolhida dispensada ao cristianismo pela família real de Axum, instando-lhe para enviar um bispo àquele país. O patriarca não queria enviar alguém que desconhecesse a língua e os costumes do lugar, e assim consagrou Frumêncio bispo de Axum. De volta à Etiópia, coube a Frumêncio a honra de batizar o rei e toda a família real[3].

Foi, portanto, a partir dessa data que o cristianismo se propagou em Axum. O primeiro rei cristão, educado e depois batizado pelo bispo Frumêncio, parece ter sido Ezana, filho de Elle Ameda. Tudo indica que o exemplo do rei e da família real foi amplamente seguido. Todavia, é lícito perguntar como um simples secretário e tesoureiro do rei, e depois assistente da rainha-mãe (Sofia?), poderia ensinar a nova religião cristã – que não era a da corte, ou seja, do Estado – às crianças reais, em detrimento do invencível Mahrem, o maior dos deuses, ancestral do rei. Pode ser que Frumêncio se tivesse mostrado hábil secretário e administrador de talento e que, como afirma Rufino, tenha influenciado indiretamente em favor da religião cristã os jovens príncipes confiados à sua tutela. Mas essa influência não bastaria para pôr fim a uma religião solidamente estabelecida e substituí-la sem provocar tumultos.

3 COSMAS INDICOPLEUSTES. pp. 77-8; BUDGE, E. A. W. 1966, pp. 142-50; CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 145-60.

Sem negar o mérito de Frumêncio, parece-nos mais correto atribuir a mudança de religião a outro fator. Graças aos documentos epigráficos e numismáticos, assim como às narrativas de viajantes, sabe-se que a corte de Axum mantinha relações amigáveis com Constantinopla. As trocas comerciais e culturais entre os dois países eram consideráveis; a presença de etíopes em Constantinopla durante o reinado de Constantino é mencionada no livro *Vita Constantini,* de Eusébio; o emprego da escrita e da língua gregas na corte de Axum também não deixa de ser significativo: o rei Zoscales, do século I da Era Cristã, falava e escrevia o grego, a exemplo do próprio Ezana, o que mostra a preponderância da cultura grega no reino axumita[4].

O imperador de Constantinopla, Constantino, o Grande, que venceu Maxêncio em 312 e presidiu o Concílio de Niceia em 325, era contemporâneo de Elle Ameda e de Ezana. O esplendor de sua corte e sua inclinação pelo cristianismo, relatados e engrandecidos por outros viajantes além de Frumêncio, e não citados nos anais, devem ter exercido grande influência na corte de Axum e no próprio Frumêncio – greco-fenício de nascimento, criado nessa cultura e religião –, que, finalmente, encontrou o rei e sua família dispostos a acolher a nova fé, já difundida na corte de Constantinopla.

Provavelmente, não foi sem dificuldade que a corte axumita deu esse passo. A partida de Frumêncio para Alexandria e seu regresso a Axum como bispo parecem ter ocorrido num clima de dúvida e apreensão, de que o prelado não deixou de tirar proveito.

Seja como for, traído por seu próprio filho, Mahrem – descrito como "invencível para os inimigos" – foi vencido por Cristo. O triunfo do signo da cruz sobre o crescente é atestado já pelas inscrições, já pelas moedas.

A mudança de uma religião para outra nunca é fácil, particularmente para os reis axumitas, que amavam seu deus como ao próprio pai. A honra de um rei estava sempre ligada a seu deus, e os interesses da corte e dos chefes religiosos geralmente se identificavam. Quando um rei como Ezana qualificava seu deus de "invencível", estava na verdade pensando em si mesmo. Mediante esse atributo, buscava ele sua própria invencibilidade.

Podemos, por conseguinte, imaginar as dificuldades que Ezana teve de enfrentar, a exemplo de seu contemporâneo Constantino, o Grande. Pois, na verdade, o imperador de Constantinopla, embora presidisse concílios cristãos e arbitrasse disputas religiosas dos patriarcas, só veio a ser batizado em seu leito

4 SCHOFF, W. H., trad. 1912. pp. 60-7.

de morte, porquanto temia ser traído pelos adeptos dos antigos cultos de Zeus e de Ares[5].

Do mesmo modo, como observaram Guidi e Conti-Rossini, o rei Ezana e sua família, por temor ou amor-próprio, não abandonaram repentinamente o culto de seu antigo deus em favor da religião cristã. A famosa inscrição registrada pela expedição alemã em Axum (*DAE,* n. 2) que se inicia com as palavras "Com a ajuda do Senhor do céu e da terra ...", considerada por todos os etíopes como o primeiro testemunho de Ezana sobre sua conversão ao cristianismo, mostra explicitamente seu desejo de assimilar a nova religião à velha crença nos deuses Beher e Meder, evitando mencionar o nome de Cristo, sua unidade com Deus e a trindade que ele forma com o Pai e o Espírito Santo[6]. A expressão "Senhor do céu e da terra" – *Igzia Semay Wem* –, pronunciada pela primeira vez no século IV pelo primeiro rei cristão, continuou a ser usada até hoje.

Nem as obras estrangeiras nem os escritos locais já publicados fornecem uma indicação precisa quanto à data de introdução do cristianismo em Axum. Tanto a história dos reis, *Tarike Neguest,* como o *Guedel Tekle Haymanot* afirmam que os irmãos Frumêncio e Edésio chegaram em 257 da Era Cristã, ao passo que o regresso do primeiro a Axum como bispo se teria dado em 315[7]. Outras fontes dão as datas de 333, 343, 350, etc. Todas essas datas afiguram-se arbitrárias. Algumas obras estrangeiras assinalam que o rei Elle Ameda, pai de Ezana, morreu por volta de 320-25. Fixando-se a maioridade em quinze anos e levando-se em conta a partida e o regresso de Frumêncio, o batismo do rei Ezana teria ocorrido entre 350 e 360[8].

Na falta de documentos autênticos, os autores contemporâneos limitam-se, por prudência, a afirmar que a introdução do cristianismo na Etiópia se deu no século IV. De fato, uma inscrição em caracteres gregos, descoberta em Filas, menciona a visita feita em 360 por um vice-rei axumita – um cristão de nome Abratoeis – ao imperador romano, que o recebeu com todas as honras devidas à sua posição[9]. Trata-se por certo de Constantino II (341 a 368), filho de Constantino, o Grande. Conquanto cristão, adotara ele a doutrina de Ário, que negava a unidade e a consubstancialidade das três pessoas da Santíssima Trindade, e por consequência a igualdade perfeita de Jesus Cristo com o Pai. O

5 EUSÉBIO DE PANFÍLIA. 1675. pp. 65, 366-8, 418-22.

6 CERULLI, E. 1956. pp. 16-21.

7 BUDGE, E. A. W. 1928. pp. 147-50; GUIDI, I. 1896. pp. 427-30; id. 1906. v. II.

8 CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 148-9.

9 CONGRESSO INTERNAZIONALE DI STUDI ETIOPICI. Accademia dei Lincei, 1974. v. I, p. 174.

Concílio de Niceia, reunido em 325 e presidido pelo próprio pai de Constantino II, havia condenado essa doutrina.

O implacável adversário de Ário era justamente Atanásio, que consagrara Frumêncio bispo de Axum. Em seguida o próprio patriarca foi demitido de suas funções, por ordem do imperador semi-apóstata, que nomeou em seu lugar um certo Jorge, bastante favorável ao arianismo.

A notícia do regresso de Frumêncio a Axum não deve ter agradado ao imperador de Constantinopla, já que o novo bispo era adepto fervoroso do patriarca Atanásio. O imperador não demorou a enviar uma carta ao rei Ezana e a seu irmão Saizana, tratando-os generosamente de "honoráveis irmãos". Pedia-lhes amigavelmente para reenviar Frumêncio ao novo patriarca Jorge, em Alexandria, a fim de que este e seus colegas examinassem o seu caso, uma vez que estavam investidos do poder de decidir se Frumêncio era ou não digno de dirigir o episcopado de Axum.

Infelizmente não possuímos o documento que poderia revelar qual foi a reação dos dois irmãos ao receber a carta. Embora o interesse nacional os impelisse a manter relações amigáveis com o poderoso imperador de Constantinopla, os dois irmãos não parecem ter concordado com o pedido. As fontes locais são unânimes em afirmar que Frumêncio prosseguiu pacificamente sua obra episcopal até o fim de sua vida. O *Synaxarium* (espécie de biografia dos santos), que relata seu apostolado, termina assim:

> "[...] Ele [Frumêncio] chegou ao país de Ag'Azi [Etiópia] durante o reinado de Abraha e Atsbaha [Ezana e seu irmão Atsbaha] e pregou a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo em todo o país. E por essa razão que ele é chamado Abba Selama [Pai da Paz]. Depois de haver conduzido o povo da Etiópia à fé [cristã], ele morreu na paz de Deus [...]"[10].

A expansão do cristianismo

A introdução e a propagação do cristianismo pelo bispo Frumêncio, secundado pelos dois reis-irmãos (Abraha-Atsbaha), são amplamente reconhecidas. Todas as fontes locais corroboram isso. Curioso que nos numerosos textos relativos a essa época, redigidos antes do fim do século XIX, não se encontra o nome de Ezana, que parece ter sido o nome pagão do rei. Do mesmo modo, ao que

10 MEKOURIA, T. T. 1966-7. v. II, pp. 203-17.

sabemos, nenhuma inscrição epigráfica e numismática faz alusão a Abraha, que se supõe ser seu nome de batismo. Em consequência, temos nomes diferentes para designar o mesmo homem que, por sorte ou azar, foi, como Constantino, o Grande, meio pagão e meio cristão durante o seu reinado. Os textos quase sempre apresentam flagrante contradição. Os nomes de vários reis gravados claramente nas estelas e nas moedas axumitas não figuram nas listas compiladas pelos autores do país. Um homem que era pagão para uns autores, para outro era crente segundo a lei de Moisés.

Posto alguns considerem Abraha como o nome de batismo de Ezana, a famosa inscrição em geês vocalizado, com o registro de nº 2 no *DAE* e considerada por todos os especialistas etíopes como a epígrafe do tempo de sua conversão ao cristianismo, cita apenas o nome Ezana. Nesse caso, Abraha não pode ter sido seu nome de batismo. Evidentemente, não sabemos qual era o sistema onomástico em vigor no reino de Axum no século IV. Tampouco sabemos se os reis axumitas tinham também um nome próprio na infância, além do nome de batismo e de outro, real, como acontecia com os imperadores das dinastias amara de origem dita salomônica (séculos XIII e XX).

A influência dos dois irmãos, especialmente a de Abraha, foi imensa no país. A ele se deve a construção da cidade de Axum e de sua primeira catedral. Inúmeras igrejas e conventos gabam-se de ter sido fundados por ele, sem esquecer a importante participação de seu irmão Atsbaha e do bispo Frumêncio nessa obra, assim como de outros religiosos, não mencionados nas fontes.

O reino cristão de Axum parece ter sido governado por uma sorte de triunvirato do tipo teocrático, "ABRAHA-ATSBAHA-SELAMA", sendo Selama o nome atribuído pelos religiosos a Frumêncio.

A primeira ação de propaganda em favor da nova religião deve ter recebido boa acolhida junto a uma parte da população, ligada à corte por laços étnicos e culturais. Trata-se dos sabeus, dos habesan e dos himiaritas de origem semítica, ancestrais dos Tigre e dos Amara, que aceitaram de bom grado a religião de seus senhores.

Após a introdução do cristianismo, à medida que se iam multiplicando as adesões à nova fé, amiudaram-se as viagens de religiosos aos lugares santos. Em carta expedida de Jerusalém em 386, uma certa Paola escrevia à sua amiga Marcella, que vivia em Roma: "Que dizer dos armênios [...] dos povos hindu e etíope, que acodem a este lugar [Jerusalém], onde mostram virtude exemplar

FIGURA 16.1 O bispo Frumêncio, o rei Abraha (Ezana) e seu irmão Atsbaha, igreja de Abraba we Atsbaha (século XVII).

[...]". São Jerônimo, doutor da Igreja latina, também alude à contínua chegada de etíopes aos lugares santos[11].

Mas a expansão do cristianismo no reino de Axum durante os séculos V e VI foi obra de religiosos que todos os textos tradicionais qualificam como TSADKAN (Justos) ou TESSEATOU KIDOUSSAN (Nove Santos). Sua chegada ao reino de Axum, porém, está associada às disputas teológicas que por essa época eclodiam nas grandes cidades do Império Bizantino.

Nascida num pequeno povoado da Palestina, a fé cristã, que se apresentava como a religião dos pobres e perseguidos, tornou-se a religião dos Estados a partir do momento em que Constantino promulgou em Milão, em 313, o édito a favor do cristianismo. Apoiadas pelos imperadores cristãos, as igrejas se organizaram. Os papas e os patriarcas partilharam entre si as regiões do império cristão do Oriente e do Ocidente. A época das perseguições e da caça às bruxas, sob o reinado de Diocleciano, estava encerrada para sempre. A paz reinava em Roma, Alexandria, Damasco, Antioquia e em todos os lugares onde a perseguição se mostrara mais violenta[12].

Os patriarcas e os doutores da Igreja levavam uma vida relativamente agradável, passando a maior parte do tempo a ler os livros sagrados e a examinar certas passagens capazes de esclarecer a natureza do fundador da religião cristã. As leituras e meditações inspiravam interpretações suscetíveis de semear a divisão entre os cristãos. Desse modo, a religião fundamentada no amor, na paz e na fraternidade veio a transformar-se em terreno de luta, a ponto de os sucessores dos apóstolos e dos mártires brigarem entre si de tempos em tempos.

A reflexão aprofundada sobre a natureza de Cristo (Deus-Homem) e a Santíssima Trindade converteu-se numa fonte de discórdia, como veremos adiante.

Após a condenação de Ário, em 325, foi a vez do patriarca de Constantinopla, Nestório, suscitar uma grande polêmica, ao professar publicamente a humanidade de Cristo, em oposição à doutrina, estabelecida em Niceia, que sustentava a natureza divina de Cristo[13]. Segundo ele, as duas naturezas de Cristo (humana e divina) eram perfeitamente distintas e separadas. A Virgem Maria era a mãe de Cristo apenas enquanto homem, e não enquanto Deus; por isso não deveria ser chamada "Theotokos", ou Mãe de Deus, senão apenas "Christotokos", Mãe de Cristo.

---

11 CERULLI, E. 1943. pp. 1-2.

12 Não se esqueça que os séculos V, VI e VII foram marcados por controvérsias teológicas extremamente violentas, acompanhadas de novas perseguições de grupos minoritários anteriormente condenados.

13 Este é necessariamente um resumo bastante condensado da história da Igreja durante aquele período.

A essa proposição opuseram-se energicamente o patriarca de Alexandria, Cirilo, e o papa Celestino, de Roma. Em Éfeso (431), Nestório foi julgado herético e condenado à prisão.

Seu sucessor, Flaviano, patriarca de Constantinopla, sem negar que Cristo fosse o verdadeiro Deus, propôs uma nova ideia sobre as duas naturezas de Cristo (humana e divina). Segundo ele, cada uma das duas naturezas de Cristo era perfeita e distinta, conquanto unidas na pessoa de Cristo. Dióscoro, patriarca de Alexandria, opôs-se imediatamente a semelhante proposição. Cristo, dizia ele, possui uma natureza única, ao mesmo tempo humana e divina: trata-se do monofisismo, cujo principal representante foi o sábio Eutíquio. A cerrada discussão degenerou em tumulto durante o concílio reunido em Éfeso no ano de 442. Do violento debate que então se travou saíram vitoriosos Dióscoro e Eutíquio. O perdedor veio a falecer em consequência das bastonadas de seus adversários, e Dióscoro regressou triunfante a Alexandria.

Mas essa vitória de Pirro dos adeptos do monofisismo não duraria muito. Morto seu aliado imperial, Teodósio II, o general Marcião tomou o poder, e a candente questão da natureza de Cristo foi novamente levantada. Um concílio composto de 636 prelados e doutores da Igreja reuniu-se em Calcedônia em 451, sob a presidência do imperador Marcião. Tão confusa se tornou a discussão, que era impossível discernir vencedor ou vencido. A questão teve de ser levada ao papa de Roma, considerado o chefe supremo de todas as igrejas. O papa Leão, o Grande, declarou-se numa carta favorável à doutrina das duas naturezas distintas de Cristo. Desse modo Dióscoros foi condenado pelo concílio. Seus adversários, escorados no testemunho do chefe supremo da Igreja universal e apoiados pelo imperador Marcião, chegaram a tratá-lo rudemente para vingar os maus-tratos infligidos ao patriarca Flaviano. Em seguida, Dióscoros foi banido para uma ilha da Galácia.

Como se sabe, desde a época de Frumêncio o reino de Axum estava sob a jurisdição do patriarcado de Alexandria, donde procediam os bispos e a lei canônica. Por conseguinte, os reis e bispos de Axum eram naturalmente partidários do monofisismo, que na Etiópia viria a receber o nome de TEWAHDO. A notícia dos maus-tratos infligidos a seus patriarcas despertou um grande ódio contra os partidários da doutrina das duas naturezas de Cristo. A vida dos monofisitas tomou-se insuportável em todo o Império de Constantinopla, porquanto os vencedores de Calcedônia não cessavam de dirigir-lhes ameaças e injúrias. Para escapar a essa existência intolerável, os monofisitas viram-se compelidos a fugir para o Egito e a Arábia. Foi por essa época que os famosos

Nove Santos chegaram ao reino de Axum, onde procuraram refúgio junto aos adeptos da mesma doutrina.

A história dos reis, *Tarike Neguest,* faz breve alusão à chegada dos Nove Santos: “Sal’adoba deu à luz All’Ameda, e durante o seu reinado chegaram de Roma [Constantinopla] os Nove Santos. Eles consolidaram [Asterat’ou] a religião e as leis monásticas”[14]. De acordo com algumas fontes locais, All’ Ameda reinou entre 460 e 470, e, segundo outras, entre 487 e 497. Pode-se, pois, situar entre essas datas a chegada dos santos. Alguns autores acreditam que sua vinda se deu no século VI (na época de Caleb e de Guebre Meskel), o que parece menos provável.

A chegada e o apostolado de alguns desses santos – Aregawi, Penteleon, Guerima e Aftse – foram posteriormente descritos por religiosos em biografias pormenorizadas. Infelizmente esses textos contêm tantos milagres e manifestações de austeridade e penitência que o leitor moderno fica um pouco cético quanto à sua verossimilhança.

Os santos levaram seu apostolado a vários lugares: Abba Aregawi subiu até Debre-Damo, onde o culto da Píton parecia fundamente arraigado entre a população nativa. Abba Guerima estabeleceu-se em Mettera (Madera), perto de Senafe, e Abba Aftse em Yeha, onde ainda se pode ver o antigo templo dedicado ao deus Almaqah (século V). Penteleon e Likanos permaneceram na cidade de Axum, enquanto Alef e Tsihma se dirigiram a Bhzan e Tseden Tsedeniya; Ym’ata e Gouba fixaram-s na região de Guerealta.

Nos lugares onde eles viveram ainda se podem contemplar os conventos e igrejas que lhes foram consagrados. Alguns se encontram talhados em rochas gigantescas, só acessíveis por corda. No convento de Abba Ym’ata, também construído sobre um rochedo, em Goh (Guerealta), existe uma pintura circular representando os Nove Santos.

O cristianismo, introduzido por Frumêncio no século IV, foi consolidado por esses santos, obviamente com o apoio dos sucessores do rei Ezana, como Caleb e Guebre Meskel, cristãos fervorosos. Em seu ensinamento do Evangelho, os Nove Santos defenderam a doutrina monofisita, por cuja causa tantos cristãos foram maltratados e exilados.

No entanto, a difusão do cristianismo não se deveu apenas a esses nove religiosos vindos do Império Bizantino. Guiados por bispos, como o famoso Abba Metta’e, centenas de religiosos nativos e estrangeiros certamente ajudaram a propagar a fé cristã, muito embora não lhes coubesse o privilégio, como aos

14 EMIN BEY. Manuscrito guardado na Bibliothèque Nationale, Paris.

FIGURA 16.2 Debre-Damo visto a distância.

FIGURA 16.3 O acesso ao convento em Debre-Damo.

Nove Santos, de terem seus nomes mencionados nos anais[15]. Partindo das regiões setentrionais, o cristianismo foi implantado em outras províncias, como Begemdir, Gogiam, Choa, entre os Beja e os Amara. A religião beneficiou-se do fiel apoio dos reis, rainhas, príncipes, governadores e dignitários da Igreja, que mandavam construir conventos e igrejas nos lugares onde outrora floresceram os cultos tradicionais.

Os templos dos deuses da época pré-axumita ou axumita pré-cristã eram quase sempre construídos em lugares elevados, junto a grandes árvores e regatos. Debre-Damo, Abba Penteleon, Abba Metta'e de Chimzana e Yeha são testemunhos desse fato. Após a conversão dos reis axumitas, todos esses templos foram transformados em igrejas.

Resta saber em que língua esses religiosos, vindos de todos os cantos do Império Bizantino, ensinavam o Evangelho. As pessoas das classes superiores, ligadas à corte, eram mais ou menos poliglotas e falavam o grego, o sírio ou o árabe; nesse caso não parece ter havido nenhum problema linguístico. Mas os religiosos estrangeiros eram obrigados a estudar a língua do país para se fazer entender pelo povo em geral. Pode ser que entre os peregrinos que iam aos lugares santos, como Jerusalém, Constantinopla e Alexandria, alguns falassem o grego ou o sírio, podendo assim servir de intérpretes para o povo ou então ensiná-lo diretamente.

Isso explicaria o fato de encontrarmos em diversos textos religiosos etíopes nomes de estilo grego e palavras sírias, como: Arami (Aramene), Arb, Haymanot, Halti, Mehayn, Melak, Melekot, etc. (pagão, sexta-feira, fé, pecado, crente, anjo, divindade).

O reino de Axum e a Arábia meridional

Há muito se sabe que os povos de origem semita, atravessando o mar Vermelho, instalaram-se na Etiópia setentrional. provavelmente à procura de terras mais férteis e mais ricas do que as de seu país desértico. Os recém-chegados possuíam civilização superior à dos povos indígenas (em sua maioria Beja, Aguew, etc., de origem cuxita) e acabaram por assumir o poder, fundando as cidades de Yeha, Matara, Axum, etc.

Outros grupos da mesma origem (sabeus, himiaritas) permaneceram em sua terra natal, enquanto os que atravessaram o mar Vermelho se tornaram cada

15 GUIDI, J. 1896. pp. 19-30.

vez mais poderosos, a ponto de o governo central de Axum ser considerado por alguns como o terceiro poder no mundo. Os castelos reais, os templos, os discos e crescentes, símbolos dos deuses Mahrem e Almaqah, atestam a identidade dos dois povos que viviam em ambas as margens do mar Vermelho[16].

Esse parentesco étnico e cultural explica, em larga medida, a conquista da Arábia meridional pelos axumitas, que a consideravam seu lugar de origem, e por que, em seus títulos formais, o rei Ezana dava grande ênfase ao título de “rei de Axum, de Himiar, de Sabá [...]”, distinguindo-se dos que se autodenominavam “Kasu, Siyamo e Beja ... “, vindos das regiões ocidentais ou simplesmente nativos dos territórios cuxitas.

Até princípios do século IV o povo semita que habitava as duas margens do mar Vermelho praticava as mesmas religiões tradicionais, isto é, o culto da lua, que tinha por símbolo o crescente, até hoje venerado pelos Estados muçulmanos. O profeta Maomé provavelmente não obrigou os convertidos a abandonarem esse símbolo, enquanto os bispos de Axum pressionaram os reis cristãos no sentido de substituí-lo pelo símbolo da cruz.

Conflito entre cristãos e judeus na Arábia do sul

Outros grupos que professavam a religião hebraica viveram nessa região da Arábia do sul durante muito tempo, talvez desde a destruição de Jerusalém por Nabucodonosor, em -587, e sua ocupação pelos lágidas. Mas seu número aumentou sobretudo após a terceira destruição de Jerusalém, pelo imperador Tito, no ano 70 da Era Cristã. Perseguidos pelos romanos, os judeus foram acolhidos por seus compatriotas estabelecidos na Arábia do sul.

Além disso, muitos monofisitas abandonaram o Império Bizantino e buscaram refúgio na Arábia após os concílios de Niceia e principalmente de Calcedônia, quando os arianos foram condenados e perseguidos. Nesse país, com a ajuda dos reis e dos cristãos de Axum, eles fundaram uma poderosa comunidade. Sob o reinado de Justino I (518-27), numerosos sírios monofisitas expulsos por ordem do imperador dirigiram-se a Hira (al-Nadjaf, no atual Iraque) e dali atingiram a Arábia do sul, instalando-se em Najran [17].

Nessas duas comunidades de judeus e cristãos incluía-se todo o grupo árabe – iemenitas, catabânicos, hadramáuticos, etc. –, que conservara o culto tradicional da lua e se mostrava naturalmente atraído pelo florescente recinto

16 CONTI-ROSSINI, C. 1928. cap. 4.

17 BUDGE, E. A. W. 1928-b. I, pp. 261-9.

FIGURA 16.4 Pintura da igreja de Goh: os Apóstolos (século XV).

da Caaba. Maomé, fundador do islamismo e destruidor de ídolos, ainda não havia nascido. Os três credos eram obrigados a viver lado a lado. Graças, porém, à inestimável ajuda dos axumitas, os cristãos, além de ver aumentado seu número, puderam desenvolver e organizar sua comunidade. Muitas igrejas foram construídas. Najran e Zafar (Tafar) converteram-se em grandes centros culturais cristãos[18] e em importantes postos de comércio[19].

18 BUDGE, E. A. W. 1928-a. pp. 743-7.

19 Sobre esse ponto, ver o importante estudo feito por N. PIGULEVSKAYA, 1969, que foi traduzido do russo.

Por sua vez, os judeus, com o talento que manifestavam em todos os domínios, formaram também uma comunidade em Sabá e em Himiar e procuraram controlar o comércio. Acendeu-se assim uma acentuada rivalidade entre cristãos e judeus. Os primeiros consideravam os judeus como deicidas condenados às chamas do inferno; os segundos insultavam os cristãos, chamando-os de *Goyim,* gentios e pagãos adoradores do homem.

Os sucessos obtidos pelos cristãos, aliados de Axum e de Bizâncio, e os maus-tratos infligidos aos praticantes da religião judaica desenvolveram violenta capacidade de réplica nas comunidades judaicas da Arábia do sul. Os árabes que se conservavam fiéis aos cultos tradicionais viram-se também ameaçados pelo monopólio das relações comerciais pelos cristianizados[20], acabaram se colocando ao lado dos judeus. Ademais, o proselitismo dos cristãos pode ter servido para aproximar as duas religiões, ameaçadas pelo imperialismo cultural e religioso do cristianismo.

Massacre dos cristãos de Najran pelos judeus

Ao tempo em que Justino I reinava em Bizâncio, Caleb era imperador de Axum. Foi nessa época que os judeus, ajudados pelos himiaritas, massacraram os cristãos de Zafar e Najran. O fato é narrado principalmente pelos autores religiosos da época, Procópio e Sérgio[21]. Nesses textos, o rei, denominado Caleb no original geês, recebe o nome grego de Hellesthaios. Às vezes o nome muda para Elle Atsbaha, talvez uma forma arabizada da mesma palavra. Encontra-se também a variante Hellesbaios. Analogamente, o rei judeu de Himiar, conhecido como Zurah ou Masruc, recebeu o nome judeu de Yussuf quando assumiu o poder, sendo chamado pelos autores árabes de Dhu-Nuwas ou ainda Dunaas, Dimnos, Dimion ou Damianos[22]. No texto etíope que narra a história do massacre de Najran ele recebe o nome de FINHAS. Para não confundir o leitor, neste capítulo chamaremos Caleb ao rei de Axum, e Dhu-Nuwas ao rei judeu.

Sérgio – que afirma ter obtido suas informações junto a testemunhas oculares – dá ao evento a seguinte versão, traduzida para o italiano por Conti-Rossini em sua *Storia di Ethiopia.* O rei dos himiaritas, Dhu-Nuwas ou Masruc, apoiado pelos judeus e pelos pagãos, começou a perseguir os cristãos. O bispo Thomas foi então à Abissínia em busca de socorro e o obteve. Os

20 PIGULEYSKAYA, N. 1969. p. 211 et seq.

21 N. PIGULEYSKAYA, baseia-se em outras fontes.

22 CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 171-3.

abissínios, guiados por um certo Haywana, atravessaram o mar Vermelho e prepararam-se para atacar Dhu-Nuwas. Este, incapaz de enfrentar semelhante força, assinou um tratado de paz com o chefe abissínio Haywana, o qual, após deixar no local parte de seu exército, regressou a seu país. Como a maior parte das tropas havia partido, Dhu-Nuwas massacrou traiçoeiramente os cristãos de Zafar e incendiou todas as igrejas, juntamente com os trezentos cristãos ali deixados como guarnição.

Mas o massacre mais terrível descrito pelos autores da época ocorreu em 523 em Najran, o mais desenvolvido dos centros cristãos. Entre os mártires estava um nobre venerado, o velho Harite (Aretas), que o texto geês chama de Hiruth[23].

A expedição marítima do rei Caleb

Caleb (Elle Atsbaha), filho de Tazena, foi o mais famoso imperador de sua época, podendo-se mesmo compará-lo a Ezana. Uma das razões de seu renome foi a expedição marítima que relataremos a seguir.

Após o massacre de 523, um nobre chamado Umayyah conseguiu voltar a Axum, onde narrou ao rei Caleb e ao bispo o que acontecera aos cristãos. Outros cristãos fugiram para Constantinopla e ali deram conta do que se passara ao imperador Justino, que, por intermédio do patriarca Timóteo, de Alexandria, enviou uma carta a Caleb instando-lhe a vingar o derramamento de sangue dos cristãos.

Não é difícil imaginar o efeito que a notícia do massacre provocou nos dois imperadores. Mas o país de Sabá e Himiar, como se sabe, era mais ligado, étnica e culturalmente, ao Império de Axum do que ao de Bizâncio. Portanto, o rei Caleb tratou de reunir o quanto antes um exército capaz de assegurar-lhe a vitória. Estima-se que ele obteve do imperador Justino[24] 120 mil homens e sessenta navios de guerra[25]. Entretanto, outros autores afirmam que ele partiu com seus próprios navios, que se achavam ancorados em Adulis, e que seu exército não ultrapassava 30 mil soldados[26].

As fontes tradicionais contam que o rei, concluídos os preparativos militares, recolheu-se ao convento de Abba Penteleon – um dos Nove Santos, então ainda vivo – a fim de pedir a bênção, para si próprio e pelo sucesso da batalha que logo

23 CONTI-ROSSINI, C. 1928. p. 172.

24 Esses números são corretamente considerados imprecisos por PIGULEYSKAYA, N. 1969. p. 243.

25 Outras avaliações referentes à origem desta frota são encontradas em PIGULEVSKAYA, N. 1969. p. 243.

26 CAQUOT, A. 1965. pp. 223-5.

se travaria. O velho monge prometeu-lhe a vitória, e o rei dirigiu-se às praias de Gabaza, não longe de Adulis, onde se executavam intensos preparativos militares.

Pelo fim do mês de maio (525), Caleb embarcou. Seus navios velejaram para a Arábia do sul, onde os aguardava o rei himiarita. Mas, quando o rei e seu exército se abeiravam do porto inimigo, encontraram-no bloqueado por correntes e guardado por soldados prontos a defendê-lo.

Sem esperar pelo fim da batalha, o rei Caleb procurou outro local, mais propício ao desembarque de suas tropas. Por acaso, um dos parentes de Dhu-Nuwas, que havia sido capturado durante a batalha, informou-o da existência desse local. E assim o rei, acompanhado por uns vinte barcos, conseguiu desembarcar, o que lhe permitiu afugentar o restante dos soldados do rei de Himiar. Enquanto a maior parte do contingente prosseguia a luta, Dhu-Nuwas caiu prisioneiro de Caleb, juntamente com sete companheiros. Caleb, ansioso por vingar o massacre dos cristãos, não hesitou em matá-lo imediatamente.

Terminada a batalha, as tropas cristãs invadiram primeiro a cidade de Tafar (Zafar) e depois Najran. Os soldados cristãos devastaram o país e massacraram os inimigos de sua religião. Em meio à carnificina, os cristãos que não sabiam falar a língua dos soldados desenhavam na mão o sinal da cruz, para mostrar que também eram cristãos e que suas vidas deviam ser poupadas[27].

Em Najran, Caleb assistiu a uma cerimônia em memória dos cristãos martirizados no massacre, e antes de regressar a Axum mandou construir em Marib um monumento comemorativo de sua vitória[28]. Nessa cidade fez também construir um monumento para que seu nome fosse sempre lembrado pelas gerações futuras[29].

Ao retornar a Axum, o rei deixou em Zafar um certo Summyapha Awsa, sob as ordens de Abreha, o mais renomado general cristão na corte de Axum e na Arábia do sul.

Um contingente de 10 mil homens foi deixado como guarnição. Após a vitoriosa campanha, Caleb recebeu acolhida triunfal em Axum, como se pode imaginar. No entanto, em vez de saborear os frutos da vitória, esse rei religioso e guerreiro retirou-se para o convento de Abba Penteleon a fim de levar uma vida monástica, jurando nunca mais deixá-la. Enviou sua coroa a Jerusalém, pedindo

27 IRFANN, S. 1971. pp. 242-76.

28 CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 167-201.

29 BUDGE, E. A. W. 1966. pp. 261-4.

ao bispo Yohannes para dependurá-la diante da porta do Santo Sepulcro, conforme o voto que fizera antes da campanha.

As fontes antigas, umas de origem grega e outras árabes, e uma terceira compilação, redigida no local a partir do século XVI, apresentam contradições em relação ao que ocorreu durante essa expedição militar, assim como no tocante aos nomes dos que participaram dessa vingativa empresa marítima. Ademais, conquanto certos textos afirmem ter havido apenas uma expedição, outros dizem que Caleb regressou à Arábia, tendo obtido sua vitória final só depois de uma segunda expedição. Mas isso não tem muita importância para os leitores atuais.

Não deixa de ser admirável a decisão do rei de abdicar depois de semelhante vitória, a serem exatos os fatos relatados nos textos tradicionais. Todavia, um outro texto afirma que Caleb permaneceu no poder até 542. É bem possível, caso a guerra contra Dhu-Nuwas tenha ocorrido na Arábia em 525, que ele tenha reinado por mais dezessete anos após sua volta a Axum, salvo erro cronológico[30].

Literatura

Axum possuía diversos alfabetos, usados pelos homens de letras e pela administração da corte. Algumas das estelas axumitas tinham inscrições apenas em sabeano ou em geês, outras em grego, mas raramente nessas três línguas ao mesmo tempo. O sabeano constituía o alfabeto das tribos sabeanas, supostas ancestrais dos axumitas, descritas no texto tradicional como Neguede Yoktan (tribo de Yoktan)[31], da qual descendem os atuais Amara, Tigre, Gurague, Argoba e Harari (Aderes).

A exemplo do inglês em nossos dias, o grego era a língua mais difundida naquela época. Foi introduzido em Axum em consequência das relações culturais, econômicas e políticas do reino com o Império Bizantino, principalmente durante o governo dos reis que parecem ter tido nomes gregos: Zoscales, Aphilas, Andibis, Sombrotus, etc. Finalmente, foi o geês, a princípio sem signos vocálicos e posteriormente vocalizado, que se tornou, a, partir dos séculos VI e VII, a língua nacional oficial dos axumitas, a língua dos Aga'izyan – outro nome adotado pelos nativos e que significa *libertadores*[32].

30 MEKOURIA, T. T. 1966-b. pp. 2-7; CONTI-ROSSINI, C. 1928. pp. 108-9.

31 CERULLI, E. 1956. pp. 18-21.

32 BUDGE, E. A. W. 1966. pp. 136-7; CONTI-ROSSINI, C. 1928. Monete Aksumita Tabola LX.

Em geral, a língua fornece úteis indicadores ao investigador, mas por si só não permite a identificação do grupo étnico. Com efeito, um nativo tanto poderia ser de origem semita, de nacionalidade axumita e cultura grega, como de origem beja ou blêmia, de nascimento ou nacionalidade núbia e de cultura egípcia. Assim, embora falando ou escrevendo o geês, não era necessariamente axumita.

Após a conquista árabe do Oriente Médio e da África do norte, no século VII, o grego e o sabeano foram substituídos pelo geês, que passou a ser utilizado em todos os círculos – civil, militar e religioso. A influência do grego só se manteve graças à tradução da Bíblia para o geês, assim como de algumas obras dos Padres da Igreja, como Cirilo de Alexandria e São João Crisóstomo. Como ocorre amiúde, os tradutores, não encontrando a palavra exata em geês, empregavam por vezes palavras gregas. Foi assim que se desenvolveu a forma grega até hoje usada na Etiópia.

Dada a total ausência de pergaminhos manuscritos anteriores ao século XIII, a literatura axumita autêntica até aqui conhecida limita-se às inscrições epigráficas e numismáticas. Por vezes certas epígrafes, parcialmente apagadas ou mal gravadas; não fornecem sequer o sentido literário que porventura permitiria a reconstituição contínua de uma literatura autêntica.

A primeira inscrição a assinalar o início da literatura axumita da época cristã é a que o *DAE* registrou sob o nº 2, na qual o rei Ezana, recém-convertido ao cristianismo, narra sua vitória sobre o povo de Noba (os núbios), que lhe ousara contestar o poder além do rio Taqqase e a matança de seus emissários. O senso moral desse imperador pode ser entrevisto quando ele acusa "o povo de Noba de haver maltratado e oprimido o povo de Mengourto, de Hasa, de Baria, os povos de cor negra e vermelha (SEB'A TSELIME, SEB'A QUE'YH), de haver violado por duas vezes o juramento feito ...". Isso se deve talvez à sua nova religião.

No entanto, Ezana se vangloria de ter matado 602 homens, 415 mulheres e várias crianças, graças ao poder de seu novo Deus – que ele denomina "senhor do céu e da terra, que foi o vencedor" –, sem ter cometido nenhuma injustiça. Com isso ele parece querer dizer que o traiçoeiro povo de Noba merecera a punição, por haver provocado a guerra[33].

A influência do cristianismo assinala-se também nas numerosas moedas mandadas cunhar pelo rei de Axum, nas quais o símbolo cristão da cruz substitui o crescente, símbolo da antiga religião. Alguns reis axumitas, desejando publicidade ou a simpatia de seu povo, gravavam em suas moedas as mais

33 CERULLI, E. 1956. pp. 222-3.

inusitadas legendas. Assim, a moeda do rei Wazed ou Wazeba (filho do rei Caleb, século VI) tinha sua efígie de um lado, e, do outro, a inscrição: "Que o povo seja feliz". As moedas mais significativas são as do rei Lyouel, que, de um lado, têm sua cabeça coroada (com uma pequena cruz à direita da coroa) e, do outro, uma cruz, a indicar que ele era um cristão fervoroso. Outra moeda do mesmo rei apresenta a inscrição "Cristo está conosco"[34], em geês, sem signo vocálico. É essa a primeira vez em que se menciona o nome de Cristo.

O Velho Testamento foi gradualmente traduzido do grego para o geês no decorrer dos séculos V e VI. A Bíblia difundiu-se por toda a Etiópia, e seu ensinamento assumiu importância vital na corte e nos círculos eclesiásticos. Aos poucos ela se tornou a única base da ciência e da filosofia, sem, contudo, ofuscar algumas obras dos Padres da Igreja.

Após o Concílio de Calcedônia, reunido em 451, os Nove Santos e seus discípulos chegaram à Etiópia e consolidaram a influência monofisita entre os membros do clero etíope. É por isso que a Igreja etíope evitava sistematicamente todas as outras obras, fosse qual fosse o seu valor, provenientes do Ocidente. A propósito, vale lembrar o acordo entre Amr Ibn al'-As, companheiro do profeta Maomé, e os patriarcas Benjamim e Chenouda no cerco de Heliópolis, em 640, por ocasião da conquista do Egito. O ódio contra o patriarca Mukaukis e os que professavam a doutrina das duas naturezas de Cristo levou os monofisitas egípcios a tomarem o partido dos muçulmanos.

Como ficou dito, a Bíblia passou a ser a base de todo o conhecimento. Após a consolidação do cristianismo, até o início do século XX, o erudito etíope digno desse nome devia ser não um bom conhecedor da ciência ou da filosofia greco-romana, mas da Bíblia e das obras dos patriarcas Cirilo, São João Crisóstomo e de outros fundadores da Igreja, podendo comentá-las em diferentes versões; devia, além disso, saber interpretar adequadamente os mistérios da encarnação de Cristo e da Santíssima Trindade de Deus.

Durante a dinastia amara, que se supõe descendente de Salomão e legítima herdeira dos reis de Axum, os soberanos mais venerados foram Davi e seu filho Salomão. Em seguida vêm Alexandre, o Grande, Constantino, o Grande, e Teodósio II, os dois últimos em virtude do apoio que deram ao cristianismo. Nada se sabia a respeito de Carlos Magno, Carlos Martel ou Carlos, o Gordo. As personagens bíblicas mais celebradas pelos religiosos eram Josué, Sansão e Gedeão. O *Cântico dos Cânticos,* os *Provérbios,* o *Livro da Sabedoria de Salomão,*

34 COULBEAUX, J. B. 1929. pp. 59-60; MEKOURIA, T. T. 1967.

o *Livro do Filho de Siraque,* etc. eram considerados obras de verdadeira filosofia, superiores aos escritos de Platão e Aristóteles. Virgílio, Sêneca, Cícero e os sábios medievais do Ocidente eram totalmente desconhecidos.

A sociedade cristã da Etiópia admira Davi mais que a qualquer outra personagem bíblica, considerando-o antepassado de Maria e da chamada dinastia salomônica. Os etíopes religiosos veneram os *Salmos* e acreditam que ler o salmo do dia todas as manhãs os protegerá de todo mal. A leitura constante dos salmos lhes asseguraria, como acreditava Davi, a aliança exclusiva com Deus Todo-Poderoso. O *Livro dos Salmos,* recitado nas mais diversas ocasiões, desempenha um papel preeminente na sociedade cristã etíope. Assim, durante os funerais, por exemplo, os *Debterotches* ou chantres dividem entre si os salmos e os recitam ao lado do ataúde, enquanto outros padres se concentram na leitura do *Quenzete,* o livro funerário, muito parecido com o antigo *Livro dos Mortos* egípcio.

Enquanto alguns religiosos recorrem aos salmos para as preces, outros o utilizam para propósitos mágico-religiosos. O sábio sabe de cor os salmos que convêm a cada circunstância, tanto para ser feliz como para evitar o infortúnio, para desviar uma praga ameaçadora ou para ser protegido de um tiro. Geralmente, ele cita os salmos 6, 7, 10, 57, etc.

Para ilustrar o importante papel dos salmos, citaremos apenas dois exemplos. Um camponês que perdeu sua vaca, sua ovelha ou seu jumento, não conseguindo encontrá-los, recitará ou fará recitar por ele os salmos 1-16, 18 e 10-12.

Em 1927, a chegada do primeiro avião em Adis Abeba foi considerada um grande evento. No dia seguinte, foi organizada uma cerimônia na presença da imperatriz Zauditu e do ras Tafari (o futuro Hailé Selassié). Todos os sacerdotes e chantres, em suas roupas de cerimônia, estavam lá. Interrogado sobre o que deveria ser cantado em semelhante ocasião, um chefe religioso sugeriu imediatamente os seguintes versos: "Tu abres os céus como uma cortina [...] faze das nuvens tua carruagem [...] e passeias nas asas do vento [...] também inclinaste os céus e desceste [...] tu cavalgas [...] e voas, voas nas asas do vento [...] e fazes da escuridão teu lugar secreto" (salmos 104 e 18).

Entre a herança que a Etiópia recebeu do Axum cristão encontram-se os cantos litúrgicos agrupados num trabalho conhecido como *Degoua.* O autor, de acordo com as fontes locais do século XIV, era um nativo de Axum chamado Yared, contemporâneo do rei Guebre Meskel e de Abba Aregawi, um dos Nove Santos.

Lendo-se esse livro de cantos religiosos em todos os seus detalhes, percebe-se que os textos são tirados da Bíblia, das obras dos primeiros patriarcas, dos

teólogos renomados (séculos III a VIII) e dos livros apócrifos. Organizados de forma poética e concisa, formam uma grande coleção, dividida em vários livros, capítulos e versos. Todos os versos são separados (a primeira linha geralmente é escrita em vermelho), e há um verso para cada festa anual e mensal. Todos são escritos em louvor dos anjos, santos, mártires, da Virgem Maria e de Deus, e usados para as cerimônias religiosas da manhã e da noite. O canto litúrgico é dividido em quatro seções, com cadências que simbolizam as quatro bestas em torno do trono de Deus (*Apocalipse* 4:6), de modo que o mesmo texto destinado a uma determinada festa pode ser cantado e dançado de muitas maneiras diferentes. Tentaremos dar uma ideia dessas quatro seções:

1. *Kum-Zema*: é o canto básico, em sua forma mais simples.
2. *Zemane-oscilante*: é o canto mais longo, e nele os chantres manipulam suas longas batutas com a mão direita; eles as agitam e balançam e corpo em todas as direções, conforme o ritmo do canto;
3. *Meregde-salto* (alto e baixo): este canto é um pouco mais acelerado que os dois primeiros. Aqui, o religioso-chantre segura a batuta na mão esquerda, que às vezes lhe serve de apoio, e na mão direita um sistro de ferro, prata ou ouro segundo sua posição hierárquica. Movimenta-o para cima e para baixo. Dois jovens sentados tocam tambores para fazer o acompanhamento, procurando seguir o ritmo regular do canto. Se alguém toca uma nota errada é imediatamente substituído.
4. *Tsfat* (palmas): é o canto mais rápido e pode continuar durante algum tempo para o acompanhamento dos sistros. No final, o *Tsfat* é seguido de um *Werebe;* espécie de modulação variada e graciosa, cantada por um único cantor, talentoso e dotado de uma voz agradável; os outros escutam atentamente, antes de cantar em coro e em uníssono com ele, passando gradualmente do *moderato* (*Lezebe*) ao *allegro* (*Dimkete*), e do *presto* ao *prestissimo* (*Tchebtchedo*). Nesse momento os dois jovens se levantam, passando o cordão de seus tambores em volta do pescoço e batendo forte para infundir vivacidade e alegria a esse canto sagrado.

Os chantres – as cabeças cobertas com togas de musselina e trajando roupas de festas – seguram as batutas no ombro esquerdo e o sistro na mão direita, e começam a cantar e a dançar num ritmo acelerado. Essa é a passagem mais movimentada do canto. O chantre principal executa movimentos espetaculares e de vez em quando, de seus lugares na congregação, as mulheres emitem gritos de alegria, "ILILILI".

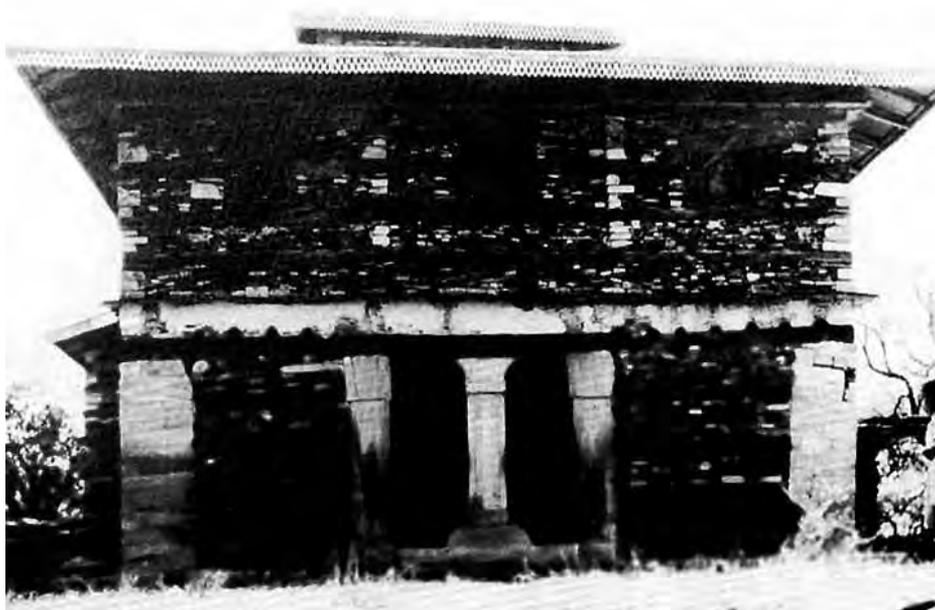



FIGURA 16.5 Igreja de Abba Aregawi em Debre-Damo.

FIGURA 16.6 Chantres inclinando-se religiosamente.

Tudo se passa no interior da igreja ou fora dela, durante as festas religiosas ou para celebrar a tradicional exposição do famoso *Tabot,* ou tábua sagrada, que, a exemplo da arca da aliança de Moisés, representa o santo a quem a igreja é dedicada. A cerimônia é realizada na presença do imperador, do bispo e das autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Quando o chefe da igreja, de acordo com o grande mestre de cerimônia – que é ao mesmo tempo o chefe eclesiástico, *LIKE KAHNAT* –, percebe que o povo presente está satisfeito, faz sinal para que o canto se interrompa. Nesse momento, um grande silêncio substitui o tumulto religioso. Então o bispo se levanta e dá sua bênção final. A volta do *Tabot* para seu lugar é saudada pelos mesmos cantos e "ILILTA", como quando foi trazido, e todos se ajoelham.

A literatura bíblica e os cantos litúrgicos têm uma longa história tradicional, composta de fatos e lendas, de que não ousamos dar mais do que um resumo. Fazem parte da herança generosamente legada pelo Axum cristão aos etíopes através dos séculos.

CAPÍTULO 17

Os protoberberes

J. Desanges

Antes da chegada dos fenícios às costas da África, no início do I milênio antes da Era Cristã, as componentes étnicas das populações líbias já se encontravam quase fixadas, não devendo variar sensivelmente durante toda a Antiguidade: do ponto de vista quantitativo, é inverossímil que os acréscimos demográficos fenício e romano tenham sido significativos. A participação fenícia na demografia da África Menor não pode ser avaliada com precisão. Todavia, é provável que Cartago não tivesse recorrido com tanta frequência aos exércitos mercenários nos campos de batalha se os cartagineses de origem fenícia fossem numerosos. A contribuição demográfica romana é de apreciação igualmente difícil. O número de italianos instalados na África à época de Augusto – em que a colonização foi mais intensa – foi estimado em 15 mil[1]; acrescente-se a essa cifra alguns milhares de italianos que se fixaram na África por iniciativa própria. Em nossa opinião, o número total de colonos romanos instalados na região à época de Augusto ultrapassa de pouco os 20 mil. A África romana não foi, em nenhuma hipótese, uma colônia de povoamento. Quanto aos acréscimos vândalo e bizantino, foram provavelmente ainda mais modestos.

Treze milênios antes da Era Cristã[2], pelo menos, constata-se a presença de uma civilização denominada muito impropriamente Ibero-Maurusiense (a

1 ROMANELLI, P. 1959, p. 207.

2 CAMPS, G. 1974-b, pp. 262-8.

navegação pelo estreito de Gibraltar só chegou a ser praticada 9 mil anos mais tarde). Seus portadores, a raça de Mechta-el-Arbi, são de grande estatura (1,72 m em média), dolicocéfalos, com testa baixa e membros longos; seria a primeira raça a representar o *Homo sapiens* no Magreb[3]. Praticavam com frequência a evulsão dos incisivos. Reconheceu-se em alguns sítios – notadamente no de Columnata (Argélia ocidental)[4] – uma evolução para a meso-braquicefalia, bem como sinais de gracilização, por volta de 6000 antes da Era Cristã. O fim da civilização ibero--maurusiense propriamente dita ocorre no final do IX milênio, de maneira mais ou menos incisiva segundo a região. Suplantado na Cirenaica pelo Capsiense, o Ibero-Maurusiense extingue-se de maneira vaga diante das culturas locais da Argélia e do Marrocos. Está ausente das costas norte-orientais da Tunísia assim como das pequenas ilhas do litoral[5], e é fracamente representado na região de Tânger. É pouco provável que tenha chegado às Canárias, ao contrário do que em geral se acredita: embora os Guanchos se assemelhassem fisicamente aos homens de Mechta-el-Arbi, suas indústrias e seus costumes não lembram em nada a cultura destes últimos. Essa civilização não pode ter vindo da Europa, já que é anterior aos inícios da navegação nos estreitos de Gibraltar e da Sicília. Somos tentados a crer numa origem oriental; talvez provenha, mais precisamente, do norte do Sudão nilótico, como sugere J. Tixier. Sob a pressão das vagas migratórias posteriores, os ibero-maurusienses provavelmente se refugiaram nas montanhas, podendo-se supor que tenham constituído uma das componentes antropológicas do povoamento dos *djebel* (cordilheiras).

Por volta de 7000 antes da Era Cristã[6] aparecem homens de estatura bastante alta, de raça mediterrânica mas não isentos de caracteres negroides[7]. São os chamados capsienses, denominação derivada do sítio epônimo de Capsa (Gafsa). Embora sua área de ocupação não esteja exatamente definida, sabe-se que viviam em territórios do interior, e que não atingiram, ao que parece, a extremidade ocidental da África do Norte nem o Saara meridional. Estabeleciam-se no topo de colinas ou em vertentes próximas a fontes de água ou, mais raramente, espalhavam-se por planícies lacustres ou pantanosas; alimentavam-se principalmente de caracóis. Trata-se igualmente de uma civilização vinda do leste, que só pode ter-se propagado através da navegação

3 Cf. BALOUT, L. 1955, pp. 375-7; cf. também CAMPS, G. 1974-d, pp. 81-6.

4 CHAMLA, M. C. 1970, pp. 113-4.

5 BALOUT, L. 1967, p. 23.

6 CAMPS, G. 1974-d, op. cit., p. 265.

7 Note-se as reservas de CAMPS, G. 1974-d, op. cit., p. 159.

se termo deve ser fixado em torno de -4500. Embora os crânios capsienses sejam idênticos aos de várias populações atuais, acredita-se que os verdadeiros protoberberes só tenham surgido no decorrer do Neolítico, uma vez que os costumes funerários capsienses não parecem ter sobrevivido no mundo líbico-berbere[8]. Deve-se, contudo, notar que a utilização e a decoração dos ovos de avestruz, características do *Capsian way of lije,* na enérgica expressão de Camps-Fabrer[9], mantiveram-se durante o Neolítico até a época histórica entre as populações líbias. É o caso dos Garamantes, que, segundo Luciano (*Dips.* 2 e 6), utilizavam esses ovos para fins diversos, fato confirmado pelas escavações de Bu Njem, na Tripolitânia interior[10]. As populações neolíticas da África Menor podem sem dúvida ser consideradas "primas" dos capsienses. De qualquer modo, o povoamento histórico do Magreb resultou com certeza da fusão dos três elementos acima descritos – ibero-maurusiense, capsiense e neolítico – em proporções ainda desconhecidas.

O Neolítico inicia-se, por convenção, com o aparecimento da cerâmica. Datações recentes por radiocarbono indicam que o emprego da cerâmica difundiu-se a partir do Saara central e oriental. Nessa área, o Neolítico mais antigo é o de tradição sudanesa. Os inícios da produção cerâmica podem ser fixados no VIII milênio, do Ennedi ao Hoggar[11], sendo seus artesãos povos negros ou negroides aparentados aos sudaneses do Early Khartoum. O boi foi domesticado provavelmente em torno de -4000, o mais tardar, mas não é impossível que o tenha sido anteriormente no Acacus[12]. O Neolítico de tradição capsiense é um pouco mais tardio: tem início no Saara por volta de -5350 (Fort Flatters)[13], e pouco depois no vale do Saura, vindo a se afirmar na parte setentrional da área capsiense somente por volta de -4500. Na região situada entre essas duas correntes que afetam o "Magreb das terras altas e o Saara setentrional", o Neolítico manifesta-se muito mais tardiamente. Uma influência europeia só é admissível a partir do VI milênio da Era Cristã, no contexto de uma terceira civilização neolítica evidenciada nas costas do Marrocos e da Orania, embora se hesite em situar as origens da navegação do estreito de

8 BALOUT, L. 1955, op. cit., pp. 435-7.

9 CAMPS-FABRER, H. 1966, p. 7.

10 Cf. REBUFFAT, R. IV, 1969-70, p, 12.

11 Cf. HUGOT, H. J. 1963, p. 134, p. 138 e nota 3, p. 185. Sobre as datações recentes pelo carbono 14, cf. CAMPS, G. 1974-b, op. cit., p. 269.

12 RESCH, W. 1967, p. 52; cf. também BECK, P. & HUARD, P. 1969, p. 193; MORI, F. 1964, pp, 233-41; MAITRE, J. P. 1971, pp. 57-8.

13 CAMPS, G., DELIBRIAS, G. & TOMMERET, J. 1968, p. 23.

Gibraltar em época tão recuada (L. Balout[14] concordaria em situar esse fato no IV milênio da Era Cristã).

O período úmido do Neolítico termina por volta de meados do III milênio, conforme atesta a datação do guano de Taessa, no Atakora (Hoggar)[15]. Os trabalhos de Arkell sobre a fauna e a flora fósseis dos sítios mesolíticos e neolíticos da região de Cartum confirmam, de certa forma, esses dados para o alto vale do Nilo. A partir dessa época a África do Norte, separada quase que totalmente do resto do continente por um deserto, só dispunha de comunicação fácil com a África subsaariana através do estreito corredor tripolitano. No entanto, essa severa ruptura da antiga unidade africana foi compensada por novas relações inauguradas precisamente a esta época nas duas asas do Magreb com o sul da península Ibérica, bem como com a Sicília, a Sardenha, Malta e o sul da Itália[16].

Os fragmentos de cerâmica pintada encontrados em Gar Cahal, na região de Ceuta, assemelham-se, a partir do III milênio da Era Cristã, à cerâmica calcolítica de Los Hillares; pode-se, pois, supor a presença de contatos por via marítima[17] remontando talvez ao IV milênio. A partir de -2000, a Espanha importa marfim e ovos de avestruz, ao passo que vasos campaniformes de origem ibérica aparecem nas regiões de Ceuta e Tetuán. Em torno de -1500, constata-se a presença de pontas de flecha de cobre ou bronze no oeste da África Menor, sem dúvida introduzidas pelos caçadores da península Ibérica; ao que parece, tais objetos não se difundiram para além da região de Argel. A metalurgia do bronze desenvolveu-se pouco na África do Norte, devido à carência de estanho na região. Na outra extremidade da África Menor, na área entre Korba e Bizerta, a presença de fragmentos de obsidiana proveniente das ilhas Liparis e trabalhada na Sicília e em Pantelaria atesta os começos da navegação no estreito da Sicília. G. Camps[18] assinalou os numerosos empréstimos que a África Menor passou a fazer a partir de então de seus vizinhos europeus: os chamados *haouanet,* túmulos retangulares com corredor curto e vão igualmente retangular cavados nas falésias, já existiam na Sicília desde -1300; os dolmens da Argélia e da Tunísia são de um tipo também encontrado na Sardenha e na Itália; a cerâmica de Castellucio – decorada com motivos geométricos em marrom ou preto sobre fundo mais claro –, comum na Sicília por volta de -1500, anuncia a cerâmica

14 BALOUT, L. 1967, op. cit., p. 28; CAMPS, G. 1974-b, p. 272.

15 PONS, A. & QUEZEL, P. 1957, pp. 34-5; DELIBRIAS, G., HUGOT, H. J. & QUEZEL, P. 1957, pp. 267-70.

16 CAMPS, G. 1960-a, pp. 31-55; 1961.

17 SOUVILLE, G. 1958-9, pp. 315-44.

18 CAMPS, G. 1974-d, op. cit., p. 206.

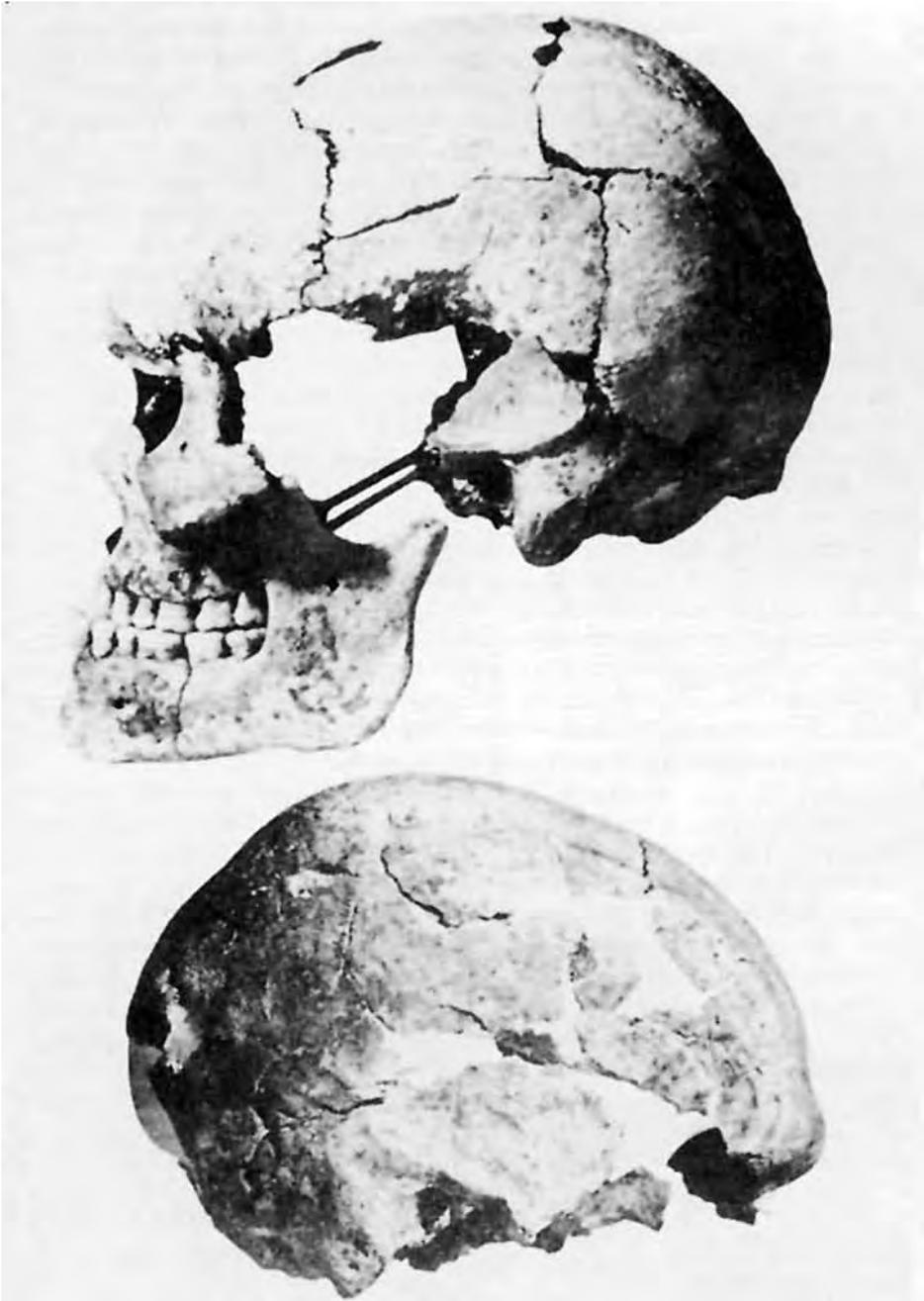



FIGURA 17.1 Crânio de Columnata. No alto: *cranium norma lateralis*; embaixo: *calva norma lateralis dextra*. (Fonte: L. Balout. *Les hommes préhistoriques du Maghreb e du Saara.* 1955. pr. VI, p. 79. Fotos de M. Bovis, Museu do Bardo, Argel, coleção Cadenat.)

cabila, etc. Influências de regiões mais distantes – Chipre ou Ásia Menor – passaram a transitar por Malta, Pantelaria e pela Sicília a partir do momento em que os navegadores egeus, depois fenícios, aportaram nessas ilhas. Assim, esse território da África do Norte inseriu-se como uma grande península no complexo mediterrânico muito antes da fundação de Cartago, recebendo, no entanto, influências de outras civilizações através do corredor da Tripolitânia. É o caso dos monumentos funerários com nicho e capela – nos quais talvez se praticasse o ritual da incubação –, frequentes nas encostas meridionais do Atlas durante a Antiguidade remota; o túmulo de Tin Hinan é uma variante desse tipo de monumento[19].

É necessário salientar a grande originalidade da África Menor nas costas do continente africano: resulta a um tempo do dessecamento do Saara e do surgimento da navegação. No entanto, essa região não perdeu de todo o contato com a "África profunda". Embora o clima da África do Norte durante a Antiguidade fosse análogo ao atual, as elevações da orla do deserto permaneceram por muito tempo mais úmidas e arborizadas[20], com um lençol freático menos profundo permitindo um aprovisionamento de água mais fácil e, portanto, a utilização do cavalo para as viagens através do Saara. No Fezzan, notadamente, subsistiram durante longo tempo afloramentos lacustres do lençol freático; Plínio, o Velho (*H.N.* XXXI, 22), menciona o lago salgado Apuscidamo (= *apud Cidamum*) e al-Bakri (*Description de l'Afrique Septentrionale,* trad. de Slane, p. 116) refere-se à presença de pântanos entre Nefzaoua e Gadames. A presença de homens de pele escura – que os gregos chamarão "etíopes", isto é, "faces queimadas" – na maior parte dos oásis do Saara, no Fezzan e ao longo da vertente saariana do Atlas durante a Antiguidade, em contato com o mundo líbico-berbere, pode ser considerada como uma lembrança viva da unidade africana original[21]. Levavam uma existência pacífica consagrada não só à coleta e à caça, mas também à agricultura, fundada em métodos de irrigação muito antigos[22].

19 CAMPS, G. 1974-d, op. cit., pp. 207 e 568; 1965, pp. 65-83.

20 BUTZER, K. W. 1961, p. 48, crê numa ligeira melhora climática no I milênio da Era Cristã; opinião contrária à de QUEZEL, P. & MARTINEZ, C. 1958; p. 224, que estimam que a aridificação foi constante a partir de -2700.

21 Sobre os etíopes da África do Norte, cf. GSELL, S. 1913-28, I, pp. 293-304. Sobre o conceito de "etíope" (o termo já aparece nas tábulas de Pilos sob a forma ai-ti-jo-qo), cf. SNOWDEN, F. M. 1970, pp. 1-7 e 15-6, bem como as observações de DESANGES, J. 1970, pp. 88-9.

22 Sobre a irrigação e o cultivo nos oásis do sul da Tunísia, cuja população era em parte "etíope", cf. PLÍNIO, o Velho *H.N.* XVIII, 188; e BAKRI, p. 116. Sobre a importância dos canais subterrâneos (*foggaras*) dos Garamantes, população mista, cf. DANIELS, C. 1970, p. 17. Há reservas, contudo, da parte de LHOTE, H. 1967, pp. 67-78, que acredita que a coleta foi, durante muito tempo, a principal fonte de recursos desses "etíopes".

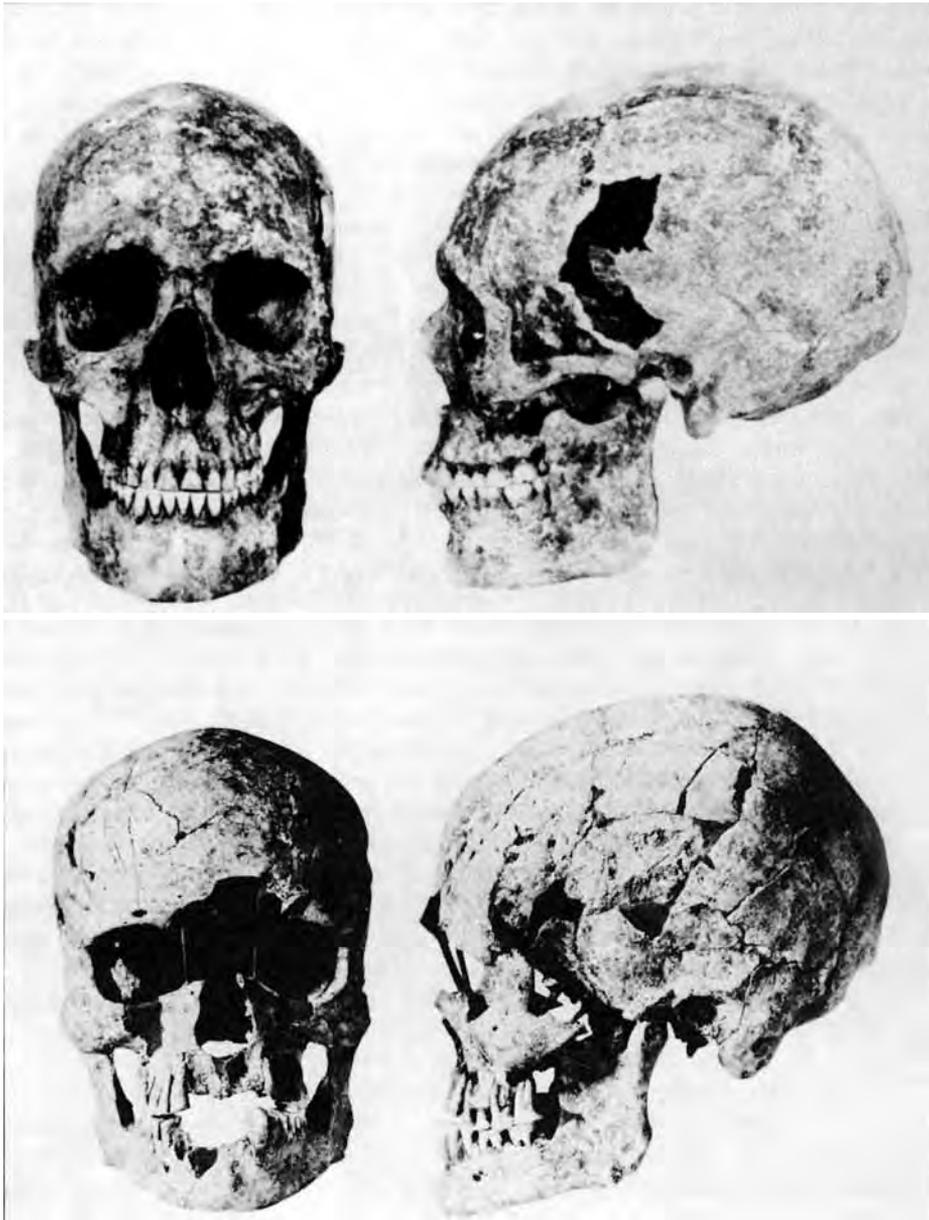



FIGURA 17.2 Homem de Champlain: crânio ibero-maurusiense. À direita, *norma lateralis sinistra*; à esquerda, *norma facialis*. (Fonte: L. Balout. *Les hommes préhistoriques du Maghreb e du Saara*. 1955, pr. VIII, p. 90. Fotos de M. Bovis, Museu do Bardo, Argel.)

FIGURA 17.3 Crânio de homem capsiense. A direita, *norma lateralis sinistra*; à esquerda, *norma facialis*. (Fonte: L. Balout. 1955, pr. X, p. 110. Fotos de Delorme, Museu do Bardo, Argel.)

Seria um erro, certamente, imaginar um Saara completamente dominado pelos etíopes durante o Neolítico e à época proto-histórica, mesmo tendo-se o cuidado de restituir à palavra “etíope” o sentido geral de “homem de cor”, sem, contudo, traduzi-la por “negro”. Em publicação recente, M. C. Chamla[23] acredita ter estabelecido que apenas a quarta parte dos esqueletos desse período poderiam ser de negros, ao passo que mais de 40% não apresentam nenhum traço negroide; no entanto, os restos do esqueleto de uma criança descobertos no depósito de um abrigo sob rocha de Acacus[24] e datado de 3446 ±180 pertencem a um negroide. Despojos de negros não são raros nas necrópoles púnicas; havia auxiliares negros no exército de Cartago[25] que certamente não eram nilotas. Segundo Diodoro[26], no final do século IV antes da Era Cristã um tenente de Agátocles (Tunísia do norte) submeteu uma população cuja pele era semelhante à dos etíopes. Durante toda a época clássica, numerosos são os testemunhos a atestar a presença de “etíopes” nos confins meridionais da África Menor. São mencionados igualmente povos de raças intermediárias – melano-getulos ou leuco-etíopes – notadamente na obra de Ptolomeu (*Geografia,* IV, 6, 5)[27].

Os próprios Garamantes eram por vezes considerados “ligeiramente pretos” ou mesmo negros. São “ligeiramente pretos” em Ptolomeu I, 9, 7[28], e “mais parecidos com etíopes” em Ptolomeu I, 8, 5[29]. Um escravo garamante é descrito como tendo um corpo “cor de breu” (*Anthologia Latina,* A. Riese)[30]. Uma pesquisa antropológica realizada nas necrópoles desse povo veio confirmar seu caráter racial compósito[31]; a afirmação de que os esqueletos negroides eram de escravos revela preconceito e precipitação, sendo arbitrário considerar que, num total de quatro, apenas dois grupos de esqueletos (os de indivíduos de raça branca) representam os Garamantes da Antiguidade.

Essas populações de cor não parecem ter nenhum parentesco com a maior parte dos atuais habitantes das margens do Senegal e do Níger. Trata-se de um

23 CHAMLA, M. C. 1968.

24 SATIN. F. 1964. p. 8.

25 Por ocasião da campanha da Sicília, em -480 (FRONTINO. ed. 1888, I, pp. 11. 18).

26 DIODORO. XX, 57-5.

27 PTOLOMEU. ed. 1901, pp. 743-5.

28 PTOLOMEU. ed. 1901, p. 25.

29 PTOLOMEU. ed. 1901, p. 21.

30 RIESE, A. 1894. pp. 155-6.

31 SERGI, S. 1951.

grupo étnico original hoje recoberto, em grande parte, pelo elevado número de africanos ocidentais trazidos pelo tráfico medieval de escravos. S. Gsell[32], seguindo Collignon, descreve o "etíope" da Antiguidade – baseando-se na descendência que teriam deixado nos oásis do sul da Tunísia – da seguinte maneira:

> "Estatura acima da média, crânio longo e estreito com o topo projetado para trás, testa oblíqua, arcadas superciliares salientes, pômulos pronunciados a partir dos quais a face se alonga em triângulo, nariz profundamente reentrante, curto e arrebitado, mas não chato; boca grande com lábios grossos, queixo fugidio; ombros largos e quadrados, tórax em tronco de cone invertido, bastante estreito sob a bacia. A pele é muito escura, de cor castanho-avermelhada; e os olhos, negros; os cabelos, poucos crespos, têm a cor do azeviche".

Trata-se, como se vê, de um tipo bastante próximo de certos nilotas; no entanto, as características físicas desses pastores de bovídeos, ancestrais dos etíopes do Saara, estão longe de ser uniformes. Alguns dentre eles, segundo H. Lhote e G. Camps[33], lembram os Peul atuais; outros se assemelham aos Tubu. H. von Fleischhacher[34] crê na presença de khoisanidas no interior deste grupo, bem como de descendentes de um *Homo sapiens* indiferenciado (nem negro nem branco) vindo da Ásia.

Líbico-berberes (mouros e númidas no litoral; getulos nos planaltos), saarianos brancos ou mestiços da orla do deserto (farúsios, nigritas ou garamantes, "etíopes" espalhados por toda a região entre o Sous e o Djerid), tais são os povos da África Menor à época das primeiras navegações fenícias e durante toda a Antiguidade.

Os protoberberes em suas relações com os egípcios e os Povos do Mar

No curso do II milênio, as fontes da história da Líbia – inscrições e representações – são essencialmente egípcias e dizem respeito às populações líbias em contato com o Egito[35], as quais, antes da unificação do vale do Nilo, povoavam a parte noroeste do Delta.

32 GSELL, S. 1913-28, v. I, p. 294.

33 LHOTE, H. 1967, p. 81; CAMPS, G. 1970, pp. 39-41.

34 FLEISCHHACHER, H. von, 1969, pp. 12-53.

35 Cf. GADALLAH, F. F. 1971, pp. 43-75.

Na época pré-dinástica, por volta de meados do IV milênio, os relevos esculpidos no cabo de marfim da faca de Djebel-el-Arak já representariam, talvez, líbios de longos cabelos tendo por única vestimenta um cinto a sustentar o estojo fálico. Essa interpretação foi, contudo, contestada, só se podendo estar certo da identidade dos líbios quando aparece a primeira denominação egípcia desse povo, *Tehenu.* Segundo W. Hölscher[36], esse nome aparece sobre um fragmento de paleta de xisto pertencente ao rei Escorpião, depois em um cilindro de marfim de Hieracômpolis, da época de Narmer (início do III milênio), representando o butim e os prisioneiros do faraó. Mas as informações mais valiosas sobre o aspecto físico e as vestimentas dos Tehenu nos foram legadas por um baixo-relevo do templo mortuário de Sahrue (V dinastia, *circa* -2500).

São homens de grande estatura, perfil agudo e lábios grossos, com barbas cerradas e um penteado característico – espessa madeixa sobre a nuca, mechas laterais prolongando-se até os ombros, pequeno topete erguido sobre a testa.

Seu vestuário compreendia, além do cinto e do estojo fálico já mencionados, largas faixas que passavam por sobre os ombros e se cruzavam no peito, bem como colares ornados com pingentes. Durante o III milênio esse povo habitava o deserto da Líbia e seus oásis.

Sob a VI dinastia, em torno de 2300 antes da Era Cristã, faz-se menção aos *Temehu;* não se trata de uma ramificação dos Tehenu, como imaginava O. Bates[37], mas de um novo grupo étnico, de pele mais clara e olhos azuis, com um percentual de loiros não negligenciável[38]. Vestidos de mantos de couro, têm frequentemente um ombro nu. De acordo com o relato da terceira viagem de Herkhuf, habitavam, ao que parece, um território vizinho à Baixa Núbia, que devia abranger o Grande Oásis (Kharga)[39]. Sugeriu-se identificá-los com a população do Grupo C instalada na Núbia sob o Médio Império e início do Novo Império[40], hipótese reforçada pela semelhança entre a cerâmica desse grupo e a cerâmica encontrada em Uadi Howar, 400 km a sudoeste da Terceira Catarata[41].

36 HÖLSCHER, W. 1955, p. 12.

37 BATES, O. 1914, p. 46.

38 MOLLER, G. 1924, p. 38; HÖLSCHER, W. op. cit., p. 24.

39 BATES, O. op. cit., pp. 49-51.

40 BATES, O. op. cit., p. 249, nota 3 e p. 251; para o vocabulário, cf. VYCICHL, W. 1961, pp. 289-90.

41 HÖLSCHER, W. op. cit., pp. 54-7; ARKELL, A. J. ed. 1961, pp. 49-50; reservas de TRIGGER, B. G. 1965, pp. 88-90.

Os Temehu eram, ao que parece, muito belicosos; os faraós do Médio Império foram por diversas vezes obrigados a combatê-los. Sob o Novo Império são frequentemente representados, distinguindo-se pela trança pendente diante da orelha e recurvada sobre os ombros; muitas vezes trazem plumas nos cabelos e ostentam tatuagens. Têm como armas o arco e a flecha e, por vezes, a espada e o bumerangue. Heródoto assinala todas essas características ao descrever os líbios das Sirtes; é possível, pois, admitir que os Temehu tenham sido os ancestrais dos líbios que os gregos conheceram na Cirenaica. Não se pode, contudo, aceitar a audaciosa hipótese de G. Möller[42], que os identifica aos Adirmáquidas, vizinhos imediatos do Egito segundo Heródoto (IV, 168), ainda que estes últimos tenham ocasionalmente ocupado os oásis meridionais, e que Sílio Itálico (*Punica* IX, 223-225) os descreva como povos ribeirinhos do Nilo semelhantes aos núbios. Segundo o mesmo autor (*Punica* III, 268–269), o corpo dos Adirmáquidas seria enegrecido pelo sol como o dos núbios, indicação que os aproximaria dos Adirmáquidas da Baixa Núbia, vizinhos dos Temehu, mas que não se aplicaria a estes últimos, de pele clara. Levantou-se a hipótese de que teriam estado em Kawa[43].

As empresas dos Temehu tornaram-se mais perigosas durante a XIX dinastia. Em -1317 foram rechaçados por Séti I, após o que Ramsés II organizou uma linha de defesa ao longo do litoral mediterrânico até el-Alamein, tendo incorporado contingentes líbios ao exército egípcio[44]. O primeiro documento a mencionar os Libu é a estela de el-Alamein, em que é narrada a ocupação da região por Ramsés II. O termo *Libia,* derivado de *libu,* foi usado pelos gregos inicialmente para designar a área de movimentação desse povo, aplicando-se em seguida, paulatinamente, a toda África. Em -1227, no reinado de Memeptah, são mencionados os Mashwesh (ou Meshwesh), vizinhos ocidentais dos Libu[45]. Os Libu, com os Mashwesh, parecem fazer parte do grupo mais geral dos Temehu[46]; entretanto, as

42 MÖLLER, G. op. cit., p. 48; refutação filológica de HOLSCHER, W. op. cit., p. 50.

43 Cf. MACADAM, M. F. L. 1949, vol. 1, p. 100.

44 BRINTON, J. Y., 1942, vol. 35, pp. 78-81, 163-5 e pr. XX, fig. 4; ROWE, A. 1948, pp. 6 e 7, fig. 4; sobre as seis novas estelas – representando cenas da vitória de Ramsés II sobre os líbios descobertas em Zawyet e Rackam por Labib Habachi, cf. LECLANT, J. 1954, p. 75 e pr. XVIII.

45 WAINWRIGHT, G. A. 1962, pp. 89-99. Quanto aos nomes dos chefes libu e mashwesh, cf. YOYOTTE, J. 1958, p. 23. Este autor considera os Libu mais próximos do Delta. CHAMOUX, F. 1953, p. 55, os situa, ao contrário, a oeste dos Mashwesh, erroneamente em nossa opinião. A Líbia, *stricto sensu,* permanece a região vizinha de Mareótis, cf. PTOLOMEU, ed. 1901, op. cit., pp. 696-8; os Libu devem, pois, ter-se estabelecido nas proximidades do Egito. Sobre o destino posterior dessas populações, cf. YOYOTTE, J. 1961, pp. 122-51.

46 HÖLSCHER, W. 1955, op. cit., pp. 47-8.

representações figuradas mostram que os Mashwesh usavam o estojo fálico (sem dúvida por serem circuncidados) e os Libu, a tanga. Após terem ocupado os oásis de Baharieh e Farafra, as tribos coligadas foram vencidas pelos egípcios a noroeste de Mênfis. Uma inscrição do templo de Carnac assinala a presença de diversos povos do norte nas costas líbias: Akaiwesh, Toursha, Shardanes e Shakalesh. Pertenciam ao grupo dos Povos do Mar, que então devastavam a Palestina. Sua aparição no oeste do Egito é inesperada; por vezes se supôs que a inscrição de Carnac confundia as duas campanhas, quase contemporâneas, empreendidas a leste e a oeste do Delta[47], ou que esses contingentes nórdicos não passavam de mercenários que haviam desertado do exército egípcio.

As duas guerras egípcio-líbicas mais conhecidas datam do reino de Ramsés III, em -1194 e -1188. São narradas pelo grande Papiro Harris e pelas inscrições e baixos-relevos do templo funerário de Ramsés III em Medinat-Habou. Os Libu e posteriormente os Mashwesh tentaram, em vão, romper a resistência egípcia no Nilo, sendo sucessivamente vencidos. Inúmeros prisioneiros viram-se incorporados ao exército do faraó, e suas qualidades: militares foram tão apreciadas que ao fim do Novo Império os oficiais líbios tinham adquirido uma influência preponderante. Entre os líbios combatidos por Ramsés III estão os Esbet e os Beken; sentimo-nos tentados a aproximar essas etnias dos Asbitas (ou Asbistas) e dos Bakales (Barceus) mencionados por Heródoto (IV, 170, 171), mas a leitura *Esbet* é discutível[48], o que torna a aproximação bastante frágil. Por outro lado, é pouco racional a identificação dos Mashwesh com os Maxues de Heródoto (IV, 191), sedentários estabelecidos na Tunísia[49].

As vitórias de Ramsés II tiveram, entre outras, uma consequência importante: permitiram-lhe controlar os oásis ocidentais onde se difundiu o culto de Âmon de Tebas. Esse culto implantou-se particularmente no oásis de Siwa, conquistando depois a Tripolitânia[50] através das "rotas da sede" e indo influenciar, à época púnica, o culto do deus Baal-Hamon[51], seu quase homônimo.

47 CHAMOUX, F. op. cit., p. 52.

48 GAUTHIER, H. 1927, vol. 1, pp. 104 e 217; LECLANT, J. 1950-b, p. 338; HÖLSCHER, W. 1955, op. cit., p. 65, nota 2. Essa leitura lembra os Isebeten dos contos tuaregues, cf. VYCICHL, W. 1956, pp. 211-20.

49 Ver as reservas justificadas de GSELL, S. 1913-28, I, p. 354; idem, 1915, pp. 133.-4.

50 LECLANT, J. 1950-b, pp. 193-233; REBUFFAT, R. 1970, pp. 1-20; sobre o culto de Âmon nos arredores das Sirtes, cf. GSELL, S. op. cit., vol. IV, p. 286.

51 LEGLAY, M. 1966, pp. 428-431, não acredita que o Âmon de Siwa tenha servido de intermediário entre o Âmon de Tebas e Baal-Hamon; segundo esse autor, os líbico-berberes da África Menor teriam recebido influências egípcias numa época anterior à fundação do santuário de Siwa. O culto do Baal--Hamon cartaginês ter-se-ia, assim, superposto ao culto local do carneiro já assimilado ao Âmon egípcio.

Tais são os primeiros testemunhos a nos informar sobre os líbios na extremidade oriental de sua área de implantação. Convém notar que um contato entre os Povos do Mar e os líbios só é mencionado uma vez sob o reinado de Memeptah, em -1227, por uma inscrição de Carnac, que pode, aliás, resultar de um amálgama de várias campanhas[52]. Mas, admitindo-se a presença de destacamentos de Povos do Mar entre os líbios, uma questão se coloca: teriam sido esses povos os responsáveis pela transmissão do uso de carros aos líbios (inicialmente nas proximidades do Egito, depois em todo o Saara)?

Essa tese é sustentada por excelentes estudiosos do Saara[53]; no entanto, poucas são as semelhanças entre as representações de carros do Egeu e as do Saara, como muito bem demonstraram G. Charles-Picard[54], arqueólogo da Antiguidade clássica, e J. Spruytte[55], especialista em cavalos. Os carros do Saara são vistos da perspectiva do cavaleiro e não de perfil. A plataforma não é sobrelevada, assentando-se sobre o centro do eixo a uma boa distância das rodas, o que limita a capacidade de carga a praticamente um ocupante; este tem entre as mãos uma espécie de martelo, e não uma arma. Os cavalos, barbos as mais das vezes, atrelados por jugos aplicados à nuca, e não à cernelha, são certamente representados em extensão ("galope voador"), mas seus jarretes e joelhos não são figurados. Aliás, o "galope voador" dos documentos do Egeu não diz respeito à atitude dos cavalos atrelados. Os carros saarianos revestem-se, assim, de grande originalidade; trata-se de veículos "esportivos" bastante frágeis.

Assim, seria talvez conveniente dissociar os carros saarianos dos carros de guerra utilizados, na Antiguidade, pelos adversários de Ramsés III e posteriormente pelos Garamantes (carros puxados por quatro cavalos), Asbitas, Zoécios, líbios vizinhos de Cartago a serviço de Agátocles, Farúsios e Nigritas. A tese de W. Hölscher[56], segundo a qual os líbios teriam emprestado o uso do

52 Fenômeno semelhante ocorre com as representações de Médinet-Habou, onde estão misturados os assaltos dos líbios (-1194 e -1188) e a invasão dos Povos do Mar (-1191). Cf. DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962, pp. 434-436.

53 PERRET, R. 1936, pp. 50-1.

54 CHARLES-PICARD, G. 1958-a, p. 46. Note-se, contudo, que embora as observações desse autor sobre a originalidade da iconografia do carro no Saara sejam inteiramente judiciosas, a tese de sua autoria, segundo a qual essa iconografia teria sofrido a influência da arte imperial romana, é inaceitável, como salientaram CAMPS, G. 1960-b, p. 21, nota 46, e LHOTE, H. 1953, pp. 225-38. Os líbios utilizaram carros – de Sirtes ao sul do Marrocos – desde a época de Ramsés III até o período registrado por DIODORO, XX, 38, 2 e ESTRABÃO, XVII, 3, 7, que dependem de fontes anteriores ao Império Romano, cf. BATES, O. 1914, op. cit., p. 149.

55 SPRUYTTE, J. 1968, p. 32-42.

56 HÖLSCHER, W. 1955. op. cit., p. 40; CAMPS, G. 1961, p, 406, nota 3. Sob Ramsés III, é impossível distinguir a representação de um carro líbio da de um carro egípcio, cf. MÜLLER, W. M. 1910, p. 121.

carro dos egípcios – que o vinham utilizando desde a invasão dos hicsos, isto é, há quatro ou cinco séculos – é mais verossímil que a hipótese de uma transmissão pelos Povos do Mar. A origem dos carros saarianos permanece desconhecida; inteiramente em madeira e de concepção bastante simples, poderiam ter sido produzidos segundo técnicas originais[57]. De resto, o cavalo barbo (mongol), de pequena estatura, linha entre a testa e o focinho convexa, dorso proeminente, espinha dorsal com cinco vértebras lombares e garupa em declive não poderia provir do cavalo árabe-oriental, de perfil retilíneo, utilizado tanto pelos hicsos quanto pelos egeus[58]. Talvez tenha-se difundido a partir da África oriental e do Sudão[59]. É de se notar a presença de representações do cavalo árabe-asiático nos rupestres saarianos e nas figurações da época romana no interior do *limes,* muito embora sejam elas bastante raras[60]. Todavia, mesmo admitindo-se que não se trata, nos casos acima, de imagens estilizadas alheias às realidades africanas, permanece verdadeiro o fato de o cavalo barbo ter sido a espécie dominante na África Menor até a chegada dos árabes.

Embora se possa admitir que o uso da espada longa foi transmitido pelos Povos do Mar, parece que essa arma não gozou de grande difusão[61]. Como se vê, a influência dos Povos do Mar sobre a civilização líbia não foi, ao que parece, tão importante quanto proclamam muitos eruditos. A influência egípcia, por outro lado – favorecida por afinidades étnicas no Delta da época pré-histórica –, não deve ser negligenciada, mesmo se sua difusão é ainda mal conhecida.

A vida dos berberes antes da fundação de Cartago

Não foram os fenícios os responsáveis pela transmissão da agricultura aos líbico-berberes, como muito, acertadamente salientaram H. Basset[62] e G. Camps[63]: estes a praticavam desde o fim do Neolítico. A hipótese de que os

57 SPRUYTTE, J. 1967, pp. 279-81. No entanto HUARD, P. & LECLANT, J. 1972, pp. 74-5, supõem que os carros dos equidianos do Saara nasceram da imitação dos carros egípcios, mas teriam-se tornado rapidamente veículos de esporte e prestígio, segundo um processo ainda desconhecido.

58 SPRUYTTE, J. 1968, op. cit., pp. 32-3. As acertadas observações do autor conduzem, no entanto, a uma hipótese pouco verossímil: o cavalo barbo teria provindo da Espanha ou até mesmo do sudoeste da França, em épocas remotas, através do estreito de Gibraltar.

59 BECK, P. & HUARD, P. 1969, p. 225.

60 ESPÉRANDIEU, G. 1957, p. 15.

61 CAMPS, G. 1960-b, op. cit., p. 112 e notas 371-3.

62 BASSET, H. 1921, p. 340 et seq.

63 CAMPS, G. 1960-b, op. cit., p. 69 et seq.

cananeus teriam introduzido a agricultura na África Menor parece bastante arrojada. Gravuras e pinturas da Idade dos Metais representam, de maneira mais ou menos esquemática, arados em La Cheffia (leste de Constantina) e no alto Atlas[64]; a oeste de Tebessa, na região do Douar Tazbent, há vestígios de uma instalação hidráulica primitiva – hoje um simples quadriculado – muito anterior à época dos reinos indígenas. Os utilizadores dessas instalações dispunham de um instrumental ainda parcialmente lítico.

Antes da introdução na África Menor do arado fenício com relha de ferro triangular, os berberes já se utilizavam de um tipo de arado de invenção autóctone, menos eficaz, que consistia em uma simples lâmina arrastada sobre o solo[65]. Esse instrumento deve ter posto termo ao uso exclusivo da enxada, dado que os Guanchos, utilizadores desta última, não conheceram o arado. Parece que de início os agricultores líbios puxavam eles mesmos o arado por meio de cordas passadas em torno dos ombros; no entanto, há muito conheciam a atrelagem de bois, representada tanto nos afrescos egípcios como nas gravuras do alto Atlas. Em contrapartida, não parecem ter empregado dispositivos mecânicos para a debulha[66], contentando-se em fazer com que o gado graúdo pisoteasse os campos.

Os botânicos demonstraram que o trigo durázio (proveniente, talvez, da Abissínia) e a cevada[67] já existiam na África do Norte muito antes da chegada dos fenícios; é o caso, igualmente, da fava e do grão-de-bico[68], ainda que este último tenha seu nome berbere *ikiker* derivado do latim *cicer.*

No campo da arboricultura observa-se, ao contrário, uma influência fenício--púnica decisiva. Os berberes possivelmente já sabiam enxertar o oleastro muito antes que os cartagineses difundissem a cultura da oliveira; por outro lado, não há indícios de que a vinha – presente desde o início do Quaternário na região de Argel – tenha sido cultivada antes da chegada dos fenícios. Os berberes pré--saarianos – como os Nasamones mencionados por Heródoto (IV, 172, 182) e os "etíopes" – exploravam a tamareira, menos frequente nos limites da África Menor do que atualmente. Mas era o figo a fruta berbere por excelência[69], ainda que Catão, o Antigo, tenha exibido um figo fresco em Roma para simbolizar a destruição de Cartago.

64 BOBO, J. & MOREL, J. 1955, pp. 163-81; MALHOMME, J. 1953, pp. 373-85.

65 CAMPS, G. 1960-b, pp. 82-3, com uma bibliografia na p. 82, nota 287.

66 Sobre o *plostellum poenicum,* originário da palestina e da Fenícia, cf. KOLENDO, J. 1970, pp. 15-6.

67 ERROUX, J. 1957, pp. 239-53.

68 CAMPS, G. 1960-b, op. cit., p. 80.

69 CAMPS, G. 1960-b, op. cit., p. 90.

A arqueologia dos monumentos funerários confirma a presença, na Antiguidade remota, de grandes grupos de sedentários que praticavam a agricultura na África Menor. A datação dos monumentos proto-históricos é particularmente difícil nessa região, pelo fato de a cerâmica berbere ser muito conservadora; seja como for, considerar-se-á como representativo da "vida pré--cartaginesa" dos berberes o material recolhido nas necrópoles do período pré--romano remoto, isentas de influências cartaginesas, à falta de evidências que possam ser datadas com relativa precisão.

Essa mobília funerária testemunha a grande Antiguidade da "civilização rural berbere", como salientou G. Camps[70]. Segundo o estudioso, um mapa da distribuição das necrópoles proto-históricas portadoras de cerâmica dá uma ideia bastante clara da área de extensão da agricultura. É, notável que os *tumuli* do sul da África Menor – assim como das porções do Saara entre Zahrez e Hodna, ou ainda do Marrocos oriental, entre Muluya e a fronteira da Argélia – não forneçam cerâmica. Pelo estudo das formas da cerâmica, G. Camps pôde chegar a algumas conclusões quanto ao modo de vida dos líbico-berberes da época. A tipologia está bastante próxima da que caracteriza a cerâmica atual: tigelas, bacias e cálices para líquidos e sopas, pratos mais ou menos fundos, travessas semelhantes às usadas atualmente para o cozimento do pão não-fermentado, biscoitos ou panquecas; uma espécie de compoteira com pé também é atestada, da Proto-História à época atual. A presença de perfurações prova que, desde a Antiguidade remota, os berberes penduravam seus utensílios nas paredes. Em contrapartida, os vasos de filtrar em cerâmica não encontraram correspondentes modernos; G. Camps imagina que talvez servissem para a filtragem do mel ou para a decocção de tisanas.

A arqueologia indicou, ainda, que os nômades dos sítios meridionais se enfeitavam, mais do que os sedentários, com braceletes, pingentes de metal ou de contas de cornalina, e carregavam armas ornamentais. Restos de tecido atestam o uso de faixas de cores alternadas. As vestimentas de couro são representadas com frequência nas pinturas rupestres do Saara, confirmando as informações de Heródoto (IV, 189). Gravuras rupestres próximas a Sigus indicam o uso do burnu, o que pode vir a explicar as lendas sobre homens acéfalos ou com a cabeça embutida no peito; os Blêmios do deserto arábico também o vestiam.

Númidas e mouros tinham como armas azagaias de ferro longas e estreitas e facas de caçador; os sedentários, por outro lado, raramente eram enterrados

70 CAMPS, G. 1960-b, op. cit., pp. 96-7, 101-4 e 107-11.

com suas armas, ao contrário das populações mais meridionais. As populações "etíopes" ou mistas (Nigritas e Farúsios principalmente) armavam-se de arco e flecha, conforme relata Estrabão (XVII, 3, 7). Plínio, o Velho (*H.N.* VI, 194), menciona uma população do deserto "acima" de Sirtes Maior, os Longompori, termo transcrito do grego que significa "portadores de azagaias".

A principal riqueza dos nômades era a criação de ovinos, caprinos e bovinos. Uma cena de ordenha está gravada em Djorf Torba, a oeste de Colomb Bechar[71], numa região hoje totalmente deserta. Segundo Aelianus (*NA.* VII, 10, 1), os cães desempenhavam, entre esses nômades, o papel de escravos, já que a escravidão humana não era conhecida; a mesma observação é feita para os trogloditas do mar Vermelho e para os etíopes dos pântanos do Nilo. Outros etíopes, ao contrário, faziam de um cão o seu rei, ainda segundo Aelianus *(NA.* VII, 40; a fonte parece ser Aristocreonte). A caça era, naturalmente, uma atividade bastante praticada; Ptolomeu menciona a presença de caçadores *Oreipaei* – vizinhos dos etíopes Nibgenitas que erravam pelo sul de Djerid[72] – no sul da Tunísia, nos confins da Etiópia.

A organização social dos líbico-berberes em épocas anteriores aos testemunhos das fontes clássicas é pouco conhecida, pelo menos não se levando em conta as reconstituições recorrentes a partir de testemunhos posteriores. As imponentes proporções dos aterros do Rharb, no Marrocos, ou do mausoléu do Medracen, na região de Constantina, são indícios da constituição de monarquias, tanto a leste quando a oeste do Magreb independente de Cartago, a partir do século IV. Nada mais se pode afirmar sobre o assunto; o brilhante quadro da organização social dos líbios elaborado por S. Gsell apóia-se, em geral, em documentos romanos da época imperial (até mesmo no testemunho do poeta Coripo, contemporâneo de Justiniano).

As ideias religiosas dos líbico-berberes

É bastante difícil apreender as ideias religiosas dos líbico-berberes em épocas anteriores ao impacto fenício-púnico e, mais tarde, romano. De fato, a arqueologia proto-histórica não nos permite ir além da reconstituição de rituais, sendo essa possibilidade limitada, no que concerne à África Menor, ao domínio

71 CAMPS, G. 1960-b, op. cit., p. 115 e fig. 13, p. 116

72 DESANGES, J. 1962, pp, 89-90, 129, 228-9. Os oreipaei/eropaei são talvez os ancestrais dos rebâya, de pele escura.

FIGURA 17.4 Leões de Kbor Roumia. (Fonte: M. Christofle. *Le tombeau de la chrétienne*. 1951. fig. 102, p. 124.)

funerário[73]. Assim, é preciso mais uma vez recorrer ao testemunho dos autores clássicos e perscrutar as inscrições do período romano, sem saber se os usos ali atestados remontam à época remota que é objeto deste capítulo. *A fortiori,* é sempre arriscado projetar no passado as sobrevivências pré-islâmicas que se crê reconhecer nas sociedades berberes das épocas medieval e moderna.

O sentimento do sagrado entre os líbios parece ter-se cristalizado em torno dos mais variados objetos. As forças sobrenaturais eram frequentemente relacionadas ao *topos,* donde a presença de numerosos gênios fluviais ou montanheses nas inscrições de época romana[74]. Essas forças podiam igualmente residir em objetos bastante comuns: pedras redondas (seixos de granito, por exemplo) ou pontudas,

73 CAMPS, G. 1961, op. cit., p. 461.

74 Cf. LEGLAY, M. 1966, op. cit., p. 420 e nota 7, p. 421 e nota 1; VYCICHL, W. 1972, pp. 623-4.

simbolizando o rosto ou o falo do homem, eram objeto de culto[75]; Pomponius Mela (*Chor.* I, 39) e Plínio (*H.N.* II, 115) falam de uma rocha da Cirenaica que, tocada, podia desencadear o vento sul. As águas doces, principalmente as fontes e os poços, eram também cultuadas; no século IV da Era Cristã, Sto. Agostinho relata que no dia de São João, os Númidas banhavam-se ritualmente no mar. A dendrolatria era por vezes praticada: um concílio africano, no século IV, requeria aos imperadores a destruição da idolatria "até mesmo nos bosques e nas árvores". Banhos de mar durante o solstício de verão e o culto às árvores são manifestações de uma exaltação da fecundidade que se exprime de maneira mais direta entre os Dapsolibues, segundo Nicolas de Damasco, contemporâneo de Augusto (C. Müller, *Fragmenta Hist. Graec.* III, p. 462, frag. 135): logo após o ocaso das Plêiades, na calada da noite, as mulheres se retiravam e apagavam as luzes; os homens iam ao seu encontro e cada um possuía aquela a quem o acaso o unisse. Acreditamos que esses "Dapsolibues" eram na realidade os Dapsilolibues, ou "líbios opulentos", o que torna compreensível o apego desse povo aos rituais de fecundidade, como a "noite do erro".

Os animais que simbolizam de maneira mais evidente a força fecundante – o touro, o leão e o carneiro – foram reverenciados pelos líbios. Coripo (*Iohannidos* IV, 666-673) relata que os Laguantan (ou Lewâta) das Sirtes soltavam um touro – que representava o deus Gurzil, filho de Âmon – no encalço de seus inimigos. O túmulo real de Kbor Roumia, perto de Cherchel, assim como o mausoléu principesco de Dougga, é decorado com imagens de leões. Mas foi o carneiro o animal mais cultuado[76] (provavelmente em toda a África antes do dessecamento do Saara). Segundo Atanásio (*Contra Gentes,* 24), esse animal era tido pelos líbios como uma divindade, recebendo o nome de Âmon. É preciso também mencionar o culto ao peixe, próprio da área da atual Tunísia, que explica em parte a abundância das representações desse animal nos mosaicos tunisianos. Símbolo fálico, o peixe eliminava o mau-olhado. Em Susa, um mosaico representa um falo pisciforme ejaculando entre dois órgãos sexuais femininos. Ao peixe correspondia a concha, símbolo do sexo feminino; bastante difundida na África Menor, servia de amuleto aos vivos e reconfortava os mortos no túmulo.

75 GOBERT, E. 1948, pp. 24-110; VYCICHL, W. 1972, op. cit., p. 679.

76 CHARLES-PICARD, G. 1958-a, op. cit., p. 11; LEGLAY, M. op. cit., pp. 11 e 421-3; GERMAIN, G. pp. 93-124; VYCICHL, W. op. cit., pp. 695-7.

Outras partes do corpo humano foram consideradas como receptáculo de forças sobrenaturais, em especial o cabelo. G. Charles-Picard[77] sublinhou o fato de os líbios usarem frequentemente uma trança única formando uma cimeira, dos afrescos egípcios ao Hermes líbio das termas dos Antoninos, passando pelos *macae* de Heródoto (IV, 175). De acordo com Estrabão (XVII, 3, 7), os maurusienses evitavam aproximar-se demais uns dos outros durante suas caminhadas, a fim de manter os cabelos em ordem. Mais do que vaidade, trata-se provavelmente da crença religiosa de uma ameaça à vitalidade. É sem dúvida por esse motivo que entre as mulheres adirmáquidas a captura de piolhos fazia-se acompanhar de um ritual de vingança (Heródoto, IV, 168).

No além-túmulo o homem era rodeado de cuidados. É o domínio do espaço religioso melhor iluminado pela arqueologia; a tese monumental de G. Camps[78] nos permite percorrê-la brevemente.

O corpo era geralmente enterrado em posição lateral fletida ou contraída, e os ossos, frequentemente descarnados; mais frequente ainda era o revestimento da carne e dos ossos com ocre vermelho que, segundo a crença, revivificava o cadáver. Alimentos colocados no túmulo continuavam a alimentar o defunto, e sua vida no além era protegida por amuletos. Recebia inúmeras oferendas de animais, como a de um cavalo, e por vezes um homicídio ritual era perpetrado a fim de que o morto pudesse continuar contando com um fiel servidor. Depois de mortos, os membros de sua família eram enterrados no mesmo túmulo, assim como, frequentemente, sua esposa – principalmente na Orania e no Marrocos –, fato que prova ter sido a monogamia – ou a poligamia seletiva – bastante difundida.

Ofereciam-se sacrifícios aos mortos diante de seus túmulos ou em recintos especiais orientados para leste, direção do sol nascente. A potência vital do defunto era por vezes simbolizada pela ereção de menires ou de estelas-menir. Heródoto (IV, 172) narra que os nasamones consultavam os ancestrais sobre o futuro indo dormir sobre seus túmulos; G. Camps acredita que esse ritual de incubação é a razão de ser das *bazinas* e dos *tumuli* com plataforma. No entanto, a arquitetura que parece melhor se adequar a esse costume é a dos monumentos com capela e câmara existentes no Saara. É provável que esse ritual fosse muito frequente entre os saarianos, dado que, segundo Heródoto (IV, 184), o fato de os atlantes não terem visões durante o sono provocava o espanto desses povos.

77 CHARLES-PICARD, G. 1958-a, op. cit., p. 14.

78 CAMPS, G. 1961. op. cit., pp. 461-566. Só podemos esboçar aqui um resumo bastante sucinto desse levantamento dos dados arqueológicos.

FIGURA 17.5 Estela líbia de Abizar (sudeste de Tigzirt): representação em baixo-relevo de um cavaleiro armado. Tem na mão esquerda um escudo circular e três lanças; o braço direito está estendido e a mão, elevada à altura da testa, segura um objeto redondo, não identificado, entre o polegar e o indicador; sua barba, triangular e pontuda, lhe desce até o peito. Sobre a garupa do cavalo, uma personagem de pequena estatura tem a mão esquerda em contato com o guerreiro; na direita empunha uma arma. O cavalo tem um amuleto – possivelmente um falo – em torno do pescoço; à sua frente estão dois animais, um quadrúpede e uma ave (talvez um cão e uma avestruz).

Heródoto (IV, 172) assinala também que quando os nasamones prestavam algum juramento, colocavam a mão sobre o túmulo daquele que consideravam o melhor e o mais justo; talvez essa prática represente a origem de um culto aos mortos. A arqueologia proto-histórica mostra que em torno de certos túmulos constituíram-se cemitérios inteiros. Os defuntos particularmente estimados podiam, ao que parece, arrebanhar multidões funerárias (e também, sem dúvida, multidões de vivos). G. Camps[79] se interroga, com razão, sobre a possibilidade de o culto aos mortos ter levado à constituição ou remodelagem dos grupos de populações atestados às épocas púnica e romana; um culto ao soberano defunto surgiria logo após a fundação de um reino.

Os líbios não parecem ter concebido grandes figuras divinas, mais ou menos humanizadas. Só dirigiam sacrifícios ao Sol e à Lua, conforme relata Heródoto (IV, 188); no entanto, os habitantes da região de Djerid ofereciam sacrifícios a Atenas, Tritão e Posseidon, ao passo que os atarantes (IV, 184), vizinhos ocidentais dos garamantes, amaldiçoavam o Sol. Segundo Cícero (*Rep.* VI, 4), Massinissa rendia graças ao Sol e às demais divindades do céu. Em diversas cidades da África romana – Mactar, Althiburos, Thugga, Sufetula – o Sol permanece deificado; é possível que em alguns lugares tenha havido influência púnica[80].

Excetuando-se os dois astros, a epigrafia e as fontes literárias nos revelam um sem-número de divindades, frequentemente mencionadas por uma só vez, ou invocadas sob forma coletiva, como é o caso dos *dii mauri*[81]. É bem verdade que um relevo descoberto nas proximidades de Beja parece figurar uma espécie de panteão com sete divindades, mas nesse caso foi sem dúvida um politeísmo organizado sob a influência púnica que levou os líbios a personificar as forças divinas. Livres de influências, os líbios sempre estiveram mais próximos do sagrado que dos deuses[82].

79 CAMPS, G. 1961, op. cit., p. 564.

80 CHARLES-PICARD, G. 1957, pp. 33-9.

81 CAMPS, G. 1954, pp. 233-60.

82 Sobre a hipótese da existência de um deus principal entre os líbico-berberes, cf. LEGLAY, M. op. cit., pp. 425-31. Após ter excluído Iolaos, Baliddir e Iusb, Leglay exprime a opinião de que Âmon de Tebas estaria em vias de se impor à África saariana e à África Menor quando os fenícios chegaram ao continente. Teoria sem dúvida interessante, mas que não nos parece inteiramente demonstrada.

CAPÍTULO 18

O período cartaginês

B. H. Warmington

A entrada do Magreb na história escrita começa com o desembarque em suas costas de marinheiros e colonos vindos da Fenícia. É difícil reconstruir a história desse período, pois quase todas as informações nos vêm de gregos e romanos, povos que tiveram como seus piores inimigos os fenícios do oeste, particularmente aqueles que estavam sob o comando de Cartago. Isso explica por que é tão negativa a imagem que as fontes nos fornecem. Nada sobreviveu da literatura cartaginesa[1]. E, embora nas duas últimas décadas tenham ocorrido alguns progressos, a contribuição da arqueologia também é limitada, pois na maior parte dos casos as colônias fenícias estão encobertas pelas cidades romanas, muito mais imponentes. Existe um grande número de inscrições em várias versões da língua fenícia, mas são quase todas inscrições votivas ou epitáfios de sepulcros, que oferecem pouca informação.

Do mesmo modo, permanece até certo ponto obscuro o desenvolvimento das culturas líbias autóctones, antes do século III antes da Era Cristã[2]. O Neolítico

1 "Os autores gregos e latinos concentraram sua atenção principalmente nas guerras, primeiramente entre Cartago e Siracusa e posteriormente entre Cartago e Roma. Nesse caso, os relatos são abrangentes, detalhados e escritos logo após os eventos. Quanto ao restante da história cartaginesa, as informações são esporádicas. As observações de Aristóteles sobre a constituição púnica, o relato de Políbio sobre a revolta dos mercenários, a versão grega da inscrição de Hanão e a lista dos domínios cartagineses na África na metade do século IV, dada por Pseudo-Silas, são exemplos extraídos de uma documentação esparsa e desorganizada, cheia de lacunas e frequentemente difícil de compilar". MOSCATI, S. 1968. p. 113.

2 Neste capítulo, salvo indicação contrária, as datas referem-se a períodos anteriores à Era Cristã.

de tradição capsiense prolongou-se no Magreb até o I milênio antes da Era Cristã e poucos vestígios podem ser atribuídos a uma Idade do Bronze distinta. Portanto, o quadro arqueológico do I milênio caracteriza-se por uma evolução lenta e contínua, mas com influências fenícias cada vez mais fortes por volta do século IV. O fenômeno específico dos túmulos fechados por grandes lajes dispostas na superfície do solo parece não ter relação com as culturas megalíticas bem mais antigas da Europa do norte, e é provável que esses túmulos sejam da Era Cristã. Os monumentos mais notáveis, como os túmulos de Mzora e de Medracen, provavelmente estão ligados ao crescimento de unidades tribais maiores, nos séculos IV ou III antes da Era Cristã. Por todo o Magreb observa-se uma uniformidade característica.

Autores gregos e romanos citam, nomeando-as, um grande número de tribos diferentes; para o período em questão, porém, geralmente dividem os habitantes não-fenícios do Magreb em três grupos principais. A oeste, entre o Atlântico e o Mulucca (Muluya), viviam os mouros, de onde provém o nome Mauritânia (antiga Maurousia) dado a esse território; posteriormente, tal denominação passou a abranger regiões situadas bem mais a leste, além do Chelif. Entre o território mauritano e o limite ocidental da parte continental do território dos cartagineses (ver mais adiante), estendia-se o país dos Númidas ou Numídia. Embora os gregos e romanos tenham derivado incorretamente o nome “Númidas” de uma palavra grega que significa “pastorear”, considerando-o como uma evocação da vida nômade desse povo, parece que não há diferença fundamental entre os habitantes dessas duas regiões; em ambas predominava uma cultura pastoril seminômade, embora já existissem áreas de vida sedentária e de agricultura regular, que continuaram a se desenvolver. Além do mais, havia um contato bastante estreito entre a Mauritânia e o sul da Espanha, onde existiam culturas semelhantes. O terceiro grupo era o dos Getulos, nome dado aos verdadeiros nômades dos limites setentrionais do Saara. Em todo este capítulo serão empregados os nomes clássicos desses grupos e das diversas tribos autônomas.

As primeiras povoações fenícias

Segundo a tradição antiga, Tiro foi o ponto de partida das expedições dos fenícios para o Oeste, responsáveis pela fundação de numerosas povoações. A Bíblia, entre outras fontes, confirma a primazia de Tiro sobre as demais cidades da Fenícia no período posterior à destruição das civilizações da Idade do Bronze no

Oriente Próximo, no século XIII antes da Era Cristã. Por volta de -1000, Tiro e outras cidades (Sídon e Biblos, por exemplo) eram os centros mercantis mais ativos no Egeu oriental e no Oriente Próximo, pouco prejudicados pelo crescimento do Império Assírio. O que atraiu os negociantes fenícios para o Mediterrâneo ocidental foi a procura de metais; particularmente ouro, prata, cobre e estanho. Essa busca acabou por conduzi-los à Espanha, que continuou sendo uma das principais fontes de produção de prata no mundo mediterrânico, mesmo na época romana. O historiador Diodoro da Sicília (século I antes da Era Cristã) provavelmente nos fornece uma análise correta da situação geral da época, quando diz que:

> "Os nativos [isto é, os habitantes da Espanha] ignoravam o uso da prata, até que os fenícios em suas viagens comerciais a adquirissem em troca de pequenas quantidades de mercadorias. Eles fizeram fortuna com o transporte desse metal para a Grécia, a Ásia e outras regiões. Com tal comércio, que durou muito tempo, seu poder também aumentou, e eles puderam fundar numerosas colônias na Sicília, nas ilhas vizinhas, na África, na Sardenha e mesmo na Espanha".

Segundo a tradição, a mais antiga colônia fenícia no Ocidente se localizava onde atualmente se situa Cádiz, cujo nome provém do fenício Gadir, que significa "forte", o que leva a crer que sua origem tenha sido um entreposto comercial.

A longa rota marítima que conduzia aos novos mercados da Espanha necessitava de proteção, principalmente em virtude das condições de navegação na Antiguidade, quando a prática geral era navegar pela costa e ancorar ou arrastar o navio para a praia à noite. Os fenícios utilizavam duas rotas; uma passava pelo norte, ao longo das costas meridionais da Sicília, da Sardenha e das ilhas Baleares; a do sul margeava a costa da África do Norte. Supõe-se que os fenícios dispunham de um ancoradouro a cada 50 km aproximadamente, ao longo desta última rota. No entanto, a transformação dos pontos de escala em colônias permanentes dependia de vários fatores: os sítios clássicos eram ilhas próximas da costa ou promontórios acessíveis dos dois lados. A utilização das escalas não apresentava maiores dificuldades para os fenícios, pois as populações do Magreb, e de resto as de quase todo o Mediterrâneo ocidental, tinham um nível de desenvolvimento cultural, político e militar inferior ao seu. Além disso, fatores estratégicos gerais levaram ao desenvolvimento de alguns sítios em oposição a outros. É significativo que três dos mais importantes – Cartago e Útica (Utique) na África do Norte e Mócia (Mozia) na Sicília – ocupem uma posição estratégica nos estreitos que conduzem do Mediterrâneo oriental ao Mediterrâneo ocidental, e que controlem tanto as rotas marítimas do sul como as do norte.

Fundação de Cartago

O nome Cartago equivale ao nome fenício Kart Hadasht, que significa “cidade nova”. Isso pode fazer supor que o lugar se destinasse, desde o início, a ser a principal colônia dos fenícios no Ocidente; mas sabemos muito pouco sobre a arqueologia do período inicial da cidade para que possamos estar seguros dessa afirmação. A data tradicional da fundação é -814, bem depois de Cádiz (-1110) e Útica (-1101). Estas duas últimas datas parecem lendárias. Quanto à data de fundação de Cartago, os primeiros dados arqueológicos incontestáveis são da metade do século VIII antes da Era Cristã. Ou seja, existe um descompasso de duas gerações com relação à data tradicional. Não se pode extrair nenhum documento histórico válido das diversas lendas que os autores gregos e romanos nos transmitiram sobre a fundação da cidade. Descobriram-se indícios mais ou menos da mesma data em Útica e foram efetuadas datações do século VI ou VII antes da Era Cristã em Leptis Magna (Lebda), Hadrumeto (Susa), Tipasa, Siga (Rachgoun), Lixos (no Oued Loukkos) e Mogador, a colônia fenícia mais distante que se conhece. Vestígios datados da mesma época foram descobertos em Mócia, na Sicília; em Nora (Nuri), Sulcis e Tharros (Torre de San Giovanni), na Sardenha; e em Cádiz e Almunecar, na Espanha. A coerência geral dos indícios arqueológicos mostra que, embora possa ter havido expedições isoladas anteriores, não existiu nenhuma colônia permanente na costa do Magreb antes de -800. Deve-se enfatizar que, ao contrário das colônias que os gregos fundaram na Sicília, na Itália e em outras regiões nos séculos VIII e VII antes da Era Cristã, todas as colônias fenícias, incluindo a própria Cartago, continuaram a ser pequenos centros que, durante gerações, talvez não chegassem a ter mais que algumas centenas de colonos.

No século VI antes da Era Cristã, Cartago tornou-se autônoma e passou a exercer supremacia sobre as outras povoações fenícias do Ocidente, assumindo a liderança de um império na África do Norte, cuja criação teria profundas repercussões na história de todos os povos do Mediterrâneo ocidental. Tal evolução foi favorecida principalmente pelo enfraquecimento do poder de Tiro e da Fenícia – a metrópole – que caíram sob o jugo do Império Babilônico. No entanto, a pressão crescente exercida pelas colônias gregas da Sicília parece ter sido um fator ainda mais determinante. As mais importantes dessas colônias, como Siracusa, haviam tido um desenvolvimento demográfico e econômico muito rápido. Basicamente, elas tinham sido fundadas para absorver o excedente de população da Grécia continental. Ao que parece, no século VII antes da Era Cristã, não houve nenhum grande conflito entre fenícios e gregos e foram encontrados vestígios de importações gregas em numerosas colônias fenícias do Magreb. Em

-580, porém, os habitantes da cidade de Selinus (Selinunte) e outras populações gregas da Sicília tentaram expulsar os fenícios estabelecidos em Mócia e Palermo. Cartago parece ter dirigido as operações defensivas contra essa agressão, que, se vitoriosa, teria permitido aos gregos ameaçarem as cidades fenícias da Sardenha e lhes teria aberto a rota do comércio para a Espanha, fechada até essa época. O êxito obtido consolidou as colônias fenícias da Sardenha. Nesse mesmo século, Cartago firmou uma aliança com as cidades etruscas da costa oeste da Itália Por volta de -535, uma vitória comum impediu os gregos de se fixarem na Córsega. O último triunfo a marcar esse período ocorreu na própria África. Um espartano chamado Dorieus tentou fundar uma feitoria na embocadura do rio Kinyps (Oued Oukirri) na Líbia; Cartago considerou o empreendimento uma intrusão e, com a ajuda dos líbios, conseguiu expulsar os gregos ao final de três anos.

A supremacia exercida sobre os fenícios do Ocidente envolvia encargos que parecem ter sido muito pesados em relação aos efetivos de que dispunha Cartago: até o século VI, como as cidades gregas, Cartago devia contar com seus próprios cidadãos. Na metade do século, sob o governo de Magon, fundador de uma poderosa família da cidade, inaugurou-se uma nova política, que consistia em recrutar tropas de mercenários em larga escala. Tal prática continuou em vigor durante o restante da história cartaginesa. Os líbios, particularmente eficazes como infantaria ligeira, constituíam a maior parte dos efetivos estrangeiros. Tais efetivos aumentavam à medida que Cartago estendia suas possessões pelo interior e aí instaurava o recrutamento obrigatório (ver adiante). Inicialmente mercenárias e depois aliadas em virtude de tratados, também as cavalarias númida e mauritana (originárias do norte da Argélia e do Marrocos atuais) forneceram importantes contingentes aos grandes exércitos cartagineses. Em diferentes épocas, serviram em Cartago mercenários vindos da Espanha, da Gália, da Itália e finalmente da Grécia. Essa política se revelou mais eficaz do que geralmente se pensa e é improvável que Cartago pudesse sustentar as longas guerras de sua história se tivesse contado apenas com os limitados efetivos de sua própria população.

A geração posterior à vitória contra Dorieus assistiu a profundas mudanças nas cidades gregas da Sicília, que reagiram vigorosamente contra Cartago. Gelão, rei de Gela – e de Siracusa a partir de -405 – empreendeu uma guerra para vingar Dorieus e planejou uma campanha para conquistar a área de colonização fenícia em torno do golfo de Gabes. Como resultado, Cartago procurou aliados na Sicília, entre os que se opunham a Gelão, e em -480 desembarcou um grande exército mercenário na ilha, talvez aproveitando-se do fato de que no mesmo ano ocorria a invasão da Grécia pelos persas. Avalia-se em duzentos navios a frota de Cartago na época, o que a colocava em igualdade de condições com

Siracusa e quase no mesmo nível da frota grega. Contudo, essa intervenção terminou em desastre completo, com a destruição do exército e da esquadra na grande batalha de Hímera. Gelão não pôde ou não soube tirar proveito dessa vitória e contentou-se com uma modesta indenização de guerra.

A expansão na África do norte

A essa derrota sucederam-se setenta anos de paz, durante os quais Cartago evitou entrar em conflito com os gregos, conseguindo, no entanto, manter seu monopólio comercial. Um fato ainda mais importante foi a preocupação de Cartago em ampliar seus territórios em solo africano. Tal política foi adotada quando os cartagineses se viram cada vez mais isolados pelas vitórias dos gregos no Mediterrâneo, primeiramente durante as guerras médicas contra os persas, em que os fenícios sofreram grandes perdas, e depois contra os etruscos na Itália. É possível que os cartagineses tenham procurado reduzir suas trocas comerciais com o mundo grego: o conteúdo das sepulturas do século V parece pobre e austero, com pouco material importado. Contudo, isso não implica que a comunidade como um todo estivesse mais empobrecida do que antes, uma vez que o conteúdo das sepulturas não constitui, por si só, um índice absoluto do grau de riqueza ou pobreza. A nova política territorial está associada à dinastia magônida, dirigida nessa época por Hanão, filho de Amílcar, que havia sido derrotado em Hímera. Sobre ele, o historiador grego Díon Crisóstomo diria mais tarde que "transformou os cartagineses de tírios em africanos".

Embora não se tenha certeza da superfície dos territórios conquistados no século V e do número de colônias que atingiram a dimensão de cidades, ainda que modestas, as novas possessões estavam próximas do limite máximo que Cartago chegou a controlar . É preciso assinalar a grande importância que teve a conquista da península do cabo Bon e de um vasto território situado ao sul da cidade, estendendo-se ao menos até Dougga e englobando algumas das terras mais férteis da Tunísia. E nessa área que a colonização romana atingiu, tempos depois, uma densidade particularmente significativa. Essas terras forneciam o essencial do abastecimento de Cartago e permitiram que a população da cidade aumentasse de modo considerável. Mais tarde, muitos cartagineses possuíram domínios no cabo Bon. As terras do cabo Bon eram consideradas públicas e provavelmente seus habitantes estavam reduzidos a, uma condição de servidão. Nas outras regiões conquistadas, as populações deviam pagar tributo e fornecer tropas.

Daí em diante, ao número de estabelecimentos costeiros fenícios vieram somar-se as próprias colônias de Cartago, cujos nomes, em sua maioria, não chegaram até nós. Como as colônias originais, eram localidades pequenas, com algumas centenas de habitantes, em que as populações locais das regiões vizinhas vinham vender seus produtos, como indica o nome que lhes deram os gregos: *emporia* (mercados).

A fronteira entre o Império Cartaginês e as colônias gregas da Cirenaica situava-se no golfo de Sidra, mas eram poucas as colônias na costa da Líbia. A mais importante situava-se em Leptis, onde provavelmente se estabeleceu uma colônia permanente quando o ataque de Dorieus à região vizinha mostrou o risco de invasão grega. Em Sabrata, a presença cartaginesa remontava ao início do século IV. Leptis tomou-se o centro administrativo das diversas colônias do golfo de Gabes e sabe-se que esta cidade prosperou ao final do período cartaginês. Aí, a cultura fenícia continuou a ser dominante por mais de um século sob ocupação romana. A origem da prosperidade de Leptis é geralmente atribuída ao comércio transaariano, pois a área estava situada no fim do itinerário mais curto que, por Cidamus (Gadames), conduzia ao Níger. No entanto, ignoramos a natureza desse comércio, ainda que haja menção a pedras semipreciosas. Na época romana, a região devia sua riqueza agrícola aos colonos cartagineses. No golfo de Gabes existiam outros sítios: Zouchis, que se tomou célebre por seu peixe salgado e sua tintura púrpura; Gigthis (Bou Ghirarah) e Tácape (Gabes). Mais ao norte, citamos Thaenae (ou Tina), situada no ponto em que a fronteira sul do território de Cartago atingia o mar. Segundo a tradição, Leptis Minor e Hadrumeto foram fundadas pela Fenícia, não por Cartago, e a última tomou-se a maior cidade da costa leste da Tunísia. A partir de Neápolis (Nabeul) uma rota que atravessava a base do cabo Bon levava a Cartago.

A oeste de Cartago estendia-se Útica, que só perdia em importância para a metrópole. Como Cartago, era um porto, embora atualmente esteja situada a 10 km da costa. Durante algum tempo, Útica manteve uma independência ao menos nominal em relação a Cartago. Além desse porto, até o estreito de Gibraltar, a costa oferecia um certo número de ancoradouros, mas poucos atingiram um desenvolvimento comparável às escalas da costa tunisiana. Com certeza isso se deveu principalmente ao fato de apresentarem maior dificuldade de acesso ao interior. Os sítios conhecidos ou prováveis incluem Hippo Acra (Bizerta), Hippo Regius (Bona), Rusicade (Skikda), Tipasa e Icósio (Argélia). Na época romana, diversas localidades costeiras (além de Rusicade) guardaram o prefixo fenício *rus,* que significa "cabo": Rusucurru (Dellys) e Rusguniae (Natifou), por exemplo. Tingis (Tânger) é mencionada

no século V, mas supõe-se que já era conhecida dos fenícios desde as primeiras ligações regulares destes com Cádiz.

O Império de Cartago

Cartago foi criticada por seus inimigos pelo duro tratamento e pela exploração a que submeteu seus súditos, que com certeza estavam divididos em diferentes categorias. Sem dúvida, os mais privilegiados foram os velhos estabelecimentos fenícios e as colônias fundadas pela própria Cartago, cujos habitantes eram chamados pelos gregos de líbio-fenícios, isto é, fenícios da África. Ao que tudo indica, tais colônias possuíam funcionários locais e instituições semelhantes às da própria Cartago (ver adiante); sabemos que esse foi o caso de Gades (Cádiz), Tharros e dos fenícios de Malta. Essas cidades estavam submetidas ao pagamento de taxas sobre as importações e exportações e às vezes deviam fornecer contingentes militares. Também é provável que tenham contribuído para equipar a frota cartaginesa. Após -348, parece que foram proibidas de comerciar com outras cidades além de Cartago. A posição dos súditos de Cartago na Sicília era influenciada pela proximidade das cidades gregas; eles tinham direito a instituições autônomas e cunhavam moeda desde o século V, num período em que a própria Cartago ainda não as emitia. Não há indícios de que seu direito de comércio tenha sofrido restrição; como ocorreu mais tarde, quando a Sicília caiu sob domínio romano, eles pagavam um tributo equivalente a 10% sobre os lucros.

Os líbios do interior eram tratados com mais dureza, ainda que aparentemente fossem autorizados a conservar sua organização tribal. Parece que os funcionários de Cartago supervisionavam diretamente a coleta do tributo e o alistamento de soldados. A taxa normal do tributo correspondia provavelmente a um quarto das colheitas, sendo que, num período crítico de lutas contra Roma (Primeira Guerra Púnica), o imposto exigido atingiu 50%. De acordo com o historiador grego Políbio (século II), numerosos líbios tomaram parte na sangrenta revolta de mercenários que se seguiu à derrota de Cartago, para se vingarem dessa e de outras cobranças, "os cartagineses estimavam e honravam não os governadores que tratavam seus administrados com moderação e humanidade, mas os que lhes extorquiam o máximo de recursos e que os tratavam com mais crueldade". Essa crítica deve ter fundamento, pois ocorreram várias revoltas líbias, além da mencionada. Ao que parece, os cartagineses não conseguiram adotar políticas capazes de levar as populações conquistadas a aceitarem sua sorte.

O comércio cartaginês e a exploração marítima

A África Ocidental

Para os gregos e romanos, Cartago era mais dependente do comércio do que qualquer outra cidade, e a ideia que eles faziam do cartaginês típico era a de um negociante. Além disso, Cartago era tida na época como a cidade mais rica do mundo mediterrânico. Contudo, é preciso dizer que essas trocas comerciais e essa suposta riqueza deixaram muito poucos vestígios para o arqueólogo – muito menos, por exemplo, do que importantes cidades gregas e etruscas da mesma época. Sem dúvida, uma das principais razões disso é que a parte mais significativa do comércio de Cartago consistia em produtos que não deixavam vestígio, especialmente os metais em estado bruto, que eram o objetivo maior já dos primeiros navegadores fenícios. É preciso acrescentar os têxteis, o tráfico de escravos e, à medida que as terras férteis eram cultivadas, os produtos agrícolas. Os lucros do comércio com as tribos atrasadas, que forneciam ouro, prata, estanho e provavelmente ferro (sabe-se que Cartago fabricava suas próprias armas) em troca de artigos manufaturados sem valor, são evidenciados pelos grandes exércitos mercenários que a cidade podia recrutar nos séculos IV e III e pela cunhagem de moedas de ouro, que foi bem mais intensa que em outras cidades igualmente desenvolvidas. O Estado dirigia ativamente os grandes empreendimentos comerciais, como atestam diversas fontes, em particular as que se referem à África ocidental. Segundo Heródoto (século V), o rei egípcio Necau (*c.* -610 a -594) enviou uma expedição de marinheiros fenícios para navegar pelo mar Vermelho e daí contornar a África. A viagem teria durado dois anos, com duas paradas para semear e colher uma safra de trigo. Heródoto acreditava que a viagem havia sido coroada de êxito, o que não é impossível, mas na época não houve nenhuma repercussão. Se tal périplo realmente se realizou, as dimensões do continente então revelado devem ter afastado qualquer ideia de uma rota que se estendesse do mar Vermelho ao Mediterrâneo. Ainda segundo Heródoto, os cartagineses que acreditavam na possibilidade de circunavegar a África deviam estar a par do empreendimento, bem como de uma outra tentativa que remonta ao início do século V. Um príncipe persa conseguiu um navio no Egito com a condição de tentar a circunavegação no sentido oposto. O navio teria seguido ao longo das costas marroquinas bem além do cabo Spartel, mas teve de retornar. Heródoto também fornece um relato do comércio cartaginês nas costas marroquinas. Num escrito que data aproximadamente de -430, ele diz:

> “Os cartagineses também nos falam de uma região da África e de seus habitantes, além do estreito de Gibraltar. Assim que eles chegam a este país, descarregam suas mercadorias e as colocam na praia; depois retornam a seus navios e enviam um sinal de fumaça. Quando os nativos vêem a fumaça, descem até a praia, depositam ali uma certa quantidade de ouro para ser trocado pelas mercadorias e depois se retiram. Os cartagineses desembarcam novamente e examinam o ouro que foi deixado. Se julgam que seu valor corresponde ao dos produtos ofertados, eles o recolhem e seguem viagem; se não, voltam aos navios e esperam até que os nativos tenham levado ouro suficiente para satisfazê-los. Nenhuma das partes engana a outra: os cartagineses nunca tocam o ouro até que seu valor corresponda ao que trouxeram para vender, e os nativos não tocam as mercadorias até que o ouro tenha sido levado”.

Esta é a descrição mais antiga que temos do método clássico do “comércio mudo”. Esse comércio do ouro é normalmente associado a um texto grego muito controvertido, considerado como tradução do relato de uma viagem ao longo da costa marroquina feita por um certo Hanão, identificado como o chefe da família dos magônidas, em meados do século V, e também como estadista responsável pela expansão cartaginesa no continente africano. As dificuldades de interpretação desse texto impedem que seja analisado pormenorizadamente. De maneira geral, pode-se dizer que a divulgação de um documento que revela tantos fatos é pouco plausível, pelo que se sabe da política comercial praticada pelos cartagineses, que impediam qualquer concorrente em suas zonas de atividade. Além disso, o documento não menciona nem mesmo o objetivo da viagem. A parte mais precisa trata da implantação de feitorias na costa marroquina. Sabe-se que essas colônias existiram; Lixos, na embocadura do Oued Loukkos, era com certeza uma delas. Hanão não a menciona, e a história ulterior das tribos da região (ver mais adiante) demonstra a influência cultural de Cartago. A feitoria mais meridional constante do documento chama-se Cerna, geralmente associada à ilha Hern, na embocadura do Rio de Oro. Esse nome é citado em outra fonte geográfica grega conhecida como Pseudo-Silas, de cerca de -338.

> “Em Cerna, os fenícios [isto é, os cartagineses] ancoram seus *gauloi* (assim se chamavam seus navios mercantes) e armam suas tendas na ilha. Após ter descarregado suas mercadorias, eles as transportam em pequenas canoas para o continente; aí vivem os etíopes [isto é, os negros] com os quais negociam. Os fenícios trocam suas mercadorias por peles de veado, de leão e de leopardo, couros e presas de elefantes [...] os fenícios trazem perfume, pedras egípcias [cerâmica?], louças e ânforas atenienses.”

Também aqui o ouro não é mencionado; Cerna aparece mais como um ancoradouro do que como uma colônia. A lista das mercadorias trazidas de Cartago parece correta, mas tem-se contestado a aquisição de peles de animais selvagens, pois era possível obtê-las bem mais perto de Cartago. O relato de Hanão termina com uma narrativa de duas viagens feitas bem ao sul de Cerna, com descrições pitorescas de populações ferozes, de "tambores na noite" e de "rios de fogo", provavelmente com a intenção de assustar qualquer eventual concorrente.

O limite sul dessas viagens foi fixado no monte Camarões, o que parece exagerado. Os indícios arqueológicos que testemunham as expedições cartaginesas não vão além de Essauíra (Mogador), mas se referem a viagens ocasionais restritas ao século VI e não podem ser identificados com qualquer um dos lugares mencionados no relatório em questão.

Se o objetivo era o ouro, é estranho que toda lembrança desse comércio haja desaparecido com a queda de Cartago, ainda que certas colônias na costa marroquina tenham sobrevivido. O historiador grego Políbio navegou ao sul de Cerna depois de -146, mas não descobriu nada de interessante. No século I da Era Cristã, o escritor romano Plínio refere-se nestes termos ao relato de Hanão: "Muitos gregos e romanos, com base nesse documento, evocam muitas terras fabulosas e relatam a fundação de muitas cidades, das quais não subsiste na realidade nenhuma lembrança ou vestígio". Fato singular, Mogador seria visitada mais tarde por marinheiros vindos da Mauritânia (ver adiante), Estado vassalo de Roma, mas parece que seu objetivo era mais a pesca do que o ouro.

O Atlântico

O mundo antigo conhecia o relato de outra expedição dirigida por Himílcon, contemporâneo de Hanão, mas as referências que possuímos são fragmentárias. Essa expedição explorou a costa atlântica da Espanha e da França e certamente atingiu a Bretanha. Provavelmente seu objetivo era ampliar o controle sobre o comércio do estanho extraído em várias regiões próximas ao litoral atlântico. Diversos escritores da Antiguidade se interessaram pelo comércio de estanho, com certeza porque eram muito poucas as informações que os cartagineses deixavam circular a esse respeito. Na verdade, o período cartaginês constituiu a última fase do comércio de estanho ao longo dessa costa; tal comércio remontaria à Pré-História, sendo a região sudoeste da Inglaterra uma das principais fontes de produção. Contudo, não há provas de que os fenícios tenham algum dia atingido a Inglaterra; nenhum objeto fenício foi jamais descoberto nessa região (nem na Bretanha, aliás). Se eles adquiriam estanho da Inglaterra, era provavelmente por

intermédio de tribos da Bretanha. É possível que a maior parte da produção inglesa de estanho fosse transportada através da Gália até o vale do Ródano e o Mediterrâneo, e que os cartagineses adquirissem esse metal principalmente no norte da Espanha. Seja como for, o mineral mais valioso explorado na Espanha era a prata; sabemos que no século III a produção atingiu níveis consideráveis e que sem dúvida ultrapassou em muito a de estanho. A partir do século V, Cádiz rapidamente ganhou importância e foi a única possessão cartaginesa no Ocidente, à exceção de Ibiza, a emitir sua própria moeda. Segundo o geógrafo grego Estrabão, seus construtores de navios superavam todos os outros na fabricação de embarcações tanto para o Mediterrâneo quanto para o Atlântico.

O comércio mediterrânico

Como vimos, Cartago possuía o monopólio do comércio em seu império, afundando toda embarcação intrusa ou concluindo tratados comerciais com os possíveis concorrentes, como as cidades etruscas e Roma. Em princípio, nenhum estrangeiro estava autorizado a comerciar a oeste de Cartago; isso significava que as mercadorias levadas a essa cidade por navios estrangeiros deveriam sofrer transbordo para navios cartagineses, para então serem reexportadas. Foi assim que os produtos da Etrúria, Campânia, do Egito e de diversas cidades gregas atingiram um grande número de colônias da África do Norte. Os produtos manufaturados de Cartago são difíceis de identificar do ponto de vista arqueológico, pois não têm qualquer originalidade ou valor. Talvez isso tenha sido economicamente vantajoso no século IV, principalmente após as profundas alterações econômicas e políticas desencadeadas no Mediterrâneo ocidental pelas conquistas de Alexandre, o Grande. De fato, a partir daí abriram-se grandes mercados, de tipo mais cosmopolita, para os artigos baratos, mercados que os cartagineses estavam bem preparados para explorar. Foi somente no século IV que Cartago começou a cunhar suas próprias moedas, à medida que aumentava o seu comércio com países mais desenvolvidos e que a evolução da situação econômica também obrigava a pagar os mercenários em dinheiro.

O comércio saariano

A questão dos contatos dos cartagineses com os povos saarianos e outras populações que viviam mais ao sul ainda não foi elucidada. Se tais comunicações existiram, devem ter ocorrido a partir de Leptis Magna e Sabrata, uma vez que nessa região são muito poucos os obstáculos naturais. A preocupação dos cartagineses em manter os gregos longe dessa área foi mencionada como prova de que eles

praticavam um comércio muito importante com o interior, pois aí as terras agrícolas propícias à colonização são raras. No século V, Heródoto citava dois grupos tribais, os Garamantes e os Nasamones, que viviam nas regiões interioranas ao sul do golfo da Sirte; ele também afirmava que eram necessários trinta dias para ir da costa até o território da primeira tribo, provavelmente a população de Garama (Germa).

Foi por intermédio dos Garamantes que, séculos mais tarde, os romanos obtiveram maiores informações sobre o interior da África. Segundo uma narrativa mais recente, um cartaginês chamado Magon atravessou três vezes o deserto. Infelizmente, não restou nenhum vestígio arqueológico desse comércio – se é que existiu – e os autores mencionam apenas um artigo de comércio do deserto: o carbúnculo. Talvez se praticasse o tráfico de escravos – diz-se que os Garamantes perseguiam os etíopes (isto é, os povos negros), em carros puxados por quatro cavalos. É possível também que houvesse comércio de marfim e peles, embora esses artigos fossem facilmente encontrados no Magreb. Sabe-se menos ainda sobre o transporte do ouro proveniente do Sudão, mas não se pode descartar a existência dessa atividade. As investigações arqueológicas recentes indicam que em Germa o crescimento demográfico ocorreu a partir do século V ou IV e que, nos séculos seguintes, se desenvolveu uma considerável população de agricultores sedentários, provavelmente devido às influências culturais que se exerceram a partir dos estabelecimentos cartagineses do litoral. Após a destruição de Cartago, os romanos penetraram em Germa e em Gadames e ocasionalmente bem mais ao sul; alguns vestígios arqueológicos testemunham a existência de modestas importações do Mediterrâneo para o interior. A ausência de camelos na África do Norte nessa época explica a dificuldade e a irregularidade das viagens transaarianas.

Mesmo que as condições naturais do Saara na Antiguidade fossem menos precárias que hoje em dia, a falta de animais de carga dificultaria enormemente qualquer comércio de larga escala. Portanto, a integração das regiões saarianas e transaarianas num conjunto cultural mais amplo deve ser datada do início do período árabe.

A cidade de Cartago

Embora Cartago tivesse a reputação de possuir uma fabulosa riqueza, não encontramos nenhum traço arqueológico dela, mesmo levando em conta a destruição total da cidade pelos romanos. Isso não significa que não houvesse ali construções importantes, como são encontradas em cidades semelhantes da época. Cartago possuía um sofisticado porto artificial duplo: o porto externo destinava-se ao uso de

navios mercantes – desconhece-se sua capacidade – e o porto interno tinha cais e abrigos para 220 navios de guerra; foi erigida uma torre de controle suficientemente alta para permitir a observação do mar por cima dos edifícios da cidade.

As muralhas da cidade, de dimensões excepcionais, resistiram a todos os ataques até o assalto final dos romanos. A extensão total (incluindo a parte que se estendia ao longo do mar) era de 40 km aproximadamente. Na parte principal que defendia o istmo de Cartago, com extensão de 4 km, os muros atingiam 12 m de altura e 9 m de espessura. Uma fortaleza interna de mais de 3 km de perímetro circundava a colina conhecida como Birsa, que sem dúvida constituía a parte mais antiga da cidade. Entre o porto e a colina de Birsa havia uma praça pública equivalente a uma ágora grega. Mas Cartago nunca teve o aspecto planificado ou monumental que veio a caracterizar as cidades gregas. Parece ter-se desenvolvido sem planejamento, com ruas estreitas e sinuosas; sabe-se de edifícios que teriam até seis andares, como na própria Tiro e em Mócia na Sicília.

Quanto aos templos, embora se diga que foram numerosos, é pouco provável que tenham tido grandes dimensões antes do último período da história de Cartago, quando a influência cultural grega se fez sentir. De fato, a maior parte dos indícios mostra que os cartagineses eram essencialmente conservadores em assuntos religiosos e que durante muito tempo permaneceram fiéis ao conceito de simples recintos, desprovidos de monumentos imponentes.

No apogeu de Cartago, a população pode ser apenas estimada; o número de 700 mil habitantes fornecido por Estrabão é uma concentração impossível, mas pode-se referir à população da cidade e de toda a região do cabo Bon. O número, mais razoável, de 400 mil pessoas, incluindo os escravos, poria Cartago no mesmo nível que a Atenas do século V.

As instituições políticas de Cartago

O único aspecto de Cartago admirado pelos gregos e romanos foi seu regime político, que parecia garantir a estabilidade tão apreciada na Antiguidade. Os detalhes do sistema ainda são pouco conhecidos e não se pode ter certeza de que os fatos tenham sido interpretados corretamente. É provável, contudo, que em suas grandes linhas funcionasse da seguinte maneira: a realeza hereditária prevaleceu nas cidades fenícias até a época helenística; de acordo com todas as fontes de que dispomos, ela também existiu em Cartago. Assim, Amílcar, derrotado em Hímera, e Hanão, o promotor da expansão de Cartago na África, são designados pelo título de rei. É provável que, ao empregarem o termo “rei”, os autores clássicos estivessem pensando tanto nos poderes sagrados e judiciários

dos titulares, quanto em seus poderes políticos e militares. O cargo era, em princípio, eletivo e não hereditário, mas várias gerações da família magônida ocuparam tal posição.

Durante os séculos VI e V, os reis parecem ter sido, quando era preciso, também chefes militares da nação. No decorrer do século V teve início um processo que enfraqueceu o poder dos reis. Essa mudança talvez esteja associada à influência crescente dos sufetes, o único termo político cartaginês que os autores romanos nos transmitiram. Essa palavra alia as noções de juiz e governador e, dado que no século III dois (ou talvez mais) sufetes eram eleitos anualmente, é fácil compará-los aos cônsules romanos. O termo sufete continuou a ser usado na África do Norte, em regiões colonizadas por Cartago, durante mais de um século após a conquista romana, para designar o principal magistrado de uma cidade.

O processo de enfraquecimento do poder dos reis assemelhou-se ao que se verificou nas cidades gregas e em Roma. Paralelamente a esse declínio, aumentava o poderio e a riqueza da aristocracia. Além de exercer o direito exclusivo de fazer parte de um conselho de estado, como o senado romano, a aristocracia fundou uma corte de cem membros, aparentemente com a função específica de controlar todos os órgãos do governo. Embora os cidadãos participassem de uma certa maneira da eleição dos reis, dos sufetes e de outros dirigentes, não há dúvida que a política cartaginesa sempre foi dominada pelos ricos. Aristóteles julgava nefasto o papel desempenhado pela riqueza em Cartago.

O nascimento e a fortuna eram critérios determinantes nas eleições; todos os assuntos eram decididos pelos reis ou sufetes de acordo com o conselho, e somente em caso de desacordo as assembleias de cidadãos eram consultadas. No século IV ou III, o comando das forças armadas era totalmente independente dos outros cargos; os generais eram nomeados apenas de acordo com as necessidades para campanhas específicas, pois o Estado não mantinha um exército regular que exigisse um chefe permanente. Várias famílias ou dinastias – os magônidas no início da História e posteriormente os bárcidas (ver mais adiante) – desenvolveram uma tradição militar. É interessante notar que Cartago nunca sofreu um golpe de estado por parte de um general ambicioso, como era comum nas cidades gregas, principalmente na Sicília. É muito provável que os órgãos de supervisão e controle fossem eficazes. O fato de, a partir do início do século V, os cidadãos cartagineses terem sido dispensados do serviço militar – exceto em raras ocasiões – possivelmente os impediu de tomar consciência de sua própria força. Na Grécia e em Roma, tal consciência teve importante papel na formação do espírito democrático.

A religião dos cartagineses

Embora as instituições políticas de Cartago recebessem elogios, a vida religiosa foi severamente criticada pelos autores clássicos, principalmente em virtude da persistência de sacrifícios humanos. Mencionava-se também a intensidade das crenças religiosas.

Como é natural, os cultos praticados em Cartago apresentam semelhanças com as tradições da Fenícia, das quais se originaram. A suprema divindade masculina do mundo fenício era conhecida na África sob a denominação de Baal-Hamon; ao que parece, o epíteto Hamon significava "ardente" e evocava seu aspecto solar. Na época romana, essa divindade era identificada com Saturno. No século V, Baal foi sobrepujado, pelo menos no culto popular, por uma deusa chamada Tanit. O nome parece ser de origem líbia, e o desenvolvimento de seu culto está associado à aquisição de territórios na África, pois a divindade possuía aspectos nitidamente ligados à fertilidade, lembrando muito as deusas gregas Hera e Deméter. Representações grosseiras de uma figura feminina com braços erguidos aparecem em centenas de estelas em Cartago e em outros lugares. Essas duas divindades ofuscaram todas as demais, mas conhecemos também Astarte, Eshmoun (identificado com Esculápio, deus da medicina) e Melqart, protetor particular de Tiro, a cidade-mãe.

A instituição de sacrifícios humanos é comprovada arqueologicamente pelas descobertas feitas não apenas em Cartago e Hadrumeto, mas também em Cirta – que se situa no território líbio, onde a influência da cultura cartaginesa foi muito marcante – e em diversas colônias situadas fora da África. A descoberta, nos recintos sagrados, de urnas com ossadas calcinadas de crianças, que frequentemente eram enterradas aos pés das estelas, levam a supor que se tratava de sacrifícios geralmente oferecidos a Baal-Hamon, mas com frequência também a Tanit. De acordo com as fontes de que dispomos (que possuem aspectos duvidosos), as vítimas eram sempre do sexo masculino; os sacrifícios realizavam-se a cada ano e atingiam obrigatoriamente as famílias influentes. Tal prática caiu em desuso, mas um incidente em -310 mostra que ela podia renascer em momentos de crise, quando a cólera divina era atribuída à negligência desse rito. Não há dúvida de que o fervor religioso dos cartagineses repousava na necessidade de apaziguar o humor caprichoso dos deuses. A maior parte dos nomes cartagineses possuía uma etimologia sagrada, sem dúvida com a mesma intenção. Amílcar, por exemplo, significa "protegido de Melqart" e Aníbal, "protegido de Baal". Além dos sacrifícios humanos, havia um ritual complexo envolvendo a oferenda de outras vítimas, que era cumprido por um

corpo de sacerdotes nomeados a título permanente e por outros oficiantes que não pertenciam a uma casta especial. Apesar de seus contatos com o Egito, os cartagineses parecem ter dado pouca importância à ideia da vida após a morte, o que os aproxima dos primeiros hebreus. A inumação era regra geral e os objetos funerários eram modestos; vários túmulos continham pequenas máscaras grotescas em terracota, que, imagina-se, deviam conjurar as influências maléficas.

Mesmo mais tarde, os cartagineses foram muito menos influenciados pela civilização grega do que os etruscos e os romanos, embora não fossem totalmente fechados a essa cultura. O culto de Deméter e Perséfone foi oficialmente instalado em Cartago, mas os cultos tradicionais nunca chegaram a ser totalmente helenizados. Quanto ao panorama artístico, pode-se afirmar que as artes menores revelam poucas influências externas, mas os poucos vestígios do século II indicam que nessa época as influências da arquitetura do mundo grego fizeram-se sentir não apenas na região de Cartago (Dar Essafi no cabo Bon), mas também em território líbio (Dougga). O fenício era empregado como língua literária, mas nenhum de seus traços sobreviveu. Sabemos da existência de um tratado sobre agricultura escrito por um certo Magon e que foi traduzido para o latim; é claro que Magon utilizou os livros gregos sobre o assunto. Também sabemos de alguns cartagineses adeptos da filosofia grega.

Os conflitos com os gregos da Sicília

O período de expansão na África e de paz geral que se havia iniciado com o desastre de Hímera chegou ao fim em -410. Os Estados gregos da Sicília estavam empenhados na áspera luta entre Atenas e Esparta pela supremacia na Grécia. Embora uma expedição ateniense mandada para a Sicília terminasse em desastre total, as consequências acabaram por envolver Cartago. A cidade de Segesta, comunidade nativa da Sicília mas aliada de Cartago, que tinha sido em parte responsável pela chegada dos atenienses à ilha e que nessa época foi vítima de um forte ataque punitivo feito pela cidade grega de Selinunte, pediu auxílio a Cartago. O apelo foi atendido, provavelmente porque a derrota de Segesta asseguraria o domínio grego, que reduziria as colônias fenícias a um mero ponto de apoio no oeste da ilha. Além disso, o chefe cartaginês Aníbal fez dessa expedição uma guerra de vingança pela derrota em Hímera, onde perecera seu avô.

Em -409, um exército cartaginês formado por cerca de 50 mil mercenários sitiou Selinunte, tomando-a de assalto no nono dia. Pouco tempo depois, Hímera também foi conquistada e totalmente destruída; todos os habitantes

que não conseguiram fugir foram massacrados. Em seguida, Aníbal retornou a Cartago e desfez o exército, o que indica que os cartagineses não tinham por objetivo estender seu território. É evidente, porém, que a partir dessa data as colônias fenícias da Sicília, como ocorria com os demais territórios ocupados, se tornaram de fato uma província cartaginesa. Contudo, em -406, Cartago foi tentada, pela primeira e única vez em sua história, a conquistar toda a ilha em resposta aos ataques feitos por alguns siracusanos a seu território. Um exército ainda mais poderoso foi enviado, e Acragas (Agrigento), a segunda cidade grega mais importante da Sicília, foi dominada, naquele ano, o mesmo acontecendo com Gela, em -405.

Mas Aníbal não estava em condições de coroar suas vitórias com a tomada da própria Siracusa. Ao que parece, uma epidemia destruiu metade do exército cartaginês, e o novo tirano de Siracusa apressou-se em firmar a paz para consolidar sua própria posição. Os termos do tratado confirmavam a dominação cartaginesa sobre o oeste da Sicília, incluindo diversas comunidades sicilianas nativas e os sobreviventes de Selinunte, Acragas e Hímera. Com isso, Cartago passou a dominar um território maior do que o anterior, e também a receber maiores tributos. Além disso, a cidade rompeu o isolamento em que tinha vivido durante a maior parte do século V. A partir dessa data, as importações e de maneira geral o comércio com o mundo grego foram retomados, apesar dos frequentes períodos de guerra. O fato é que não havia união entre os gregos, divididos que estavam em numerosas cidades ciosas de sua independência. Embora tenham sido feitas várias tentativas de coalizão na Sicília para expulsar os cartagineses da ilha, essas iniciativas nunca tiveram sucesso, pois tratava-se apenas de manobras oportunistas ditadas por interesses particulares de certos Estados ou de seus dirigentes. Tal foi o caso de Dionísio de Siracusa, que em três ocasiões – de -398 a -392, de -383 a -375 e em -368 – tentou expulsar os cartagineses. Cada uma foi marcada por um revés: em -398, por exemplo, a cidade fenícia de Mócia foi tomada e destruída, mas no ano seguinte Siracusa foi ameaçada e novamente salva por uma epidemia.

Na maior parte do tempo os cartagineses conseguiram manter o rio Halycus (Platani) como fronteira oriental de seu território. As tropas de mercenários, embora heterogêneas e recrutadas às pressas, eram em geral suficientes para fazer frente aos hoplitas gregos. Além disso, sua frota era normalmente superior à dos inimigos. Fato ainda mais significativo, Cartago nunca mais poderia ser isolada do mundo grego. Havia gregos residindo em Cartago e sua intervenção chegou a ser solicitada pelos próprios políticos gregos. Desse modo, a cidade não tardou a ser reconhecida como parte do mundo helênico.

Durante a década de -350, Cartago estava prestes a dominar toda a Sicília por meios pacíficos, pois as dissensões políticas internas enfraqueciam ainda mais as cidades gregas. A posição grega só foi salva pela expedição de um idealista, Timoleonte de Corinto. Na batalha do rio Crimisos (-341), um corpo de elite composto de 3 mil cidadãos cartagineses foi destruído. Essa é tida como a maior derrota sofrida por Cartago e mostra até que ponto a cidade contava com os mercenários.

A própria África estava naturalmente imune à destruição, embora tenha havido uma revolta em -361/7, que, diz-se, foi facilmente reprimida. Nos anos -340, um certo Hanão tentou um golpe de estado apelando à população escrava e às tribos africanas e mouras, mas ao que tudo indica essa tentativa não chegou a ameaçar seriamente a estabilidade de Cartago. Muito mais grave foi a situação enfrentada de -310 a -307, época em que Cartago estava engajada numa nova guerra contra Siracusa, então dirigida por Agátocles. A cidade estava sitiada pelos cartagineses e os gregos fizeram uma tentativa desesperada para reverter a situação: enganando a frota de Cartago, Agátocles desembarcou 14 mil homens no cabo Bon, queimou os seus navios e marchou para Cartago. À exceção da cidade propriamente dita, não havia nenhuma praça forte ou guarnição de defesa e, durante três anos, os gregos causaram estragos consideráveis no território cartaginês, antes de serem forçados a deixar a África.

A primeira guerra contra Roma

No entanto, esses conflitos foram pequenos, se comparados às profundas transformações que abalaram o Oriente na época em que Alexandre, o Grande, fundou um império que se estendia até a Índia. Mas Cartago não tardou a se envolver numa luta de importância histórica e mundial ao menos tão importante quanto elas: as guerras contra Roma.

Desde -508, quando Roma era apenas uma das numerosas comunidades de tamanho médio existentes na Itália, existia um tratado entre as duas cidades. Em -348, foi assinado um novo acordo que regulamentava o comércio entre as duas potências. Embora Roma se tivesse tornado bem mais poderosa, o tratado favorecia claramente Cartago, simplesmente porque o comércio de Roma era insignificante. Nas décadas seguintes, Roma teve uma ascensão fulminante, até se tornar a potência dominante em toda a Itália. Os interesses próprios às duas potências aproximaram-se ainda em -293, quando o velho inimigo de Cartago, Agátocles, conduziu uma campanha no sul da Itália.

Alguns anos mais tarde, Pirro, rei do Epiro, foi chamado à Itália para tentar libertar da dominação romana as cidades gregas do sul da península, lideradas por Taranto. Embora tivesse fracassado, Pirro foi convidado pelos gregos da Sicília para ser seu protetor contra Cartago. Na tentativa de impedir essa aliança, Cartago enviou uma enorme frota a Roma para encorajar os romanos a continuarem a luta contra Pirro. Embora os cartagineses tenham sido bem sucedidos, Pirro desembarcou na Sicília e obteve algumas vitórias, porém não decisivas, antes de retomar à Grécia em -276. Até essa data, portanto, não houve nenhum conflito importante entre Cartago e Roma. Contudo, uma década depois, uma guerra entre elas traria a ambas as maiores perdas de que se tinha notícia até então.

Embora esse conflito tivesse tido profundas consequências geopolíticas, é quase certo que a sua causa foi relativamente insignificante e que nenhum dos lados tinha objetivos precisos. Em -264 Roma aceitou a submissão de Messana, que anteriormente tinha sido aliada de Cartago contra Siracusa. Os políticos romanos na época estavam bastante seguros: ao que parece, eles acreditavam que Cartago nao reagina e que as cidades gregas da Sicília seriam uma presa fácil. Alguns também estimulavam, os temores dos romanos de que os cartagineses, caso defendessem Messana, poderiam dominar a Itália, região na qual, na realidade, nunca estiveram interessados.

Cartago decidiu resistir à intervenção romana, pois isso significaria uma mudança completa no equilíbrio de forças existente na Sicília durante um século e meio e, sem dúvida, também porque a política romana lhes parecia perigosamente ousada. A guerra que se seguiu (Primeira Guerra Púnica) durou até -242 e causou enormes perdas a ambas as partes.

Contrariamente às expectativas, a frota cartaginesa não se revelou superior, ainda que os romanas só viessem a ter uma frota de igual porte em 261. As vitórias navais dos romanos incluem Milas em -260, em que Cartago perdeu 10 mil remadores, e o cabo Ecnomo em -256. Em -255, porém, uma frota romana naufragou durante uma tempestade ao largo do cabo Camarina, com 25 mil soldados e 70 mil remadores. Posteriormente ocorreram outras derrotas em ambos os lados e durante alguns anos a exaustão dos contendores fez diminuir bastante as operações. Outro paradoxo marcou essa guerra: as legiões romanas, que já constituíam a melhor infantaria conhecida, não conseguiram expulsar os cartagineses da Sicília. Em -256 os romanos tentaram a tática de Agátocles e desembarcaram um exército na África. Os cartagineses foram derrotados em Adys (ou Oudna) e, para assegurar uma base de onde atacariam Cartago, as legiões apoderaram-se de Túnis.

Contudo, Roma não conseguiu tirar proveito das revoltas que eclodiram entre os Númidas, súditos de Cartago. Em -255 os cartagineses contrataram os serviços de um experiente mercenário grego, o general Xantipo, que destruiu o exército romano. A guerra terminou em -242, quando a frota de Cartago foi derrotada ao largo das ilhas Aegates (Egadi). Esse revés interrompeu as comunicações entre Cartago e a Sicília, e a paz foi assinada por exaustão. Cartago teve de renunciar à Sicília e concordar com uma substancial indenização de guerra.

Aníbal e a segunda guerra com Roma

Em razão das dificuldades econômicas causadas pela guerra, Cartago precisou adiar o pagamento dos mercenários, metade dos quais era de origem líbia. Eclodiu então uma revolta na África, caracterizada por ferozes atrocidades cometidas por ambos os lados. A sublevação envolveu cerca de 20 mil mercenários, liderados principalmente por um líbio chamado Mathon, um de seus chefes mais capazes. Os rebeldes controlaram Útica, Hippo Acra e Túnis, chegando a ameaçar a própria Cartago. Estavam muito bem organizados, a ponto de cunhar suas próprias moedas, as quais traziam a inscrição *Libyon* ("dos líbios", em grego). A intensidade da luta, que terminou em -237, confirmou a crueldade com que os cartagineses tratavam os líbios.

Na mesma época, quando Cartago estava sem condições de se defender, os romanos apoderaram-se da Sardenha, sem encontrar resistência. A indignação diante dessa atitude sem dúvida sufocou qualquer oposição aos projetos de Amílcar Barca, general que se havia distinguido na Sicília: colocar toda a Espanha sob domínio direto de Cartago, que até então controlava apenas as cidades costeiras. Seu objetivo era duplo: explorar diretamente as minas espanholas, compensando assim a perda dos lucros da Sicília, e organizar na Espanha um exército que poderia enfrentar os romanos. Em menos de vinte anos, Amílcar e seu genro Asdrúbal obtiveram o controle de mais da metade da península Ibérica e criaram um exército de cerca de 50 mil homens. Em -221 Asdrúbal foi substituído no comando do novo Império da Espanha pelo filho de Amílcar, Aníbal. Há poucos indícios que confirmem a tese sustentada posteriormente pelos romanos de que todo o empreendimento teria sido um projeto pessoal dos bárcidas (como era chamada essa família) para se vingar de Roma, e de que eles teriam agido sem o aval do governo de Cartago.

Em -220, preocupados com a recuperação cartaginesa, os romanos realizaram manobras para impedir que Cartago estendesse ou consolidasse seu poder na

Espanha. Aníbal e seu governo desprezaram as ameaças e julgaram que, tendo em vista as políticas aventureiras seguidas por Roma em -264 e -237, a guerra era inevitável. Em -218 Aníbal cruzou o Ebro, dirigiu-se para os Alpes e desceu até a Itália. Tal estratégia baseava-se na ideia de que Roma só poderia ser derrotada em seu próprio solo e de que era necessário levar a guerra para a Itália a fim de evitar uma invasão da África pelos romanos, uma vez que agora eles controlavam o mar. Essa guerra (a Segunda Guerra Púnica) durou até -202, novamente com enormes perdas no campo romano. Graças a seu gênio militar, Aníbal consolidou a coesão de uma imponente força de combate, composta principalmente de espanhóis, mas também de contingentes gauleses e africanos. Os cartagineses conseguiram grandes vitórias no lago Trasimen (–217) e em Canas (-216), a maior derrota que Roma sofrera até então. Contudo, Aníbal não podia destruir a determinação do senado e do povo romano, nem a solidez da aliança das cidades italianas que, no conjunto, permaneceram fiéis a Roma, apesar da devastação de que foram vítimas durante anos. Tais cidades forneceram aos exércitos romanos reservas de efetivos aparentemente inesgotáveis, que Aníbal jamais pôde igualar.

Enquanto na Itália Fábio Máximo aplicava uma política defensiva, impedindo que Aníbal exercesse novamente seu gênio numa batalha, a Espanha era conquistada pelo jovem general romano Cipião, o Africano, em -206. Em seguida, Roma preparou-se para atacar a África.

Os romanos foram ajudados nesse projeto pela situação que reinava na Numídia. As tribos nativas estavam impregnadas da cultura cartaginesa há muitos séculos. As maiores unidades políticas haviam-se desenvolvido com o tempo, e as repetidas campanhas desses povos nas guerras de Cartago tinham aumentado sua força e favorecido tal desenvolvimento. Sífax, chefe da maior tribo númida, a dos Massesilos, cujo território se estendia de Ampsaga (Uadi el-Kebir) a leste até Mulucca (Muluya) no oeste, afastou-se de Cartago em -213, mas aliou-se novamente a ela em -208, quando se casou com a filha de um chefe cartaginês. Em compensação, Gaia, chefe dos Massilos, comprimido entre os Massesilos e o território cartaginês, ficou fiel a Cartago durante o período da deserção de Sífax e seu filho Massinissa prestou excelente serviço na Espanha.

Com a vitória de Roma, Massinissa decidiu aliar-se ao partido aparentemente mais forte e fez a paz com Cipião. Ao retornar à África, não pôde assumir a chefia de sua tribo, mas organizou um exército privado e, após dois anos de aventuras épicas, estava pronto para combater ao lado de Cipião quando ele desembarcou. Massinissa desempenhou um papel importante nas primeiras vitórias dos romanos em -203, antes que Aníbal fosse finalmente chamado de volta da Itália. A última batalha ocorreu em Zama (Sab Biar) em – 202, quando

Aníbal foi vencido. Massinissa, que nesse meio tempo havia expulsado Sífax de seu território, forneceu aos romanos um corpo de cavalaria de 4 mil homens, que contribuiu de maneira decisiva para a vitória de Cipião. Nos termos do tratado de paz, Cartago teve de se desfazer de sua frota; seu território na África ficou desde então limitado a uma linha que ia aproximadamente de Thabraca (Tabarca) a Thaenae. Além disso, teve de restituir a Massinissa todos os territórios que anteriormente pertenciam a seus ancestrais, origem de numerosas disputas. Finalmente, os cartagineses ficaram proibidos de fazer a guerra fora da África, e mesmo em seu próprio solo sem a autorização de Roma.

Massinissa e o reino da Numídia

Cartago sobreviveu ainda durante meio século, mas esse período da história do Magreb caracterizou-se essencialmente por um rápido desenvolvimento econômico e social da maior parte das tribos da costa do Mediterrâneo. Existe aí um paradoxo histórico, uma vez que essa evolução, que teve por consequência uma expansão sem precedente da cultura cartaginesa, deveu-se principalmente ao pior inimigo de Cartago, Massinissa. Personagem lendário de um vigor físico prodigioso e muito rico em talentos naturais, havia sido educado em Cartago e sem dúvida calculou corretamente o uso que podia fazer da civilização cartaginesa em seu próprio território. Sua personalidade era tão forte que após -206, em vez de ser considerado como um simples desertor pelos romanos, conseguiu estabelecer estreitos vínculos de amizade com vários dos políticos mais influentes de Roma. Como recompensa pelo papel que desempenhou em Zama, recebeu a parte oriental – a mais fértil – do reino de Sífax e passou a governar, a partir de Cirta (Constantina), um território que se estendia do oeste dessa cidade até a nova fronteira de Cartago. A região menos desenvolvida, localizada entre o reino de Massinissa e o Muluya, foi deixada aos filhos de Sífax.

Segundo vários escritores da Antiguidade, foi graças a Massinissa que a produção agrícola se desenvolveu substancialmente na Numídia. Estrabão afirma ter sido ele o responsável pela transformação dos nômades em agricultores. Como toda generalização, esta é exagerada. Mas é certo que, embora a criação de gado ainda fosse a atividade dominante, a quantidade disponível de cereais aumentou de forma sensível, deixando um excedente para exportação. Esses progressos foram de grande importância para o desenvolvimento ainda maior que a região alcançaria posteriormente sob o domínio de Roma. O comércio dos outros produtos continuava limitado e as únicas moedas cunhadas eram peças

de bronze e de cobre. Cirta parece ter-se tomado uma verdadeira cidade, ainda que pareça exagerado atribuir-lhe 200 mil habitantes sob o reinado do filho de Massinissa, como já se fez. Sua arqueologia é mal conhecida, mas o aspecto da cidade deve ter sido quase inteiramente cartaginês. Encontraram-se ali estelas púnicas em número bem maior do que em qualquer outro sítio africano, exceto a própria Cartago. É fora de dúvida que a língua cartaginesa passou a ser cada vez mais utilizada na Numídia e na Mauritânia.

A destruição de Cartago

Nessa época, todo aliado de Roma era de fato um vassalo, cuja primeira obrigação era obedecer à vontade dos romanos e evitar toda ação que lhes pudesse provocar suspeitas, com ou sem razão. A visão política de Massinissa é demonstrada pela maneira como percebia tal situação. Durante cinquenta anos, ele exerceu pressão crescente sobre as possessões cartaginesas e provavelmente esperava que no final a própria Cartago caísse em suas mãos, com a aprovação de Roma. No início, os romanos não tinham interesse em enfraquecer ainda mais Cartago, também sua vassala, e até -170 as conquistas territoriais do rei númida foram pequenas. A partir de -167, contudo, Roma empreendeu uma política cada vez mais agressiva, não apenas na África mas também em outros lugares. Os romanos favoreciam Massinissa, que os levava a desconfiar de Cartago e que, além disso, jamais deixava de lhes fornecer os homens e as provisões solicitadas.

Graças a essa política, Massinissa incorporou a seu reino os *emporia* situados no golfo de Gabes e uma boa parte do vale do Bágrada (Mejerda). Gradualmente, os senadores romanos acabaram por considerar, como Catão, o Ancião, que Cartago deveria ser destruída. Na verdade, embora Cartago demonstrasse uma notável recuperação após a Segunda Guerra Púnica, qualquer temor de vê-la ameaçar Roma novamente era irracional. Propôs-se aos cartagineses abandonar sua cidade, retirando-se para o interior, ou enfrentar a guerra e suas consequências. Como eles preferissem a última alternativa, um exército romano desembarcou na África em -149. Apesar da esmagadora superioridade dos adversários, Cartago resistiu até -146. Alguns líbios ainda continuaram a apoiá-la, e o próprio Massinissa ressentiu-se da ação romana, que o privou de sua mais cara esperança; contudo, teve de aquiescer. A maior parte das cidades fenícias e cartaginesas mais antigas, como Útica, Hadrumeto, Tapso, etc., aderiu aos romanos, escapando assim de uma destruição inevitável. A própria Cartago foi arrasada e seu sítio declarado maldito, numa cerimônia solene que simbolizava

o temor e o ódio que Roma havia acumulado durante um século em face do poder que mais bravamente resistiu à sua dominação no mundo mediterrânico.

Os Estados sucessores de Cartago

Numídia

Entretanto, foi necessário esperar mais de um século até que Roma suplantasse realmente Cartago enquanto potência política e cultural dominante no Magreb. Por diversas razões (ver Capítulo 20), os romanos apropriaram-se apenas de uma pequena parte do nordeste da Tunísia, após a destruição de Cartago, e mesmo assim não se ocuparam mais desse território. No restante da África do Norte, Roma reconheceu uma série de reinos vassalos, que de maneira geral conservaram sua própria autonomia. A influência cultural de Cartago persistiu e até mesmo aumentou nesses reinos, em virtude da prosperidade de que continuaram a gozar as antigas colônias costeiras e também como consequência da chegada de numerosos refugiados durante os últimos anos da guerra entre Cartago e Roma. A língua fenícia, em sua forma mais recente, conhecida como neopúnica, propagou-se como, jamais ocorrera antes. Conta-se mesmo que os romanos enviaram aos reis númidas os livros recuperados quando as bibliotecas de Cartago foram destruídas. É provável que alguns desses livros, como o tratado de agricultura de Magon, tivessem valor prático.

Nenhum dos reis posteriores foi tão poderoso como Massinissa, mas quase não há dúvida de que, no essencial, prosseguiu o desenvolvimento dos reinos da Numídia e da Mauritânia. Deve-se ressaltar que, de uma certa forma, os nomes desses dois reinos permaneceram como simples expressões geográficas, pois muitas tribos que habitavam a região conservaram durante longo tempo sua identidade própria sob a dominação romana, e mesmo depois, continuando precária a unidade política.

Tal situação foi agravada pela poligamia que as famílias reais praticavam (diz-se que Massinissa deixou dez filhos) e posteriormente pela interferência de Roma. Massinissa morreu na Numídia em -148 com a idade aproximada de 90 anos e foi sucedido por Micipsa (-148 a -118). Durante este reinado, o comércio da Numídia com Roma e a Itália tornou-se mais ativo, havendo notícias de grande número de negociantes italianos em Cirta. Após a morte de Micipsa, o reino foi governado conjuntamente por dois de seus irmãos e por Jugurta, neto de Massinissa, que era protegido pelo político romano Cipião Emiliano, tal como seu avô havia sido apoiado por Cipião, o Africano. Jugurta

era um homem de grande vigor e pensava em firmar-se como único soberano. De início, os romanos tentaram dividir oficialmente o território, mas quando Jugurta tomou Cirta de um de seus rivais e matou todos os residentes italianos, Roma declarou-lhe guerra. Jugurta organizou uma vigorosa resistência infligindo humilhações militares a Roma, até ser traído por Bocchus, rei da Mauritânia. Nessa oportunidade, Roma colocou no trono um outro membro da dinastia de Massinissa, Gauda. Este foi sucedido por seu filho Hiempsal, que, após ser exilado durante pouco tempo por um rival (entre -88 e -83), reinou até -60. Hiempsal foi o autor de um livro sobre a África, escrito em língua púnica, e provavelmente continuou a obra civilizadora de sua dinastia.

Em seus últimos anos como Estado independente, a Numídia envolveu-se nas guerras civis que destruíram a república romana. O filho de Hiempsal, Juba (-60 a -46), que na juventude fora publicamente insultado por Júlio César, uniu-se à causa de Pompeia em -49, prestando-lhe grandes serviços na África; diz-se mesmo que, se os pompeanos vencessem, ele seria o responsável pela província romana da África. Juba suicidou-se após a vitória de César em Tapso, e desde essa época Roma passou a administrar diretamente a Numídia.

Mauritânia

Admite-se geralmente que o reino da Mauritânia se desenvolveu mais lentamente que a Numídia; mas é possível que essa opinião seja decorrência de falta de informações. É certo que o maciço montanhoso do Atlas continuou tão fechado à influência fenícia como mais tarde à cultura romana, mas a vida sedentária expandiu-se um pouco nas áreas férteis, como o vale do Muluya e a região ao longo da costa atlântica. Foi nas zonas montanhosas que diversas tribos conservaram sua identidade própria durante a dominação romana, e mesmo depois.

O nome dos mouros é citado desde a expedição da Sicília em -406, na revolta de Hanão depois de -350 e na invasão romana da África em -256. Um rei mouro auxiliou Massinissa numa época crítica de sua vida, mas as tropas mouras também combateram sob as ordens de Aníbal, em Zama. Mais tarde, Bocchus I, após ter ajudado Jugurta a lutar contra Roma, traiu o rei númida, recebendo em recompensa um território muito vasto, situado a leste do Muluya. Ao que parece, na geração seguinte a região foi dividida. Bocchus I governava os territórios do leste e, associado ao aventureiro italiano P. Sittius, combateu contra Juba, a favor de César. Este tinha também o apoio de Bogud II, que reinava a oeste do Muluya. Ambos os monarcas foram recompensados por César e, nessa ocasião, Bocchus ampliou suas possessões à custa da Numídia.

Alguns anos depois Bogud II apoiou Marco Antônio contra Otávio na guerra civil romana e foi expulso de seu território por Bocchus II, que apoiava Otávio. Bocchus morreu em -33 e Bogud foi ferido em -31, ficando toda a Mauritânia sem soberano. Contudo, o imperador Augusto decidiu que não havia chegado o momento de Roma governar diretamente o país, acreditando talvez que as tribos montanhesas criassem sérias dificuldades militares. Em -25, ele colocou no trono Juba, filho do último rei da Numídia, que vivia na Itália desde a idade de 4 anos, e para quem havia sido reconstituído temporariamente o reino da Numídia, de -30 a -25. Juba governou durante mais de quarenta anos como leal "cliente" de Roma e em certa medida realizou na Mauritânia o que Massinissa havia feito na Numídia. Tratava-se de um homem com interesses fundamentalmente pacíficos; fortemente impregnado da cultura helênica, escreveu numerosos livros (atualmente desaparecidos) em grego. Sua capital, Iol, rebatizada Cesareia (Cherchell), e provavelmente sua segunda capital, Volubilis, tornaram-se durante seu reinado verdadeiras cidades. Depois dele reinou seu filho Ptolomeu até +40, data em que o imperador Gaio, que o havia chamado a Roma, mandou executá-lo, por um motivo que nos é desconhecido. Essa medida, que prenunciava a transformação da Mauritânia em província romana, desencadeou uma revolta que durou vários anos. Em +44 a Mauritânia foi dividida em duas províncias e daí em diante todo o Magreb foi colocado sob a dominação direta de Roma.

A herança fenícia no Magreb

De maneira geral, o período de independência dos reinos da Numídia e da Mauritânia caracterizou-se pela elaboração e consolidação de uma cultura de origem líbia e fenícia, em que o segundo elemento desempenhou um papel preponderante, embora representasse, como é natural, apenas uma minoria da população. Os progressos da agricultura na Numídia, assinalados anteriormente, produziram-se em regiões relativamente distantes, onde as condições geográficas eram favoráveis. À exceção de Cirta e mais tarde de Iol-Cesareia, o crescimento das cidades continuou sendo pequeno, mas em certas regiões foi suficiente para lançar as bases da considerável urbanização ocorrida na época romana. O vigor dessa cultura mista é ilustrada pelo fato de as inscrições do século II da Era Cristã ainda serem redigidas em neopúnico. Além disso, no mesmo período, o termo sufete era, pelo que sabemos, usado em pelo menos trinta cidades, tão distantes uma da outra como Volubilis, no oeste marroquino, e Leptis Magna, na

Líbia. A sobrevivência da religião fenício-líbia sob a dominação romana também é um fato de múltiplas significações. A existência de uma unidade cultural superficial no Magreb da época é confirmada pela misteriosa escrita líbia. Essa escrita parece ter-se desenvolvido durante o século II antes da Era Cristã (ela é encontrada em duas inscrições em Dougga); foi depois empregada em estelas no tempo dos romanos (provavelmente imitando o costume púnico), das quais se encontram várias no Marrocos, na fronteira entre a Argélia e a Tunísia e na Líbia. Após a conquista romana, o líbio e o neopúnico foram substituídos, enquanto línguas escritas, pelo latim; no fim do período romano continuou comum uma forma oral do púnico, mas é impossível determinar em que medida e onde continuou a se falar o líbio. A semelhança observada entre a escrita líbia e o alfabeto tuaregue dos tempos modernos continua inexplicada.

No plano da história geral, a fundação de colônias fenícias no Magreb constitui o único exemplo de extensão, no Mediterrâneo ocidental, das culturas mais antigas originárias do Oriente Próximo e Médio, às quais sobreviveria Cartago. Esse fenômeno, juntamente com a expansão grega para o Ocidente, associa-se ao movimento mais geral que levou todo o oeste do Mediterrâneo e de certa forma também o noroeste da Europa, até então habitado por diferentes povos tribais, para a esfera de influência das civilizações do mar Egeu e do Oriente. Quanto à história da África propriamente dita, o período fenício marca a entrada do Magreb na história geral do mundo mediterrânico e o estreitamento de seus laços com a costa norte e leste. Os fatores geográficos, que, pelo menos até os tempos modernos, já associavam o Magreb ao mundo mediterrânico, foram reforçados. Devido à escassez de fontes históricas disponíveis, será preciso esperar novas descobertas arqueológicas para conhecer de modo mais preciso a evolução da cultura líbia autóctone e a maneira como reagiu à penetração da civilização fenícia[3].

---

3 *Nota do Comitê Científico Internacional:*

Na próxima edição, pretende-se fazer um relato mais preciso do legado e do papel da Líbia durante o período abordado neste volume. Está previsto um simpósio que tratará da contribuição da Líbia na Antiguidade clássica, com referência especial ao papel da Cirenaica durante o período helenístico, da Líbia no período fenício e da civilização dos Garamantes.

CAPÍTULO 19

O período romano e pós-romano na África do Norte

PARTE I

O período romano

A. Mahjoubi

Após a destruição de Cartago em -146 e a redução de seu território à condição de província romana, o destino da África do Norte ficou nas mãos de Roma e dos reinos locais. Seria útil dedicar um capítulo especial ao estudo desses Estados autóctones desde o advento dos reinos númidas até o final do reinado do último soberano da Mauritânia em +40. A partir dessa data, toda a África do Norte se tornou romana, permanecendo assim até a invasão vândala.

Contudo, nem a ocupação do país e, principalmente, nem o que na linguagem do colonialismo é chamado eufemisticamente de “pacificação” foram conseguidos com facilidade. O avanço romano em direção ao sul e ao oeste, a partir do antigo território de Cartago e do antigo reino de Juba I, sofreu uma resistência obstinada. Infelizmente, possuímos apenas os registros dos episódios mais importantes da luta. Após o estabelecimento e a consolidação da dominação romana, a unidade econômica e cultural que Roma havia laboriosamente construído na África do Norte acabou sendo minada por uma resistência constante, que assumiu aspectos não só militares mas também políticos, étnicos, sociais e religiosos. Tudo que sabemos sobre tal resistência e tais revoltas é relatado pelas fontes literárias ou epigráficas segundo o ponto de vista romano, sendo as dificuldades da análise histórica agravadas ainda por certas abordagens adotadas pela historiografia moderna: no início do século, principalmente, e até um período muito recente, os historiadores não puderam

ou não quiseram desembaraçar-se de concepções influenciadas em maior ou menor grau pela ideologia colonial dominante[1].

O caráter específico das guerras africanas configura-se principalmente na fase da conquista: uma longa série de triunfos celebrados pelos generais romanos contra os mouros, Musulâmios, Getulos e Garamantes no último quartel do século I antes da Era Cristã mostra bem que as populações indígenas nunca foram totalmente subjugadas apesar das vitórias romanas[2].

A mais conhecida dessas guerras é a do númida Tacfarinas, que se prolongou durante oito anos, sob o reinado de Tibério, e se estendeu a todas as fronteiras meridionais da África do Norte, desde a Tripolitânia até a Mauritânia. Frequentemente essa guerra é apresentada pelos historiadores modernos como uma luta entre a civilização e o mundo bárbaro, uma tentativa da população indígena nômade e serninômade de impedir o avanço romano e o processo de sedentarização, rejeitando desse modo os benefícios de uma forma superior de civilização e de uma ordem social melhor[3]. No entanto, as reivindicações que Tácito atribuiu a Tacfarinas dão uma ideia mais clara das causas profundas da resistência dos habitantes indígenas. O chefe númida recorreu às armas para forçar o imperador todo-poderoso, a reconhecer o direito de seu povo à terra, pois a conquista romana fora imediatamente seguida do confisco de todas as terras férteis. Os campos dos Númidas sedentários tinham sido devastados; as áreas tradicionalmente percorridas pelos nômades eram constantemente reduzidas e limitadas; os veteranos e outros colonos romanos e italianos instalavam-se por toda parte, a começar pelas regiões mais ricas do país; companhias coletoras de impostos e membros da aristocracia romana, senadores e cavaleiros, apropriavam-se de vastos domínios. Enquanto seu país era assim explorado, todos os autóctones nômades e todos os habitantes sedentários que não viviam nas raras cidades poupadas pelas guerras sucessivas e pelas expropriações foram reduzidos a uma condição miserável ou expulsos para as estepes e para o deserto. Portanto, sua única esperança era a resistência armada, e seu principal objetivo, a recuperação das terras.

As operações militares continuaram durante os dois primeiros séculos da Era Cristã. As investidas dos romanos para o sudoeste, respondia o alvoroço das tribos, que se reuniam e se dispersavam, do vale do Muluya a Djebel Amur e Uarsenis. Estabelecendo-se facilmente nas faixas costeiras e a nordeste, os

1 Sobre isso, ver a introdução ao trabalho de M. BÉNABOU, 1976, principalmente pp. 9-15.

2 ROMANELLI, P. 1959. p. 175 et seq.

3 ROMANELLI, P. 1959. p. 227 et seq.

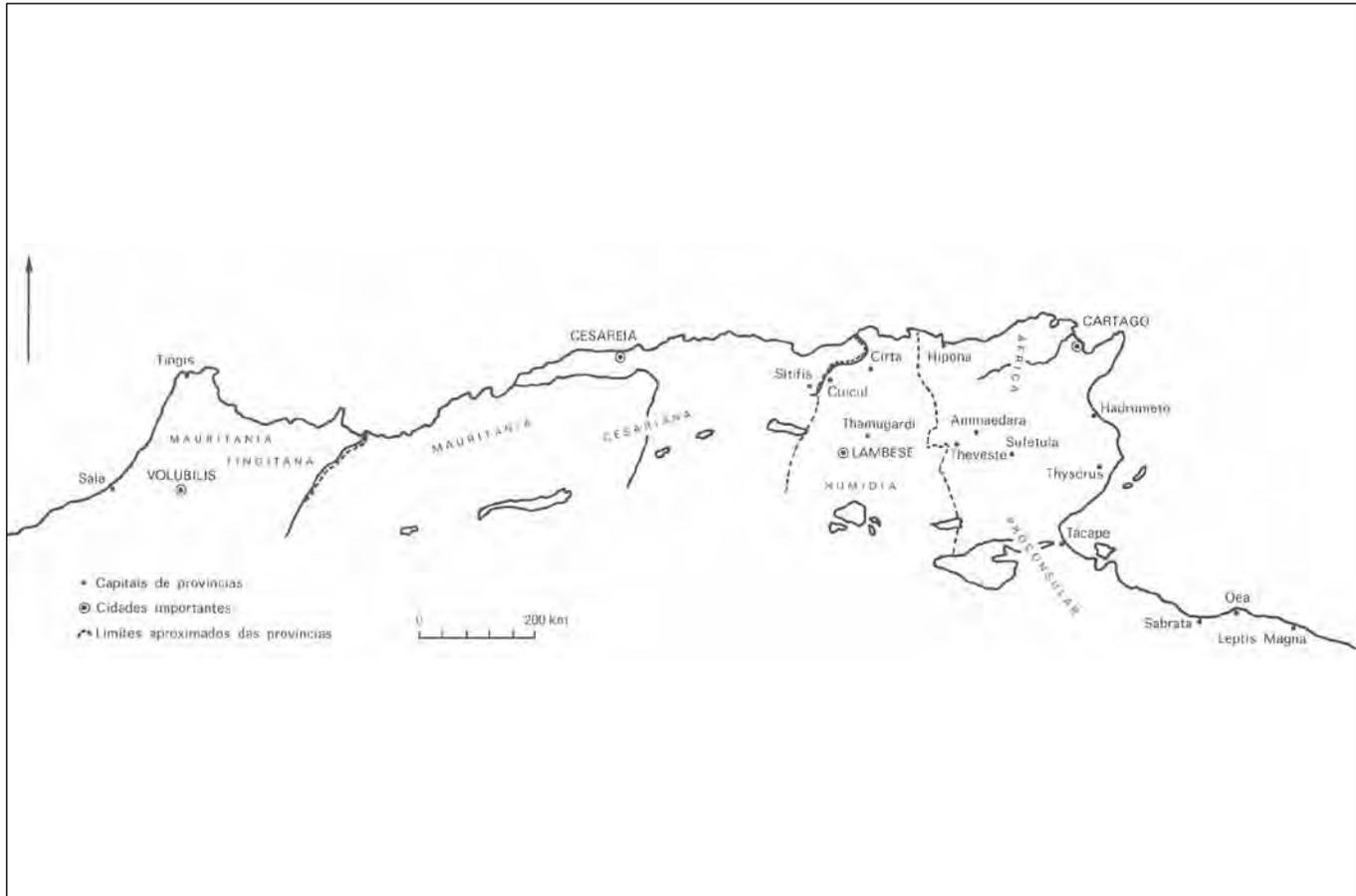



FIGURA 19.1 As províncias romanas da África do Norte no final do século II da Era Cristã (segundo A. Mahjoubi, 1977).

romanos avançaram por etapas na parte meridional da moderna Tunísia, bem como nos Altos Planaltos e no Atlas saariano. Sob os imperadores Júlio-Cláudios, a fronteira do território conquistado estendeu-se de Cirta no oeste até Tácape no sul, incluindo Ammaedara, que era o quartel-general da III Legião Augusta, Thelepte e Capsa. Sob os Flávios, a legião estabeleceu-se em Theveste e a fronteira prolongou-se até Sitifis; a região dos Nemencha foi anexada durante o governo de Trajano, e em +100 fundou-se a colônia de Timgad. Em 128, finalmente, a legião estabeleceu uma guarnição permanente em Lambèse e foram abertas numerosas estradas nos montes Aures, defendidas contra as tribos por um acampamento militar situado em Gemellae. Entre as províncias romanas e as regiões desérticas localizadas ao sul, para onde foram confinadas as tribos, criou-se uma zona fronteiriça – o *limes* – progressivamente deslocada para o sudoeste e que era formada por uma rede de 50 a 100 km de largura constituída de trincheiras e rotas defendidas por uma cadeia de postos militares e pequenos fortes. As pesquisas arqueológicas aéreas feitas por J. Baradez revelaram, entre outras coisas, pedaços de um *fossatum* circundado por uma pequena encosta ou muro e protegido, a intervalos irregulares, por torres quadradas ou retangulares. A fim de controlar os movimentos das tribos nômades e impedir que pilhassem as áreas agrícolas e as caravanas que se dirigiam para o norte, em direção às cidades comerciais dos golfos de Gabes e Sidra, os severos tinham estabelecido, no final do século II, uma série de fortins na frente do *limes* propriamente dito, como Dimmidi (Messad), Cidamus (Gadames) e Golas (Bu Njem). Dessa maneira, ficaram eficazmente protegidos durante os dois primeiros séculos da Era Cristã os limites meridionais das províncias africanas.

Contudo, Roma não tinha poderes para eliminar radicalmente a resistência dos berberes e nunca conseguiu manter sob controle permanente os nômades do sul e do oeste. Apesar dos esforços de Trajano e Adriano e da firme orientação política seguida por Sétimo Severo nas fronteiras da Tripolitânia, a crise do século III interrompeu muito cedo esse empreendimento. O deserto, a mobilidade que os camelos conferiam aos nômades, a facilidade das comunicações de oeste a leste ao longo da cadeia do Atlas saariano asseguravam aos irredutíveis berberes grande margem de manobra. A propósito, as tribos que afinal conseguiram triunfar sobre a dominação de Roma obtiveram sua reserva de combatentes na Mauritânia Tingitana e, mais tarde, nas vastas extensões desérticas do interior da Tripolitânia. Até o primeiro quartel do século III, o centro e o sul do país eram defendidos dos atacantes locais pela III Legião Augusta, cujo efetivo teórico de 5 mil a 6 mil homens era reforçado, quando necessário, por grande quantidade de auxiliares. Calcula-se que o número máximo de soldados tenha atingido cerca

FIGURA 19.2 Timgad (antiga Thamugadi, Argélia): Avenida e Arco de Trajano.

FIGURA 19.3 Mactar (antiga Mactaris, Tunísia): Arco de Trajano, entrada do fórum.

de 25 mil a 30 mil no século II; de qualquer modo, não se trata de um número elevado, embora devam ser considerados os veteranos ainda mobilizáveis para o serviço militar que se instalavam nas terras cultiváveis ao longo do *limes*. Em caso de necessidade, transferiam-se tropas das legiões instaladas em outras províncias do Império, principalmente na Espanha, para defender a Mauritânia Tingitana. Para a manutenção da lei e da ordem, o procônsul da África podia recorrer ainda à XIII coorte urbana estacionada em Cartago, bem como a um pequeno corpo de cavalaria. A repressão à pirataria e o patrulhamento das costas eram confiados à frota de Alexandria. De início, a composição da legião africana era muito variada, mas posteriormente quase todos os recrutas provinham da população local. Contudo, havia alguns corpos orientais – a *cohors Chalcidenorum*, os arqueiros palmirenses – compostos de sírios acostumados às guerras do deserto.

A organização administrativa e os problemas militares

No dia 13 de janeiro de -27, Otávio, que três dias mais tarde recebeu o título de Augusto, dividiu com o Senado a administração das províncias do Império, de acordo com o princípio clássico. A África, conquistada há muito tempo, "pacificada" e ligada à classe senatorial por múltiplas tradições, tanto econômicas quanto políticas, ficou entre as províncias que seriam administradas pelo Senado. Sua fronteira ocidental passava por Ampsaga–Cuicul–Zarai–Hodna, e no sudeste seu território incluía uma planície costeira na Tripolitânia, prolongando-se até os altares dos Filenos, que marcavam a fronteira com a Cirenaica. Essa *provincia Africa*, que também foi designada pelo epíteto *Proconsularis*, agrupava as duas províncias que Roma tinha sucessivamente estabelecido na África do Norte: a que correspondia ao território púnico conquistado em -146, conhecida como *Africa Vetus*, e a que César havia criado após sua campanha africana contra os pompeanos e seu aliado, o rei Juba I da Numídia, chamada de *Africa Nova*. Somavam-se a esses territórios as quatro colônias de Cirta, que César havia cedido ao aventureiro italiano P. Sittius.

Como na República, durante o período imperial o Senado romano continuou a nomear um governador para a África. Tratava-se de um funcionário de posição muito elevada, pois era escolhido entre os dois mais antigos ex-cônsules presentes em Roma no momento do sorteio das províncias; ele usava, portanto, o título de procônsul e, a menos que houvesse uma prorrogação excepcional, ocupava sua Junção em Cartago apenas por um ano. Além de suas prerrogativas

judiciárias, que faziam do procônsul o juiz supremo da província, tanto nas ações criminais quanto nas de natureza civil, ele era investido de poderes administrativos e financeiros: supervisionava a administração e as autoridades municipais, em princípio autônomas, e comunicava-lhes as leis e os regulamentos imperiais; dirigia a execução dos principais trabalhos públicos e sancionava as despesas; exercia o controle supremo sobre o departamento responsável pelo abastecimento de Roma com trigo africano e sobre o sistema fiscal, cujos lucros eram destinados ao *aerarium Saturni,* o tesouro do Senado. Era assessorado por dois legados propretores, um residente na própria Cartago e outro em Hipona, e por um questor, responsável pela administração financeira. Além disso, como já foi mencionado, dispunha de um pequeno contingente de tropas, de aproximadamente 1600 homens, para manter a lei e a ordem.

O imperador podia intervir nos negócios da província senatorial, diretamente ou, como geralmente ocorria, pela presença de um procurador equestre, funcionário imperial encarregado da gestão dos vastos domínios imperiais e da coleta de determinados impostos indiretos, como a *vicesima hereditatium,* que alimentava o tesouro militar controlado pelo imperador. O procurador também tinha poder judiciário, limitado em princípio ao julgamento de litígios fiscais. A partir de 135, ele passou a ser assessorado por um *procurator Patrimonii* para a administração dos domínios e por um *procurator IIII Publicorum Africae* para a administração das rendas fiscais. Esses funcionários da administração imperial frequentemente entravam em conflito com o procônsul, embora não haja provas de que tivessem instruções para fiscalizá-lo.

No entanto, ao contrário do que ocorria na maior parte das províncias senatoriais, a África Proconsular não podia ficar desguarnecida de tropas. Embora a área situada a nordeste, que correspondia à antiga província da *Africa Vetus,* não apresentasse problemas, o mesmo não ocorria nas regiões meridionais, onde as autoridades romanas precisavam de uma guarnição militar para assegurar a defesa e estender gradualmente a zona "pacificada". Essas tropas, constituídas principalmente pela III Legião Augusta, eram comandadas por um legado imperial subordinado ao procônsul e que, portanto, conservava os poderes militares dos governadores republicanos responsáveis perante o Senado. Contudo, tal situação não podia durar indefinidamente sem suscitar a desconfiança do imperador. E isso não tardou a acontecer. Calígula, no âmbito de uma política geral que visava limitar os poderes dos governadores e diminuir a autoridade e a autonomia do Senado, efetuou uma importante mudança de ordem político-militar na organização da África Proconsular: o comando militar foi separado do governo civil, o que levou à criação – se não *de jure,* pelo menos

de facto – do território militar da Numídia, sob a autoridade do legado que comandava a III Legião Augusta. Desde +39, o *status* do oficial encarregado desse comando especial deve ter sido intermediário entre o dos legados governadores de províncias e o dos que representavam os generais das legiões[4].

No entanto, a situação não estava muito definida e inevitavelmente suscitou conflitos de competência e autoridade entre o procônsul e o legado da legião. Sétimo Severo acabou por regularizá-la, elevando o território militar à dignidade de província: a província da Numídia, provavelmente criada entre +198 e +199[5]. Ela era administrada pelo legado da legião, também chamado *praeses,* que era nomeado e transferido diretamente pelo imperador. Sua fronteira ocidental seguia a margem esquerda do Ampsaga (Uadi el-Kebir), passava a oeste de Cuicul e Zarai, cortava a planície do Hodna e descia para o sul na direção de Laghouat. A fronteira oriental ia do noroeste de Hipona ao oeste de Calama, seguia a margem direita do Oued Cherf, passava a oeste de Magifa e avançava através da margem noroeste do *chott* el-Djerid.

Entre o Ampsaga e o Atlântico estendia-se o reino da Mauritânia, que o rei Bocchus, o Jovem, havia legado, desde -33, ao Império Romano[6]. Otávio, o futuro Augusto, aceitou a doação e aproveitou para instalar no país onze colônias de veteranos; em -25, porém, entregou o reino a Juba II, que foi sucedido por seu filho Ptolomeu em +23. É provável que Otávio – prudentemente – pensasse que a ocupação romana era prematura e que se tornava necessário preparar o caminho através da intervenção de chefes locais. Em +40, julgando que havia chegado o momento para a administração direta, Calígula mandou assassinar Ptolomeu[7]. Finalmente, no final de +42, Cláudio decidiu organizar as duas províncias da Mauritânia: Cesariana a leste e Tingitana a oeste, separadas pelo Mulucca (Muluya). Como a Numídia, as duas províncias mauritanas ficaram sob a autoridade direta do imperador e eram governadas por simples procuradores equestres, um residindo em Iol-Cesareia e o outro provavelmente em Volubilis, onde comandavam as tropas auxiliares e exerciam poderes civis e militares.

Até o reinado de Diocleciano não houve mudanças importantes na organização militar e administrativa das províncias africanas. Embora sofresse menos do que outras províncias, a África não podia escapar das repercussões da crise geral

4 BÉNABOU, M. 1972. pp. 61-75.

5 PFLAUM, H. G. 1957. pp. 61-75.

6 ROMANELLI, P. 1959. p. 156 et seq.

7 CARCOPINO, J. 1958, p. 191 et seq.; id. 1948. pp. 288-301; ROSTOVTZEV, M. I. 1957. p. 321 et seq.; KOTULA, T. 1964. pp. 76-92.

que afetava o mundo romano e que se revestia de múltiplos aspectos político, econômico, religioso e moral. A crise já era uma ameaça potencial no fim do período Antonino e a situação não apresentou melhoras com as transformações da época dos Severos. De 238 em diante as condições se deterioraram até irromper uma crise de violência alarmante no final do século III. Na África do Norte, o declínio do poder romano já se anunciava nos ataques das tribos mouras, retomados com renovado vigor entre 253 e 262, e novamente sob o reinado de Diocleciano[8]. Gradualmente, a autoridade imperial foi minada pelo crescente desequilíbrio entre as classes sociais e pelas pressões da prolongada crise financeira e econômica em províncias até então prósperas. No caso da província proconsular e da Numídia, os efeitos dramáticos e sub-reptícios da crise se fizeram sentir durante o século II e o primeiro quartel do século III. Devem-se acrescentar a esse quadro as consequências das usurpações e da anarquia militar. Desse modo, o poder de Roma desagregou-se em numerosos reinados sucessivos ou concomitantes.

Contudo, o Império reagiu contra a crise, a tempo de se salvar. No reinado de Galiano, uma ação multiforme, progressiva e empírica, englobou todos os domínios, transformou o exército e o comando, reformou o governo e a administração das províncias e se estendeu à política social, à religião e à mística imperial. Essa foi a primeira etapa de uma obra de restauração que se desenvolveu com Aureliano e Probo e acabou por sistematizar-se nas profundas reformas de Diocleciano. Finalmente, as inovações de Constantino, que criaram um mundo novo, de alguma forma constituíram uma síntese coerente dos sucessos e das falhas dessas reformas, assim como das tendências religiosas da época.

A separação dos poderes civis e militares foi um dos traços dominantes da administração provincial no Baixo Império e realizou-se progressivamente entre o reinado de Galiano e o de Constantino, que lhe deu sua forma definitiva e sistemática.

A remodelação do sistema militar na África do Norte tornou-se necessária quando a legião africana, a III Augusta[9], foi dissolvida sob Gordiano III. Finalmente, o comando foi confiado ao conde da África, cuja autoridade se estendia às tropas de todas as províncias africanas. O exército do século IV era muito diferente do que existia no Alto Império; os ataques das tribos mouras forçaram a organização de um exército móvel, uma força de ataque sempre pronta

8 Ver, por último, BÉNABOU, M. 1976. p. 218 et seq. e p. 234 et seq.

9 BÉNABOU, M. 1976. p. 207 et seq., e, para a reconstituição da legião sob o reino de Valeriano, p. 214 et seq.

a intervir rapidamente nas zonas de insegurança. Tal exército era composto de unidades de infantaria legionária e de destacamentos de cavalaria recrutados principalmente entre os camponeses romanizados que viviam na vizinhança dos campos. Contudo, o serviço militar tornou-se gradualmente uma obrigação hereditária e fiscal, o que inevitavelmente prejudicava o valor dos contingentes.

Além desse exército móvel, considerado tropa de elite, havia os *limitanei,* soldados-camponeses aos quais eram distribuídos os lotes de terra situados no *limes.* Eles eram dispensados do pagamento de impostos, mas em contrapartida deviam proteger a fronteira e repelir todas as incursões das tribos. Como os do oriente, os *limitanei* da Mauritânia Tingitana organizavam-se em unidades tradicionais – alas, coortes –, mas todos os das outras províncias africanas se dividiam por setores geográficos, cada um colocado sob as ordens de um *Praepositus limitis.* Diversos documentos arqueológicos, encontrados principalmente no setor oriental do *limes,* mostram que os camponeses-*limitanei* agrupavam-se em torno de fazendas fortificadas e viviam da terra, tendo frequentemente introduzido a irrigação por canais. Contribuíram assim para o desenvolvimento de colônias agrícolas e para o povoamento das regiões limítrofes do Saara e transformaram o *limes* mais numa área característica de contatos comerciais e culturais do que numa linha de separação entre as províncias romanas e a parte independente do país, que continuava berbere. Isso explica por que a civilização romano-africana e o cristianismo puderam atingir regiões fora do alcance da administração direta de Roma. Deve-se acrescentar que o governo romano sempre manteve relações com os chefes tribais, que – em troca de subsídios e da concessão de uma investidura imperial reconhecendo seus poderes locais – muitas vezes concordavam em fornecer contingentes destinados à guarda do *limes.*

Paralelamente às reformas militares, modificou-se radicalmente a organização territorial das províncias. Contudo, sabe-se agora que a reorganização foi gradual, realizando-se de acordo com as necessidades e condições de cada província. A fim de reforçar a autoridade imperial e ao mesmo tempo diminuir a do procônsul, cujo poder em geral fazia o jogo dos usurpadores, e ainda para aumentar os recursos fiscais destinados a enfrentar as ameaças exteriores, a África proconsular foi dividida em três províncias autônomas: ao norte, a Zeugitana, ou província Ptoconsular propriamente dita, que se estendia ao sul até uma linha que ligava Ammaedara a Pupput, perto de Hammamat; a oeste, englobava Calama, Thubursian Numidarum e Theveste. No entanto, o procônsul de Cartago ainda era um funcionário importante. Era um *clarissimus,* que, após sua saída do cargo, geralmente chegava ao ápice da hierarquia consular

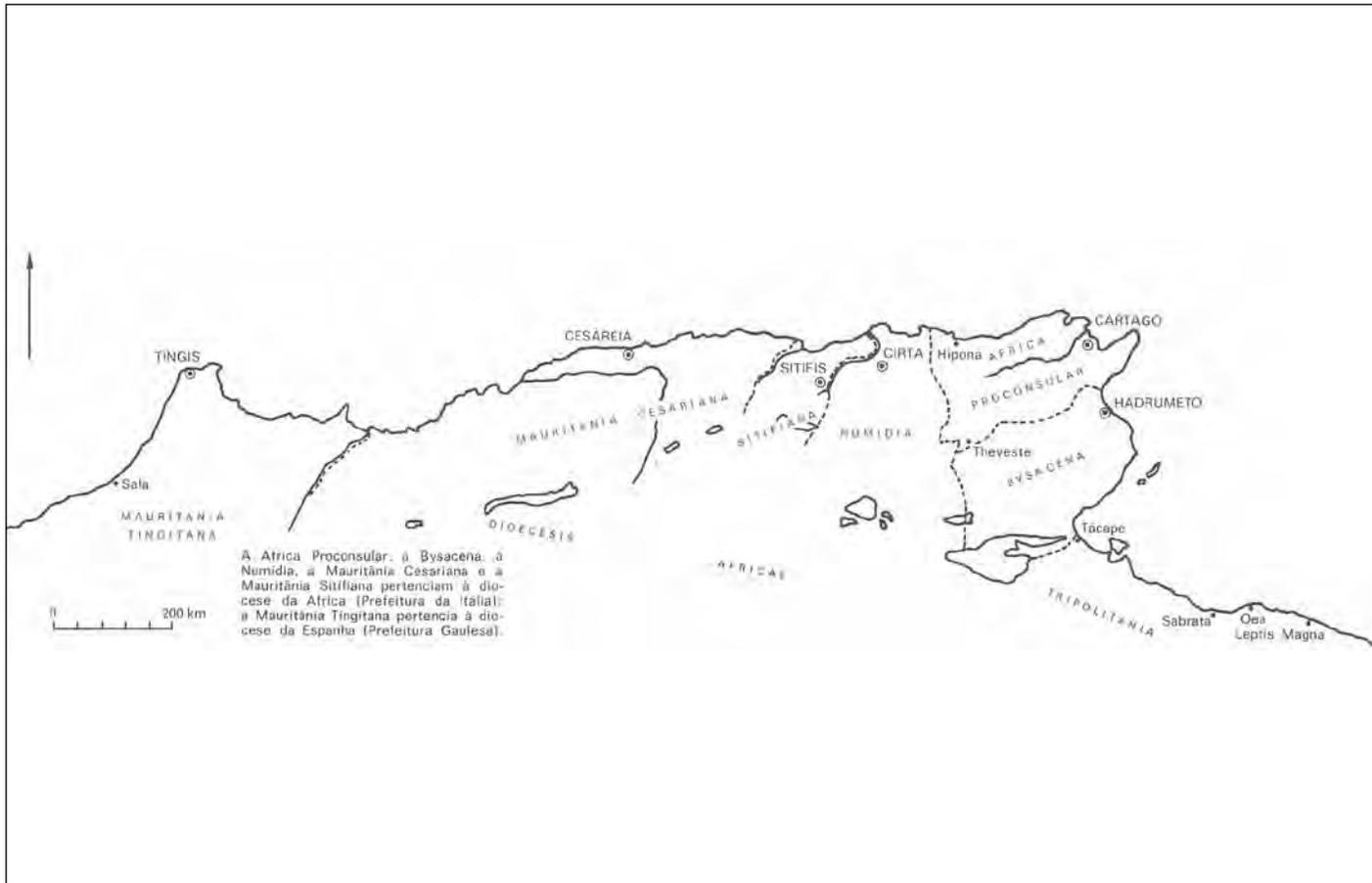



FIGURA 19.4 As províncias romanas da África do Norte no final do século IV da Era Cristã (A. Mahjoubi, 1977).

e se colocava entre os *illustres;* não raro, esses procônsules do século IV tinham origem africana. Eram sempre assessorados por dois legados, frequentemente unidos por laços familiares e que residiam um em Cartago e o outro em Hipona. O procônsul mantinha suas prerrogativas judiciais e administrativas, mas a supervisão dos negócios municipais era exercida de forma cada vez mais tirânica e o trabalho de administração tendia a complicar-se devido à proliferação de departamentos e funcionários responsáveis perante o procônsul e seu legado.

Destacada da Proconsular, a província Bysacena estendia-se da linha Ammaedara-Pupput até a entrada de Tácape. A oeste, incluía as regiões de Mactar, Sufetula, Thelepte e Capsa. Contudo, no sul, os postos de guarda do *limes* não ficavam sob a autoridade do governador da província de Bysacena, que, como a província Proconsular, era desprovida de tropas; portanto, os postos situados perto do *chott* el-Djerid estavam sob a responsabilidade da Numídia e os de sudoeste sob a autoridade da Tripolitânia. O governador de Bizâncio, que residia em Hadrumeto, era no início de nível equestre e usava o título de *praeses,* mas possivelmente no reinado de Constantino, e com certeza depois de 340, ascendeu ao *status* consular.

No sudeste, a nova província da Tripolitânia incluía duas zonas diferentes: uma faixa costeira de Tácape até os altares dos Filenos, que dependia do procônsul e, muito provavelmente, da legação de Cartago; e no interior, a região do *limes* da Tripolitânia, que até o século III estava sob a autoridade do comandante da III Legião Augusta, governador da província da Numídia. Essa região incluía a planície de Jeffara, Matmata e chegava até o extremo norte do *chott* el-Djerid. Contrariamente ao que se acreditava, as pesquisas recentes mostraram que, embora os romanos tivessem desocupado certas posições avançadas como a de Golas (Bu Njem), mantiveram suas posições ao sul da costa durante o século IV e o início do século V[10]. Essa é a razão pela qual os governadores da Tripolitânia puderam desempenhar um importante papel militar em diversas ocasiões: até 324-6, eles possuíam o título de *praeses,* com os respectivos poderes militares, e residiam em Leptis Magna. Em seguida, o comando das tropas estacionadas no *limes* foi atribuído ao conde da África, que, no entanto, não chegou a mantê-lo ininterruptamente: um pouco antes de 360 e em 365, o comando do *limes tripolitanus* foi tirado provisoriamente do *Comes Airicae* e confiado ao *praeses* da Tripolitânia, possivelmente devido às agitações da tribo dos Asturianos.

10 O abandono do interior da Tripolitânia, afirmado por C. COURTOIS (1955. pp. 70-9), é desmentido pela arqueologia. Ver VITA, A. di. 1964. pp. 65-98; CLEMENTE, G. 1968. pp. 318-42.

A província da Numídia possuía uma pequena abertura para o mar, entre os montes de Edough a leste e a embocadura do Ampsaga a oeste; para o sul, contudo, seu território se alargava a partir da extremidade oriental do *chott* el-Hodna até a entrada de Theveste. Inicialmente, a província estava dividida em duas zonas: uma compreendia a pacífica região das cidades da antiga confederação que tinha como capital Cirta; a outra, a região montanhosa e agitada do sul, tendo como centro principal Lambèse. Reunificada em 314, continuou, porém, a ser dirigida por um governador de nível equestre, que acumulava os poderes civis e militares com o título de *praeses,* até 316. Nesse ano, o governo civil foi confiado a senadores que usavam o novo título de *consularis provinciae,* posteriormente promovidos ao nível de *clarissimi;* a grande maioria deles pertencia à aristocracia romana, que estava ligada a essa rica província por interesses fundiários. Cirta tornou-se a única capital e tomou o nome de Constantina, em honra do imperador.

O problema da reorganização administrativa das províncias da Mauritânia, no século IV, é dominado por uma questão primordial: teria Diocleciano, como em geral se acredita, desocupado a Tingitana e toda a parte ocidental da Cesariana um pouco antes de sua ascensão? Pesquisas recentes permitem dúvidar seriamente do abandono da região situada a oeste da Mauritânia Cesariana[11]. Por outro lado, admite-se que em 285 Diocleciano evacuou todos os territórios ao sul do Oued Loukkos, na Mauritânia Tingitana; Roma teria continuado a manter apenas relações marítimas com as cidades costeiras, o que explicaria que centros como Sala pudessem permanecer, sob Constantino, na órbita romana[12]. Além disso, Diocleciano separou a parte oriental da Mauritânia Cesariana para criar uma nova província, a Mauritânia Sitifiana, com capital em Sitifis, atualmente Sétif. Finalmente, a Mauritânia Tingitana foi administrativamente separada do resto da África e anexada à diocese constituída pelas províncias da Espanha.

Para assegurar a ligação entre o governo central e as províncias, que haviam se tornado menores e mais numerosas, Diocleciano aumentou o número de altos funcionários que exerciam as funções – anteriormente extraordinárias, mas agora permanentes – de vice-prefeitos pretorianos; em princípio, esses *vicarii* eram *equites perfectissimi,* mas ascendiam ao nível de *clarissimi* quando deviam controlar governadores de classe senatorial. Cada *vicarius* era encarregado de uma diocese específica, composta de um certo número de províncias. A diocese

11 Ver SALAMA, P. 1954-a. pp. 224-9; id. 1954-b. pp. 1292-311.

12 BOUBBE, J. 1959-60. pp. 141-5; JODIN, A. 1966.

da África englobava as províncias da África do Norte, à exceção da Mauritânia Tingitana; os governadores dessas províncias estavam colocados sob a autoridade do *vicarius,* que residia em Cartago e dependia do prefeito pretoriano da Itália--África-Iíria; excetuava-se o procônsul da África, que respondia diretamente ao imperador.

A colonização e a organização municipal

Como a civilização grega, a civilização romana era um fenômeno essencialmente urbano. Portanto, o grau de romanização de uma província era determinado pela concentração de cidades[13]. Nas províncias africanas, e particularmente na África Proconsular, a vida urbana era muito desenvolvida; foram registradas ao menos quinhentas cidades no conjunto da África do Norte, duzentas das quais apenas na província Proconsular[14]; mas não se enfatizou o suficiente que tal civilização urbana foi herdada em grande parte da época púnico-númida[15].

No período republicano ainda não existia nenhuma cidade de direito romano; havia apenas sete cidades de origem fenícia, que desfrutavam um grau de autonomia dependente das vicissitudes políticas: tratava-se das cidades que haviam se aliado a Roma durante a última Guerra Púnica. Suas instituições tradicionais eram formalmente reconhecidas e elas estavam isentas do pagamento do imposto fundiário, o *stipendium.* Contudo, a autoridade romana tolerou, mas sem nenhuma garantia jurídica, as instituições das outras cidades africanas, que continuaram a ser administradas à moda fenícia e a ser dirigidas por sufetes e conselhos de notáveis, embora pagando o *stipendium*[16].

A primeira tentativa oficial de colonização foi feita por C. Graco, por meio da *lex rubria,* em 123 antes da Era Cristã; 6 mil colonos, romanos e latinos, deviam receber grandes lotes de terra, na base de 200 *jugera per capita,* isto é, 50 ha. Isso implica a existência de uma vasta extensão disponível, pois a essas áreas

13 Sobre o papel e a evolução histórica das estruturas urbanas, ver CLAVEL, M. & LÉVÊQUE, P. 1971. pp. 7-94. Como escreveu COURTOIS, tudo se passa "como se o único critério para a participação válida na civilização fosse a proporção em que a vida cotidiana reflete mais ou menos fielmente a vida cotidiana de Roma". COURTOIS, C. 1955. p. 111.

14 CHARLES-PICARD, G. 1959. p. 45 et seq.

15 Ver, por exemplo, no artigo de G. CAMPS (1960-b. pp. 52-4) a lista de cidades anteriores à Segunda Guerra Púnica, e a das cidades do reino númida entre a *Fossa Regia* e a *Mulucha* (ibid. pp. 275-7).

16 CHARLES.PICARD, G. 1959. p. 22 et seq.

deve-se acrescentar ainda a terra comum. Em consequência, acredita-se que os loteamentos estendiam-se para o sul do Mejerda, até a *Fossa Regia,* fronteira da primeira província romana da África. Portanto, os colonos não podem ter vivido apenas em Cartago; de qualquer modo, eles devem posteriormente ter-se espalhado por numerosas cidades pequenas. Sem dúvida, era necessário também expropriar e transferir para outros lugares os proprietários anteriores. É bem conhecido o destino dessa primeira tentativa romana de colonização na África: ela malogrou por razões de ordem política, devido ao ódio dos aristocratas romanos por C. Graco – reformador e chefe do partido popular –, e também por motivos econômicos, pois os colonos eram pessoas humildes e sem recursos e raramente de origem camponesa. Desse modo, o projeto de colonização serviu, em última instância, apenas como pretexto para destruir o partido popular e permitir que os poderosos, senadores e cavaleiros, assegurassem vastos domínios nos territórios africanos conquistados pela República.

Após a guerra de Jugurta em -103, Mário cedeu a seus veteranos e aos membros da tribo dos Getulos lotes de terras provavelmente situadas ao longo da *Fossa Regia,* entre Acholla e Thaenae, e com certeza a oeste, no vale médio do Mejerda; como indica a epigrafia, seriam essas as terras a que se referem a inscrição de Thuburnica, que designa Mário como o *conditor* dessa colônia, e os nomes de *Mariana* e *Marianum* dados posteriormente à colônia de Uchi-Maius e ao município de Thibar. Ao que parece, ainda em -103, o pai de Júlio César fez instalar colonos nas ilhas Kerbena. No entanto, o processo de colonização só se iniciou realmente com a criação da Colônia Júlia Cartago, por Otávio ou pelo triunvirato em -42, ou mais provavelmente em -44, de acordo com a opinião geralmente aceita. Portanto, o primeiro século de ocupação romana foi para a África um período de retrocesso, caracterizado principalmente pela exploração ostensiva da terra fértil. O progresso lento da colonização devia-se à ganância dos homens de negócios, cavaleiros principalmente, e senadores que dirigiam seus empreendimentos através de intermediários, quando não podiam obter missões políticas que os levassem à África[17].

Ao retomar os planos de seu pai adotivo, Júlio César, Otávio Augusto inaugurou uma nova época na história da África, dando início a uma nova orientação política e a um vasto programa administrativo, militar e religioso. De acordo com a lista fornecida por Plínio, cujas fontes ainda suscitam muitas

17 Sobre a colonização da província da África na era republicana, ver GSELL, S. 1913-28; ROMANELLI, P. 1959. pp. 43-71.

controvérsias[18], em pouco tempo havia seis colônias romanas, quinze *oppida civium romanorum*, um *oppidum latinum*, um *oppidum immune* e trinta *oppida libera*. Um texto epigráfico de Dougga[19] confirma, ao menos parcialmente, a teoria do alemão Kornemann[20]: o início da colonização e da organização municipal deu-se em -29, quando um novo afluxo de colonos para Cartago deu à Colônia Júlia seus contornos definitivos, ou mesmo antes, quando os cidadãos romanos – que, depois de chegarem com grupos de imigrantes de dimensões variadas, se fixaram na vizinhança das cidades peregrinas agrupando-se em *pagi* e adquirindo domínios rurais – acabaram por anexar o território (*pertica*) da colônia de Cartago. Augusto fundou ainda pelo menos treze colônias na Mauritânia, entre os anos -33 e -25.

Os imperadores que sucederam Augusto deram prosseguimento a sua política. Assim, durante o governo de Marco Aurélio havia mais de 35 colônias distribuídas pelas províncias africanas. Os imigrantes eram geralmente veteranos que tinham servido nas legiões dissolvidas devido à reorganização do exército; havia também italianos desapropriados ou arruinados pela crise da agricultura na península, mas não chegaram a constituir um número suficiente para transformar as províncias africanas em áreas de recolonização. As considerações defensivas e econômicas, por sua vez, pesaram muito no projeto racional de implantação dessas colônias.

O reconhecimento de fato de uma ampla autonomia dos autóctones na administração municipal, considerando suas características linguísticas, étnicas e religiosas, não era absolutamente incompatível com uma política de assimilação futura, uma vez que as vantagens e os benefícios econômicos e políticos desfrutados pelos cidadãos romanos nunca deixou de atrair as classes superiores da sociedade africana. Ao lado das colônias de imigrantes, desenvolveu-se um número crescente de colônias honorárias, que anteriormente eram comunidades indígenas cuja romanização constante foi oficialmente reconhecida pelos benefícios da lei romana.

A questão do estatuto municipal coloca problemas complexos, dos quais podemos apresentar apenas um breve resumo[21]. Primeiramente, havia as cidades

18 Além disso, é difícil interpretar as informações fornecidas por PLÍNIO, o Velho (V, 22-30), sobre o *status* dessas cidades. O problema é revisto por BRUNT, P. A. 1971. pp. 581-3

19 POINSSOT, C. 1962. pp. 55-76.

20 KORNEMANN, E. 1901.

21 O problema da política municipal de Roma na África é o tema de dois estudos recentes que atualizam estudos anteriores sobre a questão: TEUTSCH, L. 1962; GASCOU, J. 1972.

peregrinas, muito numerosas, cujos habitantes não eram cidadãos romanos. A maioria delas estava sujeita ao *stipendium,* mas algumas desfrutavam da *libertas,* o que significa que sua autonomia era legalmente reconhecida, enquanto outras chegavam a ser *immunes,* ou seja, isentas do *stipendium,* o imposto arrecadado pelos conquistadores. Em segundo lugar, havia as cidades latinas: elas haviam recebido – por uma concessão geral ou porque tinham sido povoadas por colonos latinos – seja o *jus latii majoris,* que estendia a cidadania tanto aos magistrados municipais como aos membros da assembleia de decuriões, seja o *jus latii minoris,* que restringia a cidadania a indivíduos que ocupavam um cargo civil ou um *honor;* contudo, os outros habitantes tinham direitos civis quase idênticos aos dos cidadãos romanos. Em terceiro lugar, nas *coloniae juris Romani,* cujo estatuto foi definido por uma lei póstuma de César, todos os habitantes eram cidadãos romanos, com exceção, é claro, dos escravos, dos *incolae* (estrangeiros residentes) e dos *adtributi,* isto é, das populações autóctones dos setores ligados administrativamente a essas colônias. Estes últimos, que pertenciam às comunidades camponesas à custa das quais as colônias de imigrantes se formaram e se desenvolveram, viam a cidade muito mais como um centro de repressão do que de romanização.

Além disso, havia os *vici* e *pagi,* que geralmente faziam parte da *pertica* de uma cidade: nos grandes domínios imperiais, os agricultores raramente tinham algum contato com a cidade, e a administração ficava nas mãos dos procuradores imperiais. Finalmente, no sul das províncias africanas e principalmente nas províncias da Mauritânia, as regiões desprovidas de vilas e sujeitas ao sistema tribal eram supervisionadas por pequenos destacamentos militares comandados pelos *praefecti.*

Contudo, várias questões referentes às instituições municipais permanecem obscuras. Quanto à definição do *municipium juris Romani,* por exemplo, acreditou-se durante muito tempo, com o aval da autoridade de Mommsen, que as comunidades de cidadãos romanas eram chamadas de *municipia* ou *coloniae,* e que a diferença entre elas principalmente de ordem hierárquica e residia na honra outorgada pelo título de colônia. Praticamente, não se revelou nenhuma diferença entre os dois tipos de comunidade, o que seria explicado pela uniformização crescente dos estatutos coletivos. De acordo com uma teoria proposta por C. Saumagne, que, no entanto, está longe de ser unanimemente aceita, há razões para crer que os *municipia juris Romani* só existiram na Itália; daí se concluiria que todos os *municipia* provinciais eram do grupo *juris Latini* e que não haveria na África outras comunidades do grupo *juris Romani,* além das colônias e das *oppida civium romanorum.* Essa análise apresentaria a vantagem

de esclarecer o problema do processo de naturalização nas províncias; assim, o *jus Latii,* que conferia a cidadania romana aos ricos, teria constituído uma etapa indispensável para a integração de todas as comunidades[22].

Levando em consideração essas nuanças, constata-se que as cidades africanas tendiam a se aproximar cada vez mais dos *municipia* italianos; por toda parte havia uma assembleia popular, um senado, magistrados nomeados por um ano e sujeitos a um colegiado, *duoviri, quattuorviri, aediles, quaestores.* Contudo, observou-se a longevidade excepcional do *populus* na África, embora a assembleia popular tivesse caído em desuso em outras localidades. Os cidadãos que compunham o *populus* agrupavam-se em corpos intermediários chamados *curiae,* que são consideradas por alguns como sobrevivência de uma antiga instituição cartaginesa. Desse modo, as *curiae* africanas teriam apenas o nome em comum com as das outras partes do Império. Entretanto, o poder efetivo não ficava nas mãos do *populus,* mas nas do senado municipal, composto de aproximadamente cem membros, que formavam o *ordo decurionum,* uma ordem senatorial em nível local. Esses decuriões eram escolhidos entre os antigos magistrados com idade acima de 25 anos e também, ocasionalmente, entre os cidadãos ricos. Eles controlavam as finanças da cidade, tomavam decisões sobre as novas despesas, administravam a propriedade municipal. Eram organizados numa hierarquia baseada em seu nível social. No topo estavam os membros honorários, aos quais era confiada a defesa dos interesses da cidade; geralmente eram homens nascidos no país que a ascensão social havia integrado por *adlectio* às ordens superiores do Império; no caso mais favorável, um cavaleiro ou um senador fazia carreira em Roma, em círculos próximos ao imperador, e desse modo encontrava-se em condições de representar diante dele os interesses de sua cidade – reivindicando a melhoria de seu estatuto legal ou a redução de impostos, ou mesmo intercedendo a favor da carreira de um jovem cidadão. Em seguida, por ordem de precedência, vinham os antigos *duumviri,* os antigos *aediles,* os antigos *quaestores,* e por fim os simples decuriões, que ainda não tinham alcançado um alto posto. Todos deviam ter uma fortuna superior a uma espécie de censo, que era modesto nas pequenas cidades, muito numerosas, mas extremamente elevado nas grandes cidades, principalmente em Cartago, onde se igualava ao censo equestre. Isso significa que apenas os homens ricos podiam desempenhar algum papel na cidade onde os magistrados presidiam a assembleia do povo e o senado, despachavam as questões rotineiras, mantinham

22 SAUMAGNE, C. 1965. Sua tese é refutada por J. DESANGES (1972. pp. 253-73).

relações com as autoridades provinciais e exerciam o poder judiciário limitado a pequenos delitos e a litígios de pouca importância.

O exercício dos cargos públicos supunha a posse de amplos recursos e tempo disponível: os magistrados não recebiam salário e, ao assumir o posto, deviam pagar ao tesouro municipal uma soma variável segundo o nível do cargo e o tamanho da cidade; além disso, era costume manifestar generosidade de diversos modos, oferecendo banquetes, organizando jogos, financiando a construção de monumentos. Portanto, a maioria dos edifícios públicos (termas, mercados, fontes, templos, teatros) das cidades africanas devia sua existência a um verdadeiro espírito de competição entre os notáveis. O cargo civil mais alto na cidade era o dos *duoviri quinquennales,* eleitos a cada cinco anos e encarregados do recenseamento, o que significava que eles deviam determinar o número total de habitantes e de cidadãos, avaliar as fortunas e determinar ao mesmo tempo o lugar dos indivíduos na hierarquia social e a repartição do imposto.

Essa carga fiscal iria tornar-se cada vez mais determinante e ocasionar a intervenção do poder central nos assuntos municipais. A partir do século II, as finanças das cidades, às vezes em dificuldade, foram pouco a pouco sendo controladas por *curatores civitatis,* a fim de remediar uma situação que se tornara difícil devido ao esbanjamento e a despesas de prestígio. Esse foi o primeiro sinal de uma tendência para a centralização e a imposição de um sistema burocrático de controle estatal, que se reforçou com a crise do século III e se estabeleceu firmemente no século IV, sucedendo o liberalismo e a autonomia municipal.

A vida econômica

A população

Não possuímos nenhuma estimativa razoavelmente precisa da população no período romano. Havia certamente os recenseamentos necessários à caracterização da situação fiscal, mas não chegaram até nós. Portanto, nesse domínio ficamos em geral reduzidos a hipóteses pouco satisfatórias: cálculo do povoamento pela aplicação de um coeficiente de densidade média e, sobretudo, emprego do argumento topográfico, obtido de diversas maneiras, para avaliar, principalmente, a cifra da população urbana. C. Courtois, por exemplo, toma como ponto de partida as listas episcopais e, após discutir a questão, chega à cifra de quinhentas cidades africanas; depois de longas considerações para a adoção de uma cifra de densidade e área média, ele se atém a um número médio de 5 mil

FIGURA 19.5 O aqueduto de Chercell (Argélia).

FIGURA 19.6 Sabrata (Líbia): *Frons scaenae* do teatro romano. (Fotos Salama.)

habitantes por cidade, o que corresponde a 2.500.000 habitantes urbanos num total de 4 milhões de habitantes do conjunto das províncias africanas durante o Alto Império, e 3 milhões apenas durante o Baixo Império. Essas últimas cifras fundamentam-se nas estimativas de J. Beloch, que calculou o total da população do Império Romano baseando-se em recenseamentos efetuados na Itália por Augusto. Mas C. Courtois considerou que a densidade de dezesseis habitantes por quilômetro quadrado, tida como provável pelo especialista alemão, era muito elevada para a África do Norte, que tinha, na metade do século XIX, apenas cerca de 8 milhões de habitantes. Assim sendo, ele reduziu essa taxa a onze habitantes por quilômetro quadrado, embora reconhecendo que as cidades tinham 250 habitantes por hectare, como as cidades francesas dos séculos XVIII e XIX[23]. G. Charles-Picard fez várias objeções às cifras de C. Courtois, chegando a duas conclusões: a densidade da população africana em certas regiões atingia mais de cem habitantes por quilômetro quadrado e, apesar do número considerável de cidades, a maioria dos habitantes desse território essencialmente agrícola vivia em pequenas cidades mercantis e em grandes *villae* dispersas nos campos. Desse modo, a África Proconsular teria um total de 3.500.000 habitantes; adicionando--se a população da Numídia e das províncias mauritanas, o resultado seria um total de 6.500.000 habitantes entre a metade do século II e o primeiro terço do século III, época da grande prosperidade africana[24].

Em anos mais recentes, A. Lézine apresentou, a propósito da população urbana, um ponto de vista oposto ao de G. Charles-Picard: afirmando, como este último, que as condições de vida e de povoamento do Sahel tunisiano durante a Idade Média eram muito parecidas com as existentes em tempos antigos, ele tentou calcular a magnitude da população de Sousse por volta do fim do século X e da população de Cartago entre 150 e 238. Finalmente, chegou ao número de 1.300.000 habitantes urbanos. Se aceitarmos essa conclusão e mantivermos a cifra proposta por C. Courtois para a população total, o número de habitantes rurais parecerá mais razoável[25]. Contudo, as pesquisas recentes sugerem uma nova abordagem para esses problemas demográficos; em vez de considerar apenas os dados fornecidos pelo antigo *census,* a densidade da população, os números relativos de *domus* e *insulae* e o número dos beneficiários das distribuições de cereais, agora também levamos em conta o número de túmulos por geração e as

23 COURTOIS, C. 1955. p. 104 et seq.

24 CHARLES-PICARD, G. 1959. p. 45 et seq.

25 LÉZINE, A. 1960. pp. 69-82.

summae honorariae pagas pelos magistrados que acabavam de ingressar no cargo, cuja taxa variava segundo o nível e o tamanho da cidade[26].

Agricultura

É conhecida a preponderância da agricultura na economia antiga; na África, durante o período romano, a terra era a principal fonte – e a mais valorizada – de riqueza e prestígio social. Também é comum dizer que a África era o celeiro de Roma. Algumas vezes tal expressão foi usada para insinuar a existência em outras épocas de uma proverbial abundância, em contraste com a pobreza atual, e daí extrair um veredicto apressado sobre a "decadência da população", desconsiderando totalmente os problemas complexos que criaram as condições de subdesenvolvimento. Neste caso, somos forçados a repetir uma verdade que não escapou aos historiadores: a África era o celeiro de Roma porque, vencida, era obrigada a fornecer ao vencedor o seu trigo, a título de tributo. Durante o governo de Augusto, por exemplo, 200 mil romanos recebiam gratuitamente uma ração de 44 litros de trigo por mês, totalizando cerca de 1 milhão de alqueires. De qualquer modo, a teoria de uma prosperidade extraordinária da África no período romano e de um rendimento excepcional em trigo foi demolida pelo geógrafo J. Despois[27].

Inicialmente, a conquista romana desencadeou uma regressão na agricultura e na economia africana, como um todo, levando à devastação e ao abandono da arboricultura da *Chora* cartaginesa, pois nessa época a Itália dominava o mercado de vinho e azeite, e estava atenta para evitar a concorrência nesses lucrativos ramos da agricultura. Só a produção de trigo se manteve, ampliando-se a partir do reinado de Augusto por uma razão política que prevaleceu até o fim da dominação romana: a necessidade de assegurar o abastecimento da plebe romana. Após a extensão da conquista romana para oeste e para o sul e a efetivação da política de confinamento das tribos, associada a uma ativa política de valorização das terras, principalmente pelo desenvolvimento de grandes projetos hidráulicos, as cifras da produção de cereais aumentaram consideravelmente. Já durante o reinado de Nero, sabemos que a África era responsável pelo abastecimento de

26 Ver em particular a crítica aos métodos de avaliação demográfica de R. P. DUNCAN-JONES (s. d. p. 85 et seq.). Em função de uma inscrição em Siagu, que menciona uma herança a ser distribuída aos cidadãos dessa cidade, o autor conclui que o número de cidadãos era de 4 mil, embora o do conjunto da população urbana ficasse entre 14 mil e 17 mil. Sobre o tratamento dos problemas demográficos, ver BÉNABOU, M. 1976. p. 385 et seq.

27 DESPOIS, J. [s. d.] p. 187 et seq.

víveres da capital do Império por oito meses do ano: desse modo, calculou-se a participação africana em 18 milhões de alqueires, ou seja, 1.260.000 quintais.

Tendo em vista que tal cifra representava o montante da *annona* – isto é, a produção anual dos domínios imperiais, que Nero aumentou substancialmente, confiscando as grandes propriedades fundiárias dos senadores romanos – acrescida da arrecadação em espécie cobrada sobre as outras terras, G. Charles--Picard considerou que a *annona* cobria um pouco mais de um sétimo do produto médio da cultura africana de cereais. Portanto, atingia o total de 126 milhões de alqueires, ou 9 milhões de quintais. Assim, o trigo que ficava na África, sem considerar as sementes, não era suficiente para o consumo local: "Uma boa parte dos camponeses era obrigada a viver de milhete ou cevada, e a falta de chuvas necessariamente trazia a fome"[28]. Durante o período da grande prosperidade da África, de meados do século II até 238, a situação melhorou devido principalmente ao cultivo das terras virgens da Numídia e das províncias mauritanas. Mas a África tinha de cumprir as novas exigências fiscais, como ocorreu quando a *annona* militar foi convertida, sob o governo de Sétimo Severo, num imposto pecuniário regular. No entanto, a partir do século II, investimentos consideráveis em monumentos públicos constituem um sinal de prosperidade da classe dominante e, principalmente, da classe média das cidades. Isso porque nessa época o governo imperial deixou que se desenvolvesse mais livremente a iniciativa econômica das províncias, embora a Itália estivesse passando por uma crise que vinha desde o reinado dos imperadores Cláudios e ainda não havia sido resolvida.

No entanto, o cultivo de oliveiras e vinhas só foi encorajado, de início, como uma forma de utilizar as *subsiciva* ou terras impróprias para a cultura de cereais. A rentabilidade do comércio de vinho e azeite, porém, levou a uma mudança de rumo, o que explica a excepcional extensão dessas culturas, em particular dos olivais, que apresentaram ótimo desenvolvimento mesmo nas regiões estépicas.

Domínios e paisagens rurais estão representados em mosaicos feitos entre o fim do século I e a metade do século IV. A vila do proprietário rural geralmente ergue-se no meio de um vasto pomar ou parque, às vezes cercada de construções utilitárias, onde os escravos trabalham ativamente. Às vezes as cenas reproduzem figurativamente a propriedade, mas em geral ela é simbolizada por atividades típicas ou por um cenário que sugere a paisagem regional: colinas, cenas

28 CHARLES-PICARD, G. 1959. p. 91.

ilustrando o trabalho de arar, a semeadura, a colheita, a debulha, a vindima e ainda rebanhos de ovelhas, aves domésticas, enxames de abelhas, etc.

Desde o início da ocupação, a característica da colonização romana foi uma divisão agrária quadricular – a centuriação: o solo africano foi dividido em quadrados de 710 m de lado, por meio a uma rede de linhas retas que se cruzavam em ângulos de 90 graus[29]. Transformadas em propriedade do povo romano (*ager publicus populi romani*) por direito de conquista, as terras foram classificadas em várias categorias, segundo leis complexas de propriedade que eram constantemente modificadas. À exceção da Mauritânia, onde o direito de passagem permanecia irrestrito, a propriedade tribal foi constantemente limitada em favor da ampliação crescente das terras de colonização. Durante o Alto Império, empreendeu-se uma vasta e ininterrupta operação de confinamento das tribos. Tal operação acentuou-se no período dos Severos, com o avanço do *limes* na Tripolitânia, na Numídia e na Mauritânia, avanço esse que foi acompanhado por um processo violento de expropriação e pela expulsão das tribos para o deserto. No entanto, os proprietários indígenas que habitavam as cidades e que não foram expropriados em favor dos colonos romanos ou latinos, de maneira geral conservaram suas terras, com a condição de pagarem o *stipendium,* de que pouquíssimas cidades peregrinas estavam isentas. Outra categoria fundiária era constituída pelas terras distribuídas aos cidadãos romanos veteranos, pequenos colonos romanos ou italianos que se instalaram nas colônias, os *oppida civium romanorum,* os *pagi.* Com o tempo, porém, em virtude da evolução do estatuto municipal no sentido de uma integração das comunidades autóctones, acabaram por se uniformizar o estatuto das terras das cidades indígenas e o das propriedades das cidades romanas. Finalmente, uma última categoria incluía os imensos domínios que os membros da aristocracia romana haviam conseguido adquirir, principalmente no final da República e nos períodos em que a África oferecia um vasto campo de oportunidades para investimentos fundiários. No século I da Era Cristã, por exemplo, seis senadores romanos possuíam a metade do solo das províncias africanas; mas Nero mandou executá-los e incorporou seus *fundi* ao *patrimonium* imperial. Todavia, durante o Baixo Império, a aristocracia romana possuía ainda um bom número de grandes domínios privados, principalmente na Numídia. De maneira geral, a grande propriedade tendia a absorver a pequena, sobretudo durante o Baixo Império.

29 Ver CHEVALLIER, R. & CAILLEMER, A. 1957. pp. 275-86.

Sabemos do estatuto e da organização dos grandes domínios imperiais graças a quatro inscrições importantes e a algumas outras indicações fornecidas pela rica epigrafia africana[30]. Elas nos legaram textos de primeira ordem, como o da *Lex Manciana* e da *Lex Hadriana,* que não são leis, no sentido do direito público romano, mas regulamentos de exploração. Para muitos autores eles se aplicavam ao conjunto do *ager publicus* – em todo o Império, segundo J. Carcopino, e apenas na África, segundo M. Rostovtzeff. Outros acreditam que se tratava de regulamentos específicos para a região dos *saltus* imperiais do vale médio do Mejerda, embora essa interpretação seja contestada por descobertas mais recentes. De qualquer maneira, só são bem conhecidas as modalidades de exploração dos domínios imperiais. Eles eram arrendados a empreiteiros chamados *conductores,* que empregavam *villici* para dirigi-los. O *villicus* explorava diretamente uma parte do domínio; provavelmente utilizava escravos e trabalhadores agrícolas, bem como os serviços compulsórios, as corveias devidas pelos colonos. Esses *coloni* eram agricultores livres a quem os *conductores* sublocavam a maior parte do domínio. O objetivo principal da *Lex Manciana* e da *Lex Hadriana* era determinar os direitos e deveres dos *conductores* e de seus chefes de exploração *(villici)*, de um lado, e dos colonos (*coloni*), de outro. O princípio era o seguinte: mediante a remessa de um terço de sua colheita e a prestação de um número determinado de dias de corveia na terra controlada diretamente pelo *villicus,* os colonos teriam sobre suas respectivas parcelas um direito de uso que poderia ser transmitido por herança e mesmo vendido, com a condição de que o novo detentor não interrompesse o cultivo durante dois anos consecutivos.

Uma administração imperial hierarquizada supervisionava a exploração dos domínios: no nível mais elevado estava o *procurator* do departamento patrimonial, um membro graduado da ordem equestre, que residia em Roma com seus funcionários. Estava a seu cargo preparar os regulamentos gerais e as circulares de implementação. Em cada província residia um procurador, também *eques* de alta posição, encarregado de supervisionar os procuradores dos distritos (*tractus*), que agrupavam um certo número de domínios (*saltus*); no nível inferior, os procuradores dos domínios eram em geral simples libertos. As tarefas desses procuradores de *saltus* consistiam em fazer contrato com os *conductores,* assegurar a execução dos regulamentos, arbitrar em disputas entre *conductores* e *coloni* e auxiliar os primeiros na coleta de rendas. Observamos na inscrição de Souk el Khemis, que data do reinado de Cômodo, que os *conductores* e os

30 Existe uma ampla bibliografia disponível sobre esta questão. Ver CHARLES-PICARD, G. 1959. p. 61 et seq. e nota 31, pp. 371-2.

procuradores encarregados de supervisionar sua gestão mancomunavam-se para privar os colonos dos direitos garantidos pelos regulamentos e para aumentar arbitrariamente suas obrigações. Na realidade, os *conductores* eram poderosos capitalistas, a cuja influência não estavam imunes os procuradores. Muitos escritores acreditam, como A. Piganiel, que a condição dos colonos descrita na inscrição de Souk el Khemis já prenunciava a dos colonos do Império Bizantino. A partir do século IV, o termo *coloni* passou a designar todos os camponeses que cultivavam os domínios imperiais ou privados em todo o Império. Em princípio, eles eram homens livres, mas sua liberdade foi cada vez mais sendo restringida pelas leis que os proibiam de deixar a terra que cultivavam. Sendo responsável pelos impostos que os colonos deviam pagar sobre sua produção, o proprietário só poderia quitar sua dívida se o cultivo não fosse interrompido: isso o levava a fixar o camponês à terra, de modo que a condição jurídica deste tendia a se aproximar da escravidão. No Ocidente medieval essa tendência resultou na servidão, na qual se confundiam descendentes de colonos e descendentes de escravos rurais.

A evolução da agricultura africana durante o Baixa Império continua a suscitar controvérsias: de maneira geral, os historiadores modernos impressionaram-se com a quantidade de propriedades isentas de arrecadações, e, portanto, incultas. A partir desse dado, inferiram que se verificou uma extensão muito rápida das terras não-cultivadas. Recentemente, C. Lepelley demonstrou que o problema é mais complexo e que a situação não era tão alarmante como se pensava, pelo menos na África Proconsular e na província Bysacena. Não se pode dizer que houve um êxodo rural maciço ou uma decadência agrícola catastrófica. Até a invasão dos vândalos, a África continuou a ser a fonte de abastecimento de Roma, que, após a fundação de Constantinopla, foi privada da cota de trigo egípcio. Além disso, a prosperidade da Ifriqiya nos séculos VIII, IX e X, confirmada pelas fontes árabes, não pode ser explicada se aceitarmos a tese de que são perceptíveis os sintomas típicos de uma recessão[31]. No entanto, verificavam-se de fato períodos de carestia, devidos sobretudo a causas naturais, e é preciso dizer que, exceto na Numídia, que continuou ligada à cultura de cereais, esses produtos parecem ter perdido importância econômica em favor das oliveiras.

A indústria e o comércio

De modo geral, a epigrafia e os monumentos figurados da África fornecem muito menos indicações sobre a vida dos artesãos e operários do que os das

31 LEPELLEY, C. 1967. pp. 135-44.

outras províncias ocidentais. Todavia, embora a metalurgia pareça menos difundida nas províncias africanas, é preciso desconfiar das generalizações. Poder-se-ia observar, por exemplo, que o material epigráfico raras vezes se refere aos que trabalhavam nas construções e aos arquitetos, embora suas obras estejam presentes em numerosos sítios arqueológicos da África. De qualquer modo, a estagnação tecnológica do período romano não permitia que a indústria antiga se desenvolvesse consideravelmente. Nessas circunstâncias, as principais atividades manufatureiras relacionavam-se com o processamento dos produtos agrícolas, destacando-se particularmente a fabricação de azeite de oliva. As ruínas de prensas de azeitonas, encontradas em grande profusão na área que se estende de Sufetula a Thelepte e Tebessa, testemunham a importância do azeite na economia antiga: ele era não apenas o principal alimento gorduroso, mas também o único combustível para iluminação e um produto essencial de toalete[32].

A indústria de cerâmica, em maior ou menor grau associada à de azeite, supria a demanda de lâmpadas e recipientes, além de produzir utensílios domésticos. Na época púnica, a indústria local concentrou-se na produção de artigos de uso diário; em sua maioria, os artigos finos de cerâmica eram importados – inicialmente da Grécia e da Etrúria e posteriormente da Itália meridional. Com a conquista romana, a África tornou-se mais dependente dos centros de produção estrangeiros: a Campânia foi substituída pela Toscana e depois pelas oficinas gaulesas, que exportavam suas mercadorias principalmente para a Mauritânia. Contudo, no início do século II da Era Cristã, começou a se desenvolver na província Proconsular uma nova indústria de cerâmica, associada a uma recuperação econômica geral.

Os trabalhos de J. P. Morel, que denunciou as imitações africanas da cerâmica de verniz negro de Campânia[33], e de P. A. Février e J. W. Salomonson sobre a *terra sigillata,* juntamente com as últimas escavações feitas pelos pesquisadores do Instituto Arqueológico de Túnis, mostraram que as oficinas africanas aumentaram continuamente em número e importância[34]. Além dos artigos comuns, elas produziam a fina cerâmica laranja-avermelhada e posteriormente laranja-clara, que se tornou popular em todos os países do Mediterrâneo ocidental. Desde a primeira metade do século III, decoravam-se belas ânforas cilíndricas e vasos bicônicos com ornamentação aplicada na forma de figuras

32 Ver CAMPS-FABRER, H. 1953.

33 MOREL, J. P. 1968; id. 1962-5.

34 Ver, por exemplo, MAHJOUBI, A., ENNABLI, A. & SALOMONSON, J. W. 1970.

em relevo inspiradas principalmente pelos jogos do anfiteatro; fabricavam-se também lâmpadas de alta qualidade e estatuetas, que eram colocadas nos túmulos ou nas capelas domésticas. No século IV difundiu-se outro tipo de cerâmica que os especialistas chamam de sigilata clara D. As importações estrangeiras, nesse setor econômico primordial que era a cerâmica, logo desapareceram, mesmo nas províncias da Mauritânia. As vendas dos produtos manufaturados e extrativos africanos (azeite, cerâmica, tecido tingido de púrpura, artigos de vidro e de madeira, mármore da Numídia) – aos quais seguramente devem-se acrescentar o trigo, os escravos e os animais selvagens destinados aos jogos do anfiteatro – deviam exceder muito os produtos importados, que provavelmente consistiam de objetos manufaturados, sobretudo de metal.

Desse modo, a África conseguiu liberar-se de sua dependência econômica, e o comércio exterior recuperou, de certo modo, a importância que teve na época púnica. O equipamento portuário desenvolveu-se em função dos recursos exportáveis do interior e do processamento dos cereais e do azeite a serem embarcados para a Itália; as relações comerciais eram feitas principalmente com Ostia, o porto que era a saída de Roma para o mar; no sítio de Ostia foram encontrados, entre os *scholae* (escritórios) das corporações de navegação, pelo menos nove construções que pertenciam às corporações africanas da Mauritânia Cesariana, de Musluvium, Hippo Diarrhytus, Cartago, Curubis, Missus, Gummi, Sullectum e Sabrata. Esses *domini navium* ou *navicularii,* agrupados em corporações, tinham a responsabilidade coletiva de transportar as mercadorias para a Itália[35]. Desde o reinado de Cláudio, tais corporações gozavam de privilégios especiais, e se organizaram, até a época de Sétimo Severo, de acordo com o princípio da livre associação. Contudo, logo o Estado passou a exercer controle nesse campo, como em outros setores da economia, principalmente porque o abastecimento de Roma era uma questão muito importante para ser entregue apenas à iniciativa particular. Os *navicularii* foram então considerados prestadores de um serviço público. No entanto, o comércio com a Itália continuou a ser feito pelos africanos. O comércio com o Oriente, próspero no período cartaginês, estava nas mãos dos negociantes orientais durante o Império; no século IV, eles ainda vinham traficar nos portos africanos. Embora se ignore a natureza exata dos produtos desembarcados por esses comerciantes, conhecidos como “sírios”, não é difícil imaginar a diversidade e a abundância de produtos africanos que levavam ao retornar a seus portos de origem, a julgar pelo grande

35 CALZA, G. 1916. p. 178 et seq.

FIGURA 19.7 Mosaico de Susa: Virgílio escrevendo a "Eneida". (Foto Museu do Bardo, Túnis.)

número de moedas de ouro com a efígie dos imperadores orientais descobertas nas escavações, e que eles deviam deixar na África para equilibrar suas contas. Finalmente, deve-se considerar o comércio transaariano, que será tratado à parte, no contexto das relações entre as províncias africanas e os povos do Saara.

Os textos antigos e os achados arquelógicos e epigráficos contêm muitas informações acerca do comércio interno da África. Com base nessas fontes, sabemos que as *nundinae,* espécie de feiras, funcionavam, nos centros rurais em diferentes dias da semana, como os atuais *souks.* Nas aldeias, edificavam-se os *macella* (mercados), com um pátio cercado de pórticos, nos quais se

abriam as barracas dos vários negociantes. Foram escavados vários desses sítios, principalmente em Leptis, onde as barracas do tipo quiosque eram equipadas com estalões para medidas de extensão e capacidade, inspecionados pelos *aediles* municipais. Outros negócios e transações eram realizados no *forum* ou nas lojas e nos mercados cobertos das cidades (ocupados por banqueiros e cambistas, taberneiros, vendedores de tecidos, etc.). As estradas, que originalmente se destinavam às necessidades da conquista e da colonização, não tardaram a favorecer o comércio, pois, é claro, facilitavam o transporte de mercadorias. Durante o reinado de Augusto e de seus sucessores, duas rotas de interesse estratégico ligavam Cartago ao sudoeste, pelo vale de Miliana, e ao sudeste pelo litoral. O terceiro lado do triângulo era constituído pela estrada estratégica de Ammaedara-Tácape, que foi a primeira rota atestada por marcos miliários. Na época dos Flávios e dos primeiros Antoninos, o sistema de estradas teve uma grande expansão, caracterizada principalmente pela construção da via Cartago-Theveste; em torno dos antigos centros militares de Theveste e Lambèse, uma rede de estradas circundava as montanhas Aures e Nemencha e prolongava-se para o norte em direção a Hippo Regius. Daí em diante, construiu-se um número cada vez maior de estradas na África Proconsular e na Mauritânia, onde o setor fortificado de Rapidum foi ligado a Gemellae e Lambèse, por um lado, e às cidades costeiras de Cesareia e Saldae, por outro. Contudo, após 235, a manutenção e o reparo da obsoleta rede de estradas criou vários problemas[36].

Realizaram-se muitas pesquisas sobre as diversas questões técnicas relativas às estradas romanas – traçado, estrutura, pontes e viadutos, construções auxiliares para uso dos viajantes. Esses estudos deixaram bem claro que os romanos estavam muito conscientes da importância estratégica e colonizadora das estradas, de seu papel administrativo – ilustrado pelos postos de revezamento do serviço de correio do *cursus publicus,* e também de seu papel econômico; a propósito, tem-se dado atenção especial, por exemplo, à rota do comércio de marfim entre Simitthu e Thabraca, e foi realizado um estudo dos sítios dos *horrea* e das *mansiones* (celeiros e armazéns) dispostos nas encruzilhadas e em vários pontos das estradas para armazenamento dos cereais e do óleo entregues aos coletores de impostos.

As relações entre as províncias africanas e os povos do Saara

Sabe-se há muito tempo que os romanos possuíam três grandes fortalezas saarianas nos confins do deserto, ao sul da Tripolitânia: as de Bu Njem, Gheria-

36 SALAMA, P. 1951.

-el-Gherbia e Gadames, cujo nome antigo era Cidamus. Durante muitos anos foram consideradas apenas como postos avançados do *limes;* mais recentemente, porém, observou-se que tais fortalezas situavam-se na fronteira do deserto e de uma zona controlada pelos romanos, habitada por camponeses sedentários que residiam em fazendas fortificadas e cultivavam principalmente a oliveira nas bacias dos uedes. Nessa região desenvolveu-se um tipo original de civilização, caracterizada por fortes tradições locais, em que são visíveis as influências púnicas. Contudo, as tradições indígenas e a marca púnica – ilustradas principalmente pelas numerosas inscrições em alfabetos locais e pela sobrevivência da língua púnica até as vésperas da invasão árabe – adaptaram-se ao novo modo de vida introduzido pelos romanos. As fortalezas controlavam as principais rotas que ligavam a costa ao Fezzan, o território dos Garamantes. Desde 19 antes da Era Cristã, Cornélio Balbo havia atacado os Garamantes e submetido, segundo Plínio, várias de suas cidades e fortalezas, incluindo Garama e Cidamus. Mais tarde, talvez sob o reinado de Domiciano, uma expedição dirigida por Júlio Materno partiu de Leptis Magna e atingiu Garama; acompanhada pelo rei dos Garamantes e seu exército, a expedição posteriormente chegou até o país dos etíopes e à região de Agisymba, onde, segundo se disse, foram vistos rinocerontes. Isso mostra que os romanos estavam interessados no Fezzan, na medida em que essa base permanente de caravanas lhes permitia chegar à beira da África transaariana. Mostra ainda por que as crises e as reconciliações, registradas por textos lacônicos, fizeram do reino dos Garamantes uma fonte de preocupação constante para os romanos. Acrescentando-se às indicações fragmentárias dos textos as prospecções e pesquisas arqueológicas dos últimos anos, foi possível precisar pouco a pouco o conhecimento dos itinerários das caravanas que levavam aos limites da África negra e ter uma ideia mais clara do progresso feito pelos romanos nessa direção. Tais fontes forneceram inúmeros detalhes sobre os aspectos militar, civil e comercial da vida nessa zona limítrofe, particularmente em Bu Njem[37]. Em primeiro lugar, os países transaarianos forneciam ouro: desde os tempos púnicos até a época árabe-muçulmana, várias rotas de ouro ligavam os depósitos da Guiné às praias do Mediterrâneo, mas de certa forma cada uma delas deixou um traço característico na história da África do Norte. O comércio de caravanas também trazia escravos negros, plumas de avestruz, animais selvagens, esmeraldas e carbúnculos do Saara. Em troca, as províncias

37 Ver, em particular, nos COMPTES RENDUS DE L'ACADEMIE DES INSCRIPTIONS para 1969, 1972, 1975, as comunicações de R. REBUFFAT a respeito das escavações de Bu Njem (Goleas).

romanas forneciam vinhos, objetos em metal, cerâmica, têxteis e objetos de vidro, como mostraram principalmente as pesquisas das necrópoles do Fezzan.

O uso cada vez mais generalizado do dromedário, a partir dos séculos II e III, nos confins saarianos onde passavam as rotas do sul e do leste, provavelmente fez reviver o nomadismo, facilitando os deslocamentos, a criação de gado nômade e a pilhagem das caravanas e dos centros sedentários influenciados em maior ou menor grau pela civilização romana. É provável que, no início, a mesma tribo se dividisse em grupos sedentários, estabelecidos ao longo das rotas regulares e no *limes,* e em nômades condutores de camelos, ao sul; posteriormente, em meados do século IV, o governo imperial tornou-se cada vez menos capaz de policiar o deserto e, embora não houvesse uma política deliberada de retirada, as pequenas colônias na margem do deserto, que haviam se desenvolvido no século III, puderam apenas sobreviver, correndo sério risco de extinção por volta do século V. Portanto, não foram o surgimento repentino e a difusão maciça do dromedário no século III que permitiram aos nômades, como sempre pensou E. F. Gautier, ameaçar a segurança das fronteiras meridionais. E mais provável que a introdução desses animais tenha sido gradual. Inicialmente, a tendência cada vez maior de utilizá-los como meio de transporte serviu aos propósitos da política romana, que tinha sabido adaptar-se às condições do meio ambiente para criar verdadeiros centros de penetração; em última instância, porém, teve o efeito oposto de permitir que as tribos nômades adquirissem a mobilidade necessária para renovar os ataques às regiões de onde haviam sido expulsas [38]. Pode-se perguntar também se a inteligente política saariana dos imperadores severos não pode ser explicada pelo fato de o fundador da dinastia ser originário de Leptis Magna, o que lhe teria permitido dispor de informações de primeira mão sobre as condições, os recursos e os itinerários do interior árido.

A ascensão dos romano-berberes e os problemas da sociedade africana

Sob o reinado de Augusto e de seus sucessores, a população das províncias africanas era composta de três grupos distintos, tanto pelas leis que os regiam, quanto pela língua e pelos costumes: romanos ou italianos imigrantes, cartagineses e sobretudo líbios sedentários que haviam incorporado às suas

38 DEMOUGEOT, E. 1960. pp. 209-47.

tradições as instituições e os costumes púnicos, e os líbios nômades que estavam rigorosamente confinados a certas áreas ou totalmente banidos das regiões de terras férteis que haviam sido obrigados a abandonar.

Diz-se frequentemente, e com justiça, que as províncias africanas não eram consideradas áreas de recolonização: no reinado de Adriano, deixaram de ser fundadas colônias de veteranos na África Proconsular, e as da Numídia, a partir dessa data, foram estabelecidas para os soldados recrutados nas cidades africanas. Como vimos anteriormente, a situação desses soldados não cessou de evoluir para uma total romanização: a integração dos cidadãos autóctones, principalmente dos mais ricos – que procuravam escapar de uma condição socioeconômica e jurídica inferior –, foi efetivada com a promulgação da *constitutio Antonina,* em 212, que concedia a cidadania romana a todos os habitantes livres do Império que ainda não a tinham adquirido, à exceção dos *dediticii.* Seguindo o exemplo dos antoninos, Sétimo Severo promovera um grande número de comunidades a *municipium* ou mesmo *colonia;* os não-cidadãos tornaram-se minoria, de modo que a existência de situações juridicamente inferiores ficou cada vez mais injustificável, considerando-se as exigências de simplificação dos sistemas administrativo e fiscal e as tendências a favor do universalismo político, legal, ético e religioso. Contudo, todos os que não vivessem num centro de tipo municipal, grande ou pequeno, em especial os membros das tribos confinadas em regiões estépicas ou montanhosas, deviam ser classificados entre os *dediticii,* cujas instituições e autonomia não tinham sido reconhecidas, nem mesmo implicitamente, no momento da capitulação. Tais populações, portanto, ficaram marginalizadas da romanidade.

Assim, as distinções étnicas tendiam a desaparecer somente nas grandes cidades, que, no entanto, eram muito numerosas, principalmente na África Proconsular. Todavia, foram substituídas pelas distinções sociais. As duas ordens sociais superiores, a senatorial e a equestre, tinham um *status* definido pelo censo e evidenciado por insígnias e títulos. Embora a classificação com base na propriedade fosse necessária, não era suficiente, pois o princípio de hereditariedade já era aplicado: a não ser que o imperador conferisse o grau de senador ou cavaleiro como favor especial, o título era adquirido unicamente por direito hereditário. Apesar disso, o estudo das carreiras individuais, possibilitado pelos textos e sobretudo pela epigrafia, mostra a rápida renovação dessa aristocracia. As famílias da velha *nobilitas* romana, que levavam uma vida principesca e pouco a pouco se arruinavam, foram cada vez mais dando lugar a novos membros – de início originários das províncias ocidentais do Império e posteriormente greco-orientais. O primeiro senador de origem africana veio de Cirta e viveu

no tempo de Vespasiano. Um século mais tarde, por volta de 170, os senadores africanos perfaziam já uma centena, constituindo o segundo maior grupo, depois dos de origem italiana. Do mesmo modo, enquanto o primeiro cavaleiro africano conhecido, originário de Musti, recebeu o anel de ouro de Tibério, já na época de Adriano havia milhares de cavaleiros na África Proconsular e na Numídia. Durante o Alto Império a grande maioria de funcionários era recrutada da ordem equestre seminobre para desempenhar uma dupla função, que aos poucos se dividiu em dois ramos: um ligado a assuntos civis e o outro a questões militares. Desde o século III, tornou-se difícil distinguir esse segundo ramo de uma carreira exclusivamente militar. Observa-se, portanto, que a ascensão dos romano-berberes foi uma das principais características do período Antonino--Severo, no qual os africanos desempenharam um papel importante em Roma e no Império.

A principal força social – que durante o Alto Império, no interesse dos próprios imperadores, permitiu a renovação das ordens aristocráticas e garantiu principalmente à ordem equestre a manutenção de um alto nível de competência profissional e de qualidades pessoais necessários ao desempenho de sua dupla função – foi, incontestavelmente, a classe média urbana, que poderia ser chamada de burguesia municipal. Os indivíduos dessa classe de decuriões eram assimilados pela aristocracia imperial, de onde os imperadores recrutavam os funcionários para ocupar os postos importantes. Um dos fatores determinantes nessas nomeações era o espírito de solidariedade que unia em Roma os originários da mesma província: assim se explica a predominância dos espanhóis no início do século II seguida pela dos africanos, que foram substituídos pelos sírios e depois pelos Panônios.

Como em geral se afirma, a classe média dos decuriões constituía na África a base de sustentação das comunidades romanizadas. Durante o Alto Império essa classe estava ligada principalmente a uma estrutura fundiária: o decurião vivia na cidade com as rendas de sua propriedade, mas não era latifundiário nem camponês, e mesmo que possuísse vínculos com sua terra, preferia um estilo burguês de vida. Ele podia ser muito rico: para adquirir um nome na cidade e obter a gratidão de seus concidadãos, devia ser pródigo em donativos, distribuídos tanto por vaidade como por generosidade. Organizava jogos municipais, doava víveres e dinheiro aos pobres ou construía e mantinha edifícios públicos. É por isso que mesmo as cidades mais modestas manifestavam um pendor desmesurado pelos monumentos arquitetônicos, em completa desproporção com seu tamanho e importância. Todas deviam ter seu fórum, com estátuas erguidas sobre pedestais, sua cúria, sua basílica judiciária, suas termas, suas bibliotecas e ainda magníficas

FIGURA 19.8 Djemila (antiga Cuicul, Argélia): centro da cidade.

FIGURA 19.9 Lebda (antiga Leptis Magna, Líbia): trabalhos em curso no anfiteatro romano

e custosas edificações para os jogos municipais, bem como grande número de templos em honra aos deuses oficiais ou tradicionais. Embora apresentasse certas vantagens, como a proteção jurídica fornecida pelas instituições municipais e um nível mais alto de vida, a proliferação de cidades grandes e pequenas repousava inevitavelmente, como a riqueza das elites urbanas, sobre a exploração dos camponeses.

Apesar de ter sido questionada a teoria sobre o declínio das cidades no século IV, já que a epigrafia demonstrou a existência de atividade construtora relativamente intensa, e que a arqueologia revelou, mesmo durante o século III, habitações suntuosamente decoradas, havia grandes diferenças na situação social das populações urbanas durante o Alto e o Baixo Império. A agricultura permanecia a principal fonte de renda das elites citadinas. Mas o lugar dos decuriões, representantes da classe média que até então governavam coletivamente as cidades, foi tomado por uma oligarquia de grandes proprietários de terras, os *primates* ou *principales* municipais, enriquecidos graças à exportação dos cereais e do azeite de seus domínios, o que permitiu sua integração à nobreza imperial. Esses notáveis, apoiados pelo governo imperial, ascenderam às mais altas posições no governo municipal e provincial; eles restauraram os monumentos destruídos no século III, ou que ameaçavam ruir por velhice e embelezaram suas cidades, abrindo caminho, através dessa atividade litúrgica, para sua ascensão política. Os imperadores adaptaram sua política urbana a essas transformações sociais; o essencial era encorajar o desenvolvimento das cidades, pois elas constituíam não apenas uma das bases principais do sistema fiscal do Império, mas, sobretudo, uma sólida proteção contra o perigo "bárbaro".

O conjunto dos *curiales,* termo que durante o Baixo Império designava o *ordo decurionum,* empobreceu cada vez mais, pois teve de suportar, coletivamente, impostos cada vez mais elevados. Obrigados a assegurar os *numera* municipais (abastecimento, serviços públicos, despesas necessárias à manutenção dos edifícios e cultos, etc.), os *curiales* tornaram-se de fato os coletores locais dos impostos devidos pela cidade, e suas propriedades eram tidas como garantia das obrigações fiscais coletivas. Os mais ricos procuraram passar para o nível de *primates,* refugiando-se desse modo nas ordens privilegiadas, a nobreza senatorial ou equestre. Outros fugiam dos encargos municipais ingressando no exército ou nas *militiae* administrativas, ou ainda infiltrando-se nas fileiras do clero. O governo imperial teve de recorrer a medidas draconianas para combater a deserção das *curiae,* que causava prejuízos à vida municipal, isto é, aos próprios fundamentos da ordem romana. Os *curiales* também foram obrigados a impor o ingresso em seu corpo a todos que possuíssem fortuna adequada, praticamente

todos os *possessores,* que constituíam uma verdadeira classe hereditária, cujo declínio progressivo se refletia no da romanidade. Portanto, atribuindo privilégios a um pequeno grupo de *principales,* que, além disso, acabaram por deixar as cidades, o Império aniquilou a massa dos *curiales,* o que exacerbou ainda mais a crise social e agravou suas repercussões no desenvolvimento das próprias cidades.

Embora na época do principado os citadinos enriquecidos através do comércio pudessem ascender às magistraturas tornando-se membros do *ordo decurionum,* e os homens das profissões liberais, médicos ou arquitetos, fossem muito considerados, isso não mais ocorreu durante o Baixo Império. Abaixo dos *curiales,* todas as categorias da população urbana foram reduzidas ao nível da plebe. As profissões indispensáveis, como as ligadas à alimentação e ao transporte, tornaram-se hereditárias e delas não se podia mais escapar através dos canais legais.

No campo, ainda era raro no século IV que os grandes proprietários africanos se isolassem totalmente em seus domínios; como vimos, eles continuavam a ter algum interesse pelo embelezamento das cidades e pela vida municipal. Mas no fim do século apareceram os primeiros sinais de uma tendência progressiva para uma agricultura de tipo senhorial; o *dominus,* cada vez mais independente em suas terras, apropriou-se paulatinamente das prerrogativas de um Estado enfraquecido, organizando a polícia de seu domínio e até mesmo exercendo o poder de baixa justiça em seus limites. Com a introdução do sistema fiscal da *jugatio capitatio,* era de interesse do tesouro imperial e dos grandes proprietários rurais que não houvesse mudanças numa dada propriedade, nos elementos humanos e fundiários que caracterizavam a exploração. Portanto, os senhores leigos e eclesiásticos, com a ajuda da administração imperial, puderam impedir os *coloni* de tentar aproveitar melhor seus lotes e conseguiram prendê-los à terra. Quanto aos pequenos e médios proprietários que habitavam as cidades, vimos que eles procuravam escapar de sua condição de *curiales;* sua escolha reduzia-se ao retorno à plebe urbana ou à aceitação de uma espécie de relação feudal com o grande domínio vizinho. Em realidade, há longo tempo se manifestava uma tendência geral para a concentração das terras nas mãos de alguns proprietários; Cipriano já havia registrado, na metade do século III, que "os ricos adquirem um domínio após outro, expulsando seus vizinhos pobres, e é interminável a extensão desordenada de suas terras"[39].

39 Sobre essas questões sociais, ver GAGÉ, J. 1964.

Não há espaço neste breve resumo para discutir o movimento dos donatistas, que sempre foram objeto de controvérsia entre os estudiosos. Lembremos apenas que existem registros desses bandos rebeldes na Numídia, no século IV, e que esse movimento se desenvolveu nas áreas rurais, embora violentamente anticatólico, apresentava um caráter social evidente.

A vida religiosa e o advento do cristianismo

A dominação romana não chegou a impedir os autóctones de manifestarem uma devoção fiel a suas divindades tradicionais. Comumente, nos humildes santuários rurais os velhos cultos berberes dos gênios conservaram suas formas ancestrais. Em alguns casos, porém, foram absorvidos pelos cultos das divindades greco-romanas: por exemplo, os cultos dos gênios da fecundação ou da cura eram às vezes mascarados pelos de Netuno, Esculápio ou Serápis. Nas regiões que pertenceram aos reinos númidas, onde a influência púnica tinha sido profunda e durável, chegou-se a esboçar um verdadeiro panteão de deuses nativos. Mas a maioria da população das províncias africanas praticava os cultos de Saturno[40] e dos equivalentes greco-romanos dos velhos deuses de Cartago. A religião desse Saturno africano era simplesmente uma continuação da de Baal-Hamon, do mesmo modo que Juno-Caelestis, a principal divindade da Cartago romana, era apenas Tanit, a grande deusa da Cartago púnica. O culto das divindades agrárias – as *Cereres* – também foi introduzido nos tempos númida-púnicos. Naturalmente, a romanização transformou até certo ponto a religião africana: a língua púnica desapareceu dos ex-votos, os símbolos abstratos gravados nas estelas frequentemente foram substituídos por figuras de deuses em geral derivadas da arte greco-romana, a influência da arquitetura romana se estendeu às construções religiosas. Mas o sentido profundo da religião africana conservou viva a sua especificidade, que se manifestava principalmente no ritual, nas representações figuradas das estelas e até mesmo no texto das dedicações latinas, que mantinham com notável constância a lembrança das fórmulas tradicionais.

Quanto aos cultos oficiais do Império, não tardaram a ser reverenciados nas cidades. A fidelidade a Roma devia exprimir-se principalmente pela observância das práticas religiosas, que faziam parte integrante da civilização romana. Os membros do *ordo decurionum* que atingiam o apogeu de sua carreira municipal

40 LEGLAY, M. 1966; id. 1967.

FIGURA 19.10 Mosaico de Chebba: Triunfo de Netuno. (Foto Museu do Bardo. Túnis.)

desejavam ser investidos da dignidade de flâmines perpétuos, sacerdotes que desfrutavam o privilégio de oferecer ao casal imperial deificado as preces e os votos dos habitantes da cidade. Além disso, a assembleia provincial, composta de deputados de todas as assembleias municipais, reunia-se anualmente em Cartago para escolher o flâmine provincial o grande sacerdote cuja função era celebrar o culto oficial em nome de toda a província. Finalmente, em cada cidade, o culto da tríade capitolina, Júpiter, Juno e Minerva, o de Marte, pai e protetor do povo romano, e os de Vênus, Ceres, Apolo, Mercúrio, Hércules e Baco constituíam também outras formas oficiais da religião do Império e da vida espiritual greco-romana. Por toda parte, templos e estátuas, altares e sacrifícios celebravam essas divindades e muitas outras ainda, como a Paz, a Concórdia, a Fortuna, o gênio do Império, o gênio do Senado romano, etc.

As divindades das regiões orientais do Império, prontamente aceitas em Roma, também foram reverenciadas na África. Funcionários, soldados e comerciantes difundiram o culto de Ísis, Mitra ou Cibele, identificadas algumas vezes com as divindades locais como, por exemplo, Ísis a Deméter ou Cibele a Caelestis. Desse modo, a grande corrente mística que invadia todo o mundo romano atingiu a África, embora as religiões orientais de busca da salvação não atraíssem tanto as elites africanas como o *thiasus* do culto de Baco ou de Deméter. Do mesmo modo, as doutrinas espiritualistas, especialmente o neoplatonismo, propagaram-se em alguns círculos e chegaram a conciliar-se com as tradições púnicas: as estelas de Chorfa, por exemplo, ilustram as tendências influenciadas pelo neoplatonismo. Alguns autores chegam a acreditar que a ideia expressa por esses monumentos, ou seja, de que há uma divindade suprema que age sobre o mundo terrestre através de hipóstases, provavelmente preparou o caminho para o monoteísmo cristão.

Isso explicaria por que o cristianismo se desenvolveu mais cedo na África do que em outras províncias ocidentais do Império? É claro que as estreitas relações com Roma favoreceram a rapidez com que a nova religião foi introduzida no continente. O mesmo se pode dizer, provavelmente, da existência de pequenas comunidades judaicas nos portos, principalmente em Cartago. Contudo, é notável que desde o início o latim fosse reconhecido como língua do cristianismo africano, enquanto a Igreja romana ainda utilizava o grego. De acordo com Tertuliano, que viveu no final do século II e início do III, naquela época havia na África um número muito grande de cristãos, em todas as classes e profissões. Por volta de 220, foi possível reunir em Cartago um sínodo de 71 bispos; outro, realizado em cerca de 240, reuniu noventa bispos. Isso mostra que as pequenas comunidades cristãs estavam espalhadas por muitas cidades africanas,

constituindo o que o Império com certeza considerava um grave perigo. De fato, por se recusarem a aceitar a ideologia imperial e principalmente por se negarem a participar do culto ao imperador, os cristãos se colocavam decididamente na oposição. Apesar de seu liberalismo e da tolerância habitual pelos novos cultos, Roma tinha de manifestar sua intransigência com uma seita que objetivava criar, fora do âmbito do regime, agrupamentos cada vez mais numerosos que cultivavam um ideal diferente. Portanto, abateu-se sobre os cristãos a repressão mais rigorosa: em 180, doze cristãos da cidade de Scilli foram decapitados por ordem do procônsul, e o ano de 203 foi marcado pelo martírio das santas Perpétua e Felicidade e de seus companheiros, que foram atirados aos animais na arena do anfiteatro de Cartago. Mas as medidas repressivas, de resto esporádicas, não conseguiram sufocar o zelo e o fervor dos fiéis, muitos dos quais procuravam ardentemente o martírio.

Não é possível, no âmbito deste breve relato, fazer o histórico do cristianismo africano, que se propagou sobretudo durante o período que vai da paz da Igreja no século IV até o estabelecimento dos árabes na África do Norte. Dever-se-ia dedicar um estudo especial a essa complexa questão, que envolve principalmente a pesquisa do cisma donatista e, é claro, da literatura cristã desde Tertuliano até Santo Agostinho, de quem a personalidade e a obra constituíram o derradeiro clarão da romanidade africana. Ele soube recolher e transmitir ao Ocidente a herança da cultura latina, e legou à cristandade de todos os tempos a sua doutrina, de uma riqueza raramente igualada.

A cultura africana

Após ter sido negligenciada durante longo tempo pelos historiadores de Roma, as artes provinciais e as culturas “periféricas” estão atualmente no centro das preocupações. Isso se deve a uma compreensão mais clara dos limites da romanização e das diferentes formas que ela assumiu em seus contatos com as sociedades indígenas. Além disso, é preciso considerar que a arte de uma determinada província não pode ser dissociada de sua vida econômica, social e religiosa. A propósito, para estudar e apreciar a arte desenvolvida nas províncias africanas durante a dominação romana, tornou-se necessário considerar o persistente substrato líbio-púnico que continuou a existir e a evoluir durante séculos.

Não é o caso de tratar aqui dos problemas complexos abordados principalmente pelos arqueólogos; basta fazer uma referência à obra *La Civilisation de l’Afrique*

Romaine, de G. Charles-Picard, que tem um capítulo importante sobre a literatura e a arte africanas; devemos nos contentar em fazer apenas algumas observações. De início, é necessário indicar que os primeiros elementos dessa cultura africana não se devem unicamente – como em geral se pretendeu – aos fenícios e cartagineses. Quando os navegadores orientais começaram a frequentar as costas da África, no início do I milênio antes da Era Cristã, aportaram num território no qual, antes deles, graças à abertura para as ilhas mediterrânicas, já haviam penetrado diferentes técnicas, como a que deu origem à cerâmica pintada, conhecida como Kabyle ou berbere. A existência, nessa época, de populações sedentárias prontas a aceitar os elementos de uma civilização urbana é agora demonstrada pelos dolmens argelino-tunisianos, pelos *haounets* do norte da Tunísia e pelos objetos encontrados nos monumentos funerários escavados no noroeste de Marrocos[41]. Mais tarde – no período anterior e principalmente na fase posterior à destruição de Cartago – a população nativa adotou e adaptou a cultura fenícia e púnica, mesclada com elementos egípcios e orientais, impregnados, depois do século IV antes da Era Cristã, de influências helenísticas. Finalmente, as contribuições ítalo--romanas mais importantes e impostas de maneira mais direta inevitavelmente geraram combinações híbridas, frequentemente difíceis de definir. Contudo, é costume distinguir duas culturas na África: uma oficial, de caráter romano, e outra popular, indígena e provincial. Mas existem, é claro, monumentos em que as duas correntes se encontram, se misturam e se confundem.

As obras arquitetônicas africanas reproduziam em geral tipos de monumentos públicos que predominavam em todo o mundo romano, e, portanto, inspiravam--se numa técnica e num ideal essencialmente romanos. Do mesmo modo, as esculturas decorativas e as grandes estátuas dos deuses, dos imperadores e dos personagens importantes diferenciavam-se muito pouco de suas congêneres da Itália ou de outras províncias. Contudo, as obras arquitetônicas ou de escultura ligadas às tradições religiosas ou funerárias da população bem como certas técnicas especiais de construção ou decoração traziam a marca das características locais. Isso é evidente nos templos em honra a divindades que mantiveram sua individualidade nativa apesar da aparente identificação com os deuses romanos; em certas sepulturas monumentais; numa técnica especial de construção de paredes conhecida como *opus africum*; na arquitetura doméstica e, por último, em estelas votivas ainda impregnadas das influências pré-rornanas. No período

41 Os trabalhos recentes modificaram completamente as concepções tradicionais. Ver,por exemplo, CAMPS, G. 1960-b; id. 1961; GOBERT, E. G. 1948. pp. 1-44; TIXERONT, J.1960. pp. 1-50; FÉVRIER, P. A. 1967. pp. 107-23.

FIGURA 19.11 Trípoli (antiga Oea, Líbia): Arco do Triunfo de Marco Aurélio. Detalhe.

dos severos, as esculturas de Leptis Magna e outras cidades da Tripolitânia e da África Proconsular foram muito influenciadas por uma poderosa corrente artística, vinda do Oriente asiático e prontamente assimilada, pois correspondia a tendências antigas, mas ainda vigorosas, da arte africana.

Os inumeráveis mosaicos descobertos desde o início do século também apresentam tendências e características locais. Nesse caso, novamente, podemos apenas remeter aos periódicos especializados e à obra já citada de G. Charles-

-Picard, que assim concluiu o capítulo sobre o “barroco africano”: “Portanto, a África deu a Roma muito mais do que recebeu e mostrou-se capaz de fazer frutificar suas influências com um espírito que não é nem o da Grécia nem o do levante helenizado”[42]

42 CHARLES-PICARD, G. 1959, p. 353.

CAPÍTULO 19

PARTE II
De Roma ao Islã

P. Salama

Quando terminou a dominação romana na África do Norte, que durou em algumas regiões quatro ou cinco séculos, a situação interna apresentava um quadro complexo. Revoltas regionais, conflitos religiosos, descontentamentos sociais criaram um clima deteriorado, mas a solidez da experiência administrativa e o prestígio da cultura latina legaram a esta civilização importada muitas possibilidades de sobrevivência.

Divididas em zonas dominadas ou independentes, segundo as vicissitudes das conquistas estrangeiras ou das resistências locais, a África do Norte pós-romana e pré-islâmica viveu então um dos períodos mais originais de sua história[1].

As regiões sob ocupação estrangeira

Durante um período de aproximadamente três séculos, duas invasões estrangeiras alternadas assumiram a tutela de Roma, sem jamais poder reconstituir integralmente suas fronteiras.

---

1 Nosso título "De Roma ao Islã" é tomado de um estudo, de caráter principalmente bibliográfico, de C. COURTOIS, na *Revue Africaine,* 1942, pp. 24-55.

O Episódio Vândalo

Nada era mais inesperado na África do Norte do que estes conquistadores de origem germânica. Nenhuma dominação se adaptou menos às realidades do território. Distanciando-se dos outros povos germânicos que, como eles, haviam emigrado em massa para a Europa ocidental em +406, os vândalos inicialmente se instalaram no sul da península Ibérica, que, ao que parece, conservou seu nome (Vandalusia = Andalusia). Chamados ou não a intervir nas disputas internas do poder romano na África do Norte, eles cruzaram o estreito de Gibraltar, com uma força de 80 mil homens, sob o comando de seu rei Genserico (ou Geiserich) no ano de +429. O avanço foi fulminante. Em +430, já sitiavam a cidade de Hipona e, em +435, viram reconhecida por parte dos romanos a posse de Constantina. Três anos mais tarde apoderaram-se de Cartago e, após uma breve retirada em +442, iniciaram, a partir de +455, três operações de grande envergadura: a anexação definitiva de toda a zona oriental da África romana, a conquista da maior parte das principais ilhas no Mediterrâneo ocidental – Baleares, Sardenha e Sicília – e uma audaciosa expedição para saquear a própria Roma. O Império oriental, esperando desalojar os invasores, sofreu um desastre naval em +468 e, a partir dessa data, admitiu o fato consumado: um tratado de +474 consagrou definitivamente as boas relações entre Bizâncio e os vândalos, que representavam uma grande potência marítima no Mediterrâneo ocidental.

Foi benéfico o século de ocupação germânica de uma parte da África do Norte? Ao ler as fontes literárias da época, francamente hostis aos usurpadores, ficamos horrorizados com sua brutalidade. Mas a crítica moderna conseguiu desvincular o tema de seu contexto passional. O termo “vandalismo”, sinônimo de espírito de destruição, foi forjado apenas no final do século XVIII, e atualmente, graças a numerosos documentos arqueológicos, parece claro que, em sua má administração do território, os vândalos erraram muito mais por omissão do que por intenção.

Estamos nos aproximando de uma ideia cada vez mais clara da estrutura legal do Estado vândalo: realeza originária de uma aristocracia militar, detentoras ambas dos grandes domínios públicos e privados da antiga África romana; manutenção da administração romana, regional e local, incluindo até mesmo a utilização, em benefício do novo culto real, das antigas assembleias provinciais de tradição imperial. Portanto, Cartago tornou-se a rica metrópole do novo Estado. Esse mesmo interesse pelo tradicionalismo latino afetou ainda a estrutura agrária, sendo engenhosamente preservadas as antigas leis romanas que regiam a organização camponesa, principalmente a *Lex Manciana*. O

fenômeno do êxodo urbano para as áreas rurais, iniciado em toda parte durante o Baixo Império, intensificou-se, trazendo consigo a decadência e a diminuição da área de diversas cidades. Outras, ao contrário, como Ammaedara, Theveste ou Hipona, prosseguiram suas obras monumentais. Parece mesmo que durante esse período – e a manutenção da economia monetária o comprova – nem a agricultura nem o comércio sofreram qualquer declínio evidente. Tudo indica que as relações externas foram prósperas, e o conjunto das possessões vândalas pôde ser qualificado de “império do trigo”. São testemunho da riqueza das classes dominantes as finas joias de estilo germânico, por vezes encontradas em Hipona, Cartago, Thuburbo Maios e Mactar.

O balanço político e religioso mostra-se mais negativo. Nas partes sul e oeste de seu domínio norte-africano, os vândalos sofreram tantos ataques dos “mouros”, denominação geral dos rebeldes norte-africanos, que é quase impossível fixar uma fronteira estável na zona sob seu controle. Tais limites eram certamente flutuantes, e é provável que jamais tenham ultrapassado, a oeste, a região de Djemila (Cuicul).

No campo religioso, o clima de crise foi permanente. Os vândalos eram cristãos, mas professavam o arianismo, heresia intolerável para o clero católico tradicional. Seguiu-se uma repressão quase sistemática do clero por um poder central pouco inclinado a tolerar resistências dogmáticas. O furor anticatólico atingiu seu clímax após um pseudoconcílio reunido em Cartago no ano de +484.

Desse modo, a situação de crise moral e social levou a um processo de derrocada, acelerado na realidade pelos abusos ou pela incompetência dos sucessores de Genserico. Em +530, a usurpação de Gelimero, destronando o rei Hilderico, aliado do imperador do oriente Justiniano, incentivou a conquista bizantina[2].

2 Os textos literários antigos a respeito do período vândalo na África do Norte devem-se principalmente a três autores “comprometidos”, de manifesta hostilidade: o bispo católico VICTOR DE VITA (*Histoire de la Persécution dans les Provinces Africaines*), FULGÊNCIO DE RUSPE (*Opera*) e o historiador bizantino PROCÓPIO (*A Guerra dos Vândalos*). Últimas edições: FRAIPONT, J., trad. 1968; VEH, O., ed. 1971. O estudo moderno básico é o de C. COURTOIS (1955), uma obra importante, corrigida e suplementada em certos pontos por várias contribuições arqueológicas. A questão como um todo é retomada por H. J. DIESNER (1965. pp. 957-992; 1966). O problema fundiário foi ilustrado pela descoberta de atos jurídicos escritos em placas de madeira ou fragmentos de cerâmica: COURTOIS, C., LESCHI, L., MINICONI, J., FERRAT, C. & SAUMAGNE, C. 1952; FÉVRIER, P. A. & BONNAL, J. 1966-7. pp. 239-59.
Sobre a expansão territorial do reino vândalo para o sul e oeste da Numídia: FÉVRIER, P. A. 1962-7; id. 1965. pp. 88-91; DIESNER, H. J. 1969. pp. 481-90.
Sobre as instituições: CHASTAGNOL, A. 1967. pp. 130-4; CHASTAGNOL, A. & DUVAL, 1974. pp. 87-118. Sobre o estado do reino e o declínio urbano em particular: MAURIN, L. 1968. pp. 225-54. Para a questão religiosa: COURTOIS, C. 1954; LEPELLEY, C. 1968. pp. 189-204; vários trabalhos de DIESNER citados na bibliografia analítica de DESANGES, J. & LANCEL, S. 1970. pp. 486-7; MAIER, J.-L. 1973.

O Episódio Bizantino

Considerando-se sucessora legítima do Império Romano, a corte de Constantinopla resolveu expulsar dos territórios usurpados os novos Estados germânicos do Ocidente. E foi na África do Norte que tal iniciativa se mostrou menos ineficaz.

No ano de +533, seguindo a ordem de Justiniano, um corpo de expedicionários comandado por Belisário destruiu, em três meses, o poder dos vândalos, fazendo desaparecer esse povo da História. A primeira medida bizantina, um célebre édito do ano +534 reorganizando as estruturas administrativas do país, estabeleceu o padrão a ser seguido: uma política ao mesmo tempo militar e jurídica, inspirada muito fielmente na dos romanos. Foi um erro imaginar que após mais de cem anos de negligência as massas rurais voltariam a aceitar a rigidez do conservadorismo administrativo; e, de fato, o que o século e meio de ocupação bizantina produziu na África do Norte foram algumas realizações inegáveis no campo da construção, obtidas num clima de insegurança crônica.

A própria reconquista do país foi difícil e, em certa medida, o processo parecia uma antecipação das intervenções árabes do século VII e francesa do século XIX; uma vez excluído o ilusório poder vândalo, comparável à futura administração turca, o conquistador esbarrou com a resistência dos chefes indígenas e teve de triunfar lentamente, pela força ou pela astúcia. De +534 a +539, o patrício Salomão, general talentoso mas violento, foi detido pelos montanheses de Iavdas, nos Aures, e depois morto pelos nômades de Coutzina e Antalas nas estepes tunísio-tripolitanas. Seu sucessor, João Troglita, adotando uma atitude mais flexível com os príncipes berberes, dividiu-os pela intriga ou desembaraçou-se deles através de assassínio, mas a pacificação que obteve foi ilusória (+544-8). Desse modo, a agitação persistiu até o fim do século VII. Basta observar um mapa das fortificações bizantinas na África do Norte para compreender que a "estratégia de fortalezas", barrando as rotas de invasão, ocupando todas as encruzilhadas e defendendo o território até sua parte central, evidenciava um perpétuo estado de alerta, pois o inimigo surgia de todos os lados. Portanto, o antigo espírito ofensivo foi substituído por uma tática defensiva, sinônimo de inquietude.

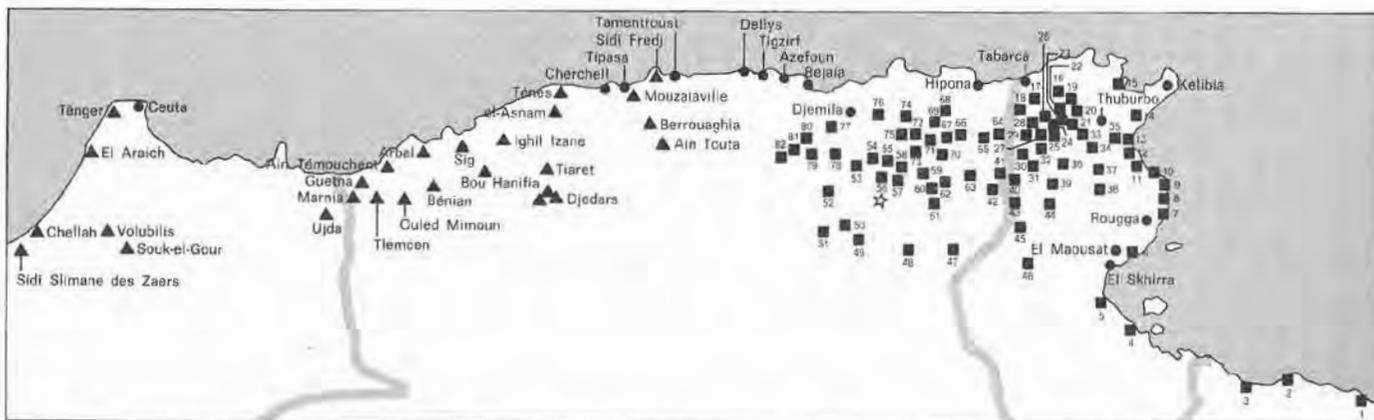
No final do século VI e no início do século VII, os imperadores Maurício Tibério e depois Heráclio tentaram em vão diminuir as frentes de batalha, restringindo a ocupação do território. Para oeste, a expansão bizantina nunca foi capaz de estender-se além da região de Sétif. Apenas algumas cidades costeiras mais afastadas receberam guarnições; mas, bloqueadas de perto pelos "mouros",

também elas prefiguraram uma situação militar famosa, a dos *presidios* espanhóis do século XVI.

Nesse contexto, a autoridade bizantina teve o grande mérito de se exercer nos domínios administrativo e econômico. As antigas cidades romanas continuaram a declinar e a se despovoar, ao abrigo das poderosas fortalezas que lhes serviam de proteção, como em Tebessa, Haidra ou Timgad. As antigas províncias, às vezes restauradas artificialmente, receberam governadores, submetidos a um prefeito do pretório instalado em Cartago, embora o poder militar não estivesse associado ao cargo. No final do século VI, um chefe supremo, o exarca ou patrício, concentrou em suas mãos praticamente todos os poderes.

A política interna, produto dos métodos romanos, tendeu naturalmente a recuperar os antigos rendimentos fiscais. Assim, foi restabelecida a *annona,* imposto anual pagável em trigo. Uma vez confiscados os domínios reais dos vândalos, as propriedades foram devolvidas a seus antigos donos, averiguados, quando necessário, até a terceira geração. Pode-se imaginar o número de disputas legais e materiais que essa operação criou. Em todos os domínios, a taxação era sentida como um peso esmagador. A vida econômica, no entanto, conheceu uma relativa prosperidade. A manutenção da economia monetária em todas as transações e a entrega do comércio exterior a agentes oficiais deram a Cartago e à região do interior sob sua influência uma reputação de grande riqueza no mundo mediterrânico, ainda mais que as duas margens do estreito da Sicília estavam sob influência bizantina. Pode-se duvidar que as massas rurais norte-africanas tenham extraído algum benefício de tal situação.

No plano religioso, os novos senhores restabeleceram o culto tradicional, isto é, o catolicismo ortodoxo, e proibiram o arianismo. Uma reaparição do donatismo, que já se havia manifestado anteriormente na África romana, foi duramente reprimida; considerou-se tal heresia, aliás corretamente, como um fenômeno de contestação social. Bizâncio chegou a se dar ao luxo de uma crise dogmática, a do monotelismo, uma discussão fútil sobre as naturezas divina e humana de Cristo; às vésperas da conquista muçulmana, o clero da África do Norte dividiu-se em torno dessa questão.

Daí em diante, os numerosos casos de insubmissão administrativa ou militar, o excesso de poder, a corrupção nos altos cargos em face do constante perigo berbere anunciavam a chegada, mais ou menos longínqua mas inevitável, da queda final. Foram precisos cerca de cinquenta anos, de +647 a +698, para que um novo e inesperado visitante, o conquistador árabe, acabasse para sempre com o domínio bizantino.

Período bizantino na África do Norte: Construções militares, fortalezas e cidades. (Mapa fornecido por P. Salama.)

Fronteiras modernas entre Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia.

Topônimos sublinhados: Cidades ocupadas pelos bizantinos, fora do território protegido

Bejaia = Saldae, provavelmente ocupada

Azetfoun = Ruzasus, provavelmente ocupada

Tigzirt = Iomnium, muralha bizantina

Dellys = Rusucurru, objetos bizantinos

Tamentfoust = Rusguniae, inscrições bizantinas

Tipasa = Tipasa, moedas bizantinas

Cherchell = Cesaréia, textos

Sebta (Ceuta) = Septem Fratres, textos

Topônimos não-sublinhados: Últimos testemunhos datados das cidades e dos monumentos da África independente

Sidi Fredj (Sidi Ferruch): inscrição de igreja; a. 449/538

Mouzaiaville: inscrição funerária (também objetos do século VI); a. 495

Berrouaghia = Zaba: inscrição de igreja; a. 474

Ain Touta: inscrição de igreja; a. 461

el-Asnam = Castellum Tingitanum: inscrição de igreja; a. 475

Ighil Izane = Mina: texto eclesiástico; a. 525

Tiaret: inscrição funerária; a. 509

Dejedars de Frenda: monumentos funerários: a. séculos V a VII (?)

Sig = Tasaccura: inscrição funerária; a. após 450

Arbal = Regiae: inscrição funerária: a. 494

Bou Hanifia = Aquae Sirenses: inscrição funerária: a. 577

Béniam = Alamiliaria: inscrição funerária: a. fim do século V

Ain Témouchent = Albulae (Safar?): inscrição funerária: a. 544

Ouled Mimoun = Altava: inscrição funerária; 599 contexto epigráfico; a. 655

Tlemcen = Pomaria: inscrição funerária; a. 651

Guetna: inscrição funerária: a. 524

Marnia = Numerus Syrorum: inscrição funerária; a. 460 mas ocupação comparável àquela de Tlemcen.

Vizinhança de Ujda: moedas; primeira metade do século VII

Volubilis (Walili): inscrição funerária; a. 655 relativa a um dignitário de Altava

Souk-el-Gour: monumento funerário; século VII

Sidi Slimane des Zaers: moedas: primeira metade do século VII

Chellah = Sala: peso bizantino; século VI

El Araich (Larache) = Lixus: moedas; primeira metade do século VII

Tânger = Tingis: moedas; primeira metade do século VII

Principais construções militares e fortalezas do território bizantino

1 Lebda = antiga Leptis Magna
2 Trípoli = Oea
3 Sabratha = Sabrata
4 Bou Garara = Gigthis
5 Gabes = Tácape
6 Bordj Junca = Macomades Minores
7 Ras Kaboudia = Justinianópolis
8 Ras Salakta = Sullectum
9 Ras Dimass = Thapsus
10 Lemma = Leptiminus
11 Sousse = Hadrumetum Justiniana
12 Hergla = Horrea Caelia
13 Henchir Fratis = Aphrodisium
14 Ain Tébornok = Tubernuc
15 Cartago = Carthago Justiniana
16 Beja = Vaga
17 Hamman Darradji = Bulia Regia
18 Bordj Hellal
19 Ain Tpunga = Tignica
20 Henchir Dermoulia = Coreva
21 Henchir Tembra = Thaborra
22 Téboursouk = Thubursicu Bure
23 Dougga = Thugga
24 Ain Hedja = Agbia
25 El Krib = Mustis
26 Kern el Kebch = Aunobari
27 Henchir Douamis = Uchi Maius
28 Sidi Bellagui
29 El Kef = Sicca Veneria
30 Henchir Djezza = Aubuzza
31 Ebba = Obba
32 Lorbeus = Laribus
33 Sidi Amara
34 Ksar Lemsa = Limisa
35 Henchir Sguidam
36 El Kessra = Chusira
37 Djelloula
38 Henchir = Ogab
39 Sbiba = Sufes
40 Haidra = Ammaedara
41 Gastel
42 Tebessa = Theveste
43 Henchir Bou Driès
44 Sbeitla = Sufetula
45 Fériana = Thelepte
46 Gafsa = Capsa
47 Negrine = Ad Maiores
48 Bades = Badias
49 Thouda = Thabudeos
50 Biskra Vescera
51 Tolga
52 Tobna = Thubunae
53 Ksar Bellezma
54 Ain Zana = Diana Veteranorum
55 Ain el Ksar
56 Lambèse = Lambaese
57 Tïmgad = Thamugadi
58 Henchir Guesses
59 Baghaï = Bagai
60 Khenchela = Mascula
61 Henchir Oum Kif = Cedias
62 Ksar el Kelb = Vegesela?
63 Henchir Cheragreg
64 Taoura = Thagora
65 Mdaourouch = Madauros
66 Tifech = Tipasa
67 Khamissa = Thubursicu Numidarum
68 Guelma = Calama
69 Announa = Thibilis
70 Ksar Adjeledj
71 Ksar Sbahi = Gadiaufala
72 Ain el Bordj = Tigisis
73 Djebel Ferroukh
74 Constantina = Constantina
75 Fedj Sila = Sila
76 Mila = Milev
77 Sétif = Sitifis
78 Zraia = Zarai
79 Kherbet Zembia = Cellas
80 Ain Toumella = Thamallula
81 Oued Ksob
82 Béchilga = Zabi Justiniana

Além dos ensinamentos históricos que esse período nos proporciona, preservaram-se esplêndidos vestígios arqueológicos. A edificação de grandes fortalezas, a construção ou decoração de igrejas, algumas vezes em estilo suntuoso, como em Sabrata ou Kelibia, mostram um espírito notável de perseverança e fé[3].

As regiões independentes

Levando em conta que a África romana do Baixo Império já passara por numerosas transformações políticas e sociais, podemos compreender até que ponto a chegada dos vândalos serviu como um canal liberador para essas antigas tendências. A "eterna África" recuperou seus direitos, e a presença estrangeira, próxima ou distante, foi considerada apenas como um fardo. Portanto, seria ilusório diferenciar, no plano psicológico, as regiões governadas por príncipes berberes e nominalmente ligadas à soberania vândala ou bizantina, das regiões completamente independentes. As primeiras, situadas na periferia das zonas sob ocupação estrangeira, eram a tal ponto descentralizadas que constantemente entravam em conflito com o poder central. Os governantes bizantinos conferiam uma investidura oficial a Iavdas, nos Aures, a Guenfan, Antalas e Coutzina, nas altas estepes tunisianas, e a Carcazan, na Tripolitânia. Todos esses "vassalos"

---

3 A literatura antiga a respeito da África bizantina é representada essencialmente pelo historiador grego PROCÓPIO, verdadeiro "correspondente de guerra" da reconquista: *A Guerra dos Vândalos* (ver nota 2 acima) e *Os Edifícios* (DEWING, B. H., ed. London, Loeb, 1954); e pelo poeta latino CORIPO, que narrou a epopeia militar de João TROGLITA contra os mouros: a *Iohannis* (PARTSCH, Leipzig, Teubner, 1879; DIGGLE-GOODYEAR, ed. Cambridge Univ. Press, 1970). O trabalho crítico fundamental sobre o período ainda é o de C. DIEHL (1896. pp. 533-709). Desde então multiplicaram-se as descobertas arqueológicas e as publicações sobre assuntos específicos. Citamos apenas os mais recentes.
Sobre história propriamente dita: BELKHODJA, K. 1970. pp. 55-65. Sobre os limites geográficos da ocupação: DESANGES, J. 1963. pp. 41-69.
As fortificações estão sendo estudadas pormenorizadamente: GOODCHILD, R. G. 1966. pp. 225-50; JONES, A. H. M. 1968. pp. 289-97; LANCEL, S. & POUTHIER, L. 1957. pp. 247-53; LASSUS, J. 1956. pp. 232-9; ROMANELLI, P. 1970. pp. 398-407; LASSUS, J. 1975. pp. 463-74.
Sobre questões religiosas: CHAMPETIER, P. 1951. pp. 103-20; BERTHIER, A. 1968. pp. 283-92; e mais particularmente DUVAL, Y. & FÉVRIER, P.-A. 1969. pp. 257-320.
A arquitetura religiosa, os mosaicos e a epigrafia durante o mesmo período são tratados fundamentalmente, no que se refere a Haidra e Sbeitla, por DUVAL, N. 1971; cf. DUVAL, N. & BARATTE, F. 1973; id. 1974, que remetem à bibliografia completa; cf. CINTAS, P. & DUVAL, N. 1958. pp. 155-265; FENDRI, M. 1961; DUVAL, N. 1974. pp. 157-73; ANGELIS D'OSSAT, G. de. & FARIOLI, R. 1975. pp. 29-56.
Os tesouros monetários e o numerário bizantino emitido pela casa da moeda de Cartago foram catalogados por C. MORRISSON (1970). Recentemente descobriu-se um tesouro de moedas de ouro em escavações feitas em Rougga, perto de El Djem na Tunísia, certamente enterrado na época da primeira incursão árabe no país, em 647: GUÉRY, R. 1972. pp. 318-9.

FIGURA 19.12 Timgad (Argélia): Fortaleza bizantina, século VI:

A. Muralha sul, alojamentos e capela dos oficiais.

B. Muralha norte, piscina, alojamentos e capela dos oficiais. (Fotos P. Salama.)

administravam livremente os territórios a eles concedidos; o problema de uma eventual devolução não se colocava.

Quanto às zonas livres de toda interferência externa, algumas situadas bem longe das fortalezas vândalas ou bizantinas, nas antigas Mauritânia Cesariana e Mauritânia Tingitana, desde o ano +429 desfrutavam de uma independência absoluta e seus governantes não intervinham nos assuntos vizinhos a não ser para obter alguma vantagem pessoal.

Reencontramos aqui um dado essencial da história do Magreb nos tempos clássicos: a tendência à divisão e às rivalidades territoriais no momento em que desaparecia uma força centralizadora. Nesse caso, a divisão política obedecia aos imperativos geográficos.

Infelizmente, conhecemos muito pouco sobre a estrutura da África do Norte independente no período pós-romano. Grandes confederações sociopolíticas constituíram alguns reinos, que nos são revelados apenas por raras alusões literárias ou pelo acaso dos achados arqueológicos. No início do século VI, na região de Altaya e Tlemcen, havia, por exemplo, o reino de Masuna, "rei dos mouros e dos romanos"; um pouco mais tarde, nos Aures, sabemos do reino de um certo Masties, "*dux* durante sessenta e sete anos, *imperator* durante quarenta anos", que nunca renegou sua fé "nem diante dos romanos nem diante dos mouros". Vartaia, outro chefe local, rendia-lhe homenagem e provavelmente reinava na zona de Hodna. Com certeza, a cidade de Tiaret, antiga cidadela do *limes* romano, admiravelmente situada na junção dos mundos nômade e sedentário, também foi, desde o século V, a capital de uma dinastia cujo poder é simbolizado ainda por túmulos majestosos, os Djedars de Frenda. Talvez deva constar desta relação também o poderoso Garmul, rei da Mauritânia, que destruiu um exército bizantino em 571. Finalmente, durante os séculos VI e VII, existia na longínqua Tingitana, ao norte do atual Marrocos, um principado indígena cuja vitalidade é atestada pelas inscrições de Volubilis e do mausoléu de Souk-el-Gour.

Na maioria dos casos, a organização sociopolítica revela uma estrutura que não é rudimentar nem anárquica. Instituições originais conjugavam as tradições berberes e o modelo administrativo romano. "Mouros" e "romanos" estavam associados, fórmula que certamente implicava uma colaboração entre elementos camponeses, não-romanizados, e citadinos, provenientes de muitos séculos de influência latina. Portanto, não se contestava uma herança administrativa e cultural de origem estrangeira, que eventualmente constituía motivo de orgulho. O mapa histórico que traçamos dessas regiões mostra a sobrevivência de pequenos centros urbanos, como Tiaret, Altaya, Tlemcen e Volubilis, ainda cristianizados, onde o uso do latim persistiu até o século VII.

FIGURA 19.13 E 19.14 Haidra (Tunísia): Fortaleza bizantina, século VI. Detalhe e vista geral. (Fotos P. Salama.)

Mas não devemos nos iludir com tais sobrevivências. O futuro não pertenceria à ligação nostálgica de reis de importância menor a um prestígio extinto, mas à força irresistível de independência e ruptura que inspirava as massas rurais. A área como um todo estava irrevogavelmente envolvida no processo de desromanização e mesmo de descristianização que iria assumir diferentes formas e durar mais ou menos tempo, de acordo com o lugar. A manifestação mais imediata e elementar desse fenômeno foi o ataque geral dos montanheses e nômades aos símbolos tradicionais de riqueza, isto é, cidades e domínios.

Sabemos que Djemila, Timgad, Thelepte e muitas outras cidades famosas foram devastadas antes da chegada dos exércitos bizantinos. A verificação de fontes arqueológicas e literárias e, principalmente, a descoberta de numerosos tesouros monetários permitiram-nos entrever, entre outros conflitos, uma rebelião geral que ocorreu nos últimos anos do século V. Ao mesmo tempo, a intervenção das principais tribos nômades no sul da Tunísia e na Tripolitânia, como a dos Levathe ou Louata, mostra o papel considerável do camelo na economia geral e nas táticas de guerra dos séculos V e VI. Para vencer esses nômades em campo aberto, o exército bizantino teve de enfrentar uma tríplice fila concêntrica de animais amarrados um ao outro, uma verdadeira fortaleza viva a ser derrubada a golpes de espada. Ainda se tratava, nesse caso, de operações hostis contra os estrangeiros, vândalos ou bizantinos. Mas as próprias regiões independentes viviam tumultos comparáveis, guerras inter-regionais ou razias locais.

Por trás desses eventos – que insuflaram durante muito tempo a violência, até que se atingisse finalmente um ponto de equilíbrio – podemos entrever um cenário econômico e social caracterizado pela tendência à pauperização progressiva das massas populares. Para o ano de +484, por exemplo, possuímos uma estatística do número de bispados da Mauritânia Cesariana, em que ainda se encontram os nomes da maioria das cidades da África romana clássica. Mesmo supondo que muitas dessas cidades já estivessem reduzidas à condição de aldeias, o fato é que existiam. As construções de igrejas, em geral ornadas com finos mosaicos como em El-Asnam, testemunham uma atividade criadora necessariamente financiada por fontes restantes de riqueza. Sem dúvida ainda se colhiam os frutos do impulso que se verificara no período anterior. No entanto, a arqueologia não revela praticamente nada comparável nos séculos VI e VII. O abandono das cidades persistiu, consolidando-se ao mesmo tempo a nova sociedade, de tipo essencialmente rural, que se tornaria predominante durante a Alta Idade Média.

Que vestígios monumentais nos legou esse último período? As zonas próximas do litoral mauritano, onde se abrigavam os bizantinos, abriram-se facilmente a

FIGURA 19.15 Sbeitla (Tunísia): Prensa de azeite instalada numa antiga rua da cidade romana (séculos VI a VII).

FIGURA 19.16 Djedar de Ternaten, perto de Frenda (Argélia): Câmara funerária, século VI. (Fotos P. Salama.)

influências. Encontraram-se, por exemplo, candelabros de fino bronze, do século VI, nas ruínas de Mouzaiaville, ao sul de Tipasa. O próprio sítio de Ténès tornou-se famoso pela descoberta de um dos mais notáveis tesouros de ourivesaria do mundo antigo, contendo principalmente as insígnias dos dignitários imperiais. Ainda é um mistério sua existência nesse lugar remoto. O autor acredita que todas essas joias foram roubadas ou que talvez se relacionem ao saque de Roma, perpetrado, de acordo com os textos, em +455 pelas tropas vândalas auxiliadas por contingentes mouros.

Porém, à medida que nos afastamos das áreas costeiras e das zonas sob ocupação estrangeira, a atividade construtora cessa no final do século V. Contudo, existem duas exceções importantes à regra, representadas pelos famosos túmulos de tipo colossal nos quais a arte de construir, e de bem construir, recuperou suas antigas tradições sem sofrer necessariamente qualquer influência estrangeira. No Marrocos, o mausoléu de Souk-el-Gour, que pode ser datado do século VII, e na Argélia, os Djedars de Frenda, dispostos cronologicamente do século V ao VII (?), testemunham um vigor arquitetônico inexplicável se o contexto local fosse de total penúria. Não é muito surpreendente que os primeiros reinos muçulmanos do Magreb central e ocidental, o de Rustêmida de Tiaret, e depois os idrísidas de Walili (Volubilis), se tivessem fixado exatamente nesses lugares.

Assim se encerrou nessas regiões o período antigo, episódio híbrido em que a ação das transformações políticas e sociais apagou pouco a pouco a influência latina, revelando o inextinguível espírito de independência e a imensa firmeza de objetivos que é a marca imutável da história da África do Norte[4].

4 Nas fontes literárias antigas existem apenas referências esporádicas à situação das regiões independentes: alusões em PROCÓPIO e CORIPO, por exemplo, quando a intervenção política dos vândalos e dos bizantinos envolve os mouros. O *Iohannis,* por exemplo, contém centenas de detalhes sobre a sociologia dos povos indígenas. Mas nossa documentação principal provém das descobertas arqueológicas. Há uma análise eminentemente intuitiva do problema feita por COURTOIS, C. 1955. pp. 325-52. Vários escritores comentaram a inscrição em honra de MASTIES, encontrada em 1941 em Arris no Aures; cf. finalmente CARCOPINO, J. 1956. pp. 339-48, contestando as conclusões de COURTOIS. Os *roumis* de Volubilis foram estudados por CARCOPINO, J. 1948. pp. 288-301. Para as provas epigráficas mais recentes, MARCILLET-JAUBERT, J. 1968.
Sobre a grande rebelião do fim do século V, SALAMA, P. 1959. pp. 238-9.
A situação econômica e monetária das regiões independentes é descrita por TURCAN, R. 1961. pp. 201-57; J. HEURGON (1958) faz um estudo notável das joias e propõe a teoria de que pertenciam a uma poderosa família estabelecida em Ténès. Mas a natureza eclética da coleção parece estar mais de acordo com a psicologia de um ladrão. Quanto à continuidade da atividade construtora após 429, ver, por exemplo, FÉVRIER, P.-A. 1965.
Os grandes túmulos dinásticos pós-romanos foram tema de um estudo analítico recente: CAMPS, G. 1974-a. pp. 191-208, e mais especificamente KADRA, F. 1978.
Quanto à sobrevivência durante uma grande parte da Idade Média muçulmana – mais particularmente em Tlemcen, Bejaia, Kairwan e Trípoli – de comunidades cristãs que em geral continuaram a falar o latim: COURTOIS, C. 1945. pp. 97-122 e 193-266; MAHJOUBI, A. 1966. pp. 85-104.

CAPÍTULO 20

O Saara durante a Antiguidade clássica

P. Salama

A noção tradicional de "Antiguidade clássica" pode parecer, *a priori,* incompatível com o estudo dos problemas saarianos, que possuem uma classificação muito específica. Para citar apenas um exemplo: a Antiguidade clássica, que na arqueologia mediterrânica cobre um período de aproximadamente mil anos (do século V antes da Era Cristã ao século V da Era Cristã), abrangeria, na Proto-História do Saara, o fim da época "equidiana" e parte da época "líbico--berbere", as quais, aliás, não são rigorosamente datáveis; fica, pois, excluída qualquer possibilidade de se estabelecer uma cronologia absoluta.

Todavia, durante esse mesmo milênio, o universo saariano foi palco de eventos muito importantes, em grande parte ligados à história do mundo greco-romano. Desse modo, não hesitamos em usar os critérios cronológicos clássicos, válidos para todo o mundo conhecido da época.

Como se coloca para o historiador a questão do Saara na Antiguidade? Primeiramente, devem-se examinar as fontes textuais greco-latinas: embora a informação coletada nem sempre seja confiável, podendo induzir a erro, em princípio é útil. Num segundo momento, a intervenção de métodos científicos modernos deve corrigir pouco a pouco os primeiros dados e esclarecer o conjunto do problema. Depois disso, o Saara "antigo" não será mais julgado apenas a partir de uma visão exterior, mas revelará sua própria personalidade.

As fontes textuais da antiguidade e suas interpretações extremas

Conhecemos os métodos analíticos dos geógrafos e historiadores antigos. Sem poder visitar as regiões inacessíveis, recolhiam informações de segunda mão, permeadas de erros e fabulações. *Terra incognita,* o grande deserto nem chegou a receber nome. Só após a chegada dos árabes é que o termo *Saara* foi aplicado a essa vasta região que parecia uma enorme bacia. Os gregos, e posteriormente os romanos, falavam apenas de uma "Líbia Interior", expressão geográfica bastante vaga que servia para designar as terras além dos territórios norte-africanos, ou "Etiópia Interior", zona ainda mais meridional, que derivava seu nome da pele escura de seus habitantes. As descrições dessas regiões que, por seu próprio mistério, assustavam os contemporâneos, estão cheias de detalhes fabulosos em que homens e animais frequentemente tomam o aspecto de monstros burlescos ou terrificantes.

Contudo, se os autores sérios nem sempre puderam evitar as lendas, registraram informações valiosas; com o tempo, pode-se perceber uma melhora na qualidade de seus trabalhos à medida que o progresso da colonização greco-romana na África propiciava um maior conhecimento das realidades locais.

Desde a metade do século V antes da Era Cristã, Heródoto obtinha no Egito informações de primeira ordem sobre a existência e os costumes das populações saarianas que habitavam os limites meridionais da Tripolitânia e da Cirenaica. Em seus escritos, encontramos os Garamantes perseguindo os Trogloditas em carros puxados por quatro cavalos (IV, 183) e os Nasamones (IV, 172-5) abrindo caminho para além dos desertos de areia e descobrindo, num país de homens com pele escura, um grande rio repleto de crocodilos semelhante ao Nilo[1]. Ficamos cientes ainda da extraordinária façanha dos marinheiros fenícios que lograram circunavegar todo o continente africano, de leste a oeste, sob o patrocínio do faraó, por volta de -600 (IV, 43), e do insucesso dos persas na mesma tentativa (porém em sentido inverso), após se aventurarem no Atlântico (IV, 43). Finalmente, podemos ver os cartagineses trocando suas mercadorias por ouro em pó nas costas da África ocidental (IV, 196).

É aqui que intervém em nossas fontes um documento célebre, datado provavelmente da primeira metade do século IV antes da Era Cristã, o *Periplus* de

1 Sobre essa expedição cf. R. LONIS, confirmando a hipótese de S. GSELL acerca das rotas nasamones em direção ao vale do Saura.

Hanão, que narra a viagem de um cartaginês incumbido de explorar e colonizar essa mesma costa (*Geographici Graeci Minores,* I). Essa breve narrativa, embora cheia de paisagens pitorescas, homens selvagens, crocodilos e hipopótamos, fornece dois importantes referenciais: a ilha de Cerna – conhecida por outra fonte como um entreposto de marfim e peles de animais selvagens (*Périplo de Silas,* século IV antes da Era Cristã, parágrafo 112) – e um grande vulcão, denominado "Carro dos Deuses", última etapa da viagem de Hanão ao longo da costa africana. A existência desses dois lugares foi confirmada, no século II antes da Era Cristã, pela viagem do historiador grego Políbio, embora sua narrativa seja conhecida apenas indiretamente, através de um outro texto (Plínio, o Velho. *História Natural,* V, 9-10).

Essas são nossas principais fontes de informação anteriores à colonização romana na África. Paradoxalmente, é a fonte mais antiga a que menos se presta à crítica. A documentação de Heródoto é sólida e geralmente moderada – exceto no caso da circunavegação da África, empreendimento de veracidade duvidosa – e escapa às interpretações extremas[2]. O *Periplus* de Hanão, ao contrário, pródigo em detalhes topográficos, deu margem a comentários eufóricos; os historiadores tradicionais não hesitam em atribuir aos cartagineses o conhecimento de toda a costa da África ocidental até Camarões[3].

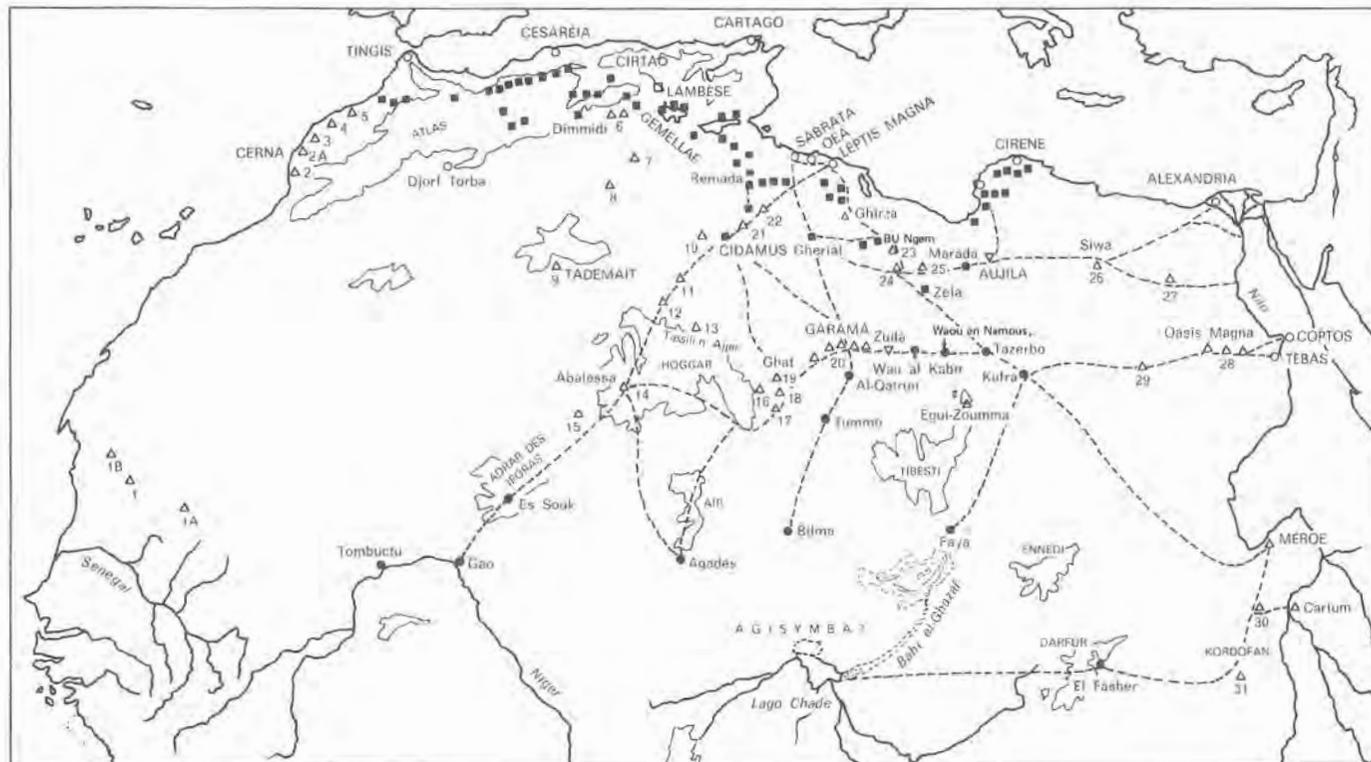
A presença dos romanos alterou essa situação. Solidamente instalados na África mediterrânica e no Egito, os conquistadores não tardaram em tomar contato com as regiões limítrofes, fato que envolveu – sem nenhum espírito de colonização – campanhas militares de intimidação ou reconhecimentos comerciais e até mesmo científicos.

Um texto muito valioso de Plínio, o Velho (*História Natural,* V, 5), relata uma invasão em -19 conduzida pelo procônsul da África, Cornélio Balbo, contra o reino rebelde dos Garamantes do Fezzan. Embora alguns topônimos constantes da relação das vitórias romanas sejam perfeitamente identificáveis, como Rhapsa (Gafsa), Cidamus (Gadames) ou Garama (Germa), muitos outros são ambíguos e lembram os nomes das modernas localidades saarianas; isso foi considerado prova suficiente de que os romanos atingiram o Níger[4].

Ainda mais eloquentes são as narrativas que, na literatura do período latino, deixam entrever importantes incursões romanas no interior do continente africano. O escritor Marino de Tiro (fim do século I da Era Cristã) e seu

2 LECLANT, J. 1950-b. pp. 193-253; CARPENTER, R. 1965. pp. 231-42.

3 GSELL, S. 1918. pp. 272-519; CARCOPINO, J. 1948. pp. 73-163; DESCHAMPS, H. 1970. pp. 203-10.

4 LHOTE, H. 1954. pp. 41-83; id. 1958.

O Saara na Antiguidade clássica.
(Mapa fornecido pelo autor.)

1 – Resseremt, perto de Akjujit, Mauritânia: 2 denários AR República Romana (Mauny. 1956-a. p. 255).
1A – Tamkartkart, Mauritânia: denário romano, século II da Era Cristã (*Notes Africaines*, n. 115. 1967. p. 101).
1B – Akjujit, Mauritânia: fíbula romana de bronze (*Antiquités Africaines*, 1970. pp. 51-4).
2 – Essauíra-Mogador, Marrocos: material púnico e romano, século VII antes da Era Cristã ao século V da Era Cristã (Jodin. 1966).
2A – Cabo Rhir, Marrocos: cerâmica púnica, século III antes da Era Cristã (Rebuffat. *Antiquités Africaines*. 1974. pp. 39-40).
3 – Safi, Marrocos: tesouro monetário romano, século IV (PSAM. 1934. p. 127). Djorf el Youdi (15 km ao sul de Safi): pé de estátua púnica (*Antiquités Africaines*. 1974. pp. 38-9).
4 – Azemur, Marrocos: cerâmica púnica; moedas romanas, século II da Era Cristã (Mauny. 1956-a. p. 250; *Antiquités Africaines*. 1974. p. 35). El-Jadida (Mazagan) (15km ao sul de Azemur) e Meharza (30km ao sul de Azemur): moedas romanas, séculos I e II da Era Cristã (*Antiquités Africaines. 1974. p. 36).*
5 – Casablanca, Roches Noires: tesouro de denários AR República Romana proveniente de uma galera naufragada (Mauny. 1956-a. p. 250). Fedala, Sidi Slimane des Zaers, Bouznika, Skhirat, Dchira, Temara, Dar el Soltane (todos a 80 km da costa leste de Casablanca): cerâmica romana; moedas romanas e bizantinas (*Antiquités Africaines*. 1974. pp. 29-32).
6 – Oued Itel, Argélia: cerâmica romana em túmulos indígenas (CRAI. 1896. p, 10).
7 – Ghourd el Oucif: tesouro de denários AR República Romana, século II da Era Cristã (Mauny. 1956-a. p. 252).
8 – Hassi el Hadjar, Argélia: cerâmica e moedas romanas (inédito, Favergeat).
9 – Fort Miribel, Argélia: fragmento de lâmpada com bico alongado (bizantina?) (inédito, H.-J. Hugot).
10 – El Menzeha, Argélia: sino de bronze; cerâmica romana (J. P. Morel. *Bull. Soc. Préhist. Française*. 1946. p. 228).
11 – Erg el Ouar, perto de Temassinine (antigo Fort Flatters), Argélia: Rosácea de bronze romana (inédito, Spruytte).
12 – Issaouane Tifernine, perto de Tabelbalet, Argélia: dois braceletes de bronze (inédito, J. Spruytte).
13 – Ilezi (antigo Fort Polignac), Argélia: moedas romanas (Lhote. *Bull. Liaison Saharienne. Abr.* 1953. p. 57).
14 – Abalessa, Argélia: conjunto de monumentos de Tin Hinan: joias e objetos romanos, séculos III e IV (Camps, 1965).
15 – Timmissao, Argélia: moedas romanas (Mauny, 1956. p. 252).
16 – Chaaba-Arkouya, Djanet, Argélia: cerâmica romana e bracelete de bronze em túmulos (Lhote. *Libyca A*. 1971. p. 187).
17 – Dider e Tadrart, Tassili n'Ajjer, Argélia: moedas romanas, século IV (Mauny. 1956. p. 251); cerâmica romana (inédito, J. Spruytte).
18 – Tin Alkoum, Argélia: cerâmica e vidro romanos em túmulos, século IV da Era Cristã (Leschi. 1945).
19 – Ghat, Líbia: cerâmica e vidro romanos em túmulos, século IV (Caputo & Sergi Pace. 1951).
20 – Grupo garamante: Djerma, Zinchera, Tin Abunda, Taghit, El Charaïg, El Abiod, Líbia: cerâmica púnica tardia; cerâmica e vidro romanos, séculos I a V da Era Cristã (M. Reygasse, H. Lhote: 1955; G. Camps. 1956; M. Gast. 1972).
21 – Materes, Líbia: sítio romanizado, século II da Era Cristã (Rebuffat. 1972. pp. 322-6).
22 – Sinaouen, Líbia: fíbula de la Tène II (Camps. *Libyca A*. 1963. pp. 169-74); sítio romanizado, século II da Era Cristã (Rebuffat.1972).
23 – Oued Neina, Líbia: sítio romanizado (Brogan. *Libya Antiqua*. 1965. pp. 57-64).
24 – Ouaddan, Líbia: sítio romanizado (Rebuffat. 1970).
25 – Tagrift, Líbia: sítio romanizado (Rebuffat. 1970).
26 – Siwa, Oásis de Âmon, Egito: sítio helenizado, posteriormente romanizado.
27 – Ouadi Rayan, Egito: sítio romanizado (Caton Thompson. 1929-30).
28 – Dakhla-Mehatta-kharga, Egito, Oásis Magna dos Antigos: sítios helenizados, posteriormente romanizados.
29 – Abu Ballas, Egito: cerâmica romana tardia (Mitwally. *Amer. Journal of Arch.* 1952. pp. 114-26).
≠30 – Kordofan, Sudão: sítio romanizado (Arkell, 1951. p. 353).
31 – El Obeid, Sudão: moedas romanas (Mauny. 1956-a. p. 254).

comentador, o célebre geógrafo Cláudio Ptolomeu, cuja documentação relativa à África remonta aos anos +110 a +120, relatam que o governador Sétimo Flaco,

> "Tendo realizado campanha a partir da Líbia, percorreu o trajeto entre o país dos Garamantes e o dos etíopes em três meses de viagem rumo ao sul; que Júlio Materno, por sua vez, vindo de Leptis Magna e viajando a partir de Garama em companhia do rei dos Garamantes, que marchava contra os etíopes, atingiu Agisymba, uma terra etíope onde abundavam os rinocerontes, após quatro meses de viagem ininterrupta em direção ao sul" (Ptolomeu. *Geografia,* I, 8, 4).

Esse relato adquire importância ainda maior pelo fato de Ptolomeu ter fundamentado seus conhecimentos geográficos sobre o continente africano, aparentemente vastos, num sistema matemático em que longitudes e latitudes vêm autenticar os lugares mencionados. A grande quantidade de nomes de montanhas, rios, tribos e cidades – algumas centenas – que ilustram seu mapa do interior da África, ao lado de certas semelhanças fonéticas, levou a se acreditar, mais uma vez, ser esse documento a prova de que os romanos conheciam perfeitamente as regiões tropicais da África, principalmente o Níger e o Chade[5].

Hoje em dia não mais se sustenta essa visão por demais liberal e exagerada. Os métodos modernos de análise obrigam-nos a repensar a história do Saara.

A abordagem científica atual

A nova crítica textual

Os historiadores modernos perceberam claramente que estavam em causa três obras principais: o *Periplus* de Hanão, o episódio de Cornélio Balbo e a *Geografia* de Ptolomeu.

Durante muitos anos, a veracidade do *Periplus* foi alvo de críticas contundentes. De início, constatou-se que os navios antigos que se arriscavam além do cabo Juby, expostos, na viagem de retorno, à pressão dos fortes ventos alísios, jamais poderiam retornar à sua base[6]. Tal fato limitou, portanto, o percurso geográfico da viagem de Hanão à costa atlântica do Marrocos, onde trabalhos arqueológicos recentes associaram a antiga ilha de Cerna à ilha de Essauíra-Mogador[7]. Ademais, um método sutil de comparações filológicas tende a mostrar que

---

5 BERTHELOT, A. 1931.

6 MAUNY, R. 1954. pp. 503-8; tese retomada nas *Mémoires* IFAN (1961, pp. 95-101).

7 JODIN, A. 1966.

a narrativa do *Periplus* é simplesmente um plágio inábil de uma passagem de Heródoto, portanto, uma falsificação integral[8].

Segunda vítima: o texto de Plínio que relata o *raid* de Cornélio Balbo. A análise dos manuscritos possibilita refutar sistematicamente qualquer identificação toponímica com as regiões do Saara central e meridional. Portanto, a vitória romana atingiu apenas o sul do Magreb e do Fezzan[9]. Além disso, um procônsul, cuja função durava apenas um ano, dificilmente teria ido mais longe.

Finalmente, a *Geografia* de Ptolomeu, obra de peso, mostra-se particularmente limitada em relação às fronteiras territoriais. Suas longitudes e latitudes, calculadas de acordo com os critérios da Antiguidade, bem como as montanhas, rios, cidades e tribos mencionadas remetem-nos aos confins meridionais do Magreb, sendo o Níger, por exemplo, apenas um curso de água do sul da Argélia. Assim, o Fezzan seria a região mais meridional conhecida pelos romanos; o problema de Agisymba, nas fronteiras das *terrae incognitae,* continua em suspenso[10].

Os resultados dessas experiências modernas de crítica textual são muito interessantes, mas se interrompem, na cronologia geral, no início do século II da Era Cristã. Nenhuma obra geográfica posterior a essa data chegou até nós. Atualmente existem indícios arqueológicos de que nos séculos III e IV objetos de origem romana atingiram regiões bem mais longínquas no interior do deserto. Os conhecimentos geográficos da Antiguidade devem ter-se aperfeiçoado, e podemos estar certos de que a documentação romana não ignorava mais, à essa época, a existência de zonas úmidas para além do grande deserto.

Livre, assim, de condicionamentos textuais por vezes incômodos, o Saara da Antiguidade pode agora exprimir-se por si próprio.

Quais foram seus quadros ecológico, antropológico e sociológico? Que vestígios arqueológicos nos revelou?

O problema ecológico

A nível paleoclimático, sabe-se que o Saara atingiu, na época considerada, a fase final de seu dessecamento[11]. É preciso, contudo, nuançar essa situação: ilhas de resistência, principalmente as regiões montanhosas e os grandes vales, ainda

8 GERMAIN, G. 1957. pp. 207-48. A autenticidade da obra é sustentada ainda por G. CHARLES--PICARD (1968. pp. 27-31).

9 DESANGES, J. 1957. pp. 5-43.

10 MAUNY, R. 1947. pp. 241-93, com um excelente mapa; DESANGES, J. 1962.

11 DUBIEF, J. 1963; FURON, R. 1972.

conservavam umidade suficiente para permitir uma vida bem mais intensa do que em nossos dias. O Hoggar, o Fezzan, o Tibesti e o Saara setentrional também ofereciam boas condições de habitação, o que pode explicar a sobrevivência de uma fauna selvagem, extinta atualmente: crocodilos nos uedes e gueltas (fontes permanentes) e felinos nas zonas montanhosas; é duvidoso, contudo, que os grandes herbívoros, como o elefante ou o rinoceronte, pudessem ter vivido aquém do Tibesti ou mesmo da região de Kuar, isto é, a margem setentrional das grandes savanas tropicais do Chade, onde, naturalmente, eram numerosos[12].

Os animais domésticos – à exceção do camelo, de que falaremos mais adiante – sobreviviam com os homens nas zonas-refúgio de habitação; é o caso de certas raças de bovinos, de caprinos e ovinos. É curioso constatar que o burro, animal usado em todos os serviços nos oásis saarianos, praticamente não ocupa lugar nas representações rupestres.

O problema antropológico

Por falta de critérios científicos, a literatura da Antiguidade quase sempre qualificava de "etíopes" o conjunto dos povos do interior da África. Não se pode responsabilizar os escritores antigos por isso: nem sempre os próprios antropólogos e historiadores modernos analisaram devidamente o problema (os critérios de negritude eram mal definidos)[13]; durante muito tempo supôs-se que a presença de uma população branca no Saara não passava de fenômeno recente, uma conquista regular, resultado da expulsão dos berberes das estepes magrebianas pelos romanos[14].

Nesse domínio a situação também está se esclarecendo, graças aos trabalhos recentes realizados no Fezzan e na Argélia saariana. Atualmente se considera que durante o período proto-histórico – do qual a Antiguidade foi o estágio final – o Saara central e meridional era povoado predominantemente por: "elementos brancos altos, de aspecto mediterrânico [...] de grande volume craniano [...] rosto mais ou menos longo e estreito [...] membros delgados", características morfológicas idênticas às dos Tuaregues modernos. Supõe-se hoje em dia que a origem desse tipo físico deva ser procurada antes na direção nordeste do

12 MAUNY, R. 1956-b. pp. 246-79; cf. pp. 124-45.

13 Geralmente se traduz o grego *aethiops* por "homem de rosto bronzeado"; a questão foi abertamente discutida no simpósio "A África Negra e o Mundo Mediterrânico na Antiguidade", realizado em Dacar, de 19 a 24 de janeiro de 1976; contudo as posições dos participantes não se alteraram substancialmente.

14 GSELL, S. 1926. pp. 149-66; uma análise erudita de toda a literatura e iconografia da Antiguidade por SNOWDEN, F. M. 1970. 364 pp.; cf. DESANGES, 1. 1970. pp. 87-95; CRACCO-RUGGINI, L. 1974. pp. 141-93.

continente africano[15] que no Magreb. Quanto aos modernos *Haratin* dos oásis saarianos, seriam antes de tudo – apesar de alguma mestiçagem – os descendentes locais dos "etíopes" sedentários de Heródoto, que eram escravizados pelos ricos Garamantes[16]. Poderemos saber mais sobre o assunto quando a técnica de estudo dos grupos sanguíneos puder fornecer conclusões definitivas[17]. Mas é provável que o Saara meridional, qualquer que fosse a magnitude de sua população, abrigasse apenas elementos negros originários das savanas tropicais.

A civilização

Na ausência de uma cronologia absolutamente confiável, parece difícil avaliar *a priori* o progresso da civilização saariana na Antiguidade, principalmente porque não se sabe ao certo se as diferentes zonas deste vasto território se desevolveram uniformemente. A situação cultural do Saara no final do período Neolítico[18] constitui um bom ponto de partida para o estudo dessa questão; a partir daí, pode-se seguir a linha de evolução em vários campos.

A língua e a escrita

Indiscutivelmente, é durante a Antiguidade que pela primeira vez encontramos evidência de um importante evento na história da civilização saariana: a presença de uma língua. Ela ainda é falada em nossos dias, profundamente modificada em relação às suas origens longínquas. A língua-mãe, pluridialetal, e que, por conveniência, é denominada *berbere,* pertence ao tronco comum camito-semita, do qual se destacou há muito tempo. Sua forma antiga, "líbia", é atestada por inscrições encontradas em todos os territórios da África mediterrânica e nas ilhas Canárias[19]. Não há dúvida de que a introdução dessa língua no Saara ocorreu no norte ou nordeste com a imigração das populações brancas. Não seria possível datar o evento, mas a escrita saariana – denominada *tifinagh* –,

15 PACE, C. & S. 1951. pp. 443-504; ZOHRER, L. G. 1952-3. pp. 3-133; BRIGGS, L. C. 1957. pp. 195-9; CHAMLA, M. C. 1968. pp. 181-201, com uma análise do esqueleto da "Rainha Tin Hinan", p. 114; DESANGES, J. 1975; id. 1976; id. 1977. Ver a utilização da literatura árabe medieval para interpretar as origens tuaregue *in* HAMA, B. 1967.

16 CAMPS, G. 1969-a. pp. 11-17.

17 CABANNES, R. 1964.

18 A situação foi bem definida por G. CAMPS (1974-d. pp. 221-61, 320-41, 345-7).

19 GALAND, L. 1969. pp. 171-3 bibliografia geral; crônicas anuais do mesmo autor: 1965-70; APPLEGATE, J. R. 1970. pp. 586-661; BYNON, J. 1970. pp. 64-77; CHAKER, S. 1973; GALAND, L. 1974. pp. 131-53; CAMPS, G. 1975.

derivada do alfabeto líbio do Magreb, é um fenômeno bastante recente. Ao que parece, não existem provas da existência da escrita líbia anteriores ao século III ou II antes da Era Cristã nos territórios setentrionais; admite-se que os berberes chegaram a escrever sua língua sob a influência cartaginesa. A própria palavra *"Tifinagh"* – *"Tifinar"* na transliteração francesa – baseia-se na raiz FNR, que, em todas as línguas semitas, designa o povo fenício.

No Saara, a escrita tifinagh distanciou-se gradualmente de sua forma ancestral líbia, da qual o "tifinagh antigo" ainda se encontra razoavelmente próximo. Assim, é preciso ter um cuidado especial na datação das representações rupestres denominadas "líbico-berberes" acompanhadas de caracteres escritos; podem-se cometer erros muito graves. Além disso, a língua e o alfabeto berberes também podem ter sido utilizados pelas populações negras.

A organização sociopolítica

Os condicionamentos climáticos certamente restringiram o modo de vida da maior parte das populações saarianas ao nomadismo, com centros de sedentarização, como ocorreu com os primeiros conquistadores árabes. A organização tribal, inerente a seu estágio de evolução, constituía a regra política básica[20], mas ocasionava incessantes guerras, relatadas com precisão por Heródoto e ptolomeu.

Contudo, possuímos dados mais precisos para duas regiões: o Hoggar e o Fezzan.

No Hoggar, na segunda metade do século IV da Era Cristã, a pirâmide sociopolítica tinha em seu topo uma mulher. A descoberta do túmulo dessa soberana, intacto, em Abalessa, evocou imediatamente a associação com a lenda local de uma rainha, Tin Hinan, vinda do Tafilet marroquino em tempos remotos, que foi a ancestral do povo tuaregue. Tin Hinan será, pois, seu nome para a eternidade[21]. No mundo berbere houve numerosos exemplos de atribuição do poder supremo a uma mulher santificada; seja como for, a sociedade tuaregue denota uma atitude liberal em relação às mulheres. A mobília funerária dessa "princesa" – sete braceletes de ouro, oito de prata e muitas outras joias – pode ser datada de maneira aproximada através da impressão de uma moeda romana do imperador Constantino, que remonta aos anos +313 a +324. A cama de madeira

---

20 CAPOT-REY, R. 1953. pp. 204-367.

21 REYGASSE, M. 1950. pp. 88-108; LHOTE, H. 1955; CAMPS, G. 1965. pp. 65-83; 1974-c; GAST, M. 1972. pp. 395-400.

em que repousava o corpo foi submetida ao teste de radiocarbono, revelando a data de +470 (±130). Como veremos, não se pode explicar a riqueza dessa dignitária apenas por sua situação privilegiada tanto na hierarquia social como no comércio transaariano.

O vale estreito e fértil situado entre os ergs Ubari e Murzuq abrigava uma série de oásis de El Abiod a Tin Abunda. Garama, atualmente Germa, era a cidade principal. A partir de sua guarida, os Garamantes não tardaram a exercer supremacia sobre todo o Fezzan (antiga Phazania) e a arrecadar tributos de numerosas tribos nômades e sedentárias dos arredores. Essa grande entidade regional, o "reino dos Garamantes" da literatura greco-latina, aparece como o único Estado organizado do interior da África ao sul das possessões cartaginesas (posteriormente romanas). O prestígio e a riqueza dessa civilização, confirmados pela arqueologia, conferiram-lhe grande renome em nossos dias; fala-se da "civilização garamante" nos mais diversos domínios. Tratava-se, provavelmente, de uma organização hierárquica de tribos que, segundo os critérios sociopolíticos berberes, culminava na autoridade de um *agueklid* supremo. Os Garamantes, mencionados por Heródoto desde o século V antes da Era Cristã, opuseram-se ao avanço romano nos limites meridionais do Magreb. Derrotados por Cornélio Balbo em -19 e depois, definitivamente, pelo legado Valério Festo em +69, vieram a se tornar, ao que parece, um tipo de Estado-cliente do Império. As pesquisas arqueológicas efetuadas em Garama e arredores revelaram quase dez séculos de uma civilização em parte fundada nas relações exteriores – desde a última época púnica (século II antes da Era Cristã) até a chegada dos árabes (século VII da Era Cristã)[22].

É portanto, incontestável que durante a Antiguidade, no Hoggar e no Fezzan, bem como em todo o Saara setentrional, no Tassili n'Ajjer durante seu último período, e talvez mesmo no Adrar des Iforas, o poder político supremo estivesse nas mãos de uma aristocracia de raça branca (ou ligeiramente mestiçada) armada de lanças, punhais e espadas, vestida com trajes guerreiros, montada em carros de parada, caçando e guerreando, em detrimento de grupos negros ou negroides mantidos em estado de sujeição. Na falta de documentos, é impossível dizer se um fenômeno idêntico se processava no Saara limítrofe das savanas nígero--chadianas; de qualquer modo, é pouco provável que a influência branca tenha atingido essas regiões.

22 PACE. C. & S. 1951; AYOUB. S. 1962; id. 1967-a: id. 1967-b. pp. 213-9: DANIELS. C. M. 1968-b. pp. 113-94; FLEISCHHACKER, H. von. 1969. pp. 12-53; DANIELS, C. M. 1972-3. pp. 35-40.

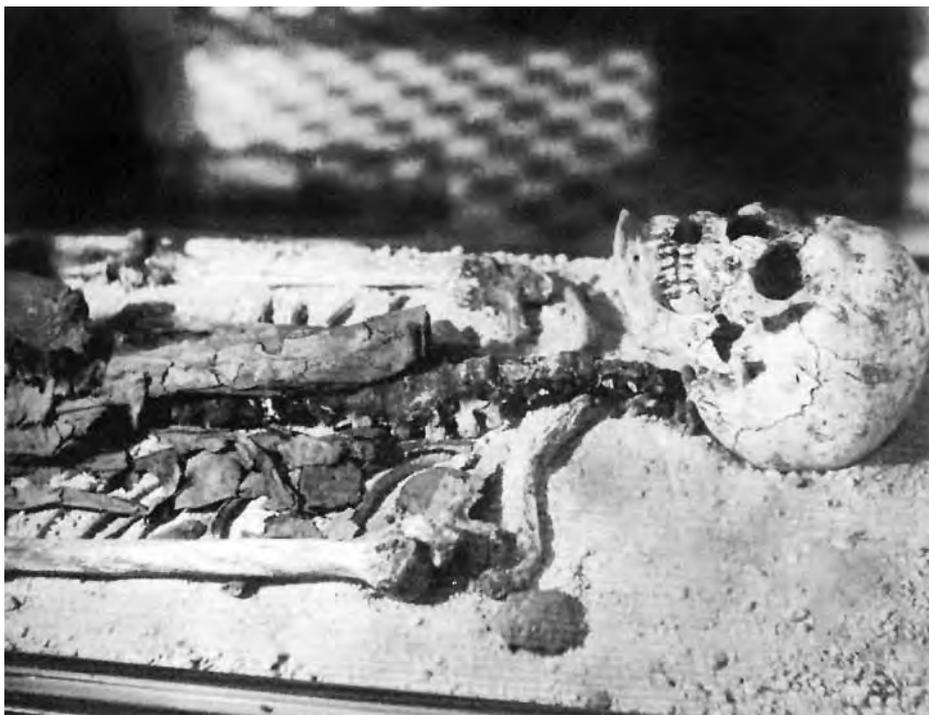



FIGURA 20.1 Esqueleto da "rainha Tin Hinan".

FIGURA 20.2 Bracelete de ouro da "rainha Tin Hinan". (Fotos P. Salama, Museu do Bardo, Tunísia.)

Quanto à religião, não há dúvida de que todo o Saara central e meridional continuou animista. Já os povos do Saara setentrional, em contato direto com o mundo mediterrânico, teriam se convertido ao cristianismo no final da Antiguidade. Um autor clássico afirma categoricamente que os Garamantes e os Makuritas foram evangelizados no fim do século VI[23], fato ainda não confirmado pela arqueologia.

A arte saariana na Antiguidade

Os mais belos monumentos de Germa, em grande parte funerários, carecem, até certo ponto, de originalidade, denotando forte influência romana. A personalidade saariana pode ser melhor apreciada em outras áreas.

Vários monumentos funerários conhecidos como "pré-islâmicos" datam da Era Cristã. No grande edifício de Abalessa, preservado no Hoggar, há um deambulatório de arquitetura caracteristicamente africana a rodear o túmulo de Tin Hinan[24]. Em Tin Alkoum, na extremidade sudeste do Tassili n'Ajjer, uma série de túmulos circulares de manufatura saariana tradicional podem ser datados através de um mobiliário funerário romano do século IV, particularidade presente também na necrópole vizinha de Ghat[25].

Embora não possam ser datados com precisão, os monumentos funerários ou de culto, em pedra insossa encontrados no Tassili e no Hoggar – pavimentos lajeados, recintos circulares, bazinas, "buracos de fechaduras" – escalonam-se no tempo até o momento em que o Islã os substituiu por túmulos planos e simples estelas. As origens estilísticas dos mais originais, os de Fadroun, devem ser procuradas no Fezzan e na área ao longo das fronteiras do Egito.

Na necrópole de Djorf Torba, perto de Béchar (Saara do noroeste) – infelizmente devastada pelos turistas – podiam-se encontrar no interior dos edifícios curiosos ex-votos figurativos, lajes planas, gravadas ou pintadas, algumas com inscrições líbias, desenhos de cavalos ou figuras humanas, de estilo semelhante ao da Antiguidade Tardia do Magreb, ainda desprovidos de elementos islâmicos.

É mais difícil datar os grandes círculos de monólitos eretos (*cromlechs*) encontrados no Hoggar (talvez já fossem muçulmanos) e, principalmente, os de Gona Orka e Enneri-Mokto, a oeste do Tibesti. A meu ver, é inútil procurar

23 DESANGES, J. 1962. pp. 96 e 257.

24 CAMPS, G. 1961; id. 1965, passim.

25 LESCHI, L. 1945. pp. 183-6; PACE, C. & S. 1951. pp. 120-440.

influências estrangeiras; uma vez que a construção de menires, funerários ou de culto, é comum a todas as civilizações arcaicas. Nesse aspecto, não há nada no Saara que se iguale ao sítio de Tondidarou, perto de Niafunké, 150 km a sudeste de Tombuctu[26].

Mas a arte saariana mais importante deve ser procurada sobretudo nas figurações rupestres. De acordo com a classificação tradicional dos especialistas em pré-história, a Antiguidade corresponde ao penúltimo estágio da arte rupestre, o líbico-berbere, período que se segue à era "equidiana" e precede o "árabe-berbere"[27]. Embora essa sequência esteja correta, faltam-lhe bases cronológicas, e a datação do período líbico-berbere entre -200 e +700 ainda é precária. A presença de caracteres tifinagh antigos talvez seja o critério menos incerto, embora esse tipo de escrita tenha sido utilizado até a época muçulmana. Dado que o cavalo e o veículo com rodas ainda coexistiam, é muito difícil diferenciá-los cronologicamente. Os carros de guerra a pleno galope representados no Fezzan e no Tassili enquadram-se numa tradição egipcianizante que remontaria ao século XIV antes da Era Cristã, ou numa tradição greco-cirenaica assimilada inicialmente por volta do século VI? Desenhos de camelos aparecem em quase todas as regiões saarianas, mas é igualmente difícil avaliar-lhes a idade. É provável que apenas alguns deles se adaptem ao nosso quadro histórico de referência. As representações líbico-berberes – resíduo das admiráveis obras neolíticas, de que assimilaram as tradições – provam o vigor da arte figurativa do Saara no momento em que ela estava se extinguindo nos territórios do norte.

Vida econômica, comunicações internas e relações exteriores

Desde tempos imemoriais a vida econômica do Saara esteve ligada ao problema das comunicações. Assim, no que diz respeito à Antiguidade clássica, o enriquecimento de certas regiões como o Fezzan está relacionado à sua esfera de influência, o que pressupõe a existência de um tráfico de certa importância. Como sabemos que o comércio interno já era limitado, devemos procurar a causa da prosperidade dessas áreas nas suas relações com o mundo exterior.

26 SAVARY, J. P. 1966. Quase nada se tem escrito sobre as estelas figuradas de Djorf Torba; REYGASSE, M. 1950. p. 104 e 107-8; informações complementares gentilmente fornecidas por L. BALOUT. Sobre os megálitos erigidos no Tibesti: HUARD, P. & MASSIP, J. M. 1967. pp. 1-27; sobre Tondidarou: MAUNY, R. 1970. pp. 133-7.

27 Classificação geralmente adotada (BREUIL, GRAZIOSI, HUARD, LHOTE, etc.); cf. MAUNY, R. 1954. *Contra*: MAÎTRE, J. P. 1976. pp. 759-83.

FIGURA 20.3 O túmulo da “rainha Tin Hinan” em Abalessa:
A. Entrada principal;
B. Lajes usadas para cobrir o fosso. (Fotos P. Salama.)

Essa nova situação divergia radicalmente daquela que caracterizava o Saara úmido das épocas pré-históricas.

Mas como estudar o problema em seu conjunto? Para avaliar o papel econômico de um território e sua influência, possuímos um critério bastante seguro: basta examinar o material arqueológico exumado nas regiões limítrofes. Assim, moedas romanas em quantidades consideráveis foram descobertas na Escandinávia e na Europa norte-oriental – ou seja, por toda a periferia setentrional do mundo clássico – e, ainda mais longe, nas margens do Indo e do Vietnã, o que atesta a vasta área abrangida pelo comércio exterior de Roma. Mas o que se pode aprender com a região com que estamos lidando? Na medida em que nos afastamos da África do Norte propriamente dita, a quantidade de material arqueológico romano diminui até desaparecer totalmente no Saara meridional. Até agora, nenhum vestígio dessa natureza foi encontrado nas savanas nígero-chadianas[28], o que sugere uma virtual ausência de contatos entre os mundos romano e negro-africano durante a Antiguidade clássica.

Um tal ponto de vista certamente não é inflexível: a pesquisa arqueológica futura poderá fornecer novas informações; no entanto, a incerteza estará sempre presente.

Os autores da Antiguidade fazem escassas referências a produções saarianas, e a arqueologia confirma esse vazio. Alguns textos gregos ou latinos mencionam os carbúnculos e as calcedônias, pedras preciosas provenientes dos territórios dos Garamantes, dos Trogloditas ou dos Nasamones, situados ao sul da Líbia atual. E possível que aí se encontrassem também amazonitas, de que se descobriu um depósito em Egusi Zumma no maciço de Dohone, a nordeste do Tibesti[29].

A captura de animais selvagens foi, em minha opinião, a principal fonte de renda do território. E claro que àquela época a África do Norte ainda abrigava muitos leões e tigres, antílopes e avestruzes; no entanto, a demanda de Roma era tal que a caça teve de se estender para o interior da África. Dispõe-se de estatísticas significativas sobre a questão: na inauguração do anfiteatro flaviano em Roma no final do século I foram combatidos 9 mil animais; o imperador Trajano, no ano de seu triunfo (106), expôs 11 mil. A maior parte desses animais era *"libycae"* ou *"africanae"*, isto é, exportada da África do Norte[30]. Nesse inventário,

28 LEBEUF, J.-P. 1970, com um importante comentário científico e bibliográfico. Certas regiões da África tropical já possuíam há muito tempo sua própria cultura (civilização de Nok na Nigéria setentrional): MAUNY, R. 1970. pp. 131-3; KI-ZERBO, J. 1972. pp. 89-90.

29 MONOD, T. 1948. pp. 151-4; id. 1974. pp. 51-66. Pedras idênticas existiam também no vale do Nilo.

30 JENNISON, G. 1937; AYMARD, J. 1951; TOYNBEE, J. M. C. 1973.

elefantes e rinocerontes vinham das zonas saarianas mais meridionais ou mesmo do Chade e do Bahr el-Ghazal[31]. O marfim devia ter alguma importância no comércio transaariano, visto que o elefante desapareceu quase totalmente da África do Norte desde o século II da Era Cristã. Não se deve esquecer, contudo, que a Núbia também forneceu a Roma um contingente de animais selvagens.

É pouco provável que tenha existido um tráfico de escravos negros com a Europa; o mundo romano ocidental não os procurava.

Com frequência se enfatizou que os comboios de ouro em pó originários do Mali e do golfo da Guiné abasteciam o mercado europeu, prefigurando a situação comercial da Idade Média[32]. Tal opinião é apenas hipotética: possuímos os inventários de todas as regiões produtoras de ouro às épocas romana e bizantina, e a África nunca foi citada. No entanto, pode-se perfeitamente supor a existência de um tráfico aurífero mais ou menos secreto entre o Senegal e o sul do Marrocos, região produtora de ouro bastante isolada das fronteiras romanas, uma vez que os árabes estabeleceram um contato extremamente rápido com esse mercado a partir de 734.

Essas poucas relações comerciais, ainda mal conhecidas, questionam a utilização das rotas saarianas. Aqui, novamente, é necessário agir com prudência. Os únicos elementos de que dispomos para uma tentativa de reconstituição dessa rede de caminhos são certos locais onde desembocam vias naturais (como Gadames ou a Phazania), a dispersão territorial dos objetos romanos no Saara e, finalmente, a comparação com as rotas de caravanas anteriores ou posteriores ao período considerado. Apenas as duas últimas questões apresentam alguma dificuldade.

É claro que a descoberta de um objeto romano isolado, principalmente uma moeda, é, em si, pouco convincente; as populações saarianas setentrionais ainda usavam moedas romanas no século XIX[33]. Mas no momento em que os pontos de descoberta desses mesmos objetos se ordenam no espaço e indicam, com boa probabilidade, uma rota de caravana conhecida através de outras fontes – a cerâmica encontrada nos túmulos, por exemplo –, é válido considerá-los. A área

31 MAUNY, R. 1956-b. Em Leptis Magna, capital portuária da Tripolitânia, o totem da cidade era de fato um elefante: MAUNY, R. 1940. pp. 67-86. DESANGES, J. 1964. pp. 713-15: moedas do imperador Domiciano, contemporâneas do anfiteatro flaviano e representando rinocerontes bicornes africanos. Sugeriu-se que a palavra *Agisymba* pode estar relacionada a *Azbin,* denominação local do maciço do Air, mas não é certo que à época os rinocerontes ainda podiam sobreviver nessa parte do Saara. Além disso, é possível que os nomes *Agisymba* e *Azbin* possam ter correspondentes fonéticos espalhados por uma grande área geográfica.

32 CARCONNO J. 1948.

33 MAUNY, R. 1956-a. pp. 249-61.

de dispersão dessas provas mostra que a civilização garamante, dependente das relações com Roma, estendeu sua influência a centenas de quilômetros. Convém salientar que tal influência era inteiramente garamante e não romana, embora constituísse um foco secundário de dispersão de objetos romanos. É aqui que a personalidade saariana antiga se afirma com maior veemência: as populações locais mantinham relações bastante estreitas, qualquer que tenha sido a causa inicial de sua aproximação – muito provavelmente, a busca de mercadorias destinadas ao comércio com Roma: Nesse contexto, a mobília funerária de Tin Hinan é sintomática: pode ser vista como um conjunto de objetos exóticos colecionados por um chefe local, que, com certeza, cobrava uma taxa dos povos que atravessavam seu território. Os Tuaregues de épocas posteriores adotaram o mesmo costume.

Ao que parece, as rotas saarianas de longo curso orientavam-se principalmente na direção norte e nordeste. Desse modo, os Garamantes e seus satélites teriam drenado o comércio para a zona do Fezzan. A partir daí, itinerários bem atestados conduziam aos grandes portos sírticos (Sabrata, Oea e Leptis Magna), cidades muito ricas a partir da época púnica. De Garama também se podia chegar ao vale do Nilo por uma rota setentrional que atravessava os oásis de Zuila, Zela, Aujila e Siwa – já conhecidos pelos autores antigos –, ou então por um trajeto mais meridional, onde Kifra desempenhava o papel de encruzilhada [34]. Nessas regiões orientais do Saara deparamo-nos inevitavelmente com o velho problema das comunicações neolíticas e proto-históricas, em que o Tibesti constituía um ponto de parada regular[35]. Mas parece que as relações com o Egito helenístico, depois romano, declinaram e que o comércio se deslocou cada vez mais para a costa mediterrânica[36].

É também no Saara oriental, provavelmente, que devemos procurar o caminho da introdução do ferro no mundo negro, já que este fenômeno não ocorreu de maneira autônoma. O problema da passagem da Idade da Pedra para a Idade dos Metais nas regiões saarianas e nigerianas – transição que certamente ocorreu no período considerado – é de enorme importância. Também nesse caso não há uniformidade geográfica. Numa mesma região – a Mauritânia, por exemplo – constata-se a existência simultânea de implementos de pedra e metal durante os últimos séculos que precedem a Era Cristã: em Zemeilet Barka, Hassi Bernous e Uadi Zegag foram encontrados utensílios líticos, (datação de

34 LECLANT, J. 1950-b; LAW, R. C. 1967. pp. 181-200; REBUFFAT, R. 1970. pp. 1-20.

35 BECK, P. & HUARD, P. 1969. GOSTYNSKI, T. 1975. pp. 473-588.

36 UNESCO. 1963-7; CAMPS, G. 1978.

FIGURA 20.4 Tipos “garamantes” num mosaico romano de Zliten, Tripolitânia. Em geral se interpreta esta cena – em que prisioneiros são lançados às feras – como um epílogo do esmagamento dos Garamantes pelos romanos em +69. (Foto P. Salama, Museu de Trípoli.)

artigos acessórios com carbono 14) enquanto na área de Akjujit há indícios da metalurgia do cobre[37]. Nesse último sítio é possível que tenha havido influência da indústria do Sous (sul marroquino), que lhe era, talvez, anterior; contudo, não se deve recusar a hipótese da emergência puramente local da metalurgia, pelo menos do ouro e do cobre.

A questão da indústria do ferro, que exige o uso de temperaturas mais elevadas e de técnicas mais complexas, apresenta-se sob um aspecto diferente. É preciso lembrar que a metalurgia do ferro levou vários séculos para se difundir do Cáucaso até a Europa ocidental. O problema de sua aparição no mundo negro é, pois, bastante controvertido: alguns acreditam tratar-se de uma invenção autóctone; outros, de uma intervenção estrangeira. Os defensores da segunda teoria acham-se ainda divididos: alguns supõem uma influência mediterrânica, através do Saara central; outros remetem a origem dessa técnica ao país de Kush, apontando como via de difusão a rota natural que liga o Níger ao vale do Nilo através do Kordofan e do Darfur. Seja como for, datações obtidas por carbono 14 indicam que a metalurgia do ferro existia na área do Chade e na Nigéria setentrional nos séculos II e I antes da Era Cristã. Não se pode rejeitar *a priori* a hipótese de um desenvolvimento local da metalurgia do ferro; se tal não ocorreu, contudo, foi provavelmente a civilização meroíta a responsável pela transmissão dessa técnica[38], o que exclui uma difusão através das rotas saarianas centrais.

Uma revolução do camelo?

O estudo dos meios de transporte também pode ajudar-nos a localizar melhor as rotas saarianas e atestar certas hipóteses. Sabemos que o grande deserto foi conquistado pelo cavalo, antes do camelo. Aqui, como em outros lugares, o período "equidiano" manifesta-se inicialmente pelo uso de carros. Não sabemos quando desapareceram, mas de acordo com Heródoto, os Garamantes ainda os utilizavam; a arqueologia confirma esse testemunho. No Saara, as representações de carros – bastante diversificadas – são muito frequentes. Inventários metódicos permitiram propor a reconstituição cartográfica das rotas transaarianas seguidas por esses

37 LAMBERT, N. 1970. pp. 43-62; CAMPS, G. 1974-d. pp. 322-3 e 343.

38 Avaliação geral com bibliografia em MAUNY, R. 1970. pp. 66-76; cf. LECLANT, J. 1956-b. pp. 83-91; DAVIDSON, B. 1959. pp. 62-7; HUARD, P. 1966. pp. 377-404; CORNEVIN, R. 1967. pp. 453-4.

FIGURAS 20.5 E 20.6 A avaliação da idade das pinturas rupestres baseia-se em critérios de estilo e de pátina. Para os períodos tardios, contudo, a datação é difícil. Esses dois exemplos, provenientes da região de Sefar (Tassili n'Ajjer), parecem pertencer ao período "líbico-berbere". Na realidade, as inscrições em "tifinar antigo" mostram os nomes islâmicos de Hakim e Maomé. (Fotos M. Gast.)

veículos[39]. Sem exagerar a importância desses indícios, devemos reconhecer que, à exceção do itinerário ocidental, paralelo ao litoral atlântico, que não desempenha um papel ativo em nossas fontes clássicas, vários itinerários antigos, confirmados por textos ou material arqueológico, coincidem com essas famosas rotas proto--históricas. Deve-se acrescentar que qualquer trajeto saariano utilizado por cavalos, atrelados ou não, requeria ou um sistema de bebedouros – que os Garamantes haviam desenvolvido – ou o transporte de um grande suprimento de provisões.

Quanto ao camelo – trata-se mais exatamente do dromedário, originário do Oriente Próximo –, só aparece mais tarde na África saariana. Esse evento foi discutido *ad infinitum*[40]. Em realidade, a introdução desse animal no próprio continente africano só ocorreu num período posterior. O camelo não é encontrado no Egito até os períodos persa e helenístico (séculos V e IV antes da Era Cristã), sendo hipótese aceitável que sua difusão no Saara tenha ocorrido a partir do baixo vale do Nilo. O fato é, ao que parece, de difícil datação; só dispomos, para tanto, de desenhos rupestres líbico-berberes saarianos, de pouca utilidade para uma cronologia rigorosa, e de um grande número de inscrições e esculturas da África do Norte romana, todas aparentemente posteriores ao século II da Era Cristã. Por outro lado, um monumento gráfico de Ostia (porto de Roma) que data dos últimos trinta anos do século I da Era Cristã associa o elefante e o camelo aos espetáculos de arena. Em -46 César capturou 22 camelos do rei númida Juba I, cujos domínios estendiam-se até as fronteiras saarianas. Talvez ainda fossem animais raros. Mas se os camelos importados por Roma 150 anos depois eram realmente africanos, já deviam, então, existir em número considerável no Saara (onde eram procurados para os jogos), visto ainda não serem muito comuns no território do Magreb.

Vale a pena lembrar a presença simbólica de camelos nas famosas moedas romanas ditas "spintrianas" – provavelmente cunhadas para o uso das cortesãs, já que os antigos acreditavam que esses ruminantes possuíam instintos lúbricos excepcionais!

---

39 Bibliografia geral em MAUNY, R. 1970. pp. 61-5; LHOTE, H. 1970. pp. 83-5. Esses esboços não são suficientemente claros e detalhados – ou mesmo homogêneos – para que se possa tirar conclusões seguras. Só é explícito o estilo garamante dos carros puxados por cavalos, encontrados apenas no Fezzan e no Tassili n'Ajjer. Além do mais, parece tratar-se unicamente de veículos de parada, feitos de madeira e couro; de acordo com a reconstituição de SPRUYTTE, não pesavam mais de 30 kg, sendo, portanto, impróprios para o transporte de mercadorias (CAMPS, G. 1974-d. pp. 260-1; SPRUYTTE, J. 1977). Não estou convencido de que o estilo desses carros garamantes se deva à influência dos invasores cretenses que se perderam no deserto líbio por volta do fim do II milênio antes da Era Cristã. As próprias rotas são problemáticas: provavelmente eram simples orientações de itinerários; alguns escritores, que absolutamente não aceitam as teorias extravagantes segundo as quais os romanos eram capazes de atingir o Níger em seus carros (LHOTE, H. 1970), chegam a questionar sua existência: CORNEVIN, R. 1967. p. 453, segundo P. HUARD; CAMPS, G. 1974-d. pp. 346-7.

40 COURTOIS, C. 1955. pp. 98-101; SCHAUENBURG, K. 1955-6. pp. 59-94; DEMOUGEOT, E. 1960. pp. 209-47; LHOTE, H. 1967, pp. 57-89; KOLENOO, K. 1970-a. pp. 287-98.

Tendo a concordar com os historiadores que atribuem grande importância à difusão do uso de camelos no Saara. O animal, com patas flexíveis adaptáveis a todos os terrenos, de uma frugalidade surpreendente graças ao líquido metabólico secretado por seu organismo, foi providencial para os nômades, numa época em que o processo de dessecamento do clima tornava inconveniente o uso do cavalo. O emprego do camelo representava uma mobilidade maior para os indivíduos e para os grupos, vantagem há muito tempo reconhecida na Arábia. Acredita-se, inclusive, que uma transformação do método de arreamento, alterando a posição da sela, permitiu adestrar os *meharis,* camelos de corrida e combate[41].

Durante muitos séculos, a difusão desses animais foi lenta, porém sistemática, a julgar pelo grande número de representações rupestres "camelinas" – infelizmente mal datadas – presentes em todas as regiões do grande deserto, de técnica evidentemente muito posterior às belas representações "equidianas". Embora nenhum texto clássico mencione o fato, os Garamantes e seus vassalos sem dúvida terminaram por adotar a utilização do camelo. A regularidade das relações comerciais desse povo com as zonas mais distantes foi provavelmente resultado desse uso. Talvez não seja um mero acaso o fato de todo o material romano encontrado na região de Ghat e Abalessa pertencer ao século IV: nessa época, a Tripolitânia setentrional também abrigava um grande rebanho de camelos, do qual as autoridades romanas normalmente podiam requisitar mil animais a expensas da cidade de Leptis. O fornecimento de camelos também reforçou consideravelmente o potencial ofensivo dos nômades nos territórios romanos.

A "política saariana" de Roma

Devido à falta de documentos, não sabemos se a Cartago púnica se alarmava com a presença de poderosas tribos em suas fronteiras meridionais. As escavações em Garama provam pelo menos que durante os séculos II e I antes da Era Cristã os portos da costa sírtica, então pertencentes ao reino da Numídia, mantinham relações comerciais com o Fezzan, de que em grande parte dependia sua riqueza.

A história romana é mais conhecida. Em suas linhas principais, a política latina pode ser resumida do seguinte modo: a ocupação das terras agrícolas do Magreb necessitava de uma cobertura estratégica meridional. Nessas regiões os nômades saarianos eram um obstáculo. Suas migrações sazonais no interior do território colonizado, inevitáveis porque essenciais à sua sobrevivência, tinham

41 MONOD, T. 1967.

um lado útil, na medida em que tornavam acessíveis aos colonos os produtos da estepe e do deserto; contudo, havia sempre o risco de conflito com as tribos sedentárias. Mesmo os longínquos Garamantes pareciam perigosos, uma vez que poderiam, a qualquer momento, reforçar o potencial agressivo dos nômades. O poderio desses povos constituía, por si só, um desafio.

Durante quatro séculos – e principalmente no último período – a história romana vem pontilhada de passagens em que os saarianos dos limites meridionais da Tripolitânia e da Cirenaica, nômades condutores de camelos, como os Asturianos, os Marmáridas e sobretudo os Mázaces, chegam a inquietar a costa líbia e os oásis egípcios[42]. Pode-se, assim, julgar sua mobilidade e raio de ação.

Para evitar esse duplo perigo, o primeiro passo da estratégia romana foi interromper as comunicações dos nômades com suas retaguardas, destruindo rapidamente os Estados saarianos mais fortes. Os Nasamones e os Garamantes foram completamente submetidos desde o início do Alto Império. Daí em diante o fundamental era proteger o território colonizado através da organização cuidadosa de uma poderosa rede de fortalezas, rampas e linhas de comunicação (séculos II e III), implantadas geograficamente em função das vantagens do terreno. Isso explica a configuração irregular do *limes* romano, que protegia, com um surpreendente virtuosismo estratégico, todas as províncias da África mediterrânica[43]. Desse modo, o controle do nomadismo saariano setentrional parecia estar assegurado.

No entanto, a pacificação foi apenas temporária. A partir do século IV, intensifica-se o assédio dos nômades cameleiros às fronteiras, enfraquecendo, dia após dia, a resistência das guarnições do *limes.*

Sabemos o que ocorreu depois. No processo de evicção de Roma, devido a múltiplas causas, a "questão saariana" influiu de algum modo.

Ainda que sejam incompletos, nossos conhecimentos sobre o Saara da Antiguidade continuam positivos; vários pontos são inquestionáveis. O dessecamento do clima não "matou" o deserto: a atividade humana se manteve. As línguas e a escrita se consolidaram. Com a difusão do camelo, diminuíram os problemas de transporte e comunicação. A região participou à sua maneira na história dos grandes Estados mediterrânicos, assim como, talvez, a África tropical. Foi sem dúvida nesse contexto evolutivo que o renascimento medieval encontrou suas raízes.

42 Literatura e epigrafia reunidas por: DESANGES, J. 1962; CRACCO-RUGGINI, L. 1974.

43 Sobre a questão dos contatos romano-saarianos em função do *limes:* para a Mauritânia, ver SALAMA, P. 1953. pp. 231-51; id. 1955. pp. 329-67; id. 1976, pp. 579-95; para a Numídia: BARADES, J. 1949; para a Tripolitânia: VITA, A. di. 1964. pp. 65-98; REBUFFAT, R. 1972. pp. 319-39.

CAPÍTULO 21

Introdução ao fim da Pré-História na África subsaariana

M. Posnansky

Uma das principais conclusões a que conduziram as recentes pesquisas arqueológicas realizadas na África subsaariana é a de que povos em diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico, vivendo em diversas partes da África, foram contemporâneos entre si. A Idade da Pedra não teve ali um fim uniforme, as técnicas agrícolas foram adotadas em momentos diversos e muitas das comunidades de que tratam os próximos capítulos ainda viviam da caça e da coleta em fins do I milênio da Era Cristã, utilizando uma tecnologia característica da Idade da Pedra. Contudo, nenhuma sociedade se manteve estática, e, na maioria dos casos, estabeleceram-se contatos culturais muito intensos, apesar das distâncias por vezes consideráveis. Paradoxalmente, esses contatos ocorreram com maior intensidade através da barreira supostamente impenetrável do Saara, desempenhando um papel unificador na história da África. É impossível atribuir uma data precisa para o término do período estudado, por se tratar de uma área para a qual não dispomos de uma cronologia acurada. Em geral as datas conhecidas, relativamente seguras, são fornecidas pelo carbono 14, mas a margem de erro para o período em questão pode atingir vários séculos. Ao invés de procurar estabelecer uma data fixa para o fim do período, os capítulos sobre a África subsaariana tratam essencialmente do que em geral se denomina “Neolítico” e o início da Idade do Ferro. O período assim definido termina por volta do ano -1000 na maior parte das regiões. No passado,

o termo “Neolítico” aplicado à África subsaariana foi utilizado de maneira vaga para designar um certo tipo de economia agrícola e/ou para distinguir conjuntos de instrumentos que incluem utensílios cortantes em pedra polida ou lascada, cerâmica e, frequentemente, mós ou moletas.

As primeiras comunidades de agricultores não se caracterizavam necessariamente pela utilização de um mesmo conjunto de utensílios. Pesquisas recentes efetuadas em várias partes da África demonstraram a grande resistência ao tempo dos utensílios em sílex talhado; tais instrumentos surgiram primeiramente entre os caçadores-coletores de diversas regiões da África há mais de 7 mil ou 8 mil anos e peças análogas provavelmente ainda eram utilizadas em certas partes da bacia do Zaire (Ueliam) há menos de mil anos. Parece que os caçadores--coletores, que viviam em contato com os seus vizinhos agricultores, também utilizaram a cerâmica bem antes de se dedicarem, por sua vez, à agricultura. As mós encontradas pela primeira vez nos sítios do final da Idade da Pedra, em diversas regiões da África, indicam o uso mais intensivo dos vegetais. Por início da Idade do Ferro entende-se o período durante o qual se utilizou de maneira ininterrupta uma tecnologia baseada no ferro, em oposição ao emprego ocasional de instrumentos do ferro. De maneira geral, o início da Idade do Ferro na África subsaariana caracterizou-se pela emergência de pequenos povoados, relativamente dispersos, e não pelo desenvolvimento de Estados, que surgiriam apenas no final desse período[1].

Infelizmente, sabemos muito pouco sobre o tipo físico dos habitantes da África subsaariana. É certo que desde o X milênio antes da Era Cristã existiam na África ocidental povos que apresentavam alguns traços físicos semelhantes aos dos atuais habitantes dessa área (Iwo-Eleru na Nigéria); são os chamados “protonegros”[2]. Vestígios de esqueletos de negros também foram registrados tanto no Saara como nos confins do Sahel e atribuídos a períodos tão remotos como o V milênio antes da Era Cristã[3]. Na África meridional, os antepassados dos atuais caçadores-coletores Khoisan e dos pastores-criadores da Namíbia e do Botsuana (San e Khoi-khoi) eram maiores em estatura que seus descendentes e certamente ocupavam regiões tão setentrionais quanto a Zâmbia; é possível mesmo que tenham vivido nas margens do rio Semliki, no leste do Zaire. Evidências para esse fato são fornecidas pelos sítios de Gwisho, na Zâmbia, onde o conjunto de utensílios e o regime alimentar que se pôde inferir indicam

1 POSNANSKY, M. 1972-b. pp. 577-9.

2 BROTHWELL, E. W. & SHAW, T. 1971. pp. 221-7.

3 CHAMLA, M.-C. 1968.

FIGURA 21.1 Hipóteses da origem dos Bantu e do início da metalurgia do ferro. (Mapa fornecido pelo autor.)

claramente que os povos em questão eram antepassados dos San, embora a estatura média desse grupo de 4 mil anos fosse mais elevada do que a dos San atuais que vivem nas cercanias ocidentais do Botsuana[4]. As escavações efetuadas principalmente no Rift Valley (Quênia) forneceram vestígios de esqueletos do VI

4 GABEL, C. 1965.

milênio antes da Era Cristã. Na interpretação de Leakey (1936) estes estão mais próximos de alguns dos tipos físicos da zona etíope do que das atuais populações de língua bantu ou nilótica. No entanto, esses estudos foram realizados há quase meio século e uma nova avaliação já deveria ter sido empreendida. Os trabalhos de biogenética de Singer e Weiner[5] indicaram que os San e os negros estão mais próximos entre si do que em relação a qualquer outro grupo exterior, o que talvez indique serem eles os descendentes diretos dos habitantes originais da África na Idade da Pedra. Também ficou evidente a homogeneidade biológica de todas as populações africanas desde a África ocidental até a África meridional. Hiernaux[6], em profunda e exaustiva análise dos dados genéticos existentes, obtidos principalmente graças à expansão das pesquisas médicas na África, enfatizou a natureza heterogênea da maior parte das populações africanas, o que atesta a grande amplitude e duração dos contatos físicos e culturais ocorridos na área subsaariana. Somente as regiões remotas, como o habitat florestal dos Pigmeus no Zaire ou o território dos San no Calaari, abrigavam populações de um tipo sensivelmente diferente; as razões dessas particularidades devem ser buscadas no seu isolamento genético. Em regiões como os confins do Sahel, os limites do nordeste da África e Madagáscar observam-se cruzamentos entre populações negras e etnias que se desenvolveram independentemente dos povos do sul, como os malaio-polinésios, no caso de Madagáscar, e os povos aparentados aos da periferia do Mediterrâneo ou do sudoeste da Ásia, instalados no nordeste da África e no Saara.

A contribuição da linguística

Para se entender o início da Idade do Ferro na África subsaariana é essencial o conhecimento da sua formação linguística. A maioria dos arqueólogos teve que recorrer à linguística para poder interpretar seus próprios dados. Duas séries de eventos interessam-nos particularmente no período que estudamos. Primeiramente, 'a fragmentação da família das línguas congo-kordofanianas, para usar a terminologia de Greenberg[7]; e, em segundo lugar, a dispersão das etnias de língua bantu, que constituem atualmente mais de 90% da população ao sul de uma linha que vai da baía de Biafra à costa da África oriental na altura

5 SINGER, R. & WEINER, J. S. 1963. pp. 168-76

6 HIERNAUX, J. 1968-a.

7 Cf. KI-ZERBO, J., coord. *História Geral da África.* São Paulo, Unesco/Ática, 1982. v. I, Cap. 12.

de Malindi. Sabemos muito pouco acerca da primeira série de eventos. Tudo o que se pode dizer é que as línguas kordofanianas são antigas, relativamente numerosas, com frequência faladas por grupos de efetivo reduzido ou mesmo insignificante, sendo que cada grupo possui sua própria língua, diferente da dos vizinhos. Todas são faladas na moderna província do Kordofan, na República do Sudão, concentrando-se principalmente em torno dos montes Nuba. As línguas kordofanianas divergiram grandemente das línguas nígero--congolesas, ficando isoladas dos grupos linguísticos circunvizinhos. Não possuímos nenhuma indicação útil sobre o momento em que ocorreu a cisão entre as línguas kordofanianas e os dialetos nígero-congoleses da família protocongo-kordofaniana; supõe-se apenas que seja anterior ao X ou VIII milênio antes da Era Cristã.

A fragmentação das línguas nígero-congolesas pode estar relacionada à expansão gradual dos povos que o lento dessecamento do Saara expulsou para o sul do Sahel. Painter[8] situou essa fragmentação entre -6000 e -3000, mas as opiniões divergem. Armstrong[9] sugeriu que as línguas da Nigéria meridional já estariam formadas há 10 mil anos, o que implicaria uma migração para o sul em data bem mais remota. Esses dois pontos de vista estariam corretos se alguns grupos de língua nígero-congolesa tivessem se separado do tronco principal e posteriormente se isolado na floresta. Eles poderiam corresponder, no plano linguístico, aos habitantes protonegros do Iwo-Eleru. Outras populações de língua nígero-congolesa teriam abandonado o Sahel posteriormente, após terem adotado um modo de vida agrícola. Contudo, essa interpretação apresenta um problema: ao que parece, os primeiros produtores de víveres do Saara foram pastores e não agricultores. A sugestão de Sutton, no Capítulo 23[10], permitiria contornar essa dificuldade, uma vez que existem provas de que os pastores do Sahel possuíam arpões e outros objetos associados às culturas aquáticas. Contudo, a divergência linguística no interior da família nígero-congolesa parece estar relacionada ao isolamento geográfico de diferentes grupos que viviam principalmente da agricultura; esse isolamento teria ocorrido numa época suficientemente remota para que cada componente da família nígero-congolesa pudesse ter adquirido uma grande especificidade linguística.

8 PAINTER, C. 1966. pp. 58-66.

9 ARMSTRONG, R. G. 1964.

10 Cf. também SUITON, J. E. G. 1974. pp. 527-46. Sutton crê na possibilidade de um modo de vida aquático ter-se generalizado numa época de condições higrométricas e hidrográficas ótimas, modo de vida de que teriam sido os agentes os povos nilo-saarianos primitivos.

Ao abordarmos as línguas bantu, deparamos com uma situação diferente. As línguas bantu faladas na África oriental, meridional e central – mais de 2 mil – apresentam certos elementos de vocabulário e um quadro estrutural comuns, sendo, portanto, aparentadas. Tais semelhanças foram identificadas em 1862 por Bleek, que as designou genericamente "bantu" (o termo *bantu,* cujo singular é *muntu,* significa "homem", "pessoa"). Já em 1889 Meinhof havia reconhecido que as línguas bantu eram aparentadas às da África ocidental, conhecidas na época como línguas sudanesas ocidentais. As diferenças entre as várias línguas bantu nunca chegam a ser tão grandes como as que existem entre as diversas línguas africanas ocidentais; a maior parte das estimativas situa tais variações há aproximadamente 2 mil ou 3 mil anos. Contudo, existem várias teorias linguísticas sobre a separação das línguas bantu das outras línguas africanas ocidentais e em geral duas delas são mais aceitas. Joseph Greenberg[11] abordou o problema sob um ângulo macroscópico, estudando o conjunto das línguas africanas a partir de dados gramaticais e lexicais tirados de aproximadamente oitocentas línguas. Em cada uma delas, distinguiu uma média de duzentos morfemas ou núcleos, que considerou como elementos básicos do vocabulário, a saber, as palavras que uma mãe ensina a seu filho: os primeiros numerais, as partes do corpo, as funções fisiológicas (como dormir, comer, urinar, etc.) e os componentes básicos do universo físico que cerca a criança (como a terra, a água e o fogo). A partir desses núcleos ele descobriu que as línguas bantu estão mais próximas das outras línguas africanas ocidentais do que, por exemplo, o inglês do protogermânico. Ele calculou que 42 % do vocabulário das línguas bantu é encontrado nas línguas africanas ocidentais mais próximas, em contraste com apenas 34% dos vocábulos ingleses presentes no protogermânico – parentesco que os linguistas sempre consideraram estreito. Concluiu então que "o bantu nem mesmo constitui uma subfamília genética única [...] mas pertence a uma das subfamílias [...] Benue-Cross ou semibantu"[12]. Desse modo, pôde situar com segurança a área de origem do bantu na região fronteiriça entre a Nigéria e Camarões.

O professor Guthrie[13] já falecido, trabalhou a nível microlinguístico, tendo-se dedicado durante anos aos estudos comparativos do bantu, analisando cerca de 350 línguas e dialetos. Ele isolou os radicais de palavras cognatas que tinham o mesmo significado em, pelo menos, três línguas distintas. A partir das 2400

11 GREENBERG, J. H. 1963; id. 1972. pp. 189-216.

12 GREENBERG, J. H. 1963. p. 7.

13 GUTHRIE, M. 1967-71. pp. 20-49.

séries de radicais assim identificados, constatou que 23% eram "gerais", isto é, caracterizavam-se por uma grande difusão em toda a área bantu, enquanto 61% eram "específicas" de uma área mais restrita. Com base nas séries gerais, ele estabeleceu um "índice do bantu comum", que indicava a percentagem das palavras "gerais" presentes em qualquer língua bantu. As isoglossas (ou linhas que unem os pontos correspondentes às percentagens idênticas ao bantu comum) assim obtidas delimitavam uma zona nuclear – onde a taxa de presença era superior a 50% – situada nas terras ervosas do sul da floresta do Zaire, região banhada pelos rios Zambeze e Zaire. Foi nessa área nuclear que Guthrie supôs ter-se desenvolvido o protobantu, que a partir daí se expandiu ou se fragmentou. Ele também presumiu a existência de dois dialetos protobantu, o bantu oriental e o bantu ocidental, com um vocabulário contendo mais de 60% de seus cognatos específicos. Recorrendo a determinados vocábulos, procurou descobrir qual o meio ambiente em que o protobantu era falado; constatou, então, que as palavras que significam "pescar com linha", "canoa", "remo" e "forjar" eram todas muito comuns e que o termo correspondente a "floresta" em protobantu referia-se mais a "bosque" que a "floresta densa".

Assim, concluiu que os povos protobantu teriam conhecido a metalurgia do ferro antes de se dispersarem, vivendo ao sul da floresta propriamente dita e utilizando com frequência as vias fluviais. Segundo o esquema de Guthrie, as línguas bantu do noroeste (área original para Greenberg) não ultrapassavam 11% - 18% em seu índice do bantu comum; seriam, pois, descendentes longínquas do protobantu e não antecessoras das línguas bantu. Contudo, ele admite que, num passado mais remoto, uma população pré-bantu vivia na área do Chari-Chade. Oliver[14] representou em diagrama a teoria de Guthrie e supôs a existência de um pequeno grupo pré-bantu que utilizava barcos, que teria se deslocado através da floresta para as terras ervosas do sul. Ali o grupo teria se multiplicado e eventualmente se dispersado em todas as direções.

Existe, assim, um consenso quanto à origem das línguas bantu na África ocidental, mas não quanto ao centro de dispersão imediato. Ehret[15] e outros linguistas são favoráveis às teses de Greenberg, em seu conjunto, considerando que, por razões especificamente linguísticas, a zona de maior diversidade linguística (neste caso, a área situada a noroeste da região bantu principal) deveria ser a de povoação mais antiga. Ehret sugeriu também que as porcentagens dos radicais de Guthrie fossem reavaliadas, na medida em que algumas delas deveriam ser mais

14 OLIVER, R. 1966. pp. 361-76.

15 EHRET, C. 1972. pp. 1-12.

significativas que outras na determinação da área originária do bantu. Apoiando--se parcialmente no vocabulário de base atribuído aos primeiros falantes do bantu, Ehret acredita que os Bantu primitivos teriam vivido na floresta antes de -1000, dedicando-se à agricultura e à pesca. Dalby[16], que diverge grandemente de Greenberg quanto a certos detalhes, desenvolveu a teoria de um Cinturão de Fragmentação (*Fragmentation Belt*) na África ocidental, na região onde se encontram os Bantus. Fora dessa faixa verificar-se-ia uma certa uniformidade, a contrastar com uma grande diversidade no interior. Tal fato seria indício de migrações que levaram à dispersão dos falantes do nígero-congolês e do bantu. Os autores que se dispuseram a propor uma cronologia situaram a expansão bantu entre 2 mil a 3 mil anos atrás, aceitando o fato de que à época essa etnia já conhecia o uso do ferro. Todos concordam que a expansão foi rápida, se não mesmo explosiva.

O papel da agricultura

Antes de discutir a importância do ferro no processo de dispersão dos povos, deve-se levar em conta um outro elemento, a agricultura. O assunto será tratado detalhadamente, em bases regionais, em capítulos posteriores; aqui só serão discutidos alguns traços gerais. Num capítulo introdutório como este, vale mais proceder a generalizações; para maiores detalhes, o leitor deve recorrer às conclusões do simpósio de 1972 sobre o início da agricultura na África[17].

A agricultura implica um certo controle de suprimento de víveres e um modo de vida relativamente sedentário em contraste com os deslocamentos constantes dos caçadores-coletores. Isso favorece o aumento do efetivo dos grupos e o desenvolvimento de estruturas – sociais e depois políticas – mais complexas. A agricultura – principalmente a cultura praticada em terras preparadas e a horticultura – implica igualmente uma população mais densa e um aumento na cifra total de população. Para a identificação das sociedades agrícolas, os arqueólogos recorrem a provas diretas e indiretas. As provas diretas podem ser as sementes ou os grãos, encontrados em estado carbonizado nos terrenos escavados, ou provir da aplicação de técnicas avançadas de pesquisa arqueológica, tais como a análise de flutuação, a palinologia, que permite identificar os polens fossilizados de plantas cultivadas, e a identificação das impressões dos grãos

16 DALBY, D. 1970. pp. 147-71.

17 HARLAN, J. R. et al. 1976.

na cerâmica. Entre as provas indiretas ou circunstanciais pode ser citada a descoberta de instrumentos destinados ao cultivo, à colheita e à preparação de alimentos vegetais. Infelizmente as condições climáticas em quase toda a África subsaariana não favorecem a descoberta de grande parte das provas diretas. Normalmente, as matérias orgânicas abandonadas se decompõem num intervalo de poucos dias. Os solos da maioria dos sítios tropicais contêm elementos aeróbios que impedem a conservação dos polens. Os sítios onde se encontram polens, como os pântanos e lagos de altitude elevada, estão muito distantes das terras cultiváveis para atestar a existência da agricultura no passado[18]. Além disso, muitos dos alimentos vegetais consumidos na África – como bananas, inhames e outros tubérculos – não produzem polem.

Um outro problema é que vários utensílios e instrumentos agrícolas são de uso incerto. Uma faca para descascar alimentos pode servir a outros propósitos; as mós podem ser utilizadas para pulverizar o ocre das pinturas ou para socar e triturar os alimentos não-cultivados, e geralmente são encontradas em muitos jazigos do fim da Idade da Pedra. Muitos vegetais são cultivados com o auxílio de um bastão, que serve para revolver a terra sem danificar as raízes. O alimento propriamente dito, preparado a partir dessas plantas, é em geral socado em almofarizes de madeira, que duram muito pouco tempo e têm reduzidas chances de sobrevivência nos solos das áreas em que são utilizados. Desse modo, os arqueólogos são obrigados a buscar um apoio maior em provas circunstanciais para inferir a existência da agricultura: a presença de grandes povoações, de habitações aparentemente duráveis, a utilização da cerâmica ou o uso regular de cemitérios. Como ficará evidente no Capítulo 26, os caçadores-coletores da África viviam por vezes em grandes comunidades e frequentemente usavam a cerâmica; quando a pesca e outras atividades especializadas de caça ou de coleta de alimentos eram bem-sucedidas, construíam habitações relativamente permanentes, como as do Cartum antigo ou de Ishango, que remontam ao fim da Idade da Pedra. Assim, pode-se constatar que, lamentavelmente, os elementos disponíveis para desvendar a história das origens da agricultura na África subsaariana são relativamente escassos e as conclusões, apenas conjeturais. Mas, com o tempo, e graças ao emprego de técnicas mais avançadas de reconstituição e à intensificação dos estudos de botânica e de

18 Contudo, há ocasiões em que os estudos palinológicos fornecem informações valiosas. É o caso do caroço coletado na baía de Pilkinton (lago Vitória), que indicou uma mudança na vegetação entre 2 mil e 3 mil anos atrás, quando as espécies silvestres foram substituídas por ervas; tal fato sugere uma derrubada extensiva posterior à chegada de populações agrícolas (KENDALL, R. L. & LIVINGSTONE, D. A. 1972. p. 380).

palinologia sobre a filiação genética e a distribuição das plantas cultivadas na África, será possível obter informações mais substanciais.

Até o final dos anos 1950, era muito comum supor que o surgimento da agricultura na maior parte da África subsaariana foi um evento tardio, em realidade contemporâneo da introdução da tecnologia do ferro em quase todo o continente, à exceção de algumas regiões da África ocidental. Essa inovação proveniente do sudoeste da Ásia teria se generalizado, atingindo o vale do Nilo e finalmente o restante da África. Contudo, recentes descobertas no Saara e em outros lugares indicam que a história não é tão linear. As prirneiras colocações contrárias ao ponto de vista tradicional sobre as origens da agricultura africana foram as de Murdock[19]: esse autor afirmou que a área de origem de grande parte da agricultura africana situava-se na região da África ocidental que corresponde à bacia superior do Níger e do Senegal no Futa Djalon. Embora no momento a hipótese de Murdock não possa ser corroborada minuciosamente, fica evidente que os inhames, uma certa variedade de arroz (*Oryza glaberrima*), o sorgo, o dendezeiro e outros gêneros menos importantes são originários da África ocidental.

Contudo, a principal questão é saber se o consumo desses vegetais na África ocidental indica o desenvolvimento precoce de uma agricultura independente da praticada fora da África. Alguns arqueólogos[20] defendem convictamente a existência de uma cultura de vegetais centrada no cultivo de inhames, mas há fortes razões para se refutar as provas até agora apresentadas[21]. É evidente que aldeias como Amekni existiam no Saara desde o VI milênio antes da Era Cristã, que as comunidades neolíticas da floresta utilizavam o dendê, a ervilha-de-vaca e outros víveres locais desse tipo, e que o sorgo e certas variedades de *pennisetum* (milhete), em estado selvagem, são muito difundidos nesse extenso cinturão de zonas de vegetação da savana e do Sahel que se estende do Atlântico à Etiópia. Também é patente que a Etiópia possuía vários gêneros de primeira necessidade, como o *tef* e outros cereais, assim como a bananeira selvagem não-frutífera (*Musa ensete*), e que a agricultura se desenvolveu numa época muito remota – pelo menos desde o III milênio antes da Era Cristã. Embora existam razões para se pensar que a agricultura era conhecida no Sudão desde o IV milênio, a evidência direta mais antiga remonta ao II milênio em sítios como Tichitt na Mauritânia e Kintampo

19 MURDOCK, G. P. 1959.

20 DAVIES, O. 1962. pp. 291-302.

21 POSNANSKY, M. 1969. pp. 101-7.

no norte de Gana[22]. A julgar pelo testemunho da arte rupestre[23] o pastoreio pode ter suas origens no VI milênio; encontraram-se vestígios de gado em vários sítios sahelianos, com certeza pertencentes ao início do IV milênio.

Embora as origens, a época e o modo de desenvolvimento da agricultura africana sejam relativamente controversos, em geral se admite que, à exceção de certas comunidades rigorosamente localizadas no Rift Valley do Quênia, que teriam cultivado o milhete, o início da agricultura, pelo menos na maioria das regiões da África onde se fala o bantu, é contemporâneo do surgimento da metalurgia do ferro. Geralmente também se acredita que vários dos primeiros gêneros alimentícios básicos na África bantu, como a banana frutífera, a *colocasia* (inhame), a *eleusine* cultivada e o sorgo, foram introduzidos, em última instância, através da África ocidental, ou ainda, no caso da banana, indiretamente, pela Ásia do sudeste. O gado mais antigo é cronologicamente anterior à Idade do Ferro, estando presente na África oriental desde o início do I milênio antes da Era Cristã; segundo a demonstração de Parkington no Capítulo 26, parece que o carneiro já tinha se propagado para o sul, até o Cabo (África do Sul), por volta do início do I milênio da Era Cristã. É possível que a difusão do pastoreio esteja relacionada à dispersão das culturas aquáticas descritas por Sutton no Capítulo 23; cabe lembrar também que Ehret[24] fornece provas convincentes das interações sociais através das quais se processou a influência das línguas do Sudão central sobre as línguas bantu. Ele descreveu, por exemplo, como as palavras para "vaca" e os termos relacionados às atividades de ordenha foram emprestados pelos Bantu de seus vizinhos do Sudão central, ao mesmo tempo que provavelmente imitavam seus métodos de criação e ordenha. Com base nas diferenças linguísticas entre os falantes do suposto proto-sudanês central, Ehret[25] infere que os criadores de gado precederam os agricultores. Além disso, o autor considera que essas interações podem ter ocorrido pela primeira vez por volta da metade do I milênio antes da Era Cristã. Ele sugere ainda[26] que a área em torno do lago Tanganica foi estratégica para a dispersão posterior do grupo oriental dos Protobantu, na medida em que se trata de uma região apropriada para a cultura do sorgo e

22 MUNSON, P. J. & FLIGHT, G. In: HARLAN, J. R. 1976.

23 MORI, F. 1972.

24 EHRET, C. 1967. pp. 1-17; id. 1973. pp. 1-71.

25 EHRET, C. 1973. p. 19.

26 EHRET, C. 1972. p. 14.

da *eleusine,* bem como para a criação de gado. Ehret[27] também indica que as palavras protobantu para "enxada" e "sorgo" são derivadas das línguas do Sudão central, o que nos leva a considerar uma dupla eventualidade: a interação social entre os povos nilo-saarianos e os ancestrais dos Bantu, e a difusão, para o sul, da agricultura caracterizada pelo uso da enxada e da cultura do sorgo, esta última ocorrendo principalmente na direção dos territórios ocupados pelos Bantu. Embora possa ter havido uma certa expansão demográfica, como resultado desse desenvolvimento, em torno do I milênio antes da Era Cristã, as descobertas dos arqueólogos, descritas nos capítulos posteriores, mostram bem que a expansão principal dos povos agricultores foi um fenômeno do I milênio da Era Cristã na maior parte da África bantu.

O Ferro

Uma questão importante em qualquer discussão sobre a expansão inicial dos povos agrícolas na África austral é a da origem da difusão da metalurgia do ferro. Quando se trata de limpar um terreno de moitas e arbustos ou de desbastar a orla de florestas e bosques, a ferramenta de corte é o instrumento mais cômodo. O homem da Idade da Pedra não possuía tais utensílios e, embora o machado de pedra afiado e polido das indústrias "neolíticas" pudesse ser usado para derrubar árvores ou, mais provavelmente, para trabalhar a madeira, não se tratava de uma ferramenta versátil como, por exemplo, o atual alfanje de ferro ou *panga.* Na África subsaariana não houve Idade do Bronze. O uso do cobre foi atestado pela primeira vez na Mauritânia; parece estar ligado à exploração de uma pequena jazida do metal em torno de Akjujit por magrebianos ou por povos em contato com as populações da Idade do Bronze da África do noroeste. O trabalho do cobre data de um período entre os séculos IX e V antes da Era Cristã[28] e, portanto, precede de muito pouco os primeiros vestígios da metalurgia do ferro atestados na África ocidental – em Taruga, no planalto de Jos (Nigéria) –, que remontam aos séculos V ou IV antes da Era Cristã.

Configurou-se uma especulação considerável (e neste caso é preciso insistir no caráter conjetural dos argumentos evocados, já que não existem, por assim dizer, dados indiscutíveis sobre os fornos e foles antigos) em torno da questão das origens da metalurgia do ferro na África. Diversas escolas de pensamento

27 EHRET, C. 1973. p. 5

28 LAMBERT, N. 1970.

propõem esquemas, todos aceitáveis, mas até agora nenhuma pôde provar que está correta. A mais antiga delas afirmava que a metalurgia do ferro teria se difundido a partir do vale do Nilo, particularmente de Méroe, que Sayce[29] batizou de "Birmingham da África". Mais recentemente, Trigger[30] indicou que os objetos de ferro são relativamente raros na Núbia até -400 e que, mesmo depois, só peças pequenas, como enfeites leves, caracterizam o período meroíta. Tylecote[31] afirmou categoricamente não haver o menor traço de *fundição* de ferro em Méroe até 200 antes da Era Cristã. Embora ocasionalmente tenham-se encontrado objetos de ferro no Egito em jazigos mais antigos, possivelmente obtidos pelo comércio ou produzidos a partir do ferro meteórico, esses não tinham nenhuma importância até o século VII antes da Era Cristã[32]. Os objetos de ferro meteórico eram obtidos pelos mesmos métodos em geral utilizados para o trabalho da pedra[33]. Contudo, não existem provas irrefutáveis de uma difusão da metalurgia do ferro a partir do vale do Nilo para o oeste ou para o sul.

Datando do século V, esse metal é encontrado na Etiópia em vários centros axumitas, como Yeha, originário, provavelmente, da Arábia do sul – fato confirmado pela ornamentação dos ferros de marcar o gado –, poderia também provir de um dos portos do mar Vermelho da época ptolomaica, como Adulis, com os quais esses centros mantinham contato. Com base num forno encontrado em Méroe, Williams[34] lançou a hipótese de que o forno típico consistiria em uma cuba bastante estreita, onde circulava o ar emitido pelos foles. Ele deduziu que a distribuição atualmente ampla desses fornos revela a importância do vale do Nilo como foco de dispersão inicial. Por outro lado, encontram-se nas terras altas do Borku-Ennedi-Tibesti, no Saara, gravuras e pinturas de guerreiros armados de escudos e lanças, que foram chamadas "líbico-berberes", enquanto outras seguramente apresentam afinidades com os estilos do vale do Nilo[35]. No entanto, são muito poucas as pinturas desse tipo cuja datação seja segura, e, quando é possível datá-las, parecem posteriores aos materiais metalúrgicos mais antigos da Nigéria.

29 SAYCE, E. A. 1912. pp. 53-65.

30 TRIGGER, B. G. 1969. pp. 23-50.

31 TYLECOTE, R. F. 1970. pp. 67-72.

32 Um ponto de vista diametralmente oposto pode ser encontrado em DIOP, C. A. 1973. pp. 532-47.

33 FORBES, R. J. 1950; id. 1954. pp. 572-99.

34 WILLIAMS, D. 1969. pp. 62-80.

35 HUARD, P. 1966. pp. 377-404.

A descoberta de sítios que atestam a presença antiga da metalurgia do ferro na Nigéria concentrou a atenção dos especialistas na possibilidade de uma origem norte-africana. Os fenícios difundiram a tecnologia do ferro desde o Levante até partes da costa da África do Norte no início do I milênio antes da Era Cristã. A distribuição geográfica de pinturas e gravuras em que estão representados carros com rodas puxados por cavalos – da costa da Tripolitânia até o Médio Nilo, passando pelo Tassili e o Hoggar, e das costas do Marrocos até a Mauritânia – é a indicação de que com certeza existiram contatos entre a África do Norte e o Saara, por volta da metade do I milênio antes da Era Cristã. Os carros e os cavalos são, indiscutivelmente, inovações exteriores ao Saara; Lhote[36] chegou a sugerir que a postura dos cavalos a pleno galope evocava a área do Egeu. Connah[37] deduziu que o ferro teria vindo do norte, na medida em que sua metalurgia é tardia – por volta de +500 em Daima – nos arredores do lago Chade, situado precisamente no corredor por onde chegariam as influências do vale do Nilo. Em caso contrário, dever-se-iam encontrar os vestígios que atestam a presença desse metal na região do Chade numa data anterior à do planalto de Jos. Outras datas relativamente antigas estão associadas à metalurgia do ferro em Gana, Hani (130 ±80), e no Senegal. Naturalmente, pode-se também admitir que a metalurgia do ferro tenha vindo da África do Norte via Mauritânia na esteira dos trabalhadores do cobre, espalhando-se em seguida pelo cinturão sudanês em direção ao oeste e ao sul (embora nesse caso as datas dos sítios do Senegal e da Mauritânia devessem ser anteriores às dos sítios da Nigéria). Pode-se supor igualmente que a metalurgia do ferro tenha chegado à África tropical por uma multiplicidade de caminhos: um a partir do Magreb rumo à Mauritânia, outro através do Saara rumo à Nigéria, um terceiro através do mar Vermelho em direção à Etiópia, e outros, ainda, através da costa leste a partir da área do mar Vermelho, da Índia ou Ásia sudeste rumo à África oriental.

Recentemente sugeriu-se que a metalurgia do ferro pode ter-se originado na própria África. C. A. Diop[38] é um adepto convicto dessa tese, retomada pelo dr. Wai Andah no Capítulo 24 do presente volume. O argumento principal em favor de um desenvolvimento autóctone é o fato de os arqueólogos terem recorrido durante muito tempo, em suas prospecções pela África, ao modelo mediterrânico de metalurgia do ferro, desconsiderando a possibilidade de esta apresentar feições inteiramente diferentes no continente africano. A fundição

36 LHOTE, H. 1953. pp. 1138-228.

37 CONNAH, G. 1969-a. pp. 30-62.

38 DIOP, C. A. 1968. pp. 10-38.

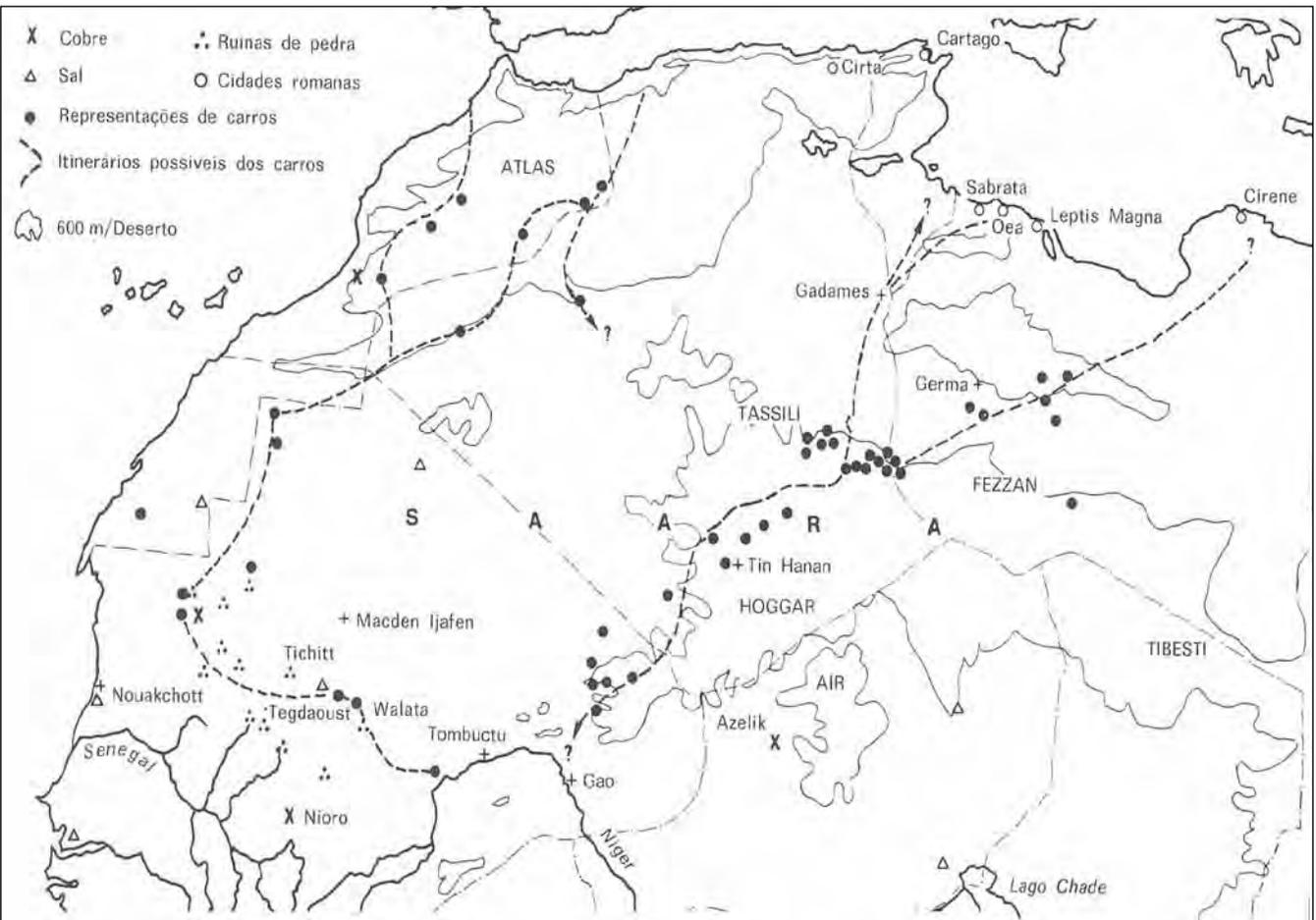



FIGURA 21.2 Jazidas de cobre e rotas de caravana através do Saara (segundo M. Posnansky, 1971).

do ferro requer temperaturas elevadas – até 1150° C para transformar o minério em lingote, temperatura superior ao ponto de fusão do cobre (1100° C) – além de certos conhecimentos de química, já que o ferro é obtido adicionando-se carbono e oxigênio ao minério durante o processo de fusão. Aqueles que argumentam a favor de uma origem única da metalurgia do ferro afirmam que tais conhecimentos especializados foram adquiridos por experimentação, a partir da prática da metalurgia do cobre e do cozimento da cerâmica em fornos. Sustentam, ainda, que a cronologia vem corroborar essa hipótese, na medida em que as provas da existência da metalurgia do ferro são abundantes na Anatólia desde o início do II milênio antes da Era Cristã, ao passo que continuam raras fora da Ásia ocidental até a passagem do I milênio antes da Era Cristã. Os defensores de uma origem africana argumentam, por sua vez, que o conhecimento da fundição do ferro pode ter decorrido da experiência com o cozimento de cerâmica em covas e que os minérios dos lateritos africanos são de tratamento mais simples que os minérios de rocha dura do Oriente Médio. Sugeriu-se ainda que, dado que vários sítios da África ocidental onde, em épocas remotas, se trabalhava o ferro – como os da cultura de Nok ou os situados no Alto Volta – fornecem igualmente utensílios de pedra, deve-se considerar a possibilidade de a metalurgia do ferro ter sido praticada em contextos do final da Idade da Pedra.

Os fornos, aparentemente recentes, que estão sendo estudados pelo arqueólogo no Congo lamentavelmente não acrescentam nada de novo ao assunto, e é provável que jamais forneçam vestígios do primeiro período de sua utilização. Contudo, descobertos e datados, poderiam eventualmente indicar a rota do ferro entre o Shaba e o mar e algumas datas desse desenvolvimento tardio.

Infelizmente não é possível provar de maneira cabal a validade de qualquer uma das teorias relativas às origens da metalurgia do ferro. Nenhum dos sítios onde se encontraram fornos de fundição antigos dá informações suficientes sobre a natureza destes e menos ainda sobre os tipos de foles empregados. Pouquíssimos sítios com fornos foram escavados e é evidente que o quadro de nossos conhecimentos continuará aproximativo até que a pesquisa tenha progredido e que se descubram outros sítios dessa natureza. Vastas regiões continuam inexploradas e, na medida em que os locais onde se fundia o ferro frequentemente estão muito distantes dos sítios habitados, só são detectados por um feliz acaso. O advento do magnetômetro de prótons para prospecções pode acelerar o ritmo das descobertas; contudo, uma das características dos fornos do início da Idade do Ferro é que dificilmente eles são reconstituíveis.

No conjunto, o número de sítios conhecidos no início da Idade do Ferro é ainda muito pequeno para se poder estabelecer, com alguma certeza, a época em que a metalurgia foi introduzida nas diversas regiões da África tropical. No início dos anos 1960, por exemplo, pensava-se que a exploração do ferro havia começado na África oriental, por volta de +1000; atualmente, sabe-se que tal datação precisa ser recuada em pelo menos 750 anos. Tem-se em Gana um exemplo semelhante: antes da descoberta do forno de Hani, do século II da Era Cristã, geralmente era citada a data aproximada de +900. No entanto, é possível tirar certas conclusões. Primeiramente, são muito poucas as provas de contatos diretos entre o vale do Nilo e a África ocidental; assim, a tese segundo a qual Méroe teria sido um centro de dispersão é de todas a mais frágil. Em segundo lugar, não se dispõe de nenhum dado seguro que justifique a prática do cozimento da cerâmica em forno ou fossa antes do início da Era Cristã na África ocidental, e os dados etnográficos evocados em apoio de um desenvolvimento endógeno da metalurgia do ferro no continente nem sempre foram apresentados de maneira sistemática, referindo-se apenas, na melhor das hipóteses, a situações do II milênio da Era Cristã, o que nos condena a agir com precaução quando se trata de determinar as origens dessa técnica. As escassas provas de que dispomos atestam que os sítios conhecidos na África ocidental são mais antigos que os da África oriental ou central, o que ainda viria confirmar a hipótese de que as técnicas da metalurgia do ferro difundiram-se para o sul e para o leste a partir da África ocidental. A metalurgia do ferro generalizou-se com notável rapidez, como testemunham as datas mais antigas em que é comprovada na África do Sul[39] – em torno do ano 400 da Era Cristã –, posteriores de apenas alguns séculos à maior parte das datas da África ocidental.

A rápida difusão da metalurgia do ferro, que alguns qualificariam de explosiva, condiz bastante com o que nos ensina a linguística. Os dados arqueológicos provenientes da África oriental e central não contradizem esta abordagem: a cerâmica do início da Idade do Ferro encontrada na África tropical apresenta semelhanças de forma e decoração que só se explicam admitindo-se uma origem comum para os diferentes artigos[40]. As semelhanças iniciais adicionaram-se as marcas de fortes particularismos regionais, tendência identificável particularmente na Zâmbia[41], onde talvez se tenha realizado um

39 MASON, R. J. 1974. p. 211-6.

40 SOPER, R. C. 1971 (para a África oriental); HUFFMAN, T. N. 1970 (para a África austral).

41 PHILLIPSON, D. W. 1968-a.

estudo mais aprofundado da cerâmica da Idade do Ferro do que em outras partes da África tropical. Partindo de dados linguísticos, Ehret[42] concluiu ter havido uma dispersão de "comunidades independentes mas em condições de se influenciarem mutuamente", coexistindo com os caçadores-coletores não--assimilados. Essa hipótese é compatível com o que dizem os arqueólogos. A medida que as comunidades bantu se adaptavam a seus meios ambientes específicos, deixaram de ter relações tão frequentes com os grupos mais longínquos, e as suas respectivas línguas e culturas começaram a divergir.

Trocas entre diferentes regiões do continente

É conveniente também insistir sobre um outro aspecto da história da África tropical durante esse período: a influência durável e crescente que a África do Norte exerceu sobre o cinturão sudanês. Em realidade, influência talvez seja um termo enganoso, pois as mercadorias e ideias circulavam em ambas as direções. Como se afirmou nos capítulos precedentes, o Saara não foi obstáculo nem espaço morto, mas uma região com uma história particular, rica, de que ainda é preciso desembaraçar os fios. Sua população era pouco densa, nômade e com certeza consistia principalmente em pastores que se deslocavam entre o deserto e as terras altas, como o Hoggar, o Tassili e o Tibesti, dirigindo-se para o norte ou para o sul do cinturão saheliano de acordo com as exigências da estação. É muito difícil dar uma ideia quantitativa dos contatos que efetivamente ocorreram, ou descrever sua amplitude e efeitos, ainda que as pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos anos na zona do Sudão indiquem claramente a realidade de tais contatos, tanto indiretos os ligados ao nomadismo – como diretos – os nascidos das trocas comerciais e da exploração dos minerais[43]. As informações de que dispomos provêm de textos da Antiguidade, de pinturas e gravuras rupestres do Saara e de indícios arqueológicos. Algumas das provas já foram mencionadas no volume I e em capítulos anteriores deste volume; no entanto, faz-se necessária uma recapitulação.

Antes de nos referirmos aos textos antigos que evidenciam contatos através do Saara, é necessário recordar os dois contatos marítimos que teriam se estabelecido entre o Mediterrâneo e a África ocidental. O primeiro foi a viagem de circunavegação que marinheiros fenícios teriam efetuado a serviço do faraó

42 EHRET, C. 1973. p. 24.

43 Certamente não se deve exagerar a importância dos escassos resultados obtidos.

Necau. O registro dessa viagem de aproximadamente três anos, examinado no capítulo IV, nos vem de Heródoto. Este não dá muito crédito à narrativa dos marinheiros, que diziam ter navegado com o sol à sua direita; no entanto, esta é atualmente uma das razões para que a história seja aceita como verídica. Os raros detalhes contidos nas fontes escritas tornam toda verificação impossível. É significativo que o geógrafo Estrabão e outros autores antigos tenham-se recusado a levar em conta esse relato. Ao que parece, a viagem realmente ocorreu, mas não se sabe ao certo se foi um périplo em torno da África. Mauny (1960)[44] achou muito improvável que as lentas embarcações a remo de que dispunha o Egito pudessem resistir às correntes do Cabo ou das costas ocidentais da África. Nesse local, também teriam enfrentado grandes dificuldades para obter água ou alimento suficiente, por se tratar de um litoral praticamente desértico; seriam necessários meses e não semanas – de navegação para se atingir a sua parte setentrional. Não faltam detalhes secundários para invalidar a realidade desse périplo.

A segunda viagem é atribuída ao cartaginês Hanão. O relato contido no *Periplus* é muito exagerado[45] e cheio de fantasia; suas precisões topográficas são ambíguas e frequentemente contraditórias. Contudo, vários autores aceitaram a veracidade da história, sugerindo que a descrição de uma montanha flamejante se refere ou ao monte Camarões em erupção ou a queimadas na Serra Leoa. A menção de homens peludos chamados “gorilas” no *Periplus* foi tomada ao pé da letra como a primeira descrição do gorila[46]. Por outro lado, as pesquisas que Germain (1957) consagrou ao contexto e aos detalhes textuais do *Periplus* nos levaram a rejeitar a autenticidade desse documento e a considerá-lo, no essencial, uma falsificação que data do fim da Antiguidade. Mas Ferguson[47], que não ignorava as objeções de Germain e que conhecia a geografia da África ocidental, considera que a viagem ocorreu e que o estuário do Gabão foi o ponto mais distante dessa navegação. Mauny (1960) indicou que as mesmas

44 Num simpósio realizado em Dacar em janeiro de 1976 (“A África Negra e o Mundo Mediterrânico na Antiguidade”), Raoul LONIS apresentou um importante trabalho nesse campo sobre as condições de navegação da costa atlântica da África na Antiguidade: o problema do “retorno”. Com base em grande quantidade de provas escritas ou iconográficas, Lonis procurou demonstrar que a tese de R. MAUNY foi provavelmente formulada de maneira muito categórica e que os navios da Antiguidade eram perfeitamente capazes, do ponto de vista técnico, de fazer a viagem do sul para o norte ao longo das costas africanas.

45 Por exemplo, diz-se que sua esquadra contava sessenta navios e 30 mil pessoas entre passageiros e tripulação.

46 V. REYNOLDS argumenta que os escritores clássicos conheciam os babuínos e que as criaturas em questão eram símios com que não estavam familiarizados; segundo esse autor, é bem possível que os gorilas, tão altos quanto o homem (o que não se pode dizer dos chimpanzés), podem ter habitado, no passado, regiões tão ocidentais quanto a Serra Leoa.

47 FERGUSON, J. 1969. pp. 1-25.

evidências circunstanciais evocadas contra o périplo da época de Necau também são perfeitamente válidas para a viagem de Hanão. De qualquer modo, se as duas viagens realmente ocorreram, com certeza não causaram nenhum impacto na África ocidental. As escavações não revelaram objetos cartagineses, fenícios ou egípcios, de origem e data seguras e de autenticidade comprovada em nenhum lugar ao longo da costa ocidental da África.

É certo que os cartagineses obtiveram ouro na costa atlântica do Marrocos, segundo o relato de Heródoto do "comércio mudo", mas é duvidoso que os marinheiros da Antiguidade tivessem ido além da embocadura do rio Senegal, que Warmington[48] sugeriu ser o "Bambotum" referido por Políbio, escritor grego do fim do século II, que estava a serviço dos romanos. Essa atribuição também poderia, por sua vez, ser discutida. Em geral, os documentos da época dizem que os cartagineses tinham na mais alta conta o segredo comercial; assim, é provável que, se tivessem êxito em viagens de exploração ou de comércio, não se vangloriariam a fim de evitar benefícios para seus concorrentes. Nada prova que, por via terrestre, eles tenham-se aventurado mais ao sul do que os romanos, cujos contatos ativos parecem, à exceção das expedições de Sétimo Flaco e de Júlio Materno, no ano 70 da Era Cristã, não ter ultrapassado o Hoggar. Nos textos clássicos encontram-se referências aos deslocamentos dos Garamantes, embora nada indique que tenham afetado a área ao sul do Fezzan.

A arte rupestre e o produto das escavações arqueológicas são as fontes de uma documentação bem mais rica sobre as trocas da época pré-islâmica. A arte rupestre indica a presença de vias de comunicação com o cinturão sudanês desde -500. A "lenda dos Nasamones", que se encontra em Heródoto, talvez seja a referência literária de uma viagem verídica por uma região que parece ser o Níger. De interesse particular nesse relato é a menção de uma "cidade negra", que Ferguson[49] acredita situar-se na região de Tombuctu. Os desenhos representam frequentemente coches ou carros, por vezes precedidos por uma parelha de cavalos ou bois[50]. Lhote (1953) observou que esses carros estão ausentes no Air e no Tibesti, exceto nas proximidades do Fezzan. As figuras de bois encontram-se, na maior parte, no itinerário ocidental. É preferível, contudo, não tirar muitas conclusões dessas representações. Segundo Daniels[51] elas indicam antes "o uso amplamente difundido de um veículo de tipo banal que a presença de qualquer

48 WARMINGTON, B. H. 1969. p. 79.

49 FERGUSON, J. 1969, p. 10.

50 MUNSON, P. 1. 1969. pp. 62-3.

51 DANIELS, C. M. 1970. p. 13.

sistema complexo de vias através do Saara". Quando a datação é possível – o que ocorre no caso dos povoados neolíticos[52] da fase final –, observa-se que essas figuras remontam ao período de -1100 a -400. A arte rupestre força-nos a admitir que as vias saarianas devem ter sido praticáveis para cavalos, bois e, quase certamente, para jumentos. Na rota oriental, as representações concentram-se principalmente no Tassili; Lhote indicou a existência de possíveis terminais na costa da Tripolitânia em centros como Leptis, Oea e Sabrata. Bovill[53] argumenta que essas três cidades de origem cartaginesa estavam mais próximas umas das outras do que seria de se esperar – considerando-se os recursos naturais da costa ou do interior próximo – e sugere serem elas o ponto de partida do itinerário dos Garamantes rumo ao Fezzan. Considera-se que a obtenção de "carbúnculos" (talvez uma variedade de calcedônia de que se faziam pérolas) bem como de esmeraldas e outras pedras semipreciosas[54] era um dos objetivos dessas expedições. Os escravos, embora não muito importantes nesse período, podem ter sido outro elemento de intercâmbio, pois foram encontrados esqueletos de africanos nas necrópoles púnicas; os exércitos de Cartago seguramente incluíam soldados africanos. Entre as demais mercadorias que participavam desse tráfico também se encontravam produtos tropicais, como almíscar, ovos e plumas de avestruz.

Foram examinados em páginas anteriores os dados relativos ao trabalho do cobre na Mauritânia; as evidências arqueológicas levariam a conceder uma importância direta maior ao itinerário ocidental do que ao oriental, que atravessa o Tassili. A exploração do cobre pôde estimular, na mesma época, o trabalho do ouro mais ao sul. O estudo dos megálitos da Senegâmbia, mencionado no Capítulo 24, mostrou que o ouro e o ferro já eram bem conhecidos antes do surgimento do antigo reino de Gana e que podem ter constituído um importante fator do desenvolvimento desse país. Mauny[55] observou que os termos que designam ouro (*urus*) em wolof, em serere e em diula, no Sudão ocidental, estão próximos do púnico *haras:* é possível que prospectores encorajados pelo comércio do ouro na costa atlântica do Marrocos tenham-se aprofundado para o sul visando explorar as jazidas conhecidas na Mauritânia, propagando, desse modo, sua própria terminologia. As descobertas feitas no *tumuli* do Senegal provam fartamente a existência de uma influência magrebiana, podendo-se deduzir que

52 MUNSON, P. J. 1969. p. 62.

53 BOVILL, E. W. 1968. p. 21.

54 WARMINGTON, B. H. 1969. p. 66.

55 MAUNY, R. 1952. pp. 545-95.

os intercâmbios comerciais conheceram um desenvolvimento crescente após sua instituição inicial no I ou II milênio antes da Era Cristã. É possível mesmo que os camelos tenham servido como animais de carga na rota ocidental desse tráfico antes da chegada dos árabes, no fim do século VIII, pois já eram conhecidos na África do Norte desde o século I antes da Era Cristã pelo menos (César menciona a captura desses animais em -46; eram muito comuns por volta do século IV). A riqueza exibida pelos construtores de túmulos e megálitos das áreas da Senegâmbia e do Alto Níger[56] por volta do ano +1000 talvez seja um dos melhores indicadores da existência – e da amplitude – do comércio pré--islâmico. Até que se empreendam mais pesquisas arqueológicas é difícil saber com precisão a antiguidade desse tráfico ou a importância real dos contatos exteriores.

Em resumo: particularmente no domínio dos contatos entre regiões, o essencial da informação de que dispomos ainda não permite ultrapassar o estágio das hipóteses prudentes. A presença de megálitos antigos na região de Buar (República Centro-Africana) e de outras pedras eretas em várias regiões da África necessita, por exemplo, de uma paciente pesquisa sobre o megalitismo.

56 POSNANSKY, M. 1973-a.

CAPÍTULO 22

A costa da África oriental e seu papel no comércio marítimo

Abdul M. H. Sheriff

Uma das características notáveis da costa oriental da África ao longo da história é a relativa facilidade de acesso a essa área, tanto através do interior como do mar. A acessibilidade pelo interior foi um fator vital das migrações em direção à franja costeira e ajuda a elucidar a complexidade étnica e cultural dessa região. Por outro lado, o mar foi uma via de contatos e de interação com o mundo exterior. Portanto, num dos aspectos principais da história da costa oriental da África durante os últimos 2000 anos não foi o isolamento, mas a interpenetração de duas correntes culturais que constituíram um novo amálgama, a civilização costeira swahili. O veículo deste processo foi o comércio, que facilitou a integração da costa africana oriental no sistema econômico internacional, com as consequências decorrentes.

Contudo, a escassez de fontes dificulta a reconstituição da história da costa africana oriental antes do século VII da Era Cristã. Todas as fontes disponíveis, documentais e numismáticas, são o produto do comércio internacional, e possuímos pouco material sobre a história da costa antes do estabelecimento dos contatos internacionais. As antigas fontes documentais greco-romanas contêm apenas referências indiretas (embora sempre valiosas) a essa área. Estrabão (-29 a +9), que assistiu ao período de expansão romana sob Augusto, não só nos oferece um testemunho contemporâneo e às vezes ocular sobre o comércio da região do mar Vermelho e do oceano Índico, como também incorpora fragmentos de

obras geográficas anteriores, atualmente perdidas[1]. Plínio (+23 a +79) descreve o Império Romano em seu apogeu e é extremamente valioso por suas descrições do comércio e da navegação no oceano Índico e do estilo luxuoso e decadente da Roma imperial[2].

A fonte mais importante sobre o oceano Índico durante esse período e o primeiro relato direto, embora sumário, acerca da costa africana oriental é o *Periplus Maris Erythraei – Périplo do Mar da Eritreia*[3]. Aparentemente escrito por um agente comercial grego desconhecido, estabelecido no Egito, o *Périplo* é basicamente um testemunho ocular. Durante longo tempo sua datação foi controversa; muitos estudiosos, incluindo Schoff e Miller, afirmaram que o *Périplo* parece ser a descrição de um período ainda próspero do comércio romano no oceano Índico, durante o apogeu do Império Romano, isto é, relativamente contemporâneo da descrição de Plínio na segunda metade do século I da Era Cristã[4]. Por outro lado, J. Pirenne é o único a sugerir a data do início do século III[5]. Mathew, que apresenta um ponto de vista intermediário, propõe uma data do início do século II da Era Cristã e afirma que, embora o *Périplo* seja anterior à *Geografia* de Ptolomeu, as passagens deste último livro relativas à África oriental não foram escritas na metade do século II da Era Cristã, como o resto da obra, mas acrescentadas posteriormente[6]. Como se verá adiante, não há razão para aceitar a afirmação de Mathew, e, portanto, somos obrigados a concluir que o *Péripio* não pode ser posterior ao fim do século I da Era Cristã.

A *Geografia* de Ptolomeu, escrita por volta de +156, denota um aumento considerável do conhecimento do oceano Índico em geral, e da África oriental em particular. Mathew sugeriu que a *Geografia* foi reformulada posteriormente e que "parece mais seguro tratar a parte relativa à África oriental como sendo a soma dos conhecimentos adquiridos no mundo mediterrâneo por volta do

1 ESTRABÃO. v. II, pp. 209-13.

2 PLÍNIO. v. II, pp. 371-2.

3 Traduções inglesas de VINCENT, W.; MCCRINDLE, J. W. 1879; SCHOFF, W. H. 1912, que tem sido mais utilizada; MILLER, J. I. 1969; mais recentemente, PIRENNE, J. 1970-b; e também o Capítulo 16 deste volume. Mar da Eritreia era o termo empregado pelos geógrafos greco-romanos para designar o oceano Índico, pelo menos desde a época de Heródoto no século V antes da Era Cristã. Ver também PIRENNE, J. 1970.

4 W. H. SCHOFF (1912. pp. 8-15) sugeriu c. +60, mas depois propôs +70 a +89. Para a data do Périplo, ver SCHOFF, W. H. 1917. pp. 827-30; WARMINGTON, E. H. 1928. p. 52 (+60); WHEELER, R. E. M. 1954. p. 127 (terceiro quartel do século I da Era Cristã); CHARLESWORTH, M. P. 1966. p. 148 (+50 a +65); MILLER, J. I. pp. 16-18 (+79 a +84).

5 Apud MATHEW, G., ROTBERG, R. I. & CHITTICK, N.; cf. também PIRENNE, J. 1970.

6 MATHEW, G. In OLIVER, R., & MATHEW, G. 1963. pp. 94-6; MATHEW, G. 1974, *passim*. Contra essa opinião, PIRENNE, J. 1970.

fim do século IV da Era Cristã"[7]. Contudo, Ptolomeu reconhece explicitamente que deve suas informações sobre a África oriental a Marinus de Tiro, que indiscutivelmente foi seu contemporâneo[8].

A última fonte documental para o período é a *Topografia cristã* de Cosmas Indicopleustes, escrita durante a primeira metade do século VI da Era Cristã. Ao que tudo indica, essa obra pertence a uma época em que o império e o comércio romano no oceano Índico já haviam entrado em rápido declínio. Trata-se de um trabalho particularmente útil por suas informações sobre a Etiópia e a supremacia dos persas no oceano Índico, apesar da ignorância que demonstra acerca da região localizada ao sul do cabo Guardafui[9].

Infelizmente, ainda não possuímos testemunhos arqueológicos seguros referentes a esse período, para confirmar e completar as fontes documentais de que dispomos. Temos algumas coleções de moedas descobertas na costa durante os últimos setenta e cinco anos. Contudo, convém enfatizar que nenhuma destas coleções foi encontrada nos sítios arqueológicos conhecidos ou escavados, e as circunstâncias de sua descoberta, lamentavelmente, foram mal registradas. O melhor que podemos dizer é que o testemunho numismático não contradiz as fontes documentais disponíveis e é valioso como índice do ritmo de comércio internacional ao longo da costa da África oriental.

O achado mais antigo consiste em seis moedas encontradas em Kimoni, ao norte de Tanga, "num montículo 'sob' as árvores, de aproximadamente 200 anos", e que aparentemente foram enterradas há muito tempo. A descoberta cobre um longo período entre o século III e o século XII da Era Cristã. Portanto, este tesouro não pode ter sido escondido antes desta última data, mas não temos certeza de que as moedas mais antigas tenham sido trazidas para a África oriental durante os tempos pré-islâmicos[10]. A segunda descoberta, uma única moeda de ouro de Ptolomeu Sóter (-116 a -108), foi oferecida em 1901 a um comerciante alemão por um vendedor ambulante africano em Dar-es-Salam, e pode ser proveniente de um ponto qualquer da costa[11].

Diversas coleções de origem desconhecida foram descobertas em 1955 no museu de Zanzibar. A primeira, colocada num envelope marcado Otesiphon

7 MATHEW, G. 1963. p. 96.

8 STEVENSON, E. L. ss. I. 9, I. 17. Passagens interessantes são reproduzidas em ALLEN, J. W. T. 1949. pp. 53-5. BUNBURY, E. H. 1959. pp. 519-20, 537, 610-11.

9 MCCRINDLE, J. W. 1879.

10 CHITTICK, N. 1966. pp. 156-7. É possível mesmo que estas moedas tenham sido enterradas apenas no século XVI.

11 FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-a. p. 22.

(capital dos impérios parta e sassânida, nas proximidades de Bagdá) é composta por cinco moedas persas cujas datas vão do século I ao III da Era Cristã. Segundo Freeman-Grenville, "o tipo especial de pó" típico de Zanzibar ainda estava colado às moedas quando ele as examinou, dando-lhe a certeza de que haviam sido descobertas em algum lugar de Zanzibar. Os dois outros grupos de moedas também estavam cobertos do mesmo tipo de pó e provavelmente foram descobertos em Zanzibar ou Pemba. Cobriam um período mais longo, do século II antes da Era Cristã ao século XIV da Era Cristã, o que sugere que não constituíam tesouros, mas coleções de achados feitos ao acaso[12].

As duas descobertas restantes suscitam problemas semelhantes de interpretação. Haywood afirmou ter encontrado em 1913 em Bur Gao (Port Dunford) uma importante coleção de moedas e um recipiente em forma de ânfora grega. O recipiente se quebrou numa tempestade e, infelizmente, ele jogou fora os pedaços. Durante vinte anos, as moedas não foram dadas a público e nem mesmo mencionadas no relatório de sua visita, publicado em 1927. A coleção parece dividir-se em duas partes distintas. A primeira, que provavelmente constitui o núcleo, consiste em setenta e cinco peças do Egito ptolomaico, da Roma imperial e de Bizâncio, cobrindo o período entre o século III antes da Era Cristã e a primeira metade do século IV da Era Cristã. A segunda parte compõe-se de treze moedas do Egito mameluco e otomano, do século XIII e dos séculos seguintes. Quando o sítio foi rapidamente visitado por Wheeler e Mathew, em 1955, e por Chittick em 1968, não se encontrou nada na superfície a que pudesse ser atribuída uma data anterior ao século XV, mas nenhuma escavação arqueológica se efetuou ainda. Chittick afirma que, se tais moedas constituíam um tesouro, não podem ter sido depositadas antes do século XVI. Por outro lado, Wheeler sugere que "o significado da descoberta não se anula necessariamente" pela adição das moedas egípcias posteriores[13]. Essas moedas podem ter sido acrescentadas à coleção durante o longo tempo que passou antes que chegassem às mãos do numismata. Desse modo, é possível que o núcleo da coleção tenha sido depositado num certo momento posterior à primeira metade do século IV.

Considera-se que a última coleção foi desenterrada em Dimbani, no sul de Zanzibar, por um velho fazendeiro, Edi Usi, já falecido, e que as moedas passaram para um colecionador amador. As peças só foram identificadas

12 FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-a. p. 23.

13 FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-a. pp. 21-2; CHITTICK, N. 1969. pp. 115-30; WHEELER, R. E. M. 1954. p. 114.

provisoriamente. O núcleo parece ser formado por 29 peças romanas e uma peça parta pertencente ao período entre o século I e o século IV da Era Cristã. A coleção inclui ainda uma peça chinesa do fim do século XII e algumas peças islâmicas, europeias e mesmo da África colonial, mais recentes e que vão até o fim do século XIX[14]. Como no caso da coleção Haywood, é possível sugerir que as moedas mais recentes tenham sido acrescentadas posteriormente.

Portanto, são estas as escassas fontes de que dispomos para reconstruir a história da costa da África oriental antes do século VII. A reconstrução tentada a seguir não será excessivamente cautelosa, mas, em muitos aspectos, poderá ser apenas conjectural, até que os trabalhos arqueológicos registrem alguns progressos em relação a este período antigo.

O fator continental

A região costeira da África oriental constitui uma área geográfica bem distinta, margeada a oeste por uma faixa de vegetação arbustiva relativamente seca, chamada *nyika,* que se estende muito próxima da costa no Quênia e se alonga para o interior na Tanzânia, onde é quebrada pelas bacias dos rios Ruaha, Rufigi e Pangani e pela borda oriental das montanhas. Portanto, os movimentos de população provavelmente seguiram corredores onde o meio ambiente era mais favorável, em torno ou através da *nyika,* como ocorre ao longo da Tana no Quênia, da Pangani e da cadeia de montanhas contígua a nordeste da Tanzânia.

O testemunho mais antigo sobre a população da costa da África oriental nos vem do *Périplo,* que descreve os habitantes da costa como uma população "de estatura muito alta"[15]. Oliver sugere que eles eram cuxitas, comparáveis aos agricultores da Idade da Pedra Tardia, que habitavam as terras altas do Quênia desde cerca do ano -1000 e que, segundo os testemunhos arqueológicos disponíveis, eram homens de "elevada estatura". A presença de objetos de ferro entre as importações sugere que as populações costeiras ainda não conheciam a metalurgia desse metal. Perto da costa e nos corredores anteriormente mencionados existem vários bolsões de língua cuxita, como os povos sanye,

14 O atual proprietário da coleção deseja permanecer anônimo, mas sou-lhe grato por me ter permitido examinar as moedas. Identificação conjetural pela Sra. S. Urwin, numa carta datada de 23 de agosto de 1972.

15 PÉRIPLO, 16.

perto de Tana, e os Mbugu, em Usambara, que podem ser remanescentes dessa antiga população costeira[16].

O testemunho da arqueologia indica uma infiltração rápida no interior da região da costa de populações que utilizavam o ferro, provavelmente de língua bantu, durante os primeiros séculos da Era Cristã. É bem possível que, vindos do sul, tenham ocupado as regiões de South Pare e Kwale, através de Mombaça. Em seguida, por volta da metade do primeiro milênio, é provável que tenham seguido até Barawa e o corredor de Pangani até o North Pare e a região de Kilimandjaro. Durante sua expansão, possivelmente assimilaram as populações litorâneas que os haviam precedido[17].

Das evidências de que dispomos, é difícil extrair um quadro satisfatório da economia e da sociedade da costa oriental antes do estabelecimento das ligações comerciais internacionais. É possível que se tratasse de populações agrícolas, como eram talvez os cuxitas da Late Stone Age do interior. O *Périplo* indica claramente que a pesca desempenhava um papel importante na economia e dá uma descrição muito precisa dos cestos de vime utilizados para tal fim, e que ainda são comuns na costa; a população parece ter sido essencialmente costeira. Eles utilizavam canoas cavadas em troncos e pequenos "barcos de madeira costurada", mas aparentemente não havia embarcações de alto-mar. Ainda no século XII da Era Cristã, al-Idrisi indica que "os Zanj não possuíam navios para viajar, mas utilizavam os de Oman e de outros territórios"[18].

Infelizmente, não dispomos de nenhuma prova sobre a organização sociopolítica deste período, pois, embora o *Périplo* mencione a existência de chefes em cada uma das cidades-mercado, o comércio internacional pode ter sido um fator crucial para o surgimento dos chefes e também das cidades-mercado[19]. Ao que tudo indica, portanto, antes do estabelecimento dos laços comerciais internacionais, a população da costa da África oriental apresentava um nível muito baixo de desenvolvimento tecnológico e provavelmente também sociopolítico. Desse modo, quando se estabilizaram as relações do comércio internacional, a iniciativa ficou com os marinheiros vindos das margens setentrionais do oceano Índico, com todas as consequências daí decorrentes.

16 OLIVER. R. A. 1966. p. 368; SUTTON. J. E. G. 1966. p. 42. O *Périplo* não fornece nenhuma evidência de imigrantes indonésios na costa, e o testemunho musicológico de Jones não foi totalmente aceito: JONES, A. H. M. 1969. pp. 131-90.

17 SOPER. R. C. 1967-a. pp. 3, 16, 24, 33-4; CHIITICK, N. 1969. p. 122; ODNER, K. 1971-a. pp. 107; id. 1971-b. p. 145.

18 PÉRIPLO, 15, 16; HOURANI, G. F. 1963. pp. 91-3; FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-b. p. 19.

19 PÉRIPLO, 16.

O fator oceânico

Historicamente, o acesso por terra fez da costa oriental da África uma parte integrante do continente africano e o acesso pelo mar transformou-a no centro de uma longa história de contatos comerciais, de influências cuturais e de movimentos de populações originárias das costas do oceano Índico. Para estudar essa história é necessário examinar as potencialidades e oportunidades de comunicação inter-regional. Kirk definiu, em termos muito gerais, três ambientes geográficos em torno do oceano Índico: a "floresta" de sudoeste que cobre as costas do Quênia, da Tanzânia, de Moçambique e de Madagáscar; a região intermediária desértica que se estende do Chifre somali até a bacia do Indo; e a "floresta" de sudeste que vai da Índia à Indonésia[20]. O potencial de trocas entre as duas regiões de "floresta" é muito pequeno, embora possa aumentar se considerarmos as mercadorias de luxo ou os produtos manufaturados cuja origem é mais localizada, devido a circunstâncias naturais ou históricas. O potencial de trocas entre o "deserto" e as duas "florestas" é muito mais importante, pois, além das trocas de mercadorias de luxo e de produtos manufaturados, o "deserto" em geral se caracterizava por uma escassez alarmante de produtos alimentares e de madeira, que podiam ser obtidos na região da "floresta". Além disso, a região do "deserto" ocupa uma posição intermediária entre as regiões de "floresta" e entre estas e o mundo mediterrâneo. Portanto, a história do oceano Índico ocidental até o século VII é, em grande medida, a da interação, ao longo de duas linhas diferentes, entre a África oriental e o Oriente Médio e entre este e a Índia, bem como a história do papel desempenhado pelo Oriente Médio como intermediário entre o oceano Índico e o Mediterrâneo.

Tal interação se tornou possível graças ao desenvolvimento de uma tecnologia marítima apropriada e ao domínio dos ventos e das correntes do oceano Índico. A característica geográfica mais importante deste oceano é a inversão sazonal dos ventos de monção. Durante o inverno boreal, a monção do nordeste sopra de maneira contínua e chega a atingir Zanzibar, mas sua intensidade decresce para o sul e raramente é regular além do cabo Delgado. Tal sistema de circulação é reforçado pela corrente equatorial que, após atingir a costa da Somália, dirige-se para o sul, facilitando a viagem das embarcações a partir da costa da Arábia. Os barcos árabes podiam deixar seus portos de origem no fim de novembro, mas a maioria partia no começo de janeiro, quando a monção estava plenamente

20 KIRK, W. 1962. pp. 265-6.

configurada. A viagem demorava de vinte a vinte e cinco dias. Em março, a monção de nordeste começa a declinar e, como a África oriental se encontra nas bordas do sistema de monções, o declínio ocorre mais cedo no sul. Em abril, o vento reverte, transformando-se na monção de sudoeste. Agora, a corrente equatorial atinge a costa próxima do cabo Delgado e se divide numa forte corrente que se dirige para o norte, facilitando a viagem nessa direção, e uma que flui para o sul, dificultando a saída do canal de Moçambique. Era essa a estação de partida das embarcações da África oriental. Havia porém, uma interrupção de meados de maio a meados de agosto, período em que o tempo é muito tempestuoso para a navegação no oceano Índico. Desse modo, os barcos partiam quando se formava a monção, em abril – se as transações comerciais pudessem ser concluídas em tempo útil – ou com o final da monção em agosto, o que se tornava cada vez mais necessário em virtude do prolongamento da viagem para o sul de Zanzibar. É claro que no início da Era Cristã os marinheiros do oceano Índico já estavam familiarizados com a utilização desses ventos [21]. Eles também haviam superado o problema técnico da construção de navios de grande porte numa região que não possui ferro, recorrendo à "costura" de pranchas com fibras vegetais[22].

Portanto, a extensão espacial do sistema regular de monções e o nível de organização do comércio na África oriental ajudam a definir a zona normal de atividade das embarcações que utilizavam as monções. Com uma estrutura comercial relativamente simples, que comportava trocas diretas entre as embarcações estrangeiras e as cidades-mercado – como parece ter ocorrido antes do século VII –,os barcos vindos do norte provavelmente não desciam muito além de Zanzibar, ao sul. Só no período medieval se estabeleceu em Kilwa um entreposto organizado com vistas a uma exploração mais efetiva das costas meridionais.

Desenvolvimento do comércio no Oceano Índico Ocidental

Os testemunhos históricos mais antigos sobre o oceano Índico ocidental sugerem que, ao contrário do que habitualmente indicam os manuais, não

21 KIRK, W. pp. 263-5; DATOO, B. A. 1970-a. pp. 1-10; McMASTER, D. N. pp. 13-24; DATOO, B. & SHERIFF, A. M. H. 1971. p. 102.

22 HOURANI, G. F. 1963. pp. 4-6.

existia nenhuma relação comercial, direta ou não, entre a África oriental e a Índia antes do século VII da Era Cristã. Mesmo o comércio entre a Índia e o Oriente Médio na época do *Périplo* parece ter-se limitado a alguns produtos de luxo[23]. Tem-se a impressão de que, com exceção do ouro e de algumas outras mercadorias preciosas, a Índia era em grande parte autossuficiente, particularmente em matérias-primas da "floresta", que a África oriental poderia ter fornecido. Ao contrário, nessa época a Índia parece ter sido um ativo exportador de marfim, o que provavelmente retardou a exploração desse produto na África.

Tal exploração foi estimulada possivelmente pela intensa rivalidade entre os Estados gregos sucessores de Alexandre. O controle rigoroso exercido pelos selêucidas sobre as rotas terrestres para a Índia levou os ptolomeus do Egito a procurarem marfim proveniente de outros lugares. Sua necessidade imediata era obter elefantes de guerra, mas os ptolomeus também desejavam quebrar o monopólio dos selêucidas sobre o fornecimento do marfim indiano para o Mediterrâneo. Desse modo, eles se voltaram para a exploração da costa africana do mar Vermelho, estabelecendo uma série de postos de caça ao elefante até a entrada desse mar. Em consequência, a política dos ptolomeus resultou numa enorme expansão do comércio de marfim[24].

A perda da Síria durante o governo de Ptolomeu V (-204 a -181) e o crescimento da demanda de produtos árabes e indianos na Itália, numa época em que aparentemente já não havia marfim nas cercanias do mar Vermelho, forçaram o Egito a se voltar para a rota marítima do sul, a fim de manter um certo contato comercial com a Índia. Por volta do fim do século II antes da Era Cristã, Socotra era habitada por comerciantes estrangeiros, incluindo cretenses, e Eudóxio utilizou os serviços de um piloto indiano que havia naufragado para efetuar a primeira viagem direta à Índia. O comércio indiano continuou a se desenvolver o suficiente para que fossem nomeados funcionários "responsáveis pelos mares Vermelho e Índico" entre -110 e -51[25]. Contudo, a iniciativa de Eudóxio parece não se ter repetido regularmente. Estrabão dá a entender que

---

23 WHEELER, R. E. M. 1966. p. 67; HOURANI, G. F. 1963. pp. 8-9; BASHAM, A. L. 1959. p. 230; PÉRIPLO, 49, 56, 62.

24 TOZER, H. F. 1964. pp. 146-7; ESTRABÃO. v. VII, pp. 319, 331; PLÍNIO. v. II, pp. 465-569; HOURANI, G. F. 1963. pp. 19-20; TARN, W. & GRIFFITH, G. T. 1966. pp. 245-6; RAWLINSON, H. G. 1916. pp. 90-2.

25 ESTRABÃO. v. I, pp. 377-9; DIODORO DA SICÍLIA. pp. 213-15; PÉRIPLO, 30; TARN, W. & GRIFFITH, G. T. 1966. pp. 247-8; RAWLINSON, H. G. 1916. pp. 94, 96; BUNBURY, E. H. 1959. v. I, p. 649; id., ibid. v. 11, pp. 74-8; WARMINGTON, E. H. 1963. pp. 61-2; HOURANI, G. F. 1963. p. 94.

isso ocorreu devido à fraqueza e à anarquia imperantes no governo dos últimos ptolomeus, quando "menos de vinte navios ousaram atravessar o golfo arábico [mar Vermelho] atingindo uma distância suficiente para espreitar para fora dos estreitos"[26].

Naquela época, o comércio egípcio com a Índia era em grande parte indireto, passando pelos entrepostos do sudoeste da Arábia. O *Périplo* assim se refere a Aden: "Nos primeiros tempos da cidade, quando ainda não se fazia a viagem da Índia ao Egito, e quando não ousavam viajar do Egito para os portos do outro lado do oceano e vinham todos se reunir neste lugar, ela recebia as mercadorias dos dois territórios"[27]. Portanto, a Arábia do sudoeste ocupava uma posição-chave de intermediária e se apropriava de uma parte do lucro do comércio, que se tornou proverbial[28]. Por volta de -115, os sabeus foram substituídos pelos himiaritas, que foram progressivamente centralizando o comércio de entreposto no porto de Musa, governado pelo Estado vassalo de Maafir[29].

Os habitantes da Arábia do sudoeste devem ter controlado também o outro ramo do comércio, que se estendia em direção à costa da África oriental. Já se sugeriu que uma das causas da expansão comercial ptolomaica ao longo do mar Vermelho foi o crescimento da demanda de mercadorias de luxo provenientes do Oriente, como o marfim. Portanto, é possível que nesta época os árabes tenham estendido suas atividades comerciais para a costa da África oriental para responder a tal demanda. É significativo que Eudóxio – por volta do fim do século II antes da Era Cristã, quando aparentemente foi jogado pela monção de nordeste na costa africana, em alguma parte ao sul do cabo Guardafui – tenha conseguido um piloto, provavelmente um árabe, que o levou ao mar Vermelho[30]. Sem dúvida esses vínculos comerciais precederam o estabelecimento de qualquer suserania* formal dos árabes sobre a costa da África oriental, que o *Périplo,* na segunda metade do século I antes da Era Cristã, descreveu como "antiga"[31]. Na

* Sugeriu-se que "vassalo" seja substituído por "dependente" e "suserania" por "dominação".

26 ESTRABÃO. v. VIII, p. 53.

27 PÉRIPLO, 26.

28 ESTRABÃO. v. VII, p. 349; id. v. I, pp. 143-5. Ver também DIODORO DA SICÍLIA. v. II, p. 231; PLÍNIO. v. II, p. 459. A riqueza dos árabes do sul não provinha inteiramente do comércio, pois eles também haviam desenvolvido um sofisticado sistema de irrigação: BEEK, G. W. van. 1969. p. 43.

29 PÉRIPLO, 21-6; SCHOFF, W. H. 1912. pp. 30-2, 106-9; ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. ed. 1911. v. II, p. 264, v. III, pp. 955-7; WARMINGTON, E. H. 1928. p. 11.

30 ESTRABÃO. v. I, p. 377-9.

31 PÉRIPLO, p. 16; B. A. DATOO (1970-b. p. 73) adota uma data mais recente baseada numa cronologia posterior ao *Périplo*; G. MATHEW (1963. p. 98) sugere o século III antes da Era Cristã, mas fundamenta-se na coleção Haywood, cuja significação histórica é duvidosa. Ver p. 610, neste.

ausência de testemunho arqueológico, é difícil determinar exatamente a data de fixação desses vínculos comerciais e de sua extensão para o sul. Até agora, foi encontrada uma única moeda de ouro dos ptolomeus do fim do século II antes da Era Cristã, supostamente descoberta na vizinhança de Dar-es-Salam; as vinte e duas moedas ptolomaicas da coleção Haywood não podem ter sido depositadas antes do século IV da Era Cristã[32].

No estado atual de nossos conhecimentos, talvez possamos fazer remontar ao século II antes da Era Cristã a expansão comercial árabe para a África oriental. No entanto, Miller argumenta que a África oriental constituia uma ligação vital do comércio de canela entre a Ásia oriental, habitat natural da canela, e a costa setentrional da Somália, onde os greco-romanos e também os egípcios obtinham tal especiaria desde o segundo milênio antes da Era Cristã. Baseando-se na referência de Plínio ao transporte de canela "em vastos mares através de bolsas", Miller admite a possibilidade de viagens transoceânicas feitas por indonésios para Madagáscar e a costa da África oriental, seguidas por transportes costeiros ou terrestres até os portos somalis[33]. É possível que a migração de indonésios para Madagáscar tenha ocorrido dessa forma, mas atualmente se aceita que se trata de um acontecimento do primeiro milênio da Era Cristã. Além disso, não há nada que indique uma relação entre essa migração e a rota comercial descrita por Plínio, que parece seguir claramente a costa setentrional do oceano Índico e terminar no porto de Ocilia, no sul da Arábia[34]. Em consequência, não há base de apoio para o complicado circuito da canela proposto por Miller, nem para a existência, em tempos tão remotos, de vínculos comerciais da África oriental com as terras além do oceano Índico.

A expansão do comércio durante o período romano

O estabelecimento do Império Romano, com Augusto, teve por consequência um enorme aumento da demanda de mercadorias orientais no mundo mediterrâneo. Várias economias autônomas, tanto no interior como fora do império, integraram-se gradualmente num vasto sistema de comércio internacional, no qual os produtores de matérias-primas e mercadorias de luxo estavam envolvidos. Tal

32 Ver pp. 610-611.

33 MILLER, J. I. pp. 42-3, 53-7, 153-72. O professor N. CHITTICK, consultado pelo Comitê, demonstrou reservas sobre a existência deste comércio de canela.

34 DATOO, B. A. 1970-b. p. 71; PLÍNIO. v. XII, pp. 87-8.

sistema alargou o mercado e permitiu a transferência de riquezas para o centro do Império[35]. A concentração de riqueza nas mãos da classe guerreira dominante, que havia deixado o comércio e a indústria para as populações submetidas, teve como consequência uma intensa competição de extravagâncias. Plínio lamenta: "A estimativa mais modesta indica que a Índia, a China e a península da Arábia tiram de nosso Império 100 milhões de sestércios por ano – o que nos custam nosso luxo e nossas mulheres"[36].

A expansão do mercado durante o reinado de Augusto levou a uma política mais agressiva no mar Vermelho, destinada a quebrar o monopólio árabe sobre o comércio oriental. Com uma expedição dirigida por Galo em -24, os romanos procuraram estabelecer uma rota marítima direta para a Índia e controlar a extremidade sul da rota do incenso. Embora a expedição tenha sido um fracasso, o comércio romano pôde desenvolver-se rapidamente, em parte talvez porque a rota marítima direta podia competir bastante bem com a rota árabe. Estrabão, por volta de -26 a -24, informava que "pelo menos cento e vinte navios partiam de Myos Hormos para a Índia, enquanto no período precedente, sob os ptolomeus, eram muito raros os que ousavam empreender a viagem para comerciar as mercadorias indianas"[37]. É razoável supor que um tráfico anual tão intenso implicava a utilização regular da monção para realizar uma viagem mais direta da entrada do mar Vermelho para o norte da Índia. Durante os setenta e cinco anos que se seguiram, o conhecimento mais apurado do traçado da costa ocidental da Índia permitiu que os navegadores romanos cruzassem o mar da Arábia em direção à costa de Malabar, centro abastecedor de pimenta, principal riqueza da Índia[38].

Apesar da entrada dos romanos no comércio do oceano Índico, o próprio *Périplo* traça o quadro de um tráfico muito intenso que ainda se encontrava nas mãos de hindus e árabes. Os hindus realizavam um comércio ativo no golfo Pérsico e no mar Vermelho, mas aparentemente não iam ao sul do cabo Guardafui. Exportavam pimenta das costas de Malabar, marfim do noroeste, do sul e do leste da Índia e grandes quantidades de tecidos de algodão para o mercado romano além de ferro, aço, roupas e alimentos para os portos do norte da Somália e da Etiópia. Em troca, recebiam diversos metais, tecidos "de

35 ORTEIL, F. 1952. pp. 382-91.

36 PLÍNIO. v. IV, p. 63.

37 ESTRABÃO. v. I, pp. 453-5; id. v. VII, pp. 353-63.

38 PLÍNIO. v. II, pp. 415-9.

qualidade inferior", vinho e "uma grande quantidade de moedas"[39]. Os árabes, por outro lado, além da exportação de incenso e de mirra, eram os intermediários mais importantes no comércio entre o oceano Índico e o Mediterrâneo. Embora dividissem o comércio da Índia com os hindus e cada vez mais com os romanos, eles provavelmente se beneficiaram de um virtual monopólio do comércio com a costa oriental da África, fato corroborado pela ignorância dos romanos sobre a costa africana ao sul do cabo Guardafui antes do *Périplo*. Além disso, embora este último documento indiscutivelmente represente um testemunho ocular sobre a costa africana oriental, o fato de apenas quatro parágrafos serem consagrados a essa região parece indicar que ainda se encontrava fora dos limites das atividades normais dos greco-romanos[40].

A integração da costa da África Oriental no sistema econômico romano

Qualquer que tenha sido o nível das atividades comerciais árabes ao longo da costa da África oriental durante o período pré-romano, é quase certo que a unificação econômica e a opulência do Império Romano lhes deram novo impulso. A demanda de marfim aumentou enormemente, não apenas para a fabricação de estátuas e pentes, mas também para mesas, cadeiras, gaiolas de passarinho, carros e até mesmo um estábulo de marfim para o cavalo imperial[41]. No primeiro século da Era Cristã, só se obtinha o marfim em áreas muito distantes, no interior da região do alto Nilo, de onde era levado a Adulis. Em consequência, a importação de marfim da costa oriental da África ganhou maior importância, embora ele fosse considerado de qualidade inferior ao de Adulis[42]. Desse modo, a região ficou ainda mais integrada no sistema de comércio internacional centrado no Mediterrâneo, através do Estado de Himiar, no sudoeste da Arábia. O *Périplo* indica que cada uma das cidades-mercado da costa da África oriental possuía seu próprio chefe, mas que Himiar exercia a suserania por intermédio do chefe subordinado de Maafir, que, por sua vez, também a arrendava ao povo de Muza. Este último "envia para lá grandes embarcações e utiliza capitães e agentes árabes, que estão familiarizados com os indígenas

39 PÉRIPLO, 6, 14, 36, 49, 56, 62; MILLER, J. I. 1969. pp. 136-7.

40 ESTRABÃO. v. VII, p. 333; PÉRIPLO, 15-18.

41 WARMINGTON, E. H. 1928. p. 163.

42 PÉRIPLO, 4, 1-7.

e se casam entre eles, conhecem toda a costa e compreendem a sua língua"[43]. Portanto, a assimilação da costa oriental da África no sistema internacional não se dava apenas no nível do comércio, mas implicava uma dominação política e uma penetração social que pode ter estimulado o processo de criação de um tipo de população costeira mestiça, voltada para a navegação e o comércio, servindo de agente local do sistema de comércio internacional.

A Azania[44], nome dado pelos romanos à costa oriental da África ao sul de Ras Hafun, provavelmente não era unificada no plano econômico, consistindo, em realidade, numa série de cidades-mercado, cada uma com seu próprio chefe; todas dependiam de sua exígua região interior para obter as mercadorias que exportavam; e eram visitadas diretamente pelas embarcações que navegavam com a monção. O *Périplo* menciona alguns lugares como Sarapion, provavelmente algumas milhas ao norte de Merca, Nikon, possivelmente Bur Gao (Port Dunford) e as ilhas Pylaream, identificadas com o arquipélago Lamu. Os navios podiam ficar ancorados nesses lugares, mas não existe nenhuma menção a atividades comerciais. Ao sul do arquipélago de Lamu realmente ocorrem modificações nas características da linha costeira, como descreve de maneira muito precisa o *Périplo*. A dois dias de viagem por mar encontrava-se a ilha de Menuthias "a cerca de 300 *stadia* do continente (aproximadamente 55 quilômetros), baixa e arborizada"[45]. Pemba é a primeira ilha importante que os navegadores vindos do norte encontrariam e provavelmente a única que podia ser atingida em dois dias de viagem a partir de Lamu. Além disso, Pemba encontra-se de fato a 50 quilômetros do continente, em contraste com os 36 quilômetros no caso de Zanzibar. Contudo, Menuthias não era um porto comercialmente importante; fornecia cascos de tartaruga, os mais procurados depois dos indianos, mas a única atividade econômica importante da ilha descrita no *Périplo* é a pesca[46].

43 PÉRIPLO, 16.

44 O termo apareceu pela primeira vez em PLÍNIO, v. VI, p. 172, onde parece referir-se vagamente ao mar que se localiza no exterior do mar Vermelho. No Périplo, 15, 16 e 18, e em PTOLOMEU, v. I, pp. 17, 121, o termo refere-se especificamente à costa oriental da África. Sugeriu-se que se trata de uma deturpação de Zanj, que mais tarde foi utilizada pelos geógrafos árabes e que aparece em PTOLOMEU e COSMAS sob a forma Zingisa e Zingion, respectivamente; FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1968. Ver também SCHOFF, W. H. 1912. p. 92. Não levei em consideração os portos do golfo de Aden que constituíam uma região econômica separada, cujas principais atividades incluíam a exportação de incenso e mirra e a reexportação da canela do sudeste asiático, o que não constitui uma característica do comércio costeiro ao sul de Ras Hafun: ver DATOO, B. A. 1970. pp. 71-2.

45 PÉRIPLO, 15; DATOO, B. A. 1970-b. p. 68; MATHEW, G. 1963. p. 95.

46 PÉRIPLO, 15.

A única cidade-mercado costeira ao sul de Ras Hafun mencionada no *Périplo* é Rhapta. Segundo o documento, esse empório encontrava-se a dois dias de viagem marítima de Menuthias, e Ptolomeu indica que se localizava às margens de um rio do mesmo nome, "não muito distante do mar"[47]. Baxter e Allen argumentam que se a viagem de dois dias começava na extremidade norte de Pemba e terminava num rio um pouco distante do mar, a localização mais provável de Rhapta deveria ser algum ponto nas margens do rio Pangani, que antigamente possuía uma embocadura ao norte. Datoo afirma que em razão das condições de navegação, Rhapta provavelmente encontrava-se entre Pangani e Dar-es-Salam[48]. Aparentemente, Rhapta era a governada por um chefe local submetido à suserania geral do Estado do sudoeste da Arábia. No entanto, o *Périplo* dá a impressão de que esta suserania consistia apenas num monopólio comercial externo exercido por capitães árabes e agentes de Muza. A função econômica mais importante do porto era a exportação de "uma grande quantidade de marfim", presas de rinoceronte, cascos de tartaruga de alta qualidade e um pouco de óleo de coco. Estas mercadorias eram trocadas por artigos de ferro, em particular "lanças fabricadas em Muza especialmente para esse comércio", machadinhas, punhais e furadores, diversos artigos de vidro e "um pouco de vinho e trigo, não para comércio, mas para conseguir as boas graças dos selvagens"[49]. O rápido crescimento desse comércio nos primeiros séculos da Era Cristã é indicado por Ptolomeu na primeira metade do século II.

Ao longo da costa da Somália estabeleceu-se um novo empório chamado Es Sina; Sarapion e Nikon (Tonik) são descritos respectivamente como um porto e um empório. Mas o desenvolvimento mais espetacular ocorreu em Rhapta, descrita como "uma metrópole", o que, segundo o costume ptolomaico, designa a capital de um Estado; não há mais nenhuma referência à suserania árabe. Ainda que se trate de uma prova negativa, é muito provável que o crescimento do comércio tenha permitido a Rhapta adquirir riqueza e poder suficientes para abolir a suserania árabe e estabelecer um Estado politicamente independente. Provavelmente, o crescimento do comércio se tornou possível devido à expansão do interior de Rhapta na época de Ptolomeu. Ele localizava a oeste de Rhapta não apenas as famosas montanhas da Lua, cobertas de neve, mas também o monte Maste, situado próximo às fontes do rio em cujas margens

47 PÉRIPLO, 16; PTOLOMEU. v. I, p.17, apud ALLEN, J. W. T. 1949. p. 55.

48 BAXTER, H. C. 1944. p. 17; ALLEN, J. W. T. 1949. pp. 55-9; DATOO, B. A. 1970-b. pp. 68-9.

49 PÉRIPLO, 16, 17.

se encontrava Rhapta, e os montes Pylae, em algum lugar a noroeste[50]. As informações a respeito dessas montanhas devem ter chegado aos navegadores greco-romanos por intermédio dos africanos ou árabes locais e parecem indicar certas formas de contato comercial com o interior a partir de Rhapta. O corredor mais evidente através das extensões selvagens da *nyika* – a partir da metade norte da costa da Tanzânia – e o interior mais propício para qualquer porto importante nesta região correspondem ao vale do Pangani e à cadeia de montanhas que se estende de Usambara e Upare aos cumes gelados de Kilimandjaro, onde de fato começa o Pangani. As escavações recentes nas Pare Hills revelaram conchas marinhas em Gonja e contas de concha que sugerem laços comerciais com a costa, embora os testemunhos de que dispomos atualmente não possam ser datados antes de +500[51]. Todas essas considerações favoreceriam a hipótese da localização de Rhapta no Pangani[52]. É possível que o comércio também se tenha estendido ao longo da costa em direção ao sul, até o cabo Delgado. Embora para o autor do *Périplo* Rhapta ficasse nos limites do mundo conhecido, Ptolomeu cita um navegador grego a propósito da área que se estende até o cabo Prason ao sul, na extremidade de uma vasta baía pouco profunda, provavelmente a costa côncava da Tanzânia meridional, em volta da qual viviam "selvagens comedores de homens"[53].

Desse modo, em meados do século II, grande parte da costa da África oriental e pelo menos uma porção do corredor do Pangani tinham sido incorporadas ao sistema do comércio internacional. O impulso que expandiu as fronteiras comerciais até as águas da África oriental começou a enfraquecer com o início de um longo período de declínio do Império Romano no século III. A riqueza da classe dominante foi dissipada pela descentralização econômica do Império e pelos confiscos dos imperadores; os consumidores urbanos arruinaram--se e a classe média burguesa empobreceu, o que levou a uma considerável retração do mercado, principalmente do de artigos de luxo, e ao retorno a uma economia rural de subsistência. O eixo do comércio internacional deslocou-se das especiarias, das pedras preciosas e do marfim, para o algodão e os produtos industriais. É possível que o comércio direto tenha cessado inteiramente, como

50 PTOLOMEU. v. I, pp. 17, 121; id. V. IV, pp. 7, 31; WARMINGTON, E. H. 1963. pp. 66-8.

51 SOPER, R. C. 1967-b. pp. 24, 21; comunicação pessoal datada de 13 de outubro de 1972.

52 Mas de modo algum todos os autores concordam com esta localização. Até hoje, não se encontrou nenhuma ruína antiga perto de Pangani. Houve tentativas ocasionais de identificação de Rhapta num sítio desaparecido do estuário do rio Rufiji.

53 PÉRIPLO, 16, 18; PTOLOMEU. v. I, pp. 9; 1-3; id. v. II, pp. 17, 121.

sugere a visível lacuna do testemunho numismático. Contudo, houve um breve renascimento no final do século III e início do IV, com a reconsolidação política do Império. Embora não seja satisfatório, o testemunho numismático de que dispomos para a África oriental sugere uma flutuação semelhante. A coleção Haywood, já mencionada, incluía seis moedas da Roma imperial datadas até a metade do século II da Era Cristã. Depois de uma lacuna que se estende até o final do século III, a coleção volta a cobrir o período que vai até o século IV, com setenta e nove moedas. A coleção de Dimbani parece ter apenas uma moeda do século I, sendo que o restante das peças romanas identificadas provavelmente pertence aos séculos III e IV da Era Cristã[54].

Quais foram as consequências do envolvimento da África oriental neste sistema comercial? Em seu apogeu, tal comércio pode ter estimulado o crescimento econômico através do fornecimento de objetos de ferro (embora, ao que tudo indica, a maior parte tenha consistido em armas de guerra), e, talvez, do conhecimento da metalurgia, que teria uma importância fundamental para a história da África oriental[55]. Além disso, a demanda de marfim, chifres de rinoceronte e cascos de tartaruga valorizou tais recursos, que provavelmente tinham pouco valor local, aumentando assim as fontes de riqueza dessa parte do continente. A referência à exportação de óleo de coco, por sua vez, sugere a introdução dessa valiosa planta proveniente do leste e a implantação de uma certa atividade industrial para extração do óleo. O comércio internacional pode ter provocado ainda a urbanização incipiente das cidades-mercado, que recebiam a visita dos comerciantes estrangeiros mas eram habitadas principalmente pelos africanos e pela emergente classe dos mestiços da costa, cada vez mais voltados para o exterior e dependentes do comércio externo, de que constituíam o vínculo local. A riqueza resultante do comércio beneficiou essa classe e pode ter levado a uma concentração de fortunas e de poder suficientes para permitir que Rhapta proclamasse sua autonomia. Mas esta cidade não procurava de modo nenhum desligar-se do comércio internacional, de que dependia sua prosperidade. Na medida em que se havia tornado dependente dessa atividade, sua economia pode ter-se destorcido e desequilibrado, devido à enorme importância dada à exportação de alguns produtos de luxo para o opulento Império Romano, tornando-a portanto vulnerável às flutuações comerciais. Quando os godos começaram a cercar Roma (que foi derrotada em +410), aniquilaram também o

54 ORTEIL, F. 1956. pp. 250, 266-7, 273-5, 279; CHARLESWORTH, M. P. 1926. pp. 61, 71. Para os testemunhos numismáticos na África oriental ver pp. 610-11.

55 POSNANSKY, M. 1966-a. pp. 87,. 90.

sistema econômico centralizado nesta cidade, com amplas consequências para todas as regiões dele dependentes. Desse modo, a distante Rhapta pode ter-se arruinado. Até agora não se descobriu nenhum traço dessa "metrópole" na costa da África oriental.

O Reajustamento das relações exteriores da África Oriental

A desintegração do sistema de comércio internacional provavelmente teve um efeito catastrófico semelhante em outro estado: o Himiar, no sudoeste da Arábia. O declínio da demanda romana do incenso aí produzido e de outros produtos de luxo para os quais servia de intermediário sem dúvida afetou seu equilíbrio, deixando-o à mercê das invasões etíopes e, posteriormente, persas. No mar, esse estado deve ter perdido muito de sua posição de intermediário, em parte para os etíopes – cujo porto de Adulis surgia agora como centro de exportação de marfim do alto Nilo para o Mediterrâneo e também para o leste, em direção à Pérsia e até mesmo à Índia (até então auto-suficiente), o que marca um importante deslocamento das correntes do comércio do marfim[56].

Contudo, não é provável que os etíopes tenham sido capazes de suplantar inteiramente os árabes como agentes de comércio no oeste do oceano Índico. Mais a leste, a Pérsia surgia como uma importante potência marítima. Os sassânidas começaram a encorajar a navegação persa no século III da Era Cristã, a monopolizar o comércio com a Índia no século VI e a estendê-lo até a China, o mais tardar por volta do século VII. Expandiram-se também para oeste, a fim de obter o controle sobre a outra rota de comércio para o mar Vermelho, conquistando no início do século VII o sudoeste da Arábia e do Egito. Embora o Império Persa tenha sucumbido sob o ataque muçulmano em cerca de +635, existem muitas provas de que seus navegadores continuaram a dominar durante muito tempo o comércio do Índico, legando ao conjunto do mundo costeiro desse oceano um importante vocabulário náutico e comercial[57].

O domínio persa sobre o oeste do oceano Índico nos séculos VI e VII, particularmente tendo em vista o declínio dos árabes e a incapacidade dos

56 BEEK. G. W. van. 1969. p. 46; PANKHURST. R. K. P. 1961. no. 26-7; COSMAS. p. 372; HOURANI, G. F. 1969. pp. 42-4.

57 HASAN, H. 1928; HOURANI, G. F., 1969. pp. 38-41, 44-65; PROCÓPIO DE CESAREIA. V. I, pp. 193-5; RICKS, .T. M. 1970. pp. 342-3. Uma fonte chinesa do século IX menciona atividades comerciais persas na costa da Somália: DUYVENDAK, J. L. 1949. p. 13.

etíopes para substituí-los, sugere que os persas tinham uma influência comercial dominante na costa da África oriental. Embora a costa possa não ter ficado sob sua hegemonia política, como se acreditava, não é impossível que a forte tradição da imigração shirazi (persa) para a costa da África oriental se tenha originado nesse período. Infelizmente, há um hiato nas fontes documentais entre os autores greco-romanos e os escritores árabes do século IX, e não se descobriu nenhum testemunho arqueológico sobre o período pré-islâmico na costa, à exceção de cinco moedas partas e sassânidas dos três primeiros séculos da Era Cristã, que podem ter sido desenterradas em alguma parte de Zanzibar. No entanto, há provas de contatos comerciais entre a África oriental e o golfo Pérsico pelo menos desde o século VII, que já pertencem ao período islâmico, embora possam se estender também ao período pré-islâmico. Já existem referências a importações de escravos da África oriental (Zanj) e de outros lugares, para servirem de soldados, domésticos e trabalhadores agrícolas nas terras pantanosas do sul do Iraque. Aparentemente, no fim do século, eles já eram suficientemente numerosos para se revoltarem pela primeira vez, embora o mais espetacular desses levantes tenha ocorrido cerca de dois séculos mais tarde. Também há indicações de que escravos zanj teriam chegado à China desde o século VII[58].

Os persas e o golfo Pérsico também podem ter começado a desempenhar um papel importante como intermediários entre a África oriental e a Índia. A queda do Império Romano tinha privado a África oriental de seu principal mercado de marfim, num momento em que a Índia era ainda muito auto-suficiente. Mas já no início do século VI a demanda indiana de marfim para a fabricação de enfeites nupciais parece ter excedido as disponibilidades locais. Essa demanda era garantida pela destruição ritual regular desses ornamentos após a dissolução do casamento hindu pela morte de um dos cônjuges. No século X, a Índia e a China eram os mercados mais importantes de marfim da África oriental[59].

Por volta do fim do século VII, portanto, tinham se restabelecido sólidos laços comerciais entre a costa da África oriental e as margens setentrionais do oceano Índico. A crescente demanda de marfim na Índia permitiu ao menos a criação de laços comerciais entre as duas regiões de "floresta", e o mercado indiano serviu a África oriental até o século XIX. Em troca, os africanos orientais provavelmente recebiam uma variedade de artigos manufaturados,

---

58 RICKS, T. M. 1970. pp. 339, 343; RIAVI, S. A. 1967. pp. 200-1; MATHEW, G. 1963. pp. 101, 107-8. Para os trabalhos numismáticos ver pp. 610-11.

59 COSMAS. p. 372; FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-a. p. 25; AL-MAS'UDI. in FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-b. pp. 15-16.

incluindo tecidos e pérolas. Tais trocas sustentavam as cidades-estado fundadas ao longo da costa. Durante esta segunda fase de sua história, porém, o comércio da costa da África oriental passou por apenas uma reorientação, sem que se alterassem seus aspectos fundamentais: diversificou-se o mercado do marfim, mas a economia não se libertou da dependência da troca de algumas matérias--primas por produtos manufaturados de luxo. Embora a exportação de escravos não constituísse um fluxo excessivamente violento e ininterrupto, reduzia os recursos humanos, e pode ter sido um fator básico em certos lugares e épocas na história da África oriental, antes mesmo do século XIX. Contudo, o comércio era controlado por uma população costeira, produto do comércio internacional e que dependia de sua continuidade para prosperar. Dificilmente se poderia esperar dela alguma iniciativa no sentido de se desligar das relações de dependência e de subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 23

A África oriental antes do século VII

J. E. G. Sutton

É mais fácil conhecer a situação dos povos e das sociedades da África oriental depois do ano 100 da Era Cristã do que durante os períodos mais antigos. Estão em andamento várias pesquisas sobre esses tempos mais remotos e os resultados levam a uma revisão constante, parcial ou total, das conclusões anteriores.

O estudo dos dois milênios que vão de -1000 a +1000 é difícil, pois exige métodos mais refinados e uma grande quantidade de informações que a arqueologia ainda não pôde fornecer em sua totalidade. Portanto, a pesquisa que se segue é, em vários aspectos, conjetural, hipotética e mesmo provocadora e tem por objetivo estimular a reflexão e a pesquisa.

O método utilizado para a abordagem da história antiga da África oriental é essencialmente cultural; trata-se de uma tentativa de reconstruir o modo ou os modos de vida, nos limites dados pelo conjunto dos testemunhos arqueológicos, antropológicos e linguísticos. Faremos referências frequentes aos 'grupos linguísticos, que, enquanto tais, podem ser menos importantes do que as considerações culturais e econômicas mais abrangentes. Entretanto, a linguagem é um elemento da cultura e da história, algo transmitido (apesar de contínuas modificações) de geração para geração numa comunidade; é um meio graças ao qual as populações se identificam claramente enquanto grupos e se distinguem umas das outras. (De um certo modo, os "outros" podem ser considerados aparentados, se as línguas forem parcialmente inteligíveis ou apresentarem traços comuns. Inversamente, se não houver nenhuma

afinidade evidente, podem ser considerados totalmente estrangeiros). Por essas razões é que, em geral, as definições linguísticas e as classificações dos povos oferecem um máximo de clareza e utilidade para os antropólogos e historiadores. As línguas tratadas neste capítulo são especificadas no gráfico e no mapa seguintes e em geral seguem o esquema reproduzido em *Zamani* (editado por Ogot e Keiran, 1968), que se baseia na classificação das línguas africanas de Greenberg.

A tradição da caça na savana meridional

Durante vários milênios antes da Idade do Ferro, em toda a região de savanas e florestas abertas que recobrem a maior parte da África a leste e ao sul do grande cinturão florestal equatorial, a população era constituída essencialmente de caçadores-coletores que utilizavam o arco, a flecha e as técnicas avançadas do trabalho da pedra (principalmente as da grande cultura de Wilton dos arqueólogos – ver Volume I). Em geral, essas populações pertenciam a um tipo físico cujos descendentes são, hoje em dia, os chamados San e Khoi-Khoi, que habitam o Calaari e seus arredores. É provável que sua língua se classifique entre as da família khoisan, que se distingue por seus "cliques". Atualmente essas línguas se limitam aos Khoi e aos San da África do sul e do sudoeste, bem como a dois pequenos grupos independentes da África oriental, os Sandawe e os Hadza, que vivem no norte da Tanzânia central[1].

Os Hadza permanecem caçadores e coletores. Pouco numerosos, dotados de uma razoável mobilidade, são ágeis na procura e no aproveitamento dos recursos alimentares silvestres existentes em seu território[2]. Os Sandawe, por sua vez, foram durante algum tempo agricultores e criadores de cabras e gado; mas conservam uma forte ligação cultural com a selva e um conhecimento instintivo de seu potencial. Em seu tipo físico geral, essas duas tribos são negroides; contudo, alguns observadores perceberam traços de uma outra ascendência entre os Sandawe e, possivelmente, também entre os Hadza. A mestiçagem com as populações negroides vizinhas explicaria essa tendência.

É interessante notar ainda que, contrariamente ao resto da África oriental, o território dos Hadza e dos Sandawe e a área que os separa oferecem numerosos

1 Em geral, os Hadza são designados pelo nome menos preciso de "Tindiga". A classificação de sua língua como khoisan foi contestada, mas provavelmente está correta. Não existem grandes dúvidas acerca da classificação dos Sandawe na família khoisan.

2 Atualmente, o governo tanzaniano procura fixar os Hadza nas aldeias, fornecendo-lhes instruções agrícolas.

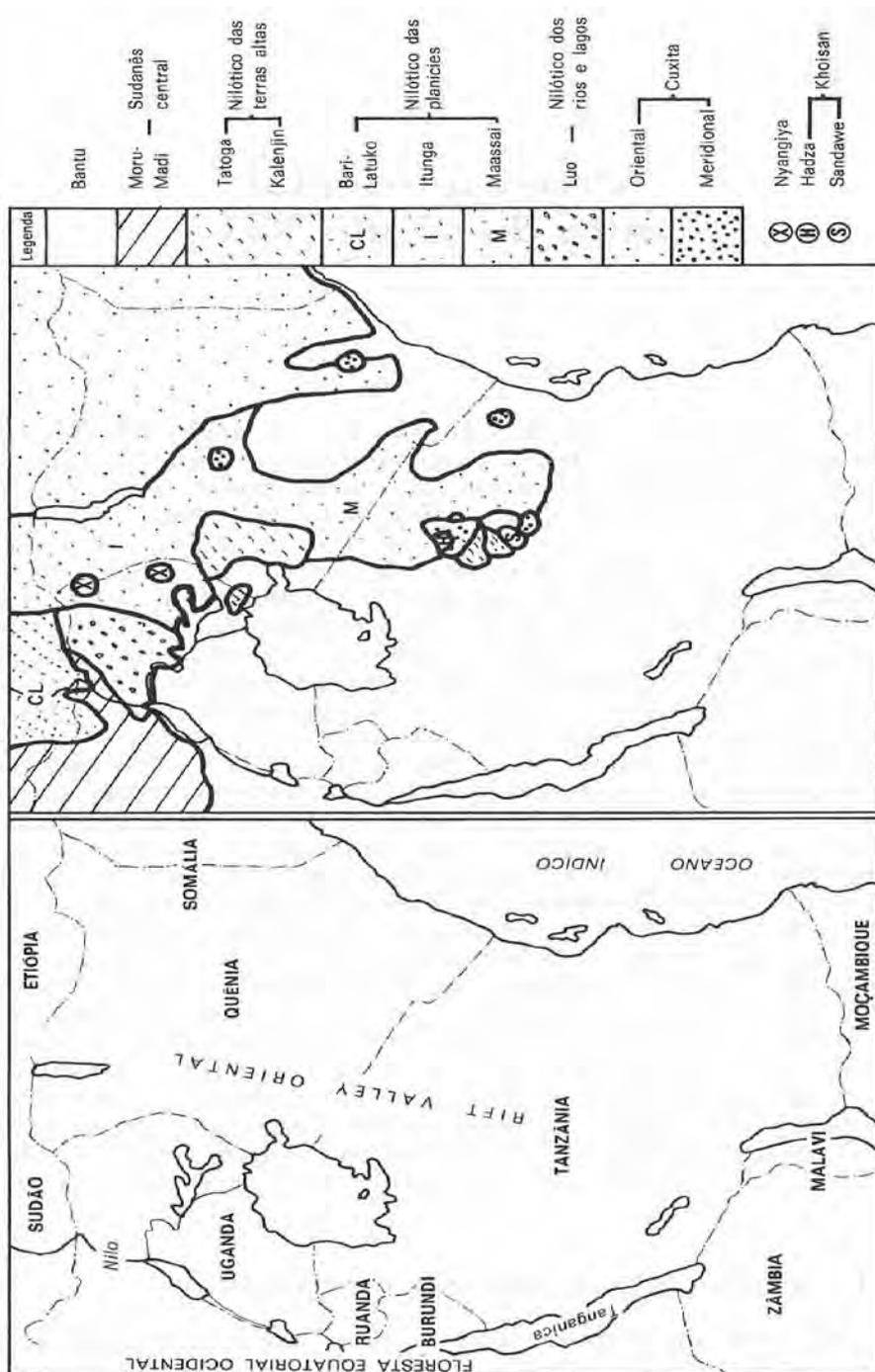



FIGURA 23.1 África oriental: mapa político e mapa indicativo da distribuição de línguas e povos. (Mapa fornecido pelo autor.)

exemplos de pinturas rupestres, encontradas nas paredes internas dos abrigos naturais que esporadicamente serviam de acampamento e de bases familiares durante a Idade da Pedra Recente. Essas pinturas[3] têm um significado social e frequentemente religioso ainda mal compreendido; também dão indicações valiosas sobre os métodos de caça, a alimentação e a vida cotidiana. Em várias partes da África do Sul encontraram-se manifestações artísticas dessa mesma época, também pintadas nas paredes dos abrigos sob rocha; e embora existam algumas diferenças nitidamente regionais, podem-se estabelecer diversos paralelos entre os estilos, temas e técnicas utilizados na África do Sul e na Tanzânia. Os paralelos artísticos são complementados pelo parentesco geral existente entre as técnicas wiltonienses de talhar a pedra empregadas pelos ocupantes dos abrigos sob rochas nas duas regiões. Apesar de hoje em dia nem os Hadza nem os Sandawe praticarem seriamente a pintura – do mesmo modo que abandonaram a fabricação de utensílios de pedra –, parece que num dado momento da Idade da Pedra Recente esta região partilhou uma mesma tradição étnica e cultural com as áreas meridionais.

Esse modo de vida amplamente difundido dos caçadores-coletores da savana tinha possibilidades econômicas e desenvolvimento cultural próprios. Embora viesse da coleta a parte principal dos alimentos consumidos (como indicam os estudos recentes sobre os San e outros grupos), a busca da carne, que constituía a tarefa mais difícil e respeitada, era essencial para o estabelecimento de uma dieta equilibrada e a satisfação do apetite. Tudo isso dependia de um certo grau de mobilidade, com acampamentos sazonais mas não estabelecimentos permanentes, com homens seguindo os deslocamentos da caça e explorando os recursos vegetais do território. Tais práticas teriam restringido o crescimento da população e, talvez, inibido mudanças. Isso ajuda a explicar por que, durante os milênios recentes, essa antiga população da savana foi assimilada pelas comunidades de pescadores, pastores e agricultores que, empregando métodos mais intensivos e produtivos para a obtenção de alimentos, puderam manter bases mais estáveis, crescer em número e ampliar seu território.

Portanto, a maior parte da vasta região outrora ocupada pelos caçadores-coletores tornou-se posteriormente domínio dos agricultores bantu. Em algumas dessas regiões bantu, a tradição oral menciona encontros casuais com estranhos homens pequenos que antigamente teriam vivido e caçado na selva e na floresta. Tais relatos não são historicamente precisos, mas é bem provável que reflitam vagas lembranças

---

3 Ver Volume I, Capítulo 26.

transmitidas há um milênio ou mais, desde quando os Bantu colonizaram este setor do sul da África central, confinando e assimilando gradualmente as populações san, mais esparsas e cujo modo de vida era muito diferente do seu. Em contraste, essa antiga tradição de caça se reflete no período agrícola mais recente na importância dada às façanhas e habilidades da caça nas lendas bantu. O fundador de uma linhagem real é frequentemente um arqueiro errante ou o chefe de um grupo. Isso parece derivar de uma antiga ideologia que exaltava a força e a coragem, o bom senso e a perseverança do caçador vitorioso, capaz de levar para casa a carne tão apreciada.

Contudo, nem toda a África oriental se tornou parte integrante do mundo bantu. Como se verá mais adiante, Uganda do norte, grande parte do Quênia e setores do norte da Tanzânia central foram durante muito tempo ocupados por populações distintas, que falavam línguas cuxitas, nilóticas, etc. Algumas dessas populações se estabeleceram durante a Idade do Ferro e outras ainda mais cedo. Nesses lugares e mais ao sul há traços etnográficos e arqueológicos indiscutíveis da existência em épocas recentes e longínquas de numerosas comunidades de caçadores-coletores. Em sua maioria, elas provavelmente não eram representativas da tradição das savanas meridionais. Embora seja difícil definir o limite setentrional dessa tradição, não existe um bom motivo para situá-lo além do lago Vitória e do Equador. A documentação sugere às vezes que as populações do tipo san antigamente se estendiam até o Chifre da África e o Médio Nilo; mas essa tese baseia-se em provas e argumentos muito precários – alguns fragmentos de esqueletos pouco convincentes ou originários de épocas muito anteriores à diferenciação completa dos tipos físicos africanos mais recentes; conjuntos de utensílios da Idade da Pedra Recente de Uganda setentrional, do Quênia, da Etiópia e da Somália, que apresentam algumas semelhanças vagas ou gerais com as indústrias wiltonienses das regiões do sul; enfim, a existência, em vários lugares, dessas pequenas comunidades de caçadores recentes e de habitantes, das regiões de matas. A característica desses diferentes grupos é que só alguns deles são social ou economicamente independentes. Geralmente vivem nos limites ou então no interior do território dos agricultores e pastores cuxitas e nilóticos; falam sua língua e lhes fornecem os produtos da savana e da floresta – mel, peles, carne, etc. Alguns desses grupos – certos bandos dorobo nas terras altas do Quênia, por exemplo – não são necessariamente nativos caçadores-coletores, mas o resultado de oportunidades mais recentes de especialização ou de retorno à floresta de indivíduos que não se adaptaram à vida em sociedade. Em certas regiões de língua ou de forte influência cuxita, no Quênia e na Etiópia, tais grupos tendem mais a constituir castas distintas

do grupo principal do que populações de marcada identidade. De modo geral, dedicam-se a atividades "impuras", principalmente as de oleiro e ferreiro, em benefício da comunidade como um todo. É claro que tais ocupações eram totalmente estranhas à velha tradição da caça e da coleta nas savanas.

Contudo, é muito provável que essas regiões setentrionais da África oriental tenham constituído, durante uma grande parte da Idade da Pedra Recente uma zona fronteiriça instável – determinada em parte pelas mudanças climáticas – entre as culturas das populações de tipo san das savanas meridionais e outras estabelecidas na África do nordeste ou central. Ainda há muito que aprender sobre essas regiões. É possível, no entanto, identificar no interior ou nos limites da África oriental pelo menos duas outras grandes tradições culturais e entidades étnicas que também ignoravam a agricultura e a criação de animais durante os milênios recentes e que serão o tema dos dois capítulos seguintes.

A tradição da coleta e da caça com armadilha na floresta equatorial

Na floresta pluvial da bacia do Congo e principalmente nas suas margens orientais que se prolongam até Ruanda e o sudoeste de Uganda, vivem os Pigmeus. Sua importância e seu número diminuíram com o correr do tempo, devido à expansão gradual dos agricultores sedentários, principalmente bantu, que desbastaram uma boa parte da floresta e reduziram os recursos alimentares naturais de que os Pigmeus extraíam sua subsistência. Muitos deles foram assimilados, mas outros sobrevivem em grupos independentes, embora mantendo relações com seus vizinhos bantu e falando a língua destes.

Embora fosse, como a dos San, baseada na caça de animais selvagens e na coleta de vegetais, a economia dos Pigmeus que viviam na floresta exigia um ajustamento ecológico e uma especialização tecnológica muito específicos. Classificar os Pigmeus e os San na mesma categoria de "caçadores-coletores" seria ignorar a diferença entre seus modos de vida e de pensar, tão diversos um do outro como o são do dos agricultores bantu. O modo de vida dos Pigmeus, como o dos San, deve representar uma antiga tradição cultural e econômica ligada a um certo meio, neste caso à floresta densa, cuja natureza permite explicar as particularidades físicas e a pequena estatura desses povos.

Todavia, existem pouquíssimos dados históricos sobre os Pigmeus e sua distribuição geográfica anterior, ainda que se tenha tentado, na bacia do Congo, estabelecer uma correlação entre certos vestígios da Idade Média e Recente

da Pedra (complexo lupembo-tshitoliense). A distribuição e a datação desse complexo indicam ao menos uma importante tradição florestal de origem antiga e que sobreviveu até uma época recente. A leste de Ruanda encontram-se poucos traços de suas últimas fases; ainda que se tratasse de trabalhos dos Pigmeus, seria difícil sustentar a tese de sua expansão na África oriental durante a Idade da Pedra Recente, mesmo nas épocas em que as precipitações eram mais abundantes e a floresta mais extensa.

Realmente encontram-se alusões, em obras históricas e antropológicas, à presença anterior de Pigmeus disseminados em diversas regiões da África equatorial. Algumas delas parecem se basear em concepções etnográficas errôneas, outras em dados folclóricos ou vagas tradições orais que mencionam populações pouco numerosas vivendo da caça e da coleta em tempos antigos. Tanto quanto estes relatos se refiram a populações precisas e a períodos determinados, provavelmente se relacionam, na maior parte dos casos, aos caçadores de tipo san, ligados à tradição da savana ou, na região setentrional da África do leste, a grupos distintos, os Dorobo e outros povos silvestres já mencionados.

Entre esses povos lendários da floresta, merecem menção especial os Gumba, de que falam os Kikuyu do Alto Quênia oriental. É grande a confusão sobre os Gumba e seu modo de vida. Tal se deve, em primeiro lugar, à falta de precisão dos testemunhos e à tendência dos informantes de racionalizar suas lendas; em segundo lugar, deve-se aos erros de registro e análise dos historiadores. Contudo, no território kikuyu existem vestígios arqueológicos indiscutíveis de populações que, durante os últimos dois milênios, viveram numa determinada época na floresta densa, onde construíram e, aparentemente, habitaram grupos de curiosas cavidades circulares nos cumes das montanhas. Embora talhassem a pedra, provavelmente não era um vestígio local e isolado da Idade da Pedra Recente. Sua cerâmica e a possível utilização do ferro sugerem que mantinham algumas relações culturais com os antigos Bantu das terras altas, para quem provavelmente desempenhavam funções econômicas especiais.

Trata-se realmente dos Gumba das lendas? A questão continua em aberto. É certo, porém, que, quando essas populações forem mais bem estudadas, oferecerão o exemplo de uma etnia localizada que produziu uma cultura florestal específica, ainda que em época muito recente, numa relativa simbiose com as culturas das populações agrícolas vizinhas. Nesse nível bastante geral de adaptação ao meio ambiente, é possível fazer uma comparação com os Pigmeus da bacia do Congo; no entanto, a despeito das especulações de certos autores, nada permite supor que estes primeiros habitantes das florestas das terras kikuyu, Gumba ou não, tenham realmente pertencido à etnia dos Pigmeus.

A tradição aquática da África Central

Essa questão, há tanto tempo negligenciada, foi examinada no volume precedente desta *História*[4]. Portanto, é suficiente estudar aqui a evolução final desse modo de vida peculiar.

Por volta de -5000, o clima se tornou sensivelmente mais seco. Alimentadas por rios menos numerosos e de menor volume, as águas dos lagos desceram muito abaixo dos níveis máximos anteriores. Assim, a continuidade geográfica e, em alguns lugares, os fundamentos econômicos do modo de vida aquático estavam ameaçados, e encerrados os dias de sua hegemonia cultural. No entanto, aproximadamente em -3000, o clima voltou a ser úmido durante um certo tempo e, em consequência, a água dos lagos recomeçou a subir (sem atingir, contudo, os níveis do sétimo milênio). No Quênia, no Rift Valley oriental ocorreu nesta época a ressurreição de uma cultura aquática, modificada sem dúvida em razão de novas migrações e de novos contatos com o Médio e o Alto Nilo. Às margens dos lagos Rodolfo e Nakuru, descobriram-se vestígios desta fase aquática recente, que incluem cerâmicas de estilo original e vasos de pedra pouco profundos que, em geral, parecem datar de -3000. Apesar da ausência aparente de arpões nos sítios desse período, parece certo que as populações se dedicavam à pesca. Mas é muito provável que a dieta não fosse predominantemente constituída de produtos aquáticos, como na fase principal, três a cinco mil anos antes. Por volta de -2000, paralelamente ao retorno da tendência à aridez, as possibilidades de uma cultura aquática foram definitivamente destruídas na maior parte do Rift Valley oriental.

Ao que tudo indica, a população desta última fase aquática também era fundamentalmente negra. Apesar de não dispormos de dados indiscutíveis sobre sua língua, é razoável supor que pertenciam a algum dos ramos da família Chari-Nilo (ramo oriental do nilo-saariano).

Supõe-se que a grande civilização aquática, tanto a fase principal (entre -8000 e -5000) quanto seu ressurgimento posterior (por volta de -3000), se localizava ao longo dos rios e pântanos da bacia do Alto Nilo, principalmente às margens do maior lago da África oriental, o Vitória. Curiosamente, parecem não existir vestígios dos milênios em questão. No entanto, durante o primeiro milênio antes da Era Cristã, havia populações que acampavam nas ilhas e em abrigos sob rochas ou em campo aberto à beira do lago e dos rios da região. Alimentavam-se de peixes e moluscos, mas também de caça e talvez de bovinos e carneiros. Não se sabe se

4 Ver Volume I, Capítulo 20.

algumas delas cultivavam a terra; mas há traços interessantes de cortes efetuados nessa época na floresta em torno do lago Vitória, o que indica ao menos uma forma nova e relativamente intensiva de utilização das terras. Conhecida pelo nome de kansyore, a cerâmica dessas populações apresenta algumas afinidades marcantes com as cerâmicas "de linha sinuosa pontilhada", bem mais antigas, da primeira civilização aquática. Até onde se sabe, há muito tempo estas cerâmicas foram substituídas no vale do Nilo e, portanto, é pouco provável que os tipos kansyore tenham sido introduzidos na região do lago Vitória apenas no primeiro ou segundo milênio antes da Era Cristã. Aqui, como em outros lugares, a tradição aquática remonta a vários milênios, mas é mais provável que tudo que lhe é atribuído pertença apenas à sua fase mais recente, que se encerrou exatamente antes do início da Idade do Ferro. Neste caso, pode-se perguntar se ainda não estão por descobrir os vestígios do antigo modo de vida aquático, nas margens dos lagos mais meridionais da África oriental – principalmente em toda a extensão do lago Tanganica.

Nenhum índice preciso permite determinar o grupo linguístico a que pertenciam essas populações do lago Vitória no primeiro milênio antes da Era Cristã, mas é possível que se trate do grupo sudanês central (ramo do Chari--Nilo). Essa região e a que se situa mais ao sul foram povoadas por Bantu desde o início da Idade do Ferro. Segundo certos linguistas, esses Bantu teriam assimilado, em seu processo de fixação, uma população mais antiga e menor, que falava uma língua do grupo sudanês central e que lhes teria ensinado as técnicas de criação de ovinos e bovinos. Na falta de palavras próprias para designar tais "novidades", os Bantu tomaram-nas de empréstimo aos habitantes anteriores dessas regiões, cuja língua se extinguiu. Ainda não se descobriu nada, ao sul do lago Vitória, que possa levar a uma confirmação arqueológica desta hipótese. Em torno do lago, porém, podem-se relacionar os sítios que contêm cerâmica kansyore ao grupo linguístico sudanês central, principalmente se estiver correta a associação, verificada em certos locais, com vestígios de carneiros e de gado de grande porte remontando ao primeiro milênio antes da Era Cristã. É possível que, nessa época, uma civilização aquática isolada e em franco declínio se tenha revigorado em função de contatos estabelecidos a leste com uma nova civilização pastoril, que se teria implantado nas terras altas do Quênia.

A tradição pastoril dos cuxitas

De fato, à medida que se estabeleceu um regime climático mais seco, por volta do segundo milênio antes da Era Cristã, as águas dos lagos começaram a

baixar, até atingir aproximadamente seu nível atual; em certos casos os peixes desapareceram. As florestas também cederam terreno, dando lugar, sobretudo no Rift Valley oriental e nos planaltos vizinhos, a excelentes pastagens de montanha. Embora sempre se pudesse pescar nas margens do lago Vitória e de vários outros lagos e rios, e assim preservar certos elementos do antigo modo de vida aquático, essa tradição já havia perdido sua grande continuidade geográfica e a segurança cultural que a isso estava ligada nos tempos anteriores. Na maior parte da África central e particularmente em sua extremidade oriental, o pretígio passou a se vincular à criação de gado; continuar a viver próximo das águas e graças a elas era considerado retrógrado e um sinal de estagnação intelectual. Não se tratava apenas de um modo de vida arcaico: aos olhos dos agrupamentos pastoris mais favorecidos era algo bárbaro e impuro. Os primeiros pastores da África oriental reconheciam-se não apenas por sua língua cuxita e pela importância que davam à circuncisão, mas também devido ao tabu em relação ao peixe.

Há longo tempo, nesta zona da África do leste em que o pasto é de boa qualidade e cresce em quantidade suficiente, e que, além disso, está livre da mosca tsé-tsé e das doenças endêmicas, o rebanho é objeto de prestígio e sinal de riqueza. Mas é importante entender que esta ideologia do rebanho está fundada numa rigorosa percepção das realidades econômicas. O gado fornece a carne e, principalmente, o leite. Mesmo entre as populações que extraem dos campos a maior parte do alimento, o gado é uma importante fonte de proteínas e uma segurança contra as fomes periodicamente causadas por secas ou outros flagelos. Além disso, não se deve subestimar o importante papel das cabras e dos carneiros, que geralmente são os principais fornecedores de carne das populações que vivem da agricultura e da criação de gado.

Os primeiros bovinos africanos orientais foram introduzidos nas terras altas e na região do Rift Valley do Quênia há aproximadamente três mil anos; pertenciam provavelmente a uma espécie de chifres longos e sem corcova. Em diversos sítios arqueológicos anteriores à Idade do Ferro foram encontrados esqueletos de vacas e de cabras (ou de ovelhas) datados do primeiro milênio. Embora alguns desses sítios fossem habitados, trata-se mais frequentemente de sepulturas, descobertas em grutas ou, mais comumente, sob *cairns* (montículos de pedras). É evidente que um estudo mais completo da economia dessas populações do primeiro milênio tem necessariamente de aguardar a descoberta e o exame meticuloso de um número maior de sítios ocupados pelo homem; no entanto, os objetos depositados nos túmulos, ainda que evidentemente tenham sido especialmente escolhidos e se ligassem a um significado religioso, frequentemente estão mais bem conservados e devem, de uma forma ou de outra, refletir o modo de vida

da população ou sua atitude diante da vida. Entre as descobertas feitas até agora, figuram rebolos e pilões, tigelas e potes fundos de pedra; cabaças e recipientes de madeira que provavelmente deviam conter leite; cestas, cordas, machados de pedra polida, e peças de marfim talhado; colares de contas de diferentes pedras, de ossos, de conchas e de matérias vegetais. Enquanto complexo cultural, trata-se, aproximadamente, do equivalente ao que anteriormente era descrito como *stone bowl culture* (cultura das tigelas de pedra) em sua principal e última fase; mas provavelmente se descobrirá que este complexo engloba, em realidade, uma série de comunidades e de variantes culturais.

A economia não era exclusivamente pastoril. Costumavam-se caçar antílopes e outras espécies, e é possível que isso ocorresse principalmente entre as comunidades mais pobres. Ainda não se sabe ao certo se esses povos cultivavam certas variedades de sorgo ou milhete ou ainda outras plantas, mas é muito provável. Primeiramente, a quantidade das cerâmicas descobertas em alguns desses sítios sugere que pelo menos uma parte da população era mais sedentária do que seria de esperar de uma comunidade exclusivamente pastoril; e as mós também supõem o cultivo, a preparação e o consumo de cereais. Contudo, essas grandes mós planas e os pilões que as acompanham podem ter servido para moer vegetais selvagens ou mesmo produtos não alimentícios. Algumas das que foram achadas nos túmulos, por exemplo, estão tingidas do ocre vermelho utilizado para enfeitar os corpos. Mas isso não elimina necessariamente a possibilidade de seu emprego utilitário na vida cotidiana. Existe outro argumento mais persuasivo em prol da existência de algum tipo de agricultura: se essas populações não tivessem recorrido a outras fontes de alimentação, é pouco provável que pudessem sobreviver longo tempo em caso de uma crise grave consecutiva a longos períodos de seca ou a epidemias do gado. Isso porque só para grupos muito pequenos e disseminados é que a caça e a coleta serviriam de substitutos temporários do pastoreio e de principal recurso alimentar[5]. Contudo, a predominância da criação de

5 É verdade que em séculos recentes algumas sociedades pastoris conseguiram abandonar completamente a agricultura (e mesmo menosprezar a caça). Mas isto só foi possível graças a um sistema de troca com os vizinhos agricultores, que lhes forneciam os cereais e outros vegetais necessários à sobrevivência durante a estação da seca, ou às incursões em territórios de outros povos de economia mista agropastoril. Esta última prática era essencial para as tribos centrais dos Massai, que, apesar do controle que exerciam sobre as grandes extensões de ricas pastagens montanhesas, sempre consideravam insuficientes seus recursos em carne, e que – mais importante – se viam na obrigação de, após as perdas de gado ou os maus anos, adquirir novos touros reprodutores e reconstituir sem demora seus rebanhos de vacas leiteiras, para assegurar a sobrevivência de seu modo de vida e de sua comunidade. Nenhuma dessas soluções era acessível aos criadores de gado da África oriental do primeiro milênio antes da Era Cristã.

animais e de uma economia fundada no gado é ilustrada pela distribuição geográfica dessas populações, virtualmente confinadas nas regiões ricas em pastagens extensivas. No norte da Tanzânia as terras altas, onde se encontra a bacia verdejante da cratera de Ngorongoro com seus cemitérios dessa época, formavam o limite meridional dessa vasta zona pastoril. Uma população mais habituada a combinar as atividades de criação com a agricultura poderia ter-se estendido mais além, pelas áreas férteis que margeavam essas terras a leste e a oeste, e sem dúvida teria seguido mais para o sul.

Os diferentes estilos de cerâmica e outras características da cultura material desses primeiros pastores das terras altas e do Rift Valley do Quênia e da Tanzânia setentrional parecem revelar influências da região do Médio Nilo. No entanto, trata-se provavelmente de influências indiretas, que dão apenas um pálido reflexo do modelo original. Tais influências não significam necessariamente que o gado e seus pastores fossem originários daquela região; é mais provável que sejam o resultado de uma assimilação devida aos contatos com a antiga população aquática e com as populações nilóticas; estes dois últimos grupos relacionavam--se há muito tempo através dos lagos do Rift Valley. Pode-se encontrar um exemplo disso na persistência das estranhas tigelas de pedra nesta região durante aproximadamente dois mil anos, do fim do período aquático até o início do período pastoril.

Os contrastes regionais também são significativos. De fato, a partir do segundo milênio antes da Era Cristã estabeleceu-se uma linha divisória cultural na direção norte-sul, tendo a leste as terras altas da Etiópia e do Quênia (com suas planícies áridas), onde se entrincheirava a tradição pastoril, e a oeste a bacia do Alto Nilo, com o lago Vitória, onde uma economia aquática permanecia praticável por populações pouco numerosas. Em nenhum momento essa linha divisória constituiu uma barreira intransponível entre os povos e as ideias que, na realidade, continuaram a circular em ambas as direções, antes e durante a Idade do Ferro. Todavia, ela representa o encontro de duas tradições culturais importantes e em geral distintas. Isso se reflete nas comparações e análises linguísticas e, com menos precisão, nas observações da antropologia física.

Embora seja difícil generalizar a partir de tipos físicos, tem-se a clara impressão de que as populações situadas a oeste dessa linha são tipicamente negras, o que parece ocorrer bem menos com os habitantes das terras altas e planícies orientais. Os estudos linguísticos ressaltam as influências vindas da Etiópia para as terras altas da África oriental, mantendo-se constantemente um pouco a leste da linha de separação cultural. A Etiópia é o antigo centro de origem da família das línguas cuxitas, e a maior parte das línguas bantu e nilótica atuais, no

Quênia e no nordeste centro-norte da Tanzânia, revelam traços dos empréstimos tomados às línguas cuxitas. Em alguns lugares, principalmente na extremidade meridional dessa região, as línguas cuxitas persistem até hoje, embora estejam consideravelmente distantes das formas cuxitas primitivas. Entre as importantes informações histórico-culturais obtidas através da análise dos empréstimos de palavras de uma língua para outra encontra-se a contribuição dada à criação de animais pelas populações cuxitas primitivas da África oriental.

O elemento cultural cuxita na história da África oriental também se manifesta sob outras formas e reflete-se até certo ponto em instituições que não são fundamentalmente sociais e políticas e se baseiam numa organização por grupos etários, dos povos das planícies e das terras altas do Quênia e de partes da Tanzânia setentrional. Contudo, essa observação é muito geral, sendo que nem todos os aspectos desses sistemas remontam necessariamente ao povoamento cuxita original[6]. O que parece ser de origem mais especificamente cuxita é o costume da circuncisão no momento da iniciação. A distribuição desse costume coincide bastante com a de numerosos empréstimos lexicais do cuxita, ocorrendo o mesmo com a aversão ao peixe, registrada também nessa área. Seu significado na experiência histórica da África oriental foi discutido anteriormente.

Assim formamos a imagem de uma população pastoril de língua cuxita, de estatura elevada e de cor relativamente clara, que se expandiu para o sul, assenhoreando-se de ricos prados, planícies e principalmente planaltos do Quênia e da Tanzânia setentrional há aproximadamente três mil anos. Todas estas considerações podem soar como uma reafirmação do "mito camita", atualmente rejeitado. De fato, embora os aspectos mais ilógicos e românticos das hipóteses camitas, diversas e vagas, sejam fruto de preconceitos universitários europeus e de ideias grotescas sobre a África e as populações negras, os fatos em que se baseiam não são inteiramente fictícios. Certas observações são perspicazes e determinadas interpretações históricas muito sensatas. O erro da escola camita encontra-se em seus pressupostos e na obsessão pelas *origens* dos povos e das ideias. Dada a incompreensão das condições locais, ela enfatizou um conjunto particular de influências externas, como o elemento cuxita e o prestígio pastoril, em vez de considerá-lo um dos muitos componentes da experiência histórica e cultural da África oriental – experiência para a qual contribuíram sucessivamente

6 Alguns desses aspectos podem resultar de contatos posteriores com as populações cuxitas orientais da Etiópia meridional e da fronteira do Quênia, principalmente na região do lago Rodolfo. Durante o presente milênio algumas populações cuxitas orientais, principalmente grupos de Gala e Somali, se expandiram numa longa extensão no norte e no leste do Quênia. Devem-se distinguir essas migrações da expansão cuxita meridional, muito mais antiga, aqui discutida.

com complementos de igual importância a antiga civilização de caça da savana, a civilização aquática dos milênios úmidos e, mais recentemente, os Bantu com o domínio do ferro e da agricultura.

A tradição bantu: a agricultura e a utilização do ferro

Ao passo que, durante o primeiro milênio antes da Era Cristã, a atividade pastoril e o tabu do peixe que a acompanhava caracterizavam cultural e etnicamente os cuxitas numa das áreas da África oriental, o trabalho e a utilização do ferro distinguiam os primeiros Bantu durante o milênio seguinte. Ainda não se sabe muito bem como ou de onde foi obtido tal conhecimento; o problema é examinado no Capítulo 21. Muito mais importante do que a questão da origem é o fato evidente de que os primeiros Bantu dependiam do ferro e eram considerados como o povo que detinha o segredo de sua metalurgia. Provavelmente as populações mais antigas da África oriental não o conheciam e fabricavam seus utensílios e armas com o auxílio de pedras apropriadas, que trabalhavam segundo técnicas antigas. No Rift Valley oriental, por exemplo, na zona cuxita, são abundantes os depósitos de uma pedra excepcional, a obsidiana (rocha vulcânica opaca), da qual se podiam facilmente tirar excelentes lâminas de diferentes tamanhos para todos os tipos de uso, incluindo pontas de lança e provavelmente facas de circuncisão. No que diz respeito a pedras utilizáveis, as comunidades contemporâneas, mas distintas, que viviam nas imediações do lago Vitória, entre as quais em parte se conservou a tradição aquática, eram menos favorecidas do que as do Rift Valley. No entanto, tiveram êxito na fabricação de utensílios complexos a partir do quartzo, do sílex córneo e de outras pedras fáceis de talhar; o mesmo ocorria nas regiões mais ao sul, entre os caçadores da savana. Para todas essas populações, o primeiro contato com os estrangeiros que praticavam a tecnologia do ferro deve ter sido uma experiência cultural perturbadora.

A expansão principal dos Bantu foi ampla e rápida, não tendo ocorrido através de fases progressivas, como afirmaram alguns autores. Mas também não se tratou de uma perambulação de nômades errantes nem de uma conquista militar organizada. Foi um processo notável de *colonização* – no verdadeiro sentido da palavra – a exploração de terras totalmente desocupadas. A expansão bantu não abarcou a totalidade da área aqui considerada. Cerca de um terço da África oriental permaneceu não bantu devido à resistência e adaptabilidade de algumas das populações primitivas, principalmente na extensa zona do Rift oriental com seus antigos povos cuxitas, acrescidos durante a Idade do Ferro

pela chegada de contingentes nilóticos (ver o mapa linguístico e os capítulos precedentes e seguintes).

Isto não significa que durante esses dois mil anos não tenha existido nenhuma interação entre os Bantu e vários cuxitas ou nilóticos na África oriental. De tempos em tempos devem ter ocorrido miscigenação e assimilação, em ambos os lados, bem como empréstimos culturais e diversos tipos de enriquecimento econômico. Desde cedo, nestas regiões ricas de bons pastos e livres de moscas tsé-tsé, os Bantu começaram a completar sua dieta agrícola com o leite e a carne de vaca. Durante muito tempo o gado foi particularmente importante entre os Bantu que viviam em torno do lago Vitória e nas ricas pastagens montanhosas do oeste. Inversamente, o papel do cultivo de cereais entre as populações cuxitas e nilóticas das terras altas do Quênia e da Tanzânia setentrional cresceu consideravelmente com o tempo, em razão da necessidade urgente de alimentar uma população mais numerosa e ainda pela influência ou pelo exemplo dos Bantu vizinhos e de suas técnicas. Linguisticamente, alguns setores das terras altas tornaram-se bantu, embora refletindo em vários aspectos culturais e sociais a assimilação de um importante substrato cuxita. O fato é mais surpreendente entre os Kikuyu, cuja população é muito numerosa e densa. Eles falam uma língua bantu e praticam em suas colinas e clareiras férteis uma agricultura intensiva que pode ser considerada uma adaptação local dos modos de vida bantu tradicionais. Mas o sistema político kikuyu, baseado em grupos etários e na circuncisão, sem esquecer a aversão ao peixe, tem vínculos maiores com os antigos costumes cuxitas das terras altas.

Portanto, a zona cuxita das terras altas e do Rift Valley, apesar de ter conservado sua configuração básica (tornando-se, durante a Idade do Ferro, mais nilótica do que cuxita em termos da distribuição linguística atual), sofreu algumas usurpações por parte dos Bantu, sobretudo nas áreas da floresta úmida, dotadas de um potencial agrícola excepcionalmente rico (o que eventualmente explicaria a maior densidade de população nesta região). Por outro lado, existem lugares em que, no segundo milênio antes da Era Cristã, o alcance da fala bantu sofreu um recuo, principalmente em certos pontos da costa e do interior da Somália meridional e do nordeste do Quênia; o mesmo ocorreu nas regiões atingidas pela expansão luo no centro e no leste de Uganda e, no Quênia, nas margens do lago Vitória. Os movimentos e processos de assimilação têm grande importância para a história posterior dessas regiões e serão discutidos com maior profundidade nos volumes seguintes. Contudo, trata-se de considerações relativamente secundárias. É mais importante observar que os elementos principais do mapa linguístico e das tradições étnicas e culturais da África

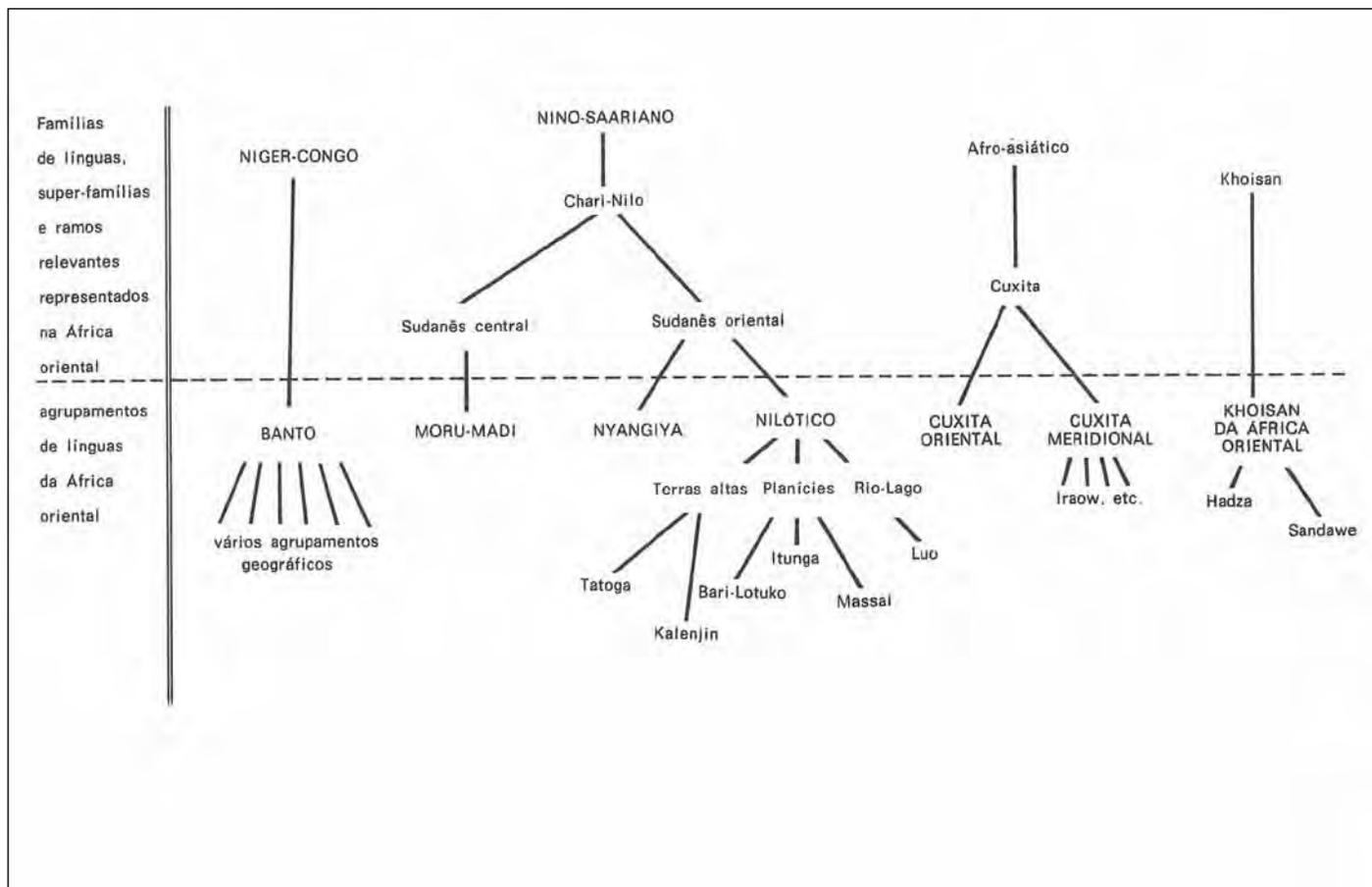



FIGURA 23.2 Agrupamentos de línguas africanas ocidentais e suas relações de parentesco. (Documento fornecido pelo autor.)

oriental já estavam fixados. A expansão bantu estava praticamente concluída e seu limite setentrional na África do leste se estabilizou há aproximadamente 1500 anos. Nessa linha irregular e flexível, a colonização bantu foi contida por culturas e economias vigorosas e suficientemente adaptáveis, que se haviam fixado anteriormente. Contudo, a situação era diferente em torno do lago Vitória e em toda a região que se estende ao sul.

Como vimos, antes da expansão bantu, as populações instaladas nas margens do lago Vitória e dos rios vizinhos eram descendentes da antiga população de tradição aquática. Embora continuassem a se distinguir dos pastores cuxitas das terras altas a leste, possuíam alguma prática de caça, talvez de criação de gado e até mesmo de agricultura. Contudo, por mais adaptáveis que possam ter sido essas populações, parece que foram rapidamente absorvidas pelas sociedades dos colonos bantu. No entanto, é provável que seu legado tenha sido substancial; em particular, é bem possível que vários aspectos das técnicas de pesca e das crenças dos Bantu fixados nas margens e nas ilhas do lago Vitória tenham por origem esses habitantes que os precederam. O culto de Mugase, deus do lago e senhor das tempestades, cuja benevolência assegura pescas miraculosas e cuja ira provoca desgraças, indiscutivelmente remonta à Antiguidade.

Também são interessantes os testemunhos fornecidos pelas descobertas arqueológicas e pelas datações cada vez mais numerosas, que indicam ter sido em torno do lago Vitória e nas terras altas acima do Rift Valley ocidental que os Bantu orientais se consolidaram e desenvolveram seu modo de vida na savana. Foi provavelmente nesse local, numa zona de precipitações favoráveis nas bordas da floresta, que se fizeram as experiências pioneiras com o cultivo do sorgo e do milhete (próprios para a expansão em larga escala na savana); que se adquiriram as primeiras noções de criação; que a cerâmica característica dos Bantu chegou a seus traços e a sua decoração particulares (bases onduladas, etc.) e que se descobriu ou aperfeiçoou a metalurgia. É significativo que os leves fornos de tijolos, sinais de uma indústria de ferro altamente evoluída e produtiva, tenham sido descobertos no noroeste da Tanzânia, de Ruanda e da província kivu do Zaire, compreendendo as regiões férteis situadas ao longo do limite oriental da grande floresta pluvial. Se fosse possível distinguir duas fases na expansão dos Bantu além de sua floresta de origem, esta seria a primeira, a fase de formação, que remonta a cerca de dois mil anos – talvez um pouco mais[7].

7 Para saber se se trata de um fenômeno característico apenas do setor oriental da floresta, ou se também se aplica ao seu prolongamento meridional, entre o lago Tanganica e a embocadura do Congo, convém aguardar investigações mais completas sobre a região (ver Capítulo 25).

Durante a primeira metade do primeiro milênio da Era Cristã, mais ao sul, na Tanzânia e em regiões mais distintas, a expansão bantu deparou-se com um território ainda em estado selvagem, mas talvez com uma configuração mais simples. Irradiando-se a partir de uma região muito populosa na parte ocidental da África oriental, equipados de utensílios, técnicas e sementes indispensáveis, os Bantu penetraram nas florestas abertas e savanas relativamente pouco povoadas e exploradas pelos caçadores-coletores. Embora não sem consequências, a influência desses caçadores sobre os Bantu parece ter sido menor do que a das populações que já se encontravam em Uganda e no Quênia. Contudo, eram necessárias flexibilidade e adaptação em cada um dos novos setores colonizados, conforme a altitude e os solos, as chuvas e sua distribuição anual[8]. Por mais distantes que fossem as terras atingidas, conservava-se o sentimento de "bantuidade": ser bantu significava emigrar sempre, levando consigo um saco de sementes e algumas ferramentas para preparar o terreno e cultivar; fixar-se temporariamente em vez de se estabelecer definitivamente em povoados estáveis. Tal processo não se interrompeu quando os Bantu atingiram as margens opostas do subcontinente e as bordas do deserto de Calaari; nas regiões percorridas continuavam a existir numerosas terras virgens, de tal modo que durante algum tempo ainda era possível enfrentar o crescimento da população sem ter de recorrer a métodos mais intensivos de cultura. Frequentemente, o eixo da história bantu local é o clã mais antigo, cujo fundador teria descoberto e derrubado uma certa parte da floresta.

Daí não se conclui que os caçadores tenham sido expulsos pela força ou perseguidos; é mais provável que fossem respeitados por seu conhecimento da terra e pela habilidade em manejar o arco. No entanto, à medida que o povoamento ficava mais denso, tornava-se mais difícil manter uma vida comunitária fundada na caça e na coleta. Mais cedo ou mais tarde uma grande parte dos caçadores foi absorvida pela sociedade bantu – mas enquanto indivíduos, pelo mecanismo do casamento ou talvez da clientela: não era possível para um grupo caçador ou uma tribo transpor a barreira cultural e "bantuizar-se".

Com a nova tecnologia – o controle mágico do solo que começava a produzir cereais[9], a cerâmica que permitia cozinhá-los de maneira saborosa, os instrumentos de ferro e as pontas de flecha que eventualmente podiam ser vendidas aos caçadores – ficaram assegurados o êxito e a superioridade dos

8 Nas regiões setentrionais e costeiras da África oriental, o plantio poderia em geral ser efetuado duas vezes por ano. Mas o clima dominante mais ao sul permitia apenas uma colheita.

9 O papel do fazedor de chuvas era essencial em toda parte.

Bantu. Eles podiam permitir-se assimilar os caçadores sem medo de perder sua identidade ou diluir sua cultura. Não parece ter havido necessidade de conservar traços distintivos e artificiais ou interdições: aparentemente não existem mutilações corporais ou tabus comuns aos Bantu. Sua nova língua, que codificava seu modo de vida, era o suficiente. A economia, até onde se pode julgar, era flexível; dependendo das condições locais, podia incluir a caça, a pesca ou a criação de bovinos. Quando não se dispunha de nenhum desses recursos ou eles não eram suficientes para assegurar as necessidades de proteínas, é provável que a criação de cabras ou a cultura de certas leguminosas as suprisse. E possível que o elemento básico normal fosse o sorgo: esta hipótese funda-se no fato observado de que a cultura deste cereal e de suas numerosas variedades adaptadas aos diferentes terrenos é tradicional na África oriental e no território bantu; na Zâmbia, foram identificadas sementes de sorgo calcinadas em escavações arqueológicas de povoamentos da Idade do Ferro Antiga[10].

Esta interpretação da expansão e do estabelecimento dos Bantu na África oriental (e nos territórios situados ao sul e a oeste), no início da Idade do Ferro, baseia-se num conjunto de dados linguísticos e arqueológicos e em considerações etnográficas gerais. A característica mais evidente das numerosas línguas bantu, particularmente das que são faladas fora dos limites da floresta do Congo, é seu parentesco próximo, que indica uma separação e uma diferenciação muito recentes, remontando a aproximadamente mil ou dois mil anos. Outro fator que emerge do estudo comparativo das línguas bantu é uma relação com o ferro e suas técnicas, desde a Antiguidade. Esta é uma das razões que permitem associar, em numerosos setores da África oriental e do sul da África central, os sítios arqueológicos da Idade do Ferro Antiga datados da primeira metade do primeiro milênio da Era Cristã, com a colonização bantu. Mas existe uma razão mais forte para identificar com segurança estes sítios como os dos primeiros Bantu: sua distribuição coincide perfeitamente com a das populações bantu atuais. Nenhum argumento importante permite supor que uma população totalmente

10 Certos autores debateram muito o papel das bananas na expansão bantu. Esta cultura, originária do sudeste da Ásia não parece ter sido introduzida na costa oriental da África antes do primeiro milênio da Era Cristã. Portanto, os Bantu só a teriam conhecido após o término da grande expansão. Trata-se, é claro, de uma cultura praticada mais por populações sedentárias do que por colonizadores. Durante a história bantu mais recente, os bananais permanentes adquiriram uma importância cada vez maior nas regiões úmidas com populações sedentárias densas, principalmente nas margens setentrionais e ocidentais do lago Vitória e em vários maciços das terras altas. De fato, durante os últimos mil anos, a cultura da banana teve um desenvolvimento mais acentuado na África oriental do que no resto do mundo. Até uma época muito recente, os alimentos americanos à base de amido – principalmente o milho e a mandioca – eram desconhecidos na África oriental.

diferente teria vivido nesta mesma vasta região, desaparecendo por completo há aproximadamente mil anos.

Os objetos característicos encontrados com mais frequência nestes primeiros sítios bantu não foram instrumentos nem armas de ferro (pois em geral eram muito preciosos para serem descartados e, mesmo nesse caso, provavelmente teriam sido completamente corroídos), mas fragmentos de cerâmica, anteriormente referidos. Desde os primórdios, tal cerâmica não era absolutamente idêntica nas várias regiões do imenso território habitado pelos Bantu, e os arqueólogos estão sempre identificando novos tipos. Talvez as mais conhecidas sejam as de base ondulada (ou Urewé) encontradas ao redor e a oeste do lago Vitória e ainda até a extremidade do lago Tanganica e as savanas arborizadas situadas no Zaire, ao sul da floresta. Além das ondulações, alguns destes vasos possuem bordas de contornos elaborados e uma notável decoração de arabescos e outros desenhos. A sul e a leste da zona caracterizada pelos vasos de base ondulada, a cerâmica da Idade do Ferro Antiga classifica-se em dois grupos principais. No nordeste da Tanzânia e no sudeste do Quênia, isto é, além do grande bolsão cuxita, encontra-se a cerâmica chamada kwale, desde as vertentes das terras altas até a planície costeira. Na extremidade meridional do lago Tanganica e nos países situados mais ao sul, identificou-se uma enorme quantidade de cerâmicas regionais (incluindo a que anteriormente era conhecida na Zâmbia como cerâmica canelada).

É indiscutível que todas essas cerâmicas possuem um parentesco geral, mas o significado desse fato em função das linhas de expansão bantu foi motivo de numerosos debates. Provavelmente, não são os potes pertencentes à "média", nem os mais "típicos", os que podem oferecer mais revelações, e sim os de características diferenciadas e singulares. Ao observar superficialmente uma coleção de cerâmicas da Idade do Ferro Antiga proveniente de sítios espalhados entre o Equador e as fronteiras da África do Sul, tem-se imediatamente a impressão de que as cerâmicas do norte, particularmente as de base ondulada originárias das cercanias e do oeste do lago Vitória, têm um estilo original, que tende a desaparecer à medida que se avança para o sul. É como se os oleiros do norte tivessem assinado conscientemente suas cerâmicas "Bantu", enquanto os do sul, separados da grande corrente da tradição, se considerassem tão senhores dessa técnica que deram origem a uma simplificação progressiva das formas, das bordas e dos motivos decorativos. E era muito natural: em toda parte, da Tanzânia central até o sul, onde a cerâmica era encarada como uma arte nova introduzida pelos primeiros colonos bantu, qualquer cerâmica era automaticamente considerada bantu; no entanto, nas terras altas do Quênia e

em torno do lago Vitória, outras populações fabricavam há longo tempo sua própria cerâmica. Portanto, a cerâmica kwale do leste, embora menos original do que o tipo de base ondulada, precisava manter e fazer sobressair determinadas características bantu. De fato, a nordeste da Tanzânia, onde as colinas arborizadas se unem às planícies, encontra-se tanto a cerâmica kwale como um outro tipo da mesma época. Trata-se do ponto de encontro dos Bantu e dos cuxitas?

É impossível estabelecer um mapa detalhado da expansão bantu a partir destes vestígios de cerâmica, particularmente porque faltam dados arqueológicos em certas regiões, incluindo a Tanzânia meridional e Moçambique. No entanto, um mapa desse tipo indicaria uma irradiação pelas savanas a partir de um núcleo comum, situado em algum local a oeste do lago Vitória, próximo à orla da floresta. Os estudos mais recentes sobre as relações linguísticas dos Bantu atuais que não habitam as florestas revelam um esquema absolutamente idêntico da evolução histórica dos Bantu e de sua dispersão ao sair da floresta. Em todos os lugares onde o abandono da floresta foi bem-sucedido, a sul ou a leste, verifica-se claramente que o primeiro movimento se fez ao longo de suas bordas, em uma ou ambas as direções, até as regiões também úmidas em torno do lago Vitória. A expansão mais audaciosa nas direções sul e sudeste, até as savanas praticamente ilimitadas, é posterior.

A região que circunda a extremidade sul do lago Tanganica, ou o "corredor" que o separa do lago Niassa podem ter sido um segundo centro de dispersão, comum aos Bantu do sul e do nordeste, isto é, aos povos da cerâmica kwale. Mas para reconstituir com segurança a história desta região é preciso esperar a coleta de informações mais precisas sobre o que se passou na Tanzânia meridional no primeiro milênio da Era Cristã. Há uma teoria segundo a qual povos de língua cuxita se teriam estendido das terras altas do norte às do sul, passando pela Tanzânia central.

Entre os Bantu atuais da África oriental, a cerâmica é geralmente uma ocupação feminina. Segundo indicações etnográficas obtidas nos países situados a oeste e ao sul, porém, a tradição original da cerâmica bantu teria se difundido por intermédio dos artesãos masculinos que acompanhavam os grupos colonizadores. Essa tese é puramente conjetural, mas pode ser deduzida de testemunhos arqueológicos recolhidos por D. W. Phillipson na Zâmbia[11]. Nesse caso, é bem provável que a cerâmica estivesse associada às outras importantes atividades bantu – a metalurgia do ferro e a forjadura de

11 Ver o *Journal of African History,* XV (1974), pp. 1-25, esp. 11-12.

instrumentos. Nenhuma colônia nova podia ser bem-sucedida sem especialistas detentores dos segredos da cerâmica e da forjadura. Todavia, parece que, por mais limitadas que tenham sido, havia trocas comerciais desde esse estágio inicial. Ainda que não fosse raro, o minério de ferro não era universalmente disponível e as jazidas verdadeiramente ricas eram pouco numerosas. Pode ser que sua distribuição tenha influenciado o padrão inicial da colonização bantu. A exploração muito antiga de minerais ricos e os elaborados fornos de fundição de Ruanda e da parte vizinha da Tanzânia já foram mencionados. No nordeste da Tanzânia, os sítios antigos dos montes Pare e seus arredores talvez reflitam o interesse manifestado pelos ricos minerais deste setor. Não muito longe, nos contrafortes do Kilimandjaro, onde é desconhecido o minério de ferro, os sítios desse período são mais numerosos. O tipo de comércio característico de uma época recente, que consistia em transportar barras de ferro fundido (e cerâmica) da região dos Pare até o Kilimandjaro, para trocá-las por produtos alimentares e gado, pode remontar a 1500 anos. De qualquer modo, não se pode imaginar as primeiras sociedades de colonos bantu dedicando-se, num vasto território, a um comércio de grande envergadura. Para eles, o principal era fixar-se e subsistir. Tal comércio só se desenvolveu verdadeiramente a partir do período intermediário da história dos Bantu, há cerca de 1000 anos atrás. Quanto ao período anterior, os sítios onde foram descobertas as cerâmicas kwale, alguns muito próximos do oceano Índico, não revelaram nenhum objeto de origem costeira ou estrangeira.

Estas sociedades agrícolas também tinham necessidade de sal. Em tempos mais recentes foram utilizados diferentes meios para obter esse produto indispensável em numerosas regiões da África oriental. Um deles consiste em queimar certos tipos de caniço e ervas que absorvem o sal contido no solo. As cinzas são dissolvidas na água e a salmoura resultante é filtrada e evaporada. Processos semelhantes de extração são utilizados em diversos lugares, em solos salgados. Pode-se obter soda para o cozimento de legumes duros recorrendo-se a técnicas análogas. A produtividade é em geral fraca e a qualidade do sal frequentemente deixa a desejar. Além disso, em certas áreas tais operações nem mesmo eram possíveis, sendo preciso recorrer ao comércio. É nesse caso que as fontes mais ricas de sal, existentes em alguns lugares no interior da África oriental na forma de solos salinos concentrados, fontes salgadas e lagos de água mineral do Rift Valley, assumem toda sua importância. Dentre essas, até agora, parece que apenas as fontes salgadas de Uvinza, na Tanzânia ocidental, foram exploradas durante a Idade do Ferro Antiga. As pesquisas efetuadas em outras salinas – Kibiro, perto do lago Alberto, em Uganda, e Ivuno, no sudoeste da Tanzânia – não revelaram nenhum traço de atividade anterior ao

presente milênio. Mas é possível que trabalhos futuros nestes mesmos sítios, principalmente nas margens dos lagos salgados de Kasenyi e Katwe, no sudoeste de Uganda, forneçam informações mais amplas sobre o período antigo. Além disso, os Bantu situados mais a leste podiam sem dúvida abastecer-se nos pequenos cursos de água costeiros.

Os nilotas: adaptação e mudança

Além dos Bantu, um outro grupo linguístico ou, mais exatamente, várias séries de grupos linguísticos com parentesco distante ocuparam uma grande parte da África oriental durante a Idade do Ferro: os nilotas. Embora suas características físicas diferissem em muitos aspectos das apresentadas pelos Bantu, os nilotas são acentuadamente negros. Contudo, é certo que as populações de língua nilótica, que entraram mais profundamente a leste e ao sul na antiga zona cuxita do Quênia e da Tanzânia setentrional, assimilaram uma parte da população "etiopoide" anterior – o que ajuda a explicar os traços originais negros dos atuais agrupamentos itunga, massai, kalenjin e tatoga, populações classificadas no passado como "nilo-camitas". A ascendência parcialmente cuxita também se manifesta em sua herança cultural – mas diferentemente, segundo os grupos – e envolve numerosos empréstimos tomados às línguas cuxitas. Basicamente, contudo, suas línguas continuam a ser nilóticas[12].

Não se sabe nada de concreto sobre a Proto-História dos nilotas. No entanto, a repartição e as relações internas de seus três ramos atuais indicam que sua pátria de origem se localizaria nas baixas pradarias da bacia do Alto Nilo e nas margens de seus lagos e cursos de água. Pode-se imaginar que sua aparição enquanto grupo dominante no ramo sudanês oriental da família linguística Chari-Nilo e suas expansões periódicas, rápidas e talvez explosivas, em diversas direções, sejam o resultado da adoção de práticas de criação de gado nesta parte da antiga zona aquática, há três mil anos. É provável que o gado proviesse dos cuxitas das terras altas etíopes do leste, ou mais provavelmente das populações estabelecidas mais ao sul, no Nilo. Aqui, na bacia do Nilo Branco, a pesca era praticada paralelamente à criação de gado e à cultura de cereais. Essa tríplice

12 É claro que em sua origem a palavra "nilótico" tinha uma acepção geográfica – "do rio Nilo". Neste trabalho, porém, como nas obras históricas contemporâneas, o termo "nilótico" designa um grupo de línguas definido exclusivamente através de critérios linguísticos, não considerando a localização. Ver o mapa correspondente.

exploração econômica do meio ambiente continua a ser praticada pelas atuais populações ribeirinhas do Nilo Branco e de seus afluentes.

As divisões entre as línguas nilóticas – entre os nilotas das terras altas, dos lagos e rios e das planícies[13] – são antigas e profundas (muito mais, por exemplo, do que as que separam as línguas bantu). E, embora seja difícil propor uma data precisa para a cisão da língua nilótica mãe, ela não poderia ser inferior a dois mil anos. É provável que tal cisão tenha ocorrido em algum ponto no Sudão meridional, possivelmente próximo à fronteira etíope. Dessa região, representantes de cada uma das três divisões emigraram para os setores setentrionais ou mesmo centrais da África do leste, durante os dois últimos milênios. No entanto, os ramos oriundos dos nilotas das planícies (principalmente o grupo itunga em Uganda oriental e no nordeste do Quênia e os Massai do Quênia e da Tanzânia setentrional) e daqueles dos rios e lagos (os Luo de Uganda e das margens lacustres do Quênia) pertencem ao milênio atual e, portanto, são tratados em volumes posteriores dessa *História.* No presente volume, nosso tema se limita aos nilotas das terras altas, representados em nossos dias pelos Kalenjin das montanhas ocidentais do Quênia e os Tatoga disseminados nas pradarias da Tanzânia setentrional.

Os primeiros nilotas das terras altas ainda não são conhecidos no plano arqueológico; contudo, sua repartição atual e as comparações linguísticas internas mostram que devem ter se instalado no Quênia há alguns milhares de anos. É possível que sua aparição enquanto grupo com identidade, cultura e língua próprias tenha coincidido com a chegada do ferro à bacia do Alto Nilo e aos limites da Etiópia. Nessas regiões e na zona cuxita, o conhecimento do ferro e as técnicas de trabalhá-lo são provavelmente provenientes do norte[14]. Este processo teria sido independente da adoção do ferro pelos antigos Bantu, a quem possivelmente se deve, como vimos, a difusão do trabalho com esse material no sul e no oeste da África oriental.

Quaisquer que tenham sido as razões do sucesso dos nilotas das terras altas durante o primeiro milênio da Era Cristã, eles chegaram a controlar progressivamente uma grande parte, mas não a totalidade, do Rift Valley, das regiões montanhosas vizinhas e das planícies que anteriormente haviam sido

13 Esses são os termos utilizados em OGOT, B. A & KEIRAN, J. A. e correspondem à nomenclatura de Greenberg: nilótico “meridional”, “ocidental” e “oriental”, respectivamente. Ver bibliografia.

14 O ferro começou a ser conhecido na Etiópia setentrional e no Médio Nilo em meados do primeiro milênio antes da Era Cristã, Os registros indicam que, na costa da África oriental, os artigos de ferro eram importados, nos primeiros séculos da Era Cristã (ver Capítulo 22). Mas não existe nenhuma indicação de que o conhecimento da metalurgia do ferro seja originário de fontes exteriores ou que tenha sido levado para o interior.

cuxitas. A assimilação desempenhou um papel tão importante quanto a invasão e a expulsão e deve ter prosseguido durante boa parte do segundo milênio. Estes nilotas já conheciam a criação do gado de grande porte e a cultura dos cereais; no entanto, com certeza tinham muito a aprender dos cuxitas no que se refere à adaptação destas formas de atividade a seu novo meio ambiente montanhoso. Além disso, sua organização social e seus grupos etários sucessivos parecem ser um amálgama de elementos nilóticos e cuxitas, embora o costume da circuncisão, que marca a entrada do iniciado num dado grupo etário, seja especificamente cuxita. O mesmo ocorre com a interdição do peixe. Aquele que transpunha as escarpas com seus rebanhos abandonava deliberadamente os lagos, os pântanos e os rios do oeste.

A maioria dos nilotas permaneceu na bacia do Nilo, principalmente no Sudão meridional. Eles não sofreram diretamente a influência dos modos de vida cuxita e combinaram adequadamente a criação de gado, a cultura de cereais e a pesca. No entanto, os nilotas das planícies acabaram por se dividir em três ramos principais, e é interessante observar como sua cultura se modificou do noroeste para o sudeste e de que modo se adaptaram ao meio ambiente. O grupo bari-lotuko, no Sudão meridional e nas fronteiras de Uganda setentrional, manteve um modo de vida tipicamente nilótico. Nas colinas e planícies mais secas, que se estendem do norte de Uganda ao Quênia, dominadas pelo grupo itunga (Karamojong, Turkana, Teso, etc.), a pesca é pouco praticada – mas isso pode-se dever mais aos condicionamentos naturais do que a uma interdição cultural. Os Massai, terceiro ramo dos nilotas das planícies, estabeleceram-se para além dos Itunga, numa vasta área das regiões montanhosas e dos planaltos cobertos de erva do Quênia e da Tanzânia setentrional. Durante os últimos séculos, eles assimilaram os nilotas que os haviam precedido e dos quais sofreram forte influência. Foram influenciados também, direta ou indiretamente, pelos cuxitas do sul, tendo adotado não só o tabu do peixe mas também o costume da circuncisão. Nessas ricas pastagens, são de fato os Massai do centro que recentemente conseguiram levar a ética pastoril a seu mais alto nível.

A assimilação de outros ramos e subdivisões de povos nilóticos ou não-nilóticos e o processo de expansão exigindo frequentemente uma adaptação ecológica e cultural são apenas alguns dos numerosos exemplos de expansão e assimilação dos nilotas, frequentemente casuais. No Sudão meridional e no norte e leste de Uganda, as interações que se produziram durante o atual milênio (e provavelmente também o precedente) entre certos ramos dos nilotas das planícies e dos grupos dos rios e lagos foram tão complexas quanto as que se deram entre os nilotas e os cuxitas e entre os nilotas antigos e recentes, tanto no Quênia quanto nas terras

altas da Tanzânia setentrional. Os historiadores deram maior importância às pressões exercidas pelos Luo, ramo dos nilotas do grupo dos rios e lagos, sobre os Bantu de Uganda e das margens lacustres do Quênia, durante os seis ou sete últimos séculos. De menos interesse para os historiadores são dois outros grupos não-nilóticos, estabelecidos um no nordeste de Uganda e o outro no noroeste desse país e nos países vizinhos. Tais grupos ocupam atualmente um território limitado, mas há mil anos atrás estendiam-se por uma área muito mais ampla e possuíam uma importância bem maior.

O primeiro compõe-se de grupos étnicos de língua nyangiya, que incluem os Tepeth, os Teuso e os Ik atuais. Alguns deles praticam a caça e outros uma cultura intensiva nas zonas montanhosas isoladas, próximas da fronteira nordeste de Uganda. Essa região certamente apresentava uma grande diversidade cultural, e acredita-se que algumas das técnicas de fabricação de utensílios da Idade da Pedra Recente sobreviveram entre as comunidades montanhosas até o atual milênio. As terras vizinhas, em sua maior parte muito secas, são ocupadas pelos Itunga, população nilótica das planícies que, juntamente talvez com outros grupos nilóticos anteriores, foi responsável pelo confinamento e pela assimilação dos Nyangiya. Pode ser que a língua destes últimos possua um parentesco distante com o nilótico (no ramo sudanês oriental da família Chari-Nilo)[15]. É possível que antes dos movimentos nilóticos, os Nyangiya constituíssem uma importante população agropastoril que ocupava uma parte do território incluído entre a zona cuxita oriental e a dos últimos povos aquáticos do Alto Nilo.

Estes últimos representantes da antiga tradição aquática, já em franca decadência, podem ter pertencido, como se sugeriu anteriormente, ao grupo linguístico sudanês central (que constitui um ramo distinto da família Chari--Nilo). Trata-se, atualmente, de uma subfamília fragmentada, que consiste em grupos separados, disseminados em torno da orla nordeste da floresta equatorial. Um desses grupos (os Moru-Madi) estabeleceu-se nos dois lados da fronteira, a noroeste de Uganda. Antes da expansão dos Bantu na região central de Uganda, aproximadamente há dois mil anos, e dos movimentos dos nilotas provenientes do norte e do nordeste, é provável que o uso das línguas do grupo sudanês central estivesse muito difundido na bacia do Alto Nilo e do lago Vitória. Algumas das bases culturais desta populosa área da África oriental são mais antigas que as línguas bantu e luo, que aí são atualmente faladas.

15 Esta classificação foi contestada; segundo certos autores, o nyangiya estaria mais próximo da grande família afro-asiática (à qual pertence, principalmente, o cuxita).

O problema do "Megalítico" da África Oriental

As obras mais antigas sobre a África oriental e sua história davam muita atenção às civilizações que se teriam desenvolvido na Antiguidade. Tais civilizações eram localizadas na região interlacustre, principalmente nas terras altas do Quênia e da Tanzânia setentrional (a antiga zona cuxita, é interessante notar). Essas concepções históricas baseavam-se numa mistura de aspectos etnográficos, em "tradições orais" coletadas sem nenhum método científico e em observações arqueológicas, que consistiam nos vestígios de supostos trabalhos de "engenharia" e nas ruínas de construções e terraços de pedra seca (o "megalítico"). Infelizmente, os dados foram em grande parte registrados de forma imprecisa ou, mesmo quando corretos, interpretados de maneira ilógica ou relacionados a fatos irrelevantes, para que se adequassem a teses históricas fantasiosas então em moda, como a famosa tese "camita". Essa tendência foi facilmente adotada pelos autores de obras de segunda mão que aceitaram sem discernimento os dados apresentados como originais e, em certos casos, exageraram sua importância. Igualmente ilógica era a hipótese frequentemente levantada de que os diversos tipos de características arqueológicas, autênticas ou falsas; acompanhadas ou não de artefatos, espalhadas por uma vasta região, poderiam ser atribuídas a um povo ou a uma cultura única num dado período do passado. Tal hipótese sustenta a teoria de Huntingford sobre a "civilização azaniana" do Quênia e da Tanzânia setentrional, que ele atribuía aos "camitas", e também a tese de Murdock sobre os "cuxitas megalíticos" que antigamente teriam habitado essa mesma região. (A propósito, Murdock era expressamente contrário aos preconceitos camitas dos autores que o haviam precedido).

Portanto, a palavra "megalítico" é enganosa, sem significado cultural nem científico na África oriental. Contudo, é interessante mencionar e comentar brevemente os dados que eram utilizados como prova da existência de culturas megalíticas antigas. Na realidade, nem sempre se trata de construções de pedra. Já mencionamos neste capítulo os *cairns* (ou montículos de pedras) que representam sepulturas, frequentemente encontrados nos pastos do Quênia e do norte da Tanzânia. Muitos deles, se não a maioria, datam do fim da Idade da Pedra Recente (dois ou três mil anos atrás) e provavelmente são obras de populações de língua cuxita; algumas delas podem ser mais recentes. É possível, mas não certo, que alguns dos poços cavados nas rochas dos prados áridos do sul de Masailand, na Tanzânia, e do leste e norte do Quênia remontem ao mesmo período, à época da introdução do gado. Talvez se possa dizer o mesmo

de algumas das chamadas rotas antigas das terras altas, que na realidade são trilhas de gado acidentalmente desgastadas pela passagem contínua, durante certos períodos, dos rebanhos que cruzavam os cumes e desciam as escarpas das montanhas em busca de água. Muitas dessas rotas ainda estão sendo ampliadas, ao passo que outras se iniciam. De um período provavelmente mais recente, são os traços da prática de agricultura irrigada em várias escarpas do Rift e nos maciços montanhosos da Tanzânia setentrional e do Quênia. Mas pode-se demonstrar que, em certos lugares, tais vestígios datam pelo menos de alguns séculos. Apesar de tudo que se escreveu sobre a questão, os terraços de agricultura nas encostas são muito mais raros e historicamente menos importantes; eram construídos apenas em situações muito particulares ou secundárias. Alguns relatos chegam a mencionar monólitos e pedras fálicas no interior da África oriental, mas sua presença nesta região é extremamente duvidosa.

Contudo, o problema do megalítico da África oriental não se limita apenas a essas considerações; inclui também a questão das casas de pedra, cercas e habitações escavadas no solo. Neste caso, embora nos defrontemos novamente com descrições inexatas e interpretações errôneas, existem alguns fatos arqueológicos a considerar. Tais vestígios são constituídos por muros e revestimentos de pedras insossas encontrados em duas áreas distintas. Culturalmente, esses dois conjuntos também eram totalmente diferentes, embora, *grosso modo,* fossem contemporâneos, remontando basicamente a meados do presente milênio (diga--se a um período bem distante do estudado neste volume).

O primeiro desses complexos inclui os chamados Sirikwa Holes, muito numerosos em toda a extensão das terras altas ocidentais do Quênia, e que representam as ruínas dos *kraals* (currais) fortificados das populações kalenjin primitivas. Não se trata de habitações escavadas no solo, como se acreditava; as casas, ligadas aos currais, eram construídas de madeira e palha, e não de pedra. Em realidade, mesmo os currais eram em geral construídos sem a utilização de pedras e rodeados de aterros e paliçadas. Somente em lugares pedregosos se empregavam lajes e blocos como revestimentos dos aterros e dos sistemas de acesso. Esta observação mostra bem como a presença ou a ausência de construções de pedra deve ser explicada mais em função do ambiente do que de considerações culturais.

O segundo complexo também se situa no lado ocidental do grande Rift Valley, mas um pouco mais ao sul, além da fronteira da Tanzânia. Compreende vários sítios – dos quais o maior e o mais famoso é Engaruka[16] – situados

16 Para uma reavaliação de Engaruka e dos sítios relacionados, ver os artigos de CHITTICK, N. & SUTTON, J. E. G. 1976.

próximos aos rios utilizáveis para irrigação no sopé das escarpas das Crater Highlands. Nessa região as construções de pedra foram utilizadas para diferentes fins, incluindo vários tipos de obras defensivas, principalmente cercados para gado e muros de aldeias. No interior dessas aldeias compactas, construídas nas encostas, cada casa era edificada sobre um recinto em plataforma, sustentado por um magnífico revestimento de pedras. O acesso era dado por um caminho em terraços revestido do mesmo modo. Contudo, também neste caso as casas não eram construídas de pedra, mas sim de madeira e palha. O que há de mais notável em Engaruka é a utilização da pedra para alinhar e revestir as laterais de centenas de canais de irrigação e para dividir e nivelar os milhares de campos que se estendem por mais de 20 km^2.

Até agora, a identidade e o parentesco linguístico dos habitantes de Engaruka não foram definitivamente estabelecidos, pois trata-se de um grupo que foi desmembrado e paulatinamente assimilado há aproximadamente duzentos anos. Apesar da notável qualidade e da extensão das construções de pedra insossa, parece que a população de agricultores desta região se estagnou, num isolamento relativo, forçada a superexplorar os recursos do solo e suas reservas de água em áreas muito restritas. Seu modo de vida, excessivamente especializado, impedia a adaptação.

Esta é a resposta aos historiadores com tendências românticas, que procurariam em Engaruka mais dados do que poderiam revelar. Ela não pode ser usada em apoio às teorias sobre as grandes civilizações megalíticas; também não era uma cidade de 30 mil habitantes ou mais, como já se pensou e se repetiu em vários livros. Tratava-se de uma comunidade camponesa concentrada, que dependia de um sistema agrícola excepcionalmente intensivo para a sua subsistência. Engaruka é notável, mas em seu contexto local e como um exemplo de desenvolvimento e ruína de uma cultura rural numa situação muito específica. Além disso, após as investigações recentes e os testes de radiocarbono, a datação principal, que a faz remontar ao segundo milênio da Era Cristã, parece suficientemente precisa. Considera-se um erro, pelo menos levando em conta o conjunto do sítio, datar alguns desses vestígios do primeiro milênio, como se sugeriu na década de 1960, com base em alguns resultados inesperados do emprego do radiocarbono.

CAPÍTULO 24

A África ocidental antes do século VII

B. Wai-Andah

O exame crítico dos dados arqueológicos (e outros) de que dispomos não corrobora a ideia bastante difundida de que as origens, o desenvolvimento e o caráter geral das sociedades neolíticas e da Idade do Ferro da África ocidental decorrem sobretudo de fatores culturais externos. Em especial, é um erro afirmar que na maior parte dos casos as ideias e populações vindas do exterior – geralmente do norte, através do Saara – estimularam ou provocaram todos os grandes eventos dos primeiros tempos da produção alimentar ou do trabalho do ferro e do cobre. Os dados sugerem, antes, que fatores complexos de ordem regional, sub-regional ou local desempenharam um papel de importância variável; que os sítios do Neolítico e da Idade do Ferro na África ocidental podem ser compreendidos, em diferentes escalas, como partes constituintes de sistemas de sítios integrados, tanto quanto possível, com as principais condicionantes ecológicas em jogo.

Origens da agricultura e da criação de animais

Para se ter uma ideia exata da história e da evolução da aclimatação das plantas e da domesticação dos animais nos trópicos, nunca é demais insistir na necessidade de uma revisão drástica e, em certos casos, de abandonar completamente os conceitos e os contextos de referência tradicionais, isto é,

europeus. Cumpre realizar experiências que nos levem a descobrir quanto tempo foi necessário à obtenção dos cultígenos africanos atuais a partir de seus diversos ancestrais selvagens e nos diferentes nichos ecológicos. Além disso, é preciso ampliar o alcance dos trabalhos arqueológicos. Os estudos sobre a sucessão das plantas e sobre os solos dos sítios pré-históricos (até agora muito negligenciados) são essenciais para se compreender como e quando ocorreu a substituição da caça e da coleta por outras atividades na África ocidental, principalmente devido à falta de indicações "diretas".

No presente contexto, entende-se por *domesticação* a técnica que consiste em afastar os animais dos processos de seleção natural, dirigir sua reprodução e colocá-las a serviço do homem (por meio de seus trabalhos ou produtos), fazendo com que adquiram, mediante criação seletiva, novas características, em detrimento de outras, que possuíam anteriormente. Por *cultura* de plantas entende-se aqui a plantação de tubérculos ou sementes, a proteção de árvores frutíferas, plantas trepadeiras, etc., a fim de se obter, para o uso do homem, uma quantidade apreciável desses tubérculos, sementes e frutos.

Evitar-se-ão neste estudo termos como *vegecultura* e *arboricultura,* de uso corrente nos textos especializados, mas que implicam a ideia de uma evolução gradual de realizações culturais. De igual modo, não se levará em conta a definição da agricultura (por exemplo, Spencer, 1968)[1] no sentido tecnológico do termo: "sistemas de produção alimentar que envolvem a utilização de utensílios *aperfeiçoados,* de animais de tração ou de meios mecânicos, de métodos agrícolas *evoluídos* e de técnicas de produção *plenamente desenvolvidas"*. As palavras grifadas visam enfatizar o caráter subjetivo da definição.

Estudos ecológicos indicam que a domesticação de animais pode ser realizada nas zonas tropical e subtropical semi-áridas da savana (Bonsma, 1970)[2], uma vez que o pH dos solos é aí bastante elevado (±7,0). Em consequência, os macroelementos (nitrogênio e fósforo) são assimilados com razoável facilidade e as pastagens oferecem uma quantidade relativamente grande de proteínas. Por outro lado, os mesmos estudos mostram que os animais domésticos não constituem um elemento importante na produção alimentar das regiões tropicais úmidas, em parte porque o pH dos solos dessas regiões e, portanto, a capacidade de assimilação do nitrogênio, do fósforo e do cálcio são geralmente baixos. Assim, as pastagens contêm excesso de fibras de celulose indigestas e apresentam elevado poder calorífico; a produção e a perda de calor pelos animais suscitam

1 SPENCER, J. E. 1968, pp. 501-2.
2 BONSMA, J. C. 1970, pp. 169-72.

sérios problemas para a criação de gado nas regiões tropicais úmidas. Para manter um certo equilíbrio térmico, o gado dessas regiões é geralmente de pequeno porte, daí decorrendo a vantagem de uma extensa superfície por peso unitário a facilitar a perda de calor. Nos lugares onde efetivamente houve criação de gado, o problema das temperaturas elevadas parece ter sido resolvido pela seleção de animais de pequeno porte capazes de adaptar-se às condições tropicais.

Os estudos ecológicos revelam ainda que, ao contrário das culturas do Oriente Médio, as espécies anuais cultivadas na maior parte da África ocidental eram – e ainda são – adaptadas ao crescimento na estação de temperaturas elevadas e forte umidade. A falta de resistência dos cereais do Oriente Médio aos micróbios patogênicos que se desenvolvem em temperaturas elevadas faz com que sua cultura redunde em completo fracasso (salvo nas terras altas, de clima fresco e relativamente seco). As pesquisas botânicas (Portères, 1950, 1951, 1962; Dogget, 1965; Havinden, 1970)[3] indicam que certas plantas – como o painço (*Pennisetum typhoideum*), o fônio (*Digitaria exilisy*), o arroz (*Oryza glaberrima*), leguminosas como a ervilha-de-vaca (*Vigna sinensis*) e a ervilha-da--terra (*Voandzeia subterranea*), tubérculos como o inhame-da-Guiné (*Dioscorea cayenensis* e *D. rotundata*), o dendezeiro (*Elaeis guineensis*) e o amendoim (*Kerstingiella geocarpa*) – são nativas e têm provavelmente uma longa história de cultivo em várias partes da África ocidental[4].

O conjunto dos dados paleontológicos, botânicos, ecológicos, etnográficos e arqueológicos indicam que, no plano geral, os primeiros complexos de produção alimentar adotados foram a exploração do solo (plantio), o pastoreio e a exploração mista (isto é, a combinação do cultivo e das atividades pastoris). A um nível específico, tais complexos diferiam segundo as espécies de plantas cultivadas, as raças de animais criadas, a maneira como se praticava a cultura e a criação, assim como os tipos de povoamento e os sistemas sociais adotados.

Os dados arqueológicos e etnográficos sugerem a presença dos seguintes elementos na África ocidental: 1) uma criação de gado muito antiga no Saara setentrional e oriental; 2) complexos primários de culturas de gramíneas, talvez permanentes, nas encostas e escarpas das terras altas do Saara central; 3) complexos de culturas de gramíneas em certas regiões do Sahel e das savanas setentrionais, sujeitas a influências provenientes do norte e do sul. A propósito, parece que o delta interior do Níger, a orla do maciço de Futa Djalon nas bacias

3 PORTÈRES, A., 1950, pp. 489-507; 1951-a, pp. 16-21; 1951-b, pp. 38-42; 1962, pp. 195-210; DOGGET, H. 1965, pp. 50-69; HAVINDEN, M. A. 1970, pp. 532-55.

4 Ver Volume I, Capítulo 25.

superiores do Senegal, do Níger e do Gâmbia, e ainda os arredores sudaneses em geral teriam sido o núcleo a partir do qual se difundiram as culturas do arroz (*Oryza glaberrima*), do milhete (*Digitaria*), do sorgo e do painço-de-cana; 4) a exploração mista e a criação de gado nas regiões central e oriental do Sahel e em certas partes setentrionais da savana, onde o dessecamento do Saara teria desempenhado papel de relevo; 5) complexos de culturas de raízes e de árvores na orla das florestas do extremo sul (Alexander e Coursey, 1969)[5].

Esses complexos "neolíticos" primitivos caracterizavam-se pela grande variedade de categorias de artefatos, assim como pela diversidade de tipos de povoamento, de sistemas sociais (em grande parte inferidos) e de métodos de utilização do solo. Em certas áreas, contudo (por exemplo, Tiemassas, no Senegal, e Paratoumbia, na Mauritânia), observa-se o encontro e o cruzamento de duas ou mais tradições.

Via de regra, os complexos de caça e pastoreio do norte dispõem de indústrias líticas à base de lâminas, caracterizando-se por micrólitos geométricos, pontas projéteis, um número reduzido ou a ausência de utensílios pesados, gravuras em pedra ou casca de ovo de avestruz e um grupo limitado de cerâmicas bastante rudimentares. Por outro lado, os complexos de cultura de gramíneas do Saara central e das pradarias setentrionais abundam em instrumentos de pedra lascada e polida; apresentam uma grande variedade de utensílios talhados, uma extensa gama de cerâmicas morfologicamente diversificadas, mas poucos ou nenhum micrólito ou ponta projétil. Os complexos de cultivo de vegetais (raízes) do sul também ostentam utensílios polidos e amolados, porém se distinguem sobretudo por indústrias baseadas no talhe de pedras, cujos produtos consistem principalmente em pesados bifaces e *choppers*. Essa originalidade do equipamento técnico ainda hoje se manifesta no uso da enxada ou do bastão de cavar e na maneira de lavrar a terra (sulcos profundos ou rasos) e prepará-la, levando rigorosamente em conta o tipo de plantas cultivadas, a natureza do solo e a disponibilidade de água.

Primeiros complexos de criação de gado no norte durante o Neolítico

Em Uan Muhuggiag (sudoeste da Líbia) e em Adrar Bous (Air)[6], encontraram--se vestígios de animais domésticos de chifres curtos, cuja domesticação, a julgar pelas datas obtidas, ter-se-ia iniciado a partir de -5590 (±200) no primeiro

5 ALEXANDER, J. & COURSEY, D. G. 1969, pp. 123-9.

6 MORI, F. 1965; CLARK, J. D. 1972.

sítio e entre -830 e -3790 no segundo. Descobriram-se igualmente despojos de ovelhas em Uan Muhuggiag. No entanto, parece que o gado de chifres curtos esteve ausente do vale do Nilo até a XI dinastia (-2600), embora haja indícios da presença de gado de chifres longos em Kom Ombo, no Egito, durante o Pleistoceno.

O fato de o gado de chifres curtos ter existido no Saara central pelo menos 1200 anos antes de seu aparecimento no vale do Nilo exclui a possibilidade de situar sua origem no Egito ou no Oriente Próximo. Não se sabe, até o momento, se o primeiro gado saariano de chifres curtos proveio do Saara, do Magreb ou de ambos os lugares. No entanto a mensuração dos metápodes dos animais dessas regiões [7] indica uma redução de tamanho com o passar do tempo, tendo os animais do Pleistoceno apresentado metápodes maiores.

Todavia, as evidências culturais sugerem que na Líbia pode ter ocorrido um primeiro exemplo de transição da caça e da coleta para o pastoreio a se estender para sudeste até Adrar Bous (Tenere, -4000 a -2500), e para sudoeste até Tichitt (fase Khimiya, posterior a -1500). Nessas zonas, os pastores parecem descender diretamente dos primeiros habitantes, e é provável que esse novo modo de vida (principalmente em Tichitt) tenha vindo em substituição – ou se amalgamado – ao do Neolítico, que praticava a plantação de gramíneas. Isso significaria que o conceito de domesticação de gado foi transferido para essas áreas ou que elas se encontravam nos limites de uma extensa zona que constituía o núcleo de tal atividade. As datações por radiocarbono de sítios que apresentam o *bos* domesticado indicam que a criação de gado poderia ter-se expandido do centro do Saara para sua parte meridional e para as zonas do Sahel, na África ocidental, expansão essa que de certa forma estaria ligada ao dessecamento da região desértica.

Primeiros complexos da cultura de gramíneas no Neolítico

As terras altas do Saara central

As evidências de que dispomos sugerem que a cultura de gramíneas – excluindo-se *todas as outras formas de cultivo* – ocorreu provavelmente muito mais cedo nas terras altas do Saara central do que em qualquer outro lugar ao sul. Os primeiros sinais dessas manifestações primitivas do Neolítico provêm sobretudo dos abrigos sob rocha de Amekni e Meniet, no Hoggar.

7 SMITH, A. B. 1973.

Em Amekni, Camps[8] encontrou dois grãos de pólen que por seu tamanho e forma poderiam pertencer a uma variedade doméstica de *Pennisetum,* cuja datação remonta a -6100 e -4850. Também foram identificados em Meniet, por Pons e Quézel[9], dois grãos de pólen pertencentes a um nível datado de -3600 aproximadamente e que podem provir de um cereal cultivado; Hugot[10] acredita que sejam de trigo.

Outros indícios menos conclusivos ligados ao cultivo de gramíneas nessa região provêm dos abrigos sob rocha de Sefar (Tassili); o radiocarbono os situa por volta de -3100. Nesse abrigo, as pinturas rupestres[11] têm por tema, ao que parece, o trabalho da terra, embora os testemunhos linguísticos sugiram que o cultivo do sorgo no Saara central seja muito antigo[12]. Independente da utilização de abrigos sob rocha, as populações pré-históricas dessa região habitavam povoados relativamente extensos e permanentes, ou colônias situadas nas encostas ou nas bordas de escarpas que dominavam lagos ou *uedes*[13]. Sua indústria era particularmente rica em machados polidos e lascados, trituradores e mós, seixos com cavidades, raspadores, cerâmicas e toda sorte de utensílios de lascas.

Sugeriu-se frequentemente, com pouca ou nenhuma base[14], que esse complexo de culturas representa uma difusão-estímulo proveniente do Oriente Próximo, via Egito. Antes de tudo, o complexo cultural, associado às sementes encontradas nos sítios do Saara central – provavelmente advindas de uma colheita –, é muito diferente daqueles do Egito e do Oriente Próximo. Em segundo lugar, as datações das colheitas arqueologicamente mais antigas encontradas no Egito parecem ser posteriores às de Amekni. Finalmente, as semelhanças culturais (por exemplo, o grande número de mós) entre o complexo do Saara central e o complexo pré-cerâmico descoberto por Hobler e Hester[15] nas vizinhanças dos oásis de Dungal e Dineigi, no sudoeste da Líbia, são insuficientes para se supor qualquer parentesco próximo. Ao contrário do complexo do Hoggar, o da Líbia é uma indústria de lâminas, e não de lascas, compreendendo uma variedade

8 CAMPS, G. 1969-a, pp. 186-8.

9 PONS, A. & QUÉZEL, P. 1957, pp. 27-35.

10 HUGOT, H. I. 1968, p. 485.

11 LHOTE, H. 1959, p. 118.

12 CAMPS, G. 1960-b, p. 79.

13 MAITRE, I. P. 1966, pp. 95-104.

14 MUNSON, P. I. 1972.

15 HOBLER, P. M. & HESTER, J. J. 1969, pp. 120-30.

FIGURA 24.1 África ocidental: sítios pré-históricos importantes. (Mapa fornecido pelo autor.)

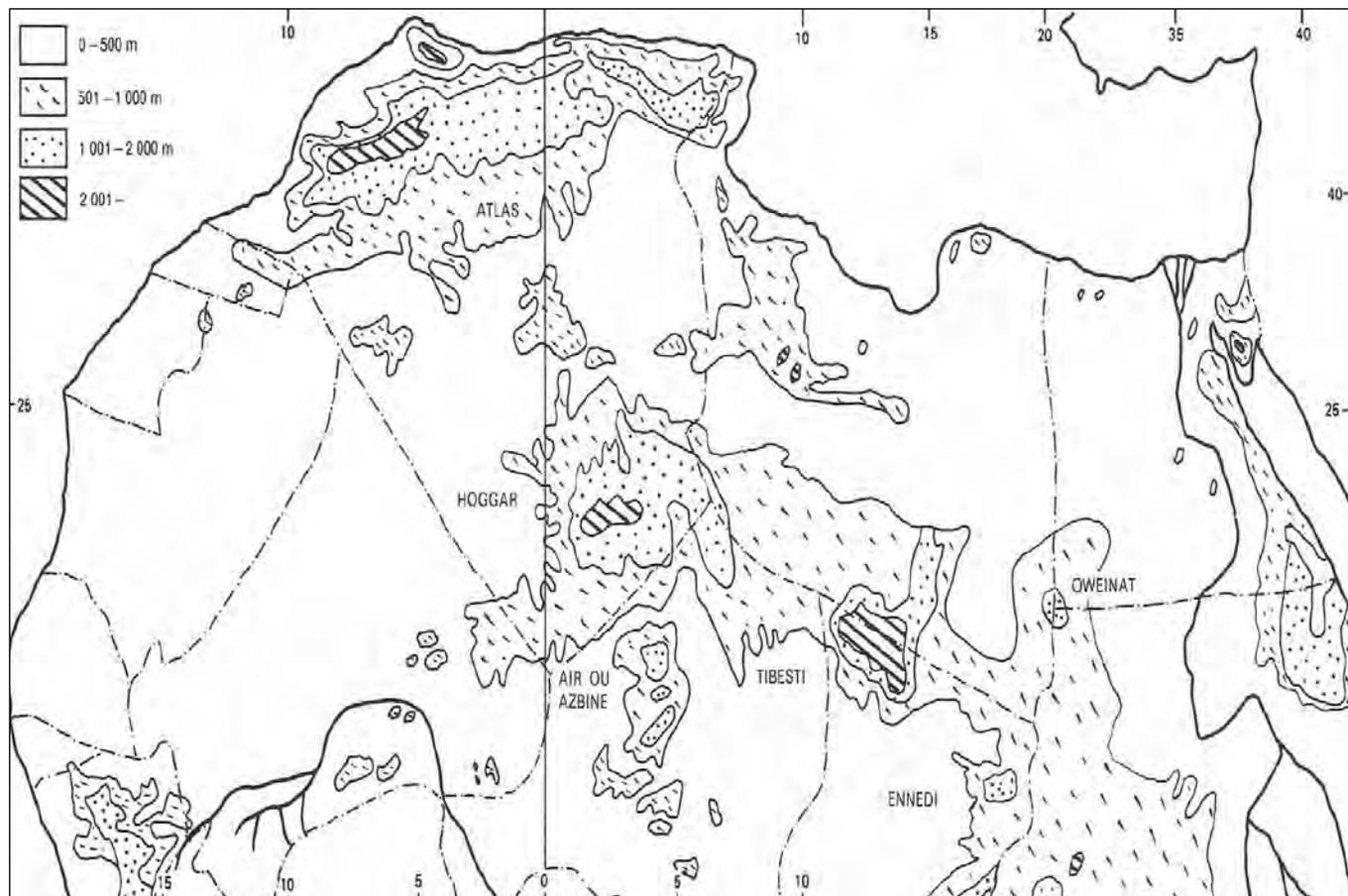



FIGURA 24.2 Saara: mapa do relevo. (Mapa fornecido pelo autor.)

de lâminas arqueadas, projéteis, utensílios perfuradores em forma de broca e facas bifaces. Esse complexo, que remonta pelo menos a -6000 e talvez a -8300, apresenta mais semelhanças com as indústrias mesolíticas do nordeste da África e da região núbia do Nilo.

Assim, embora o complexo líbio se situe na extremidade nordeste do vasto planalto semicircular que se estende pelo Saara central, não é possível considerá-lo como precursor direto do "neolítico" do Hoggar, que ocorre na extremidade sudoeste do mesmo planalto. É provável que os arqueólogos que trabalham na região tivessem mais êxito se procurassem esse precursor primeiramente na área do Hoggar.

O Saara meridional, o Sahel e partes das regiões de savana da África Ocidental

O período neolítico nas diversas partes da África ocidental costuma ser considerado, não sem razão, como o resultado de influências setentrionais, uma vez que nessa região certas indústrias da Idade da Pedra Recente apresentam afinidades com os complexos pós-paleolíticos do Hoggar ou do Saara oriental e do Magreb. No entanto, as principais tradições arqueológicas características do início do Neolítico (Idade da Pedra Recente) nessa área apresentam traços que as tornam bem distintas, principalmente no que diz respeito à cerâmica, ao instrumental e às dimensões e organização dos *habitats.* Nessa época, os povoados se localizavam, em sua maior parte, nas escarpas ou nas planícies próximas de antigos lagos ou *uedes.* Distinguem-se três tradições principais, que provavelmente refletem diferenças nos quadros econômico e social:

- Nos limites setentrionais dessa região encontram-se indústrias, como as de Tenere e Bel-air (Senegal), baseadas em lâminas e incluindo uma variedade de micrólitos geométricos e/ou projéteis, com poucos ou nenhum elemento de pedra polida ou amolada; as instalações são agrupadas e relativamente pequenas.
- Nas áreas centrais, como as de Borku, Ennedi, Tilemsi, Ntereso e Daima, encontram-se indústrias que não possuem micrólitos geométricos, mas que oferecem uma variedade de projéteis, anzóis e arpões, assim como alguns elementos de pedra polida e amolada, ocupando áreas relativamente extensas.
- O terceiro grupo de indústrias, ao sul, representado sobretudo pelos complexos de Nok e Kintampo, embora praticamente desprovido de

lâminas, micrólitos geométricos e projéteis, é rico em utensílios de pedra polida e amolada. Esse grupo se caracteriza pelas instalações relativamente mais amplas e, ao que parece, permanentes.

Os complexos do Vale de Tilemsi

As provas recolhidas nos sítios de Karkarichinkat[16] mostram que pelo menos durante os últimos tempos da fase úmida mais recente do Saara (-2000 a -1300) essa zona foi habitada por pastores cujo modo de vida pouco diferia do dos pastores seminômades atuais, como os Nuer do Sudão[17] e os Fulani da África ocidental[18]. Os sítios da porção meridional de Karkarichinkat assemelham-se aos campos de pescadores e pastores, como o testemunha a grande abundância de conchas bivalves, espinhas de peixes e restos de *bos;* no entanto, à exceção dos anzóis, existem poucos ou nenhum objeto de pedra falhada. Já na parte norte de Karkarichinkat, a presença de grande número de objetos de cerâmica, de estatuetas de animais em argila, de objetos de pedra (em especial uma grande variedade de projéteis) sugere um abandono da passividade e um maior envolvimento com a criação, a caça e, talvez, em certa medida, a agricultura.

Os grupos culturais que viviam no norte do Tilemsi, nos arredores de Asselar, possuíam uma indústria semelhante à de Tenere, na região saariana (Tixier, 1962), datada pelo menos da mesma época (os restos de esqueletos remontam a -4440). Os dois grupos têm mós, machados polidos e raspadeiras; os micrólitos geométricos são mais raros no Baixo Tilemsi; elementos como pontas projéteis e cerâmica parecem apresentar diferenças. Além de dedicar-se à criação de gado, as populações de Asselar e Karkarichinkat ao que parece também caçavam animais selvagens (gazelas, javalis, girafas, etc.) e praticavam a pesca e a coleta de moluscos e plantas (*Grewia sp., Celtis integrifolia, Vitex sp.* e *Acacia nilotica*). A ecologia atual dessas plantas sugere precipitações de aproximadamente 200 mm, o que representa o dobro daquelas observadas atualmente no vale do Baixo Tilemsi. Os estudos de Camps[19] no *erg* de Admer, ao sul do Tassili n'Ajjer, fazem supor que pastores com indústrias semelhantes às de Tenere viviam nos limites setentrionais, ocupando igualmente o Tassili n'Ajjer e as planícies vizinhas pelo menos desde o quarto milênio antes da Era Cristã.

16 SMITH, A. B. 1974, pp. 33-35.

17 EVANS-PRITCHARD, E. E. 1940.

18 DUPIRE, M. 1962.

19 CAMPS, G. 1969-a.

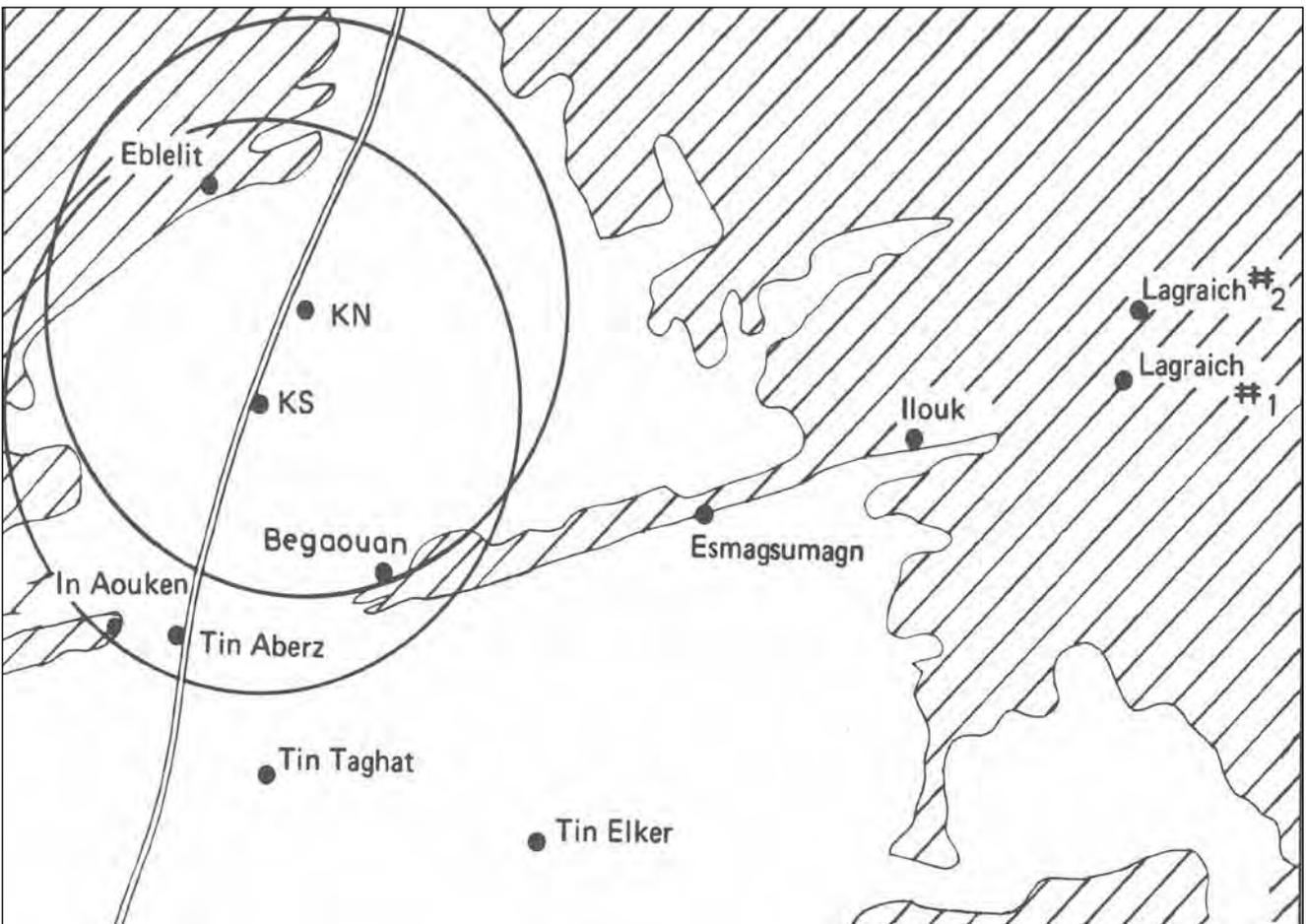



FIGURA 24.3 Complexo do vale de Tilemsi (segundo A. B. Smith, 1974).

A região do Dhar Tichitt

As pesquisas realizadas nessa parte da Mauritânia meridional revelaram uma sequência de oito fases bem datadas da Idade da Pedra Recente[20], contendo dados de subsistência que esclarecem um pouco o problema das primeiras produções alimentares nessa região em particular e na zona dos cursos superiores do Senegal e do Níger em geral.

Uma explicação plausível para a tendência ao desenvolvimento de uma agricultura em Tichitt, na medida em que corresponde melhor aos dados arqueológicos, seria a de que uma cultura e uma propagação especiais de *Cenchrus biflorus* teria ocorrido na fase Khimiya (-1500), sendo que posteriormente, durante a fase seca de Naghez (-1100), a intensificação e a expansão dessa prática incipiente de produção e propagação de plantas incluíram várias outras espécies. Munson e vários outros arqueólogos parecem se esquecer que a forma cultivada de uma planta representa o *fim,* e não o início do processo de melhoria. O tempo requerido pelo processo de seleção das variedades cultivadas difere de acordo com a planta e os fatores culturais e ecológicos próprios da região. O fato de o *Pennisetum* e o *Brachiaria deflexa* representarem os últimos testemunhos dos esforços de aclimatação desenvolvidos pelo homem indica simplesmente que foi com essas plantas que se obtiveram os melhores resultados, e não que elas foram as únicas plantas cultivadas. Assim se explica facilmente a acentuada expansão do *Pennisetum* e a presença contínua do *Brachiaria deflexa* nas fases subsequentes.

A região ao sul do Lago Chade

Essa região, geralmente conhecida como *Firki,* compreende as planícies de argila negra que se estendem a partir das margens meridionais do lago Chade; sua formação poderia dever-se ao acúmulo de sedimentos lacustres nas beiras de um antigo lago de maiores dimensões[21]. É nessa área que Portères imagina que o *Sorghum arundinaceum* e o *Pennisetum* (painço juncáceo ou granulado) se tenha aclimatado pela primeira vez. A região é relativamente fértil e bem-irrigada. Embora a média das precipitações anuais seja baixa (655 mm em Maiduguri) e a estação seca suficientemente longa e quente (até 43°C) para provocar o dessecamento da maioria dos rios, a região permanece inundada e intransitável durante o período das chuvas, principalmente devido à impermeabilidade das planícies, perfeitamente horizontais. Por outro lado, o solo retém bem

20 MUNSON, P. J. 1967, p. 91; 1968, pp. 6-13; 1970, pp. 47-8; 1972; MAUNY, R. 1950, pp. 35-43.

21 PULLAN, R. A. 1965.

a umidade, depois de absorvê-la; atualmente, essa retenção é artificialmente ampliada pela construção de aterros baixos ao redor dos campos. As inundações sazonais fizeram dessa área um *habitat* favorável tanto para agricultores como para pastores, mas os rigores sazonais reduziram consideravelmente o número de sítios habitáveis, e a utilização constante dessas zonas no passado ocasionou o acúmulo de resíduos na forma de montículos ou *tells*.

As escavações de alguns desses montículos na Nigéria setentrional, em Camarões e no Chade revelaram até agora vestígios de ocupações sucessivas em lapsos de tempo que em certos casos se aproximam e até mesmo ultrapassam 2 mil anos. Lebeuf[22], que trabalhou principalmente no Chade, está convencido de que esses montículos estão ligados aos Sao das tradições orais. Embora este termo se revista de grande valor cultural ou étnico, o autor do presente estudo compartilha da relutância de Connah[23] em usar a tradição oral para identificar povos que, em alguns casos, viveram há 2500 anos.

Connah[24] empreendeu um estudo sistemático de um dos mais notáveis desses montículos, o de Daima (14°30'L e 12°12,5'N). Os vestígios de Daima sugerem que no início do século VI antes da Era Cristã essa região era habitada por pastores da Idade da Pedra Recente que criavam gado cornígero, ovelhas e cabras, utilizavam machados de pedra polida – cujo material devia ser transportado por longas distâncias até essa região, completamente desprovida de pedras – e fabricavam utensílios e armas de osso polido. Entre as descobertas mais surpreendentes feitas neste nível figuram grandes quantidades de esqueletos de animais, que testemunham a importância do elemento pastoril, e numerosas estatuetas de argila, que aparentemente representam animais domésticos. Os primeiros habitantes desse sítio provavelmente utilizavam apenas madeira e vegetais nas suas construções e não conheciam os metais.

As descobertas feitas em sítios como Rop[25] e Dutsen Kongba[26] levam a crer que uma fase neolítica perfeitamente familiarizada com o uso da pedra precedeu imediatamente a famosa civilização de Nok, da Idade do Ferro (isto é, antes de –2500), no mosaico de savanas do planalto de Jos. Neste caso, o nível correspondente incluía provavelmente produtos de uma indústria microlítica, além de utensílios de pedra talhada e polida, também encontrados nos níveis da

22 LEBEUF, J.-P. 1962.

23 CONNAH, G. 1969-b, p. 55.

24 CONNAH, G. 1967-a, pp. 146-7.

25 EYO, E., 1964-5, pp. 5-13; 1972, pp. 13-16.

26 YORK. R. et al. 1974.

FIGURA 24.4 Região de Tichitt. (Mapa fornecido pelo autor.)

Idade do Ferro Recente. É bem possível que o povo de Nok tenha comercializado esses utensílios com as populações que ocupavam as regiões carentes de pedras, ao norte, o mesmo ocorrendo talvez com a cerâmica, que, em Daima, é melhor representada por finos utensílios de superfícies vermelhas polidas, frequentem ente decoradas com pente fino ou roleta.

Os complexos Kintampo-Ntereso na região central de Gana

Vestígios arqueológicos que indicam a presença de um grupo de negros produtor de gêneros alimentícios pelo menos desde -1400 a -1300 (talvez antes)

foram descobertos em quatro regiões principais de Gana: no leste dos montes Banda, nas terras altas ao redor de Kintampo, nos sítios fluviais espalhados pelas vastas matas da bacia interior do Volta e nas planícies de Acra, no extremo sul.

Atualmente, esses grupos de sítios podem ser diferenciados antes pelo meio ambiente que pelas evidências de cultura material. O barro cozido é bastante comum no sítio de Kintampo e indica a presença de moradias mais ou menos fixas. Os machados polidos e os raladores (também denominados "charutos de terracota"), bastante difundidos nas áreas em que não existem pedras próprias para talhar, revelam a prática de um comércio inter-regional. Em três desses sítios, os vestígios mostram também que o complexo de Kintampo foi precedido por um outro, com uma tradição cerâmica muito diferente e um conjunto de utensílios de pedra e de origem animal que refletem a prática intensiva da caça, da coleta e/ou de uma cultura alimentar incipiente.

Na região de Kintampo, Ntereso representa um sítio muito particular, cujo valor é difícil de determinar. Localiza-se numa pequena elevação de terreno que domina um sítio fluvial onde os recursos aquáticos (por exemplo, conchas e peixes) tinham grande importância. Assim é provável que a presença de arpões e anzóis nessa indústria indique uma adaptação especial a uma situação ribeirinha. Há também uma grande variedade de pontas de flecha muito bem trabalhadas, únicas na área, a testemunhar afinidades saarianas. As datações por radiocarbono (em média -1300) situam este sítio aproximadamente na mesma época de Kintampo (isto é, após -1450). Os esqueletos de animais descobertos pertencem, em sua maioria, a espécies selvagens, especialmente antílopes; contudo, também foram identificadas cabras anãs[27]. Segundo Davies[28], as espigas de *Pennisetum* eram usadas como roletas para decorar certas peças de cerâmica; no entanto, esta observação ainda não é conclusiva, pois, como já se salientou[29], pequenas oscilações rápidas de um pente com dentes finos podem produzir os mesmos efeitos.

As orlas da floresta

Um complexo industrial nitidamente local, cujo caráter difere daquele apresentado pelas indústrias anteriores da Idade da Pedra Recente, sucedeu diretamente a estas últimas nas zonas limítrofes da floresta na África ocidental, bem como nas grandes pradarias do norte do Alto Volta central. Essa indústria

27 CARTER, P. L. & FLIGHT, C. 1972, pp. 277-82.

28 DAVIES, O. 1964.

29 FLIGHT, C. 1972.

se sobrepõe a um complexo neolítico mais setentrional em certas partes do Senegal, do Mali e da Mauritânia (o Paratoumbiense de Vaufrey).

Os primeiros produtores de alimentos da região da floresta (denominados neolíticos da Guiné) habitavam abrigos sob rocha e cavernas, assim como instalações ao ar livre. Exemplos de abrigos são Yengema[30], Kamabai e Yagala, todos em Serra Leoa[31]; Kakimbon, Blande e as Monkey Caves, na Guiné; Bosumpra, em Gana; e Iwo Eleru e Ukpa, na Nigéria. Indícios provenientes de Iwo Eleru sugerem que os predecessores dessas populações, como os povos nilóticos, eram negros. Os sítios de habitação ao ar livre mais conhecidos incluem os do vale e os dos contrafortes do Rim, ao norte do Alto Volta central, e os sítios de Rarenno, de Tiemassas e do cabo Manuel, no litoral senegalês.

Em várias dessas zonas, os "neolíticos da Guiné" ocupavam ou exploravam solos rochosos contendo afloramentos de quartzo, dolerito e sílex metavulcânicos. Por outro lado, parece que em sítios como os do Rim as vertentes das colinas eram utilizadas para culturas em terraços. As características mais comuns desse complexo são os pesados bifaces talhados em forma de picão, os bifaces semicirculares (as enxadas de Davies) e outros igualmente primitivos, e um grande número e variedade de machados polidos, mós, alguns pilões e pequenos fragmentos de quartzo – principalmente *outils esquilles* – e cerâmica decorada a roleta. Os bifaces semicirculares e em forma de picão parecem derivar dos bifaces e picões nucleiformes sangoenses; sugeriu-se[32] que provavelmente eram utilizados para a plantação e colheita de tubérculos, assim como para escavar armadilhas destinadas à caça. Os pilões e almofarizes (que sem dúvida tinham sua réplica em madeira) deviam ser utilizados para triturar os tubérculos tropicais fibrosos, como se faz atualmente[33].

Nos lugares onde este complexo depara com uma tradição mais setentrional, como no Paratoumbiense do Mali e da Mauritânia e no Senegal (entre Pointe-Sarenne e Tiemassas), encontram-se geralmente os tipos de objetos mencionados acima associados a pontas foliáceas, lâminas entalhadas e lâminas com bordas retocadas. Em Tiemassas, o complexo local (Neolítico meridional), situado pela estratigrafia natural entre -6 000 e -2 000[34], é nitidamente anterior

30 COON, C. S. 1968.

31 ATHERTON, J. H. 1972, pp. 39-74.

32 DAVIES, O. 1968, pp. 479-82.

33 SHAW, T. 1972.

34 DESCHAMPS, C., DEMOULIN, D. & ABDALLAH, A. 1967, pp. 130-2.

ao Neolítico setentrional (Belairiense) e segue diretamente as tradições locais da Idade da Pedra Recente.

De modo significativo, os índices arqueológicos da junção Mali-Mauritânia--Senegal parecem confirmar a tese de Portères segundo a qual o arroz africano de casca vermelha (*Oryza glaberrima* e *Oryza stapfili*) podetia ter-se aclimatado inicialmente graças a um método indígena de cultivo em terrenos alagados, empregado há pelo menos 3500 anos nas vastas planícies inundadas do Alto Níger, entre Segu e Tombuctu, região do Mali onde o Níger se ramifica em numerosos cursos de água e lagos (delta interior do Níger). Dali a cultura pode ter-se propagado ao longo dos rios Gâmbia e Casamance até a região das populações costeiras da Senegâmbia. Vale notar, ainda, que a hipótese de a cultura do arroz ter sido consequência da importação dos conhecimentos do cultivo de cereais não resiste ao exame dos índices botânicos. Portères[35] observou que, embora a forma ancestral do trigo (*emmer*) produzisse grãos comestíveis que podiam ser colhidos quando maduros (o que permitia cultivá-los em seguida), o mesmo não ocorria com o arroz africano, cujas formas ancestrais não produziam grãos suscetíveis de ser colhidos.

Mais a leste – particularmente nos sítios de Serra Leoa, Iwo Eleru e Bosumpra –, as datações e a natureza das estratificações arqueológicas nas zonas limítrofes da floresta levam a crer que mudanças importantes na tecnologia (cerâmica, utensílios de pedra polida, etc.) provavelmente estavam associadas aos primórdios da cultura indígena de plantas locais, como o inhame, inhame de coco e o dendezeiro. Tais mudanças podem ter-se propagado dessa área para o norte.

Desse modo, o conjunto das informações tende a mostrar que o Saara central e as terras altas vizinhas do Sahel formaram o núcleo das primeiras culturas espontâneas de determinadas gramíneas, em particular do *Pennisetum* e do sorgo, enquanto nas áreas nigerianas da orla florestal surgiram as primeiras culturas autóctones de raízes (inhames, inhames de coco) e árvores (dendezeiro). Por outro lado, os confins da floresta no extremo oeste constituíram o ponto de partida da cultura do arroz. Portères[36] observou que, das três regiões dotadas de reservas substanciais de sorgo não-cultivado (África ocidental, Etiópia e África oriental), a África ocidental apresenta um interesse especial porque, diferentemente da África oriental (e da Ásia), seus espécimes atuais são únicos, ao invés de resultarem de cruzamentos entre as três formas primitivas. Mais

35 PORTÈRES, A., 1962, pp. 195-210.

36 PORTÈRES, A., 1962.

recentemente, porém, Stemler e seus colaboradores[37] propuseram considerar o *Candatum* como uma variedade relativamente nova de sorgo, obtida pela primeira vez por populações da atual República do Sudão (que falam uma língua da família Chari-Nilo) pouco depois de 350 da Era Cristã.

As datações por radiocarbono indicam que o homem do Neolítico do Saara central (cerca de -7000) é o primeiro de todos os agricultores primitivos, mas revelam igualmente que nas áreas limítrofes da floresta a transição para a produção alimentar ocorreu muito mais cedo do que nas áreas do Sudão e do Sahel, ao norte. Em Iwo Eleru, tal transição prolongou-se por um período que vai de pouco depois de -4000 (-3620) até -1500. No abrigo sob rocha de Ukpa, perto de Afikpo (5°54'N; 7°56'L)[38], a datação da camada que contém cerâmica e machados neolíticos indica um período situado entre -2935 (±140) e -95.

É um pouco mais tarde que o Neolítico da Guiné ocorre em Serra Leoa, a leste, e no Alto Volta, ao norte. Na gruta de Yengema, uma datação por termoluminescência da cerâmica que representa "o começo e o fim aproximados do NeoIítico da cerâmica" indica uma época que se estende de -2500 a -1500. Em Kamabai, os níveis neolíticos também cobrem um período que vai de -2500 a +340 (±100). No centro-norte do Alto Volta (Rim), esse mesmo tipo de indústria se situa entre -1650 e +1000.

O caráter específico do Neolítico guineense da orla florestal e sua datação em relação aos primeiros complexos culturais de produção alimentar na savana e no Sahel sugerem não apenas que a transição para a produção alimentar sobreveio mais cedo nas áreas florestais, mas também que foi independente das influências setentrionais. Essas provas confirmam, pois, a tese de que as culturas indígenas da região florestal – como o arroz (a oeste), os inhames e o dendezeiro (a leste) – resultaram de iniciativas antigas, tomadas independentemente pelas populações locais. A propósito, convém assinalar que o desgaste dos dentes do esqueleto de Iwo Eleru[39] pode ser explicado pela mastigação de tubérculos cobertos de areia, como os inhames. Também é significativo que os sítios neolíticos guineenses predominem claramente na orla da floresta, nas florestas-galerias ao longo dos cursos de água ou nas clareiras, lugares que constituem o habitat natural do inhame.

O fato de os neolíticos da Guiné terem avançado para o norte até o Alto Volta e de serem encontrados em épocas posteriores (embora misturados a elementos do norte em certas partes do Mali, da Mauritânia e do Senegal) é

37 STEMLER, A. B. L., HARLAN, J. R. & DEWET, J. M. 1975, pp. 161-83.

38 SHAW, T. 1969-b.

39 SHAW, T. 1971.

indício de uma penetração de influências meridionais ao norte. A exemplo de numerosos agricultores atuais da floresta tropical, é possível que os neolíticos que cultivavam árvores e tubérculos tenham praticado, ao menos de início, a agricultura seminômade e, por consequência, vivido em grupos relativamente pequenos.

Assim, afirmar que os complexos dos primeiros neolíticos do oeste africano apresentavam características locais bem determinadas – muitas delas testemunhando um esforço de adaptação econômica e social, desenvolvido de forma independente em resposta a condições ecológicas particulares – não significa que cada um desses complexos constituísse um enclave isolado. Os vestígios de esqueletos descobertos levam a crer que as populações da maior parte dessas áreas eram negras.

No Saara, o homem neolítico aparece como uma mistura de mediterrânicos e negros; é ele que povoa o Tassili neolítico. Deslocando-se para o sul, provavelmente deu origem aos vários grupos de pele escura que habitam a atual savana.

O fato de as primeiras populações neolíticas negras da África ocidental não terem vivido em enclaves culturais isolados é igualmente ilustrado pelas semelhanças na tipologia da cerâmica (por exemplo, a técnica "oscilante" e a decoração por impressões de pente). A ser exata a datação, é provável que essas particularidades se tenham propagado a partir do Saara central (onde era conhecida a cultura de gramíneas) até as regiões do Sahel e da savana. Por outro lado, a roleta era mais especificamente um objeto do sul, enquanto as linhas onduladas – pontilhadas ou contínuas –, típicas das regiões nilóticas, estão totalmente ausentes no sul e só aparecem em alguns complexos do Saara oriental e central (Hoggar, Bornu-Chade e Sul-Ennedi).

É igualmente importante insistir no fato de que as mudanças sobrevindas na produção alimentar não envolveram obrigatoriamente a utilização de utensílios *visivelmente* novos. Exemplos etnográficos levam o autor do presente estudo a pensar que essa transição estaria associada sobretudo a modificações nos métodos de trabalho e de utilização dos solos (sem implicar, necessariamente, uma mudança de utensílios): construção de terraços, métodos de sulcagem mais aperfeiçoados, utilização do estrume, duplo amanho da terra e capina, transplante, policultura, utilização racional dos recursos de água, conservação dos solos, etc. É possível que tais modificações tenham despontado em diversos lugares e épocas, quando, por alguma razão, as terras cultivadas se tornavam verdadeiramente raras. A evolução dos métodos agrícolas não deixou de influenciar a organização social e as características do povoamento; não se pode, contudo, generalizar,

uma vez que este fator agiu associado a outros, que por certo variavam em tipo e caráter de uma região para outra.

Segundo os dados de que se dispõe atualmente, existiram pelo menos quatro zonas principais de desenvolvimento no Neolítico, duas das quais se situavam no extremo norte da África ocidental. É sobretudo nas vastas planícies da região setentrional que bem cedo se estabeleceu a forma pastoril da transumância. Nas regiões lacustres, nos vales e nas encostas das colinas vizinhas predominavam a cultura de gramíneas e, em certos casos, a criação associada ao cultivo. Ao sul, por outro lado, as terras baixas e as orlas das florestas foram os principais centros de cultura de raízes e árvores.

Duas áreas nucleares principais foram identificadas na África ocidental: uma ao norte, na zona intermediária Sahel-Sudão, outra ao sul, na orla da região florestal. Os dois núcleos localizavam-se, pois, em regiões de estações opostas, uma das quais desfavorável ao crescimento vegetal (calor, aridez, frio). Num quadro ecológico desse tipo, as plantas acumulam reservas que lhes permitem resistir e retomar com vigor seu desenvolvimento quando volta a estação "favorável". Essas reservas tomavam a forma de raízes e tubérculos ao sul e de sementes ao norte da zona sudanesa.

Na floresta e na savana, com pouca ou nenhuma variação climática sazonal, as plantas cresciam num ritmo lento e regular; não precisavam lutar para sobreviver nem acumular reservas – o que provavelmente encorajou os ensaios de aclimatação nas duas áreas nucleares. Encerrada entre essas duas áreas, a zona de savana central parece ter sido o ponto de encontro das influências do norte e do sul.

Um fator importante é constituído pelo fato de que a estação de desenvolvimento das plantas era mais longa na região das terras baixas de floresta, enquanto os solos das zonas lacustres e fluviais do norte eram mais férteis e também mais fáceis de trabalhar. Por estas razões, o modo de vida do homem nessas regiões diferia em alguns aspectos, o mesmo ocorrendo com o produto de suas atividades. Se, nas regiões do norte, bastava limpar pequenas áreas para em seguida trabalhar o solo com a enxada, a atividade agrícola em expansão nas zonas de floresta implicava quase sempre um desflorestamento mais intenso (ou mais extenso), que nem sempre era acompanhado do aumento das dimensões e do tempo de permanência das instalações. No primeiro sistema, uma superfície limitada de terreno podia ser explorada de forma contínua; no segundo, fazia-se necessário adotar, muitas vezes, uma agricultura de tipo seminômade. Essas diferenças gerais de modo de exploração tiveram, durante os períodos pré-histórico e histórico, repercussões importantes nas dimensões

e no caráter dos grupos sociais da África ocidental, bem como na natureza de suas instalações. Mas o desenvolvimento das primeiras produções alimentares e suas consequências variavam, até certo ponto, segundo o quadro ecológico.

A transição da coleta (de alimentos) para a cultura alimentar nas três principais regiões culturais modificou de diversas maneiras a atitude do homem em relação ao seu meio ambiente natural e ao seu grupo. De coletor ele passou a produtor e "armazenador", vindo, depois, a trocar (graças ao comércio de longa distância) os produtos que faltavam a seus vizinhos por mercadorias de que seu próprio grupo necessitava. Ademais, a evolução econômica incentivou o desenvolvimento de atividades artesanais e de novas tecnologias (cerâmica, metalurgia, etc.), assim como de redes comerciais ativas e complexas, além de ocasionar profundas transformações sociais. Mas essas mudanças sociais variavam, por sua natureza e amplitude, de acordo com o tipo de base agrícola estabelecido.

A Idade do Ferro Antiga

As etapas do desenvolvimento da Idade do Ferro não parecem diferir muito das do Neolítico, salvo pelo fato de os primeiros exemplos de transição para a Idade dos Metais e do Ferro na África ocidental terem ocorrido nas duas extremidades da zona Sahel/savana, e não nas regiões florestais do sul. A propósito, os indícios culturais e cronológicos nos autorizam a pensar que o processo que conduziu ao trabalho dos metais – assim como as origens da produção alimentar – contou com uma participação indígena considerável. Como foi exposto anteriormente[40], os traços da Idade do Ferro Antiga na África ocidental podem ser divididos, no plano tipológico e, em certa medida, cronológico e estratigráfico, em conjuntos caracterizados pela presença de: 1. cerâmica e utensílios de ferro e de pedra polida; 2. cerâmica, ferro e/ou outros metais, por vezes relacionados a práticas funerárias especiais (jarros); 3. cerâmica unicamente.

Os sítios nos quais os traços da metalurgia do ferro se misturam aos de uma indústria lítica razoavelmente desenvolvida constituem, em geral, os conjuntos mais antigos da Idade do Ferro, refletindo provavelmente a passagem da Idade da Pedra para a Idade do Ferro. Os sítios caracterizados por essas indústrias de transição foram identificados em várias partes da África ocidental e também em outros lugares (por exemplo, na região dos Grandes Lagos, na África oriental). Via de regra, essas indústrias continham escórias de ferro, lâminas de faca, fragmentos de flechas e de pontas de lança, anzóis e braceletes, pedras-martelo,

40 ANDAH, B. W. (WAI-OGOSU, B.). 1973.

uma variedade de utensílios em forma de machado ou de enxó, discos ou anéis de pedra, mós e pedras de polir. Observam-se também diferentes tendências regionais. Por exemplo, as estatuetas de terracota parecem ser características da Nigéria setentrional, mas ocorrem igualmente em alguns sítios de Gana. Tubos de forja e fragmentos de uma suposta parede de forno foram descobertos na Nigéria setentrional. Por outro lado, os bifaces grosseiramente talhados são mais característicos dos sítios de Kamabai e Yagala, em Serra Leoa. No Rim (Alto Volta) pesados bifaces, juntamente com machados e enxós, ocorrem associados a jarros funerários e indicam um parentesco com o Neolítico guineense, de épocas anteriores.

A variação regional também é evidente na cerâmica da Idade do Ferro Antiga. Por exemplo, a sequência de Bailloud[41] relativa ao Ennedi – incluindo dois estilos aparentados, Telimorou e Chigeou, que se estendem pelo período de transição entre o Neolítico recente e a Idade do Ferro Antiga – liga-se aparentemente à *céramique cannelée* de Coppens[42], proveniente do Chade, e ao estilo Taimanga de Courtin[43], procedente de Borku. Telimorou está associado aos mais antigos sítios de aldeias ao ar livre, e supõe-se que sua datação remonte ao primeiro milênio antes da Era Cristã. Tanto Bailloud como Courtin destacam as semelhanças entre esses estilos de cerâmica e as do Grupo C da Núbia, embora estas últimas pareçam ter uma datação bem anterior (começando por volta de -2000). A maior parte das características da decoração desses estilos – faixas de impressões oblíquas estampadas a pente, gravações entrecruzadas e entrelaçadas, triângulos hachurados gravados, falsos relevos, ranhuras paralelas, etc. – também são típicas dos complexos da Idade do Ferro Antiga descobertos em Taruga, nos sítios reconhecidos por Lebeuf no lago Chade, em Sindou e nos níveis 2 e 3 de Ntereso, assim como nas grutas de Serra Leoa. Alguns traços do estilo Taruga primitivo parecem prenunciar o "complexo de Ife" no tocante às tradições tanto de cerâmica como de estatuetas.

Contrastando com o que precede, os estilos das cerâmicas mais recentes de Taruga guardam maior semelhança com os dos níveis do Neolítico e da Idade do Ferro no Rim. Em ambos predomina uma grande variedade de decorações, obtidas por meio de roletes gravados e em espiral, e existem exemplos isolados do uso do rolete de espiga de milho. Até agora, a mais conhecida das sociedades da Idade do Ferro Antiga é talvez a de Nok, que parece ter sido uma das mais

41 BAILLOUD, G. 1969, pp. 31-45.

42 COPPENS, Y. S. 1969, pp. 129-46.

43 COURTIN, J. 1966, pp. 147-59; 1969.

antigas e influentes. Tudo indica que as populações de Nok trabalhavam o ferro desde -500 e provavelmente até mesmo um pouco antes. O que mais se conhece dessa cultura é sua notável tradição artística, com destaque para as estatuetas de terracota. Apesar de conhecerem a metalurgia do ferro, as populações de Nok ainda continuavam a usar utensílios de pedra nas atividades em que os consideravam mais eficientes. Entre esses artefatos incluem-se mós, seixos trabalhados e machados talhados ou polidos. Mesmo quando coexistiam na mesma época e no quadro da mesma tradição artística, alguns sítios de Nok apresentavam características originais, que sugerem variações regionais. Assim, por exemplo, os machados polidos estão totalmente ausentes em Taruga, e existem diferenças na cerâmica doméstica de Samun Dukiya, Taruga e Katsina Ala[44].

Não só a cultura Nok estava firmemente estabelecida há bem mais de 2500 anos como sua influência parece ter sido profunda. Assim é que se encontram alguns dos traços estilísticos da cultura Nok em estatuetas de argila de Daima, onde a metalurgia do ferro teve início em torno do século V ou VI da Era Cristã.

Connah acredita que por volta do século VIII os primeiros habitantes de Daima foram substituídos por outros povos que utilizavam amplamente o ferro, cultivavam sobretudo os cereais e mantinham com seus vizinhos contatos mais estreitos do que seus predecessores; permaneceu, no entanto, o hábito de sepultar os mortos em posição fletida, a exemplo da fabricação de estatuetas de argila. Em nenhum momento essas populações enterraram seus mortos nos enormes jarros geralmente denominados "vasos sao", conquanto esse tipo de cerâmica esteja presente na parte superior dos montículos funerários.

Num raio de 100 km ao redor de Fort Lamy, na República do Chade, numerosos e importantes montículos – vestígios de antigos povoados, alguns atingindo até 500 m de comprimento – foram descobertos nas colinas naturais ou artificiais às margens dos rios do vale do Baixo Chari; continham quase os mesmos objetos de Nok e Daima. Entre esses objetos encontravam-se belas estatuetas em terracota representando personagens humanas ou animais, ornamentos de pedra, armas de cobre e bronze e milhares de cacos de cerâmica. Nesses povoados utilizavam-se também enormes vasos funerários, que eram cercados por muros defensivos.

Para esses sítios sao, Lebeuf (1969) obteve datações de radiocarbono que variam entre -425 e +1700, o que parece cobrir todo o período de Sao I, II e III.

44 FAGG, A. 1972, pp. 75-9.

No entanto, Shaw[45] acredita que essas delimitações não estão satisfatoriamente definidas em termos de estratigrafia e de cultura material. Se a datação -425 correspondesse a um nível portador de ferro, sua importância seria óbvia.

Nigéria meridional

Para a Nigéria meridional, Willett[46] observa que:

> "Encontram-se tantos traços da cultura Nok, principalmente de sua arte, nas culturas posteriores de outros lugares da África ocidental que é difícil deixar de acreditar que, tal como a conhecemos, essa cultura representa o tronco ancestral do qual deriva o essencial das tradições esculturais dessa parte da África".

Quer esta observação seja verdadeira ou não, é certo que as numerosas semelhanças observadas nas artes de Nok e de Ife não se devem ao acaso[47]. Como em Nok, encontram-se em Ife, em Benin e, num grau menor, em outras antigas cidades do país Iorubá, uma tradição escultural naturalista que remonta pelo menos a +960 (±130), assim como pingentes e colares elaborados.

A cerâmica doméstica encontrada em Ife representa um progresso em relação aos espécimes de Nok, sobretudo na decoração – mais variada, incluindo a gravura (linhas retas, ziguezagues, pontilhismo, motivos curvilíneos), o polimento, a pintura, a impressão com roletes de madeira entalhada ou cordão trançado e a aplicação de faixas de argila. Fragmentos de cerâmica pavimentavam o solo das habitações.

As escavações de Igbo Ukwu[48] mostraram claramente que o ferro era trabalhado na Nigéria do sudeste desde o século IX da Era Cristã, mas nada sugere que não possa ser anterior. Como a arte do ferreiro era uma ocupação altamente especializada, sua prática permaneceu como apanágio de certas comunidades e linhagens. Os mais renomados ferreiros Igbo são os de Awka (a leste de Onitsha); ao que tudo indica, obtinham inicialmente o ferro (ou o minério) dos fundidores Igbo de Udi, a leste de Awka, e só muito mais tarde passaram a receber suprimentos da Europa. Outros centros de metalurgia entre os Igbo eram as aldeias dos Abiriba – fundidores Igbo do Cross River (a leste) –, dos forjadores de ferro e bronze estabelecidos próximos das colinas Okigwe-Arochuku e dos forjadores Nkwerre, da parte meridional dessa região.

45 SHAW, T. 1969-a, pp. 226-9.

46 WILLETT, F. 1967, p. 117.

47 Ibid., p. 120.

48 SHAW, T. 1970-a.

Em razão do número por demais restrito de trabalhos arqueológicos empreendidos nessa área, é difícil comentar em detalhe as modalidades da evolução do trabalho do ferro. A proximidade dos sítios de Awka e de Igbo Ukwu e, de um modo geral, a semelhança de muitos espécimes sugerem a possibilidade de contatos, mas os dois complexos estão cronologicamente muito distanciados, e os forjadores de Awka não demonstraram, pelo menos em épocas mais recentes, certas características artísticas e técnicas – incluindo a fundição do bronze – típicas do trabalho de Igbo Ukwu.

Uma escavação na área de Awka[49] trouxe à luz quinze gongos de ferro, uma espada de ferro semelhante às fabricadas ainda hoje pelos ferreiros de Awka, um grande número de sinos de bronze fundido e outros objetos, datados de até +1495 (±95) e que não podem ser tão facilmente atribuídos aos ferreiros de Awka.

Também não está esclarecida a época em que se teriam estabelecido relações culturais entre Ife e Igbo Ukwu, embora Willett acredite que Ife talvez remonte a uma época mais recuada do que se imagina hoje e que possa inclusive estar muito mais próxima do Nok do que sugerem as informações de que dispomos atualmente (por volta do século XIII ou XIV da Era Cristã). Se os colares de Ife são realmente os mesmos que os *akori* da costa da Guiné – como sugerem os indícios etnográficos descobertos na Nigéria meridional, e como pensa Frobenius –, é concebível que os colares de vidrilhos de Igbo Ukwu tenham sido confeccionados em Ife. Nesse caso, a cultura de Ife remontaria pelo menos à mesma época que as descobertas de Igbo Ukwu (século IX da Era Cristã). A propósito, não é menos significativo que a descontinuidade da tradição na escultura em pedra, na indústria de vidro e nas estatuetas de barro observada em Ife seja em grande parte paralela à de Daima[50], e que a descontinuidade cultural verificada em Daima se situe entre os séculos VI e IX da Era Cristã. E, na medida em que certos objetos funerários descobertos em Daima tendem a indicar a presença de relações comerciais entre Ife e Daima, é bem possível que haja paralelo cultural e coincidência cronológica. Portanto, existe uma real possibilidade de que Ife remonte pelo menos ao século VI da Era Cristã.

A Idade do Ferro no extremo ocidente

A Idade do Ferro no extremo ocidente africano é ainda menos conhecida que a de Nok e das áreas vizinhas. Assim, as poucas informações de que dispomos

49 HARTLE, D., 1966, p. 26; idem, 1968, p. 73.

50 CONNAH, G., 1967-a, pp. 146-7.

sobre a Mauritânia não se referem a uma Idade do Ferro, mas a uma "Idade do Cobre". Para a região do Médio Níger, e particularmente para a Senegâmbia, dispomos apenas de uma sequência cronológica parcial[51].

As escavações efetuadas por N. Lambert em Akjujit (Mauritânia)[52] indicam que a fundição do cobre no Saara ocidental data pelo menos de -570 a -400. Esse período também pode ter sido o do comércio transaariano do cobre. Estima-se em 40 toneladas a quantidade de cobre extraída de um dos sítios, e é possível que uma parte dessa produção fosse exportada do Saara ocidental para o Sudão. Embora a importância de Akjujit tenha declinado no início dos tempos históricos, talvez devido ao esgotamento do estoque de madeira utilizável para a fundição (como ocorreu em Méroe) , o comércio transaariano aparentemente continuou a assegurar o fornecimento de cobre e de objetos de cobre através do Sudão central.

Os inumeráveis objetos de cobre que provêm dos sítios arqueológicos ou integram coleções de museus, além daqueles mencionados nas fontes escritas, sugerem que a utilização desse metal, por mais raro que fosse, desfrutou, durante muito tempo, de razoável difusão na África ocidental – embora não fosse esse material tão importante quanto a madeira, o ferro e a argila. As importações do cobre e de suas ligas se davam sob várias formas, que pouco se alteraram no decorrer dos séculos: lingotes, manilhas, anéis, fios, sinos e recipientes, provavelmente utilizados, sem alterações, seja como matéria-prima para a indústria local, seja para a fundição mediante o processo da cera perdida e para martelagem, trefilação, torção, etc.

As populações africanas faziam distinção entre o cobre vermelho – isto é, o cobre em sua forma pura –, o bronze e o cobre amarelo ou latão. Infelizmente, essa precisão não aparece na maioria dos escritos. É necessário proceder à análise espectrográfica para determinar o teor real do metal de um objeto e as preferências dos primeiros utilizadores do cobre e sua liga (bronze).

A região do Médio Níger

Encontraram-se montículos de terra artificiais – sítios de povoamentos ou sepulturas (*tumuli*) – nas três áreas principais dessa região:

- na confluência Níger-Bani no vale de Bani;
- no norte e no nordeste de Macina e de Segu;
- no extremo leste da curva do Níger, no Alto Volta.

51 LINARES DE SAPIR, O. 1971, pp. 23-54.

52 HERBERT, E. W., 1973 pp. 170-94.

Nestas três áreas foram descobertas cerâmicas volumosas e espessas, decoradas principalmente com roletes de corda trançada, e frequentemente usadas como jarros funerários. Em alguns lugares, esses jarros se encontram em conjuntos de dois e três, com os respectivos apetrechos domésticos. No Alto Volta (Rim), os principais utensílios descobertos eram de ferro e pedra polida, misturados a cerâmica doméstica. Objetos de bronze e de cobre também estavam presentes na zona da curva do Níger. Em Macina e na região de Segu (mas não em Bani ou no Rim, no extremo leste, no Alto Volta) descobriu-se uma cerâmica moldada característica, polimorfa, belos pratos e tigelas de fina espessura – alguns com nervuras, suportes ou com base chata –, copos com pés, cântaros e jarros troncônicos[53].

Em Segu e Tombuctu, algumas dessas populações da Idade do Ferro compunham-se principalmente de agricultores que cultivavam o milhete e o arroz; outras se dedicavam sobretudo à pesca, utilizando redes com pesos de terracota ao invés de arpões de osso. Nessa região existiam notáveis monumentos pré-islâmicos, de pedras artisticamente trabalhadas a martelo, e algumas das descobertas se estendem por dezenas de hectares, testemunhando importantes concentrações de população. Mas pouquíssimos sítios foram inventariados, ou o foram apenas superficialmente; no entanto, muitos deles sofreram grandes saques dos franceses[54].

Somente escavações extensas permitirão determinar as dimensões exatas e a natureza dessas instalações, bem como o tipo de economia das populações que viveram na região. A sequência cronológica desses sítios ainda não foi estabelecida. Monod acredita que essas culturas de jarros funerários faziam parte de um "complexo lehim" mais amplo, concentrado na costa mediterrânea e que confinava com a região da curva do Níger, o que implica serem essas culturas da Idade do Ferro oeste-africana posteriores ao advento do mundo árabe (isto é, +1000 e +1400). Contudo, os resultados de pesquisas recentes não confirmam essa opinião.

Em Kouga, por exemplo, as escavações realizadas num túmulo permitiram atribuir uma datação de +950 (±120) a um nível relativamente recente, contendo cerâmica pintada em branco sobre fundo vermelho. Cacos de cerâmica encontrados na superfície traziam impressões de painço, trigo e talvez de milho. As indicações coletadas nesse e em outros sítios desta parte da África ocidental evocam um nível mais antigo da Idade do Ferro, caracterizado principalmente

53 SZUMOWSKI, G. 1957, pp. 225-57.

54 DAVIES,O. 1967-a, p. 260.

por cacos de cerâmica com impressões ou desprovidos de qualquer decoração, assim como por utensílios de osso e pedra e braceletes. No Alto Volta, uma tradição cultural aparentada remonta a um período ainda mais antigo: séculos V e VI da Era Cristã[55].

A região da Senegâmbia

Tumuli funerários foram descobertos igualmente em certos setores dessa região, particularmente em Rao, situado na embocadura do rio Senegal[56], e no norte do Senegal, ao longo do rio. Ainda aqui, a maior parte dos sítios não foi inventariada em detalhe; todavia um estudo superficial indicou que os defuntos eram sepultados em habitáculos de madeira recobertos por montículos de pelo menos 4 m de altura, contendo utensílios de ferro, braceletes de cobre, colares, joias de ouro e vários tipos de cerâmica de formas simples: potes, tigelas, copos e jarros, não pintados mas abundantemente decorados com motivos elaborados, executados principalmente por entalhe e punção, sem utilização de pente.

Segundo escavações recentes, esses megálitos datariam de +750[57], isto é, de um período posterior ao que nos interessa, sobretudo neste capítulo.

Os principais sítios do litoral dessa região referem-se mais diretamente ao nosso período e incluem notadamente grandes quantidades de moluscos. Perto de Saint-Louis e em Casamance, enormes baobás cresciam, por vezes, sobre esses montes de conchas. Os concheiros de Saint-Louis estudados por Joire[58] revelaram, a exemplo de vários outros, uma indústria da qual subsistem ocasionais fragmentos de cerâmica impressos a pente, um anel trançado de cobre e ferro, um machado de osso e alguns outros artefatos do mesmo material. Entre outras coisas, as populações que nos legaram esses concheiros pescavam ostras e as comerciavam com as populações do interior. Entre Saint-Louis e Joal, o litoral de dunas e rochas, considerado impróprio para a ostreicultura[59], foi habitado por densa população desde o Neolítico até a Idade do Ferro. Em Dacar (em Bel-Air, por exemplo) encontram-se vestígios da Idade do Ferro nitidamente estratificados acima do Neolítico. As formas e a ornamentação das

55 ANDAH, B. W. 1973.

56 JOIRE, J. 1955, pp. 249-333.

57 DESCHAMPS, C. & THILMANS, G.

58 JORGE, J. 1947, pp. 170-340.

59 DAVIES, O. 1967-a; 1967-b, pp. 115-18.

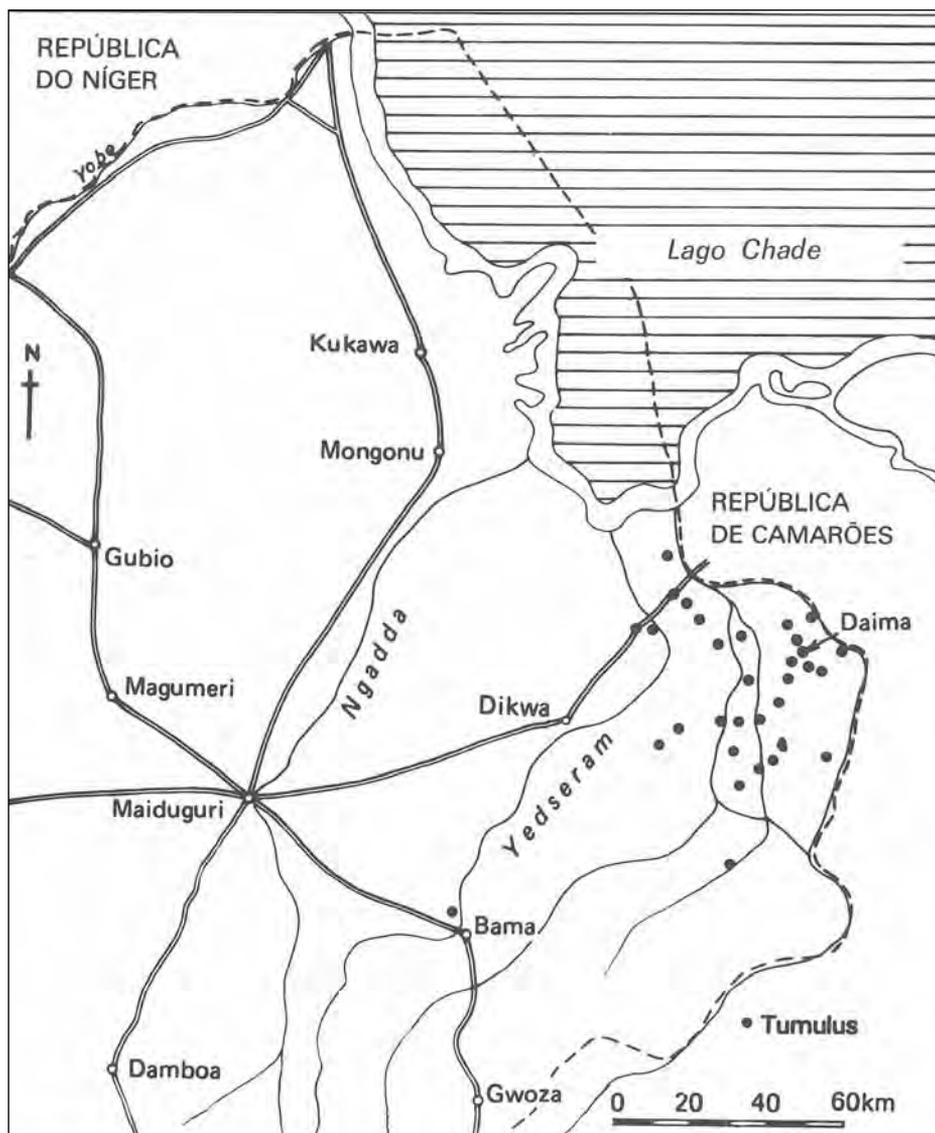



FIGURA 24.5 Montículos de detritos do Firki (segundo G. Connah. 1969-b).

cerâmicas parecem ter variado pouco no curso dos séculos, de modo que os sítios não-estratificados não podem ser classificados de maneira satisfatória.

Um estudo de vários concheiros do Baixo Casamance, efetuado numa área de 22 km por 6 km, revelou uma sequência cultural que se estende de –200 a +1600, imbricada com elementos do início da cultura material moderna diula. Sapir acredita que a fase mais antiga conhecida até agora (período de –1200 a +200), descoberta nos sítios de Loudia e de Quolof, pertence antes ao Neolítico recente que a uma fase mais antiga. Os contatos e as influências culturais são indicados pela cerâmica dessa época, que partilha técnicas decorativas, como a gravura em linhas onduladas, com a cerâmica neolítica amplamente difundida do cabo Verde[60] até a Argélia meridional[61] e mesmo até a África central. Não se descobriram utensílios de pedra nesses sítios, mas encontram-se frequentemente nódulos de ferro dos pântanos, o que leva a supor a utilização do ferro. No entanto observa-se nas cercanias de Bignona a presença de machados de pedra pré-históricos, supostamente encontrados nos concheiros.

Os dados arqueológicos desse período evocam instalações esparsas, constituídas por pequenos acampamentos situados em orlas arenosas pouco elevadas, provavelmente recobertas por ervas e arbustos e cercadas por florestas. Não se praticava a pesca de crustáceos, e é difícil imaginar como essas populações asseguravam a sua subsistência. As raras ossadas de animais descobertas pertencem a alguns mamíferos não-identificáveis.

A total ausência de vestígios de moluscos e espinhas de peixe (nos quatro sítios que representam cerca de 400 anos de ocupação de terreno) e a presença de fragmentos de cerâmica, cujo material não inclui conchas moídas, foram consideradas pelos primeiros pesquisadores como reveladoras da inadaptação dos "primeiros habitantes" da costa à vida em meio litorâneo. Segundo Aubreville[62], densas florestas recobriam toda a região em torno do planalto de Cussouye, antes que fossem destruídas pelo fogo e a área convertida num arrozal. Se essa opinião for correta, é possível que os habitantes do Período I já praticassem a agricultura, cultivando talvez o arroz de sequeiro (em terrenos secos).

Durante as ocupações que se seguiram (Períodos II a IV, ou seja, posteriores a +300), a fauna abundante dos mangues e *marigots* foi explorada, e é possível

60 MAUNY, R. 1951, pp. 165-80.

61 HUGOT, H.-J. , 1963.

62 AUBREVILLE, A. 1948, p. 131.

que também se haja praticado a agricultura, embora não se tenha realizado uma pesquisa sistemática de vestígios de arroz ou outras plantas. Nesses níveis, os arqueólogos consideram que suas descobertas "correspondem bem às práticas diula antigas e modernas", embora a sequência dos tipos de cerâmica relacione os antigos acúmulos de detritos alimentares aos acúmulos modernos vizinhos.

Atualmente se percebe que esta sequência parece demasiado recente para esclarecer as origens da cultura do arroz irrigado nessa região. Contudo, é útil observar que Portères[63] considera a Senegâmbia um centro secundário de propagação do *Oryza glaberrima,* situando-se o centro principal numa área vizinha ao Médio Níger.

Os sítios do Baixo Casamance representam, ao que parece, uma etapa avançada da cultura do arroz irrigado. Nessa época, a utilização de instrumentos de ferro permitiu explorar os mangues e sulcar os terrenos argilosos de aluvião para preparar campos de arroz. Na realidade, seria conveniente procurar os primeiros centros da cultura do *Oryza glaberrima* nos solos movediços dos vales interiores ressecados, onde teria sido possível cultivar o arroz de sequeiro, semeado à mão ou plantado em pequenas covas, após a limpeza do terreno com instrumentos de pedra.

A atividade agrícola da região só poderá ser conhecida com maior precisão após o empreendimento de pesquisas arqueológicas nas áreas-chave. De qualquer modo, sabe-se atualmente que aspectos identificáveis da cultura diula estavam presentes desde o Período II. Como ocorre ainda hoje, grupos humanos viviam nas orlas arenosas dos vales de aluvião ou não muito distante delas, depositando seus dejetos em lugares determinados. Aí se formavam volumosos amontoados de resíduos contendo fragmentos de cerâmica e outros detritos que lembram a cultura material diula. Durante todo o período, a cerâmica tradicional do Baixo Casamance deu maior ênfase às decorações gravadas, pontilhadas e impressas do que às pintadas, bem como às formas utilitárias – em detrimento das ornamentais – ou próprias para as cerimônias. Ainda não se sabe se essas populações do Casamance enterravam a cerâmica com os mortos, uma vez que não se encontrou nenhuma sepultura nos sítios em questão ou em suas cercanias.

Arkell, entre outros, sugeriu que as tradições do trabalho do ferro, descritas acima, foram introduzidas na África ocidental a partir da esfera egípcio-núbia, enquanto outros, como Mauny, as fazem derivar de Cartago. No entanto, os autores que sustentam essas teses não dão o justo valor, entre outras coisas, às diferenças

63 PORTÈRES, A., 1950.

fundamentais que aparecem na forma como a metalurgia do ferro se desenvolveu nas duas regiões. Na esfera egípcio-núbia, a transição para a Idade do Ferro se deu através das etapas do trabalho do cobre, do ouro e da prata, do ferro meteórico (no período dinástico) e, em seguida, do ferro terrestre. Por outro lado, os centros do trabalho primitivo do ferro na África subsaariana passaram diretamente da pedra ao ferro, sem (ou quase) o intermediário do cobre ou do bronze, à exceção, talvez, da Mauritânia. De fato, o cobre e o bronze receberam, posteriormente, um tratamento muito semelhante ao do ferro, ao passo que na esfera egípcio-núbia o cobre e, mais tarde, o ferro foram trabalhados segundo métodos bastante diferentes. As datações que puderam ser efetuadas não fornecem maiores confirmações às duas variantes da teoria da difusão do que os índices culturais recolhidos diretamente. Assim, os Garamantes da Líbia e as populações meroítas começaram, ao que parece, a se servir de carros e provavelmente de artefatos de ferro por volta de -500, época que marca o início da metalurgia do ferro na região de Nok, no norte da Nigéria. De resto, a datação de alguns sítios sugere que o trabalho do ferro pode mesmo ter ocorrido na região de Nok desde -1000.

Na verdade, a tese segundo a qual a metalurgia do ferro se teria propagado do exterior para a África ocidental não dá a devida importância aos numerosos problemas ligados ao processo – maneira, época e lugares (não houve necessariamente um único lugar) onde se deram os primeiros passos da transição do material rochoso ou da terra para os metais, que, resistentes e duráveis, se mostravam mais eficazes que a pedra como armas e se prestavam a inúmeros outros usos. A este respeito, Diop[64] e Trigger[65] observaram com razão que

> "as primeiras datações relativas aos sítios da Idade do Ferro na África ocidental e meridional deveriam lembrar-nos que não se trata de rejeitar a possibilidade de o trabalho do ferro ter-se desenvolvido independentemente em uma ou várias localidades ao sul do Saara".

Com demasiada frequência se tem confundido a questão do *início* com a do *grau de refinamento* das técnicas. E, o que é pior, os defensores da tese segundo a qual o trabalho do ferro se teria propagado do Oriente Próximo para a África quase sempre supuseram (erroneamente, ao que parece) que as etapas da metalurgia reveladas no Oriente Próximo e na Europa deviam estar obrigatoriamente presentes em toda a África.

64 DIOP, C. A. 1968, pp. 10-38

65 TRIGGER, B. G. 1969, p. 50.

O comércio pré-histórico e os primeiros Estados da África ocidental

Os objetos descobertos em túmulos do Fezzan indicam que, entre os séculos I e IV da Era Cristã, mercadorias romanas eram importadas para a região. Após tomarem o lugar dos cartagineses na costa tripolitana durante a segunda metade do século II antes da Era Cristã, os romanos ao que parece passaram a importar, por sua vez, marfim e escravos do Sudão, tendo os Garamantes como intermediários. As fontes literárias também se referem a expedições de caça e a invasões no sul, e descobriram-se objetos de origem romana ao longo da "rota dos carros" no sudoeste do Fezzan. Após o declínio de Roma, o comércio decaiu, mas posteriormente se reativou com a reconquista bizantina, após +533 e antes da invasão do Fezzan pelos árabes[66]. Pesquisas arqueológicas recentes mostram claramente a importância, nos tempos pré-históricos, das relações comerciais de longa distância com as populações do Saara e da África setentrional. O que de modo algum justifica afirmações como a de Posnansky[67], segundo a qual, "para descobrir as origens do comércio de longa distância na África ocidental, nossas pesquisas devem começar nas areias do Saara". Por mais bem intencionada que fosse tal asserção, a ênfase está errada e pode ter consequências nefastas. Ela tende a ignorar o fato de que um sistema interno de comércio de longa distância existiu na África ocidental muito tempo antes do comércio transaariano e favoreceu o desenvolvimento deste último.

Segundo o autor, as provas recolhidas testemunham a existência, a partir do início da Idade do Ferro, de uma complexa e ampla rede de comércio de longa distância, alimentada pelos produtos de indústrias locais (principalmente peixe e sal), entre as populações do litoral e os agricultores do interior de um lado e entre essas populações meridionais e as sociedades do norte, mais voltadas para a criação, do outro. Esse comércio assentava em importantes produtos locais, como o ferro e a pedra (para utensílios e armas), couro, sal, cereais, peixe seco, tecidos, cerâmica, madeira trabalhada, nozes de *kola* e ornamentos pessoais de pedra e de ferro.

Como o próprio Posnansky admite, em numerosas comunidades agrícolas da África ocidental os machados de pedra polida (conhecidos em Gana sob o nome de *nyame akume*) e as cerâmicas eram transportados por distâncias de centenas

66 Nota do editor do Volume: um ponto de vista oposto é apresentado nos Capítulos 17, 18 e 20 do presente volume.

67 POSNANSKY, M. 1971, p. 111.

de quilômetros desde o Neolítico e a Idade do Ferro. Os raladores de pedra da "cultura" de Kintampo, datados em torno de -1500, eram feitos de uma marga dolomítica manifestamente transportada por grandes distâncias, uma vez que foi encontrada tanto na planície de Acra como no norte de Gana. No Rim, perto de Ouahigouya, os níveis da Idade do Ferro/Neolítíco são associados à existência de manufaturas de machados, e o sítio parece ter sido um centro importante para o fornecimento de machados a áreas desprovidas da matéria-prima necessária.

Outra prova de um comércio local de matérias-primas datando da Idade do Ferro é fornecida pela presença de argilas estranhas à região onde foram encontradas no material utilizado para a fabricação de vasos. E, sem dúvida, esse comércio local revela certos aspectos do mecanismo dos principais fatos econômicos, sociais e políticos inerentes à fundação do antigo Império de Gana. É certo que sua importância não se limita a indicar contatos culturais em escala regional e a demonstrar que pouquíssimas sociedades agrícolas foram totalmente independentes.

As modalidades de desenvolvimento do comércio e do artesanato (indústrias) na África ocidental determinaram e mantiveram rotas comerciais entre essa parte da África e o Saara. Esse comércio interior favoreceu igualmente a formação de povoados e cidades de maiores dimensões durante o Neolítico Recente e a Idade do Ferro. Informações arqueológicas cada vez mais numerosas, inclusive para as regiões florestais da África ocidental, continuam a indicar que o aparecimento posterior dos reinos Ashanti, Iorubá e do Benin, assim como a cultura de Igbo Ukwu, dependeram essencialmente de uma exploração muito bem-sucedida do meio ambiente por povos primitivos que conheciam – ou, em certos casos, ignoravam – o uso do ferro.

CAPÍTULO 25

A África central

F. Van Noten
colaboração de *D. Cohen* e *P. de Maret*

Dois problemas fundamentais se colocam para a história da África: a difusão da metalurgia e a prodigiosa expansão das línguas bantu.

Há muito tempo vem se observando uma clara tendência a relacionar as duas questões explicando-as uma pela outra. A difusão da metalurgia é vista como consequência da expansão dos povos de língua bantu, a qual, por sua vez, teria sido facilitada pela posse de instrumentos de ferro, que tornou possível afrontar a floresta equatorial.

Os linguistas foram os primeiros a formular a teoria segundo a qual as línguas bantu ter-se-iam originado nos planaltos da Nigéria e da República dos Camarões. A partir daí, arqueólogos, historiadores e antropólogos procuraram adequar suas descobertas a essa hipótese; no entanto, as áreas cobertas por essas ciências não coincidem exatamente, e é pena que a palavra "bantu", um termo linguístico, viesse a ser usada para o conceito etnológico dos povos bantu e suas sociedades e, daí em diante, para o conceito arqueológico da Idade do Ferro bantu[1].

1 Neste capítulo o termo "bantu" será usado apenas no sentido linguístico.

O meio geográfico

A região de que trata este capítulo é a África central, ou seja, a República do Zaire e alguns países vizinhos: Gabão, Congo, República Centro-Africana, Ruanda, Burundi e o norte da Zâmbia. Constitui ela uma enorme bacia com altitude média de 500 m. Em torno dessa vasta planície interior, o solo se alteia em patamares sucessivos para formar montanhas e elevados planaltos.

As regiões próximas ao Equador contam com abundante precipitação o ano todo. Tanto ao norte como ao sul existem zonas com duas estações chuvosas, que se fundem em uma mais ou menos a partir dos 5º ou 6º de latitude. As temperaturas médias anuais são bastante elevadas e as variações máximas aumentam à medida que nos distanciamos do Equador.

A bacia central é coberta por densa floresta equatorial margeada por zonas de savana. Nas áreas com estação seca definida predomina a relva, mas ao longo dos rios são frequentes as matas-galeria.

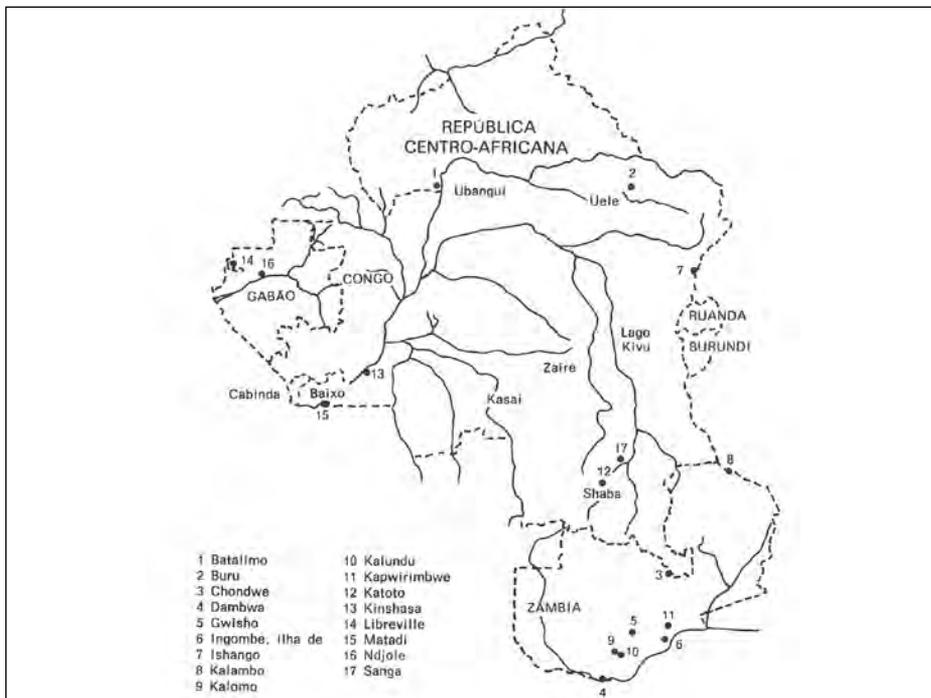



FIGURA 25.1 Mapa da África central com a indicação dos lugares mencionados no texto. (Mapa fornecido pelo autor.)

Idade da Pedra Recente

Na Idade da Pedra Recente, as sociedades de caçadores-coletores passam a usar instrumentos cada vez mais especializados. Costuma-se distinguir entre duas tradições distintas: a do complexo industrial tshitoliense e a do complexo de indústrias microlíticas, das quais o Nachikufuense e o Wiltoniense são os exemplos mais conhecidos.

A Idade da Pedra Recente é frequentemente colocada em oposição ao Neolítico, quer em termos tecnológicos (instrumentos polidos, associados ou não a cerâmica), quer em termos socioeconômicos (criação de animais e agricultura, fixação dos povos nômades e possível crescimento de cidades). Atualmente, dada a escassez de dados socioeconômicos, somos obrigados a inferir essa distinção com base apenas em fatores tecnológicos, os quais têm-se revelado inconclusivos. Machados polidos e cerâmica já se encontram nos contextos arqueológicos da Idade da Pedra Recente.

O Tshitoliense distingue-se claramente dos outros complexos industriais da Idade da Pedra Recente da África central.

Quanto à sua localização geográfica, é encontrado no sul e, acima de tudo, nas áreas a sudeste da bacia do Zaire.

O Tshitoliense parece continuar a tradição do complexo lupembiense, do qual se diferencia sobretudo por uma tendência a reduzir o tamanho dos instrumentos e pelo aparecimento de novas formas: pontas de flecha foliáceas e pedunculadas retocadas por pressão, micrólitos geométricos (segmentos, trapézios). No final do Tshitoliense também são encontrados alguns instrumentos polidos.

Quanto à sua cronologia, o Tshitoliense parece ter-se estendido aproximadamente de -12000 a -4000, talvez até -2000 ou mesmo, localmente, até o início da Era Cristã.

O Nachikufuense é essencialmente microlítico, tendo-se estabelecido no norte da Zâmbia, ao que tudo indica, há mais de 16 mil anos. Teve três estágios sucessivos. O mais antigo produziu instrumentos microlíticos em combinação com um grande número de pedras perfuradas e instrumentos de moagem. O segundo estágio, cujo início se situa em torno de -8000, caracteriza-se pela presença de utensílios polidos. O último estágio dessa indústria, iniciado em torno de -2000, é caracterizado pela grande abundância de pequenos segmentos, cerâmica e alguns objetos de ferro – estes últimos sem dúvida provenientes de trocas comerciais. A tradição nachikufuense parece ter durado até o século XIX.

Há evidências do Wiltoniense na Zâmbia meridional e numa grande extensão da África do Sul. Trata-se de uma indústria puramente microlítica.

No estágio final de seu desenvolvimento, também aparecem utensílios polidos. Essa indústria em geral é atribuída aos grupos protosan. Em Gwisho, na Zâmbia central, as condições excepcionalmente favoráveis à conservação de restos fósseis tornaram possível reconstruir o modo de vida dessa população durante o II milênio antes da Era Cristã.

A indústria, extremamente abundante e completa, incluía utensílios de pedra, madeira e osso. O instrumental microlítico destinava-se principalmente aos trabalhos em madeira e à confecção de pontas de flecha, arpões e facas. O instrumental macrolítico inclui, entre outros, machados polidos, trituradores e mós fixas. Dentre os utensílios de madeira, observam-se bastões de cavar e pontas de flecha semelhantes às atualmente encontradas entre os San. O instrumental ósseo inclui agulhas, furadores e pontas de flecha.

Ao que parece, as casas consistiam em choças de ramagens e gramíneas semelhantes às dos San do deserto do Calaari. Os mortos eram enterrados *in loco*, sem nenhum objeto em seus túmulos. Os corpos jaziam em várias posições. Não se praticava nem a agricultura nem a criação de animais. Escavações revelaram que a alimentação era comparável à dos povos atuais, consistindo basicamente numa grande variedade de produtos vegetais colhidos de plantas selvagens, sendo suplementada pela caça e pela pesca.

Os habitantes de Gwisho exploravam uma grande área e caçavam tanto as espécies animais da planície como as da floresta.

Existe na África central um grande número de indústrias microlíticas inadequadamente descritas, que por isso não podem ser classificadas na mesma categoria das acima relacionadas. Algumas delas provavelmente não passam de variantes locais, adaptadas a materiais ou atividades específicas.

Como já observamos, poucas evidências justificam a distinção entre a Idade da Pedra Recente e o Neolítico. No entanto, as características tecnológicas tradicionalmente atribuídas ao Neolítico predominam em certas regiões, como, por exemplo, no Uele, no Ubangui e, em menor proporção, no Baixo Zaire. Isso levou os primeiros arqueólogos da África central a distinguirem um Neolítico Uelense, um Ubanguiense e outro Leopoldiense. Mas essas indústrias – assim chamadas – são praticamente desconhecidas, salvo por seus utensílios polidos coletados à superfície da terra ou adquiridos por compra. A cada vez que se ampliava a extensão das pesquisas, as ideias anteriores modificavam-se sensivelmente. Desse modo, o Uelense, conhecido por seus requintados machados de hematita polida (fig. 25.3), pertenceria pelo menos parcialmente à Idade do Ferro. Uma oficina de lascamento foi descoberta recentemente em Buru (Uele). Duas datações por radiocarbono calibradas indicam que essa

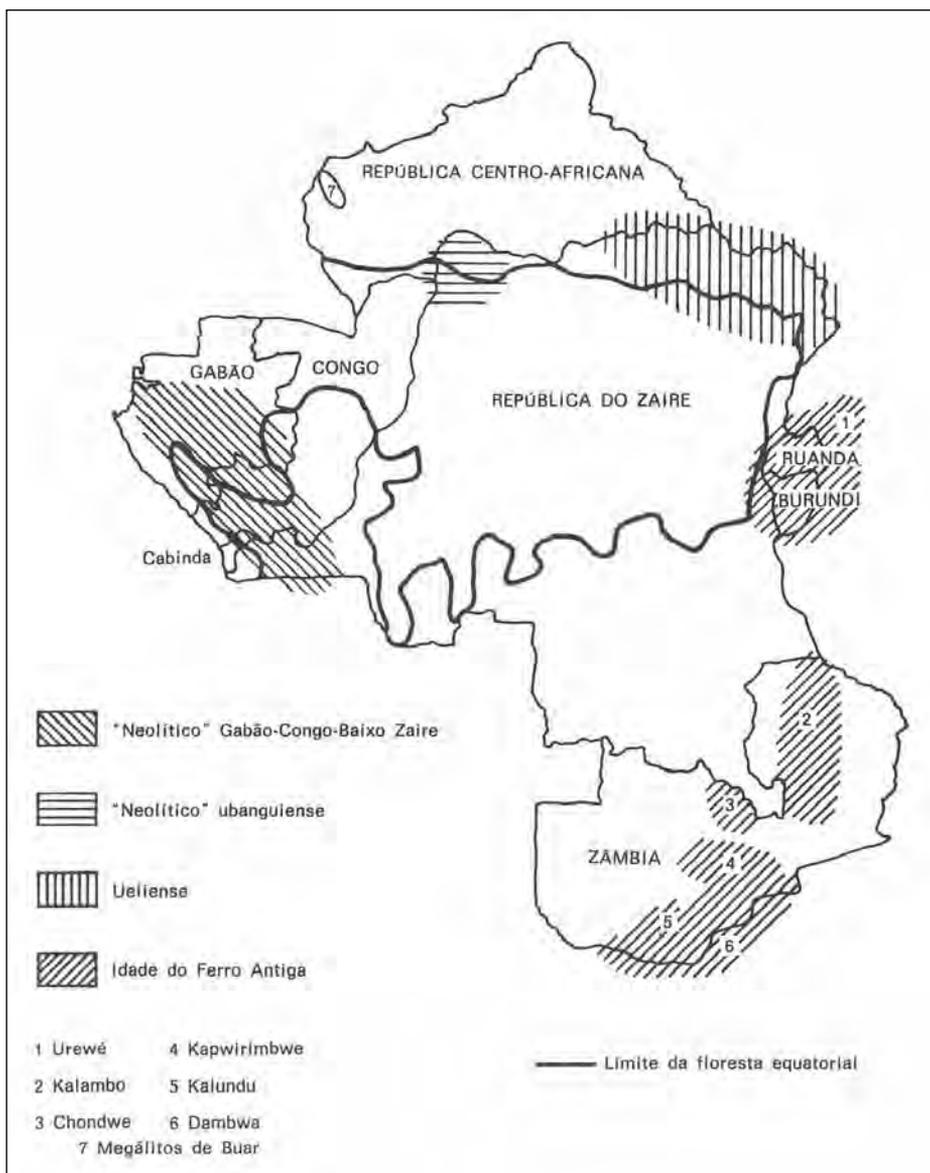



FIGURA 25.2 Mapa da África Central com a indicação das regiões de ocupação "neolítica" e da "Idade do Ferro Antiga". (Mapa fornecido pelo autor.)

oficina – onde foram encontrados esboços de machados ao lado de fragmentos de tubos de forja (para tiragem de ar quente), escória de ferro fundido e cerâmica – pertence à primeira metade do século XVII.

Em relação ao Ubanguiense, existe hoje um sítio escavado em Batalimo, ao sul de Bangui, República Centro-Africana. Esse sítio produziu machadinhas ou enxós lascadas, um machado de gume cortante parcialmente polido, abundante indústria não-microlítica e uma cerâmica ricamente decorada: jarros altos, de boca larga e potes e tigelas de fundo chato (fig. 25.4). Datações por termoluminescência situam as cerâmicas em tomo de +380 ±220. Essa data pode afigurar-se demasiado recente para alguns, mas, à falta de outros dados, não deve ser rejeitada.

No Baixo Zaire, de Matadi a Kinshasa, encontraram-se machados de gume mais ou menos polido, por vezes em associação com cerâmica de fundo chato. Durante recente sondagem efetuada numa caverna dessa região, encontrou-se um machado polido juntamente com essa cerâmica e carvão vegetal. Uma amostra desse material, datada por radiocarbono, deu uma idade calibrada de -390 a -160. Sondagem feita em outra caverna, a cerca de 10 km da primeira, também revelou um machado polido em associação com essa mesma cerâmica.

No Gabão, a estratigrafia de vários sítios, como o de Ndjole, cerca de 200 km a leste de Libreville, revelou um nível neolítico contendo machados de gume polido, cerâmica e lascas de quartzo.

Idade do Ferro Antiga

A existência de contatos entre os povos da Idade da Pedra, que ia chegando ao fim, e os primeiros artesãos de peças em metal é um fato, de modo geral, assente. Contudo não sabemos se essa mudança tecnológica acarretou transformações profundas nas sociedades em questão.

Não dispomos, para a África central, nem de fontes históricas (como o *Périplo do Mar da Eritreia*) nem de fontes antropológicas para elucidar o período correspondente à Idade do Ferro Antiga. Nossas únicas evidências são de natureza arqueológica.

A Idade do Ferro Antiga frequentemente é associada à cerâmica com concavidade na base (*dimple-based pottery*). Essa cerâmica (fig. 25.4a), descrita pela primeira vez em 1948, é hoje conhecida como Urewé. É encontrada em parte do Quênia, em Uganda e na região dos lagos. Alguns exemplares descobertos no Kasai parecem também pertencer a essa vasta área de distribuição. A maioria

das datas para esses tipos de cerâmica se situa entre 250 e 400. Entretanto, pelo menos um sítio, Katuruka, em Buhaya, na Tanzânia, foram obtidas datações consideravelmente mais antigas. Infelizmente, ainda é difícil avaliar as implicações dessa descoberta.

A cerâmica de Urewé parece bastante homogênea e por diversas vezes se avançou a ideia de uma origem comum para as diferentes fácies reconhecidas, diferença que se atribuiria antes a variantes locais que a estágios cronológicos distintos. Com efeito, essas fácies nunca foram encontradas estratigraficamente superpostas.

Desde o início, a metalurgia do ferro parece ter-se associado a determinados traços culturais, como a manufatura de cerâmica e a constituição de aldeias com construções revestidas de barro amassado e palha. Além disso, é de consenso geral que já se praticavam a agricultura e a criação de animais.

A presença da cerâmica Urewé é comprovada na zona interlacustre (Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia) e também no Zaire, na região do Kivu. Por muito tempo, a cerâmica zambiana da Idade do Ferro Antiga (*channel decorated ware*) esteve associada à cerâmica com concavidade na base. Na verdade, porém, parece que se podem distinguir diversos tipos regionais.

J. Hiernaux e E. Maquet foram praticamente os únicos a estudar a Idade do Ferro Antiga nessas regiões. Inicialmente publicaram (1957) uma descrição de dois sítios no Kivu. Em Tshamfu, uma cerâmica Urewé típica vinha associada a restos de ferro fundido e a tijolos feitos a mão. Em Bishanga, foi escavado um forno destinado à fundição do ferro. Era construído com tijolos feitos a mão que apresentavam com frequência um lado ligeiramente côncavo e decorado com impressões digitais. A cerâmica de Bishanga é também do tipo Urewé. Posteriormente (1960), esses autores descreveram vários sítios da Idade do Ferro Antiga, descobertos em Ruanda e Burundi. A cerâmica foi classificada em três grupos: A, B e C. Só o primeiro grupo, A, idêntico à cerâmica Urewé, parece pertencer à Idade do Ferro Antiga. Os demais seriam mais recentes.

A cerâmica do tipo A está associada a escórias de ferro fundido, tubos de forja e tijolos feitos a mão, às vezes decorados, como os de Kivu. Pelo menos em dois sítios esses tijolos parecem ter pertencido a um forno destinado à fundição de ferro. Publicaram-se duas datações: a do sítio de Ndora, +250 ±100, e a do sítio de Cyamakusa, localidade da comuna de Ndora, prefeitura de Butare, +380 ±80.

Em Mukinanira, a cerâmica do tipo A encontrava-se logo acima e parcialmente misturada a uma indústria lítica da Idade da Pedra Recente. Em Masangano, os dois grupos de vestígios também se apresentavam misturados. Pode-se deduzir daí que os fabricantes da cerâmica do tipo A trouxeram a metalurgia para essa

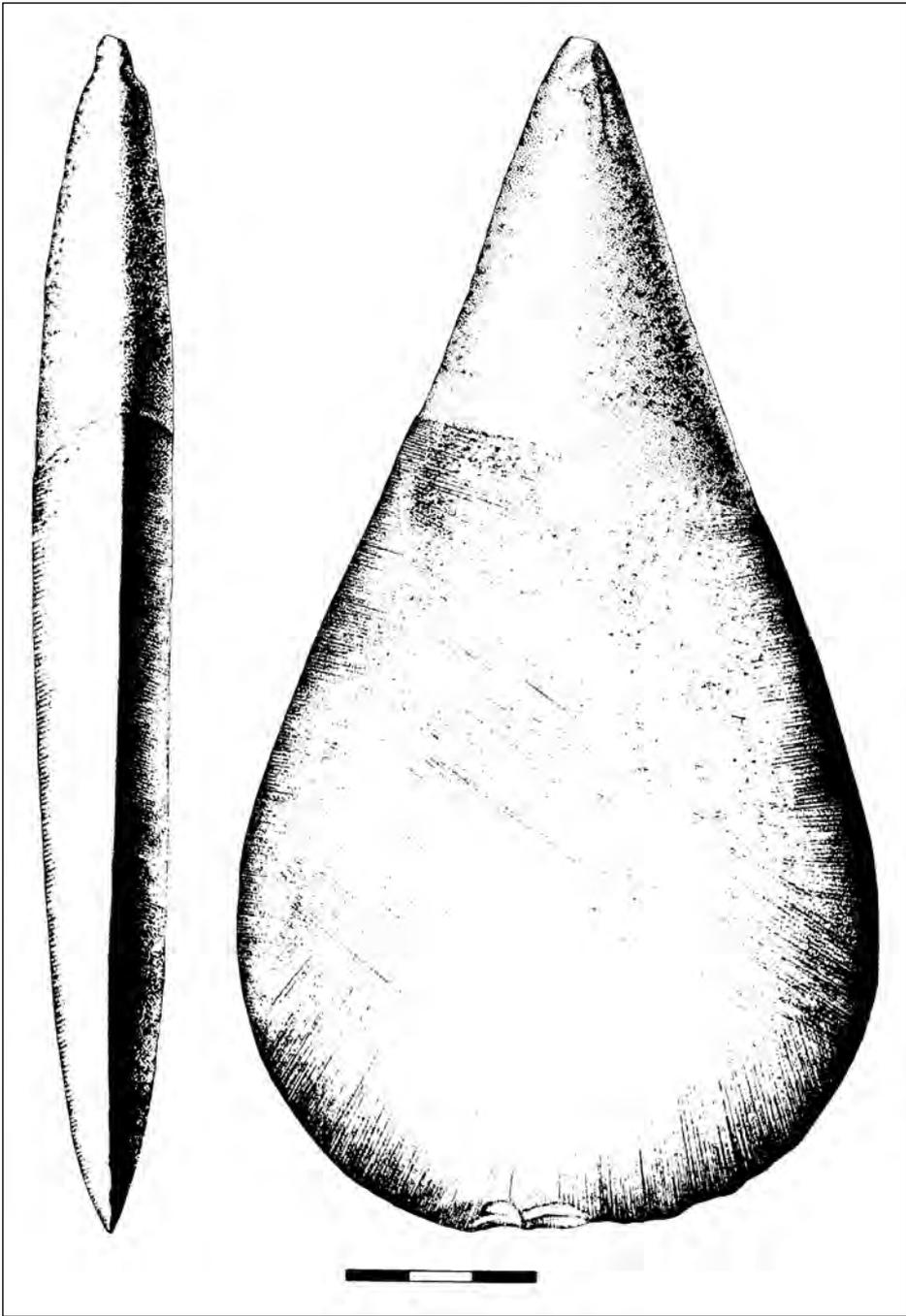



FIGURA 25.3 Machado polido uelense (hematita).

parte da África numa época em que a região ainda era habitada por caçadores--coletores da Idade da Pedra Recente. A coexistência de grupos de povos tão diferentes do ponto de vista tecnológico é amplamente atestada. Atualmente, os Twa ainda levam uma vida de caçadores na floresta equatorial dessa região.

Escavações recentes realizadas em locais que a tradição oral refere como sítios dos túmulos reais tutsi revelaram ocasionalmente estruturas da Idade do Ferro Antiga. Por exemplo, em Rurembo, um buraco cavado em laterita continha carvão vegetal datado de -230 ±50. Acima do buraco havia um vaso do tipo A. Um buraco similar em Rambura proporcionou escórias de ferro fundido, fragmentos de tubos de forja e cacos de cerâmica semelhante à Urewé, algumas pedras lascadas da Idade da Pedra Recente e carvão vegetal datado de +295 ±60. Esse último resultado corresponde exatamente aos anteriormente obtidos por J. Hiernaux.

Os artesãos dessa indústria teriam chegado ao vale do Kalambo por volta de +300 e aí permanecido durante seiscentos ou mesmo mil anos. A população, aparentemente muito densa, levava uma vida pacífica, em aldeias destituídas de paliçadas ou trincheiras. A área de ocupação, cujo plano não se conhece, cobria cerca de 4 a 17 ha.

Alguns vestígios de estruturas de habitação ou armazenagem foram preservados. Uma série de oito fossas de paredes retas e paralelas, com cerca de 1 m de diâmetro e 2 m de profundidade, continha potes e cacos de cerâmica e fragmentos de moldes, objetos de ferro e escórias de ferro fundido. Quatro dessas fossas apresentavam-se rodeadas por uma trincheira circular, possivelmente restos de uma superestrutura.

As evidências de atividades agrícolas são apenas indiretas e não há vestígios seguros da criação de animais.

Inúmeras peças de escórias de ferro, especialmente um grande bloco de restos de ferro fundido na base de um forno, e diversos fragmentos de tubos de forja, mostram que a fundição do ferro era praticada, se não nos sítios de habitação, pelo menos em seus arredores.

Entre os objetos de ferro encontrados nas fossas, podem-se mencionar diversas pontas de lança e de flecha, pontas de faca, braceletes, adornos de tornozelo, anéis para os dedos das mãos ou dos pés. Também havia braceletes, adornos de tornozelo e outros adereços feitos de cobre.

O uso da pedra continuou, como evidenciam numerosas mós e maletas, pilões, martelos (inclusive um martelo de ferreiro), uma bigorna e diversos artefatos rudimentares empregados para raspar, cortar ou polir.

O barro branco e o ocre vermelho eram usados como pigmentos.

Os lábios da cerâmica, na maioria dos casos, são arredondados e abertos, mais espessos na extremidade. Todas as bases são arredondadas, exceto em dois potes que têm uma concavidade feita por pressão dos dedos. A decoração, aplicada antes do cozimento, é vista quase sempre no ombro ou acima dele. Os motivos consistem em faixas de caneluras horizontais e paralelas interrompidas por motivos em espinha de peixe e espirais. Uma rede de incisões oblíquas e cruzadas, de faixas de impressões e de pontuações triangulares forma às vezes um padrão de falso relevo, que recobre o pescoço e o ombro.

Exemplos de cerâmica semelhante à de Kalambo Falls foram encontrados em onze sítios da província setentrional da Zâmbia, distribuídos por uma área de aproximadamente 97000 km2.

Com exceção das necrópoles de Sanga e Katoto (cuja importância justifica considerá-las em separado, mais adiante), ainda não se descobriu nenhum sítio da Idade do Ferro Antiga no Shaba. No entanto o conjunto dos vestígios desenterrados nesses dois cemitérios parece tão desenvolvido que seria de admirar se não tivesse sido precedido por uma idade do ferro ainda mais antiga. Além disso, na área cuprífera do nordeste da Zâmbia, ao longo da fronteira com o Zaire, exploraram-se diversos sítios de habitação ao ar livre, alguns dos quais parecem remontar ao século IV da Era Cristã.

Por falta de escavações extensas e de datações absolutas, os poucos dados de que dispomos são em grande parte conjeturais. Quatro potes, dois deles com concavidade na base, encontrados perto de Tshikapa, parecem pertencer ao tipo Urewé; por outro lado, muitos vasos e fragmentos de cerâmica encontrados numa caverna perto de Mbuji-Mayi lembram muito a cerâmica da indústria de Kalambo Falls.

Além da Zâmbia e da região interlacustre, o Baixo Zaire é a única área onde se descobriram vestígios que, ao que tudo indica, podem ser atribuídos à Idade do Ferro Antiga. Com base nas evidências coletadas nas cavernas, foi possível distinguir provisoriamente seis tipos de cerâmica e uns poucos objetos de ferro. Um estudo posterior revelou a existência de vários grupos de cerâmica, alguns dos quais amplamente difundidos, e nenhum aparentado com a cerâmica Urewé.

Como as escavações não foram extensas, é impossível tentar estabelecer uma cronologia dessas cerâmicas ou dos objetos de metal.

Em Kinshasa, junto às nascentes do Funa, um carvão vegetal acompanhado de um pequeno fragmento de cerâmica atípica foi datado de -270 ±90. Embora essa data pertença inegavelmente à Idade do Ferro Antiga, convém considerá-la com muita reserva, já que a associação do carvão datado com o fragmento de cerâmica não está mais assentada, do ponto de vista formal, do que a associação

de outra data relativa a Kinshasa – a das ilhas Mimosas. Nessas ilhas fluviais, amostras de carvão vegetal associado a cerâmica foram datadas de +410 ±100. Infelizmente, os fragmentos assim datados nunca foram publicados.

Das ilhas Mimosas, no entanto, provém uma cerâmica idêntica à encontrada nas camadas superiores da ponta de Gombe (antiga ponta de Kalina), o sítio epônimo do Kaliniense, escavado por J. Colette em 1925 e 1927. Reescavado em 1973 e 1974, esse sítio revelou importante nível de ocupação da Idade do Ferro, cujos vestígios foram encontrados em todo o promontório. No topo da maioria dos cortes encontraram-se alinhamentos de carvão vegetal, cerâmica, pedras e terra queimada, alguns fragmentos de escória de ferro fundido e pedaços de mós num solo de habitação com várias estruturas arqueológicas, grandes fogueiras e sobretudo fossas com profundidade de até 2 m. Nessas fossas, encontraram--se alguns potes mais ou menos inteiros; dois deles encerravam minúsculos fragmentos de um objeto de ferro. É possível, portanto, tratar-se de um sítio de habitação pertencente a um período antigo da Idade do Ferro. Em breve teremos mais informações a respeito, graças às datações por radiocarbono que hoje vêm se processando.

Na região de Buar, na República Centro-Africana, existem numerosos túmulos de variado tamanho, encimados por pilhas de pedras de até 3 m de altura. As séries de compartimentos subterrâneos podem estar a eles associadas. Ao que parece, esses *cairns* eram monumentos próprios de locais de sepultamento. Contudo, não se encontraram ossos[2]. Por outro lado, descobriu-se uma série de objetos de ferro. Dispomos atualmente de seis datações por radiocarbono. Duas delas remontam ao VI e ao V milênio antes da Era Cristã, enquanto as outras quatro variam entre o século VII antes da Era Cristã e o século I depois da Era Cristã. A primeira data parece corresponder à construção dos monumentos, e a segunda, à sua reutilização na Idade do Ferro.

Os cemitérios de Sanga e Katoto estão localizados no alto vale do Zaire, onde se acham os túmulos de Upemba, e são os sítios da Idade do Ferro Antiga mais bem conhecidos em toda a República do Zaire.

Situado às margens do lago Kisale, perto de Kinkondja, o cemitério de Sanga, descoberto há muito tempo, foi escavado sistematicamente em 1957 e 1958. Novas escavações foram empreendidas em 1974, e, embora se tenha exumado um total de 175 túmulos, grande parte do cemitério ainda está por ser explorada.

2 Salvo em condições muito raras, a acidez do solo da África central destrói os ossos em sítios ao ar livre com grande rapidez.

Com base nas escavações de 1958, puderam-se reconhecer três grupos de cerâmica, entre os quais parecia possível estabelecer uma cronologia. O grupo kisaliense (o mais abundante) afigurava-se como o mais antigo, seguido pelo grupo Mulongo (nome de uma localidade a nordeste de Sanga) e finalmente por uma cerâmica de engobe vermelho (*red slip ware*). As escavações de 1958 revelaram que esses três grupos foram contemporâneos, pelo menos em parte.

À falta de uma cronologia interna, duas datações por radiocarbono permitem-nos estimar a idade do cemitério: +710 ±120 e +880 ±200.

A data mais antiga foi obtida de um túmulo onde o corpo se achava em posição bastante incomum e onde havia um pote atípico, embora kisaliense.

A outra data provém de um túmulo onde não se encontrou nenhum, objeto característico de qualquer das três culturas[3]. Assim, não sabemos exatamente o que está datado. Além disso, a imprecisão dessas datas prejudica consideravelmente o seu valor. Tudo o que podemos afirmar com segurança, no âmbito de aproximadamente duzentos anos, é que alguns dos túmulos de Sanga remontam a um período situado entre os séculos VII e IX da Era Cristã.

As escavações dão-nos uma ideia do cemitério em si, por meio da qual podemos vislumbrar o que seria a antiga sociedade de Sanga. Embora os três grupos de cerâmica sejam contemporâneos, não pertenceram, ao que parece, à mesma população. Os túmulos que encerram a cerâmica Mulongo ou a de engobe vermelho são praticamente os únicos a apresentar pequenas cruzes de cobre (espécie de moeda), as quais, quase se pode dizer, inexistem nas sepulturas kisalienses. Por outro lado, todos os túmulos são igualmente ricos em objetos de ferro e de cobre muito bem trabalhados. Pode-se supor que a minoria de pessoas enterradas com cruzetas diferia do resto da população kisaliense, e era responsável pelo provimento de cobre, cujos depósitos mais próximos se situam a cerca de 300 km mais ao sul.

Os ritos fúnebres parecem ter sido bastante complexos. A maior parte dos túmulos aponta para o norte ou nordeste – caso dos Mulongo –, já os *red slip* apontam para o sul. O morto jazia geralmente em decúbito dorsal e era acompanhado de objetos destinados, como se acreditava, a facilitar-lhe a vida no outro mundo. A cerâmica não ostenta sinais de uso, e a forte semelhança entre certos vasos num dado túmulo parece indicar que foram confeccionados com finalidade exclusivamente funerária, e provavelmente deviam conter alimentos e bebidas. O cadáver era adornado com joias de cobre, ferro e marfim. Ao que

3 Além disso, parece que no laboratório os ossos de um túmulo do grupo Mulongo foram reunidos à amostra.

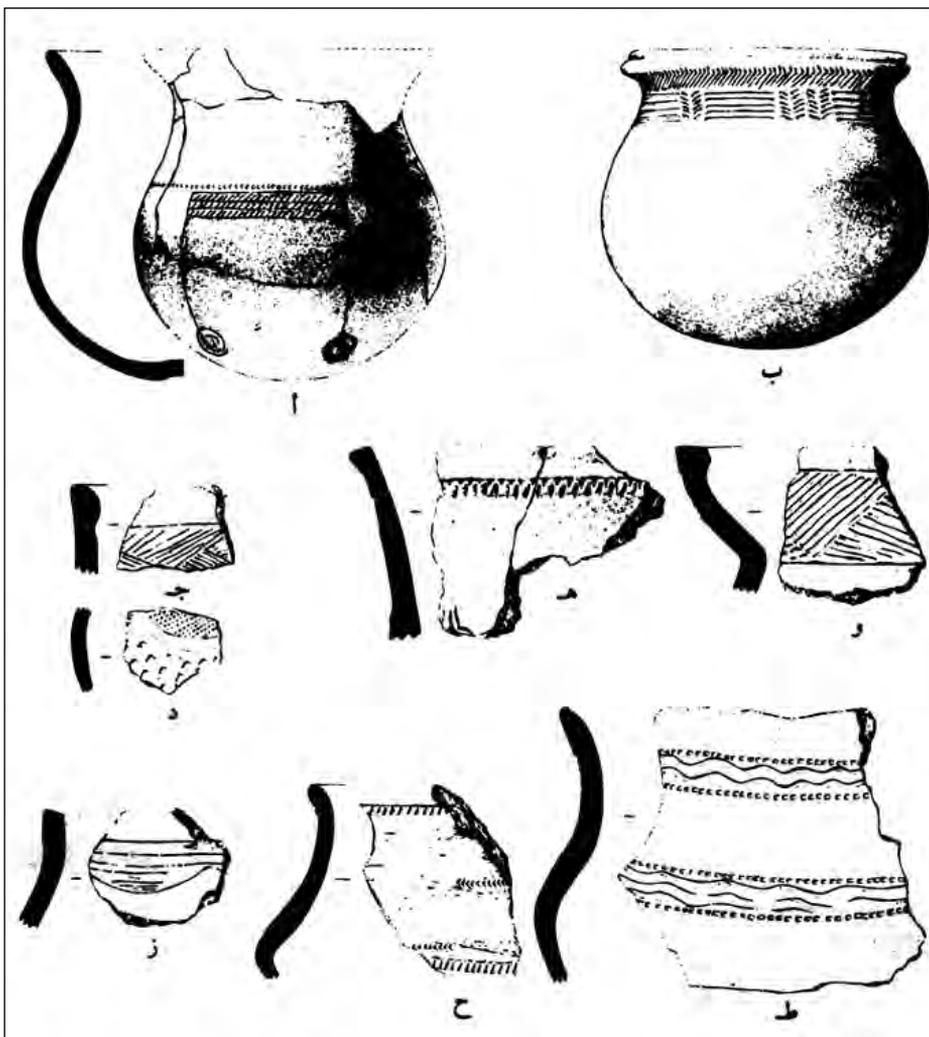



FIGURA 25.4 Objetos encontrados no sítio de Batalimo, no sul de Bangui (República Centro-Africana): 2.a. Pote do tipo Urewé (Fonte: M. D. Leakey, W. E. Owen, L. S. B. Leakey. 1948. pr. IV); 2.b. pote de Kalambo; 2.c, 2.d. Fragmentos de cerâmica de Kangonga, sítio Chondwe (Fonte: D. W. Phillipson. 1968-a. fig. 4); 2.e, 2.f. Fragmentos encontrados em Kapwirimbwe; 2.g. Fragmentos de cerâmica de Kalundu (Fonte: B. M. Fagan, 1967. fig. 122); 2.h, 2.i. Fragmentos de cerâmica de Dambwa.

parece, crianças prematuras também eram enterradas. Observa-se uma clara tendência a fazer corresponder o tamanho dos vasos à idade do morto. Em certos casos, o morto trazia na mão um feixe de cruzetas.

A imagem que se tem de Sanga é a de uma civilização que dava mais importância à caça e à pesca do que à agricultura. Entretanto, encontraram-se nos túmulos enxadas e mós fixas, bem como restos de cabras e aves.

Nenhum túmulo é particularmente rico de modo a indicar que tivesse pertencido a um chefe importante, mas o grau de refinamento do mobiliário funerário mostra a grande habilidade dos artesãos de Sanga, que trabalhavam o osso, a pedra e a madeira, trefilavam o ferro e o cobre e praticavam a fundição em molde aberto. Sua cerâmica afigura-se bastante original.

Como os ossos ainda não foram analisados, o único dado antropológico disponível decorre de um estudo odontológico de uma parte dos restos humanos. Tal estudo revela notadamente a grande frequência de dentes mutilados. Se soubéssemos ao certo a extensão total do cemitério, poderíamos ter ideia do tamanho da população.

A civilização de Sanga parece ter constituído um fenômeno admirável, porém isolado, considerados os limites atuais de nossos conhecimentos. É provável que a totalidade das descobertas abranja um período mais longo do que o sugerido pelas duas datações por radiocarbono. Novas escavações foram empreendidas em 1974, tendo como principal objetivo saber o tempo de utilização do cemitério e estabelecer sua cronologia interna, delimitar sua área e tentar encontrar o sítio de habitação. Trinta novos túmulos foram explorados, sendo provavel que com eles possamos completar a cronologia e ter uma ideia do tamanho do cemitério. Em contrapartida, devido à expansão das aldeias modernas, não pôde ser encontrado o sítio de habitação.

No entanto, em Katongo, a cerca de 10 krn de Sanga, as escavações parecem indicar um nível de habitação no sopé de uma colina a menos de 1 km de um cemitério; além disso, revelaram a existência de grupos de cerâmica reconhecidos em Sanga.

Situado à margem direita do Lualaba, perto de Bukama, a cerca de 130 km a montante do Sanga, o cemitério de Katoto foi parcialmente escavado em 1959, ocasião em que se encontraram 47 novos túmulos.

Obtiveram-se três diferentes conjuntos arqueológicos. Primeiro os túmulos; depois as fossas contendo material distinto do encontrado nos túmulos; finalmente, numa camada superior, uma cerâmica distinta da dos túmulos e fossas. Em relação ao cemitério de Sanga, o de Katoto distingue-se, antes de mais nada, por apresentar túmulos para sepultamentos múltiplos – até sete

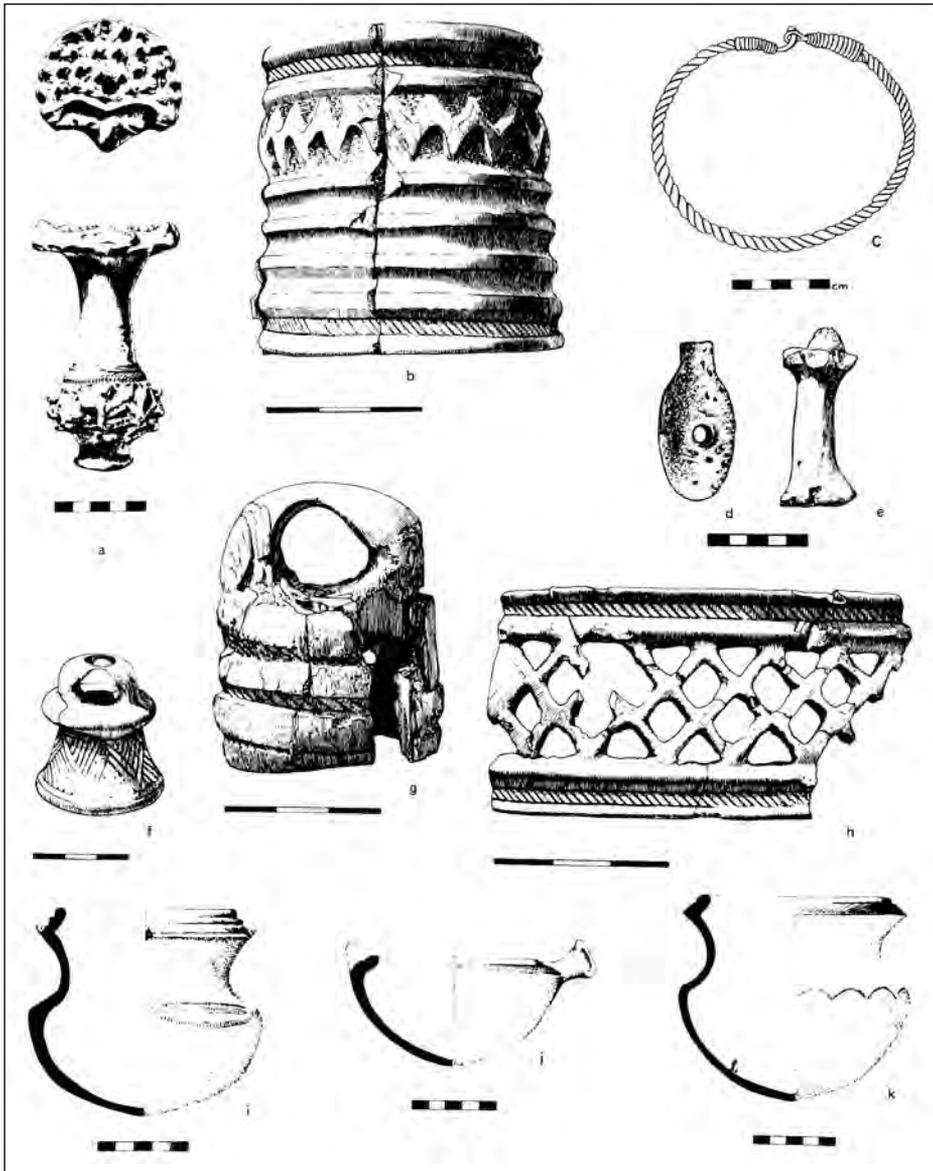



FIGURA 25.5 Objetos encontrados em Sanga: 3.a. Vaso com decoração antropomórfica (vista de cima e de lado); 3.b. Bracelete de marfim; 3.c. Colar de cobre; 3.d. Apito de ferro; 3.e. Abaco de terracota; 3.f. Pingente de pedra; 3.g. Pingente de marfim; 3.h. Fragmento de meio colar de marfim; 3.i., 3.j., 3.k. Tipos de vasos. (Fonte: J. Hiernaux, E. de Longrée e J. de Buyst. 1971. Museu de Ternuren.)

pessoas. Em alguns deles foram encontrados objetos tais como um martelo de ferreiro, bigornas, amontoados de pontas de ferro e um machado de guerra. Trata-se provavelmente de túmulos de personagens importantes, com certeza de ferreiros, em cuja honra foram sacrificadas duas mulheres e quatro crianças, num caso, e duas mulheres e uma criança, em outro.

O mobiliário funerário dos túmulos é tão rico quanto o de Sanga, sugerindo uma sociedade próspera, com alto nível de desenvolvimento técnico. A presença de numerosas enxadas e mós ressalta a importância da agricultura, embora a caça e a pesca também devessem ser praticadas.

Em Katoto, estão completamente ausentes as cruzetas de cobre, a cerâmica Mulongo e a de engobe vermelho. No entanto, encontraram-se três tigelas kisalienses, único testemunho de algum contato entre Sanga e Katoto.

A presença de contas de vidro e ornamentos de conchas vindos tanto do oceano Atlântico como do Índico revela a existência de relações comerciais em distâncias bastante ampliadas.

A cerâmica de Katoto é tão original quanto a de Sanga e parece menos estereotipada. Alguns motivos decorativos lembram a cerâmica Urewé. Mas, como esta não foi encontrada na região do Shaba, não se pode afirmar que a cerâmica de Katoto seja um desenvolvimento do tipo Urewé. Talvez se trate de um simples caso de convergência. De fato, a maioria dos motivos comuns a ambas, como a espiral, os ornamentos entrelaçados, as faixas em espinha de peixe e os círculos concêntricos, faz parte do repertório mundial.

As fossas são mais recentes do que os túmulos e por vezes lhes causam abalos. Uma delas foi datada por radiocarbono: +1190 ±60. Entre os raros fragmentos de cerâmica encontrados nessas fossas, alguns apresentam uma pequena concavidade na base, característica que também sugere a cerâmica Urewé.

O cemitério de Katoto completa o quadro que se delineia a partir das escavações de Sanga. Não deixa, porém, de causar espanto o fato de dois grandes aldeamentos tão próximos um do outro e aparentemente contemporâneos terem mantido tão poucas relações entre si.

A despeito da abundância de objetos tumulares, não sabemos grande coisa sobre o povo sepultado nessas necrópoles. Ignoramos quem era, de onde veio ou como morreu e mal podemos imaginar como vivia. O tamanho dos cemitérios sugere que, próximo ao fim do I milênio da Era Cristã, as margens do Alto Lualaba foram palco de grandes concentrações humanas, que deram origem a brilhantes civilizações. As escavações em andamento em diversos novos sítios arqueológicos deverão proporcionar informações mais detalhadas sobre essas civilizações.

Origem dos Bantu

Como dissemos, a palavra “bantu” originalmente designava um grupo de línguas. Aos poucos, porém, veio a adquirir uma conotação etnográfica e mesmo antropológica. De fato, foi a classificação linguística que serviu de base para os pesquisadores de outras disciplinas.

Não dispomos de testemunhos escritos, e a arqueologia, por si só, não nos permite estabelecer correlações diretas entre os vestígios existentes da Idade do Ferro e a noção linguística da palavra “bantu”.

As escavações revelam cerâmicas, objetos de ferro e cobre, restos de cozinha e uns poucos esqueletos. Mas, assim como não podemos afirmar que um pote é mais especificamente indo-europeu do que outro, é igualmente impossível identificar um vaso como sendo “bantu”.

Até agora, coube à linguística fornecer a maior parte dos pormenores acerca da origem e expansão dos “Bantu”. Segundo alguns linguistas – dando sequência principalmente aos trabalhos de Greenberg e de Guthrie –, as línguas bantu, ora difundidas por quase metade da África, originaram-se na região do Médio Benue, na fronteira entre a Nigéria e a República dos Camarões.

Várias vezes se tentou relacionar o sucesso dos grupos “bantu” ao seu conhecimento do trabalho do ferro. No entanto, comparando-se os termos relativos a metalurgia nas línguas bantu, observa-se uma grande diferença no vocabulário básico referente aos trabalhos de forja. Algumas reconstruções, porém, sugerem o uso do ferro no estágio protobantu – por exemplo, as expressões denotativas de “forjar”, “martelo” e “fole”. Existiriam elas na língua bantu antes de sua divisão, ou teriam entrado de empréstimo em algum estágio desconhecido do processo de ramificação? Não é impossível que tais palavras, tão amplamente atestadas, resultem de uma mudança de sentido na passagem do protobantu para as línguas atuais. Assim, a palavra designativa de “forjar” seria apenas uma especialização a partir de “malhar”. Finalmente, outros termos de metalurgia parecem ter a mesma origem tanto nas línguas bantu como nas não-bantu, indicando tratar-se, em ambos os casos, de termos tomados de empréstimo.

Quando se pensa quão importante era a habilidade de trabalhar os metais nas sociedades tradicionais da África, torna-se difícil explicar por que se os “Bantu” trabalharam o ferro antes de sua expansão, não encontramos nenhum vestígio linguístico que evidencie isso.

O estudo de trabalhos de diferentes etnólogos demonstra que, embora se possam distinguir algumas áreas culturais no mundo “bantu”, não é possível

estabelecer um conjunto de características comuns aos “Bantu” que ao mesmo tempo os diferenciem de outros povos africanos.

Enfim, poucas pesquisas foram realizadas em antropologia física referentes aos “Bantu”. Um artigo de J. Hiernaux (1968) é o único a apresentar alguns fatos. O autor destaca a proximidade biológica das populações de fala bantu, mas suas conclusões são tiradas com base nas evidências dos povos atuais. Tão ínfimo é o número de trabalhos realizados nessa área da paleontologia humana que fica difícil distinguir um esqueleto “bantu” atual, que esteja completo, de um de outro grupo africano ou mesmo europeu. Que dizer então dos esqueletos danificados ou fragmentários que, frequentemente, é tudo o que a arqueologia coloca à nossa disposição!

Os únicos remanescentes de fósseis humanos devidamente estudados provêm de Ishango, no Parque dos Virunga, no Zaire. Infelizmente, não se pôde determinar com precisão a idade desses restos nem tampouco definir seu tipo físico.

Natureza das sociedades na Idade do Ferro Antiga

Pouco se sabe sobre o modo de vida das populações do início da Idade do Ferro. Os indícios existentes variam segundo a extensão das pesquisas realizadas: os sítios da Zâmbia e os cemitérios de Sanga e Katoto, no Shaba, forneceram os dados mais concretos.

São raros os sítios de habitação na África central. Os únicos conhecidos são os de Gombe, Kalambo Falls e, talvez, Katongo.

O único indício de atividade agrícola no início da Idade do Ferro são as enxadas de ferro, praticamente idênticas às modernas. Os buracos cavados no solo foram considerados como silos subterrâneos, e as pequenas construções de barro amassado e palha, como celeiros. O fato de haver numerosos restos de mós é menos convincente, visto que as sociedades que viviam da caça e da coleta de alimentos também possuíam implementos de moagem.

Como no caso dos vegetais, os restos de animais domésticos da Idade do Ferro Antiga são muito raros e difíceis de identificar. Não temos nenhuma prova concreta para a África central, salvo os restos de ossos-canhão de cabras em alguns túmulos de Sanga.

A presença da mosca tsé-tsé em certas regiões constitui sério obstáculo à criação de animais. Considerando que as áreas infestadas pelo inseto devem ter variado no decorrer do tempo, torna-se difícil delimitar, para épocas tão remotas, as regiões onde a criação de animais era praticável.

A caça e a pesca ainda eram as principais fontes de alimento.

As escavações revelaram pontas de flecha e de lança e restos do que devem ter sido cães de caça. Usavam-se também, provavelmente, armadilhas e redes.

A importância da pesca é atestada pelos anzóis encontrados nos túmulos de Sanga e Katoto. Os braseiros trifólios de Sanga são muito semelhantes aos usados pelos barqueiros da região equatorial do Zaire em suas canoas.

Um certo número de objetos encontrados durante as escavações denota a existência de amplas redes de comércio na Idade do Ferro Antiga. O comércio parece ter-se limitado sobretudo às áreas próximas aos grandes rios, ou seja, o Zaire e o Zambeze. Os sítios localizados longe dos rios ou da região dos lagos forneceram muito poucos objetos importados.

Cabe distinguir aqui dois tipos de circuitos comerciais: o comércio regional, que lidava sobretudo com metais, cerâmicas, cestos, peixes secos e sal, e o comércio a longa distância, que operava com conchas (cauri e conuses), contas de vidro e metais – como o cobre. No Zaire, em Sanga e em Katoto, todas as conchas e contas procediam da costa leste, com exceção de um tipo de concha de Katoto vinda do Atlântico, distante cerca de 1400 km em linha reta. Cruzetas de cobre, usadas como espécie de moeda, foram encontradas em regiões bem afastadas das áreas cupríferas.

Apesar das lacunas em nossos conhecimentos, parece provável que a economia dos povos da Idade do Ferro Antiga pouco se diferenciava da economia das sociedades tradicionais de hoje. Baseava-se na agricultura e na criação de animais, mas provavelmente ainda dependesse, em grande parte, da caça, da pesca e dos alimentos silvestres. Do ponto de vista econômico, eram sociedades quase auto-suficientes.

Mesmo os mais antigos restos de metalurgia descobertos em escavações não diferem fundamentalmente dos das sociedades descritas pelos etnógrafos. Mas existem, numa mesma região, variações contemporâneas nas técnicas e no tipo de objetos produzidos. Portanto, as diferenças quanto aos objetos metálicos e utensílios de forja não são necessariamente cronológicas, mas podem perfeitamente ser culturais.

Fornos de tijolos para a fundição de ferro foram encontrados em associação com a cerâmica com concavidade em Kivu, Ruanda, Burundi e Buhaya, no nordeste da Tanzânia. Note-se que na única descrição da fundição do ferro em Ruanda, feita por Bourgeois (1957), um círculo de tijolos cozidos é empregado na construção de um forno muito semelhante aos restos encontrados por Hiernaux e Maquet.

Até aqui o uso do cobre sempre apareceu em associação com o do ferro. O cobre era extraído no Shaba, no norte da Zâmbia, e provavelmente no Baixo Zaire. Como mostram os objetos encontrados em Sanga e Katoto, o trabalho

do cobre já atingira um alto grau de requinte. Também o chumbo parece ter sido usado nesse período. Os Kongo continuavam a dedicar-se à extração do chumbo no começo deste século.

Os restos de cerâmica não constituem um fóssil-guia da Idade do Ferro porque, como vimos, a cerâmica também é encontrada no contexto da Idade da Pedra Recente e do Neolítico. De modo geral, é impossível distinguir a cerâmica da Idade do Ferro da cerâmica dos períodos anteriores. Na região interlacustre e na Zâmbia, porém, existem certos tipos de cerâmica típicos da Idade do Ferro, como os de Urewé, Kalambo, Chondwe, Kapwirimbwe, Kalundu e Dambwa.

Os vasos eram modelados amassando-se e estirando-se a argila em faixas ou roletes frequentemente arranjados em espiral. Tão grande é a variedade de formas e decorações, que aqui nos limitamos apenas às mais características.

Até onde a arqueologia nos permite julgar, as sociedades da Idade do Ferro Antiga não eram essencialmente diferentes das de hoje, devendo inclusive apresentar o mesmo tipo de diversidade.

As técnicas agrícolas então praticadas não favoreciam os grandes aldeamentos e acarretavam certa mobilidade das populações.

Os cemitérios de Sanga e Katoto constituem exceção, pois devem ter resultado ou de uma ocupação muito longa ou de uma grande concentração humana às margens do Lualaba. A riqueza do mobiliário funerário de algumas sepulturas, especialmente em Katoto, pode ser indício de desigualdades sociais.

A abundância e o acabamento dos objetos de ferro, cobre, pedra, madeira, osso e cerâmica refletem não apenas a habilidade dos artesãos, mas também, provavelmente, certo grau de especialização.

Todos os túmulos descobertos evidenciam elaboradas práticas funerárias. Os mortos usavam numerosos ornamentos corporais, como braceletes, anéis, colares, brincos, adornos de contas e conchas. Os cauris, os conus e as contas de vidro ou de pedra podem ter servido, entre outras coisas, como moeda, a exemplo das cruzetas. Por fim, a mais antiga escultura em madeira da África central vem de Angola e foi datada de +750.

Conclusão

Não poucas vezes sublinhei o perigo de se utilizar descobertas provisórias de uma ciência para apoiar as conclusões de outra. Correlações precipitadas não raro acabam resultando em teorias gerais difíceis de sustentar na rigorosa

estrutura das respectivas disciplinas. Não obstante, qualquer tentativa de descrever a natureza das sociedades da Idade do Ferro Antiga ou de determinar a origem dos povos de língua bantu envolve o cotejo de dados arqueológicos e não-arqueológicos.

Algumas teorias, como a de Guthrie, apresentam uma interpretação geral extremamente elaborada. A teoria histórica e geográfica formulada por Guthrie influenciou claramente, talvez de modo consciente, inúmeros arqueólogos e antropólogos.

A interpretação antropológico-arqueológico-linguística, que associava a expansão das línguas bantu à difusão da metalurgia do ferro, condizia perfeitamente com a ideia da evolução a partir do Crescente Fértil, negando à África a possibilidade de invenções autônomas.

Os progressos científicos mais recentes permitem reconsiderar essas teorias. Os linguistas questionam os métodos e os resultados da glotocronologia. Novas datações trazem novos esclarecimentos sobre a origem da metalurgia na África central. De fato, vestígios da metalurgia do ferro no sítio de Katuruka foram datados de aproximadamente -500/-400[4].

No grau de ignorância em que nos encontramos, levando em conta esses novos dados, torna-se claro que os problemas relacionados com a difusão do ferro e a origem das línguas bantu são mais complexos do que se pensava e não podem ser reduzidos a um esquema simplista, cheio de contradições.

Por conseguinte, parece inútil continuar a construir novas hipóteses sobre as migrações e sobre as origens da metalurgia sempre que uma escavação resulte em novas datações. Podemos, no entanto, tentar relacionar alguns fatos relevantes. No tocante à origem do trabalho do ferro, as novas datas propostas para Katuruka parecem implicar uma conexão com as datas, quase contemporâneas, estabelecidas para Méroe. É possível, pois, conceber uma expansão da metalurgia em direção ao sul a partir de Méroe, mas nesse caso tal expansão teria ocorrido com demasiada rapidez. No momento, não se pode, portanto, excluir a possibilidade de uma outra origem, que poderia ser até mesmo local.

É difícil entender a persistência da ideia de uma ligação indissolúvel entre a difusão da metalurgia e a expansão dos "Bantu", embora ainda não esteja provado que os dois fenômenos sejam totalmente independentes. Seria lícito

4 As datas aqui mencionadas foram calculadas em anos radiocarbono, o que não corresponde exatamente aos anos do calendário. As datas anteriores à Era Cristã devem ser proporcionalmente aumentadas, o que varia segundo o período considerado.

supor que os "Bantu" ignoravam o uso do ferro no começo de suas peregrinações, só vindo a descobri-lo no curso de sua expansão?

Como o leitor terá notado, nossas informações sobre a Idade do Ferro Antiga na África central revestem valor desigual e são por demais fragmentárias; as primeiras pesquisas foram conduzidas no intuito de construir teorias, que vergam agora sob o peso de novos dados. Um imenso trabalho – mais extenso, mais sistemático e mais bem coordenado – se faz necessário antes que possamos chegar a uma explicação convincente sobre os eventos desse período crucial da história da África central.

CAPÍTULO 26

A África meridional: caçadores e coletores

J. E. Parkington

De acordo com pesquisas recentemente realizadas, os povos que conheciam o uso do ferro deslocaram-se para o sul do Limpopo o mais tardar no século IV ou V da Era Cristã[1]. Embora não se tenham publicado ainda dados mais detalhados, parece claro que na Idade do Ferro os habitantes do Transvaal e da Suazilândia eram agricultores e pastores e fabricavam uma cerâmica semelhante à do Zimbábue, Zâmbia e Malavi da mesma época aproximadamente[2]. Não se sabe se a expansão aparentemente rápida dos povos da Idade do Ferro continuou no mesmo ritmo em direção ao sul, porém as datas mais antigas referentes à metalurgia em Natal são um tanto posteriores, girando em torno de -1050[3].

Nota do Comitê Científico Internacional

O Comitê Científico Internacional teria preferido que este capítulo, a exemplo dos demais, fosse desenvolvido segundo o critério cronológico estritamente fixado para o volume II. Por isso solicitou ao editor do volume para esclarecer esse ponto ao autor. Este, porém, considerou impossível fazer qualquer alteração radical em seu texto. Assim sendo, o Comitê o está publicando na forma definida após discussão com o autor. Não obstante, mantém sérias reservas quanto ao método empregado, particularmente no primeiro parágrafo, devido à confusão que dele resulta para o leitor, a quem são apresentadas a um só tempo informações sobre os períodos paleolítico e contemporâneo.

1 BEAUMONT, P. B. & VOGEL, J. C. 1972. pp. 66-89; MASON, R. J. 1973. p. 324; KLAPWIJK, M. 1974. pp. 19-23.

2 Ver capítulo 27 deste volume.

3 DAVIES, O. 1971. pp. 165-78.

Também não é possível afirmar ainda em que época os grupos conhecedores do uso do ferro atingiram os limites mais meridionais de sua área de distribuição, nas proximidades do rio Fish, no distrito oriental do Cabo. A despeito dessas incertezas, que seguramente deverão ser objeto de novos estudos, sabe-se que as populações da Idade do Ferro desbarataram e deslocaram grupos indígenas de caçadores-coletores que praticamente ignoravam a metalurgia, a criação de gado e a domesticação das plantas. Somente nas áreas inadequadas à cultura mista, como as escarpas acidentadas da cadeia do Drakensberg, é que os caçadores conseguiram sobreviver à expansão da Idade do Ferro Antiga. No entanto, mesmo esses refúgios se revelarão ineficazes para defendê-los contra as privações do seu dia-a-dia, na segunda metade do último milênio.

Uma segunda – e, sob muitos aspectos, mais devastadora – expansão populacional começou no Cabo em meados do século XVI. Os primeiros contatos haviam sido feitos pelos viajantes portugueses no final do século XV e se intensificaram com a decisão da Companhia Holandesa das Índias Orientais de estabelecer um posto de reabastecimento em Table Bay em 1652. Decorridos sessenta anos, a maioria dos habitantes do Cabo, num raio de 100 km desse posto, havia abandonado seu modo de vida tradicional e emigrado, vagando como servos pela próspera colônia, ou sucumbido às doenças introduzidas pelos colonizadores[4]. Antes do final do século XVII, o posto de reabastecimento tornara-se uma colônia, e os colonizadores estiveram envolvidos em pelo menos duas guerras prolongadas contra grupos indígenas por questões ligadas à propriedade da terra. A princípio as populações autóctones eram designadas sob um único termo, *ottentoo,* ou "hotentotes", mas gradualmente a distinção entre pastores (hotentotes – de muitos dos quais se conheciam os nomes das tribos) e caçadores (bosquímanos, ou bushmen, do holandês *bosjesman,* também conhecidos como hotentotes sônqua) passou a ser reconhecida e usada. Obviamente, esses grupos guardavam estreitos laços de parentesco, porquanto falavam línguas semelhantes, partilhavam grande parte da tecnologia de subsistência e da cultura material, e pouco diferiam fisicamente uns dos outros. Como, nesses aspectos, se destacassem claramente dos demais grupos da população indígena – agricultores do norte e do leste que conheciam o uso do ferro –, foram, de modo geral, identificados como constituindo elementos étnicos distintos, a que hoje se chamaria Khoi-Khoi, no caso dos pastores, e San, em se tratando dos caçadores, nomes cuja frequente justaposição deu origem ao termo Khoisan[5].

4 ELPICK, R. H. 1972; MARKS, S. 1972. pp. 55-80.

5 SCHAPERA, I. 1930.

Parece impossível, no presente caso, permanecer dentro dos limites cronológicos estabelecidos para este volume. O autor procurou descrever os aspectos duradouros e relativamente estáveis de um determinado modo de vida, deixando aos autores dos outros volumes referentes às mesmas regiões a tarefa de descrever as mudanças ocorridas ao longo dos séculos na vida desses grupos em decorrência do contato com o mundo exterior e ainda de chamar a atenção para o papel desempenhado por esses grupos na história geral da África austral. Desse modo os riscos de sobreposições serão minimizados.

Os Khoisan

Este capítulo fará uma exposição do que se conhece sobre o modo de vida dos caçadores e pastores prensados entre os agricultores da Idade do Ferro e os colonizadores europeus das regiões meridionais da África austral. Como os colonizadores conheciam a escrita, e os agricultores da Idade do Ferro não, a documentação sobre a vida dos San e dos Khoi-Khoi tradicionais e sobre as relações dos Khoisan com outros grupos está muito mais voltada para as regiões ocidentais do Cabo. Em certos aspectos esse viés é acentuado pela riqueza arqueológica da zona montanhosa do Cabo em comparação com muitas outras partes da África austral. Mas as descrições apresentadas, embora quase sempre concernentes ao sul e ao oeste, poderiam trazer esclarecimentos sobre o modo de vida dos Khoi-Khoi e dos San na região como um todo, ainda que ficassem faltando muitas particularidades locais.

Por várias razões, são numerosos os testemunhos sobre o modo de vida dos grupos khoisan. Pelo fato de terem sobrevivido até data bem recente, existem inúmeras evidências arqueológicas sob a forma de restos de objetos e resíduos de origem animal e vegetal; por terem estabelecido contato com sociedades que conheciam a escrita, existe um conjunto de documentos históricos sobre seu modo de vida; ademais, pelo menos alguns dos grupos indígenas deixaram seus próprios documentos na forma de pinturas e gravuras rupestres, que constituem valiosa fonte de informações sobre a sua sociedade, economia, tecnologia e provavelmente religião. Outra fonte importante é o meio ambiente, já que não sofreu transformações radicais em muitas regiões da África austral desde o tempo em que foi ocupado pela primeira vez pelos caçadores e coletores. Assim, depois de 250 anos de atividade agrícola, ainda é possível documentar e interpretar os fatores espaciais e sazonais que até certo ponto teriam determinado o caráter do povoamento pré-histórico. A disponibilidade de recursos alimentares básicos, os

locais de afloramento de matéria-prima e as mudanças cíclicas na pastagem e no abastecimento de água, tudo isso vem sugerir os tipos de povoamento a que os caçadores e os pastores podem ter recorrido. Finalmente, embora não mais existam caçadores ou pastores no Cabo, encontram-se grupos aparentados na Namíbia e no Botsuana, o que permitiu aos antropólogos estudá-los sistematicamente. Seus estudos relativos à tecnologia, à economia e à organização social fornecem aos arqueólogos valiosos modelos gerais para a interpretação dos vestígios dos povos extintos de outras regiões.

Como não usassem metais para fabricar seus instrumentos de cortar, raspar ou lascar, os pastores khoi-khoi e os caçadores san se inserem no campo de estudos da Idade da Pedra, tendo sido amplamente analisados em termos do instrumental lítico que produziram. Dessa forma, os historiadores ou antropólogos que desejassem fazer uso dos registros arqueológicos tinham que recorrer às listas de instrumentos e encaixar as indústrias wiltoniense e smithfieldiense no quadro que esboçavam das condições de vida anteriores à chegada dos europeus. Para os fins da discussão que se segue, as diferenças secundárias entre conjuntos de objetos de um sítio para outro não serão realçadas nem empregadas como critério para dividir os caçadores e os pastores em agrupamentos culturais. Pelo contrário, admitir-se-á que todos os ocupantes da África austral na Idade da Pedra Recente fizeram uso de objetos microlíticos, como raspadores, pontas de armas de arremesso, enxós e furadores. As variações nas proporções desse instrumental de uma jazida para outra e o aparecimento ocasional de outras formas de instrumentos serão interpretados como reflexo das diferentes necessidades que tinham as populações de determinados utensílios na medida em que suas tarefas diárias se diversificavam. Povos que ocupavam áreas muito distantes umas das outras devem ter tido à sua disposição matérias-primas diferentes, ou então devem ter se empenhado em atividades de subsistência significativamente diversas e, portanto, ter produzido instrumentais líticos distintos. No entanto, tratava-se de comunidades similares, ligadas por uma tecnologia semelhante em seu aspecto mais geral e por um grande número de características não-tecnológicas, como língua, tipo físico e economia.

Os caçadores-coletores san

Estudos etnográficos recentes sobre os caçadores-coletores demonstram a importância considerável, na dieta dos grupos pertencentes a essa categoria

econômica, do componente colhido ou coletado[6]. Torna-se claro, pelos relatos referentes aos Kung e aos G/wi do Calaari[7], que os alimentos coletados pelas mulheres constituíam a parte maior da dieta diária do grupo, embora os homens e as crianças também se dedicassem à coleta desses *veldkos*. A característica mais importante da coleta de alimentos – os quais eram, não totalmente, mas na maior parte, de origem vegetal – é que se sabia de antemão onde encontrá-los e se podia contar com eles como base para a alimentação de todo dia. As carnes ricas em proteínas, produto da caça de animais, eram também importantes, mas, sendo sua obtenção imprevisível, não faziam parte integrante da alimentação diária. Isso não significa que se deva considerar os caçadores como coletores, mas, antes, que é preciso reconhecer o equilíbrio entre os recursos alimentares disponíveis para os grupos de caça e de coleta. Tais grupos garantiam sua subsistência com a coleta de alimentos e ocasionalmente se beneficiavam dos sucessos na caça.

Esse modo particular de alimentação difundia-se por toda a África meridional, conforme pode ser atestado pelas descrições em primeira mão dos viajantes europeus dos séculos XVII e XVIII, assim como pelos fragmentários registros arqueológicos. O relato de Paterson de agosto de 1778, por exemplo, em Namaqualândia, diz sobre "certos hotentotes bosquímanos" que "não têm nenhum gado [...] vivem de raízes e resinas; por vezes se regalam com um antílope que caçam com flechas envenenadas"[8]; e Thompson, percorrendo o distrito de Cradock, próximo ao curso superior do Orange, em junho de 1823, visitou um "*kraal* de bosquímanos", sobre cujos ocupantes escreveu:

> "Essas pobres criaturas alimentam-se principalmente de certos bulbos selvagens que crescem nas planícies, e também de gafanhotos, formigas brancas e outros insetos… Isso é tudo com o que contam para a sua subsistência, salvo quando os homens conseguem atingir alguma caça com suas flechas envenenadas"[9].

Relatos semelhantes, abrangendo uma área geográfica que se estende da Cidade do Cabo às fronteiras da antiga Colônia do Cabo numa cronologia que vai dos primeiros anos de 1650 até a década de 1820, são unânimes em reconhecer esse padrão médio da dieta de subsistência dos San. Pouquíssimas descrições deixam de acentuar que "a caça é ocasional" e todas mencionam raízes e bulbos como alimentos principais. De fato, os autores fazem referência

6 LEE, R. B. 1968.

7 LEE, R. B. 1972.

8 PATERSON, W. 1789.

9 THOMPSON, G. 1827.

a vários alimentos vegetais, notadamente ervas, bagas e resinas, mas são os *uyntjes* – literalmente, cebolas –, ou “raízes bulbosas”, que aparecem com maior frequência nos registros históricos. Não se trata, a rigor, de cebolas, mas de cormos, caules subterrâneos, de várias plantas da família da íris, como a *Iris* propriamente dita, o *Gladiolus,* a *Ixia* e a *Moraea,* todas citadas nominalmente. Além dos alimentos vegetais, existem numerosas referências ao alimento coletado de origem animal, como lagartas, formigas, gafanhotos e tartarugas, bem como o mel, nenhum deles desprezado na luta diária pela subsistência.

Naturalmente, os registros arqueológicos estão voltados de preferência para aqueles alimentos que, depois de consumidos, deixam resíduos duradouros. É por essa razão que a arqueologia ressalta o papel da caça entre os San na África austral. Mas onde as condições favoráveis à preservação possibilitaram a descoberta e a análise de vestígios de materiais orgânicos, pôde-se reconhecer a importância dos vegetais na alimentação. Abrigos sob rocha e cavernas na Namíbia[10], na região sudoeste do Cabo[11], no Cabo oriental[12], em Natal[13] e no Lesoto[14] contêm inúmeros restos vegetais, dentre os quais se destacam caules, tegumentos e bases de bulbos de um grande número de plantas iridáceas. Naturalmente, os tipos de alimentos vegetais disponíveis variam de um sítio para outro, em função da riqueza da paisagem vegetal de cada localidade, mas há um claro predomínio de raízes e rizomas, cormos, bulbos e tubérculos, seguidos pelas sementes de espécies frutíferas[15], no conjunto dos dados coletados.

A maioria dos relatos históricos referentes à parte animal da dieta pré-histórica fala genericamente da “caça” dando a impressão de que era ampla a variedade de espécies caçadas. Isso é confirmado pelos inventários faunísticos levantados por ocasião das grandes escavações, como as de Die Kelders[16] e Nelson Bay Cave[17], os quais incluem desde musaranhos até elefantes, e mesmo baleias. Contudo, os vestígios da fauna desses sítios mostram a acentuada preponderância de animais de pequeno porte, como tartarugas, coelhos (*dassies*), toupeiras-das-dunas e pequenos herbívoros locais, como o *steenbock,* o *grysbock* e o *duiker,* variedades

10 WENDT, W. E. 1972. pp. 1-45.

11 PARKINGTON, J. E. & POOGENPOEL, C. 1971.

12 DEACON, H. J. 1969. pp. 141-69; DEACON, H. J. & J. 1963. pp. 96-121.

13 DAVIES, O. Comunicação pessoal.

14 CARTER, P. L. Comunicação pessoal.

15 DEACON, H. J. 1969; PARKINGTON. J. E. 1972. pp. 223-43.

16 SCHWEITZER, F. R. 1970. pp. 136-8; SCHWEITZER, F. R. & SCOTT, K. 1973. p. 547.

17 KLEIN, R. G. 1972. pp. 177-208.

austrais de antílopes. As ossadas de carnívoros são raras, refletindo talvez caçadas ocasionais visando unicamente a obtenção de peles. Os herbívoros de grande porte, como o veado-do-cabo (*hartebeest*), o elã e o búfalo, acham-se muito pouco representados em relação aos animais menores, e são raros os restos de elefantes, hipopótamos e rinocerontes. Embora essas proporções reflitam em parte uma tendência dos grupos pré-históricos no sentido de levar para seus acampamentos os animais menores e desossar os maiores no local da caça, não se pode contestar que a caça de pêlo e os herbívoros de pequeno porte eram os principais alvos ou as vítimas mais frequentes dos caçadores.

Os recursos marinhos foram amplamente explorados pelos grupos san, como atestam os inúmeros concheiros no litoral, tanto dentro como fora das cavernas. As relações entre os "batedores de praia" *strandlopers* e os grupos san e khoi-khoi serão discutidas mais adiante, mas há evidências convincentes de que muitas das cavernas costeiras e dos campos de concheiros a céu aberto foram ocupados pelos grupos san. Embora os concheiros sejam a característica mais notável desses sítios, a composição dos restos faunísticos evidencia o uso de ampla variedade de animais marinhos como alimento, notadamente focas, lagostas, peixes e pássaros. Os resíduos dos alimentos vegetais são raros nos sítios costeiros. Mais para o interior, tanto na região oriental como na região ocidental do Cabo, há evidências da coleta de moluscos de água doce[18], tendo-se reconhecido a presença de peixes de água doce no Cabo ocidental e no Lesoto[19]. De fato, a pesca está retratada num grande número de pinturas rupestres no Lesoto e no Griqualand East[20].

Portanto a dieta alimentar dos grupos san acha-se bem documentada tanto histórica como arqueologicamente, embora a distribuição das escavações seja muito desigual e algumas áreas não tenham sido, por assim dizer, exploradas ou não apresentem depósitos muito bem conservados. Em termos gerais, a base da alimentação diária consistia em produtos coletáveis, incluindo rizomas e outros alimentos vegetais, mel e insetos, como gafanhotos, cigarras, térmitas e lagartas. Esses alimentos eram complementados com pequenos animais, como tartarugas, coelhos e toupeiras-das-dunas, com herbívoros de pequeno porte e, menos frequentemente, com animais de maior porte. Os grupos que viviam ao longo da costa apanhavam peixes, lagostas, focas e pássaros marinhos e coletavam grandes quantidades de moluscos, principalmente lapas e mexilhões. Os recursos

18 DEACON, H. J. & J. 1972; RUDNER, J. 1968. pp. 441-663.

19 PARKINGTON, J. E. & PÖGGENPOEL, C. 1971. p. 6; CARTER, P. L. 1969. pp. 1-11.

20 SMITS, L. 1967. pp. 60-7; VINNICOMBE, P. 1965. pp. 578-81.

fluviais, incluindo moluscos de água, doce e peixes, também eram utilizados, havendo uma referência histórica a peixes secos[21]. Thunberg no registro de suas observações quando esteve no Cabo ocidental, na década de 1770, descreve uma bebida preparada pelos caçadores ou pelos pastores, se não por ambos:

> "A palavra *gli,* na língua hotentote, designa uma planta umbelífera cuja raiz, depois de seca e reduzida a pó, é misturada com água fria e mel num cocho; após fermentar durante uma noite, proporciona uma espécie de hidromel, que os nativos bebem para entrar no estado de embriaguez"[22].

A tecnologia usada para explorar esses recursos é ilustrada pelos conjuntos de objetos de pedra, osso, madeira e fibra encontrados nas cavernas e abrigos de toda a África austral, e também nas descrições dos primeiros viajantes que percorreram a região. Os bulbos e os tubérculos eram arrancados com um bastão de cavar, de madeira, aparado e queimado numa das extremidades de modo a ter a forma de uma espátula, o qual tinha por lastro uma pedra perfurada, ajustada a meia altura de seu eixo. Esses instrumentos foram descritos por diversos viajantes[23], e deles foram encontrados fragmentos em De Hangen e Diepkloof, no Cabo ocidental[24], e em Scotts Cave, no Cabo meridional[25]. Existem numerosas pinturas rupestres retratando mulheres usando bastões de cavar lastreados (ver fig. 26.1); frequentemente elas dão a impressão de estar carregando bolsas de couro, provavelmente destinadas ao transporte dos alimentos para o acampamento. Pedaços de couro trabalhado são comum ente encontrados nas áreas secas dos abrigos sob rocha e cavernas do Cabo, mas de modo geral é impossível determinar se se trata de fragmentos de bolsas ou de armaduras de couro. Conhecem-se dois tipos de bolsas ou redes feitas de barbante: o primeiro, encontrado em Melkhoutboom e em Windhoek Farm Cave[26], tem malhas pequenas (cada malha mede cerca de 10 mm) e parece ter sido usado para transportar raízes e tubérculos; do segundo, em malha maior, conhece-se apenas um fragmento encontrado na caverna de Diepkloof, no Cabo

21 THOM, H. B. 1952-8.

22 THUNBERG, C. P. 1795. p. 31.

23 SPARRMAN, A. 1789. p. 219; THOMPSON, G. 1827. v. I, p. 57; cf. J. de GREVENBOEK, que dá o comprimento de 3 pés, ou aproximadamente 1 m, in: SCHAPERA, I. 1933.

24 PARKINGTON, J. E. & PÖGGENPOEL, C. 1971; PARKINGTON, J. E. Tese de doutoramento não publicada.

25 DEACON, H. J. & J. 1963.

26 DEACON, H. J. 1969; GROBBELAAR, C. S. & GOODWIN, A. J. H. 1952. pp. 95-101.

ocidental[27], além de uma ilustração incorporada à *Narrativa* de Paterson[28]. A julgar por essa excelente representação, este tipo de bolsa deve ter sido empregado para transportar cascas de ovos de avestruz, que serviam como recipientes para água. Todos os espécimes coletados pelos arqueólogos foram feitos com fios torcidos, confeccionados com as fibras do caule do junco *Cyperus textilis,* assim batizado por Thunberg no século XVIII em razão de seu uso. Pedras perfuradas ou trespassadas estão entre os achados de superfície mais comuns em toda a África austral.

Quase todos os narradores da caça entre os San referem-se ao arco e às flechas envenenadas como a principal arma. Visitando algumas regiões do atual Cabo oriental, em 1797, Barrow escreveu:

> "O arco era uma peça rudimentar de madeira do *guerrie bosch,* aparentemente uma espécie de *Rhus* [...]; a corda, de 3 pés de comprimento, era feita com as fibras dos músculos dorsais do *springbok,* torcidas. O tronco do aloé fornecia a aljava. A flecha consistia num caniço, no qual, numa das extremidades, se inseria uma lasca finamente polida do osso duro da perna do avestruz, redonda e com cerca de 5 polegadas de comprimento [...]. O comprimento total da flecha era de aproximadamente 2 pés [...]. O veneno tirado de cabeças de cobras e misturado ao sumo de certas plantas de raízes bulbosas era o principal elemento de que eles precisavam"[29].

Embora raramente se tenham escavado instrumentos inteiros, foram encontrados exemplares de todas as suas partes componentes nas cavernas do Cabo oriental e ocidental. Possíveis fragmentos de arco, hastes de flechas em junco, pedaços de caniços chanfrados, pontas de osso polidas e hastes de conexão, tendões em nó e fragmentos de aloés pintados constituem os restos abandonados ou perdidos do equipamento de caça dos San. Pequenos objetos de pedra em forma de lua crescente ou segmento de círculo parecem indicar um segundo tipo de ponta de arma de arremesso, que fixada com mástique vegetal, formava a aresta cortante das flechas, conforme demonstraram na Cidade do Cabo os bosquímanos capturados na década de 1920[30]. Arcos, flexas e aljavas são retratados com muita frequência nas pinturas parietais da África austral (ver figura 26.2).

27 PARKINGTON, J. E. Tese de doutoramento não publicada.

28 PATERSON, W. 1789.

29 BARROW, J. 1801-4.

30 GOODWIN, A. J. H. 1946. p. 195.

Contudo, muitos animais não eram caçados com arco e flecha, mas apanhados em armadilhas feitas com cordões vegetais espalhadas pelo *veld.* Paterson viu "várias armadilhas preparadas para a captura de animais selvagens"[31] quando viajava pelas proximidades do rio Orange, em 1779, e é quase certo que muitos dos fios torcidos dois a dois descobertos em sítios como os de De Hagen[32], Scotts Cave[33] e Melkhoutboom[34] sejam restos abandonados de antigas armadilhas feitas com cordões vegetais. Essa técnica devia ser mais eficaz na captura dos pequenos herbívoros que, como o *steenbok,* tendem a seguir sempre as mesmas trilhas dentro dos limites de seu território, podendo ser facilmente conduzidos às armadilhas por meio de sebes convenientemente orientadas. Dois curiosos objetos de madeira em forma de forquilha encontrados em Windhoek Farm Cave[35] e Scotts Cave[36] podem ter servido como disparadores dessas armadilhas.

Outras técnicas de caça, embora mencionadas em relatos históricos, ainda não foram confirmadas por testemunhos arqueológicos. Muitos viajantes do século XVIII, por exemplo, descreveram grandes fossas cavadas junto às margens dos rios, em cujo interior havia estacas pontudas fincadas em posição vertical. Segundo as interpretações mais correntes, deve tratar-se de armadilhas para a caça de animais de grande porte, como o elefante, o rinoceronte, o hipopótamo e o búfalo; sua distribuição geográfica era muito ampla, estendendo-se do rio Orange para o sul, e para leste até o Gamtoos. Barrow, visitando as fronteiras da colônia, nas proximidades de Graaff-Reinet, descreveu outra técnica de caça utilizada pelos caçadores san que consistia em preparar áreas para a caça "com pilhas de pedras colocadas a intervalos ou com alinharnentos de estacas em cujo topo eram amarradas penas de avestruz", para onde atraíam as espécies mais gregárias do planalto interior[37].

É fato que os caçadores-coletores empregavam grande número de técnicas de pesca; a maioria delas está documentada por testemunhos arqueológicos. As mais espetaculares talvez sejam as armadilhas feitas com cestos de junco trançado em forma de funil, do Baixo Orange, descritas por Lichtenstein e também

31 PATERSON, W. 1789. p. 114.
32 PARKINGTON, J. E. & PÖGGENPOEL, C. 1971.
33 DEACON, H. J. & J. 1963.
34 DEACON, H. J. 1969.
35 GROBBELAAR, C. S. & GOODWIN, A. J. H. 1952.
36 DEACON, H. J. & J. 1963.
37 BARROW, J. 1801-4. Vv I, p. 284.

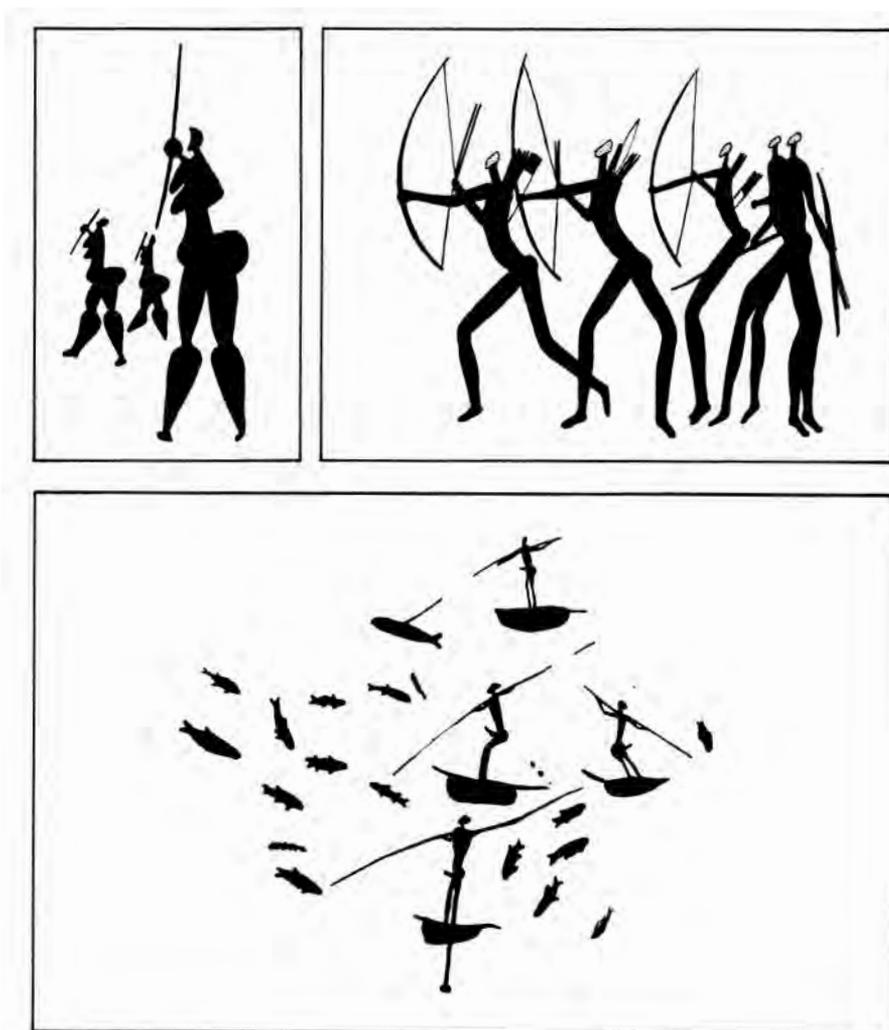



FIGURA 26.1 Pintura rupestre: mulheres com bastões de cavar lastreados por pedras perfuradas. Era tarefa das mulheres colher raízes e bulbos, bem como outros alimentos confiáveis, em suas excursões diárias ao "veld" (pinturas em vermelho esmaecido).

FIGURA 26.2 Grupo de homens com arcos, flechas e aljavas. Cabia aos homens caçar e preparar armadilhas para animais a fim de complementar o aprovisionamento, em grande parte vegetal, obtido pelas mulheres.

FIGURA 26.3 Cena de pesca de Tsoelike, Lesoto. Os caçadores-coletores da África austral eram também pescadores; apanhavam tanto espécies marinhas como fluviais, usando técnicas variadas; a técnica aqui representada parece envolver pequenos barcos ou jangadas.

por Barrow e atribuídas por ambos a *bosjesmans,* provavelmente os San[38]. Tais armadilhas eram colocadas na corrente dos rios; conforme foram descritas, eram feitas de "vime, ramos de árvores e junco", tinham a forma cônica, de funil, sem dúvida semelhante à das ainda hoje usadas nos rios Kafue e Limpopo[39]. Embora durante as escavações não se tenha encontrado nenhum vestígio delas, inúmeras pinturas rupestres do Lesoto e do Griqualand East retratam, incontestavelmente, conjuntos de nassas ligadas umas às outras por cercas de caniço ou madeira, apanhando grandes quantidades de peixe de água doce, notadamente o barbo[40]. Espinhas de peixe de água doce foram encontradas em sítios muito distantes um do outro, como o Lesoto e o Cabo ocidental, mas os métodos empregados para a pesca nem sempre são evidentes. Um certo número de ganchos de osso em forma de "V" foram descritos por Carter como sendo presumivelmente anzóis, mas ele admite a possibilidade de outras interpretações[41]. Nas cenas de pescaria das pinturas rupestres de Tsoelike, no Lesoto, os pescadores parecem estar de pé em embarcações e usando lanças compridas, possivelmente farpadas (ver fig. 26.3). Talvez isso tenha levado Vinnicombe a considerar tais cenas como sendo de época mais recente; a datação delas, contudo, ainda é um enigma. As escavações jamais revelaram vestígios de qualquer tipo de embarcação, o que, de todo modo, parece improvável que venha a acontecer.

Lichtenstein relata que no Baixo Orange, no mesmo local de onde provêm as armadilhas de pesca em forma de nassa:

> "Quando [os *bosjesmans*] esperam uma cheia do rio, enquanto a água ainda está baixa, constroem uma espécie de grande cisterna na margem, cercando-a com uma parede de pedras, que serve de reservatório; se a sorte é favorável, uma grande quantidade de peixes fica retida quando a água reflui"[42].

Esse tipo de armadilha de pedra para pesca baseada no aproveitamento das cheias e vazantes do rio encontra paralelo nas armadilhas que utilizam o fluxo e refluxo da maré, assinaladas na costa da África austral, desde a baía de Santa Helena até a baía de Algoa[43]. Como diversos exemplares dessas últimas se acham ainda em condições de funcionamento (alguns estando mesmo em uso), parece

38 LICHTENSTEIN, H. 1812. v. II, p. 44; BARROW, J. 1801-4.

39 SMITS, L. 1967.

40 SMITS, L. 1967; VINNICOMBE, P. 1960. pp. 15-9; id. 1965.

41 CARTER, P. L. 1969; CARTER, P. L. Comunicação pessoal.

42 LICHTENSTEIN, H. 1812.

43 GOODWIN, A. J. H. 1946.

razoável supor que as populações litorâneas da Idade da Pedra usavam-nas até época bem recente. O grande número de peixes pertencentes a espécies costeiras encontrado em locais próximos das armadilhas sugere que elas eram altamente eficazes quando a maré subia o bastante para submergir os diques.

Goodwin relatou a descoberta de uma pequena isca de osso para peixes, atada a uma linha presa à parede de uma armadilha de pedra, o que sugere a existência de outras técnicas de pesca no passado pré-histórico imediato. Com efeito, pequenas lascas de osso de 2 cm a 6 cm de comprimento, afiadas em ponta em ambas as extremidades, foram encontradas em grande número tanto em Elands Bay Cave[44] como em Nelson Bay Cave[45]. Mas, nos dois casos, os artefatos estavam localizados em camadas de 7 mil a 10 mil anos de idade, tornando-se extremamente raros, embora não ausentes, nos estratos superiores. Talvez fossem usados para enganchar iscas, mas vale a pena observar que, no século passado, os Ona da Terra do Fogo faziam objetos semelhantes em madeira, para apanhar cormorões, palmípedes muito comuns nos dois sítios acima referidos.

Nos sítios costeiros da África austral não foram encontrados objetos que se pudesse identificar sem sombra de dúvida como anzóis ou pontas de arpão, embora Barrow tenha assinalado exemplares em madeira destas últimas no Baixo Orange[46]. Diz ele textualmente: “Encontramos vários arpões de madeira, alguns deles com ponta de osso, e presos a cordas aparentemente feitas de algum tipo de fibra vegetal”. Ao que parece, portanto, esses arpões seriam de madeira, com ponta de osso mas não necessariamente farpada. Duas pontas de osso farpadas foram encontradas nas dunas do cabo das Agulhas, mas os estudos sobre essa área ainda não foram publicados. O que se sabe é que uma delas estava fincada na vértebra lombar de um esqueleto de mulher adulta com caracteres “khoisan”[47]. Objetos perfurados, de cerâmica ou de pedra localizados em sítios ao longo da costa sul do Cabo foram descritos como pesos de rede, o que, a ser exata essa interpretação, viria documentar a prática da pesca com rede entre os San do litoral. Em vista da abundância de fios de fibras e da existência incontestável de redes em sítios do interior, isso talvez não devesse causar surpresa.

As técnicas praticadas para apanhar ou coletar outros recursos costeiros não estão bem documentadas. Objetos espatulados de osso encontrados em algumas localidades podem ter servido para desprender lapas de seus habitats rochosos,

44 PARKINGTON, J. E. Tese de doutoramento não publicada.

45 KLEIN, R. G. Não publicado.

46 BARROW, J. 1801-4. p. 300.

47 PARKINGTON, J. E. Tese de doutoramento não publicada.

mas não existem provas irrefutáveis a respeito. Tampouco se pode demonstrar como as lagostas, os pássaros marinhos ou as focas eram capturados, apesar de existirem um registro histórico sobre a caça de focas com o arco[48] e uma pintura mostrando os Khoi-Khoi golpeando focas com paus num promontório rochoso isolado, perto de Saldanha Bay[49]. O estado de esfacelamento dos fragmentos de crânio encontrados em Elands Bay Cave e em outros sítios talvez seja consequência dessa prática de golpeamento.

Embora os San não fossem dados à domesticação de animais e à agricultura, parece haver evidências de que pelo menos no século XVII eles criavam cachorros, aparentemente para a caça. Dapper, que nunca visitou o Cabo mas que fora muito bem informado por aqueles que ali haviam estado, relatou, em 1668, que os Sônqua "criam muitos cães de caça treinando-os para desentocar os coelhos das rochas, o principal alimento"[50] desse povo. Há de fato grandes quantidades de ossos de *dassies* ou coelhos das rochas nos abrigos sob rochas escavados no Cabo ocidental, e há indícios[51] da existência de ossos de cães domésticos nos principais depósitos de ossadas animais.

Além dos alimentos caçados ativamente, parece haver pouca dúvida quanto ao papel representado pela necrofagia na subsistência dos San. Em particular, relatou-se que os peixes encontrados mortos ou as baleias encalhadas na praia eram comidos pelos habitantes do litoral. Um outro aspecto, não menos importante, da tecnologia san é a grande variedade de recipientes utilizados para transportar água. Um exemplo são as cascas de ovos de avestruz, algumas com incisões decorativas, que foram descritas em relatos históricos e encontradas em numerosos sítios, embora quase sempre fragmentadas. Conhecem-se, é certo, exemplares completos, e mesmo jogos de vários recipientes enterrados – parece claro – em pontos estratégicos mas que, via de regra, foram encontrados por amadores, o que não lhes dá suficiente garantia científica. Bexigas de animais também eram utilizadas para transportar água, enquanto os vasos de cerâmica, ao contrário, nunca são descritos como tendo essa função. Falamos mais pormenorizadamente da cerâmica na seção dedicada aos pastores khoi.

Em suma, a tecnologia san parece ter incluído ampla variedade de técnicas de caça e coleta, com o emprego de instrumentos feitos com um único material, como osso, pedra, madeira, fibras, junco, couro, conchas, marfim, tendões e

48 PATERSON, W. 1789.

49 THOM, H. B. 1952-8.

50 Apud SCHAPERA, I. 1933.

51 SCOTT, K. Comunicação pessoal.

folhas[52], ou instrumentos compósitos, que combinavam matérias-primas diversas. A pedra parece ter fornecido apenas a ponta ou o gume, para cortar ou raspar, de utensílios mais elaborados; observou-se que os objetos de pedra foram os mais frequentemente utilizados na combinação com cabos de osso ou madeira, a que eram fixados com mástique[53]. Dava-se preferência a rochas homogêneas, de grãos finos, como a calcedônia, a ágata, as crostas silicosas ou a argila endurecida; mas também eram utilizados os tipos de quartzo mais quebradiços, cujos seixos pequenos e grandes forneciam os elementos superior e inferior das mós para triturar pigmentos ou alimentos. É interessante notar que poucos viajantes dos séculos XVII e XVIII mencionam ou descrevem especificamente a manufatura de objetos de pedra; isso talvez indique a substituição gradual, pelo menos em parte, da pedra pelo osso, a madeira ou o metal. Esse quadro de uso de uma grande variedade de matérias-primas tem implicações óbvias para aqueles que se baseiam somente nas comparações de instrumentais líticos para classificar e diferenciar grupos étnicos.

As pesquisas arqueológicas estão se voltando cada vez mais para os fatores que condicionaram o estabelecimento dos grupos san. Em consequência, está se tornando possível descrever os modos de exploração dos recursos ambientais pelos caçadores-coletores em termos que, por sua orientação ecológica, teriam passado despercebidos aos primeiros viajantes. As informações fornecidas pelos registros históricos e pelas pinturas rupestres devem, sem dúvida, ser acrescidas às evidências que vão emergindo das escavações em larga escala e das análises pormenorizadas de vestígios animais e vegetais.

Por analogia com os caçadores-coletores do Calaari e de regiões ainda mais distantes é provável que os San se distribuíssem em grupos pequenos e de intensa mobilidade. Nessa perspectiva, não admira tenham as primeiras expedições empreendidas por Van Riebeeck deparado com tantos abrigos contra o vento desocupados, fenômeno registrado também por Paterson cem anos mais tarde, perto da foz do rio Orange[54]. Essas "choças", telas de mato destinadas a proteger seus ocupantes contra as intempéries, eram logo abandonadas, talvez passados poucos dias. Tampouco surpreende que, no conjunto, os grupos san raramente contassem mais de vinte indivíduos, constituindo, na maioria dos casos, pequenos grupos de trabalho de menos de dez homens ou mulheres, ou acampamentos maiores, com pessoas de ambos os sexos, inclusive crianças. As

52 PARKINGTON, J. E. & PÖGGENPOEL, C. 1971.

53 DEACON, H. J. 1966. pp. 87-90; DEACON, H. J. 1969.

54 THOM, H. B. 1952-8; PATERSON, W. 1789. p. 117.

únicas exceções são, por exemplo, os grupos de 150 a 500 pessoas descritos por Barrow e um acampamento de cinquenta cabanas referido por Thunberg, ambos no fim do século XVIII, época em que os caçadores passaram a se reunir em grupos anormalmente grandes para se defender das incursões dos comandos europeus [55]. O tamanho dos grupos representados nas pinturas rupestres tende a confirmar que a unidade social mais comum não ultrapassava vinte pessoas, embora se encontrem agrupamentos maiores (ver fig. 26.4).

Muitos especialistas relataram que os bosquímanos ocupavam cavernas e abrigos sob rochas onde quer que os encontrassem, e esses sítios têm lugar proeminente na literatura arqueológica. No Great Elephant Shelter, nos montes Erongo, na Namíbia, três ou talvez quatro abrigos contra o vento análogos aos descritos pelos antigos viajantes do *veld* foram devidamente mapeados e descritos[56]. Em diversas localidades do Cabo há evidências de que os grupos san introduziram o costume de usar feixes de mato como leito, os quais eram colocados junto às paredes traseiras e laterais das cavernas, formando colchões macios. Em pelo menos dois casos observou-se uma ligeira escavação na rocha ou depósitos acumulados para receber o leito de mato[57]. Nos sítios costeiros, as camas eram feitas com vegetais aquáticos, especialmente o *Zostera,* e evidenciou-se que os locais de dormir, cozinhar, fazer fogo e depositar lixo eram nitidamente separados.

A regularidade da correlação entre mulheres e bastões de cavar e entre homens e arcos na arte rupestre evidencia muito bem a existência de uma rigorosa divisão de trabalho no interior dos grupos san. Isto é repetidamente confirmado na literatura histórica – Paterson, por exemplo, na década de 1820, "viu inúmeras mulheres bosquímanas arrancando raízes nas planícies", e Dapper descreveu uma espécie de bulbo que "constitui sua provisão diária e que as mulheres vão arrancar todos os dias do fundo dos rios"[58]. Sem dúvida os homens também coletavam alimentos vegetais em suas expedições de caça, mas nunca é demais sublinhar o papel primordial das mulheres no abastecimento alimentar diário.

Há boas razões para supor que o abastecimento da maior parte dos alimentos coletados ou caçados pelos San, bem como a água, estariam sujeitos a flutuações sazonais. Por exemplo, a precipitação de inverno no sudoeste do Cabo é um fenômeno altamente sazonal, porquanto 70% a 80% das chuvas anuais caem

55 BARROW, J. 1801-4. pp. 275, 307; THUNBERG, C. P. 1795. p. 174.

56 CLARCK, J. D. & WALTON, J. 1962. pp. 1-16.

57 PARKINGTON, J. E. & PÖGGENPOEL, C. 1971.

58 THOMPSON, G. 1827. v. I, p. 58; Apud SCHAPERA, I. 1933. p. 55.

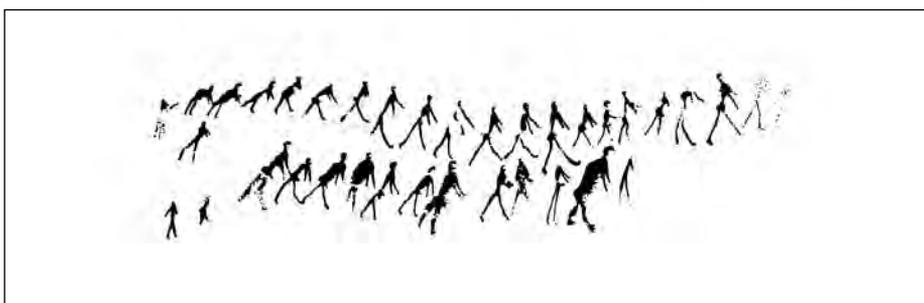



FIGURA 26.4 Grupo de caçadores em sua caverna, cercados por uma série de bastões de cavar, bolsas, aljavas e arcos. As pedras perfuradas, que servem como lastro aos bastões, são perfeitamente visíveis.

FIGURA 26.5 Grande grupo de figuras, a maioria delas visivelmente masculinas, provavelmente numa cena de dança. Cenas que envolvem um grande número de figuras, possivelmente retratando atividades não-econômicas, sugerem que pequenos grupos se reuniam ocasionalmente, sazonalmente talvez, para promover a troca e participar de outras atividades cerimoniais.

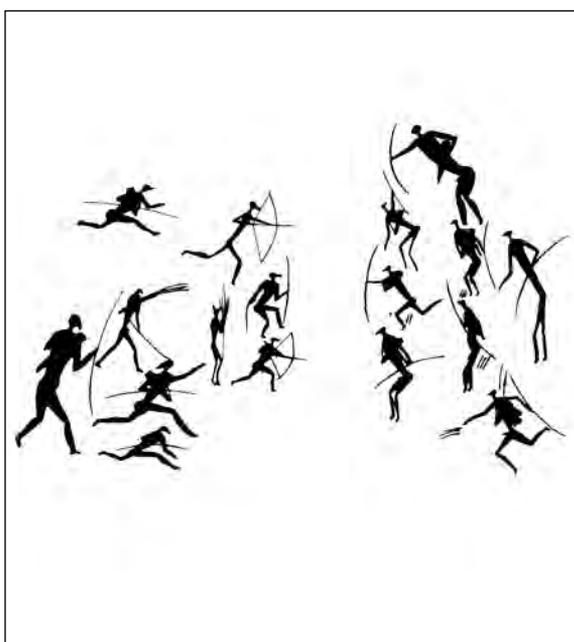



FIGURA 26.6 Os encontros ocasionais de grupos são assinalados muito mais pelo conflito do que pela cooperação. Cena de um confronto entre dois grupos em equilíbrio de forças. As figuras são visivelmente masculinas.

de maio a outubro, período que coincide com as temperaturas médias mensais mais baixas e com geadas localizadas. As consequências dessa situação são importantes; uma delas é o ciclo vegetativo rígido de crescimento no inverno, floração na primavera, frutificação no verão e hibernação ou dormência dos órgãos vegetais subterrâneos de retenção de substâncias nutritivas durante os verões quentes e secos. Uma outra, talvez mais evidente, é a acentuada variação na quantidade de água de superfície e na de pastagem entre o verão seco e o inverno úmido. Além da flutuação sazonal dos recursos, há o fato de nem todos eles poderem ser encontrados em toda parte. Ainda tomando como exemplo o Cabo ocidental, observa-se uma distribuição muito desigual das diversas plantas e animais pelas microzonas geográficas, como a orla marítima, os promontórios costeiros, a cadeia de montanhas, os vales ribeirinhos e a árida bacia interior. Os San que ocuparam essa ou outras regiões da África austral devem ter adotado estratégias de povoamento que levavam em conta a abundância local ou temporária de recursos, a fim de assegurar um abastecimento alimentar variado e suficiente durante todo o ano. Algumas dessas estratégias se evidenciam nos relatos históricos, nos resultados das escavações e no conjunto de dados fornecidos pela arte rupestre.

Dada a importância dos bulbos na dieta dos San, sua disponibilidade desigual deve ter tido considerável influência no sentido de determinar modelos de povoamento. A desigualdade, aludida em alguns relatos históricos, decorre do ciclo vegetativo acima descrito. Como o bulbo constitui um depósito de substâncias nutritivas acumuladas pelas plantas durante o verão de modo a garantir o crescimento na nova estação e a floração no inverno e primavera seguintes, suas dimensões, visibilidade e sabor variam no decorrer do ciclo. Mas especificamente, quando a reserva nutritiva é utilizada para o crescimento das partes verdes e das flores da planta, os bulbos murcham, tornando-se mais escassos na dieta dos coletores. A escassez no aprovisionamento de bulbos é sugerida por Lichtenstein, que, falando dos *bosjesmans,* relata em certa passagem: "Ele viverá meses a fio com uns poucos bulbos, encontrados em determinadas épocas do ano nas terras baixas da região"[59]. A propósito de um desses "bulbos" ele precisa: "Deve-se comê-la de preferência assim que a flor cair"[60]. Essa interpretação é confirmada pelo sistema único de contagem do tempo entre as populações do Cabo (atribuído aos hotentotes, porém usado, ao que tudo indica, tanto pelos Khoi-Khoi como pelos San) registrado por Sparrman, Barrow e Thunberg no

59 LICHTENSTEIN, H. 1812. p. 193.

60 LICHTENSTEIN, H. 1812. p. 45.

fim do século XVIII[61]. Nas palavras de Barrow, “a estação do ano é indicada pelo número de luas decorridas antes ou após o *uyntjes tyd* (literalmente, tempo das cebolas), ou pela época das raízes de *Iris edulis,* momento particularmente importante para eles, já que esse tipo de bulbo constituía parte considerável da sua alimentação vegetal”. Lidos em conjunção com os resultados das modernas observações sobre o crescimento e o desenvolvimento do bulbo, esses comentários sugerem que pelo menos na cadeia montanhosa do Cabo o aprovisionamento de gêneros alimentícios básicos sofria grandes flutuações.

Em outras regiões da África austral, onde as chuvas são menos intensas e mais uniformemente distribuídas durante o ano, ou onde as precipitações máximas coincidem com as altas temperaturas do verão, parece ter havido diferentes, porém igualmente importantes variações no aprovisionamento alimentar. O deslocamento de herbívoros gregários, como o elã, o veado-do--cabo e o *springbok,* entrando e saindo das regiões do Karroo ou entre uma e outra pastagem em função das precipitações de inverno ou verão, certamente influenciou a distribuição espacial das populações san. Existem evidências de várias medidas tomadas pelos San para fazer frente a esses fatores de flutuação no aprovisionamento alimentar, entre elas, a mobilidade sazonal, a restrição do uso de certos alimentos a determinadas épocas, a alteração no tamanho das unidades sociais, o armazenamento de gêneros alimentícios e o estabelecimento de uma ampla rede de relações de parentesco como precaução contra um possível malogro no abastecimento local.

A hipótese da ocupação sazonal dos sítios do Lesoto[62] e do sudoeste do Cabo[63] apóia-se num estudo do potencial de recursos dos sítios para suprir as necessidades alimentares básicas, e ainda na análise dos restos vegetais e das ossadas animais. Parece provável que os grupos san do Cabo ocidental recorriam a alimentos costeiros coletáveis, como os moluscos, nas épocas em que a disponibilidade de cormos e frutas era mínima, ou seja, durante o inverno e no início da primavera. Embora os testemunhos a esse respeito estejam longe de ser completos, a análise das idades dos restos de focas e de *dassies* no momento em que foram abatidos é sugestiva. Os estudos de Shackleton sobre as conchas de Nelson Bay Cave, no extremo sul do Cabo[64] fornecem outras indicações relativas a esse movimento sazonal. A medição da quantidade de isótopos de

61 SPARRMAN, A. 1789. p. 104; BARROW, A. 1801-4. p. 159; THUNBERG, C. P. 1795. p. 197.

62 CARTER, P. L. 1970. pp. 55-8.

63 PARKINGTON, J. E. 1972. pp. 223-43.

64 SHACKLETON, N. J. 1973. pp. 133-41.

oxigênio nos concheiros e a comparação com as atuais variações de temperatura na superfície do oceano persuadiram o dr. Shackleton de que os concheiros analisados se acumularam apenas durante o inverno. Muitas pesquisas ainda deverão ser realizadas para documentar com maior precisão o comportamento de ajustamento dos San na tentativa de assegurar um equilíbrio na obtenção de recursos durante o ano todo, mas podemos nos valer, para ilustrar essa questão, do comentário de Lichtenstein, que reconhece a importância do fator ecológico. Segundo ele, "mesmo as figuras mais esquálidas e miseráveis" podiam tornar-se seres totalmente diferentes apenas "mudando de um local para outro"[65].

Tanto os Kung como os G/wi do Calaari restringiam o uso de certos recursos às épocas do ano em que não podiam contar com alternativas regularmente disponíveis. Como se pode concluir, o valor de um recurso está intimamente ligado ao número de alternativas disponíveis e também a seu sabor, valor nutritivo e facilidade de coleta. Parece provável que os San instalados mais ao sul tenham utilizado seus recursos de maneira análoga, economizando os alimentos coletados de modo a manter um abastecimento regular. Nessa área os testemunhos documentados nos registros arqueológicos ainda são poucos, mas um deles pode ser encontrado na diferença de frequência de ossadas de caça de pequeno porte, como *dassies* e tartarugas, entre os sítios do litoral e do interior, no Cabo ocidental. Enquanto nos sítios interioranos, como em De Hangen, tartarugas e *dassies* são os animais mais comumente representados, em Elands Bay Cave, na costa, ambos são comparativamente muito raros[66]. Em parte, isso pode ser decorrência de uma variação sazonal na disponibilidade de caça, especialmente no caso dos animais hibernantes, como a tartaruga, mas com certeza resulta também da presença, na costa, de uma série de pequenos animais, como peixes, lagostas, pássaros marinhos, representando uma fonte alternativa de alimento. Ainda não foram detectados exemplos correspondentes entre os alimentos vegetais, embora o mesmo raciocínio possa explicar as diferenças na composição dos restos vegetais em sítios do interior, como De Hangen e Diepkloof, no Cabo ocidental[67].

Já se apontou repetidas vezes[68] a tendência dos caçadores-coletores a se deslocarem em grupos de tamanho variável a fim de poder maximizar o aproveitamento dos recursos: dividiam-se em pequenas unidades familiares

65 LICHTENSTEIN, H. 1812. p. 45.

66 PARKINGTON, J. E. 1972.

67 PARKINGTON; J. E. Tese de doutoramento não publicada.

68 LEE, R. B. & DE VORE, I. 1968.

quando os recursos escasseavam, e fundiam-se em agrupamentos maiores quando a forma de subsistência requeria o uso de mão de obra numerosa ou quando os recursos estivessem tão concentrados que possibilitassem o sustento de uma população mais densa. Essas táticas serviam, além do mais, para reforçar os laços de parentesco entre grupos vizinhos, que tinham, nesses reencontros ocasionais, a oportunidade de trocar gêneros alimentícios, inovações tecnológicas ou mesmo mulheres, por meio das quais a teia de obrigações de parentesco se tecia. Em épocas de catástrofes locais, essas obrigações constituíam o cordão umbilical que permitia a um grupo sobreviver usando temporariamente os recursos de outro. Ademais, tão logo surgissem conflitos interpessoais, uma das partes envolvidas podia abandonar o grupo e juntar-se provisória ou definitivamente a um outro onde tivesse parentes. Embora o reconhecimento dessas características seja ainda um objetivo das pesquisas arqueológicas, no momento as informações mais explícitas sobre elas vêm dos relatos históricos ou, como querem alguns, da arte rupestre.

Lichtenstein, provavelmente o mais perspicaz observador da organização social san entre os primeiros viajantes, observou que:

> "Famílias isoladas formam associações fechadas em pequenas hordas [...] as dificuldades encontradas para satisfazer até mesmo as necessidades mais elementares da vida excluem a possibilidade de formar sociedades maiores; às vezes essas famílias são obrigadas a se separar porque o mesmo local não comporta o sustento de todos"[69].

Referindo-se ainda ao grupo caçador-coletor, diz ele:

> "Normalmente uma horda é formada pelos diferentes membros de uma única família; ninguém exerce qualquer poder sobre os demais ou deles se distingue [...] cada qual deixa sua horda e se liga a outra a seu bel-prazer [...] existem poucas relações entre as distintas hordas; raramente elas se unem, salvo para alguma empresa extraordinária, para a qual se tornam necessárias as forças combinadas de um grande número de indivíduos. Em sua maioria as hordas mantêm-se distantes umas das outras, pois quanto menor seu número mais fácil é a provisão de alimentos"[70].

Note-se que esses comentários sobre o tamanho, a composição, a divisão e a fusão de grupos, bem como sobre os arranjos territoriais e o sistema social igualitário são virtualmente idênticos aos que antropólogos profissionais fizeram

69 LICHTENSTEIN, H. 1812. p. 193

70 LICHTENSTEIN, H. 1812. pp. 48-9.

duzentos anos mais tarde acerca de grupos manifestamente aparentados do Calaari[71].

Um estudo das dimensões de grupos representados nas pinturas rupestres do Cabo ocidental revelou a média de aproximadamente catorze pessoas para cada um, cifra muito semelhante à registrada nos diários dos comandos do final do século XVIII[72]. Essa média provavelmente corresponde à da "horda" de Lichtenstein, que teria variado entre dez e trinta pessoas, enquanto os números mais baixos ocasionalmente encontrados seriam relativos ao que tudo indica, a grupos de trabalho de homens ou mulheres ocupados em suas tarefas diárias. No entanto, encontram-se às vezes pinturas rupestres que apresentam trinta e até mesmo quarenta homens numa única cena, por certo retratando uma reunião de cem ou mais pessoas (ver fig. 5), o que nos deixa tentados a interpretá-las como traduzindo a fusão periódica de grupos acima referida. Seria particularmente interessante poder verificar se os grandes grupos representados se ocupavam preponderantemente com atividades não-econômicas, como a dança, e se estavam instalados em áreas tidas como de alto potencial de alimentação sazonal. Infelizmente, como não dispomos ainda dessas informações, permanecemos no terreno da pura hipótese. A cadeia de montanhas do Cabo ocidental é uma dessas áreas cuja abundância de recursos coletáveis, como mel, lagartas, frutas, bulbos e tartarugas, teria permitido aos grupos acamparem próximos uns dos outros durante os meses de verão, e restabelecer, assim, antigos laços, bem como trocar presentes. Um pequeno lote de conchas de mexilhão embrulhadas numa folha encontrado na caverna de De Hangen parece ter sido um valioso artigo de troca, a ser transportado para o interior[73]. Certamente o potencial de inverno da bacia do Karroo e do *strandveld* (litoral) complementaria o potencial de verão da cadeia montanhosa que os separa. O reconhecimento de tais sistemas dependerá do resultado dos estudos sobre plantas e animais ora em andamento.

O armazenamento de gêneros alimentícios em épocas de abundância para os períodos de escassez não é característica dos grupos mais recentes do Calaari, que com efeito, parecem ter considerado o meio ambiente como uma despensa natural, sempre capaz de proporcionar alguma combinação de alimentos que, para ser complementada, não exige grandes esforços. Ao que parece, planejando cuidadosamente a busca anual dos recursos disponíveis e guardando os alimentos mais comuns para os tempos difíceis, a necessidade de estocar mantimentos ficava

71 THOMAS, E. M. 1959.

72 MAGGS, T. M. O'C. 1973. pp. 49-53.

73 PARKINGTON, J. E. & PÖGGENPOEL, C. 1971.

minimizada. De modo geral, o alimento era colhido e consumido no mesmo dia, ou em poucos dias, em casos excepcionais, como, por exemplo, quando se caçava um animal de grande porte. Mais para o sul, a situação parece ter sido similar, porquanto são raras as evidências de fossas de estocagem nos registros arqueológicos e, por seu turno, os primeiros viajantes não mencionam a armazenagem como um aspecto importante da subsistência dos San. Kolb, que teve acesso às informações de diversos observadores da vida dos Khoi-Khoi e dos San no final do século XVII, ressaltou que:

> "Embora os campos abundem em frutas e raízes muito saudáveis e nutritivas, que eles poderiam armazenar em grande quantidade para a eventualidade de um dia chuvoso, é costume das mulheres [...] apanhar apenas a quantidade [...] que satisfaça por um dia as necessidades de sua família"[74].

Outros especialistas antigos mencionam a estocagem de gafanhotos secos, raízes de cana moídas (espécie de *Salsola*) e damascos secos, itens provavelmente não tão importantes, do ponto de vista econômico, quanto as raízes, os tubérculos e os bulbos. No cabo meridional há vestígios, ainda não publicados, de numerosas fossas de estocagem associadas aos sítios das cavernas dos San[75]. Relatos ainda não confirmados sugerem que as sementes encontradas nessas fossas seriam coletadas mais por fornecer óleo do que para servir de alimento.

As evidências até agora apresentadas levam a crer que os San se constituíam em pequenos grupos móveis altamente organizados, tendo um conhecimento profundo dos recursos disponíveis e de sua variação no tempo e no espaço. A base de subsistência, o conjunto das técnicas de caça, pesca e coleta e as estratégias de povoamento vêm sendo crescentemente documentados com dados das mais variadas fontes. Conforme ressaltou Lee, a impressão de que as condições de subsistência dos caçadores-coletores beiravam o desastre revelou-se em geral muito distante da verdade. Em 1798, no Bokkeveld, Barrow entrevistou uma mulher já idosa (não se sabe se khoi-khoi ou san) e escreveu a respeito:

> "Quando lhe perguntamos se sua memória a transportaria de volta ao tempo em que chegaram os primeiros cristãos, ela assentiu com a cabeça e disse ter boas razões para lembrar-se disso, pois antes de ter ouvido falar dos cristãos ela não conhecera a falta de provisões, enquanto agora estava difícil obter o mais simples bocado"[76].

---

74 Apud SCHAPERA, I. 1933. p. 205.

75 DEACON, H. J. Comunicação pessoal.

76 BARROW, J. 1801-4. pp. 398-9.

Os pastores khoi-khoi

Nosso conhecimento sobre a caça e a coleta em contextos ambientais definidos torna-se, sem dúvida, particularmente incompleto quando nos reportamos ao período imediatamente pré-colonial, que se inicia em cerca de -2000. Em todos os sítios assinalados no mapa com exceção de Bonteberg e de Gordons Bay (onde não foram ativamente procurados), encontraram-se restos de animais domésticos num contexto da Idade da Pedra Recente. Como não existem raças ovinas, caprinas ou bovinas de origem local e considerando que a sua introdução é anterior ao contato com os pastores europeus ou negros, é lícito admitir que os animais de pastoreio são oriundos de outra fonte. As mais antigas datações por radiocarbono relativas aos animais domésticos e à cerâmica de sítios localizados entre Angola e Cabo oriental estão relacionadas na tabela a seguir, na qual se incluem também as informações, bastante esparsas, sobre os mesmos itens relativos a áreas do interior e, para referência, as datas mais antigas hoje disponíveis com respeito à penetração na África austral de grupos de língua bantu que praticavam a agricultura mista e conheciam o uso do ferro. Embora o quadro apresentado possa vir a mudar com novas pesquisas, parece válido arriscar algumas interpretações quanto à origem e à língua dos pastores khoi-khoi.

O que de início nos chama a atenção é que nas jazidas situadas entre Angola e o Cabo meridional os fragmentos de cerâmica indicam ter ela surgido pela primeira vez no período de -2000 a -1600. Essa datação deverá tornar-se mais precisa em vista da descoberta de novos fragmentos, sendo possível que a datação por radiocarbono venha indicar futuramente as mesmas datas para o aparecimento de exemplares em toda a região. Apenas quatro datas anteriores a -2000 foram assinaladas, havendo boas razões para se acreditar que seja este um caso de contaminação[77] ou que se trata de proto-cerâmica[78].

Uma segunda observação não menos importante é que, onde quer que se tenha pesquisado especificamente vestígios de animais domésticos, os registros arqueológicos mostram serem eles tão antigos quanto a cerâmica. Essa constatação pode não se aplicar a cada uma das jazidas considerada isoladamente mas é verificável quando se combinam as datas de sítios vizinhos para se estabelecer sequências locais. É possível que uma tal abordagem pareça

77 SAMPSON, C. G. 1974.

78 SCHWEITZER, F. R. & SCOTT, K.1973; MAGGS, T. M. O'C. Comunicação pessoal; WADLEY. Comunicação pessoal.

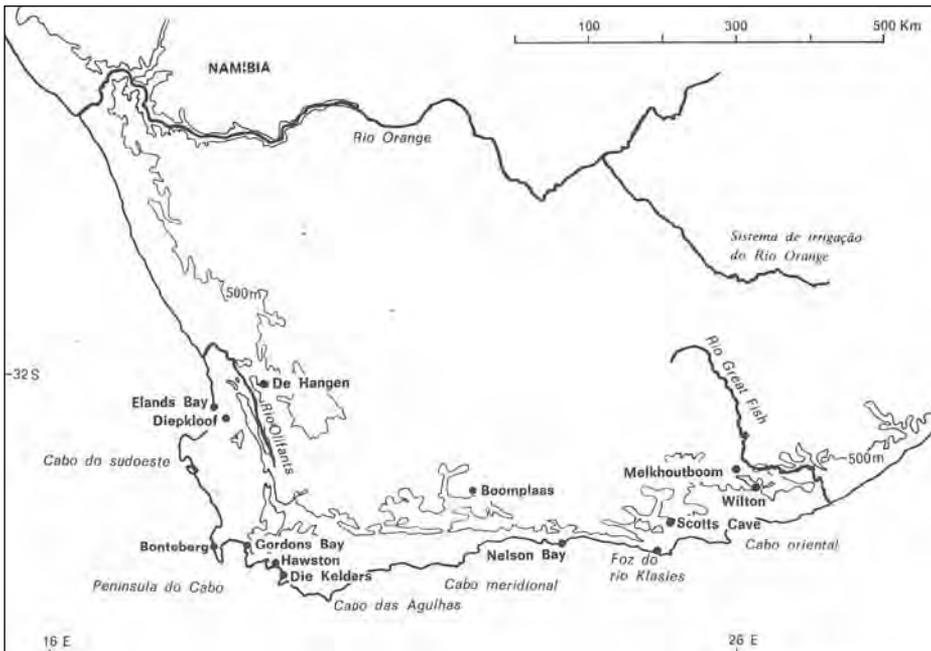



FIGURA 26.7 Mapa da África meridional mostrando a distribuição de sítios da Idade da Pedra Recente. A maioria deles proporcionou fragmentos de cerâmicas ou restos de animais domésticos datados dos primeiros séculos da Era Cristã.

despropositada; na realidade, ela vem a ser uma forma de superar problemas devidos simplesmente ao sistema de amostragem. Fica implícito, portanto, que a cerâmica e os animais domésticos se teriam difundido rapidamente, ao mesmo tempo e na mesma área. A palavra "difundido" parece inevitável, pois, se a cerâmica pode ter sido inventada *in loco,* obviamente o mesmo não é o caso dos animais domésticos. Além disso, a cerâmica não apresenta sinais de corresponder aos primeiros rudimentos, ou a simples tentativas incipientes de uma inovação tecnológica.

Um ponto de considerável importância, embora ainda não esteja assentado, é que as datas que ligam os primeiros animais domésticos à cerâmica se relacionam com a planície costeira e as cadeias montanhosas adjacentes, ao longo das costas dos oceanos Atlântico e Índico ocidental. Conquanto isso possa ser uma decorrência da compreensível preocupação dos arqueólogos com as sequências de depósitos das cavernas areníticas do Folded Belt do Cabo, há alguma razão para se supor que a ausência de datas mais antigas a leste do

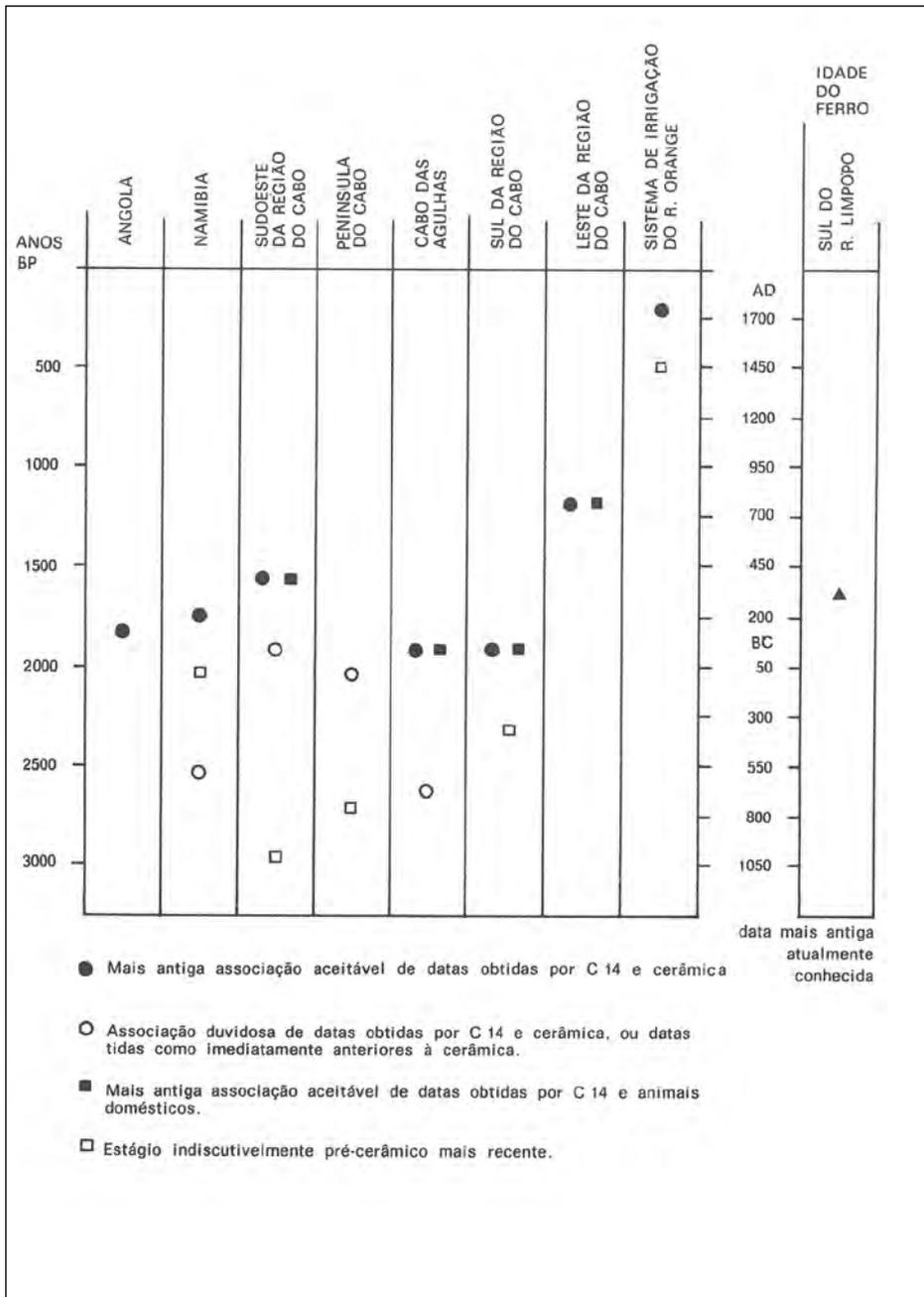



FIGURA 26.8 As mais antigas datas conhecidas para o aparecimento da cerâmica e dos animais domésticos nos contextos da Idade da Pedra Recente na África austral.

rio Gamtoos e ao norte do Folded Belt é significativa[79]. De qualquer modo, a associação coincide com a chegada, historicamente documentada, dos pastores conhecidos genericamente como Khoi-Khoi[80].

Embora as pesquisas sobre a difusão do ferro e dos animais domésticos na África austral prossigam ao longo da rota oriental, as evidências atualmente disponíveis sugerem os séculos IV ou V da Era Cristã como época de sua introdução ao sul do Limpopo[81]. Assim, a série de datas da Idade da Pedra Recente em que a cerâmica e a domesticação de animais aparecem concomitantemente antecede a Idade do Ferro ao norte e a leste em duzentos ou trezentos anos, intervalo que seguramente não deve ser imputado à datação por radiocarbono.

Esse quadro baseado nos fatores contexto, distribuição e cronologia parece implicar que os povos pastores que conheciam a cerâmica se expandiram rapidamente no Cabo meridional seguindo a rota da costa ocidental por volta de -2000. Certamente, grupos de caçadores integraram-se às sociedades pastoris, e, ao que se imagina – pois são poucas as informações documentadas –, com grandes repercussões na demografia e na economia. Tudo leva a crer que esses invasores seriam os pastores khoi-khoi.

Evidentemente, é de grande interesse especular sobre as origens, causas e circunstâncias dessa invasão, mas, devido à escassez de dados, as hipóteses deverão ter larga margem de imprecisão. As pesquisas realizadas na Zâmbia e no Zimbábue tenderam a estabelecer uma distinção muito rígida entre a Idade do Ferro e a Idade da Pedra, e, em consequência, as camadas superficiais das cavernas, abrigos ou sítios a céu aberto que continham cerâmica foram o mais das vezes descritas como da Idade da Pedra com contaminação da Idade do Ferro. O fato é que nessas áreas pode ter havido populações pertencentes à Idade da Pedra no que respeita ao seu caráter técnico, mas cuja economia incluísse o pastoreio de animais domésticos e a manufatura de uma cerâmica reconhecidamente distinta da produzida pelos agricultores locais que utilizavam o ferro. No Zimbábue, a chamada cerâmica Bambata é geralmente considerada distinta da cerâmica característica da Idade do Ferro, e muitas vezes foi encontrada ao lado de objetos wiltonienses, ou seja, da Idade da Pedra Recente. Que isso reflita ou não uma expansão de pastores num período anterior à Idade do Ferro é discutível, mas

79 SAMPSON, C. G. 1974; DERRICOURT, R. M. 1973-a. pp. 280-4; CARTER, P. L. 1969; CARTER, P. L. & VOGEL, J. C. 1971.

80 MAINGARD, L. F. 1931. pp. 487-504; ELPHICK, R. H. 1972.

81 KLAPWIJK, M. 1971 pp. 19-23; MASON, R. J. 1973. p. 324; BEAUMONT, P. B. & VOGEL, J. C. 1971.

pode-se buscar a confirmação dessa ideia na distribuição de pinturas de carneiros de cauda grossa originários do Zimbábue, que se acredita estarem associados à Idade da Pedra. Eram esses carneiros que os pastores khoi-khoi do Cabo criavam nos séculos XV, XVI e XVII da Era Cristã.

Se a expansão dos povos criadores de carneiros da Idade da Pedra atingiu o Zimbábue e a Zâmbia, aumenta a possibilidade de serem esses povos originários da África oriental, onde, segundo algumas hipóteses, se encontrariam seus antecedentes culturais, linguísticos e mesmo biológicos. A existência de povos pastores fabricantes de cerâmica com asas, a sobrevivência das "línguas com consoantes diques" entre os Hatsa e os Sandawe e as características pretensamente "Camíticas" reivindicadas para as populações "hotentotes", tudo isso foi apontado, em distintas ocasiões, como evidência de uma origem norte-oriental dos povos pastores da África austral que desconheciam o uso do ferro. Conquanto essas conexões sejam postas em dúvida ou mesmo, em alguns casos, rejeitadas, a continuidade de traços como a cerâmica, a criação de ovelhas, os tipos de ovinos e bovinos, uma tecnologia que desconhecia o uso do ferro, os objetos de pedra e possivelmente a língua, se demonstrada, deporia fortemente a favor da tese segundo a qual os pastores khoi-khoi são originários da África oriental. Isso, por sua vez, sugeriria que as mesmas rupturas que determinaram os movimentos de povos de língua bantu, numa vaga predominantemente oriental em direção ao sul, poderiam também ter induzido um movimento para oeste, talvez um pouco anterior ou simplesmente mais rápido, de povos pastores não-agricultores, em direção ao Cabo. A ausência de cerâmica "hotentote" ou "da costa do Cabo" no Transvaal, na Suazilândia, em Natal, no Estado Livre de Orange ou no Transkei refletiria meramente o "fato" de que a agricultura seria um objetivo mais exequível nessas regiões melhor irrigadas por chuvas de verão, e também de que povos pastores não-agricultores com acentuada característica de mobilidade não encontravam tantos obstáculos em se embrenhar pelas terras áridas da Namíbia e do Cabo setentrional e, daí, para as pastagens das regiões ocidentais e meridionais do Cabo. É possível supor que o carneiro foi introduzido pela rota ocidental; já o gado bovino teria sido obtido pelos pastores khoi-khoi no leste junto às populações de língua bantu então residentes na região do Transkei. Essa hipótese pode ser corroborada pela abundância de pinturas do Cabo ocidental, presumivelmente datadas da Idade da Pedra Recente, retratando carneiros de cauda grossa e pela ausência de pinturas análogas representando bovinos, as quais, no entanto, são encontradas nas áreas hoje habitadas por povos de língua bantu. Além disso, ainda não está solidamente documentada a presença de ossos

de bovinos tão antigos quanto as ossadas de carneiro nas escavações de sítios da Idade da Pedra Recente realizadas no Cabo meridional.

Há, pois, razões para se supor que povos criadores de carneiros, aparentados com caçadores que utilizavam a pedra e fisicamente distintos dos povos de língua bantu, tendo obtido esses animais e a cerâmica dos vizinhos da África oriental, migraram para oeste e depois para o sul em busca de pastagens, chegando finalmente ao Cabo, pouco depois de -2000. É possível que tais populações tenham se incorporado, lutado ou simplesmente aprendido a conviver com os povos habitantes da região, e posteriormente tenham encontrado e se misturado aos povos de língua bantu na região que corresponde hoje ao Transkei. A pequena quantidade de cerâmica, de objetos de pedra e de ossadas animais ao longo da rota acima descrita pode indicar tão somente o caráter acentuado de mobilidade dessas populações, cujos vestígios estariam tão dispersos que seriam praticamente invisíveis aos olhos do arqueólogo.

Infelizmente são ainda muito reduzidas as escavações de sítios que indiscutivelmente foram habitat daqueles pastores, e, a menos que os concheiros em terreno aberto, os objetos de pedra espalhados na superfície ou os vestígios de ocupação de abrigos sob rochas venham a revelar-se como traços de sua existência, a ecologia dos grupos khoi-khoi continua a ser assunto para futuras investigações arqueológicas. Quanto às informações sobre sua dieta, tecnologia e organização, resta-nos confiar nos relatos dos primeiros colonizadores e viajantes europeus. Um deles, Willem Ten Rhyne, botânico e médico a serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais, por ocasião de uma breve visita ao Cabo em 1673, escreveu o seguinte a respeito dos Khoi-Khoi que habitavam a região:

> "Sua dieta é vegetariana [...] dos brejos e taludes arrancam íris e espardanas; com as folhas dessas plantas recobrem suas choupanas; os bulbos são usados como pão [...]. A única interrupção nessa dieta ocorre ao ensejo de um casamento ou nascimento, quando matam um boi ou no mínimo um carneiro para dar uma festa aos amigos – a menos que tenham caçado algum animal selvagem [...]. Bebem o leite das vacas e das cabras"[82].

Há outras referências semelhantes a sugerir que os Khoi-Khoi eram pouco propensos a sacrificar seus animais, salvo em ocasiões específicas, o que é ilustrado por sua dieta à base de leite e vegetais. Em grande parte essa dieta era igual à dos San – baseada na coleta de rizomas e bulbos, e complementada ocasionalmente com carne de animal doméstico ou selvagem –, porém acrescida

82 Apud SCHAPERA, I. 1933. p. 129.

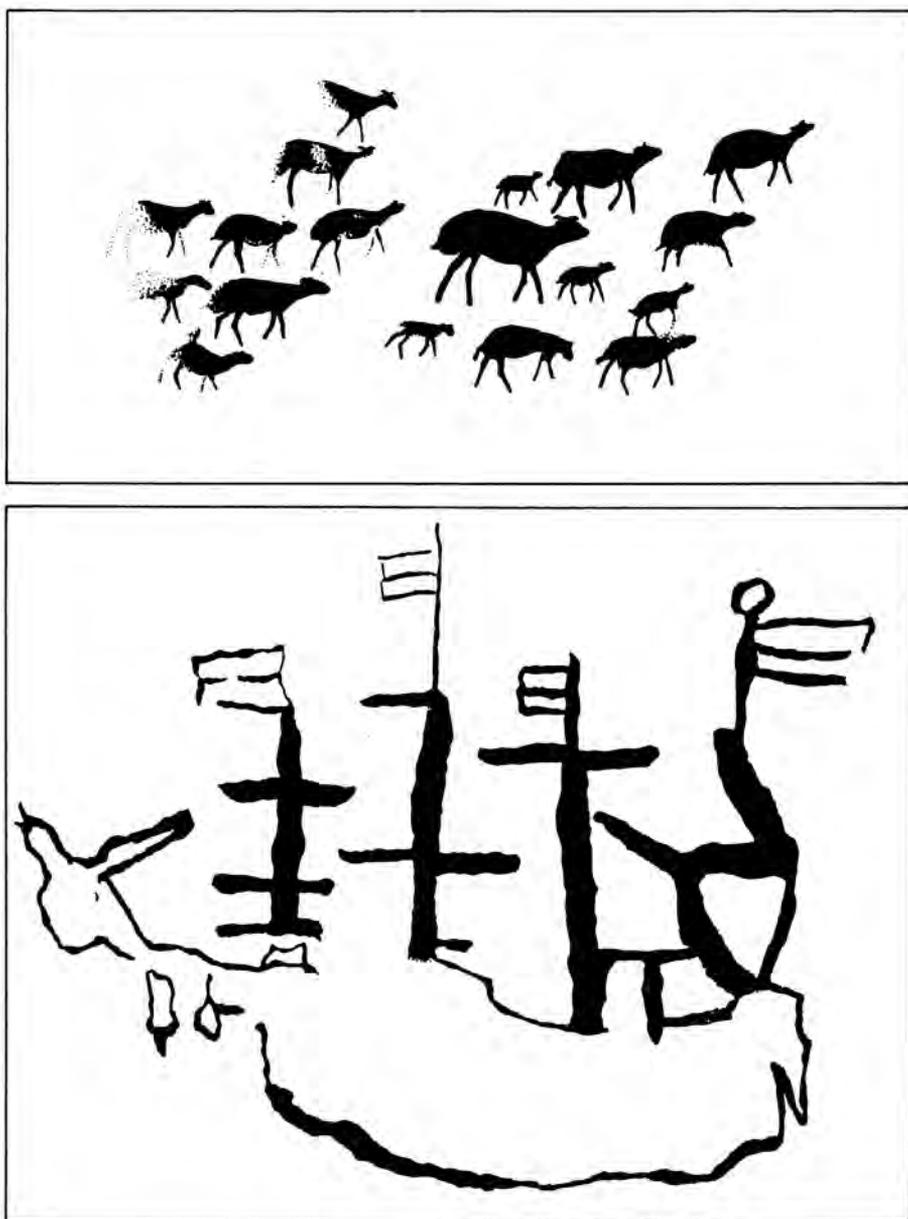



FIGURA 26.9 Rebanho de carneiros de cauda grossa. Essa raça de carneiros era criada pelos pastores khoi e foi observada pelos primeiros colonizadores do Cabo.

FIGURA 26.10 Galeão pintado nas montanhas do Cabo ocidental, presumivelmente visto em Saldanha Bay ou em Table Bay, onde esse tipo de embarcação era usado desde o início do século XVII da Era Cristã.

do consumo regular de leite. Isso explicaria o fato de os caçadores sem acesso ao leite, privados assim de suas propriedades nutritivas, serem frequentemente descritos pelos antigos viajantes como menores do que os pastores[83].

Uma vez que os Khoi-Khoi dependiam tanto dos alimentos coletados e do seu complemento, a carne de caça, não surpreende encontrar-se entre eles uma tecnologia muito semelhante à dos San, embora se possa suspeitar que a relativa dependência de técnicas específicas tenha variado segundo as características particulares de sua economia. Assim, a menção do arco e da flecha é mais frequente nas descrições dos San, mas não resta dúvida que os Namáqua, no final do século XVII, e os Gonáqua, no final do século XVIII, usavam arcos, flechas envenenadas e aljavas[84]. Entretanto é significativo que, nos relatos referentes a esses dois últimos povos, os *assegays* (lanças) sejam mencionados como revestindo igual importância, ao passo que o mesmo não ocorre nos relatos sobre os San. Le Vaillant conta que os Gonáqua usavam "armadilhas e laços", que colocavam em pontos convenientes para apanhar animais de grande porte[85]. Um outro tipo de armadilha, as covas de grandes dimensões descobertas nas proximidades do rio Brak, no Cabo Meridional e em outras partes, foi atribuído a "hotentotes" provavelmente pastores khoi-khoi[86]. Mais ainda, alguns dos antigos viajantes referem especificamente grupos de pastores que empregam a nassa para a pesca no Orange, arrancam bulbos e tubérculos com bastões para escavar, usam bolsas para transportar gêneros alimentícios e maças de madeira para matar focas, todo um conjunto de práticas que não os distinguem dos caçadores-coletores san.

As três características talvez não compartilhadas com os caçadores são a construção de choças mais sólidas, de caniços, a manufatura da cerâmica e o conhecimento da metalurgia. Como mudassem de uma pastagem para outra em grandes grupos, os Khoi-Khoi não se instalavam em cavernas, e parece que construíam cabanas abobadadas com uma estrutura de balizas, sobre a qual colocavam esteiras de caniços ou mesmo peles. Essas cabanas dispunham-se geralmente num plano circular, e há repetidas referências à prática de, à noite, trancar-se o gado no curral (*kraal*) formado por essa aldeia em círculo. Chegada a época de mudar, as balizas e as esteiras eram simplesmente colocadas nas costas dos bois e transportadas para o novo habitat[87]. No que respeita à cerâmica

83 THOM, H. B. 1952. 8 v. I, p. 305.

84 THOM, H. B. 1952. 8. v. III, pp. 350-3; LE VAILLANT, F. 1790. pp. 306-9.

85 LE VAILLANT, F. 1790. p. 306.

86 THUNBERG, C. P. 1795. p. 177.

87 SPARRMAN, A. 1789. pp. 138-9.

e à metalurgia, a situação não se apresenta de modo tão evidente. Vários dos primeiros escritores mencionam a manufatura de "vasos de barro extremamente frágeis e [...] quase todos modelados da mesma forma"[88], mas nenhum relato os atribui especificamente aos San. Ten Rhyne, é fato, escreveu que somente "os mais ricos dentre eles fazem vasos de cerâmica", mas o significado dessa observação é obscuro[89]. Os Namáqua do final do século XVI e os Gonáqua do final do século XVIII fabricavam cerâmica, e é provável que as observações de Kolb, Grevenbroek e Ten Rhyne se refiram aos Khoi-Khoi do Cabo no final do século XVII[90]. Sentimo-nos tentados a admitir que o aparecimento da cerâmica nos abrigos sob rochas e nas cavernas do Cabo nos primeiros séculos da Era Cristã assinala a chegada dos pastores fabricantes de cerâmica àquela região. Talvez os potes de gargalo cônico, com as características asas reforçadas internamente, sejam o tipo-padrão referido por Le Vaillant. É essa uma das formas mais recorrentes nos sítios do litoral do Cabo e arredores[91]; seu formato e as asas podem ser decorrência da necessidade de recipientes para carregar leite. Outros usos, incluindo o derretimento de gorduras, são mencionados na literatura antiga[92].

Não há evidências de que a metalurgia fosse uma atividade comum entre os Khoi-Khoi do Cabo antes da chegada dos colonizadores europeus, mas é certo que os Namáqua já no século XVII eram hábeis no trabalho do cobre, confeccionando contas e discos com esse metal. Em seu primeiro contato com os Namáqua da Colônia do Cabo, em 1661, Van Meerhoff mencionou "discos de cobre... correntes de cobre e contas de ferro"[93], mas não fez nenhum comentário sobre onde ou como se faziam essas peças. Em seu estudo sobre os Khoi-Khoi do Cabo, Elphick argumentou de maneira persuasiva que os Namáqua provavelmente sabiam trabalhar o cobre e exploravam ativamente os minérios da Namaqualândia[94]. Acrescenta ele que "o mesmo se pode dizer, com um grau de certeza apenas ligeiramente menor, dos Khoi do Cabo"[95].

88 LE VAILLANT, F. 1790. p. 311.
89 SCHAPERA, I. 1933.
90 KOLB, P. 1719. p. 251.
91 RUDNER, J. 1968.
92 LE VAILLANT, F. 1790. p. 311.
93 Apud THOM, H. B. 1952-8. p. 353.
94 ELPHICK, R. H. 1972.
95 ELPHICK, R. H. 1972. p. 115.

Os efetivos dos grupos de pastores khoi-khoi podem ter variado sazonalmente, mas não há dúvida de que eram mais numerosos do que os dos caçadores--coletores san. Paterson deparou com aldeias de dezenove, dezoito, onze e seis choupanas entre os Namáqua[96], enquanto Le Vaillant descreveu uma "horda" gonáqua, perto do rio Great Fish, onde viviam cerca de quatrocentos indivíduos em "quarenta choupanas construídas num local de aproximadamente 600 pés quadrados", as quais "formavam vários crescentes e se comunicavam umas com as outras através de pequenos recintos a elas anexos"[97]. Os Cochóqua, comentou Dapper:

> "Residem sobretudo nos vales de Saldanha Bay ou em suas proximidades [...] estão instalados em 15 ou 16 aldeias, cerca de um quarto de hora distantes umas das outras, e ao todo habitam 400 ou 450 choupanas [...] cada aldeia consiste mais ou menos em 30, 36, 40 ou 50 choupanas, dispostas em círculo a pouca distância umas das outras"[98].

Dapper estimou o rebanho em cerca de 100 mil bovinos e 200 mil ovinos. Vivendo em grandes comunidades, os Khoi-Khoi obviamente precisavam deslocar-se com frequência para garantir sua dieta vegetal e a pastagem para os animais. Quarenta mulheres khoi-khoi haviam de exaurir uma localidade muito mais depressa do que cinco mulheres san. Le Vaillant registrou "essas migrações indispensáveis a que eles [os Khoi-Khoi] se vêem forçados em decorrência da mudança das estações"[99]; com relação aos Namáqua, o governador Van der Stel anotou que, "conforme a estação do ano, eles vão para as montanhas, retornando depois aos vales e à praia, à procura de melhores pastagens"[100]. Fica evidente que nos primeiros tempos de sua fixação em Table Bay, os poderosos "homens de Saldanha" ocupavam as pastagens da baía durante os verões secos, mas deslocavam-se para o norte, na direção de Saldanha Bay, em outras épocas do ano. Em suma, os Khoi-Khoi erravam continuamente por montes e vales e tinham à sua disposição grandes extensões de savanas ervosas, especialmente a planície costeira e os vales do cinturão montanhoso. Sparrman menciona movimentos para as pastagens do Karroo, certamente após as chuvas de inverno, e observa que "a experiência constante e inequívoca dos colonos coincide nesse ponto com a prática dos Hotentotes"[101].

96 PATERSON, W. 1789. pp. 57, 104, 122, 125.
97 LE VAILLANT, F. 1790. p. 289.
98 Apud SCHAPERA, I. 1933. p. 23.
99 LE VAILLANT, F. 1790. p. 328.
100 Apud WATERHOUSE, G. 1932. p. 162.
101 SPARRMAN, A. 1789. p. 178.

No Longkloof, adiante de Swellendam, em 1775, Sparrman fez observações minuciosas, as quais sugerem que os pastores khoi-khoi queimavam o *veld* com regularidade a fim de estimular o crescimento de forragem e de plantas geófitas. Essa forma de explorar a savana tinha o efeito de manter a vegetação num estado de pré-clímax, favorecendo a predominância das plantas úteis. Seu comentário faz menção ao:

> "Fogo, do qual se utilizam colonos e hotentotes para limpar os campos de ervas daninhas. Desse modo, o terreno é [...] praticamente desnudado, mas só para que em seguida possa ostentar uma roupagem muito mais bonita, adornada por vários tipos de gramíneas e ervas anuais, lírios majestosos, antes sufocados por arbustos e plantas perenes [...] formando assim, com suas jovens vergônteas e folhas, uma pastagem encantadora e verdejante para uso dos animais de caça e do gado"[102].

Essa prática parece ter precedido o povoamento colonial, porquanto os primeiros visitantes do Cabo notaram a frequente ocorrência de grandes incêndios de matas, tendo o comandante Van Riebeeck aprendido a relacionar os incêndios nas montanhas distantes com a iminente chegada dos grupos khoi-khoi.

As relações entre os San e os Khoi-Khoi caracterizavam-se tanto pelo conflito como pela cooperação. Nos primeiros anos após a fundação do povoamento de Table Bay, Van Riebeeck ouviu frequentemente falar de "um certo povo de pequeníssima estatura que subsistia parcamente, de modo muito selvagem, sem choupanas, gado ou qualquer outra coisa no mundo"[103]. Esse povo, então conhecido como Sônqua ou Soáqua, em parte vivia do roubo do gado dos pastores. Um grupo instalado no rio Berg era conhecido como Obíqua, que significa "homens ladrões". No entanto, à medida que os colonizadores vão penetrando o interior e conhecendo melhor as relações entre os grupos, surgem referências ocasionais a uma forma de clientelismo pela qual os caçadores san acabavam por subordinar-se a grupos khoi-khoi mais numerosos. Van der Stel escreveu:

> "Esses Sônqua representam o mesmo papel dos pobres da Europa: cada tribo de hotentotes contrata alguns deles para trazer notícias da aproximação de alguma tribo estranha. Nada roubam dos *kraals* de seus patrões, mas sim, e regularmente, de outros *kraals*"[104].

Kolb, escrevendo cerca de vinte anos depois, confirmou que "os Sônqua [...] adotam como meio de vida, na maioria dos casos, a profissão militar, e por isso fazem-

102 SPARRMAN, A. 1789. p. 264.

103 Apud THOM, H. B. 1952-8. p. 305.

104 Apud WATERHOUSE, G. 1932. p. 122.

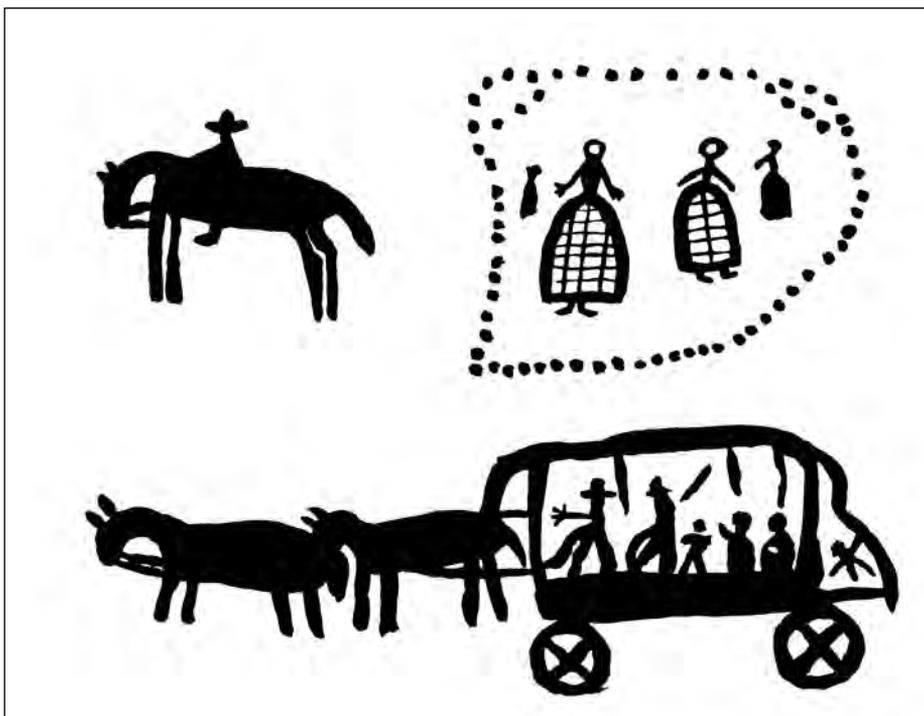
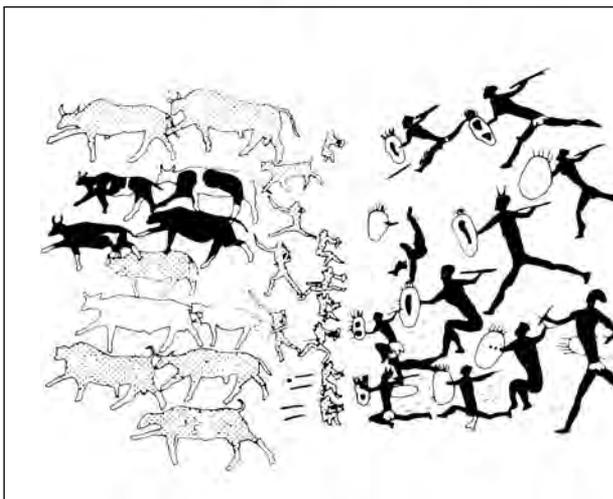



FIGURA 26.11 Carroças, cavalos e *trekkers* (migrantes) observados quando se dirigiam para as pastagens entre montanhas do Cabo ocidental no princípio do século XVIII da Era Cristã.

FIGURA 26.12 Grupo de pequenos ladrões de gado armados com arcos e flechas, defendendo sua presa contra figuras maiores munidas de escudos e lanças. A distinção reflete possivelmente a diferença entre os caçadores san e os proprietários negros de gado nos distritos centrais e orientais da África austral.

-se mercenários das outras nações hotentotes em tempos de guerra, servindo-os em troca de uma ração diária"[105]. Esses Sônqua eram elementos dos San que se haviam integrado nas sociedades khoi-khoi. Elphick argumenta, de forma convincente, que a expansão dos grupos khoi-khoi para os territórios antes pertencentes aos San teria envolvido um ciclo de integração que passaria pela guerra, pelo clientelismo, pelo casamento e pela assimilação[106]. Afigura-se provável que a introdução do pastoreio na África meridional teria implicado tanto os movimentos de populações *como* a assimilação de caçadores-coletores indígenas, conforme sugere Elphick, mas a demonstração desse duplo processo será uma tarefa delicada para os arqueólogos.

As relações entre os San, os Khoi-Khoi e outros grupos, como os colonizadores imigrantes ou os agricultores que conheciam o uso do ferro, eram com certeza tão variadas como as que se estabeleceram entre os San e os Khoi-Khoi. No leste, tanto os San como os Khoi-Khoi foram expulsos de suas terras e exterminados ou assimilados pela sociedade colonial. Grande número de pinturas rupestres do Cabo ocidental retrata carroças cobertas com lona, cavaleiros montados e armas dos agricultores em seus *trek* (carroças) de pioneiros (ver fig. 26.11). No oeste, o conflito entre os agricultores da Idade do Ferro e os caçadores não está bem documentado, mas ainda aqui as pinturas rupestres retratam roubos de gado nos quais homens pequeninos, armados de arco, roubam pessoas representadas em tamanho maior, armadas de lanças e escudos (ver fig. 26.12). Os últimos estágios dessa interação acham-se registrados nas obras de colonos letrados que se mudaram para Natal e nas encostas dos montes Drakensberg. Os pastores khoi-khoi – quem sabe tendo mais afinidades com as populações de língua bantu, que praticavam uma agricultura mista, do que com os San – parecem ter estabelecido relações mais harmoniosas, por exemplo, com os grupos Xhosa e Tswana. A descrição dos Gonáqua por Le Vaillant sugere uma tradição de relações estreitas entre eles e os vizinhos xhosa, incluindo um número considerável de casamentos entre membros dos dois grupos[107]. Portanto, seria errôneo imaginar distinções econômicas, linguísticas, físicas ou culturais nítidas entre os vários povos pré-históricos da África austral. Ainda mais improvável, talvez, é a possibilidade de que tais distinções tenham coincidido exatamente[108].

105 KOLB, P. 1719. p. 76.

106 ELPHICK, R. H. 1972.

107 LE VAILLANT, F. 1790. p. 264.

108 DERRICOURT, R. M. 1973b. pp. 449-55.

CAPÍTULO 27

Início da Idade do Ferro na África meridional

D. W. Phillipson

Introdução

Na África meridional[1], o episódio cultural conhecido pelos historiadores como Idade do Ferro Antiga assistiu à introdução de um gênero de vida que contrastava vivamente com os anteriores e que marcou a história ulterior de toda a região. Em princípios do primeiro milênio da Era Cristã, um movimento considerável de populações trouxe à África meridional um povo agricultor negroide cuja economia, modalidade de povoamento e talvez mesmo aparência física e língua diferiam grandemente das dos antigos habitantes. Foi esse povo que introduziu na área o conhecimento da metalurgia e da cerâmica. Este capítulo tratará da natureza, da origem e do desenvolvimento dessas sociedades da Idade do Ferro Antiga.

Os arqueólogos reconhecem hoje um amplo parentesco cultural entre as comunidades que introduziram a cultura material da Idade do Ferro na África meridional. Os vestígios deixados por essas sociedades são atribuídos a um complexo industrial comum à Idade do Ferro Antiga na África meridional[2], que

---

1 A área geográfica abrangida por este capítulo (ver mapa) compreende Angola, a metade sul da Zâmbia, Malavi, Moçambique, Botsuana, Zimbábue, Suazilândia e partes da Namíbia e da África do Sul. O leitor notará também que as datações por radiocarbono não estão corrigidas.

2 SOPER, R. C. 1971, pp. 5-37.

se distingue das indústrias posteriores tanto por sua coerência cronológica como pela manifesta associação de sua cerâmica a uma tradição comum. A distribuição desse complexo industrial da Idade do Ferro Antiga se estende muito além da região da África meridional aqui considerada[3]. Numerosas subdivisões regionais podem ser reconhecidas no interior desse complexo, com base, principalmente, na variação estilística das cerâmicas; em muitas áreas, essas subdivisões são confirmadas por traços culturais independentes. A tradição cerâmica da Idade do Ferro Antiga parece ter sido introduzida nessa área nos primeiros séculos da Era Cristã, tendo sobrevivido na maioria das regiões até a sua substituição por tradições distintas e mais heterogêneas, que datam de um período posterior da Idade do Ferro – geralmente por volta do princípio do presente milênio. Essa data terminal é variável: em certas regiões, a Idade do Ferro Antiga desaparece no século VIII, enquanto em outras pode-se observar um considerável grau de continuidade tipológica entre a Idade do Ferro Antiga e a cerâmica moderna[4]. Por conveniência, no contexto da presente obra, elaborada em vários volumes, assumi a tarefa de discutir as culturas da Idade do Ferro Antiga até a época em que foram substituídas por outras culturas, sem, contudo, passar do século XI da Era Cristã. Não abordarei, pois, os remanescentes mais tardios das culturas da Idade do Ferro Antiga, que serão discutidos em outra parte, no contexto da Idade do Ferro Recente.

É no quadro do complexo industrial da Idade do Ferro Antiga que um grande número de traços culturais de primordial importância faz sua primeira aparição na África meridional[5]. São eles, essencialmente, a agricultura, a metalurgia, a cerâmica e as aldeias semipermanentes constituídas por casas feitas de barro (*daga*) aplicado a arcabouços de varas ou estacas (pau a pique). Essas quatro características – condicionadas pela adequação do terreno e pela distribuição das jazidas de minérios – estão presentes em todos os sítios da região pertencentes ao início da Idade do Ferro. A cultura material das sociedades dessa época assinala uma ruptura repentina com a dos seus predecessores – ou contemporâneos – da Late Stone Age. Tanto pela diversidade de seus componentes como pelo fato de constituir uma entidade viável, pode-se demonstrar que essa cultura foi introduzida na África meridional numa forma já totalmente concluída. É, pois, evidente que seus antecedentes devem ser buscados, não no interior dessa região, mas muito mais ao norte. Assim, nenhum sítio da África meridional forneceu

3 A abordagem mais recente é a de SOPER, R. C., op. cit.

4 PHILLIPSON, D. W. 1974, pp. 1-25; 1975, pp. 321-42.

5 Alguns desses traços difundiram-se rapidamente para além da área aqui considerada.

FIGURA 27.1 África meridional: sítios da Idade do Ferro Antiga e sítios conexos mencionados no texto.

cerâmica que de alguma forma possa ser considerada ancestral da cerâmica da Idade do Ferro Antiga. A metalurgia parece ter sido introduzida como uma técnica acabada e eficaz numa área onde não há indícios de um conhecimento anterior dos rudimentos dessa tecnologia. Os animais domésticos e as plantas cultivadas na Idade do Ferro Antiga eram espécies anteriormente desconhecidas na parte sul do continente. Nestas condições e dado o seu aparecimento mais ou menos simultâneo ao longo de uma região imensa, é difícil fugir à conclusão de que a Idade do Ferro Antiga foi introduzida na África meridional por um movimento de população rápido e substancial, portador de uma cultura plenamente acabada cujo processo formativo ocorreu alhures.

Torna-se, portanto, claro que a Idade do Ferro Antiga representa apenas um dos setores da atividade humana na África meridional no decorrer do primeiro milênio da Era Cristã. Em muitas regiões as populações neolíticas conservaram

seu modo de vida tradicional, durante esse período, enquanto alguns de seus homólogos fixados mais ao sul, para além dos limites meridionais da expansão da Idade do Ferro Antiga, parecem ter adotado novos traços culturais que devem ser vistos sobretudo como decorrentes do contato, direto ou indireto, com os novos povoadores. Essas populações neolíticas e os grupos a elas relacionados são estudados por J. E. Parkington, no Capítulo 26 do presente volume.

A reconstituição da Idade do Ferro Antiga na África meridional deve basear-se, antes de tudo, nos testemunhos arqueológicos. Ao contrário dos eventos dos períodos posteriores da Idade do Ferro, os dessa época – que corresponde aproximadamente ao primeiro milênio da Era Cristã – escapam ao alcance da tradição oral. Como exposto em capítulo anterior, houve tentativas no sentido de basear a reconstituição histórica das sociedades sem escrita da Idade do Ferro Antiga dessa região em dados puramente linguísticos. No atual estágio dos nossos conhecimentos, contudo, afigura-se preferível considerar as conclusões da linguística histórica como um dado secundário em relação às sequências inicialmente estabelecidas pela arqueologia.

Levantamento regional dos testemunhos aqueológicos

Zâmbia meridional, Angola e Malavi

O autor do presente capítulo empreendeu recentemente um estudo regional sobre a Idade do Ferro Antiga na Zâmbia; um grande número de grupos distintos foi reconhecido, com base principalmente na tipologia da cerâmica a eles associada[6]. Preocupam-nos aqui tão somente as peças provenientes da parte sul do país. Podem distinguir-se dois grupos intimamente relacionados na região do Copperbelt e no planalto de Lusaka. O grupo Chondwe, do Copperbelt, caracteriza-se pelos vasos de cerâmica de bordas espessadas ou indiferenciadas, cujos motivos decorativos mais frequentes são constituídos por fileiras de impressões triangulares alternadas, formando um desenho em ziguezague em falso relevo, por zonas cordiformes estampadas a pente delimitadas por largos sulcos. Os sítios de aldeia que até agora forneceram cerâmicas desse tipo – cerca de 20 – estão distribuídos ao longo de rios e cursos de água, geralmente próximos da linha das árvores dos *dambos* que orlam o curso superior dos tributários do alto Kafue. As datações por radio-carbono dos sítios do grupo Chondwe em

6 PHILLIPSON, D. W. 1968-a, pp. 191-211.

FIGURA 27.2 África meridional: sítios.

Kangonga e em Chondwe situam-nos entre os séculos VI e X da Era Cristã, mas o estudo da tipologia das cerâmicas sugerem que alguns outros sítios poderiam ser anteriores. O trabalho do ferro e do cobre é evidente em todo o período correspondente aos sítios em questão. No entanto, parece que a exploração das jazidas de cobre da região foi feita em pequena escala na Idade do Ferro Antiga, embora se constituísse em foco de atração para amplos contatos comerciais[7].

Ao sul, concentrados no planalto de Lusaka, ficam os sítios da Idade do Ferro Antiga atribuídos ao grupo Kapwirimbwe, cuja cerâmica se distingue da do grupo Chondwe pelo espessamento maior e mais frequente dos bordos e pela extrema raridade das decorações estampadas a pente, substituídas por uma

7 MILLS, E. A. C. & FILMER, N. T. 1972, pp. 129-45; PHILLIPSON, D. W. 1972-a, pp. 93-128.

variedade de desenhos entalhados. Na aldeia de Kapwirimbwe, 13 km a leste de Lusaka, o período de ocupação, aparentemente breve, data do século V da Era Cristã aproximadamente. Havia extensos remanescentes de estruturas em *daga* desabadas, muitas das quais parecem ter sido fornos para a fusão de ferro. Enormes quantidades de escórias e lingotes de ferro vieram confirmar a prática da metalurgia do ferro extensiva nas vizinhanças imediatas. Os utensílios de ferro ocorrem com uma frequência inabitual nos sítios da Idade do Ferro na Zâmbia, mas parece que o cobre era desconhecido. Fragmentos de ossos indicam a presença de gado[8]. O desenvolvimento ulterior do grupo Kapwirimbwe está melhor ilustrado no sítio de Twickenham Road, num subúrbio a leste de Lusaka. Nesse local criavam-se cabras domésticas e caçavam-se animais selvagens. Tal como em Kapwirimbwe, a metalurgia do ferro era bastante desenvolvida, mas é somente na fase final da Idade do Ferro Antiga que o cobre faz sua aparição em Twickenham Road[9].

O grupo de Kapwirimbwe estende-se para sudoeste até o vale do Zambeze, perto de Chirundu, e, mais adiante, até o planalto de Mashonaland, em torno de Urungwe, onde é mais bem conhecido um sítio adjacente à caverna Sinoia, datada da segunda metade do primeiro milênio da Era Cristã[10].

Até o momento, poucos sítios da Idade do Ferro Antiga foram descobertos na Zâmbia ocidental. Na Missão de Sioma, no alto Zambeze, um povoamento está datado dos séculos intermediários do primeiro milênio[11]; outro, perto do rio Lubusi, a oeste de Kamoa, pertence ao último quartel desse mesmo milênio. Esses sítios forneceram uma cerâmica que, embora pertencendo incontestavelmente à Idade do Ferro Antiga, é acentuadamente distinta daquela dos grupos reconhecidos mais a leste. Há evidências do trabalho do ferro em ambos os sítios[12]. Fisicamente, a região do alto Zambeze é considerada uma extensão da zona arenosa do Calaari angolano. Não existe ali praticamente nenhum conjunto arqueológico de cerâmica datado que possa servir de termo de comparação, mas a pequena coleção proveniente do aeroporto de Dundo, datada dos séculos VII a IX e, portanto, virtualmente contemporânea de Lubusi, exibe muitas características em comum com os materiais encontrados naquele

8 PHILLIPSON, D. W. 1968-b, pp. 87-105.

9 PHILLIPSON, D. W. 1970-a, pp. 77-118.

10 ROBINSON, K. R. 1966-a, pp. 131-55; GARLAKE, P. S. 1970-a, p. 25-44.

11 VOGEL, J. O. 1973.

12 PHILLIPSON, D. W. 1971, pp. 51-7.

sítio[13]. Na área de Dundo, a produção de cerâmica parece remontar aos primeiros séculos da Era Cristã, se pudermos confiar no testemunho de uma datação por radiocarbono de cascalhos fluviais da mina de Furi[14]. Pode-se afirmar com razoável segurança que as comunidades da Idade do Ferro estavam presentes em vastas áreas de Angola durante o primeiro milênio da nossa Era Cristã, embora não se disponha de dados precisos.

Neste ponto é conveniente notar que alguns sítios da Idade do Ferro datados do primeiro milênio da Era Cristã são hoje conhecidos nas áreas mais meridionais de Angola; é o caso de Feti la Choya, onde a primeira ocupação da Idade do Ferro data do século VII ou VIII[15]. A relação desse sítio com o complexo industrial da Idade do Ferro Antiga não pode ser determinada, uma vez que nada se publicou acerca dos artefatos que lhe são associados, salvo o fato de o ferro e a cerâmica estarem presentes[16]. No extremo norte da Namíbia, o sítio de Kapako forneceu uma cerâmica descrita num primeiro e provisório relato como afim à de Kapwirimbwe e remontando, segundo as datações por radiocarbono, ao fim do primeiro milênio da Era Cristã[17].

Ao sul do rio Kafue, nos férteis planaltos da província meridional da Zâmbia, foram descobertas grandes aldeias da Idade do Ferro Antiga. Alguns desses sítios, considerados individualmente, parecem ter sido povoados por muito mais tempo do que é habitual em outros locais. As mais antigas ocupações tiveram lugar, ao que tudo indica, por volta do século IV. Esse povoamento da Idade do Ferro Antiga parece ter sido mais denso do que a maioria dos outros casos, em que as populações sobreviveram por muito tempo à chegada da agricultura e da metalurgia[18]. A cultura material do grupo Kalundu, da Idade do Ferro Antiga do planalto de Batoka, tem muitos pontos em comum com a do grupo Kapwirimbwe, mas sua cerâmica distingue-se facilmente sobretudo pela raridade dos motivos em ziguezague impressos em falso relevo e das tigelas com pronunciado espessamento interno da borda. A presença de conchas de cauri indicam contatos com o comércio costeiro, mas as contas de vidro estão ausentes. Os níveis inferiores do sítio de Kalundu, perto de Kalomo, forneceram

13 CLARK, J. D. 1968-b, pp. 189-205.

14 FERGUSON, C. J. & LIBBY, W. F. 1963, p. 17

15 FAGAN, B. M. 1965, pp. 107-16.

16 VANSINA, J. 1966.

17 SUTTON, J. E. G. 1972, pp. 1-24.

18 Diferentes pontos de vista sobre a questão da interação entre as populações da Idade do Ferro Antiga e da Idade da Pedra Recente podem ser encontrados in PHILLIPSON, D. W. 1968-a, pp. 191-211; 1969, pp. 24-49; MILLER, S. F. 1969, pp. 81-90.

um grande sortimento de ossadas de animais, dos quais menos de dois quintos provém de animais domésticos e de gado miúdo; a caça continuava visivelmente a representar importante papel na economia. O ferro era usado para a manufatura de objetos como barbeadores, pontas de flecha e provavelmente teclas de *sanza*[19]. Fragmentos de cobre também foram encontrados[20]. No planalto, a ocupação pelo grupo Kalundu durou até o século IX[21]; no vale do Kafue, em torno de Namwala, as ocupações da Idade do Ferro Antiga em Basanga e Mwanamaimpa foram situadas pela datação entre os séculos V a IX[22].

A porção do vale do Zambeze situada nas cercanias da cidade de Livingstone é provavelmente a região mais bem explorada da África meridional no que se refere à arqueologia da Idade do Ferro. O grupo Dambwa, dessa área, compartilha características tanto com o grupo Kalundu quanto com o sítio de Gokomere no Zimbábue[23]. Sugeriu-se que, após uma fase inicial pouco conhecida – ilustrada pelo pequeno conjunto de fragmentos de cerâmica do sítio de Situmpa, perto de Machili –, o ramo principal do grupo Dambwa teria derivado de um centro secundário de difusão da cultura da Idade do Ferro situado ao sul do Zambeze[24]. Em Kamudzulo foram encontrados vestígios de casas de pau apique semiretangulares datados dos séculos V a VIII.

Um pequeno pedaço de vidro importado, descoberto no interior de uma dessas casas, indica o estabelecimento de contatos com o comércio costeiro por volta do século VII. Os costumes funerários desse período são melhor ilustrados em Chundu, onde os cadáveres eram sepultados individualmente em covas; eram enterrados em posição fletida, os joelhos elevados à altura do queixo. Os objetos funerários parecem ter sido depositados em covas separadas; estas geralmente continham pares de vasos de cerâmica utilizados como recipientes para depósitos funerários, que nessa localidade incluíam invariavelmente uma enxada de ferro quase sempre acompanhada de outros objetos, como braceletes de ferro ou de cobre, cauris ou contas de concha em forma de disco. Um desses depósitos continha também duas sementes, provisoriamente identificadas como um grão

19 *Sanza* – instrumento musical *constituído* por linguetas de ferro dispostas sobre um suporte de madeira; estas são dedilhadas com os polegares.

20 FAGAN, B. M. 1967.

21 Como, por exemplo, em Gundu: FAGAN, B. M. 1969-b, pp. 149-69.

22 Basanga e Mwanamaimpa foram escavados pelo Dr. B. M. FAGAN. Para a datação por radiocarbono, ver PHILLIPSON, D. W. 1970-b, pp. 1-15.

23 DANIELS, S. G. H. & PHILLIPSON, D. W. 1969, vol. 11.

24 O que foi exposto sobre a Idade do Ferro Antiga em Victoria Falls está amplamente baseado na pesquisa de J. O. VOGEL, cujos relatórios publicados incluem Lusaka, 1971, e em outros autores citados mais adiante.

de feijão e uma semente de abóbora[25]. Os povoamentos dos grupos Dambwa, como os do grupo Kalundu ao norte, proporcionaram vestígios osteológicos da criação de animais domésticos bem como de carneiros e/ou cabras, mas a preponderância de ossos de espécies selvagens corrobora a importância da caça. Os objetos de ferro confeccionados localmente incluíam estiletes, facas, enxadas, machados, braceletes, pontas de flecha e lanças. O cobre não ocorre na região; deve ter sido trazido por meio do comércio já que as duas jazidas conhecidas mais próximas situam-se na região de Kafue Hook, na Zâmbia, e nos arredores de Wankie, no Zimbábue. Os artefatos de cobre encontrados nos sítios Dambwa incluem braceletes e lingotes destinados ao comércio.

Durante o século VIII, uma crescente mudança tipológica nas cerâmicas levou ao surgimento da tradição cerâmica de Kalomo, considerada hoje como uma variante local da região de Victoria Falls desenvolvida a partir da cerâmica do grupo Dambwa da Idade do Ferro Antiga. Por volta da metade do século IX, os ceramistas Kalomo introduziram seus produtos no planalto de Batoka, e parecem ter desalojado rapidamente a população do grupo Kalundu, que ali vivia[26].

Na província oriental da Zâmbia, a população da Idade do Ferro Antiga parece ter-se estabelecido por volta do século III da Era Cristã, porém de forma esparsa. A maioria dos habitantes dessa área provavelmente conservou seu gênero de vida neolítico até o milênio atual, muito tempo após o início da Idade do Ferro Recente[27]. A cerâmica dos sítios do grupo Kamnama da Zâmbia oriental evidencia íntimo parentesco com a dos povoamentos contemporâneos nas regiões adjacentes do Malavi para o qual dispomos de uma sequência arqueológica da Idade do Ferro na maior parte do país situada a oeste do lago.

No Malavi setentrional, um sítio ribeirinho no curso meridional do Rukuru, próximo ao norte Phopo, proporcionou evidências de uma ocupação prolongada na Idade do Ferro Antiga, situada entre os séculos II e V da Era Cristã. Aí foram descobertos cacos de cerâmica, ossos de animais selvagens e vestígios da fundição do ferro, juntamente com contas de concha em forma de disco. Não se encontraram contas de vidro. A cerâmica é claramente aparentada com a de Kamnama, e igualmente óbvias são as afinidades gerais desse material com as cerâmicas da Idade do Ferro Antiga da África oriental, especialmente a da ilha

25 VOGEL, J. O. 1969, p. 524; 1972, pp. 583-6.

26 VOGEL, J. O. 1970, pp. 77-88.

27 PHILLIPSON, D. W. 1973, pp. 3-24.

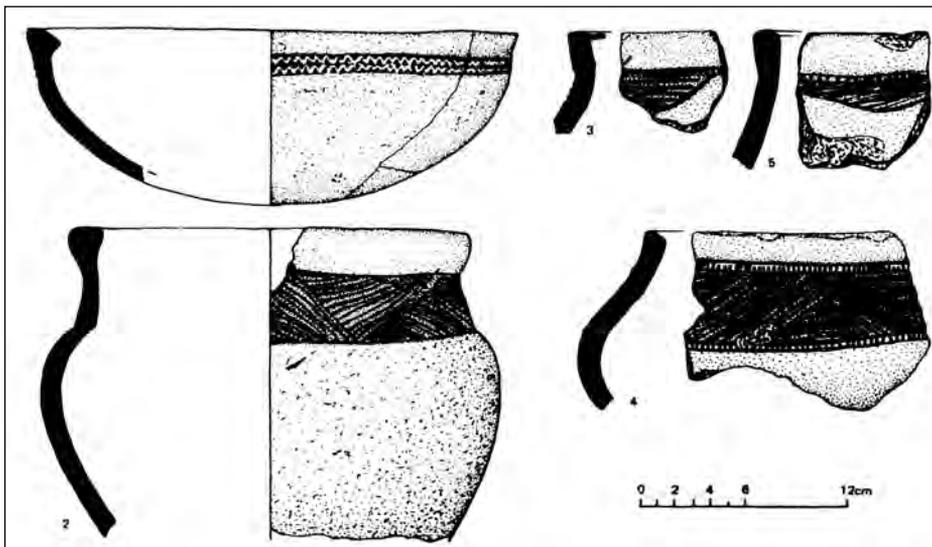
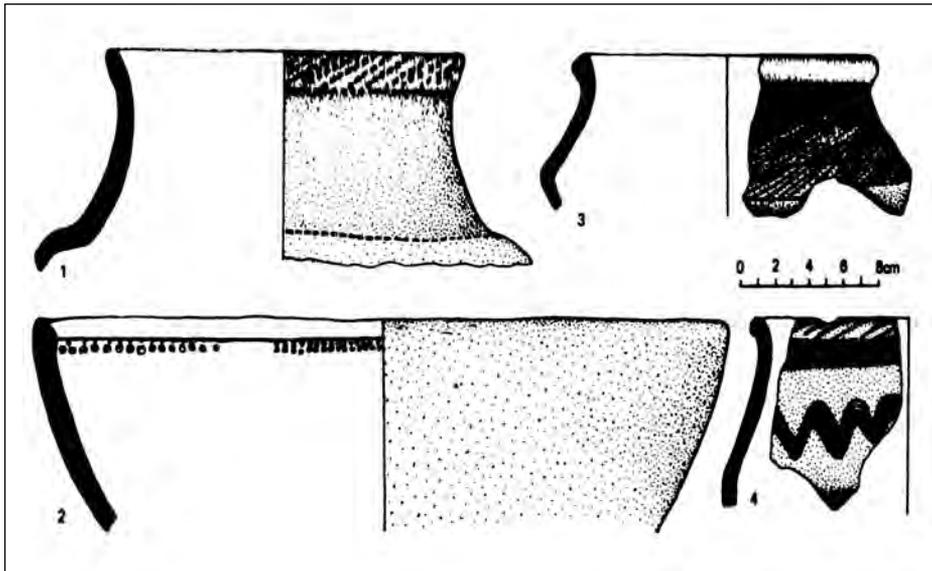



FIGURA 27.3 Cerâmica de Mabveni (nos 1 e 2, segundo K. R. Robinson, 1961) e de Dambwa (nos 3 e 4, segundo S. G. H. Daniels e D. W. Phillipson, 1969).

FIGURA 27.4 Cerâmica da Idade do Ferro Antiga proveniente de Twickenham Road (nos 1 e 2, segundo D. W. Phillipson, 1970) e de Kalundu (nos 3 e 5, segundo B. M. Fagan, 1967).

de Kwale, em Mombaça[28]. A datação de um material semelhante proveniente do monte Lumbule, perto de Livingstone, indica a metade do primeiro milênio da Era Cristã, aproximadamente. No Malavi setentrional, o sítio de Mwavarambo parece representar a forma local da Idade do Ferro Antiga, mostrando afinidades com o grupo Kalambo da Zâmbia setentrional[29]. Mwavarambo data dos séculos XI a XIII[30]. No Malavi setentrional, os achados provenientes de numerosos sítios atribuídos ao grupo Nkope[31] indicam povoamentos similares num período que se estende do século IV ao XI.

As cerâmicas da Idade do Ferro Antiga do Malavi e das regiões adjacentes da Zâmbia formam uma clara ligação tipológica entre as cerâmicas contemporâneas da África oriental e as do Zimbábue, mas são marcadamente distintas das dos grupos Chondwe, Kapwirimbwe e Kalundu, nas regiões situadas além de Luangwan, a oeste. Infelizmente não dispomos de dados sobre os sítios da Idade do Ferro Antiga na região situada a leste do lago Malavi.

A África ao sul do Zambeze

No Zimbábue vamos encontrar o mesmo quadro geral de indústrias da Idade do Ferro Antiga regionalmente diferenciadas, mas pertencentes a um complexo industrial comum. Já nos referimos às indústrias das duas regiões setentrionais do país, claramente aparentadas às dos grupos zambianos. Na maior parte do território restante as culturas da Idade do Ferro Antiga ostentam uma similaridade fundamental. Costuma-se admitir uma divisão tripartite da cerâmica a elas associada. A cerâmica de Ziwa concentra-se, ao que parece, nos planaltos orientais, em torno de Inyanga, estendendo-se para oeste, na direção de Salisbury, e para o sul, ao longo da fronteira com Moçambique, na direção de Lowveld. A cerâmica Zhiso (outrora conhecida como Leopard's Kopje)[32] é encontrada a sudoeste, em torno de Bulawayo. A cerâmica Gokomere está amplamente distribuída na região centro-sul do país. A tipologia indica que os três grupos estão intimamente relacionados. De fato, trabalhos recentes mostram que em várias regiões existe considerável imbricação entre os grupos e sugerem

28 SOPER, R. C. 1967-a, pp. 1-17.

29 PHILLIPSON, D. W. 1968-a, pp. 191-211.

30 Esta sumária exposição sobre a Idade do Ferro Antiga no Malavi baseia-se na pesquisa de K. R. ROBINSON, que a descreveu nas seguintes publicações: 1966, pp. 169-88; com SANDELOWSKI, B. 1968, pp. 107-46.

31 ROBINSON, K. R. 1973.

32 Sobre a cultura de Leopard's Kopje, ver ROBINSON, K. R. 1966-b, pp. 5-51

que nem sempre se pode defini-los tão nitidamente como ocorre com alguns dos grupos zambianos da Idade do Ferro Antiga[33].

Um quadro bastante claro do povoamento da Idade do Ferro Antiga no Zimbábue foi obtido em Mabveni, no distrito de Chibi, onde se investigaram remanescentes de três estruturas de pau a pique. Uma delas seria a de um celeiro, originalmente erguido sobre pedras. Traços de uma parede em pedra insossa não poderiam ser relacionados inequivocamente com o povoamento da Idade do Ferro Antiga, mas são arquitetonicamente distintos das estruturas mais recentes. A cerâmica se caracteriza por vasos com gargalo cuja borda espessada é decorada com impressões a pente em diagonal, bem como por uma variedade de tigelas. Encontraram-se também estatuetas de argila representando carneiros – únicos animais domésticos figurados – e seres humanos, ao lado de contas de ferro, cobre e conchas. A presença de conchas marinhas e contas de vidro é indício de contatos com o comércio costeiro[34]. O sítio data dos primeiros dois terços do primeiro milênio. Grande parte dos objetos acima mencionados também foram registrados em um abrigo sob rocha da Missão de Gokomere, ao norte de Fort Victoria, onde os restos de animais incluíam um chifre de cabra doméstica. O povoamento da Idade do Ferro Antiga em Gokomere situa-se entre os séculos V e VII[35]. A mais antiga ocupação da Idade do Ferro, na "Acrópole" do Grande Zimbábue, constitui outro exemplo da indústria da Idade do Ferro Antiga, cujo fim se situa entre os séculos III e V[36].

A cerâmica dita de Ziwa, do nordeste do Zimbábue, foi reconhecida inicialmente na região de Inyanga[37]; a cerâmica de Ziwa mais antiga apresenta inúmeros pontos em comum com as de Gokomere, mas sua decoração tende a ser mais elaborada. No momento, é o chamado "Local de Oferendas", sítio ainda não datado localizado no monte Ziwa, perto de Inyanga, que melhor nos informa sobre essa cerâmica. Os achados a ela associados incluem utensílios de ferro, objetos de cobre, contas de concha e um fragmento de cauri importado. Grãos de painço e sementes de abóbora estão visivelmente associadas à ocupação humana da Idade do Ferro Antiga.

As versões posteriores da tradição cerâmica de Ziwa mostram uma moderação geral das características mais ostensivas, com a introdução de acabamentos em

33 HUFFMAN, T. N. 1971-a, pp. 20-44.

34 ROBINSON, K. R. 1961-b, pp. 75-102.

35 GARDNER, T., WELLS, L. H. & SCHOFIELD, J. F. 1940, pp. 219-53; ROBINSON, K. R. 1963, pp. 155-71.

36 SUMMERS, R., ROBINSON, K. R. & WHITTY, A. 1961.

37 SUMMERS, R. 1958. Sobre o "Local de Oferendas", ver também MACIVER, D. R. 1906.

hematita e grafita. As datações por radiocarbono indicam que a cerâmica de Ziwa abrange a maior parte do primeiro milênio. Os níveis mais baixos da construção de pedra encontrada em Nyahokwe, próximo ao monte Ziwa – que a datação situa nos séculos X ou XI – são atribuídos à fase final da tradição de Ziwa. Nessa área descobriram-se diversos esqueletos humanos em sítios de Ziwa pertencentes à Idade do Ferro Antiga, todos eles de características físicas aparentemente negroides[38].

Uma cerâmica aparentemente relacionada às fases finais da tradição de Ziwa apresenta distribuição muito mais extensa do que sua equivalente mais antiga, tendo sido encontrada numa ampla área do nordeste do Zimbábue, até o distrito de Salisbury, a oeste. A cerâmica descoberta na mina de ouro de Golden Shower, em Arcturus, pode ser atribuída a uma manifestação tardia da tradição de Ziwa, datada possivelmente do último quartel do primeiro milênio; essa atribuição e datação devem ser tidas como provisórias até que venham a ser confirmadas por investigações futuras[39]. A associação desse tipo de cerâmica com as minas pré-históricas será discutida com maiores detalhes mais abaixo.

A fase final da Idade do Ferro Antiga na Mashonaland setentrional está melhor representada pelos sítios de Chitope, situados cerca de 100 km ao norte e a nordeste de Salisbury, e de Maxton Farm, perto do monte Shamva[40]. Ambos os sítios são atribuídos a meados do século XI e considerados ligeiramente anteriores à introdução, nessa área, da cerâmica Musengezi da Idade do Ferro recente. O sítio de Maxton Farm situa-se num *Kopje* (colina) cujo pico está rodeado por um muro baixo, "construido com grandes blocos de diorito grosseiramente empilhados, não desbastados, não selecionados e sem qualquer tipo de vedação ou preenchimento"[41]. A construção é rodeada por monólitos erigidos a espaços regulares. Não há motivo para duvidar da associação do muro com a ocupação do povoamento por ele cercado.

Um significativo desenvolvimento econômico manifesta-se, assim, nessa área, durante as últimas centúrias da Idade do Ferro Antiga. Observa-se que somente em suas últimas formas está a cerâmica Ziwa associada às contas de vidro importadas. Uma cerâmica similar é encontrada em sítios com terraços simples e muros de pedra, bem como em minas de ouro e cobre, indicando que seus artesãos estavam mais ativamente envolvidos na exploração dos recursos

38 BERNHARD, F. O. 1961; pp. 84-92; 1964; VILLIERS, H. de. 1970, pp. 17-28.

39 SCHOFIELD, J. F. 1948; HUFFMAN, T. N. 1974, pp. 238-42.

40 GARLAKE, P. S. 1967, 1969.

41 GARLAKE, P. S. 1967, p. 3; 1969.

naturais do território do que aqueles que os precederam, e que mantinham contato com a rede de comércio do oceano Índico.

É também a essa época que pertencem os primeiros animais domésticos registrados pelas pesquisas arqueológicas no Zimbábue. Restos desses animais estão notoriamente ausentes de sítios da fase mais antiga da Idade do Ferro nos povoamentos ao sul do Zambeze, onde as únicas espécies domésticas representadas são os ovinos e os caprinos. A presença de gado foi inicialmente registrada nos sítios datados do século VIII; no entanto, os animais domésticos só se tornam frequentes depois do começo da Idade do Ferro Recente[42].

Centralizados em Bulawayo, os sítios onde se encontrou cerâmica do tipo Zhiso têm muitos pontos em comum com as indústrias da Idade do Ferro Antiga localizadas mais a leste. Acredita-se hoje que essa cerâmica não representa a ocupação inicial da Idade do Ferro Antiga nessa área; isso é observado em sítios como Mandau e Madiliyangwa, nos montes Matopo, onde os fragmentos de cerâmica apresentam estreitos vínculos tipológicos tanto com as primeiras cerâmicas de Gokomere quanto com a cerâmica mais antiga da Idade do Ferro do grupo Dambwa, da região de Victoria Falls[43]. Parece provável que, numa grande parte da região sudoeste do Zimbábue, a população da Idade do Ferro Antiga tenha permanecido esparsa até o desenvolvimento da indústria de Zhiso no final do primeiro milênio. Os estudos da arte rupestre indicam uma considerável sobrevivência de povos do neolítico por essa época, especialmente nos montes Matopo[44].

Escavações no monte Zhiso, na cadeia de Matopo, revelaram fragmentos de estruturas de pau apique e conjuntos de pedras interpretados como suportes de celeiros associados a uma cerâmica decorada sobretudo com motivos estampados a pente; esse material data dos séculos IX a XI da Era Cristã[45].

Em outros sítios – notadamente Pumbaje e Ngwapani – paredes de pedra formando terraços podem ser contemporâneas da cerâmica de Zhiso, mas a associação é incerta[46]. Um horizonte de Zhiso do século VIII ou IX representa a mais antiga ocupação da Idade do Ferro no sítio de Leopard's Kopje, 24 km a oeste de Bulawayo. Numerosos vestígios foram encontrados no local: contas de vidro e de concha, escórias de ferro, braceletes de cobre, dentes de carneiro ou

42 HUFFMAN, T. N. 1973.

43 JONES, N. 1933, pp. 1-44.

44 Ver Capítulo 26.

45 ROBINSON, K. R. 1966-b, pp. 5-51.

46 ROBINSON, K. R. op. cit. 1966.

de cabra e, com associação mais incerta, restos de grão-de-bico. Ossos de gado graúdo, comuns nas camadas superiores dos depósitos da indústria de Leopard's Kopje (fase Mambo), não estavam representados na fauna relativamente pequena do horizonte inferior de Zhiso[47].

No extremo sudeste do Zimbábue, uma aldeia da Idade do Ferro Antiga em Malapati, junto ao rio Nuanetsi, foi datada do último quartel do primeiro milênio[48]. Este sítio forneceu ossos de gado e uma cerâmica que mostra afinidades com a de Gokomere e Zhiso e, através da última, com o material coletado na Botsuana oriental (no monte Maokagani, por exemplo)[49].

A difusão do complexo industrial da Idade do Ferro Antiga ao sul do Limpopo durante o primeiro milênio já é conhecida, mas os testemunhos são esparsos e incompletos. Uma cerâmica semelhante à de Malapati foi descoberta em Matakoma, no Soutpansberg do Transvaal setentrional; não dispomos de datações absolutas para esse sítio, mas a semelhança com o conjunto de Malapati, já datado, torna possível situá-la, com alguma probabilidade, na segunda metade do primeiro milênio[50]. Perto de Tzaneen, no nordeste do Transvaal, uma cerâmica da Idade do Ferro Antiga foi datada do século III ou IV, indicando que a difusão desse complexo ao sul do Limpopo não é muito posterior à sua introdução no Zimbábue[51]. As evidências provenientes do sítio de Broederstroom, a oeste de Pretória, são mais abrangentes: R. J. Mason descobriu nesse local restos de treze choupanas desabadas, bem como indícios de trabalho do ferro. A cerâmica da Idade do Ferro Antiga desse sítio, datada de meados do século V, está associada com os ossos de gado graúdo, ovinos e caprinos[52].

Mais para o sul, diversos artefatos da Idade do Ferro foram datados do primeiro milênio, mas permanece incerta sua atribuição ao complexo industrial da Idade do Ferro Antiga[53]. Em Castle Peak, Ngwenta (Suazilândia ocidental), os vestígios da Idade do Ferro datam seguramente do século IV ou V. O

47 HUFFMAN, T. N. 1971-b, pp. 85-9.

48 ROBINSON, K. R. 1963, pp. 155-71; 1961-a.

49 SCHOFIELD, J. F. 1948.

50 VAAL, J. B. de. 1943, pp. 303-18.

51 KLAPWIJK, M. 1973, p. 324.

52 MASON, R. J. 1973, pp. 324-5; 1974, pp. 211-16.

53 Excluo aqui do complexo industrial da Idade do Ferro Antiga achados como os de Uitkomst e Phalaborwa, cujas afinidades tipológicas parecem ligar-se a um material mais recente. Da mesma forma, não há evidências das associações culturais do forno para fundição de ferro do século VII descoberto no norte de Natal e descrito por DUTTON, T. P.1970, pp. 37-40.

relatório preliminar dos arqueólogos[54] indica que a cerâmica, encontrada em associação com instrumentos líticos de mineração, esporádicos objetos de ferro e artefatos de tipo neolítico, pode ser atribuída à Idade do Ferro Antiga. Num sítio aparentemente contemporâneo, em Lydenburg, descobriu-se uma notável representação em terracota de uma cabeça humana em tamanho natural, associada a uma cerâmica do tipo que J. F. Schofield denominou NC_3, cuja relação com o complexo industrial da Idade do Ferro Antiga ainda está por ser elucidada. A distribuição da cerâmica NC_3 estende-se para o sul até Natal, onde, em Muden, é encontrada num sítio no qual também se descobriram ossos de gado graúdo e miúdo[55].

Síntese arqueológica

Embora a distribuição e a qualidade das pesquisas arqueológicas nos sítios da Idade do Ferro Antiga, sejam desiguais, conforme constatado no resumo acima, podem-se discernir várias tendências gerais. Na área investigada, o estudo da tipologia da cerâmica permite reconhecer duas divisões principais no contexto da Idade do Ferro Antiga. Uma, mais conhecida na Zâmbia central e meridional, onde é representada pelos grupos de Chondwe, Kapwirimbwe e Kalundu, estende-se por uma distância considerável – porém desconhecida – na direção oeste. A outra ocupa o Malavi, a Zâmbia oriental e a área de povoamento da Idade do Ferro Antiga ao sul do Zambeze[56]. O grupo de Dambwa, da região de Victoria Falls (vale do Zambeze), tem características em comum com ambas as divisões. Essa classificação é confirmada até certo ponto pelo estudo de determinados aspectos econômicos da Idade do Ferro antiga, o que tentaremos fazer a seguir.

Economia de produção de alimento

Só raramente se descobriram provas arqueológicas de uma economia de produção de alimentos das sociedades da Idade do Ferro Antiga. A existência de grandes aldeias de caráter semipermanente sugere, sem dúvida, uma economia baseada em grande parte na produção de alimentos, ao passo que a descoberta

54 Citado in FAGAN, B. M. 1967, pp. 513-27.

55 SCHOFIELD, J. F. 1948; INSKEEP, R. R. & BEZING, K. L. von. 1966, p. 102; INSKEEP, R. R. 1971, p. 326; MAGGS, T. M. O'C. 1971.

56 PHILLIPSON, D. W. 1975, pp. 321-42.

de enxadas de ferro de numerosas mós indica a presença da agricultura. No entanto, testemunhos específicos para a identificação das plantas cultivadas e dos animais domesticados só foram obtidos em uns poucos sítios.

Na área e na época que são objeto deste capítulo os únicos sítios da Idade do Ferro Antiga a proporcionar vestígios físicos identificáveis de plantas cultivadas são os de Thundu (onde os achados foram provisoriamente identificados como *abóbora* e *feijão*), o "Local de Oferendas" em Inyanga (que forneceu grãos de painço e sementes de abóbora) e o de Leopard's Kopje (onde se encontraram grãos-de-bico). Grãos de sorgo foram encontrados nos níveis pertencentes à tradição Kalomo em Kalundu e Isamu Pati[57]. O sítio de Ingombe Ilede, perto de Kariba (não atribuído, culturalmente, à Idade do Ferro Antiga), também forneceu vestígios de sorgo, os quais foram diretamente referidos ao século VII ou VIII[58]. As magras evidências acima indicam algumas das culturas praticadas pelos agricultores da Idade do Ferro Antiga na África meridional, mas não há motivo para se acreditar que a lista seja abrangente.

Já os vestígios físicos de animais domésticos são um pouco mais substanciais. Despojos de carneiros e/ou cabras são registrados em Twickenham Road, Kalundu, Kumadzulo, Mabveni, Gokomere, Leopard's Kopje, Makuru e Broederstroom. Esses sítios, bastante esparsos, cobrem todo o período da Idade do Ferro Antiga na África meridional. No entanto, as ossadas de animais domésticos só procedem de contextos antigos nos sítios ao sul da Zâmbia – Kapwirimbwe, Kalundu e Kumadzulo. Ao sul do Zambeze o gado não ocorre, ao que parece, antes do século VIII, como se pode observar nos sítios de Coronation Park, Makuru e Malapati[59]. A partir do estudo das pinturas rupestres dessa região, pode-se inferir que os carneiros foram introduzidos no Zimbábue antes do gado graúdo: os carneiros de cauda grossa são amiúde representados, o que nunca ocorre com o gado de grande porte[60]. Testemunhos recentes de Broederstroom, entretanto, sugerem que o gado graúdo teria ocorrido antes no Transvaal, proveniente, talvez, do oeste[61].

57 FAGAN, B. M. 1967.

58 FAGAN, B. M., PHILLIPSON, D. W. & DANIELS, S. G. H. 1969.

59 HUFFMAN, T. N. 1973.

60 COOKE, C. K. 1971, pp. 7-10.

61 WELBOURNE, R. G. 1973, p. 325. A presença de gado graúdo na África do Sul durante a Idade da Pedra Recente data talvez do primeiro milênio da Era Cristã, possivelmente antecedendo sua chegada ao Zimbábue. A introdução do gado na África do Sul por uma rota ocidental parece, assim, provável. Esta tese é sustentada por evidências linguísticas citadas por EHRET, C. 1967, pp. 1-17; EHRET, C. et. al. 1972, pp. 9-27.

Mesmo na região ao sul do Zambeze, o gado de grande porte parece ter sido relativamente incomum durante a Idade do Ferro Antiga, em contraste com a importância que viria a assumir na economia dos períodos posteriores. Durante a segunda metade do primeiro milênio, pode-se discernir uma mudança gradual na economia da Idade do Ferro local. Em Kalundu, o estudo do período em questão revela um aumento constante na proporção de ossos de animais domésticos em relação aos de espécies selvagens em camadas sucessivas, o que indica uma mudança gradual da caça para a criação de animais[62]. Pela mesma época, na região de Victoria Falls, as enxadas de ferro vão-se tornando cada vez menos frequentes; parece razoável admitir uma evolução paralela da agricultura para a criação[63].

Mineração e metalurgia

Somente três metais foram trabalhados numa escala considerável durante a Idade do Ferro na África meridional. São eles, em ordem decrescente de importância, o ferro, o cobre e o ouro[64].

O minério de ferro, sob esta ou aquela forma, era extremamente difundido por toda a região. Nos lugares carentes desse minério costumava-se, ao que parece, fundir a limonita, a despeito de seu parco rendimento. Ao que tudo indica, a introdução da metalurgia do ferro é contemporânea da emergência de outros traços que caracterizam a cultura da Idade do Ferro conforme a definimos aqui. As evidências indicam que os métodos para a extração do ferro limitavam-se à escavação de poços rasos; quase sempre o minério era simplesmente coletado na superfície. Não se conhecem detalhes dos fornos da Idade do Ferro Antiga na África meridional[65], mas é interessante notar que a fundição parece ter sido frequentemente realizada no interior das aldeias, como se ainda não existissem os tabus que em períodos posteriores iriam determinar fossem as operações de fundição executadas longe de qualquer contato com mulheres. Parece que o processo de fundição envolvia o uso de condutos para o ar, mas isso não prova o emprego de foles, visto que tais condutos são também empregados em fornos de tiragem natural[66]. Os objetos

62 FAGAN, B. M. 1967.

63 Trata-se provavelmente de um processo gradual que se estendeu por vários séculos.

64 Também o estanho era trabalhado em pequena escala, pelo menos no século XIX, no sul da Zâmbia.

65 Ainda não se sabe se o forno de Inyanga descoberto por F. O. BERNHARD deve ser atribuído à Idade do Ferro Antiga.

66 Ver, p. ex., PHILLIPSON, D. W. 1968-c. pp. 102-13.

de ferro tinham em geral finalidades utilitárias e domésticas: facas, pontas de flechas, ferros de lanças, etc. É provável que o comércio desse metal a longa distância tenha sido pouco significativo.

A distribuição dos depósitos de cobre era muito mais restrita do que a das jazidas de ferro. As principais áreas de ocorrência desses depósitos na África meridional localizam-se na linha divisória das bacias dos rios Congo e Zambeze, estendendo-se desde o atual Copperbelt até Solwezi, a oeste, na curva do Kafue; em Sinoia e Wankie, no Zimbábue; na Botsuana oriental, junto à fronteira do Zimbábue; no vale do Limpopo, em torno de Messina; e na região de Phalaborwa, rio Transvaal oriental. As jazidas localizadas mais a oeste, em Angola e na Namíbia, não serão consideradas devido à virtual ausência de pesquisas arqueológicas nessas áreas. É provável que os depósitos de cobre nas regiões acima mencionadas fossem explorados durante a Idade do Ferro; no entanto, não é fácil a distinção entre as atividades mais antigas e as mais recentes. Muitos sítios pré-históricos foram destruídos ou substancialmente modificados pelas minerações recentes. Todavia, os artefatos de cobre estão largamente distribuídos nos sítios da Idade do Ferro Antiga, embora não sejam tão comuns como nos sítios de períodos posteriores. Não é possível demonstrar que a metalurgia do cobre foi praticada em toda a área considerada em época tão recuada como a da Idade do Ferro Antiga, ao contrário do que ocorre com a tecnologia do ferro. Na região de Lusaka, por exemplo, o uso do cobre parece ter permanecido incógnito até uma fase tardia da Idade do Ferro Antiga. O conhecimento do cobre em áreas mais próximas das jazidas é, ao que parece, consideravelmente mais antigo, como nos sítios do grupo Chondwe e na maior parte do Zimbábue. O cobre era claramente considerado como um material de relativo luxo, restringindo-se seu uso, em geral, à manufatura de pequenos artigos de adorno pessoal, como contas e braceletes feitos de finas tiras entrecruzadas. O metal era comercializado em barras; melhor exemplo, no contexto da Idade do Ferro Antiga, é o de Kumadzulo. Ainda não se estudou nenhum forno dessa época destinado à fundição do cobre. Fragmentos de cerâmica proveniente de regiões muito afastadas foram encontrados nos sítios adjacentes às minas zambianas do Copperbelt, notadamente em Roan Antelope, donde se pode inferir que o cobre desses sítios era procurado por habitantes de territórios longínquos; essa prática prosseguiu nos períodos posteriores da Idade do Ferro[67]. Conclui-se assim que em grande parte da África meridional o cobre foi trabalhado em pequena escala

67 PHILLIPSON, D. W. 1972-b, pp. 93-128.

na Idade do Ferro Antiga, constituindo a exploração em larga escala desse metal um fenômeno posterior[68].

Durante a Idade do Ferro, a mineração do ouro na África meridional parece ter-se restringido em grande parte ao Zimbábue e às regiões adjacentes[69]. Indícios de uma extração em pequena escala remontando à Pré-História foram assinalados na Zâmbia, na África do Sul e em outros lugares, mas não se conduziu nenhuma investigação mais minuciosa. Em contrapartida, registraram-se mais de mil minas de ouro pré-históricas no Zimbábue e nas regiões fronteiriças da Botsuana e do Transvaal[70]. A maior parte das minas antigas foram destruídas pela mineração desenvolvida nos últimos oitenta anos; só nuns poucos casos se dispõe de descrições mais detalhadas. A datação da exploração pré-histórica dos depósitos auríferos do Zimbábue é igualmente difícil. As datações mais antigas por radiocarbono para as minas da região são as de Aboyne e Geelong, ambas remontando a meados do século XII. Existem quatro referências à cerâmica da Idade do Ferro Antiga encontrada no interior de antigas minas ou nas regiões imediatamente adjacentes; em todos os casos, parece tratar-se de uma manifestação tardia da tradição de Ziwa. A ocorrência dessa cerâmica na mina de Golden Shower, perto de Arcturus, já foi registrada; materiais similares provêm de Three Skids. Ambos os sítios localizam-se na região do vale do Mazoe. Mais para o sul, próximo de Umkondo, no vale do Sabi, encontrou-se uma cerâmica análoga em Hot Springs. Finalmente, uma cerâmica de Ziwa posterior procede de um sítio de processamento de minérios – em que se encontraram cavidades para a lavagem e trituração do minério – em Three Mile Water, perto de Que Que. É o sítio que mais se assemelha às antigas minas de Gaika, Globe e Phoenix, todas elas operadas, em épocas pré-históricas, em degraus e a céu aberto; é este, de fato, o tipo de exploração mais comum no Zimbábue. As minas de Golden Shower e Hot Springs têm cada qual apenas um desses degraus; já as de que eram muito mais extensas. A mina de Gaika apresenta mais de 160 degraus, enquanto a de Phoenix atingiu uma profundidade de quase 40 m; é evidente que esses dois sítios foram operados durante muitos séculos, mas não há provas de que tenham sido intensamente explorados durante a Idade do Ferro Antiga.

68 Uma pesquisa sobre o trabalho do cobre em épocas pré-históricas na África meridional e central, com particular referência à Zâmbia, está sendo realizada por M. S. BISSON.

69 A passagem a seguir está amplamente baseada em R. SUMMERS.

70 O número real de minas deve corresponder a várias vezes essa cifra.

Embora se tenham encontrado quantidades substanciais de objetos de ouro em sítios da Idade do Ferro no Zimbábue, a grande maioria deles foi removida por caçadores de tesouros durante os primeiros anos da ocupação europeia; em alguns casos, porém, dispomos de dados referentes à proveniência e às associações arqueológicas de tais objetos. As raras amostras de ouro encontradas em escavações arqueológicas cientificamente controladas provêm todas de contextos posteriores da Idade do Ferro[71].

As escassas precisões cronológicas advindas da datação das antigas minas de ouro não nos permitem ir além das hipóteses no estudo dos dados fornecidos pelos quatro sítios onde foram encontrados artefatos de ouro pertencentes à Idade do Ferro Antiga. Nenhum desses sítios está datado, mas a cerâmica indicaria uma data não anterior ao século IX e provavelmente não posterior ao século XI[72]. Não há provas convincentes de uma exploração dos depósitos de ouro do Zimbábue e antes dessa época. Essa conclusão está de acordo com os testemunhos dos textos árabes, nos quais a primeira menção ao ouro proveniente dessa região – comprado na costa oriental da África – ocorre num contexto do século X[73].

Os quatro sítios de mineração de ouro que forneceram cerâmica da Idade do Ferro Antiga localizam-se nos vales do Mazoe e do Sabi, no leste do Zimbábue. Estes dois rios permitem uma comunicação relativamente fácil entre o interior e a costa. Os escritos dos geógrafos árabes não deixam dúvida quanto à exportação do metal nesse período inicial de mineração do ouro, mas ainda não se sabe ao certo se era também usado localmente. Neste contexto, é significativo que o início da mineração do ouro e a importação das contas de vidro tenham sido mais ou menos contemporâneos. Caso os dois eventos estejam realmente inter-relacionados, o estímulo para o desenvolvimento da mineração do ouro pode muito bem ter vindo do exterior. A afirmação de Summer[74], segundo a qual as técnicas de mineração e, por dedução, um certo número de mineradores seriam de origem indiana, não é muito convincente no atual estágio dos nossos conhecimentos. Conquanto se possa atribuir o início da exploração do ouro do Zimbábue a uma fase tardia da Idade do

71 Sabe-se hoje que os sepulcros de Ingombe Ilede, cuja mobília funerária incluía objetos de ouro, não devem ser associados à ocupação do final do primeiro milênio desse sítio; PHILLIPSON, D. W. & FAGAN, B. M. 1969, pp. 199-204.

72 R. SUMMERS e T. N. HUFFMAN sugerem a possibilidade de uma data um pouco anterior.

73 AL-MAS'UDI, in FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1962-b, p. 15.

74 SUMMERS, R. 1969.

Ferro Antiga, não foi senão em épocas ainda mais recentes que a mineração foi empreendida numa escala considerável.

Arquitetura

Somente uns poucos sítios proporcionaram informações que permitissem reconstituir os planos arquitetônicos e os pormenores estruturais das construções da Idade do Ferro Antiga nessa região; ainda assim, é difícil saber até que ponto são eles representativos da arquitetura na África meridional como um todo durante o período em questão. Kumadzulo forneceu o plano de onze casas de pau a pique semiretangulares sustentadas por grossos esteios colocados nos cantos; a extensão máxima das paredes era de apenas 2-3 m. Não se encontraram testemunhos comparáveis em outros sítios da Idade do Ferro Antiga, na África meridional; no entanto, vestígios fragmentários provenientes de sítios, como Dambwa e Chitope sugerem que o método geral de construção ilustrado em Kumadzulo era frequentemente empregado, embora a forma semiretangular e suas casas não encontre equivalentes em outros locais.

Na Idade do Ferro as construções em pedra achavam-se difundidas nas regiões ao sul do Zambeze, mas tal prática não parece ter alcançado a Zâmbia, exceto, numa escala muito pequena, durante os últimos séculos da Idade do Ferro Recente[75].

Contudo, como ficou dito acima, há provas de que a construção em pedra era comumente praticada no Zimbábue durante a Idade do Ferro Antiga – conquanto numa escala mais reduzida e com um grau de elaboração menor do que em épocas posteriores – podendo ser associada aos sítios de Gokomere, Ziwa e Zhiso. Nessa época, a pedra bruta era empregada sobretudo na edificação de muros em terraços ou de simples cercados. A forma arquitetônica mais elaborada encontra-se provavelmente no tipo de edificação descrita no sítio de Maxton Farm. Os períodos posteriores trouxeram um aperfeiçoamento e uma difusão muito maiores das construções em pedra, cuja tradição, no entanto, já se estabelecera muito antes do fim do primeiro milênio. A própria sequência de edificações em pedra do Grande Zimbábue é atribuída exclusivamente à Idade do Ferro Recente[76]

75 Na Zâmbia, muros em terraço foram descobertos nas proximidades de Mazabuka, no planalto da província meridional; estas construções, assim como as muralhas de pedra encontradas em sítios defensivos na região de Lusaka e na parte sul da província oriental, datam possivelmente do século XVIII ou XIX.

76 SUMMERS, R., ROBINSON, K, R., WHITTY, A. 1961; GARLAKE, P. S. 1973.

O resumo acima pôde cobrir apenas alguns aspectos da economia e da tecnologia da Idade do Ferro Antiga. Serviu ele, contudo, para ilustrar em que medida a Idade do Ferro Antiga constitui a base do subsequente desenvolvimento cultural da Idade do Ferro na região da África meridional.

Conclusão

Tais são, em linhas gerais, os nossos conhecimentos acerca da Idade do Ferro Antiga na África meridional. A elucidação dos eventos desse episódio cultural é vista aqui sobretudo como atribuição da arqueologia. A linguística histórica pode igualmente trazer uma contribuição importante ao estudo desse período, tal como foi discutido em um capítulo anterior.

Nos limites da região da África meridional aqui abordada, duas divisões principais da Idade do Ferro Antiga podem ser reconhecidas a partir do estudo dos dados arqueológicos. Elas podem ser consideradas como divisões primárias do complexo industrial comum à Idade do Ferro Antiga, distinguindo-se uma da outra pela tipologia das respectivas cerâmicas. A primeira divisão se estende para o sul, entre o vale do Luangwa e o lago Malavi, até o Zimbábue e o norte do Transvaal. Essa região era povoada por pastores de ovelhas e cabras, e de início parece ter carecido de gado bovino. A segunda divisão é melhor conhecida na Zâmbia central e setentrional, mas há indicações de que ela se estendeu também por uma enorme área a oeste. Nessa região, o gado de grande porte era conhecido desde os primeiros tempos da Idade do Ferro; foram provavelmente seus habitantes que transmitiram a criação do gado aos antigos pastores khoisan das regiões situadas ao sul do continente, onde o próprio complexo industrial da Idade do Ferro Antiga não logrou penetrar.

A desigual distribuição das pesquisas arqueológicas não permite uma visão mais minuciosa das grandes subdivisões da Idade do Ferro Antiga. A região de Moçambique, em particular, constitui uma grande lacuna nos mapas de distribuição, permanecendo, assim, inteiramente desconhecidos os eventos da área situada entre o oceano Índico e o lago Malavi. A maior parte de Angola e da África do Sul ainda não foi adequadamente investigada. Quando essas deficiências tiverem sido sanadas, é provável que a síntese aqui proposta venha a sofrer importantes revisões.

Ficou demonstrado que a cultura introduzida na África meridional pelos povos da Idade do Ferro Antiga foi responsável pelo estabelecimento de muitas das principais tendências históricas e culturais de épocas mais recentes. Para o

historiador, é particularmente interessante saber, nesse contexto, até que ponto é possível fazer remontar à Idade do Ferro Antiga as características, diferenciadas por região, de períodos mais recentes. A tradição da construção em pedra no Zimbábue e no Transvaal, a extração do ouro no Zimbábue e o trabalho do cobre do Copperbelt, parecem ter surgido, em suas respectivas regiões, no curso da Idade do Ferro Antiga, ainda que só mais tarde tenham adquirido plena expansão. Portanto, é provável que em numerosos setores a continuidade entre a Idade do Ferro Antiga e Recente tenha sido por vezes mais pronunciada do que se supôs. Mas é só após a realização de pesquisas mais aprofundadas, sobretudo nas regiões ainda não exploradas pelos arqueólogos, que se poderá avaliar toda a contribuição da Idade do Ferro Antiga para a história da África meridional.

CAPÍTULO 28

Madagáscar

P. Vérin

Investigações culturais

A população de Madagáscar tem sido objeto de numerosos estudos; a despeito das hipóteses frequentes e perfeitamente válidas sobre suas origens, estas ainda permanecem obscuras. Se por um lado o continente africano, vizinho, trouxe contribuições étnicas a Madagáscar, por outro, é digna de nota a participação do elemento malaio-polinésio, igualmente manifesta – sobretudo nas terras altas do centro do país; tal é a opinião da maior parte dos estudiosos. A dupla origem étnica dos malgaxes explicaria as diferenças físicas entre os habitantes da ilha; estes falam uma língua indonésia que, embora subdividida em três dialetos, é de uma unidade intrínseca inquestionável.

Antes de 1962, ano que marca o início de uma série de descobertas arqueológicas de importância histórica, já se tinham obtido notáveis resultados nos campos da linguística, etnologia, musicologia e antropologia física comparadas. Assim sendo, faz-se necessário traçar um breve resumo da pesquisa acerca da história cultural malgaxe empreendida por essas ciências auxiliares, antes de examinarmos os dados relativos aos primeiros povoamentos.

Linguística

O holandês De Houtman foi o primeiro estudioso a sugerir a inclusão do malgaxe no grupo linguístico malaio-polinésio. Em 1603 publicou ele alguns diálogos e um dicionário malaio-malgaxe[1]. Sua teoria foi corroborada pelo português Luís Mariano, que anos depois reconheceu a existência da língua "cafre" (o swahili), falada na costa noroeste. Essa língua diferia do "buque" (malgaxe), falado "no interior da ilha e no restante da costa... muito semelhante ao malaio".

Mais tarde Van der Tuuk[2] estabeleceu cientificamente a relação entre o malgaxe e as línguas indonésias. Sua investigação foi seguida pelos trabalhos de Favre, Brandstetter, Marre, Richardson e, em especial, Dempwolf.

A reconstituição do protoindonésio por Dempwolf demonstrou que o merina – por ele denominado "hova" – não difere significativamente de outras línguas da família indonésia. Tempos depois Dahl ressaltou a influência do bantu sobre o malgaxe, não somente no plano lexical como também no fonológico. Este fato é de suma importância para a discussão das interações africano-indonésias, as quais serão evocadas mais adiante. Hébert demonstrou em vários de seus trabalhos que não raro se observa uma bipartição entre os termos indonésios da língua malgaxe, o que demonstra a heterogeneidade das suas origens no Sudeste Asiático. Por sua vez, Dez levou a cabo uma análise do vocabulário de origem indonésia, graças à qual podemos inferir o tipo de civilização trazido a Madagáscar pelos imigrantes[3]. Finalmente, a glotocronologia confirmou que o vocabulário básico é predominantemente indonésio (94%) e permitiu entrever o espaço de tempo que separa o malgaxe da protolíngua[4]. Contudo, embora os elementos principais do *corpus* linguístico básico do malgaxe pertençam ao subgrupo indonésio, não se deve esquecer que outros elementos – indianos, árabes e africanos – foram incorporados à língua. Os contatos que a presença desses elementos pressupõe ajudam-nos a compreender as interações e misturas ocorridas por ocasião da diáspora indonésia para o oeste.

Antropologia física

As pesquisas realizadas nesse domínio confirmaram que os malgaxes apresentam ao mesmo tempo características mongoloides e negroides. Rakoto-

1 DRURY, R. 1931, pp. 323-92.

2 TUUK, Van der.

3 DEZ, J. 1965, pp. 197-214.

4 VÉRIN, P., KOTTAK, C. & GORLIN, P. 1970.

FIGURA 28.1 Madagáscar: lugares citados no texto. (Mapa fornecido pelo autor.)

-Ratsimamanga chegou a importantes conclusões quanto à distribuição e à natureza da pigmentação, mais acentuada entre os habitantes dos planaltos centrais. Distingue ele quatro tipos morfológicos, entre os quais a população se encontra dividida nas seguintes proporções[5]:

tipo indonésio-mongol	37%
tipo negro-oceânico	52%
tipo negro-africano	2%
tipo europeu	9%

Coloca-se aqui a seguinte questão: uma proporção tão elevada de elementos negroides seria realmente de origem oceânica? Mais recentemente, Chamla propôs, com base na mensuração de crânios preservados no Museu do Homem, a diferenciação de três tipos morfológicos:

- tipo moreno-claro, asiático, semelhante aos indonésios;
- tipo escuro, mais africano do que melanésio;
- tipo misto, que parece ser o mais frequente.

Pesquisas hematológicas realizadas por Pigache[6] mostraram claramente que os negroides malgaxes são de origem africana, e não melanésia.

O tipo físico indonésio predomina entre os indivíduos descendentes das antigas castas livres de Imerina; já os descendentes dos antigos cativos procedentes das regiões costeiras ou da África evidenciam um tipo francamente negroide. Os indonésios parecem também haver contribuído na elaboração biológica dos Sihanaka, dos Bezanozano, de alguns Betsimisaraka e dos Betsileo do norte. A sua participação no processo de formação do substrato biológico de outros grupos costeiros, onde o tipo negroide é muito difundido ou predominante, ainda é objeto de discussão.

O estudo dos restos de esqueletos encontrados em Madagáscar poderia nos ajudar a compreender o processo de miscigenação e, em especial, indicar se a fusão entre os elementos africano e indonésio ocorreu na ilha ou fora dela. Todavia, a quase total ausência de esqueletos obtidos em contextos arqueológicos tem impedido a coleta dos dados necessários[7].

---

5 Rakoto-Ratsimamanga foi influenciado, na definição de suas categorias, pelas teorias "sul-asiáticas" de Grandidier. Ele não indica claramente os parâmetros usados para definir esses tipos.

6 PIGACHE, J. P. 1970, pp. 175-7.

7 Afora o estudo dos restos de esqueletos encontrados em Vohemar e nos sítios do noroeste, que datam de um período árabe posterior ao primeiro povoamento.

FIGURA 28.2 Madagáscar: sítios importantes. (Mapa fornecido pelo autor.)

Etnologia e musicologia

H. Deschamps[8] foi quem primeiro se preocupou em distinguir, no interior da civilização malgaxe, as contribuições culturais indonésias das africanas. Traços culturais africanos são encontrados no complexo da criação de gado, no culto à serpente em honra dos reis mortos (praticado no oeste e em Betsileo) e em algumas formas de organização sociopolítica da região costeira. No entanto, a organização social de Imerina é inteiramente indonésia em seu caráter.

A civilização malgaxe deve ao leste a maior parte de seus tipos de moradia, a cultura do arroz em terraços irrigados, alguns aspectos do culto aos ancestrais e todo um complexo tecnológico que inclui o fole com duplo pistão, a piroga com balancim, o forno subterrâneo guarnecido de rochas vulcânicas porosas e objetos menos conhecidos, como o furador rotativo com arco e o ralador de coco com suporte. Esses dois últimos objetos, estudados na costa oeste de Madagáscar, foram encontrados em pontos tão longínquos como o leste da Polinésia, onde apresentavam forma idêntica e eram conhecidos sob os nomes de *hu* e *'ana* (em dialeto taitiano).

Hornell e os Culwick estudaram as ressonâncias culturais indonésias na costa oriental africana. Mais recentemente, G. P. Murdock referiu-se a um "complexo botânico malaio" onde se incluem as plantas introduzidas em épocas remotas, vindas do Sudeste Asiático. Entre elas o autor menciona o arroz *(Oryza sativa)*, a araruta polinésia (*Tacca pinnatifida*), o taro (*Colocasia antiquorum*), o inhame (*Discorea alata*, *D. bulbiiera* e *D. esculenta*), a banana (*Musa paradisiaca* e M. *sapientium*), a fruta-pão (*Artocarpus incisa*), o coqueiro (*Coco nufera*), a cana--de-açúcar *(Saccharum officinarum*), etc. Acredita Murdock que as migrações indonésias responsáveis pela introdução desse complexo botânico em Madagáscar ocorreram no primeiro milênio antes da Era Cristã, tendo percorrido as costas meridionais da Ásia antes de chegarem à África oriental.

Murdock exclui, certamente com razão, a hipótese de uma migração sem escalas através do oceano Índico; a data por ele atribuída a essas migrações é bastante razoável. Mas, no que se refere às provas etnobotânicas, Deschamps e, mais recentemente, Hébert demonstraram que algumas plantas há muito importadas para Madagáscar têm ora nomes indonésios, ora nomes africanos, ora ambos. Hébert, contudo, sublinha que "nomenclaturas idênticas em diferentes países não constituem prova de importação botânica". Para exemplificar, o fato de a banana ser conhecida por um nome indonésio (*fontsy*) na costa ocidental

8 DESCHAMPS, H. 1960.

de Madagáscar não prova de forma conclusiva que a planta foi trazida por imigrantes indonésios, pois nas terras altas do centro a banana tem um nome bantu (*akondro*); por conseguinte, pode-se fundamentar validamente qualquer teoria a respeito da origem dessa planta. Hébert cita Haudricourt, cujo ponto de vista é ainda mais explícito. Em seu estudo sobre a origem das plantas cultivadas em Madagáscar, Haudricourt escreve:

> "A existência de um nome de origem indonésia não significa que ela [a planta] tenha provindo da Indonésia. Com efeito, os imigrantes reconheceram na flora local plantas semelhantes às de sua terra de origem e por isso lhes deram os mesmos nomes".

É lícito acrescentar que as plantas novas e desconhecidas bem poderiam ter seus nomes inspirados na semelhança com as espécies encontradas na terra nativa dos imigrantes.

Os argumentos acima mostram como é delicada a manipulação das evidências de natureza etnobotânica. O mesmo se pode dizer quanto à musicologia. C. Sachs demonstrou que influências diversas se acham combinadas em Madagáscar: a indonésia, a africana e a árabe. No entanto, Jones vai mais longe. Segundo esse autor, a influência indonésia atingiu não só Madagáscar como toda a África. A meu ver, embora não se possa rejeitar certas teorias de Jones, a possibilidade de descobertas similares terem ocorrido independentemente em ambos os lados do oceano Índico não deve ser excluída.

Do acima exposto pode-se concluir que os ancestrais dos malgaxes têm origem tanto africana como indonésia, e que a natureza predominantemente indonésia da língua não permite minimizar o papel desempenhado pela África no povoamento de Madagáscar. O grande continente vizinho faz-se presente por uma contribuição étnico-majoritária e por inúmeros traços de sua cultura e de sua organização sociopolítica. Essa situação híbrida não é encontrada nem nas ilhas Comores nem na costa da África, onde os influxos indonésios também teriam ocorrido.

As diferentes teorias sobre as origens dos malgaxes hesitam, de fato, entre dois pólos, África e Indonésia; isso não exclui, é verdade, pontos de vista extremamente distorcidos como o de Razafintsalama (que sustentou, fundamentado em milhares de derivações etimológicas suspeitas, a teoria segundo a qual a ilha teria sido colonizada por monges budistas). A. Grandidier atribui à Ásia uma importância exagerada, afirmando que todos os ancestrais dos malgaxes – afora os Makua, de imigração recente – vieram do Sudeste Asiático, incluindo os

FIGURA 28.3 Aldeia de Andavadoaka no sudoeste. As casas, de matéria vegetal, são idênticas às primeiras construções ali erigidas.

FIGURA 28.4 Cemitério de Ambohimalaza (Imerina). As "casas frias" sobre os túmulos imitam o estilo das habitações tradicionais. (Fotos fornecidas pelo autor.)

negroides, a quem ele chama melanésios. G. Ferrand[9] aceita essa opinião, não corroborada pelas evidências geográficas; é, porém, mais razoável, ressaltando os aspectos africanos da origem dos malgaxes. Distingue ele as seguintes fases históricas:

- um possível período pré-bantu;
- um período bantu, anterior à Era Cristã;
- um período indonésio pré-merina, do século II ao IV, durante o qual imigrantes provenientes de Sumatra estabelecem sua supremacia sobre os Bantu;
- chegada dos árabes, do século VII até o século XI;
- chegada de novas levas de imigrantes sumatrenses (século X), entre os quais se encontram os Ramini, ancestrais dos Zafindramia, e os Rakuba, antepassados dos Hova;
- finalmente, chegada dos persas e, por volta de 1500, dos Zafikasinambo.

Julien[10] também atribui à África um papel capital, enquanto Malzac[11] é de parecer que os Hova teriam ensinado sua língua a todos os Bantu de Madagáscar.

Os primeiros povoamento de Madagáscar

Antes de examinar mais a fundo as origens indonésias e africanas do povo malgaxe, convém avaliar as teorias que tentaram creditar a Madagáscar imigrações antiquíssimas, provenientes da região mediterrânea.

Fenícios, hebreus ou povos do Périplo?

Ao se escrever sobre a história dos países situados além dos limites do mundo conhecido na Antiguidade, é comum atribuir a povos como os fenícios, egípcios, sabeus, gregos e hebreus um papel muito mais importante do que aquele que tiveram na realidade. Bent (1893), por exemplo, imputou a fundação do Zimbábue aos fenícios, enquanto C. Poirier identificou a região de Sofala com os países de Punt e Ofir.

Alguns autores acreditam que na Antiguidade remota Madagáscar foi visitada por viajantes. F. de Mahy julga ter encontrado remanescentes fenícios em

9 FERRAND, G. 1908, pp. 353-500.

10 JULIEN, G. 1908-9, pp. 375, 644.

11 MALZAC, V. 1912.

Majunga, mas Ferrand e eu próprio não conseguimos confirmar suas hipóteses. A. Grandidier[12], por sua vez, afirma que os gregos e, naturalmente, os árabes desembarcaram em Madagáscar. Segundo ele:

> "Desde os tempos antigos essa ilha era conhecida pelos gregos e árabes pelos nomes de Menuthias, Djafuna e Chezbezat; a descrição acurada, porém breve, que eles nos legaram não recebeu a devida atenção dos geógrafos europeus, que só viriam a ter notícia da existência de Madagáscar através dos portugueses, em 1500".

Na verdade, o único nome grego, *Menuthias,* citado em Ptolomeu[13] e no *Périplo,* designa provavelmente a ilha de Pemba, ou talvez Zanzibar ou Mafia. Um certo F. Du Mesgnil[14] julgou de bom alvitre escrever uma obra cujo título – *Madagáscar, Homero e a Civilização Micênica* – por si só dá uma ideia do que nela há de especulativo.

Mais obstinadas são as lendas sobre os migrantes judeus. O padre Joseph Briant[15], em seu opúsculo Os *Hebreus em Madagáscar,* está convencido de que houve, não uma, mas duas migrações judaicas para Madagáscar. Sustenta seus argumentos com centenas de comparações de palavras hebraicas e malgaxes. Teorias simplistas e distorcidas como essa, baseadas em comparações linguísticas entre palavras aparentemente semelhantes, são comuns em Madagáscar; J. Auber desenvolveu-a em trabalhos dúbios que, não obstante, foram editados pela imprensa oficial malgaxe.

As primeiras pesquisas sobre as origens judaicas de alguns malgaxes se devem a Flacourt; esse autor acreditava que os primeiros estrangeiros a desembarcar na costa oriental de Madagáscar foram os "Zaffe-Hibrahim, ou seja, os da linhagem de Abraão, habitantes da ilha de Santa Maria e regiões vizinhas". No prefácio da *História da Grande Ilha de Madagáscar,* Flacourt[16] justifica suas hipóteses pela presença de nomes bíblicos entre os malgaxes, pela prática da circuncisão e pela proibição do trabalho no sábado.

G. Ferrand, por sua vez, descarta formalmente a possibilidade dessas migrações judaicas terem ocorrido. Segundo ele, os poucos nomes semitas usados em Madagáscar podem ser atribuídos aos malgaxes que se converteram

12 GRANDIDIER, A. 1885, p. 11.

13 PTOLEMACUS CLAUDIUS.

14 MESGNIL, F. du. [s.d.].

15 BRIANT, J. 1945.

16 FLACOURT, E. 1661.

ao islamismo[17], ao passo que a proibição do trabalho no sábado se deveria ao fato de ser ele um dia *fady* (proibido), crença muito comum entre os habitantes da ilha: na costa oriental, podem ser *fady* as terças, quintas ou sábados, de acordo com a região. Ademais, parece que no século XVII a prática da circuncisão entre vários povos exóticos fez com que os autores cristãos franceses lhes atribuíssem uma origem judia. Um outro exemplo desse gênero de pesquisa, em outra região, é o dicionário francês-caraíba compilado pelo padre Raymond Breton (séc. XVII).

A teoria a respeito das origens pré-islâmicas dos malgaxes foi retomada há pouco por Poirier, que vê uma dualidade nas contribuições muçulmanas a Madagáscar. Enquanto seus predecessores sustentavam que os remanescentes atenuados do Islã em Madagáscar sugerem uma origem judaica, Poirier os considera uma forma primitiva de religião procedente da Arábia. No entanto, os documentos arqueológicos obtidos na África e em Madagáscar não vêm em apoio dessa teoria. As maciças infiltrações árabes que fertilizaram a cultura Swahili só intervêm no século VIII, e ainda que houvesse tráfico na costa oriental da África no século II da Era Cristã, era Rapta, situada depois de Menuthias (que não pode ter sido Madagáscar) o porto terminal. Segundo o autor do *Périplo,* o último mercado digno desse nome no país de Azania era chamado Rapta em virtude de seus barcos "costurados" (*rapton ploiarion*); encontravam-se aí grandes quantidades de marfim e cascos de tartaruga.

A cidade de Rapta ainda não foi localizada, mas acredita-se que ela se situe entre Pangani e o delta do rio Rufiji. É provável que Madagáscar não se interessasse por esse comércio costeiro, não apenas por ele só chegar até Rapta mas por ser a ilha ainda desabitada.

Com base em testemunhos históricos e arqueológicos confiáveis, é razoável supor que indonésios e africanos chegaram a Madagáscar entre os séculos V e VIII ou, de qualquer modo, não depois do século IX. Por esta razão, convém examinar mais de perto as vicissitudes daquilo que se conhece acerca dos primeiros povoamentos afro-asiáticos.

Os primeiros imigrantes indonésios

Ainda que seja arriscado tentar estabelecer uma data definitiva para a imigração dos primeiros indonésios, é lícito conjeturar, por razões que exporemos mais adiante, que seu início teve lugar no século V da Era Cristã, podendo

17 FERRAND, G. 1891-1902.

FIGURA 28.5 Porta antiga de Miandrivahiny Ambohimanga, Imerina. (Foto fornecida pelo autor).

ter prosseguido até o século XII, segundo Deschamps. Dá-se o nome de paleoindonésios aos primeiros migrantes a entrar em contato – e provavelmente se amalgamar – com os africanos. Os últimos a chegar, conhecidos como neoindonésios, foram os ancestrais dos Merina; foi a leva que melhor preservou sua identidade biológica original, possivelmente pela circunstância de ter seguido um itinerário mais direto, mas é provável que devido ao seu pequeno número tenha adotado a língua dos paleoindonésios chegados a Madagáscar em épocas anteriores.

A dicotomia paleo/neoindonésios não é apenas cronológica e biológica, mas se reflete também na organização social. Ottino demonstrou que as sociedades dos planaltos centrais organizaram-se inicialmente de modo muito semelhante às da Indonésia. O *foko,* unidade social de Imerina – denominada *deme* por Bloch –, é encontrado numa forma análoga em Timor, sob o nome de *funkun.* As sociedades malgaxes do litoral, por sua vez, têm muitos pontos em comum com as da África bantu.

Hébert observou uma bipartição leste-oeste em certo número de termos malgaxes de origem indonésia e tece considerações muito interessantes acerca dos calendários (1960). Os calendários sakalava contêm poucas palavras em sânscrito, que são muito mais frequentes nos calendários dos descendentes dos neoindonésios[18].

Os neoindonésios parecem possuir tradições, embora bastante vagas, referentes às suas origens indonésias. Os *Tantaran'ny Andriana,* crônicas da história merina coletadas pelo padre Callet, aludem a um desembarque na costa oriental, em algum lugar entre Maroantsetra e Mangoro. Ramilson, em sua *História dos Zafimamy,* retoma essa tradição de desembarque, que situa em Maroantsetra.

O lugar de origem dos indonésios que emigraram para o oeste através do oceano Índico, tanto nos primeiros tempos como posteriormente, é ainda um mistério. A meu ver, uma comparação glotocronológica do malgaxe (ou melhor, de seus vários dialetos) com um grande número de línguas indonésias da Indochina insular e continental poderia revelar-se frutífera. A língua que possuísse o maior número de termos em comum com o malgaxe conduziria ao tronco comum sudeste-asiático a partir do qual as várias línguas divergiram. O. Dahl mostrou o estreito parentesco entre o malgaxe e a língua manjaam de

18 Este argumento parecerá questionável para aqueles que afirmam que a difusão dos calendários não depende exclusivamente de migrações. Além disso, é possível que a modificação do calendário dos Sakalava se deva à influência de povos islamizados.

Bornéu; Dyen confirmou o fato com cálculos glotocronológicos, sublinhando que o grau de retenção comum ao par malgaxe-manjaam é maior do que o do par malgaxe-malaio, Isto não significa necessariamente que o malgaxe se originou em Bornéu, porquanto pode estar mais próximo de outras línguas. Ferrand, em suas *Notas sobre a Fonética Malgaxe,* observa haver forte parentesco entre o malgaxe e o batak e estabelece comparações com o kawl e o javanês.

Os protomalgaxes do Sudeste Asiático, que criaram no oceano Índico um equivalente da epopeia polinésia, teriam tido, segundo Solheim[19], um modo de vida muito semelhante à dos Iban de Bornéu, cujo ano se divide em um período sedentário, voltado a uma agricultura de desmatamentos e queimadas, e um período de navegação – às vezes de pirataria. Hébert[20] levanta a hipótese de que esses intrépidos navegadores teriam sido os Bugi, cujo nome, deformado, seria usado para designar Madagáscar nos textos árabes até a presente data *(Bunki* ou *Bukini* em swahili).

Impressionou-me a similaridade entre as aldeias fortificadas neoindonésias, cercadas por um fosso (A. Mille contou 16 mil sítios em Imerina), e as encontradas na Indochina e na Tailândia. Esses sítios fortificados surgem na Indonésia no princípio do Neolítico, mas alguns datam de meados do primeiro milênio da Era Cristã. Em todo caso, é razoável buscar as origens dos indonésios de Madagáscar no norte do Sudeste Asiático, uma vez que há quinze séculos as civilizações indonésias se estendiam até a península da Indochina. As gerações posteriores dessa protocultura hipotética bem podem ter chegado às ilhas – Bornéu e Madagáscar.

A impossibilidade de atribuir a este ou àquele país (ou países) da Indonésia a origem da protocultura malgaxe não significa que estejamos limitados à mera especulação. A partir do século V – e sem dúvida mais tarde – empreenderam os indonésios inúmeras viagens marítimas, em particular para a Índia; entre os séculos VII e XII, grandes potências marítimas se desenvolveram na Indonésia, notadamente os impérios hinduizados de Crivijaya (séculos VII a XIII) em Sumatra, Cailendra (século VIII), Mataran (séculos IX a XI) e Mojapahit (século XIII) em Java, e Jambi (século XII) na Malásia.

No atual estágio de nossos conhecimentos, é tão difícil atribuir uma data precisa às migrações indonésias quanto fixar sua origem geográfica. Ferrand e, posteriormente, Dahl observaram que apesar do grande número de palavras sânscritas encontradas no malgaxe, são elas muito raras nas línguas com as quais

19 SOLHEIM, W. 1965, pp. 33-42.

20 HÉBERT, J. C. 1971, pp. 583-613.

esse idioma está intimamente relacionado (malaio, ou melhor, maajam). Disso se pode deduzir que as migrações para Madagáscar são posteriores ao início do processo de hinduização[21]. Tal processo, bastante evidente a partir do século IV da Era Cristã, deve ter começado muito cedo, porém sua influência se mostrou bastante desigual no interior da Indonésia e do Sudeste Asiático.

As comparações glotocronológicas entre o malaio e o malgaxe, bem como entre os vários dialetos derivados do protomalgaxe, nos fornecem uma série de possibilidades cronológicas que giram em torno do primeiro milênio da nossa era[22]. O aspecto mais proveitoso do estudo das divergências vocabulares reside numa possível classificação dos diferentes dialetos e no que dele se pode inferir a respeito das migrações no interior de Madagáscar. Deschamps assinalou que as rotas marítimas a leste da Índia foram estabelecidas há muito tempo, enquanto as do oeste só vieram a ser conhecidas nos primeiros séculos da Era Cristã. No meu entender, esse fato tem muito mais peso do que as incertezas da glotocronologia.

A descoberta de artefatos de pedra poderia levar-nos a conhecer melhor a fase primitiva da história malgaxe, mas até o momento nada foi encontrado. A meu ver, os primeiros malgaxes a habitar a ilha já estavam familiarizados com o uso dos metais. Sabemos que na costa africana a Idade do Ferro sucedeu à Idade da Pedra entre os séculos I e IV da Era Cristã. Na Indonésia, a Idade do Bronze ocorreu muito antes[23], e – o que é mais importante – várias e diferentes civilizações ali coexistiram; houve mesmo alguns grupos que, isolados, continuaram a usar instrumentos de pedra até o século X.

A existência ou não de objetos de pedra em Madagáscar é assunto controverso. Dois artefatos semelhantes a enxós foram encontrados, um por Bloch, na região de Ambatomanoina[24], outro por Marimari Kellum-Ottino, em Tambazo, a leste de Malaimbandy. Até o momento não é possível uma conclusão definitiva acerca desses dois artefatos, provenientes de locais onde possivelmente se talhavam pederneiras de fuzil; caso isso venha a ser confirmado, a chegada dos primeiros indonésios ficaria situada em meados do primeiro milênio da Era Cristã. A este respeito, é de grande interesse a comunicação de Grandidier[25] acerca da descoberta de pedras talhadas semelhantes a pederneiras na jazida de subfósseis

21 DAHL, O. C. 1951, p. 367.

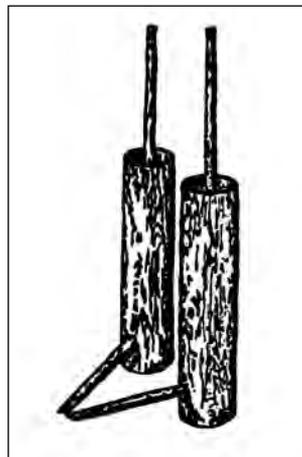
22 VÉRIN, P., KOTTAK, C. & GORLIN, P. 1970, pp. 26-83.

23 HEEKEREN, H. R. van.

24 BLOCH, M. & VÉRIN, P. 1966, pp. 240-1.

25 DYEN & GRANDIDIER, A.

FIGURA 28.6 Canoa de pesca *vezo* de tipo indonésio, com balancim.

FIGURA 28.7 Fole de forja com duplo pistão do tipo encontrado na Indonésia. (Ilustrações fornecidas pelo autor.)

de Laboara; visto ser a introdução das armas de fogo em Madagáscar posterior à extinção dos subfósseis, podemos estar em presença de uma indústria lítica.

A cerâmica malgaxe do centro e do leste assemelha-se em muitos aspectos aos objetos encontrados no complexo de Bau-Kalanay; todavia, a cerâmica desse período arcaico encontrada na África ainda não é conhecida o suficiente para se poder distinguir com precisão os traços africanos dos indonésios.

Os monumentos de pedra malgaxes erigidos para o culto dos ancestrais constituem forte reminiscência da Indonésia. Ferrand (1905) serve-se de sólidas técnicas etimológicas para aproximar a palavra denotativa da divindade (*Zanahary*) de suas homólogas no malaio e no chan.

Com referência aos meios de transporte, é frequente perguntar como podiam os indonésios do primeiro milênio da Era Cristã dispor de barcos capazes de cobrir tão longas distâncias. Sabemos que naquele período os barcos "costurados" – os *mtepe* – foram usados no oeste do oceano Índico. Esses *mtepe* figuram entre os prováveis ancestrais do *dhow,* porém seu casco é fixado por ligaduras, enquanto o do *dhow* apresenta uma estrutura cavilhada. As velas dos dois barcos também diferem entre si. No leste do oceano Índico, como demonstrou Deschamps, havia embarcações capazes de navegar em alto-mar. A mais antiga referência a essas embarcações aparece numa escultura do templo de Borubudur (Java, século VIII), representando um barco com balancim, dois mastros e vela.

Admitida a contribuição indonésia para a colonização de Madagáscar, resta descobrir as rotas pelas quais ela se efetivou. Muitos autores sublinharam a existência de uma grande rota sul-equatorial que, teoricamente, poderia ter ligado Java a Madagáscar; a corrente Sul-Equatorial é muito forte entre a costa meridional de Java e a região vizinha do cabo Amber no período de agosto a setembro. Sibrée assinalou que as pedras-pomes provenientes da explosão do Cracatoa foram levadas por essa corrente até as costas de Madagáscar.

Sem ser absolutamente inutilizável, uma rota a unir a Insulíndia a Madagáscar é difícil de conceber por razões que foram claramente explanadas por Donque: um itinerário direto Java-Madagáscar não encontra, *a priori,* obstáculos intransponíveis durante o inverno austral, quando os ciclones tropicais estão ausentes dessa região, mas existem fatores capazes de invalidar tal hipótese – a rota direta representa uma distância de cerca de 6000 km num "deserto" marinho sem escalas. Assim, é preferível admitir um itinerário a passar pelo sul da Índia e pelo Ceilão. Deschamps alude a incursões piratas nessas regiões na primeira metade do primeiro milênio da Era Cristã.

O trajeto Índia meridional – Madagáscar não coloca maiores problemas. A rota ao longo da costa sul da Ásia ocidental é conhecida desde a época do

Périplo, e o grande número de moedas chinesas encontrado mais tarde em Siraf testemunha a importância do comércio entre o Extremo Oriente e o Oriente Médio por via marítima. Do Oriente Médio, os viajantes se dirigiam à costa da África – tal como na época da prosperidade de Rapta – ; o acesso às ilhas Comores teria constituído um intermediário para a descoberta de Madagáscar. Do Cabo Delgado pode-se ver, em dias claros, a silhueta de Kartala, na Grande Comore; dessa ilha, pode-se divisar os contornos de Moheli até Mayote. É fácil imaginar que uma embarcação com destino a uma das ilhas Comores se tenha desgarrado e chegado a Nosy-Be ou ao cabo São Sebastião, como sucedia amiúde com os barcos de Zanzibar no século XIX, desviados de sua rota pelo mau tempo.

Assim, é possível que o povoamento das ilhas Comores seja antigo. As crônicas dos escritores locais, como Said Ali, mencionam a presença de populações pagãs durante o período Beja, anterior à chegada dos muçulmanos; infelizmente não sabemos se tais populações eram africanas ou indonésias. Segundo alguns autores, como Repiquet e Robineau[26], a população dos Altos de Anjuan, os Wamatsa, contam uma certa proporção de descendentes dos primeiros habitantes pré-islâmicos. Essa hipótese ainda não foi devidamente examinada. Pode-se admitir uma origem indonésia para os imigrantes protomalgaxes com base em dados toponímicos (por exemplo, *Antsahe* pode ser aproximado do malgaxe *Antsaha*) ou nos testemunhos da tecnologia tradicional. Em Uani sobrevive um tipo de cerâmica tradicional que denota acentuada semelhança, quanto à forma e à decoração dos potes, com os utensílios correspondentes malgaxes[27]. Hébert indicou a presença, em Anjuan, de tabus referentes às enguias dos lagos de montanha, muito semelhantes aos observados entre os malgaxes com relação à mesma enguia, cujo nome, tanto em Madagáscar como em Anjuan, é de derivação indonésia. Barraux[28] cita uma tradição, de origem possivelmente malaio-polinésia, encontrada em Vueni. Naturalmente, a cultura das ilhas Comores possui, como a da costa oriental africana, objetos vindos do Sudeste Asiático, tais como a piroga com balancim e o ralador de coco.

Talvez um dia o substrato indonésio de Anjuan venha a ser revelado pelas escavações em andamento no Velho Sima. Esse sítio, onde subsiste uma mesquita do século XV, foi outrora atravessado por uma estrada em cujo leito se descobriu um estrato arqueológico contendo cacos de cerâmica ocreada vermelha e

26 ROBINEAU, C. 1966, pp. 17-34.

27 VÉRIN, P. 1968, pp. 111-18.

28 BARRAUX, M. 1959, pp. 93-9.

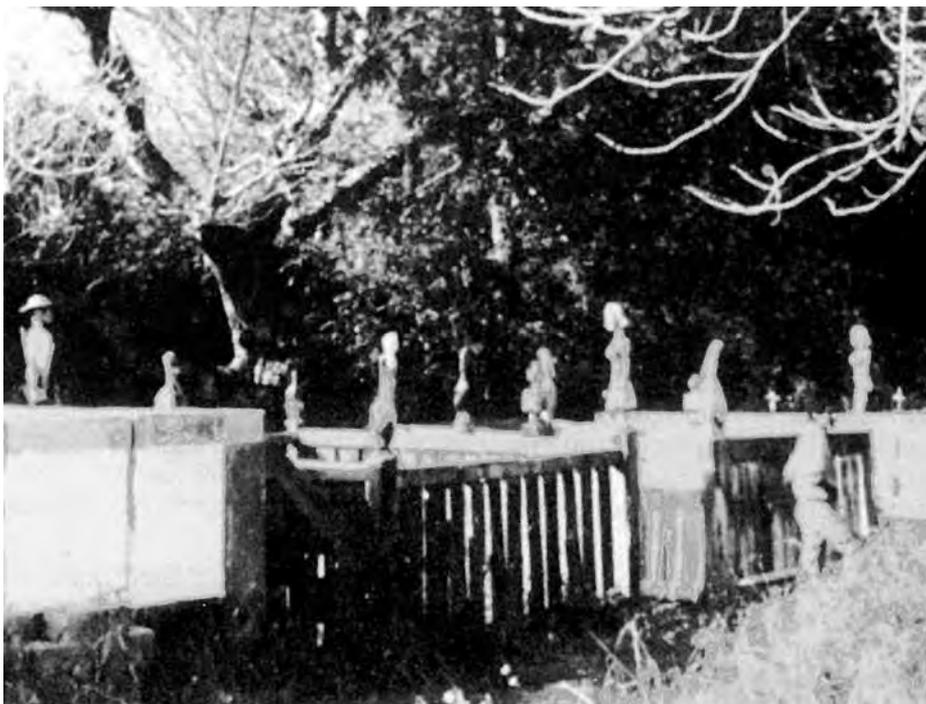



FIGURA 28.8 Cemitério de Marovoay, perto de Morondava.

Figura 28.9 Estátua de Antsary: arte antanosy das proximidades de Fort-Dauphin. (Fotos fornecidas pelo autor.)

abundantes conchas marinhas provenientes de restos de cozinha. Uma datação por carbono 14 feita num *tridacnis* dos estratos mais profundos indica a idade de 1550 anos ±70 para o sítio (Laboratório Gakushuin). Esse sítio, de difícil acesso, deve ainda ser escavado; é provável que o seu estrato pré-islâmico encerre elementos que permitam solucionar o enigma dos protomalgaxes.

Segundo Deschamps e, posteriormente, Kent (este de forma diferente, porém igualmente hipotética), os indonésios instalados na costa africana teriam formado o núcleo do povoamento de Madagáscar. As influências dos indonésios no litoral africano têm sido superestimadas, porquanto o "complexo malaio" das plantas importadas do Sudeste Asiático para a África não está necessariamente ligado aos indonésios; de acordo com o *Périplo,* a cana-de-açúcar e provavelmente o coqueiro ali chegaram sem a intervenção destes últimos.

A área de difusão da piroga com balancim no oceano Índico é por certo um índice da extensão da influência indonésia, como observou Hornell; Deschamps é de parecer que ela indica a rota seguida pelos migrantes em sua viagem para Madagáscar. Ideia plausível, mas sujeita a discussões, já que os fortes laços entre as culturas Swahili e Malgaxe podem ter favorecido os empréstimos.

Quando se avalia a extensão da influência indonésia na costa oriental da África, verifica-se ser ela relativamente fraca. Uma colonização indonésia na costa oriental teria deixado vestígios; ora, até o momento nada se descobriu. Isso nos leva a acreditar que o impacto asiático na costa – se é que ele existiu – foi relativamente localizado e nunca chegou a constituir uma colônia de grande extensão. Neste contexto, poderíamos discutir as informações fornecidas pelos primeiros geógrafos árabes. O documento mais antigo e também mais estimulante sobre o assunto é sem dúvida o texto em que se narram as incursões do povo de Waqwaq nas costas africanas durante a segunda metade do século X. J. e M. Faublée[29] e R. Mauny[30] consideram esse texto, com justiça, como de extrema importância, mas o interpretam de modo diferente. O texto provém do *Livro das Maravilhas da Índia,* da autoria de Bozorg ibn Chamriyar, um persa de Ramhormoz[31]. Eis a referência em questão:

> "Contou-me Ibn Lakis que o povo de Waqwaq foi visto a realizar espantosas façanhas. Assim é que em 334 [945-946] eles ali abicaram em um milhar de embarcações e os combateram com extremo vigor, sem no entanto conquistá-los, pois Oambaloh

29 FAUBLÉE, J. & M. 1964.

30 MAUNY, R. 1965.

31 DEVIC, L. M. 1878; VAN DER LITH. 1883-6, citado por FERRAND, G. 1913-1914, pp. 586-7.

é cercado por forte muralha, à volta da qual se estende o estuário cheio de água do mar, de modo que Oambaloh surge no meio desse estuário como poderosa cidadela. Quando os últimos povos de Waqwaq lá se estabeleceram, foi-lhes perguntado por que tinham vindo exatamente para aquele lugar e não para outro. Responderam que ali poderiam encontrar os produtos de que necessitavam o seu país e a China, tais como marfim, cascos de tartaruga, peles de leopardo e âmbar; ademais, andavam à procura dos Zeng, por sua força física e facilidade em suportar a escravidão. Afirmaram ter viajado durante um ano, tendo pilhado, antes de ali aportar, as ilhas situadas a seis dias de viagem de Oambaloh. Tomaram-se senhores de numerosas cidades e aldeias zeng em Sofala, além de outras cidades para eles desconhecidas. Se esses povos falavam a verdade e se pudermos confiar em seu relato, ou seja, se eles de fato chegaram depois de um ano de viagem, isso confirmaria o que Ibn Lakis dizia das ilhas de Waqwaq: que elas estavam situadas diante da China"[32].

Oambaloh é provavelmente a ilha de Pemba, e da narrativa dessas incursões podemos inferir a chegada de piratas procedentes do Sudeste Asiático, talvez via Madagáscar, a "seis dias de viagem". Verdade é que durante a primeira metade do século X os indonésios já se encontram nessa área do oceano Índico. No momento, porém, não temos meios de confirmar se essas chegadas tiveram lugar antes do início do século X.

Se examinarmos outros textos árabes encontrados e traduzidos por Ferrand, toma-se óbvio que a população de Waqwaq era negroide; não obstante, talvez já incluísse indonésios, constituindo o amálgama biológico e linguístico do complexo protomalgaxe. Seja como for, as viagens dos indonésios para a costa africana parecem ter continuado durante o século X, como bem o atesta uma passagem de Idrisi:

"Os Zendj não dispõem de navios com os quais possam empreender viagens, mas chegam a seu país embarcações vindas de Omã, assim como outras, destinadas às ilhas Zabadj [Zabedj, isto é, Sumatra], que pertencem às Índias. Esses estrangeiros vendem suas mercadorias e compram produtos da terra. Os habitantes das ilhas Zabadj chegam à terra dos Zendj em embarcações grandes e pequenas e por intermédio destes comerciam sua mercadoria, visto que entendem as línguas uns dos outros"[33].

32 SAUVAGET, J., citado em FAUBLÉE, J. & M. 1964.

33 Idrisi, manuscrito 2222 da Bibliothèque Nationale, fol. 16, vol. L, 9-12; e também FERRAND, G. 1913-14, p. 552.

Em outra passagem do mesmo manuscrito[34] Idrisi afirma: “O povo de Komr e os mercadores de Maharadja [Djaviga] chegam ali [em Zendj], recebem as boas-vindas e comerciam com sua gente”.

Nas narrativas árabes, Waqwaq e Komr parecem às vezes se confundir, mas as cartas náuticas de Ibn Majid e Suleyman el Mahri, datadas do século XV, mostram de forma inequívoca que o termo *Komr* designa Madagáscar e por vezes o conjunto das ilhas Comoro e Madagáscar. A confusão é interessante porque foram provavelmente os Waqwaq que povoaram o território de Komr.

O fim da migração indonésia para o oeste

É possível que o crescimento da influência islâmica no início do segundo milênio tenha tido por consequência a cessação das viagens dos indonésios. Uma passagem de Ibn el Mudjawir (século XIII) refere uma tradição árabe de grande interesse para a compreensão do assunto. O trecho em questão foi traduzido por Ferrand[35], e Deschamps o considera, com razão, fundamental:

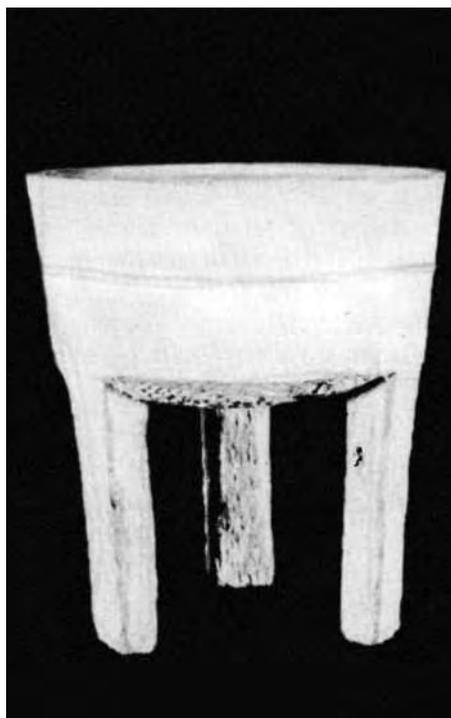
> “O sítio de Aden foi habitado por pescadores após a queda do Império dos Faraós [provavelmente o Império Romano, cujo centro oriental ficava em Alexandria]. Os povos de Al Komr invadiram Áden, tomaram posse da cidade, expulsaram os pescadores e construíram edifícios de pedra nas montanhas. Chegaram todos durante uma única monção. Agora esses povos morreram e suas migrações terminaram. De Áden a Mogadíscio há uma monção, de Mogadíscio a Quíloa uma segunda monção e de Quíloa a Al Komr uma terceira. O povo de Al Komr serviu-se dessas três monções como se fossem uma só, e uma embarcação de Al Komr chegou por esse caminho a Áden no ano 626 da Hégira [+1228]; dirigia-se a Quíloa e chegou a Áden por engano. Suas embarcações têm balancins porque os mares são rasos e perigosos. Mas os Barabar os expulsaram de Áden. Atualmente, não há quem conheça as viagens marítimas desses povos; ninguém sabe dizer como viviam ou o que fizeram”.

As viagens dos indonésios pelas costas da África cessaram muito cedo, mas isso não significa a interrupção das relações entre o extremo oriente e o oeste do oceano Índico. Pelo contrário, há indícios da expansão do comércio no oceano Índico, mas foram sem dúvida os muçulmanos, que se familiarizavam cada vez mais com as rotas de comércio, os responsáveis por esse crescimento. As cartas náuticas de Ibn Majid dão as latitudes precisas das cidades da costa da África

34 Idem, fol. 21, vol. L, 1-12.

35 FERRAND, G. 1913-14.

FIGURA 28.10 Cerâmica chinesa de Vohemar.

FIGURA 28.11 Caldeirão de pedra, civilização de Vohemar. (Fotos da col. do Museu de Arte e Arqueologia de Madagáscar.)

e dos territórios e entrepostos indonésios do outro lado do Índico. A travessia desse oceano podia, na época, ser feita em trinta ou quarenta dias.

Não é inconcebível que, embora já afastados da costa da África, os indonésios continuassem a navegar em linha reta para Madagáscar, talvez a partir das regiões meridionais da Índia. Os neo-indonésios também teriam seguido essa rota, que já se mostrou praticável: em 1930, alguns pescadores das ilhas Laquedivas chegaram sãos e salvos ao Cabo ocidental, vindos diretamente do seu arquipélago de origem. Os neoindonésios aprenderam o dialeto malgaxe dos habitantes do leste e entraram em contato com os muçulmanos, que por essa época possuíam entrepostos na costa oriental.

Os pioneiros neoindonésios parecem ter estabelecido colônias na costa leste, mas ainda se discute a região onde se fixaram. Dahl descobriu que os nomes dos pontos cardeais em malgaxe e nas línguas indonésias estão fortemente relacionados, mas só coincidem se a rosa-dos-ventos malgaxe for deslocada de 90°. Assim, se em maanjan *barat* significa oeste e *timor* leste, as palavras malgaxes correspondentes, *avaratra* e *atsimo,* significam respectivamente norte e sul. Essas diferenças se explicam se considerarmos que para os povos marinhos os pontos cardeais são definidos em função dos ventos: o vento do norte que traz tempestades para a costa noroeste de Madagáscar corresponde ao vento úmido do oeste da Indonésia, enquanto o vento seco do sul tem sido identificado com os alísios do leste da Indonésia. A explicação de Dahl só é válida para a costa noroeste de Madagáscar, onde, segundo ele, os imigrantes se estabeleceram inicialmente. Mas, de acordo com Hébert, essa hipótese tentadora não resiste a um exame crítico. Se atentarmos mais para as características gerais dos ventos (de estação chuvosa ou seca, etc.) do que para a sua direção, entenderemos por que os protomalgaxes, que na Indonésia denominavam *barat laut* o vento oeste carregado de chuva, designaram o norte – de onde procedem as chuvas – por *avaratra* em Madagáscar, adotando uma medida comum entre leste e oeste. De fato, as chuvas e tempestades da estação quente vêm da direção nordeste na costa oriental e da direção noroeste na costa ocidental; assim, nada nos autoriza a afirmar que os malgaxes se tenham estabelecido a princípio na costa noroeste[36].

As imigrações africanas e swahili

A discussão das várias hipóteses a respeito das origens indonésias dos malgaxes não nos permitem esquecer que uma contribuição importante – ou

36 HÉBERT, J. C. 1968-a, pp. 809-20; 1968-b, pp. 159-205; 1971, pp. 583-613.

mesmo majoritária – para o povoamento de Madagáscar proveio do continente africano. Deschamps lançou duas hipóteses para explicar essa simbiose afro-asiática: a de uma miscigenação étnica e cultural na própria costa oriental da África e a de possíveis razias indonésias, a partir de Madagáscar, no litoral do continente. Kent vê, ainda, um momento de forte influência indonésia na África e a subsequente colonização de Madagáscar. Entretanto, dado que não dispomos, até o presente, de informações arqueológicas sobre os sítios da costa meridional da África (Tanzânia e Moçambique) anteriores ao século VIII, recuso-me a ver nessas teorias mais do que simples hipóteses. É bem possível que a simbiose afro-indonésia se tenha iniciado nas ilhas Comores ou no norte de Madagáscar.

A ideia de que Madagáscar foi inicialmente povoada por pigmeus desafia todos os dados da geologia (a Grande Ilha encontra-se isolada desde o Terciário) e da navegação (os pigmeus não eram marinheiros nem participaram da eclosão da civilização marítima dos swahili). Ademais, os membros de tribos como a dos Mikea, que se acreditava fossem os últimos remanescentes dos pigmeus, não têm uma estatura particularmente pequena.

Em minha opinião, os malgaxes de origem africana eram povos bantu. Sua migração para a ilha iniciou-se provavelmente no século IX, como ocorreu com os indonésios, mas não parece ter-se prolongado até os tempos históricos mais recentes (século XVI). Podemos supor que muitos dos africanos chegaram ao mesmo tempo e da mesma maneira que os muçulmanos ou os swahili não-islamizados.

Embora o vocabulário malgaxe apresente predominância indonésia, não se pode esquecer a contribuição das línguas bantu; fenômeno análogo ocorre com o crioulo falado nas Antilhas, em que o léxico majoritariamente francês (95%) tem alguns elementos africanos. A contribuição bantu para o malgaxe se situa em dois níveis: primeiro, o do vocabulário, depois, o da estrutura das palavras. A presença de palavras bantu em todos os dialetos de Madagáscar mostra que a contribuição africana para o povoamento do território não foi tardia, mas que, ao contrário, deve-se confundir com as origens da civilização malgaxe, cuja língua contém traços bastante pronunciados da influência bantu. Tão grande e de tal caráter é essa influência, que se torna impossível explicá-la a menos que se admita a presença de um substrato bantu. E mais: O. Dahl demonstrou claramente que a alteração dos finais consonantais (indonésios) para finais vocálicos deve-se ao substrato bantu. Se tal é o caso, essa mudança deve ter ocorrido logo após a instalação dos indonésios entre os Bantu, durante o período em que estes se estavam adaptando à nova língua[37].

37 DAHL, O. C. 1951, pp. 113-14.

Há, por conseguinte, razões de sobra para se buscar na própria Madagáscar – e não na Indonésia – a causa da transformação do malgaxe numa língua com finais vocálicos. Se a língua falada em Madagáscar antes da chegada dos indonésios era o bantu, torna-se fácil compreender essa transformação. Entre as línguas bantu, as que comportam consoantes finais não passam de umas poucas exceções; pessoalmente, não conheço nenhuma na África oriental. Os indivíduos que falam línguas sem consoantes finais sempre encontram dificuldades para pronunciar as consoantes finais de outra língua, sobretudo quanto não há uma vogal de apoio. Aqueles que ensinaram francês em Madagáscar descobriram isso por experiência própria!

Assim, suponho que a alteração de finais consonantais para finais vocálicos foi motivada pelo substrato bantu. Neste caso, tal mudança deve ter ocorrido logo depois que os indonésios se estabeleceram entre os Bantu, durante o período em que estes se estavam adaptando à nova língua. Foi esta, portanto, uma das primeiras mudanças fonéticas ocorridas após a chegada dos imigrantes a Madagáscar. Pouco se sabe sobre o lugar ocupado pela ilha no quadro geral da expansão bantu. Dentre esses povos, muitos foram navegadores – os Bajun da Somália, estudados por Grottanelli, os Mvit do Quênia e os antigos Makua de Moçambique, por exemplo – mas é difícil estabelecer uma ligação entre eles e Madagáscar, devido à falta de testemunhos arqueológicos. Descobriu-se recentemente que os fundamentos da língua falada na ilha de Anjuan poderiam estar relacionados ao Pokomo da costa do Quênia (na região da foz do rio Tana). Essa ilha comoriana teria sido um ponto de parada, a exemplo da ilha de Juan de Nova, hoje frequentada por caçadores de tartaruga e por embarcações do tipo *dhow*[38]. Os Bantu devem ter passado pelas ilhas Comores para chegar a Madagáscar; é, pois, natural pensar que as línguas bantu inicialmente faladas em Madagáscar estivessem estreitamente relacionadas com as das ilhas Comores. As palavras antigas bantu e malgaxes vêm em apoio dessa hipótese.

Sabemos por Ibn Battuta que no princípio do século IV a civilização swahili, sem ser totalmente muçulmana, estava em pleno desenvolvimento. A nosso ver, os marinheiros da primitiva civilização swahili, islamizada ou não, desempenharam papel fundamental nas migrações africanas para Madagáscar.

No momento não nos é possível desenredar as sucessivas contribuições culturais, porém muitos autores têm sustentado a heterogeneidade do povoamento do norte e do oeste de Madagáscar. Mellis, em seu livro sobre o

38 GROTTANELLI. *Instruções Náuticas*. 1969, p. 159.

FIGURA 28.12 Arrozais em terraços nas proximidades de Ambositra, semelhantes aos de Luzón, nas Filipinas.

FIGURA 28.13 Exercício de geomancia: extremo sul. (Fotos fornecidas pelo autor.)

noroeste, sublinha o contraste entre os povos da costa marítima (*antandrano*) e os do interior (*olo boka antety*), contraste que se reflete em certos ritos funerários.

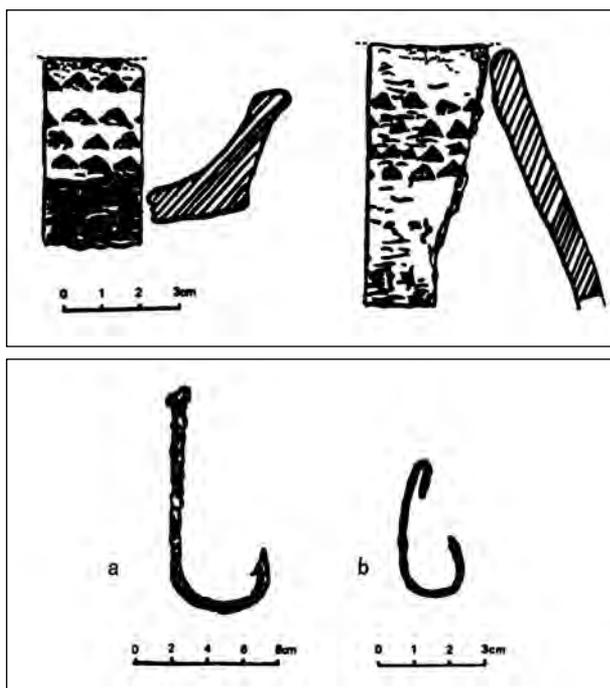
Alguns malgaxes de físico predominantemente africano reconhecem sua origem ultramarina, deduzindo-a de seus próprios costumes; é o caso dos Vezo-Antavelo, presentes em todo o litoral oeste e noroeste. Os Kajemby ainda têm seus cemitérios nas dunas das praias e se reconhecem aparentados com os Sandangoatsy. Estes últimos vivem hoje no interior, perto do lago Kinkony, mas nem sempre foi assim: as cartas e narrativas portuguesas do século XVII fazem menção ao nome de *Sarangaço* ou *Sangaço* (uma corruptela de Sandangoatsy) nas margens da baía de Marambitsy. Nos últimos três séculos e meio, os Sandangoatsy voltaram as costas às suas origens marinhas, assim como, provavelmente, os Vazimba do centro-oeste e dos planaltos.

Os movimentos dos Bantu da costa durante o século IX informam-nos sobre a contribuição africana para o povoamento de Madagáscar, mas ainda resta explicar por que a língua indonésia se tornou *língua franca.* Alguns Bantu devem ter entrado em contato com os indonésios, e é possível que entre os africanos que falavam diferentes línguas e dialetos o indonésio se tenha tornado uma língua de conveniência; no entanto, Madagáscar deve ter permanecido por um bom tempo um verdadeiro tabuleiro de xadrês linguístico e étnico, pelo menos no caso da costa próxima de Baly e Maintirano (Bambala de Mariano), de Tsiribihina (segundo Drury) e de certas tribos Vazimba do interior (segundo Ribkeli e Hébert). Os Vazimba levavam uma vida bastante primitiva no plano econômico: os que habitavam a costa eram pescadores, mas os do interior dependiam em grande parte da exploração bruta dos recursos do meio natural. A caça e a coleta de bagas e de mel bastavam às suas necessidades. Segundo Drury, os Vazimba de Tsiribihina eram pescadores de rio; encontraram-se nas escavações grandes quantidades de conchas consumidas por essas populações, que se dedicavam à coleta em Ankazoabo e em Ankatso.

A simbiose entre os indonésios e os africanos se processou desde o início do povoamento de Madagáscar. Alguns Bantu marinheiros devem ter sido islamizados antes do século X. Causa-me especial impressão o fato de os malgaxes muçulmanos e todas as populações das costas oeste e nordeste compartilharem o mesmo mito sobre sua origem, ou seja, o mito de Mojomby, ou da "ilha desaparecida"; recontei esse mito sob forma literária[39] tal qual me foi apresentado pelos Antalaotse da baía de Boina. Segundo meus informantes,

39 VÉRIN, P. 1970-a, pp. 256-8.

FIGURA 28.14 Túmulo antalaotse em Antsoheribory.

FIGURA 28.15 Cerâmicas de Kingany e de Rasoky (século XV). Anzóis de Takaly (século XII). (Ilustrações fomecidas pelo autor.)

Selimany Sebany e Tonga, ancestrais dos Kajemby e dos Antalaotse, habitavam outrora uma ilha situada entre a costa da África e as ilhas Comores. Viviam do comércio e professavam a religião muçulmana. Quando a impiedade e a discórdia se instalaram na ilha, Alá resolveu puni-los: a ilha foi submersa por um mar furioso; só uns poucos homens justos escaparam ao castigo. Dizem uns que eles foram milagrosamente poupados, outros pretendem que Deus enviou uma baleia para transportá-los. Kajemby e Antalaotse são os descendentes desse contingente de homens justos. É de crer, portanto, que os muçulmanos não sobrepuseram sua cultura à de Madagáscar; desempenharam, isto sim, um papel catalisador nas migrações africanas para a ilha.

CAPÍTULO 29

As sociedades da África subsaariana na Idade do Ferro Antiga

M. Posnansky

Nos capítulos precedentes examinamos a arqueologia das diferentes regiões da África subsaariana no decorrer do último milênio antes da Era Cristã e do primeiro milênio da Era Cristã. Neste capítulo tentaremos pôr em relevo algumas das grandes tendências da história da África durante esse período. Caracteriza-se ele por mudanças fundamentais em todos os domínios. A economia passa do estágio de parasitismo para o de controle dos meios de produção alimentar – vegetal e animal. Da mesma forma, a tecnologia rudimentar, fundada em grande medida na utilização da pedra e da madeira, cede lugar a uma forma muito mais complexa, com base no emprego de diversos metais, paralelamente ao da pedra. É durante esse período que se lançaram os alicerces das sociedades africanas que hoje conhecemos. As fronteiras entre os diferentes grupos linguísticos serão depois ligeiramente modificadas, enquanto a população conhecerá um crescimento considerável e os agrupamentos sociais e políticos se tornarão mais complexos, com o surgimento dos Estados. De modo geral, porém, a demografia e a economia da África subsaariana já se encontram fixadas, em suas grandes linhas, desde o último quartel do primeiro milênio da Era Cristã.

Uma das dificuldades com as quais se defronta qualquer tentativa de reconstituir essa história em seus grandes traços é a desigual densidade das pesquisas arqueológicas. Vastas regiões permanecem arqueologicamente inexploradas, particularmente em alguns dos países mais extensos, como Angola,

Moçambique, Zaire, República Centro-Africana, Camarões, Benin, Costa do Marfim, Mali, Alto Volta, Níger, Serra Leoa e Madagáscar. Mesmo onde se puderam empreender pesquisas mais sérias, elas permanecem extremamente localizadas, como no Senegal e no Chade. Convém notar que, se em certas áreas da África do Norte existem serviços relacionados a antiguidades desde o século XIX (no Egito, desde 1858), em numerosos países da região subsaariana as investigações só começaram com a Independência e a criação de universidades e museus nacionais. Como quer que seja, o estabelecimento de uma cronologia por radiocarbono modificou radicalmente nosso conhecimento da Idade do Ferro Antiga no curso dos últimos dez anos, permitindo algumas grandes generalizações sobre a dimensão temporal das diversas transformações econômicas.

A exploração dos minerais

Quatro minerais de importância não apenas local eram explorados durante o período que nos interessa. São eles, por ordem de exploração, o cobre, o sal, o ferro e o ouro. A utilização da pedra prosseguiu naturalmente, mesmo após o emprego dos metais para a fabricação dos utensílios e das armas mais importantes.

O cobre

A extração do cobre teve início na Mauritânia, provavelmente durante o primeiro quartel do último milênio antes da Era Cristã. Pela forma dos objetos de cobre descobertos nessa região, parece que tal extração foi estimulada por contatos com o Marrocos. O aspecto dessas primeiras minas é muito mal conhecido, mas é lícito pensar que eram relativamente pouco profundas[1]. As minas da Mauritânia são as únicas que sabemos com certeza encontrarem-se em atividade antes do ano 1000 da Era Cristã. Existem outras jazidas de cobre no Mali e no Níger, nas regiões de Nioro e Takkeda, e com toda certeza eram exploradas no começo do segundo milênio; mas ignoramos desde quando e não sabemos a época em que foram descobertas.

Segundo o testemunho de autores árabes e de textos clássicos[2], o cobre parece ter sido um elemento do comércio transaariano desde o primeiro milênio.

1 LAMBERT, N. 1971, pp. 9-21.

2 POSNANSKY, M. 1971, pp. 110-25.

Encaminhado para o sul, talvez fosse trocado pelo ouro transportado para o norte. Os lingotes descobertos em Macden Ijafen atestam a importância desse comércio numa época ligeiramente posterior (século XI ou XII). Os objetos encontrados em Igbo Ukwu, no leste da Nigéria, são importantíssimos para a avaliação da escala dessas trocas. Se eles realmente datam do século IX, como afirmam o responsável pelas escavações, Thurstan Shaw[3], e Wai-Andah, no Capítulo 24, o grande número de objetos já descobertos e o número ainda maior dos que deveriam existir em sítios análogos demonstram que esse comércio era muito desenvolvido desde o século VIII ou IX. Vários especialistas[4], entretanto, não aceitam uma data tão antiga e atribuem tais objetos a uma época avançada do segundo milênio. Como a distribuição dos minerais de cobre na África, por razões geológicas, é extremamente localizada, a abundância dos achados de Igbo só se pode explicar por trocas comerciais. Acredita Shaw que a técnica da fundição por cera perdida veio do norte, sendo provavelmente de origem árabe. Com a possível exceção de Igbo Ukwu, os objetos de cobre são de uma raridade surpreendente na África ocidental antes do ano +1000, salvo no Senegal e na Mauritânia, que se encontram na proximidade tanto das minas de Akjoujit quanto da rota comercial do Saara ocidental. O vale do Níger a montante de Segu, onde existem *tumuli* monumentais como os de El Uladji e Killi, é uma região com objetos de cobre do fim do primeiro milênio. O metal empregado na sua fabricação teria provindo de jazidas situadas no Sahel (Mali ou Níger) ou sido obtido mediante trocas comerciais. Em sua maior parte, infelizmente, esses objetos foram descobertos no começo do século e no momento estão perdidos. Restam-nos apenas as ilustrações dos relatórios de pesquisas, que só fazem excitar a nossa curiosidade. A análise espectrográfica deveria ajudar a determinar a proveniência desse metal, mas a dificuldade em relação aos objetos de cobre reside no fato de eles serem quase sempre constituídos de uma mistura de metal virgem e de metal reaproveitado. A detecção de certos oligoelementos poderia, contudo, permitir determinar se os minerais de Nioro e Takkeda eram explorados na época da edificação dos *tumuli*.

Outras jazidas eram exploradas nessa época na região de Shaba, no Zaire, onde as escavações de Sanga e Katoto proporcionaram objetos de cobre em grande abundância. No entanto, convém notar que, segundo a divisão tripartite sugerida por Nenquin, que escavou vários sítios[5], a fase mais

3 SHAW, T. 1970, pp. 503-17.

4 LAWAL, B. 1973, pp. 1-8; POSNANSKY, M. 1973-b, pp. 309-11.

5 NENQUIN, J. 1957; 1963, p. 277.

antiga, ou kisaliense, é representada por 27 túmulos dos quais apenas dois continham lingotes de cobre. Isso parece indicar que durante o Kisaliense, que se estende do século VII ao IX, o cobre, embora empregado para a fabricação de ornamentos, não era abundante. A zona cuprífera do norte de Zâmbia era ligeiramente explorada por essa época. A datação da exploração mineira de Kansanshi[6] indica o período de 400 a cerca de 90 da Era Cristã. No entanto, os objetos de cobre eram então mais numerosos no sul do que no norte de Zâmbia. Os primeiros objetos de cobre encontrados no sul do país, ainda pouco numerosos, provinham provavelmente da região de Sinoia, no Zimbábue, e das jazidas situadas na Zâmbia oriental. Ignoramos ainda tudo o que se refere aos métodos de exploração utilizados nessas duas regiões. Em outras áreas africanas o cobre era muito raro e só iria aparecer nos sítios da África oriental numa época bem posterior.

O sal

O sal era um mineral bastante procurado, sobretudo no início da agricultura. Entre os caçadores e coletores, as necessidades de sal eram provavelmente supridas em sua maior parte pela carne de caça e pelos vegetais frescos. Esse mineral só se tornaria complemento indispensável nas regiões demasiado secas, onde é impossível encontrar alimentos frescos e onde a transpiração é geralmente excessiva. Nas sociedades de agricultores de regime alimentar limitado porém, uma provisão de sal torna-se extremamente desejável. Não temos a menor ideia quanto à data em que se exploraram pela primeira vez as jazidas de sal saariano de Taghaza d'Awlil. Todavia, os textos árabes do último quartel do primeiro milênio da Era Cristã atestam a existência de um comércio saariano de sal no primeiro milênio. É provável que a extração do sal seja, em parte, tão antiga quanto a do cobre e o desenvolvimento das ocupações de Tichitt, na Mauritânia – região onde um modo de vida sedentário próprio a essas duas áreas pode ter imposto a necessidade de um abastecimento de sal. As atividades mineiras do período medieval, que será tratada nos próximos volumes, é muito bem documentada. São precárias; contudo, as informações relativas à época de que falamos agora. Sem dúvida as operações de extração eram então muito simples. O sal devia apresentar-se em depósitos superficiais em diversas regiões do Saara, após o processo de estiagem ocorrido depois de -2500. Talvez o homem tenha observado os lagos, os pântanos e os poços secos que atraíam

6 BISSON, M. S. 1975, pp. 276-92.

os animais selvagens. Os depósitos superficiais de sal, por outro lado, têm por vezes uma cor bastante característica.

Vários sítios primitivos de exploração de sal foram demarcados na África: em Uvinza[7], a leste de Kogoma, na Tanzânia; em Kibiro[8], às margens do lago Mobutu Sese Seko, em Uganda; em Basanga, em Zâmbia[9], e talvez em Sanga[10], no Zaire, e no vale de Gwembe, em Zâmbia. Em Uvinza, a extração do sal era provavelmente rudimentar, já que as descobertas relativas aos séculos V e VI, feitas nas fontes salgadas, não estavam associadas aos reservatórios de salmoura reforçados por pedras que caracterizam a ocupação do segundo milênio. O sal provinha igualmente de fontes salgadas em Kibiro, onde um sistema aperfeiçoado de ebulição e filtragem dataria do primeiro milênio, pois a ocupação do sítio dificilmente se poderia explicar de outra forma. Em Basanga, os baixios salgados foram ocupados a partir do século V, e, conquanto o fato ainda não esteja definitivamente estabelecido, é possível que o sal tenha sido explorado muito cedo, talvez por evaporação. Parece que em outros lugares o sal era obtido pelos diversos processos que se conservaram até o século XIX e que consistiam em calcinar ou ferver ervas ou mesmo excrementos de cabra, recolhidos em regiões conhecidas pela salinidade de seus solos, depois em fazer evaporar a salmoura assim obtida e eliminar por filtração as impurezas mais grossas.

Os coadores empregados nessas operações são muito comuns na Idade do Ferro, mas esses vasos podiam também servir para outras preparações alimentícias. Por vezes torna-se difícil relacioná-los com segurança à fabricação do sal.

O ferro

O minério de ferro foi utilizado na Suazilândia[11] como pigmento a partir do Mesolítico. Ao que tudo indica, os pigmentos corporais, e depois os ocres e os óxidos de ferro destinados à decoração de superfícies rochosas, foram ativamente procurados desde o Paleolítico. Um pedaço de matéria corante composta de hematita foi mesmo levada para a bacia de Olduvai por homens que empregavam utensílios do Paleolítico Inferior. No Neolítico, minas de

7 SUTTON, J. E. G. & ROBERTS, A. D. 1968, pp. 45-86.

8 HIERNAUX, J. & MAQUET, E., 1968, p. 49.

9 ROBERTS, A. D. 1974, p. 720.

10 FAGAN, B. M. 1969-a, p. 7.

11 DART, R. A. & BEAUMONT, P. B. 1969-a, pp. 127-8.

manganês[12], de especularita[13] e de hematita eram regularmente exploradas em Zâmbia, na Suazilândia e no norte da região do Cabo[14]. Escavações efetuadas em alguns sítios de Doornfontein evidenciaram uma exploração mineira sistemática, com galerias e salas subterrâneas, a qual teria permitido a extração de cerca de 45 mil toneladas de especularita a partir do século IX, provavelmente por populações de língua Khoisan. É de crer que a existência de minas desse gênero e o conhecimento, que elas fazem supor, dos minerais metálicos e suas propriedades contribuíram para o rápido desenvolvimento de uma tecnologia do ferro durante a primeira metade do primeiro milênio da Era Cristã.

As minas de ferro não se apresentam tão claramente documentadas nas demais regiões da África subsaariana, onde a crosta laterítica das regiões tropicais parece ter sido a mais provável fonte de minério de ferro. O ferro dos pauis, era utilizado no vale inferior do Casamance, no Senegal[15], e em Machili, em Zâmbia[16]. O ferro assim obtido era triturado em minúsculos fragmentos, posteriormente triados a mão para serem fundidos. Ao norte da Gâmbia, na região dos megálitos da Senegâmbia (que não passam de blocos de laterita) é possível que tenha ocorrido verdadeira mineração e não mera coleta de laterita em superfície. A utilização desses megálitos como estruturas rituais e o desenvolvimento de uma tecnologia do ferro na região durante o primeiro milênio indicaria que só um passo resta a ser dado para se passar a uma mineração sistemática da laterita para fins metalúrgicos. É possível que o desenvolvimento da fundição da laterita tenha propiciado a ideia de extraí-la para emprego na construção. Um processo análogo teria ocorrido na República Centro-Africana, onde também se verifica a existência de megálitos. Segundo Wai-Andah (Capítulo 24), o fato de a exploração da laterita ser mais fácil do que a extração da hematita pode abonar a teoria, até agora não confirmada, de uma origem indígena da tecnologia do ferro na África. A laterita, quando úmida e recoberta por uma camada de solo, é relativamente friável e muito mais fácil de escavar do que uma rocha normal. Infelizmente, à exceção das minas da África austral, nenhuma zona a evidenciar indícios indiscutíveis de mineração do ferro foi ainda descoberta ou datada de maneira precisa. É possível que os machados de hematita uelienses do nordeste

12 DART, R. A. & BEAUMONT, P. 1969-b, pp. 91-6.

13 BOSHIER, A. & BEAUMONT, P. 1972, pp. 2-12.

14 BEAUMONT, P. B. & BOSHIER, A. K. 1974, pp. 41-59.

15 LINARES DE SAPIR, O. 1971, p. 43.

16 CLARK, J. D. & FAGAN, B. 1965, pp. 354-71.

do Zaire e de Uganda datem da Idade do Ferro e constituam imitações de machados de ferro forjado.

O ouro

Durante a época aqui considerada, é quase certo ter sido o ouro extraído do solo ou recolhido por garimpagem na África ocidental. As fontes árabes nos autorizam a acreditar na existência de minas de ouro, mas nenhuma delas foi localizada, escavada ou datada; tampouco dispomos de testemunhos acerca dos processos de refinação empregados. Estes, porém, deviam assemelhar-se aos empregados em períodos posteriores, bem documentados[17]. As principais regiões para as quais existem testemunhos – em parte não-contemporâneos – de uma exploração do ouro situavam-se junto às nascentes do Níger e do Senegal (Guiné e Mali atuais) e são conhecidas sob o nome de Bambuk e Bure. A extração do ouro no nordeste do Zimbábue, em minas a céu aberto, em galerias pouco profundas ou em degraus (o assunto é abordado por Phillipson no Capítulo 27) é relativamente mais bem documentada, mas não há nenhuma prova indiscutível que permita afirmar seja essa exploração anterior ao século VIII ou IX. Ao que parece, os minérios extraídos eram triturados por meio de pilões de pedra.

É possível que a experiência advinda do uso de diferentes minérios no decorrer da Idade da Pedra tenha servido de base para a extração posterior, numa escala mais ampla, do cobre e do ouro. Os numerosos objetos de cobre descobertos nos sítios escavados nos permitem determinar a época a partir da qual o cobre foi utilizado para a fabricação de utensílios e ornamentos. O ouro, por sua vez, é raro nos sítios do primeiro milênio: à época, o metal era por demais precioso para ser pura e simplesmente perdido. Os únicos objetos de ouro de épocas remotas são os dos *tumuli* do Senegal e datam do fim do período que nos interessa.

A pedra

Ao que tudo indica, a pedra era extraída para variados fins, o mais importante dos quais era a fabricação de utensílios de pedra polida e mós. Inúmeras sociedades se serviam de mós fixas: levavam seus grãos a um afloramento rochoso, onde podiam a um tempo fazer secar suas provisões e moer grãos ou triturar alimentos

17 LEVTSION, N. 1973, p. 283.

vegetais. Esses afloramentos, contudo, não se encontram em toda parte, e é evidente que as rochas utilizadas na confecção de mós fixas ou móveis deviam ser procuradas e por vezes conduzidas por longas distâncias. Infelizmente, esse aspecto da arqueologia foi, até agora, pouco estudado na África. Nos anos vindouros, quando os arqueólogos e os geólogos forem mais numerosos e quando a geologia do continente tiver sido convenientemente mapeada, a análise petrográfica de todos os tipos de rochas estranhas e a investigação de sua região geológica de origem hão de ser feitas de maneira corrente. Diversas oficinas de fabricação de machados foram descobertas – como a de Buroburo[18] (Gana) – assim como uma oficina de fabricação de mós do século I antes da Era Cristã, em Kintampo[19] (Gana). Neste último sítio, um grande número de utensílios de moagem, parcialmente concluídos, foram descobertos ao lado de mós num abrigo sob rocha criado em grande parte pelo homem (mediante o expediente de desalojar as rochas pela utilização do fogo). Os curiosos raladores de seção oval (também denominados "charutos"), tão característicos da arqueologia de Gana, parecem, em parte, ter sido modelados num único tipo de rocha, que era objeto de trocas comerciais em um vasto território[20]. No conjunto da África subsaariana, ranhuras com 10 a 12 cm de largura e comprimento de até 50 cm assinalam os locais onde pedras desbastadas e adequadamente talhadas eram polidas e transformadas em machados, enxós e buris. É provável que o processo de extração – mesmo em pequena escala –, amoladura, polimento e troca dos esboços ou produtos acabados tenha prosseguido no decurso do período em questão, decrescendo à medida que o ferro ia substituindo a pedra. Em certas regiões, porém, os utensílios de pedra polida ainda estavam em uso no segundo milênio. Surpreendentemente, poucos utensílios de pedra polida foram descobertos na África oriental e austral, enquanto na África ocidental eles são bastante comuns.

A lava vacuolar cinza, que, como a laterita, é mais fácil de moldar em sua primeira exposição ao ar, era extraída no Quênia e talvez na Tanzânia, no primeiro milênio da nossa era, servindo para fabricar tigelas de pedra. O uso destas é desconhecido; frequentemente estão associadas a sepulturas. O material de que são feitas é demasiado tenro para permitir triturar outra coisa além de alimentos vegetais. Tigelas similares foram descobertas na Namíbia, sendo raras em outros lugares.

18 NUNOO, R. 1969, pp. 321-33.

19 RAHTZ, P. A. & FLIGHT, C. 1974, pp. 1-31.

20 POSNANSKY, M. 1969-70, p. 20.

Há ainda outra atividade, relativamente pouco estudada, sobre cuja existência não paira a menor dúvida: a busca de pedras semipreciosas para a confecção de contas. As pedras mais comumente utilizadas eram as cornalinas e diversos tipos de calcedônia, como a ágata e o jaspe, assim como os quartzos cristalinos (ou cristais de rocha). Essas contas são encontradas em toda a África subsaariana, não raro em túmulos, como os das grutas do rio Njoro, no Quênia, que datam do século X antes da nossa era, e em sítios de habitação. Em Lantana, no Níger[21], uma mina de onde se extrai o jaspe vermelho, ainda hoje exportado para a Nigéria como matéria-prima para a fabricação de contas, é considerada muito antiga; no entanto, é impossível determinar sua idade. As contas de pedra raramente são abundantes, mas testemunham uma procura sistemática de certos tipos de rochas bem conhecidos. Sua produção teve início na Idade da Pedra e prosseguiu durante a Idade do Ferro, para depois ser progressivamente substituída pela fabricação de contas de vidro, menos custosas, mais fáceis de confeccionar e eventualmente mais acessíveis.

O comércio[22]

Algumas formas de troca entre grupos humanos existiam provavelmente desde épocas relativamente remotas da Idade da Pedra. A troca de pedras brilhantes ou úteis e de mel por carne e às vezes mesmo por mulheres marcava provavelmente os encontros entre os povos coletores, a julgar pelo estudo dos caçadores e coletores modernos. Tais trocas, de importância a um tempo ritual e econômica, só se teriam tornado regulares com o desenvolvimento de um modo de vida agrícola, mas é provável que já na Idade da Pedra Recente os indivíduos especializados na pesca, na coleta dos produtos marinhos ou na caça levassem uma existência relativamente sedentária, tendo, portanto, necessidade de pedras e outros materiais não encontrados localmente. E possível que certos utensílios de osso, como os arpões – cuja fabricação requeria uma habilidade superior à média –, tenham sido objeto de comércio. Todavia, é razoável concluir que o aparecimento de uma agricultura, que implicava uma vida sedentária ou deslocamentos sazonais ou periódicos, propiciou o desenvolvimento do comércio. Esse comércio, de caráter relativamente restrito e local, abrangeria artigos como o sal, certos tipos de pedra e, mais tarde, utensílios de ferro, contas, conchas, talvez plantas de uso medicinal ou ritual, carne para as comunidades

21 BEAUCHÊNE, G. de. 1970, p. 63.

22 Ver Capítulo 21 e POSNANSKY, M. 1971.

agrícolas, grãos e tubérculos para os grupos pastoris, utensílios especializados ou substâncias como venenos para a caça e a pesca, peixes secos e toda sorte de objetos que encerrassem valor de raridade – grãos pouco comuns, garras e dentes de animais, pedras curiosas, ossos, etc. –, os quais deviam ter um significado mágico e ainda hoje são vistos em certas bancas dos mercados da África ocidental. Com exceção dos utensílios de pedra polida, das mós e do sal mencionados acima, nada sabemos acerca desse comércio.

O comércio assumiu novo caráter com o surgimento dos metais. O cobre e o ouro, mais localizados do que as pedras, foram procurados tanto por comunidades do norte do Saara como por grupos instalados a leste, ao longo da costa índica. Os cauris e outras conchas do oceano Índico – cuja presença é atestada, do século IV ao século VI, em sítios como Kalundu e Gundu (Zâmbia), em Gokomere (Zimbábue) e em Sanga, no coração do continente – testemunham um comércio que ultrapassava o âmbito local. Esses objetos, descobertos isoladamente, talvez não passassem de meras curiosidades transmitidas de grupo a grupo, da costa para o interior; contudo, é significativo que eles tenham sido observados em regiões cujos recursos revestiam algum interesse para o mundo exterior. A presença de lingotes de cobre nos sítios da África central e meridional indica uma crescente complexidade nas trocas comerciais, e a abundância de objetos descobertos nos *tumuli* do Senegal e em Sanga realça a prosperidade desse comércio, assim como o desenvolvimento de estruturas sociais e políticas que tiravam partido da riqueza assim criada. Nada nos autoriza a supor que esse comércio tenha atingido um volume muito grande à época considerada, mesmo através do Saara; contudo, sabemos que as redes de intercâmbio estavam doravante estabelecidas. Dispomos igualmente de parcas indicações sobre a presença de mercados ou centros de distribuição na África subsaariana, embora referências árabes à antiga capital de Gana sugiram terem eles existido provavelmente antes da intensificação do comércio provocada pela conquista da África setentrional pelos árabes. As cortes dos chefes desempenhavam certamente o papel de centros de redistribuição, como parecem indicar os variados objetos descobertos em *tumuli* do Mali e do Senegal. Infelizmente, devemos limitar-nos, para esse período, a conjeturas fundadas em informações bastante fragmentárias. Contas de vidro, datadas da última metade do primeiro milênio e provavelmente importadas, foram descobertas em diferentes sítios de Zâmbia, no Shaba (Zaire) e no Zimbábue. Uma recente tentativa[23] no sentido de determinar tanto a data como a origem

23 DAVIDSON, C. C. & CLARK, J. D. 1974, pp. 75-86.

dessas contas da "rota dos alísios" do oceano Índico revelou-se decepcionante. Essas contas, encontradas por toda a volta do oceano Índico – das Filipinas à costa da África oriental –, poderiam proceder, conforme se sugeriu, tanto do Levante (Hebron constituía um centro antigo de fabricação de contas) quanto de Alexandria ou das Índias. Habitualmente pequenas, tubulares e recozidas, essas contas apresentam uma variedade de cores simples.

Sabe-se que algumas manufaturas das Índias exportaram tais contas a partir do século IX, mas é difícil associá-las a centros de produção determinados sem uma análise mais profunda. Mais de 150 mil contas semelhantes foram encontradas em Igbo Ukwu; atribuindo-se a esse sítio uma data antiga, pode-se admitir a existência de um importante comércio transaariano de contas por volta do fim do primeiro milênio da Era Cristã.

A teoria de Summers[24], segundo a qual o comércio do oceano Índico teria levado a indústria do ouro do Zimbábue a adotar os métodos indianos de prospecção e de extração, não tem encontrado ressonância. O ouro já era provavelmente explorado quando o comércio da costa oriental da África atingiu a região do Zimbábue. Os métodos primitivos de extração do ouro e o comércio desse metal durante o primeiro milênio são muito pouco conhecidos para que se possa ligá-los a uma influência externa. O comércio da costa da África oriental, estudado no Capítulo 22, mostra a extensão dos contatos da África com as regiões litorâneas do oceano Índico. Esse extenso comércio, contudo, não era intensivo, e pouco afetou o interior do continente antes do ano 1000 – excetuando-se os vales dos rios Mazoe e Ravi (Moçambique), que dão acesso ao Zimbábue.

Os grandes temas da História da África Subsaariana

Neste ponto, convém examinar se é possível chegar a conclusões sobre o estado da sociedade africana ao fim da Idade do Ferro Antiga com base na massa de informações descritivas apresentadas ao longo dos últimos oito capítulos. No curso desse período, as sociedades da África subsaariana passaram do estágio da caça e da coleta para uma economia estribada principalmente na agricultura. É certo que a população aumentava: disso resultou uma vida mais estável, aldeias e unidades sociais de maiores proporções. É difícil definir as estruturas sociais que se esboçam; no entanto, em quase toda a África trata-

24 SUMMERS, R. 1958, pp. 256-7.

-se, ao que parece, de aldeias relativamente modestas, compreendendo uma ou várias linhagens, cada qual com ramificações mais extensas, fundadas em relações entre clãs. Na maioria dos setores, a densidade da população é fraca: não passa de uns poucos habitantes por quilômetro quadrado. Sucedendo aos rápidos movimentos iniciais consequentes ao advento do ferro e empreendendo o desmatamento das regiões africanas mais arborizadas, novas comunidades se estabeleceram. O isolamento dessas populações fica evidenciado pela divergência observada entre membros de uma mesma família linguística e pela crescente diversificação da forma e decoração das cerâmicas que se manifesta na maior parte das regiões desde meados do ano 600 até o ano 1000 da Era Cristã. Estimativas demográficas, baseadas tanto nas evidências históricas fornecidas pela África setentrional como numa extrapolação a partir de dados etnográficos e estatísticos de recenseamentos coloniais indicam que antes do ano 1000 a população da África subsaariana era sensivelmente inferior a 10 milhões de habitantes. A nos fiarmos nas indicações orais relativas à passagem – sobretudo na África oriental – de sociedades matrilineares para sociedades patrilineares, no curso dos últimos cinco séculos, encontramo-nos com certeza diante de sociedades matrilineares na maior parte da África tropical.

De acordo com a distribuição dos vestígios arqueológicos, a floresta ocidental africana parece ter sido ocupada apenas de maneira esparsa, ainda que certas partes da Nigéria meridional se afigurem uma exceção. Regiões que, como o planalto de Jos, são hoje menos procuradas em consequência do desbastamento do seu solo e da pouca abundância das precipitações, parecem, nessa época, ter oferecido maiores atrativos a populações que dispunham de uma tecnologia pouco sofisticada. O povoamento de maior densidade localizava-se na savana arborizada e nas chamadas zonas de floresta seca. O grande número de sítios descobertos nos meandros do delta do Níger, no Mali, entre Segu e Tombuctu – onde mais de 10.000.000 km^2 são inundados anualmente, inundações essas que proporcionam água (e uma maior fertilidade) a um meio de outra forma marginal –, indica que esse território era igualmente propício aos agricultores e aos pastores de outrora. É uma região onde a pesca não cessou de ser frutuosa e onde o comércio se desenvolveu com grande rapidez. Esta última atividade foi facilitada pelas comodidades oferecidas pelo movimento do rio e pela necessidade de transportar artigos como lenha, madeira para construção ou capim para regiões que dispunham de poucos recursos vegetais. Parece pouco provável que as “matas” mais secas da Tanzânia central, do norte de Uganda ou do Quênia tenham sido ocupadas por agricultores; por certo o mesmo se pode dizer em relação aos setores mais áridos e aos setores de maior altitude

(como o Lesoto) da África meridional. Vales fluviais como os do Zambeze, do Kafue e do Alto Nilo, assim como alguns pontos do litoral dos lagos Niassa, Vitória, Kivu e mesmo de outros menores parecem ter atraído o estabelecimento de colonos. Todavia, as situações de transição, apresentando a possibilidade de explorar os recursos alimentares de dois ou mais setores ecológicos (florestas e savana, planície e piemonte), foram particularmente favorecidas. É inegável a presença de tais vantagens no limite meridional da savana do oeste africano ou nos confins da floresta do Zaire; a partir dessas zonas, era mais fácil penetrar nas orlas da floresta, onde se encontravam terras cultiváveis de cujos recursos naturais se podia tirar partido: caça, riqueza vegetal sob todas as formas, incluindo cascas de árvores (destinadas ao vestuário) e frutos silvestres. A floresta representava uma verdadeira fronteira móvel, e os novos grupos aí penetraram lentamente, primeiro para a caça e a coleta, depois para se estabelecerem. De modo geral, trata-se de estabelecimentos agrícolas, sobretudo nas zonas em que as precipitações oscilam entre 600 e 1400 mm por ano. As atividades pastoris e as culturas sazonais de curta duração eram naturalmente possíveis numa região como o Sahel, onde a média pluviométrica não ultrapassa os 150 mm. Embora desde o início do milênio se encontrem carneiros no sul, em regiões tão longínquas quanto o Cabo, e a despeito da presença de pastores tanto no Cabo como em alguns setores do Sahel e do Sudão, as sociedades exclusivamente pastoris não predominaram no decorrer dessa época. Quando ocorrem, os *Kraals* são de pequeno porte. Os agricultores do norte estavam, ao que parece, mais aptos a se acomodar aos regimes de baixa pluviometria que os agricultores do mundo bantu, talvez em decorrência de sua ascendência neolítica e das primeiras culturas que praticaram, como a dos milhetes e a do sorgo. Parece que em nenhuma parte contavam as costas muitos estabelecimentos, e não se encontram tradições de pesca ligadas à utilização de barcos. Depósitos de conchas, espinhas de peixe e, em certas localidades, ossos de animais são encontrados ao longo do Casamance e em outros estuários ou enseadas das regiões senegambianas, ao longo das lagunas marinhas da costa da Guiné até a Costa do Marfim, nos arredores do Cabo e na margem oriental do lago Vitória (o antigo Wilton C. de L. S. B. Leakey). Todavia, esses habitantes do litoral marinho nunca foram muito numerosos e pouca influência exerceram sobre as populações do interior. Segundo a documentação referida no Capítulo 22, é verossímil a presença de alguns estabelecimentos disseminados pela costa da África oriental, mas não existe virtualmente nenhum vestígio arqueológico de povoamentos antes do

século VIII da Era Cristã, época provável da chegada dos colonos mais estáveis provenientes do golfo Pérsico e/ou da costa Benadir da Somália.

Curiosamente, é mais difícil obter dados precisos sobre as crenças religiosas dos povos dessa época do que sobre as dos caçadores-coletores do fim da Idade da Pedra; a arte rupestre destes últimos permite numerosas associações[25]. É possível que os primeiros agricultores tenham pintado as rochas e que sejam os autores dos rupestres esquemáticos presentes em boa parte da África oriental e central, em particular nas regiões vizinhas ao lago Vitória[26] e na Zâmbia[27]. Conquanto se tenha uma ideia da época em que essa tradição artística foi abandonada, não se sabe quando apareceu. Com frequência o sepultamento dos mortos é, por si só, indício de crenças religiosas; em muitos casos os objetos colocados no túmulo manifestam a ideia da necessidade que deles poderia vir a ter o defunto em sua vida no além. Não é esta, evidentemente, a única explicação possível. As dimensões da sepultura, o esplendor dos objetos aí encontrados, a magnificência da cerimônia, tudo isso pode indicar, igualmente, o estatuto – quer político, quer ritual, econômico ou social – da família do defunto. A escala das atividades funerárias pode também ajudar a estabelecer a genealogia dos principais enlutados. Convém lembrar, no entanto – e o século XX fornece excelentes pontos de comparação – que as sociedades agnósticas também costumam erigir mausoléus suntuosos. A existência de impressionantes outeiros de inumação ou de admiráveis monumentos funerários não implica necessariamente a crença num deus ou num grupo de deuses; em contrapartida, indica indiscutivelmente uma confiança de certa forma "social" no futuro, e representa uma manifestação política de um grupo predominante ou de uma elite. Todavia, os cemitérios próximos do lago Kisale, na região de Shaba (Zaire), os enormes *tumuli* ao longo do Médio Níger, os megálitos e os outeiros funerários da Senegâmbia atestam a existência de populações que não se contentam apenas em ocupar os lugares, mas aceitam consagrar parte de suas riquezas e do seu trabalho a monumentos e/ou objetos e víveres funerários. Antes de dar uma interpretação mais completa a essas manifestações, convém aguardar os resultados de novas escavações e a publicação dos respectivos relatórios. As regras observadas nos funerais, no que respeita à orientação dos corpos ou ao alinhamento das sepulturas, indicam um elenco de crenças dogmáticas. A imponência dos *tumuli* do Mali testemunha,

25 POSNANSKY, M. 1972-a, pp. 29-44.

26 CHAPLIN, J. H. 1974, pp. 1-50.

27 PHILLIPSON, D. W. 1972-a.

provavelmente, a instituição de uma realeza que, sem ser necessariamente divina, era por certo dotada de muitos dos atributos inerentes ao soberano supremo. Numa zona de população reduzida, deviam esses monarcas estar em condições de obter – de bom grado ou pela força (não temos meios de sabê-lo) – os laboriosos esforços de grandes massas de trabalhadores para erigir seus *tumuli* de 12 m de altura por 65 m de diâmetro, como o de el-Ouladzi[28].

Alguns Estados teriam surgido, sob uma ou outra forma, no curso do período aqui considerado. As duas principais regiões em que isso teria ocorrido são o Sudão e a África central, em torno das cabeceiras do Lualaba. Na região do Sudão existiriam três "núcleos": os arredores de Gana, a Mauritânia meridional e o Senegal; o delta interior do Níger, a montante de Segu; os arredores do lago Chade. Nessas três zonas, o comércio com regiões distantes começava a ganhar impulso, e a agricultura conhecia um desenvolvimento mais acentuado do que em áreas mais meridionais. Várias hipóteses foram formuladas acerca da emergência de Estados. Uma ideia bem aceita, inicialmente baseada em sugestões feitas por Frazer[29], há mais de oitenta anos, em seu *Golden Bough,* tende a atribuir a realeza de direito divino – considerada por muitos como uma das características das sociedades africanas centralizadas – ao antigo Egito, de onde se teria difundido por intermédio do ofício de "Fazedor de Chuvas". Os primeiros chefes eram, assim, guias espirituais carismáticos, que obtinham inspiração nas sociedades vizinhas, onde operavam sistemas análogos e, em última análise, em uma fonte comum: o Egito. Essa teoria foi posteriormente aperfeiçoada por Baumann[30], que descreveu as características do Estado sudanês, e, mais recentemente, por Oliver[31]. O conceito do Estado sudanês assim elaborado é confirmado por descrições árabes medievais de Gana e de outros Estados da África ocidental, assim como por narrativas portuguesas do século XVI relativas aos Estados da África central. Todos esses relatos são unânimes em realçar o mistério que rodeava a pessoa do rei, a extrema deferência de seus súditos e a prática do regicídio em caso de enfraquecimento ou perda da saúde. Para Oliver, a utilização – cada vez mais difundida – de guerreiros a cavalo com armas de ferro é um fator capital na difusão da ideia de Estado, na criação da elite governante, no controle e na expansão das fronteiras. Há, entretanto, outras concepções; a maioria dos estudiosos africanos vê nas ideias "difusionistas" uma tentativa

28 MAUNY, R. 1961.

29 FRAZER, J. G. 1941.

30 BAUMANN, H. & WESTERMANN, D. 1962.

31 OLIVER, R. & FAGAN, B. M. 1975.

de atribuir ao estrangeiro os elementos culturais mais avançados, sem fazer o inventário das possibilidades de um desenvolvimento autônomo da autoridade estatal. Os críticos do ponto de vista difusionista, entre os quais se encontra o autor[32], ponderam que, embora existam semelhanças entre o cerimonial e o ritual de numerosos Estados africanos, diferenças substanciais também não deixam de ser observadas.

Muitas dessas semelhanças podem ser devidas a acréscimos tardios, ocorridos principalmente quando da expansão do comércio que se seguiu à islamização da África. Outras razões formuladas para a formação do Estado referem-se aos efeitos do comércio de longa distância e à escassa exploração mineral – que foram, com toda probabilidade, fatores do crescimento de Gana –, assim como aos resultados da competição em torno dos magros recursos das áreas de fertilidade incerta. Esse ponto de vista foi sustentado por Carneiro[33] a respeito da expansão do antigo Egito, mas pode aplicar-se igualmente a um contexto saheliano. Segundo essa teoria, um grupo poderia desenvolver-se – quase sempre graças a uma tecnologia militar superior – às expensas de vizinhos mais fracos, que se tomariam, então, dependentes do grupo conquistador. Com o tempo, outras regiões poderiam ser absorvidas, e o grupo conquistador acabaria por se encontrar à testa de uma vasta região, na qual ele era anteriormente minoritário. Caber-lhe-ia então reforçar a sua autoridade, não apenas ao preço de proezas militares, senão também pela criação de uma estrutura social encabeçada pela elite militar. As tradições orais e os rituais do grupo que detém o poder dariam origem à religião do Estado, concorrendo, assim, para assegurar e racionalizar a mística de sua autoridade. O chefe da elite tornar-se-ia, se já não o fosse de fato, o descendente único ou a reencarnação do conquistador original, com a assimilação de características divinas. Num modelo desse gênero a divindade do monarca não é original, mas adquirida, por vezes de maneira gradual, quase sempre deliberadamente, mas por vezes, também, acidentalmente, como um mecanismo de defesa, destinado a preservar a integridade inerente ao chefe.

A ideia segundo a qual o desenvolvimento do comércio teria conduzido à formação de Estados foi amplamente discutida. Em essência, essa teoria afirma que a atividade comercial dá origem a um crescimento da riqueza, e esse crescimento se manifesta eventualmente por uma estratificação social. A riqueza permite patrocinar outras atividades, como a exploração de minérios, a manufatura de bens de consumo e a produção alimentar, e faculta controlá-

32 POSNANSKY, M. 1966-b, pp. 1-12.

33 CARNEIRO, R. L. 1970, pp. 733-8.

-las. Todas essas atividades geram uma riqueza maior e levam à crescente centralização do poder. É certo que a arqueologia está à altura de detectar muitos desses elementos, como a aquisição da riqueza e a estratificação social, presentes na região de Sanga, em Shaba. Todavia, Bisson[34] observou que os vestígios dos séculos VIII e IX da Era Cristã descobertos em Sanga antecedem o estabelecimento, na região, de um comércio de longa distância. Embora a prosperidade pareça reinar, há carência de exportações. Bisson acredita que os lingotes de cobre em forma de cruz serviam geralmente de moeda, realçando assim o prestígio e o estatuto do grupo dominante. Nesse caso, a ascenção do grupo poderia decorrer de seus conhecimentos em metalurgia ou de sua autoridade sobre os artesãos indispensáveis ou, simplesmente, da necessidade sentida pela comunidade de ser governada, em função do crescimento da população num meio particularmente favorável.

Passando da hipótese à certeza, o único setor ao qual se pode associar com segurança a existência de um reino no decorrer do período aqui considerado é o limite ocidental do Sudão, local onde a presença do reino de Gana é incontestável por volta de +700. É possível que esse reino tenha estado em "devir" durante cerca de um milênio. As razões de seu crescimento, vamos encontrá-las na posse de preciosas riquezas minerais – cobre, ferro e ouro (para respeitar a provável ordem de exploração) –, no controle do comércio do sal e, provavelmente, em sua localização numa área onde antes se desenvolvia um modo de vida agrícola, como evidenciado no contexto de Tichitt. Um estudo aprofundado desse Estado será apresentado no próximo volume; é provável, no entanto, que a contemporaneidade do florescimento da Gana antiga, da ereção dos megálitos da Senegâmbia e da edificação dos suntuosos outeiros funerários do Senegal não se possa explicar por uma simples coincidência – sem dúvida tais manifestações fazem parte de um mesmo contexto de expansão econômica.

Como vimos em capítulos precedentes, o período aqui estudado não teve um fim uniforme na África subsaariana, ao contrário do que ocorreu na África setentrional; contudo, a conquista desta última pelos árabes não deixará de ter importantes consequências, diretas ou indiretas, tanto na África ocidental quanto na África oriental. Vimos que por volta de +800 a maior parte da África se achava firmemente instalada na Idade do Ferro. As orlas da floresta densa eram pouco a pouco degradadas pelo avanço da agricultura, na África ocidental como no sul da África central. A população aumentava. A primeira

34 BISSON, M. S. 1975, pp. 288-9.

fase da revolução agrícola contribuiu largamente para a rápida expansão de pequenos grupos de agricultores-lavradores, que provavelmente obtinham parte das proteínas de que necessitavam utilizando os métodos antigos – e mais do que comprovados – de seus ancestrais da Idade da Pedra, adeptos da caça e da coleta. Quase todo o seu equipamento de caça era o mesmo dos ancestrais: redes, anzóis de osso e de chifre, lanças e flechas de madeira. Essas flechas podem mesmo ter sido munidas de farpas, fornecidas por micrólitos, pelas pontas aguçadas de chifres de antílope ou qualquer outro material similar. Aqui e ali o equipamento de pesca era complementado por pontas de flecha de ferro, mais custosas porém mais eficazes, e por anzóis modelados de maneira mais rápida. O essencial da mitologia e da religião desses grupos devia igualmente provir dos ancestrais; no entanto, como a vida tendia à se estabilizar, eles se voltaram para novas crenças, baseadas nos mistérios da agricultura e do trabalho dos metais. É provável que algumas dessas crenças lhes tenham sido legadas por aqueles que os iniciaram nos novos mistérios. Os agricultores da Idade do Ferro tornam-se mais empreendedores: modelam cerâmicas, talham tambores, tecem panos, fundem o ferro, forjam utensílios. Sua religião tende a centrar-se em divindades criadoras, e seus sistemas de crenças visam assegurar a libertação daquelas vicissitudes da natureza às quais os agricultores são mais vulneráveis. Seus ritos e sua música tornam-se provavelmente mais complexos; sua cultura material, mais diversificada; seu senso da tradição e da perenidade social, mais firmemente estabelecido. Produzem-se na sociedade mudanças fundamentais, cuja influência se fará sentir em todos os períodos ulteriores da história africana.

Síntese do colóquio "O povoamento do antigo Egito e a decifração da escrita meroíta"

Relatório sumário[1] do simpósio realizado no Cairo de 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 1974.

O simpósio desenvolveu-se em duas etapas: a primeira, de 28 a 31 de janeiro de 1974, foi consagrada ao "Povoamento do Antigo Egito"; a segunda tratou da "Decifração da Escrita Meroíta" e estendeu-se de 1º a 3 de fevereiro de 1974.

Os participantes foram os seguintes:

Professor Abdelgadir M. Abdalla (Sudão)
Professor Abu Bakr (República Árabe do Egito)
Sra. N. Blanc (França)
Professor F. Debono (Malta)
Professor J. Devisse (França)
Professor Cheikh Anta Diop (Senegal)
Professor Ghallab (República Árabe do Egito)
Professor L. Habachi (República Árabe do Egito)
Professor R. Holthoer (Finlândia)
Sra. J. Gordon-Jaquet (Estados Unidos da América)

1 O presente relatório é uma versão resumida do Relatório Final do Simpósio. Foi preparado pelo relator do Comitê Científico Internacional a pedido do Comitê, para inserção neste volume. Os Procedimentos do Simpósio foram publicados na série *História Geral da África – Estudos e Documentos*, n. 1, Paris, Unesco, 1978.

Professor S. Husein (República Árabe do Egito)
Professor Kaiser (República Federal Alemã)
Professor J. Leclant (França)
Professor G. Mokhtar (República Árabe do Egito)
Professor R. El-Nadury (República Árabe do Egito)
Professor T. Obenga (República Popular do Congo)
Professor S. Sauneron (França)
Professor T. Säve-Söderbergh (Suécia)
Professor P. L. Shinnie (Canadá)
Professor J. Vercoutter (França)

Convidados para o simpósio, os professores Hintze (República Democrática Alemã), Knorossov, Piotrovski (URSS) e Ki-Zerbo (Alto Volta) não puderam comparecer e enviaram suas desculpas.

De acordo com as decisões do Comitê Científico Internacional, o professor J. Devisse, relator do Comitê, esteve presente e elaborou o relatório final do simpósio.

Pela Unesco estiveram presentes o Sr. Maurice Glélé, especialista do programa, da Divisão de Estudos Culturais, representando o Diretor-Geral, e a Sra. Monique Melcer, da Divisão de Estudos Culturais.

I O povoamento do antigo Egito

Dois textos, previamente solicitados pela Unesco ao professor J. Vercoutter e à Sra. N. Blanc[2], serviram de base para a discussão.

Podem-se distinguir três etapas importantes no debate:

A Resumo dos textos introdutórios;
B Declarações preliminares da maior parte dos participantes;
C Discussão geral.

A Resumo dos textos introdutórios

1. O professor Vercoutter desenvolveu várias questões, tratadas com mais detalhe em seu relatório escrito, e fez diversas observações adicionais.

2 Esses documentos estão anexados ao Relatório Final, 1974.

a) A antropologia física, apesar dos recentes progressos, tem fornecido, à exceção da Núbia, relativamente poucos dados confiáveis. As informações disponíveis são insuficientes para que se tirem quaisquer conclusões acerca do povoamento do antigo Egito e as fases sucessivas por que teria passado. Além disso, tais informações não são homogêneas, temporal como espacialmente, e os historiadores frequentemente discordam quanto à sua interpretação.

Os próprios métodos são questionados. Atualmente, porém, admite-se que a craniometria não atende às necessidades desse tipo de pesquisa.

Várias regiões ainda não foram estudadas em profundidade. É o caso, por exemplo, de todo o Delta durante os períodos pré-dinástico e protodinástico e do Alto Egito antes do Neolítico. Pouco se sabe sobre a região entre a Segunda e a Sexta Catarata durante o Neolítico e o período protodinástico. Do mesmo modo, ainda estão mal estudados os antigos vínculos entre o Saara, o Darfur e o Nilo.

Desse ponto de vista, as pesquisas em andamento apresentam-se defasadas em relação às empreendidas na África do Norte e na região sírio-palestina.

Os dados disponíveis no momento não permitem afirmar fossem as populações do Egito setentrional diferentes das do sul. Provavelmente a lacuna entre Paleolítico e Neolítico também se deve à atual insuficiência de pesquisas nesse campo.

b) A iconografia foi utilizada de maneira insuficiente e insatisfatória; os estudos realizados basearam-se principalmente em critérios culturais. Contudo, o material iconográfico disponível apresenta características extremamente significativas a partir da XVIII dinastia.

c) Esboço das duas teorias opostas na sua formulação mais extrema:

i) Desde o período pré-dinástico, o antigo Egito foi povoado por "brancos", embora de pigmentação escura ou mesmo negra. Os negros só apareceram a partir da XVIII dinastia.

Segundo alguns autores, a partir do período protodinástico a população teria permanecido a mesma; outros acreditam que a penetração estrangeira na África alterou profundamente as condições de vida cultural.

ii) O antigo Egito foi povoado por negros africanos "desde o início do Neolítico até o final das dinastias nativas".

2. A Sra. Blanc expôs os resultados de suas pesquisas.

a) Ciente de que, por razões especificamente históricas, a historiografia do vale do Nilo assentou na suposta existência de um vale egípcio civilizado rico em testemunhos históricos e de um vale mais ao sul, negro e primitivo, que só

interessava aos antropólogos, a Sra. Blanc manifestou o desejo de ver equilibrada, no futuro, a pesquisa histórica no conjunto do vale. Isso significaria abandonar os métodos históricos tradicionais e ampliar o campo de investigação, adotando uma nova metodologia. A Sra. Blanc considera o trabalho realizado na Núbia durante os últimos vinte anos como o primeiro passo para o reexame da questão colocada neste simpósio.

b) No intuito de fugir à visão tradicional do vale do Nilo, segundo a qual o desenvolvimento histórico da região se teria dado no sentido norte-sul, do "mais civilizado" para o "menos civilizado", a Sra. Blanc chamou a atenção para as regiões do Nilo situadas entre o 23º paralelo e as cabeceiras do rio, em Uganda. Sua análise leva em conta a linha divisória ao longo do 10º paralelo, que ela considera fundamental em termos ecológicos, e onde se interrompeu o avanço do Islã.

Navegável entre o 23º e o 10º paralelo, o Nilo aparentemente poderia ter desempenhado um papel comparável ao que exerceu mais ao norte, no Egito. Isso não ocorreu, sem dúvida, devido às condições ecológicas existentes nesse braço do rio.

Essa constatação levou a Sra. Blanc a um reexame global das respectivas contribuições das populações nômades sedentárias e da área em questão. Mas, após reconstituir a história das transformações demográficas ocorridas com a chegada dos árabes muçulmanos, dedicou especial atenção ao exame das hipóteses relativas ao povoamento da mesma área antes dessas migrações. A autora assinalou que o vale do Nilo facilitou a comunicação com a África ocidental e a África subsaariana, sendo possível formular-se a hipótese de que as civilizações que lá emergiram seriam autenticamente africanas, e não civilizações intermediárias entre o mundo mediterrânico e a África negra.

O Darfur, a oeste não obstante a precariedade dos conhecimentos sobre sua organização social e política antes do século XVII -, desempenhou importante papel como centro regional de desenvolvimento econômico.

A leste, a região de Sennar, habitada pelos Funj, foi o centro de um "sultanato negro" cuja origem não era nem árabe nem muçulmana.

A região ocupada pelos Beja entre o Nilo e o mar Vermelho era pouco favorável à sedentarização, em função de suas inóspitas condições ecológicas.

Ao sul do 10º paralelo, as condições ecológicas eram totalmente distintas. Essa área era habitada por populações isoladas sobre as quais pouco se sabe, seja com relação às pesquisas arqueológicas, no que se refere a informações oriundas da tradição oral. Atualmente, as hipóteses sobre o povoamento e a história dessa área carecem de bases seguras, e é somente nas regiões mais meridionais,

na zona interlacustre da África oriental, que estudos históricos mais completos têm sido empreendidos.

B Declarações preliminares dos participantes

1. O professor Säve-Söderberg forneceu informações acerca das escavações escandinavas efetuadas no Sudão entre 1960 e 1964. Tais escavações demonstraram a existência de contatos entre o vale do Nilo, a África setentrional e o Saara. Os temas tratados pelas publicações[3] incluem 7 mil desenhos rupestres e a análise dos vestígios de 1546 indivíduos humanos. Van Nielson (vol. 9) definiu as relações entre o Grupo A, o Grupo C, o Grupo Novo Império, etc. Os estudos comparativos levaram a diferentes resultados, segundo a utilização exclusiva da craniometria ou do conjunto de fatores antropológicos e tecnológicos. Os estudos iconográficos e de antropologia física permitem supor que houve migração de povos saarianos e de grupos vindos do sul, e que tais populações mantiveram contatos consideráveis com os antigos egípcios. No que diz respeito ao Mesolítico, os estudos comparativos têm por base menos de cem esqueletos, o que, no caso da Núbia, compromete a validade das conclusões. Já para o Neolítico, é possível obter dados mais precisos.

De qualquer modo, o professor Säve-Söderbergh julga impossível assentar em distinções raciais o estudo do povoamento do antigo Egito ou estudos similares. No futuro, deveriam adotar-se outras linhas de investigação. Culturas diferentes, contemporâneas mas isoladas, podem pertencer ao mesmo complexo tecnológico. Esse novo método confirma as origens africanas do Egito. Mas tal descoberta não elimina outros problemas. Nagada I e II não pertenciam ao mesmo complexo tecnológico que a Núbia ou o Sudão contemporâneo. No Sudão, à região que se estende de Kassala ao Chade e de Uadi Halfa a Cartum corresponde um único e amplo complexo tecnológico. O Grupo A constitui outro complexo tecnológico, mais recente, encontrado da Primeira à Terceira Catarata, e talvez ainda mais adiante.

2. O professor Cheikh Anta Diop fez uma extensa exposição de suas ideias, que sintetizou em texto escrito selecionando os pontos principais.

a) *Do ponto de vista antropológico,* as pesquisas efetuadas após as descobertas do professor Leakey levaram à conclusão de que a raça humana se teria

---

3 Ver SCANDINAVIAN Joint Expedition to Sudanese Nubia, publicações (em particular, v. I, *Rock Pictures;* v. 2, *Pre-Ceramic Sites;* v. 3, *Neolithic and A-Group Sites;* e v. 9, *Human Remains*).

originado na África, junto às nascentes do Nilo. Segundo a lei de Gloger, que provavelmente se aplica tanto à espécie humana quanto a outras espécies, os animais de sangue quente, que se desenvolvem sob climas quentes e úmidos, apresentam pigmentação escura (melanina). Portanto, a primeira população humana da Terra seria etnicamente homogênea e negroide. Tal população se teria propagado a partir dessa área de origem, atingindo outras regiões da Terra através de duas únicas rotas: o vale do Nilo e o Saara.

No vale do Nilo, essa expansão ocorreu do sul para o norte, num movimento progressivo, entre o Paleolítico Superior e o período Proto-Histórico.

O professor Massoulard chegou também à conclusão de que a população do antigo Egito incluía pelo menos três elementos raciais diferentes: negroides (mais de um terço do total), "mediterrâneos" e cro-magnoides. Desses dados, o professor Diop inferiu que a população do Egito era basicamente negra durante o período pré-dinástico, conclusão que contradiz a teoria segundo a qual o elemento negro teria chegado ao Egito mais tardiamente.

Elliot-Smith descobriu esqueletos com fragmentos de pele que remontam a épocas muito antigas, anteriores à introdução da prática da mumificação. Tais fragmentos, afirmou o professor Diop, contêm melanina em quantidade suficiente para caracterizá-los como pele negra.

Buscando provas positivas, o professor Diop estudou diversas preparações submetidas a exame de laboratório em Dacar, constituídas por amostras de pele extraídas de múmias provenientes das escavações de Mariette. Todas revelaram e o professor Diop convidou os especialistas presentes a examiná-las a presença de considerável teor de melanina entre a epiderme e a derme. A melanina, ausente na pele branca, conserva-se durante milhões de anos (ao contrário do que frequentemente se afirma), como se pode observar pelo exame das peles de animais fósseis. O professor Diop manifestou o desejo de realizar pesquisas semelhantes com as peles dos faraós cujas múmias encontram-se no Museu do Cairo.

Prosseguindo, afirmou que uma investigação antropológica conclusiva deveria incluir ainda a osteometria e o estudo dos grupos sanguíneos. É digno de nota, por exemplo, o fato de os atuais egípcios, principalmente os do Alto Egito, pertencerem ao mesmo grupo sanguíneo B das populações da África ocidental, e não ao grupo A2, característico da raça branca.

b) *Iconografia*: Com base em volumoso dossiê iconográfico e nas definições contidas nesse trabalho, o professor Diop afirmou ser desnecessário insistir nos pormenores que, por exemplo, diferenciam os negros de outros personagens aristocráticos representados num mesmo túmulo: essa diferença tem origens sociais.

Iconograficamente, o povo e a classe dominante eram representados de maneira distinta.

c) Em seguida, abordando os testemunhos fornecidos pelas *fontes escritas antigas,* o professor Diop assinalou que os autores gregos e latinos descreveram os egípcios como negros. Referiu-se ao testemunho de Heródoto, Aristóteles, Luciano, Apolodoro, Ésquilo, Aquiles Tácio, Estrabão, Diodoro da Sicília, Diógenes Laércio e Amiano Marcelino. Os estudiosos modernos, asseverou ele, recusam-se a considerar esses textos. Entretanto, um autor do século XVIII, Volney, atribui aos habitantes do antigo Egito a cor negra. Além disso, a tradição bíblica também considera os egípcios como descendentes de Cam. O professor Diop colocou em questão a egiptologia, ciência que, produto do imperialismo, sempre procurou negar os fatos por ele referidos.

d) Em seguida, o professor Diop abordou a questão de como os próprios egípcios se descreviam. Para isso eles se serviam de uma única palavra: *kmt*[4], "o termo mais forte existente na língua faraônica para indicar a cor preta" e que o professor Diop traduz por "negros". Por esse motivo, a palavra *kmt* era representada, na escrita hieroglífica, por um pedaço de carvão vegetal, e não por escamas de crocodilo.

3. O professor Debono reexaminou por miúdo as informações constantes do volume 1.

4. O professor Leclant salientou, inicialmente, o caráter africano da civilização egípcia. Ressaltou, porém, a necessidade de distinguir claramente, a exemplo do professor Vercoutter, "raça" e "cultura".

A antropologia física do Egito está em seus primórdios. No entanto, não há por que confiar nos estudos, totalmente ultrapassados, de Chantre, Elliot-Smith, Sergi ou Derri. Ademais, já existem importantes trabalhos de reavaliação, como o de Wierczinski[5]. Os grupos que trabalham na Núbia também demonstram acentuado interesse pela antropologia física. Nesse aspecto, a Núbia, considerada "pobre" em termos de vestígios arqueológicos, paradoxalmente parece mais bem conhecida do que o Egito[6]. Atualmente as

4 Esta palavra deu origem ao termo "camita", que passou a ser usado correntemente. É também encontrado na Bíblia sob a forma "Cam".

5 BULLETIN OF THE EGYPTIAN GEOGRAPHICAL SOCIETY, *31*, 1958, 73-83.

6 O professor LECLANT refere-se aos trabalhos de NIELSEN, STROUHAL, ARMELAGOS, ROGALSKY, PROMINSKA, CHEMLA e BILLY.

expedições arqueológicas dão grande importância aos estudos osteológicos, o que constitui uma auspiciosa inovação[7].

No plano cultural, as gravuras rupestres, que revelam alto grau de uniformidade desde o mar Vermelho até o Atlântico, vêm sendo alvo de cuidadosos estudos. Trata-se de indícios deixados por sucessivos grupos culturais, caçadores, pastores e outros.

O povoamento do antigo Egito constitui um problema considerável, e seria muito prematuro, neste estágio, adotar uma abordagem sintética para resolvê--lo. O problema deveria ser tratado mediante estudos fracionados, precisos. Para tanto, seria indispensável o concurso de especialistas em disciplinas não representadas neste simpósio. Encontram-se presentes apenas estudiosos da "história geral", qualificados para reunir e sintetizar as informações fornecidas por especialistas; e essas informações, no momento, são por demais insuficientes.

De todo modo, não é o caso de se recorrer a especialistas hoje totalmente ultrapassados, como Lepsius ou Petrie. Embora não se lhes possa negar uma importância "histórica", a egiptologia conheceu posteriormente grandes progressos.

Quanto às evidências iconográficas, o único problema é saber como os egípcios se viam em relação a outros homens. Eles se auto denominavam *rmt* (*Rame*), "os homens"; consideravam os outros povos como uma massa amorfa que se estendia em todas as direções, designadas pelos pontos cardeais. Por exemplo, as estátuas de prisioneiros em Sacará (VI dinastia, 2300 anos antes da Era Cristã) representam tanto povos do norte (asiáticos, líbios) quanto do sul (núbios, negros). Os estereótipos de homens do norte (brancos) e do sul (negros) sob as sandálias do faraó confirmam essa representação.

5. O professor Ghallab discorreu sobre os sucessivos elementos que se poderiam identificar no povoamento da África entre o Paleolítico e o III milênio antes da Era Cristã.

No nordeste da África, uma grande quantidade de objetos de pedra datados do segundo período pluvial foi encontrada no vale do Nilo e nos oásis. O professor Ghallab distinguiu pelo menos seis grupos étnicos na população egípcia durante o período mesolítico, ligados, todavia, por uma cultura homogênea. Segundo ele, a raça humana era razoavelmente homogênea e "caucasiana" durante o período paleolítico. Os primeiros tipos negros da África foram o homem de Asselar e

7 Cf. o importante e recente artigo de GERVEN, P. van, CARLSON, D. S. & ARMELAGOS, G. J. "Racial history and biocultural adaptation of Nubian archaeological populations". *JAH,* XIV, 1973, 4: 555-64.

o de Ondurman. No final do Paleolítico surgiu a raça negra, do Atlântico ao mar Vermelho. Contudo, entre os primeiros egípcios encontraram-se traços de *bushmen* (bosquímanos) com algumas características modificadas em função de sua aclimatação às condições ecológicas mediterrânicas. Ainda hoje existem vestígios desse tipo racial na população egípcia. Na realidade, nenhuma cultura negra apareceu antes do período neolítico.

6. O professor Abdelgadir M. Abdalla não considera relevante saber se os antigos egípcios eram negros ou negroides: o importante é o grau de civilização que atingiram.

Os testemunhos iconográficos evidenciam que os criadores da cultura de Napata nada tinham em comum com os egípcios: suas características anatômicas eram completamente diferentes. Se os egípcios eram negros, qual a cor dos homens da cultura de Napata?

Retomando a questão de linguística, o professor Abdalla afirmou que *km* (*Kem*) não significa "negro" e que seus derivados não se referem à cor dos indivíduos. Efetuou, por sua vez, uma demonstração linguística para ilustrar sua teoria, que difere da enunciada pelo professor Diop, e concluiu que a língua egípcia não era puramente africana pertenceria ao grupo protosemítico, em apoio do que poder-se-iam citar numerosos exemplos. Para o professor Abdalla, os exemplos linguísticos mencionados pelo professor Diop não são convincentes nem conclusivos, sendo arriscado estabelecer uma relação rigorosa entre uma língua e uma estrutura étnica ou um indivíduo. É um equívoco comparar uma língua morta com línguas vivas; as semelhanças apontadas são acidentais, e no momento não se conhece a evolução das línguas africanas antigas. Na verdade, as evidências de parentesco apresentadas são muito mais consistentes com a teoria da difusão do egípcio antigo na África do que com a de seu parentesco com as línguas africanas atuais. Se o egípcio antigo e o wolof são aparentados, por que não o seriam o egípcio antigo e o meroíta, por exemplo? Ora, a língua de Napata e o egípcio antigo são completamente diferentes. O professor Abdalla expressou o desejo de que a investigação prosseguisse com rigor.

a) A seu ver, é impossível estabelecer uma correlação automática entre um grupo étnico, um sistema socioeconômico e uma língua.

b) Não é possível chegar a conclusões cientificamente válidas trabalhando "em larga escala". A história praticamente não oferece exemplos puros de grandes migrações que não se acompanhem de grandes transformações culturais.

c) Atualmente, do ponto de vista da antropologia física, o conceito de "negro" não está claramente definido. O esqueleto não permite estabelecer a cor da pele. Somente o tecido e a própria pele são importantes.

d) É preciso iniciar com urgência o estudo da paleopatologia e das práticas funerárias.

7. O professor Sauneron interveio durante uma instigante controvérsia sobre questões linguísticas entre os professores Abdalla e Diop, afirmando que, em egípcio, *km* (feminino, *kmt*) significa "negro"; o masculino plural é *kmu* (*Kemu*), e o feminino plural, *kmnt*.

A forma *kmtyw* pode significar apenas duas coisas: "os de *Kmt"* e "os habitantes de *Kmt"* ("o país negro"). Trata-se de um adjetivo derivado (*nisba*), formado a partir de um termo geográfico que se tornou nome próprio e cujo sentido original não é necessariamente "percebido" (cf. franco, França, francês).

Para designar "povo negro", os egípcios diriam *kmt* ou *kmu,* e não *kmtyw.* Como quer que seja, eles nunca utilizavam esse adjetivo para designar os negros do interior da África, a quem conheciam desde o Novo Império. Via de regra não usavam nomes de cores para diferenciar os povos.

8. Por sua vez, o professor Obenga retomou a demonstração linguística iniciada pelo professor Diop[8].

a) Após criticar o método do professor Greenberg, com base no recente trabalho do professor Istvan Fodor[9], e observar que desde a obra de Ferdinand de Saussure o testemunho linguístico é aceito como o meio mais seguro para determinar se dois ou mais povos são culturalmente aparentados, o professor Obenga procurou provar que existe um parentesco linguístico genético entre o egípcio (antigo egípcio e copta) e as línguas negro-africanas modernas.

Antes de arriscar qualquer comparação, deve-se tomar cuidado para não confundir parentesco linguístico tipológico, que não permite reconhecer o ancestral pré-dialetal comum às línguas comparadas, e parentesco genético. Por exemplo, o inglês moderno, considerado do ponto de vista tipológico, apresenta afinidades com o chinês; já na perspectiva genética, as duas línguas pertencem a diferentes famílias linguísticas. Do mesmo modo, o professor Obenga rejeitou a noção de língua mista com um contra-senso linguístico.

---

8 O texto integral, tal como foi transmitido ao relator pelo professor Obenga, está no Anexo II do Relatório Final do Simpósio.

9 FODOR, I. *The Problems* in *the Classification of the African Languages,* Centre for Afro-Asian Research of the Hungarian Academy of Sciences, Budapest, 1966. p. 158.

O parentesco genético depende da formulação de leis fonéticas através da comparação de morfemas e fonemas de línguas próximas. Com base nessas correspondências morfológicas, lexicais e fonéticas, poder-se-ia chegar às primeiras formas comuns. Tal procedimento permitiu reconstituir abstratamente uma língua "indo-europeia" teórica, que serviu de modelo operacional e revelou uma macroestrutura cultural comum partilhada pelas línguas que em seguida se desenvolveram separadamente.

b) O professor Obenga chamou a atenção para importantes semelhanças tipológicas de natureza gramatical: o gênero feminino formado pelo uso do sufixo *-t,* o plural de substantivos formado pelo sufixo *-w* (ou *-u*). Em seguida, analisou formas completas, observando semelhanças entre o egípcio antigo e um número considerável de línguas africanas; entre o egípcio e o wolof, a correspondência é total. Essa série de demonstrações levou o professor Obenga a concluir que as semelhanças morfológicas, lexicais e sintáticas constituem uma prova convincente do estreito parentesco entre o egípcio antigo e as línguas negro-africanas atuais. Tal paralelismo não ocorre entre o semita, o berbere e o egípcio. A seguir, comparou os modos de expressar "ser" em combinações verbo-nominais: a forma arcaica comum na língua bantu é análoga à forma mais arcaica do egípcio antigo. A análise dos morfemas negativos, do futuro enfático e das partículas de ligação levou às mesmas conclusões dos exemplos precedentes. Por tudo isso, o professor Obenga acredita na possibilidade de se descobrir uma estrutura genética comum.

c) Finalmente, o professor Obenga abordou o que considera o aspecto mais interessante da comparação.

Estabeleceu paralelos entre palavras de diferentes línguas palmeira, espírito, árvore, lugar e entre pequenos fonemas: por exemplo, *km* (*Kem*), "negro" em egípcio antigo, torna-se *kame, kemi, kem* em copta; *ikama* em bantu (com o sentido de carbonizado em consequência de exposição a calor excessivo), *kame* em azer (cinzas); *Romé,* "homem" em egípcio antigo, torna-se *lomi* em bantu. Os mesmos fonemas exercem as mesmas funções nas diferentes línguas comparadas.

Dessas comparações o professor Obenga deduziu a possibilidade de identificar, no futuro, uma língua "negro-egípcia", análoga ao "indo-europeu". Nesse contexto, e considerando o inegável fundo cultural comum a todas as línguas comparadas, dispõe-se de uma base sólida para o desenvolvimento de estudos futuros.

9. O professor Gordon-Jaquet assinalou a possibilidade de se evocar o estudo da toponímia egípcia em apoio da afirmação de que no Egito não se produziu nenhuma imigração ou invasão maciça de populações estrangeiras, pelo menos

desde o Neolítico. Sabe-se que os nomes topográficos têm vida extremamente longa. Os sucessivos grupos linguísticos que habitam uma mesma área deixam sua marca na forma de topônimos, mais ou menos numerosos, dependendo do tamanho da população e da duração de seu predomínio na área. Qualquer acréscimo importante à população egípcia vindo do exterior teria sem dúvida deixado sua marca na toponímia do país, o que não ocorreu. A toponímia do Egito é muito homogênea e se compõe de nomes cuja etimologia se explicaria, praticamente sem exceções, pela própria língua egípcia. Foi só no período ptolomaico e, mais tarde, após a conquista árabe que os nomes de origem grega e árabe foram acrescidos ao fundo básico de nomes egípcios. Somente nas regiões periféricas – a Núbia, os oásis ocidentais e o Delta oriental, regiões em estreito contato com os povos vizinhos que falavam outras línguas – é que vamos encontrar nomes cuja etimologia pode derivar-se dessas línguas estrangeiras.

10. O professor Devisse abandonou por um instante sua função de relator para informar o simpósio dos surpreendentes resultados de um estudo iconográfico[10].

Três manuscritos[11] incluem representações de egípcios negros e merecem especial consideração. Eliminando o que se poderia atribuir à tradição bíblica (a descendência de Cam) e as representações alegóricas propositalmente arcaicas (Hades, a Noite), resta ainda uma proporção variável de egípcios representados com traços e cor negros. Como se sabe, trata-se de escravos, mas e neste ponto as cenas selecionadas são extremamente interessantes também de egípcios livres. Alguns deles cerca de um terço dos participantes estão sentados em torno da mesa de José, que oferece um banquete aos seus irmãos israelitas, sentados em outra mesa; outros participam da venda de José a Putifar, representado como branco. Provavelmente o aspecto mais notável dessas representações, sempre realistas nos pormenores, consiste no traje característico dos egípcios negros (em particular no octateuto do século XI). Os negros, muito diferentes dos egípcios, que usavam barbas e turbantes, frequentemente portavam lanças e vestiam uma "pele de pantera" que lhes deixava o ombro direito nu. O professor Devisse considera importantíssimas tais observações em razão dos consideráveis contatos entre Bizâncio e o Egito durante o período fatímida e pelo fato de as

10 Essa ampla pesquisa, de âmbito internacional, vem sendo objeto de uma publicação em três volumes, dois dos quais já publicados. O estudo foi realizado pela Menil Foundation (Houston, EUA), da qual uma unidade em Paris coordenou a coleta de uma grande quantidade de material iconográfico.

11 Paris, Bibliothèque Nationale, Novas Aquisições: latin 2334 (VI-VII^{e}?), Vatican grec 747 (XI^{e}) , Vatican grec 746 (XII^{e}).

representações datadas desse período serem muito mais realistas do que nos manuscritos mais antigos.

É difícil interpretar esses documentos: referem-se tanto a um fundo cultural bizantino quanto à tradição bíblica. Refletem, porém, uma visão "setentrional" do egípcio não conforme com a teoria do padrão "leucoderma".

C Discussão Geral

O debate geral deixou claro que, em variados graus, diversos participantes consideram desejável, no estágio atual dos conhecimentos, o empreendimento de macroanálises a abranger a história antiga do Egito como um todo ou mesmo, em alguns casos, do conjunto do continente africano; por outro lado, outros participantes dão preferência às microanálises geográficas com base disciplinar ou interdisciplinar.

1. Análise cronológica dos resultados

O debate da questão foi iniciado pelo professor Cheikh Anta Diop. A partir do Paleolítico Superior a homogeneidade inicial da humanidade passa por um processo de declínio progressivo; a população do Egito era tão uniforme quanto a das outras partes do mundo. Em geral acredita-se que o aparecimento da raça humana ocorreu na África há 5.300.000 anos B.P.

O *Homo sapiens* surgiu por volta de -150.000 e disseminou-se progressivamente por todas as áreas habitáveis da bacia do Nilo. Os homens que viviam no Egito nessa época eram negros.

Rejeitando a teoria oposta, apresentada pelo professor Vercoutter em seu relatório sobre o povoamento do Egito durante o período pré-dinástico, o professor Diop afirmou que, na realidade, 33% dos egípcios "brancos" de pigmentação razoavelmente escura, ou mesmo negra, eram negros, o mesmo ocorrendo com 33% dos mestiços; acrescentando os últimos 33% da população mencionados pelo dr. Massoulard (aceitos como negros), o professor Diop expressou a opinião de que no período protodinástico a população egípcia, em seu conjunto, era negra.

Prosseguindo, reafirmou ele a teoria geral, esboçada anteriormente, sobre a população negra do Egito e sua mestiçagem gradual.

Em outro ponto da discussão, o professor Diop afirmou explicitamente que a população negra do Alto Egito só começou a diminuir na época da ocupação persa.

Finalizando, fez duas observações gerais: uma sobre o uso da palavra *negroide,* termo que considera inútil e pejorativo, e outra sobre os argumentos evocados para contestar suas ideias, que lhe parecem negativos, desprovidos de rigor crítico e de base fatual.

A teoria do professor Diop foi rejeitada globalmente por um dos participantes.

Nenhum dos presentes declarou expressamente apoiar a antiga teoria de uma população de "brancos" com pigmentação escura ou mesmo negra. O consenso sobre o abandono dessa tese foi apenas tácito.

Levantaram-se numerosas objeções às ideias propostas pelo professor Diop, revelando a amplitude de um desacordo que permaneceu profundo, embora não explícito. Em algumas sequências, as críticas surgiram a partir da argumentação proposta.

Em relação a épocas muito antigas – anteriores ao que a terminologia francesa ainda chama de período "neolítico" –, os participantes concordaram ser extremamente difícil encontrar respostas satisfatórias.

O professor Debono observou uma semelhança importante entre as culturas de seixos lascados nas diferentes regiões onde foram descobertas (Quênia, Etiópia, Uganda, Egito). O mesmo vale para o período acheulense, que apresenta instrumentos bifaciais semelhantes em várias regiões da África.

Por outro lado, a homogeneidade da indústria sangoense, descoberta na África oriental, diminui progressivamente em direção ao norte. Em Khor Abu Anga (ilha de Sai, no Sudão), existe uma série de utensílios razoavelmente completa. De Uadi Halfa em diante, perde, ao que parece, vários elementos. No Egito, apenas uma das características tipológicas se manteve, entre Tebas e Dachur, perto do Cairo.

Durante o período paleolítico médio, a debitagem Levallois com variantes musterienses diferia muito no Egito e nas áreas situadas mais ao sul ou a oeste.

No tocante à indústria lítica durante o Paleolítico, por razões ainda obscuras, mas provavelmente ligadas a mudanças nas condições climáticas e ecológicas, o Egito isolou-se do resto da África, criando indústrias originais (Sebiliense, Epilevalloisiense ou Hawariense, Khargniense).

Além disso, houve no mesmo período uma tentativa de penetração por parte dos aterienses do nordeste da África, cujos traços foram encontrados até no Saara meridional. Tendo chegado ao oásis de Siwa e também, em grande número, ao oásis de Kharga, eles se espalharam pelo vale do Nilo, e seus vestígios foram encontrados em Tebas. Vestígios do mesmo período foram descobertos em Uadi Hammamat (deserto oriental), em Esna (misturados a vestígios kargnienses), em Dara, em Djebel el-Ahmar, perto do Cairo, e em Uadi Tumilat, no Delta

oriental (alternados com remanescentes epilevalloisienses). É provável que na mesma época tenha ocorrido uma mestiçagem de outras raças em pequena escala, rapidamente absorvida pela população nativa.

Uma penetração igualmente importante de povos estrangeiros no Egito foi a dos natufienses da Palestina, cuja presença em Heluan, perto do Cairo, é conhecida há muito tempo. Escavações recentes demonstraram que estes povos habitavam uma área maior. Vestígios líticos atribuíveis aos natufienses foram encontrados no Faium e no deserto oriental, ao longo de um cinturão que se estende na direção leste-oeste através do vale do Nilo.

Segundo o professor Sauneron, é possível deduzir, pela presença de seixos lascados nos estratos do Pleistoceno Antigo das montanhas tebanas, que a presença humana no vale do Nilo é muito antiga.

O professor Ghallab sustentou que os habitantes do Egito no Paleolítico eram caucasoides. Afirmou ainda que escavações recentes forneceram provas da existência de homens do tipo "san" na população do período pré-dinástico.

O professor Shinnie, que concordou com a tese relativa ao estabelecimento do *Homo sapiens* (sem, contudo, mencionar-lhe a cor da pele), data a primeira população sedentária do vale do Nilo de aproximadamente 20 mil anos. Em seguida teriam chegado vários grupos humanos, procedentes de diferentes regiões, aumentando a população e alterando-lhe a composição.

A discussão sobre o Neolítico e o Pré-Dinástico foi também intensa.

O professor Abu Bakr sublinhou que os egípcios nunca se isolaram de outros povos nem constituíram uma raça pura, sendo impossível aceitar a ideia de uma população neolítica inteiramente negra no Egito. A população do Egito no Neolítico era uma mistura de homens vindos do oeste e do leste, incorretamente chamados de camitas.

A mesma teoria é perfilhada pelo professor El-Nadury. Durante o Neolítico, migrantes de todas as partes do Saara incorporaram-se gradualmente à população sedentária fixada a noroeste do Delta, daí resultando uma mistura de vários grupos étnicos. A partir desse período não há mais descontinuidade no povoamento até a época dinástica. O sítio de Merinde mostra, graças a um farto material arqueológico claramente estratificado, que o povoamento dessa área seguiu um processo gradual.

O professor Vercoutter expressou sua convicção acerca do povoamento do antigo Egito: para ele, o povo que ocupou o vale do Nilo sempre foi mestiço, em particular na época pré-dinástica, quando chegaram numerosos elementos estrangeiros procedentes do oeste e do leste.

Durante o período pré-dinástico e o início do dinástico, chegou ao Egito um novo elemento, vindo do nordeste e descrito como semita pelo professor El-Nadury. Como o professor Abu Bakr, o professor El-Nadury considera um fato notável a construção de fortificações em Abidos, durante a I dinastia, provavelmente com o objetivo de impedir a migração do sul para o norte.

O professor Abu Bakr referiu-se ao caso da esposa de Quéops, loira de olhos azuis, como um exemplo da existência de "não-negros" no Egito. O professor Diop considera esse exemplo isolado uma exceção que confirma a regra.

No decorrer da discussão, o professor Obenga acrescentou alguns pontos importantes e salientou o interesse dos escritos antigos legados pela população do Egito. Heródoto, numa passagem sobre os Colcos não contestada pelos especialistas modernos nem invalidada pelo estudo comparativo dos manuscritos, procurou mostrar, por meio de uma série de argumentos críticos, que eles eram assemelhados aos egípcios: "Falam do mesmo modo e são, com os egípcios, os únicos povos que praticam a circuncisão, além de tecerem o linho como os egípcios". A essas semelhanças acrescentam-se duas outras características comuns: a pigmentação negra e os cabelos crespos.

O professor Leclant asseverou que os escritores antigos utilizavam-se da expressão "face queimada" (etíopes) para se referir aos núbios e negros, mas não aos egípcios. O professor Obenga replicou que os gregos empregavam a palavra "negro" (*melas*) para designar os egípcios. O professor Vercoutter perguntou em que contexto precisamente Heródoto definiu os egípcios como negros. O professor Diop respondeu que Heródoto lhes faz referência em três ocasiões: ao discutir a origem dos Colcos, a origem das enchentes do Nilo e o oráculo de Zeus-Âmon.

Na opinião do professor Leclant, a unidade do povo egípcio não era racial, mas cultural. A civilização egípcia permaneceu estável durante três milênios; os egípcios se descreviam como *remet* (*Rome* em copta) e, principalmente em suas representações iconográficas, estabeleciam uma distinção entre eles e os povos do norte e do sul. O professor Obenga negou que os egípcios utilizassem a palavra *remet* para se distinguir de seus vizinhos no plano racial; para ele essa distinção é, sim, semelhante à que levou os gregos a se diferenciarem de outros povos, a quem chamavam bárbaros.

O professor Leclant observou que merecem ser estudadas as importantes características paleoafricanas da vida cultural egípcia. Como exemplo mencionou o babuíno, um atributo do deus Tot, e o frequente aparecimento na iconografia de peles de "pantera" como vestimenta ritual no culto de Hórus a Osíris. Contudo,

em sua opinião, os egípcios, cuja civilização foi culturalmente estável durante três milênios, não eram brancos nem negros.

Em seguida, o professor Sauneron questionou a ideia de uma população homogênea, principalmente se atribuirmos essa homogeneidade ao período entre o aparecimento do homem no Egito e a época pré-dinástica. No seu entender, nenhuma das provas disponíveis permite duvidar do caráter mestiço da população egípcia.

A conclusão dos especialistas que não aceitam a teoria enunciada pelos professores Cheikh Anta Diop e Obenga, segundo a qual a população do vale do Nilo seria homogênea desde os primeiros tempos até a invasão persa, é que a população básica do Egito se fixou na região durante o Neolítico. Grande parte dessa população era proveniente do Saara, incluindo povos do norte e do sul da região, diferenciados pela cor. A essa teoria os professores Diop e Obenga opuseram a sua, que enfatiza a uniformidade do povoamento do vale pelos negros e sua progressão no sentido sul-norte.

2 Existência ou não-existência de migrações importantes em direção ao vale do Nilo

Com relação a esse ponto, os trabalhos do simpósio desenvolveram-se de maneira confusa, e alguns debates não chegaram ao fim.

Em termos gerais, os participantes consideraram que a teoria das "migrações em larga escala" já não é aceitável como explicação do povoamento do vale do Nilo, ao menos até o período dos hicsos, quando tiveram início as trocas linguísticas com o Oriente Próximo (Holthoer).

Por outro lado, vários especialistas acreditam que os deslocamentos populacionais ocorreram nas regiões imediatamente vizinhas do vale, embora muitos discordem quanto ao papel desempenhado pelos fatores geográficos ou ecológicos como obstáculos, naturais ou artificiais, a esses movimentos de população.

De todo modo, acredita-se que o Egito absorveu migrantes de várias origens étnicas. Os participantes do simpósio reconheceram implicitamente que, de maneira geral, o substrato da população do vale do Nilo continuou estável durante três milênios, sendo muito pouco afetado pelas migrações.

Todavia, quando se examinam os períodos posteriores, torna-se impossível chegar a tão amplo consenso teórico.

Em relação ao período Paleolítico, o professor Cheikh Anta Diop enunciou a hipótese segundo a qual o *Homo sapiens* se teria instalado progressivamente

no vale do Nilo até a latitude de Mênfis. O professor Abu Bakr afirmou serem muito escassas as informações disponíveis sobre esse período, ressaltando a possibilidade de a parte setentrional do vale do Nilo não ter sido habitada. Por outro lado, o professor Obenga admite que entre o Paleolítico Superior e o Neolítico houve um povoamento contínuo, efetuado por uma população uniforme; em suas tradições orais, os próprios egípcios deram atenção especial a esse fato mencionando os Grandes Lagos como sua terra natal e a Núbia como um país idêntico ao seu.

Na época em que o Mesolítico se fundiu com o Neolítico (professor Vercoutter), ou durante o período Neolítico (professores Habachi e Ghallab), afigura-se provável a ocorrência de grandes movimentos populacionais a partir do Saara, em direção ao vale do Nilo. O professor Vercoutter expressou o desejo de que esses movimentos, até agora pouco conhecidos, sejam datados com precisão, sugerindo que se proceda à coleta e ao estudo do material arqueológico a eles concernentes.

Em resposta, o professor Cheikh Anta Diop apresentou alguns dados mais pormenorizados: a datação por radiocarbono para o Saara ocidental indica um período de clima úmido entre 30.000 B.P. e 8000 B.P. aproximadamente, com alguns intervalos de seca; do mesmo modo, a datação do período de seca posterior vem sendo feita com mais precisão. Datações semelhantes deveriam ser obtidas para o Saara oriental; combinando-se esses resultados com uma pesquisa paleoclimática e o estudo de túmulos e gravuras, seria possível obter as informações desejadas pelo professor Vercoutter.

O professor Habachi apoiou irrestritamente a teoria a respeito das migrações originárias do Saara, fundada nos estudos ora conhecidos. O professor Säve-Söderbergh admite que a maioria das culturas neolíticas do vale do Nilo pertencia ao complexo tecnológico das culturas saariana e sudanesa; contudo, é provável que os movimentos migratórios tenham sido mais intensos antes e no final do período neolítico subpluvial.

Como alternativa à hipótese que postula uma migração oriunda do Saara, principalmente durante o Neolítico, o professor Diop sugeriu a possibilidade de o povoamento ter-se expandido do sul para o norte, reafirmando a tese, várias vezes referida durante o debate, segundo a qual no Capsiense essa cultura abrangia uma vasta área entre o Quênia e a Palestina.

Com relação aos períodos protodinástico e pré-dinástico, os professores Diop e Vercoutter concordaram quanto à homogeneidade da população dos limites egípcios do vale do Nilo à extremidade meridional do Delta. Já quanto à hipótese da migração do norte para o sul, os dois especialistas chegaram a um acordo

apenas parcial; enquanto o professor Vercoutter acha-a de difícil aceitação, o professor Diop rejeita-a totalmente. O desacordo surgiu no momento de definir com mais precisão a natureza desses povos. O professor Diop admitiu tratar-se dos Anu e os identificou na gravura assinalada por Petrie no templo de Abidos.

Durante o período dinástico, a estabilidade da população dos limites egípcios do vale do Nilo se confirma pela estabilidade de sua cultura; o professor Diop demonstrou o emprego do calendário egípcio a partir de -4236; esse calendário apresentava desde o início um padrão cíclico de 1461 anos. Segundo ele, até a invasão persa, essa estabilidade só foi ameaçada pelo violento terremoto ocorrido por volta de -1450, responsável por uma série de migrações que afetou o equilíbrio de todos os países localizados na orla da bacia mediterrânica oriental. Sobreveio depois o ataque dos Povos do Mar, que assolaram o Delta egípcio numa época contemporânea ao desaparecimento dos hititas e ao surgimento dos protoberberes na África setentrional. Além dessa grande comoção, o único episódio importante na vida do povo egípcio, embora não relacionado com as migrações, foi a conquista do país pelo faraó unificador Narmer, que avançou na direção sul-norte, por volta de -3300.

Essa análise não foi debatida, mas expuseram-se outras teorias. O professor Säve-Söderbergh procurou determinar, com base nas escavações núbias, em que períodos e condições o Egito dos faraós se separou do sul. Na Núbia, a cultura mais antiga desapareceu gradualmente ao final da I dinastia ou talvez no início da II. O Grupo C, que lhe sucedeu, não surgiu antes da VI dinastia, o que nos deixa uma "lacuna cronológica" de cerca de quinhentos anos, entre -2800 e -2300, sobre os quais não temos nenhuma informação até o momento. Em vista de uma tal situação, parece evidente que os contatos ativos entre o Egito faraônico e o sul foram destruídos ou interrompidos.

O mesmo acontece entre -1000 e o início da Era Cristã: não foi encontrado na Baixa Núbia nenhum vestígio arqueológico. Os vestígios meroítas mais antigos ali descobertos datam do século I da Era Cristã; portanto os intercâmbios entre o Egito e o sul variaram consideravelmente entre -2800 e o período meroíta.

Os professores Vercoutter e Leclant chamaram a atenção para o aparecimento, desde a XVIII dinastia, de um modelo de representação do negro totalmente distinto do que existia antes (no túmulo de *Houy* ou no túmulo de *Rekhmira,* por exemplo). Como essas novas populações vieram a aparecer na iconografia egípcia? Seriam o resultado dos contatos dos egípcios com o sul ou de migrações de populações meridionais para o norte, em direção à Núbia? O professor Shinnie contestou que essa informação permita inferir uma migração do sul para o norte que teria afetado a população do Egito.

Para o professor Leclant, à exceção do exemplo citado da XVIII dinastia, nenhuma mudança importante ocorreu antes da XXV dinastia, quando os cuchitas procedentes de Dongola surgiram no Egito. Assim sendo, ele tende a admitir que o fenômeno se deveu mais a um aumento transitório de uma determinada influência na vida da população egípcia do que a eventuais migrações.

Duas constatações sobretudo se impuseram com tal evidência no decorrer dos debates que não chegaram a ser seriamente contestadas:

a) Existe um duplo problema com relação ao Delta do Nilo[12] nos tempos pré-históricos.

Primeiro, como salientou o professor Debono, essa região, ao contrário do Alto Egito, é muito pouco conhecida, pois ainda não se completaram as escavações em Merinde, El-Omari e Meadi-Heliópolis.

Os vestígios humanos descobertos até agora pertencentes aos tempos pré-históricos e ao período arcaico diferem dos encontrados no Alto Egito.

Em segundo lugar, os fatores humanos que afetaram as condições de vida no Baixo Egito ou no Delta, até onde podemos caracterizá-los antes do período dinástico, parecem diferir daqueles observados no vale, ao sul dessa região.

b) Na Núbia setentrional, o estudo do substrato mais antigo da população tornou-se possível graças às pesquisas arqueológicas organizadas sob os auspícios da Unesco. Por uma série de razões, isso não ocorreu no restante da parte egípcia do vale do Nilo, onde as investigações referentes aos tempos pré-dinásticos e às antigas culturas materiais produziram resultados bem mais precários. As reservas e hesitações manifestadas por alguns cientistas quanto à possibilidade de se extraírem conclusões finais talvez se devam, em parte, a esse fato.

É inegável que pelo menos um outro fator contribuiu para a complexidade de uma discussão que de maneira geral se desenrolou sob a forma de monólogos sucessivos e antagônicos. Esse fator apareceu claramente numa frase enunciada pelo professor Obenga, embora não tenha sido comentado. Na opinião do professor Obenga, um substrato cultural homogêneo implica necessariamente um substrato étnico homogêneo.

Independente da consideração simultânea ou não dessas duas ideias, parece que elas não foram suficientemente dissociadas durante o debate; daí as conclusões obtidas não terem sido tão precisas quanto seria de esperar. A possibilidade de encontrar pontos de acordo talvez tenha sido afetada por esse fato.

12 O professor HOLTHOER chamou a atenção para o trabalho de D. G. RÉDER, *The Economic Development of Lower Egypt (Delta) during lhe Archaic Period (V-IV* [cenluries] *BC),* coleta de artigos publicados no *Journal of Ancient Egypt*, 1960 (tradução do título russo).

No entanto, considerados sem uma referência de ordem racial, os dois importantes temas obtiveram acordo quase unânime, ao menos como hipóteses de trabalho.

O Neolítico foi provavelmente o período em que a população do vale egípcio do Nilo mais se viu afetada por migrações em larga escala. Duas teorias foram formuladas para explicar esse fenômeno: uma delas admite que os migrantes vieram principalmente da região oriental do Saara, expandindo-se no sentido norte-sul; a outra afirma que esses movimentos de população procederam do sul através do Nilo; a partir do período protodinástico, o povoamento do Egito tornou-se bastante estável. O caráter desse povoamento não se alterou radicalmente com os vários movimentos populacionais que afetaram a vida política e a situação militar do Egito, nem com os efeitos das relações comerciais do país, nem com os esforços internos de colonização agrícola ou com as infiltrações a partir das regiões vizinhas. A estabilidade étnica acompanhou-se de um alto grau de estabilidade cultural.

Contudo, durante a discussão da hipótese da homogeneidade da população, sustentada pelo professor Diop, e da hipótese de uma população mista, perfilhada por vários outros especialistas, evidenciou-se um desacordo total.

3. Resultados da investigação da antropologia física

Em vários pontos da discussão, evidenciou-se a necessidade de se definirem com maior rigor os termos até aqui utilizados com vistas a uma descrição racial.

O Sr. Glélé, representante do Diretor-Geral da Unesco, interveio em favor dos especialistas que propõem a exclusão dos termos “negro”, “preto” e “negroide”, porque o conceito de raça estaria ultrapassado e porque seria necessário estabelecer uma aproximação entre os homens, repudiando-se qualquer referência a raça. O Sr. Glélé lembrou aos participantes que a Unesco empenha-se em promover um entendimento internacional e a cooperação na esfera cultural, não sendo intenção da Organização, quando decidiu presidir o Simpósio, suscitar tensões entre povos ou raças, mas sim até onde é possível no atual estágio dos conhecimentos elucidar e esclarecer um dos vários temas que despertam dúvidas, isto e, a questão do povoamento do antigo Egito da perspectiva de sua origem étnica e de suas relações antropológicas. Portanto, trata-se de comparar as teorias alternativas, avaliar os argumentos científicos em que se baseiam e fazer o balanço da situação, ressaltando as lacunas quando necessário. De qualquer modo, salientou ele, os termos “negro”, “negroide” e “preto” sempre foram utilizados e mencionados em todos os estudos científicos,

como a palavra “hamita” ou “camita”, embora no atual simpósio se tenham levantado dúvidas quanto à sua validade. Lembrou ainda que os autores da *História Geral da África* fizeram amplo uso dessas palavras, às quais os leitores já estavam acostumados.

Independente do que se possa pensar, o fato é que esses termos, tal como vêm utilizados nas obras especializadas e de vulgarização, guardam ressonância razoavelmente significativa e são inseparáveis de julgamentos de valor, implícitos ou não. O Sr. Glélé corroborou a afirmação de um especialista com referência às publicações da Unesco sobre os problemas raciais. A Unesco não repudia a ideia de raça; a Organização consagrou um programa especial ao estudo das relações raciais e não mede esforços para combater a discriminação. Publicaram-se várias obras sobre esse importante problema. Por conseguinte, é impossível examinar as questões relativas ao povoamento do antigo Egito rejeitando de antemão, sem propor nenhum sistema novo, a classificação geralmente aceita dos povos como brancos, amarelos e pretos tipologia tradicionalmente utilizada pelos egiptólogos para classificar o povo do Egito. Além disso, se o vocabulário tradicional habitualmente empregado pelos historiadores precisa ser revisto, não se deveria reavaliá-lo apenas para a história da África, mas para a do mundo inteiro. Se o simpósio considera o assunto importante, poderia submetê-lo à apreciação a nível internacional, da associação dos historiadores. Na dependência da introdução de novos termos, as palavras “preto”, “negro”, “negroide” e “hamita”, de uso geral, deveriam ser definidas com maior rigor.

O debate sobre esse tema foi iniciado pelo professor Vercoutter. Lembrou ele que o problema foi suscitado pelo trabalho de Junker, que utilizou a palavra “negro” para denotar o tipo de representações surgidas durante a XVIII dinastia, depois caricaturadas pelos egípcios. Junker usa a palavra “negro” fundamentalmente com referência à África ocidental, ressaltando tanto a pigmentação quanto certas características faciais.

O professor Vercoutter tende a achar que, em vez de se adotar esse ponto de vista antigo, seria essencial buscar critérios mais específicos no que respeita a uma definição científica da raça negra; mencionou, em particular, o critério sanguíneo e a questão do significado preciso do grau de pigmentação da pele, e perguntou se os núbios, por exemplo, deveriam ser considerados negros.

Essas questões suscitaram diferentes posicionamentos. Era desejo de muitos dos participantes que a palavra “raça”, que em diversas ocasiões, recentemente; despertara fortes reações, fosse utilizada com prudência. O professor Obenga respondeu que a pesquisa científica reconhece a validade da noção de raça e que no estudo das raças o racismo não está necessariamente implícito.

O debate revelou a dificuldade de conferir conteúdo científico aos termos examinados. E mais: deixou claro que um número razoável de especialistas reluta, por motivos bastante respeitáveis, em utilizar-se desses termos, os quais poderiam ser considerados, com toda razão, como revestindo implicações perigosas ou pejorativas. Alguns, ainda, são de parecer que não se pode esperar que as respostas básicas para essa questão venham de historiadores e arqueólogos, pois só a antropologia física poderia fornecê-las.

O professor Säve-Söderbergh foi apoiado por um número considerável de participantes quando manifestou sua esperança de que a terminologia racial venha a ser estudada por especialistas da moderna antropologia física. Uma definição científica rigorosa seria útil não apenas para a África mas também, e talvez ainda mais, para a Ásia; do mesmo modo, os conceitos de população mestiça, população composta e grupos populacionais requerem uma definição mais precisa. A Unesco já havia sido consultada nesse sentido, a propósito das pesquisas efetuadas na Núbia.

O Sr. Glélé afirmou que, sendo os critérios para classificar uma pessoa como negra, branca ou amarela tão discutíveis e os conceitos em questão tão mal definidos e talvez excessivamente subjetivos ou inseparáveis dos padrões habituais de pensamento, seria conveniente admitir esse fato e passar a reexaminar, com base em critérios científicos novos, toda a terminologia da história mundial, a fim de se proceder à uniformização do vocabulário e atribuir às palavras as mesmas conotações. Isso evitaria os mal-entendidos e favoreceria a compreensão e o acordo.

Todavia, os professores Diop e Obenga foram imprudentes ao se referirem à série de critérios estabelecidos pelos antropólogos para caracterizar o negro: pele negra, prognatismo facial, cabelo crespo, nariz chato (os índices facial e nasal são escolhidos de maneira muito arbitrária por diferentes antropólogos), estrutura óssea negrítica (proporção entre os membros superiores e inferiores). De acordo com Montei, o negro possui um rosto chato e "horizontal". O professor Abu Bakr observou que, a serem válidas essas afirmações, os egípcios não poderiam ser considerados negros.

Prosseguindo, o professor Diop especificou que as mensurações cranianas nunca permitiram determinar a existência de volumes encefálicos característicos de uma ou outra raça.

Para o professor Diop, existem duas raças negras, uma com cabelo liso e outra com cabelo crespo; se a cor da pele é negra, parece improvável que as outras características básicas, anteriormente mencionadas, não sejam encontradas. Finalmente, se o grupo sanguíneo A2 é característico dos brancos, os negros tendem a pertencer ao Grupo B ou, num grau menor, ao Grupo C.

O professor Shinnie replicou que os especialistas americanos por ele consultados durante a preparação deste colóquio lhe afirmaram ser o estudo do esqueleto um elemento importante, mas não suficiente, para a determinação da raça; além disso, os critérios considerados adequados pelo professor Diop, já não são encarados da mesma forma pelos especialistas americanos, independente de ser esta uma postura correta.

O professor Obenga considerou a existência de dois grupos pertencentes a uma única raça negra – um com cabelo liso e outro com cabelo crespo –, e retomou a questão geral colocada para este simpósio: admitindo-se como válida a noção de raça e não tendo sido rejeitada a noção de raça negra, que dizer da relação entre essa raça e os egípcios antigos?'

O professor Diop acredita que os resultados até o momento obtidos pela investigação antropológica são suficientes para se extrair uma série de conclusões. O negroide grimaldi apareceu por volta de -32.000, o homem de Cro-Magnon, protótipo da raça humana, aproximadamente em -20.000, e o homem de Chancelade, protótipo da raça amarela, no período magdaleniense, em cerca de -15.000. As raças semitas constituem um fenômeno social característico do meio urbano e são o resultado de uma mestiçagem entre negros e brancos. Por isso ele está plenamente convicto de que os primeiros habitantes do vale do Nilo pertenciam à raça negra, tal como a definem os resultados das pesquisas geralmente aceitos pelos especialistas em antropologia e pré-história. Segundo o professor Diop, só fatores de natureza psicológica e educacional impedem o reconhecimento dessa evidência.

Na medida em que o pressuposto da pesquisa efetuada na Núbia favorece uma concepção universalista, os resultados da investigação têm pouca utilidade neste debate. O professor Diop não é favorável à criação de comissões para verificar fatos evidentes, que hoje requerem tão-somente um reconhecimento formal: a seu ver, todas as informações disponíveis, mesmo aquelas contidas nos estudos superficiais feitos no século XIX, corroboram a teoria de que, nos tempos mais antigos, os egípcios tinham a pele negra, característica que perdurou até o Egito perder definitivamente sua independência. Em resposta às várias questões que lhe foram formuladas, o professor Diop declarou que as amostras já fornecidas pela arqueologia são suficientes para confirmar sua tese. No seu entender, é possível aceitar a proposição do professor Vercoutter, segundo a qual a documentação antropológica anterior a 1939, aproximadamente, deveria ser considerada duvidosa por carecer de rigor científico.

A tese do professor Diop, embora convincente, foi criticada por vários participantes.

A principal objeção foi a do professor Sauneron, para quem o número total de pessoas que ocuparam o vale do Nilo entre o início dos tempos históricos e os tempos modernos poderia ser razoavelmente avaliado em várias centenas de milhões de indivíduos. Escavaram-se algumas centenas de sítios e estudaram-se cerca de 2 mil corpos; os dados obtidos são tão raros que se torna totalmente irrealista querer a todo custo inferir deles conclusões gerais tão ambiciosas. Como as amostras disponíveis não são de todo representativas, é aconselhável esperar até que uma investigação rigorosa e suficientemente abrangente a respeito dos aspectos gerais forneça evidências de aceitação universal.

4. A validade da investigação iconográfica

Também neste campo duas teorias se defrontaram. O professor Diop acredita que, como os egípcios eram negros, sua iconografia pintada – que ele incidentalmente não citou na sustentação de seu argumento – não poderia representar senão o povo negro. O professor Vercoutter, apoiado pelos professores Ghallab e Leclant, admitiu que a iconografia egípcia, desde a XVIII dinastia, tem representações características de povos negros que até então não tinham sido retratadas; isso significa que a partir da referida dinastia, pelo menos, os egípcios estiveram em contato com povos considerados etnicamente diferentes deles.

O professor Diop comentou que durante sua exposição introdutória, mostrara uma série de representações do domínio exclusivo da escultura. Para ele, todas retratam negros ou apresentam traços característicos das sociedades negras. Solicitou que esses documentos fossem criticados e convidou os participantes a apresentarem representações comparáveis de brancos em postura de dignidade ou de comando, dos primórdios da época faraônica. Vários participantes responderam que jamais se pensou em descobrir no Egito representações comparáveis às da estatuária grega, por exemplo. O professor Vercoutter disse ser possível apresentar numerosas representações em que os seres humanos estão pintados de vermelho, e não de preto, mas que o professor Diop se recusaria a reconhecê-las como não-negras. O professor El-Nadury não nega a existência de elementos negros na população egípcia durante o Antigo Império, mas parece-lhe difícil admitir que toda a população fosse negra.

O professor Vercoutter afirmou que a reprodução fotográfica do faraó Narmer está bastante ampliada, com os traços provavelmente distorcidos, e que considerar a pessoa representada como negra envolve uma asserção subjetiva. Essa também foi a opinião do professor Säve-Söderbergh, para quem a fotografia poderia ainda ser interpretada como o retrato de um lapão.

O professor Vercoutter não contesta a possível existência de elementos negros em todo o decorrer da história egípcia, e ele próprio apresentou vários outros exemplos de representações de negros. No entanto, em dois pontos ele discordava dos fatos apresentados: foram selecionados indiscriminadamente, com base em todo o período faraônico, sem referências precisas, e selecionados para comprovar uma teoria. O professor Diop respondeu que procurou mostrar apenas objetos ou cenas esculpidas, a fim de evitar eventuais discussões sobre o significado das cores, mas que foi obrigado a utilizar o material disponível em Dacar. A lista era abrangente, estendendo-se desde o Antigo Império até o fim do período faraônico. Na verdade as evidências comprovavam a tese, e qualquer teoria contrária devia ser necessariamente confirmada por representações iconográficas de egípcios "não-negros".

Durante a prolongada discussão sobre as cores, os professores Vercoutter, Sauneron e Säve-Söderbergh, por um lado, e o professor Diop, por outro, voltaram a discordar, e nenhum dos lados fez qualquer concessão. Aparentemente, o único ponto de acordo foi o fato de o tema justificar outros estudos, em particular com a ajuda de laboratórios especializados.

O professor Vercoutter admite a existência de representações de negros na escultura egípcia do Antigo Império, tendo citado exemplos. Mas não acredita serem elas representativas da população egípcia como um todo, pois esta se encontra igualmente representada em esculturas contemporâneas com características totalmente diversas.

O professor Vercoutter perguntou-se por que os egípcios, caso se considerassem negros, raramente ou mesmo nunca utilizaram o carvão para se representar, preferindo a cor vermelha. No entender do professor Diop, essa cor seria indicativa da raça negra egípcia, e a coloração amarela das mulheres ilustraria o fato, salientado pelos antropólogos americanos, de as mulheres de vários grupos raciais estudados serem sempre mais claras do que os homens.

5. Análises linguísticas

Este item, ao contrário dos debatidos anteriormente, revelou amplo consenso entre os participantes. O resumo do professor Diop e o relatório do professor Obenga foram considerados bastante construtivos.

O debate ocorreu em dois níveis.

Em resposta à afirmação do professor Diop de que o egípcio não era uma língua semítica, o professor Abdalla observou que opinião oposta tem sido expressa com frequência.

Uma discussão gramatical e semântica confrontou o professor Diop e o professor Abdalla a propósito da raiz, que o primeiro interpreta como *kmt,* que viria de *km* ("preto") e seria um nome coletivo que significaria "pretos, isto é, negros". O professor Abdelgadir M. Abdalla perfilha a interpretação aceita como *kmtyw* e traduzida por "egípcios", plural de *kmty,* "egípcio", forma *nisba* derivada de *kmt* ("país negro, isto é, Egito"). O professor Sauneron corroborou a interpretação e a tradução do professor Abdalla.

Abordando questões mais amplas, o professor Sauneron sublinhou o interesse do método sugerido pelo professor Obenga, seguindo o professor Diop. A língua egípcia permaneceu estável durante um período de pelo menos 4500 anos. O Egito situava-se no ponto de convergência de influências exteriores, sendo lícito supor que tenham ocorrido empréstimos de línguas estrangeiras; mas as raízes semitas limitam-se a umas poucas centenas, em contraste com um total de vários milhares de palavras. A língua egípcia não poderia ser isolada de seu contexto africano, e sua origem não seria totalmente explicada com base no semita; por conseguinte, é perfeitamente normal a expectativa de encontrar línguas aparentadas na África.

Entretanto, uma abordagem metódica rigorosa se defronta com o difícil problema da lacuna cronológica de 5 mil anos, período que separa o egípcio antigo das línguas africanas atuais.

O professor Obenga chamou a atenção para o fato de que uma língua que não se fixou por meio da forma escrita e se desenvolveu normalmente poderia reter certas formas antigas; exemplos ilustrativos desse problema foram por ele citados na comunicação apresentada no primeiro dia do simpósio.

O professor Sauneron observou que o método utilizado se reveste de grande interesse, pois não poderia ser meramente casual a semelhança entre pronomes sufixados na terceira pessoa do singular em egípcio antigo e em wolof; sua expectativa é que se faça um esforço de reconstituição de uma língua paleoafricana, utilizando-se as línguas atuais como ponto de partida. Isso facilitaria a comparação com o egípcio antigo. Segundo o professor Obenga, trata-se de um método aceitável. O professor Diop julga essencial estabelecer um método de pesquisa assentado em comparações linguísticas, e deu um exemplo específico do que pretende. Ele considera os grupos dinka, nuer, shilluk e suas respectivas línguas, por um lado, e o wolof, por outro, étnica e, em menor grau, linguisticamente aparentados. Os nomes próprios senegaleses ocorrem nos referidos grupos no nível de clã. Mais especificamente, o professor Diop acredita ter encontrado entre os Kaw-Kaw, nas montanhas núbias, o vínculo mais claro entre o egípcio antigo e o wolof.

O professor Vercoutter declarou que considera significativa a existência, no túmulo de Sebekhotep, de representações de três nilotas que sem dúvida eram ancestrais dos Dinka ou dos Nuer.

6. Desenvolvimento de uma metodologia interdisciplinar e pluridisciplinar

Neste ponto todos concordaram ser necessário estudar da forma mais detalhada possível todas as áreas periféricas do vale do Nilo que possam fornecer novas informações sobre a questão examinada no simpósio.

O professor Vercoutter julga necessário dar o devido peso à paleoecologia do Delta e da vasta região que o professor Balout chamou de Crescente Fértil africano.

O professor Cheikh Anta Diop acha conveniente seguir as rotas dos povos que migraram do Darfur para oeste, atingindo a costa atlântica por trajetos distintos: para o sul, ao longo do vale do Zaire, e para o norte, em direção ao Senegal, cercando pelos dois lados os Iorubá. Salientou a importância de se estudarem mais pormenorizadamente as relações do Egito com o restante da África e mencionou a descoberta; na província de Shaba, de uma estatueta de Osíris datada do século VII antes da Era Cristã.

Dever-se-ia empreender também um estudo geral da hipótese de trabalho segundo a qual os principais acontecimentos que afetaram o vale do Nilo, como o saque de Tebas pelos sírios ou a invasão persa de -525, tiveram profundas repercussões no continente africano como um todo.

D Conclusão Geral

Os resultados gerais deste Simpósio certamente serão avaliados de forma muito diferente pelos vários participantes.

Embora o texto preparatório enviado pela Unesco especificasse o que se esperava do Simpósio, nem todos os participantes prepararam comunicações comparáveis às contribuições, minuciosamente pesquisadas, dos professores Cheikh Anta Diop e Obenga. Em consequência, houve um verdadeiro desequilíbrio nas discussões.

No entanto, por uma série de razões, as discussões foram muito construtivas.

1. Em vários casos, demonstrou-se claramente a importância da troca de novas informações científicas.

2. Quase todos os participantes se convenceram das deficiências dos critérios metodológicos até agora utilizados na pesquisa.

3. Chamou-se a atenção para exemplos de novas abordagens metodológicas, mediante as quais seria possível estudar de maneira mais científica a questão proposta para o simpósio.

4. De qualquer modo, este primeiro encontro deve ser considerado como ponto de partida para outros debates internacionais e interdisciplinares e para outras pesquisas que se mostraram claramente necessárias. O grande número de recomendações reflete o desejo manifestado no simpósio de sugerir um futuro programa de pesquisa.

5. Finalmente, o simpósio proporcionou aos especialistas que nunca tiveram a oportunidade de comparar e contrastar seus pontos de vista, a oportunidade de descobrir outras abordagens para os problemas tratados, outras fontes de informações e outras linhas de pesquisa, diferentes daquelas a que estão habituados. É inegável que deste ponto de vista o simpósio também se mostrou construtivo.

E Recomendações

O simpósio chamou a atenção da Unesco e outras organizações competentes para as seguintes recomendações:

1. Antropologia física

É desejável:

I. que a Unesco organize uma investigação internacional, quer através de consultas universitárias num número razoável de países, quer junto a especialistas individuais de reputação internacional, ou ainda através de um simpósio que estabeleça normas bastante precisas com base nos princípios científicos o mais rigorosos possível para definir raças e identificar o tipo racial dos esqueletos exumados.

II. que se solicite a colaboração dos serviços médicos de vários Estados-membros da Unesco para que durante as autópsias se façam observações estatísticas sobre as características osteológicas dos esqueletos.

III. que se reexaminem os vestígios humanos que já se encontram nos museus de todo o mundo e que se faça um rápido estudo dos vestígios descobertos durante escavações recentes no Egito, em particular no Delta, para se ampliarem as informações disponíveis.

IV. que as autoridades egípcias façam o possível no sentido de facilitar o estudo necessário dos vestígios de pele examináveis e que concordem com a criação de um departamento especializado em antropologia física.

2. Estudo de migrações

É desejável que se empreendam os seguintes trabalhos:

I. estudo arqueológico sistemático sobre os períodos mais antigos da ocupação humana do Delta. Essa operação poderia ser precedida pela análise de uma amostra básica extraída do solo do Delta. O estudo e a datação dessa amostra geológica básica poderiam realizar-se simultaneamente no Cairo e em Dacar.

II. investigação comparável nas regiões do Saara fronteiras ao Egito e aos oásis. Essa pesquisa deveria incluir o estudo simultâneo de desenhos e pinturas rupestres e do conjunto do material arqueológico disponível. Ainda aqui, as amostras geológicas poderiam ser analisadas e datadas ao mesmo tempo.

III. investigação no próprio vale, comparável à realizada na Núbia setentrional, que se concentraria nas sepulturas não-faraônicas, no estudo das antigas culturas materiais e, em geral, na Pré-História do vale como um todo;

IV. pesquisa sobre os vestígios paleoafricanos na iconografia egípcia e seu significado histórico: os exemplos do babuíno e da pele de leopardo ("pantera") já foram citados pelo simpósio. Com certeza seria possível descobrir outros.

3. Linguística

O simpósio recomenda que se faça sem demora um estudo linguístico sobre as línguas africanas prestes a desaparecer: sugeriu-se o kaw-kaw como exemplo característico.

Ao mesmo tempo, a cooperação de especialistas em linguística comparada deveria realizar-se a nível internacional, a fim de se estabelecerem todas as correlações possíveis entre as línguas africanas e o egípcio antigo.

4. Metodologia interdisciplinar e pluridisciplinar

O simpósio espera sinceramente que:

I. os estudos interdisciplinares regionais sejam empreendidos em várias regiões, com as seguintes prioridades:
   - Darfur;
   - a região entre o Nilo e o mar Vermelho;
   - a margem oriental do Saara;
   - a região do Nilo ao sul do 10º paralelo;
   - o vale do Nilo entre a Segunda e a Sexta Catarata.

II. seja efetuada com urgência uma pesquisa interdisciplinar sobre os Kaw-Kaw, ameaçados de rápida extinção.

II Decifração da escrita meroíta

Relatório preliminar

1. A pedido da Unesco, o professor J. Leclant preparou um relatório preliminar[13].

a) A língua meroíta, utilizada pelas culturas de Napata e de Méroe, ainda não foi compreendida, embora já se lhe tenha decifrado a escrita.

Como demonstram os relatos históricos dos estudos sobre o meroíta, as inscrições coletadas ao acaso no decorrer das escavações só foram objeto de pesquisas sistemáticas nos últimos anos. É provável que, no futuro, as pesquisas arqueológicas venham a revelar novas inscrições; até agora nada se descobriu na região entre a Segunda e a Quarta Catarata; o mesmo sucede com as rotas de passagem em direção ao mar Vermelho, aos grandes vales do oeste, ao Kordofan e ao Darfur.

É particularmente importante insistir no trabalho arqueológico, na medida em que é razoável esperar que algum dia se descubra uma inscrição bilíngue.

b) Os resultados foram publicados integralmente nas *Meroitic Newsletters* (13ª edição), o que permitiu a rápida difusão de descobertas por vezes ainda provisórias. As reuniões regulares de especialistas ocorreram em Cartum em dezembro de 1970, em Berlim Oriental em setembro de 1971 e em Paris em junho de 1972 e julho de 1973; os resultados desse último encontro foram publicados na Nota de Informação nº 34 do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África, Unesco.

Há muitos anos começou também o trabalho de análise da língua meroíta por via da informática, o que permitiu um considerável e rápido progresso naquele domínio. A compilação de listas de *stichs* tornou possível dar início à análise da estrutura da língua. Atualmente, o índice de palavras registradas contêm 13.405 unidades. Além disso, descobriu-se uma linguagem para formular questões à máquina.

Como ponto de partida, procurou-se usar palavras cujo significado era conhecido ou poderia ser inferido para tentar a comparação com o egípcio ou o núbio.

c) O professor Leclant terminou sua exposição resumindo as linhas de pesquisa atualmente em curso:

13 Ver esse relatório preliminar no Anexo IV do Relatório Final do Simpósio (1974).

- o professor Hintze trabalha com as estruturas;
- o professor Schaenkel aperfeiçoa os dados a serem registrados pelo computador;
- o professor Abdelgadir M. Abdalla desenvolve uma pesquisa sobre a qual falou brevemente e cujos resultados corroboram os da equipe internacional.

No futuro, procurar-se-á comparar o meroíta com outras línguas africanas e descobrir o lugar que ocupa no conjunto dessas línguas, principalmente em relação ao núbio; também se tentará compará-lo com as línguas faladas nas áreas fronteiriças da região etíope; finalmente, seria desejável proceder à comparação com o conjunto das línguas africanas.

Debate

1. O professor Abdalla confirmou que endossa o sistema adotado para transcrever o meroíta e o método criado para registrar os textos. Chamou a atenção para as lacunas de nosso conhecimento: ignorância quase total do sistema dos pronomes, do uso dos pronomes demonstrativos, da natureza dos prefixos e sufixos. Lembrou que é essencial conhecer o parentesco linguístico do meroíta.

2. O professor Abdalla mostrou-se favorável a um trabalho de dissecação da língua, de forma a estudar seus componentes. Sublinhou a mobilidade dos elementos formativos dos nomes de pessoas, que envolvem um aspecto social: os mesmos elementos móveis ocorrem nos nomes de vários membros de uma dada família; os nomes de certas crianças encerram elementos tirados dos nomes de sua mãe e de seu pai; certos nomes constituem os títulos, outros contêm nomes de lugares.

3. Para o professor Shinnie, há três métodos de abordagem possíveis: a descoberta de um texto bilíngue, a análise interna da estrutura da língua e a comparação com outras línguas africanas.

A comparação direta entre as duas principais línguas não-árabes do Sudão setentrional e a do Grupo M foi infrutífera; talvez o meroíta pudesse ajudar nessa tarefa.

4. O professor Kakosy, presente como observador, enfatizou a necessidade do estudo de fontes documentais. Informou sobre a presença em Budapeste de fragmentos de mesas de oferenda provenientes de um sítio próximo a Abu Simbel e propôs incluí-los imediatamente no Repertório de Epigrafia Meroíta.

5. O professor Cheikh Anta Diop manifestou sua satisfação com os progressos realizados. Dependendo de possível descoberta de um texto bilíngue, sugeriu o emprego de métodos baseados no computador, os quais possibilitaram a decifração parcial dos hieróglifos maia pela equipe de Leningrado chefiada pelo professor Knorossov. A maior parte dos escritos foi decifrada com a ajuda de textos bilíngues ou multilíngues. No caso do meroíta, o procedimento correto seria combinar o multilinguismo e as potencialidades do computador da seguinte maneira:

a) postular, por meio de um procedimento puramente metodológico, um parentesco entre o meroíta e as línguas negro-africanas, o que é uma maneira de reencontrar o multilinguismo;

b) Uma vez que dispomos atualmente, em cartões perfurados, de 22 mil palavras meroítas de leitura razoavelmente segura, estabelecer um vocabulário básico de quinhentas palavras por língua para cem línguas africanas rigorosamente escolhidas por uma equipe de linguistas devidamente credenciada. As palavras selecionadas poderiam ser as que indicam, por exemplo, as partes do corpo, as relações de parentesco, o vocabulário religioso, os termos relativos à cultura material, etc.;

c) o computador deveria ser programado para reconhecer, por exemplo, três consoantes idênticas, duas consoantes idênticas, etc.;

d) com base nos resultados obtidos, seria necessário comparar as estruturas das línguas justapostas.

Esse método é mais racional que a comparação casual de estruturas linguísticas, pois ainda se sabe muito pouco sobre a gramática meroíta. A utilização desse método é mais eficiente do que esperar o resultado de um estudo não-comparativo da estrutura interna do meroíta.

O professor Leclant apoiou esse modelo de procedimento operacional e de investigação, por ser passível de fornecer informações valiosas. Considerou útil fazer as concordâncias não apenas das características realmente presentes como também das não-presentes (ausência de certas estruturas ou sequências).

O Sr. Glélé perguntou em que medida os métodos utilizados para decifrar outras línguas também poderiam servir para esclarecer o mistério que envolve a língua meroíta. Declarou que os professores Knorossov, Pietrowski, Holthoer e Hintze haviam sido convidados à reunião esperando-se que fornecessem as informações necessárias.

O professor Leclant declarou que se fez um amplo estudo sobre aquela questão nos encontros de Paris e Londres, no verão de 1973. Tanto o trabalho

sobre a escrita mohenjo-daro quanto o trabalho sobre a escrita maia ainda se encontram no estágio de hipóteses.

O professor Diop, porém, espera que não se abandone a ideia de utilizar métodos comparativos paralelamente ao estudo de estruturas. Sua proposta foi aprovada pelo professor Sauneron, que aproveitou a oportunidade para assinalar a importância do trabalho já realizado pelo Grupo de Estudos Meroítas.

Em seguida, a discussão se concentrou mais especificamente nas línguas sudanesas; o professor Säve-Söderbergh salientou que sempre é importante estudá-las, pois, além da comparação com o meroíta, seu conhecimento permitiria o avanço da linguística africana. O professor Säve-Söderbergh submeteu à apreciação dos presentes os elementos de uma recomendação nesse sentido. Enfatizou também que mesmo com somas pequenas é possível instalar um secretariado eficiente e acelerar a coleta de material, seu processamento pelo computador e a redistribuição da informação.

Finalmente, discutiu-se o conteúdo da recomendação. O professor Diop disse esperar que o excelente trabalho realizado pelo Grupo de Estudos Meroítas tenha continuidade e conte com a plena cooperação internacional, que se faça uma compilação sistemática do vocabulário do Sudão e que se realize uma compilação idêntica em outras regiões da África, com a colaboração do professor Obenga. O professor Sauneron aceitou sem restrições todas essas propostas. Como, em última instância, é incerta a relação desse trabalho com a decifração do meroíta, ele afirmou esperar que o estudo das línguas africanas, em seu próprio benefício, venha a desenvolver-se de maneira autônoma, mesmo se parcialmente incorporado no projeto global. Isso poderá demorar muito, e é essencial, após uma rigorosa avaliação crítica, que se determine desde o início uma metodologia bastante segura. O professor Obenga apoiou a ideia e sugeriu que se faça um inventário das características gramaticais do meroíta correntemente conhecidas. O professor Leclant admitiu que tal proposta poderia efetivar-se de imediato. O professor Habachi manifestou a esperança de que não se relegue a segundo plano a necessidade de uma investigação arqueológica.

Respondendo à proposta metodológica do professor Obenga, o Sr. Glélé afirmou que a questão dos métodos a adotar seria decidida quando se completasse a composição da equipe internacional responsável. Explicou que a Unesco está dando apoio aos estudos efetuados em Cartum sobre as línguas sudanesas e que se dispõe a conceder subvenções de acordo com seus procedimentos normais. A Unesco está financiando e dirigindo um programa sobre linguística africana e acabou de aprovar um plano de dez anos com esse objetivo.

Recomendações

1. a) O colóquio se declara satisfeito com os trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos Meroítas de Paris, em colaboração com especialistas de vários outros países, e expressou a opinião de que os trabalhos repousam em bases sólidas e prometem bons resultados.

b) Por unanimidade, o colóquio decidiu sugerir as seguintes medidas para dar prosseguimento ao projeto:

I. acelerar os trabalhos de informática mediante obtenção de créditos adicionais e fazer circular as informações, numa forma revisada e elaborada, para os principais centros de estudos meroítas;
II. elaborar listas de nomes de pessoas e, sempre que possível, de nomes de lugares e de títulos; classificar as estruturas linguísticas e procurar a colaboração dos especialistas em linguística africana;
III. elaborar e publicar um *corpus* completo de todos os textos meroítas, com bibliografia, fotografias, fac-símiles e transcrições baseadas na documentação existente (Repertório de Epigrafia Meroíta);
IV. elaborar um vocabulário meroíta completo.

c) Uma vez que os resultados do projeto até agora obtidos são cientificamente sólidos e prometem um desenvolvimento feliz, considerando que as despesas maiores já foram cobertas por fundos provenientes de fontes diversas, este colóquio considera imperativo assegurar a sua continuidade e conclusão, fornecendo fundos para os seguintes propósitos:

I. custos de secretariado e pessoal para publicação do material documental e científico;
II. custos de pesquisas em coleções e museus;
III. despesas de viagem dos especialistas;
IV. custos de perfuração de cartões e de tempo do computador.

2. O próximo passo da pesquisa consistiria em estudos comparativos estruturais e lexicográficos das línguas africanas. Em primeiro lugar, seriam estudadas as línguas do Sudão e das regiões fronteiriças da Etiópia, algumas delas em via de desaparecimento. Nesse caso, a melhor solução seria oferecer um treinamento linguístico aos estudantes sudaneses da Universidade de Cartum, de preferência aos que as têm como língua-mãe.

Este treinamento seria igualmente valioso para a consecução de vários outros objetivos. Tal projeto, que complementaria o proveitoso trabalho já em curso no

Sudão, precisaria ser negociado com a Universidade de Cartum, solicitando-se os financiamentos para as bolsas necessárias.

3. Além disso, seria conveniente realizar um estudo linguístico mais amplo de todas as línguas africanas, com o objetivo de coletar as palavras-chave. Essa pesquisa seria feita em colaboração com o Grupo de Estudos Meroítas e dirigida por especialistas selecionados pela Unesco, em cooperação com o Comitê Científico Internacional para a História Geral da África. A escolha deveria limitar-se a aproximadamente quinhentas palavras de categorias escolhidas de uma centena de línguas.

Essa coleção, depois de computada, seria um instrumento valioso não só para a decifração da língua meroíta como também para a solução de vários outros problemas linguísticos da África moderna.

Conclusão

G. Mokhtar

Neste volume procuramos mostrar as principais características do início da história da África: grandes transformações, contatos fundamentais entre as diversas regiões, estado das sociedades e coletividades africanas no âmbito do período considerado.

Encontram-se assim definidos um quadro geral e as principais linhas de orientação das pesquisas e dos estudos. No entanto, parece desde já possível tirar certas conclusões, formular algumas hipóteses, muito embora – nunca é demais sublinhá-lo – um trabalho considerável ainda esteja por ser feito.

Os capítulos consagrados ao antigo Egito demonstram que antes do terceiro milênio da Era Cristã já se havia atingido ali um nível intelectual, social e material mais elevado do que na maioria das outras regiões do mundo. Remontando à noite dos tempos, original e rica de iniciativas, a civilização do antigo Egito – que nasceu da conjunção de um meio favorável e de um povo decidido a dominá-lo com real conhecimento – durou quase três milênios. O papel dos elementos naturais no desenvolvimento dessa civilização é sem dúvida importante e notável, mas apenas na medida em que os egípcios lutaram para dominar seu meio ambiente, superar as dificuldades e os problemas por ele colocados e pô-la a serviço de sua prosperidade.

Com a invenção da escrita, no curso do período pré-dinástico, o Egito antigo deu um grande passo no sentido da civilização. A escrita ampliou o campo

da comunicação humana, abriu as mentes, estendeu os conhecimentos. Sua invenção foi mais importante do que qualquer êxito, militar ou de outra ordem, dos egípcios. Os primeiros caracteres remontam aproximadamente ao ano 3200 antes da Era Cristã; ainda hoje a língua copta é utilizada nas igrejas coptas do país. Pode dizer-se que essa língua, que atravessou cinquenta séculos, é o mais antigo idioma do mundo. A invenção da escrita foi a principal etapa que os egípcios passaram na longa trajetória que conduz à civilização e à prosperidade.

Nosso conhecimento sobre o antigo Egito deve-se principalmente à descoberta da escrita e ao estabelecimento de uma cronologia. Já não utilizamos hoje o mesmo sistema, porquanto os antigos egípcios datavam os acontecimentos cuja lembrança desejavam conservar em função do rei que governava na época. Mas, com a ajuda desse sistema, o historiador Manêton de Sebennytos pôde classificar os soberanos do Egito em trinta dinastias, de Menés a Alexandre, o Grande. Os eruditos modernos reagruparam várias dinastias sob o nome de Impérios: há, assim, o Antigo Império, o Médio Império e o Novo Império.

Embora o Egito estivesse aberto às correntes culturais vindas sobretudo do Oriente, este volume mostra que, em grande medida, a civilização repousa em bases africanas; mostra igualmente que o Egito, que é uma parte da África, foi outrora o principal centro da civilização universal, de onde se irradiaram a ciência, a arte e a literatura, influenciando principalmente a Grécia. Nos domínios da matemática (geometria, aritmética, etc.), da astronomia e da medição do tempo (calendários, etc.), da medicina, da arquitetura, da música e da literatura (narrativa, lírica, dramática, etc.), a Grécia recebeu, desenvolveu e transmitiu ao Ocidente boa parte da herança egípcia – do Egito faraônico e ptolomaico. Por intermédio da Grécia, a civilização do antigo Egito entrou em contato não apenas com a Europa, mas também com a África do Norte e mesmo com o subcontinente indiano.

As opiniões se dividem quanto ao problema do povoamento do Egito, objeto de estudos sérios e aprofundados. Espera-se que os grandes progressos realizados na metodologia da ciência antropológica permitam estabelecer, num futuro próximo, conclusões definitivas sobre o assunto.

Segundo as fontes mencionadas neste volume, a Núbia esteve, desde os primeiros tempos, estreitamente ligada ao Egito por uma série de semelhanças: semelhança física, em primeiro lugar, principalmente entre a Núbia e o extremo sul do Alto Egito; semelhança histórica e política, cuja importância intrínseca foi consideravelmente reforçada pelo aspecto físico; semelhança social, cultural e religiosa. Assim, do começo da primeira dinastia até o fim do Antigo Império, os egípcios se mostraram muito interessados pelo norte da Núbia, por eles

considerado como elemento complementar de seu próprio país. Organizaram trocas comerciais com os núbios, exploraram os recursos naturais do território e responderam a toda resistência núbia com o envio de missões militares. Algumas expedições do Antigo Império, dirigidas por grandes pioneiros da viagem e da exploração, como Ony, Mékhu, Sabni e Khuefeher (Herkhuf), penetraram no Saara e talvez na África central.

O interesse do Egito pela Núbia traduziu-se particularmente na construção de numerosos templos, que se destinavam, a par de sua função religiosa, a ilustrar a civilização e a força do Egito, o poder e a santidade de seu soberano. Tal interesse explica-se sobretudo pelo fato de a Núbia ter constituído, desde tempos muito antigos, o lugar de passagem das mercadorias comerciadas entre o Mediterrâneo e o coração da África. Aliás, podem-se ver aí as ruínas de fortalezas dos períodos faraônicos, destinadas a proteger os comerciantes e a manter a paz nessas regiões.

Contudo, desde os tempos pré-históricos a Núbia constituía uma unidade geográfica e social, sempre habitada por povos cuja cultura se assemelhava à do alto vale do Nilo. Mas a partir de 3200 antes da Era Cristã os egípcios começaram a ultrapassar seus vizinhos do sul no domínio cultural e a progredir a passos de gigante no sentido da civilização; só muito tarde iria a Núbia segui-los. A civilização de Kerma, rica e próspera, floresceu na Núbia na primeira metade do segundo milênio antes da Era Cristã. Embora fortemente influenciada pela cultura egípcia, tinha ela suas próprias características locais. Após o início do primeiro milênio antes da Era Cristã, no momento do declínio do poderio egípcio, instalou-se uma monarquia autóctone (com a capital em Napata), que posteriormente viria a reinar no Egito. A dominação núbia no Egito, que durou cinquenta anos no decorrer do sétimo período (primeira parte da XXV dinastia), realizou a união entre os dois países. A fama dessa grande potência africana era excepcional, como testemunham os autores clássicos.

Após a transferência da capital para Méroe, a Núbia conheceu, até quase o século IX, um período de progresso e prosperidade e restabeleceu alguns contatos com seus vizinhos. A expansão da monarquia meroítica a oeste e ao sul, seu papel na difusão das ideias e das técnicas e na transmissão das influências orientais e ocidentais ainda estão em fase de estudo. Por outro lado, mesmo após a publicação deste volume, seria conveniente reanimar os esforços empreendidos para decifrar a escrita meroítica. Ter-se-ia assim acesso a informações diversas contidas em cerca de 900 documentos, e disporíamos, ao lado da língua faraônica, de uma nova língua clássica de caráter estritamente africano.

A partir do século IV da Era Cristã, o cristianismo começou a estender--se pela Núbia, onde os templos foram transformados em igrejas. A Núbia cristã desempenhou um papel histórico ativo, obteve numerosos êxitos e exerceu notável influência sobre seus vizinhos. A Núbia cristã conheceu a idade do ouro no século VIII, com seu primeiro período de desenvolvimento e prosperidade.

A Núbia permaneceu como monarquia cristã até a chegada do islamismo. Foi então invadida pela cultura islâmica árabe e perdeu muito do seu caráter tradicional.

Em vista de sua situação geográfica, a Núbia desempenhou um papel especial – por vezes involuntariamente – como intermediária entre a África central e o Mediterrâneo. O reino de Napata, o império de Méroe e o reino cristão fizeram da Núbia o ponto de ligação entre o norte e o sul. Graças a ela, a cultura, as técnicas e os instrumentos se expandiram até as regiões vizinhas. Prosseguindo incansavelmente nossas pesquisas, talvez possamos descobrir que a civilização egípcio-núbia desempenhou na África um papel análogo ao da civilização greco--romana na Europa.

A história da Núbia antiga ressurgiu recentemente, quando da elaboração do projeto da barragem de Assuã. Logo se tornou óbvio que tal barragem implicaria a submersão de dezesseis templos e de todos os túmulos, capelas, igrejas, inscrições na rocha e demais sítios históricos da Núbia, que o tempo até então deixara quase intactos. A pedido do Egito e do Sudão, a Unesco lançou em 1959 um apelo a todas as nações, a todas as organizações e a todos os homens de boa vontade, pedindo-lhes ajuda técnica, científica e financeira para salvar os monumentos da Núbia. O sucesso da campanha internacional que se seguiu salvou a maior parte desses monumentos, que representam séculos de história e encerram a chave das primeiras civilizações.

A realização de novas escavações arqueológicas nos arredores do sítio de Kerma, onde os ritos funerários eram idênticos, em particular, aos de Gana, da região de Dongola e dos oásis do sudoeste, poderia dar-nos uma ideia melhor sobre algumas afinidades culturais arcaicas e, talvez revelar-nos outros elos da corrente cultural entre o vale do Nilo e o interior da África. De qualquer modo, poderia fornecer-nos maiores esclarecimentos acerca do itinerário seguido por exploradores do Antigo Império, como Herkhuf.

A princípio sob influência da Arábia do Sul, a Etiópia forjou uma cultura cuja força unitária é pouco conhecida. Fontes materiais que remontam ao segundo período pré-axumita provam a existência de uma cultura local que assimilara influências estrangeiras.

O reino de Axum, que durou aproximadamente mil anos a partir do primeiro século da Era Cristã, assumiu uma forma toda particular, diversa da do período pré-axumita. Como a do Egito antigo, a civilização de Axum era fruto de um desenvolvimento cultural cujas raízes mergulhavam na pré-história. Era uma civilização africana, produzida por um povo da África. No entanto, podem-se encontrar na cerâmica do segundo período pré-axumita traços de influência meroítica.

Nos séculos II e III, a influência meroítica foi predominante na Etiópia. A estela de Axum, há pouco descoberta, com o símbolo egípcio da vida (Ankh) e objetos ligados a Hátor, Ptah e Hórus, ao lado de escaravelhos, mostra a influência da religião egípcia de Méroe sobre as crenças axumitas.

O reino de Axum era uma grande potência comercial nas rotas que ligavam o mundo romano à Índia e a Arábia à África setentrional; era também um grande centro de informação cultural. Até o presente, estudaram-se somente alguns aspectos da cultura axumita e de suas raízes africanas. Muita coisa ainda deve ser feita.

A chegada do cristianismo provocou, como no Egito e em Méroe, grandes mudanças na cultura e na vida dos etíopes. O papel do cristianismo e sua persistência na Etiópia, sua influência no interior e no exterior desse território, são assuntos interessantes que merecem estudo mais aprofundado.

Considerando os limites de nossas fontes históricas, devemos esperar, para melhor conhecer a evolução da cultura líbia e o modo como reagiu à introdução da civilização fenícia, que os arqueólogos e os historiadores tenham progredido em seus trabalhos.

Em consequência, julgamos que a entrada do Magreb na história documentada ocorre com a chegada dos fenícios à costa da África do Norte, ainda que os contatos dos cartagineses com os povos do Saara e mesmo com aqueles que habitavam mais ao sul permaneçam mal conhecidos. Note-se, aliás, que a cultura da África do Norte não é devedora apenas dos fenícios: sua inspiração original é essencialmente africana.

Foi durante o período fenício que o Magreb entrou na história geral do mundo mediterrâneo; a civilização fenícia comportava elementos egípcios e orientais e era tributária de suas relações comerciais com os outros países do mediterrâneo. No último período dos reinos da Numídia e da Mauritânia, observa-se uma evolução no sentido de uma civilização em que as influências líbias e fenícias se mesclam.

Embora pouco se saiba sobre o Saara e seus aspectos culturais na Antiguidade, dispomos de algumas certezas: a aridez do clima não privou o deserto de toda

vida nem de toda atividade humana; as línguas e a escrita se consolidaram e, graças aos camelos, cuja utilização cada vez mais se disseminou, havia meios de transporte que permitiam ao Saara desempenhar importante papel nas trocas culturais entre o Magreb e a África tropical.

Podemos, pois, concluir que o Saara, longe de ser uma barreira ou uma zona morta, tinha sua cultura e sua história, que ainda devem ser estudadas caso se pretenda descobrir a influência permanente do Magreb sobre o cinturão sudanês. Com efeito, sempre houve entre os países situados ao norte do Saara e a África subsaariana contatos culturais ativos que influenciaram profundamente a história do continente africano[1].

Até aqui, costumava-se situar o início da história da África subsaariana no século XV da Era Cristã[2], e isso por duas razões principais: a penúria de documentos escritos e a clivagem dogmática que os historiadores costumam estabelecer mentalmente entre essa região do continente, de um lado, e o Egito antigo e a África do Norte, de outro.

A despeito das lacunas e insuficiências das pesquisas efetuadas, este volume contribui para mostrar a possibilidade da existência de uma unidade cultural do conjunto do continente nos mais variados domínios.

Formulou-se a teoria de um liame genético entre o egípcio antigo e as línguas africanas. Se as pesquisas o confirmarem, ter-se-á a prova de uma profunda unidade linguística do continente. A semelhança das estruturas reais, as relações entre os ritos e as cosmogonias (circuncisão, totemismo, vitalismo, metempsicose, etc.), a afinidade das culturas materiais, os instrumentos de cultura, são exemplos de questões que estão a merecer estudos mais aprofundados.

Além do mais, satisfeita a terceira condição para a redação dos volumes I e II, a saber, a reconstituição da rede de rotas africanas desde os tempos proto-históricos, bem como a determinação da extensão das áreas cultivadas no decorrer do mesmo período a partir da análise de fotografias tiradas por satélite, teremos ampliado e aprofundado nosso conhecimento sobre o grau de ocupação do solo e sobre as relações culturais e comerciais que se estabeleceram no interior do continente naquela época.

1 Ver Capítulo 29, "As sociedades da África subsaariana na Idade do Ferro Antiga", do professor Merrick Posnansky, que trata dos resultados obtidos nos dez últimos capítulos deste volume, no que se refere à África subsaariana.

2 Alguns autores da África de fala francesa e inglesa deram muita atenção à África subsaariana antes do século XV.

Um trabalho mais extenso sobre etnônimos e topônimos deverá possibilitar a determinação de correntes migratórias e de relações étnicas insuspeitadas de uma a outra extremidade do continente.

Espero que este volume desperte nos países africanos maior interesse pela arqueologia da África antiga, incentivando-os a uma contribuição mais efetiva nessa área.

Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África

Prof. J. F. A. Ajayi (Nigéria) – 1971 *Coordenador do volume VI*

Prof. F. A. Albuquerque Mourão (Brasil) – 1975

Prof. A. A. Boahen (Gana) – 1971 *Coordenador do volume VII*

S. Exa. Sr. Boubou Hama (Níger) – 1971-1978 (Demitido em 1978; falecido em 1982)

S. Exa. Sra. Mutumba M. Bull, Ph. D. (Zâmbia) – 1971

Prof. D. Chanaiwa (Zimbábue) – 1975

Prof. P. D. Curtin (EUA) – 1975

Prof. J. Devisse (França) – 1971

Prof. M. Difuila (Angola) – 1978

Prof. Cheikh Anta Diop (Senegal) – 1971 Prof. H. Djait (Tunísia) – 1975

Prof. J. D. Fage (Reino Unido) – 1971-1981 (Demitido)

S. Exa. Sr. M. El Fasi (Marrocos) – 1971 *Coordenador do volume III*

Prof. J. L. Franco (Cuba) – 1971

Sr. Musa H. I. Galaal (Somália) – 1971-1981 (Falecido)

Prof. Dr. V. L. Grottanelli (Itália) – 1971

Prof. E. Haberland (República Federal da Alemanha) – 1971

Dr. Aklilu Habte (Etiópia) – 1971

S. Exa. Sr. A. Hampaté Ba (Mali) – 1971-1978 (Demitido)

Dr. I. S. El-Hareir (Líbia) – 1978

Dr. I. Hrbek (Tchecoslováquia) – 1971 *Codiretor do volume III*

Dra. A. Jones (Libéria) – 1971

Pe. Alexis Kagame (Ruanda) – 1971-1981 (Falecido)

Prof. I. M. Kimambo (Tanzânia) – 1971

Prof. J. Ki-Zerbo (Alto Volta) – 1971
Coordenador do volume I

Sr. D. Laya (Níger) – 1979

Dr. A. Letnev (URSS) – 1971

Dr. G. Mokhtar (Egito) – 1971 *Coordenador do volume II*

Prof. P. Mutibwa (Uganda) – 1975

Prof. D. T. Niane (Senegal) – 1971 *Coordenador do volume IV*

Prof. L. D. Ngcongco (Botsuana) – 1971

Prof. T. Obenga (República Popular do Congo) – 1975

Prof. B. A. Ogot (Quênia) – 1971 *Coordenador do volume V*

Prof. C. Ravoajanahary (Madagáscar) – 1971

Sr. W. Rodney (Guiana) – 1979-1980 (Falecido)

Prof. M. Shibeika (Sudão) – 1971-1980 (Falecido)

Prof. Y. A. Talib (Cingapura) – 1975

Prof. A. Teixeira da Mota (Portugal) – 1978-1982 (Falecido).

Mons. T. Tshibangu (Zaire) – 1971

Prof. J. Vansina (Bélgica) – 1971

Rt. Hon. Dr. E. Williams (Trinidad e Tobago) – 1976-1978 (Demitido em 1978; falecido em 1980)

Prof. A. Mazrui (Quênia) *Coordenador do volume VIII* (não é membro do Comitê)

Prof. C. Wondji (Costa do Marfim) *Codiretor do volume VIII* (não é membro do Comitê)

Secretaria do Comitê Científico Internacional para a Redação de Uma História Geral da África

Sr. Maurice Glelé, Divisão de Estudos e Difusão de Culturas, Unesco, 1, rue Miollis, 75015 Paris

Dados biográficos dos autores do volume II

Introdução — G. Mokhtar (Egito). Arqueólogo; autor de diversas publicações sobre a história do antigo Egito; ex-diretor do Serviço de Antiguidades.

Capítulo 1 — Cheikh Anta Diop (Senegal). Especialista em ciências humanas; autor de várias obras e artigos sobre a África e a origem da humanidade; diretor do laboratório de radiocarbono da Universidade de Dacar.

Capítulo 2 — A. Abu Bakr (Egito). Especialista em história antiga do Egito e da Núbia; autor de várias publicações sobre o antigo Egito; professor na Universidade do Cairo; falecido.

Capítulo 3 — J. Yoyotte (França). Egiptólogo, autor de diversas obras sobre egiptologia; coordenador de estudos na *École Pratique des Hautes Études*.

Capítulo 4 — A. H. Zayed (Egito). Especialista em egiptologia e história antiga; autor de vários livros e artigos sobre o antigo Egito.

Capítulo 5 — R. El Nadury (Egito). Especialista em história antiga; autor de várias obras e artigos sobre a história do Magreb e do Egito; professor de história antiga e vice-presidente da Faculdade de Artes da Universidade de Alexandria.

Capítulo 6 — H. Riad (Egito). Historiador e arqueólogo; autor de inúmeras obras sobre as épocas faraônica e greco-romana; conservador-chefe do museu do Cairo.

Capítulo 7 — S. Donadoni (Itália). Especialista em história do antigo Egito; autor de várias obras sobre a história da cultura; professor na Universidade de Roma.

Capítulo 8 S. Adam (Egito). Especialista em história e arqueologia egípcias; autor de várias publicações sobre o antigo Egito; diretor do Centro de Documentação e de Estudos sobre a Civilização do antigo Egito no Cairo.

Capítulo 9 N. M. Sherif (Sudão). Arqueólogo; autor de várias obras sobre a arqueologia do Sudão; diretor do Museu Nacional de Cartum.

Capítulo 10 J. Leclant (França). Egiptólogo; autor de várias obras sobre o antigo Egito; professor na Sorbonne; membro da *Académie des Inscriptions et Belles Lettres*.

Capítulo 11 A. A. Hakem (Sudão). Especialista em história antiga; autor de várias obras sobre o Sudão antigo; diretor do Departamento de História da Universidade de Cartum.

Capítulo 12 K. Michalowski (Polônia). Especialista em arqueologia mediterrânica; autor de numerosas publicações sobre a arte do antigo Egito; professor de arqueologia; vice-diretor do Museu Nacional de Varsóvia.

Capítulo 13 H. De Contenson (França). Especialista em história da África; autor de obras sobre a arqueologia da Etiópia e sobre a Núbia cristã; pesquisador do *Centre National de Recherche Scientifique*.

Capítulo 14 F. Anfray (França). Arqueólogo; autor de vários artigos sobre as pesquisas arqueológicas na Etiópia; chefe da Missão Arqueológica Francesa na Etiópia.

Capítulo 15 Y. M. Kobishanov (URSS). Historiador; autor de vários artigos sobre antropologia da África; membro da Academia de Ciências da URSS.

Capítulo 16 Tekle Tsadik Mekouria (Etiópia). Historiador; escritor; especialista em história política, econômica e social da Etiópia das origens ao século XX; aposentado.

Capítulo 17 J. Desanges (França). Especialista em história antiga da África; autor de várias obras e artigos sobre a África antiga; conferencista na Universidade de Nantes.

Capítulo 18 H. Warmington (Reino Unido). Especialista em história da antiguidade romana; autor de várias obras sobre a África do Norte, conferencista em história antiga.

Capítulo 19 A. Majhoubi (Tunísia). Especialista em história antiga da África do Norte; obras e artigos sobre a arqueologia da Tunísia; professor-assistente na Universidade de Túnis.

P. Salama (Argélia). Arqueólogo; especialista na história das instituições antigas do Magreb; professor na Universidade de Argel.

Capítulo 20 P. Salama (Argélia).

Capítulo 21 M. Posnansky (Reino Unido). Historiador e arqueólogo; autor de importantes obras sobre a história arqueológica da África oriental.

Capítulo 22 A. Sheriff (Tanzânia). Especialista na história do tráfico de escravos na costa oriental da África; conferencista na Universidade de Dar-es-Salaam.

Capítulo 23 J. E. G. Sutton (Reino Unido). Especialista em Pré-História; autor de várias obras e artigos sobre a história da África; ex-presidente do departamento de arqueologia da Universidade de Oxford.

Capítulo 24 B. Wai-Andah (Nigéria). Arqueólogo; autor de obras sobre a arqueologia da África ocidental; conferencista na Universidade de Ibadã.

Capítulo 25 F. Van Noten (Bélgica). Especialista em pré-história e arqueologia; autor de várias obras e publicações sobre a pré-história da África central; Conservador do Real Museu de Pré-história e Arqueologia.

Capítulo 26 J. E. Parkington (Reino Unido). Arqueólogo; autor de trabalhos sobre a pré-história da África meridional; professor de arqueologia.

Capítulo 27 D. W. Phillipson (Reino Unido). Arqueólogo; autor de obras sobre a arqueologia da África oriental e meridional.

Capítulo 28 P. Vérin (França). Historiador e arqueólogo; autor de inúmeras publicações sobre Madagáscar e as civilizações do oceano Índico; pesquisador em Madagáscar.

Capítulo 29 M. Posnansky (Reino Unido).

Conclusão G. Mokhtar (Egito).

Abreviações e listas de periódicos

AA — Ägyptologische Abhandlungen. Wiesbaden, Harrassowitz.
AA — American Anthropologist. Washington DC.
AAW — Abhandlungen der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin.
AB — Africana Bulletin. Varsóvia, Universidade de Varsóvia.
ACPM — Annals of the Cape Provincial Museums. Grahamstown.
Actas VIII Congr. Intern. Arqueo. Christ. — Actas del VIII Congreso Internacional de Arqueologia Christiana. Barcelona, 1972.
Actes Coll. Bamako I — Actes du I^er^ Colloque International de Bamako Organisé par la Fondation SCOA pour la Recherche Scientifique en Afrique Noire (Projet Boucle du Niger). Bamako, 27 jan.-1^er^ fév. 1975.
Actes Coll. Intern. Biolog. Pop. Sahar. — Actes du Colloque International de Biologie des Populations Sahariennes. Algiers, 1969.
Actes Coll. Intern. Fer. — Actes du Colloque International: Le Fer à travers les Âges. Nancy 3-6 oct. 1956. Annales de l'Est. Mém. nº 16, Nancy, 1956.
Actes I^er^ Coll. Intern. Archéol. Afr. — Actes du 1^er^ Colloque International d'Archéologie Africaine. Fort-Lamy, 11-16 déc. 1966. Etudes et Documents Tchadiens, Mém. 1, Fort-Lamy, 1969.
Actes VII^e^ Coll. Intern. Hist. Marit. — Actes du VII^e^ Colloque International d'Histoire Maritime. Lourenço Marques, 1962, publ. em 1964, Paris, SEVPEN.
Actes VIII^e^ Coll. Intern. Hist. Marit. — Actes du VIII^e^ Colloque International d'Histoire Maritime. Beyrouth, 1966, publ. em 1970, Paris, SEVPEN.

Actes Coll. Nubiol. Intern. — Actes du Colloque Nubiologique International au Musée National de Varsovie. Varsovie, 1972.

Actes Conf. Ann. Soe. Phil. Soudan — Actes de la Conférence Annuelle de la Société Philosophique du Soudan.

Actes I^{er} Conf. Intern. Afr. Ouest. — Actes de la 1er Conférence Internationale des Africanistes de l'Ouest. Dakar, 1945.

Actes II^{e} Conf. Intern. Afr. Ouest. — Actes de la II^{e} Conférence Internationale des Africanistes de l'Ouest. Bissau, 1947.

Actes XIV^{e} Congr. Intern. Ét. Byz. — Actes du XIV^{e} Congrès International d'Études Byzantines. Bucarest, 1971.

Actes II^{e} Congr. Intern. Ét. N. Afr. — Actes du II^{e} Congrês International d'Études Nord-Africaines. Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée. Aix--en-Provence, 1968, publ. em 1970, Gap. Ophrys.

Acts III^{e} Congr. PPQS — Acts of the III Panafrican Congress of Préhistory and Quaternary Study. Lusaka, 1955.

Actes IV^{e} Congr. PPEQ — Actes du IV^{e} Congrès Panafricain de Prehistoire et de l'Étude du Quaternaire. Léopoldville, 1959, AMRAC, n. 40.

Actes VI^{e} Congr. PPEQ — Actes du VI^{e} Congrès Panafricain de Préhistoire et de l'Étude du Quaternaire. Dakar, 1967, Chambéry, Impr. Réunies.

Actes VII^{e} Congr. PPEQ — Actes du VII^{e} Congrès Panafricain de Préhistoire et de l'Étude du Quaternaire. Addis-Abeba, 1971.

AE — Annales d'Éthiopie, Paris, Inst. Ethiopien d'Études et de Recherches, Section d'Archéologie.

AEPHE — Annuaire de l'Ecole Pratique des Hautes Études, IV^{e} Section, Paris.

AFLSD — Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Dakar.

AFU — Agyptologische Forschungen. Glückstadt/Hamburg/New York.

AHS — African Historical Studies. Boston University African Studies Centre IJAHS em 1972.

AI — Africana Italiana. Roma.

AIESEE — Association Internationale d'Études du Sud-Est Européen. Academia Republicci Populare Romine, Bucarest.

AJA — American Journal of Archaeology (the Journal of Archaeological Institute of America). Boston, Mass.

AKM — Abhandlungen für die Kunde des Morgenlands. Deustsche Morgenkindlische Gesellschaft, Leipzig.

Akten XI Intern. Limeskong. — Akten des XI Internationalen Limeskongresses. Budapest, Akademia, Kiado, 1976.

ALOS — Annual of the Leeds Oriental Society. University of Leeds.

ALS — African Langage Studies. School of Oriental and African Studies. London University.

American Neptune — American Neptune. Salem, Mass.
AMRAC — Annales du Musée Royal de l'Afrique Centrale. Série in 8°, Sciences Humaines, Tervuren.
Ann. Afr. — Annuaire de l'Afrique du Nord. Université d'Aix-en-Provence.
Annaels — Annales: Economies, Sociétés. Civilisations. Paris.
Ant. Afr. — Antiquités Africaines. Editions du Centre Nationale de la Recherche Scientifique, Paris.
Antananarivo — The Antananarivo Annual and Madagascar Magazine. Tananarive.
Ant. Pub. Ac. Naz. Lincei — Antichità Publicati per Cura della Accademia Nazionale dei Lincei. Roma.
Anthropologie — Anthropologie. Paris.
Antiquity — Antiquity. Gloucester.
AQ — African Quarterly. New Delhi.
Archaeology — Archaeology. Archaeological Institute of America. Boston, Mass.
Archaeometry — Archaeometry. Research Laboratory of Archaeology on the History of Art, Oxford.
ARSC — Académie Royale des Sciences Coloniales. Classe des Sciences Morales et Politiques, nouvelle série, Bruxelles.
AS — African Studies.
ASAE — Annales du Service des Antiquités d'Egypte. Le Caire.
ASAM — Annals of the South African Museum.
Asian Perspectives — Asian Perspectives. Far Eastern Prehistory Association, Hong Kong.
ASR — African Social Research.
AT — L' Agronomie Tropicale. Nogent-sur-Marne.
Atti IV Congr. Intern. Stud. Et. — Atti del IV Congresso Internazionale di Studi Etiopici. Roma, 10-15 apr. 1972. Roma, Accademia Nazionale dei Lincei.
AUEI — Avhandlinger Utgitt av. Egede Instituttet. Oslo, Egede Instituttet.
Azania — Azania. Journal of the British Institute of History and Archaeology in E. Africa, Nairobi.
BAA — Bulletin d'Archéologie Algérienne. Alger.
BAM — Bulletin de l'Académie Malgache. Tananarive.
BA Maroe. — Bulletin d'Archéologie Marocaine. Casablanca.
BHM — Bulletin of Historical Metallurgy.
BJA — Bulletin of Institute of Archaeology. London.
BIFAN — Bulletin de l'Institut Français (mais tarde, Fondamental) d'Afrique Noire. Dakar.
BIFAO — Institut Français d'Archéologie Orientale. Bibliothèque d'Étude, Le Caire.
BM — Bulletin de Madagascar. Tananarive.
BO — Bibliotheca Orientalis. Leiden, Nederlands Instituut voor Het-Nabije Oosten te Leiden.

Bonner Jahrbücher — Verein von Alterthumsfreunden im Rheinlande, Bonn.
BS — Bulletin Scientifique. Ministère de la France d'Outre-Mer, Direction de l'Agriculture.
BSAC — Bulletin de la Société d'Archéologie Classique.
BSA Copte — Bulletin de la Société d'Archéologie Copte. Le Caire.
BSFE — Bulletin de la Société Française d'Egyptologie. Paris.
BSHNAN — Bulletin de la Société d'Histoire Naturelle de l'Afrique du Nord.
BSNAF — Bulletin de la Société Nationale des Antiquaires de France. Paris.
BSNG — Bulletin de la Société Neuchâteloise de Géographie. Neuchâtel.
BSPF — Bulletin de la Société Préhistorique Française, Études et travaux. Paris.
BSPPG — Bulletin de la Société Préhistorique et Protohistorique Gabonaise. Libreville.
BSRAA — Bulletin de la Société Royale d'Archéologie d'Alexandrie.
BWS 56 — Burg Wartensteen Symposium n° 56 on the origin of African domesticated plants. Aug. 19-27, 1972.
Byzantinisehe Zeitsehrift — Byzantinische Zeitschrift. Leipzig.
Byzantinoslavica — Byzantinoslavica. Prague.
Byzantion — Byzantion. Bruxelles.
CA — Current Anthropology, a world journal of science of man. Chicago.
CAMP — Études et travaux du Centre d'Archéologie Méditerranéenne de l'Académie Polonaise des Sciences (ed. K. Michalowski). Varsovie.
CC — Corsi di Cultura sull' Arte Ravennate e Bizantina. Ravenne, 1965.
CSA — Cahiers d'Études Africaines. Paris.
Chronique d'Egypte — Chronique d'Egypte. Fondation Egyptologique de la Reine Élizabeth, Bruxelles.
Cimbebasia — Cimbebasia State Museum, Windhoek.
CHE — Cahiers d'Histoire Egyptienne. Le Caire.
CM — Civilisation Malgache. Antanana/Paris.
CQ — Classical Quarterly. London.
CRAI — Compte-Rendu des Séances de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres, Paris.
CRGLCS — Compte-Rendu des Séances du Groupe Linguistique d'Études Chamito--Sémitiques. École Pratique des Hautes Études, Paris.
CRSB — Compte-Rendu Sommaire des Séances de la Société de Biogéographie. Paris.
CSA — Cahiers de la Société Asiatique, Paris.
CSSH — Comparative Studies in Society and History. Oxford, Cambridge Univ. Press.
CTL — Current Trends in Linguistics. The Hague.
DAE — Deutsche Aksum Expedition, Berlin.
EAGR — East African Geographical Review. Kampala.
EEFEM — Egypt Exploration Fund Excavation Memoirs. London.
EHR — The Economic History Review. Welwyn Garden City, Broadwater Press, New York.

Encyclopédie Berbère — Encyclopédie Berbére. Laboratoire d' Anthropologie et de Préhistoire des Pays de la Méditerranée Occidentale, Aíx-en-Provence.
FHP — Fort Hare Papers.
Gazette des Beaux-Arts — Gazette des Beaux-Arts. Paris.
GJ — The Geographical Journal. London.
GNQ — Ghana Notes and Queries. Legon.
HAS — Harvard African Studies. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press.
HBZAK — Hamburger Beitrager zur Africa-Kunde. Deutsches Institut für Africa Forschung, Hamburg.
Hesperis — Hesperis. Institut des Hautes Études Marocaines, Rabat.
Homo — Homo. Université de Toulouse.
HZ — Historische Zeitschrift. Munich.
IJAHS — The International Journal of African Historical Studies. New York (antigo AHS).
JA — Journal Asiatique. Paris.
JAH — Journal of African History. Cambridge/London.
JAOS — Journal of the American Oriental Society. New Haven.
JARCE — Journal of the American Research Center in Egypt. Boston, mais tarde Cambridge.
JASA — Journal of African Science Association. Paris.
JCH — Journal of Classical History. London.
JEA — The Journal of Egyptian Archaeology. London.
JGS — Journal of Glass Studies. Corning, NY.
JHSN — Journal of the Historical Society of Nigeria. Ibadan.
JRAI — Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. London.
JRAS — Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland. London.
JRS — Journal of Roman Studies. London.
JS — Le Journal des Savants. Paris.
JSA — Journal de la Societé des Africanistes. Paris.
JSAIMM — Journal of the South African Institute of Mining and Metallurgy. Johannesburg.
JTG — Journal of Tropical Geography. Singapore.
Kartbago — Khartago. Revue d' Archéologie Africaine, Tunis.
Kush — Kush. Journal of the Sudan Antiquities Services, Khartoum.
LAAA — Liverpool Annals of Archaeology and Anthropology. Liverpool.
Lammergeyer — Lammergeyer. Journal of the National Parks Game and Fish Preservation Board, Pietermaritzburg.
Latomus — Latomus. Bruxelas.
Libyca — Libyca. Bulletin du Service des Antiquités d' Algérie, Direction de l'Intérieur et des Beaux-Arts. Alger.

MADP — Malawi Antiquities Department Publications. Zomba.
MAGW — Mitteilungen der Anthropologischen Gesellschaft in Wien.
MAI — Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts. Wiesbaden, Harvasowitz.
Man — Man. New York.
MCRAPE — Mémoires du Centre de Recherches Anthropologiques, Préhistoriques et Ethnographiques. Alger.
MEJ — Middle East Journal. Washington, D.C.
MIOD — Mitteilungen des Instituts für Orientforschung Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin.
MN — Meroitic Newsletter.
Le Muséon — Le Muséon. Revue d'Études Orientales. Louvain.
NA — Notes Africaines. Bulletin d'informations de l'IFAN, Dakar.
NADA — Native Affairs Department Annual (Rhodesia). Salisbury, Government Printer.
NAS — Nigerian Archaeology Seminar. Ju\. 3-5, 1974. Nature - Nature. London.
NKJ — Nederlands Kunsthistorisch Jaarboek. Bussum, Van Dishoek.
Numismatic Chronicle — Numismatic Chronicle. Numismatic Society, London.
OA — Opuscula Atheniensia. Lund.
Objets et Mondes — Objets et Mondes. Musée de l'Homme, Paris.
OCA — Orientalia Christiana Analecta. Roma.
Odù — Odù. Journal of Yoruba and Related Studies, Western Region Literature Committee, Nigeria.
OL — Oceanic Linguistics. Department of Anthropology, Southern Illinois University, Carbondale, USA.
OPNM — Occasional Papers of the National Museums of Southern Rhodesia. Bulawayo.
Proc. PS — Proceedings of the Prehistoric Society. Cambridge.
Proc. Rhod. Sci. Ass. — Proceedings of the Rhodesian Science Association.
QAL — Quaderni di Archeologia della Libia. Roma.
RA — Revue Africaine. Bulletin de la Société Historique Algérienne, Alger.
RAC — Rivista di Archeologia Cristiana della Pontificia Commissione di Archeologia Sacra, Roma.
Radiocarbon — Radiocarbon. Annual Suplement to the American Journal of Science, New York.
R. Anth. — Revue Anthropologique. Paris.
R. Arch. — Revue Archéologique. Paris.
RE — Revue d'Egyptologie. Paris, Klincksieck.
REA — Revue des Études Anciennes. Bordeaux.
REL — Revue des Études Latines. Paris.

RESEE — Revue des Études du Sud-Est Européen. Académie de la République Populaire Roumaine, Institut d'Études du Sud-Est Européen, Bucarest.
RFHOM — Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer. Paris.
RH — Revue Historique. Paris.
Rhodesiana — Rhodesiana. Publication of the Rhodesiana Society, Salisbury.
RHR — Revue de l'Histoire des Religions. Annales du Musée Guimet, Paris, Leroux.
ROMM — Revue de l'Occident Musulman et de la Méditerranée. Aix-en-Provence.
RRAL — Rendiconti della Reale Accademia dei Lincei. Roma.
RSE — Rassegna di Studi Etiopici. Roma, Istituto per l'Oriente.
RSO — Rivista degli Studi Orientali publicata a cura dei professiori della Scuola Orientale della Università di Roma, Roma.
RUB — Revue de l'Université de Bruxelles.
SA — Scientific American. New York.
SAAAS — South African Association for the Advancement of Science. Johannesburg.
SAAB — South African Archaeological Bulletin. Cape Town.
Le Saharien — Le Saharien. Revue d'action touristique, culturelle, économique et sportive, Paris, Association de la Rabla et des Amis du Sahara.
SAAJ — South African Archaeological Journal.
SAJS — South African Journal of Science, Johannesburg.
SAK — Studien zur Altãgyptischen Kultur. Hamburg, H. Buske Verlag.
SAs — Société Asiatique. Paris.
SASAE — Supplément aux Annales du Service des Antiquités d'Egypte. Le Caire.
Sc. South Africa — Science South Africa.
SJA — Southwestern Journal of Anthropology. Albuquerque, New Mexico.
SLS — Society for Libyan Studies.
SM — Studi Magrebini. Napoli, Istituto Universario Orientale.
SNR — Sudan Notes and Records. Khartoum.
Syria — Syria. Revue d'Art Oriental et d'Archéologie, Paris.
TJH — Transafrican Journal of History.
TNR — Tanganyika (Tanzania) Notes and Records. Dar-es-Salaam.
TRSSA — Transactions of the Royal Society of South Africa.
Trav. IRS — Travaux de l'Institut de Recherches Sahariennes. Alger, Université d'Alger.
Trav. RCP — Travaux de la Recherche Coordonée sur Programme. Paris, CNRS.
Ufahamu — Ufahamu. Journal of the African Activist Association, Los Angeles.
UJ — Uganda Journal. Kampala.
WA — World Archaeology. London.
WAAN — West African Archaeological Newsletter. Ibadan.
WAJA — West African Journal of Archaeology. Ibadan.
WZKM — Wiener Zeitschrift für die Kunde des Morgenlandes. Viena.
ZAS — Zeitschrift für Agyptische Sprache und Altertumskunde. Osnabrück, Zeller.
ZDMG — Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft. Leipzig

Zephyrus — Zephyrus. Crónica dei Seminario de Arqueología. Salamanca.
ZK — Zeitschrift für Kirchengeschichte, Gotha.
ZMJ — Zambia Museum Journal. Lusuka.
ZMP — Zambia Museum Papers, Lusuka.
ZZSK — Zbornik Zastite Spomenika Kulture.

Referências bibliográficas

Todas as referências foram verificadas com o máximo cuidado, mas dada a complexidade e o caráter internacional das obras, é possível que alguns erros tenham persistido. (N. D. L. R.)

ABEL, A. 1972. "L'Ethiopie et ses rapports avec l'Arabie pré-islamique jusqu'à l'émigration de Ca. 615". In: ATTI *IV CISE* (14).

ABRAHAM, D. P. 1951. "The principality of Maungure". *NADA,* n. 28 (27).

__. 1959. "The Monomotapa dynasty in Southern Rhodesia". *NADA,* n. 36 (27).

__. 1961. "Maramuca, an exercise in the combined use of Portuguese records and oral tradition". *JAH,* II, 2: 211-25 (27).

__. 1962. "The early political history of the kingdom of Mwene Mutapa, 850-1589". *Historians in Tropical Africa.* Salisbury, Univ. Coll. of Rhodesia and Nyasaland (27).

__. 1964. "The ethnohistory of the empire of Mutapa, problems and methods". In: VANSINA, J., MAUNY, R. & THOMAS, L. V., eds. *The Historian in Tropical Africa.* London, Oxford Univ. Press for the International African Institute. pp. 104--26 (27).

ABU SALEH. 1969. *The Churches and Monasteries of Egypt and Some Neighbouring Countries.* Reimpr. Trad. B. T. Evetts e A. J. Butler. Oxford, Clarendon Press.

ADAMS, W. Y. 1962-a. "Pottery kiln excavations". *Kush,* X: 62-75 (12).

__. 1962-b. "An introductory classification of Christian Nubian pottery". *Kush,* X: 245--88 (12).

__. 1964-a. “Sudan antiquities service excavations at Meinarti; 1962-3”. *Kush,* XII: 227-47 (12).
__. 1964-b. “Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology, I”. *JEA,* n. 50: 102-20 (12).
__. 1965-a. “Sudan antiquities service excavations at Meinarti, 1963-64”. *Kush,* XIII: 148-76 (12).
__. 1965-b. “Architectural evolution of the Nubian Church 500-1400 A.D.”. *JARCE,* n. 4: 87-139 (12).
__. 1965-c. “Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology, II’”. *JEA,* n. 51: 160-78 (12).
__. 1966-a. “The Nubian campaign: retrospect”. *Mélanges Offerts à K. Michalowski.* Varsovie. pp. 13-30 (12).
__. 1966-b. “Post-pharaonic Nubia in the light of archaeology, III”. *JEA,* n. 52: 147-62 (12).
__. 1967. “Continuity and change in Nubian cultural history”. *SNR,* XLVIII: 11-9 (12).
__. 1968. “Invasion, diffusion, evolution?”. *Antiquity,* Gloucester, XLII: 194-215 (12).
__. *1970. Nubische Kunst.* Recklinghausen. pp. 111-23 (12).
ADAMS, W. Y. & NORDSTRÖM, H. A 1963. “The archaeological survey on the west bank of the Nile, third season 1961-62”. *Kush,* XI: 10-46 (12).
ADAMS, W. Y. & VERWERS, C. J. 1961. “Archaeological survey of Sudanese Nubia”. *Kush,* IX: 7-43 (12).
ADDISON, F. S. A 1949. *Jebel Moya*; The Wellcome Excavations in the Sudan. London, Oxford Univ. Press. 2 v. (11).
ALBRIGHT, F. P. 1958. *Archaeological Discoveries in South Arabia.* Baltimore (13).
ALBRIGHT, W. F. 1973. “The Amarna letters from Palestine”. *Cambridge Ancient History.* Cambridge, CUP. v. II, parte 2, cap. XX (2).
ALDRED, C. 1952. *The Development of Ancient Egyptian Art from 3200 to 1315 B.C.* Três partes: *Old Kingdom Art in Ancient Egypt* (1949), *Middle Kingdom Art in Ancient Egypt 2300-1590 B.C.* (1950), *New Kingdom Art in Ancient Egypt during the Eighteenth Dynasty, 1590-1315 B.C.* (1951). London, Tiranti (3).
__. 1965. *Egypt to the End of the Old Kingdom.* London, Thames & Hudson (5).
__. 1968. *Akhenaten, Pharaoh of Egypt*; A New Study. London, Thames & Hudson (2).
ALEXANDER, J. & COURSEY, D. G. 1969. “The origins of yam cultivation”. In: UCKO, P. H. & DIMBLEBY, G. W. eds. *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals.* London, Duckworth. pp. 123-9 (24).
ALI HAKEM, A. M. 1972-a. “The city of Meroe and the myth of Napata. A new perspective in Meroitic archaeology”. In: BUSHRA, S., ed. *Urbanization in the Sudan.* Proceedings of Annual Conference of the Philosophical Society of the Sudan. Cartum (11).
__. 1972-b. “Meroitic settlement of the Butana, central Sudan”. In: UCKO, P. H., TRINGHAM, R. & DIMBLEBY, G. W., eds. *Man, Settlement and Urbanism.* London, Duckworth. pp. 639-46 (11).
ALLEN, J. W. T. 1949. “Rhapta”. *TNR,* n. 27: 52-9 (22).

ALLEN, T. G. 1960. *The Egyptian Book of the Dead*; Documents in the Oriental Institute Museum at the University of Chicago. Chicago, Univ. of Chicago Press. v. LXXXII (2. 3).

ALMAGRO-BASCH, A., ed. 1963-65. *Comité Español de la Unesco para Nubia*; Memorias de la Misión Arqueológica. Madrid. 14 v. (12).

AMBORN, H. 1970. "Die Problematik der Eisenverhüttung im Reiche Meroe". *Paideuma,* XVI: 71-95 (10, 11).

AMÉLINEAU, E. 1908. *Prolégomènes à l'Étude de la Religion Égyptienne.* Paris, Bibliothèque de l'École Pratique des Hautes Études. Sciences Religieuses (1).

AMIANO MARCELLINO. 1778. *Ammien Marcellin, ou les Dix-Huit Livres de Son Histoire qui Nous Sont Restés.* Trad. G. Moulines. Lyon, J. M. Bruyset. 3. v. (1).

__. WORKS. Trad. S. C. Rolfe. London, Heinemann; Cambridge, Harvard University Press, 1935-40 (1).

ANDAH, B. W. 1973. *Archaeological Reconnaissance of Upper-Volta.* [tese]. Berkeley, Univ. of California (24).

ANFRAY, F. 1963. "Une campagne de fouilles à Yeha". *AE,* n. 5: 171-92, fev.-mar., 1960 (13).

__. 1965. "Chronique archéologique (1960-64)". *AE,* n. 6: 3-48 (13). 1966. "La poterie de Matara". *RSE,* n. 22: 1-74 (13).

__. 1967. "Matara". *AE,* n. 7: 33-97 (13, 15).

__. 1968. "Aspects de l'archéologie éthiopienne". *JAH,* n. 9: 345-66 (13, 14).

__. 1970. "Matara". *Trav. RCP, 230.* Paris, CNRS, (1): 53-60 (13).

__. 1971. "Les fouilles de Yeha en 1971". *Trav. RCP, 230.* Paris, CNRS, (2): 31-40 (13).

__. 1972-a. "Les fouilles de Yeha (mai.-juin. 1972)". *Trav. RCP.* Paris, CNRS, 230 (3): 57-64 (13).

__. 1972-b. "L'archéologie d'Axoum en 1972". *Paideuma,* XVIII: 71, pr. VI (15).

__. 1974. "Deux villes axoumites: Adoulis et Matara". In: ATTI IV CONGR. INTERN. STUD. ET. pp. 752-65 (15).

ANFRAY, F. & ANNEQUIN, G. 1965. "Matara. Deuxième, troisième et quatrième campagnes de fouilles", *AE,* n. 6: 49-86 (13. 15).

ANFRAY, F., CAQUOT, A & NAUTIN, P. 1970. "Une nouvelle inscription grecque d'Ezana, roi d'Axoum". *JS.*: 260-73 (14).

ANGELIS D'OSSAT, G. de & FARIOLI, R. 1975. "Il complesso paleocristiano di Brevigliere Elkhadra". *QAL*: 29-56 (19).

APOLODORO. 1921. *The Library.* Trad. Sir J. G. Frazer. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. (1).

APPLEGATE, J. R. 1970. "The berber languages". *CTL,* VI: 586-661 (20).

ARISTÓTELES. 1908-52. *The Works of Aristotle.* Trad. inglesa. Oxford, J. A Smith & W. D. Ross, Oxford Univ. Press. 12 v. (1).

__.1926-70. WORKS. London, Heinemann. 23 v.

__.1961-2. *Aristotelis Opera.* Berlin, O. A Gigon. 5. v. (1).
ARKELL, A J. 1949. *Early Khartoum*; An Account of the Excavations of an Early Occupation Site Carried Out by the Sudan Government Antiquities Service 1944--1945. Oxford, Oxford Univ. Press (9).
__. 1950. "Varia Sudanica". *JEA,* n. 36: 27-30 (9).
__. 1951. *Meroe and India*; Aspects of Archaeology in Britain and beyond. Essays Presented to O. G. S. Crawford. London, Grimes (10).
__. 1961. *A History of the Sudan from the Earliest Times to 1821*. 2 ed. rev. (1. ed., 1955). London, Univ. of London, Athlone Press. 252 p. (6, 9, 10, 11, 17).
__. 1966. "The iron age in the Sudan". *CA,* n. 7 (4) : 451-78 (11).
ARMSTRONG, R. G. 1964. *The Study of West African Languages.* Ibadan, Ibadan Univ. Press (21).
ARRIANO FLÁVIO. 1807. *The Commerce and Navigation of the Ancients in the Indian Ocean.* Trad. W. Vincent. London, Cadell & Davies. v. I: *The Voyage of Nearchus;* v. II: *The Periplus of the Erithraean Sea.*
ASCHIER, J. E. 1970. "Graeco-roman nautical technology and modern sailing information. A confrontation between Pliny's account of the voyage to India and that of the 'Periplus Maris Erythraei' in the light of modern knowledge". *JTG,* n. 31: 10-26 (22).
ATHERTON, J. H. 1972. "Excavations at Kambamai and Yagala rock shelters, Sierra Leone". *WAJA,* n. 2: 39 et seq. (24).
AUBER, J. 1958. *Français, Malgaches, Bantous, Arabes, Turcs, Chinois, Canaques: Qarlons--Nous une Même Langue?.* Tananarive, Impr. Off. (28).
AUBREVILLE, A. 1948. "Étude les forêts de l' Afrique équatoriale française et du Cameroun". *BS,* n. 2 : 131 (24).
AURIGEMMA, S. 1940. "L' elefante di Leptis Magna". *AI* : 67-86 (20).
AVERY, G. 1974. "Discussion on the age and use of tidal fish traps". *SAAB,* n. 30 (26).
AYMARD, J. 1951. *Essai sur les Chasses Romaines des Origines à la Fin du Règne des Antonins.* Paris, de Brocard (20).
AYOUB, J. 1962. "Excavations at Germa, the capital of the Garamantes". *Sheba, I* (20).
__. 1967-a. "Excavations at Germa, the capital of the Garamantes". *Sheba, II* (20).
__. 1967-b. "The royal cemetery of Germa". *Libya Antiqua.* Tripoli. pp. 213-9 (20).
BADAWY, A. 1965. "Le grotesque, invention égyptienne". *Gazette des Beaux Arts.* pp. 189-98 (6).
__. 1968. *A History of Egyptian Architecture* (*The New Kingdom*): from the Eighteenth Dynasty to the End of the Twentieth Dynasty 1580-1085 B.C. Berkeley/Los Angeles, Univ. of California Press (11).
BAILLOUD, G. 1969. "L' évolution des styles céramiques en Ennedi (République du Tchad)". In: ACTES Ier COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 31-45 (24).
BAKRY, H. S. K. 1967. "Psammetichus II and his newly-found stela at Shellae". *Oriens Antiquus,* n. 6: 225-44 (10).

BALL, J. 1942. *Egypt in the Classical Geographers.* Cairo. Government Press, Bulaq (6).
BALOUT, L. 1955. *Préhistoire de l'Afrique du Nord.* Paris. AMG. pp 435-57 (17).
__.1967. "L'homme préhistorique et la Méditerranée occidentale". *ROMM,* n. 3 (17).
BARADES, J. 1949. *Vue Aérienne de l'Organisation Romaine dans le Sud Algérien. Fossatum Africae.* Paris, AMG (19, 20).
BARGUET, P. 1967. *Le Livre des Morts des Anciens Egyptiens.* Paris, Le Cerf (Littératures Anciennes du Proche-Orient) (3).
BARRAUX, M. 1959. "L'auge de Sima". *BAMNS,* XXXVII: 93-9 (28).
BARROW, J. 1801-4. *Travels into the Interior of the Southern Africa in the Years* 1797 *and* 1798. London. 2 v. (26).
BASHAM, A. L. 1959. *The Wonder That Was India*; A Survey of the Indian Subcontinent before the Coming of the Muslims. New York, Grove Press (22).
BASSET, H. 1921. "Les influences puniques chez les Berbères". *RA,* n. 62: 340 (17).
BATES, O. 1914. *The Eastern Libyans.* (2. ed., 1970). London, Macmillan. pp. 46, 49-51, 249 (4, 17).
BATES, O. & DUNHAM, D. 1927. "Excavations at Gammai". *RAS,* n. 8: 1-122 (11).
BAUMANN, H. & WESTERMANN, D. 1962. *Les Peuples et les Civilisations de l'Afrique.* Paris, Payot (29).
BAXTER, H. C. 1944. "Pangani: the trade centre of ancient history". *TNR,* n.17: 15-26 (22).
BAYLE DES HERMENS, R. de. 1967. "Premier aperçu du Paléolithique Inférieur en RCA". *Anthropologie,* n. 71: 135-66 (21).
__. 1971. "Quelques aspects de la préhistofre en RCA". *JAH,* XII: 579-97 (21).
__. 1972. "Aspects de la recherche préhistorique en République Centrafricaine". *Africa--Tervuren,* XVIII, n. 3, 4: 90-103 (25).
__. 1972. "La civilization mégalithique de Bouar. Prospection et fouille 1962-66 par P. Vidal. Recension". *Africa-Tervuren,* XLII, n. 1: 78-9 (25).
BEAUCHENE, M. C. de. 1963. "La préhistoire du Gabon". *Objets et Mondes,* III, n.1: 16 (21).
__.1970. "The Lantana mine near the Rapoa/Niger confluence of Niger". *WAAN,* n.12: 63 (29).
BEAUMONT, P. B. & BOSHIER, A. K. 1974. "Report on test excavations in a prehistoric pigment mine near Postmasburg, Northern Cape". *SAAB,* n. 29: 41-59 (29).
BEAUMONT, P. B. & VOGEL, J. C. 1972. "On a new radiocarbon chronology for Africa South of the Equator". *AS,* n. 31: 66-89 (26).
BECK, P. & HUARD, P. 1969. *Tibesti, Carrefour de la Préhistoire Saharienne,* Paris, Arthaud (17, 20).
BECKERATH, J. von. 1965. "Untersuchungen zur politischen Geschichte der Zweiten Zwischenzeit in Ägypten". *AFU,* n. 23 (2).

__.1971. *Abuss der Geschichte des alten Ägypten,* Munich, Oldenbourg (2).
BEEK, G. W. VAN. 1967. "Monuments of Axum in the light of South Arabian archaeology". *JAOS,* n. 87: 113-22 (14).
__.1969. "The rise and fall of Arabia Felix". *SA, 221* (6): 36-46 (22).
BELKHODIA, K. 1970. "L'Afrique byzantine à la fin du VIe siècle et au début du VIIe siècle". *ROMM*: 55-65. n. spécial (19).
BELL, H. I. 1948. *Egypt from Alexander the Great to the Arab Conquest*; A Study in the Diffusion and Decay of Hellenism. Oxford, Clarendon Press (6).
__. 1957. *Cults and Creeds in Graeco-Roman Egypt.* (2. ed., 1966). Liverpool, Univ. Press. (6).
BÉNABOU, M. 1972. "Proconsul et légat. Le témoignage de Tacite". *Ant. Afr,* Paris, CNRS. t. VI, pp. 61-75 (19).
__. 1976. *La Résistance Africaine à la Romanisation.* Paris, Maspero (17, 19).
BERNAND, A. 1966. *Alexandrie la Grande.* Paris, Arthaud (6).
BERNAND, E. 1969. *Inscriptions Méroitiques de l'Egypte Gréco-Romaine.* Paris, Les Belles Lettres (6).
BERNHARD, F. O. 1961. "The Ziwa ware of Inyanga". *NADA,* XXXVIII: 84-92 (27).
__.1964. "Notes on the pre-ruin Ziwa culture of Inyanga". *Rhodesiana,* XII (27).
BERTHELOT, A. 1931. *L'Afrique Saharienne et Soudanaise*; Ce qu'en Ont Connu les Anciens. Paris, Les Arts et le Livre (20).
BERTHIER, A. 1968. "La sépulture du lecteur George à Sila". *BAA,* II: 283-92 (19).
BERTHIER, A. & CHARLIER, R. 1955. *Le Sanctuaire Punique d'El Hofra à Constantine.* Paris, Direction de l'Intérieur et des Beaux-Arts, Service des Antiquités, Missions Archéologiques (18).
BEVAN, E. 1968. *A History of Egypt under the Ptolemaic Dynasty.* (2. ed., 1961). London, Methuen (6).
BIEBER, M. 1955. *The Sculpture of the Hellenistic Age.* (2. ed. 1961). New York, Columbia Univ. Press (6).
BIERBRIER, M. 1975. *Late New Kingdom in Egypt* (*c. 1300-664 B.C.*); A Genealogical and Chronological Investigation. Warminster, Arris & Phillips (2,3).
BIETAK, M. 1965. "Ausgrabungen in der Sayala District". *Nubien.* Vienne. pp. 1-82 (9).
BÍRON & NICOLAS DE DAMASCO. *Fragmenta Historicum Graecorum.* C. Müller, ed. v. 3, p. 463, v. 4, p. 351 (11).
BIRCH, S. & RHIND, A. H. 1863. *Facsimilies of Two Papyri Found in a Tomb at Thebes.* Rhind Mathematical Papyrus. British Museum n. 10057, 10058. London.
BISSON, M. S. 1975. "Copper currency in Central Africa: the archaeological evidence". *WA,* n. 6: 276-92 (29).
BLANKOFF, B. 1965. "La préhistoire au Gabon". *BSPPG,* n. 1: 4-5 (25).
BLOCH, M. & VÉRIN, P. 1966. "Discovery of an apparently Neolithic artefact in Madagascar". *Man,* I, n. 2: 240-1 (28).

BOBO, J. & MOREL, J. 1955. "Les peintures rupestres de l'abri du Mouflon et la station préhistorique du Hamman Sidi Djeballa dans la Cheffia (Est-Constantinois)". *Libyca,* n. 3: 163-81 (17).
BONSMA, J. C. 1970. "Livestock production in the sub-tropical and tropical African countries". *SAJS,* 66 (5): 169-72 (24).
BORCHARDT, L. 1938. *Annales du Service des Antiquités de l'Egypte,* n. 38: 209-215 (2).
BORGHOUTS, J. F. 1973. "The evil eye of Apopis". *JEA,* n. 59: 114-50 (3).
BOSHIER, A. & BEAUMONT, P. 1972. "Mining in Southern Africa and the emergence of modern man". *Optima,* n. 22: 2-12 (29).
BOUBBE, J. 1959-60. "Découvertes récentes à Sala Colonia (Chellah)". *BAC* : 141-45 (19).
BOUBOU HAMA, 1967. *Recherches sur l'Histoire des Touareg Sahariens et Soudanais.* Paris, Présence Africaine (20).
BOURGEOIS, R. 1957. "Banyarwanda et Barundi, Tombe I – Ethnographie". *ARSC,* XV : 536-49 (25).
BOURGUET, P. DU. 1964-a. *L'Art Copte.* Catalogue. Paris, Petit-Palais, 17 juin.-15 sept. (12).
__. 1964-b. "L'art copte pendant les sinq premiers siècles de l'Hégire". *Christentum am Nil.* Recklinghausen. Verlag Ourel Bongers. pp. 221 et seqs. (12).
BOVILL, E. W. 168. *The Golden Trade of the Moors.* 2. ed. London, Oxford Univ. Press (21).
BOWDICH, T. E. 1821. *An Essay on the Superstitions, Customs and Arts Common to the Ancient Egyptians, Abyssinians and Ashantees.* Paris, Smith (4).
BOWEN, R. Le Baron. 1957. "The dhow sailor". *American Neptune.* Salem, Mass., v. II (22).
BOWEN, R. Le Baron & ALBRIGHT, F. P., eds. 1958. *Archaeological Discoveries in South Arabia.* Baltimore, John Hopkins Press.
BRABANT, H. 1965. "Contribution odontologique à l'étude des ossements trouvés dans la nécropole protohistorique de Sanga, République du Congo". *AMRAC,* n. 54 (25).
BRAHIMI, C. 1970. "L'lbéromaurusien littoral de la région d'Alger". *MCRAPE.* Paris. XIII, p. 77 (17).
BREASTED, J. H. 1906-7. *Ancient Records of Egypt*; Historical Documents from the Earliest Times of the Persian Conquest. Chicago, Univ. of Chicago Press. 5 v. (4, 9, 10, 11).
__. 1930. *The Edwin Smith Surgical Papyrus.* Chicago, Univ. of Chicago Press. 2 v. (5).
__. 1951. *A History of Egypt from the Earliest Times to the Persian Conquest.* 2. ed. rev. London, Hodder & Stoughton (2).
BRECCIA, W. 1922. *Alexandrea ad Aegyptum;* A Guide to the Ancient and Modern Town and to its Graeco-Roman Museum. Bergamo, Istituto Italiano d' Artigraficho (6).
BRETON, R. 1892. *Dictionnaire Caraibe-Français.* Reimpr. Leipzig. Platzmann (28).
BRIANT, R. P. M. 1945. *L'Hébreu à Madagascar.* Tananarive, Pitot de la Beaujardière (28).

BRIGGS, L. C. 1957. "Living tribes of the Sahara and the problem of their prehistoric origin". In: ACTS III[rd] PPSQ. pp. 195-9 (20).

BRINTON, J. Y. 1942. *BSRA,* 35: 78-81, 163-165, e p. XX, fig. 4 (17).

BROTHWELL, D. & SHAW, T. 1971. "A late Upper Pleistocene protowest African negro from Nigeria". *Man,* 6 (2): 221-27 n. special (21).

BROUGHTON, T. R. S. 1968. *The Romanization of Africa Proconsularis.* New York, Greenwood Press (19).

BROWN, B. 1957. *Ptolemaic Paintings and Mosaics and the Alexandrian style.* Cambridge, Mass., Archaeological Institute of America (6).

BRUNNER, H. 1957. *Altägyptische Erziehung.* Wiesbaden, O. Harrassowitz (3).

__. 1964. "Die Geburt des Gottkönigs, Studien zur Uberlieferung eines altägyptischen Mythos". *ÄA,* n. 10 (3).

BRUNNER-TRAUT, E. 1974. *Die alten Ägypter Verborgens;* Leben unter Pharaonen. 2 durchgegehene Aufl. Stuttgart, W. Kohlhammer. 272 p. (3).

BRUNT, P. A. 1971. *Italian Manpower* 225 *B.C. - A.D. 14.* London, Oxford Univ. Press. pp. 581-3 (19).

BÜCHELER, F. & RIESE, A. eds. 1894. *Anthologia Latina,* n. 183. Leipzig, (17).

BUCK, A. DE. 1952. *Grammaire Elémentaire du Moyen Egyptien.* Trad. B. van de Walle e J. Vergote. Leyde, E. J. Brill (1).

__.1935-61. "The Egyptian coffin texts". *OICP,* 34,. 49, 64, 67, 73, 81, 87 (2, 3).

BUDGE, E. A. W. 1912. *Annals of Nubian Kings, with a Sketch of the Story of the Nubian Kingdom of Napata.* London, Kegan Paul (11).

__. 1928-a. *The Book of the Saints of the Ethiopian Church*: a translation of the Ethiopic Synaxrium Made from the Oriental Manuscripts, n.º 660 and 661 in the British Museum. Cambridge, CUP. 4 v. (16).

__. 1928-b. *A History of Ethiopia, Nubia and Abyssinia (According to the Hieroglyphic lnscriptions of Egypt and Nubia and the Ethiopian chronicles).* London, Methuen & Cº. 2 v. (16).

__. 1966. *A History of Ethiopia.* AnthropofogicaI Publications. The Netherlands, Costerhout N-B. v. 1 (16).

BUNBURY, E. H., ed. 1959. *A History of Ancient Geography among the Greeks and the Romans irom the Earliest Ages to the Fall of Roman Empire.* (1. ed., 1883). New York, Dover Publications. 2 v. (22).

BUSHRA, S. 1972. "Urbanization in the Sudan". In: ACTES CONF. ANN. SOC. PHIL. SOUDAN (11).

BUTZER, K. W. 1961. "Les changements climatiques dans les régions arides depuis le pliocène". *Histoire de l'Utilisation des Terres Arides.* Paris, Unesco. pp. 31-56 (17).

BYNON, J. 1970. "The contribution of linguistics to history in the field of Berber studies". In: DALBY, D., ed. *Language and History in Africa.* London. pp. 64-77 (20).

CABANNES, R. 1964. *Les Types Hémoglobiniques des Populations de la Partie Occidentaie du Continent Africain: Maghreb, Sahara, Afrique Noire Occidentale.* Paris, CNRS (20).
CAHEN, D. & MARET, P. DE. 1974. Recherches archéologiques récentes en République du Zaïre". *Forum ULB,* n. 39: 33-7 (25).
CAHEN, D. & MARTIN, P. 1972. "Classification formelle automatique et industrie lithiques; interprétation des hachereaux de la Kamoa". *AMRAC,* n. 76 (21).
CAHEN, D. & MORTELMANS, G. 1973. "Un site tshitolien sur le plateau des Batéké". *AMRAC,* n. 81 (25).
CALLET, F. 1908. *Tantaran'ny Andriana Nanjaka Teto Imeria.* Tananarive (28).
__.1974. *Histoire des Rois de Tantaran'ny Andriana.* Trad. G.-S. Chaput e E. Ratsimba. Tananarive, Librairie de Madagascar. 3 v. (28).
CALZA, G. 1916. "Il Piazzale delle Corporazioni". *Boll. Comm.* pp. 178 et seq. (19).
CAMINOS, R. A. 1954. *Late Egyptian Miscellanies.* London, Oxford Univ. Press (3).
__. 1964. "Serveying Semna Gharbi". *Kush,* n. 12: 82-6 (9).
__. 1964. "The Nitocris adoption stela". *JEA,* n. 50: 71-101 (10).
__. 1974. *The New Kingdom Temples of Buhen.* London, Egypt Exploration Society. 2 v. (2).
CAMPS, G. 1954. "L'inscription de Beja et le problème des Dii Mauri". *RA,* n. 98 : 233-60 (17).
__. 1960-a. "Les traces d'un âge du bronze en Afrique du Nord". *RA,* n. 104: 31-55 (17).
__. 1960-b. "Aux origines de la Berbérie: Massinissa ou les débuts de l'histoire". *Libyca,* n. 8, 1 (17, 19,24).
__. 1961. *Aux origines de la Berbérie;* Monuments et rites funéraires protohistoriques. Paris, AMG (17, 20).
__. 1965. "Le tombeau de Tin Hinan à Abalessa". *Trav. IRS,* 24: 65-83 (17, 20).
__. 1969-a. "Amekini, néolithique ancien du Hoggar". *Mém. CRAPE,* n. 10: 186-8 (20, 24).
__. 1969-b. "Haratin-Ethlopiens, réflexions sur les origines des négroides sahariens". In: ACTES COLL. INTERN. BIOLOG. POP. SAHAR. pp. 11-17 (20).
__. 1970. "Recherches sur les origines des cultivateurs noirs du Sahara". *ROMM,* n. 7: 39-41 (17).
__. 1974-a. "Le Gour, mausolée berbère du VII[e] siècle". *AA,* VIII: 191-208 (19).
__. 1974-b. "Tableau chronologique de la préhistoire récente du nord de l'Afrique". *BSPF, 71* (1): 262, 265 (17).
__. 1974-c. "L'âge du tombeau de Tin Hinan, ancêtre des Touareg du Hoggar". *Zephyrus, XXV*: 497-516 (20).
__. 1974-d. *Les Civilisations Préhistoriques de l'Afrique du Nord et du Sahara.* Paris, Doin (17, 20).
__. 1975. "Recherches sur les plus anciennes inscriptions libyques de l'Afrique du Nord et du Sahara". *Encyclopédie Berbère,* 24 (20).

__. 1978. *Les Relations du Monde Méditerranéen et du Monde Sud-Saharien durant la Préhistoire et la Protohistoire.* Aix-en-Provence, GERESM (20).

CAMPS, G., DELIBRIAS, G. & THOMMERET, J. 1968. "Chronologie absolue et succession des civilisations préhistoriques dans le Nord de l'Afrique". *Libyca,* XVI: 16 (17).

CAMPS-FABRER, H. 1953. *L'Olivier et l'Huile dans l'Afrique Romaine.* Alger, Impr. Officielle, In-8°. 95 p., pr. mapas, plantas (19).

__.1966. "Matière et art mobilier dans la Préhistoire nord-africaine et saharienne". *Mém. CRAPE.* Paris (17).

CAPOT-REY, R. 1953. *Le Sahara Français.* Paris, *PUF* (20).

CAQUOT, A. 1965. "L'inscription éthiopienne à Marib". *AE,* VI: 223-5 (15, 16).

CAQUOT, A. & DREWES, A. J. 1955. "Les monuments recueillis à Maqallé (Tigré)". *AE,* I: 17-41 (13,15).

CAQUOT, A. & LECLANT, J. 1956. "Rapport sur les récents travaux de la section d'archéologie". *CRAI*: 226-34 (15).

__. 1959. "Ethiopie et Cyrénaïque? A propos d'un texte de Synésius". *AE,* III: 173-7 (15).

CAQUOT, A. & NAUTIN, P. 1970. "Une nouvelle inscription grecque d'Ezana, roi d'Axoum. Description et étude de l'inscription grecque". JS : 270-1 (15).

CARCOPINO, J. 1948. *Le Maroc Antique.* Paris, Gallimard. (Cof. La Suite des Temps, n. 10). 337 p. (17, 19, 20).

__.1956. "Encore Masties, l'empereur maure inconnu". *RA*: 339-48 (19).

__.1958. *La Mort de Ptolémée, Roi de Maurétaine.* Paris. p. 191 et seq. (19).

CARNEIRO, R. L. 1970. "A theory of the origin of the State". *American Association for the Advancement of Science,* 169 (3947): 733-8 (29).

CARPENTER, R. 1958. "The Phoenicians in the West". *AJA,* LXVII (15).

__. 1965. "A trans-Saharan caravan route in Herodotus". *AJA*: 231-42 (20).

CARTER, H. & MACE, A. 1963. *The Tomb of Tut-Ankh-Amen Discovered by the Late Earl of Carnarvon and H. Carter.* New York, Cooper Square Pub. 3 v. (2).

CARTER, P. L. 1969. "Moshebi's shelter: excavation and exploitation in Eastern Lesotho". *Lesotho,* n. 8: 1-23 (26).

__.1970. "Late Storie Age exploitation patterns in Southern Natal". *SAAB,* 25 (98): 55-8 (26).

CARTER, P. L. & FLIGHT, C. 1972. "A report on the fauna from two Neolithic sites in Northern Ghana with evidence for the practice of animal husbandry during the 2nd m. B. C.". *Man,* 7 (2): 277-82 (24).

CARTER, P. L. & VOGEL, J. C. 1971. "The dating of industrial assemblages from stratified sites in Eastern Lesotho". *Man,* n. 9: 557-70 n. special (26).

CASTIGLIONE, L. 1967. "Abdallah Nirqi. En aval d'Abou Simbel, fouilles de sauvetage d'une ville de l'ancienne Nubie chrétienne". *Archéologia,* n. 18: 14-9 (12).

__.1970. "Diocletianus und die Blemmyes". *ZÄS,* 96 (2): 90-103 (10).

CATON-THOMPSON, G. 1929. "The Southern Rhodesian ruins: recent archaeological investigations". *Nature,* n. 124: 619-21 (27).
__. 1929-30. "Recent excavations at Zimbabwe and other ruins in Rhodesia", *JRAS,* n. 29 : 132-8 (27).
CENIVAL, J. L. DE. 1973. *L'Egypte avant les Pyramides;* 4e Millénaire. Grand-Palais, 29 mai.-3 sept., Paris, Musées Nationaux (2).
CERNY, J. 1927. "Le culte d'Aménophis I chez les ouvriers de la nécropole thébaine". *BIFAO,* n. 27: 159-203 (2).
__. 1942. "Le caractère des oushebtis d'après les idées du Nouvele Empire". *BIFAO,* n. 41: 105-33 (3).
__. 1973. *A Community of Workmen at Thebes in the Ramesside Period.* Cairo, IFAO. VI + 383 p. (3).
CERULLI, E. 1943. *Etiopi in Palestina;* Storia della Comunità Etiopica di Gerusalemme. Roma, Libreria dello Stato. v. I (16).
__. 1956. *Storia delta Literatura Etiopica.* Roma, Nuova Accademica Edit. (16).
CHACE, A. B. et al. 1927-29. *The Rhind Mathematical Papyrus.* British Museum, 10057 e 10058. Oberlin. 2 v. (5).
CHAKER, S. 1973. "Libyque: épigraphie et linguistique". *Encyclopédie Berbère,* n. 9 (20).
CHAMLA, M.-C. 1958. "Recherches anthropologiques sur l'origine des Malga- ches". *Museum* (28).
__. 1968. "Les populations anciennes du Sahara et des régions limitrophes. Étude des restes osseaux humains néolithiques et protohistoriques". *Mém. CRAPE,* IX (17,20,21).
__. 1970. "Les hommes épipaléolithiques de Columnata (Algérie occidentale)". *Mén. CRAPE,* XV: 113-4 (17).
CHAMOUX, F. 1953. *Cyrène sous la Monarchie des Battiades.* Paris, De Broccard (17).
CHAMPETIER, P. 1951. "Les consiles africains durant la période byzantine". *RA*: 103-20 (19).
CHAMPOLLION-FIGEAC, J. J. 1839. *Egypte Ancienne.* Paris, Didot (1).
CHAPLIN, J. H. 1974. "The prehistoric rock art of the lake Victoria region".
Azania, IX: 1-50 (29).
CHARLES-PICARD, G. 1954. *Les Religions de l'Afrique Antique.* Paris, Plon (18).
__. 1956. *Le Monde de Carthage.* Paris, Corrêa.
__. 1957. "Civitas Mactaritana", *Karthago,* n. 8 : 33-9 (17).
__. 1958. "Images de chars romains sur les rochers du Sahara". *CRAI* (17).
__. 1959. *La Civilisation de l' Afrique Romaine.* Paris, PIon (19).
__. 1968. "Les Cahiers de Tunisie". *Mélanges Saumagne.* pp. 27-31 (20).
CHARLES-PICARD, G. & C. 1958. *La Vie Quotidienne à Carthage au Temps d'Hannibal.* Paris, Hachette (18).
CHARLESWORTH, M. P. 1926. *Trade Routes and Commerce of the Roman Empire.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).

__. 1951. "Roman trade with India: a resurvey". In: JOHNSON, A. C. *Studies in Roman Economic and Social History in Honour of Allen Chester Jonson.* Princeton, Princeton Univ. Press (22).

CHASTAGNOL, A. 1967. "Les gouverneurs de Byzacène et de Tripolitaine". *AA,* I: 130-4 (19).

CHASTAGNOL, A. & DUVAL, N. 1974. "Les survivances du culte impérial dans l'Afrique du Nord à l'époque vandale. Mélanges d'histoire ancienne offerts à W. Seston". *Publications de la Sorbonne, Études,* IX: 87-118 (19).

CHEVALLIER, R. & CAILLEMER, A. 1957. "Les centuriations romaines de Tunisie". *Annales,* n. 2. Paris, Armand-Colin. pp. 275-86 (19).

CHEVRIER, H. 1964-70-1. "Techniques de la construction dans l'ancienne Egypte". v. I: "Murs en briques crues". *RE,* n. 16: 11-7; v. 11: "Problèmes posés par les obélisques". *RE,* n. 22: 15-39; v. III: "Gros ceuvre, maçonnerie". *RE,* n. 23: 67-111 (3).

CHITTICK, N. 1966. "Six early coins from New Tanga". *Azania,* I: 156-7 (22).

__. 1969. "An archaeological reconnaissance of the Southern Somali Coast" *Azania,* IV: 115-30 (22).

CINTAS, P. 1950. *Céramique Punique.* Paris, Lib. C. Klincksieck (18).

__. 1954. "Nouvelles recherches à Utique". *Karthago,* V (18).

CINTAS, P. & DUVAL, N. 1958. "L'église du prêtre Félix, région de Kélibia".
Karthago, IX: 155-265 (19).

CLARK, J. D. 1957. "Pré-European copper working in South Central Africa". *Roan Antelope* : 2-6 (25).

__. 1967. "The problem of Neolithic culture in sub-Saharan Africa". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to Evolution in Africa.* Chicago, Chicago Univ. Press. pp. 601-27 (25).

__. 1968. "Some Early Iron Age pottery from Luanda". In: –, ed. *Further Palaeo--Anthropological Studies in Northern Luanda.* Lisbon. pp. 189-205 (27).

__. 1970. *The Prehistory of Africa.* London, Thames & Hudson (23).

__. 1972. "Prehistoric populations and pressures favouring plant domestication in Africa". *BWS,* 56 (24).

__. 1974. "Iron age occupation at the Kalambo Falls". In: –, ed. *Kalambo Falls Prehistoric Site.* Cambridge, CUP. v. 2. p. 57-70 (25).

CLARK, J. D. & FAGAN, B. M. 1965. "Charcoal, sands and channel-decorated pottery from Northern Rhodesia". *AA,* LXVII: 354-71 (29).

CLARK, J. D. & WALTON, J. 1962. "A Late Stone Age site in the Erongo mountains, South West Africa". *Proc. PS,* n. 28: 1-16 (26).

CLARKE, S. & ENGELBACH, R. 1930. *Ancient Egyptian Masonry, the Building craft.* London, Oxford Univ. Press. XII + 243 p. (5).

CLAVEL, M. & LÉVÊQUE, P. 1971. *Villes et Structures Urbaines dans l'Occident Romain.* Paris, Armand Colin. pp. 7-49 (19).

CLEMENTE, G. 1968. *La Noticia Dignitatum.* Cagliari, Ed. Sarda Fossatoro. pp. 318-42 (19).
CODEX THEODOSIANUS. ed. 1905. *Theodosiani Libri XVI cum Constitutionibus Sirmondianis et Leges Novellae ad Theodosianum Pertinentes.* Berlin, T. Mommsen e P. Meyer, eds., Societas Regia Scientiarum (15).
CODINE, J. 1868. *Mémoire Géographique sur la Mer des Indes.* Paris, Challamel (28).
CONNAH, G. 1967-a. "Excavations at Daima, N. E. Nigeria". In: ACTES VI[e] CONG. PPEQ. pp. 146-7 (24).
__. 1967-b. "Radiocarbon dates for Daima". *JHSN,* n. 3 (24).
__. 1969-a. "The coming of iron: Nok and Daima". In: SHAW, T., ed. *Lectures on Nigerian Prehistory and Archaeology.* Ibadan, Ibadan Univ. Press. pp. 30-62 (21).
__. 1969-b. "Settlement mounds of the Firki: the reconstruction of a lost society". *Ibadan,* n. 26 (24).
CONTENSON, H. DE. 1960. "Les premiers rois d'Axoum d'après les découvertes récentes". *JA,* n. 248: 78-96 (13).
__. 1961. "Les principales étapes de l'Ethiopie antique". *CEA,* 2 (5): 12-23 (13).
__. 1962. "Les monuments d'art sud-arabes découverts sur le site Haoulti (Ethiopie) en 1959". *Syria,* n. 39: 68-83 (13).
__. 1963-a. "Les subdivisions de l'archéologie éthiopienne. Etat de la question". *R. Arch.*: 189-91 (13).
__. 1963-b. "Les fouilles de Haoulti en 1959. Rapport préliminaire". *AE,* n. 5: 41-86 (13, 15).
__. 1963-c. "Les fouilles à Axoum en 1958. Rapport préliminaire". *AE,* n. 5: 3-39 (15).
__. 1969. "Compte-rendu bibliographique de 'Annales d'Ethiope' ". *Syria,* 7 (46): 161-7 (13).
CONTI-ROSSINI, C. 1903. "Documenti per l'archeologia d'Eritrea nella bassa vali e dei Barca". *RRAL,* n. 5, XII (15).
__. 1928. *Storia d'Etiopia.* Bergamo, Ist. Ital. d'Arti Grafiche (13, 16).
__. 1947. "Ieha, Tsehuf Enni e Dera". *RSE,* n. 6: 12-22 (13).
__. 1947-8. *Gad et il dio Luna in Etiopia;* Studi e materiali di storia delle religione. Roma (15).
COOKE, C. K. 1971. "The rock art of Rhodesia". *SAJS,* n. 2: 7-10 n. special. (27).
COON, C. S. 1968. *Yengema Cave Report.* Philadelphia, Univ. of Pennsylvania (24).
COPPENS, Y. 1969. "Les cultures protohistoriques et historiques du Djourab". In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHEOL. AFR. pp. 129-46 (24).
CORNEVIN, R. 1967. *Histoire de l'Afrique.* 2. ed. Paris, Payot. v. 1: *Des origines au XVI siècle* (20).
CORPUS Inscriptionum Semiticarum ab Academiae Inscriptionum et Litterarum Humaniorum Contitum atque Digestum. 1881-1954. Paris, Académie des Inscriptions et Belles Lettres (15).
COSMAS INDICOPLEUSTES. *Topographie Chrétienne.* Trad. Wanda Walsca. Paris, Le Cerf. pp. 77-8 (16).

__. 1909. *The Christian Topography.* Trad. E. O. Winstedt. Cambridge, CUP (15, 22).
COULBEAUX, J. B. 1929. *Histoire Politique et Religieuse d'Abyssinie depuis les Temps les Plus Reculés jusqu'à l'Avènement de Manelik II.* Paris, Geuthner. t. I (16).
COURTIN, J. 1969. "Le Néolithique du Borkou, Nord-Tchad". In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 147-59 (24).
COURTOIS, C. 1945. "Grégoire VII et l'Afrique du Nord. Remarques sur les communautés chrétiennes d'Afrique du XI" siècle". *RH,* CXCV: 97-122, 193-226 (19).
__. 1954. *Victor de Vita et Son Oeuvre.* Alger, Impr. Off. (19).
__. 1955. *Les Vandales et l'Afrique.* Paris, AMG (19, 20).
COURTOIS, C., LESCHI, L., MINICONI, J., FERRAT, C. & SAUMAGNE, C. 1952. *Tablettes Albertini:* Actes Privés de l'Epoque Vandale; fin du V[e] siècle, Paris, AMG (19).
CRACCO-RUGGINI, L. 1974. "Leggenda e realtà degli Etiopi nella cultura tardo imperiale". In: ATTI CONGR. INTERN. STUD. ET. n. 191, pp. 141-93 (20).
CROWFOOT, J. W. 1911. "The island of Meroe". *Archaeological Survey of Egypt.* London. Mémoire n. 19, p. 37 (11).
__. 1927. "Christian Nubia". *JEA,* XIII: 141-50 (11).
CULWICK, A. I. & G. M. 1936. "Indonesian echoes in Central Tanganyka". *TNR,* n. 2: 60-6 (28).
CURTO, S. 1965. *Nubia;* Storia di una Civiltà Favolosa. Novare, Istituto Geografico. 371 p. (11).
__. 1966. *Nubien;* Geschichte einer rätselhaften Kultur. Munich, Goldmann. (9).
CUVILLIER, A. 1967. *Introduction à la Sociologie.* Paris, Armand Colin (1).
DAHL, O. C. 1951. "Malgache et Maanjan, une comparaison linguistique". *AUEI,* n. 3 (28).
DAHLE, L. 1889. "The Swahili element in the new Malagasy-English dictionary". *Antananarivo,* III: 99-115 (28).
DALBY, D. 1970. "Reflections on the classification of African languages". *ALS,* n. 11: 147-71 (21).
__. 1975. "The prehistorical implications of Guthrie's comparative Bantu, I. Problems of internal relationship". *JAH,* XVI: 481-501 (23).
__. 1976. "The prehistorical implications of Guthrie's comparative Bantu. II. Interpretation of cultural vocabulary". *JAH,* XVII: 1-27 (23).
DANIELS, C. M. 1968-a. *Garamantian Excavations: Zinchecra 1965-1967.* Tripoli, Department of Antiquities (20).
__. 1968-b. "The Garamantes of Fezzan". *Libya in History.* Beyrouth (4, 20).
__. *1970. The Garamantes of Southern Libya.* Stroughton, Wisc., Cleander Press (17, 21).
__. 1972-3. "The Garamantes of Fezzan. An interim report of research, *1965-73". SLS,* IV: 35-40 (20).

DANIELS, S. G. H. & PHILLIPSON, D. W. 1969. "The early iron age site at Dambwa near Livingstone". In: FAGAN, B. M., PHILLIPSON, D. W. & DANIELS, S. G. H., eds. *Iron Age Cultures in Zambia.* London, Chatto & Windus. v. 2, pp. 1-54 (27).

DARBY, W. J., GHALIOUNGUI, P. & GRIVETTI, L. 1977. *Food: The Grift of Osiris.* London-New York-San Francisco, Academic Press. 2 v. (3).

DARIS, S. 1961. Documenti per la Storia dell'Esercito Romano in Egitto. Milano, Università Cattolica del Sacrocuore (7).

DART, R. A. & BEAUMONT, P. 1969-a. "Evidence of Ore mining in Southern Africa in the Middle Stone Age". *CA,* n. 10: 127-8 (29).

__. 1969-b. "Rhodesian engravers, painters and pigment miners of the fifth millennium B. C.". *SAAB,* n. 8: 91-6 (29).

DATOO, B. A. 1970-a. "Misconception about the use of Monsoons by dhows in East African waters". *EAGR,* n. 8: 1-10 (22).

__. 1970-b. "Rhapta: the location and importance of East Africa's first port". *Azania,* V: 65-75 (22, 28).

DATOO, B. A. & SHERIFF, A. M. H. 1971. "Patterns of ports and trade routes in different periods". In: BERRY, L., ed. *Tanzania in Maps.* London, Univ. of London Press. pp. 102-5 (22).

DAUMAS, F. 1967. "Ce que l'on peut entrevoir de l'histoire de Ouadi es-Sebua, Nubie". *CHE,* X: 40 et seq. (12).

__. 1976. *La Civilisation de l'Egypte Pharaonique.* 2. ed. Paris, Arthaud (2, 5).

DAVICO, A. 1946. "Ritrovamenti sud-arabici nelle zona del Cascase". *RSE,* n. 5: 1-6 (13).

DAVIDSON, B. 1959. *Old Africa Rediscovered.* London, Gollanez (4. 20).

DAVIDSON, C. C. & CLARK, J. D. 1974. "Trade wind beads: an interim report of chemical studies". *Azania,* IX: 75-86 (29).

DAVIES, N. M. 1936. *Ancient Egyptian Paintings.* Chicago, Univ. of Chicago Oriental Institute. 3 v. (5) .

__. 1958. *Picture Writing in Ancient Egypt.* London, Oxford Univ. Press for Griffith lnstitute (5).

DAVIES, N. M. & GARDINER, A. H. 1926. *The Tomb of Huy, Viceroy of Nubia in the Reign of Tutankhamen.* London, Egypt Exploration Society, Theban Tombs Series. 41 p. (9).

DAVIES, O. 1962. "Neolithic culture in Ghana". *Proc. 4th Panafrican Congress of Prehistory,* n. 2: 291-302 (21).

__. *1964. The Quaternary in the Coast Lands of Guinea.* Glasgow, Jackson (24).

__. 1967-a. *West Africa Before the Europeans:* Archaeology and Prehistory. London, Methuen (24).

__. 1967-b. "Timber construction and wood carving in West Africa in the 2nd millenium B.C.". *Man,* 2 (1): 115-8. n. special (24).

__. 1968. "The origins of agriculture in West Africa". *CA,* 9 (5): 479-82 (24).
__. 1971. "Excavations at Blackburn". *SAAB,* n. 26: 165-78 (26).
DAWSON, R. A. 1938. "Pygmies and dwarfs in Ancient Egypt". *JEA,* n. 25 : 185-9 (2).
DEACON, H. J. 1966. "Note on the x-ray of two mounted implements from South Africa". *Man,* n. 1: 87-90 (26).
__. 1969. "Melkhoutboom Cave, Alexandra district, Cape Province: a report on the 1967 investigation". *ACPM,* n. 6: 141-69 (26).
DEACON, H. J. & J. 1963. "Scotts Cave; a Late Stone Age site in the Gamtoos valley", *ACPM,* n. 3: 96-121 (26).
__. 1972. *Archaeological Evidence for Demographic Changes in the Eastern Cape during the Last 2000 Years.* Communicação a AGM, da Associação dos Arqueólogos, Univ. de Witwatersrand, Johannesburg (26).
DEGRASSI, N. 1951. "Il mercato Romano di Leptis Magna". *QAL,* n. 2: 37-70 (11, 19).
DELIBRIAS, G., HUGOT, H. J. & QUEZEL, P. 1957. "Trois datations de sédiments sahariens récents par le radiocarbone". *Libyca,* n. 5: 267-70 (17).
DEMOUGEOT, E. 1960. "Le chameau et l'Afrique du Nord romaine". *Annales.* pp. 205-47 (19, 20).
DERCHAIN, P. J. 1962. *Le Sacrifice de l'Oryx.* Bruxelles, Fondation Egyptologique Reine Elisabeth (3).
DERIÚCOURT, R. M. 1973-a. "Radiocarbon chronology of the Late Stone Age and Iron Age in South Africa". *SAJS,* n. 69: 280-4 (26).
__. 1973-b. "Archaeological survey of the Transkei and Ciskei: interim report for 1972". *FHP,* n. 5: 449-55 (26).
DESANGES, J. 1949. "Le statut et les limites de la Nubie romaine". *Chronique d'Egypte,* n. 44: 139-47 (10).
__. 1957. "Le triomphe de Cornelius Balbus, 19 av. J.-C.". *RA*: 5-43 (20).
__. 1962. *Catalogue des Tribus Africaines de l'Antiquité Classique à l'Ouest du Nil.* Dakar, Univ. de Dakar, Section d'Histoire (17, 20).
__. 1963. "Un témoignage peu connu de Procope sur la Numidie vandale et byzantine". *Byzantion,* XXXIII: 41-69 (19).
__. 1964. "Note sur la datation de l'expédition de Julius Maternus au pays d'Agisymba". *Latomus*: 713-25 (20).
__. 1967. "Une mention altérée d'Axoum dans l'exposition 'Totius Mundi et Gentium'". *AE,* VII: 141-58 (15).
__. 1968. "Vues grecques sur quelques aspects de la monarchie méroïtique". *BIFAO,* LXVI: 89-104 (10, 11).
__. 1970. "L'Antiquité gréco-romaine et l'homme noir". *REL,* XLVIII: 87-95 (17, 20).
__. 1971. "Un point de repère chronologique dans la période tardive du royaume de Méroé". *MN,* n. 7: 2-5 (10).
__. 1972. "Le statut des municipes d'après les données africaines". *Revue Historique de Droit Français et Etranger.* Paris, Sirey. pp. 253-73 (19).

__. 1975. "L'Afrique noire et le monde méditerranéen dans l'Antiquité. Ethiopiens et Gréco-romains". *RFHOM,* n. 228: 391-414 (20).
__. 1976. "L'iconographie du Noir dans l'Afrique du Nord antique". In: VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F., eds. *L'Image du Noir dans l'Art Occidental.* Fribourg, Menil Foundation. v. I: *Des Pharaons à la Chute de l'Empire Romain.* pp. 246-68 (20).
__. 1977. "Aethiops". *Encyclopédie Berbère* (20).
DESANGES, J. & LANCEL, S. 1962-74. "Bibliographie analytique de L'Afrique antique". *BAA,* n. 1-5 (19, 20).
DESCHAMPS, C., DEMOULIN, D. & ABDALLAH, A. 1967. "Données nouvelles sur la préhistoire du cap Manuel (Dakar)". In: ACTES VI[e] CONGR. *PPEQ.* pp. 130-2 (24).
DESCHAMPS, H. 1960. *Histoire de Madagascar.* 3. ed., 1965. Paris, Berger-Levrault (28).
__, dir. 1970. *Histoire Générale de L'Afrique Noire.* Paris, PUF. v. I: *Des Origines à 1800.* pp. 203-10 (20).
DESPOIS, J. [s.d.] "Rendements en grains du Byzacium". *Mélanges F. Gauthier.* pp. 187 et seq. (19).
DESROCHES-NOBLECOURT, C. 1963. *Life and Death of a Pharaoh: Tutankhamen.* Trad. Claude. London, Michael *Joseph/The Connoisseur* (2, 3).
DESROCHES-NOBLECOURT, C. & BOURGET, P. DU. 1962. *L'Art Egyptien.* Paris, PUF (3).
DESROCHES-NOBLECOURT, C. & KUENTZ, C. 1968. *Le Petit Temple d'Abou--Simbel "Nofretari pour qui se lève le soleil",* Cairo. Ministério de Cultura. 2 v. (3).
DEVIC, L. M. 1883. *Le Pays des Zendj d'après les Écrivains Arabes.* Paris (28).
DEZ, J. 1965. "Quelques hypothèses formulées par la linguistique comparée à l'usage de l'archéologie". *Taloha,* Tananarive, n. 2: 197-214 (28).
DICKE, B. H. 1931. "The lightning bird and other analogies and traditions connecting the Bantu with the Zimbabwe ruins". *SAJS,* n. 28: 505-11 (27).
DIEHL, C. 1896. *L'Afrique Byzantine;* Histoire de la Domination Byzantine en Afrique, 533-709. Paris, Leroux (19).
DIESNER, H. J. 1965. *Vandalen.* Pauly-Wissowa. *Realencyclopedie.* Supp. X: 957-92 (19).
__. 1966. *Das Vandalenreich, Aufstieg und Untergang,* Stuttgart, Kohlhammer (19).
__. 1969. "Grenzen und Grenzverteidigung des Vandalenreiches". *Studi in Onore di E. Volterra.* v. 3, pp. 481-90 (19).
DILLMANN, A. 1878. "Uber die Anfange der axumitischen Reiches". *AAW,* n. 223 (14).
__. 1880. *Zur Geschichte des axumitischen Reiches in vierten bis sechsten Jahrhundert.* Berlin, K. Akademie der Wissenschaften (14).
DINDORFF, L. A. 1831. *Ioannis Malalae Chronographia. Ex Recensione Ludovici Dindorfii* (Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae. Ioannes Malalas). Bonn, Weber (15).
__. 1870-1. *Historici Graeci Minores.* Leipzig, Teubner (15).

DIODORO DA SICÍLIA. 1933-67. *The Library of History of Diodorus of Sicily.* Trad. C. H. Oldfather et al. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 12 v. (1, 6, 10, 11, 17, 22).
DIÓGENES LAÉRCIO. 1925. *Lives of Eminent Philosophers.* Trad. R. D. Hicks. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 2 v. (1).
DIOP, C. A. 1955. *Nations Nègres et Culture.* Paris, Présence Africaine (1).
__. 1967. *Antériorité des Civilisations Nègres: Mythe ou Vérité Historique.* Paris, Présence Africaine. 301 p. (1).
__. 1968. "Métallurgie traditionnelle et âge du fer en Afrique". *BIFAN,* B, XXX, n. 1: 10-38 (21, 24).
__. 1973. "La métallurgie du fer sous l'Ancien Empire égyptien". *BIFAN,* B. XXXV: 532-47 (21, 24).
__. 1977-a. "Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro--africaines: processus de sémitisation". *BIFAN* (1).
__. 1977-b. "La pigmentation des anciens Egyptiens, test par la mélanine". *BIFAN* (1).
DITTEMBERGER, G. 1898-905. *Sylloge Inscriptionum Graecarum.* Leipzig. 5 v. (6).
DIXON, D. M. M. 1964. "The origin of the Kingdom of Kush (Napata-Meroe)". *JEA,* n. 50: 121-32 (11).
__. 1969. "The transplantation of Punt incense trees in Egypt". *JEA,* n. 55: 55 (4).
DOGGET, H. 1965. "The development of the cultivated sorghums". In: HUTCHINSON, J., ed. *Essays on Crop Plant Evolution.* Cambridge, CUP pp. 50--69 (24).
DONADONI, S., ed. 1967. *Tanit 1964, Missione Archeologica in Egitto dell' Università di Roma.* Roma.
DONADONI, S. 1970. "Les fouilles à l'église de Sonqui Tino". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Reckling-hausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 209-18 (12).
DONADONI, S. & CURTO, S. 1965. "Le pitture murali della chiesa di Sonqui nel Sudan". *Na Nubia Christiana.* Quaderno N.º 2 del Museo Eglizio di Torino. Turin, Fratelli Pozzo-Salvati. pp. 123 et seq. (12).
DONADONI, S. & VANTINI, G. 1967. "Gli scavi nel diff di Sonqui Tino (Nubia Sudanese)". *RRAL,* n. 3, XL: 247-73 (12).
DORESSE, J. 1957. "Découvertes en Ethiopie et découverte de l'Ethiopie". *BO,* n. 14: 64-5 (13).
__. 1960. "La découverte d'Asbi-Dera". In: ATTI CONV. INTERN. STUD. ET. 1959. pp. 229-48 (15).
DORNAN, S. S. 1915. "Rhodesian ruins and native tradition". *SAIS,* n. 12: 502-16 (27).
DREWES, A J. 1954. "The inscription from Dibbib in Eritrea". *BO,* n. 11: 185-6 (13).
__. 1956. "Nouvelles inscriptions de l'Ethiopie". *BO,* n. 13: 179-82 (13).
__. 1959. "Les inscriptions de Mélazo". *AE,* n. 3: 83-99 (13).

__. 1962. *Inscriptions de l'Ethiopie Antique.* Leiden, Brill. 111 p. (13, 15).
DREWES, A J. & SCHNEIDER, R. 1967-70-2. "Documents épigraphiques de l'Ethiopie I, II, III". *AE,* VII: 89-106; *AE,* VIII: 57-72; *AE,* IX: 87-102 (13).
DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. *Les Peuples de l'Orient Méditerranéen.* 4. ed. aum. Paris, PUF, Clio. v. I. *Introduction aux Études Historiques;* v. II. *L'Egypte* (2, 17).
DROUIN, E. A 1882. "Les listes royales éthiopiennes et leur autorité historique". *RA,* ago.-out. (16).
DRURY, R. 1731. *The Adventures of Robert Drury during Fiiteen Years of Captivity in the Island of Madagascar.* London. 464 p. (28).
DUBIEF, J. 1963. "Le climat du Sahara". *Mém. IRS,* Alger (20).
DUNBABIN, T. J. 1948. *The Western Greeks.* The History of Sicily and South Italy from the Foundation of the Greek Cofonies to 480 B.C. Oxford, Clarendon Press (18).
DUNCAN-JONES, R. P. [s.d.] "City population in Roman Africa". *IRS,* n. 53: 85 (19).
DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. *Royal Cemeteries of Kush,* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. v. I. *El-Kurru.* v. II. *Nuri.* v. III. *Royal Tombs at Meroe and Barkal.* (10, 11).
DUPIRE, M. 1962. "Peuls nomades". *Étude Descriptive des Woolabe du Sahel Nigérien.* Paris, Institut d'Ethnofogie (24).
__. 1972. "Les facteurs humains de l'économie pastorale". *Études Nigériennes,* n. 5 (24).
DUTTON, T. P. 1970. "Iron-smelting furnace date 630 ±50 years A.D. in the Ndumu Game Reserve". *Lammergeyer,* XIII: 37-40 (27).
DUVAL, N. 1971. *Recherches Archéologiques à Sbeitla.* Paris, Bibl. Ecoles Françaises d'Athènes et Rome (19).
__. 1974. "Le dossier de l'église d'El-Monassat au sud-ouest de Sfax, Tunisie". *AA,* VIII: 157-73 (19).
DUVAL, N. & BARATTE, F. 1973. *Sbeitla: Les Ruines de Sufetula.* Tunis, STD (19).
__. 1974. *Haidra: Les Ruines d'Ammaedara.* Tunis, STD (19).
DUVAL, Y. & FÉVRIER, P. A 1969. "Procès-verbal de déposition des reliques de la région de Télerma, VIIe siècle". *Mélanges, Ecole Française de Rome.* Roma, Inst. Franç. de Rome. pp. 257-320 (19).
DUYVENDAK, J. L. 1949. *China's Discovery of Africa.* London. Probsthain (22).
EBBELL, B. 1937. *The Papyrus Ebers, the Greatest Egyptian Medical Document.* Copenhague, Levin & Hunksgaard. 135 p. (5).
EDKINS, Rev. J. 1885. "Ancient navigation in the Indian Ocean". *IRAS,* XVIII: 1-27 (22).
EDWARDS, I. E. S. 1961. *The Pyramids of Egypt,* London, Penguin. 258 p. (2).
EHRET, C. 1967. "Cattle-keeping and milking in Eastern and Southern African history: the linguistic evidence". *IA H,* VIII: 1-17 (21, 27).
__. 1971. *Southern Nilotic History:* Linguistic Approaches to the Study of the Past, Evaston, Northwestern Univ. Press (23).
__. 1972. "Bantu origins and history: critique and interpretation". *TIH,* 11: 1-19 (21).

__. 1973. "Patterns of Bantu and Central Sudanic settlement in Central and Southern Africa (c. 1000 B.C. – 500 AD.)". *TJH,* III: 1-71 (21, 23).
__. 1974. *Ethiopians and East Africans*: The Problems of Contacts. Nairobi, East African Publishing House (23).
EHRET, C. et al. 1972. "Outlying Southern African history: a reevaluation AD. 100-1500". *Ufahamu,* III: 9-27 (27).
ELGOOD, P. G. 1951. *Later Dynasties of Egypt,* Oxford, B. Blackwell (2).
ELPHICK, R. H. 1972. *The Cape Khof and the First Phase of South African Race Relations.* Yale, Yale Univ. Tese (26).
EMERY, W. B. 1960. "Preliminary report on the excavations of the Egypt Exploration Society at Buhen, 1958-59". *Kush, n.* 8: 7-8 (9).
__. 1961. *Archaic Egypt.* London, Penguin (2).
__. 1963. "Preliminary report on the excavations at Buhen, 1962". *Kush,* n. 11: 116-20 (9).
__. 1965. *Egypt in Nubia,* London, Hutchinson (4, 9, 12).
EMERY, W. B. & KIRWAN, L. P. 1935. *Mission Archéologique en Nubie,* 1929-34. The Excavations and Survey between Wadi es-Sebua and Adindan, 1929-31. Caire, Government Press. 2 v. 492 p. (9).
__. 1938. *The Royal Tombs of Ballana and Qustul.* Service des Antiquités de l'Egypte. Cairo, Government Press. 2 v. (10, 12).
EMIN-BEY. [s.d.]. *Studii-Storico-Dogmatici sulla Chiesa Giacobina. Roma Tip Caluneta Tarique Neguest... Manus.* Guardado na B.N. nº P. 90 (16).
EMPHOUX, J. P. 1970. "La grotte de Bitorri au Congo-Brazzaville". *Cah. ORSTOM,* VII, 1: 1-20 (25).
EPSTEIN, H. 1971. *The Origin of the Domestic Animais in Africa.* New York, Africana Publishing (21, Concl.).
ERMAN, A 1927. *The Literature of the Ancient Egyptians.* Trad. A M. Blackman. London, Methuen (5).
__. 1966. *The Ancient Egyptians.* A Sourcebook of Their Writings. Trad. A M. Blackman. New York, Harper & Row (3).
ERROUX, J. 1957. "Essai d'une classification dichotomique des blés durs cultivés en Algérie". *BSHNAN,* n. 48 : 239-53 (17).
ESPERANDIEU, G. 1957. *De l'Art Animalier dans l'Afrique Antique.* Alger, Imp. Officielle (17).
ÉSQUILO. 1922-57. *Works.* London, Heinemann, H. Weir Smyth (1).
ESTRABÃO. 1917-32. *Geography.* ed. e trad. H. L. Jones. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 8 v. (1, 6, 11, 22).
EUSÉBIO DE PANFÍLIA. 1675. *Vie de l'Empereur Constantin.* Paris (16).
EUZENNAT, N. 1976. "Les recherches sur la frontière romaine d'Afrique. 1974-76". In: AKTEN XI INTER. LIMESKONG. pp. 533-43 (20).
EVANS-PRITCHARD, E. E. 1940. *The Nuer.* A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People. London, Oxford Univ. Press (24).

EVETTS, B. T. A. & BUTLER, A. J. 1895. *The Churches and Monasteries.* Oxford (12).
EYO, E. 1964-5. "Excavations at Rop rock Shelter". *WAAN,* n. 3: 5-13 (24).
__. 1972. "Excavations at Rop rock Shelter, 1964". *W AIA,* n. 2: 13-6 (24).
FAGAN, B. M. 1961. "Pre-European Iron working in Central Africa with special reference to Northern Rhodesia". *JAH,* 11, 2: 199-210 (25).
__. 1965. "Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa. III". *JAH,* VI: 107-16 (27).
__. 1967. "Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa. V". *JAH,* VIII: 513-27 (27).
__. 1969-a. "Early trade and raw materials in South Central Africa". *JAH,* X, 1: 1-13 (25, 29).
__. 1969-b. "Radiocarbon dates for sub-Saharan Africa. VI". *JAH,* X: 149-69 (27).
FAGAN, B. M. & NOTEN, F. L. VAN. 1971. "The hunter-gatherers of Gwisho". *AMRAC,* n. 74, XXII + 230 p. (25).
FAGAN, B. M., PHILLIPSON, D. W. & DANIELS, S. G. H., eds. 1969. *Iron Age Cultures in Zambia.* London, Chatto & Windus (25, 27).
FAGG, A. 1972. "Excavations of an occupation site in the Nok Valley, Nigeria". *WAJA,* n. 2: 75-9 (24).
FAIRMAN, H. W. 1938. "Preliminary report on the excavations at Sesebi and Amarah West, Anglo-Egyptian Sudan, 1937-8". *JEA,* XXIV: 151-9 (9) .
__. 1939. "Preliminary report on the excavations at Amarah West, Anglo-Egyptian Sudan, 1938-9". *JEA,* XXV: 139-44 (9).
__. 1948. "Preliminary report on the excavations at Amarah West, Anglo- Egyptian Sudan, 1947-8". *JEA,* XXXIV: 1-11 (9).
FATTOVICH, R. 1972. "Sondaggi stratigrafici. Yeha". *AE,* n. 9: 65-86 (13).
FAUBLÉE, J. & M. 1964. "Madagascar vu par les auteurs arabes avant le XIX[e] siècle", In: ACTES VII[e] COLL. INTERN. HIST. MARIT., E STUDIA. 1963. n. 11 (28).
FAULKNER, R. O. 1962. *A Concise Dictionary of Middle Egyptian.* Oxford, Griffith Institute. XVI + 328 p. (1). trad. 1969. *The Ancient Egyptian Pyramid Texts.* Oxford, Clarendon Press (2, 3).
__, trad. 1974, 1978. *The Ancient Egyptian Coffin Texts.* Warminster, Arris & Philips. 2 v. (3).
__. 1975. "Egypt from the inception of the nineteenth dynasty to the death of Rameses III". *Cambridge Ancient History.* Cambridge. v. 2, pt. 2, cap. XXIII (2).
FENDRI, M. 1961. *Basilique Chrétienne de la Skhira.* Paris, PUF (19).
FERGUSON, J. 1969. "Classical contacts with West Africa". In: THOMPSON, L. A. & FERGUSON, J., eds. *Africa in Classical Antiquity,* Ibadan, Ibadan Univ. Press, pp. 1-25 (21).
FERGUSON, J. & LIBBY, W. F. 1963. "Ugla radiocarbon dates. II". *Radiocarbon,* V: 17 (27).
FERRAND, G. 1891-902. *Les Musulmans à Madagascar et aux lles Comores.* Paris, Leroux. 2 v. (28).
__. 1904. "Madagascar et les Îles Uaq-Uaq". *JA* : 489-509 (28). 1908. "L'origine africaine des Malgaches". *IA*: 353-500 (28).

__. 1913-4. *Relation des Voyages et Textes Géographiques Arabes, Persans et Turcs Relatifs à l'Extrême-Orient du VIII^e au XIII^e Siécle.* Paris, Leroux. 2 v. (28).
FÉVRIER, P. A. 1962-7. "Inscriptions chrétiennes de Djernila-Cuicul". *BAA,* I: 214--22; *BAA,* II : 247-8 (19).
__. 1965. *Fouilles de Sétif.* Les Basiliques Chrétiennes du Quartier Nord-Ouest. Paris, CRNS (19).
FÉVRIER, P. A. & BONNAL, J. 1966-7. "Ostraka de la région de Bir Trouch". *BAA,* 11 : 239-50 (19).
FIRTH, C. M. 1915. *Archaeological Survey of Nubia.* Report for 1907-1908--1910-1911. Cairo, National Print Dept. (9).
FLACOURT, E. 1661. *Histoire de la Grande Île de Madagascar.* Paris, Gervais Clougier (28).
FLEISCHHACKER, H. VON. 1969. "Zur Rassen -und Bevölkerungsgeschichte Nordafrikas unter besonderer Berüchsichtigung der Aethiopiden, der Libyer und der Garamanten". *Paideuma,* n. 15: 12-53 (17, 20).
FLIGHT, C. 1972. "Kintampo and West African Neolithic civilizations". *BWS,* n. 56 (24).
FONTANE, M. E. 1882. "Les Egyptes (5000 à 715 av. J.-C.)". In: –. *Histoire Universelle.* Paris, A. Lemerre, 1838-1914. v. 3 (1).
FORBES,.R. J. 1950. *Metallurgy in Antiquity*: A Notebook for Archaeologists and Technologists. Leiden, Brill (21).
__. 1954. "Extracting, smelting and alloying". In: SINGER, C., HOLMYARD, E. L. & HALL, A. R. *History of Technology.* Oxford, Clarendon Press. 4. v. pp. 572-99 (21).
FRAIPONT, J., trad. 1968. *Sancti Fulgentii Episcopi Ruspensis Opera. Corpus Auctorum Christianorum.* n. 91, 91 A (19).
FRANCHINI, V. 1954. "Ritrovamenti archeologici in Eritrea". *RSE,* n. 12: 5-28 (13).
FRANKFORT, H., ed. 1929. *The Mural Painting of El-Amarneh,* London, Egypt Exploration Society (5).
FRASER, P. M. 1967. "Current problems concerning the early history of the cult of Serapis". *OA,* VII: 23-45 (6).
__. 1972. *Ptolemaic Alexandria.* Oxford, Clarendon Press. 3 v. (6).
FRAZER, J. G. 1941. *The Golden Bough: A Study of Magic and Religion.* 3. ed. New York, Macmillan. 12 v. (29).
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1960. "East African coin finds and their historical significance". *JAH,* I: 31-43 (22).
__. 1962-a. *The Medieval History of the Coast of Tanganyka.* London, Oxford Univ. Press (22).
__. 1962-b. *The East African Coast.* Selected Documents from the First to the Earlier 19^th^ Century. Oxford, Clarendon Press (22, 27).
__. 1968. *A Note on Zanj in the Greek Authors.* Seminar on Language and History in Africa. London (22).
FREND, W. H. C. 1968. "Nubia as an outpost of Byzantine cultural influence". *Byzantinoslavica,* n. 2: 319-26 (12).

__. 1972-a. "Coptic, Greek and Nubian at Quasr Ibrim". *Byzantinoslavica,* XXXIII : 224-9 (12).
__. 1972-b. *The Rise of the Monophysite Movement:* Chapters in the History of the Church in the Fifth and Sixth Centuries. Cambridge, CUP (12).
FROBENIUS, L. 1931. *Erythräa: Länder und Zeiten des Heiligen Königsmordes,* Berlin, Atlantis (11).
FRONTINUS, S. J. 1888. *Strategemata.* G. Gundermann, ed. I, 11, 18. ed. ingl., 1950. *The Stratagems and the Aqueducts of Rome.* London, Heinemann (7).
FURON, R. 1972. *Eléments de Paléoclimatologie,* Paris, Vuibert (20).
GABEL, C. 1965. *Stone Age Hunters of the Kafue.* The Guaisho A Site. Boston, Mass., Boston Univ. Press (21).
GADALLAH, F. F. 1971. "Problems of pre-Herodotan sources in Libyan history". *Libya in History.* Benghazi. 2. parte, p. 43-75. Em árabe, com resumo em inglês, pp. 78-81 (17).
GAGÉ, J. 1964. *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain.* Paris, Payot (19).
GALAND, L. 1965-70. "Les études de linguistique berbère". *Ann. Afr,* (20).
__. 1969. "Les Berbêres; la langue et les parlers". *Encyclopedia Universalis.* Paris. pp. 171--3 (20).
__. 1974. "Libyque et berbére". *AEPHE* : 131-53 (20).
GARDINER, A. H. 1909. *The Admonitions of an Egyptian Sage.* From a Hieratic Papyrus in Leiden. Leipzig, J. C. Hinrichs. VIII + 116 p. (2).
__. 1950. *Egyptlan Grammar.* 2. ed. London. p. 512 (4).
__. 1961. *Egypt of the Pharaohs, an lntroduction.* Reimpr. 1964. Oxford, Clarendon Press. X + 461 p. (2, 9).
GARDNER, T., WELLS, L. H. & SCHOFIELD, J. F. 1940. "The recent archaeology of Gokomere, Southem Rhodesia". *TRSSA,* XVIII: 215-53 (27).
GARLAKE, P. S. 1967. "Excavations at Maxton Farm, near Shamwa Hill, Rhodesia". *Arnoldia,* 111, 9 (27).
__. 1969. "Chitope: an early iron age village in Northem Mashonaland". *Arnoldia,* IV, 19 (27).
__. 1970-a. "Iron age sites in the Urungwe district of Rhodesia". *SAAB,* XXV: 25-44 (27).
__. 1970-b. "Rhodesian ruins. A preliminary assessment of their styles and chronology". *JAH,* XI, 4 : 495-513 (27).
__. 1973. *Great Zimbabwe.* London, Thames & Hudson (27).
GARSTANG, J. et al. 1911. *Meroe, the City of the Ethiopians.* Account of a First Season's Excavations on the Site 1909-10. Liverpool, Univ. of Liverpool Instit. of Archaeology (11).
GARTKIEWICZ, P. 1970-2. "The central plan in Nubian church architecture". *Nubian Recent Research.* pp. 49-64 (12).
GASCOU, J. 1972. *La Politique Municipale de l'Empire Romain en Afrique Proconsulaire de Trajan à Septime-Sévère.* Roma, Ecole Française de Rome (11, 19).

GAST, M. 1972. "Témoignages nouveaux sur Tin Hinan, ancêtre légendaire des Touareg Ahaggar. Mélanges Le Tourneau". *ROMM*: 395-400 (20).
GAUCKLER, P. 1925. *Nécropoles Puniques de Carthage.* Paris (18).
GAUDIO, A. 1953. "Quattro ritrovamenti archeologici e paleografici in Eritrea". *Il Bolletino,* I: 4-5 (15).
GAUTHIER, H. 1925-31. *Dictionnaire des Noms Géographiques Contenus dans les Textes Hiéroglyphiques.* Cairo. 7 v. (17).
GAUTIER, E. F. 1952. *Le Passé de l'Afrique du Nord.* Paris, Payot (18);
GERMAIN, G. 1948. "Le culte du bélier en Afrique du Nord". *Hespéris,* XXXV: 93--124 (17).
__. 1957. "Qu'est-ce que le périple d'Hannon? Document, amplification littéraire ou faux intégral?". *Hespéris*: 205-48 (20, 21).
GHALIOUNGUI, P. 1963. *Magic and Medical Science in Ancient Egypt.* London, Hodder & Stoughton. 189 p. (3).
__. 1973. *The House of Life.* Per Ankh, Magic and Medical Science in Ancient Egypt. Amsterdam, B. M. Israël. XIV + 198 p. (5).
GILOT, E., ANCIEN, N. & CAPRON, P. C. 1965. "Louvain natural radiocarbon measurements. III". *Radiocarbon,* II: 118-22 (25).
GIORGINI, M. S. 1965. "Première campagne de fouilles à Sedeinga 1963-64". *Kush,* XIII: 112-30 (10).
GIRGIS, M. 1963. "The history of the shipwrecked sailor". texto e trad., *Bull. Fac. Lettres de l'Univ, du Caire,* XXI, I: 1-10 (4, 11).
GLANVILLE, S. K. R., ed. 1942. *The Legacy of Egypt.* Oxford, Clarendon Press. XX + 424 p. (2).
GLASER, E. 1895. *Die Abessiner in Arabien und Afrika auf grundneuentdecken Inschriften.* Munich, Hermann Luckaschik (11).
GOBERT, E. 1948. "Essai sur la litholâtrie". *RA,* n. 89: 24-110 (17).
GOLENISCHEV, V. S. 1912. *Le Conte du Naufragé.* trad. W. Golerischeff. Cairo, Inst. Français de Archéologie Orientale. (4).
GOLGOWSKI, T. 1968. "Problems of the iconography of the Holy Virgin murals from Faras". *Etudes et Travaux,* II: 293-312 (12).
GOMAA, F. 1973. "Chaemwese, Sohn Rameses II und hoher Priester von Memphis". *ÄA,* n. 27 (3).
GOODCHILD, R. G. 1962. *Cyrene and Apollonia; An Historical Guide.* Líbia. Department of Antiquities of Cyrenaica (6).
__. 1966. "Fortificazioni e palazzi bizantini in Tripolitania e Cirenaica". CC, XIII : 225-50 (19).
GOODWIN, A. J. H. 1946. "Prehistoric fishing methods in South Africa". *Antiquity,* n. 20: 134-9 (26).
GOSTYNSKI, T. 1975. "La Libye antique et ses relations avec l'Egypte". *BIFAN,* 37 (3): 473-588 (10, 20).

GOYON, G. 1957. *Nouvelles Inscriptions Rupestres du Wadi-Hammamat.* Paris, Imprimerie Nationale (3).
__. 1970. "Les navires de transport de la chaussée monumentale d'Ounas". *BIFAO,* LXIX: 11-41 (3).
GOYON, J. C., trad. 1972. *Rituels Funéraires de l'Ancienne Egypte.* Paris, Le Cerf. 359 p. "Le rituel de l'embaumement", "Le rituel de l'ouverture de la bouche", "Le livre des respirations".
GRANDIDIER, A. 1885. *Histoire de la Géographie de Madagascar.* Paris, Imprimerie Nationale (28).
GRAPOW, H. 1954-63. *Grundriss der Medizin der alten Ägypter,* Berlin, Akademie Veriag. 9 v. (5).
GREENBERG, J. H. 1955. *Studies in African Linguistic Classification,* New Haven, Compass (25).
__. *1963. The Languages of Africa.* 2. ed. (3. ed., 1970). Bloomington, Univ. of Indiana Press. VIII + 180 p. (21, 23, 25).
__. 1972. "Linguistic evidence regarding Bantu origins". *JAH,* XIII, 2: 189-216 (21,25).
GRIFFITH, F. L. 1911. *Karanog. The Meroitic Inscriptions of Shablul and Karanag.* Philadelphie, pp. 62 (11).
__. *1911-2 Meroitic Inscriptions.* London, Archaeological Survey of Egypt. 2 v. (11).
__. *1913. The Nubian Texts of the Christian Period.* Berlin, König Akademie der Wissenschaften. 134 p. (12).
__. 1917. "Meroitic studies. III-IV". *JEA,* n. 4: 27 (11).
__. 1921-8. "Oxford excavations in Nubia". *LAAA,* VIII, 1; IX, 3-4; X, 3-4; XI, 3-4; XII, 3-4; XIII, 1-4; XIV, 3-4; XV, 3-4 (9, 12).
__. 1925. "Pakhoras-Bakharas-Faras in geography and history". *JEA,* XI : 259-68 (12).
GRIFFITH, J. G. 1970. *Plutarch: De Iside et Osiride.* Cambridge (2).
GROAG, E. 1929. *Hannibal als Politiker.* Viena (18).
GROBBELAR, C. S. & GOODWIN, A. J. H. 1952. "Report on the skeletons and implements in association with them from a cave near Bredasdorp, Cape Province". *SAAB,* n. 7: 95-101 (26).
GROHMANN, A. 1914-a. "Eine Alabasteriampe mit einer Ge'ezschrift". *WZKM,* XXV: 410-22 (15).
__. 1914-b. *Göttersymbole und Symboltiere auf südarabische Denkmaler.* Vienna, Akademie der Wissenschaften (13).
__. 1915. "Über den Ursprung und die Entwicklung der äthiopischen Schrift". *Archiv für Schriftkunde,* I, 2-3: 57-87 (15).
__. 1927. In: NIELSON, D., ed. *Handbuch des attarabische Aetertumskunde.* Copenhagen. v. 1 (13)
GROSSMAN, P. 1971. "Zur Datierung der frühen Kirchenlagen aus Faras". *Byzantinische Zeitschrift,* n. 64 : 330-50 (12).

GROSS-MERTZ, B. 1952. *Certain Titles of the Egyptian Queens and Their Bearing on the Hereditary Right to the Throne.* Dissert. Univ. of Chicago (3) .
GSELL, S. 1913-28. *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord.* Paris, Hachette. 8 v. (17, 19, 20).
__. 1915. *Herodotus.* Alger, Typographie A. Jourdan. pp. 133-4 (17).
__. 1926. "La Tripolitaine et le Sahara au III[e] siècle de notre ère". *MAI,* XLIII: 149-66 (20).
GUÉRY, R. 1972. In: BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ NATIONALE DES ANTIQUAIRES DE FRANCE. Paris : 318-9 (19).
GUIDI, I. 1896. *Guelde Aregawi, Vita Ze-Mikael Aregawi.* Roma (16).
__. 1906. *The Life and Miracles of Tekle Haymanot.* London. v. II (16).
GUMPLOWICZ, L. 1883. *Der Rassenkampf, sociologische Untersuchungen.* Innsbrück (1).
GUTHRIE, M. 1962. "Some developments in the pre-history of the Bantu languages". *JAH,* III, 2: 273-82 (25).
__. 1967-71. *Comparative Bantu:* An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages. Farnborough, Gregg International. 4 v. (21, 25).
__. 1970. "Contributions from comparative Bantu studies to the prehistory of Africa". In: DALBY, D., ed. *Language and History in Africa.* London, Franck Cass. pp. 20--49 (21, 25).
HABACHI, L. 1955. "Preliminary report on Kamose stela and other inscribed blocks found reused in the foundations of two statues at Karnak". *ASAE,* n. 53: 195-202 (9).
HAILEMARIAM, G: 1955. "Objects found in the neighbourhood of Axum". *AE,* I: 50-1 (13).
HALFF, G. 1963. "L' onomastique punique de Carthage". *Karthago,* XIII (18).
HAMA, BOUBOU. 1967. *Recherches sur l'Histoire des Touareg Sahariens et Soudanais.* Paris, Présence Africaine (20).
HAMY, E. T. 1969. In: PARRINDER, Geoffey. *African Mythology,* 2. ed. London, Paul Hamlyn (4).
HANI, J. 1976. *La Religion Egyptienne dans la Pensée de Plutarque.* Paris, Les Belles Lettres (2).
HARDEN, D. B. 1963. *The Phoenicians.* London, Thames & Hudson. ed. rev. (18).
HARDY, E. R. 1931. *The Large Estate of Byzantine Egypt.* ed. rev., 1968. New York, Ams Press (7).
HARLAN, J. R., WET, J. M. J. & STEAMLER, A. DE. 1976. *The Origin of African Blant Domestication.* Paris, Mouton. World Anthropology Series (21).
HARRIS, J. R. 1966. *Egyptian Art.* London, Spring Books. 44 p. (5).
__. ed. 1971. *The Legacy of Egypt.* 2. ed. Oxford, Clarendon Press (3, 5).
HARTLE, D. 1966. "Bronze objects from the Ifeka gardens site, Ezira". *WAAN,* n. 4: 26 (24).

__. 1968. "Radiocarbon dates". *WAAN,* n. 13: 73 (24).
HASAN, H. 1928. *A History of Persian Navigation.* London (22).
HAVINDEN, M. A. 1970. "The history of crop cultivation in West Africa: A bibliographical guide". *EHR,* 2. série, XXIII, 3: 532-55 (24).
HAYCOCK, B. G. 1954. "The Kingship of Kush in the Sudan". *CSSH,* VII, 4: 461-80 (10, 11).
HAYES, W. C. 1955-9. *The Scepter of Egypt:* A Background for the Study of Egyptian Antiquities in the Metropolitan Museum of Art. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press (2, 3).
__. *1965. Most Ancient Egypt,* Chicago, K. C. Steele, Univ. of Chicago Press (2).
__. 1971. "The Middle Kingdom in Egypt internal history". *Cambridge Ancient History.* Cambridge. v. 1, pt. 2 (2).
__. 1973. "Egypt, internal affairs from Thutmosis I to the death of Amenophis III". *Cambridge Ancient History,* Cambridge. v. 2, pt. 1 (2).
HAYWOOD, R. M. 1938. *An Economic Survey of Ancient Rome.* Baltimore, John Hopkins Press. v. 4: Roman Africa. ed. T. Frank (1933-40) (19).
HEARST, P. A. 1905. "Medical Papyrus". *Egyptian Archaeology.* Berkeley, California, Univ. of California. v. 1 (5).
HEEKEREN, H. R. VAN. 1958. *The Bronze-Iron Age of Indonesia.* Amsterdam, Nartinus, Nijhoff (28).
HELCK, W. 1939. *Der Einfluss der Militärführer in der 18 ägyptischen Dynastie.* Leipzig, J. C. Hinrichs. VIII + 87 p. (5).
__. 1958. "Zur Verwaltung der Mittleren und Neuen Reichs". *Probleme der Ägyptologie,* 3, 3 A (3).
HELCK, W. & OTTO, E. 1970. *Kleines Wörterbuch der Ägyptologie,* 2. ed. rev. Wiesbaden, Harrassowitz. 428 p. (3).
HERBERT, E. W. 1973. "Aspects of the uses of copper in pre-colonial West Africa". *JAH,* XIV, 2: 170-94 (24).
HERBERT, J. C. 1968-a. "Calendriers provinciaux malgaches". *BM,* n. 172: 809-20 (28).
__. 1968-b. "La rose des vents malgache et les points cardinaux". *CM,* n. 2: 159-205 (28).
__. 1971. "Madagascar et Malagasy, histoire d'un double num de baptême", *BM,* n. 302-3 : 583-613 (28).
HERIN, A. 1973. *Studie van een Verzameling Keramiek uit de Bushimaie Vallei "Kasai--Zaire" in Het Koninklijk Museum voor Midden Afrika te Tervuren.* Tese. Univ. de Gand (25).
HERÓDOTO. *Histoires* (livros 1-9). Texto org. e trad. por P.-E. Legrand (1932-54). Paris, Coll. des Universités de France. 2 v. (1, 10).
__. 1920-4. *Works.* Trad. A. D. Godley. London, Heinemann. 4 v.
HERZOG, R. 1957. *Die Nubier Untersuchungen und Beobachtungen zur Gruppengleiderung, Gesellschaitsform und Wirtschaftsweise.* Berlin, Akademie der Wissenschaften (1, 11).

__. 1968. "Punt". *Proceedings of the German Archaeological Institute of Cairo.* v. 5, Glückstadt (4).
HEURGON, J. 1958. *Le Trésor de Ténès.* Paris, Dir. de l' Intérieur et des Beaux Arts (19).
__. 1966. "The inscriptions of Pyrgi". *JRS,* LVI (18).
HEUSS, A. 1949. "Der Erste Punische Krieg und das Problem des römischen Imperialismus". *Historische Zeitschrift,* CLXIX (18).
HEYLER, A. & LECLANT, J. 1966. In: ORIENTALISTISCHE LITERATURZEITUNG, n. 61: 552 (10).
HIERNAUX, J. 1968-a. *La Diversité Humaine en Afrique Subsaharienne.* Bruxelles, Institut de Sociologie (21).
__. 1968-b. "Bantu expansion: the evidence from physical anthropology confronted with linguistic and archaeological evidence". *JAH,* IX, 4: 505-15 (25).
HIERNAUX, J., LONGRÉE, E. DE & BUYST, J. DE. 1971. "Fouilles archéologiques dans la vallée du Haut-Lualaba I, Sanga, 1958". *AMRAC,* n. 73 : 148 (25).
HIERNAUX, J. & MARQUET, E. 1957. "Cultures préhistoriques de l'âge des métaux au Rwanda-Urundi et au Kivu (Congo Belge)", 1. parte. *ARSC*: 1126-49 (25).
__. 1960. "Cultures prehistoriques ...", 2. parte. *ARSC,* X, 2: 5-88 (25).
__. 1968. "L'âge du fer au Kibiro (Ouganda)". *AMRAC,* n. 63: 49 (29).
HIERNAUX, J., MARQUET, E. & BUYST, J. DE. 1973. "Le cimetière protohistorique de Katoto (vallée du Lualaba, Congo-Kinshasa)". ACTES VI[e] CONGR. PPEQ. pp. 148-58 (25).
HINTZE, F. 1959-a. *Studien zur Meroitischen Chronologie und zu den Opjertafeln aus den Pyramiden von Meroe.* Berlin, Akademie Verlag. 72 p. (10, 11).
__. 1959-b. "Preliminary report of the Butana expedition 1958 made by the Institute for Egyptology of the Humboldt University, Berlin". *Kush,* VII: 171-96 (11).
__. *1962. Die Inschriften des Löwentempels von Musawwarat es-Sufra.* Berlin, Akademie Verlag. 50 p. (11).
__. 1964. "Das Kerma-Problem". *ZAS,* n. 91: 79-86 (9).
__. 1965. "Preliminary note on the epigraphic expedition to Sudanese Nubia,
__. 1963". *Kush,* n. 13: 13-6 (9).
__. *1968. Civilizations of the Old Sudan.* Leipzig. 145 p. (9).
__. 1971-a. *Musawwarat es-Sufra* (2). *Der Löwentempel;* unter Mitwirkung von U. Hintze, K. H. Priese, K. Stark. Berlin, Akademie Verlag (11).
__. 1971-b. *Stand und Aufgaben der chronologischen Forschung.* Internationale Tagung für Meroitischen Forschungen. September 1971 in Berlin. Humboldt Universität, Berlin, Bereich Ägyptologie und Sudanologie Meroitistik (11).
__. 1976. "Die Grabungen von Musawwarat es-Sufra". Berlin, v. 1, pt. 2: *Tafelband Löwentempel (10).*

HINTZE, F. & U. 1967. *Alte Kulturen im Sudan.* Munich, Callwey. 148 p. (9, 12).
__. 1970. "Einige neue Ergebnisse der Ausgrabungen des Instituts für Ägyptologie der Humboldt Universität zu Berlin in Musawwarat es-Sufra". In: DINCKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in chrislicher Zeit.* Ergebnisse und Probleme auf Grund der jüngsten Ausgrabungen. Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 49-70 (11).
HISTOIRE ET TRADITION ORALE. 1975. "L'Empire du Mali". ACTES COLL. BAMAKO I. Fondation SCOA pour la Recherche Foundamentale en Afrique Noire (21).
HOBLER, P. M. & HESTER, J. J. 1969. "Prehistory and environment in the Libyan desert". *SAAJ,* 23 (92): 120-30 (24).
HOFMANN, I. 1967. *Die Kulturen des Niltas von Aswan bis Sennar, vom Mesolithikum bis zum Ende der Christlischen Epoche.* Monographien zur Völkerkunden--Hamburgischen Museum für Völkerkunde, IV. Hamburg (12).
__. 1971-a. *Studien zum Meroitischen Königtum* (MRE2). Bruxelles (10).
__. 1971-b. "Bemaehungen zum Ende des Meroitischen Reiches". *Afrikanische Sprachen und Kulturen, ein Querschnitt.* Hambourg, Deutsches Institut für Afrika Forschung, 1971. *HBZAK,* n. 14: 342-52 (10).
__. 1975. *Wege und Möglichkeiten eines indischen Einflusses auf die meroitische Kultur.* Bonn, Verlag des Anthropos-Instituts (10).
HOLSCHER, W. 1937. "Libyer und Ägypter, Beiträge zur Ethnologie und Geschichte libyscher Völkerschaften", *AFU,* n. 5 (2, 17).
HONELL. 1934. "Indonesian influences on East African culture". *JRAI (28).*
HORNUNG, E. 1965. *Grundzug der Ägyptischen Geschichte.* Darmstadt (2).
__. *1971. Der Eine und die Vielen. Ägyptische Göttesvorstellungen.* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft. VIII + 282 p. (3).
__. *1972. Ägyptische Unterweltsbücher.* Zurich, Artemis Verlag. 526 p. (3).
HOURANI, G. F. 1963. *Arab Seafaring in the Indian Ocean.* (2 ed., 1969). Beyrouth (22).
HUARD, P. 1966. "Introduction et diffusion du fer au Tchad". *JAH,* VII: 377-404 (20, 21).
HUARD, P. & LECLANT, J. 1972. *Problèmes Archéologiques entre le Nil et le Sahara.* Cairo. 100 p. (17).
HUARD, P. & MASSIP, J. M. 1967. "Monuments du Sahara nigérotchadien". *BIFAN, B*: 1-27 (20).
HUFFMAN, T. N. 1970. "The Early Iron Age and the spread of the Bantu". *SAAB,* XXV: 3-21 (21, 25, 27).
__. 1971-a. "A guide to the Iron Age of Mashonaland". *OPNM,* IV: 20-44 (27).
__. 1971-b. "Excavations at Leopard's Kopje main Kraal: a preliminary report". *SAAB,* XXVI: 85-9 (27).
__. 1973. "Test excavations at Makuru, Rhodesia". *Arnoldia,* V, 39 (27).
__. 1974. "Ancient mining and Zimbabwe". *JSAIMM,* LXXIV: 238-42 (27).

HUGOT, H.-J. 1963. "Recherches préhistoriques dans l' Ahaggar nord-occidental, 1950-7". *MCRAPE,* 1 (17,24).
__. 1968. "The origins of agriculture: Sahara". *CA,* 9 (5): 483-9 (24).
HUGOT, H. J. & BRUGMANN, M. 1976. *Les Gens du Matin.* Sahara, Dix Mille Ans d' Art et d'Histoire. Paris, Bibliothèque des Arts (4) .
HUNTINGFORD, G. W. B. 1963. In: OLIVER, R. & MATHEW, J., dir. *History of East Africa.* v. I, pp. 88-9 (4).
INSKEEP, R. R. 1971. "Letter to the Editor". *SAJS,* LXVII: 492-3 (27).
INSKEEP, R. R. & BEZING, K. L. VON. 1966. "Modelled terra-cotta head from Lydenburg, South Africa". *Man,* I: 102. n. special (27).
IRFANN, S. 1971. *The Martyrs of Najran.* New documents. Bruxelles, Société des Bollandistes. pp. 242-76 (15, 16).
ISSERLIN, B. S. J. et al. 1962-3. "Motya, a Phoenician-Punic site near Marsala", *ALOS,* IV: 84-131 (18).
JAFFEY, A. J. E. 1966. "A reappraisal of the Rhodesian Iron Age up to the fifteenth century". *JAH,* VII. 2: 189-95.
JAKOBIELSKI, S. 1966. "La liste des évêques de Pakhoras". *CAMAP,* 111 : 151-70 (12).
__. Polish excavations at Old Dongola. *Nubische Kunst* : 167 et seq. (12).
__. 1970. "Polish excavations at Old Dongola, 1969". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Ergebnisse und problema auf Gruna der jüngsten Ausgrabungen. Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 171-80 (12).
__. 1972. *Faras III. A History of the Bishopric of Pachoras on the Basis of Coptic Inscriptions.* Varsóvia. PWN Editions Scientifiques de Pologne (12).
__. 1975-a. "Polish excavations at Old Dongola 1970-72". In: ACTES COLL. NUBIOL. INTERN. pp. 70-5 (12).
__. 1975-b. "Old Dongola, 1972-73", *Etudes et Travaux,* VIII: 349-60 (12).
JAKOBIELSKI, S. & KRZYSANIAK, L. 1967-8. "Polish excavations at Old Dongola, third season, Dec. 1966-Feb. 1967". *Kush,* XV: 143-64 (12).
JAKOBIELSKI, S. & OSTRASZ, A. 1967. "Polish excavations at Old Dongola, second season, Dec. 1965-Feb. 1966". *Kush,* XV : 125-42 (12).
JAMES, T. G. H. 1973. "Egypt from the expulsion of the Hyksos to Amenophis I". *Cambridge Ancient History,* Cambridge. v. 2, pt. 1, cap. VIII et seq. (2).
JAMME, A. 1956. "Les antiquités sud-arabes du Museo Nazionale Romano". Antichita Publicati per Cura della Accademia Nazionale dei Lincei, n. 43: 1-120 (13).
__. 1957. "Ethiopia. Annales d'Ethiopie E. I.". *BO,* n. 14: 76-80 (15).
__. *1962. Sabaean Inscriptions from Mahram Bilquis (Márib).* Baltimore, Johns Hopkins Press, XIX + 480 p. (15).
__. 1963. "Compte rendu bibliographique des Annales d'Ethiopie, vol. 3". *BO,* 20: 324-7 (13).

JANSMA, N. & GROOTH, M. DE. 1971. "Zwei Beiträge zur Iconographie der Nubischen Kunst". *NKJ* : 2-9 (12).

JANSSEN, J. J. 1975. "Prolegomena to the study of Egypt's economic history during the New Kingdom". *SAK,* n. 3: 127-85 (3).

JENKINS, G. K. & LEWIS, R. B. 1963. *Carthaginian Gold and Electrum Coins.* London, Royal Numismatic Society (18).

JENNISON, G. 1937. *Animals for Show and Pleasure in Ancient Rome.* Manchester, Manchester Univ. Press (20).

JÉQUIER, G. 1930. *Histoire de la Civilisation Égyptienne des Origines à la Conquête d'Alexandre.* Paris, Payot (2).

JODIN, A. 1966. *Mogador; Comptoir Phénicien du Maroc Atlantique.* Tangier, Ed. Marocaines et Intern. (19, 20).

JOHNSON, A. C. 1936. *Roman Egypt to the Reign of Diocletian.* An Economic Survey of Ancient Rome. Baltimore, Johns Hopkins Press (7).

JOHNSON, A. C. 1951. *Egypt and the Roman Empire.* Ann Arbor, Univ. of Michigan Press (7).

JOHNSON, A. C. & WEST, L. C. 1949. *Byzantine Egypt. Economics studies.* Princeton, Princeton Univ. Press (7).

JOIRE, J. t 947. "Amas de coquillages du littoral sénégalais dans la banlieue de Saint--Louis", *BIFAN,* B, IX, 1-4: 170-340 (24).

__. 1955. "Découvertes archéologiques dans la région de RAO". *BIFAN,* B, XVII : 249-333 (24).

JONES, A. H. M. 1937. *The Cities of the Eastern Roman Provinces.* Oxford, Clarendon Press (6).

__. *1964. The Late Roman Empire; 284-602.* Oxford, Blackwell (7). 1968. "Frontier defence in Byzantine Libya". *Libya in History.* Benghazi, Univ. of Benghazi, pp. 289-97 (19).

__. 1969. "The influence of Indonesia: the musicological evidence reconsidered", *Azania,* IV: 131-90 (22, 28).

JONES, N. 1933. "Excavations at Nswatugi and Madiliyangwa". *OPNM, I,* 2 : 1-44 (27).

JOUGUET, P. 1947. *La Domination Romaine en Egypte aux Deux Premiers Siècles après J.-C.* Alexandria, Publications de la Société Royale d'Archéologie (7).

JULIEN, C. A. 1966. *Histoire de l'Afrique du Nord.* 2. ed. rev. Paris, Payot. 2 v. (19).

JULIEN, G. 1908-9. *Institutions Politiques et Sociales de Madagascar d'après des Documents Authentiques et Inédits.* Paris, E. Guilmoto. 2 v. (28).

JUNKER, H. 1919-22. *Bericht über die Grabungen der Akademie der Wissenschaiten in Wien auf den Friedhöien von El-Kubanieh.* Vienne, A. Hofder. VIII + 181 p. (9).

__. 1921. *Der nubische Ursprung der sogenanten Tlel el-Jahudiye-Vasen.*

Vienne, Akad, der Wissenschaften. V + 136 p. (9).

__. 1933. *Die Ägypter (Völker des Antiken Orients).* Freiburg, Herder (2).

__. JUVENAL. 1951. *Satires.* Texto org. e trad. por Pierre de Labriolle e François Villeneuve. 5. ed. rev. e corr. Paris, Les Belles Lettres. XXXII + 203 p. (1).
__. 1918. *Works of Juvenal and Persius.* Trad. G. G. Ramsay. London, Heinemann (1).
KADRA, F. 1978. *Les Djedars. Monuments Funéraires Berbères de la Région de Farenda.* Alger (19).
KAHRSTEDT, U. & MELTZEER, O. 1879-913. *Geschichte der Karthager.* Berlin (18).
KATZNELSON, I. S. 1966. La Candace et les survivances matrilinéaires au pays de Koush". *Palestinskij Sbornik,* XV, 78 : 35-40. Em russo (10, 11).
__. 1970. *Napata i Meroe-drevniye tzarstva Sudana* [Napata e Méroe - Antigos Reinos do Sudão]. Moscou. pp. 289 et seq. (11).
KEES, H. 1926. *Totenplauben und Jenseits vorstellung en der alten Ägypter.* Leipzig (2. ed., Berlin, 1956) (2).
__. *1933. Kulturgeschichte des alten Orients.* Munich. v. 1: *Ägypten* (Handbuch des Altertums III. Abt, 1. Teil, 3. Band). (3).
__. *1941-56. Götterglaube in alten Ägypten.* Leipzig, 1941; Berlin, 1956 (2, 3).
__. *1953. Das Priestertum im ägyptischen Staat.* (Probleme der Ägyptologie 1). Leiden (3).
__. *1958. Das alte Ägypten. Eine kleine Landeskunde.* Berlin (2).
__. *1961. Ancient Egypt, a Cultural Topography.* London, T. G. H. James (2) .
KENDALL, R. L. & LIVINGSTONE, D. A. 1972. "Paleo-ecological studies on the East African Plateau", In: ACTES VI[e] PPEQ (21).
KENT, R. 1970. *Early Kingdoms in Madagascar, 1500-1700.* New York, Holt, Rinhardt & Winston (28).
KIERAN, J. A. & OGOT, B. A. 1968. *Zamani: A Survey of the East African History.* (ed. rev., 1974). Nairobi. cap. 4, 7, 10 (23).
KIRK, W. 1962. "The North-East Monsoon and some aspects of African history". *JAH,* III (22).
KIRWAN, L. P. 1939. *Oxford University Excavations at Firka.* Oxford. pp. 49-51 (12).
__. 1957. "Tanqasi and the Noba". *Kush,* V (10).
__. 1960. "The decline and fall of Meroe". *Kush,* VIII (10, 13).
__. 1963. "The X-group enigma. A little known people of Nubian Nile". *Vanished Civilizations of the Ancient World.* New York. p. 57-78 (12). 1966. "Prelude to Nubian Christianity". *Mélanges K. Michalowski.* Varsóvia. abr. Nubian Christianity (12).
__. 1972. "The christian topography and the kingdom ofAxum". *GJ,* London, v. 138, pt. 2, p. 166-77 (14).
KIRWAN, L. P. & EMERY, W. B. 1935. *The Excavations and Survey between Wadi es-Sebua and Aindan.* Cairo Gov. Press (9).
KITCHEN,.K. A. 1971. Artigo in: ORIENTALIA (4).
__. 1973. *The Third Intermediate Period in Egypt.* Warminster (2, 5).
KI-ZERBO, J. 1972. *Histoire de l' Afrique Noire.* Paris, Hatier (20, 21).
KLAPWIJK, M. 1973. "An early iron age site near Tzaneen, North-Eastern Transvaal". *SAJS,* LXIX (27).

__. 1974. "A preliminary report on pottery from the North-Eastern Transvaal, South Africa". *SAAB,* n. 29 (26).
KLASENS, A. 1964. "De Nederlandse opgravingen in Nubie. Tweede seizoen 1962--64". *Phoenix,* X, n. 2: 147-56 (12).
__. 1967. "Dutch archaeological mission to Nubia. The excavations at Abu Simbel North 1962-64". *Fouilles en Nubie* (1961-63). Cairo, Services des Antiquités de l'Egypte. pp. 79-86 (12).
KLEIN, R. G. 1972. "Preliminary report on the July through September 1970 excavations at Nelson Bay Cave, Plettenberg Bay, Cape Province, South Africa". In: ZINDEREN-BAKKER, E. M. VAN, ed., *Palaeocology of Africa and the Surrounding Islands and Antarctica.* Cape Town, Balkema, v. VI, pp. 177-208 (26).
KOBISHANOV, Y. M. 1966. *Aksum.* Moscou, Nauka (14).
KOLB, P. 1719. *The Present State of the Cape of Good Hope...* Trad. Mr. Medley. London, Innys. 2 v. (26).
KOLENDO, J. 1970-a. "Epigraphie et archéologie: le *praepositus camellorum* dans une inscription d'Ostie". *Klio*: 287-98 (20).
__. 1970-b. "L'influence de Carthage sur la civilisation matérielle de Rome". *Archéologia,* XXI. Varsovie (17).
KONEMANN, E. 1901. Artigo in: PHILOLOGUE. v. LX (19).
KÖRTE, A. 1929. *Hellenistic Poetry.* Trad. J. Hammer et al. New York, Columbia Univ. Press (6).
KOTULA, T. 1964. "Encore sur la mort de Ptolémée, roi de Maurétaine". *Archéologia,* XV: 76-92 (19).
KRAKLING, C. H. 1960. *Ptolemais. City of the Libyan Pentapolis.* Chicago (6).
KRAUS, J. 1930. "Die Anfänge des Christentums in Nubien". In: SCHMIDLIN, J., ed. *Missionswissenschaftliche Studien.* Neue Reihe III (12).
KRENCKER, D. 1913. *Deutsche Aksum Expedition, ältere Denkmäler Nord-abessiniens.* Band II, Berlin, G. Reisner. pp. 107, 113 et seq. (13, 15).
KRENCKER, D. & LITTMANN, E. 1913. *Deutsche Axum Expedition.* Band IV, Berlin. pp. 4-35 (16).
KRZYSANIAK, L. & JAKOBIELSKI, S. 1967. "Polish excavation at Old Dongola, third season, 1966-1967". *Kush,* XV (12).
KUENTZ, C. & DESROCHES-NOBLECOURT, C. 1968. "Le petit temple d'Abou Simbell". *Mem. du Centre d'Etudes sur l'Anciénne Egypte.* Cairo (3).
LABID IBN RABI'AH. 1891-2. *Die Gedichte des Lebid, Nacht der Wiener Ausgabe übersetzi und mit Anmerkungen versehn aus dem Nachlasse des Dr. A. Huber.* Leiden, C. Brockelmann (15).
LAMBERT, N. 1970. "Medinet Sbat et la protohistoire de Mauritanie occidentale". *Ant. Air.,* IV: 43-62 (20, 21).
__. 1971. "Les industries sur cuivre dans l'Ouest saharien". *WAJA,* I: 9-21 (29).

LAMBERT, R. 1925. *Lexique Hiéroglyphique.* Paris, Geuthner. IV + 445 p. (1).
LANCEL, S. & POUTHIER, L. 1957. "Première campagne de fouilles à Tigisis". *Mélanges de l'Ecole Française de Rome.* Rome, Inst. Français. pp. 247-53 (19).
LAPEYRE, G. G. & PELLEGRIN, A. 1942. *Carthage Punique* (814-146 *av. J.C.).* Paris, Payot (18).
LASSUS, J. 1956. Fouilles à Mila. Une tour de l'enceinte byzantine. *Libyca,* IV, 2: 232--9 (19).
__. 1975. "La forteresse byzantine de Thamugadi". In: ACTES XIVᵉ CONGR. INTERN. ET. Bvz. pp. 463-74 (19).
LAUER, J. P. 1938. *La Pyramide à Degrés (Fouilles à Saqqarah).* Cairo, Impr. IFAO. 5 v. (5).
LAW, R C. 1967. "The Garamantes and transsaharan entreprise in classical times". *JCH* : 181-200 (20).
LAWAL, B. 1973. "Dating problems at Igbo Ukwu". *JAH,* XIV: 1-8 (29).
LEAKEY, M. D., OWEN, W. E. & LEAKEY, L. S. B. 1948. "Dimplebased pottery from central Kavirondo, Kenya". *Coryndon Mem. Mus. Occ. Papers,* n. 2: 43 (25).
LEBEUF, J.-P. 1962. *Archéologie Tchadienne;* Les Sao du Cameroun et du Tchad. Paris, Hermann. 147 p. (21, 24).
__. 1970. *Cartes Archéologiques des Abords du Lac Tchad au* 1 " *300 000.* Paris, CNRS (20).
LEBEUF, J.-P. & GRIAULE, M, 1948. "FouilIes dans la région du Tchad". *JSA,* n. 18: 1-116 (21).
LECA, A. 1971. *La Médecine Egyptienne au Temps des Pharaons.* Paris, R. Da Costa (5).
LECLANT, J. 1950-a. Ver ROWE, Alan (17).
__. 1950-b. "Per Africae Sitientia, témoignage des sources classiques sur les pistes menant à l'oasis d'Ammon". *BIFAO,* n. 49: 193-253 (17, 20).
__. 1954. "Fouilles et travaux en Egypte, 1952-1953". *Orientalia,* 23 (1): 64-79 (12, 17).
__. 1956-a. "Egypte-Afrique, quelques remarques sur la diffusion des monuments égyptiens en Afrique". *RSFE,* n. 21: 29-41 (4).
__. 1956-b. "Le fer dans l'Egypte ancienne, le Soudan et l'Afrique". In: ACTES COLL. INTERN. FER. p. 83-91 (10, 20).
__. 1958-74. "FouilIes et travaux en Egypte et au Soudan". *Orientalia,* Roma (12).
__. 1959-a. "Les fouilles à Axoum en 1955-1956. Rapport préliminaire". *AE,* n. 3: 3-23 (14).
__. 1959-b. "Haoulti-Mélazo (1955-6)". *AE,* n. 3: 43-82 (13).
__. 1961. "Découverte de monuments égyptiens ou égyptisants hors de la vallée du Nil, 1955-60". *Orientalia,* n. 30: 391-406 (13).
__. 1962. Artigo in BSA Copte, v. 16: 295-8 (13).
__. 1964-7. "Au sujet des objets égyptiens découverts en Ethiopie". *Orientalia,* n. 33: 388-9; n. 34: 220; n. 35: 165, n.36 : 216 (14).

__. 1965-a. “Le Musée des Antiquités à Addis-Abeba”. *BSAC,* n. 16: 86-7 (13).
__. 1965-b. *Recherches sur les Monuments Thébains de la XXV^e Dinastie, Dite Ethiopienne.* Cairo, Impr, IFAO (10, 11).
__. 1965-c. “Note sur l’amulette en cornaline: J. E. 2832”. *AE,* VI : 86-7 (15).
__. 1970-a. “L’art chrétien d’Ethiopie. Découvertes récentes et points de vue nouveaux”. In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. p. 291-302 (12).
__. 1970-b. “La religion méroitique”. In: BRILLANT, M. & AIGRAIN, R, dir. *Histoire des Religions.* Paris, Blond & Guy (11).
__. 1973-a. “Glass from the meroitic necropolis of Sedeinga (Sudanese Nubia)”. *JGS,* XV: 52-68 (10).
__. 1973-b. *Lexikon der Ägyptologie.* 1, 2, collection 196-9, Wiesbaden (10).
__. 1974. “Les textes des pyramides. Textes et langages de l’Egypte pharaonique II”. *BIFAO,* 64 (2): 37-52 (10).
__. 1975. “Les verreries de la nécropole méroítique de l’ouest de Sedeinga (Nubie soudanaise)”. In: MICHALOWSKI, K. dir. *Nubie, Récentes recherches.* Varsóvia, Museu Nacional. pp. 85: 7 (10).
__. 1976-a. “Koushites et méroïtes. L’iconographie des souverains africains du Haut--Nil antique”. *L’ Image du Noir dans l’Art Occidental.* Paris, The Menil Foundation. t. 1: VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F., eds. *Des Pharaons à la Chute de l’Empire Romain.* pp. 89-132 (11).
__. 1976-b. “L’ Egypte, terre d’Afrique dans le monde gréco-romain”. *L’ Image du Noir dans l’Art Occidental.* t. 1, pp. 269-85. (Ver VERCOUTTER, J.) (6, 11).
LECLANT, J. & LEROY, J. 1968. “Nubien”. *Propyläen Kunstgeschichte lII, Byzanz und christlischen Osten.* Berlin (12).
LECLANT, J. & MIQUEL, A. 1959. “Reconnaissances dans l’Agamé: Goulo--Makeda et Sabéa (oct. 1955 et avr. 1956)”. *AE,* III: 107-30 (13).
LEE, R. B. 1968. “What hunters do for a living: or how to make out on scarce ressources”. In: LEE, R. B. & VORE, I. DE. *Man the Hunter.* Chicago, Aldine Press. pp. 30-48 (26).
__. 1972. “The Kung bushmen of Botswana”. In: BICCHIERI, M. G., eds. *Hunters and Gatherers Today.* Holt, Rinehart & Winston (26).
LEFEBVRE, G. 1949. *Romans et Contes Egyptiens de l’Epoque Pharaonique.* Paris (2).
__. 1956. *Essai sur la Médecine Egyptienne de l’Epoque Pharaonique.* Paris (5) .
LEGLAY, M. 1966. *Saturne Africain, Histoire.* Bibliothèque de l’Ecole Française d’Archéologie de Rome. Paris, De Boccard (17, 19).
__. 1967. *Saturne Africain, Monuments.* Paris, Arts et Métiers Graphiques. 2 v. (19).
LEPELLEY, C. 1967. “L’agriculture africaine au Bas-Empire”. *Ant. Afric.,* n. 1: 135--44 (19).
__. 1968. “Saint Léon le Grand et l’église mauritanienne. Primauté romaine et autonomie africaine au V^e siècle”. *Mélanges Sauvagne.* Túnis, pp. 189-204 (19).

LESCHI, L. 1945. "Mission au Fezzan". *Trav. IRS*: 183-6 (20).
LESQUIER, J. 1918. *L'Armée Romaine en Egypte d'Auguste à Dioclétien.* Cairo, Imp. IFAO (7).
LE VAILLANT, F. 1790. *Voyage de Monsieur Le Vaillant dans l'Intérieur de l'Afrique par le Cap de Bonne Espérance, dans les Années 1780, 81, 82, 83, 84 et 85*. New York, Johnson Reprint Corp. 2 v. Trad. ingl. (26).
LEVTZION, N. 1973. *Ancient Ghana and Mali.* London, Methuen (29).
LÉZINE, A. 1959. *Architecture Punique:* Recueil de Documents. Paris, PUF (18).
__. 1960. "Sur la population des villes africaines". *Ant. Afr.*, n. 3: 69-82 (19).
LHOTE, H. 1953. "Le cheval et le chameau dans les peintures et gravures rupestres du Sahara". *BIFAN,* XV (17, 21).
__. 1954. "L'expédition de C. Balbus au Sahara en 19 av. J.-C. d'aprês le texte de Pline". *RA*: 41-83 (20).
__. *1955. Les Touareg du Hoggar.* 2. ed. Paris, Payot (20).
__. *1958. A la Recherche des Fresques du Tassili.* Paris, Arthaud (20).
__. *1959. The Search for the Tassili Frescoes.* Tr. A. H. Broderick. London, Hutchinson (24).
__. 1963. "Chars rupestres au Sahara". *CRAI* : 225-38 (17).
__. 1967. "Problèmes sahariens: l'outre, la marmite, le chameau, le délou, l'agriculture, le nègre, le palmier". *BAM,* VII: 57-89 (17, 20).
__. 1970. "Découverte de chars de guerre en Aïr", *NA* : 83-5 (20).
LICHTENSTEIN, H. 1812. *Travels in Southern Africa in the Years 1803, 1804, 1805 and 1806.* Trad. A. Plumptre (1928-30). Cape Town, Van Riebeeck Society (26).
LIEBLEIN, J. VON. 1886-a. "Der Handel des Landes Pun". *ZÄS,* XXIV: 7-15 (4).
__. 1886-b. *Handel und Schiffahrt auf dem Roten Meere in alten Zeiten.* Cristiania Dybwad (4).
LINARES DE SAPIR, O. 1971. "Shell middens of Lower Casamance and problems of Diola protohistory". *WAJA,* n. 1: 23-54 (24, 29).
LITTMANN, E. 1910-5. *Publications of the Princeton Expedition to Abyssinia.* Leyde, Brill. 4 v. (15).
__. *1950. Ethiopische Inschriften,* Miscellanea Academica Berlinensia. Berlin Akademie-Verlag (11).
__. 1954. "On the old Ethiopian inscription from the Berenice road". *JRAS :* 120-1 (15).
LITTMANN, E., KRENCKER, D. & LUPKE, T. VON. 1913. *Vorbericht der Deutschen Aksum Expedition.* Berlin. 5 v. (13, 15, 16).
LONGPÉRIER, A. DE. 1868. Artigo na: *Revue Numismatique.* Paris, 1. 28 (16).
LONIS, R. 1974. "Apropos de l'expédition des Nasamons à travers le Sahara". *AFLSD,* n. 4: 165-79 (20).
LOUNDINE, A. G. 1972. "Sur les rapports entre l'Ethiopie et le Himyar du VI[e] siècle". In: ATTI IV CONGR. INTERN. STUD. ET. (15).
LOUNDINE, A. G. & RYCKMANS, G. 1964. "Nouvelles données sur la chronologie des rofs de Saba et du Du-Raydan". *Le Muséon,* LXXVII: 3-4 (15).

LUCAS, A. 1962. *Ancient Egyptian Building Materials and Industries.* 4. ed. Londres, E. Arnold (3).
LUCIANO. 1913-67. *Works.* Trad. A. Harman, K. Kilburn e D. MacLeod. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press, 8 v. (1).
MACADAM, M. F. L. 1949. *The Temples of Kawa.* London, Oxford Univ. Press. v. I: *The lnscriptions.* In fólio, XVI + 143 p. e 1 vof. de pr. Xa - VIIIb (9, 10, 11).
__. 1950. "Four Meroitic inscriptions". *JEA,* n. 36: 43-7 (11).
__. *1955. The Temples of Kawa.* London, Oxford Univ. Press. v. 11: *History and Archaeology of the Sites.* Griffith Institute, Ashmolean Museum, fig., mapas, pranchas (11).
__. 1966. "Queen Nawidemak". *Allen Memorial Art Museum Bulletin,* XXIII: 46-7 (10, 11).
MCCRINDLE, J. W., ed. 1879. *The Commerce and Navigation of the Erythraean Sea.* Calcutta (22).
MacIVER, D. R. 1906-a. "The Rhodesian ruins, their probable origins and significance". *GJ,* 4: 325-47 (27).
__. 1906-b. *Mediaeval Rhodesia.* London, Frank Cass (27).
MacIVER, D. R. & WOLLEY, C. L., 1911. *Buhen.* Philadelphia, Univ. Museum. 2 v. (9).
McMASTER, D. N. 1966. "The ocean-going dhow trade to East Africa", *EAGR,* n. 4: 13-24 (22).
MAGGS, T. M.O'C. 1971. "Some observations on the size of human groups during the Late Stone Age". *SAJS,* n. 2: 49-53 (26).
__. 1973. "The NC_3 Iron Age tradition". *SAJS,* LXIX: 326 (27).
MAHJOUBI, A [s.d]. *Les Cités Romaines de la Tunisie.* Tunis, STD (19).
__. 1966. "Nouveau témoignage épigraphique sur la communauté chrétienne de Kairouan au XI= siècle". *Africa,* I : 85-104 (19).
MAHJOUBI, A, ENNABLI, A & SALOMONSON, J. W. 1970. *La Nécropole de Raqqada.* Tunis (19).
MAHY, F. DE. 1891. *Autour de l'Île Bourbon et de Madagascar.* Paris. 290 p. (28).
MAIER, J. L. 1973. *L'Episcopat de l'Afrique Romaine, Vandale et Byzantine.* Rome, Institute Suisse de Rome (19).
MAINGARD, L. F. 1931. "The lost tribes of the Cape". *SAJS,* n. 28 : 487-504 (26).
MAÏTRE, J. P. 1966. "Etat des recherches sur le Néolithique de l'Ahaggar". *Trav. IRS*: 95-104 (24).
__. 1971. *Contribution à la Préhistoire de l'Ahaggar.* Paris, AMG (17).
__. 1976. "Contribution à la préhistoire récente de l'Ahaggar dans son contexte saharien". *BIFAN,* n. 38: 759-83 (20).
MALALA, J. 1831. *Ioannis Malalae Chronographia. Ex Recensione Ludovici Dindorfii.* Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae. Ioanes Malala. Bonn, Weber.
MALHOMME, J. 1953. "Les représentations anthropomorphes du Grand Atlas". *Libyca* I: 373-85 (17).

MALLON, A. 1926. *Grammaire Copte.* 3. ed. Beyrouth, Impr. Catholique (1).
MALZAC, R. P. 1912. *Histoire du Royaume Hova depuis ses Origines Jusqu'à sa Fin.* (2. ed., 1930). Tananarive, Impr. Catholique (28).
MÂNETON. 1940. *Aegyptiaca* ... Trad. W. G. Waddell. London, Heinemann.
MARCILLET-JAUBERT, J. 1968. *Les Inscriptions d'Altava.* Aix-en-Provence, Gap, Ophrys (19).
MARET, P. DE. 1972. *Etude d'une Collection de Céramiques Protohistoriques du Bas--Zofre.* Mém. licence. Bruxelas, Univ. Livr. de Bruxelas (25).
__. 1975. "A carbon-14 date from Zaïre". *Antiquity,* XLIX, n. 2: 133-7 (25) .
MARKS, S. 1972. "Khoisan resistance to the Dutch in the seventeenth and eighteenth centuries". *JAH,* XIII, n. 1: 55-80 (26).
MARLIAC, A. 1973. *Etat des Connaissances sur le Paléolithique et le Néolithique du Cameroun.* Iaundê, ORSTOM. 34 p. ronéo (21).
MARTENS, M. 1972. "Observations sur la composition du visage dans les peintures de Faras (VIIIe-IXe siècle)". *CAMAP,* VI : 207-50 (12).
__. 1973. "Observations sur la composition du visage dans les peintures de Faras (IXe-XIIe siècle)", *CAMAP,* VII (12).
MASON, R. J. 1973. "First Early Iron Age Settlement in South Africa: Broederstroom 24/73, Brits District, Transvaal". *SAJS,* LXIX: 324-5 (26, 27).
__. 1974. "Background to the Transvaal Iron Age discoveries at Olifantspoort and Broederstroom". *JSAIMM,* LXXXIV, n. 6: 211-6 (21, 27).
MASPERO, G. 1904. *Histoire Ancienne des Peuples de l'Orient Classique.* 5. ed. Paris (11).
MASPERO, J. 1912. *L'Organisation Militaire de l'Egypte Byzantine.* Paris, Champion (7).
__. *1923. Histoire des Patriarches d'Alexandrie depuis la Mort de l'Empereur Anastase jusqu'à la Réconciliation des Eglises Jacobites; 516-616.* Paris, Institut d'Ethnologie (1).
MATHEW, G. 1963. "The East African Coast until the coming of the Portuguese". In: OLIVER, R. & MATHEW, G., eds. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. v. I (22).
__. 1975. "The dating and significance of the Periplus of the Erythraean Sea". In: ROTBERG, R. & CHITTICK, N., eds. *East Africa and the Orient.* New York, Africana Publishing Co. (22).
MAUNY, R. 1940. *Leptis Magna, Capitale Portuaire de la Tripolitaine.* Africa Italiana. Rome (20).
__. 1945. "Notes sur le Périple d'Hannon". In: ACTES Ire CONF. INTERN. AFR. OUEST. v. II, pp. 503-8 (20).
__. 1947. "L'Ouest africain chèz Ptolémée". In: ACTES IIe CONF. INTERN. AFR. OUEST. 241-93 (20).
__. 1950. "Villages néolithiques de la falaise (dhar), Tichitt-Oualata". *NA,* n. 50: 35-43 (24).
__. 1951. "Un âge de cuivre au Sahara occidental". *BIFAN,* XIII: 165-80 (24).
__. 1952. "Essai sur l'histoire des métaux en Afrique occidentale". *BIFAN,* XIV: 545--95 (21).

__. 1954. "Gravures, peintures et inscriptions de l'Ouest africain". *IFAN,* XI (20).
__. 1956-a. "Monnaies antiques trouvées en Afrique au sud du Limes romain". *Libyca* B: 249-61 (20).
__. 1956-b. "Préhistoire et géologie: la grande faune éthiopienne du Nord-Ouest africain du Paléolithique à nos jours". *BIFAN,* A: 246-79 (20).
__. *1960. Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes Antérieures à la Découverte Portugaise.* Lisboa (21).
__. 1961. "Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Age d'aprês les sources écrites, la tradition orale et l'archéologie". *Mém. IFAN,* n. 61 (20, 29).
__. 1968. "Le périple de la mer Erythrée et le problème du commerce romain en Afrique au sud du Limes". *JSA,* 38, n. 1: 19-34 (28).
__. *1970. Les Siècles Obscurs de l'Afrique Noire.* Paris, Fayard. pp. 39-137 (20).
MAURIN, L. 1968. "Thuburbo Majus et la paix vandale". *Mélanges Ch. Saumagne.* Túnis. pp. 225-54 (19).
MEDIC, M. 1965. "Vadi es Sebua". *ZZSK,* XVI: 41-50 (12).
MEILLASSOUX, C. 1960. "Essai d'interprétation du phénomêne économique dans les sociétés traditionnelles d'auto-subsistance". *CEA,* n. 4: 38-67 (21) .
MEKOURIA, T. T. 1966. *Yeityopia Tarik Axum Zagoué.* D. Eth. v. 11: *Brehanena Selam, Matemiya Bete.* pp. 203-17 (16).
__. 1966. *Yeityopia Tarik Nubia (Napata-Méroé).* pp. 2-7 (16).
__. 1967. L' *Eglise d' Ethiopie.* Paris, Promotion et Edition (16).
MELLIS, J. V. 1938. *Nord et Nord-Ouest de Madagascar.* "Volamena et Volafotsy", Suivi d'un Vocabulaire du Nord-Ouest Expliqué, Commenté et Comparé au Merina. Tananarive, Impr. Moderne de l'Emyrne (28).
MELTZER, O. & KAHRSTEDT, U. 1879-913. *Geschichte der Karthager.* Berlin. v. I-III (18).
MESGNIL, F. DU. [s.d.] *Madagascar, Homère et la Tribu Mycénienne.* Saint-Denis, Réunion, Dubourg (28).
MEYER, E. 1913-31. *Geschichte des Altertums.* Berlin, 5. v. (11).
MEYEROWITZ, E. L. R. 1960. *The Divine Kingship in Ghana and Ancient Egypt.* London (4).
MICHALOWSKI, K. 1962. *Faras, Fouilles Polonaises;* 1961. Varsóvia, Polish Academy of Science (12).
__. 1964. "Die wichtigsten Entwicklungsetappen der Wandmalerei in Faras". In: -. *Christentum am Nil.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. 79-94 (12).
__. 1965-a. "La Nubie chrétienne". *Africana Bulletin,* n. 3: 9-25 (12).
__. 1965-b. "Polish excavations at Faras, fourth season, 1963-64". *Kush,* XIII: 177-89 (12).
__. 1966-a. "Polish excavations at Old Dongofa: First season (nov.-dec. *1964)". Kush,* XIV: 289-99 (12).
__. 1966-b. *Faras. Centre Artistique de la Nubie Chrétienne.* Leyde (12).

__. 1967-a. "Pro-Prezhnemu-li ostayetya zagadkoy gruppa X?". *Vestnik drevney Istory ;* n. 2: 104-211 (12).
__. 1967-b. *Faras. Die Kathedrale aus dem Wüstensand.* Zurich-Cologne, Benziger (12).
__. *1969. The Art of Ancient Egypt,* Trad. e adapt. N. Gutermann. London, Thames & Hudson (12).
__. 1970. "Open problems of Nubian art and culture in the light of the discoveries at Faras". In: DINCKLER, E., ed. Recklingausen (12).
__. *1974. Faras. Wall Painting in the Collection of the National Museum in Warsaw.* Varsóvia (12).
__, dir. 1975. "Nubia, récentes recherches". In: ACTES COLL. NUBIOL. INTERN. (10, 12).
MIGNE, J. P. 1884. *Patrologia Graeca, t. XXV: Athanasius, Apologia ad Constantinum Imperatorem.* Paris, p. 635 (15).
MILLER, J. r. 1969. *The Spice Trade of the Roman Empire.* Oxford, Clarendon Press (22).
MILLER, S. F. 1969. "Contacts between the Later Stone Age and the Early Iron Age in Southern Central Africa". *Azania,* n. 4: 81-90 (25, 27).
__. 1971. "The age of Nachikufan industry in Zambia". *SAAB,* n. 26: 143-6 (25).
MILLS, E. A. C. & FILMER, N. T. 1972. "Chondwe Iron Age site, Ndola, Zambia". *Azania,* VII: 129-47 (27).
MILNE, J. G. 1924. *A History of Egypte under Roman Rule.* 3. ed. rev. London, Methuen. 332 p. (7).
MOBERG, A. 1924. *The Book of Himyarites.* Fragments of a Hitherto Unknown Syriac Work on the Himyarite Martyrs. Lund, Gleerup (15).
MÖLLER, G. 1924. "Die Ägypten und ihre libyschen Nachbaren". *ZDMG,* 78: 38 (17).
MOMMSEN, T. 1908. *Eusebius: Historia ecclesiastica.* t. II, 2: *Rufinus Turanius.* Leipzig, Tübner. pp. 972-3 (15).
MONNERET DE VILLARD, U. 1935-57. *La Nubia Médiévale.* Cairo. v. 1-4 (12).
__. 1938. "Storia della Nubia christiana". *OCA,* n. 118 (12).
__. 1941. *La Nubia Romana.* Roma, Istituto per l'Oriente (11).
MONOD, T. 1948. *Mission au Fezzan.* v. II: *Reconnaissance au Dohone (20).*
__. 1967. "Notes sur le hamachement chamelier". *BIFAN (20).*
__. 1974. "Le mythe de l'émeraude des Garamantes". *AA,* VIII: 51-66 (20).
MONTAGU, M. F. A. 1960. *An Introduction to Physical Anthropology.* 3. ed. Springfield, Illinois, C. G. Thomas (1).
MONTET, P. 1946. *La Vie Quotidienne en Egypte au Temps de Ramsès.* Paris (2, 3).
__. 1970. *L' Egypte Eternelle.* L'aventure des civilisations. Paris (3, 4).
MONTEVECCHI, O. 1973. *La Papirologia.* Turin, Società Editrice Internazionale (7).
MOORSEL, P. VAN. 1966. "Une téophanie nubienne". *RAC,* XLII, 1-4: 297-316 (12).
__. 1967. "Abdallah Nirqui". *Spiegel Historiaeli,* II: 388-92 (12).
__. 1970. "Die Wandmalereien des Zentralen Kirche von Abdallah Nirqui". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Reeklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 103-11 (12).

__. 1972. "Gli scavi olandesi in Nubia". In: ACTAS VIII CONGR. INTER. ARQUEO. CHRIST. pp. 349-95 (12).
MOORSEL, P. VAN, JACQUET, J. & SCHNEIDER, H. 1975. *The Central Church of Abdallah Nirqui.* Leiden, Brill (12).
MORDINI, A. 1960. "Gli aurei Kushana del convento di Dabra-Dammo". In: ATTI. CONV. INTER. STUD. ET. p. 253 (15).
MOREL, J. P. 1962-5. "Céramique d'Hippone". *BAA,* n. 1 (19).
__. 1968. "Céramique à vernis noir du Maroc". *AA,* n. 2 (19).
MORET, A. 1926. *Le Nil et la Civilisation Egyptienne.* v. VII: *Evolution de l'Humanité.* Paris (2).
MORI, F. 1964. "Some aspeets of the rock art of the Acacus (Fezzan, Sahara) and dating regarding it". In: PERICOT-GARCIA, L. & RIPOLL-PARELLO, E., eds. *Prehistoric Art of the Western Mediterranean and the Sahara.* New York. pp. 247-59 (17).
__. *1965. Tadrart Acacus:* Arte Rupestre e Culture del Sahara Prehistorico. Turin, Einaudi. 260 p. (24).
__. *1972. Rock Art of the Tadrart Acacus.* Graz (21).
MORRISSON, C. 1970. *Catalogue des Monnaies Byzantines de la Bibliothêque Nationale.* Paris (19).
MORTELMANS, G. 1957. "La préhistoire du Congo belge". *RUB,* n. 2-3 (25).
__. 1962. "Archéologie des grottes Dimba et Ngoro (région de Thysville, Bas-Congo)". In: ACTES IV[e] CONGR. PPEQ. pp. 407-25 (25).
MOSCATI, S. 1968. *L'Epopée des Phéniciens.* Paris, Fayard (18).
MÜLLER, W. M. 1910. *Egyptological Researches.* v. II: *Results of a Journey in 1906.* Washington, Carnegie Institution (17).
MUNIER, H. 1943. *Recueil des listes Episcopales de l'Eglise Copte.* Cairo. La Soc. de Archaéologie Copte. X + 92 p. (12).
MUNSON, P. J. 1967. "A survey of the Neolithic villages of Dhar Tichitt (Mauretania) and some comments on the grain impressions found on the Tichitt pottery". In: ACTES VI[e] CONGR. PPEQ (24).
__. 1968. "Recent archaeological research in the Dhar Tichitt region of South Central Mauretania". *WAAN,* n. 10: 6-13 (24).
__. 1969. "Engravings of ox-drawn chariots". *NA,* n. 122: 62-3 (21).
__. 1970. "Corrections and additional comments concerning the Tichitt tradition". *WAAN,* n. 12: 47-8 (24).
__. "Archaeological data on the origin of cultivation in the South-Western Sahara and its implications for West Africa". *BWS,* n. 56 (24).
MURDOCK, G. P. 1959. *Africa: Its Peoples and Their Culture History.* New York (21, 23).
NAVILLE, E. 1907-13. *The XI[th] Dynasty Temple at Deir-el-Bahari.* London, The Office of the Egypt Exploration Fund. 3 v. (2).
NENQUIN, J. 1959. "Dimple-based pots from Kasai, Belgian Congo". *Man,* n. 59, 242: 153-5 (25).

__. 1961. "Protohistorishe Metaaltechnick in Katanga". *Africa-Tervuren,* VII, 4: 97--101 (25).
__. 1963. "Excavations at Sanga, 1957. The protohistoric necropolis". *AMRAC,* n. 45 (25, 29).
NIBBI, A. 1975. *The Sea Peoples and Egypt.* Park Ridge. New Jersey, Noyes Press. XIV + 161 p. (2).
NICOLAUS, R. A. 1968. *Melanins.* Paris, Hermann (1).
NOSHY, L 1937. *The Arts in Ptolemaic Egypt:* A Study of Greek and Egyptian Influences in Ptolemaic Architecture and Sculpture. London, Oxford Univ. Press (6).
NOTEN, F. VAN. 1968. "The Uelian. A culture with a Neolithic aspect. Uele Basin (N. E. Congo Republic)". *AMRAC,* n. 64.
__. 1972-a. "Les tombes du roi Cyitrima Rujugira et de la reine-mêre Nyirayuhi Kanjogera". *AMRAC,* n. 77 (25).
__. 1972-b. "La plus ancienne sculpture sur bois de l'Afrique centrale". *Africa--Tervuren,* XVIII, n. 3-4: 133-5 (25).
NOTEN, F. VAN & HET, E. 1974. "Ijzersmelten bij de Madi". *Africa-Tervuren,* XX, n. 3-4: 57-66 (25).
NOTEN, F. VAN & HIERNAUX, J. 1967. "The Late Stone Age industry of Mukinanira, Rwanda". *SAAB,* n. 22, IV: 151-4 (25).
NUNOO, R. 1969. "Buroburo factory excavations". In: ACTES 1er COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 321-33 (29).
OBENGA, T. 1973. *L'Afrique dans l'Antiquité.* Paris, Présence Africaine (4, 21).
ODNER, K. 1971-a. "Usangi hospital and other archaeological sites in the North Parc Mountains, North-Eastern Tanzania". *Azania,* VI: 89-130 (22).
__. 1971-b. "A preliminary report of an archaeological survey on the slopes of Kilimanjaro". *Azania,* VI: 131-50 (22).
OGOT, B. A. & KIERAN, J. A. 1974. *Zamani:* A Survey of the East African History. (1. ed., 1968). Nairobi-Londres. East African Publ. House/ /Longmans (23).
OLDEROGGE, D. A. 1972. "L'Arménie et l'Ethiopie au IVe siècle (à propos des sources de l'alphabet arménien)". In: IV CONGR. INTERN. STUD. ET. pp. 195--203 (15).
OLIVER, R. 1963. "Discernible developments in the interior C. 1500-1840".
OLIVER, R. & MATHEW, G., eds. *The Oxford History of East Africa.* London, v. I, pp. 169-211 (28).
__. 1966. "The problem of the Bantu expansion". *JAH,* VI, n. 3 : 361-76 (21, 22, 23, 25).
OLIVER, R. & FAGAN, B. M. 1975. *Africa in the Iron Age* C. *500 B.C. to A.D. 1400.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (29).
OLIVER, R. A. & MATHEW, G., eds. 1963. *Oxford History of East Africa.*
London, Oxford Univ. Press (4).
ORTEIL F. 1952. "The economic unification of the Mediterranean region: industry, trade and commerce". In: COOK, S. A. et al., eds. *The Cambridge Ancient History.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).

__. 1956. "The economic life of the Empire".In: COOK, S. A. et. al., eds. *The Cambridge Ancient History.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).

OTTO, E. 1969. "Das Goldene Zeitalter in einem Ägyptischen Text". *Religions en Egypte Héllénistique et Romaine.* Colloque de Strasbourg, 16-18 mai. 1967, Paris: 93-108 (3).

PACE, CAPUTO & SERGI. 1951. *Scavi Sahariani, Monumenti Antichi.* Roma, Acad. dei Lincei (20).

PAINTER, C. 1966. "The Guang and West African historical reconstruction". *GNQ,* n. 9: 58-66 (21).

PALMER, J. A. B. 1947. "Periplus Maris Erythraei; the Indian evidence as to its date". *CQ,* XLI: 136-41 (22).

PANKHURST, R. K. P. 1961. *An Introduction to the Economic History of Ethiopia from Early Times to 1800.* London, Lalibela House (22).

PAPYRUS EBERS. *The Greatest Egyptian Medical Document.* Trad. B. Ebbell. 1937, Copenhagen, Levin & Munksgaard.

PAPYRUS RHIND. *The Rhind Mathematical Papyrus.* British Museum 10057 and 10053. Oberlin, O. Mathematical Association of America (5).

PARIBENI, E. 1959. *Catalogo delle Sculture de Cirene:* Statue e Rilievi di Carattere Religioso. Roma, Monografie die Archeologia Libica nº 5 (6).

PARIBENI, R. 1908. "Richerche nel Luogo dell'Antica Adulis". *Ant. Pub. per Curia Ac. Naz. Lincei,* n. 18: 438-572 (13, 15).

PARKINTON, J. E. 1972. "Seasonal mobility in the Later Stone Age". *AS,* 31: 223--43 (26).

PARKINTON, J. E. & POGGENPOEL, C. 1971. "Excavations at De Hangen 1968". *SAAB,* n. 26: 3-36 (26).

PATERSON, W. 1789. *A Narrative of Four Journeys into the Country of the Hottentots and Caffraria in the Years* 1777, 1778 *and 1779.* London (26).

PEDRALS, D. P. DE. 1950. *Archéologie de l'Afrique Noire.* Paris, Payot (1).

PERRET, R. 1936. "Recherches archéologiques et ethnographiques au Tassili des Ajjers". *JSA,* n. 6: 50-1 (17).

PERROT, J. et al. 1972. "Une statue de Darius découverte à Suse". *JA* : 235-66 (10).

PERROY, L. 1969. *Gabon, Cultures et Techniques.* Libreville, ORSTOM, Musée des Arts et Traditions, 275/195. 83 p. (21).

PESCE, G. 1961. *Sardegna Punica.* Cagliari (18).

PETRIE, W. M. F. 1901. *Diospolis Parva:* The Cemeteries of Abadiyeh and Hu; 1898--9. London-Boston, Mass., Egypt Exploration Fund (9).

__. 1939. *The Making of Egypt,* London, Sheldon Press (1).

PETTIGREW, T. J. 1834. *A History of Egyptian Mummies, and an Account of the Worship and Embalming of Sacred Animals by the Egyptians.* London, Longman (1).

PFLAUM, H. G. 1957. "A propos de la date de la création de la province de Numidie". *Libyca*: 61-75 (19).

PHILLIPSON, D. W. 1968-a. “The Early Iron Age in Zambia. Regional variants and some tentative conclusions”. *JAH,* IX, n. 2: 191-211 (21, 25, 26, 27).

__. 1968-b. “The Early Iron Age Site at Kapwirimbwe, Lusaka”. *Azania,* III: 87-105 (27).

__. 1968-c. “Cewa, Leya and Lala iron-smelting furnaces”. *SAAB,* XXIII: 102-13 (27).

__. 1969. “Early Iron-using peoples of Southern Africa”. In: THOMPSON, L. *African Societies in Southern Africa.* London, Heinemann. pp. 24-49 (27).

__. 1970-a. “Excavations at Twickenham Road, Lusaka”. *Azania,* V: 77- 118 (27).

__. 1970-b. “Notes on the later prehistoric radiocarbon chronology of Eastern and Southern Africa”. *JAR,* XI: 1-15 (27).

__. 1971. “An Early Iron Age site on the Lubusi river, Kaoma district, Zambia”. *ZMJ,* II: 51-7 (27).

__. 1972-a. *Prehistoric Rock Paintings and Rock Engravings of Zambia.* Livingstone, Zâmbia, Exhibition Catalogue of Livingstone Museum (29).

__. 1972-b. “Early Iron Age sites on the Zambian copperbelt”. *Azania,* VII: 93-128 (27).

__. 1973. “The prehistoric succession in Eastern Zambia: a preliminary report”. *Azania,* VIII: 3-24 (27).

__. 1974. “Iron Age history and archaeology in Zambia”. *JAR,* XV: 1-25 (23, 27).

__. 1975. “The chronology of the Iron Age in Bantu Africa”. *JAR,* XVI: 321-42 (23, 27).

__. *1977. The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa.* London, Heinemann (27).

PHILLIPSON, D. W. & FAGAN, B. M. 1969. “The date of the Ingombe Ilede burials”. *JAR,* X: 199-204 (27).

PIGACHE, J. P. 1970. “Le problème anthropobiofogique à Madagascar”. *Taloha,* Tananarive, n. 3: 175-7 (28).

PIGULEVSKAYA, N. V. 1951. *Vizantiya na putyah* v *Indiyu.* Leningrad, Izdatelstvo Akademiya, Nauk (15).

__. *1969. Byzanz auf den Wegen nach Indien.* Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, Berliner Byzantinische Arbeiten, Bd. 36. Berlin (D.D.R.), Akademie Verlag (16).

PIRENNE, J. 1955. *La Grèce et Saba:* Une Nouvelle Base pour la Chronologie Sud--Arabe. Paris, Imprimerie Nationale (13).

__. 1956. *Paléographie des Inscriptions Sud-Arabes.* Bruxelas, Paleis der Academiën. v. I (13).

__. 1961. “Un problème clef pour la chronologie de l’Orient: la date du ‘Périple de la mer Erythrée’”. *JA,* n. 249: 441-59 (13).

__. 1961-3. *Histoire de la Civilisation de l’Egypte Ancienne.* Paris-Neuchâtel. 3 v. (2, 5).

__. 1965. “Arte Sabeo d’Ethiopia”. *Encyclopedia dell’ Arte Antica.* Roma. v. VI (13).

__. 1967. “Haoulti et ses monuments. Nouvelle interprétation”. *AE,* n. 7: 125-33 (13).

__. 1969. “Notes d’archéologie sud-arabe, VI”. *Syria,* n. 46: 308-13 (13).

__. 1970-a. “Haoulti, Gobochela (Mélazo) et le site antique”. *AE,* n. 8: 117-27 (13).

__. 1970-b. “Le développement de la navigation Egypte-Inde dans l’Antiquité, sociétés et compagnies de commerce en Orient et dans l’océan Indien”. In: ACTES 8” COLL. INTERN. HIST. MARIT. pp. 101-19 (22).

PLÍNIO. 1938-62. *Natural History,* Trad. H. Rackham et al. Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 11 v. (11, 13, 15, 17, 22).
PLUMLEY, J. M. 1970. "Some examples of Christian Nubian art from the excavations at Qasr Ibrim", In: DINCKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 129-40 (12).
__. 1971. "Pre-Christian Nubian (23 BC - 535 AD) evidence from Qasr Ibrim". *Et. Trav.,* n. 5: 7-24 (10, 12).
PLUMLEY, J. M. & ADAMS, W. A. 1974. "Qasr Ibrim, 1972". *JEA,* n. 60 (12).
POINSOT, L. & LANTIER, R. 1923. "Un sanctuaire de Tamit à Carthage". *RHR,* LXXXVII (18).
POINSSOT, C. 1962. "Immunitas Perticae Carthaginiensium". *CRAI*: 55-76 (19).
POIRIER, C. 1954. "Terre d'Islam en mer malgache". *BAM*: 71-115. n. especial de cinqüentenário (28).
__. 1965. "Données écologiques et démographiques de la mise en place des protomalgaches". *Taloha,* Tananarive: 61-2 (28).
POMMERET, Y. 1965. *Civilisations Préhistoriques au Gabon.* Vallée du Moyen--Ogooné. Libreville, Centre Culturel Français Saint-Exupéry. 2 v. v. II: *Notes Préliminaires à Propos du Gisement Lupembien et Néolithique de Ndjolé* (25).
PONS, A. & QUÉZEL, P. 1957. "Première étude palynologique de quelques paléosols sahariens". *Trav. IRS,* n. 16, 2: 27-35 (17, 24).
PORTER, B. & MOSS, R. 1951. *Topographical Bibliography of Ancient Egyptian Hieroglyphic Texts, RelieFs and Paintings.* OxFord, Clarendon Press. v. VII, pp. 264 et seq. (11).
PORTERES, R. 1950. "Vieilles agricultures de l'Afrique intertropicale: centre d'origine et de diversification variétale primaire et berceaux d'agriculture antérieure au XVI[e] siècle". *AT,* n. 5, 9-10: 489-507 (24).
__. 1951-a. "Géographie alimentaire, berceaux agricoles et migrations des plantes cultivées, en Afrique intertropicale". C-RSB, n. 239: 16-21 (24).
__. 1951-b. "Une céréale rnineure cultivée dans l'Ouest africain (Brachiarta deflexa C. E. Hubbard *var* sativa nov. var.)". *AT,* n. 6, 1-2: 38-42 (24).
__. 1962. "Berceaux agricoles primaires sur le continent africain". *JAH,* n. 3, 2: 195-210 (24).
POSENER, G. 1936. "La première domination perse en Egypte. Recueil d'inscriptions hiéroglyphiques". *BIFAO,* XI, 241 p. (2).
__. 1956. *Littérature et Politique dans* l' *Egypte de la XII[e] Dynastie.* Paris, H. Champion. XI + 172 p. (2, 5).
__. 1958. "Pour une localisation du pays Koush au Moyen Empire". *Kush,* n. 6: 39-65 (4, 9).
__. 1960. "De la divinité de Pharaon". *CSA,* XV (2, 3).
POSENER, G., SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1959. *Dictionnaire de la Civilisation Egyptienne.* Paris (2, 3, 4).

POSNANSKY, M. 1966-a. “The origin of agriculture and iron-working in Southern Africa”. In: -, ed. *Prelude to East African History.* London, Oxford Univ. Press. pp. 82-94 (22).

__. 1966-b. “Kingship, archaeology and historical myth”. *UJ,* n. 30: 1-12 (29).

__. 1967. “The Iron Age in East Africa”. In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to Evolution in Africa.* pp. 629-49 (25).

__. 1968. “Bantu genesis: archaeological reflexions”. *JAH,* IX, 1: 1-11 (23, 25).

__. 1969. “Yams and the origins of West African agriculture”. *Odu,* n. 1: 101-7 (21).

__. 1969-70. “Discovering Ghana’s past”. *Annual Museum Lectures*: 20 (29).

__. 1971. “Ghana and the origins of West African trade”. *AQ,* XI: 110-25 (24, 29).

__. 1972-a. “Archaeology, ritual and religion”. In: RANGER, T. O. & KIMAMBO, I. *The Historical Study of African Religion.* London, Heinemann. pp. 29-44 (29).

__. 1972-b. “Terminology in the Early Iron Age of East African with particular reference to the dimple-based wares of Lolui Island, Uganda”. In: ACTES VI[e] CONGR. PPEQ. pp. 577-9 (21).

__. 1973-a. “Aspects of Early West African trade”. *WA,* n. 5: 149-62 (21).

__. 1973-b. “Review of T. Shaw ‘Igbo Ukwu’”. *Archaeology,* n. 25, 4: 309-11 (29).

PRÉAUX, C. 1939. *L’Economie Royale des Lagides.* Bruxelles, Fondation . Egyptologique Reine Elisabeth. 646 p. (6).

__. 1943. “Les Egyptiens dans la civilisation hellénistique d’Egypte”. *Chronique d’Egypte,* XVIII: 148-60 (6).

__. 1950. “La singuIarité de l’Egypte dans le monde gréco-romain”. *Chronique d’Egypte,* XXV: 110-23 (6).

__. 1952. “Sur la communication de l’Ethiopie avec l’Egypte hellénistique”. *Chronique d’Egypte,* XXVII: 257-81 (6).

__. 1954. “Sur les origines des monopoles lagides”. *Chronique d’Egypte,* XXIX: 312-27 (6).

__. 1957. “Les Grecs à la découverte de l’Afrique par l’Egypte”. *Chronique d’Egypte,* XXXII: 284-312 (4, 6).

PRIAULX, B. 1863. “On the Indian embassies to Rome, from the reign of Claudius to the death of Justinian”. *JRA,* XX: 277-8 (15).

PRIESE, K. H. 1968. “Nichtägyptische Namen und Wörter in den Ägyptischen Inschriften der Könige von Kush”. *MIOD,*. n. 14: 165-91 (10).

__. 1970. Artigo in *ZAS,* n. 98, 1: 16-32 (10).

PRITCHARD, J. B., ed. 1969. *The Ancient Near East:* Supplementary Texts and Pictures Relating to the Old Testament. Princeton, Princeton Univ. Press. 274 p. (5).

PROCÓPIO. 1876. “De bello persico”. In: DESTUNIO, SPIRIDON & GAVRIIL. *Istoriya voyn rimlan Spersami.* Kniga I. S. Peterburgskago, Akad. Nauk. pp. 274-7 (15).

__. 1953, 1961. *History of the Wars, Secret History.* Trad. B. H. Dewing et al. (1914-40). Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. 7 v. (22).

PTOLEMEU, CLÁUDIO. 1901. *Geographia.* Paris, Firmin-Didot, ed. C. Miller. IV, 6, 5, 6. pp. 743-5 (17).

__. ed. 1932. *The Geography.* Trad. E. L. Stevenson. New York (13, 15,22).
PULLAN, R. A. 1965. "The recent geomorphofogical evolution of the south central part of the Chad basin". *JASA,* n. 9, 2 (24).
QUÉZEL, P. & MARTINEZ, C. 1958. "Le dernier interpluvial au Sahara central". *Libyca,* n. 6-7 : 224 (1).
QUIRING, H. 1946. *Geschichte des Goldes. Die Goldenen Zeitalter in ihren kulturellen und wirtschaitlichen Bedeutung.* Stuttgart (11).
RACHET, M. 1970. *Rome et les Berbères:* Un Problème Militaire d'Auguste à Dioclétien. Bruxelles, Latomus, Revue d'Etudes Latines (19).
RAKOTO-RATSIMAMANGA, A. 1940. "Tache pigmentaire et origine des malgaches". *R. Anth.*: 6-130 (28).
RAMILISONINA. 1951-2. *Histoire du Zafimamy* (Ny loharon'ny Andriamamilaza). Tananarive, Impr. Volamahitsy (28).
RANKE, H. 1933. *Medicine and Surgery in Ancient Egypt.* History of Science. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania (bicentennial conference) (5).
RAHTZ, P. A. & FLIGHT, C. 1974. "A quern factory near Kintampo, Ghana". *WAJA,* n. 4: 131 (29).
RAUNING, W. 1964. *Die kulturellen Verhältnisse Nord und Ost Afrika im ersten nach christlichem Jahrhundert entworfen an Hand des Periplus des Erythraischen Meeres.* Viena (22).
__. 1965. "Die Bedeutung des PeripIus des Erythraischen Meeres für Afrika". *MAGW,* XCV: 55-60 (22) .
RAWLINSON, H. G. 1926. *Intercourse between India and the Western World from the Earliest Times to the Fall of Rome.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).
REBUFFAT, R. 1969-70. "Zella et les routes d'Egypte". *Libya Antiqua,* VI-VII: 181-7 (20).
__. 1970. "Route d'Egypte et de la Libye intérieure". *SM,* n. 3: 1-20 (17, 20).
__. 1972. "Nouvelles recherches dans le Sud de la Tripolitaine". *CRAI*: 319-39 (20).
__. 1974. "Vestiges antiques sur la côte occidentale de l' Afrique au Sud de Rabat". *AA,* VIII: 25-49 (20).
1975. "Trofs nouvelles campagnes dans le sud de la Tripolitaine". *CRAI*: 495-505 (20).
1977. "Bu Ngem". *LAPPMO,* cah. n. 20 (20).
REDFORD, D. W. 1967. "History and chronofogy of the eighteenth dynasty of Egypt". *NAS (2).*
REICHOLD, W. 1978. "Les Noirs dans le livre du prophête Isaïe", *Afrique Noire et Monde Méditerranéen dans l'Antiquité.* Colloque de Dakar, 19-24 jan. 1976. Dakar--Abidjan, N.E.A. pp. 276-85 (4).
REINACH, A. 1913. *Egyptologie et Histoire des Religions.* Paris. 56 p. (1).
REINAUD, J. T. 1863. "Relations politiques et commerciales de l'Empire romain avec l'Asie orientale". *JA,* n. 6, 1: 93-234 (22).
REISNER, G. A. VON. 1910. *The Archaeological Survey of Nubia.* Report for 1907, 1908. Cairo, National Printing Department. v. 1. V +373 p. (9, 12).

__. 1918. "The Barkal temples in 1916". *JEA,* V (11).
__. 1918-9. "Outline of the ancient history of the Sudan". *SNRI,* I: 3-15. 57-79, 217--37; II: 35-67 (11).
__. 1923-a. "Excavations at Kerma". *HAS,* V, VI (9, 11).
__. 1923-b. "The Meroitic kingdom of Ethiopia: a chronological outline". *JEA,* n. 9: 33-77 (1).
__. 1929. "Excavations at Simma and Uronarti by the Harvard Boston Expedition". *SNR,* XII: 143-61 (11).
__. 1931. "Inscribed monuments from Gebel Barkal". *ZAS,* n. 66: 100 (10).
__. *1936. The Development of the Egyptian Tomb Down to the Accession of Cheops.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press (5).
__. *1955. A History of the Giza Necropolis.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. v. II (compl. e rev. por W. S. Smith): *The tomb of Hetep-herès, the Mother of Cheops (2).*
REPIQUET, J. 1902. *Le Sultanat d'Anjouan, Îles Comores.* Paris (28).
RESCH, W. 1967. *Das Rind in den Felsbilddarstellungen Nordajrikas.* Wiesbaden, Franz Steiner Verlag (17).
REUSCH, R. 1961. *History of East Africa.* New York, Ungar (22).
REYGASSE, M. 1950. *Monuments Funéraires Préislamiques de l'Afrique du Nord.* Paris, AMG (20).
REYNOLDS, V. 1967. *The Apes: The Gorilla, Chimpanzee, Orangutan and Gibbon.* Their History and Their World. New York, Dutton (21).
RIAVI, S. A. 1967. "Zanj: its first known use in Arabic literature". *Azania,* II, pp. 200--1 (22).
RICCI, L. 1955-8. "Ritrovamenti archeologici in Eritrea". *RSE,* n. 14, 51- 68 (13).
__. 1959-60. "Iscrizioni rupestre dell'Eritrea". *RSE,* n. 15: 55-95; n. 16: 77-119 (13).
__. 1960-a. "Notizie archeologiche". *RSE,* n. 16: 120-3 (13).
__. 1960-b. "Iscrizioni rupestre dell'Eritrea". In: ATTI CONV. INTERN. STUD. ET. pp. 447-60 (13).
__. 1961. "Antichita nello Agame". *RSE,* n. 17: 116-8 (13).
RICKS, T. M. 1970. "Persian gulf seafaring and East Africa. Ninthtwelfth centuries". *AHS,* III: 339-58 (22).
RIESE, A. 1894. *Anthologia Latina.* Leipzig, Teubner, ed. F . Bücheler. n. 183: 155-6 (17).
ROBERTS, A. D. 1974. "Precolonial trade in Zambia". *ASR,* n. 10: 720 (29).
ROBINEAU, C. 1966. "Une étude d'histoire culturelle de l'île d'Anjouan". *RH,* n. 35: 17-34 (28).
ROBINSON, E. S. G. 1956. "The Libyan hoard". *Numismatic Chronicle,* LVI: 94 (18).
ROBINSON, K. R. 1961-a. *Archaeological Report in Rhodesian School Boys' Exploration Society Expedition to Buffalo Bend.* Salisbury (27).
__. 1961-b. "An Early Iron Age site from the Chibi district, Southern Rhodesia". *SAAB,* XVI: 75-102 (27).

__. 1963. "Further excavations in the Iron Age deposits at the tunnel site, Gokomere Hill, Southern Rhodesia". *SAAB,* XVIII: 155-71 (27).
__. 1966-a. "The Sinofa caves, Lomagundi district, Rhodesia". *Proc. Rhod. Sci. Assoc.* LI: 131-55 (27).
__. 1966-b. "The Leopard's Kopje culture: its position in the Iron Age in Southern Rhodesia". *SAAB,* n. 21 : 81-5 (27).
__. 1966-c. "A preliminary report on the recent archaeology of Ngonde, Northern Malawi". *JAH,* VII: 169-88 (27).
__. 1966-d. "The Iron Age in Southern Rhodesia". *SAAB,* XXI: 5-51 (27).
__. 1970. "The Iron Age in the Southern lake area of Malawi". *MADP,* n. 8 (27).
__. 1973. "The Iron Age of the upper and lower Shire Malawi". *MADP,* n. 13 (27).
ROBINSON, K. R. & SANDELOWSKY, B. 1968. "The Iron Age in Northern Malawi: recent work". *Azania,* III: 107-46 (27).
ROEDER, G. 1961. *Der Ausklang der Ägyptischen Religion mit Rejormation, Zauberei und Jenseitsglauben.* Zurich, Artemis Verlag (3).
ROEDER, K. G. 1912. "Die Christliche Zeit Nubiens und des Sudans". *ZK,* XXXIII: 364-98 (12).
__. 1913. "Die Geschichte Nubiens". *Kilo,* XII: 51-82 (12).
ROMANELLI, P. 1959. *Storia delle Province Romane dell' Africa.* Roma (17, 19).
__. 1970. "Mura e fortesse bizantine in topografia e archeologia dell'Africa romana". *Enciclopedia Classica,* X. 7: 398-407 (19).
ROSEMBAUM, E. 1960. *A Catalogue of Cyrenaican Portrait Sculpture.* London, Oxford Univ. Press (6).
ROSTOVTZEV, M. J. 1941. *The Social and Economic History of the Hellenistic World.* (2. ed., 1959). Oxford, Clarendon Press. 3 v. (6).
__. 1957. *The Economic and Social History of the Roman Empire.* 2. ed. Oxford. pp. 321 et seq. (19).
ROUILLARD, G. 1853. *La Vie Rurale dans l'Egypte Byzantine.* Paris, Adrien Maison Neuve (7).
__. 1928. *L' Administration Civile de l' Egypte Byzantine.* 2. ed. rev. Paris, Geuthner (7).
ROWE, A. 1948. "A history of Ancient Cyrenaica. New light on Aegypto-Cyrenaean relations. Two Ptolemaic statues found in Tolmeita". *SASAE,* n. 12; relatório de J. Leclant, in *REA,* n. 52, 1-2: 337-9 (17).
RUDNER, J. 1968. "Strandloper pottery from South and South-West Africa". *ASAM,* n. 49: 441-663 (26).
RUFINUS, T. 1908. *Historia Ecclesiastica.* Leipzig, Teubner (15).
__. 1910. *Opera.* Viena, ed. A. Engelbrecht. (15).
RYCKMANS, G. 1953, 1955, 1956. "Inscriptions sud-arabes". *Le Muséon,* X, LXVI, 3-4; XII, LXVIII, 4-4; XIV, LXIX, 1-2, 3-4 (15).
__. 1964. "Compte-rendu de A. Jamme: Sabaean inscriptions from Mahram Bilquis (Marib)". *BO,* XXI, 5-6: 90 (15).

SALAMA, P. 1951. *Les Voies Romaines de l'Afrique du Nord.* Alger, Impr. Officielle (19).
__. 1953-5. "Nouveaux témoignages de l'ceuvre des Sévêres dans la Maurétanie césarienne". *Libyca,* B: 231-51 e 329-67 (20).
__. 1954-a. "Hypothêse sur la situation de la Maurétanie occidentale au IV^e siècle". *Libyca,* 11: 224-9 (19).
__. 1954. "L' occupation de la Maurétanie césarienne occidentale sous le Bas-Empire". *Mélanges Piganiol*: 1292-311 (19).
__. 1959. "Deux trésors monétaires du V, siècle en Petite Kabylie". *BSNAF* : 238-9.
__. 1973. *Un Point d'Eau du Limes Maurétanien (Maghreb et Sahara).* Etudes géographiques offertes à J. Despois. Paris, Société de Géographie (20).
__. 1976. "Les déplacements successifs du limes en Maurétanie césarienne. Essai de synthèse". In: AKTEN XI INTERN. LIMESKONG. pp. 577-95 (20).
SAMPSON, C. G. 1974. *The Stone Age Archaeology of Southern Africa.* New York, Academic Press (26).
SATTIN, F. & GUSMANO, G. 1964. *La Cosidetta "Mummia" Infantile dell'- Acacus:* Nel Quadro delle Costumanze Funebri Prehistoriche Mediterranee e Sahariane. Tripoli, Dir. Geral de Antiguidades, Museus e Arquivos (17).
SAUMAGNE C. 1965. *Le Droit Latin et les Cités Romaines sous l'Empire.* Paris, Syrey (19).
SAUNERON, S. 1957. *Les Prêtres de l'Ancienne Egypte.* Paris, Seuil. 192 p. (3, 4).
SAUNERON, S. & STERLIO, H. 1975. *Derniers Temples d'Egypte: Edfou et Philae.* Paris, Chêne (3).
SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1952. "La campagne nubienne de Psammétique II et sa signification historique". *BIFAO,* 50: 57-207 (2, 3, 10, 11, 12).
__. 1959. *La Naissance du Monde Selon l'Egypte Ancienne.* Paris, Seuil. 72 p. (3).
SAVARY, J. P. 1966. "Monuments en pierres sèches du Fadnoun (Tassili N'Ajjer)". *Mém. CRAPE,* VI (20).
SAVE-SODERBERGH, T. 1941. *Ägypten und Nubien.* Ein Beitrag zur Geschichte Alt ägyptischer Aussenpolitik. Lund, Hakan Ohlssons. VIII + 276 p. (4, 9).
__. 1953. Artigo in *BIFAO,* Cairo, n. 52: 177 (4).
__. 1956. "The Nubian Kingdom of the second intermediate period". *Kush,* n. 4: 54-61 (9).
__. 1960. "The paintings in the tomb of Djehurty-Hetep at Debejra", *Kush,* n. 8: 25-44 (9).
__. 1963. "Preliminary report of the Scandinavian joint expedition: Archaeological investigations between Faras and Gemai, novo 1961-mar. 1962". *Kush,* XI: 47-69 (1, 12).
__. *1965. The* C *Group, Nubia Abu-Simbel.* Stockholm, Kungl. (9).
__. 1970. "Christian Nubia. The excavations carried out by the Scandinavian joint expedition to Sudanese Nubia". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 219-44 (12).

__. ed. 1970. *Scandinavian Joint Expedition to Sudanese Nubia.* Oslo, Universitetsforlaget. 9 v. (12).
__. 1972. "The twilight of Nubian Christianity". Nubia, Récentes Recherches. In: ACTES COLL. NUBIOL. INTERN. pp. 11-7 (12).
SAYCE, A. H. 1909. "A Greek inscription of a king ofAxum found at Meroe". *Proceedings of the Society of Biblical Archaeology.* London. t. XXXI, (15).
__. 1911. "Second interim report on the excavations at Meroe in Ethiopia II. The historical results". *LAAA,* IV: 53-65 (11, 21).
SAYYD, Abd al-Halim. 1976. *Mana'im.* [tese]. Alexandria (4).
SCHAFER, H. 1901. *Die äthiopische Königinschriit des berlinen Museums.* Berlin (11).
__. 1905-8. *Urkunden der alteren Äthiopenkönige.* Lief 1-2, Leipzig, Hinrichs (11).
SCHAPERA, I. 1930. *The Khoisan Peoples of South Africa: Bushmen and Hottentots.* (2. ed., 1951). London, Routledge and Kegan Paul (26).
__. 1933. *The Early Cape Hottentots Described in the Writtings of Dapper, 1668, W. Ten Rhyne, 1686, and J. de Grevenbroek, 1695.* Cape Town, Van Riebeeck Society (26).
SCHARFF, A. & MOORTGAT, A. 1950. *Ägypten und Vorderasien im Altertum.* Munich (5).
SCHAUENBURG, K. 1955-6. "Die Cameliden in Altertum". *Bonner Jahrbücher* : 59-94 (20).
SCHENKEL, W. 1973. *Lexikon der Ägyptologie,* I, 5. Wiesbaden, O. Harrassowitz. coll. 775-82 (3).
SCHNEIDER, R. 1961. "Inscriptions d'Enda Cerqos". *AE,* n. 4: 61-5 (13).
__. 1965-a. "Notes épigraphiques sur les découvertes de Matara". *EA,* n. 6: 89-142 (13).
__. 1965-b. "Remarques sur les inscriptions d'Enda Cerqos". *AE,* n. 6: 221-2 (13).
__. 1974. "Trois nouvelles inscriptions royales d'Axoum". In: ATTI IV CONGR. INTERN. ETUD. ET. I pp. 87-102 (15).
SCHOFF, W. H., trad. 1912. *The Periplus of the Erythraean Sea.* New Yok (16, 22).
__. 1917. "As to the date of the Periplus". *IRAS*: 827-30 (22).
SCHOFIELD, J. F. 1948. *Primitive Pottery:* An Introduction to South African Ceramics, Prehistoric and Protohistoric. Cape Town, Rustica Press (27).
SCHONBACK, B. 1965. *The Late Stone Age and the A-Group, Nubia Abu Simbel.* Stockholm, Kungl. (9).
SCHUBART, W. 1918. *Einführung in die Papyrunskunde.* Berlin, Weidmann (7).
SCHWEITZER, F. R. 1970. "A preliminary report of excavation of a cave at Die Kelders". *SAAB,* n. 25: 136-8 (26).
SCHWEITZER, F. R. & SCOTT, K. 1973. "Early appearance of domestic sheep in sub-Saharan Africa". *Nature,* n. 241: 547-8 (26).
SÊNECA, L. A. ed. 1930. *Questions Naturelles.* Texto org. e trad. por P. Oltramare. Paris, Les Belles Lettres. 2 v. (1, 11).
SERGEW HABLE SELASSIE. 1972. *Ancient and Medieval Ethiopian History to 1270.* Adis Abeba, United Printers. 340 p. (14).

SERGI, S. 1951. "Scavi Sahariani". (Sahara Excavations). *Monumenti Antichi,* n. 41. Academia dei Lincei XLI, Roma. Coll. 443-504 (17).

SETERS, J. VAN. 1964. "A date for the admonitions in the Second Intermediate Period". *IA,* n. 50: 13-23 (2, 3).

__. 1966. *The Hyksos, a New Investigation.* London, New Haven, (2).

SETHE, K. 1930. "Urgeschichte und älteste Religion der Ägypter". *AKM,* Leipzig, F. A. Brockhaus. XII + 196 p. (2).

SHACKLETON, N. J. 1973. "Oxygen isotope analysis as a means of determining season of occupation of prehistoric midden sites". *Archaeometry,* n. 15, 1: 133-41 (26).

SCHAHID, L 1971. "The martyrs of Nagran, new documents". *Société des Bollandistes.* Bruxelas. pp. 242-76 (16).

SHAW, T. 1969-a. "On radio chronology of the Iron Age in sub-Saharan Africa". *CA,* n. 10: 226-8 (24).

__. 1969-b. "The Late Stone Age in the Nigerian forest". In: ACTES 1er COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. pp. 364-73 (24).

__. 1970-a. *Igbo Ukwu:* An Account of Archaeological Discoveries in Eastern Nigeria. London, Faber & Faber. 2 v. (24, 29).

__. 1970-b. "Those Igbo Ukwu radiocarbon dates: Facts, fictions and probabilities". *JAH,* XVI: 503-17 (29).

__. 1971. "African in Prehistory; leader or laggard?". *JAH,* XII, 1: 143- 53 (24).

__. 1972. "Early crops in Africa: a review of evidence". *BWS,* n. 56 (24).

SHERIF, N. M. 1971. *A Short Guide to the Antiquities Garden.* Khartoum, Sudan Antiquities Service (9).

SHIFERACU, A. 1955. "Rapport sur la découverte d'antiquités trouvées dans les locaux du gouvernement général de Magallé". *AE,* n. 1: 13-5 (13).

SHINNIE, P. L. 1954-a. *Medieval Nubia.* Khartoum, Sudan Antiquities Service (12).

__. 1954-b. "Excavations at Tanqasi, 1953". *Kush,* II: 66-85 (10).

__. 1965. "New light on medieval Nubia". J*AH,* VI, : 263-73 (12).

__. 1967. *Meroe, a Civilization of the Sudan.* New York, Praeger (6, 9, 11).

__. 1971-a. *The Culture of Medieval Nubia and Its Impact on Africa.* Khartoum (12).

__. 1971-b. "The legacy to Africa". In: HARRIS, J. R, ed. *The Legacy of Egypt.* Oxford. Clarendon Press. pp. 434-55 (4).

SILBERBAUER, G. B. 1972. "The Gywi Bushmen". In: BICCHIERI, M. G., ed. *Hunters and Gatherers Today.* New York, Holt, Rinehart & Winston (26).

SIMPSON, W. K. 1963. *Heka-Nefer and the Dynastic Material from Toshka and Armina.* New Haven-Philadelphie, The Peabody Museum of Natural History, Yale University. XIV + 56 p. (4).

__. ed. 1972. *The Literature of Ancient Egypt.* An Anthology of Stories, Instructions and Poetry. Trad. E. H. e R. D. Faulkner, E. F. Wente and W. K. Simpson. New Haven-London (2, 3).

SINGER, R. & WEINER, J. A. 1963. "Biological aspects of some indigenous African populations". *SJA,* n. 19: 168-76 (21).
SUM, H., MAHJOUBI, A. & BELKODJA, K. 1968. *Histoire de la Tunisie.* Tunis. v. I: *L'Antiquité (19).*
SMITH, A. B. 1974. "Prelirninary report on excavations at Karkarichinkat North and South, Tilemsi Valley, 1972". *WAJA,* n. 4: 33-55 (24).
SMITH, Sir G. E. & DAWSON, W. R 1924. *Egyptian Mummies.* London, G. Allen & Unwin (5).
SMITH, H. S. 1966. "The Nubian B-group". *Kush,* n. 14: 69-124 (9).
__. 1976. *The Fortress of Buhen;* The Inscriptions. London, Egypt Exploration Society (2).
SMITH, W. S. 1949. *A history of Egyptian sculpture and painting in the old Kingdom.* 2. ed. Boston Museum of Fine Arts. 212 p. (3).
__. 1965-a. *Interconnections in the Ancient Near East.* A Study of the Relationships between the Arts of Egypt, the Aegean and Western Asia. New Haven-London, Yale University Press (5).
__. 1965-b. *The Art and Architecture of Ancient Egypt.* Harmondworth-Baltimore, Penguin Books, Pelican History of Art (3, 5).
__. 1971. "The Old Kingdom in Egypt and the beginning of the First Intermediate Period". *Cambridge Ancient History,* 3. ed. Cambridge. v. I, parte 2, cap. XIV (2).
SMITS, L. 1967. "Fishing scenes from Botsabelo, Lesotho". *SAAB,* n. 22: 60-7 (26).
SNOWDEN, F. M. 1970. *Blacks in Antiquity, Ethiopians in the Greco-Roman Experience.* Cambridge, Mass., Harvard Univ. Press. XXII + 364 p. (6, 17, 20).
SNOWDEN, F. M. J. 1976. "Témoignages iconographiques sur les populations noires dans l'Antiquité gréco-romaine". In: VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F. *L'Image du Noir dans l'Art Occidental.* Paris, Menil Foundation. v. I: *Des Pharaons à la Chute de l'Empire Romain.* pp. 135-245 (6).
SOLHEIM, W. 1965. "Indonesian culture and Malagasy origin". *Taloha.* Tananarive, n. 1: 33-42 (28).
SOPER, R. C. 1967-a. "Kwale: an Early Iron Age site in South-Eastern Kenya". *Azania,* II: 1-17 (22, 27).
__. 1967-b. "Iron Age sites in North Eastern Tanzania". *Azania,* II: 19-36 (22).
__. 1971. "A general review of the Early Iron Age in the southern half of Africa". *Azania,* VI: 5-37 (21, 25, 27).
SOUVILLE, G. 1958-9. "La péche et la vie maritime au Néolithique en Afrique du Nord". *BAM,* III : 315-44 (17).
SPARRMAN, A. 1789. *A Voyage to the Cape of Good Hope, towards the Antarctic Polar Circle, and Round the World, but chiefly into the Country of the Hottentots and Caffres, from the Year* 1772 *to* 1776. Rev. e trad. J. e L Rudner. Cape Town, Van Riebelck Society (26).
SPENCER, J. E. 1968. "Comments on the origins of agriculture in Africa". *CA,* n. 9, 5: 501-2 (24).

SPIEGEL, J. 1950. *Soziale und weltanschauliche Reformbewegungen im alten Ägypten.* Heidelberg. Kerle (2).
SPRUYTTE, J. 1967. "Un essai d'attelage protohistorique". *Plaisirs Equestres,* n. 34: 279-81 (17).
__. 1968. "Le cheval de l'Afrique ancienne". *Le Saharien,* n. 48: 32-42 (17).
__. 1977. *Etudes Expérimentales sur l'Attelage.* Paris, Crepin-Leblond (20).
STEIN, A. 1915. *Untersuchungen zur Geschichte und Verwaltung Ägyptens unter römischer Herrschaft.* Stuttgart (7).
STEIN, E. 1949. *Histoire du Bas Empire.* Paris/Bruxelas/Amsterdam, de Brouwer (7). v. II: *De la Disparition de l'Empire de l'Occident à la Mort de Justinien, 476-565.*
STEINDORFF, G. VON, ed. 1903-19. *Urkunden des ägyptischen Altertums.*
Leipzig, Hinrichs (11).
STELMLER, A. B. L., HARLAM, J. R. & DEWET, J. M. J. 1975. "Caudatum sorghums and speakers of Shari-Nile languages in Africa". *JAH,* XVI, 2: 161-83 (24).
STOCK, H. 1949. *Die Erste Zwischenzeit Ägyptens. Untergang der Pyramidenzeit, Zwischenreiche von Abydos und Herakleopolis, Aufstieg Thebens.* Roma, Pontificium Institutum Biblicum. XX + 110 p. (2).
SUMMERS, R. F. H. 1958. *Inyanga Prehistoric Settlements in Southern Rhodesia.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (27).
__. 1969. "Ancient mining in Rhodesia". *MM,* n. 3 : 256 (27, 29).
SUMMERS, R. F. H., ROBINSON, K. R. & WHITTY, A. 1961. "Zimbabwe excavations". *OPNM,* III, 23a (27). .
SUTTON, J. E. G. 1966. "The archaeology and early peoples of the Highlands of Kenya and Northern Tanzania". *Azania,* I: 37-57 (22).
__. 1971. "The interior of East Africa". In: SHINNIE, P. L., ed. *The African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press (23).
__. 1972. "New radiocarbon dates for Eastern and Southern Africa". *JAH,* XIII, 1: 1-24 (25, 27).
__. *1973. The Archaeology of the Western Highlands of Kenya.* Nairobi/London, British Institute of Eastern Africa (23).
__. 1974. "The aquatic civilization of Middle Africa". *JAH,* XV: 527-46. (21, 23).
SUTTON, J. E. G. & ROBERTS, A. D. 1968. "Uvinza and its salt industry". *Azania,* III: 45-86 (29).
SZUMOWSKI, G. 1957. "Fouilles du Nord du Macina et dans la région de Segou". *BIFAN,* B, n. 19: 224-58 (24).
TAMIT. 1967. "Missione archeologia". *Egitto dell'Università di Roma.* Roma (12).
TAMRAT, T. 1972. *Church and State in Ethiopia, 1270-1527.* Oxford, Clarendon Press (16).
TARN, W. W. 1930. *The Hellenistic Civilization.* London (6).
__. 1966. *The Greeks in Bactria and India.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).

TARN, W. W. & GRIFFITH, G. T. 1966. *Hellenistic Civilization.* 3. ed. London, E. Arnold (6, 22).
TEUTSCH, L. 1962. *Das Stadtwesen in Nordafrika in der Zeit von* C. *Gracchus bis zum Tode des Kaisers Augustus,* Berlin. De Gruyter (19).
THABIT, H. T. 1957. "Tomb of Djehuty-Hetep (Tehuti-Hetep), Prince of Semna". *Kush,* n. 5: 81-6 (9).
THOM, H. B., ed. 1952-8. *The Journal of Jan Van Riebeeck,* Cape Town, Balkema. 3 v. (26).
THOMAS, E. M. 1959. *The Harmless People (on the Bushmen of the Kalahari Desert).* London, Secker & Warburg (26).
THOMAS, ·W. R. 1931. "Moscow mathematical papyrus n. 14". *JEA,* XVII: 50-2 (5).
THOMPSON, G. 1827. *Travels and Adventures in Southern Africa.* Cape Town, Van Riebeeck Society, ed. V. S. Forbes (26).
THUNBERG, C. P. 1795. *Travels in Europe, Africa, and Asia Performed between 1770 and* 1779. London. v. II (26).
TIXERONT, J. 1960. "Réflexions sur l'implantation ancienne de l'agriculture en Tunisie". *Khartago,* X: 1-50 (19).
TÖRÖK, L. 1971. "Fragment eines spätantiken roten Tongefässe mit Stempelverzierung aus Nubien und dessen Problemkreis". *MAI,* n. 2 (12).
TOUNY, A. D. & WENING, S. 1969. *Der Sport im alten Ägypten.* Leipzig/ Amsterdam (3).
TOYNBEE, J. M. C. 1973. *Animals in Roman Life and Art;* Aspects of Greek and Roman Life. London, Thames & Hudson (20).
TOZER,H. F. 1964. *History of Ancient Geography.* 2. ed. New York, Biblo & Tannen (22).
TRIGGER, B. G. 1965. *History and Settlement in Lower Nubia.* New Haven, Yale Univ. Pub. in Anthropology. n. 69. VIII + 224 p. (9,11,12,17).
__. 1969. "The myth of Meroe and the African Iron Age". *JAHS,* II, 1: 23-50 (10, 11, 21, 24).
__. 1970. "The cultural ecology of christian Nubia". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen. Verlag Aurel Bongers. pp. 347-87 (12).
TUFNELL, O. 1959. "Anklets in Western Asia". *BIA* : 37-54 (13).
TURCAN, R. 1961. "Trésors monétaires trouvés à Tipasa. La circulation du bronze en Afrique romaine et vandale aux V^e^ et VI^e^ siècle ap. J.-C.". *Libyca*: 201-57 (19).
TWISSELMANN, F. 1958. "Les ossements humains du site mésolithique d'Ishango". *Exploration du Parc National Albert, Mission I. de Heinzelin de Braucourt (1950).* Bruxelles. fasc. 5. 125 p. (25).
TYLECOTE, R. F. 1970. "Iron working at Meroe, Sudan". *BHM,* n. 4: 67-72 (11, 21).
UNESCO. 1963-7. *Fouilles de Nubie,* 1959-1963. Cairo (20).
VAAL, J. B. DE. 1943. "Soutpansberge Zimbabwe". *SAIS,* XL: 303-18 (27).

VALBELLE, D. 1974. *Lexikon der Ägyptologie,* I, Lief 7, Col. 1028-34 (3).
VANSINA, J. 1962. "Long-distance trade routes in Central Africa". *JAH,* III, 3: 375-90 (25).
__. 1966. *Kingdoms of the Savanna.* Madison, Univ. of Wisconsin Press (27).
VANTINI, G. 1970. *The Excavations at Faras:* A Contribution to the History of Christian Nubia. Bologna, Nigrizia (12).
VASILYEV, A. A., ed. 1907. "Zhitiye grigentiya, yepiscopa Omiritskago (Vita Sancti Gregenti)". *Vizantiyskiy Vremennik,* XIV: 63-4 (15).
VEH, O., ed. 1971. *Vandalenkriege von Procopius Caesariensis.* Munich, Heimeran (19).
VELDE, H. TE. 1967. *Seth, God of Confusion.* A Study of His Hole in Egyptian Mythology and Religion. Trad. G. E. van Baaren-Pape. Leiden, Brill (3).
VERCOUTTER, J. 1945. *Les Objects Egyptiens ou Egyptisants du Mobilier Funéraire Carthaginais.* Paris, Bibliothèque Archéologique et Historique. v. 40 (9).
__. 1956. "New Egyptian inscriptions from the Sudan". *Kush,* n. 4: 66-82 (9) .
__. 1957. Artigo in *Kush,* V, pp. 61-9 (12).
__. 1958. "Excavations at Sai 1955-57". *Kush,* VI: 144-69 (9).
__. 1959. "The gold of Kush. Two gold-washing stations at Faras East". *Kush,* VII: 120-53 (9, 11).
__. 1962. "Un palais des Candaces contemporain d'Auguste; fouilles à Wadban-Naga, 1958-60". *Syria,* n. 39: 263-99 (10, 11).
__. 1964. "Excavations at Mirgissa I (oct.-déc. 1962)", *Kush,* XII: 57-62 (2, 9).
__. 1970. "Les trouvailles chrétiennes françaises à Aksha, Mirgissa et Sai". In: DINKLER, ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 155-62.
__. *1976. L'Egypte Ancienne.* 8. ed. Paris, PUF (2).
VERCOUTTER, J., LECLANT, J. & SNOWDEN, F. 1976. *L'Image du Noir dans l'Art Occidental.* Fribourg, Menil Foundation. I: *Des Pharaons à la Chute de l' Empire romain* (6).
VERIN, P. 1967. "Les antiquités de l'île d'Anjouan". *BAM,* XLV, 1: 69-79 (28).
__. 1968. "Several types of obsolete Madagascar pottery". *Asian Perspectives,* XI: 111-8 (28).
__. 1970. "Un conte antalaotse, Mojomby, la ville disparue". *BM,* n. 293-4: 256-8 (28).
VERIN, P., KOTTAK, C. & GORLIN, P. 1970. "The glottochronology of Malagasy dialects". *Oceanic Linguistics,* VIII, 2 (28).
VIDA L , P. 1969. *La Civilisation Mégalithique de Bouar.* Prospections et fouilles, 1962-66. Paris, Didot. 132 p. (25).
VILLIERS, A 1949. "Some aspects of the Dhow trade". *MEJ*: 399-416 (22).
VILLIERS, H. DE. 1970. "Dieskettreste der Ziwa". *Homo,* XXI: 17-28 (27).
VINCENT, W. 1807. *The Commerce and Navigation of the Ancients in the Indian Ocean.* London. 2 v. (22).
__. 1809. *The Voyage of Nearchus and the Periplus of the Erythraean Sea.* Oxford (22).

VINNICOMBE, P. 1960. "A fishing scene from the Tsoelike, South Eastern Basutoland". *SAAB,* n. 15: 15-9 (26).
__. 1965. "Bushmen fishing as depicted in rock paintings". *SSA,* n. 212: 578-81 (26).
VILA, A. 1970. "L' armement de la forteresse de Mirgissa-Iken". *RE,* n. 22: 171-99 (3).
VITA, A. DI. 1964. "Il limes romano di Tripolitania nella sua concretezza archeologica e nella sua realta storica". *Libya Antiqua*: 65-98 (19, 20, 29).
VITTMANN, G. 1974. "Zur Lesung des Königsnamens". *Orientalia,* n. 43: 12-6 (10).
VOGEL, J. O. 1969. "On early evidence of agriculture in Southern Zambia". *CA,* X: 524 (27).
__. 1970. "The Kalomo culture of Southern Zambia: some notes towards a reassessment". *ZMJ,* I : 77-88 (27).
__. 1971-a. "Kamangoza: an introduction to the Iron Age cultures of the Victoria Falls region". *ZMP,* II (27).
__. 1971-b. "Kumandzulo: an Early Iron Age village site in Southern Zambia". *ZMP,* III (27).
__. 1972. "On Early Iron Age funerary practice in Southern Zambia". *CA,* XIII: 583-6 (27).
__. 1973. "The Early Iron Age at Sioma mission, Western Zambia". *ZMJ,* IV (27).
VOLNEY, M. C. F. 1787. *Voyages en Syrie et en Egypte pendant les Annés 1783, 1784 et 1785.* Paris, Volland, Desenne. 2 v. (1).
VUILLEMOT, G. 1955. "La nécropole punique du phare dans l'île de Rachgoum". *Libyca,* III: 7-76 (18).
VYCICHL, W. 1956. "Atlanten, Isebeten, Ihaggaren". *RSO,* n. 31: 211-20 (17).
__. 1957. "Egzi'abeher 'Dieu'". *AE,* II: 249-50 (15).
__. 1961. "Berber words in Nubian". *Kush,* IX: 289-90 (17).
__. 1972. *Die Mythologie der Berber.* Stuttgart, H. W. Haussig (17).
WAINWRIGHT, G. A 1945. "Iron in the Napatan and Meroitic ages". *SNR,* n. 26: 5-36 (11).
__. 1947. "Early foreign trade in East Africa". *Man,* XLVII: 143-8 (22). 1951. "The Egyptian origin of a ram-headed breast plate from Lagos". *Man,* LI: 133-5 (4).
__. 1962. "The Meshwesh". *JEA,* n. 48 : 89-99 (17).
WALLACE, L. 1938. *Taxation in Egypt jrom Augustus to Diocletian.* Princeton (7).
WALLE, B. VAN DE. 1953. "La sippe d'Horus découverte par J. Bruce à Axoum". *Chronique d'Egypte,* n. 56: 238-47 (15).
WALLERT, I. 1962. *Die Palmen im alten Ägypten.* Eine Untersuchung ihrer praktischen, symbolischen und religiösen Bedeutung. BerJin, B. Hessling. 159 p. (17).
WALSH, P. 1965. "Massinissa". *JRS* , LV (18).
WARMINGTON, B. H. 1954. *The North African Provinces from Diocletian to the Vandal Conquest.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (19).
__. 1969. *Carthage.* (1. ed. 1964). London, Robert Hale (18, 21).

WARMINGTON, E. H. 1928. *The Commerce between the Roman Empire and India.* (2. ed., 1974). Cambridge, Cambridge Univ. Press (22).
__. 1963. "Africa in ancient and medieval times". In: WALKER, E. A., ed. *Cambridge History of the British Empire.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. v. VIII (22).
WATERHOUSE, G., ed. 1932. *Simon Van der Stel's Journal of His Expedition to Namaqualand,* 1685-1686. Dublin, Dublin Univ. Press. 162 p. (26).
WEBSTER, T. B. L. 1964. *Hellenistic Poetry and Art.* London, Methuen (6).
WEITZMANN, K. 1970. "Some remarks on the sources of the fresco paintings of the cathedral of Faras". In: DINKLER, E., ed. *Kunst und Geschichte Nubiens in christlicher Zeit.* Recklinghausen, Verlag Aurel Bongers. pp. 325-46 (12).
WELBOURNE, R. G. 1973. "Identification of animal remains from the Broederstroom 24/73 Early Iron Age site". *SAIS,* LXIX: 325 (27).
WENDT, W. E. 1972. "Preliminary report on an archaeological research programme in South West Africa". *Cimbebasia, B,* n. 2, 1: 1-45 (26).
WENIG, S. 1967. "Bemerkungen zur meroitische Chronologie", *MIOD,* n. 13: 9-27 (10, 11).
__. 1974. Artigo in *ZAS,* n. 101: 143-4 (10).
WESSEL, K. 1963. *Koptische kunst. Die Spätantike in Ägypten.* Recklinghausen, A. Bongers (7, 12).
__. 1964. *Zur Ikonographie der koptischen Kunst, Christentum am Nil.* Recklinghausen, Verlag A. Bongers (12).
WESTENDORF, W. 1968. *Das alte Ägypten.* Stuttgart/Baden-Baden, Holle (2).
WHEELER, R.E.M. 1954. *Rome beyond the Imperial Frontiers.* London, Bell (22).
__. 1966. *Civilizations of the Indus Valley and beyond.* London, Thames & Hudson (22).
WILL, E. 1966. *Histoire Politique du Monde Hellénistique, 323-30 av. J.-C.* Nancy, Berger-Levrault. 2 v. (6).
WILLET, F. 1967. *Ife in the History of West African Sculpture.* London, Thames & Hudson (24).
WILLIAMS, D. 1969. "African iron and the classical world". In: THOMPSON, L. A. & FERGUSON, J. ed. *Africa in Classical Antiquity.* Ibadan, Ibadan Univ. Press. pp. 62-80 (21).
WILSON, J. A. 1951. *The Burden of Egypt.* An Interpretation of Ancient Egyptian Culture. Chicago, Univ. of Chicago Press. XX + 332 p. (2).
__. 1969. *Ancient Near East Texts.* Princeton, ed. J. B. Pritchard. pp. 409 (4).
WINLOCK, H. E. 1947. *The Rise and Fall of the Middle Kingdom in Thebes.* New York, Macmillan (2).
__. 1955. *Models of Daily Life in Ancient Egypt from the Tomb of Meket-Rê at Thebes.* Cambridge, Harvard Univ. Press (5).
WINSTEDT, E. O., trad. 1909. *The Christian Topography of Cosmas Indicopleustes.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (16).

WISSMANN, H. VON. 1964. "Ancient history". *Le Muséon,* LXXVII: 3-4 (15).
WISSMANN, H. VON, & RATHJENS, C. 1957. "De Mari Erythraeo: Sonderdruck aus der Lauten sich". *Festschrift stuttgarter geographische Studien,* n. 69 (24).
WOLDERING, I. 1963. *Egypt, the Art of Pharaohs.* London, Methuen (5).
WOLF, W. 1957. *Die Kunst Ägyptiens: Gestalt und Geschichte.* Stuttgart, Kohlhammer (3).
__. *1971. Das alte Ägypten.* Darmstadt/Munich, Deutscher Taschenbuch Verlag (2).
WOLSKA-CONUS, W., *ed.* 1968-70-73. *Cosmas Indicopleustes. Topographie Chrétienne.* Paris, Le Cerf. 3 v. (14, 16, 22).
WORD, W. 1965. *The Sprit of Ancient Egypt.* Beyrouth (3).
WÖRTERBUCH der ägyptischen Sprache, fünfter Band (1971). Berlin, Akademie Verlag (1).
YORK, R. N., BASSEY, F. et al. 1974. "Excavations at Dutsen Kongba". *NAS* (24)
YOYOTTE, J. 1958. "Anthroponymes d'origine libyenne dans les documents égyptiens". *CRGLCS,* n. 8 (4, 17).
__. 1958. In: DICTIONNAIRE DE LA BIBLE. Supl. VI, I. Paris. pp. 370 (4).
__. 1961. "Les principautés du delta au temps de l'anarchie libyenne". *Mélanges Maspero,* n. 1, 4: 122-51 (2, 17).
__. 1965. "Egypte ancienne". *Histoire Universelle.* Paris, Gallimard. Encyclopédie de la Pléiade. pp. 104-285 (2).
__. 1975. "Les Sementious et l'exploration des régions minières de l'Ancien Empire". *BSFE,* n. 73: 44-55 (3).
ZABA, Z. 1953. *L'Orientation Astronomique dans l'Ancienne Egypte et la Précession de l'Axe du Monde.* Prague (5).
ZABKAR, L. V. 1975. *Apedemak, Lion God of Meroe.* Warminster (10, 11).
ZAWADZKI, T. 1967. "Les fouilles de la mission archéologique polonaise à Faras leur importance pour l'histoire de l'art byzantin". *RESEE,* V (12).
ZEISSL, H. VON. 1944. *Äthiopen und Assyer in Ägypten.* Glückstadt/Hamburg, J. J. Augustin (2, 10).
ZIBEUUS, K. 1972. *Afrikanische Arts und Volkernamen in hieroglyphischen und hieratischen Texten.* Wiesbaden (4).
ZÖHRER, L. G. 1952-3. "La population du Sahara antérieure à l'apparition du chameau". *BSNG,* n. 51: 3-133 (20).

Índice remissivo

Ministério
da Educação

UNESCO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VOLUMES I-VIII

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não podem apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando com as devidas precauções fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer em bases sólidas a historicidade de suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam nesta obra tiveram o cuidado de questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que melhor permitissem acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em seus contextos socioculturais específicos.

Esta Coleção traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" política e cultural, a participação constante e maciça dos descendentes de africanos nas primeiras lutas pela independência, assim como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de Humanidade.

Outro aspecto ressaltado nesta obra são as relações da África com o sul da Ásia através do oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações por um processo de trocas mútuas.

Avaliando o atual estágio de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de mostrar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.

Nesse contexto, é de suma importância a publicação dos oito volumes da *História Geral da África* que ora se apresenta em sua atual versão em português como fruto da parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).